ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 178 Brasília - DF, segunda-feira, 19 de setembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Cidadania 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 12
Ministério das Comunicações 14
Ministério da Defesa 16
Ministério do Desenvolvimento Regional 17
Ministério da Economia 25
Ministério da Educação 153
Ministério da Infraestrutura 155
Ministério da Justiça e Segurança Pública 159
Ministério do Meio Ambiente 184
Ministério de Minas e Energia 184
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 194
Ministério da Saúde 194
Ministério do Trabalho e Previdência 225
Ministério do Turismo 226
Banco Central do Brasil 230
Ministério Público da União 232
Tribunal de Contas da União 234
Poder Judiciário 296
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 297
Esta edição é composta de 302 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.945 **(1)**

ORIGEM : 6945 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (AUDICON)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS NOS MUNICÍPIOS (ABRACOM)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (AMPCON)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL (ANTC)
ADV.(A/S) : JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 88, § 5º, da Constituição do Estado do Piauí, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos *amici curiae* Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 88, § 5º, da Constituição do Estado do Piauí, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

Ementa: Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Auditor de Tribunal de Contas. Remuneração de auditor do tribunal de contas no desempenho da função de conselheiro.

1. Ação direta de inconstitucionalidade que impugna norma estadual, ao argumento de que estabelece vinculação remuneratória entre auditores e conselheiros do Tribunal de Contas Estadual.

2. Não estabelece equiparação remuneratória inconstitucional a norma que autoriza o auditor de contas a receber os mesmos vencimentos e vantagens do conselheiro, quando estiver atuando em sua substituição. Por se tratar do exercício temporário das mesmas funções, admite-se o pagamento da mesma remuneração, por critério de isonomia.

3. Igualmente, não há inconstitucionalidade na norma que estabelece que o subsídio dos auditores de contas será fixado com diferença não superior a 10% (dez por cento) daquele fixado para o cargo de conselheiro. Isso porque, quando não estão em substituição, os auditores desempenham as mesmas funções judicantes dos conselheiros - presidem a instrução de processos, são relatores naturais de processos de órgãos e ministérios a eles vinculados, autorizam auditorias, determinam inspeções, diligências, citações, entre outros - com a única diferença de que não compõem o colegiado. Trata-se de carreira que possui previsão constitucional específica, não se tratando de hipótese de vinculação remuneratória vedada.

4. Improcedência do pedido.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.946 **(2)**

ORIGEM : 6946 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - ABRACOM
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - AMPCON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ANTC
ADV.(A/S) : JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 123, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 12.600/2004 do Estado de Pernambuco, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos *amici curiae* Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 123, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 12.600/2004 do Estado de Pernambuco, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

Ementa: Direito Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Auditor de Tribunal de Contas. Remuneração de Auditor do Tribunal de Contas no desempenho da função de Conselheiro.

1.Ação direta de inconstitucionalidade que impugna norma estadual, ao argumento de que estabelece vinculação remuneratória entre auditores e conselheiros do Tribunal de Contas Estadual.

2.Não estabelece equiparação remuneratória inconstitucional a norma que autoriza o auditor de contas a receber os mesmos vencimentos e vantagens do conselheiro, quando estiver atuando em sua substituição. Por se tratar do exercício temporário das mesmas funções, admite-se o pagamento da mesma remuneração, por critério de isonomia.

3.Igualmente, não há inconstitucionalidade na norma que estabelece que o subsídio dos auditores de contas será 5% (cinco por cento) inferior aos vencimentos percebidos quando em substituição a conselheiro. Isso porque, quando não estão em substituição, os auditores desempenham as mesmas funções judicantes dos conselheiros - presidem a instrução de processos, são relatores naturais de processos de órgãos e ministérios a eles vinculados, autorizam auditorias, determinam inspeções, diligências, citações, entre outros - com a única diferença de que não compõem o colegiado. Trata-se de carreira que possui previsão constitucional específica, não se tratando de hipótese de vinculação remuneratória vedada constitucionalmente.

4.Improcedência do pedido.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 501 **(3)**

ORIGEM : 501 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Relator, Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, que conheciam do agravo regimental mas o desproviam, mantendo a decisão atacada, com a negativa de seguimento à arguição de descumprimento de preceito fundamental; e dos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, que davam provimento ao agravo para permitir o processamento da ADPF, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Plenário, 10.10.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria, deu provimento ao agravo regimental para permitir o processamento da ADPF, nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 4.9.2020 a 14.9.2020 (Sessão iniciada na Presidência do Ministro Dias Toffoli e finalizada na Presidência do Ministro Luiz Fux).

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. ENUNCIADO DE CARÁTER NORMATIVO. CABIMENTO. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. ATENDIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

I - Viabilidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ajuizada em face de enunciado de Súmula de Jurisprudência predominante editada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

II - Atendimento ao princípio da subsidiariedade, uma vez que não há instrumento processual capaz de impugnar ações e recursos que serão obstados com base em preceito impositivo no âmbito da Justiça trabalhista.

III - Agravo regimental a que se dá provimento.

AVISO

Foi publicada em 16/9/2022 a edição extra nº 177-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 501 **(4)**

ORIGEM : 501 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT. Tudo nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Falou, pelo requerente, o Dr. Fernando Filgueiras, Procurador do Estado de Santa Catarina. Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

Ementa: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA.

1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes.

2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma.

3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º).

4. Arguição julgada procedente.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.446, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022 (*)

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 1.115, de 2022, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 3º .....

.....

Parágrafo único. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do **caput** deste artigo serão de 16% (dezesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022.

Congresso Nacional, em 2 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

(*) Republicação do Art. 2º da Lei nº 14.446, de 2 setembro de 2022, por ter saído com incorreção material do original no DOU de 5-9-2022, Seção 1, página 5.

Presidência da República

SECRETARIA-GERAL
IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA IN/SG/PR Nº 356, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria nº 29, de 12 de julho de 2022, e inciso II do artigo 2º da Portaria nº 59, de 17 de dezembro de 2019, ambas do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Coordenador de Gestão do Acervo e Relacionamento Externo da Coordenação-Geral de Publicação, Produção e Preservação da Imprensa Nacional a competência para autorizar a celebração de novos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos, relacionados à assinatura de jornais oficiais, publicação de matérias e serviços de impressão, com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 6, de 16 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 1.

HELDO FERNANDO DE SOUZA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 64, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Altera dispositivos da Portaria Normativa AGU nº 17, de 16 de julho de 2021, que "Autoriza e regulamenta a implementação de Programa de Gestão no âmbito os órgãos da Advocacia-Geral da União e dá outras providências".

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o art. 4º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e o que consta do Processo Administrativo nº 00404.001981/2021-01, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa AGU nº 17, de 16 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º A adesão ao Programa de Gestão, em qualquer das modalidades dispostas no art. 15 desta Portaria Normativa, não implica em alteração de lotação e de exercício do participante." (NR)

"Art. 10. .....

.....

II - estar disponível, por intermédio dos meios e canais de comunicação previstos ou, caso necessário, presencialmente, para a pronta atuação e atendimento em demandas relacionadas a suas atividades funcionais, observados os horários de funcionamento da Unidade e da carga horária dos respectivos participantes do programa.

Parágrafo único. Havendo necessidade de suporte técnico e impondo-se a impossibilidade de receber atendimento remoto, o participante deverá apresentar o equipamento fornecido pela instituição ou o de seu uso à equipe responsável pelo respectivo atendimento técnico de sua UP." (NR)

"Art. 16. .....

§ 1º O titular da UP selecionará os candidatos de modo impessoal, com base na natureza de suas atribuições, atividades e entregas, que melhor contribuam para os resultados da Unidade.

§ 2º Os participantes desta modalidade, preferencialmente:

I - não devem exercer atividades que se constituam, por sua própria natureza, como trabalhos externos às dependências físicas das UP; e

II - devem exercer atividades com maior grau de padronização e menor grau de necessidade de colaboração ou interação." (NR)

"Art. 18. .....

Parágrafo único. A carga horária presencial do participante nesta modalidade não poderá exceder 8 (oito) horas diárias ou ser inferior a 16 (dezesseis) horas semanais." (NR)

"Art. 45. .....

Parágrafo único. Qualquer excepcionalidade às regras desta Portaria Normativa, incluindo a disposta no art. 38, deverá ser submetida, pela autoridade máxima do OC, à análise e aprovação do Advogado-Geral da União." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

RESOLUÇÃO CDPNB Nº 20, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Publica as deliberações do Plenário do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, em sua sétima reunião, ocorrida em 30 de agosto de 2022

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE COORDENADOR DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, 7º e 8º do Decreto nº 9.828, de 10 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar as deliberações do Plenário do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, em sua sétima reunião, ocorrida em 30 de agosto de 2022, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 3 de outubro de 2022.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

ANEXO

DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

Em reunião do Plenário, realizada em 30 de agosto de 2022, na sala 98 do 4º andar do Palácio do Planalto, em Brasília, no Distrito Federal, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB) resolveu:

Art. 1º Constituir o Grupo Técnico com o propósito de normatizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos, que será composto por:

I - Representante dos seguintes membros natos:
a) Ministério da Economia;
b) Ministério da Saúde;
c) Ministério de Minas e Energia;
d) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e
e) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
II - Representante dos seguintes órgãos convidados:
a) Comissão Nacional de Energia Nuclear; e
b) Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

§ 1º Os trabalhos do grupo técnico serão coordenados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e serão concluídos no prazo de cento e oitenta dias, a contar de 3 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

§ 2º O Grupo Técnico poderá convidar para participar de suas reuniões, ou para integrá-lo, representantes de outros órgãos ou entidades que possam contribuir tecnicamente para esclarecimentos de matérias afetas ao objetivo a ser alcançado pelo colegiado.

§ 3º Cada membro do Grupo Técnico terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 4º Os representantes, titular e suplente, serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades que integram o Grupo Técnico, no prazo de dez dias, a contar da data da publicação desta Resolução, e serão designados por ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 5º As reuniões, ordinárias e extraordinárias, ocorrerão nas dependências do Palácio do Planalto, em Brasília, mediante convocação do representante do órgão coordenador.

§ 6º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará ao coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro um relatório contendo o resultado dos trabalhos realizados pelo colegiado.

§ 7º A participação no Grupo Técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 2º Constituir o Grupo Técnico com o propósito de analisar aspectos direcionadores para a escolha de novos sítios nucleares, onde serão construídas as próximas usinas termonucleares no Brasil, que será composto por:

I - Representante dos seguintes membros natos:

a) Casa Civil da Presidência da República;

b) Ministério de Minas e Energia;

c) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

d) Ministério do Meio Ambiente; e

e) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

II - Representante dos seguintes órgãos e entidades convidadas:

a) Ministério das Comunicações;

b) Ministério do Desenvolvimento Regional;

c) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

d) Comissão Nacional de Energia Nuclear;

e) Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional;

f) Eletronuclear;

g) Serviço Geológico do Brasil; e

h) Empresa de Pesquisa Energética.

§ 1º Os trabalhos do grupo técnico serão coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e serão concluídos no prazo de cento e oitenta dias, a contar de 3 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

§ 2º O Grupo Técnico poderá convidar para participar de suas reuniões, ou para integrá-lo, representantes de outros órgãos ou entidades que possam contribuir tecnicamente para esclarecimentos de matérias afetas ao objetivo a ser alcançado pelo colegiado.

§ 3º Cada membro do Grupo Técnico terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 4º Os representantes, titular e suplente, serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades que integram o Grupo Técnico, no prazo de dez dias, a contar da data da publicação desta Resolução, e serão designados por ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 5º As reuniões, ordinárias e extraordinárias, ocorrerão nas dependências do Palácio do Planalto, em Brasília, mediante convocação do representante do órgão coordenador.

§ 6º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará ao coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro um relatório contendo o resultado dos trabalhos realizados pelo colegiado.

§ 7º A participação no Grupo Técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

RESOLUÇÃO CDPNB Nº 21, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova e publica o Regimento Interno do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE COORDENADOR DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 9.828, de 10 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar e publicar o Regimento Interno do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, deliberado na sua sétima reunião plenária, ocorrida em 30 de agosto de 2022, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução GSI/PR nº 1, de 18 de outubro de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, DO OBJETIVO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro é o órgão de assessoramento ao Presidente da República destinado a estabelecer diretrizes e metas para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e supervisionar a sua execução, conforme dispõe o Decreto nº9.828, de 2019.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional é o Coordenador do Comitê.

Art. 2º Compete ao Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro:

I - formular políticas públicas relativas ao setor nuclear e propor aprimoramentos ao Programa Nuclear Brasileiro; e

II - supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos e entidades deliberadas no âmbito deste Comitê, relativas ao desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ

Art. 3º O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro conta, para o seu funcionamento, com as seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Secretaria-Executiva; e

III - grupos técnicos.

Seção I
Do Plenário

Art. 4º O Plenário é a instância decisória do Comitê.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Coordenador do Plenário, será assessorado diretamente pelo Secretário de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional.

Art. 5º Integram o Plenário os membros titulares do Comitê, com direito a voto.

§ 1º Em suas ausências ou impedimentos, os membros titulares do Colegiado serão substituídos por seus suplentes.

§ 2º Cada integrante do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro terá um suplente, que será o Secretário-Executivo ou um ocupante de Cargo Comissionado Executivo ou de Função Comissionada Executiva equivalente ao nível 17 ou 18 do órgão representado ou de suas entidades vinculadas, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º Os integrantes suplentes do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Subseção I
Das Reuniões e Deliberações do Plenário

Art. 6º O Plenário do Comitê deverá se reunir por meio de convocação do seu Coordenador.

§ 1º As reuniões serão de caráter ordinário ou extraordinário e ocorrerão, preferencialmente, nas instalações da Presidência da República, no Palácio do Planalto.

§ 2º Os integrantes do Comitê que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os que se encontrem em outros entes federativos poderão participar da reunião por meio de videoconferência.

§ 3º As reuniões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior.

§ 4º No eventual adiamento de uma reunião ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo máximo de trinta dias, a partir da data determinada anteriormente.

§ 5º A pauta das reuniões ordinárias e documentos correlatos serão enviados oficialmente aos membros do Plenário e aos convidados eventuais, com antecedência mínima de vinte dias corridos da data previamente fixada.

§ 6º É facultado a qualquer membro do Comitê apresentar proposta de inclusão de tema na pauta de reunião plenária, desde que encaminhadas à Secretaria-Executiva do Colegiado, com cópia para os demais membros titulares, com antecedência mínima de quinze dias corridos antes da data programada para a reunião.

§ 7º A manifestação de revisão das propostas de inclusão dispostas no § 6º, por parte de qualquer outro membro titular, deverá ser recebida para análise da Secretaria-Executiva do Colegiado, em até dez dias corridos da data da reunião plenária.

§ 8º As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que houver motivo urgente, sendo a convocação feita pelo Coordenador, mediante provocação de qualquer um de seus integrantes.

Art. 7º As sessões do Plenário ocorrerão com o mínimo de cinquenta por cento mais um dos membros em primeira chamada e, quinze minutos após a hora estabelecida, em segunda chamada, com qualquer número de presentes.

Art. 8º As reuniões do Plenário do Comitê obedecerão à seguinte ordem:

I - verificação do quórum;

II - aprovação da pauta da reunião e da ordem em que as matérias serão apreciadas; e

III - análise das matérias sujeitas à votação.

§ 1º Para efeitos do inciso III do **caput**:

I - o Coordenador dará a palavra ao integrante que encaminhou a matéria objeto de discussão, que a relatará;

II - finalizada a exposição, a matéria será colocada em discussão; e

III - encerrada a discussão, o Coordenador encaminhará a votação.

§ 2º As decisões do Colegiado serão adotadas por votação realizada por processo nominal e aberto dos integrantes com direito ao voto e presentes à sessão.

Art. 9º Qualquer membro do Plenário poderá propor ao órgão Coordenador do Colegiado, com antecedência mínima de dez dias corridos da data prevista para a reunião, convite a personalidades, especialistas e representantes de entidades e órgãos que possam contribuir para o esclarecimento de matérias de interesse do Comitê, sem direito a voto.

Art. 10. O Plenário deliberará por maioria simples dos membros titulares ou de seus suplentes presentes, considerando um voto para cada órgão integrante do Comitê.

Parágrafo único. Em caso de empate, caberá ao Coordenador do Comitê manifestar o voto de qualidade.

Art. 11. O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, caso seja do interesse do autor.

Art. 12. As deliberações sobre as matérias submetidas à apreciação do Plenário serão redigidas na forma de resolução.

Art. 13. As resoluções serão publicadas pelo titular do órgão Coordenador do Comitê no Diário Oficial da União, desde que não incluam informações classificadas, nos termos da legislação vigente.

Art. 14. As decisões do Plenário que não requeiram aprovação de autoridade superior serão proclamadas pelo Coordenador do Comitê.

Art. 15. O cumprimento das decisões e das deliberações do Plenário pelos integrantes do Colegiado será acompanhado pelo órgão coordenador do Comitê, assegurando a orientação centralizada e a execução descentralizada.

Subseção II
Das Atas

Art. 16. As reuniões do Plenário serão lavradas em atas que informarão o local, a data de sua realização, os nomes dos membros titulares ou suplentes presentes, demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados, decisões tomadas e deliberações.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Colegiado remeterá, oficialmente, cópia da ata a todos os membros do Plenário.

Art. 17. As atas serão confeccionadas pela Secretaria-Executiva do Comitê.

Parágrafo único. As atas originais serão arquivadas na Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Seção II
Da Secretaria-Executiva

Art. 18. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pela Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 19. O Secretário de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República será o Secretário-Executivo do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, sendo substituído em suas ausências e impedimentos pelo Diretor do Departamento de Coordenação Nuclear.

Parágrafo único. Os servidores e os militares da Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República prestarão o apoio necessário à execução dos trabalhos administrativos da Secretaria-Executiva do Colegiado.

Art. 20. Compete à Secretaria-Executiva do Comitê:

I - assessorar os integrantes do Comitê;

II - preparar as minutas dos atos emanados pelas instâncias do Colegiado;

III - promover o apoio e os meios necessários à execução das atividades do Comitê;

IV - prestar assistência direta ao Coordenador do Comitê;

V - confeccionar o documento de convocação para as reuniões das instâncias do Comitê;

VI - preparar as reuniões do Comitê;

VII - formular convites a personalidades, especialistas e representantes de órgãos e entidades que não façam parte do Comitê, mas possam contribuir tecnicamente para esclarecimentos de matérias de interesse do Colegiado;

VIII - acompanhar as implementações das deliberações do Comitê;

IX - supervisionar as ações necessárias ao efetivo cumprimento de suas decisões;

X - acompanhar e prestar apoio às atividades desenvolvidas pelos Grupos Técnicos instituídos; e

XI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Comitê.

Seção III
Dos Grupos Técnicos

Art. 21. O Plenário poderá criar grupos técnicos para analisar temas específicos de interesse do Comitê, devendo definir:

I - o tema a ser analisado;

II - o órgão responsável pela indicação do coordenador, dentre aqueles constantes no **caput** do art. 4º do Decreto nº 9.828, de 10 de junho de 2019;

III - os órgãos que integrarão o grupo técnico, em caráter compulsório ou a convite;

IV - o prazo para conclusão dos trabalhos, a possibilidade de prorrogação desse prazo e a periodicidade para o encaminhamento de relatórios parciais, se necessários; e

V - a autoridade à qual deverão ser encaminhados os relatórios parciais, se assim for definido, e o relatório final.

§ 1º Os titulares dos órgãos integrantes do grupo técnico deverão indicar os seus representantes, titular e suplente, ao Secretário-Executivo do Comitê.

§ 2º O Coordenador do Comitê providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do ato de criação dos grupos técnicos e da designação dos seus integrantes.

§ 3º Em razão de necessidade de celeridade, a Secretaria-Executiva do Comitê poderá propor a criação de grupo técnico, contemplando as definições previstas nos incisos do **caput**, podendo o Coordenador do Plenário criá-lo **ad referendum** do Plenário.

§ 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões especialistas em temas de interesse dos grupos técnicos ou representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas.

§ 5º Os convidados participarão das reuniões apenas nos momentos pertinentes ao seu respectivo tema, sem direito a voto.

§ 6º Caso não haja consenso nas matérias submetidas à votação nos grupos técnicos, essas serão submetidas a votação e decididas por maioria simples, cabendo ao coordenador o voto de qualidade.

§ 7º As reuniões dos grupos técnicos serão realizadas, preferencialmente, nas instalações da Presidência da República, no Palácio do Planalto, mediante convocação do coordenador de cada grupo, por intermédio da Secretaria-Executiva do Comitê.

§ 8º As reuniões cujos membros estejam em entes federativos diversos poderão ser realizadas por videoconferência.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I
Do Coordenador do Comitê

Art. 22. São atribuições do Coordenador do Comitê:

I - publicar a designação dos suplentes indicados pelos membros titulares do Plenário do Colegiado;

II - convocar as reuniões do Plenário, observadas as disposições deste Regimento Interno;

III - definir a pauta das reuniões do Plenário, ouvidos os demais integrantes do Comitê;

IV - submeter as matérias constantes da pauta à discussão e, quando necessário, à votação;

V - resolver as questões de ordem nas reuniões do Plenário;

VI - encaminhar ao Presidente da República informações sobre matérias relevantes da competência do Comitê;

VII - adotar as medidas que tenham caráter de urgência, submetendo-as à homologação do Plenário em reunião extraordinária, para tanto, imediatamente convocada;

VIII - determinar a publicação das resoluções do Colegiado no Diário Oficial da União;

IX - propor ao Plenário a criação de grupos técnicos; e

X - solicitar aos órgãos ou às entidades a indicação de representantes para participar das reuniões do Colegiado, sem direito a voto, ou para integrar grupos técnicos.

Seção II
Dos Membros do Plenário

Art. 23. São atribuições dos membros do Plenário:

I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados;

II - discutir e votar as matérias submetidas ao Plenário;

III - indicar suplente para o Plenário e representantes, titular e suplente, para os grupos técnicos constituídos;

IV - indicar coordenador para os grupos técnicos;

V - indicar relator para os grupos técnicos, caso necessário;

VI - apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário, com antecedência mínima de dez dias corridos em relação à data da reunião;

VII - solicitar que conste em ata seu ponto de vista discordante, ou do órgão que representa, quando julgar relevante;

VIII - requerer ao Coordenador do Comitê a convocação de reuniões extraordinárias;

IX - solicitar estudos, informações e propostas sobre temas específicos a serem submetidos ao Plenário; e

X - propor ao Plenário a criação de grupo técnico.

Seção III
Do Secretário-Executivo

Art. 24. São atribuições do Secretário-Executivo do Comitê:

I - coordenar as atividades afetas à Secretaria-Executiva do Colegiado;

II - providenciar o arquivamento da documentação apreciada pelo Plenário;

III - propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões das instâncias do Comitê;

IV - providenciar a confecção de documento de convocação para as reuniões, para posterior assinatura do Coordenador do Comitê;

V - dar publicidade às decisões emanadas do Plenário, conforme determinação do Coordenador;

VI - organizar cronograma de eventos do Plenário;

VII - acompanhar o funcionamento dos grupos técnicos;

VIII - elaborar, ao final de cada ano, relatório sucinto sobre as atividades desenvolvidas no período pelo Comitê, submetendo-o à apreciação de seu Coordenador; e

IX - executar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Coordenador do Comitê.

Seção IV
Dos Coordenadores dos Grupos Técnicos

Art. 25. São atribuições dos coordenadores dos grupos técnicos, no respectivo âmbito de atuação:

I - convocar os integrantes para as reuniões;

II - definir, ouvidos os demais integrantes, a forma de condução dos trabalhos;

III - conduzir as atividades desenvolvidas;

IV - relatar os trabalhos ou indicar relator, se for o caso;

V - requerer, uma única vez, prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos:

a) ao Plenário; ou

b) ao Coordenador do Comitê, **ad referendum** do Plenário, se o prazo estabelecido para a conclusão for anterior à próxima reunião ordinária do Plenário prevista;

VI - apresentar o relatório final dos trabalhos realizados; e

VII - encaminhar o relatório final e, se for o caso, os relatórios parciais à autoridade responsável.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê serão consideradas serviço de natureza relevante, não remunerado.

Art. 27. As eventuais despesas decorrentes das atividades do Comitê correrão por conta dos respectivos órgãos de origem.

Parágrafo único. No caso de despesas com convidado sem vínculo com os órgãos que compõem o Comitê, essas poderão ser custeadas pelo órgão interessado no convite.

Art. 28. Os casos omissos na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Coordenador do Comitê.

Art. 29. O presente Regimento Interno poderá ser alterado por iniciativa de qualquer um dos membros titulares do Comitê, mediante proposta ao Plenário.

Parágrafo único. A alteração sugerida será incorporada a este Regimento, caso seja aprovada por, no mínimo, dois terços dos membros do Comitê.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

TERMO DE JULGAMENTO nº 263/2022/CORREG/MAPA
Referência: Processo SEI nº 21000.053047/2020-06
Interessados: Corregedoria do MAPA
Assunto: Julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados - PAR

O CORREGEDOR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da competência delegada através da Portaria MAPA nº 381, de 23 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2021, seção 1, página 10, prevista no art. 8º, §1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente o conteúdo do Relatório Final do colegiado processante (SEI nº 13539736), pelos fundamentos de fato e de direito apresentados pela Corregedoria, conforme Nota Técnica nº 216/2022/CORREG/MAPA (SEI nº 23300769), pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER n. 00293/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23049698), o DESPACHO CONJUR n. 00777/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23049728), ratificados pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 13195/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23049751), de 27/07/2022, os quais adoto, na forma do descrito no Despacho nº 58 (23069196), sem necessidade de nova fundamentação, nos termos do art. 50, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e sob o fundamento no art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 4º do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, RESOLVO:

Art. 1º - CONHECER do PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO Administrativo, com efeito suspensivo, apresentado pelo Requerente, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade (cabimento, legitimidade e tempestividade) de seu apelo, nos termos do art. 11 do Decreto nº 8.420/2015 e Art. 15 do Decreto nº 11.129/2022;

Art. 2º - NEGAR PROVIMENTO, no mérito, ao pleito formulado, com força nas Notas Técnicas nº 143/2021/CORREG/MAPA (SEI nº 15331412) e nº 216/2022/CORREG/MAPA (23300769), mantendo in totum a decisão proferida no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados nº 21000.053047/2020-06, conforme decisão proferida no TERMO DE JULGAMENTO nº 229/2022/CORREG/MAPA, publicado no Diário Oficial da União em 02/08/2022 (doc. SEI nº 23114346), haja vista que, como demonstrado pela área técnica, não merece acolhimento o pedido de reconsideração apresentado pelo Requerente.

Art. 3º - DETERMINAR, nos termos do § 3º do art. 11 do Decreto nº 8.420, de 2015 e § 3º do art. 15 do Decreto nº 11.129/22, que a empresa BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da nova decisão, cumpra as sanções que lhe foram impostas, sendo cumulativamente:

Pagamento de multa pecuniária no valor de R$ 294.642,88 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), que corresponde nos termos do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, arts. 22 e 23 do Decreto nº 11.129/2022, em razão do reconhecimento da responsabilidade objetiva pela prática de ato lesivo à Administração Pública Federal, previsto no inciso V do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

Publicação do extrato desta decisão em meio de comunicação de grande circulação, física ou eletrônica, na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

Publicação do extrato desta decisão em edital afixado pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em posição que permita a visibilidade pelo público;

Publicação do extrato desta decisão em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

Art. 4º - Após publicação desta decisão, deve a Coordenação-Geral Técnica-Jurídico Correcional:

a) Notificar os Órgãos de Controle, de Fiscalização e de Persecução Penal quanto ao desfecho da presente ação disciplinar, dando ciência do inteiro teor do Relatório Final, dos Pareceres Jurídicos e do Termo de Julgamento, com remessa de demais documentos pertinentes ao caso, ou através de concessão de "acesso externo" do Sistema SEI;

b) Alimentar o Sistema CGUPJ/SISCOR, com os dados desenvolvidos nos autos do Processo Administrativo em questão, a fim de dar ciência à Corregedoria-Geral da União quanto ao deslinde do feito disciplinar;

c) Inserir no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) as sanções ora aplicadas;

d) Emitir a Guia de Recolhimento da União em desfavor do referido Ente Privado, com prazo para pagamento de 30 (trinta) dias, conforme art. 25 do Decreto nº 8.420/2015, bem como acompanhar o adimplemento das obrigações impostas nesta decisão; e

e) Realizar os outros procedimentos correcionais de praxe até a conclusão do processo na seara administrativa.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO:
"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização PAR 21000.053047/2020-06.

Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa de R$ 294.642,88 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:

BLAZE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ: 04.935.792/0001-47

ante a comprovação, após compartilhamento de provas da Operação Enredados, deflagrada pela Polícia Federal em 2015, de interferência na atividade fiscalizatória do extinto Ministério da Pesca para emissão de licença irregular, infringindo o disposto no inciso V, do artigo 5º da Lei n° 12.846, de 2013."

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS E SAÚDE ANIMAL

PORTARIA Nº 56, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Chefe do SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS E SAÚDE ANIMAL da SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA BAHIA usando das atribuições que lhe compete o item i do Art. 266 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado através da Portaria Ministerial nº. 561, de 11 de abril de 2018, publicada na Seção 1 do DOU de 13 de abril de 2018, e com base no que determina o Art. 75º do Decreto 5741 de 30 de março de 2006; no Art. 3º §3º e 4º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e no Art. 4.2 Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016 que estabelece as normas do controle da AIE no âmbito do Estado da Bahia.

Considerando que o requerente através do processo nº. 21012.007325/2022-78 constituído na SFA-BA atendeu ao disposto na legislação, que trata dos requisitos para HABILITAÇÃO/CADASTRAMENTO de profissionais Médicos Veterinários do setor privado para atuação junto ao Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, resolve:

HABILITAR/CADASTRAR no PNSE com o nº. 06.09.22 o Médico Veterinário JOÃO ANTÔNIO SANTOS DE JESUS SANTANA com inscrição no CRMV-BA sob nº 07363-VP (BA), para execução das atividades do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, no Controle e Erradicação do Mormo e da AIE, consoante as normas dispostas no o Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e na Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e da Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016, no âmbito do Estado da Bahia.

O Médico Veterinário ora habilitado/cadastrado, deverá cumprir as Normas para o Controle e Erradicação do Mormo e da AIE e outras normas complementares estabelecidas pelo Departamento de Saúde Animal do MAPA, fornecer informações relacionadas com o PNSE, apresentar uma via do relatório mensal de colheita de material para Mormo ao SISA (Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários e Saúde Animal) da SFA-BA com periodicidade mensal, até o quinto dia útil do mês subsequente.

O não atendimento ao disposto nesta Portaria e/ou nas Legislações vigentes, implicará na suspensão ou cancelamento do habilitado/cadastrado, estando o profissional impedido de requerer nova habilitação/cadastramento pelo prazo de 12 (doze) meses.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCIA HELOIZA CUNHA MOREIRA ALVES

PORTARIA Nº 57, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A Senhora Chefe do SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS E SAÚDE ANIMAL da SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA BAHIA usando das atribuições que lhe compete o item i do Art. 266 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado através da Portaria Ministerial nº. 561, de 11 de abril de 2018, publicada na Seção 1 do DOU de 13 de abril de 2018, e com base no que determina o Art. 75º do Decreto 5741 de 30 de março de 2006; no Art. 3º §3º e 4º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e no Art. 4.2 Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016 que estabelece as normas do controle da AIE no âmbito do Estado da Bahia.

Considerando que o requerente através do processo nº. 21012.007356/2022-29 constituído na SFA-BA atendeu ao disposto na legislação, que trata dos requisitos para HABILITAÇÃO/CADASTRAMENTO de profissionais Médicos Veterinários do setor privado para atuação junto ao Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, resolve:

HABILITAR/CADASTRAR no PNSE com o nº. 07.09.22 a Médica Veterinária ROBERTA COSTA ALMEIDA com inscrição no CRMV-BA sob nº 06149-VP (BA), para execução das atividades do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, no Controle e Erradicação do Mormo e da AIE, consoante as normas dispostas no o Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e na Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e da Resolução da CECAIE - BA nº.01/2016 de 23/03/2016, no âmbito do Estado da Bahia.

A Médica Veterinária ora habilitada/cadastrada, deverá cumprir as Normas para o Controle e Erradicação do Mormo e da AIE e outras normas complementares estabelecidas pelo Departamento de Saúde Animal do MAPA, fornecer informações relacionadas com o PNSE, apresentar uma via do relatório mensal de colheita de material para Mormo ao SISA (Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários e Saúde Animal) da SFA-BA com periodicidade mensal, até o quinto dia útil do mês subsequente.

O não atendimento ao disposto nesta Portaria e/ou nas Legislações vigentes, implicará na suspensão ou cancelamento do habilitado/cadastrado, estando o profissional impedido de requerer nova habilitação/cadastramento pelo prazo de 12 (doze) meses.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCIA HELOIZA CUNHA MOREIRA ALVES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de números 57, 58 e 59, publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2022, onde se lê: "...DE 25 DE AGOSTO DE 2020..."; leia-se: "...DE 25 DE AGOSTO DE 2022".

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 300, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria no 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21042.009815/2017-94 , resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 0601, a empresa Qualypack Embalagens Eireli, CNPJ nº 08.325.528/0001-42, localizada na Rua da Pedreira, nº 3130, Bairro Floresta, Nova Santa Rita - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos:: a. Tratamento Térmico por calor: Ar quente forçado;

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 49, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei n° 6894, de 16 de dezembro de 1980, Decreto 4954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto n° 8384, de 2014 e na Instrução Normativa MAPA n° 53, de 24 de outubro de 2013 e o que consta do Processo 21052.016043/2022-95, resolve:

Art. 1° Credenciar a Instituição de Pesquisa da empresa Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A., CNPJ N.º 45.365.558-0006-13, com sede na Avenida Marginal Esquerda, n° 2000, CEP 14.600-000, no Município de São Joaquim da Barra/SP, e campo experimental localizado em mesmo endereço, para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo Art. 15 do regulamento da Lei Nº 6894 de 1980.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta portaria terá validade de cinco anos, conforme Art. 30 da Instrução Normativa Nº 53 de 23/10/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA DE ARAÚJO REIS

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA SAF/MAPA Nº 289, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e no Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto nº 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento do benefício Garantia-Safra aos agricultores que aderiram na safra 2020/2021, no município constante do Anexo desta Portaria.

§1º O pagamento integral do benefício Garantia-Safra será realizado em parcela única, em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19).

§2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de setembro de 2022, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Notificar os agricultores aderidos ao Programa Garantia-Safra que tiveram a concessão do benefício bloqueado no município constante no anexo, conforme disposto na Portaria SPA nº 25, de 8 de julho de 2020.

§ 1º Cabe ao agricultor familiar, para ciência da notificação de bloqueio da concessão do Benefício Garantia-Safra de que trata o caput, consultar o seu cadastro de inscrição no sistema informatizado de gerenciamento do Garantia-Safra, disponibilizado no site do MAPA na internet.

§ 2º A consulta de que trata o §1º deste artigo deverá ser realizada pelo agricultor familiar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2022.

MARCIO CANDIDO ALVES

ANEXO

Relação dos Municípios Folha Setembro 2022
(Safra 2020/2021)

UF	Município	IBGE
BA	Pilão Arcado	2924405

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.258, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Suspender a Licença da Empresa Pesqueira CFK COMERCIO DE PESCADOS LTDA inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-I0003820-9 durante o período de 7 (sete) dias.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o Art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.253 de 20/02/2020 de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.071759/2022-61, resolve:

Art. 1º Suspender a Licença da Empresa Pesqueira CFK COMERCIO DE PESCADOS LTDA, portadora do CNPJ nº 28.846.***/0001-03, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-I0003820-9, tendo em vista o não cumprimento do disposto no Art. 19 da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por 7 (sete) dias.

Parágrafo único. Os dias da suspensão que trata o caput serão contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.259, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Suspender a Licença da Empresa Pesqueira YUKIKO YOSHIMURA ME LTDA inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SCI-0004003-6 durante o período de 7 (sete) dias.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.057390/2022-83, resolve:

Art. 1º Suspender a Licença da Empresa Pesqueira YUKIKO YOSHIMURA ME LTDA, portadora do CNPJ nº 16.104***/0001-21, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SCI-0004003-6, tendo em vista o não cumprimento do disposto no Art. 19 da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por 7 (sete) dias.

Parágrafo único. Os dias da suspensão que trata o caput serão contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 652, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA , do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando o disposto no art. 3º da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas seguintes modalidades de execução:

I - presencial; ou

II - teletrabalho.

Parágrafo único. O teletrabalho de que trata o inciso II do caput poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial.

Art. 2º As atividades que poderão ser executadas por meio do Programa de Gestão e Desempenho - PGD desta Unidade, são as constantes no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Fica estabelecida a exigência de produtividade adicional entre 20% e 50% (vinte e cinquenta por cento), aos participantes da modalidade teletrabalho em regime de execução integral, em relação às mesmas atividades executadas em regime de execução parcial ou executadas na modalidade presencial.

Art. 3º Os agentes públicos que poderão participar do PGD desta Unidade, são os seguintes:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão;

III - empregados públicos;

IV - contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

V - os estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º Ficam vedados de participarem do PGD da SDA, na modalidade teletrabalho, em regime de execução integral ou parcial, além dos elencados no art. 10 da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022, os servidores em estágio probatório.

Art. 5º O participante do PGD da SDA, na modalidade teletrabalho, em qualquer regime de execução, poderá ser convocado pela respectiva chefia à comparecer presencialmente à sua unidade de trabalho, sempre que houver interesse fundamentado da Administração.

§ 1º O comparecimento de que trata o caput é de responsabilidade do participante, o qual não fará jus ao recebimento de nenhuma despesa relacionada ao transporte ou diária.

§ 2º O prazo mínimo de antecedência de convocação de que trata o caput é de 5 (cinco) dias.

§ 3º A solicitação da chefia deverá ser encaminhada pelo correio eletrônico institucional do participante e o início do prazo de que trata o § 1º dar-se-á a partir do dia seguinte da referida comunicação.

Art. 6º Ao participante que descumprir injustificadamente a convocação de que trata o art. 5º, será registrada Falta Não Justificada e ensejará em perda da parcela de remuneração diária proporcional, nos termos do inciso I do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 7º O quantitativo de agentes públicos participantes na modalidade teletrabalho em regime de execução integral será de, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento) do total da força de trabalho por subunidade, observado o limite que consta do art. 6º da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022.

§ 1º Para fins do disposto no caput , serão consideradas subunidades o Gabinete e os Departamentos desta Secretaria.

§ 2º Caberá ao Departamento de Gestão Corporativa monitorar o quantitativo máximo de participantes incluídos na modalidade indicada e subsidiar decisão do Dirigente.

§ 3º Para atender o limite máximo de que trata o caput , a chefia imediata poderá apresentar solicitação de revezamento de participantes do PGD, priorizando a manutenção daqueles que:

I - usufruam de horário especial ao servidor estudante de que trata o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; ou

IV - com vínculo efetivo.

§ 4º Para realização do revezamento de que trata o § 3º, o Dirigente poderá estabelecer critérios técnicos específicos, devidamente justificados.

Art. 8º A seleção de interessados a participar do Programa deverá ser executada de modo impessoal, com base nas atividades a serem desempenhadas e na experiência dos interessados.

§ 1º A operacionalização da seleção dos candidatos, obrigatoriamente, será realizada por meio do sistema informatizado do PGD em uso neste Ministério.

§ 2º Caso a atividade e a entrega esperada exijam, poderão ser incluídos critérios técnicos específicos, devidamente justificados.

§ 3º A seleção dos candidatos deverá ser realizada pela chefia da unidade que gerou a seleção, que a fará mediante decisão fundamentada.

Art. 9º Na adesão ao PGD, o agente público e a respectiva chefia imediata deverão firmar plano de trabalho contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - data de início e de término;

II - atividades a serem executadas pelo participante;

III - metas e prazos; e

IV - Termo de Ciência e Responsabilidade constante do Anexo II desta Portaria.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput será operacionalizado por meio do sistema informatizado do programa de gestão em uso neste Ministério.

§ 2º O Termo de Ciência e Responsabilidade de que trata o inciso IV deverá ser encaminhado à respectiva unidade pagadora do interessado, para arquivamento no assentamento funcional.

§ 3º O participante do PGD comunicará à respectiva chefia imediata quaisquer afastamentos, licenças e outros impedimentos que poderão ensejar em adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do seu plano de trabalho.

Art. 10. Os atos de ingresso e desligamento de participante do PGD serão publicados no Boletim de Gestão de Pessoas do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - Sigepe e enviados imediatamente à respectiva unidade pagadora do interessado, para registro e as providências operacionais cabíveis.

Art. 11. A inclusão de agente público que residir no exterior na modalidade teletrabalho, deverá observar o disposto no art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

§ 1º O agente público deverá apresentar a solicitação de autorização para teletrabalho no exterior por meio de formulário específico disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com a devida manifestação da chefia imediata.

§ 2º O requerimento deverá ser encaminhado ao dirigente máximo desta Unidade, para apreciação e manifestação expressa quanto o interesse da administração.

§ 3º Caberá ao Departamento de Gestão Corporativa monitorar o quantitativo máximo de agentes públicos abrangidos pela autorização excepcional de teletrabalho no exterior de que trata o § 8º do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022, no âmbito desta Secretaria.

§ 4º Somente após a manifestação técnica da área de gestão de pessoas deste Ministério, o requerimento será apreciado pela autoridade de que trata o inciso V do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

Art. 12. O participante será desligado do PGD desta Unidade:

I - a pedido;

II - no interesse da Administração, por razões técnicas ou de conveniência, ou oportunidade, devidamente fundamentadas;

III - por 3 (três) avaliações insuficientes do plano de trabalho estabelecido pela chefia, consecutivas ou intercalas no período de 1 (um) ano;

IV - em virtude do descumprimento das disposições do Termo de Ciência e Responsabilidade pactuado na adesão ao Programa;

IV - pelo decurso de prazo de vigência de participação no Programa, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, alteração da unidade de exercício ou realocação interna para execução de outras atividades não constantes no Anexo I desta Portaria; ou

VI - pelo revezamento de que trata o § 3º do art. 7º desta Portaria.

§ 1º Em todas as hipóteses de que trata o caput , será concedido o prazo mínimo de 10 (dez) dias para que o participante volte a se submeter ao controle de frequência.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º será de, no mínimo, 30 (trinta) dias para o participante do PGD que esteja residindo no exterior.

§ 3º Caberá à chefia imediata apresentar solicitação motivada do desligamento do participante do PGD que incorrer nas hipóteses dos incisos II a V do caput .

§ 4º A solicitação de desligamento deverá ser ratificada pela autoridade hierarquicamente superior à chefia imediata do participante e encaminhada à deliberação do titular da Unidade.

§ 5º Até que seja notificado pela chefia imediata a respeito do ato de desligamento publicado, o participante continuará em regular exercício das atividades no PGD.

Art. 13. Nas hipóteses de desligamento de que tratam o inciso III e IV do art. 12, o agente público ficará impedido de participar do PGD desta Secretaria de Defesa Agropecuária pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da notificação do desligamento, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 14. O PGD desta Secretaria de terá duração de 2 (dois) anos, a contar da data de início da vigência desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 15. Ficam revogadas:

I - a Portaria SDA nº 483, de 20 de dezembro de 2021, publicada no D.O.U, Edição 240, Seção 1, página 2, de 22 de dezembro de 2021;

II - a Portaria SDA nº 602, de 21 de junho de 2022, publicada no D.O.U, Edição 116, Seção 1, página 27, de 22 de junho de 2022; e

III - a Portaria SDA nº 650, de 05 de setembro de 2022, publicada no D.O.U, Edição 173, Seção 1, página 4, de 12 de setembro de 2022.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO I

ATIVIDADES PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO POR MEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Unidade de Execução: Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Coordenação junto aos Departamentos da SDA, à SCRI e setor privado dos temas sanitários, fitossanitários e/ou de interesse agropecuário pautados na agenda internacional	Análises de processos, organização e realização de reuniões internas e externas e montagem de banco de dados para acesso a mercados.	C	Até 3h	Até 2h	33%
Gestão de questionários sanitários e fitossanitários	Questionários consolidados e revisados.	D	Até 20h	Até 15h	25%

Unidade de Execução: Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Atividades relacionadas a assuntos de fiscalização e certificação fitossanitária internacional, fiscalização de tratamento quarentenário , Programa especial de exportação e quarentena vegetal	Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou nota técnica. Gerenciamento e gestão das atividades de fiscalização e certificação fitossanitária internacional, fiscalização de tratamento quarentenário, Programa especial de exportação e de quarentena Vegetal.	D	Até 40h	Até32h	20%
Análise de Risco de Pragas	Processos de análise de Risco de Pragas concluídos. Elaboração de relatório técnico para subsidiar ARP do país importador. Revisão dos relatórios de ARP. Análise de processos e gerenciamento das atividades de exportação e importação de produtos vegetais inerentes ao controle de disseminação de pragas pelo comércio internacional realizada; Análise de propostas de requisitos fitossanitários para abertura de mercado para exportação produtos brasileiros. Elaboração de relatório técnico para subsidiar ARP do país importador. Revisão dos relatórios de ARP.	D	Até 480h	Até 384h	20%
Atividades relacionadas à Fiscalização e Registro de agrotóxicos e afins	Processos de Registro de Agrotóxicos e Afins analisados. Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou nota técnica. Gerenciamento e gestão das atividades de fiscalização e registro de Agrotóxicos e Afins.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Coordenação das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas vegetais	Conteúdo produzido, apresentação de Relatórios, Informações, Pareceres, Notas Técnicas, Elaboração, Implementação e Execução de programas e planos de trabalho. Gerenciamento e gestão das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas de vegetais.	D	Até 160h	Até 130h	20%
Auditorias dos Programas Nacionais de Controle e Erradicação de Pragas	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados coletados, programação, execução e avaliação de cursos de atualização das equipes de auditores.	D	Até 40h	Até32h	20%
Registros de cultivares e espécies	Análise, registro, alteração, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas a registro de cultivares e espécies.	C	Até 40h	Até 32h	25%
Atividade relacionada ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas, Certificação de Sementes e Fiscalização de OGM	Análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas ao sistema Nacional de Sementes e Mudas, Fiscalização de certificação de sementes e fiscalização de OGM.	D	Até 40h	Até 32h	25%
Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização	Relatório de instrução para julgamento em 1ª e 2ª Instância; Minuta de Despacho; Minuta de Termo de Julgamento; Comunicação de gravame; Análise de manifestação ao gravame; Análise de pedido de revisão de sanção; Parecer ou Nota Técnica com solicitação de parecer técnico jurídico.	D	Até 20h	Até 16h	20%
Atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC. Análise de pedidos de proteção, solicitação de testes de DHE a autoridade estrangeira, proteção de cultivar, Indeferimento/ arquivamento de pedidos de proteção, cancelamento da proteção, elaboração de diretriz de DHE, publicações de decisões e avisos, resposta a consultas por e-mail	Análise efetuada, diligência gerada, ofício expedido, parecer de proteção emitido, parecer de arquivamento emitido, parecer de cancelamento emitido, Ato publicado, Decisão publicada, Aviso publicado, e-mail enviado. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas ao SNPC.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Atividades relacionadas à Fiscalização e Registros de fertilizantes e afins	Processos de Registros e Renovações e afins realizados. Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou nota técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas a fiscalização e registro de fertilizantes e Afins.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Coordenação das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas vegetais	Conteúdo produzido, apresentação de Relatórios, Informações, Pareceres, Notas Técnicas, Elaboração, Implementação e Execução de programas e planos de trabalho. Gerenciamento e gestão das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas de vegetais.	D	Até 160h	Até 130h	20%
Auditorias dos Programas Nacionais de Controle e Erradicação de Pragas	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados coletados, programação, execução e avaliação de cursos de atualização das equipes de auditores.	D	Até 40h	Até32h	20%
Registros de cultivares e espécies	Análise, registro, alteração, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas a registro de cultivares e espécies.	C	Até 40h	Até 32h	25%
Atividade relacionada ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas, Certificação de Sementes e Fiscalização de OGM	Análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas ao sistema Nacional de Sementes e Mudas, Fiscalização de certificação de sementes e fiscalização de OGM.	D	Até 40h	Até 32h	25%
Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização	Relatório de instrução para julgamento em 1ª e 2ª Instância; Minuta de Despacho; Minuta de Termo de Julgamento; Comunicação de gravame; Análise de manifestação ao gravame; Análise de pedido de revisão de sanção; Parecer ou Nota Técnica com solicitação de parecer técnico jurídico.	D	Até 20h	Até 16h	20%
Atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC. Análise de pedidos de proteção, solicitação de testes de DHE a autoridade estrangeira, proteção de cultivar, Indeferimento/ arquivamento de pedidos de proteção, cancelamento da proteção, elaboração de diretriz de DHE, publicações de decisões e avisos, resposta a consultas por e-mail	Análise efetuada, diligência gerada, ofício expedido, parecer de proteção emitido, parecer de arquivamento emitido, parecer de cancelamento emitido, Ato publicado, Decisão publicada, Aviso publicado, e-mail enviado. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas ao SNPC.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Atividades relacionadas à Fiscalização e Registros de fertilizantes e afins	Processos de Registros e Renovações e afins realizados. Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou nota técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas a fiscalização e registro de fertilizantes e Afins.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Atividades relacionadas a Aviação Agrícola	Análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica. Gerenciamento e gestão das atividades relacionadas a aviação agrícola.	D	Até 40	Até 32 h	20%
Atividades relacionadas ao Serviço de Monitoramento em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados	Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou nota técnica. Gerenciamento e gestão das Atividades relacionadas ao Serviço de Monitoramento em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados	D	Até 40 h	Até 32 h	20%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 40h	Até 32h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Saúde Animal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Orientação, supervisão e monitoramento do serviço de registro genealógico e material de multiplicação animal	Orientação, supervisão e monitoramento executados.	C	20h	16h	20%
Planejamento e coordenação zoossanitária, com procedimentos para o controle e avaliação em saúde animal	Planejamento, coordenação, controles e procedimentos executados.	C	40h	32h	20%
Coordenação das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos animais	Conteúdo técnico produzido; avaliação, elaboração e apresentação de dados, análises, minutas e relatórios; processos SEI analisados e ou concluídos; e programa sanitário implementado.	D	12h	9,6h	20%
Planejamento e coordenação de atividades relacionadas ao trânsito nacional e internacional de animais e produtos de interesse em saúde animal e rastreabilidade animal.	Planejamento e coordenação de atividades relacionadas ao trânsito nacional e internacional de animais e produtos de interesse em saúde animal e rastreabilidade animal.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Registro de produtos de uso veterinário	Análise de processos de registro inicial, alteração e renovação de registro, emissão de licenças provisórias, emissão de pareceres técnicos, análise de processos de importação de insumos e produtos veterinários, revisão e elaboração de normas, gerenciamento de dados.	D	3,6h	2h	20%
Atendimento de demandas técnicas relacionadas à fiscalização de produtos de uso veterinário	Programação de fiscalização com base em risco; Instrução de processo administrativo de apuração de infração; demandas de ouvidoria, pareceres técnicos em processos de importação de insumos e produtos veterinários, elaboração de painéis de dados gerenciais, elaboração e revisão de normas	D	Até 60h	Até 48h	20%
Planejamento, coordenação e execução de atividades relacionadas à resistência aos antimicrobianos; farmacovigilância veterinária e investigações de violações do PNCRC.	Conteúdo técnico produzido; avaliação, elaboração e apresentação de dados, análises, minutas e relatórios; processos SEI analisados; sistemas eletrônicos de informação implementados e monitorados; representação em reuniões/eventos nacionais/internacionais.	D	3h	2,4h	20%
Quarentena Animal	Recebimento de animais para quarentenas, coleta e preparo de amostras para análises laboratoriais, elaboração de calendário de quarentenas, avaliações e acompanhamento clínico e necropsias de animais, liberação de animais após as quarentenas, gestão e supervisão de biossegurança e bem-estar animal, atendimento externo, organização e acompanhamento de eventos realizados na EQC (missões, visitas, cursos e treinamentos), elaboração e acompanhamento de processos de contratação e manutenção, gestão e coordenação das atividades da EQC, gestão e fiscalização de contratos, acompanhamento de obras e reformas ou manutenções, apoio a CGTQA/DSA na elaboração de normas e pareceres.	D	40h	Não se aplica	Não se aplica
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Assessoria Técnica ao Departamento	Documentos produzidos.	D	12h	8,4h	30%
Registro de Produtos de Origem Vegetal	Análises de registros realizadas.	D	1h	0,5h	50%
Análise de Importação e Exportação	Análises realizadas.	D	1h	0,5h	50%
Relatoria de Processos de apuração de auto de infração em 1ª e 2ª Instância	Processos relatados.	D	12h	8h	33%
Análise e gestão de laudos analíticos de coletas fiscais	Laudos analisados/estudos desenvolvidos.	D	1,5h	1h	33%
Coordenação Técnica das Atividades de Fiscalização e Regulamentação	Documentos produzidos.	D	12h	9,6h	20%
Fiscalização e Regulamentação de Produtos de Origem Vegetal	Documentos produzidos.	D	12h	9,6h	20%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Relatoria de Processos de apuração de auto de infração em 2ª Instância	Avaliar tecnicamente processos de apuração de infração, elaborando parecer conclusivo que permita a tomada de decisão pela autoridade julgadora em segunda instância, gerenciando as decisões para direcionamento das atividades de fiscalização.	D	40h	32h	20%
Registro e Cadastro de Estabelecimentos de Produtos de Origem Animal e Alimentação Animal	Avaliação efetuada, Atualização de normas, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Registro e Cadastro de Produtos de Origem Animal e Alimentação Animal	Análise, atualização da legislação, parecer técnico, comunicação, lançamento e tratamento de dados.	D	40h	32h	20%
Habilitações e Certificações de Exportação e Importação	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Auditorias de Estabelecimentos e SIPOAs	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Avaliação e gestão das auditorias internacionais	Apoio técnico para atividades de auditorias.	D	2h	1,5h	25%
Gestão sobre processos relacionados às capacitações para produtos de origem animal e de alimentação animal	Análise e procedimentos para a realização, preparação ou finalização dos cursos executados ou identificados como necessidade do Departamento.	C	40h	32h	20%
Análise de procedimentos de inspeção de produtos de origem animal e de produtos para alimentação animal	Análise, emissão de pareceres técnicos sobre os procedimentos de inspeção e fiscalização e propostas de atualização de normas inerentes à área.	D	40h	32h	20%
Análise de importação de produtos de origem animal e de produtos para alimentação animal	Análise de processos, com emissão de pareceres acerca de resultados dos procedimentos de fiscalização da importação de POA e AA.	D	40h	32h	20%
Elaboração de pareceres técnicos em assuntos relacionados com produtos de origem animal e alimentação animal	Pareceres Técnicos elaborados.	C	1,5h	1h	33%
Suporte à Gestão	Suporte aos usuários dos sistemas informatizados vinculados ao Departamento. Manuais para uso de sistemas elaborados. Gestão de correções e evoluções de sistemas junto ao Suporte Técnico do Mapa. Gestão de acesso de usuários internos (servidores) e externos aos sistemas utilizados pelo Departamento. Inclusão, exclusão e edição de atributos disponíveis no preenchimento de solicitações nos sistemas. Homologação e testes de ferramentas e funcionalidades dos sistemas do Departamento. Levantamento de dados para gestão interna e atendimento de demandas externas. Atualizações cadastrais de estabelecimentos e usuários internos e externos. Gestão dos painéis de dados gerenciais. Gestão orçamentária e financeira no âmbito dos Planos Internos sob responsabilidade do Departamento.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Análise de processos de notificações internacionais e violações de Programas Oficiais	Análises e gerenciamento de procedimentos de comunicação e respostas às demandas de notificações e violações.	C	1,5h	1h	33%
Tratamento de demandas de SIC/Ouvidoria e que envolvam órgãos diversos do DIPOA.	Tratamento realizado; processos analisados.	C	1,5h	1h	33%
Gestão sobre processos relacionados a caracterizações de risco para produtos de origem animal e de alimentação animal	Análise e elaboração de pareceres referente à caracterização de risco para produtos de origem animal. Elaboração, gerenciamento e compilação de resultados dos programas oficiais para produtos de origem animal. Participação nos trabalhos de desenvolvimento de sistema informatizado.	D	4h	3h	25%
Gestão sobre processos relativos ao controle do PNCRC regional	Demandas relativas ao PNCRC regional recebidas, gerenciadas e resolvidas. Elaboração de relatórios sobre o tema solicitados pela CRISC/CGPE/DIPOA.	D	1,5h	1h	33%
Atividades de Apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Serviços Técnicos

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Centrais de Análise de Importação e Exportação - Vigiagro	Análise documental realizada	D	60 min	48min	20%
Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional	Gestão das unidades Vigiagro, planejamento das operações, elaboração de normativos e manuais, análise documental, análise de demandas, implantação de projetos, habilitação de recintos aduaneiros, acompanhamento de sistemas informatizados.	C	16h	12,5h	20%
Gestão da Educação Sanitária	Documentos produzidos, planos elaborados, eventos realizados, projetos implantados, reuniões coordenadas.	D	60h	40h	33%
Auditorias da Produção Orgânica	Relatório de auditoria elaborado.	D	30h	10h	33%
Gestão da Produção Orgânica	Análise documental realizada, emissão de Certificado realizada.	D	1,25h	1h	20%
Gestão do Centro Nacional de Cães de Detecção	Cão selecionado e treinado, operador de cão de serviço selecionado e treinado, operação realizada.	D	8h	Não se aplica	Não se aplica
Credenciamento e monitoramento de Laboratórios	Respostas em conformidade e relatórios produzidos.	D	30h	10h	20%
Gestão de Demanda Laboratorial	Demandas técnicas atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Planejamento e Gestão Laboratorial	Demandas de planejamento e gestão laboratorial atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Gestão da qualidade Laboratorial	Demandas técnicas atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Gestão da Inovação Laboratorial	Demandas técnicas atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Gestão de riscos biológicos e riscos químicos	Respostas em conformidade de acordo com a demanda.	D	Até 40 h	Até 32 h	20%
Comunicação de risco em defesa agropecuária	Notícias e Informativos elaborados e postagens em redes sociais realizadas.	D	40h	32h	20%
Emergências agropecuárias	Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação, nota técnica, relatório, conteúdo produzido, gestão de documentos e informação, projeto desenvolvido/mantido, rotina de detecção de rumores implantada, coletas e atualização de dados de Pontos e Pessoas de Interesse, desenvolvimento de sistemas, planejamento e tutoria em capacitações, planejamento de simulados, participação em agenda contínua de reuniões virtuais de representação institucional com assento fixo.	D	Até 80h	Até 64h	25%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Suporte e Normas

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Análise e revisão de atos normativos	Conteúdo produzido, resposta elaborada e encaminhada ou documento revisto.	D	Até 8h	Até 6h	25%
Auditorias ou gestão de risco no âmbito da SDA	Documento elaborado.	D	Até 120h	Até 96h	20%
Atividades no âmbito do SUASA	Atividade realizada e conteúdo produzido.	D	40h	32h	20%
Análise de Dados	Documento ou relatório elaborado.	D	40h	32h	20%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Gestão Corporativa

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Apoio às aquisições e contratações da Defesa Agropecuária	Aquisições e contratações analisadas e realizadas; contratos gerenciados.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Acompanhamento de Projetos de Tecnologia da Informação	Acompanhamento das demandas de T.I realizado; informações para relatórios gerenciais elaboradas; gestão de dados da defesa agropecuária realizada; contratos de TI gerenciados.	D	4h	3h	25%
Apoio ao planejamento e organização da Força de trabalho	Demandas de pessoal analisadas, documentos elaborados e revisados, subsídios de informações relativos a força de trabalho realizados, acompanhamento de projetos da área de pessoas da Defesa Agropecuária, gestão do PDP da SDA realizada.	D	Até 20h	Até 16h	20%
Gestão estratégica e de projetos da SDA	PPA acompanhado e avaliado; planejamento estratégico SDA gerenciado; indicadores organizacionais monitorados e gerenciados; relatórios gerenciais elaborados; projetos gerenciados; projetos executados; atos regulatórios administrativos elaborados e avaliados; público interno do órgão atendido; ações de capacitação e inovação planejadas e organizadas.	C	Até 20h	Até 16h	20%
Elaboração, Programação e Execução Financeira e Orçamentária.	Relatórios e execuções Financeira e Orçamentária realizados, Planejamento Orçamentário e Financeiro realizado, transferências orçamentárias realizadas, apropriação financeira de diárias; gestão do suprimento de fundos realizada; ressarcimentos realizados.	C	4h	3h	25%
Gestão de Transferências Voluntárias	Solicitações de transferências voluntárias analisadas, Acordos e Projetos de Cooperação Técnica analisados, convênios e TED celebrados, Processos de Doação de Bens analisados, Prestações de contas analisadas.	D	8h	6h	25%
Gestão das solicitações de diárias e passagens	Solicitações analisadas e processadas; registros realizados, conferência documental e relatórios gerenciais elaborados.	B	4h	3h	25%
Gestão de processos	Processo automatizado, Objeto do Plano de Ação ou Projeto disponibilizado, Painel disponibilizado, Processo mapeado e Planos de Ação/Projetos executados.	D	Até 30h	Até 24h	20%
Atividades de apoio administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

*Parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade

FAIXA	PARÂMETRO
A	Baixo esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, baixo grau de concentração, alta previsibilidade e/ou padronização de entregas.
B	Médio esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
C	Médio esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
D	Alto esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, alto grau de concentração, pouca previsibilidade e/ou padronização de entregas.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, ocupante do cargo ( ), matrícula SIAPE nº ( ), em exercício na unidade ( ), optante pelo Programa de Gestão e Desempenho - PGD na modalidade ( ), declaro que:

I - atendo às condições para participação no Programa;

II - estou ciente do prazo de antecedência mínima de 5 (cinco) dias para comparecimento presencial à minha unidade de trabalho, quando convocado no interesse fundamentado da Administração;

III - estou ciente que deverei manter meus dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

IV - estou ciente que, ingressando na modalidade de teletrabalho em regime de execução integral ou parcial, meu número de telefone, fixo ou móvel, será de livre divulgação, tanto para o público interno do Ministério quanto para o público externo;

V - deverei manter a chefia imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagens de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VI - comunicarei à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças e outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do meu plano de trabalho;

VII - irei zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

VIII - assumirei os custos da estrutura física e tecnológica necessária, sem direito a ressarcimento por parte da administração pública;

IX - minha participação no PGD não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa/ SGDP/ ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

X - o pagamento de indenizações e a concessão de vantagens a mim devidas, obedecerá ao disposto nos arts. 13 a 15 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Telefone Celular: (___) _____

Telefone Residencial: (___) _____

E-mail institucional:

E-mail adicional (obrigatório):

Data:

Assinatura do servidor:

Assinatura da chefia imediata:

PORTARIA SDA Nº 653, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Instrução Normativa nº 71, de 24 de julho de 2020, que aprova o Regulamento Técnico que fixa a identidade e os requisitos de qualidade que deve atender o queijo cremoso ou cream cheese.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.050963/2022-48, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 71, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

XXVI - vinagre;

XXVII - doce de leite;

XXVIII - leite condensado; e

XXIX - soro de leite.

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA SDA Nº 654, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de sementes e de grãos de milho (Zea mays) produzidas na Índia.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21000.062118/2016-77, resolve:

Art. 1º Atualizar os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4) e de grãos (Categoria 3) de milho (Zea mays), produzidos na Índia.

Art. 2º As sementes e os grãos devem estar livres de solo e resíduos vegetais.

Art. 3º As sementes devem estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Índia, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio foi tratado com 2 g/m³ (duas gramas por metro cúbico) de fosfina por 21 (vinta e um) dias de exposição para o controle de Liposcelis paeta, Latheticus oryzae e Trogoderma granarium.", e, "O envio foi inspecionado e se encontra livre de Liposcelis paeta, Latheticus oryzae e Trogoderma granarium.";

II - "O envio se encontra livre de Magnaporthiopsis maydis, Peronosclerospora sacchari, Sclerospora graminicola, Sclerophthora rayssiae, Pantoea stewartii subsp. stewartii, Alopecurus myosuroides, Amaranthus graecizans, Arivela viscosa, Asphodelus tenuifolius, Cirsium arvense, Digera muricate, Dinebra retroflexa, Elymus repens, Euphorbia helioscopia, Heliotropium europaeum, Hibiscus trionum, Imperata cylindrica, Persicaria nepalensis, Sicyos angulatus, Sonchus arvensis, Striga angustifolia, Striga asiatica, Striga densiflora e Urochloa panicoides de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório Nº ( ).".

Art. 4º Os grãos devem estar acompanhados de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Índia, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio foi tratado com 2 g/m³ (duas gramas por metro cúbico) de fosfina por 21 (vinta e um) dias de exposição para o controle de Liposcelis paeta, Latheticus oryzae e Trogoderma granarium.", e, "O envio foi inspecionado e se encontra livre de Liposcelis paeta, Latheticus oryzae e Trogoderma granarium.";

II - "O envio se encontra livre de Alopecurus myosuroides, Amaranthus graecizans, Asphodelus tenuifolius, Cirsium arvense, Cleome viscosa, Digera muricate, Dinebra retroflexa, Elymus repens, Euphorbia helioscopia, Heliotropium europaeum, Hibiscus trionum, Imperata cylindrica, Persicaria nepalensis, Sicyos angulatus, Sonchus arvensis, Striga angustifolia, Striga asiatica e Striga densiflora de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório Nº ( ).".

Art. 5º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização, o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 6º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Índia será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de sementes e de grãos de milho até a revisão da Análise de Risco de Pragas correspondente.

Art. 7º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 8º Fica revogada a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 21, de 24 de abril de 2020, publicada no D.O.U. nº 79, Seção 1, página 5, de 27 de abril de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 52, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 15 de setembro de 2022, seção 1, página 3, na tabela, onde se lê :

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Solanum tuberosum L.	Amicus	21806.000023/2020
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CFV KimDim 1104	21806.000031/2020
Glycine max (L.) Merr.	TMG71X57I2X	21806.000290/2020
Glycine max (L.) Merr.	69IX69RSF I2X	21806.000291/2020
Glycine max (L.) Merr.	CZ37B60IPRO	21806.000292/2020
Lolium L.	SCS317 Centenário	21806.000086/2021
Glycine max (L.) Merr.	64IX60RSF I2X	21806.000170/2021
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CVF KimDim 1202	21806.000179/2021
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CVF Xantily 1104	21806.000181/2021
Zea mays L.	DGL20A12	21806.000224/2021

Leia-se:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Solanum tuberosum L.	Amicus	21806.000023/2020
Lolium L.	SCS317 Centenário	21806.000031/2020
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CFV KimDim 1104	21806.000290/2020
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CVF KimDim 1202	21806.000291/2020
Prunus persica (L.) Batsch (Nectarina)	CVF Xantily 1104	21806.000292/2020
Zea mays L.	DGL20A12	21806.000086/2021
Glycine max (L.) Merr.	64IX60RSF I2X	21806.000170/2021
Glycine max (L.) Merr.	CZ37B60IPRO	21806.000179/2021
Glycine max (L.) Merr.	69IX69RSF I2X	21806.000181/2021
Glycine max (L.) Merr.	TMG71X57I2X	21806.000224/2021

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 44, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

1. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto FENBUTATIN R 500 SC PERTERRA, registro nº 1609, conforme processo nº 21000.084197/2022-15.

2. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto FENBUTATIN R 500 SC PERTERRA, registro nº 1609, conforme processo nº 21000.084191/2022-48.

3. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMAZINA 500 SC RAINBOW, registro nº 9220, conforme processo nº 21000.084204/2022-89.

4. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIMAZINA 500 SC RAINBOW, registro nº 9220, conforme processo nº 21000.084210/2022-36.

5. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico GLIFOSATO TÉCNICO BIORISK, registro nº 23616, no produto formulado GLIFOCOPA 720 WG , registro nº 32418, conforme processo nº 21000.084171/2022-77.

6. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico GLIFOSATO TÉCNICO, registro nº 4510, no produto formulado GLIFOCOPA 720 WG , registro nº 32418, conforme processo nº 21000.084163/2022-21.

7. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GESAZINA, registro nº 28020, conforme processo nº 21000.084214/2022-14.

8. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Zhenjiang Jiangnan Chemicals Co., Ltd., endereço International Chemical Industrial Park, Zhenjiang New area, Jiangsu, 212152, China, no produto GLIFOCOPA 720 WG, registro nº 32418, conforme processo nº 21000.084158/2022-18.

9. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GESAZINA, registro nº 28020, conforme processo nº 21000.084217/2022-58.

10. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP, a importar o produto 2,4-D ACID TÉCNICO AGROLEAD, registro nº TC07521, conforme processo nº 21000.082894/2022-31.

11.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, no produto ABACUS HC, registro nº 09210, conforme processo nº 21016.004495/2022-61.

12. De acordo com o Artigo 22, §1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa registrante DVA Brasil Produtos Agrícolas Ltda., endereço Avenida Major Alfredo Camargo Fonseca, 154, Bairro: Cidade Nova I, CEP: 13334-060, Indaiatuba/SP para o endereço Rua Monte Aprazível 187, sala 810, Bairro Chácara da Barra, CEP: 13090-764, Campinas/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e formulador, conforme processo nº 21000.082592/2022-63.

13. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PIRACLOSTROBINA TÉCNICO HAILIR, registro nº TC13622, no produto formulado AMULET TOP, registro nº 09618, conforme processo nº 21016.004526/2022-83.

14. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PIRACLOSTROBINA TÉCNICO HAILIR, registro nº TC13622, no produto formulado SOURCE TOP, registro nº 24018, conforme processo nº 21016.004529/2022-17.

15. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PIRACLOSTROBINA TÉCNICO HAILIR, registro nº TC13622, no produto formulado BELURE TOP, registro nº 24118, conforme processo nº 21016.004528/2022-72.

16. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico PIRACLOSTROBINA TÉCNICO HAILIR, registro nº TC13622, no produto formulado STANDAK TOP, registro nº 01209, conforme processo nº 21016.004530/2022-41.

17. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Nortox S.A. - Arapongas/PR, no produto HOROS, registro nº 08112, conforme processo nº 21000.083029/2022-11.

18. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Zibo Nab Agrochemicals Limited, endereço North of National High-Tech Industrial Development Zone, Zibo Shandong, 256410, China, no produto BISPIRIBAC NORTOX, registro nº 25421, conforme processo nº21000.083076/2022-56.

19. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto PRUMMO, registro nº 10220, para marca comercial BANDOLIM, conforme processo nº 21000.083472/2022-83.

20. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial PILARZINAM, no produto formulado BANDOLIM, registro nº 10220, conforme processo nº 21000.083472/2022-83.

21. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX , do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão das marcas comerciais BUSHI e WAZA-ARI, no produto formulado SAMURAI, registro nº 02020, conforme processo nº 21000.083483/2022-63.

22. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico TEBUCONAZOL TÉCNICO FG, registro nº 9117, no produto formulado PRILAN DUO, registro nº 22922, conforme processo nº 21000.083540/2022-12.

23. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico GLIFOSATO TÉCNICO WYNCA, registro nº 38919, no produto formulado GLIFOCOPA 720 WG, registro nº 32418, conforme processo nº 21000.083584/2022-34.

24. De acordo com o Artigo 22, §1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa registrante Staphyt Brasil Agro Consultoria Ltda., endereço Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira nº 214, sala 615, Jardim Madalena, CEP: 13091-611, Campinas/SP para o endereço Avenida das Nações Unidas, nº 18801, conj. 1308, Vila Almeida, CEP: 04795-100, São Paulo/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e formulador, conforme processo nº 21000.083670/2022-47.

25. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Sulphur Mills Ltd., endereço 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, Dist. Bharuch Gujarat, Índia, Sulphur Mills Ltd., endereço 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli Dist. Bharuch, Gujarat, Índia, Sulphur Mills Ltd. endereço Plot nº 230/231/232, G.I.D.C. Panoli Dist. Bharuch, Gujarat, India, Sulphur Mills Ltd., endereço Plot no. 2, G.I.D.C. Panoli, Dist. Bharuch, Guajarat, India, Sumil Chemical Industries PVT. Ltd., endereço Plot nº C1-B 211/1,211/2,211/3, G.I.D.C., Panoli, Bharuch Gujarat India, Sumil Chemical Industries PVT. Ltd. endereço SIDCO Industrial Growth Centre Sambha Phase-II, J&K, India, no produto HEXAZINONA-D NORTOX, registro nº 08009, conforme processo nº 21000.083675/2022-70.

26. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOLDIER, registro nº 13614, conforme processo nº 21000.083695/2022-41.

27. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SOLDIER, registro nº 13614, conforme processo nº 21000.083721/2022-31.

28. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLIFOSATO IPA 480 RAINBOW, BUENA, COSECHA, registro nº 5417, conforme processo nº 21000.083776/2022-41.

29. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLIFOSATO IPA 480 RAINBOW, BUENA, COSECHA, registro nº 5417, conforme processo nº 21000.083781/2022-53.

30. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEARUP, registro nº 17017, conforme processo nº 21000.083785/2022-31.

31. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEARUP, registro nº 17017, conforme processo nº 21000.083789/2022-10.

32. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLUCARE, ALUZIA, BOWBAST, GLUCAREM, GLUFOREVER, registro nº 0120, conforme processo nº 21000.083794/2022-22.

33. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto BASTNATE, registro nº 7520, conforme processo nº 21000.083820/2022-12.

34. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLUFAIR, CHEF, registro nº 8220, conforme processo nº 21000.083825/2022-45.

35. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLUFAIR, CHEF, registro nº 8220, conforme processo nº 21000.083829/2022-23.

36. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLINT, GRAMILANT, TOPLOX, registro nº 41918, conforme processo nº 21000.083846/2022-61.

37. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLINT, GRAMILANT, TOPLOX, registro nº 41918, conforme processo nº 21000.083849/2022-02.

38. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos ISOXAFLUTOL TÉCNICO ADA BRASIL, registro nº TC14621, ISOXAFLUTOLE TÉCNICO ADAMA, registro nº 13119, no produto formulado PALMERO, registro nº 23921, conforme processo nº 21000.083778/2022-30.

39. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ningbo Kenova Chemical Co. Ltd., endereço No. 163 Ruiqing Road, Ningbo City, Zhejiang Province, China, no produto OSBAR DUO, registro nº 13222, conforme processo nº 21000.083832/2022-47.

40. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLORY, registro nº 11321, conforme processo nº 21000.083855/2022-51.

41. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GLORY, registro nº 11321, conforme processo nº 21000.083867/2022-86.

42. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos CYPROCONAZOLE TÉCNICO ZY, registro nº TC0512, CIPROCONAZOL TÉCNICO, registro nº TC03620, no produto formulado LANFOR PRO, registro nº 19022, conforme processo nº 21000.078555/2022-51.

43. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico BIFENTHRIN TÉCNICO YANGNONG, registro nº TC09422, no produto formulado BAZUKA DUO, registro nº 20821, conforme processo nº 21000.078557/2022-40.

44. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto ATRAZINA MAX CHDS, registro nº 25021, da empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas, CNPJ Nº61.142550/0001-30, sito à Avenida Liberdade, 1701, Cajuru do Sul, CEP: 18087-170, Sorocaba/SP para a empresa CHDS do Brasil Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 18.858.234/0001-30, sito à Rua Antonio Amboni, 323, quadra 03, lote 6, CEP: 85877-000, São Miguel do Iguaçu/PR, conforme processo nº 21000.083895/2022-01.

45. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto FACERO, registro nº 25021, para marca comercial ATRAZINA MAX CHDS, conforme processo nº 21000.083895/2022-01.

46. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SURRENA, SETAZONE, SUNWISE, TRITONE, registro nº 9920, conforme processo nº 21000.084225/2022-02.

47. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Lanxi Jinghang Biotechnology Co.,Ltd., area B, Nvbu Industrial Park, Nvbu Street Lanxi City, Jinhua City, Zhejiang Province, Rep. China, no produto VENIA BR, registro nº 30321, conforme processo nº 21000.085142/2022-22.

48. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico CLOROTALONIL TÉCNICO RAINBOW, registro nº 9317, no produto formulado GLIDER 720 SC, registro nº 0615, conforme processo nº 21016.004623/2022-76.

49. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto CELPHOS TABLET, registro nº 29921, da empresa Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., CNPJ Nº 08.911.564/0001-98, sito à Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre E, Conj. 810, Vila Hamburguesa, CEP: 05319-000, São Paulo/SP para a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26, sito à Avenida Parque Sul, 2138, Distrito Industrial, CEP: 61939-000, Maracanaú/CE, conforme processo nº 21000.084994/2022-01.

50. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda CNPJ Nº 07.118.931/0001-38 -Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC, CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar o produto GLUCARE, registro nº 00120, conforme processo nº 21000.084993/2022-58.

51. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co. Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City Anhui Province China, no produto GAMEOVER, registro nº 30621, conforme processo nº 21000.085030/2022-71.

52. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co. Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City Anhui Province China, no produto ELIMINATE, registro nº 00921, conforme processo nº 21000.085027/2022-58.

53. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co. Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City Anhui Province China, no produto CLOMAMAX, registro nº 12720, conforme processo nº 21000.085025/2022-69.

54. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co. Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City Anhui Province China, no produto BINGO 800 WG, registro nº 36121, conforme processo nº 21000.085023/2022-70.

55. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co. Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City Anhui Province China, no produto BINGO 250 FS, registro nº 25321, conforme processo nº 21000.085019/2022-10.

56. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEANER XTRA, registro nº 36817, conforme processo nº 21000.085018/2022-67.

57. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEANER XTRA, registro nº 36817, conforme processo nº 21000.085014/2022-89.

58. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto TRANVEL, registro nº 26021, conforme processo nº 21000.085008/2022-21.

59. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sino-Agri Leading (Tianjin) Agrochemical Company Limited, endereço East of Jinji Rail, South of Nongchang, Wuqing District, Tianjin, China, no produto KAKTO, registro nº 00921, conforme processo nº 21000.085007/2022-87.

60. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto TRANVEL, registro nº 26021, conforme processo nº 21000.085005/2022-98.

61. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto DICARE, registro nº 26521, conforme processo nº 21000.084998/2022-81.

62. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto DICARE, registro nº 26521, conforme processo nº 21000.084928/2022-22.

63. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RAINVEL XTRA, registro nº 10320, conforme processo nº 21000.084921/2022-19.

64. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RAINVEL XTRA, registro nº 10320, conforme processo nº 21000.084909/2022-04.

65. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto ARJUN SUPER, registro nº 25620, para marca comercial BESTPHOS, conforme processo nº 21000.063829/2022-15.

66. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas CNPJ Nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, Filial: CNPJ Nº 61.142.550/0013-73 - Ibiporã/PR, a importar o produto BESTPHOS, registro nº 25620, conforme processo nº 21000.063829/2022-15.

67. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RAINVEL, registro nº 6022, conforme processo nº 21000.084881/2022-05.

68. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico IMIDACLOPRIDO TÉCNICO JC, registro nº 13919, no produto formulado IMIDACLOPRID TÉCNICO JC, registro nº 1510, conforme processo nº 21000.084807/2022-81.

69. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A -Taquari/RS, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, no produto PLATINUM NEO, registro nº 5110, conforme processo nº 21000.084791/2022-14.

70. De acordo com o Artigo 22, §1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a atualização do endereço da empresa Solus Indústria Química Ltda., Rodovia BR 369, S/Nº, km 06, CEP: 86900-000, Jandaia do Sul/PR, para endereço Rodovia BR 369, km 236, CEP: 86900-000, Jandaia do Sul/PR, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como importador, fabricante e formulador, conforme processo nº 21000.084822/2022-29.

71. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Taquari/RS, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, no produto EFORIA, registro nº 5210, conforme processo n º 21000.084789/2022-37.

72. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto HUGECANE, registro nº 1321, conforme processo nº 21000.085514/2022-11.

73.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto HUGECANE, registro nº 1321, conforme processo nº 21000.085507/2022-19.

74. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto ENTONE registro nº 6520, conforme processo nº 21000.084304/2022-13.

75. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto LUNGO, registro nº 19920, da empresa AgBitech Controles Biológicos Ltda, CNPJ Nº 22.130.747/0001-05, sito à Rua Funchal 418, Bairro: Vila Olímpia, CEP: 04551-060, São Paulo/SP para a empresa Koppert do Brasil Holding Ltda., CNPJ Nº 11.074.190/0001-08, sito à Rodovia Margarida da Graça Martins, SP 135, s/nº, km 17,5 Bairro: Água Seca, CEP: 13240-28, Piracicaba/SP, conforme processo nº 21000.084309/2022-38.

76. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto TEMICAB XTRA, CHAPON PLUS, registro nº 30821, conforme processo nº 21000.084312/2022-51.

77. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto TEMICAB XTRA, CHAPON PLUS, registro nº 30821, conforme processo nº 21000.084314/2022-41.

78. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Chizhou Bioagriland Multichem Co., Ltd. Endereço: Xiangyu Chemical Industry Park, Dongzhi County, Chizhou City, Anhui Province, China, ANHUI GUANGXIN AGROCHEMICAL CO., LTD Endereço: Pengcun Village, Xinhang Town, Guangde County, Xuancheng City, 242235, Anhui, P.R -China, no produto PRILAN DUO, registro nº 22922, conforme processo nº 21000.084308/2022-93.

79. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto ENTONE, registro nº 6520, conforme processo nº 21000.084298/2022-96.

80. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEAN SPRAY, registro nº 7818, conforme processo nº 21000.084325/2022-21.

81. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEAN SPRAY, registro nº 7818, conforme processo nº 21000.084336/2022-19.

82. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto ENTOAR, SUGARON, TEBURON, registro nº 45619, conforme processo nº 21000.084291/2022-74.

83. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto 2,4-D SUPER AMINE SG, registro nº 42318, conforme processo nº 21000.084344/2022-57.

84. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 e CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto ENTOAR, SUGARON, TEBURON, registro nº 45619, conforme processo nº 21000.084280/2022-94.

85. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto 2,4-D SUPER AMINE SG, registro nº 42318, conforme processo nº 21000.084353/2022-48.

86. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Parijat Industries PVT. Ltd., endereço Village Khera Gani, V & PO-Fatehgarh, Raipur Rani Road, Ambala, Haryana, 134201, India, Sulphur Mills Ltd., endereço Plot n° 230/231/232, G.I.D.C.,Panoli, Bharuch, Gujarat, India, Sulphur Mills Ltd., endereço 1904, A-18/18, G.I.D.C. Panoli Bharuch, Gujarat, India, Sulphur Mills Ltd., endereço 1905/1928/29/30, G.I.D.C. Panoli, Bharuch, Gujarat, India, no produto ACETAMIPRID NORTOX 200 SP, registro nº 1218, conforme processo nº 21000.084354/2022-92.

87. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SWEEP OFF, registro nº 11919, conforme processo nº 21000.084377/2022-05.

88. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SWEEP OFF, registro nº 11919, conforme processo nº 21000.084382/2022-18.

89. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GRASIDIM; SIMODIN; CLEMOS; EFORDIM; CORTAIN; BELITEN; CHLODIM, registro nº 22221, conforme processo nº 21000.084394/2022-34.

90. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto ECOFOG-160, registro nº 17122, conforme processo nº 21000.084396/2022-23.

91. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GRASIDIM; SIMODIN; CLEMOS; EFORDIM; CORTAIN; BELITEN; CHLODIM, registro nº 22221, conforme processo nº 21000.084397/2022-78.

92. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto INTERLLECT, registro nº 24921, conforme processo nº 21000.084404/2022-31.

93. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Eshung Industrial Co., Ltd., endereço Huji Town, Jinxiang County, Jining Chemical Industrial Park, Jining City, China, no produto GLUFOSINATE-AMMONIUM 200 G/L SL, registro nº 37021, conforme processo nº 21000.084407/2022-75.

94. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto INTERLLECT, registro nº 24921, conforme processo nº 21000.084408/2022-10.

95. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLECT, registro nº 32521, conforme processo nº 21000.084436/2022-37.

96.De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RAINVEL, registro nº 6022, conforme processo nº 21000.084444/2022-83.

97. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto RAINVEL, registro nº 6022, conforme processo nº 21000.084450/202231.

98. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto CLEANER XTRA, registro nº 36817, conforme processo nº 21000.085467/2022-13.

99. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Nutrien Soluções Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 88.305.859/0001-50 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 88.305.859/0004-00 -Itapetininga/SP, a importar o produto GLUFOS-WYN 200 SL, registro nº 16922, conforme processo nº 21000.089168/2022-40.

100. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agro Import do Brasil Ltda, CNPJ Nº 05.625.220/0001-24 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 05.625.220/0009-81 -Carazinho/RS, CNPJ Nº 05.625.220/0013-68 - Carazinho/RS, CNPJ Nº 05.625.220/0005-58 -Ibiporã/PR, CNPJ Nº05.625.220/0012-87 -Barueri/SP, CNPJ Nº 05.625.220/0011-04 - Rondonópolis/MT, a importar o produto GLUFOS-WYN 200 SL, registro nº 16922, conforme processo nº 21000.089171/2022-63.

101. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 4 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro, a alteração da formulação do produto PACTO, registro nº07398, conforme processo nº 21000.060418/2020-06.

102. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alamos do Brasil Ltda., CNPJ Nº07.118.931/0001-38 -Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ Nº 07.118.931/0002-19 - Pinhalzinho/SC, CNPJ Nº 07.118.931/0003-08 - Mariópolis/PR, a importar os produtos PILARICH, registro nº 00612, AMAIZ, registro nº 22016 e PILARTIME, registro nº 10217, conforme processo nº 21000.088257/2022-79.

103. De acordo com o Art. 22, § 4º, Inciso X, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos fabricante Deccan Fine Chemicals (India) Private Limited, endereço Kesavaram, Venkatanagaram Post, Payakaraopeta Mandal, Vishakapatnam District, Andhra Predesh, 531 127, India no produto CLORANSULAM METIL TÉCNICO, registro nº 20119, conforme processo nº 21000.054618/2020-11.

104. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, Ofício nº 663/2022-COASP/DIQUA/IBAMA, o IBAMA reclassificou o produto CLORANSULAM METIL TÉCNICO, registro nº 20119, da Classe Ambiental II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente para Classe Ambiental - III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente, conforme processo nº 21000.054618/2020-11.

105. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda., - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto CURYGEN EC, registro nº 39317, conforme processo nº 21000.089292/2022-13.

106. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto VOLNA 250 EC, registro nº 39217, conforme processo nº 21000.089296/2022-93.

107. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto FABIAN WG, registro nº 32018, conforme processo nº 21000.089302/2022-11.

108. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto BRION, registro nº 11708, para marca comercial 2,4-D CHDS, conforme processo nº 21000.089355/2022-23.

109. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto AUG 103, registro nº 34818, conforme processo nº 21000.089308/2022-80.

110. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto KEYZOL EC, registro nº 26517, conforme processo nº 21000.089311/2022-11.

111. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, no produto AUG 137, registro nº 40017, conforme processo nº 21000.089316/2022-26.

112. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto MIURA EC, registro nº 34218, conforme processo nº 21000.089319/2022-60.

113. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produto Químicos Ltda., CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto AUG 126, registro nº 32218, conforme processo nº 21000.089327/2022-14.

114. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Changzhou August Agrochem Co., Ltd., endereço 301, Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone, Hi-Tech Development area, Changzhou City, Jiangsu Province, 213000, China, CJSC August-Bel, endereço Druzhny, PO Box 81, Pukhovichesky District, Minsk Region, 222852, Bielorrússia, LLC August-Alabuga, endereço Building 6/5, SH-2 Street (Alabuga SEZ), Yelabuzhskiy District, Republic of Tatarstan, 423601, Rússia, Ouro Fino Química S.A. -Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto TANREK 500 SC, registro nº 21322, conforme processo nº 21000.089331/2022-74.

115. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Changzhou August Agrochem Co., Ltd., endereço 301, Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone, Hi-Tech Development area, Changzhou City, Jiangsu Province, 213000, China, CJSC August-Bel, endereço Druzhny, PO Box 81, Pukhovichesky District, Minsk Region, 222852, Bielorrússia, LLC August-Alabuga, endereço Building 6/5, SH-2 Street (Alabuga SEZ), Yelabuzhskiy District, Republic of Tatarstan, 423601, Rússia, Ouro Fino Química S.A. -Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 e CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, no produto AUG 134, registro nº 22422, conforme processo nº 21000.089335/2022-52.

116. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Longping High-Tech Biotecnologia Ltda, CNPJ Nº 08.864.422/0001-17 -São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 08.864.422/0010-08 - Paracatu/MG, CNPJ Nº 08.864.422/0006-21 - Santa Helena de Goiás/GO, a importar o produto BLOWOUT, registro nº 19217, conforme processo nº 21000.089333/2022-63.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador-Geral

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 99, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referentes à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações financeiras referentes à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2022 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
PI	SANTANA DO PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220935120220002	148.000,00	3	2022NE405258	71000050893202204
PI	SANTANA DO PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220935120220001	100.000,00	4	2022NE 405259	71000050898202229
PA	MOJUÍ DOS CAMPOS	2022	219G	202281000306	150475220220002	250.000,00	3	2022NE405260	71000070143202241
PA	URUARÁ	2022	219G	202281000306	150815920220001	1.050.000,00	3	2022NE405261	71000073375202251
PA	BAGRE	2022	219G	202281000306	150110520220003	750.000,00	3	2022NE405262	71000074863202285
PA	CURRALINHO	2022	219G	202281000306	150280620220002	1.000.000,00	3	2022NE405263	71000071638202297
PA	CAMETÁ	2022	219G	202281000306	150210320220003	750.000,00	3	2022NE405264	71000070984202258
PA	MOJUÍ DOS CAMPOS	2022	219G	202281000306	150475220220003	250.000,00	3	2022NE405265	71000074857202228
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220006	750.000,00	3	2022NE405266	71000074861202296
PA	MEDICILÂNDIA	2022	219G	202281000306	150445520220001	750.000,00	3	2022NE405267	71000073854202277
PA	ALTAMIRA	2022	219G	202281000306	150060220220001	500.000,00	3	2022NE405268	71000073639202276
PA	MÃE DO RIO	2022	219G	202281000306	150405920220002	250.000,00	3	2022NE405269	71000072532202219
PA	SAPUCAIA	2022	219G	202281000306	150775520220001	500.000,00	3	2022NE405270	71000072533202255
PA	ULIANÓPOLIS	2022	219G	202281000306	150812620220001	500.000,00	3	2022NE405271	71000070985202201

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.153/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.005308/2022-55
Requerente: Cerradinho Bioenergia S/A.
CQB: 310/10
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8214/2022 publicado em 14 de abril de 2022.
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, excluindo Gisele Daiane Pegorin da composição CIBio. A CIBio passou a ser composta por: Dra. Marlene Aparecida Demenis Baptistella (Presidente), Sebastião Abilio de Castro Júnior, Sidmara Cristna Carvalho da Silva.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.154/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007311/2022-11
Requerente: Ceva Veterinária Ltda.
CQB: 182/03
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8281/2022 publicado em 17 de maio de 2022.
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Helena Ortega Frari e Fábio César Ferreira, para comporem a CIBio local e excluindo Eduardo Souto Bernardez. A Composição da CIBio passa a ser: Leonardo Damasceno (Presidente), Ana Paula Almeida, Edson Naoto Savano , Geovana Rizzo Cosenza, Veridiana Nascimento, Helena Ortega Frari e Fábio César Ferreira.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.173/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.001948/2022-96
Requerente: Promip Consultoria e Assessoria em Agronomia Ltda.
CQB: 381/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8108/2022 publicado em 28 de abril de 2022.
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Fernanda Carla Ferreira como nova presidente da CIBio e excluindo Roberto Hiroyuki Konno. A composição da CIBio passa a ser: Dr. Marcelo Poletti (Presidente), Edmar de Souza Tuelher, Maria Julia Buzo, Rebeca Ribeiro, Luciane Katarine Becchi e Fernanda Carla Ferreira.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

9A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.176/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007960/2022-12
Requerente: CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas e Comércio Ltda.
CQB: 504/20
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8419/2022 publicado em 16 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando o Sr. Arthur Filipini Rodrigues Bianco e excluindo o Sr. Camilo Luna Garavazzo.

A composição da CIBio passa a ser: Sra. Tatiana Duobles (Presidente), Sra. Sthefannie Victoria Santos da Cunha, Sra. Michele Silva de Barros e Sr. Arthur Filipini Rodrigues Bianco.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.177/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010257/2022-83
Requerente: Souza Cruz Ltda.
CQB: 437/17
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8420/2022 publicado em 16 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando a Sra. Sílvia Poersch e excluindo o Sr. Daniel Lopes Bhering Silva.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.178/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.012231/2022-70
Requerente: Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA (Universidade de São Paulo - USP)
CQB: 043/98
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8435/2022 publicado em 17 de agosto de 2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando a Sra. Flavia Vischi Winck como nova Presidente.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.179/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 253ª Reunião Ordinária, ocorrida em 04/08/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para os seguintes processos:

Processos nº: 01245.006584/2021-50 (2018) e 01245.006588/2021-38 (2020) ; Requerente: Farmacore Biotecnologia LTDA; CQB: 257/08 ; Assunto: Relatório Anual 2018 e 2020; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.002054/2022-13; Requerente: Instituto de Microbiologia Prof. Paulo Góes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) ; CQB: 108/99 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004379/2022-31; Requerente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo - USP) ; CQB: 127/00 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004572/2022-71; Requerente: Embrapa Semiárido ; CQB: 315/10 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003879/2022-55; Requerente: Sanofi-Aventis Farmacêutica LTDA; CQB:324/11 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº:01245.004403/2022-31 ; Requerente: Biorigin - Açucareira Quatá S.A. ; CQB: 334/12 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004365/2022-17 ; Requerente: Viriontech do Brasil Indústria de Insumos e Serviços em Biotecnologia Ltda. ; CQB: 335/12 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005964/2022-58 ; Requerente: Hospital Pequeno Príncipe ; CQB: 459/18; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004177/2022-99; Requerente: Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) ; CQB: 559/21 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003786/2022-21 ; Requerente: Centro de Biotecnologia e Terapia Celular - CBTC - Hospital São Rafael ; CQB: 380/14 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004708/2022-43 ; Requerente: Instituto de Ciências Biológicas (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); CQB: 038/97; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005184/2022-16; Requerente: Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo - USP) ; CQB: 040/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007383/2022-51; Requerente: Instituto de Biociências (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 044/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005585/2022-68; Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 046/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004556/2022-89 ; Requerente: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP ; CQB: 054/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005310/2022- 24; Requerente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS ; CQB: 060/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004899/2022-43 ; Requerente: Embrapa Clima Temperado ; CQB: 062/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006015/2022-95; Requerente: Instituto de Biologia (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); CQB: 069/98; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005545/2022-16; Requerente: Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) ; CQB: 086/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006888/2022-06 ; Requerente: Universidade Federal do Amazonas ; CQB: 095/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007387/2022- 39 ; Requerente: Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio LTDA ; CQB: 104/99 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005001/2022-54; Requerente: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ; CQB: 113/99; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004713/2022-56; Requerente: Universidade Católica de Brasília - UCB ; CQB: 132/01 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004485/2022-14 ; Requerente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE ; CQB: 162/02; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005003/2022-43 ; Requerente: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul ; CQB: 165/02 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004645/2022-25; Requerente: Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas e Agrícolas - CPQBA (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); CQB: 189/03 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005911/2022-37; Requerente: Instituto de Biociências de Rio Claro (Universidade Estadual de São Paulo - UNESP) ; CQB: 198/04 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004865/2022-59 ; Requerente: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello - CENPES; CQB: 241/07; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004715/2022- 45 ; Requerente: Zoetis Indústria de Produtos Veterinários LTDA; CQB: 244/08 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007926/2022-30; ; Requerente: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; CQB: 253/08 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006719/2022-68 ; Requerente: Centro de Ciências Biológicas (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE); CQB: 260/08 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006362/2022-18; Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein ; CQB: 288/09; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004617/2022-16; Requerente: Ourofino Saúde Animal LTDA; CQB: 296/10 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005580/2022-35 ; Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FUNDHERP ; CQB: 297/10 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004951/2022-61; Requerente: Universidade Federal do ABC ; CQB: 304/10 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004553/2022-45; Requerente: Escola de Artes, Ciências e Humanidades- EACH / Universidade de São Paulo - USP ; CQB: 306/10 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004802/2022-01 ; Requerente: Laboratório Biovet S.A. ; CQB: 311/10; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004973/2022-21; Requerente: Embrapa Amazônia Ocidental ; CQB: 327/11 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004890/2022-32; Requerente: Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/Fiocruz; CQB: 342/12 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006840/2022-90 ; Requerente: Corbion Produtos Renováveis Ltda ; CQB: 364/13 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005759/2022-92; Requerente: VETANCO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ; CQB: 378/14 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006552/2022-35; Requerente: Medpace do Brasil Pesquisa Clínica LTDA ; CQB: 379/14 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004837/2022-31; Requerente: Fundação Oswaldo Cruz - Rondônia; CQB: 391/15 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007711/2022-19; Requerente: Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; CQB: 399/15 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004957/2022-39 ; Requerente: Libbs Farmacêutica LTDA ; CQB: 407/15 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004962/2022-41 ; Requerente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFSCPA ; CQB: 423/16 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006575/2022-40 ; Requerente: Danisco Brasil Ltda ; CQB: 430/17 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004767/2022-11; Requerente: Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica; CQB: 455/18 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005918/2022-59; Requerente: Instituto de Pesquisa em Bioenergia - Unesp Rio Claro; CQB: 466/19 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004848/2022-11; Requerente: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. ; CQB: 470/19 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004805/2022-36; Requerente: Phibro Saúde Animal Internacional Ltda.; CQB: 475/19 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004851/2022-35; Requerente: Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fundação Oswaldo Cruz ; CQB: 485/19 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005554/2022-15; Requerente: Vectorcontrol Ind e Com. de Produtos Agropecuários Ltda. ; CQB: 500/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004629/2022-32; Requerente: Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília - FM/UnB ; CQB: 505/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004575/2022-13; Requerente: Biolinker Biologia Sintética Ltda.; CQB: 510/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004718/2022-89 ; Requerente: Sociedade Literária e Criativa Santo Agostinho - Hospital São José ; CQB: 515/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004830/2022-10 ; Requerente: Instituto Butantan- Área de Desenvolvimento e Inovação; CQB: 516/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004555/2022-34 ; Requerente: IQVIA RDS Brasil Ltda; CQB: 528/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005884/2022-01 ; Requerente: Apoena Biosoluções do Brasil Eireli (ME) ; CQB: 544/21 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.006329/2022-98; Requerente: PCN Suzano SPE S.A.; CQB: 546/21 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005593/2022-12; Requerente: Allbiom Biotecnologia Ltda; CQB: 562/21 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005958/2022-09; Requerente: Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami - LIKA/UFPE ; CQB: 068/98 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, por meio da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.180/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.012228/2022-56

Requerente: Departamento de Radiologia e Oncologia/Faculdade de Medicina (Universidade de São Paulo - USP)

CQB: 084/98

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8433/2022 publicado em 17 de agosto de 2022

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, excluindo o membro Sra. Nayara Gusmão Tessarollo.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer Técnico 8035/2022, publicado no DOU 94, Seção 01, pg 07, de 19/05/2022, onde se lê: "Conforme os dados apresentados no dossiê, o milho MON 87429 não difere das suas variedades correspondentes convencionais quanto às características morfológicas e nutricionais, com exceção das características conferidas pela introdução dos genes de interesse. Dessa forma, no âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a liberação comercial para plantio do milho geneticamente modificado MON 87429, atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana e, portanto a CTNBio deliberou favoravelmente à solicitação de Liberação Comercial do milho MON87429", leia-se: "Conforme os dados apresentados no dossiê, o milho MON 87429 não difere das suas variedades correspondentes convencionais quanto às características morfológicas e nutricionais, com exceção das características conferidas pela introdução dos genes de interesse. Dessa forma, no âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a liberação no meio ambiente, seu uso comercial e quaisquer outras atividades relacionadas a esse OGM e quaisquer progênies derivadas do milho geneticamente modificado MON 87429, atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana e, portanto a CTNBio deliberou favoravelmente à solicitação de Liberação Comercial do milho MON 87429".

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.293, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.002455/2020-10, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Pulse Sistemas Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 16.370.273/0001-68, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 16.370.273/0001-68, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Aparelho para captura e processamento de imagens, próprio para identificação e contagem de objetos, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.002455/2020-10, de 27 de julho de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Diretor Substituto de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 502ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

- Portal GOV.BR

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
Instituto Pater de Educação e Cultura	900.1323/2022	15/09/2027

O Diretor Substituto de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 803ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	900.1028/2007	15/09/2027
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	900.0695/1997	15/09/2027
Fundação Zerbini	900.0037/1990	15/09/2027

CLAÚDIO DA SILVA VALÉRIO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6.123, DE 6 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 244 (duzentos e quarenta e quatro), frequência 96,7 MHz, classe A4, em caráter primário, no município de PARINTINS, estado do AMAZONAS.

Art. 2º Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, cuja permissão foi outorgada por meio do Decreto nº 46899, de 24 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1959, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, e adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de MANAUS, estado do AMAZONAS, por meio de Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em XX de Julho de 2022 pelo Sr. RODOLFO MACHADO MOURA, que, no ato, representou a RÁDIO BARÉ LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013302/2020-79.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I

Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO RIO MAR LTDA	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO BARÉ LTDA	HABILITADA
3º LUGAR	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA
4º LUGAR	AMAZÔNIA CABO LTDA	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.300, DE 29 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à RÁDIO BARÉ LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 240 (duzentos e quarenta), frequência 95,9 MHz, classe A3, em caráter primário, no município de ITACOATIARA, estado do AMAZONAS.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, cuja permissão foi outorgada por meio do Decreto nº 46899, de 24 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1959, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, e adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por meio de Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016, para execução do serviço no município de MANAUS estado do AMAZONAS.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 02 de Agosto de 2022, pelo Sr. RODOLFO MACHADO MOURA e/ou pelo Sr. LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA, que, no ato, representou a RÁDIO BARÉ LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013295/2020-13.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I

Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º Lugar (Empate)	REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA.	HABILITADA
1º Lugar (Empate)	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA.	HABILITADA
1º Lugar (Empate)	RÁDIO RIO MAR LIMITADA	HABILITADA
1º Lugar (Empate)	RÁDIO BARÉ LTDA.	HABILITADA
5° Lugar	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.407, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.059682/2018-15, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Fraiburgo, inscrita no CNPJ sob nº 31.758.648/0001-55, cuja sede se situa na Avenida Michele Simonetti, nº 591 - São Miguel, na localidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.448, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.045208/2018-14, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural Artístico de Feu Rosa na Serra-ES (ACOFEU), inscrita no CNPJ sob nº 18.510.938/0001-17, cuja sede se situa na Rua Flamboyant, nº 47, Bairro Feu Rosa, na localidade de Serra, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 253, cuja frequência é de 98,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 6.476, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056549/2019-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NORDESTE, inscrita no CNPJ sob nº 29.270.390/0001-00, cuja sede se situa na ERS 126, KM 105, S/N - Área Industrial II, na localidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 354/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.025016/2022-18, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 13348/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 8 de setembro de 2022, da frequência 1090 kHz (FISTEL n.º 13008003800), outorgada à Rádio Independência de Goiânia Ltda., inscrita no CNPJ nº 01538800/0001-23, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Goiânia, estado de Goiás.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 364/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.025071/2022-16, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 13641/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 9 de setembro de 2022, da frequência 1230 kHz (FISTEL n.º 13008001351), outorgada à Rádio Anhanguera S/A, inscrita no CNPJ nº 01.534.494/0001-57, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Goiânia, estado de Goiás.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 366/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.024969/2022-69, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 13649/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 8 de setembro de 2022, da frequência 1560 kHz (FISTEL n.º 50402242220), outorgada à Rádio Barigui Ltda., inscrita no CNPJ nº 02.434.192/0001-70, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Almirante Tamandaré, estado do Paraná.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO INTERNA ANATEL Nº 134, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Transforma cargo código CCT-V para código CCT-IV e código CCT-III.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 325, de 3 de maio de 2013, alterada pela Portaria nº 372, de 16 de maio de 2013, que aprovou o plano de distribuição de cargos comissionados;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, em especial seu art. 2º, que cria os cargos comissionados das Agências; seu Anexo I, que estipula o quantitativo de cargos comissionados de cada Agência; seu art. 14, que autoriza as Agências a efetuarem a alteração dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados; e seu art. 23, que define que os regulamentos próprios das Agências referidos nesta Lei serão aprovados por decisão da instância de deliberação superior de cada Autarquia, com ampla divulgação interna e publicação no Diário Oficial da União;

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 267, de 14 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.298130/2022-11;, resolve:

Art. 1º Transformar 1 (um) cargo comissionado técnico, código CCT-V, da Presidência Executiva/PR em 1 (um) cargo comissionado técnico, código CCT-IV, na Corregedoria/CRG e 1 (um) cargo comissionado técnico, código CCT-III, na Ouvidoria/OV;

Art. 2º Em razão da transformação, o quantitativo final dos cargos comissionados citados no art. 1º estará distribuído conforme a tabela abaixo, de modo a alterar o total previsto no Anexo I da Portaria nº 372, de 16 de maio de 2013:

Código	Quantidade após a Resolução Interna nº 119/2022	Quantidade proposta
CCT-III	92	93
CCT-IV	272	273
CCT-V	75	74

Art. 3º Esta Resolução Interna entrará em vigor na data da sua publicação, nos termos do art. 23 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 13.171, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.010670/2022-12: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à DELVINO ANTÔNIO TAJARIOL, CPF nº ***.938.409-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 13.205 - Processo nº 53516.010635/2022-95: RICHARD FRANKE DIJKSTRA, CPF nº ***.662.509-**.

Nº 13.206 - Processo nº 53516.010658/2022-08: RODRIGO ARRUDA SANCHEZ, CPF nº ***.162.699-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 13.207 - Processo nº 53516.000602/2022-37: CIRINEU PEDRO AGUIAR,, CPF nº ***.280.719-**.

Nº 13.208 - Processo nº 53516.010357/2022-76: OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S.A., CNPJ nº 75.609.123/0001-23.

Nº 13.209 - Processo nº 53516.010474/2022-30: SEPAC SERRADOS E PASTA DE CELULOSE LTDA, CNPJ nº 75.655.720/0001-94.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 12.996, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.002205/2021-58.

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à AEROBERT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, CNPJ nº 59.872.754/0001-84, FISTEL nº 02021606538, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 13.130, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008839/2022-03.

Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à MARIA ISABEL MESQUITA PEREIRA, CPF nº ***.814.858-**, FISTEL nº 50415752744, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 13.052, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da RF indicada para cada entidade, as autorizações do SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO e/ou as autorizações outorgadas, por intermédio do Ato nº 4337, de 13 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) com exclusão do SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL;

ANTONIO LEONISIO RIBEIRO,XXXXXX4353,50407072403,08/06/2020,ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARRA DE SUCATINGA ,35XXXXXXXXX0160,50408139102,31/05/2021,CARLOS HENRIQUE CAMPOS MEYER,XXXXXXX2391,50408667125,09/11/2021,FRANCISCO JOHNNY DA SILVA ARAUJO, XXXXXXX7385,50407951652, 28/03/2021,IRAMAR BORGES DA SILVA,XXXXXXX2372, 50407379711, 15/09/2020, JACQUES ARAUJO TREVIA, XXXXXXX0334,50408430389,24/08/2021,JEAN PHILIPPE BELIN, XXXXXXX4380, 50407017305, 19/05/2020, JOSE ALBERTO GOMES DE ARAUJO, XXXXXXX0383, 50407960643, 29/03/2021, JOSE GUILHERME FILHO, XXXXXXX3349, 50407068473, 07/06/2020, RAIMUNDO JOSE PEREIRA BEZERRA, XXXXXXX6334, 50408480726, 06/09/2021, VICENTE FRANCISCO DA SILVA, XXXXXXX6300, 50407080090, 10/06/2020.

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

ANTONIO LEONISIO RIBEIRO, XXXXXXX4353, 50429732228, ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARRA DE SUCATINGA,35XXXXXXXX00160, 50429205520, CARLOS HENRIQUE CAMPOS MEYER, XXXXXXX2391, 50429081618, FRANCISCO JOHNNY DA SILVA ARAUJO, XXXXXXX7385, 50421751053, IRAMAR BORGES DA SILVA, XXXXXXX2372, 50431348103, JACQUES ARAUJO TREVIA, XXXXXX40334, 50429170394,JEAN PHILIPPE BELIN, XXXXXXX4380, 50431869090, JOSE ALBERTO GOMES DE ARAUJO, XXXXXXX0383, 50420949461, JOSE GUILHERME FILHO, XXXXXXX3349, 50429424833, RAIMUNDO JOSE PEREIRA BEZERRA, XXXXXXX6334, 50430759967, VICENTE FRANCISCO DA SILVA, XXXXXXX6300, 50428330800 .

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 13.168, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Processo: 53578.003418/2022-14.
Expede autorização à JOSE LUIS VIDAL LAGHI, CPF nº ***.710.708-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 12.165, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53500.299682/2022-47.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CIDADE DE BLUMENAU, CNPJ 10.912.338/0001-73, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Blumenau/SC.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.232, DE 28 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53500.030459/2022-87.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO LIDER FM JARAGUA, CNPJ 03.344.420/0001-83, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jaraguá/GO.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.611 Processo nº 53500.309207/2022-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ANHANGUERA S.A., CNPJ 01.534.510/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Indiara/GO.

Nº 12.612 Processo nº 53500.309211/2022-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRO LTDA, CNPJ 31.494.693/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iconha/ES.

Nº 12.613 Processo nº 53500.309213/2022-43.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cassilândia/MS.

Nº 12.614 Processo nº 53500.309215/2022-32.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Belos/GO.

Nº 12.615 Processo nº 53500.309217/2022-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coaraci/BA.

Nº 12.616 Processo nº 53500.309218/2022-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ITAPICURU LTDA, CNPJ 10.461.622/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio dos Lopes/MA.

Nº 12.618 Processo nº 53500.309220/2022-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Crixás/GO.

Nº 12.619 Processo nº 53500.309221/2022-90.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bataguassu/MS.

Nº 12.620 Processo nº 53500.309223/2022-89.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 12.621 Processo nº 53500.309225/2022-78.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia/MS.

Nº 12.622 Processo nº 53500.309226/2022-12.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cassilândia/MS.

Nº 12.623 Processo nº 53500.309227/2022-67.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Costa Rica/MS.

Nº 12.624 Processo nº 53500.309228/2022-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iguatemi/MS.

Nº 12.625 Processo nº 53500.309230/2022-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ladário/MS.

Nº 12.626 Processo nº 53500.309231/2022-25.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nioaque/MS.

Nº 12.627 Processo nº 53500.309232/2022-70.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Alvorada do Sul/MS.

Nº 12.628 Processo nº 53500.309233/2022-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sete Quedas/MS.

Nº 12.629 Processo nº 53500.309236/2022-58.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sonora/MS.

Nº 12.630 Processo nº 53500.309237/2022-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tacuru/MS.

Nº 12.631 Processo nº 53500.309238/2022-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Negro/MS.

Nº 12.632 Processo nº 53500.309240/2022-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Crixás/GO.

Nº 12.633 Processo nº 53500.309242/2022-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Crixás/GO.

Nº 12.634 Processo nº 53500.309499/2022-67.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Siderópolis/SC.

Nº 12.635 Processo nº 53500.309501/2022-06.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pedras Grandes/SC.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.863, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.007733/2022-84.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à INSTORE AUDIOVISUAL LTDA, CNPJ 02.488.036/0001-91, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, aplicação Rádio Autocine.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 372/GC4, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a reversão de imóvel administrado pelo Comando da Aeronáutica à Secretaria de Patrimônio da União.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 § 4º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica (COMAER), aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de acordo com o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o que consta do Processo nº 67700.010122/2020-40, resolve:
Art. 1º Autorizar a reversão de Imóvel da União, administrado pelo COMAER e sob a responsabilidade patrimonial do Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de São Paulo (DTINFRA-SP), localizado na cidade de São José dos Campos/SP, medindo 6.643,38m², referente ao Tombo SP.035-000, RIP 7099.00485.500-8, sob a jurisdição deste Comando, à Secretaria do Patrimônio da União.
Art. 2º Delegar competência ao Chefe do DTINFRA-SP, para representar o Comando da Aeronáutica, a fim de efetivar a Reversão e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à Superintendência do Patrimônio da União do Estado de São Paulo.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor no dia 3 de outubro de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA Nº 144/HNRE, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:
Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, ao Termo de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, referente ao Processo Administrativo n° 63066.003213/2019-67 e ao Contrato de Credenciamento nº 83702/2022-27/00, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:
CLINOPE - CLÍNICA OFTALMOLÓGICA DE PERNAMBUCO LTDA:
a) CNPJ nº 35.315.993/0003-37; e
b) Valor estimativo anual: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com seus efeitos administrativos a contar a partir de 5 de setembro de 2022.

Cmg (Md) JOSÉ ROBERTO GOMES CORRÊA MACEDO
Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº 145/HNRE, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, ao Termo de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, referente ao Processo Administrativo n° 63066.003213/2019-67 e ao Contrato de Credenciamento nº 83702/2022-27/00, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

CENTRO DE PREVENÇÃO DE CÂNCER, PATOLOGIA E IMUNOPATOLOGIA LTDA (CPCPI):

a) CNPJ nº 04.254.254/0001-97; e

b) Valor estimativo anual: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com seus efeitos administrativos a contar a partir de 6 de setembro de 2022.

Cmg (Md) JOSÉ ROBERTO GOMES CORRÊA MACEDO
Ordenador de Despesas

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.631, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o Decreto n. 10.748, de 16 de julho de 2021, e a Norma Complementar n. 05/IN01/DSIC/GSIPR, de 14 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Instituir a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria define as atribuições e o escopo de atuação da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional e as diretrizes que devem ser observadas por todos os agentes públicos e colaboradores que são usuários de sistemas e serviços de tecnologia da informação da Rede do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO I

DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - agente responsável: servidor público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, incumbido de chefiar e gerenciar a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos e responsável por receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes cibernéticos em redes de computadores;

II - artefato malicioso: qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores;

III - comunidade ou público-alvo: conjunto de pessoas, setores, órgãos ou entidades atendidas por uma Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos;

IV - Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: unidade responsável por coordenar e apoiar a Administração Pública federal no tratamento de incidentes cibernéticos, bem como por monitorá-los e analisá-los tecnicamente, além de promover o intercâmbio científico-tecnológico, inclusos outros centros nacionais e internacionais;

V - Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos: grupo de pessoas com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes cibernéticos em redes de computadores;

VI - incidente cibernético: ocorrência que comprometa, real ou potencialmente, a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade ou a autenticidade de sistema de informação ou das informações processadas, armazenadas ou transmitidas por esse sistema, que poderá também ser caracterizada pela tentativa de exploração de vulnerabilidade de sistema de informação que constitua violação de norma, política de segurança, procedimento de segurança ou política de uso;

VII - serviço: conjunto de procedimentos, estruturados em um processo bem definido, oferecido à comunidade da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos;

VIII - tratamento de incidentes cibernéticos em redes computacionais: serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas e realizar as análises dos incidentes cibernéticos, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa, bem como a identificação de tendências; e

IX - vulnerabilidade: qualquer fragilidade dos sistemas computacionais e redes de computadores que permitam a exploração maliciosa e acessos indesejáveis ou não autorizados.

CAPÍTULO II

DA MISSÃO E DA AUTONOMIA

Art. 4º É missão da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional facilitar, coordenar e executar as atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais no ambiente do Ministério, tendo como objetivos básicos:

I - detectar e analisar ataques e intrusões;

II - tratar incidentes cibernéticos;

III - identificar vulnerabilidades e artefatos maliciosos;

IV - recuperar sistemas de informação; e

V - promover a cooperação com outras equipes, bem como participar de fóruns e redes nacionais e internacionais relativos à Segurança da Informação e Comunicações.

Art. 5º A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional seguirá o modelo "Sem Autonomia" previsto nas disposições da Norma Complementar n. 05/IN01/DSIC/GSIPR, de 14 de agosto de 2009, para o tratamento de incidentes cibernéticos, e poderá:

I - implementar ações ou tomar decisões que possam impactar em outras áreas do Ministério, desde que com anuência do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e do Gestor responsável pela área/sistema afetada; e

II - gerar relatórios técnicos sugerindo a adoção de medidas para resolução de incidentes.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional irá se relacionar com todos os usuários da Rede do Ministério do Desenvolvimento Regional por chamado registrado eletronicamente na ferramenta da Central de Atendimento ao Usuário, ou mensagem encaminhada para o endereço de correio eletrônico etir@mdr.gov.br, tendo o campo "Assunto" identificado como "Incidentes Cibernéticos".

Art. 7º Os sistemas de informação mencionados nesta Portaria são somente aqueles sob a tutela da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Não faz parte do escopo do trabalho o tratamento de incidentes cibernéticos relacionados a equipamentos de terceiros.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º Para melhor se adequar às suas necessidades e limitações, a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional utilizará o Modelo 1 - Utilizando a equipe de Tecnologia da Informação (TI), conforme as disposições da Norma Complementar n. 05/IN01/DSIC/GSIPR, de 2009, em que não existirá um grupo dedicado exclusivamente às funções de tratamento e resposta a incidentes de rede computacional.

Art. 9º A Equipe será formada a partir dos membros do quadro da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação que, além de suas funções regulares, passarão a desempenhar as atividades relacionadas ao tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.

Art. 10. A Equipe desempenhará suas atividades, geralmente, de forma reativa, sendo desejável, porém, que o agente responsável pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos atribua responsabilidades para que os seus membros exerçam atividades pró-ativas.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da constituição

Art. 11. A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos será integrada por profissionais da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, com experiência e conhecimentos técnicos compatíveis, que desempenharão as atividades relacionadas sem prejuízo das atribuições típicas do cargo ou da função que ocupem.

Art. 12. Os membros da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos serão designados por ato do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º A Equipe será coordenada pelo agente responsável, encarregado pela proposição de ações necessárias ao tratamento e resposta à incidentes em redes computacionais, tais como criar os procedimentos internos, gerenciar as atividades e distribuir tarefas para a Equipe.

§ 2º Os membros da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos deverão ser selecionados, sempre que possível, dentre os servidores do Ministério do Desenvolvimento Regional, com perfil técnico adequado às funções de tratamento de incidentes de rede computacional.

§ 3º Havendo necessidade de tratamento de incidentes em rede computacional, a dedicação de trabalhos dos representantes da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos será negociada junto à chefia imediata.

§ 4º Caso o Ministério do Desenvolvimento Regional entenda ser necessário, poderá designar perfis de outras áreas de atuação.

Seção II

Das competências e das responsabilidades

Art. 13. Compete ao Gestor de Segurança da Informação:

I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração dos recursos de tecnologia da informação e comunicações para dar suporte à Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos; e

II - prover os meios necessários para a capacitação e o aperfeiçoamento técnico dos membros da Equipe, bem como prover a infraestrutura necessária.

Parágrafo Único. Na ausência do Gestor de Segurança da Informação, as competência do caput serão exercidas pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

Art. 14. Compete ao membros da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos:

I - receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes cibernéticos em redes de computadores;

II - recomendar os procedimentos a serem executados ou as medidas de recuperação durante um ataque;

III - discutir as ações a serem tomadas com outros membros da organização, caso as recomendações não sejam seguidas;

IV - emitir alertas, advertências, disseminar experiências e informações relacionadas à segurança;

V - construir a agenda de trabalho da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos com base no entendimento dos responsáveis;

VI - manter um processo permanente de divulgação desta Portaria, bem como conscientizar e sensibilizar os usuários à correta conduta dos procedimentos aqui disciplinados;

VII - manter a interface com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VIII - propor normativos, novos requisitos de infraestrutura, procedimentos internos relacionados à segurança, prevenção de incidentes cibernéticos, gerenciar as atividades da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, prospecção e monitoramento de novas tecnologias, bem como outras atividades e atribuições complementares que se mostrem necessárias ao desempenho das atribuições da Equipe.

Parágrafo único. Poderão ser empregadas outras boas práticas de mercado, desde que não conflitem com as orientações do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ou com atos normativos do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO VI

DOS SERVIÇOS

Art. 15. Os serviços a serem providos pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos estão listados no Anexo a esta Portaria.

Art. 16. O catálogo de serviços poderá ser revisto e atualizado a qualquer momento.

Art. 17. As atualizações no catálogo estarão sujeitas à aprovação do Gestor de Segurança da Informação e, em sua ausência, do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão submetidos ao Comitê de Segurança da Informação.

Art. 19. Fica revogada a Portaria SECEX n. 60, de 13 de outubro de 2015, do então Ministério da Integração Nacional.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

ANEXO

CATÁLOGO DE SERVIÇOS DA EQUIPE DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES CIBERNÉTICOS (ETIR)

Os serviços a serem providos pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional são:

1 - Tratamento de incidentes cibernéticos em redes computacionais;

2 - Tratamento de artefatos maliciosos;

3 - Tratamento de vulnerabilidades; e

4 - Emissão de alertas e advertências.

1 - Tratamento de Incidentes Cibernéticos em Redes Computacionais

1.1 Definição e objetivo:

Serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder as solicitações e os alertas e realizar as análises dos incidentes cibernéticos, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e a identificação de tendências.

1.2 Tipo do serviço:
Reativo.
1.3 Disponibilidade do serviço:
Deverá ser executado por meio da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos com auxílio das empresas que prestam serviços de Segurança da Informação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, quando houver detecção de um incidente por alguma unidade.
1.4 Descrição das funções e procedimentos que compõem o serviço:
A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério do Desenvolvimento Regional realizará as atividades e procedimentos de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Segurança da Informação do órgão.
1.5 Metodologia:
A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, com auxílio das empresas que prestam serviços de Segurança da Informação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, analisará os relatórios e evidências gerados e, a partir de tais informações, será elaborado relatório com a ação e/ou recomendação a ser tomada.
2 - Tratamento de Artefatos Maliciosos
2.1 Definição e objetivo:
Serviço que consiste em receber informações ou cópia de artefato malicioso que foi utilizado no ataque, ou em qualquer atividade desautorizada ou maliciosa. Uma vez recebido, o mesmo deve ser analisado e tratado, ou seja, deve-se buscar a natureza do artefato, seu mecanismo, versão e objetivo, para que seja desenvolvida, ou pelo menos sugerida, uma estratégia de detecção, remoção e defesa.
2.2 Tipo do serviço:
Reativo.
2.3 Disponibilidade do serviço:
O serviço deverá ser executado pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos quando houver o requerimento do usuário ou quando houver detecção por meio de software ou outra ferramenta de gestão.
2.4 Descrição das funções e procedimentos que compõem o serviço:
A Equipe realizará as seguintes atividades com auxílio das empresas que prestam serviços de Segurança da Informação ao Ministério do Desenvolvimento Regional:
2.4.1 recebimento informações ou cópia de artefato malicioso que foi utilizado no ataque, ou em qualquer atividade desautorizada ou maliciosa;
2.4.2 análise do artefato malicioso, incluindo busca e natureza do artefato, seu mecanismo, versão e objetivo;
2.4.3 desenvolvimento de uma estratégia para detecção, remoção e defesa.
2.5 Metodologia:
2.5.1 O serviço será realizado de acordo com o risco em que o artefato está classificado.
2.5.2 O tratamento se dará primeiramente em tentativa de recuperação, quando for um ativo do Ministério, e de eliminação quando for objeto fora do escopo do Ministério.
2.5.3 Será elaborado relatório sobre a referida incidência.
3 - Tratamento de Vulnerabilidades
3.1 Definição e objetivo:
Serviço que consiste em receber informações sobre vulnerabilidades, quer sejam em hardware ou software, objetivando analisar sua natureza, mecanismo e suas consequências e desenvolver estratégias para detecção e correção.
3.2 Tipo do serviço:
Reativo.
3.3 Disponibilidade do serviço:
O serviço deverá ser executado pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos com auxílio das empresas que prestam serviços de Segurança da Informação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, quando houver a identificação de uma vulnerabilidade no ambiente tecnológico do Ministério ou o requerimento do usuário ou Agente Responsável e antes e depois de qualquer aquisição de ativo de tecnologia da informação
3.4 Descrição das funções e procedimentos que compõem o serviço:
O serviço contemplará as seguintes atividades:
3.4.1 identificação ou recebimento de informações sobre vulnerabilidades em hardware ou software;
3.4.2 análise de sua natureza, seu mecanismo e suas consequências;
3.4.3 desenvolvimento de estratégias para detecção e correção (emissão de relatório).
3.5 Metodologia:
O serviço poderá ser iniciado mediante identificação de uma vulnerabilidade no ambiente tecnológico do Ministério do Desenvolvimento Regional ou poderá ser comunicado por agentes externos ou internos. A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos emitirá relatório com a ação e/ou recomendação a ser tomada.
4 - Emissão de alertas e advertências
4.1 Definição e objetivo:
Serviço que consiste em divulgar alertas ou advertências imediatas como uma reação diante de um incidente cibernético em redes de computadores, com o objetivo de advertir a comunidade ou dar orientações sobre como a comunidade deve agir diante do problema.
4.2 Tipo do serviço:
Reativo.
4.3 Disponibilidade do serviço:
O serviço deverá ser executado pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos com auxílio das empresas que prestam serviços de Segurança da Informação ao Ministério do Desenvolvimento Regional de forma a orientar os usuários sobre como agir diante de um incidente.
4.4 Descrição das funções e procedimentos que compõem o serviço:
O serviço contemplará as seguintes atividades:
4.4.1 Identificação ou recebimento de informações sobre incidentes;
4.4.2 Elaboração e divulgação da orientação
4.5 Metodologia:
O serviço poderá ser iniciado mediante identificação de uma vulnerabilidade ou incidente no ambiente tecnológico do Ministério do Desenvolvimento Regional ou poderá ser solicitado por agentes internos.

PORTARIA Nº 2.833, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MDR n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, que delega competências do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional às autoridades que relaciona.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022, e na Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Portaria MDR n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO

Quadro de Unidades Gestoras

UNIDADE PERTENCENTE A ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO	UG
Diretoria de Administração	530001
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES	UG
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	530012
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	530013, 530016 e 530021
Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	530023, 560008, 560007 e 530028
Secretaria Nacional de Habitação	560005, 560012, 560015 e 560017
Secretaria Nacional de Saneamento	560006
Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado	530024

" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.851, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a atualização do Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil - 2019/2023.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 9º da Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, e o inciso VIII do art. 15 do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, considerando que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpdec, tem como atribuições precípuas a articulação, coordenação e supervisão técnica, o que compreende o estabelecimento de estratégia de capacitação pública e uniformizada em todo o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, incluindo o uso de tecnologias e plataformas de Ensino à Distância (EaD), otimizando a capacitação de agentes de proteção e defesa civil, além de viabilizar a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino e pesquisa; resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil - 2019-2023, constante do Anexo Único e disponível no sítio eletrônico: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/capacitacoes.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 2.457, de 16 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

PORTARIA ANA Nº 412, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso III, do Anexo I da Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU de 14 de outubro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 890ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2022, considerando o disposto no inciso I, do art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo nº 02501.007939/2019-06 , resolveu:

Art. 1º Publicar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da ANA, conforme consta nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO, INTITULADOS RESOLUÇÕES, VIGENTES NO ÂMBITO DA ANA

Normativos	Ementa
Resolução nº 6, de 20 de março 2001.	Institui o Programa Nacional Hidrográficas de Despoluição de Bacias (Programa).
Resolução nº 28, de 25 de julho de 2001.	Aprova a forma de aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União.
Resolução n º 56, de 2 de outubro de 2001.	Dá nova redação ao inciso III do art. 6º e ao § 3º do art. 9º da Resolução ANA nº 6, de 20 de março de 2001.
Resolução nº 118, de 14 de novembro de 2001.	Altera a Resolução nº 28, de 25 de julho de 2001. Recursos do Orçamento Geral da União.
Resolução nº 117, de 17 de junho de 2002.	Estabelece os critérios, para a habilitação no Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, dos empreendimentos localizados em rios de domínio da União que ainda não possuam Comitê de Bacia instituído e instalado e dá outras providências.
Resolução nº 194, de 16 de setembro de 2002.	Estabelece critérios e procedimentos para emissão do CERTOH.
Resolução nº 131, de 11 de março de 2003.	Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio da União e dá outras providências.

Resolução nº 317, de 26 de agosto de 2003.	Institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos.
Resolução nº 399, de 22 de julho de 2004.	Altera a Portaria nº 707, de 17 de outubro de 1994, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE (Critérios técnicos para identificação dos cursos d'água), e dá outras providências.
Resolução nº 429, de 4 de agosto de 2004	Delega competência e define os critérios e procedimentos para a outorga do direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Normativos	Ementa
Resolução nº 163, de 25 de abril de 2005.	Estabelece novas condições para a avaliação do desempenho dos empreendimentos contratados no âmbito do PRODES, e dá outras providências.
Resolução nº 467, de 30 de outubro de 2006.	Dispõe sobre critérios técnicos a serem observados na análise dos pedidos de outorga em lagos, reservatórios e rios fronteiriços e transfronteiriços.
Resolução nº 97, de 9 de abril de 2007.	Estabelece diretrizes e condições para as avaliações decorrentes do processo de certificação dos empreendimentos contratados no âmbito do PRODES, definindo procedimentos, critérios e métodos para a sua realização.
Resolução nº 276, de 28 de abril de 2009.	Prevê a criação de Comissões Especiais de Acompanhamento com atribuições específicas de acompanhar, fiscalizar e auditar o cumprimento das condicionantes definidas nos atos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Outorga, de Certificado de Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH, bem como demais ações relacionadas às condições operativas e de gestão dos respectivos empreendimento.
Resolução nº 714, de 28 de setembro 2009.	Determinar o cumprimento das atividades para garantia da operação sustentável do PISF Resolução nº 832, de 9 de novembro de 2009, que prorroga o prazo de vigência do funcionamento da UAR - Maceió.
Resolução nº 6, de 1º de fevereiro 2010.	Delega competência para deferir pedidos de outorga.
Resolução nº 77, de 22 de março de 2010.	Delega competência para a emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito do Distrito Federal.
Resolução nº 716, de 7 de dezembro de 2010.	Relaciona infrações e respectivas penalidades aplicáveis ao concessionário do serviço público de irrigação do Perímetro Pontal.
Resolução nº 33, de 14 de fevereiro de 2011.	Regulamenta os procedimentos administrativos para imposição de penalidades aos prestadores dos serviços públicos de irrigação, em regime de concessão, e de adução de água bruta em corpos d'água de domínio da União.

Normativos	Ementa
Resolução nº 724, de 3 de outubro de 2011.	Estabelece procedimentos padronizados para a coleta e preservação de amostras de águas superficiais para fins de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas.
Resolução nº 25, de 23 de janeiro de 2012.	Estabelece diretrizes para análise dos aspectos de qualidade da água dos pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em reservatórios de domínio da União.
Resolução nº 463, de 3 de setembro de 2012.	Aprova condicionantes relativas a sistemas de transposição de desnível para a navegação em declarações de reserva de disponibilidade hídrica e outorgas de direito de uso de recursos hídricos de aproveitamentos hidrelétricos em cursos d'água de domínio da União.
Resolução nº 465, de 3 de setembro de 2012.	Cria o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC - ANA, dispõe sobre tramitação dos pedidos de acesso a informações e dá outras providências.
Resolução nº 353, de 11 de março de 2013.	Define escala e base cartográfica oficial para apoio à classificação dos cursos d'água quanto ao domínio.
Resolução nº 379, de 21 de março de 2013.	Aprova o regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO.
Resolução nº 436, de 1º de abril de 2013.	Estabelece procedimentos e diretrizes gerais para delegar competência para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União.
Resolução nº 512, de 29 de abril de 2013.	Define os valores anuais dos contratos a serem firmados no âmbito do PROGESTÃO.
Resolução nº 903, de 22 agosto 2013.	Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais - RNQA e estabelece suas diretrizes.
Resolução nº 1.225, de 14 de outubro de 2013.	Revoga a competência delegada pela Resolução nº 429, de 4 de agosto de 2004, ao Estado de Minas Gerais para emissão de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, nas Bacias PCJ, no âmbito do seu território.

Normativos	Ementa
Resolução nº 1.286, de 21 de outubro de 2013.	Estabelece enquadramento do trecho do rio Santo Antonio do Sudoeste/PR.
Resolução nº 1.343, de 8 de novembro de 2013.	Estabelece diretrizes para definição da disponibilidade hídrica para geração de energia em aproveitamentos hidrelétricos implantados em açudes de usos múltiplos localizados no semiárido, de domínio da União, para fins de emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos.
Resolução nº 1.346, de 18 de novembro de 2013.	Dispõe sobre procedimentos administrativos atinentes à recuperação de créditos administrados pela ANA e abertura de processo de cobrança.
Resolução nº 1.485, de 16 de dezembro de 2013.	Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas - PROGESTÃO, e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondente ao ano de 2013.
Resolução nº 99, de 27 de janeiro de 2014.	Estabelece procedimentos para emissão de outorgas preventiva e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Saia Velha.
Resolução nº 683, de 5 de maio de 2014.	Aprova procedimentos para validação de regras de uso da água em corpos hídricos de domínio da União estabelecidas em condições especiais.
Resolução nº 1.047, de 28 de julho de 2014.	Delega competência e define os critérios e procedimentos para a emissão de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no Estado do Ceará.
Resolução nº 1.399, de 8 de setembro 2014.	Estabelece procedimento para a emissão de outorga preventiva e outorga de direito de uso de recursos hídricos no rio Paranã, no trecho compreendido entre a barragem Paranã e a confluência com o rio Corrente.
Resolução nº 1.624, de 3 de novembro de 2014.	Estabelece o uso do Manual da Marca da Rede Hidrometeorológica Nacional no âmbito de todas as parcerias institucionais da ANA.

Normativos	Ementa
Resolução nº 1.941, de 1º de dezembro de 2014.	Altera a Resolução nº 1.346, de 18 de novembro de 2013, que dispõe sobre procedimentos administrativos atinentes à recuperação de créditos administrados pela ANA e abertura de processos de cobrança.
Resolução nº 147, de 2 de março de 2015.	Dispõe sobre as condições de operação do aproveitamento hidrelétrico Queimado, no rio Preto.
Resolução nº 500, de 11 de maio de 2015.	Dispõe sobre o recebimento de documentos eletrônicos a serem protocolados junto à ANA.
Resolução nº 603, de 26 de maio de 2015.	Define os critérios a serem considerados para obrigatoriedade de monitoramento e envio da Declaração de Uso de Recursos Hídricos - DAURH em corpos de água de domínio da União.
Resolução nº 632, de 15 de junho de 2015.	Define os limites a serem observados temporariamente em corpos hídricos de domínio da União para obrigatoriedade de monitoramento e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 961, de 17 de agosto 2015.	Acrescenta o Art. 1º A na Resolução nº 436, de 1º de abril 2013.
Resolução nº 1.310, de 30 de novembro de 2015.	O marco Regulatório do Rio Negro.
Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio Doce e seus reservatórios para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 127, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio Preto e rio Bezerra para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 128, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio Quaraí para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.

Normativos	Ementa
Resolução nº 129, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio São Francisco e seus reservatórios para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 130, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio São Marcos a montante do barramento da UHE Batalha, rio Samambaia, córrego do rato e seus reservatórios para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 131, de 22 de fevereiro de 2016.	Define o limite a ser observado no rio Verde Grande para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes captados e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH.
Resolução nº 132, de 22 de fevereiro de 2016.	Estabelece critérios complementares de classificação de barragens reguladas pela Agência Nacional de Águas - ANA, quanto ao Dano Potencial Associado -DPA, com fundamento no art. 5°, §3°, da Resolução CNRH nº 143, de 2012, e art. 7º da Lei nº 12.334, de 2010.
Resolução nº 643, de 27 de junho de 2016.	Altera o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA.

Resolução nº 644, de 27 de junho 2016.	Aprova a versão 2.0 do Manual Operativo do programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Águas - QUALIÁGUA.
Resolução nº 1.058, de 12 de setembro 2016.	Altera o Art. 1º da Resolução ANA nº 1047, de 28 de julho de 2014. (Delegação de competência ao Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH para emissão de outorgas preventivas e de direito de uso de R.H. e domínio da União, no âmbito de seu território).
Resolução nº 1.190, de 3 de outubro de 2016.	Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS e dá outras providências.
Resolução nº 1.595, de 19 de dezembro de 2016.	Aprova o Detalhamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS e dá outras providências.

Normativos	Ementa
Resolução nº 236, de 30 de janeiro de 2017.	Estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme art. 8°, 9°, 10, 11 e 12 da Lei n° 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB.
Resolução nº 585, de 3 de abril de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Ceraíma.
Resolução nº 969, de 5 de junho de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Anagé e no rio Gavião até a confluência com o rio das Contas.
Resolução nº 1.470, de 31 de julho de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no reservatório Cocorobó e no rio Vaza Barris.
Resolução nº 1.506, de 7 de agosto de 2017.	Define os valores anuais dos contratos a serem firmados no âmbito do segundo ciclo do PROGESTÃO.
Resolução nº 1.931, de 30 de outubro de 2017.	resolve tornar públicas as recomendações constantes do Ofício nº 2/2015/AA-ANA, bem como as condicionantes operativas referentes à transposição do reservatório da UHE Jaguari para o reservatório Atibainha constantes do Relatório Conjunto, datado de 15 de janeiro de 2015, elaborado pelo Grupo Técnico.
Resolução nº 1.935, de 30 de outubro de 2017.	Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 317, de 26 de agosto de 2003, que instituiu o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.
Resolução nº 1.937, de 30 de outubro de 2017.	Dispõe sobre o conteúdo dos extratos para publicação no Diário Oficial da União dos pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 1.938, de 30 de outubro de 2017.	Dispõe sobre procedimentos para solicitações e critérios de avaliação das outorgas preventivas e direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 1.939, de 30 de outubro de 2017.	Dispõe o processamento eletrônico de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.

Normativos	Ementa
Resolução nº 1.940, de 30 de outubro de 2017.	Dispõe sobre critérios para definição de derivações, captações e lançamentos de efluentes insignificantes, bem como serviços e outras interferências em corpos dágua de domínio da União não sujeitos a outorga.
Resolução nº 1.941, de 30 de outubro de 2017.	Estabelece obrigações e regras para as outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 2.079, de 4 de dezembro de 2017.	Estabelece procedimentos para análise e emissão de outorgas de uso de recursos hídricos para diluição de efluentes domésticos, com a finalidade de esgotamento sanitário, em corpos hídricos de domínio da União.
Resolução nº 2.081, de 4 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre as condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco compreende os reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó.
Resolução nº 2.313, de 18 de dezembro de 2017.	Delega competência para examinar e decidir sobre pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União.
Resolução nº 2.333, de 27 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.
Resolução nº 20, de 12 de março de 2018	Estabelece o cálculo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2018.
Resolução nº 49, de 17de julho de 2018.	Dispõe sobre as condições de operação do reservatório da UHE Foz do Chapecó no rio Uruguai.
Resolução n º 54, de 6 de agosto de 2018.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Poço da Cruz e no rio Moxotó, Pernambuco.
Resolução nº 63, de 4 de setembro de 2018.	Dispõe sobre o Plano de Gestão Anual - PGA referente ao ano de 2018 para Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional-PISF, no que diz respeito as disposições atinentes a ANA.

Normativos	Ementa
Resolução nº 67, de 11 de setembro de 2018.	Aprova as tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF pela CODEVASF, para o ano de 2018.
Resolução nº 68, de 11 de setembro de 2018.	Aprova o Manual de Contabilidade Regulatória Aplicado ao PISF e o Manual de Procedimentos para Gestão de Ativos Imobilizados Aplicado ao PISF.
Resolução nº 69, de 11 de setembro de 2018.	Dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Morrinhos, na Bahia.
Resolução nº 70, de 11 de setembro de 2018.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Tremedal, na Bahia.
Resolução nº 72, de 1º de outubro de 2018.	Altera a Resolução nº 1.938, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre procedimentos para solicitações e critérios de avaliação das outorgas preventivas e direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 73, de 1º de outubro de 2018.	Altera a Resolução 1.939, de 30 de outubro de 2017, que dispõe o processamento eletrônico de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 85, de 29 de outubro de 2018.	Dispõe sobre os indicadores de Avaliação da Prestação do Serviço de Adução de Água Bruta no âmbito do PISF.
Resolução nº 91, de 26 de novembro de 2018.	Estabelece o cálculo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2019.
Resolução nº 97, de 10 de dezembro de 2018.	Estabelece normas de gestão patrimonial dos bens adquiridos com recursos da União, no âmbito dos contratos de Gestão celebrados em Entidades Delegatárias.
Resolução nº 100, de 26 de dezembro de 2018.	Dispõe sobre o Plano de Gestão Anual - PGA referente ao ano de 2019 para Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional-PISF, no que diz respeito as disposições atinentes a ANA.
Resolução nº 101, de 26 de dezembro de 2018.	Altera as Resoluções nºs 584 e 585, de 3 de abril de 2017, que dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca e Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no reservatório Ceraíma.

Normativos	Ementa
Resolução nº 6, de 4 de fevereiro de 2019.	Aprova as tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.
Resolução nº 11, de 18 de fevereiro de 2019.	Regularização de usos de recursos hídricos nos rios Piancó e Piranhas-Açu.
Resolução nº 43, de 15 de julho de 2019.	Dispõe sobre os procedimentos para encaminhamento de pedidos de outorga de uso de recursos hídricos de domínio da União em terras indígenas e limítrofes.
Resolução nº 58, de 2 de setembro de 2019.	Dispõe sobre condições de uso de recursos hidricos no sistema hídrico Cruzeta, no Estado do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 59, de 2 de setembro de 2019.	Dispõe sobre condições de uso de recursos hídricos no sistema hídrico Sabugi, no Estado do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 60, de 2 de setembro de 2019.	Dispõe sobre condições de uso de recursos hídricos no sistema hídrico Itans, no Estado do Rio Grande do Norte.
Resolução nº 62, de 2 de setembro de 2019.	Altera o art.7º, § 6º, do Anexo I da Resolução nº 1.190, de 3 de outubro de 2016, que institui o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas- PROCOMITÊS.
Resolução nº 64, de 9 de setembro de 2019.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Andorinha II, localizado no Estado da Bahia.
Resolução nº 74, de 25 de setembro de 2019.	Altera a ementa e os artigos 1°, 2º, 10 e 11 da Resolução nº 2.333, de 27 de dezembro de 2017.
Resolução nº 101, de 2 de dezembro de 2019.	Estabelece o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2020
Resolução nº 122, de 16 de dezembro de 2019.	Estabelece os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços pelas entidades delegatárias das funções de Agência de Água.
Resolução nº 123, de 16 de dezembro de 2019.	Delega competência para exame, decisão e classificação de barragens fiscalizáveis pela ANA e dá outras providências.
Resolução nº 124, de 16 de dezembro de 2019.	Dispõe sobre os procedimentos operacionais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

Normativos	Ementa
Resolução nº 125, de 23 de dezembro de 2019.	Dispõe sobre o Plano de Gestão Anua l- PGA referente ao ano de 2020 para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional -PISF, no que diz respeito às disposições atinentes à ANA.

Resolução nº 11, de 10 de março de 2020.	Aprova as tarifas para prestação do serviço de adução de água bruta do PISF.
Resolução nº 15, de 30 de março de 2020.	Aprova o Regulamento do Prêmio ANA 2020.
Resolução nº 17, de 30 de março de 2020.	Dispõe sobre a retificação do Anexo IV da Resolução 125, de 23 de dezembro de 2019.
Resolução nº 18, de 15 de abril de 2020.	Dispõe sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19 e estabelece procedimentos de cobrança pelos usos relativos ao exercício de 2019
Resolução nº 20, de 20 de abril de 2020.	Dispõe sobre o recálculo do Preço Unitário de Cobrança pelo uso de recursos hídricos relativo à Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba
Resolução nº 21, de 20 de abril de 2020.	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19.
Resolução nº 24, de 4 de maio de 2020.	Estabelece procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos e da segurança de barragens objeto de outorga em corpos dágua de domínio da União exercidas pela Agência Nacional de Águas - ANA.
Resolução nº 25, de 8 de maio de 2020.	Altera a Resolução nº 1938/2017. Dispõe sobre procedimentos para solicitações e critérios de avaliação das outorgas preventivas e direito de uso de recursos hídricos.
Resolução nº 26, de 8 de maio de 2020.	Delega competência para examinar e decidir sobre pedidos de outorga preventiva de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União.
Resolução nº 27, de 25 de abril de 2020.	Altera a Resolução nº 603, de 26 de maio de 2015, que define os critérios a serem considerados para obrigatoriedade de monitoramento e envio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos (DAURH) em corpos hídricos de domínio da União.

Normativos	Ementa
Resolução nº 28, de 1º de junho de 2020.	Estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias das funções de Agências de Água para a seleção e recrutamento de pessoal.
Resolução nº 29, de 15 de junho de 2020.	Dispõe sobre o enquadramento das despesas a ser observado pelas entidades delegatárias das funções de Agências de Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança.
Resolução nº 31, de 13 de julho de 2020.	Institui Programa Monitor de Secas, coordenado pela Agência Nacional de Águas.
Resolução nº 33, de 20 de julho de 2020.	Altera o art.6º do Anexo da Resolução nº15/2020.
Resolução nº 34, de 20 de julho de 2020.	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019(Covid-19).
Resolução nº 38, de 14 de julho de 2020.	Dispõe sobre os procedimentos para organização e funcionamento das Reuniões Deliberativas da Diretoria Colegiada.
Resolução nº 40, de 21 de setembro de 2020.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no Sistema Hídrico Mucuri, localizado nos Estados da Bahia e de Minas Gerais.
Resolução nº 46, de 26 de outubro de 2020	Regulamentar o Termo de Alocação de Água para sistemas hídricos com corpos de água de domínio da União.
Resolução nº 47, de 26 de outubro de 2020.	Alterar o art. 14º do Anexo da Resolução nº 15, de 30 de março de 2020, publicada no DOU de 6 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Prêmio ANA 2020.
Resolução nº 49, de 16 de novembro de 2020	Dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Champrão, que compreende o reservatório Champrão, localizado na bacia hidrográfica do rio das Contas, no Estado da Bahia.
Resolução nº 51, de 03 de dezembro de 2020.	Hídrico do Rio São Francisco em dezembro de 2020.
Resolução nº 53, de 4 de dezembro de 2020	Regulamentar a modalidade Chamamento Público de Projetos, prevista no art. 7º da Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019, para financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos.

Normativos	Ementa
Resolução nº 55, de 7 de dezembro de 2020.	Autoriza a operação do reservatório da usina hidrelétrica Ilha Solteira em situação excepcional energética, no período de 7 dezembro de 2020 a 15 de janeiro de 2021.
Resolução nº 56, de 14 de dezembro de 2020	Atualiza a Resolução n° 11, de 18 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a regularização de usos de recursos hídricos nos rios Piancó e Piranhas-Açu.
Resolução nº 57, de 14 de dezembro de 2020.	Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2021.
Resolução nº 58, de 21 de dezembro de 2020	Altera o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 85, de 29 de outubro de 2018.
Resolução nº 63, de 12 de fevereiro de 2021	Dispor sobre condições complementares à outorga para operação dos reservatórios de Furnas e Marechal Mascarenhas de Moraes, por prazo determinado.
Resolução nº 65, de 3 de março de 2021.	Dispõe sobre a flexibilização temporária da descarga mínima do reservatório da UHE de Serra da Mesa, no rio Tocantins, até 31 de maio de 2021.
Resolução nº 67, de 15 de março de 2021.	Aprova as tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, para o ano de 2021.
Resolução nº 70, de 19 de abril de 2021	Dispor sobre as condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins, composto pelos reservatórios de Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado (Luís Eduardo Magalhães), Estreito e Tucuruí.
Resolução nº 74, de 3 de maio de 2021.	Dispõe sobre a alteração excepcional do prazo para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União relativos ao exercício de 2021
Resolução nº 76, 24 de maio de 2021.	Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Caconde e Limoeiro, no Rio Pardo.
Resolução nº 77, de 1 de junho de 2021.	declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná.

Normativos	Ementa
Resolução nº 79, de 7 de junho de 2021	Aprova a Norma de Referência nº 1 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.
Resolução nº 80, de 14 de junho de 2021.	Dispõe sobre condições complementares à outorga para operação dos reservatórios de Furnas e Marechal Mascarenhas de Moraes.
Resolução nº 81, de 14 de junho de 2021.	Autoriza a operação excepcional do Sistema Hídrico do Rio São Francisco nos meses de junho, julho, setembro, outubro e novembro de 2021.
Resolução nº 84, de 18 de juho de 2021	Autoriza a operação do reservatório da usina hidrelétrica Ilha Solteira em situação excepcional energética, no período de 1° de julho a 6 de agosto de 2021.
Resolução nº 85, de 21 de junho de 2021	Altera o §1º, do Art.5º da Resolução ANA nº 38, de 14 de setembro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para organização e funcionamento das Reuniões Deliberativas da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.
Resolução nº 89, de 12 de julho de 2021	Altera a Resolução ANA nº 26, de 8 de maio de 2020, que delega competência para o exame, a decisão e a publicidade dos pedidos de outorga e atos deles decorrentes e dá outras providências.
Resolução nº 90, de 9 de agosto de 2021	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Estreito e Cova da Mandioca, localizado nos Estados da Bahia e de Minas Gerais.
Resolução nº 91, de 9 de agosto de 2021	Define o limite a ser observado nos rios de domínio da União, localizados na bacia do rio Paraíba do Sul, para obrigatoriedade de monitoramento dos volumes de captação e lançamento, bem como da qualidade dos efluentes lançados.
Resolução nº 92, de 23 de agosto de 2021	Dispõe sobre as séries históricas de usos consuntivos a montante de aproveitamentos hidrelétricos, para fins de reconstituição de séries de vazões e de planejamento.
Resolução nº 93, de 23 de agosto de 2021	Dispõe sobre as projeções das séries de usos consuntivos a montante de aproveitamentos hidrelétricos, para fins de planejamento e gestão de recursos hídricos.
Resolução nº 94, de 23 de agosto de 2021	Estabelece normas sobre gestão patrimonial dos bens móveis sob a guarda das entidades delegatárias de funções de Agências de Água, no âmbito dos Contratos de Gestão celebrados com a ANA.

Normativos	Ementa
Resolução nº 96, de 30 de agosto de 2021	Dispor sobre a descentralização das atividades fiscalizatórias e sancionatórias de uso de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito do Distrito Federal, mediante delegação de competência à ADASA
Resolução nº 98, de 20 de setembro de 2021	Delega à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em áreas inseridas em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba.
Resolução nº 101, de 27 de setembro de 2021	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Pardo, localizado nos Estados de Minas Gerais e da Bahia.
Resolução nº 102, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Manual de Elaboração de Atos Regulatórios da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.
Resolução nº 105, de 18 de outubro de 2021	Aprova revisão extraordinária do Eixo Temático 1 - Regulação de usos e operação de reservatórios e do Eixo Temático 5 - Normas de Referência para o Saneamento da Agenda Regulatória da ANA 2020/2021.
Resolução nº 106, de 4 de novembro de 2021	Aprova a Norma de Referência ANA nº2, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, para incorporação das metas previstas no Art.11 -B da Lei nº 11.445/2007, modificada pela Lei nº 14.026/2020.

Resolução nº 108, de 19 de novembro de 2021.	Dispõe sobre condições temporárias para operação dos reservatórios de Emborcação e Itumbiara, no rio Paranaíba.
Resolução nº 110, de 23 de novembro de 2021.	Dispõe sobre condições de operação temporárias complementares às outorgas dos reservatórios de Furnas e Marechal Mascarenhas de Moraes, no rio Grande.
Resolução nº 111, de 29 de novembro de 2021.	Dispõe sobre as recomendações de operação de reservatórios para operacionalização do Plano de Contingência da ANA para a Recuperação de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional.
Resolução nº 113, de 16 de dezembro de 2021	Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2022.

Normativos	Ementa
Resolução nº 114, de 30 de dezembro de 2021	Alterar o item 7.5 da Norma de Referência nº 1, aprovada pela Resolução ANA Nº79, de 14 de junho de 2021.
Resolução nº 115, de 25 de janeiro de 2022	Altera a Resolução ANA nº26, de 08 de maio de 2020, que delega competência para o exame, a decisão e a publicidade dos pedidos de outorga e atos deles decorrentes, e dá outras providências.
Resolução nº 117, de 15 de fevereiro de 2022.	Autoriza a operação excepcional do reservatório da Usina Termelétrica-UTE Candiota III, com redução temporária da vazão mínima a jusante da Barragem II, no Arroio Candiota.
Resolução nº 118, de 18 de abril de 2022	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Sumé, localizado no Estado da Paraíba.
Resolução nº 119, de 18 de abril de 2022	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Zabumbão, localizado no Estado da Bahia.
Resolução nº 120, de 26 de abril de 2022	Revoga o inciso III do art.14 da Resolução ANA nº 53/2020
Resolução nº 121, de 9 de maio de 2022	Altera a Resolução ANA nº236, de 30 de janeiro de 2017.
Resolução nº 122, de 1 de junho de 2022	Aprova as tarifas para aprestação do serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional-PISF, para o ano de 2022, com fundamento no art.4°, inciso XIX da Lei n° 9.984, de 2000.
Resolução nº, de 21 de julho de 2022. 125	Estabelece procedimentos e rotinas para avaliação da prestação de contas anual dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de Agências de Água.

ANEXO II

ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO, INTITULADOS, RESOLUÇÕES CONJUNTAS, VIGENTES NO ÂMBITO DA ANA

Normativos	Ementa
Resolução Conjunta nº 3, de 10 de agosto de 2010.	Estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas.
Resolução Conjunta nº 614, de 9 de novembro de 2010.	Dispõe sobre as condições de operação dos reservatórios do Sistema Cantareira no período de controle de cheias.
Resolução Conjunta nº 872, de 16 de dezembro de 2011.	Dispõe sobre definição do domínio dos cursos dágua artificiais denominados "Canais de Campos" e convalidação das outorgas emitidas pela ANA.
Resolução Conjunta nº 50, de 21 de janeiro de 2015.	Estabelece as regras e condições de restrição de uso para captações de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia.
Resolução Conjunta nº 51, de 21 de janeiro de 2015.	Estabelece as regras e condições de restrição de uso para captações de água na bacia do rio Jaguari.
Resolução Conjunta nº 1.305, de 20 de novembro de 2015.	Estabelece diretrizes e procedimentos para outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para empreendimentos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União.
Resolução Conjunta nº 1.382, de 7 de dezembro de 2015.	Dispõe sobre as condições de operações a serem observadas para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul compreende tanto os reservatórios localizados na bacia quanto as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu.
Resolução Conjunta nº 5, de 25 de abril de 2016.	Estabelece as condições e os procedimentos para fornecimento de informações de unidades consumidoras associadas as atividades de irrigação e aquicultura para a Agência Nacional de Águas.

Normativos	Ementa
Resolução Conjunta nº 336, de 6 de fevereiro de 2017.	Aproveitamento Hidrelétrico Localizados nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
Resolução Conjunta nº 587, de 3 de abril de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Mirorós e no rio Verde.
Resolução Conjunta nº 589, de 3 de abril de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Brumado e Riacho Paulo.
Resolução Conjunta nº 590, de 3 de abril de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema Truvisco - Lagoa da Horta.
Resolução Conjunta nº 925, de 29 de maio de 2017.	Dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira delimitado, para fins desta resolução, como o conjunto dos reservatórios Jaguari-Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro.
Resolução Conjunta nº 1.564, de 21 de agosto de 2017.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no reservatório Bico da Pedra e no rio Gorutuba.
Resolução Conjunta nº 11, de 5 de março de 2018	Estabelece que as captações de água por meio de carros-pipa em mananciais, localizados no Estado da Paraíba cujas águas são de domínio da União e do Estado, para fins de consumo humano urbano e rural e dessedentação de animais, estão condicionadas ao cadastramento prévio e consequente autorização emitidos pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA.
Resolução Conjunta nº 52, de 26 de julho de 2018	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Verde Grande.
Resolução n º 55, de 6 de agosto de 2018.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos nos reservatórios Bitury e Belo Jardim, localizados na bacia hidrográfica do rio Ipojuca, em Pernambuco.
Resolução nº 61, de 27 de agosto de 2018.	Altera a Resolução Conjunta ANA, SEMAD-MG e IGAM-MG - Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Verde Grande e dá outras providências.
Resolução Conjunta nº 75, de 9 de outubro de 2018	Dispõe sobre condições de uso de recursos hidricos no sistema hídrico formado pelo reservatório Lagoa do Arroz e o rio Cacaré até a confluência com o rio do Peixe, localizado no Estado da Paraíba.

Normativos	Ementa
Resolução Conjunta nº 76, de 9 de outubro de 2018	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico no sistema hídrico Engenho Ávidos/São Gonçalo e rio Piranhas/PB.
Resolução Conjunta nº 98, de 10 de dezembro de 2018.	Estabelece a gestão integrada dos recursos hídricos federais e estaduais, no estado de Minas Gerais.
Resolução Conjunta nº 56, de 2 de setembro 2019.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Serrinha II, localizado no Estado de Pernambuco.
Resolução Conjunta nº 61, de 2 de setembro 2019.	Altera dispositivos da Resolução Conjunta ANA/AESA-PB n. 87, de 5 de novembro de 2018, que estabelece condições de uso de recursos Hídricos superficiais e subterrâneos para o Sistema Hídrico Rio Paraíba - Boqueirão, no Estado do Paraíba, durante o período de pré-operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.
Resolução Conjunta nº 65, de 9 de setembro 2019.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Curema-Mãe D'Agua, localizado nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.
Resolução Conjunta nº 66, de 9 de setembro 2019.	Estabelecer a vazão média anual outorgável no reservatório Barra do Juá e no Riacho do Navio até a confluência com o rio Pajeú, localizado no Estado de Pernambuco, respectivamente outorgável pela ANA e pela APAC-PE.
Resolução Conjunta nº 73, de 25 de setembro 2019.	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico ARG-Mendubim, localizado no Estados do Rio Grande do Norte.
Resolução Conjunta nº 30, de 22 de junho de 2020.	Dispõe sobre o Marco Regulatório da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau.
Resolução Conjunta nº 42, de 21 de setembro de 2020	Atualiza dispositivos da Resolução Conjunta ANA/AESA-PB n. 87, de 05 de novembro de 2018, que estabelece condições de uso de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para o Sistema Hídrico Rio Paraíba - Boqueirão, no Estado do Paraíba.
Resolução Conjunta nº 50, de 23 de novembro de 2020	Dispõe sobre condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Jucazinho, localizado no Estado de Pernambuco.

Normativos	Ementa
Resolução Conjunta nº 66, de 15 de março de 2021	Dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos e de operação do reservatório Poço Branco, no sistema hídrico Poço Branco, compreendido pelo reservatório de mesmo nome e por trecho a jusante do rio Ceará-Mirim, entre os municípios de Taipu e Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.
Resolução Conjunta nº 78, de 7 de junho de 2021	Alterar a Resolução Conjunta ANA/AESA nº 76/2018, que dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos no sistema hídrico Eng. Avidos/São Gonçalo e rio Piranhas, localizado no Estado da Paraíba.
Resolução Conjunta nº 82, de 14 de junho de 2021	Dispõe sobre a capacidade de armazenamento de reservatórios e condições para a entrega de água entre os Estados do Ceará e do Piauí na bacia hidrográfica do rio Poti.
Resolução Conjunta nº 83, de 14 de junho de 2021	Dispõe sobre condições de usos dos recursos hídricos no sistema hídrico Jaburu/Jenipapo, localizado nos Estados do Ceará e Piauí.
Resolução Conjunta nº 100, de 27 de setembro de 2021	Estabelece critérios para a delimitação do reservatório, proteção ou realocação de áreas urbanas ou rurais, infraestruturas e demais áreas sob o efeito de remanso de reservatórios nos procedimentos de licenciamento ambiental federal.
Resolução Conjunta nº 109, de 23 de novembro de 2021	Dispõe sobre as diretrizes para a regulação de uso de recursos hídricos superficiais na bacia hidrográfica do rio São Marcos.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.702 - ROSINEIDE DE JESUS DA CRUZ SILVA, MARIA EDUARDA DA CRUZ MARINHO, SIDNEY DA SILVA SANTOS, ROGERIO DA CRUZ MARINHO, JOSE ROBERTO MARINHO DA SILVA E JOSE ROBERTO MARINHO DA SILVA JUNIOR, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 1.703 - GLEIDSON ANTUNES BARROS E GLAUBE ANTUNES BARROS, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.704 - JOAO BOSCO ARAUJO BARROS, GLEIDSON ANTUNES BARROS E GLAUBE ANTUNES BARROS, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.705 - PEDRO NORBERTO RIBEIRO, UHE Três Marias, Município de Morada Nova de Minas/MG, irrigação.

Nº 1.706 - ELIENE ALVES DA SILVA, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/MG, irrigação.

Nº 1.707 - CARLOS RODRIGUES MONCAO, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/MG, irrigação.

Nº 1.708 - CICERO EXPEDITO DOS SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/PE, irrigação.

Nº 1.709 - JOSÉ AMÉRICO ALMEIDA PEREIRA, rio Carinhanha, Município de Carinhanha/BA, irrigação.

Nº 1.710 - ALAN SERGIO COELHO DA ROSA, rio do Bonfim, Município de Petrópolis/RJ, irrigação.

Nº 1.711 - MIGUEL RENATO ESPERANCA, Ribeirão das Antas, Município de Andradas/MG, irrigação.

Nº 1.712 - JOSÉ ANTÔNIO GOUVEA, UHE Água Vermelha, Município de Cardoso/SP, irrigação.

Nº 1.713 - SOL NASCENTE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.715 - ADALMI CARIRI DOS SANTOS E ANDRE CARIRI DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 1.716 - CELSO DE LIMA EUFRASIO, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/PE, irrigação.

Nº 1.717 - THIAGO JOSÉ TAVARES SOARES, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de Delfinópolis/MG, irrigação.

Nº 1.718 - MILTON CARLOS DE SOUZA PEREIRA, Ribeirão do Salto, Município de Itarantim/BA, irrigação.

Nº 1.719 - MARIA LUCIA MARTINS PEREIRA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.720 - ALMIR LEITE DE SA SOBRINHO, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.721 - IZAEL BENICIO COELHO, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.722 - MÁRIO RENATO MANCUSO SILVA, rio Canoas, Município de Mococa/SP, irrigação.

Nº 1.723 - TEREZINHA FEITOSA DE SOUSA SILVA, RODRIGO FEITOSA DE SOUSA SILVA, RENATO FEITOSA DE ABRANTES, HELIO GONCALVES TORRES E RENATA DE SOUSA ABRANTES, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.724 - ABDIAS JOSÉ DA SILVA NETO, rio Piranhas, Município de Paulista/PB, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Nº 1.726 - Revogar, a contar de 29 de agosto de 2022, a outorga emitida a ROSINEIDE DE JESUS DA CRUZ SILVA, por meio da Outorga ANA nº 2581, de 24 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2020, seção 1, página 712, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.727 - Revogar, a contar de 02 de agosto de 2022, a outorga emitida a SERGIO LUIZ SARAIVA DOS REIS, por meio da Outorga ANA nº 1278, de 27 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 01 de agosto de 2022, seção 1, página 79, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.728 - Revogar, a contar de 09 de agosto de 2022, a outorga emitida a EDINILSON COELHO DE ARAUJO, por meio da Resolução ANA nº 684, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2017, seção 1, página 129, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.729 - Revogar, a contar de 10 de agosto de 2022, a outorga emitida a RUI CORDEIRO RANGEL, por meio da Outorga ANA nº 985, de 4 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 6 de maio de 2020, seção 1, página 20, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.730 - Revogar, a contar de 18 de agosto de 2022, a outorga emitida a WELLINGTON COIMBRA LOU, por meio da Resolução ANA nº 1084, de 13 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2016, seção 1, página 60, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.731 - Revogar, a contar de 21 de agosto de 2022, a outorga emitida a ARACY PEIXOTO VENANCIO MORAES, por meio da Outorga ANA nº 173, de 9 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2020, seção 1, página 4, por motivo de desistência do usuário

Nº 1.732 - Revogar, a contar de 23 de agosto de 2022, a outorga emitida a NIPLAN ENGENHARIA E CONSTRUCOES SA, por meio da Outorga ANA nº 1557, de 17 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2021, seção 1, página 237, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.733 - A Resolução ANA nº 97, de 12 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 16 de fevereiro de 2016, seção 1, página 41, por motivo de desistência do usuário, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º .....

§1º Não está compreendido no objeto deste ato o ponto de captação 12, denominado Captação da ETA Vila Helena, referente às coordenadas com latitude S 22° 27' 32,90'' e longitude W 43° 48' 54,70'. (NR)

§2º Não está compreendido no objeto deste ato o ponto de captação 10, denominado Captação 1 da ETA Morro Paraíso/Morro do Gama, referente às coordenadas com latitude S 22° 28' 23,10'' e longitude W 43° 50' 30,60'. (NR)

§3º Os efeitos das exclusões de que tratam os §§1º e 2º do caput retroagem à data do protocolo da solicitação, de 23 de agosto de 2022 (NR)

Nº 1.734 - Revogar, a contar de 23 de agosto de 2022, a outorga emitida a CANDICE MIRELLE DA SILVA ARAUJO, por meio da Outorga ANA nº 136, 20 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 22 de Janeiro de 2021, seção 1, página 17, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.735 - Revogar, a contar de 25 de agosto de 2022, a outorga emitida a HELDERVAN BEZERRA DA SILVA, por meio da Outorga ANA nº 128, 05 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro de 2019, seção 1, página 13, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.736 - Revogar, a contar de 26 de agosto de 2022, a outorga emitida a JOSE MARCELINO DE ARAUJO, por meio da Outorga ANA nº 1059, de 11 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 11 de maio de 2020, seção 1, página 15, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.737 - Revogar, a contar de 02 de setembro de 2022, a outorga emitida a VEREDAS DO URUCUIA AGROPECUARIA LTDA., por meio da Outorga ANA nº 60 de 12 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2022, seção 1, página 15, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.738 - Revogar, a contar de 2 de setembro de 2022, a outorga emitida a NEWTON STURZENEKER JUNIOR, por meio da Outorga ANA nº 2327, de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 2 de dezembro de 2021, seção 1, página 37, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.739 - Revogar, a contar de 10 de setembro de 2022, a outorga emitida a FRANCISCO JOSE DE SOUZA FILHO, por meio da Resolução ANA nº 599, de 7 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 12 de abril de 2017, seção 1, página 64, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.740 - Revogar, a contar de 14 de setembro de 2022, a outorga emitida a OSCAR BARBOSA DUARTE, por meio da Resolução ANA nº 1507, de 24 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 1º de Outubro de 2014, seção 1, página 88, por motivo de desistência do usuário.

O inteiro teor das Revogações de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.714, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/6/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga preventiva a:

MIGUEL DE SOUZA MONTEIRO FILHO, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PORTARIA SUDENE Nº 167, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Permuta Cargo Comissionado Executivo - CCE e Função Comissionada Executiva - FCE dentro do Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e de Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 6º do Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022, pelo art. 16, incisos IV e VI, do Anexo I ao referido Decreto, pelo art. 12 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, pelo art. 52, incisos IV e VI, da Resolução DC/SUDENE nº 725, de 27 de julho de 2022, e, ainda,

CONSIDERANDO a Portaria SUDENE nº 151, de 10 de maio de 2022, que aprova o detalhamento das unidades administrativas que integram a Estrutura Regimental da SUDENE, bem como das respectivas funções de assessoramento que lhes prestam assistência, em conformidade com o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança aprovado pelo Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022;

CONSIDERANDO a Resolução DC/SUDENE nº 725, de 27 de julho de 2022, que aprova o Regimento Interno da SUDENE e atualiza as denominações de unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional detalhada da Autarquia; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo administrativo nº 59336.002819/2022-86 resolve:

Art. 1º Permutar os seguintes cargo em comissão e função de confiança:

I - um Cargo Comissionado Executivo - CCE de Coordenador, código CCE 1.10, alocado na Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças, Unidade integrante da Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças, da Diretoria de Administração, por uma Função Comissionada Executiva - FCE de Coordenador, código FCE 1.10, alocada na Coordenação de Serviços Gerais e Logística, Unidade integrante da Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças, da Diretoria de Administração.

Art.2º A permuta tratada nesta Portaria deverá ser registrada no sistema informatizado do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG até o dia útil anterior à data de entrada em vigor desta Portaria, conforme art. 12, parágrafo único, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Art.3º O detalhamento das unidades administrativas que integram a Estrutura Regimental da SUDENE, aprovado pela Portaria SUDENE nº 151, de 10 de maio de 2022, passa a vigorar com as alterações contidas nesta Portaria, nos termos do seu Anexo.

Art.4º A permuta decorrente desta Portaria será refletida nas propostas de aprovação ou alteração do Regimento Interno e nas alterações futuras do Decreto de aprovação de Estrutura Regimental da SUDENE, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 14 do Decreto nº 10.829, de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA

ANEXO

DETALHAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA REGIMENTAL DA SUDENE, CONFORME DECRETO Nº 11.056, DE 29 DE ABRIL DE 2022

UNIDADE	SIGLA/HIERARQUIA	DENOMINAÇÃO DO TITULAR	CATEGORIA E NÍVEL DE CCE E FCE
	SUDENE	Superintendente	CCE 1.17
		Assistente Técnico	CCE 2.05
GABINETE	GAB/SUDENE	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
		Assistente Técnico	CCE 2.05
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.03
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação de Apoio Administrativo	COAD/GAB/SUDENE	Coordenador	CCE 1.10
Serviço de Apoio Administrativo	SAD/COAD/GAB/SUDENE	Chefe	CCE 1.05
Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional	ASCOM/GAB/SUDENE	Chefe de Assessoria	CCE 1.10
		Assistente Técnico	CCE 2.05
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL	CGGI/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente Técnico	FCE 2.05
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Governança, Estrutura e Planejamento Organizacional	COGEP/CGGI/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Gestão da Estratégia e Desempenho Institucional	COEDI/CGGI/SUDENE	Coordenador	CCE 1.10
OUVIDORIA	OUV/SUDENE	Ouvidor	CCE 1.10
		Assistente Técnico	FCE 2.01
PROCURADORIA FEDERAL	PF-SUDENE/PGF/AGU	Procurador-Chefe	CCE 1.13
		Assistente Técnico	FCE 2.05
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Consultoria Jurídica	CCJ/PF-SUDENE/PGF/AGU	Coordenador	FCE 1.10
AUDITORIA-GERAL	AUD/SUDENE	Auditor-Chefe	FCE 1.13
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Auditoria	COAUD/AUD/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
CORREGEDORIA	CRG/SUDENE	Corregedor	FCE 1.10
-	-	-	-
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	DAD/SUDENE	Diretor	CCE 1.15
		Assistente Técnico	CCE 2.05
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CGTI/DAD/SUDENE	Coordenador-Geral	FCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente Técnico	FCE 2.01
		Assistente Técnico	FCE 2.01
Serviço de Segurança da Informação e Comunicações	SSI/CGTI/DAD/SUDENE	Chefe	FCE 1.05
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS	CGGP/DAD/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04
		Assistente Técnico	FCE 2.01
		Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal	DIDAS/CGGP/DAD/SUDENE	Chefe	CCE 1.07
Divisão de Cadastro, Pagamento e Benefícios	DICAD/CGGP/DAD/SUDENE	Chefe	FCE 1.07
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, LICITAÇÕES E FINANÇAS	CGLF/DAD/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.01
		Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças	COCF/CGLF/DAD/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
		Assistente Técnico	CCE 2.05
Divisão de Orçamento e Finanças	DIOF/COCF/CGLF/DAD/SUDENE	Chefe	CCE 1.07
Coordenação de Serviços Gerais e Logística	COSEG/CGLF/DAD/SUDENE	Coordenador	CCE 1.10
Serviço de Engenharia e Manutenção Predial	SEMP/COSEG/CGLF/DAD/SUDENE	Chefe	FCE 1.05
-	-	-	-
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS	DPLAN/SUDENE	Diretor	CCE 1.15
		Assessor Técnico	FCE 2.10
		Assistente Técnico	FCE 2.05
		Assistente Técnico	FCE 2.02
COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, AVALIAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	CGEP/DPLAN/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Avaliação e Estudos	COAE/CGEP/DPLAN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Tecnologia e Inovação	COTI/CGEP/DPLAN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE	CGDS/DPLAN/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente	FCE 2.07
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente	FCE 2.07
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente	CDIMA/CGDS/DPLAN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Convênios e Instrumentos Congêneres	COCIC/CGDS/DPLAN/SUDENE	Coordenador	CCE 1.10
COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS	CGCP/DPLAN/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Planos, Programas e Projetos	CPP/CGCP/DPLAN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Cooperação e Articulação	CCA/CGCP/DPLAN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
-	-	-	-
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	DFIN/SUDENE	Diretor	CCE 1.15
		Assistente Técnico	CCE 2.05
		Assistente Técnico	FCE 2.02
COORDENAÇÃO-GERAL DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO E CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO	CGDF/DFIN/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
		Assistente	FCE 2.07
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Monitoramento e Planejamento dos Fundos de Desenvolvimento e Constitucional	CMPF/CGDF/DFIN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	CFDN/CGDF/DFIN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
COORDENAÇÃO-GERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E FINANCEIROS	CGIF/DFIN/SUDENE	Coordenador-Geral	CCE 1.13
		Assistente	FCE 2.07
		Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Incentivos Especiais	CIE/CGIF/DFIN/SUDENE	Coordenador	FCE 1.10
-	-	-	-
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL	EBR/SUDENE	Chefe de Escritório	CCE 1.13
		Assistente Técnico	FCE 2.02

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 399, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão (PVC-S), originárias dos Estados Unidos da América e do México, com imediata suspensão após a sua prorrogação para o México.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando as informações, razões e fundamentos presentes nos anexos da presente resolução, e tendo em vista a deliberação de sua 198ª reunião ordinária, ocorrida em 14 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar a aplicação do direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão (PVC-S), comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos Estados Unidos da América e do México, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem a ser aplicada sobre o valor aduaneiro da mercadoria, nos percentuais abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping definitivo (em %)
Estados Unidos da América	Todos os produtores/exportadores	8,2
México*	Todos os produtores/exportadores	13,6

*Prorrogação com imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Art. 2º Suspender a aplicação do direito antidumping imediatamente após a sua prorrogação para o México, em razão da existência de dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping, nos termos do art. 109 da Decreto nº 8.058, de 28 de julho de 2013, conforme justificativa apresentada no item 9.3 do Anexo I.

§ 1º A cobrança do direito deverá ser imediatamente retomada caso o aumento das importações ocorra em volume que possa levar à retomada do dano, conforme disposto no parágrafo único do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, após a realização de monitoramento do comportamento das importações pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§ 2º Esse monitoramento será efetuado mediante a apresentação de petição protocolada pela parte interessada contendo dados sobre a evolução das importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão, originárias do México nos períodos subsequentes à suspensão do direito, para avaliação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§ 3º Caso apresentada, a petição com os elementos de prova deverá conter dados de importação relativos a todo o período já transcorrido desde a data da publicação da prorrogação do direito, contemplando, no mínimo, um período de seis meses, de forma a constituir um período razoável para a análise de seu comportamento.

§ 4º Com o mesmo fim, petições subsequentes poderão ser aceitas após transcorrido, entre cada petição apresentada, período mínimo de doze meses.

Art. 3º Encerrar a avaliação de interesse público instaurada por meio da Circular Secex nº 63, de 27 de setembro de 2021.

Art. 4º Tornar públicos os fatos que justificaram as decisões contidas nesta Resolução, conforme consta dos Anexos I e II.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo
Substituto

ANEXO I

O processo de revisão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão (PVC-S), comumente classificados no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos Estados Unidos da América e do México, foi conduzido em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Seguem informações detalhadas acerca das conclusões sobre as matérias de fato e de direito a respeito da decisão tomada. Os documentos relativos ao procedimento administrativo foram acostados nos autos eletrônicos dos Processos SEI/ME nºs 19972.101543/2021-17 (restrito) e 19972.101544/2021-61 (confidencial).

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original - EUA e México (1992/1992)

1. O início da investigação que deu origem à aplicação dos direitos antidumping ocorreu em 3 de abril de 1992, por meio da Circular Decex nº 103, de 1992, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 7 de abril de 1992. Em 27 de abril do mesmo ano, por meio da Portaria MEPF nº 331, de 1992, foram estabelecidos os direitos provisórios de 16% e 15% sobre as importações de resinas de policloreto de vinila obtidas por processo de suspensão (PVC-S), originárias dos Estados Unidos da América (EUA) e do México, respectivamente, com vigência de 4 meses.

2. Após conclusão da investigação, pela extinta Coordenação Técnica de Tarifas, do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (processo no MEFP nº 10768.012.061/92-01) e, consoante o disposto na Portaria MEFP nº 792, de 1992, publicada em 30 de dezembro de 1992, os direitos antidumping definitivos equivaleram às alíquotas ad valorem de 16% e 18%, respectivamente para as importações brasileiras originárias dos EUA e do México, tendo por vigência o prazo de cinco anos.

1.2. Da primeira revisão - EUA e México (1997/1998)

3. Atendendo ao disposto na Circular Secex nº 22, de 24 de junho de 1997, a Associação Brasileira das Indústrias de Cloreto de Polivinila - Abivinila - apresentou, em 17 de julho de 1997, petição em nome das empresas brasileiras produtoras de PVC-S, Solvay Indupa do Brasil S.A. e Braskem S.A., à época Trikem S.A. (O pleito para que fosse iniciada a investigação foi feito pela Trikem S.A. Em 2004, a Trikem S.A. foi incorporada pela Braskem S.A., passando a integrar a Unidade de Vinílicos da Braskem, unidade responsável pela linha de produção de PVC-S da empresa), doravante denominadas Solvay e Braskem, respectivamente, solicitando a revisão e a prorrogação do prazo de vigência dos direitos antidumping, com vencimento em 30 de dezembro de 1997, aplicados às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

4. A revisão desses direitos antidumping foi iniciada mediante a publicação no DOU da Circular Secex nº 45, de 11 de dezembro de 1997, que manteve os respectivos direitos em vigência, enquanto não fosse encerrada a revisão.

5. Depois de verificada a possibilidade da continuação ou retomada da prática de dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente caso os direitos antidumping em vigor fossem extintos, a investigação foi encerrada por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 25, de 11 de dezembro de 1998, publicada no DOU de 22 de dezembro de 1998, com a manutenção, pelo período de 5 anos, dos direitos antidumping definitivos, com alíquotas ad valorem de 16% e 18%, aplicados, respectivamente, às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México.

1.3. Da segunda revisão - EUA e México (2003/2004)

6. Em 24 de junho de 2003, foi publicada no DOU a Circular Secex nº 43, de 23 de junho de 2003, dando conhecimento público de que os direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México, extinguir-se-iam em 22 de dezembro de 2003.

7. A empresa Braskem, em documento datado de 22 de julho de 2003, manifestou seu interesse na revisão, nos termos do disposto na Circular Secex nº 43, de 23 de junho de 2003, e informou que apresentaria petição para que fosse prorrogado o prazo de vigência dos direitos antidumping por mais 5 anos.

8. Em 19 de setembro de 2003, a Braskem protocolou, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e do México.

9. Em 11 de novembro de 2003, a Solvay protocolou ofício manifestando formalmente apoio ao início da revisão.

10. Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam que a extinção dos referidos direitos antidumping levaria muito provavelmente à retomada do dumping e do dano dele decorrente, foi elaborado o Parecer DECOM nº 23, de 5 de dezembro de 2003, propondo o início da revisão (Com base no Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) passou à denominação Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM).

11. Com base no Parecer supramencionado, por meio da Circular SECEX nº 93, de 5 de dezembro de 2003, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2003, foi iniciada a citada revisão. Por meio da Resolução CAMEX nº 38, de 18 de dezembro de 2003, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2003, foram mantidos em vigor os respectivos direitos antidumping enquanto perdurasse a revisão.

12. O DECOM, em seu Parecer no 28, de 6 de dezembro de 2004, concluiu que a extinção dos referidos direitos antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping, porém não à retomada do dano dele decorrente, e propôs encerramento da revisão sem a prorrogação dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de PVC-S, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando originárias dos EUA e do México. A recomendação para não se renovar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S teve como base a ausência de subcotação.

13. Em 14 e 21 de dezembro de 2004, as empresas Braskem e Solvay interpuseram Recursos Administrativos ao Secretário de Comércio Exterior do MDIC em face da decisão de encerrar, sem a prorrogação de medidas, a revisão do direito antidumping. As recorrentes entenderam que a metodologia que concluiu pela inexistência de possibilidade de retomada de dano foi equivocada, tendo sugerido para essa análise a construção de intervalos de preço de exportação que, igualados ao preço da indústria doméstica, teriam um limite máximo e mínimo.

14. No exame de reconsideração, mesmo não tendo ocorrido subcotação de preços, foi considerado que, efetivamente, no período analisado, ocorreram exportações de PVC-S dos EUA e do México para terceiros países a preços inferiores ao preço utilizado no cálculo como referência de valor normal substituto às importações brasileiras das origens investigadas de US$ 781,68/t. Desta forma, apesar de a metodologia utilizada para avaliar a retomada de dano ter sido adequada, não havia garantias de que o PVC-S produzido nos EUA e no México não seria internado no mercado brasileiro a um preço inferior ao de US$ 781,68/t. Diante da possibilidade de serem praticados preços inferiores ao preço da indústria doméstica apurado no período, de US$ 775,43/t, houve reconsideração da decisão anterior e concluiu-se que era muito provável a retomada de dano à indústria doméstica.

15. Sendo assim, a fim de evitar que os produtores domésticos fossem prejudicados em função de possíveis exportações dos EUA e do México para o Brasil, a preços de dumping, situados abaixo de US$ 775,43/t, os Recursos Administrativos apresentados pelas empresas Braskem e Solvay foram providos.

16. O direito antidumping, estabelecido pela Resolução CAMEX no 18, de 29 de junho de 2005, publicada no DOU de 1º de julho de 2005, foi específico e aplicável somente se os preços de exportação dos EUA e do México para o Brasil se situassem, na condição CIF internado, em patamares inferiores aos preços domésticos apurados, e na proporção suficiente para anular a diferença encontrada, limitado às margens de dumping calculadas para as origens. Aplicou-se um direito antidumping na forma de valor específico móvel, definido como a diferença observada entre o preço do PVC-S no mercado brasileiro e o preço do produto importado proveniente dos EUA e do México, a cada operação de importação, estando o direito móvel limitado a neutralizar os efeitos danosos das importações objeto de dumping, conforme preceituava o caput do art. 45 do Decreto no 1.602, de 1995, então vigente à época.

1.4. Da terceira revisão - EUA e México (2009/2010)

17. Em 26 de novembro de 2008, por intermédio da Circular Secex nº 81, de 25 de novembro de 2008, tornou-se público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de PVC-S, originárias dos EUA e do México, encerrar-se-ia em 14 de dezembro de 2009.

18. Em 11 de setembro de 2009, a Braskem protocolou, no MDIC, petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e México, consoante o disposto no § 1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995.

19. Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam que a extinção dos direitos antidumping aplicados às importações mencionadas levaria muito provavelmente à retomada do dumping e do dano dele decorrente, foi elaborado o Parecer DECOM nº 27, de 30 de novembro de 2009, propondo o início da revisão.

20. Com base no Parecer supramencionado, por meio da Circular Secex nº 68, de 10 de dezembro de 2009, publicada no DOU de 14 de dezembro de 2009, foi iniciada a citada revisão. De acordo com o contido no § 4º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, enquanto perdurasse a revisão, o direito antidumping de que trata a Resolução Camex nº 18, de 2005, permaneceria em vigor.

21. O DECOM, em seu Parecer nº 22, de 25 de outubro de 2010, concluiu que a extinção dos referidos direitos antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping e do dano dele decorrente, e propôs encerramento da revisão com a atualização dos parâmetros de cálculo do direito e a respectiva prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e México, classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, por até cinco anos.

22. Por meio da Resolução Camex nº 85, de 8 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2010, prorrogou-se o direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, sob a forma de alíquotas específicas.

23. Os preços do produto investigado seriam atualizados a cada trimestre, de forma a refletir a realidade do mercado internacional de PVC-S. Caso se verificasse uma variação positiva ou negativa de 10% nas cotações médias mensais de PVC-S nos mercados estadunidense e/ou mexicano, a atualização dos preços de referência ocorreria imediatamente, ainda que em um período inferior a três meses. No entanto, o direito antidumping eventualmente aplicado não poderia exceder a 16% e 18% do preço CIF das importações originárias dos EUA e do México, respectivamente.

24. Em 19 de julho de 2011, as empresas Braskem e Solvay, apresentaram pedido de alteração da forma de aplicação do direito antidumping incidente sobre as importações de PVC-S, quando originárias dos EUA, de direito específico móvel para alíquota ad valorem de 16%. Segundo as requerentes, alterações nos preços tomados como base na determinação do direito a ser pago nas importações de PVC-S dos EUA haviam tornado inócuo o direito antidumping prorrogado por meio da Resolução Camex nº 85, de 9 de dezembro de 2010. Para solucionar o problema, propuseram a volta ao método de cobrança utilizado na imposição inicial do direito, em 1992, e mantido na primeira prorrogação subsequente.

25. Atendendo ao pleito das requerentes, por meio da Resolução Camex nº 66, de 21 de setembro de 2011, alterou-se a forma de aplicação do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA, passando de direito específico móvel para alíquota ad valorem fixa de 16%.

1.5. Da quarta revisão - EUA e México (2015/2016)

26. Em 4 de dezembro de 2014, por intermédio da Circular SECEX nº 74, de 3 de dezembro de 2014, foi tornado público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de PVC-S originárias dos EUA e do México encerrar-se-ia em 9 de dezembro de 2015.

27. Em 29 de julho de 2015, a Braskem protocolou, no DECOM, petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e México, consoante o disposto no art.106 do Decreto nº 8.058, de 2013.

28. Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam que a extinção dos direitos antidumping aplicados às importações mencionadas levaria muito provavelmente à continuação do dumping das importações originárias dos EUA e à retomada do dumping das importações originárias do México e à retomada do dano delas decorrente, foi elaborado o Parecer DECOM nº 58, de 27 de novembro de 2015, propondo o início da revisão.

29. Com base no Parecer supramencionado, por meio da Circular Secex nº 75, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015, foi iniciada a revisão. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurasse a revisão, o direito antidumping de que trata a Resolução Camex nº 85, de 2010, permaneceria em vigor.

30. O DECOM, em seu Parecer nº 38, de 23 de agosto de 2016, concluiu que a extinção dos referidos direitos antidumping muito provavelmente levaria à continuação do dumping nas importações originárias dos EUA e à retomada do dumping nas importações originárias do México e à retomada do dano delas decorrente, e propôs encerramento da revisão com prorrogação do direito antidumping sem alteração das alíquotas ad valorem aplicadas às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e México, classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, por até cinco anos.

31. Por meio da Resolução Camex nº 89, de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 28 de setembro de 2016, prorrogou-se o direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, sob a forma de alíquotas ad valorem, nos montantes de 16% e 18%, respectivamente.

1.6. Do direito antidumping aplicado sobre as importações de outras origens (China e Coreia do Sul)

1.6.1. Da investigação original - China e Coreia (2007/2008)

32. Em 21 de setembro de 2007, por meio da Circular SECEX nº 53, de 20 de setembro de 2007, foi iniciada investigação de dumping nas exportações para o Brasil de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão, produto doravante denominado PVC-S, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da China e da Coreia do Sul, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

33. Tendo sido constatada a existência de dumping nas exportações para o Brasil de PVC-S, originárias da China e da Coreia do Sul, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto no art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, vigente à época, a investigação foi encerrada, de acordo com a Resolução CAMEX nº 51, de 28 de agosto de 2008, publicada no DOU, de 29 de agosto de 2008, com a aplicação, por um prazo de até 5 anos, do direito antidumping, a ser recolhido sob a forma de alíquotas ad valorem, à exceção das exportações realizadas pela empresa Hanwha Chemical Corporation, cuja margem de dumping foi considerada de minimis.

1.6.2. Da primeira revisão - China e Coreia (2013/2014)

34. Em 3 de janeiro de 2013, por intermédio da Circular SECEX nº 2, de 2 de janeiro de 2013, foi tornado público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de PVC-S, originárias da China e da Coreia do Sul, encerrar-se-ia em 29 de agosto de 2013.

35. Em 27 de março de 2013, a Braskem S.A., doravante denominada Braskem ou peticionária, protocolou petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias da China e Coreia do Sul, nos termos do disposto no § 1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, e na Circular SECEX supramencionada.

36. Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 27, de 26 de agosto de 2013, e tendo sido verificada a existência de elementos suficientes que justificavam a abertura, a revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 48, de 28 de agosto de 2013, publicada no D.O.U. de 29 de agosto de 2013.

37. No dia 15 de agosto de 2014, foi publicada, no D.O.U., a Resolução CAMEX nº 68, de 14 de agosto de 2014, encerrando a revisão com a prorrogação da aplicação do direito antidumping, por um prazo de até 5 anos, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem.

1.6.3. Da segunda revisão - China e Coreia (2019/2021)

38. Em 15 de agosto de 2019, foi iniciada, por meio da Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2019, publicada no DOU de 15 de agosto de 2019, a segunda revisão de medida antidumping aplicada às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtido por processo de suspensão (PVC-S), comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, originárias da China e da Coreia do Sul.

39. No que diz respeito às importações brasileiras de PVC-S originárias da Coreia do Sul, não restou comprovada a probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping. Por conseguinte, por meio da Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2020, publicada no DOU de 14 de agosto de 2020, extinguiu-se a medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 68, de 14 de agosto de 2014.

40. Por outro lado, ficou demonstrado que a extinção do direito antidumping aplicado às importações de PVC-S originárias da China levaria, muito provavelmente, à retomada da prática do dumping e à retomada do dano à indústria doméstica, de modo que a revisão foi encerrada, por meio da Resolução Gecex nº 73, de 14 de agosto de 2020, publicada no DOU de 14 de agosto de 2020, com a prorrogação do direito antidumping, na forma de alíquota ad valorem, no montante de 21,6%.

41. Contudo, também por meio da Resolução Gecex nº 73, de 2020, decidiu-se pela imediata suspensão da aplicação dessa medida após a sua prorrogação, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, por existirem dúvidas quando à provável evolução futura das importações do produto originárias da China.

42. Em 27 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Gecex nº 255, de 24 de setembro de 2021, por meio da qual se divulgou a decisão pela reaplicação do direito antidumping definitivo, que havia sido prorrogado por intermédio da Resolução Gecex nº 73, de 2020, por um prazo de até 5 (cinco) anos e imediatamente suspenso, às importações brasileiras de resinas de policloreto de vinila obtidas por processo de suspensão (PVC-S), originárias da República Popular da China, após a análise do pleito de reaplicação apresentado pela Unipar.

2. DA PRESENTE QUINTA REVISÃO - EUA E MÉXICO (2021/2022)

2.1. Dos procedimentos prévios

43. Em 4 de dezembro de 2020, foi publicada a Circular Secex nº 80, de 3 de dezembro de 2020, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, originárias dos EUA e do México, encerrar-se-ia no dia 28 de setembro de 2021.

44. Adicionalmente, foi informado que as partes interessadas em iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período até, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

2.2. Das petições

45. Em 28 de maio de 2021, a Braskem protocolou, no Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México, consoante o disposto no art. 110 do Regulamento Brasileiro.

46. Em 20 de julho de 2021, por meio do Ofício nº 00.538/2021/CGSA/SDCOM/SECEX, solicitou-se à empresa Braskem o fornecimento de informações complementares àquelas constantes da petição, com base no § 2º do art. 41 do Regulamento Brasileiro. A peticionária apresentou tempestivamente as informações complementares requeridas, no prazo prorrogado para resposta.

47. Igualmente em 28 de maio de 2021, a Unipar protocolou, no SDD, petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México, consoante o disposto no art. 110 do Regulamento Brasileiro.

48. Em 18 de agosto de 2021, por meio do Ofício nº 00.538/2021/CGSA/SDCOM/SECEX (Em virtude de a numeração dos ofícios encaminhados à Braskem e à Unipar serem iguais, utilizar-se-á a combinação do número e da data dos ofícios para diferenciá-los), solicitou-se à empresa Unipar o fornecimento de informações complementares àquelas constantes da petição, com base no § 2º do art. 41 do Regulamento Brasileiro. A peticionária apresentou tempestivamente as informações complementares requeridas, no prazo prorrogado para resposta.

49. Conforme se observou, os pedidos apresentados pela Braskem e pela Unipar são fundamentalmente similares, porque possuem o propósito de iniciar revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México. Tendo em vista o disposto nos art. 29, I, e 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o impacto das importações objeto de dumping deverá ser analisado à luz da indústria doméstica, que, em regra, congregará a totalidade dos produtores do produto similar doméstico, o que ocorre no presente caso, consoante apontado no item 4 a seguir.

50. Assim, fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, determinou-se a análise conjunta dos pedidos de início de revisão de final de período, que foram recebidos no SDD e migrados para os processos SEI/ME nºs 19972.101614/2021-81 restrito e 19972.101615/2021-26 confidencial (Unipar) e SEI/ME nºs 19972.101543/2021-17 restrito e 19972.101544/2021-61 confidencial (Braskem).

51. Considerando-se que a análise conjunta das duas petições fundamentou o início de procedimento único de revisão do direito aplicado às importações dos Estados Unidos e do México, visto que ambas referem-se ao mesmo objeto, os documentos constantes dos processos SEI/ME nºs 19972.101614/2021-81 restrito e 19972.101615/2021-26 confidencial (Unipar) foram anexados, respectivamente, aos processos SEI/ME nºs 19972.101543/2021-17 restrito e 19972.101544/2021-61 confidencial (Braskem), que passaram a ser os únicos existentes para os fins da condução da presente revisão, tendo sido definido como processo-base o relativo à Braskem em razão da apresentação cronologicamente anterior dessa petição, em relação à da Unipar.

2.3. Do início da revisão

52. Considerando o que constava do Parecer SDCOM nº 39, de 27 de setembro de 2021, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes da continuação de prática de dumping nas exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil e da probabilidade de retomada de prática de dumping nas exportações de PVC-S do México para o Brasil, e da probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica no caso de eliminação dos direitos em vigor para essas origens, foi recomendado o início da revisão de final de período.

53. Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a revisão de final de período foi iniciada em 28 de setembro de 2021, por meio da publicação na Edição Extra A do Diário Oficial da União (D.O.U.) da Circular SECEX nº 63, de 27 de setembro de 2021.

2.4. Das partes interessadas

54. De acordo com o § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foram identificados como partes interessadas, além das peticionárias, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping, os governos dos EUA e do México.

55. Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificaram-se, nos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Economia, as empresas produtoras/exportadoras dos EUA do produto objeto do direito antidumping durante o período de investigação de continuação/retomada de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período. Já no caso do México, em razão da ausência de importações durante o período de análise de probabilidade de retomada de dumping, assim como durante todo o período de análise de probabilidade de retomada de dano, conforme indicado no item 6, foram consideradas como partes interessadas os produtores/exportadores identificados na quarta revisão (item 1.5).

56. Conforme detalhado no item 2.5, além destas, passou a ser também considerada parte interessada, após solicitação, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, na condição de entidade de classe representante dos importadores brasileiros de PVC-S.

57. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) foi consultada, por meio do Ofício nº 00.570/2021/CGSA/SDCOM/SECEX, de 27 de julho de 2021, solicitando informações a respeito do volume de produção e de venda de fabricação nacional de PVC-S no mercado interno brasileiro, no período de abril de 2016 a março de 2021, com vistas a identificar outros possíveis produtores domésticos do produto similar além da Braskem e da Unipar. Em resposta ao referido ofício, a Abiquim enviou os documentos Comex 069/2021 e Comex 070/2021, ambos de 4 de agosto de 2021, classificados como confidenciais, com informações sobre a produção nacional de PVC-S. Os documentos foram juntados aos autos confidenciais desta revisão.

58. [RESTRITO]

2.5. Das notificações de início da revisão e da solicitação de informações às partes interessadas

59. Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados acerca do início da revisão, além das peticionárias, os produtores/exportadores identificados dos EUA e do México, os importadores brasileiros - identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB - e os governos dos EUA e do México, tendo sido a eles encaminhado o endereço eletrônico no qual pôde ser obtida a Circular SECEX nº 63, de 27 de setembro de 2021.

60. Considerando o §4º do mencionado artigo, foi também encaminhado aos produtores/exportadores estadunidenses e mexicanos e aos respectivos governos o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como suas informações complementares, mediante acesso por senha específica fornecida por meio de correspondência oficial.

61. Ademais, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram encaminhados aos produtores/exportadores e aos importadores os endereços eletrônicos nos quais puderam ser obtidos os respectivos questionários, que tiveram prazo de restituição de trinta dias, contado a partir da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014, e da nota de rodapé 15 do Acordo Antidumping.

62. Em razão do número elevado de produtores/exportadores identificados, foram selecionados para receber os questionários, com base no art. 28, II, do Decreto nº 8.058, de 2013, apenas produtores/exportadores cujo volume de exportação dos EUA para o Brasil representou o maior percentual razoavelmente investigável. Nesse sentido, foram encaminhados questionários aos seguintes produtores/exportadores estadunidenses: Oxy Vinyls Export Sales, LLC ("Oxy Vinyls") e Shintech Inc ("Shintech").

63. Nos termos do §3º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foi concedido o prazo de vinte dias, contado da data da publicação de início da investigação, para a apresentação de habilitação de outras partes que se considerassem interessadas.

64. Solicitou habilitação como parte interessada na presente investigação, nos termos do inciso "II" e "V" do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013: a Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, tendo sido deferido o pedido após se verificar que se tratava de entidade de classe que representava importadores brasileiros de PVC-S.

2.6. Do recebimento das informações solicitadas

2.6.1. Das peticionárias

65. As empresas Braskem S.A. e Unipar Indupa do Brasil S.A. apresentaram as informações nas petições de início da presente revisão de final de período, bem como nas respectivas respostas aos pedidos de informações complementares.

2.6.2. Dos importadores

66. As seguintes empresas apresentaram, tempestivamente, respostas ao questionário do importador: Grendene S.A., Prysmian Canos e Sistemas do Brasil S.A. e, após pedido de prorrogação do prazo, a empresa Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.

67. Os demais importadores não apresentaram resposta ao questionário do importador.

2.6.3. Dos produtores/exportadores

68. Como já mencionado, em razão do elevado número de produtores/exportadores de PVC-S dos EUA para o Brasil e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi efetuada seleção das empresas responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações desta origem para o Brasil com vistas à determinação da probabilidade de continuação de prática de dumping.

69. Foram então selecionadas para responderem ao questionário do produtor/exportador, as empresas: Oxy Vinyls e Shintech, as quais representaram 83,2% das exportações de PVC-S originárias dos EUA no período de análise de continuação/retomada de prática de dumping.

70. Apenas a empresa Shintec apresentou, tempestivamente, após pedido de prorrogação de prazo, resposta ao questionário do produtor/exportador.

71. Entretanto, a empresa Shintech Inc. não reportou adequadamente os dados requeridos no questionário do produtor/exportador, em desconformidade com o disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013. Por esse motivo, a empresa foi notificada de que o questionário apresentado foi desconsiderado e de que a determinação final de probabilidade de continuação/retomada de prática de dumping a ser emitida levaria em consideração os fatos disponíveis constantes dos autos do processo, por meio do ofício SEI nº 87.529, de 25 de março de 2022. Ainda, nos termos do art. 181 do Decreto nº 8.058, de 2013, concedeu-se um prazo de 5 dias úteis para que a empresa se manifestasse. A Shintech não se manifestou a respeito.

2.7. Da Verificação das informações solicitadas

2.7.1. Da análise das informações submetidas pelas peticionárias e pelo produtor/exportador estadunidense

72. Tendo em vista a evolução da pandemia de COVID-19, a SECEX publicou a Instrução Normativa Secex nº 3, de 2021, pela qual a SDCOM retornou, mediante o preenchimento de determinadas condições fixadas na referida instrução normativa, sua prática regular de verificação presencial das informações fornecidas pelas partes interessadas.

73. Solicitou-se, por meio do Ofício nº 32263/2021/ME, de 3 de dezembro de 2021, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela Braskem S.A. no período de 4 a 13 de abril de 2022, em Salvador - BA.

74. No dia 10 de dezembro de 2021, a empresa Braskem protocolou anuência para realização in loco em suas instalações, contudo, com a ressalva de indisponibilidade para a realização do procedimento no período proposto, uma vez que a empresa estaria em "fechamento contábil do 1º trimestre, inclusive com acompanhamento por auditores externos", no período de 1º a 14 de abril. A empresa sugeriu, então, o período de 14 a 23 de março para a realização do procedimento de verificação in loco.

75. Em face da impossibilidade de se realizar a verificação in loco nas dependências da Braskem no período de 4 a 13 de abril de 2022, foi emitido o Ofício nº 47961/2022/ME, de 18 de fevereiro de 2022, contendo nova solicitação de anuência para verificação in loco, desta feita, a ser realizada no período de 25 a 29 de abril de 2022, em Salvador - BA. Na mesma data, a empresa Braskem apresentou sua anuência para realização do procedimento no período proposto.

76. Solicitou-se também, por meio do Ofício nº 59364/2022/ME, de 3 de março de 2022, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela empresa Unipar Indupa S.A. no período de 8 a 14 de abril de 2022, em - São Paulo - SP. Em 7 de março de 2022, a empresa apresentou sua anuência para realização do procedimento de verificação in loco no período indicado, contudo, esclarecendo que o local de realização seria Santo André - SP.

77. Em atenção ao § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, após consentimento das empresas, foi realizada verificação in loco, nos períodos propostos, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas em suas petições e informações complementares.

78. Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas e obtidos esclarecimentos da estrutura organizacional e afiliações das empresas, do processo produtivo de PVC-S e das práticas contábeis.

79. Nos termos do § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, cópias das atas e dos relatórios das referidas verificações in loco foram juntadas também aos autos da presente investigação.

80. Cumpre esclarecer, que no dia 11 de março de 2022, por meio do ofício SEI nº 71.252/2022/ME, foi encaminhada à empresa Shintech solicitação de anuência para realização de verificação in loco dos dados apresentados pela empresa em sua resposta ao questionário do produtor/exportador. Também, no mesmo ofício, foi comunicado à empresa que a realização da verificação in loco estaria condicionada à restituição completa e tempestiva do questionário e das informações complementares solicitadas, sob pena de cancelamento do procedimento de verificação in loco caso as respostas não fossem apresentadas de forma adequada ou dentro dos prazos estabelecidos. No dia 18 de março de 2022, a empresa produtora/exportadora estadunidense protocolou tempestivamente no sistema SEI o seu consentimento para realização da verificação in loco no período de 2 a 6 de maio de 2022.

81. Entretanto, por meio do ofício SEI nº 87527/2022/ME, de 25 de março de 2022, à empresa Shintech foi comunicado o cancelamento do procedimento de verificação in loco, para o qual se solicitara anuência por meio do ofício SEI nº 71.252/2022/ME, como resultado do descumprimento da condição de restituição completa do questionário do produtor/exportador.

2.7.2. Das manifestações acerca das verificações das informações solicitadas

82. Em 17 de março de 2022, a empresa Braskem manifestou-se acerca do pedido de anuência para realização de verificação in loco no produtor/exportador Shintec. Na visão da empresa, o produtor/exportador estadunidense nas duas oportunidades em que submeteu resposta ao questionário do produtor/exportador, em 8 de novembro e em 6 de dezembro de 2021, deixou de apresentar ou apresentou de forma incompleta e/ou inadequada diversos dados essenciais ao processo, como "as vendas no mercado interno e exportações para terceiros países, custo total e exportações para os 10 principais países de destino (Apêndices V, VI e VII (b)). A Shintech também não apresentou dados de fatores produtivos de partes relacionadas (Apêndice IV)". Além disso, a Braskem também afirmou que os dados que deixaram de ser apresentados nos Apêndices também não teriam sido apresentados e/ou explicados na parte narrativa das respostas da Shintech ao questionário do produtor/exportador ou que a devida justificativa de confidencialidade não teria sido submetida aos autos nos termos do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013.

83. Nesse seguimento, ante a ausência ou inadequação dos dados apresentados pela Shintech em sua resposta ao questionário do produtor/exportador, a Braskem entendeu que a SDCOM deveria ter comunicado a inadequação da resposta ao questionário do produtor/exportador e informado que, em consequência, ficaria a Shintec sujeita ao uso da melhor informação disponível, conforme disposto no item 3 do ofício SEI nº 71.252/2022.ME, de 2022.

84. Relembrou, nesse sentido, que a Shintech teria adotado comportamento semelhante na última revisão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações brasileiras de PVC-S dos EUA e do México e que, naquela oportunidade, "o então DECOM concluiu que a ausência ou inadequação no reporte de dados pela Shintech inviabilizou, entre outros procedimentos, a realização da verificação in loco no produtor/exportador norte-americano".

85. Em 28 de março de 2022, a Shintec protocolou resposta ao ofício SEI nº 87529/2022/ME, por meio do qual foi notificada acerca do cancelamento do procedimento de verificação in loco, na qual afirmou que forneceu a informação em sua resposta ao questionário no intuito de colaborar com a autoridade investigadora e de atender a pedido de consumidores brasileiros de PVC-S, inclusive por meio da ABIPLAST, também parte interessada na presente revisão. Adicionalmente, a empresa alegou que a informação fornecida em sua resposta ao questionário do produtor/exportador incluiria a totalidade de suas exportações destinadas ao mercado brasileiro realizadas no período de revisão e que tais informações seriam úteis às análises que a autoridade investigadora há de realizar. Além disso, essa informação seria verificável e a Shintech teria anuído com o processo de verificação in loco dos dados apresentados.

86. A Shintec comentou ainda que as medidas incidentes sobre as exportações do PVC-S originárias dos Estados Unidos estariam em vigor há mais de 30 anos e lamentou que as autoridades brasileiras ainda não tenham concluído pela inexistência de fundamentos adequados e pela ausência de interesse público em continuar a prolongar a duração dessas medidas. A empresa afirmou, por fim, esperar que o "as autoridades brasileiras revisarão minuciosamente as informações registradas e, eventualmente, concluirão que o resultado adequado do reexame é pôr termo aos direitos existentes".

87. No dia 1º de abril de 2022, a ABIPLAST teceu comentários acerca do cancelamento da verificação in loco na Shintech, que fora agendada para os dias 2 a 6 de maio de 2022. A associação alegou que a Shintech teria submetido tempestivamente resposta ao questionário do produtor/exportador, no intuito de colaborar, incluindo suas exportações ao Brasil no período investigado, de utilidade para a presente revisão. No seu entendimento, as informações prestadas, além de úteis, seriam verificáveis e a Shintech teria anuído com a realização de verificação in loco. Concluiu, que existiria para a SDCOM a obrigação de considerar as informações fornecidas na resposta ao questionário da Shintech.

88. Essa obrigação teria por fundamento os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.058, de 2013:

com base no art. 180 do Decreto 8058/2013, a autoridade investigadora "levará em conta, quando da elaboração de suas determinações, as informações verificáveis que tenham sido apresentadas tempestivamente e de forma adequada, e, portanto, passíveis de utilização na investigação." Ainda, "os atos [...] relativos à imposição de medidas antidumping definitivas [...] deverão conter todas as informações relevantes sobre as matérias de fato e de direito e sobre os motivos que levaram à determinação final positiva." (art. 164 c/c 161, 2º e 5º) e na determinação final e na determinação preliminar "constarão todos os elementos de fato e de direito" (arts. 62 e 65). Além disso, no âmbito de revisão de final de período, "A determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear- se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo aqueles elencados no art. 103." (art. 107), o qual inclui, na lista de "todos os fatores relevantes": "o desempenho do produtor ou exportador no tocante a produção, utilização da capacidade instalada, custos, volume de vendas, preços, exportações e lucros" (art. 103, II)

89. A ABIPLAST citou o item 6 do ofício SEI nº 87529/2022/ME, de 2022, afirmando que a sua redação daria "a entender que as informações do Item B (Custo Total) do Questionário teriam finalidade, dentre outras, de "avaliar se as informações sobre vendas e exportações fornecidas condizem com operações comerciais normais da empresa". Na sequência argumentou que não haveria fundamento para a desconsideração das informações submetidas pela Shintech sobre suas exportações, de modo que estas deveriam ser consideradas na análise, dado que:

A ausência de informações de custo não impede o cálculo do preço de exportação com as informações fornecidas tempestivamente pela Shintech, pois o Decreto Antidumping não prevê que o preço de exportação tem que ser uma "operação comercial normal", conceito usado na apuração do Valor Normal. Os artigos 18 a 21 (Do Preço de Exportação) apenas indicam que o cálculo do preço de exportação deve ser líquido de tributos, descontos ou reduções e estabelecem regra para identificação do Preço de Exportação em caso de haver partes relacionadas, bem como sugerem proxies para o Preço de Exportação, caso este não exista ou não seja confiável, e nenhum destes cenários envolve verificação de "operações comerciais normais".

90. A ABIPLAST acrescentou ainda, com base no Acordo Antidumping:

que as partes interessadas terão ampla oportunidade para apresentar todas as evidências que elas considerarem relevantes com relação à investigação (art. 6.1); que todas as partes interessadas deverão der ampla oportunidade para defesa de seus interesses (art. 6.2); que todas as informações verificáveis que tenham sido adequadamente apresentadas e que portanto possam ser utilizadas na investigação sem dificuldades excessivas, que tenham sido apresentadas tempestivamente devem ser levadas em consideração pelas autoridades em suas determinações. (art. 6.8 e Anexo II, item 3).

91. Em seguida, tendo por fundamento a legislação pátria, arguiu que:

o Direito Constitucional e especificamente a Lei do Processo Administrativo (Lei 9784/1999) determina que a Administração Pública obedeça aos princípios de "legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência" (art. 2º, caput) e dispõe que " "[o]s elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão", somente podendo ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias. (art. 38, caput e paras. 2º e 3º). A Lei prevê ainda o direito dos interessados de propor atuações probatórias nas atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão (art. 29).

92. A associação arrematou que, em face do arcabouço legal e regulamentar apresentado, não existiria fundamento para o entendimento exarado no Ofício SEI nº 87529/2022/ME de que seria "obrigatória" ou "compulsória" a apresentação de determinadas informações solicitadas em questionário de produtor/exportador, sendo que a própria participação das partes interessadas e apresentação de questionário são voluntárias. Entendeu que tanto assim o seria, que em muitos casos produtores/exportadores decidiriam por participar, "o que, aliás, tem ocorrido na maior parte das diversas revisões dos direitos antidumping sobre PVC-S". Por outro lado, entendeu que "a autoridade deve, por força de lei e de regulamento, levar em consideração todos os elementos probatórios constantes dos autos na elaboração de suas decisões".

93. Em 30 de maio de 2022, a Braskem se manifestou sobre o relatório de verificação in loco realizado em suas instalações, no sentido de esclarecer pontos contidos naquele relatório e solicitar a correção do número de faturas que foram analisadas pelos técnicos e a informação do tipo de resposta ao questionário realizada pela empresa.

2.7.3. Dos comentários acerca das manifestações sobre as verificações das informações solicitadas

94. No que concerne à manifestação da Braskem sobre o agendamento de verificação in loco na Shintech, esclarece-se que foi expedido o ofício SEI nº 87529/2022/ME, de 2022, para a empresa, por meio do qual foi notificada acerca do cancelamento do procedimento, devido à resposta ao questionário do produtor/exportador por ela apresentada não estar de acordo com as exigências nele indicadas, observando-se que as informações prestadas não foram apresentadas de forma adequada e que não seriam passíveis de utilização na revisão de final de período.

95. Com relação às manifestações apresentadas pela Shintech e pela ABIPLAST, incumbe primeiramente recordar que nos termos do art. 50 c/c art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, por ocasião da notificação de início da revisão em epígrafe, encaminhou-se à parte interessada o questionário em referência especificando, pormenorizadamente, as informações necessárias à instrução do processo, os prazos e a forma pela qual tais informações deveriam estar estruturadas em suas respostas. Enfatizou-se, na ocasião, que, nos termos do § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, poderia utilizar-se da melhor informação disponível caso o produtor não fornecesse as informações solicitadas ou as fornecesse parcialmente. A empresa Shintec dispôs do prazo inicial, acrescido do prazo de prorrogação, isto é, de 7 de outubro de 2021 até 6 de dezembro de 2021, para prestar as informações requeridas e necessárias à investigação, consoante, os arts. 49 e 50 do Decreto nº 8.058, de 2013.

96. Tanto o art. 49 quanto o art. 50 são claros ao estabelecer que as partes serão cientificadas das informações necessárias à investigação. Cabe, portanto, às partes interessadas fornecer todas as informações solicitadas e consideradas necessárias à investigação.

97. Não há, portanto, que se falar em "resposta parcial" ao questionário do produtor ou exportador, como desejam a empresa e a associação. A legislação exige, das partes interessadas a completude e a adequação de suas respostas aos questionários disponibilizados em procedimento de defesa comercial, sob pena de não utilização dessas informações e da sujeição à utilização da melhor informação disponível.

98. Com base nas próprias afirmações da empresa e da associação em suas manifestações, é incontroverso o fato de a resposta ao questionário do produtor/exportador apresentada não estar de acordo com as exigências nele indicadas. Tem-se, por conseguinte, que as informações prestadas não foram apresentadas de forma adequada e que não são passíveis de utilização na revisão de final de período.

99. Nesse ponto, importa aclarar a aparente confusão que faz a associação entre a não obrigatoriedade de participação no procedimento de apuração de prática de dumping (e, por óbvio, os efeitos que decorrem da não participação) e a obrigatoriedade de observação das regras internacionais e nacionais que regem o procedimento quando toma a decisão de tomar parte no processo de elucidação sobre a existência de prática de dumping e de outros processos correlatos.

100. Não se ignora que a participação em procedimentos de apuração de prática de dumping e outros processos correlatos não têm caráter compulsório, podendo, como bem enfatizado pela ABIPLAST, a parte interessada optar por não tomar parte no procedimento. De outro lado, contudo, ao decidir tomar parte nesse tipo de procedimento, não goza a parte de um direito irrestrito, ilimitado ou sem contornos, que lhe permita participar da forma que lhe convém. É preciso observar as regras impostas pela legislação multilateral e nacional específica acerca do tema.

101. No que diz respeitos às regras que devem ser respeitadas no âmbito dos procedimentos atinentes à averiguação da prática de dumping, cite-se o art. 170 do Decreto nº 8.058, de 2013, que dispõe sobre a forma dos atos e dos termos processuais:

Art. 170. Os atos e termos processuais não dependem de forma especial e as partes interessadas deverão observar as instruções deste Decreto e as expedidas pela SECEX para a elaboração de petições e apresentação de documentos em geral, sob pena de não serem juntados aos autos do processo.

§ 1º Somente será exigida a observância de instruções tornadas públicas antes do início do prazo processual ou que tenham sido especificadas em notificação encaminhada à parte interessada.

102. Nesse seguimento, no que toca aos argumentos da ABIPLAST, parece que a associação esquece que a mesma Lei 9.784/1999 mencionada, em seu art. 4º, IV, estabelece ser dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos. Além disso, o referido diploma legal, em seu art. 39, estabelece que quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

103. É de se observar, ainda, que a Lei nº 9.784/1999 tem, por força de seu art. 69, aplicação subsidiária em relação aos processos administrativos específicos, regidos por lei própria. No caso de investigações como a presente, as regras tangentes à consideração ou não de informações defluem diretamente do Acordo Antidumping, especificamente de seu Artigo 6.8 e Anexo II, incorporado ao arcabouço normativo brasileiro pelo Decreto nº 1.355/1994 com força de lei ordinária.

104. Consoante já mencionado, a Shintech, dada a ausência de parcela significativa das informações solicitadas e, tendo em vista a sua essencialidade, concluiu-se que a empresa não reportou adequadamente o questionário do produtor/exportador, em desconformidade com o disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013, contrariando forma e condições de atendimento na prestação das informações solicitadas.

105. Não se pode considerar, assim, que a empresa agiu de forma cooperativa quando negou o acesso ou não forneceu tempestivamente aquelas consideradas essenciais pela autoridade investigadora (mormente, as suas vendas no mercado interno e o custo de produção associados ao produto investigado, fatores essenciais para apuração da continuação da prática de dumping durante o período de revisão), sujeitando-se, repita-se, à utilização da melhor informação disponível.

106. Outro aspecto que não deve ser negligenciado, ao contrário do que afirma a ABIPLAST, é a possibilidade de utilização do custo de produção, mesmo para o cálculo do preço de exportação, especialmente para o cálculo do custo (ou despesa) de manutenção de estoque a ser deduzido dos valores brutos reportados. Note-se, nesse sentido, à guisa de maior clareza, o que afirma o Caderno DECOM nº 3 (Disponível em https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/arquivos/guias/guia-de-calculo-de-margem-de-dumping):

O custo de produção é uma informação essencial para o cálculo da margem de dumping de uma empresa produtora/exportadora. Essa informação pode ser necessária em até três momentos desse cálculo: no teste de vendas abaixo do custo, para auxiliar na classificação das vendas como operações comerciais normais e na consequente determinação do método a ser utilizado na apuração do valor normal feito paras as vendas no mercado interno; no cálculo do custo de manutenção de estoques; e na eventual construção do valor normal. Apesar de o valor usado diferir marginalmente em cada uma dessas situações, sua fonte permanece constante: os dados submetidos na resposta ao questionário do produtor/exportador.

[...]

Conforme evidenciado na introdução deste Capítulo, busca-se, preferencialmente, a apuração do preço de exportação na condição ex fabrica. Assim sendo, com base nas informações contidas no apêndice de exportações para o Brasil, o preço de cada operação de venda é apurado a partir do valor bruto da venda, deduzindo-se os montantes relativos aos descontos e abatimentos, aos impostos incidentes na operação, às despesas diretas de vendas, inclusive frete e seguro internacionais, e aos custos de oportunidade. Ressalte-se apenas que, enquanto na primeira hipótese aventada anteriormente o Departamento utilizará base de dados de produtor/exportador do produto objeto da investigação, nos casos cobertos pela segunda metodologia, as informações utilizadas para fins de apuração do preço de exportação são fornecidas apenas pelo produtor do produto investigado, o qual vende o produto para exportador não relacionado.

[...]

3.2) Os custos de oportunidade podem ser sinteticamente conceituados, para fins de defesa comercial, como o sacrifício financeiro incorrido por uma empresa, ao optar por uma alternativa de exploração econômica do seu patrimônio, em detrimento de outra igualmente viável.

Esses custos econômicos (ou não contábeis) surgem em função dos mais variados trade-offs inerentes à gestão de uma empresa, como produzir um produto em detrimento de outro, vender a prazo em vez de vender à vista, produzir ou revender etc. Com vistas a se apurar a margem de dumping de determinado produtor/exportador, os seguintes custos de oportunidade ganham relevância:

I) custo financeiro; e

II) despesa de manutenção de estoque.

[...]

3.2.2.1) Aplicação

Da mesma forma que ocorre com o custo financeiro, para fins de cálculo da margem de dumping, a despesa de manutenção de estoque ganha relevância em três momentos, quais sejam:

I) teste de vendas abaixo do custo (comparação entre o preço líquido de venda no mercado interno ou em exportações para terceiro país e o custo de produção);

II) cálculo da margem de lucro, para fins de construção do valor normal (e posterior comparação com o preço de exportação); e

III) cálculo da margem de dumping propriamente dita (comparação entre valor normal e preço de exportação).

Em todas as comparações mencionadas, a despesa de manutenção de estoque deve ser deduzida do preço de venda no mercado interno ou em exportações para terceiro país, do valor normal e/ou do preço de exportação, independentemente da base em que estes de encontrem (CIF, ex fabrica etc.), a fim de que se considerem os ganhos efetivos das transações. Especificamente no caso de construção do valor normal, a metodologia adotada consiste em deduzir a despesa de manutenção de estoque diretamente da margem de lucro calculada, alcançando-se, desta forma, valor normal construído já líquido deste custo de oportunidade, conforme demonstrado no item 1.1.3.3.

[...]

3.2.2.2) Cálculo

Conforme afirmado no tópico 3.2.2, a despesa de manutenção de estoque é enxergada, para fins de cálculo da margem de dumping, sob o prisma do aumento da necessidade de financiamento decorrente do armazenamento.

Dessa forma, a mensuração deste custo de oportunidade corresponde a uma operação de juros simples, aplicada sobre o custo de fabricação incorrido para a produção do bem vendido, durante o prazo em que este permaneceu em estoque, conforme fórmula a seguir: Despesa de manutenção de estoque = Custo de fabricação x taxa de juros x período médio em estoque (grifou-se)

107. Ademais, consoante assente entendimento do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, compete à autoridade investigadora, e não às partes interessadas, determinar quais informações considera necessárias para a sua análise, a ensejar, no caso de recusa de acesso ou ausência de fornecimento, a utilização da melhor informação disponível, nos termos do Artigo 6.8 do ADA:

7.155 On the question of the "necessary" information, reading Article 6.8 in conjunction with Annex II, paragraph 1, it is apparent that it is left to the discretion of an investigating authority, in the first instance, to determine what information it deems necessary for the conduct of its investigation (for calculations, analysis, etc.), as the authority is charged by paragraph 1 to "specify … the information required from any interested party". This paragraph also sets forth rules to be followed by the authority, in particular that it must specify the required information "in detail", "as soon as possible after the initiation of the investigation", and that it also must specify "the manner in which that information should be structured by the interested party in its response". Thus, there is a clear burden on the authority to be both prompt and precise in identifying the information that it needs from a given interested party. In addition, paragraph 1 refers to a "reasonable" time-period for providing requested information. We note that in this dispute, we have resolved in connection with other claims Turkey's allegations that the IA's requests for cost information were not sufficiently prompt or precise, and that insufficient time was allowed for responding.151 Thus, we do not consider these issues further here (Relatório do Painel no caso Egypt Steel Rebar (DS211). (grifou-se)

108. Neste caso, as informações referentes às vendas internas do produto similar nos Estados Unidos da América e ao respectivo custo de produção foram expressamente requeridas à Shintech por meio do questionário do produtor/exportador, não lhe competindo a avaliação quanto à necessidade do quanto ali requerido.

109. Também não se pode perder de vista que o § 5º do Anexo II do ADA, ao afirmar que as informações fornecidas devem ser utilizadas, ainda que não sejam consideradas ideais, condiciona tal determinação à constatação de que a parte interessada agiu no melhor de suas habilidades, o que não se verifica a partir da análise da resposta ao questionário protocolada pela Shintech.

110. Como bem frisou a empresa Shintech, a medida antidumping já vigora há algum tempo, tendo sido objeto de processos de revisão ao longo desses anos, nos quais são rigorosamente respeitados todos os princípios que são cerne do processo administrativo. A desconsideração de elementos de prova é faculdade da administração (desde que preenchidas as condições para tanto) - e, portanto, não está ela obrigada a considerar em sua decisão todos os elementos probatórios colacionados ao processo, especialmente quando submetidos com a omissão de parcela relevante do que se considera necessário à análise da autoridade investigadora. O que se impõe, conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é que o indeferimento de provas postuladas se dê mediante decisão fundamentada, o que afasta qualquer eiva de ilegalidade ou abusividade nos indeferimentos protagonizados pela autoridade administrativa processante. Assim, fica afastada qualquer argumentação nesse sentido, uma vez que a decisão pela recusa da resposta ao questionário do produtor/exportador apresentada pela empresa Shintech está amplamente fundamentada, conforme consta nos autos do processo, e se subsume às hipóteses expressamente previstas para tanto no Acordo Antidumping e no Decreto nº 8.058, de 2013.

111. A respeito da manifestação da Braskem sobre a verificação in loco, considera-se que os esclarecimentos prestados, em bases confidenciais, são pertinentes, mas não alteram o teor geral das informações contidas no relatório.

112. Sobre as correções solicitadas, procedeu-se errata nos autos do processo.

2.8. Da prorrogação da revisão

113. Em 11 de abril de 2022, foi publicada no D.O.U, a Circular SECEX nº 15, de 8 de abril de 2022, prorrogando por até 2 meses, a partir de 28 de julho de 2022, o prazo para a conclusão da revisão. Adicionalmente, por meio da mesma Circular SECEX, conforme estabelecido pelo §5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram tornados públicos os prazos a que fazem referência os artigos 59 a 63 do mencionado decreto, os quais são apresentados no quadro abaixo:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da revisão	10 de junho de 2022
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	4 de julho de 2022 (20 dias)
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	25 de julho de 2022 (21 dias)
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	15 de agosto de 2022 (20 dias)
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	31 de agosto de 2022 (16 dias)

114. Destaque-se que, tendo em vista que a Nota Técnica SEI nº 34210/2022/ME, contendo os fatos essenciais que se encontravam em análise, foi divulgada às partes interessadas no dia 27 de julho de 2022, o prazo para manifestações finais foi dilatado e encerrou-se no dia 16 de agosto de 2022.

2.9. Audiência

115. A Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST apresentou solicitação para realização de audiência, tempestivamente, no dia 24 de fevereiro de 2022, com vistas à discussão dos seguintes temas:

- Informações para o cálculo e determinação do valor normal;
- Magnitude da margem de dumping;
- Potencial exportador efetivo das origens sob revisão e relaxamento de medidas restritivas às importações anteriormente aplicadas por outros países;
- Análise de efeitos das importações sobre os preços da indústria doméstica; e
- Indicadores da indústria doméstica e análise de continuação/retomada de dano.

116. Em 13 de abril de 2022, a autoridade investigadora notificou todas as partes interessadas da realização da referida audiência, de forma a conceder-lhes ampla oportunidade para defesa de seus interesses. As partes foram igualmente informadas de que o comparecimento à audiência não seria obrigatório e de que o não comparecimento de qualquer parte não resultaria em prejuízo de seus interesses.

117. Dessa forma, realizou-se audiência no dia 5 de maio de 2022 para discussão dos temas listados anteriormente. Estiveram presentes na audiência representantes das seguintes empresas/associações: Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, da Braskem S.A., da Shintec Inc., da Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda. e da Unipar Indupa do Brasil S.A.

118. As partes interessadas Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, Shintec Inc., e Unipar Indupa do Brasil S.A. reduziram suas manifestações a termo tempestivamente. Dessa forma, as referidas manifestações foram devidamente incorporadas neste documento e serão apresentadas de acordo com o tema abordado.

2.10. Do encerramento da fase de instrução

2.10.1. Do encerramento da fase probatória

119. Em conformidade com o disposto no caput do art. 59 do Decreto nº 8.058, de 2013, a fase probatória da investigação foi encerrada em 10 de junho de 2022, ou seja, 60 dias após a publicação da Circular SECEX nº 15, de 2022, que tornou públicos os prazos da revisão.

2.10.2. Do encerramento da fase de manifestações

120. Em atendimento ao art. 61 do Decreto nº 8.085, de 2013, a fase de manifestações sobre os dados e as informações constantes dos autos restritos do processo se encerrou em 4 de julho de 2022, ou seja, vinte dias após o fim da fase probatória (10 de junho de 2022), respeitadas as regras de contagem de prazos processuais.

121. Nesse prazo, as seguintes partes interessadas apresentaram manifestações: Braskem e Unipar. As referidas manifestações foram consideradas e devidamente analisadas nos tópicos referentes a cada tema a que se referem, ao longo da Nota Técnica SEI nº 34210/2022/ME, de 27 de julho de 2022, e deste documento.

2.10.3. Da divulgação dos fatos essenciais sob julgamento

122. Com base no disposto no caput do art. 61 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi disponibilizada às partes interessadas a Nota Técnica SEI nº 34210/2022/ME, de 27 de julho de 2022, contendo os fatos essenciais sob julgamento que embasariam esta determinação final, conforme o art. 63 do mesmo Decreto.

2.10.4. Do encerramento da fase instrução do processo

123. Conforme previsto no art. 62 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas dispuseram do prazo de vinte dias, contado da data de divulgação da nota técnica, para apresentar suas manifestações finais por escrito.

124. Tendo em vista a data de divulgação da Nota Técnica SEI nº 34210/2022/ME, o prazo para manifestações finais encerrou-se no dia 16 de agosto de 2022, após o qual foi considerada encerrada a instrução do processo.

125. Registre-se que no prazo referido, as empresas Braskem e Unipar e a associação ABIPLAST juntaram aos autos do processo as suas manifestações sobre os dados e informações constantes dos autos do processo.

126. Ressalte-se que as referidas manifestações foram consideradas e devidamente analisadas nos tópicos referentes a cada tema a que se referem ao longo deste documento.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

127. O produto objeto do direito antidumping é a resina de policloreto de vinila, não misturada com outras substâncias, obtida por processo de suspensão, originária dos EUA e do México, usualmente classificada no subitem 3904.10.10 da NCM. O produto está designado neste documento, genericamente, como PVC-S ou ainda como resina de PVC-S.

128. O PVC-S é um homopolímero termoplástico sintético do grupo das poliolefinas halogenadas, de fórmula estrutural - $(-CH_2-CHCl)_n$ - obtido por processo de polimerização do monômero cloreto de vinila (MVC) - em processo de suspensão.

129. Na indústria de plásticos, utilizam-se duas técnicas de polimerização de importância comercial: polimerização em suspensão e polimerização em emulsão. Outras duas técnicas são ainda citadas como processos alternativos, porém de aplicação mais restrita, quais sejam: polimerização em massa e polimerização em microssuspensão.

130. Os polímeros obtidos nos processos de suspensão constituem o objeto específico da presente análise e apresentam-se na forma de um produto em pó constituído de partículas porosas, próprias para serem utilizadas na formulação de compostos de PVC-S pelas indústrias de transformação mediante a incorporação de ingredientes - aditivos, pigmentos e cargas - com a finalidade de conferir ao polímero características exigidas em função do processo de transformação a que se destina - extrusão, extrusão-sopro, moldagem por injeção ou calandragem - ou seja, em função da sua aplicação final.

131. O PVC-S pode ser produzido por meio de duas rotas:

a. rota eteno/etileno, que utiliza como matérias-primas nafta e gás etano (matérias-primas do eteno), ou

b. rota acetileno, que utiliza como base o carvão, matéria-prima do acetileno.

132. Segundo as peticionárias, as resinas de PVC-S são comercializadas em alguns subtipos básicos, cujas aplicações principais são a produção de tubos, conexões, perfis rígidos e flexíveis, laminados rígidos e flexíveis, embalagens, calçados, fios e cabos, entre outras. Para a caracterização de cada subtipo de resina de PVC-S, são utilizados como parâmetros de classificação, principalmente, o peso molecular (valor K) e a densidade volumétrica, sendo que cada empresa adota um nome comercial específico para os subtipos de PVC-S comercializados, conforme tais parâmetros.

133. O parâmetro determinante para caracterização de cada subtipo de PVC-S é o peso molecular (valor K), que estabelece os subtipos e as aplicações da resina. O peso molecular das resinas de PVC-S é normalmente caracterizado por parâmetros de medida relacionados à viscosidade do polímero em solução diluída. São também comuns as especificações de resinas de PVC-S por meio da viscosidade inerente e do valor K. O valor K do PVC-S varia entre 50 e 80.

134. O outro parâmetro utilizado na caracterização das resinas de PVC-S está relacionado à densidade volumétrica (g/cm^3). A densidade aparente de um pó consiste basicamente na relação da sua massa por sua unidade de volume no estado não compactado. A densidade aparente é, portanto, importante na especificação da quantidade de resina que pode ser acomodada em determinado volume, e ainda possui relação diretamente proporcional com a produtividade nos equipamentos de processamento. A densidade volumétrica do PVC-S varia entre 0,40 e 0,60.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

135. O PVC-S produzido pela indústria doméstica é um polímero termoplástico sintético do grupo das poliolefinas halogenadas, cuja principal matéria-prima é o eteno, oriundo do craqueamento da nafta, e o cloro, proveniente da eletrólise do cloreto de sódio. A fórmula estrutural do PVC - (-CH2-CHCl)n - obtido por polimerização do MVC - em processo de suspensão, é também designada policloreto de vinila/suspensão, PVC-suspensão ou resina de PVC-S.

136. As peticionárias comercializam as resinas de PVC-S segundo cinco subtipos básicos, em função do seu valor K. A Braskem vende os subtipos (i) 57±1; (ii) 61±1; (iii) 65±1; (iv) 67-0,5/+1; (v) 71±1, que possuem os seguintes nomes comerciais: NORVIC® SP 750RA (substituto do NORVIC® SP 800); NORVIC® SP 1000; NORVIC® SP 767RA PROCESSA+; NORVIC® SP 700RA; e NORVIC® SP 1300FA. A Unipar, de seu lado, comercializa os subtipos com os seguintes valore K: (i) S58 / 57,0±1,5; (ii) S63 / 61,0±1,0; (iii) S 65 / 65,0±1,5; (iv) S66 / 66,0±1,5; (v) S71 / 66,0±1,5.

137. Durante os procedimentos de verificação in loco nas empresas que compõem a indústria doméstica, foi possível obter maior detalhamento do PVC-S por elas fabricado e de seus processos produtivos.

138. Com relação à Braskem, cumpre transcrever os seguintes trechos do relatório de verificação in loco:

31. Segundo a empresa, o PVC-S é um dos termoplásticos mais consumidos no mundo, ao lado do polietileno e do polipropileno. Por sua característica de ser atóxico, quimicamente inerte, resistente a micróbios e ao fogo o faz adequado a diversas aplicações como tubos e conexões, revestimento de cabos elétricos, filmes plásticos etc.

32. Especificamente no que tange ao processo produtivo, verificou-se que a fábrica da Braskem de PVC-S não teria diferenças significativas quando comparada aos produtores/exportadores.

33. Como observou-se, o PVC-S possui duas rotas produtivas. Uma a partir do cloro reagido com etileno e a outra a partir da reação com eteno. Ambas as rotas produzem o dicloro etano (EDC) que por meio do craqueamento produz o monômero monocloreto de vilina (MVC), que é a matéria prima direta do PVC-S.

34. Em um reator, é feita a agitação do MVC na água, gerando micro gotículas dessa matéria prima em suspensão.

35. Com a adição de dispersantes e aditivos é formada a "lama" de PVC-S, buscando sempre alcançar as especificações desejadas.

36. Por meio de processos de beneficiamento de centrifuga, secagem e peneira se obtém o PVC-S, que se assemelha a um pó. Ainda nesse processo de beneficiamento é recuperado o MVC não reagido.

[...]

42. Existem ainda resinas de PVC-S especiais aplicadas a calçados especiais, mangueiras de solda, mangueiras de abastecimento, por exemplo. Tais resinas possuiriam, processo produtivo específico (microssuspensão) ou seriam misturadas (blend), não sendo produto objeto da revisão ou mesmo produto similar. Segundo a BRASKEM, [CONFIDENCIAL].

[...]

51. No período de que engloba essa revisão, a Braskem produziu PVC-S em suas duas plantas produtivas, localizadas em Camaçari (BA) e em Marechal Deodoro (AL). As plantas possuiriam tecnologias diferentes, [CONFIDENCIAL] .

52. A empresa informou que a produção do cloro, por meio da eletrólise da água e sal [CONFIDENCIAL] .

53. A empresa demonstrou também a dinâmica da capacidade global de produção de PVC-S. Segundo ela a América do Norte responderia por cerca de 17% e América do Sul seria responsável por 3%, divididos entre Brasil (BRASKEM e UNIPAR), Colômbia (Mexichem) e Venezuela (PDVSA) alcançando 1853 toneladas/ano.

54. A Braskem mencionou, ainda, o evento geológico ocorrido em Alagoas em maio de 2019 (P4), [CONFIDENCIAL] .

55. Como mencionado anteriormente, o cloro em reação com etileno forma o EDC que é transformado em MVC, sendo esta a matéria prima do PVC-S. Durante esse período [CONFIDENCIAL] .

139. Já quanto à Unipar, importa colacionar os seguintes excertos do relatório de verificação in loco:

13. Inicialmente, destacou-se que o PVC-S é um polímero termoplástico produzido pela polimerização de moléculas do monômero cloreto de vinila (MVC, ou VCM), formando cadeias de macromoléculas. Entende-se por polimerização o conjunto de reações químicas que levam à formação dos polímeros.

14. O MVC, que é a matéria-prima do PVC, é produzido a partir do dicloroetano (EDC), que, por sua vez, é obtido a partir da reação do cloro e do eteno. A Unipar produz o cloro, bem como outros produtos, tais como a soda cáustica, a partir de processo de eletrólise em meio aquoso do sal, [CONFIDENCIAL] . Segundo a empresa, o dicloroetano (EDC) [CONFIDENCIAL] . A empresa também explicou que na produção de soda e cloro há geração de hidrogênio, que [CONFIDENCIAL] .

15. Quando indagados pela equipe, os representantes da empresa afirmaram que o MVC é transferido [CONFIDENCIAL] .

16. Existem dois métodos de polimerização do MVC, ambos utilizados pela Unipar: suspensão (PVC-S) e emulsão (PVC-E).

17. A polimerização em suspensão é um processo semicontínuo em que [CONFIDENCIAL] . Observou-se, durante a verificação, amostra de PVC-S, que se assemelha a pó branco com aspecto de grânulos de areia.

18. O processo em emulsão [CONFIDENCIAL]. Ao final do processo de emulsão, a resina de PVC-E produzida é cerca de 100 vezes mais fina que a resina de PVC-S, assemelhando-se ao talco.

19. Tanto as resinas de PVC produzidas pelo método em suspensão quanto pelo método em emulsão são utilizadas pelos transformadores para a produção de produtos plásticos. O PVC-S é bastante utilizado para fabricação de tubos, conexões, perfis e encapamento de fios elétricos, entre outros. Segundo a empresa [CONFIDENCIAL] . Por outro lado, o PVC emulsão, por ser mais maleável, é aplicado para a produção de brinquedos, lonas de caminhão, entre outros. De acordo com os representantes da empresa, a produção de PVC-E [CONFIDENCIAL] .

20. Destacou-se que a empresa separa internamente as resinas de PVC-S produzidas em três categorias: [CONFIDENCIAL].

21. Durante a visita à fábrica, representantes da área produtiva explicaram à equipe investigadora que havia [CONFIDENCIAL] .

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

140. O produto objeto do direito antidumping é comumente classificado no subitem 3904.10.10 da NCM, denominado "policloreto de vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo em suspensão".

Subitem da NCM	Descrição
3904.10.10	- Poli(cloreto de vinila), não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão

141. As alíquotas do Imposto de Importação desse subitem tarifário foram definidas em 14%, conforme Resolução Camex nº 42, de 2001, alterada pela Resolução CAMEX n. 41, de 2003, e permaneceu nesse patamar desde o início do período de análise de dano até 10 de dezembro de 2020.

142. No período de 11 de dezembro de 2020 até 11 de março de 2021, portanto três meses do período P5, a alíquota sofreu redução temporária para 4%, dado que a cadeia de fornecimento do PVC-S passou por problemas de abastecimento e de restrição de oferta, conforme decisão do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior divulgada por meio da Resolução Gecex nº 127, de 10 de dezembro de 2021, publicada no D.O.U. de 11 de dezembro de 2021.

143. Posteriormente, em 23 de março de 2021, foi publicada no D.O.U., a Resolução Gecex nº 174, de 22 de março de 2021, por meio da qual se tornou pública decisão do Gecex de renovar a alteração da alíquota do imposto de importação e o volume da quota. Acrescente-se que houve um ínterim temporal de 12 dias entre o final dos efeitos da Resolução Gecex nº 127, de 2020 e a publicação da nova Resolução. Importante destacar que a Resolução Gecex nº 174, de 2021, em seu art. 4º estabeleceu período de vacância, determinando que entraria em vigor 7 (sete) dias após a sua publicação. Dessa forma, a referida resolução apenas passou a produzir os seus efeitos no dia 30 de março de 2021 e vigorou até o dia 30 de junho de 2021.

144. Nesse sentido, houve um ínterim temporal efetivo de 19 dias entre os efeitos da Resolução Gecex nº 127, de 2020 e a entrada em vigor da nova Resolução. Assim, cabe destacar que no período de 12 a 29 de março de 2021, a alíquota do imposto de importação incidente sobre o produto em questão foi restabelecida para 14%, tendo em vista o interstício entre a cessação dos efeitos da Resolução Gecex nº 127, de 2020, e o início da vigência da Resolução Gecex nº 174, de 2021. A partir de 30 de março de 2021 a alíquota de 14% voltou a incidir sobre as importações de PVC-S até o fim do presente período de análise de continuação ou de retomada do dano, isto é, até 31 de março de 2021.

145. A respeito do subitem 3904.10.10 da NCM, identificaram-se as seguintes preferências tarifárias:

Preferências Tarifárias - Subitem 3904.10.10 da NCM

País	Base Legal	Preferência
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE 36 - Mercosul - Bolívia	100%
Chile	ACE 35 - Mercosul - Chile	100%
Colômbia	ACE 72 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	ACE 62 - Brasil - Cuba	100%
Egito	ALC Mercosul - Egito	62,5%
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	100%
Israel	ALC Mercosul - Israel	100%
México	APTR 04	20%
Panamá	APTR 04	28%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Peru	ACE 58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Venezuela	ACE 69 - Mercosul - Venezuela	100%

3.4. Da similaridade

146. A lista dos critérios objetivos com base nos quais deve ser avaliada a similaridade entre produto objeto da investigação e produto similar fabricado no Brasil está definida no § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013. O § 2º do mesmo artigo instrui que esses critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles,

isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva quanto à similaridade.

147. Ainda que o produto nacional e o produto importado possam ter pesos moleculares diferentes, as faixas de preferência dessa variável são semelhantes, permitindo a substituição entre o produto nacional e o importado, que se destinam aos mesmos usos e aplicações e concorrem no mesmo mercado. Ademais, conforme informações obtidas na petição e durante as investigações precedentes e a presente revisão, o produto em análise e o produto produzido no Brasil apresentam as mesmas características físicas, são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, apresentam a mesma composição química, possuem os mesmos usos e aplicações (produção de tubos, conexões, perfis rígidos e flexíveis, laminados rígidos e flexíveis, embalagens, fios e cabos) e suprem o mesmo mercado, sendo, portanto, considerados concorrentes entre si.

148. Desta sorte, as informações apresentadas corroboram as conclusões sobre similaridade alcançadas tanto na investigação original quanto nas demais revisões de final de período. Assim, considerou-se que o produto fabricado no Brasil é similar aos produtos importados dos EUA e do México, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

149. A indústria doméstica é definida no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013 como sendo a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade desses produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

150. Conforme indicado no item 2.2, as duas petições apresentadas, respectivamente pela Braskem e pela Unipar, indicaram que ambas as empresas representam os únicos produtores nacionais de PVC-S. Dessa forma, para fins de determinação final, definiram-se como indústria doméstica as linhas de produção de PVC-S da Braskem e da Unipar, que, representaram 100% da produção nacional do produto similar doméstico de abril de 2020 a março de 2021.

5. DA PROBABILIDADE DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

151. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

152. Segundo o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida (item 5.1); no desempenho do produtor ou do exportador (item 5.2); nas alterações nas condições de mercado, tanto no país exportador quanto em outros países (item 5.3); na aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e na consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil (item 5.4).

153. Ressalta-se que não houve exportações do produto objeto da revisão para o Brasil originárias do México durante o período de análise de continuação/retomada de dumping (abril de 2020 a março de 2021). Por outro lado, as importações brasileiras originárias dos Estados Unidos da América foram realizadas em quantidades representativas entre abril de 2020 e março de 2021 e representaram 9,0% das importações brasileiras totais de PVC-S e 3,6% do mercado brasileiro desse produto.

154. Assim, há que se verificar, para o México, a probabilidade de retomada do dumping com base, entre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio dessa origem internado no mercado brasileiro e o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, no período de análise de continuação/retomada de dumping, em atenção ao art. 107, § 3º, I, do Decreto nº 8.058, de 2013.

155. Já para os Estados Unidos verificar-se-á a probabilidade de continuação da prática de dumping com base, entre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio dessa origem e o preço de exportação médio do produto para o Brasil.

5.1. Da existência de dumping e da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito

156. De acordo com o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, para que um direito antidumping seja prorrogado, deve ser demonstrado que sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

157. Utilizou-se o período de abril de 2020 a março de 2021 (P5), a fim de se verificar a existência de probabilidade de continuação de prática de dumping nas exportações estadunidenses de PVC-S para o Brasil e de probabilidade de retomada da prática de dumping nas exportações mexicanas de PVC-S para o Brasil.

5.1.1. Da existência de dumping e da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de início da revisão

5.1.1.1. Da existência de dumping dos EUA durante a vigência do direito para fins de início da revisão

158. De acordo com o item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

159. Cumpre aclarar que as peticionárias Braskem e Unipar apresentaram como referências para valor normal os preços médios praticados nos mercados internos dos EUA e do México que são divulgados em publicações internacionais especializadas em produtos químicos: IHS Chemical e ICIS-LOR.

160. No que diz respeito à empresa Unipar, no ofício de informações complementares à petição, foi-lhe solicitada a disponibilização dos elementos probatórios dos valores e da metodologia utilizados pelas publicações citadas para apuração dos preços médios adotados como referência para o cálculo do valor normal. Contudo, em resposta, a empresa tão somente afirmou que:

As publicações do IHS e da ICIS são semanais. Portanto, os dados de suporte aos dados apresentados envolveriam 52 publicações para cada uma das fontes. Além disso, os assinantes das bases do IHS ou da ICIS extraem os dados diretamente para planilhas Excel, sem consultar as publicações em PDF nas quais constam tais informações.

Dessa forma, caso a SDCOM deseje verificar a veracidade das informações do IHS e da ICIS apresentadas pela Unipar Indupa, a empresa se coloca à disposição para demonstrar as extrações em reunião virtual com a presença de sua equipe comercial e dos técnicos da SDCOM.

(...)

A Unipar Indupa não dispõe da descrição das metodologias de cálculo para apuração dos preços do IHS e da ICIS.

161. Como visto, a empresa não apresentou os elementos probatórios referentes aos valores e à metodologia utilizados para apuração do valor normal para as duas origens, em desacordo ao que exigia, à época, o art. 5º da Portaria SECEX nº 44, de 29 de outubro de 2013, de que todas as informações apresentadas deverão ser acompanhadas de comprovação, de justificativa e das fontes e metodologias utilizadas. Registre-se que a Portaria SECEX nº 44, de 2013, foi posteriormente revogada pela Portaria SECEX nº 171, de 9 de fevereiro de 2022, a qual passou a reproduzir, em seu art. 130, o teor do art. 5º da Portaria SECEX nº 44, de 2013.

162. Ponderou-se, contudo, no presente caso singular, de existência de petições simultâneas de partes distintas, e diante do preceito de razoabilidade, que a comprovação de tais informações foi possível mediante os elementos probatórios devidamente apresentados pela Braskem em sua petição, sem prejuízo à realização de procedimento de validação das informações em momento posterior junto à Unipar.

163. Por conseguinte, a determinação do valor normal para EUA e México, a determinação de probabilidade de continuação/retomada do dumping para fins de início da presente revisão considerou as referências e fontes indicadas por ambas as peticionárias, de maneira coincidente, e suportadas pelos elementos probatórios apresentados pela Braskem, que se constituem nas mesmas fontes adotadas pela Unipar.

5.1.1.1.1. Do valor normal dos EUA para fins de início da revisão

164. As peticionárias afirmaram que o preço de PVC-S no mercado interno dos EUA é divulgado pelas publicações internacionais IHS Chemical e Independent Commodity Information Services London Oil Reports (ICIS-LOR). No entanto, "seguindo a referência adotada na última revisão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México" (Petição de início Braskem), optou-se por utilizar o preço constante da publicação IHS Chemical para fins de apuração do valor normal dos EUA.

165. De acordo com os dados disponibilizados nas petições de início, verificou-se que o preço médio do PVC-S vendido no mercado interno estadunidense divulgado pela IHS (US$ 1.808, 69/t) correspondeu a 95% do preço médio nesse mesmo mercado divulgado pela ICIS-LOR (US$ 1.901,94/t). Nesse sentido, conforme proposto pela própria peticionária, para fins de início, adotou-se o menor preço médio praticado no mercado interno dos EUA, qual seja, o preço médio do PVC-S divulgado pela IHS Chemical. Dessa forma, para fins de início da revisão, o valor normal para os EUA foi apurado com base no preço médio de PVC-S praticado durante o período de análise de dumping, conforme divulgado pela publicação internacional IHS Chemical.

166. Consoante se pode observar no Relatório IHS Preço EUA, apensado aos autos do processo pela Braskem, o preço praticado no mercado dos EUA para as resinas de PVC-S de aplicação em tubos e para as resinas de PVC-S de aplicação geral são divulgados de maneira separada. Dado que as exportações dos EUA para o Brasil são compostas por um mix de resinas de PVC-S que incluem resinas para ambas as aplicações, entendeu-se que o valor normal deveria refletir esse fato e ser calculado com base na média simples dos preços desses dois tipos de PVC-S. Adicionalmente, a Braskem arguiu que tal entendimento foi adotado na revisão de final de período anterior.

167. Desse modo, com base na metodologia apontada e tendo em consideração os valores divulgados pela publicação IHS Chemical e juntados aos autos do presente procedimento, o preço médio praticado, em P5, no mercado interno estadunidense alcançou US$ 1.869,32/t para as resinas de PVC-S de aplicação geral e de US$ 1.748,06/t para as resinas de grau para aplicação em tubos. Por conseguinte, para fins de início desta revisão, apurou-se o valor normal para os EUA, na condição delivered, de US$ 1.808,69/t (mil, oitocentos e oito dólares estadunidenses e sessenta e nove centavos por tonelada).

5.1.1.1.2. Do preço de exportação dos EUA para fins de início da revisão

168. De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da revisão.

169. Para fins de apuração do preço de exportação de resinas de PVC-S originárias dos EUA, foram consideradas as respectivas importações brasileiras dessa origem efetuadas no período de análise de indícios de continuação ou retomada de dumping, ou seja, realizadas de abril de 2020 a março de 2021.

170. Os dados referentes ao preço de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, referentes subitem 3904.10.10 da NCM, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme se pode verificar no item 6.1 deste documento.

171. Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para os EUA de US$ 1.013,29/t (mil e treze dólares estadunidenses e vinte e nove centavos por tonelada), na condição FOB, cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação - EUA
[RESTRITO]

Valor FOB (US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
[RESTRITO]	[RESTRITO]	1.013,29

5.1.1.1.3. Da margem de dumping dos EUA para fins de início da revisão

172. A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

173. Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para os EUA.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
1.808,69	1.013,29	795,40	78,5%

174. Desse modo, para fins de início desta revisão, a margem de dumping para os EUA alcançou US$ 795,40/t (setecentos e noventa e cinco dólares estadunidenses e quarenta centavos por tonelada).

5.1.1.2. Da comparação entre o valor do México internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de início da revisão

5.1.1.2.1. Do valor normal do México para fins de início da revisão

175. As peticionárias afirmaram que o preço de PVC-S no mercado interno do México é divulgado pelas publicações internacionais IHS Chemical e Independent Commodity Information Services London Oil Reports (ICIS-LOR). No entanto, em razão de ter sido a publicação adotada por ocasião da última revisão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México, optou-se por utilizar o preço constante da publicação ICIS-LOR para fins de apuração do valor normal do México.

176. Além do fato de ter sido a publicação utilizada na última revisão, conforme mencionado pelas peticionárias, observou-se que os dados referentes ao preço médio praticado no mercado interno mexicano trazidos com base na publicação IHS Chemical para as resinas de PVC-S de aplicação em tubos e para as resinas de PVC-S de aplicação geral no mercado spot são divulgados na condição ex fabrica, ao passo que esses dados são divulgados na condição delivered na publicação ICIS-LOR. Foram considerados mais adequados, então, os dados que constam desta última publicação - ICIS-LOR, na medida em que se evita, no caso do frete interno referente à entrega do produto ao cliente, a utilização de dados secundários ou estimativas, em detrimento do valor realmente incorrido na operação embutidos no preço delivered.

177. Consoante se pode observar no Relatório ICIS-LOR Preço México, apensado aos autos do processo pela Braskem, o preço praticado no mercado do México para as resinas de PVC-S de aplicação em tubos e para as resinas de PVC-S de aplicação geral são divulgados separadamente. Não houve exportações do México para o Brasil no período de análise de continuação ou retomada de dano, não se podendo, assim, afirmar que seriam compostas por um mix de resinas de PVC-S que incluem resinas para ambas as aplicações. Contudo, dado que os vendas no mercado brasileiro e o produto similar de fabricação própria são compostos pelas resinas de PVC-S para ambos os tipos de aplicação, entendeu-se adequado que o valor normal reflita esse fato e que seja calculado com base na média simples dos preços desses dois tipos de PVC-S. Além disso, a Braskem argumentou que tal entendimento teria o efeito de padronizar as metodologias de cálculo para o valor normal para as duas origens.

178. Desse modo, com base na metodologia apontada e tendo em consideração os valores divulgados pela publicação ICIS-LOR e juntados aos autos do presente procedimento, o preço médio praticado, em P5, no mercado interno mexicano alcançou US$ 1.156,48/t para as resinas de PVC-S de aplicação geral e US$ 1.088,38/t para as resinas de grau para aplicação em tubos. Por conseguinte, para fins de início desta revisão, apurou-se o valor normal para México, na condição delivered, de US$ 1.122,43/t (mil, cento e vinte e dois dólares estadunidenses e quarente e três centavos por tonelada).

179. Conforme, já explicitado no item 5, não houve exportações do produto objeto da revisão para o Brasil originárias do México durante o período de análise de continuação/retomada de dumping (abril de 2020 a março de 2021). Assim, há que se

verificar, para o México, a probabilidade de retomada do dumping com base, entre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio dessa origem internado no mercado brasileiro e o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, no período de análise de continuação/retomada de dumping, em atenção ao art. 107, § 3º, I, do Decreto nº 8.058, de 2013.

180. A partir do valor normal em dólares estadunidenses, na condição delivered, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, e despesas de internação no Brasil.

181. Conforme consta no Decreto nº 4.383, de 23 de setembro de 2002, que dispõe sobre a execução do Acordo de complementação Econômica 53, entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, as importações brasileiras das mercadorias nele contempladas não estarão sujeitas à aplicação do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRRM). Assim, não há incidência de AFRRM nas importações brasileiras do PVC-S originário do México.

182. A peticionária utilizou-se de cotação junto a empresa de logística para os valores de frete, de seguro internacional e de despesas de internação. Contudo, como bem se observa, trata-se de cotação de uma única empresa de preço para eventual transporte de mercadoria, não se tratando de operação efetivamente realizada.

183. Nesse sentido, e tendo em vista que inexistiram importações brasileiras do México em P5, os montantes relativos a frete e a seguro internacionais, unitários por tonelada, foram obtidos a partir das operações de exportação do produto objeto da revisão dos EUA para o Brasil, da base de dados da RFB no mesmo período, isto é, [RESTRITO] US$/t e [RESTRITO]US$/t, respectivamente. Nesse sentido, entendeu-se que a estimação para o frete internacional mais adequada, para fins de início, seria o frete efetivamente incorrido durante o período de análise de dumping, nas importações brasileiras de PVC-S originárias da região geográfica mais próxima do país investigado. Já para as despesas de internação, utilizou-se a participação do valor unitário dessas despesas (R$ 82,34) no preço CIF em reais (R$ 2.895,05) apurado por ocasião da última revisão, ou seja, 2,8%.

184. No que diz respeito ao Imposto de Importação, de acordo com o APTR-04, as importações brasileiras de resinas de PVC-S classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM possuem preferência tarifária de 20% no imposto de importação quando originárias do México. Portanto, alíquota do imposto de importação aplicável passa de 14% para 11,2%. Em 273 dos 365 dias que compõem P5, o imposto de importação de PVC-S permaneceu em 11,2%. No entanto, nos outros 92 dias, a alíquota do imposto de importação foi temporariamente reduzida a 4%, devido à inclusão do PVC-S na Lista Brasileira de Exceções à TEC (Letec), a partir de 11 de dezembro de 2020, conforme descrito no item 3.3. A partir desses dados, calculou-se a média ponderada do imposto de importação aplicável ao longo dos 365 dias de P5, resultando na alíquota média de 9,4%.

Valor Normal Internado no Mercado Brasileiro	
Valor Normal (US$/t)	1.122,43
Frete Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Seguro Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF (US$/t)	[RESTRITO]
Imposto de Importação (US$/t)	[RESTRITO]
Despesas de Internação (2,8% do Preço CIF) (US$/t)	[RESTRITO]
Valor Normal Internado (US$/t)	1.295,88

185. Alcançou-se o valor normal para o México de US$ 1.295,88/t (mil, duzentos e noventa e cinco dólares estadunidenses e oitenta e oito centavos por tonelada) de resina PVC-S, na condição CIF internado.

5.1.1.2.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro para fins do início da revisão

186. O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados de vendas reportados pela Braskem e pela Unipar, para P5. Para o seu cálculo, deduziram-se do faturamento bruto auferido as seguintes rubricas: descontos e abatimentos, devoluções, frete interno, IPI, ICMS, PIS e Cofins. O preço de cada operação de venda da indústria doméstica no mercado interno brasileiro foi obtido em dólares estadunidenses por meio da conversão com base na respectiva taxa diária de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil - Bacen em seu sítio eletrônico. O faturamento líquido convertido foi dividido pelo volume de vendas líquido de devoluções, em P5, resultando no preço médio de US$ 1.202,21/t (mil, duzentos e dois dólares estadunidenses e vinte e um centavos por tonelada), na condição ex fabrica.

5.1.1.2.3. Da diferença entre o valor normal do México internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico para efeito do início da revisão

187. Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

188. Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor CIF Internado (US$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (US$/t) (b)	Diferença Absoluta (US$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
1.295,88	1.202,21	93,68	7,8%

5.1.1.3. Da conclusão para fins início da revisão sobre a existência de dumping e sobre a comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito

189. Tendo em vista a margem de dumping encontrada, considerou-se, para fins do início da revisão do direito antidumping em vigor, haver indícios suficientes da continuação da prática de dumping nas exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil.

190. Já tendo em vista a diferença aferida entre o valor normal apurado para o México, internado no mercado brasileiro, e o preço médio de venda do produto similar doméstico nesse mesmo mercado, considerou-se, para fins de início da revisão do direito antidumping em vigor, existir probabilidade de retomada de prática de dumping nas exportações de PVC-S dessa origem para o Brasil.

5.1.1.4. Das manifestações acerca do valor normal para fins de início da revisão

191. Em manifestações apresentadas nos dias 24 e 26 de janeiro de 2022, a empresa Shintech juntou aos autos do processo correspondências assinadas, respectivamente, por [RESTRITO], cujos conteúdos, segundo a empresa,"speak for themselves with regard to the usefulness, suitability, reasonableness and value as positive evidence of contract price indices of S-PVC prices in the domestic market of the United States". Dada a relevância das evidências apresentadas para as análises traçadas, transcrevem-se, a seguir, excertos dos documentos.

192. Primeiramente, da carta emitida pelo IHS constam as seguintes informações:

[RESTRITO] .(grifou-se)

193. Já na carta enviada pelo ICIS-LOR foram apresentadas as seguintes informações:

[RESTRITO] .

. (grifou-se)

194. No corpo das cartas, foram apresentados os índices mencionados, de abril de 2020 a março de 2021.

195. Em manifestação protocolada em 07 de fevereiro de 2022, a ABIPLAST questionou a metodologia utilizada para cálculo do valor normal, que fora baseada em dados das publicações IHS e ICIS. Para a associação, os dados utilizados dessas consultorias não teriam capacidade de refletir razoavelmente os preços praticados no mercado dos Estados Unidos, pois se trataria de índices que teriam como objetivo rastrear movimentos de preços, e não refletir preços efetivamente praticados.

196. A ABIPLAST sugeriu, como alternativa para o cálculo do valor normal, a utilização das estatísticas oficiais de exportações de PVC-S dos Estados Unidos ao Canada, classificadas no código tarifário dos Estados Unidos 3904.10.00.0, as quais seriam mais adequadas haja vista se tratar de informações oficiais, publicamente disponíveis e representativas de preços no mercado dos Estados Unidos.

197. Ademais, a associação destacou que tanto o IHS quanto o ICIS consideram os EUA e o Canadá como um único mercado doméstico, para fins de cálculo e divulgação de seus dados.

198. Por considerar que não há evidência de dumping a associação pede que a revisão seja encerrada imediatamente sem renovação da medida.

199. Em manifestação protocolada em 16 de maio de 2022, a Shintech informou que os estados do Kentucky, Lousiana e Mississipi produziriam exclusivamente PVC-S e que a OxyVynils estaria presente nos estados do Texas e Nova Jersey e no Canadá. Essa informação corroboraria aquelas trazidas pela ABIPLAST. Como será apresentado mais à frete, o comentário faz referência à manifestação protocolada na mesma data pela ABIPLAST, em que defendeu, em resposta aos pontos aventados pelas peticionárias durante a audiência realizada, a possibilidade de utilização das estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá, a título de valor normal, sem contaminação por outros produtos não abrangidos pelo escopo da medida antidumping. Isso seria possível, segundo a ABIPLAST, já que o sistema de estatística estadunidense permite filtrar dados por estado de origem. Somado a isso, saber-se-ia que os estados de Louisiana, Mississipi e Kentucky seriam produtores exclusivamente de PVC suspensão.

200. Em manifestação protocolada em 10 de junho de 2022, a Shintech corroborou os argumentos apresentados pela ABIPLAST de que os preços das consultorias IHS e ICIS não seriam representativos do mercado dos EUA, pois seriam, na verdade índice de preços e não preços reais.

201. Para suportar sua alegação a empresa apresentou correspondências enviadas às duas consultorias. A resposta fornecida pela ICIS é reproduzida a seguir.

[CONFIDENCIAL]

202. Já a IHS respondeu aos questionamentos nos seguintes termos:

[CONFIDENCIAL] .

203. No dia 16 de maio de 2022, a Braskem tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca do valor normal. Frise-se que esses argumentos foram complementados e reforçados pela empresa em suas manifestações protocoladas nos dia 13 de junho e 4 de julho de 2022.

204. Acerca da determinação do valor normal, a empresa Braskem argumentou que, uma vez iniciado o processo de revisão, as partes interessadas foram notificadas e tiveram ciência, por meio da disponibilização de questionários, dos dados e informações a serem apresentados, tendo assim, oportunidade de apresentar seus próprios dados e informações, além de demonstrar que seriam mais "apurados e adequados àqueles apresentados na petição de abertura". Destacou que a melhor informação para se determinar o valor normal de produtores/exportadores estrangeiros seriam os seus dados de venda no mercado interno reportados em suas respostas ao questionário.

205. Apontou que foram notificados e chamados a participar do presente processo as empresas produtoras/exportadoras Asia Chemical Corp. Inc., Formosa Plastics Corporation, Hanwha International LLC, ICC Chemical Corporation, Oxy Vinyls Export Sales LLC, Shintech Inc., Westlake Chemical e Kaneka North America LLC. Contudo, recordou que "somente a Shintech respondeu o questionário do produtor/exportador estrangeiro, mas optou por não reportar suas vendas no mercado interno (valor normal), que seria a melhor fonte de informação para o valor normal".

206. Nesse seguimento, acrescentou que, a partir desses dados e informações, desde que validados em verificação in loco, seria possível realizar o cálculo do preço efetivamente praticado pela Shintech no mercado interno dos EUA, para fins do cálculo individual da margem de dumping da empresa. No entanto, a Shintech, embora tenha apresentado outros dados, teria feito a opção por não apresentar os seus dados de venda no mercado interno. Tampouco a Vestolit, única produtora/exportadora do México identificada, se habilitou para participar do processo.

207. A Braskem afirmou que a Shintech optou por não fornecer seus dados de venda no mercado interno, ocorrendo, inclusive, o cancelamento da verificação in loco que seria realizada na empresa, uma vez que ela deixou de apresentar parcela significativa das informações solicitadas, não tendo apontado razões que justificassem a inadequação desses dados para fins de cálculo do valor normal. Isso não obstante, a empresa produtora/exportadora passou a afirmar que o valor normal apurado para fins de início da revisão não refletiria os preços efetivamente praticados no mercado interno dos EUA. Conhecedora do valor normal apresentado pela Braskem, de seu próprio preço no mercado dos EUA (que recusou a apresentar) e a decisão de oferecer alternativas não adequadas e fora de contexto do mercado dos EUA, segundo a Braskem, dariam a entender que a Shintech teria feito uma "argumentação conveniente para o seu caso".

208. No entendimento da Braskem, a Shintec, ao perceber que os seus dados resultariam em uma margem de dumping menos benéfica, teria ponderado que lhe seria mais benéfico, não fornecer os seus dados de vendas no mercado interno, "desqualificar o valor normal utilizado para fins de abertura da revisão, e defender o cálculo do valor normal com base em metodologias alternativas. Segundo a peticionária, esse comportamento não seria novo e já teria sido adotado na última revisão de final de período, o que lhe passaria a impressão de que a produtora/exportadora estaria tentando "induzir a SDCOM a trabalhar com base nas informações que melhor lhe convém". Afirmou, a respeito do tema, que "uma parte interessada não pode selecionar as informações e dados que deseja apresentar e tampouco as quais deseja estar sujeita "e, assim, o não fornecimento dos dados de vendas no mercado interno por parte da Shintec não poderia ser minimizado e desconsiderado do contexto.

209. A respeito dos argumentos e elementos de prova objeto de comentários da Shintec e da ABIPLAST durante a audiência, a Braskem ressaltou que estes já teriam sido apresentados na última revisão e teriam sido "todos desconstruídos e rejeitados", decidindo-se, naquela oportunidade, para fins de determinação final, que os preços mais adequados para fins de apuração do valor normal dos EUA seriam os preços de contrato da publicação IHS, apresentado pela indústria doméstica. Nesse sentido, entendeu que, novamente, como na última revisão, deveriam ser desconsideradas.

210. A Braskem afirmou que a ABIPLAST insistiria "em dizer que há diferenças entre os fatos e as fontes disponíveis nas duas revisões" que precisariam ser tomados em consideração na presente revisão. Isso porque na revisão anterior não existiriam, como na atual revisão, elementos como: a existência de "cartas das publicações" IHS e ICIS acerca dos preços de contrato das publicações serem índices de preços (e não preços reais); a disponibilização de preços netback do IHS, que rastrearam o "valor transacional" de operações com PVC nos EUA e não constituiria uma evidência de operações spot, mas um indicador dos valores transacionais; e possibilidade de identificar produtos fora do escopo da revisão nas estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá.

211. Acerca dessa argumentação trazida pela ABIPLAST, a Braskem ressaltou que o fato de ter havido discussões sobre os ajustes não de mercado na última revisão não alteraria "em nada o fato de também ter havido outras discussões que estão sendo repetidas na presente revisão", como: "o fato de a Shintech não ter apresentado seus dados e informações de valor normal"; "os preços de contrato das publicações refletirem adequadamente os preços de PVC-S praticados no mercado interno dos EUA; e "as estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá não constituírem a melhor informação disponível para fins de apuração do valor normal dos EUA".

212. Sobre esses pontos, a Braskem afirmou que a Shintech teria juntado "aos autos da última revisão correspondências trocadas com as publicações, alegando que os preços de contrato seriam índices de preços e não preços reais do mercado interno dos EUA"; ter-se-ia constatado que "as estatísticas de exportação dos EUA [continuariam] englobando outros produtos fora do escopo da revisão e as exportações dos EUA para o Canadá [seguiriam] podendo estar influenciadas pela prática de dumping".

213. A respeito da afirmação da ABIPLAST de que seria possível aplicar filtros nas estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá de modo a separar produtos fora do escopo da revisão, fazendo dessa a melhor informação disponível para fins do cálculo

do valor normal dos EUA e de que as exportações dos EUA não estariam caracterizadas por dumping, além de que seria possível também identificar operações intercompany, a Braskem arguiu que a tentativa da ABIPLAST em trabalhar as estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá não alteraria a conclusão de que "tal alternativa não é adequada e não constitui a melhor informação disponível para o cálculo do valor normal dos EUA".

214. No que diz respeito, especificamente, à "filtragem" dos dados estatísticos de importação canadense de PVC dos EUA, a Braskem pontuou que o produto produzido nos "Estados de Louisiana, Mississipi, Kentucky, Nova Jérsei e Texas poderia circular dentro dos EUA e ser exportado a partir de outros estados e vice-versa". Dessa forma, "os "filtros" aplicados pela ABIPLAST não comprovariam onde esse PVC foi produzido, mas de onde ele foi exportado". Segundo a Braskem, seria:

bastante comum que um produtor tenha centros de armazenagem e distribuição ("CD") em outros Estados distantes da sua planta justamente para poder atender clientes em outras regiões. Assim, um produtor na Louisiana poderia, por exemplo, manter um CD com estoque em algum Estado dos EUA próximo à fronteira com o Canadá para atender de forma mais rápida clientes canadenses.

215. De acordo com a peticionária, ela própria, consoante verificado in loco, possuiria diversos CDs espalhados por todo o Brasil, os quais deteriam um determinado estoque do produto e poderiam atender de forma mais rápida aos clientes localizados nas suas respectivas zonas de influência. Ademais, a Braskem arguiu que:

de acordo com as estatísticas apresentadas pela ABIPLAST, as importações canadenses originárias dos estados de Louisiana, Mississipi e Kentucky representaram 50,7% das importações totais canadenses de PVC dos EUA em P5. Portanto, tais importações representam uma parcela das exportações de PVC dos EUA ao Canadá. Considerando que o direito AD é aplicado sobre os EUA, e não sobre estados específicos dos EUA, a Braskem não considera, em nenhuma hipótese, que essa seria a melhor informação disponível para fins do cálculo do valor normal dos EUA.

216. Em seguimento, a Braskem considerou desarrazoada a exclusão, para fins de determinação do valor normal, das importações de Ontário originárias dos Estados de Nova Jérsei e Texas, que representaram 37,5% das importações totais canadenses de PVC dos EUA em P5. Também, tendo em vista a possibilidade da existência de centros de distribuição por todo o território dos EUA e a possibilidade de a empresa OxyVinyls exportar dos EUA, a partir de outros estados norte-americanos, para a OxyVinyls no Canadá, não considerou razoável estimar que as exportações intercompany ocorreriam apenas nas vendas para o Estado de Ontário.

217. Com relação a arguição sobre a possibilidade de as exportações dos EUA ao Canadá estarem influenciadas pela prática de dumping, a Braskem afirmou que, a existência de produção de PVC no Canadá, a falta de direito antidumping aplicado sobre as importações dos EUA para o Canadá e o fato de os índices de contrato se referirem a um "único mercado" (os dados de Supply & Demand não fazem essa referência)" não comprovariam "em nada a ausência da prática de dumping nas exportações dos EUA para o Canadá". Indo além, afirmou que a ABIPLAST teria esquecido de pontuar que todos esses elementos também se aplicariam ao México.

218. A peticionária resgatou a argumentação da Shintech e da ABIPLAST, de que o valor normal dos EUA não poderia ser calculado a partir dos preços de contrato divulgados pelas publicações IHS e ICIS, porque não refletiriam os preços de PVC-S efetivamente praticados no mercado interno estadunidense. Na verdade, estar-se-ia a tratar de índices de preços que refletiriam alterações de preços e não dos preços efetivamente praticados, porque os preços de contrato não considerariam descontos, incentivos, abatimentos ou alterações nas fórmulas dos contratos, que seriam frequentemente associados a negociações feitas na modalidade contrato. Seguindo, a Braskem citou que a Shintech e a ABIPLAST teriam indicado que os preços spot ou netback estimados pelas publicações refletiriam melhor os preços de PVC-S efetivamente praticados no mercado interno dos EUA, dado que "seriam preços, e não índices de preços, como os preços de contrato".

219. Os preços das publicações apresentados pela indústria doméstica para fins de apuração do valor normal, consoante afirmado pela Braskem, rastreiam a movimentação de preços, de um mês para o outro, conforme negociado e acordado entre compradores e vendedores nos EUA. No entanto, o rastreamento seria realizado com base em preço verificado junto à compradores e vendedores. "Tanto é assim, que a cotação é de preço - isto é, dólar (US$) por tonelada métrica (metric ton) - e não índice percentual" e existiriam, inclusive, cotações de preços baixo, médio e alto. Portanto, para a Braskem, "a evolução/rastreamento de preços é, uma proxy do preço praticado no mercado interno dos EUA". A peticionária apontou que a própria publicação IHS esclareceria que:

(...) uma tentativa de boa-fé é sempre feita para confirmar mudanças de um mês para o outro com compradores e vendedores. Após a coleta dos dados do mercado, os preços de contrato são determinados com base no modo de alteração mensal dos assentamentos de mercado (tradução livre da Braskem).

220. Recordou que no processo passado de revisão de final de período esse tema e esses elementos, que seriam agora idênticos, já foram abordados, e determinou-se, na ocasião, que os preços de contrato refletiriam a realidade dos preços de PVC-S praticados no mercado interno dos EUA e seriam adequados para fins do cálculo do valor normal.

221. Além do já referido, a Braskem acrescentou que a argumentação da Shintech e da ABIPLAST - também rejeitada na revisão de final de período anterior pela autoridade investigadora - de que os preços spot ou netback das publicações se mostrariam mais próximos ou adequados do que os preços de contrato, não faria sentido, dado que as vendas no mercado interno dos EUA seriam, "em quase sua totalidade (98%), realizadas na modalidade contrato (e não spot), conforme reiterado pelo próprio ICIS, consoante e-mail anexado à manifestação.

222. Ademais, a peticionária afirmou que os preços spot representariam, na realidade, os preços praticados por produtores americanos nas suas exportações de PVC-S para terceiros países ou em vendas domésticas pontuais e pouco representativas. Por conseguinte, estar-se-ia sugerindo, a adoção de uma referência de preços que não refletiria os preços efetivamente praticados no mercado interno para determinação do valor normal dos EUA, quando existiriam outras referências confiáveis de preços no mercado interno. Tanto seria assim, que se observaria o "alinhamento" dos preços com aqueles constantes das estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá.

223. Ainda acerca dos preços netback, a Braskem aduziu que, conforme o próprio IHS, tratar-se-ia de "uma visão interna (não publicada) de um preço estimado com base em uma estimativa de desconto e custo de entrega. A estimativa netback, portanto, seria um preço do produto na origem, ou seja, na planta, como se fosse um preço "Ex-works". Além do mais, a publicação, cuidadosamente, destacaria que "clientes diferentes recebem diferentes descontos e abatimentos e que a metodologia de descontos pode ser diferente de um produtor para outro ou a depender do volume anual ou mensal assumido, métodos de entrega, tipos de resina, etc." O preço netback, portanto, não seria "conhecido do mercado e tampouco utilizado para decisões do dia a dia". Some-se a isso, o fato de se carecer de maiores informações acerca da cotação desse preço. Dessa forma, não seria possível "imaginar que a autoridade [considerasse] uma cotação estimada de preço que não é publicada nem pela própria publicação como uma alternativa válida de valor normal".

224. Em continuação, arguiu que, ainda que, o preço praticado entre os EUA, Canadá e México sejam preços que não são normalmente praticados para efeitos de exportação, uma vez que a proximidade geográfica e o acordo de livre comércio entre os países fazem com que os mercados apresentem preços muito próximos, no presente caso, os preços teriam se assemelhado aos preços de exportação dos EUA para os demais destinos. O preço médio de exportação dos EUA para o mundo, em P5, foi de US$ 940,78/t e ao se excluir as exportações para o Canadá e para o México, atingir-se-ia o preço médio de US$910,37/t.

225. De acordo com a peticionária, a inadequabilidade dos dados de exportação dos EUA para o Canadá para o cálculo do valor normal seria decorrente de diversos fatores, como: (i) parte das exportações realizadas pelos EUA para o Canadá constituírem vendas intercompany e, portanto, as estatísticas de exportação não capturariam o preço efetivamente praticado para o primeiro comprador independente no mercado (como afirmado pela própria ABIPLAST, "a produtora canadense de PVC é a OxyVinyls em Niagara Falls (Ontário), parte relacionada à produtora de PVC estadunidense OxyVinyls em Nova Jérsei e no Texas"); (ii) a possibilidade de parte das exportações para o Canadá ter sido feita a preço de dumping; e (iii) a posição 3904.10.00.00 da estatística de exportação do USITC (bem como a correspondente posição tarifária nas estatística de importação do Canadá) não terem quebra especifica para capturar somente o PVC-S e, portanto, ocorrendo a possibilidade de captura de produtos fora do escopo da revisão, como o PVC-E.

226. A respeito da alternativa apresentada pela Shintec e pela ABIPLAST para fins de cálculo do valor normal para os EUA - estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá, a Braskem recordou que, também, já foi rechaçada na revisão de final de período anterior pela autoridade investigadora, dado que se observou que a publicação especializada seria específica sobre o produto objeto da revisão, ao passo que as estatísticas gerais de exportação englobariam produtos que não fariam parte do escopo da revisão, sem que fosse possível distinguir a influência da cesta de produtos no preço de exportação.

227. A Braskem argumentou, com base no art. 8º c/c com o art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, que o valor normal seria o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador e que apenas será calculado com base no preço de exportação para outros mercados, quando não existirem vendas do produto similar em operações comerciais normais no mercado interno do país exportador ou quando, em razão de condições especiais de mercado ou de baixo volume de vendas do produto similar no mercado interno do país exportador, não for possível comparação adequada com o preço de exportação.

228. Afirmou que, na presente revisão, as vendas de PVC-S no mercado interno dos EUA em 2020 teriam somado volume bastante significativo, especialmente quando comparado às exportações dos EUA para o Brasil e para o Canadá nesse mesmo período. Assim, esse volume somente poderia ser descartado em situações excepcionais, que não teriam sido constatadas. Destarte, o valor normal deveria ser apurado preferencialmente com base no preço do produto no mercado interno estadunidense, que seriam refletidos pelos preços de contrato divulgados por publicações internacionais idôneas e altamente respeitadas, como o IHS. Ademais, a Braskem ressaltou que as estatísticas de exportação dos EUA tampouco seriam adequadas, pois não permitiriam segregar as exportações de PVC-S e aquelas de resinas de PVC obtidas pelo processo de emulsão. Isso porque o Harmonized Tariff Shchedule dos EUA não faria "uma quebra entre esses dois tipos de resinas como faz, por exemplo, a NCM". Nos EUA todas as resinas de PVC seriam classificadas sem distinção no item tarifário 3904.10.00.00. Do mesmo modo, no Canadá, não haveria distinção entre as resinas de suspensão e as de emulsão para fins de classificação tarifária, seriam ambas classificadas nos itens tarifários 3904.10.00.10 (de materiais reciclados) ou 3904.10.00.90 (outros), dependendo apenas se o material utilizado é novo ou reciclado.

229. A peticionária ainda considerou curioso o fato de a Shintech e a ABIPLAST utilizarem argumentação de mercado integrado para fazer valer as exportações dos EUA para o Canadá na determinação do valor normal, mas ignorarem o fato de que a mesma justificativa seria aplicável para o México, que teria sido o segundo maior destino das exportações de PVC-S dos EUA em P5. No caso de adoção de exportações para o México, conforme cálculos realizados pela Braskem, tendo por base as informações extraídas do USITC, do Trade Data Monitor e do Trade Map, "haveria dumping" (5,9% a 6,1%). Adicionalmente, a Braskem afirmou que, utilizando-se das informações das três fontes citadas anteriormente, para outros destinos significativos das exportações de PVC-S dos EUA (Peru e Colômbia) também se verificaria o "mesmo cenário de dumping", respectivamente, 8,1% e 5,4%.

230. Em última observação acerca das transações de exportações, a Braskem aduziu que elas poderiam estar sendo cursadas a preços de dumping, além de essas estatísticas de exportação tampouco capturarem vendas intercompany e o preço efetivamente praticado a comprador independente no mercado, restando claro que a Shintech e a ABIPLAST estariam "tentando desqualificar o uso de publicações internacionais confiáveis para, então, escolher a alternativa que lhe é mais benéfica".

231. A peticionária, por fim, arrematou que:

as cotações de preços apresentadas pela Braskem na petição inicial figuram como a melhor informação disponível para a determinação do valor normal porque: i) específicas para o PVC-S (ou seja, trata do produto sob revisão e não inclui outros produtos fora do escopo, como o PVC-E); ii) são direcionadas para aplicação geral e para tubos, o que abrange a grande maioria das aplicações de PVC-S; iii) são cotações publicadas e disponíveis para o mercado; e iv) são representativas da grande maioria (mais de 90%) das vendas domésticas nos EUA, que são realizadas através de contrato e não spot. Por fim, a única maneira de se comprovar que na prática os preços spot ou netback seriam os que melhor refletem a realidade do mercado interno dos EUA seria verificando a resposta ao questionário apresentada pela Shintech. No entanto, a Shintech não forneceu parcela significativa dos seus dados, impossibilitando que essa alegação fosse comprovada.

232. No dia 16 de maio de 2022, a Unipar tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca do valor normal, conforme sintetizado a seguir. Frise-se que os argumentos apresentados foram complementados e reforçados por ocasião de manifestação apresentada no dia 4 de julho de 2022.

233. Acerca dos temas abordados pela Shintech e pela ABIPLAST na audiência, a Unipar afirmou que parte dos argumentos apresentados já teriam sido objeto de discussão no âmbito do processo de revisão anterior dos direitos antidumping sobre as importações de PVC-S dos EUA e México e, "a despeito de alegarem o contrário, não trazem qualquer fato novo ou novidade relevante aos autos em suas manifestações.

234. Sobre essa observação afirmou que naquela oportunidade foram avaliados "todos os pontos referentes à utilização de dados da ICIS e IHS para apuração do valor normal" e optou-se por utilizar "tais informações considerando, de forma correta, que seriam as melhores proxies possíveis para o valor normal". Acrescentou que, da mesma forma que no procedimento atual, na revisão anterior a empresa produtora/exportadora Shintech "recusou-se a apresentar as informações referentes as suas vendas no mercado norteamericano". Além disso, ressaltou que a metodologia "ora em debate para o valor normal é a mesma metodologia adotada na revisão anterior, cujas conclusões encontram-se sumarizadas na Resolução Camex nº 89/2016".

235. Acrescentou, ademais, que "não se poder utilizar os dados do produtor exportador que é parte no processo e, via de consequência, se ver obrigado a utilizar as melhores informações disponíveis, não é um raciocínio falacioso. É o estrito cumprimento do comando legal e da boa-fé processual".

236. Sobre os argumentos da associação e da empresa produtora/exportadora estadunidense a respeito das informações da ICIS e do IHS, a Unipar classificou-os como incorretos e insustentáveis. Também afirmou que a sugestão de se utilizar as exportações dos EUA para o Canadá não teria base e, "ainda que fosse este o caso, não representariam a melhor escolha".

237. Para a peticionária, tanto a publicação ICIS, como a publicação IHS, nos termos apresentados na petição inicial, representariam os preços do mercado interno do país exportador. Dessa forma, não haveria a necessidade de se utilizar de outros métodos, a exemplo do preço de exportação para terceiro país ou valor normal construído.

238. Segundo a Unipar, a publicação IHS Chemical "reporta separadamente o preço praticado no mercado estadunidense para as resinas de PVC-S de aplicação em tubos e para as resinas de PVC-S de aplicação geral". E que para "compor a cesta de resinas de PVC-S, o valor normal foi calculado com base na média simples dos preços desses dois tipos de PVC-S", conforme metodologia abaixo:

(i) EUA - preço médio contrato da publicação IHS (Média simples entre os preços "PVC General Purpose DEL US Contract Price" e "PVC Pipe DEL US Contract Price"); e

(ii) México - preço médio contrato da publicação ICIS (Média simples entre os preços "PVC General Purpose DEL Mexico Assessment Domestic Full Market Range Weekly (Mid)" e "PVC Pipe DEL Mexico Assessment Domestic Full Market Range Weekly (Mid)")

239. Afirmou a peticionária que "na descrição de tais preços não há qualquer menção a índices". Seriam preços efetivamente praticados tanto no mercado norte-americano, como no mercado mexicano que já foram utilizados em processo de revisão anterior relacionado a este mesmo produto. A Unipar esclareceu que "adotou postura

conservadora e utilizou os valores médios dos preços de tais publicações (há ainda as cotações HIGH e LOW)". Ressaltou, ademais, que "o fato de haver preços LOW, MID e HIGH é mais um indício de que não se trata de índices, mas preços".

240. Registrou, também, que esses preços foram objeto de verificação in loco e "as simulações realizadas na oportunidade, além de comporem o rol de anexos da ata da verificação, certamente farão parte do relatório da verificação a ser ainda divulgado". Destacou também que, para os EUA, "caso se considere o preço contrato da ICIS (média entre General Purpose e Pipe), o valor normal apurado seria muito próximo do calculado com base em preços da IHS".

241. Acerca do pedido da Shintech e da ABIPLAST de, alternativamente, se utilizar do preço das exportações dos EUA para terceiro país, a Unipar considerou a escolha pelo Canadá como "oportunista e inadequada". Segundo a Unipar, os preços de exportação dos EUA para o Canadá, seriam "maculados por operações intercompany, situação que obviamente distorce os preços médios observados; ou pela possibilidade de prática de dumping em tais exportações".

242. Acrescentou que a situação prevista no art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, não se aplicaria à presente revisão e que "a análise da regra aplicável para a definição do valor normal é clara e direta e não pode ser desconsiderada ou distorcida, como aparentemente se pretende".

243. Além do mais, arguiu que existiriam "dados, baseados em operações normais, registrados de forma fidedigna pelas publicações ICIS e IHS e que apenas poderiam ser contestados pelas informações reais de venda trazidas pelo produto exportador". Contudo, observou que o produtor/exportador, embora tenha se apresentado ao processo, "optou por não responder de forma completa o questionário do exportador ou, mais grave, respondê-lo sem tais informações".

244. Para a Unipar:

Este comportamento, da Associação e da empresa, ao tentar desqualificar a melhor informação trazida, somente corrobora com a noção de que os cálculos das margens de dumping apresentados pelas peticionárias e adotados pela SDCOM no parecer de abertura estão corretos, ou até mesmo subestimados, uma vez que a Shintech, novamente, não teve interesse ou não lhe foi conveniente apresentar seus reais números.

245. No dia 16 de maio de 2022, a ABIPLAST tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca do valor normal. Em 10 de junho de 2022, a associação aportou novos argumentos em resposta às manifestações das peticionárias e reforçou aqueles já apresentados anteriormente.

246. Primeiramente, a associação reconheceu que "uma das questões mais importantes para o deslinde da presente revisão é a determinação sobre a continuação de dumping e o cálculo da margem de dumping".

247. Retomou, então, seus argumentos apresentados anteriormente de que os dados utilizados para o cálculo do valor normal não seriam representativos de preços e não refletiriam adequadamente os preços praticados no mercado interno dos Estados Unidos e de que haveria informações melhores disponíveis para o cálculo do valor normal. Essa conclusão teria por fundamento o fato de que:

(i) os valores apresentados pelas peticionárias representam índices de preço que rastreiam as mudanças nos preços dos contratos ao invés dos preços reais das transações; e (ii) as próprias consultorias (ICIS e IHS) das quais as peticionárias extraíram os dados apresentados indicam que os índices não são reflexivos dos preços praticados no mercado interno dos Estados Unidos.

248. A ABIPLAST argumentou, em contraposição à Braskem e à Unipar, que existiriam "diferenças importantes entre os fatos e fontes disponíveis nas duas revisões", acrescentando que haveria de se considerar o dinamismo do mercado e o caráter não vinculante dos precedentes na atuação da autoridade investigadora, de que decorreria o dever de, a cada procedimento, "motivar e justificar suas conclusões à luz da legislação e dos fatos disponíveis". Na sua visão, teria ocorrido um salto significativo na qualidade dos elementos probatórios na presente revisão.

249. Aduziu que no processo de revisão anterior, a principal discussão teria recaído sobre os ajustes não de mercado que as informações de contratos de PVC na América do Norte sofreram no período sob revisão, discussão que não estaria mais colocada no presente processo. E mais, a discussão sobre a função dos índices de contrato IHS e ICIS como indicadores de mudança de preços e não como indicadores de preços representativos (ou reais) não teria se baseado "nas cartas assinadas de ambas as consultorias nos autos restritos e disponíveis ao contraditório na presente revisão".

250. A ABIPLAST argumentou que, na presente revisão, diferentemente do que ocorrera no processo de revisão anterior, no qual "das informações secundárias de valores transacionais na América do Norte, apenas a alternativa dos preços spot ICIS estava disponível nos autos", estariam disponíveis informações do IHS netback, que rastreia o "valor transacional" de operações com PVC nos Estados Unidos e não constituiria "uma evidência de operações spot, mas um indicador dos valores transacionados".

251. Além disso, com relação às estatísticas de exportação dos Estados Unidos ao Canadá (ou seu espelho, as importações do Canadá originárias dos Estados Unidos), afirmou que, na revisão anterior, "não permitiam responder às ponderações feitas pelas peticionárias à informação alternativa" - especialmente que as operações poderiam incluir tipos de PVC fora do escopo da revisão, no entanto, diversamente, "na presente revisão as estatísticas permitem essa resposta".

252. Alegou, a respeito do tema, que no atual processo as fontes apresentadas incluiriam as o IHS netback e estatísticas de importação gerais e detalhadas de PVC originário dos Estados Unidos ao Canadá e que caberia à autoridade investigadora a análise imparcial e objetiva.

253. Na visão da associação seria uma obrigação da autoridade investigadora, à luz do Anexo II, parágrafo 7, do Acordo Antidumping da OMC e do art. 182 do Decreto nº 8.058, de 2013, o cotejo entre fontes secundárias, independentemente da disponibilidade de informações de fontes primárias para o cálculo do valor normal. Alegou que as peticionárias estariam solicitando uma "preferência" à informação secundárias que elas apresentaram, o que seria incompatível com os princípios da impessoalidade e imparcialidade da Administração Pública e aos deveres de imparcialidade e objetividade de uma autoridade investigadora, nos termos do Painel da OMC em Korea - Certain Paper:

7.125 We have no specific reason to question that the information about Tjiwi Kimia, submitted by the applicants in the application, may have been reliable as it came from independent institutions, i.e. KOTIS and KOTRA. The fact remains, however, that the KTC was under the obligation to take the procedural step, under paragraph 7 of Annex II, to confirm the reliability of that information for purposes of its determinations in the investigation. The issue, therefore, is whether or not the KTC took that step to satisfy the requirements of paragraph 7

254. Acostou, também, nesse sentido decisão do Órgão de Apelação em Mexico - Antidumping Duties on Rice:

289. With respect to the facts that an agency may use when faced with missing information, the agency's discretion is not unlimited. First, the facts to be employed are expected to be the "best information available". In this respect, we agree with the Panel's explanation:

The use of the term "best information" means that information has to be not simply correct or useful per se, but the most fitting or "most appropriate" information available in the case at hand. Determining that something is "best" inevitably requires, in our view, an evaluative, comparative assessment as the term "best" can only be properly applied where an unambiguously superlative status obtains. It means that, for the conditions of Article 6.8 of the AD Agreement and Annex II to be complied with, there can be no better information available to be used in the particular circumstances. Clearly, an investigating authority can only be in a position to make that judgement correctly if it has made an inherently comparative evaluation of the "evidence available".[347](original emphasis; footnote omitted)

Secondly, when culling necessary information from secondary sources, the agency should ascertain for itself the reliability and accuracy of such information by checking it, where practicable, against information contained in other independent sources at its disposal, including material submitted by interested parties. Such an active approach is compelled by the obligation to treat data obtained from secondary sources "with special circumspection".[5]

255. Conclui que caberia, então, à autoridade investigadora a análise de toda informação disponível e a comparação das informações de todas as fontes secundárias disponíveis, a fim de basear sua determinação imparcial e objetiva sobre os fatos em discussão. Além disso, a respeito da argumentação da Braskem acerca da não apresentação pela Shintech de seus dados de valor normal, a ABIPLAST afirmou que não seria a Braskem "quem decide se há uma 'única maneira' de se comprovar algo e nem qual é essa maneira" e que não se trataria de determinação do valor normal para uma empresa individualmente considerada, mas para os Estados Unidos, que possuiriam um mercado altamente competitivo com diversas empresas produtoras. Logo, na sua visão, a fonte secundária a ser utilizada para fins de determinação do valor normal deveria refletir o que acontece naquele país.

256. Segundo a ABIPLAST, a informação disponível demonstraria que os "supostos preços representativos derivados dos índices de contrato apresentados pelas peticionárias" seriam "muito superiores aos valores transacionais indicados pelas mesmas fontes" e "muito superiores aos preços de exportação dos Estados Unidos ao Canadá". Adicionou a informação de que "a própria IHS diz que considera os Estados Unidos e o Canadá como "um único mercado". Concluiu que "o tamanho da diferença" indicaria que os dois grupos de informação não poderiam ser, ao mesmo tempo, representativos da realidade do mercado, nem sequer por algum tipo de "aproximação grosseira".

257. A associação afirmou que:

a informação sob discussão permite uma determinação amplamente informada sobre a continuação de dumping dos Estados Unidos no contexto da revisão. A ausência de informação de valor normal de produtor/exportador não impede a análise da SDCOM e nem autoriza a cegueira deliberada da autoridade administrativa diante dos fatos que se lhe apresentam.

258. No que concerne especificamente à determinação do valor normal para fins de início da presente revisão, a associação arguiu que as próprias fontes secundárias apresentadas pelas peticionárias informariam que os índices de contrato não seriam representativos de valores transacionados no mercado interno dos Estados Unidos, nos termos abaixo:

Carta IHS de 10 de janeiro de 2022: os índices [RESTRITO] 11 (i.e., eles são índices, não preços);

Carta ICIS (17 de novembro de 2021): "[RESTRITO]"12 (i.e., ele se refere a índice, não a preço);

259. Acrescentou que a própria Braskem teria admitido que os preços das publicações apresentados pela indústria doméstica para fins de apuração do valor normal, de fato, rastreariam a movimentação de preços, de um mês para o outro, conforme negociado e acordado entre compradores e vendedores nos EUA. Afirmou que a Braskem teria feito "uma ginástica semântica para defender que as cotações IHS refletem preços", mas que a citação da IHS que a própria Braskem teria reproduzido em sua manifestação informaria que "não são os "preços" que são confirmados, mas as "mudanças" nos preços".

260. Alegou, ademais, que as próprias fontes secundárias das peticionárias teriam indicado possuir informações alternativas que buscariam refletir valores praticados e, na sua visão, "mais bem" refletiriam a realidade do mercado interno dos Estados Unidos do que as informações apresentadas pelas peticionárias, transcrevendo declaração da IHS:

[RESTRITO]

261. Acerca do preço IHS Netback, entendeu que o fato de ele não ser conhecido do mercado não teria nenhuma influência sobre a sua caraterização como representativo do mercado. Segundo a associação, o preço netback estimaria os valores praticados no mercado, consoante explicação fornecida pela IHS: "o netback representa a 'visão interna' da IHS para os 'preços transacionais estimados', com base em pesquisa amostral representativa de compradores de forma a medir a acurácia da estimativa netback". Acrescentou que na visão da IHS os preços netback seriam um "indicador melhor do preço no mercado interno dos Estados Unidos do que os índices de contrato".

262. Após manifestação da Braskem de que os preços spot da ICIS não seriam adequados, esclareceu que não estaria "necessariamente solicitando que a série de preços spot seja necessariamente utilizada para o cálculo do valor normal", mas que essa série de preços seria uma evidência complementar que indicaria "o absurdo que seria a utilização da informação de valor normal das peticionárias".

263. Segundo a ABIPLAST, "um mercado spot de commodity que permitisse uma diferença de preços da ordem de 70% entre um contrato e uma aquisição spot seria um mercado completamente disfuncional". Concluiu que, "em um mercado minimamente funcional que apresentasse essa diferença de preços, as empresas rapidamente optariam por realizar aquisições spot". Sobre a argumentação da Braskem de que as empresas consumidoras aceitariam pagar preços mais altos (70% mais altos) em troca de garantia de abastecimento, afirmou:

é completamente incoerente com o argumento, da mesma Braskem, de que existe excesso de capacidade de PVC nos Estados Unidos. Ora, se existe sobrecapacidade como diz a Braskem, uma suposta preocupação de abastecimento não justificaria o pagamento de preços da ordem de 70% superiores no contexto de contratos em relação a aquisições spot. Veja como o argumento da Braskem sobre preços spot vai no sentido contrário ao das evidências dos autos, ao passo que o argumento da ABIPLAST vai no mesmo sentido das evidências dos autos.

264. Por último, acerca do tema, esclareceu que não estaria a afirmar que as transações no mercado spot seriam a regra no mercado dos Estados Unidos, mas que os preços spot refletiriam valores praticados no mercado e que a existência de um mercado spot (adicionalmente a importações e sobrecapacidade) seria uma demonstração de que os índices de contrato não informariam preços representativos do mercado, muito embora visem a rastrear mudanças de preços.

265. Em seguida, qualificou como mera especulação e contraditória à própria fonte de informação apresentada, a afirmação da Braskem de que as "estatísticas de exportação dos Estados Unidos ao Canadá poderiam ser caracterizadas por dumping", ao fundamento de que existiria produção de PVC-S no Canadá e existiria investigação ou direito antidumping aplicado às "exportações de PVC-S do Canadá aos Estados Unidos". Somou a esse fundamento, o que considerou ser incontestável, que "os índices de contrato IHS apresentados pela própria Braskem como fonte para o cálculo de valor normal se referem aos Estados Unidos e ao Canadá como "um único mercado".

266. A respeito de fonte alternativa apresentada para fins de cálculo do valor normal, a ABIPLAST alegou que:

as estatísticas de importação de PVC do Canadá originárias dos Estados Unidos permitem aplicar filtros por estado de origem de PVC nos Estados Unidos. É sabido e comprovado com base em informações da IHS que os estados estadunidenses de Louisiana, Mississippi e Kentucky são exclusivamente produtores de PVC suspensão. (destaque no original)

267. Com base nessa informação, a associação apresentou "exercício" por meio do qual informou que:

filtra as estatísticas de importação de PVC do Canadá por estado de origem e constituem evidência a partir de estatísticas públicas e oficiais de preços "em um único mercado"20 e exclusivamente de operações de venda de PVC suspensão. Tais estatísticas correspondem a 99,8% das exportações dos Estados Unidos ao Canadá.

268. Com isso, concluiu que os resultados do exercício convergiriam "substancialmente com os resultados das informações de netback IHS, estatísticas dos Estados Unidos ao Canadá e estatísticas gerais do Canadá de importações dos Estados Unidos e divergem substancialmente dos resultados das informações de contrato apresentadas pelas peticionárias". Arguiu, também, que "dada a possibilidade de conclusão pela não influência da cesta de produtos no preço de exportação, os fatos são significativamente diferentes e a conclusão que se impõe também é diferente, isto é, "entre as fontes secundárias disponíveis e de que a informação das peticionárias não é a melhor informação disponível".

269. Com relação à afirmação de que as exportações dos Estados Unidos ao Canadá poderiam conter operações intercompany, a ABIPLAST argumentou que não foram identificadas quais operações seriam intercompany, tampouco foi indicado se essas

operações seriam capazes de influenciar os resultados da análise e da comparação entre fontes. Ademais, conforme a ABIPLAST:

as estatísticas de importação de PVC do Canadá originárias dos Estados Unidos permitem aplicar filtros por estado de origem de PVC nos Estados Unidos e por província de destino no Canadá. É sabido e comprovado com base em informações da IHS que a produtora canadense de PVC é a OxyVinyls em Niagara Falls (Ontário), parte relacionada à produtora de PVC estadunidense OxyVinyls em Nova Jérsei e no Texas.

270. Acrescentou que os dados apresentados - referentes aos estados Louisiana, Mississippi e Kentucky -não incluiriam, assim, transações de PVC dos estados de origem Nova Jérsei e Texas, o que responderia ao argumento de que poderia haver operações entre as unidades da OxyVinyls nos Estados Unidos e no Canadá. Apontou ainda, que os preços resultantes seriam "substancialmente similares às informações de netback IHS, estatísticas dos Estados Unidos ao Canadá e estatísticas gerais do Canadá aos Estados Unidos e divergem substancialmente dos resultados das informações de contrato apresentadas pelas peticionárias".

271. A ABIPLAST ainda afirmou que:

De forma a testar mais uma vez a robustez da análise, a ABIPLAST fez um exercício adicional de excluir as operações com PVC dos estados de origem com presença da OxyVinyls e do estado de destino com presença da OxyVinyls.24 Novamente, os resultados são substancialmente similares às informações de netback IHS, spot ICIS, estatísticas dos Estados Unidos ao Canadá e estatísticas gerais do Canadá aos Estados Unidos e divergem substancialmente dos resultados das informações de contrato apresentadas pelas peticionárias.

272. Mais uma vez a associação concluiu que:

as informações apresentadas pelas peticionárias não correspondem aos preços praticados no mercado dos Estados Unidos. Os preços nas modalidades "netback" e "spot" das fontes IHS e ICIS e as estatísticas de exportação dos Estados Unidos ao Canadá e de importações canadenses originárias dos Estados Unidos são alternativas viáveis, disponíveis e melhores para o cálculo do valor normal do que a informação de fonte secundária das peticionárias.

273. Acerca das argumentações da Braskem sobre as estatísticas de exportação dos EUA para o Canadá, esclareceu que o que estaria afirmando:

é que as estatísticas de exportação dos Estados Unidos ao Canadá são indicativas de preços nos Estados Unidos, uma vez que a IHS considera os Estados Unidos e o Canadá como "um único mercado doméstico" de PVC. Quem diz isso é a IHS. Logo, é incorreto dizer que o cálculo alternativo de valor normal sugerido pela ABIPLAST corresponde a cálculo baseado em preços de exportação a terceiro mercado. O cálculo alternativo sugerido corresponde a cálculo baseado em referência de preços para o mercado interno dos Estados Unidos, dado que Estados Unidos e Canadá são "um único mercado doméstico. (destaques no original)

274. Já acerca da afirmação da Braskem de que "se o Canadá é um mercado integrado aos Estados Unidos, o México também deveria ser considerado como um mercado integrado", a ABIPLAST destacou que "a IHS declara especificamente que considera os Estados Unidos e o Canadá como 'um único mercado doméstico' de PVC, não os Estados Unidos, o Canadá e o México" e adicionou que a IHS reportaria preços internos diferentes para México e Estados Unidos, mas não o faria para Canadá e Estados Unidos.

275. Em seguida abordou os "exercícios de comparação de preços das exportações dos Estados Unidos ao México e a outros países apresentados pela Braskem e argumentou que:

a Braskem negligencia que seu exercício alternativo escancara o absurdo das informações de valor normal apresentadas na petição, que é uma questão basilar trazida pelas partes interessadas opostas à renovação do direito antidumping. Ou seja, a despeito da polarização entre existência e não existência de dumping, o que se nota é que o valor normal apresentado na petição está grosseiramente superestimado em relação à realidade do mercado.

276. Conclui que o valor normal, nos cenários alternativos apresentados pela Braskem, seria muito mais próximo das informações alternativas disponíveis do que da "absurda informação de valor normal da petição de revisão" e, portanto, o próprio exercício da Braskem deporia contra a utilização "das absurdas informações de valor normal da petição como referência de preços no mercado interno dos Estados Unidos".

277. A ABIPLAST afirmou que a Braskem, de forma "irresponsável e incorreta", teria elucubrado que a Shintech poderia estar tentando "ludibriar a autoridade investigadora". No entanto, para ela, as partes interessadas estariam "apresentando informações independentes" que demonstrariam "o absurdo na utilização de informações de valor normal para o mercado dos Estados Unidos que são completamente descoladas da realidade". Nesse aspecto, a associação argumentou que:

As ilações da Braskem sobre eventuais intenções de parte A ou B em relação à resposta ao questionário são totalmente descabidas, desprovidas de qualquer prova e ofendem o bom senso. É incrível imaginar que qualquer empresa de PVC teria condição de obter uma diferença de valor da ordem de 70% entre preços no mercado norte-americano e preços de exportação.

5.1.1.5. Dos comentários a respeito das manifestações sobre o valor normal para fins de início da revisão

278. No que tange aos comentários esposados no item precedente, tenha-se presente, em primeiro lugar que, quando do início da revisão, em atendimento ao Artigo 6.1 e ao § 1º do Anexo II do Acordo Antidumping, foram explicitadas, em detalhes, a todas as partes interessadas, inclusive aos produtores/exportadores identificados, as informações requeridas para suas análises.

279. Especificamente no caso dos produtores/exportadores estadunidenses, conforme consta do item 2.5, foram selecionados para receber os questionários, com base no art. 28, II, do Decreto nº 8.058, de 2013, e no Artigo 6.10 do Acordo Antidumping, apenas produtores/exportadores cujo volume de exportação dos EUA para o Brasil representou o maior percentual razoavelmente investigável.

280. Nesse sentido, foram encaminhados questionários aos seguintes produtores/exportadores estadunidenses: Oxy Vinyls Export Sales, LLC ("Oxy Vinyls") e Shintech Inc ("Shintech").

281. Dentre estes, apenas a Shintech apresentou resposta ao questionário tempestivamente, após pedido de prorrogação de prazo.

282. Entretanto, consoante informado no item 2.6.3, a empresa não reportou adequadamente os dados requeridos no questionário do produtor/exportador. Com efeito, constatou-se que os seguintes dados deixaram de ser fornecidos:

- informações exigidas no item A (Vendas no Mercado Interno, Exportações para Terceiro País) da Seção V - Apuração do Valor Normal, restando ausentes os dados relativos a vendas no mercado interno em decorrência da não apresentação por parte da empresa do Apêndice V (Vendas no mercado interno e exportações para terceiro país); e

- informações requeridas no item B (Custo Total) da Seção V - Apuração do Valor Normal, restando ausentes os dados relativos ao custo do produto similar em decorrência da não apresentação por parte da empresa do Apêndice VI (Custo Total).

283. Percebe-se, dessa forma, que a produtora/exportadora deixou de apresentar a informação necessária à apreciação, fato que enseja, inequivocamente, nos termos do art. 50, § 3º, do Decreto nº 8.058, de 2013, e do Artigo 6.8 do Acordo Antidumping, a utilização da melhor informação disponível.

284. Como se depreende da síntese posta no item anterior, a celeuma instaurada não orbita em torno da utilização dos fatos disponíveis em si, mas de qual dado se reputa mais apropriado para tal emprego, mormente para apuração do valor normal a ser atribuído aos Estados Unidos. Com efeito, em linhas gerais, enquanto as peticionárias propugnam pela manutenção do valor normal calculado para fins de início da revisão, a Shintech e a ABIPLAST advogam sua substituição, alternativamente, (i) pelo indicador "S-PVC North America Netback", divulgado pelo IHS, ou (ii) pelo preço praticado nas exportações dos Estados Unidos para o Canadá de PVC-S.

285. A fim de que se decida apropriadamente sobre o tema, é necessário que se tenham em mente o teor do § 7º do Anexo II do Acordo Antidumping e as orientações jurisprudenciais existentes.

286. O § 7º do Anexo II do Acordo Antidumping reza que:

7. If the authorities have to base their findings, including those with respect to normal value, on information from a secondary source, including the information supplied in the application for the initiation of the investigation, they should do so with special circumspection. In such cases, the authorities should, where practicable, check the information from other independent sources at their disposal, such as published price lists, official import statistics and customs returns, and from the information obtained from other interested parties during the investigation. It is clear, however, that if an interested party does not cooperate and thus relevant information is being withheld from the authorities, this situation could lead to a result which is less favourable to the party than if the party did cooperate.

287. Por sua vez, o Órgão de Solução de Controvérsias conferiu contornos mais precisos ao mandamento em decisões de disputas submetidas à sua análise. Assim, como bem apontou a Shintech, o Órgão de Apelação, no caso Mexico Anti-Dumping Measures on Rice (DS295), se pronunciou nos seguintes dizeres, ratificando decisão prévia do Painel estabelecido para o mesmo julgamento:

289. With respect to the facts that an agency may use when faced with missing information, the agency's discretion is not unlimited. First, the facts to be employed are expected to be the "best information available". In this respect, we agree with the Panel's explanation:

The use of the term "best information" means that information has to be not simply correct or useful per se, but the most fitting or "most appropriate" information available in the case at hand. Determining that something is "best" inevitably requires, in our view, an evaluative, comparative assessment as the term "best" can only be properly applied where an unambiguously superlative status obtains. It means that, for the conditions of Article 6.8 of the AD Agreement and Annex II to be complied with, there can be no better information available to be used in the particular circumstances. Clearly, an investigating authority can only be in a position to make that judgement correctly if it has made an inherently comparative evaluation of the "evidence available".347 (original emphasis; footnote omitted)

Secondly, when culling necessary information from secondary sources, the agency should ascertain for itself the reliability and accuracy of such information by checking it, where practicable, against information contained in other independent sources at its disposal, including material submitted by interested parties. Such an active approach is compelled by the obligation to treat data obtained from secondary sources "with special circumspection".

288. Da leitura conjugada dos excertos colacionados acima, extrai-se que, muito embora o § 7º do Anexo II do Acordo Antidumping expressamente preveja que o comportamento não colaborativo de uma parte interessada possa resultar em resultado menos favorável que aquele que seria obtido em caso de cooperação, tal dispositivo não confere à autoridade investigadora margem ilimitada de escolha quanto às informações a serem utilizadas.

289. Na verdade, a partir da leitura da decisão do Órgão de Apelação transcrita em linhas volvidas, depreende-se que, no caso de multiplicidade de opções, como no presente, incumbe à autoridade investigadora sopesar a qualidade e a adequabilidade dos dados à mão, de modo a inferir qual representa, de fato, a melhor informação disponível.

290. Nesse diapasão, para fins de apuração de valor normal, em havendo disponibilidade, são preferíveis dados referentes a vendas no mercado interno do país exportador (se representativas) ou de preço construído a partir dos custos de produção, em detrimento de valores praticados em exportações para terceiros países. Isso porque a última opção, em regra, implica maior grau de subjetividade e menor nível de desagregação de dados, quando comparada às demais. Outrossim, não se ignora a possibilidade de o país investigado praticar dumping também nas suas exportações para o país de destino eleito.

291. Com efeito, a fim de que o cômputo do valor normal se fundamente em operações de exportações, faz-se necessário, em primeiro plano, determinar o mercado de destino apropriado, sem que a normativa multilateral ou pátria preveja critérios objetivos para tanto. Resulta dessa ausência de balizas expressas, ampliação virtualmente incomensurável do espectro de fatores passíveis de arguição em defesa de uma ou outra escolha reputada apropriada, implicando, por conseguinte, majoração do nível de insegurança jurídica e imprevisibilidade quanto ao funcionamento do sistema de defesa comercial.

292. Ademais, os dados atinentes às exportações de determinado país são compilados, amiúde, com base em códigos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) ou em codificação própria deste derivada. Em decorrência, é comum que os dados obtidos englobem produtos outros que não aqueles objeto da investigação. Também se omitem, por razões de sigilo fiscal, informações como a identidade das partes envolvidas nas transações e seu grau de relacionamento.

293. Por último, não há de se ignorar a possibilidade de que empresas investigadas pela prática de dumping nas suas exportações para o Brasil também possam assim proceder em suas exportações para outros mercados. Neste lanço, frise-se que, ao contrário do que afirmou a ABIPLAST, não se trata de especulação ou constatação da prática de dumping nas exportações da origem investigada para terceiros países, mas do mero reconhecimento da sua factibilidade, cujo risco se minora mediante a escolha de outros métodos de apuração do valor normal.

294. Ressalve-se, neste ponto, que não se está a concluir pela impropriedade, em tese e de antemão, do cálculo do valor normal a partir de preços de exportação para terceiro país em todo e qualquer caso; apenas se justifica o posicionamento recorrente a partir dos fatos que se lhe apresentam em bases contumazes.

295. Mirando especificamente o caso sob apreço, observa-se que as premissas acima se impõem.

296. A título exemplificativo, observe-se que a ABIPLAST assim justificou a escolha do Canadá como destino das exportações estadunidenses, para fins de apuração do valor normal, em manifestação protocolada em 7 de fevereiro de 2022:

As estatísticas de exportação dos Estados Unidos ao Canadá constituem uma fonte alternativa oficial, publicamente disponível e que reflete preços de PVC no mercado dos Estados Unidos. Além de os Estados Unidos e o Canadá fazerem parte da mesma área de livre comércio, a própria IHS, fonte das informações de valor normal utilizadas pelas peticionárias e no Parecer de Abertura, explica que considera os Estados Unidos e o Canadá como "um único mercado doméstico para PVC, coletivamente referido como América do Norte". O índice ICIS também considera os Estados Unidos e o Canadá (além do México). (notas de rodapé omitidas)

297. Ora, assim como o Canadá, também se poderia, com razão, argumentar que o México igualmente compõe a área de livre comércio estabelecida pelo NAFTA (North American Free Trade Agreement) - atual USMCA (United States-Mexico-Canada Agreement). Do mesmo modo os dados de exportação dos Estados Unidos para o México são disponibilizados publicamente por fontes oficiais (Vide, por exemplo, os dados disponíveis em https://dataweb.usitc.gov/).

298. Por outro lado, além de não estar clara a consequência da agregação de dos Estados Unidos e do Canadá pelo IHS, para fins de uma revisão de medida antidumping, poder-se-ia cogitar de outros aspectos em defesa da escolha de mercados distintos, como tamanho populacional, demanda pelo produto, existência ou não de produção doméstica, existência de relacionamento entre produtoras/exportadoras estadunidenses e importadoras no país de destino, volume de importações etc.

299. Some-se a isso o fato de que as estatísticas de exportação dos Estados Unidos são agregadas de acordo com a classificação Harmonized Tariff Schedule (HTS), que posiciona o PVC-S no código 3904.10.00.00 - "Poly(vinyl chloride), not mixed with any other substances", sem distinguir, por exemplo, a resina fabricada pelo processo de suspensão (sujeita à medida antidumping) e aquela produzida pelo processo de emulsão (não incluída no escopo desta revisão).

300. Por todas essas razões e considerando a existência de indicadores de preços internos no mercado estadunidense disponibilizados por fontes confiáveis, como o IHS e o ICIS-LOR, já utilizadas no âmbito de outras investigações conduzidas, específicos para o PVC-S, entende-se que sua escolha melhor se adequa ao cálculo do valor normal, em comparação com preços de exportação dos Estados Unidos (para o Canadá ou para outros mercados).

301. Resta, portanto, avaliar, a partir dos indicadores disponíveis para o preço de venda no mercado interno estadunidense, aquele que constitui e melhor informação para o cálculo do valor normal.

302. Para fins de início da revisão, entendeu-se que as evidências aportadas pelas peticionárias constituíam parâmetro fidedigno para o cálculo do valor normal dos Estados Unidos, haja vista refletirem, conforme entendimento obtido à época, o preço praticado nas vendas de PVC-S, realizadas no mercado interno estadunidense, celebradas por meio de contratos. Verificou-se, inclusive, que os dados divulgados pelo IHS já haviam sido utilizados em revisões passadas.

303. Não obstante, ao longo do processo de revisão, a autoridade investigadora se viu confrontada com informação trazida pela Shintech e pela ABIPLAST, segundo a qual os indicadores de preço divulgados pelo IHS e pelo ICIS-LOR para operações amparadas por contratos não refletiriam adequadamente preços efetivos, destinando-se, na verdade, a evidenciar variações de preços.

304. Acrescente-se que, para além de meras alegações, as partes lograram apresentar documentos de autoria dos representantes dos próprios institutos (IHS e ICIS-LOR) corroborando tal entendimento. Segundo o IHS e o ICIS-LOR, a conclusão decorreria do fato de que [RESTRITO] .

305. As instituições apontaram que calculam índices diversos para representar os preços efetivos praticados observados nas transações ("S-PVC North America Netback", no caso do IHS, e "PVC DEL US Spot Price Index", no caso do ICIS-LOR), a partir de informações de mercado.

306. Diante da conjuntura narrada, é forçoso reconhecer a existência nos autos de novas informações, de melhor qualidade para o cálculo do valor normal dos Estados Unidos que aquelas utilizadas quando do início da revisão.

307. Destarte, para fins de determinação final, opta-se, conforme cálculo a ser detalhado no item 5.1.2.1.1, por modificar os dados utilizados para a apuração normal dos Estados Unidos, substituindo-se o indicador "S-PVC North America Contract-Market Delivered", utilizando ao início da revisão, pelo indicador "S-PVC North America Netback", passando a ser considerado, este último, a melhor informação disponível.

308. Feitas essas considerações, passa-se a abordar, individualmente, as manifestações das partes ainda não respondidas pela exposição anterior.

309. Quanto à alegação da Shintech e da ABIPLAST, no sentido de que seria possível contornar a poluição dos dados de exportação dos Estados Unidos para o Canadá ao se utilizarem dados de estados sabidamente produtores apenas de PVC-S, entende-se que o procedimento não seria suficiente para tornar a informação mais apropriada que os indicadores divulgados pelo IHS. Isso porque, primeiramente, como pontuado pela Braskem, não há garantia de coincidência entre a origem da exportação e da fabricação do produto respectivo. Além disso, a seleção advogada poderia resultar na exclusão de parcela considerável das transações havidas, diminuindo sua representatividade. Também remanesceriam, ainda assim, os demais limitadores inerentes à natureza dessa metodologia de apuração do valor normal (os quais podem ser contornados com a utilização de indicadores de preços de venda no mercado interno), como a subjetividade na escolha do destino das exportações e a possibilidade de contaminação dos preços adotados por eventual prática de dumping.

310. Acerca do pedido da ABIPLAST para que se procedesse ao imediato encerramento da investigação, em virtude de alegada ausência da prática de dumping, entende-se pela sua improcedência. Conforme se colige a partir do exame do Artigo 11.3 do Acordo Antidumping e do art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, a prorrogação de uma medida antidumping não se condiciona à existência de dumping durante o período de revisão, mas à constatação de que, caso extinta a medida, haverá, muito provavelmente, a continuação ou a retomada do dumping e do dano dele decorrente.

311. Especificamente para a análise de continuação ou retomada do dumping, o caput do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, determina que deverão ser levados em consideração todos os fatores relevantes, inclusive aqueles elencados no art. 103 do diploma, quais sejam: (i) a existência de dumping durante a vigência da medida, (ii) o desempenho do produtor ou do exportador, (iii) as alterações nas condições de mercado e (iv) a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

312. Percebe-se, dessa forma, que a prática de dumping durante a vigência da medida não se constitui no único fator a ser avaliado, devendo ser objeto escrutínio juntamente com os demais arrolados acima.

313. Demais disto, conforme apresentado no item 5.1.2.1.3, mesmo após a alteração no valor normal, conforme proposto pela ABIPLAST e pela Shintech, concluiu-se pela existência da prática de dumping nas exportações de PVC-S dos Estados Unidos para o Brasil.

314. Sobre as comparações entre os dados disponíveis na revisão anterior e na ora conduzida, trazidas pela ABLIPAST, Braskem e Unipar, entende-se que há sim alteração relevante no quadro fático-probatório, especialmente no que concerne à apresentação do indicador "S-PVC North America Netback", que passa a ser considerado a melhor informação disponível para o cálculo do valor normal dos Estados Unidos neste momento processual, após cotejo com o indicador "S-PVC North America Contract-Market Delivered", utilizado para fins de início da investigação.

315. Acresça-se que não se vincula, necessariamente, a posicionamentos pretéritos, não lhe sendo defesa a evolução de entendimento, se for o caso, em decorrência de novas ponderações sobre os temas em análise.

316. Quanto à alegação da Shintech, de que não se trataria, na presente revisão, de apurar o valor normal específico de produtores/exportadores, mas um representativo de todos os Estados Unidos, dissente-se do entendimento da parte.

317. Conforme dispõe o art. 107, § 1º, do Decreto nº 8.058, de 2013, "o direito a ser aplicado como resultado de uma revisão de final de período poderá ser determinado com base na margem de dumping calculada para o período de revisão, caso evidenciado que a referida margem reflita adequadamente o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão". Com base nesse dispositivo, basca-se avaliar individualmente, em revisões de final de período, as margens de dumping dos produtores/exportadores colaborativos e, se for o caso, o montante do direito a ser prorrogado, não havendo coincidência necessária de margens de dumping para todos os produtores/exportadores de uma mesma origem. No presenta caso, o cálculo de uma margem unificada decorre da ausência de respostas completas ao questionário do produtor/exportador.

318. Acerca de eventual ausência de notoriedade do índice "S-PVC North America Netback" no mercado de PVC-S, objeto de contenda entre a ABIPLAST e Braskem, entende-se pela sua irrelevância, para fins de cálculo do valor normal. Com efeito, o que se exige em termos de qualidade da informação é que o dado reflita razoavelmente o preço que se deseja apurar, e não necessariamente que seja utilizado como base para decisões cotidianas ou estratégicas.

319. Ademais, o próprio suposto desconhecimento do indicador pelo mercado é questionável, haja vista que, em pesquisa na internet, constataram-se referências ao referido preço por agentes atuantes no mercado internacional de PVC, inclusive nos Estados Unidos (A título de exemplo, verifiquem-se os seguintes endereços eletrônicos: https://www.vinyl.org.au/images/vinyl/Events/PVCAUS2018-presentations/Eddie_Kok_IHS.pdf, http://www.clorosur.org/seminar2016/presentation/17/01-IHS.pdf e https://www.textiles.org/wp-content/uploads/2015/06/Gamboa-Torres-Ana_Outlook-2015.pdf).

320. A respeito da alegação da Braskem de que as empresas conhecidas gozaram de oportunidade de apresentar dados primários para o cálculo do valor normal, assiste razão à empresa. Porém, conforme já aclarado, o consectário legalmente previsto para tal fato é utilização da melhor informação disponível. De outra parte, a escolha sobre qual dado representa a melhor informação disponível há que ser feita em consonância com o entendimento jurisprudencial, ou seja, cotejando-se os elementos à mão e analisando qual melhor se adequa aos fins perseguidos, não havendo que se especular sobre as razões que levaram as partes a deixar de colaborar com a autoridade investigadora.

321. No que toca a supostas tentativas de indução da autoridade investigadora, aventadas pela Shintech, registra-se que se alicerça suas análises e conclusões em dados objetivos submetidos pelas partes ou buscados de ofício, e não apenas em alegações ou conjecturas. Ademais, em atendimento aos Artigos 5.3 e 6.6 do Acordo Antidumping, busca-se sempre conferir a correção e adequação das informações apresentadas, seja por meio de procedimentos de verificação in loco ou de elementos de prova, seja por meio do cruzamento de dados.

322. Sobre as asserções da Braskem de que o indicador "S-PVC North America Contract-Market Delivered" se basearia em informações verificadas junto a compradores e de que 98% das vendas no mercado estadunidense seriam realizadas por contratos, é de se observar que não se põe em xeque a correção dos preços divulgados pelo IHS, reputando-se ser esta uma fonte fiável. Nada obstante, o próprio instituto reconhece que o objetivo do indicador é refletir variações, e não patamares de preços efetivamente transacionados, uma vez que [RESTRITO] .

323. Por outro lado, não prospera a tentativa da parte de desqualificar o indicador "S-PVC North America Netback", por se tratar, supostamente, de "visão interna do IHS", não publicada, com base em estimativa de desconto e custo de entrega, haja vista o esclarecimento fornecido pelo IHS de que [RESTRITO] .

324. Pelo mesmo motivo [RESTRITO] , pouca relevância para o cálculo do valor normal possui o fato de que as metodologias para concessão de descontos podem eventualmente variar de um produtor para outro.

325. Por fim, discorda-se do entendimento da Braskem e da Unipar no sentido de que os arts. 8º e 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, não autorizariam, no presente caso, o cálculo do valor normal a partir dos preços praticados pelos Estados Unidos em suas exportações de PVC-S para o Canadá (ou para outro mercado). De fato, ambos os dispositivos priorizam, para cômputo do valor normal, a utilização de vendas no mercado interno do país exportador, realizadas em condições normais, autorizando, em caso de inexistência ou insuficiência destas, o desvio deste método e, por conseguinte, a apuração a partir de construção do preço ou da adoção de preço de exportação para terceiro país.

326. No entanto, dada a ausência de fornecimento de informações completas pelos produtores/exportadores estadunidenses não há nos autos nem sequer elementos que permitam avaliar, com a profundidade devida, as condições em que ocorreram a vendas internas nos Estados Unidos. Não se dispõe, por exemplo, da individualização de cada transação, de seu respectivo custo e relação com o adquirente, inviabilizando a realização dos testes previstos 2.2 do Acordo Antidumping e 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

327. Conforme já explicado, dada a ausência de dados completos, se está a calcular o valor normal com base na melhor informação disponível, a qual é regida pelo Artigo 6.8 e Anexo II do Acordo Antidumping e pelo art. 50, § 3º, e Capítulo XIV do Decreto nº 8.058, de 2013, além das orientações emanadas do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Neste caso, o que se há de verificar é se as informações disponíveis são, de fato, corretas e, em havendo mais de uma opção viável, qual melhor se amolda aos fins buscados. Não se vislumbram, portanto, as limitações apontadas.

328. Para fins da presente revisão, opta-se, sem sede de determinação final, pela utilização do indicador "S-PVC North America Netback", em detrimento das outras opções apresentadas (inclusive o preço de exportação dos Estados Unidos para o Canadá), em razão de melhor refletir os preços reais praticados no mercado estadunidense, e não por vedação normativa.

5.1.2. Da existência de dumping e da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de determinação final

5.1.2.1. Da existência de dumping dos EUA durante a vigência do direito para fins de determinação final

5.1.2.1.1. Do valor normal dos EUA para fins de determinação final

329. Conforme, metodologia apresentada no item 5.1.1.1.1, a determinação do valor normal para os EUA, para fins de início da revisão, tomou por base os valores divulgados pela publicação IHS Chemical, do preço médio praticado, em P5, no mercado interno daquele país para as resinas de PVC-S de aplicação geral (US$ [RESTRITO]/t) e para as resinas de grau para aplicação em tubos (US$ [RESTRITO]/t). Por conseguinte, para fins de início desta revisão, apurou-se o valor normal para os EUA, na condição delivered, de US$ 1.808,69/t (mil, oitocentos e oito dólares estadunidenses e sessenta e nove centavos por tonelada).

330. Ressalve-se que a informação que melhor refletiria o preço praticado no mercado interno da origem investigada seriam os dados primários de vendas realizadas pelos seus produtores/exportadores, consoante indicado no questionário do produtor/exportador disponibilizado no início do processo. Dessa forma, no presente caso, seriam as informações de vendas no mercado interno dos produtores/exportadores selecionados, Oxy Vinyls e Shintech, os quais responderam por 83,2% das exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil. Contudo, conforme apontado no item. 2.6.3 deste documento, as empresas produtoras/exportadoras selecionadas optaram por voluntariamente por não fornecer as suas informações de vendas no mercado interno estadunidense. Importante mencionar que o art. 184 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a parte interessada é responsável por cooperar com a investigação e por fornecer todos os dados e informações solicitadas, arcando com eventuais consequências decorrentes de sua omissão.

331. Como resultado desse comportamento não cooperativo, com fulcro no §3º do art. 50 e no parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, as empresas produtoras/exportadoras selecionadas se sujeitaram à apuração do valor normal, para fins de determinação final, com base na melhor informação e nos fatos disponíveis no processo.

332. Conforme já pontuado, o valor normal apurado para fins de início da revisão teve por parâmetro os valores "Contract Market Delivered United States" extraídos do sítio eletrônico da consultoria IHS Markit.

333. Contudo, conforme debatido nos itens 5.1.1.4 e 5.1.1.5, a empresa produtora/exportadora Shintech, embora tenha se furtado a apresentar os seus dados de vendas no mercado interno, apresentou correspondência da consultoria IHS Markit, contendo observações acerca do parâmetro utilizado para a determinação do valor normal para fins de início da presente revisão. Nessas observações foi apontado que o valor "Contract Market Delivered United States" [RESTRITO] . Foi apontado, ainda, que "[RESTRITO]".

334. Nesse seguimento, a IHS Markit esclareceu que existiria uma "visão interna" ("Our IHS Markit internal view") de preços de transação estimados rotulada "S-PVC North America Netback", a qual seria apurada a partir da aplicação de "[RESTRITO]".

335. A consultoria IHS Markit esclareceu ainda que, tendo em vista que no mercado diferentes consumidores poderiam receber descontos ou abatimentos diferentes e que as metodologias para a concessão desses descontos poderiam ser diferenciadas entre os vários produtores ou, ainda, depender dos volumes do produto negociadas, dos meios de entrega e do tipo do produto adquirido, realizaria pesquisa junto a compradores, "[RESTRITO]".

336. Nesse sentido, tendo em conta que o preço "netback", conforme apontado pelo IHS Chemical, representa um indicador mais próximo do nível de preços praticado nos EUA, para fins de determinação final, adotar-se-á o preço médio "netback" estimado pela consultoria, para o período P5, no mercado interno daquele país para as resinas de PVC-S de aplicação geral (US$ [RESTRITO]/t) e para as resinas de grau para aplicação em tubos (US$ [RESTRITO]/t), aos quais já foi somado o valor do frete interno também estimado pela consultoria em [RESTRITO] US$ /t, equivalendo, assim, o preço médio na condição delivered.

337. Por conseguinte, para fins de determinação final, apurou-se o valor normal para os EUA, na condição delivered, de US$ 1.099,56/t (mil e noventa e nove dólares estadunidenses e cinquenta e seis centavos por tonelada).

5.1.2.1.2. Do preço de exportação dos EUA para fins de determinação final

338. Tendo em vista a ausência de resposta aos questionários enviados aos produtores/exportadores conhecidos dos EUA, o preço de exportação, para fins de determinação final, baseou-se, em atendimento ao estabelecido no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, na melhor informação disponível nos autos do processo, qual seja, os fatos que fundamentaram o início da revisão.

339. Assim, para fins de apuração do preço de exportação de resinas de PVC-S originárias dos EUA, foram consideradas as respectivas importações brasileiras dessa origem efetuadas no período de análise de probabilidade de continuação ou retomada de dumping, ou seja, realizadas de abril de 2020 a março de 2021.

340. O preço de exportação foi apurado tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, referentes subitem 3904.10.10 da NCM, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme pode-se verificar no item 6.1 deste documento.

341. Obteve-se, assim, o preço de exportação apurado para os EUA de US$ 1.013,29/t (mil e treze dólares estadunidenses e vinte e nove centavos por tonelada), na condição FOB, cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação - EUA
[RESTRITO]

Valor FOB (US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
[RESTRITO]	[RESTRITO]	1.013,29

5.1.2.1.3. Da margem de dumping dos EUA para fins de determinação final

342. A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

343. Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para os EUA.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
1.099,56	1.013,29	86,27	8,5%

344. Desse modo, para fins de determinação final, a margem de dumping para os EUA alcançou US$ 86,27/t (oitenta e seis dólares estadunidenses e vinte e sete centavos por tonelada).

5.1.2.2. Da comparação entre o valor normal do México internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de determinação final

5.1.2.2.1. Do valor normal do México para fins de determinação final

345. Tendo em vista a ausência de resposta aos questionários enviados aos produtores/exportadores do México, o valor normal se baseou, em atendimento ao estabelecido no §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, na melhor informação disponível nos autos do processo, qual seja, o valor normal utilizado quando do início da revisão. Dessa forma, para fins de determinação final, o valor normal apurado para o México, na condição delivered, de US$ 1.122,43/t (mil, cento e vinte e dois dólares estadunidenses e quarente e três centavos por tonelada).

346. Conforme, já explicitado no item 5.1.1.2.1, não houve exportações do produto objeto da revisão para o Brasil originárias do México durante o período de análise de continuação/retomada de dumping (abril de 2020 a março de 2021). Assim, há que se verificar, para o México, a probabilidade de retomada do dumping com base, entre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio dessa origem internado no mercado brasileiro e o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, no período de análise de continuação/retomada de dumping, em atenção ao art. 107, § 3º, I, do Decreto nº 8.058, de 2013.

347. Nesse sentido, mantendo-se a mesma metodologia adotada para fins de início e explicada no item 5.1.1.2.1, a partir do valor normal em dólares estadunidenses, na condição delivered, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, e despesas de internação no Brasil.

348. Registre-se que se promoveu a atualização das despesas de internação, a partir das respostas recebidas ao questionário do importador. Com isso, tais despesas passaram a representar 2,7% do preço CIF.

Valor Normal Internado no Mercado Brasileiro

Valor Normal (US$/t)	1.122,43
Frete Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Seguro Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF (US$/t)	[RESTRITO]
Imposto de Importação (US$/t)	[RESTRITO]
Despesas de Internação (2,7% do Preço CIF) (US$/t)	[RESTRITO]
Valor Normal Internado (US$/t)	1.294,98

349. Alcançou-se o valor normal para o México de US$ 1.294,98/t (mil, duzentos e noventa e quatro dólares estadunidenses e noventa e oito centavos por tonelada) de resina PVC-S, na condição CIF internado.

5.1.2.2.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro para fins de determinação final

350. O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados de vendas reportados pela Braskem e pela Unipar, para P5. Para o seu cálculo, deduziram-se do faturamento bruto auferido as seguintes rubricas: descontos e abatimentos, devoluções, frete interno, IPI, ICMS, PIS e Cofins. O preço de cada operação de venda da indústria doméstica no mercado interno brasileiro foi obtido em dólares estadunidenses por meio da conversão com base na respectiva taxa diária de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil - Bacen em seu sítio eletrônico. O faturamento líquido convertido foi dividido pelo volume de vendas líquido de devoluções, em P5, resultando no preço médio de US$ 1.202,03/t (mil, duzentos e dois dólares estadunidenses e três centavos por tonelada), na condição ex fabrica.

5.1.2.2.3. Da diferença entre o valor normal do México internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico para fins de determinação final

351. Para fins de determinação final, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

352. Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor CIF Internado (US$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (US$/t) (b)	Diferença Absoluta (US$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
1.294,98	1.202,03	92,95	7,7%

5.1.2.3. Das manifestações acerca da existência de dumping e da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de determinação final.

353. Em manifestação protocolada em 16 de agosto de 2022, a empresa Braskem relatou breve histórico do curso da presente revisão e passou a tecer comentários acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica.

354. No que diz respeito à determinação do valor normal para a origem EUA, a Braskem afirmou que o §3º do art. 50, do Decreto nº 8.058, de 2013, indicaria que no caso de qualquer parte interessada negar acesso à informação necessária, a determinação final seria elaborada com base na melhor informação disponível. Recordou que a autoridade investigadora teria indicado que a melhor fonte de informação para o estabelecimento do valor normal seriam os preços efetivamente praticados pelos produtores/exportadores de PVC-S dos EUA no mercado interno, mas que essas informações não foram apresentadas. Mesmo a Shintech, a única empresa estadunidense selecionada que respondeu ao questionário do produtor/exportador, teria optado por não apresentar as suas informações relativas às vendas no mercado interno, necessárias para o cálculo do valor normal, caracterizando, outrossim, ausência de cooperação dessa parte interessada.

355. A peticionária afirmou, então, que a Shintech teria adotado a mesma estratégia utilizada na última revisão, também defendida pela ABIPLAST, ao alegar que "evidências alternativas de preço - todas no mesmo nível de preço - demonstrariam que a cotação de preço apresentada para fins de abertura não refletiria o preço do mercado interno dos EUA". Citou que as evidências alternativas seriam: (i) estimativa interna, não publicada, de cotação de preço netback do IHS e (ii) estatísticas de exportação dos EUA ao Canadá.

356. Nessa esteira, concordou com a decisão da autoridade investigadora de afastar a determinação do valor normal com base nas estatísticas de exportação dos EUA ao Canadá, dado que não seriam a melhor informação disponível por implicarem um grau de subjetividade e menor nível de precisão quando comparada às demais alternativas. Dessa forma, a análise sobre a melhor informação disponível para fins de determinação do valor normal para os EUA recaiu sobre "a cotação do preço de contrato apresentada pela Braskem na abertura da revisão" e "o preço netback apresentado pela Shintech".

357. Acerca da conclusão da autoridade investigadora de que o preço netback seria uma informação disponível de melhor qualidade para o cálculo do valor normal dos EUA, uma vez que o preço de contrato apresentado pela Braskem não vislumbraria descontos e abatimentos que ocorreriam no mercado, ao passo que tais descontos e abatimentos seriam considerados no preço netback, a peticionária arguiu que existiriam uma série de questionamentos "fundamentais".

358. Assim, questionou:

(...) o preço de contrato é sempre ou em sua maioria negociado com descontos e/ou abatimentos? A Shintech ou ABIPLAST apresentaram informações sobre essa tendência? A autoridade apresentou questionamento neste sentido? Essa tendência seria mais frequente em vendas spot? Considerando que o ICIS afirma que preços de venda no mercado dos EUA são em sua grande maioria sob contrato (98%), e não, spot, faria sentido utilizar uma referência que reflete condições spot? tendência? A autoridade apresentou questionamento neste sentido? Essa tendência seria mais frequente em vendas spot?

359. A Braskem adicionou em seguida que com "a indicação de que prefere um preço secundário, fornecido por uma parte que se recusou a cooperar, a SDCOM está abrindo um precedente perigoso e incentivando a não cooperação. No entendimento da peticionária, tal caminho seria contrário à prática de diversos outros membros da OMC, e poderia incentivar produtores/exportadores a sempre buscar uma "informação secundária mais benéfica que seus próprios dados". Cita a esse respeito trecho da publicação "A Handbook on Anti-Dumping Investigations" dos autores Judith Czako, Johann Human e Jorge Miranda. Cambridge, do qual transcrevemos as partes destacadas pela peticionária:

The second situation is Where an exporter submits a response to the questionnaire, but fails to provide the required data or information on specific aspects (...)

(...) it is common practice for investigating authorities to treat as 'facts available' the information in the application (...)

(...)It is the general practice of some investigating authorities not to regard information submitted by other investigated foreign producers and exporters as 'facts available'. The rationale for this is that if such information was taken into consideration, it might provide an incentive for foreign producers or exporters not to reply to the investigation questionnaire if they considered that the in-formation provided yield a more advantageous result, that is, a lower dumping margin that if the determination was based on their own information".

360. Ainda acerca da decisão pela utilização do preço netback, a Braskem discordou indicando como primeiro argumento que esse preço representaria uma:

(...) "estimativa interna" da publicação que não é publicada e, portanto, não está disponível para utilização do mercado.[26] É uma avaliação interna da publicação e não uma cotação de preço publicado pelo IHS.[27] Não existem mais informações ou explicações acerca dessa estimativa, seja nos autos ou no mercado, para que a Braskem possa avaliar de forma mais adequada sobre seu significado. Caso qualquer parte interessada quisesse contratar o IHS, essa informação não estaria facilmente disponível. Também não seria possível encontrar um manual com a explicação detalhada das premissas utilizadas para o cálculo do preço netback. A própria Braskem, cliente do IHS, em contato com o gerente responsável pela sua conta, não conseguiu acessar os dados exatos apresentados pela Shintech e ABIPLAST.

361. No entendimento da produtora nacional, "uma cotação estimada de preço, que não é publicada nem pela própria publicação, não pode ser utilizada como alternativa válida de valor normal", dado que para que a Braskem "consiga amplamente se defender no presente caso, é fundamental que tenha o direito de conhecer a metodologia utilizada pelo IHS para o cálculo desse preço".

362. Além disso, questionou, dado que a informação não está disponível para utilização do mercado, como a SDCOM teria aferido a sua confiabilidade. Relembrou que durante a verificação in loco na UNIPAR, a autoridade teria pedido para avaliar como os preços do IHS de contratos seriam extraídos do sistema e teria confirmado sua veracidade. A esse respeito acrescentou se poderia avaliar se a informação apresentada pela Shintech "realmente é a que o IHS utiliza, se o IHS não disponibiliza esses dados e eles não são extraídos da plataforma". Arrematou que não estaria solicitando acesso aos dados confidenciais adquiridos pela Shintech com base em contrato de confidencialidade com a publicação, e sim questionando que, como esses dados não seriam publicados online ou fisicamente pelo IHS, isso impediria a Braskem de acessá-los.

363. Arguiu, ainda, que, ao revés dos índices de preços de contratos, os quais são passíveis de acesso aos clientes da publicação do IHS, o preço netback, "uma cotação, que é uma estimativa interna da publicação, que não é publicada e nem é de conhecimento oficial e difundido dentro do próprio IHS", configuraria limitação do seu direito de ampla defesa e contraditório". Discordou com isso de que "seria irrelevante a questão da disponibilidade do índice".

364. A respeito da afirmação de que o desconhecimento do índice pelo mercado seria questionável, a peticionária argumentou que as referências incluídas pela autoridade investigadora na Nota Técnica de fatos essenciais reforçariam o seu ponto de vista de que o índice de preços netback não seria publicado e seria uma estimativa interna utilizada somente pelo próprio IHS, pois remeteriam a apresentações do próprio IHS. Acrescentou que "[O]s links utilizados pela autoridade não são referências obtidas de agentes atuantes no mercado internacional de PVC. Todos são apresentações do próprio IHS". Adicionou aos seus argumentos que as referências apresentadas não trariam explicação detalhada das premissas utilizadas para calcular o preço netback, o que permitiria avaliar se, de fato, representariam os melhores parâmetros para determinação do valor normal.

365. Como argumento seguinte, a Braskem alegou que a autoridade não teria sido confrontada pela primeira vez com o argumento de que os preços de contrato do IHS refletiriam preços e variações de preços de PVC-S praticados no mercado interno dos EUA:

A Shintech e a ABIPLAST já apresentaram exatamente esse mesmo argumento na última revisão. Na ocasião, a autoridade entendeu perfeitamente o argumento feito e como funciona a cotação dos preços IHS e ICIS. Assim, avaliou a "prova" apresentada (a mesma apresentada na presente revisão) para sustentar a argumentação da Shintech e da ABIPLAST. Tendo entendido e avaliado os argumentos e provas apresentados, a autoridade os rejeitou.

366. Afirmou que a decisão anterior teria seguido uma construção lógica e que não existiriam elementos suficientes para que a autoridade não adotasse novamente essa construção. Declarou, com base em trechos extraídos de sua manifestação de 16 de maio de 2022, que, embora as publicações sejam uma referência de quanto o preço mudou, na hipótese de que tais preços não se prestassem a refletir o preço praticado nas vendas por contrato no mercado EUA e Canadá, não haveria razão para a realização de ajustes não de mercado. Além disso, ao se utilizar de uma referência internacional, não seria possível identificar as peculiaridades de cada contrato ou de cada operação, como, por exemplo, descontos e compensações interpartes, assim, as variações de preço que eventualmente

não seriam contempladas em uma referência internacional não seriam suficientes para desqualificar os preços da série de contrato.

367. Admitiu que existiria diferença em relação ao procedimento anterior, ao afirmar que "a diferença é que, na presente revisão, a Shintech sugeriu que a autoridade utilizasse a cotação de preços netback". Entendeu, contudo, que, não obstante decisões anteriores não sejam vinculativas, elas possuiriam uma fundamentação lógica que mereceria ser mantida, já que não haveria razão para uma interpretação diferente no presente caso.

368. Por último, indicou que, mesmo superadas as observações preliminares de "inacessibilidade dos dados" e de a avaliação ser idêntica àquela já feita anteriormente, os dados do índice de preços netback não seriam os de maior qualidade e adequabilidade para o cálculo do valor normal dos EUA.

369. Recordou as "exigências já feitas pela SDCOM quando a peticionária apresentou as cotações de preço contrato das publicações para efeitos da abertura da revisão", como a apresentação da metodologia de cálculo para apuração dos preços das publicações IHS e ICIS-LOR. Indicou que apresentou o que lhe foi requerido e que nos documentos apresentados:

(...) as publicações explicam ali a metodologia de determinação dos preços contratuais, o critério para o estabelecimento do preço mensal, como o preço de contrato é estimado, os posted price ranges, a determinação dos acordos entre as partes, como são determinados preços de regiões específicas, quais as definições de preços utilizados, a metodologia de determinação de preço do PVC, a periodicidade da atualização, as métricas para cada região do planeta, condições de preços e transportes estabelecidos em cada região, detalhes sobre a consistência dos dados, como é a exclusão de determinados dados, como é a comunicação com o mercado, como os dados são verificados e confirmados, como são identificadas variações de preços e diversos outros detalhes.

370. A Braskem arguiu que esses detalhes metodológicos seriam fundamentais para entender, com clareza, os critérios utilizados pelas publicações e o que estaria sendo considerado, e que a SDCOM, em sede de informações complementares, teria solicitado essas informações "justamente para que pudesse compreender exatamente quais os dados que foram apresentados". Aludiu, nesse aspecto, à revisão de resinas de PP originárias da África do Sul, da Coreia do Sul e da Índia, e afirmou que a SDCOM teria solicitado por meio do Ofício nº 3699/2019/CGMC/SDCOM/SECEX de informações complementares, esclarecimentos acerca da (a) razão pela qual a utilização de dados de determinada publicação seria a mais adequada; (b) o que era a publicação apresentada e o que garantia a validade dos dados dessa publicação; (c) o endereço eletrônico da publicação, acompanhada das capturas de tela de onde as informações foram extraídas; (d) o que significava a sigla IHS apresentada pela Braskem; (e) o endereço eletrônico do IHS; (f) as capturas de telas de como as informações eram extraídas no site da publicação; e (g) como os dados das publicações não eram públicos, agendar data para comprovação das informações extraídas das publicações.

371. Na visão da Braskem, essas informações foram solicitadas para que a SDCOM "tivesse certeza de que o preço utilizado refletia razoavelmente o preço que se desejava apurar, entendendo qual era o índice utilizado, como ele é obtido, a que período se refere e com que frequência é atualizado". Ademais, afirmou que a SDCOM "exaustivamente pediu comprovações de que as informações apresentadas foram, de fato, extraídas dos sites das publicações - cuidado especial em um contexto que as informações não eram públicas".

372. Segundo a peticionária, o preço netback trazido pela Shintech teria sido apresentado como uma variação percentual do preço contrato e não teria sido apresentada a delimitação exata do período. Questionou, então, a que período os dados do netback se refeririam, além de afirmar que seria "pouco provável que o IHS faça uma quebra como no período aqui analisado, entre abril de 2020 e março de 2021". Inquiriu ainda qual seria a periodicidade da atualização do índice (mensalmente); qual seria o critério utilizado pela Shintech para apresentar essa porcentagem; se esse número seria uma média da variação dos meses; e qual seria a razão de não apresenta-lo de forma mensal, em formato de número índice; ou se seria essa porcentagem referente ao ano de 2020 ou 2021.

373. Afirmou que nenhuma dessas informações poderia ser respondida pelos dados apresentados às demais partes interessadas e que, tendo em vista que o IHS não publica o preço netback, a Braskem, "mesmo sendo cliente da publicação", não teria como apurar a periodicidade dos dados. Além disso, asseverou que "como a SDCOM não pôde verificar a extração dos dados da publicação (como fez com os preços da série contratos), não tem como avaliar se a Shintech apresentou os dados na periodicidade correta". Assim, concluiu que dada a falta de clareza e segurança sobre o período considerado pela "estimativa netback", ele não deveria ser utilizado para fins de determinação do valor normal.

374. A peticionária cita trecho que constaria da Nota Técnica de fatos essenciais ("IHS Markit from time to time surveys a representative sample of buyers in order to gauge the accuracy of the netback estimate") e interpela o que seria "from time to time"; qual seria a periodicidade dessa análise; o que seria um "representative sample of buyers"; tratar-se-ia de compradores spot e contrato; onde estariam os elementos de prova sobre esse ponto. Afirmou ademais que "nenhuma dessas indagações foi feita pela autoridade, no seu papel investigativo, para auferir se esta seria a melhor informação disponível".

375. Segundo a Braskem, outro "ponto central da análise" seria a metodologia para a obtenção do preço netback e, nesse caso, "o IHS não precisa explicar aos seus clientes os critérios que utiliza, a atualização do índice e todos os outros questionamentos já levantados pela Braskem". Por conseguinte, no entendimento da empresa, nenhuma parte interessada conseguiria avaliar com "segurança absoluta de que esses preços refletem as condições ideais para cálculo do valor normal".

376. Além disso, a peticionária argumentou que restaria sem esclarecimento a divisão entre preços de PVC-S para tubos e aplicações gerais. Informou que ela:

(...) entrou em contato com o IHS acerca da divisão entre tubos e aplicações gerais do netback e a publicação respondeu que essa divisão não existe em seus dados. Ou seja, a cotação netback apresentada pela Shintech reflete de forma separada o preço de PVCS tubos e de PVC-S aplicação geral? (....) Sendo assim, como a Shintech estimou o preço netback de aplicação geral? Qual critério a empresa utilizou para estimar a diferença? Onde esse critério é fundamentado? As demais partes não poderão comentar no critério escolhido?

377. A empresa brasileira questionou ainda a precisão dos dados do preço netback em diferentes situações:

Clientes que compram na condição FOB ou que estejam bem próximo dos produtores (sem custo logístico) e que, por escala ou estratégia comercial, não tenham acesso a descontos, pagarão preço de contrato publicado. Essas situações - e a frequência com que ocorrem - não estão capturadas na cotação netback.

378. A peticionária admitiu que "de fato, os preços de contrato das publicações rastreiam a movimentação de preços, de um mês para o outro, conforme negociado e acordado entre compradores e vendedores nos EUA". Ressalvou que o rastreamento não "existiria por si só" e seria realizado tendo por base preço verificado junto a compradores e vendedores. Arguiu que:

Tanto é, que a cotação é de preço - isto é, dólar (US$) por tonelada métrica (metric ton) - e não índice percentual, existindo, inclusive, cotações de preços "baixo" (low), "médio" (medium) e "alto" (high). O rastreamento de preços é, portanto, uma proxy do preço de PVC-S efetivamente praticado no mercado interno dos EUA[47].

379. Acrescentou que o próprio IHS indicou que "(...) a good faith attempt is always made to confirm the changes from month to month with both buyers and sellers. Once the data from the market is collected, the contract prices are determined based upon the mode of the monthly change of market settlements (...) (destaque da petiionária).

380. Concluiu que restaria claro que os preços de contrato por ela apresentados refletiriam de forma mais fiel e disponível os preços de PVC-S praticados no mercado interno dos EUA e seriam, assim, adequados para fins do cálculo do valor normal.

381. Ainda acerca dos dados apresentados pela empresa Shintech, a Braskem afirmou:

Na presente revisão e em casos passados, a SDCOM exigiu que fossem apresentadas informações detalhadas da metodologia das publicações e a documentação suporte do preço. Qual a razão de, no presente caso, não ser solicitado o mesmo grau de fundamentação para os dados apresentados pela Shintech, que nem se quer apresentou seus próprios dados? Por que a SDCOM não solicitou que a Shintech perguntasse ou obtivesse informação da publicação acerca do netback não ser publicado? Como a Shintech comprovou que os preços apresentados eram corretos, se a SDCOM não conseguiu verificá-los, como fez no caso do preço apresentado pela indústria doméstica?[46]

382. Para a empresa, a SDCOM teria exigido grau de prova para a abertura da revisão superior àquele necessário para a determinação final da revisão, o que vai de encontro a precedentes da OMC, como Painel no caso Guatemala - Cement I:

"In analysing further what was meant by the term 'sufficient evidence', the Panel noted that the quantum and quality of evidence to be required of an investigating authority prior to initiation of an investigation would necessarily have to be less than that required of that authority at the time of making a final determination..." (realce da peticionária)

383. Para a Braskem, ter-se-ia tido "um cuidado" e exigido "um grau maior de comprovação/evidência na abertura do processo de revisão, no que diz respeito à determinação do valor normal, do que está exigindo para efeitos da determinação final". O preço de contratos apresentado pela indústria doméstica teria sido verificado, estaria disponível para acesso e download na plataforma da publicação, e saber-se-ia exatamente a que o preço se referiria, a periodicidade de sua atualização. Além disso, as partes que possuiriam acesso ao IHS poderiam avaliar seus detalhes. Para a empresa, no caso do netback, nenhuma dessas informações seria conhecida.

384. Além disso, afirmou que a SDCOM não teria solicitado, como solicitou para Braskem, maiores detalhamentos desse cálculo ou teria comprovado sua extração no site da publicação. Ou seja, a SDCOM se utilizaria, para fins de determinação final, de uma informação menos precisa que aquela utilizada para fins de abertura, o que não estaria em linha com precedentes da OMC.

385. A respeito do cálculo da margem de dumping para os EUA, a Braskem entendeu que o cálculo da margem de dumping apresentado na Nota Técnica de fatos essenciais não seria o mais adequado e preciso, uma vez que não refletiria a realidade da demanda desses preços no mercado. Segundo a peticionária, o cálculo do valor normal, teria considerado as cotações de preços de PVC-S para tubos e de PVC-S para aplicação geral e calculado uma média simples, assumindo que o mercado dos EUA demandaria resina de aplicação em tubos e resinas de aplicação geral na mesma proporção. A peticionária afirmou que esse cálculo deveria levar em consideração a proporção da demanda nos EUA por cada um desses tipos de resina (tubos e aplicação geral) para que não haja distorção.

386. Nesse seguimento, a Braskem indicou que o relatório IHS, trazido em sua petição inicial, apontaria para uma demanda por 45% de PVC-S para aplicação em tubos e 55% para aplicação geral e que essa proporção deve ser considerada no cálculo do valor normal quando a autoridade considera os preços de PVC-S tubos e aplicação geral. Ao aplicar essa proporção no cálculo do valor normal, a Braskem apresentou como resultado para a margem de dumping absoluta o montante de US$ 92,33/t o que corresponderia a uma margem relativa de 9,1%.

387. Além da metodologia informada acima, a Braskem, de forma subsidiaria à metodologia anterior, e, na sua visão, para fins de justa comparação, alegou que se poderia considerar a proporção do produto efetivamente exportado para o Brasil e compará-lo com o valor normal no mercado de origem. Reforçou que "não faria sentido, para fins de justa comparação, calcular o valor normal considerando todos os produtos em análise, sendo que somente alguns foram exportados ao Brasil.[61]" Para reforçar o seu argumento, a peticionária citou o seguinte trecho extraído da Resolução CAMEX nº 107, de 21 de novembro de 2014, publicada no D.O.U de 24 de novembro de 2014, que aplicou medida de defesa comercial, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de pneus novos radiais para ônibus ou caminhão, aros 20'' 22'' e 22,5'', originárias da África do Sul, da Coreia do Sul, do Japão, da Rússia, da Tailândia e de Taipé Chinês:

Para fins de justa comparação com o preço de exportação, foram considerados, na apuração do valor normal construído, somente os CODIPs exportados para o Brasil no período de investigação de dumping. Construiu-se inicialmente um preço no mercado interno do Japão referente a cada um desses CODIPs, tomando como base o custo de produção do CODIP, incluídos os custos fixos e variáveis. A esse custo, foram adicionadas despesas gerais, administrativas e financeiras, além da margem de lucro realizada nas operações de venda do produto similar destinadas ao consumo no mercado interno do Japão realizadas em condições normais de comércio (vendas não excluídas equivalentes a 2,7% das exportações), chegando-se assim ao preço construído de cada CODIP.

388. No seu entendimento, no caso em apreço o mesmo tipo de comparação poderia ser realizada, levando-se em consideração a proporção do PVC-S importado para cada tipo de aplicação e aplicar essa ponderação no cálculo do valor normal dos EUA. Alegou que pelo "conhecimento e experiência em relação ao mercado brasileiro e em relação às suas próprias vendas de PVC-S" nesse mesmo mercado saberia que se demandaria "um volume maior (e, portanto, há um maior consumo) de PVC-S de aplicação geral do que de PVC-S par tubos. Na sequência, apresentou tabela contendo a informação de que suas vendas ocorreram na proporção de [CONFIDENCIAL] % de resinas para aplicação em tubos e [CONFIDENCIAL] % de resinas para aplicação geral.

389. Arguiu que essa lógica, "principalmente no caso dos EUA"', seria a mesma no caso das importações, em outros termos, existiria um maior volume de importação dos EUA para o Brasil de PVC-S aplicação geral que de PVC-S tubos. Afirmou que o fato poderia ser confirmado "de forma direta pela SDCOM, seja considerando o volume reportado pela Shintech em suas exportações ao Brasil[63], seja pela própria descrição das resinas publicamente disponibilizadas nas plataformas oficiais com dados de importação do produto dos EUA para o Brasil".

390. Ainda acerca do tema, a Braskem entendeu que, tendo em vista que a SDCOM identificou que" Oxy e a Shintech foram responsáveis por 83,2% das exportações dos EUA para o Brasil", considerar as informações dessas empresas seria "suficiente para se ter a dimensão do volume exportado dos EUA ao Brasil e a quebra entre PVC-S aplicação geral e PVC-S tubos. Em seguida, apresentou tabela, afirmando que foi por ela produzida tendo por fundamento dados públicos, com base na qual se poderia mapear a aplicação da maior parte das resinas importadas de forma rápida e simples. Explicou que "Para o volume de resinas que não possuem descrição, a Braskem considerou, que seriam PVCS tubos".

391. Em seguida apresentou nova tabela, indicando que os dados teriam sido extraídos de fontes públicas, afirmando que "com base nos critérios acima descritos, notamos a seguinte divisão entre o volume de PVC-S tubo importado (39%) e o volume de PVC-S importado para demais aplicações (61%)".

392. Para a peticionária, a proporção sugerida refletiria "de forma fidedigna a cesta de produtos de PVC-S exportada pelos EUA ao Brasil" e a proporção em que deveria ser calculado o valor normal da origem, "considerando a diferença de preços entre o PVC-S tubos e o PVC-S aplicação geral". O ajuste proposto, segundo a Braskem, seria fundamental, "uma vez que resta comprovado a existência de preços diferentes entre o PVC-S tubos e o PVC-S aplicação geral e que esses produtos são vendidos em proporções distintas no mercado".

393. Concluiu que, tendo em vista "a lógica de que a justa comparação deve considerar fatores que podem afetar a comparabilidade de preços, e precedentes da SDCOM que indicam ajustes desse tipo", dever-se-ia considerar a proporção acima exposta no cálculo do valor normal dos EUA. Dessa forma, calculou nova margem de dumping para os EUA, tendo por valor normal o montante de US$ 1.113,49/t, o qual comparado com o preço de exportação resultaria em uma margem de dumping absoluta de US$100,20/t e em uma margem de dumping relativa de 9,9%.

394. A empresa Unipar apresentou manifestação final em 16 de agosto de 2022 na qual reiterou os argumentos que foram por ela apresentados ao longo da instrução processual. Afirmou que "trabalha-se na presente revisão de final de período, novamente, com a melhor informação disponível. A fonte primária que serviria de base para uma avaliação mais apurada do valor normal, apresentada pelo produtor exportador, não foi trazida aos autos".

395. Recordou que a empresa Shintech, produtora exportadora dos Estados Unidos, selecionada para responder ao questionário do produtor/exportador, "embora tenha se apresentado ao processo, não trouxe seus dados de forma completa, o que resultou na desqualificação das informações de seu questionário". Declarou que "entre as informações não apresentadas estariam os preços de venda no mercado interno, as quais, se representativas, seriam utilizadas pela autoridade para o cálculo do valor normal". Esse fato levou à "necessidade de aplicação da melhor informação disponível, ou seja, foi necessário levar em consideração as fontes secundárias disponíveis para aferição do valor normal".

396. Em seguida, explicou que:

As Peticionárias Unipar e Braskem, trouxeram a melhor e mais apurada informação a que tem acesso, por meio das conhecidas e reconhecidas plataformas ICIS e IHS, na modalidade contract prices. Essa é a melhor informação disponível para as Peticionárias, especialmente pela constatação de que a maior parte das transações são realizadas nessa modalidade no mercado dos EUA.

397. Em seguida, relembrou que a Shintech teria apresentado "como método de determinação do valor normal, o uso da informação "S-PVC America Netback" e transcreveu a descrição do que seria o IHS Netback. A esse respeito entendeu que o critério Netback não seria o "método mais apropriado. Arguiu que a publicação IHS, de preços de contrato, nos termos em que os dados estão disponibilizados, representam os preços do mercado interno do país exportador". Já os documentos que foram trazidos pela Shintech, que constariam na coluna "S-PVC America Netback", não lhe estariam disponíveis para consulta o que tornaria a informação "uma informação não disponível e desconhecida da empresa". Adicionou que em "consulta feita juntamente com esta autoridade durante a verificação in loco, e confirmadas recentemente pela empresa dão conta de que está não é uma informação franqueada aos usuários e assinantes da plataforma e disponível para consulta", o que a tornaria indisponível e impossível de acessar para a Unipar.

398. A peticionária alegou que:

O que se questiona aqui, não é a qualidade da informação ou sua fidedignidade, critérios que teria levado esta SDCOM a decidir pelo seu uso. O que se aponta, é a restrição ao exercício do contraditório e da ampla defesa, característicos da dialética processual no processo administrativo, conforme o art. 2º da Lei de Processo Administrativo, e princípio e garantia constitucional conforme art. 5º LV da Constituição Federal, uma vez que não se pode falar daquilo que não se conhece ou não se tem acesso.

(...)

Contudo esta informação não está disponível para a Peticionária em seu acesso à plataforma, a coluna "S-PVC America Netback". Assim, não sendo possível acessar, não é oferecida à Peticionária a possibilidade de avaliar, entender e discorrer sobre os números que, na presente revisão, foram trazidos em base confidencial.

399. Destacou na sequência que as primeiras informações levantadas nos autos pela Shintech, as cartas das publicações, teriam sido anexadas "sem a correspondente pergunta realizada pela empresa exportadora, limitando injustificadamente o exercício do contraditório". Questionou, então, o que teria sido efetivamente perguntado para motivar a resposta da publicação e o motivo de ela ter sido resumida ao invés de integralmente anexada pela parte.

400. Destacou também que as cartas das publicações levantadas nos autos pela Shintech, teriam sido anexadas sem a correspondente pergunta realizada pela empresa exportadora, o que teria limitado "injustificadamente" o exercício do contraditório.

401. Afirmou que, após questionamentos à interpretação dada pela Shintech ao conteúdo das cartas das publicações e à sua adequação como melhor informação disponível, a empresa teria realizado "uma nova juntada de correspondências", em que teria traduzido trechos que "alega, corroborarem com sua narrativa". Teria, então, injustificadamente, se sentido limitada em seu direito de defesa e contraditório diante desse comportamento do exportador. Questiona o motivo de as "primeiras cartas" terem sido "anexadas em bases restritas, mas não as seguintes".

402. Em seguida, disse que se realizou, com relação aos dados da IHS e da ICIS, pedido de informações complementares e checagem durante a verificação in loco e apontou-se, "duas vezes", que a falta de esclarecimentos em relação ao método de precificação das publicações, por parte da Unipar Indupa, poderia implicar desconsideração dessas informações, "mesmo com a aplicação reiterada dos preços de contrato da IHS em outras investigações". Interpretou que "não seria isonômico, portanto, considerar as informações Netback de um exportador, não colaborativo, com menores crivos probatórios".

403. Ainda acerca da determinação do valor normal, a Unipar ressaltou que o cálculo do valor normal nas revisões anteriores para este produto e no parecer de abertura teriam sido realizados sempre com base nos preços contrato publicados pelo IHS, no caso dos EUA, e da ICIS, para o México. E que a alteração da referência para essa determinação na presente revisão estaria ocorrendo tão somente porque o exportador Shintech teria optado por não apresentar suas informações de vendas no mercado interno.

404. Alegou que:

(..) a única explicação plausível para que a Shintech tenha optado por não apresentar suas informações nos autos, é que estes dados possivelmente levariam à SDCOM às mesmas conclusões já obtidas no Parecer de Abertura, ou seja, de que havia - e como se constatou há, dumping expressivo.

405. Declarou que após ter optado por não apresentar suas informações para o cálculo do valor normal, "a Shintech passou a afirmar que o valor normal apurado para fins de início da revisão não refletiria os preços efetivamente praticados no mercado interno dos EUA". Adicionou que os novos preços apresentados pela Shintech e pela ABIPLAST já teriam sido trazidos aos autos na revisão anterior e que não teriam sido "acatados pela SDCOM". Afirmou que:

Os preços apresentados pela Shintech e pela Abiplast seriam os preços netback do PVC-S no mercado dos EUA. Este preço, que em tese refletiria os preços praticados no mercado interno dos EUA considerando descontos e sem o frete no mercado interno. Seria, portanto, um preço ex-fabrica.

406. Mais uma vez, retomou o argumento de que "dentre os preços listados é possível notar que não há qualquer índice, mas preços, atestados pelas cotações low, mid e high" e que a "Unipar Indupa não apresentou qualquer índice de preços à SDCOM, mas sim preços que a empresa entende que refletem a dinâmica dos mercados dos EUA e México".

407. Alegou que os preços netback foram apresentados separados de acordo com suas aplicações: "tubos e general purpose" e que "se o preço netback já não é divulgado pelo IHS em sua ferramenta, este preço segmentado menos ainda". Além disso, criticou a adoção do preço netback dado que não se saberia "exatamente qual a composição do mercado norte-americano para que se calcule apenas a média aritmética simples entre os dois preços" e que essa ponderação poderia não refletir "a realidade das exportações para o Brasil". Nesse aspecto, sugeriu que se realizasse ponderação "de forma a compatibilizar os preços que servem de base para o valor normal e para a exportação". Entendeu que os cálculos deveriam envolver, alternativamente: (i) ponderação com base na demanda dos EUA (o IHS indica que que o mercado norte-americano é dividido da seguinte forma: tubos (45%) e general purpose (55%); ou, (ii) ponderação considerando o perfil das exportações para o Brasil.

5.1.2.4. Dos comentários a respeito das manifestações sobre a existência de dumping e da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito para fins de determinação final.

408. Incialmente, acerca dos procedimentos adotados para conferência (i) do preço de contrato apresentado pela Braskem e pela Unipar na petição inicial e (ii) do preço netback apresentado pela Shintech durante a revisão, deve-se ter em mente que as condutas se baseiam em dispositivos distintos do Acordo Antidumping e devem, portanto, ser analisadas à luz de seus teores.

409. Primeramente, as evidências a serem apresentadas em sede de petição de início de investigação são apontadas no Artigo 5.2 do Acordo Antidumping, ao passo que o Artigo 5.3 do mesmo Acordo impõe à autoridade investigadora o dever de checar a exatidão e a adequação dessas evidências: "The authorities shall examine the accuracy and adequacy of the evidence provided in the application to determine whether there is sufficient evidence to justify the initiation of an investigation" (grifo nosso).

410. Como se percebe, o dispositivo não prescreve nenhuma metodologia específica para a conferência demandada, o que, aliás, já foi reconhecido pelo Painel no caso Morocco - Definitive AD Measures on Exercise Books (Tunisia) (DS578):

7.356. The text of Article 5.3 is composed of just one sentence, which requires the investigating authority to examine "the accuracy and adequacy of the evidence provided in the application to determine whether there is sufficient evidence to justify the initiation of an investigation". This provision covers explicitly the investigating authority and requires it to examine the complaint filed by the domestic industry, with a view to determining whether there is "sufficient" evidence to initiate an investigation.

7.357. The authority's examination must focus on the "accuracy" and "adequacy" of the evidence provided in the complaint. The word "exactitude" ("accuracy") means something "[q]ui est rigoureusement conforme à la réalité"501 ("which is strictly in line with reality") and "adéquation" (adequacy) refers to the "[c]onformité à l'objet, au but qu'on se propose" ("conformity with the purpose, with the objective that one has in mind") . Thus, the authority must examine whether the evidence provided in the complaint is (a) in line with reality, and (b) in line with the objective of the complaint, which, in this case, is to "prove" the existence of dumping, injury and a causal link. As other panels before us, we note however that "Article 5.3 says nothing regarding the nature of the examination to be carried out. Nor does it say anything requiring an explanation of how that examination was carried out". [...] (grifo nosso)

411. Com vistas a se desincumbir da obrigação reproduzida, tem-se por praxe coletar maiores informações sobre as evidências apresentadas, em sede de solicitação de informações complementares, com fulcro no art. 41, § 2º, do Decreto nº 8.058, de 2013, bem como solicitar, em se tratando de valor normal calculado a partir de preços de publicações internacionais, a demonstração da extração dos dados correspondentes.

412. De outra parte, a conferência de informações secundárias, quando utilizadas a título de melhor informação disponível, baliza-se pelo texto do parágrafo 7º do Anexo II do Acordo Antidumping, in verbis:

7. If the authorities have to base their findings, including those with respect to normal value, on information from a secondary source, including the information supplied in the application for the initiation of the investigation, they should do so with special circumspection. In such cases, the authorities should, where practicable, check the information from other independent sources at their disposal, such as published price lists, official import statistics and customs returns, and from the information obtained from other interested parties during the investigation. It is clear, however, that if an interested party does not cooperate and thus relevant information is being withheld from the authorities, this situation could lead to a result which is less favourable to the party than if the party did cooperate.

413. O excerto acima torna patente que os dados utilizados a título de melhor informação disponível devem ser conferidos, sempre que possível, apresentando rol exemplificativo de fontes com as quais podem ser confrontados, como listas de preços, estatísticas oficiais de importação e informações obtidas a partir de outras partes interessadas. No presente caso, a conferência da veracidade e da adequação dos dados se deu a partir de informações fornecidas pelo próprio IHS e juntadas aos autos pela Shintech, o que se considerou satisfatório. Ademais, não se pode olvidar que, segundo o IHS, o ponto de partida para o cálculo do preço netback é justamente o preço de contrato, cuja confiabilidade é defendida pela Braskem e pela Unipar. A partir desse preço, ocorre tão somente a dedução de descontos, abatimentos e outras reduções efetivas.

414. Quanto ao período utilizado para compor o valor normal ora utilizado, também não restaram dúvidas, uma vez que os preços foram apresentados em bases mensais pela Shintech, referindo-se a média calculada precisamente a P5.

415. No que tange ao detahamento por "grade", os preços netback, a exemplo dos preços de contrato e na contramão das informações alegadamente recebidas pela Braskem (desprovidas de elementos de prova), também foram apresentados de forma segregada para aplicações gerais e para tubos, em anexo a correspondência firmada pela [RESTRITO] . Sugere-se, assim, à Braskem, contato direto com a representante, a fim de sanar eventuais dúvidas quando à disponibilidade das informações e ao seu nível de detalhamento.

416. A Braskem supõe também que situações como a compra de PVC-S em condição FOB ou por cliente sem acesso a desconto não estariam refletidas no preço netback. Sobre esse ponto, não se vislumbra suporte fático para a alegação, uma vez que a apresentação de preços líquidos de descontos e fretes não pressupõe a utilização apenas de operações que os contemplassem, sendo possível o mero ajuste, quando cabível, de modo a trazer os preços todos a uma mesma base. Operação semelhante é realizada, por exemplo, quando calcula valor normal ou preço de exportação na condição ex fabrica, mesmo considerando operações realizadas sob os mais diversos termos de venda.

417. Assim e especialmente considerando as argumentações das partes de que não se trataria de um produto de prateleira, entenderam-se como suficientes, para fins probatórios, as comunicações encaminhadas pelo IHS.

418. Não se trata, portanto, de conferir tratamentos diferenciados às partes, mas de procedimentos distintos, baseados em dispositivos diversos e adotados em momentos processuais diferentes.

419. Tampouco se estar a exigir um nível de evidência, para efeitos de determinação final, inferior àquele demandado para o início da investigação. A Braskem, em leitura de trecho específico do relatório do Painel no caso Guatemala - Cement I, parece não se atentar que o órgão decisório, ao declarar que "the quantum and quality of evidence to be required of an investigating authority prior to initiation of an investigation would necessarily have to be less than that required of that authority at the time of making a final determination" não estava tratando de determinações finais alcançadas com base na melhor informação disponível. Tanto isso é verdade que o parágrafo 7º do Anexo II do Acordo Antidumping admite, expressamente, a possibilidade de a autoridade investigadora fundamentar suas decisões, quando recorrer aos fatos disponíveis, inlusive nas informações fornecidas na petição. Ora, o recurso, em sede de determinação final, por exemplo, à informação utilizada para o início da investigação contrariaria a exigência de elevação da quantidade e da qualidade da informação requerida pelo Painel, o que demonstra que a decisão colacionada não aborda a situação em epígrafe.

420. Dito isto, insta trazer à baila que eventual adoção do rigor requerido pelas partes para aceitação dos dados que embasam o cálculo do valor normal poderia pôr em xeque a própria existência de valor normal aproveitável nos autos, já que os esclarecimentos aportados pelo IHS neste caso específico apontam para uma abiguidade não na correção, mas na adequação dos preços de contrato como proxy do valor praticado nas vendas internas de PVC-S no mercado estadunidense.

421. Lembre-se, a propósito, que a própria Unipar, quando questionada em sede de informação complementar aos dados apresentados na petição, se limitou a afirmar que "não dispõe da descrição das metodologias de cálculo para apuração dos preços do IHS e da ICIS".

422. No que diz respeito à retomada, pelas peticionárias, do argumento de que a discussão acerca de os preços de contrato do IHS refletirem preços e variações de preços de PVC-S praticados no mercado interno dos EUA já teria ocorrido anteriormente, recorda-se que para além de meras alegações, como ocorrera nos procedimentos anteriores, as partes lograram apresentar documentos de autoria dos representantes dos próprios institutos (IHS e ICIS-LOR), segundo os quais, [RESTRITO] .

423. Negar a existência de informação disponível mais adequada para a definição do valor normal pra a origem EUA, no presente caso, é disputar a afirmação exarada pela própria IHS Chemical, empresa especializada em análise de indústrias e mercados, que realiza constantes pesquisas acerca dos dados utilizados, produtora das informações Contract Market Delivered United States e S-PVC North America Netback, de que o preço netback representaria um indicador mais próximo do nível de preços praticado nos EUA.

424. Além disso, uma leitura mais atenta do documento apresentado pela Shintech, não deixaria dúvidas quanto à metodologia utilizada pelo IHS Chemical na definição do preço netback e isso torna desprovidos de qualquer sentido os

questionamentos das peticionárias. Veja-se, a publicação é clara ao informar que [RESTRITO] (grifo nosso). Em outros termos, a base para o cálculo do preço netback é o preço de contrato, conforme afirmado pela proprietária da informação. A metodologia para a coleta dos dados para a formação dos dois indicadores seria explicada pela própria publicação, conforme afirmou a própria Braskem em sua manifestação:

(...) as publicações explicam ali a metodologia de determinação dos preços contratuais, o critério para o estabelecimento do preço mensal, como o preço de contrato é estimado, os posted price ranges, a determinação dos acordos entre as partes, como são determinados preços de regiões específicas, quais as definições de preços utilizados, a metodologia de determinação de preço do PVC, a periodicidade da atualização, as métricas para cada região do planeta, condições de preços e transportes estabelecidos em cada região, detalhes sobre a consistência dos dados, como é a exclusão de determinados dados, como é a comunicação com o mercado, como os dados são verificados e confirmados, como são identificadas variações de preços e diversos outros detalhes.

425. No que tange às indagações de cunho metodológico suscitadas pela Braskem, pontue-se, primeiramente, que o valor normal apurado a partir dos preços netback revelou-se 39,2% inferior àquele calculado para fins de início da revisão. Somente tal fato, aliado à própria conceituação do preço netback, a saber, preço de contrato deduzido do desconto praticado (além de despesas de frete, reincluídas para o cálculo do valor normal), dá conta da representatividade desses descontos nas transações efetuadas no mercado estadunidenses e, por conseguinte, da relevância da sua consideração para fins de apuração do valor normal de forma apropriada. Assim, dúvidas como "o preço de contrato é sempre ou em sua maioria negociado com descontos e/ou abatimentos?", "A Shintech ou ABIPLAST apresentaram informações sobre essa tendência?" e "A autoridade apresentou questionamento neste sentido?" já estão, no sentir da autoridade investigadora, satisfeitas pelos próprios fatos constantes dos autos.

426. É de se consignar, também, que, consoante já transcrito no bojo da nota técnica de fatos essenciais, o preço netback, nas palavras do IHS, [RESTRITO] (grifo nosso). Leitura atenta do aludido trecho revela que não se está a tratar de preços praticados em mercado spot, mas sim de valores avençados por meio de contratos, ajustados para refletir o quanto efetivamente pago pelo produto. Denota-se, dessa forma, a impertinência para os fins perseguidos de perguntas como "Essa tendência seria mais frequente em vendas spot?", "Considerando que o ICIS afirma que preços de venda no mercado dos EUA são em sua grande maioria sob contrato (98%), e não, spot, faria sentido utilizar uma referência que reflete condições spot?", "tendência?", "A autoridade apresentou questionamento neste sentido?" e "Essa tendência seria mais frequente em vendas spot?".

427. Quanto à alegação da Braskem de que se estaria estabelecendo precedente perigoso com o entendimento firmado, dissente-se do posicionamento. É bem verdade que a participação colaborativa das partes interessada opera em favor do melhor funcionamento do sistema de defesa comercial e, precisamente por essa razão, é incentivada nos processos que lhe são pertinentes, em linha com a lógica subjacente ao próprio Acordo Antidumping.

428. Não obstante, tal racionalidade não pode se sobrepor aos limites fixados pela normativa multilateral, conforme interpretada pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Nessa toada, segundo os fundamentos apresentados no item 5.1.1.5 e com esteio em interpretação pugnada pelo Órgão de Apelação no caso Mexico Anti-Dumping Measures on Rice (DS295), a faculdade de se utilizar a melhor informação disponível nos casos elencados no Artigo 6.8 do Acordo Antidumping é limitada pela obrigação de eleição dos dados de melhor qualidade e mais apropriados aos propósitos buscados, dentre aqueles disponíveis. No caso específico em testilha, conquanto não hajam as produtoras/exportadoras estadunidenses, de fato, ofertado seus dados de venda no mercado interno e custo de produção, ensejando o emprego dos fatos disponíveis, lograram, por outro lado, juntamente com outras partes interessadas, apresentar dados que melhor representam os preços praticados nas vendas de PVC-S nos EUA. Destarte, é defeso à autoridade investigadora, apenas a pretexto de obstar a criação de "precedentes perigosos", recusar sua utilização.

429. Por esses mesmos motivos, não cumpre a realização de ilações acerca dos motivos que levaram determinadas partes interessadas a apresentar ou não seus dados.

430. Em suma, não reside o risco no proceder adotado, mas no desviar da trilha da legalidade e das orientações jurisprudenciais advogado pela parte, que expressamente se rechaça.

431. Acerca dos argumentos sobre confidencialidade e direito ao contraditório e à ampla defesa trazidos pelas peticionárias, reputa-se terem sido tais garantias asseguradas em sua plenitude. Isso porque, ao contrário do que buscam fazer crer as peticionárias, não há, seja no Acordo Antidumping, seja no Decreto nº 8.058/2013, prerrogativa de acesso irrestrito aos dados utilizados para o cálculo do valor normal, mormente quando não disponibilizados publicamente por seu detentor. Perceba-se, à guisa de exemplificação, que, quando se procede ao cômputo do valor normal a partir de informações fornecidas em respostas ao questionário do produtor/exportador, não se faculta às demais partes interessadas devassar a base de dados utilizada, mas tão somente se disponibiliza texto explicativo da metodologia adotada, resguardando, sempre, trechos julgados confidenciais.

432. Para o preço netback objeto da contenda, foi igualmente apresentada, de forma razoável, a metodologia adotada, a qual, em apertada síntese, consiste na dedução, a partir de preços de contrato (reputado, aliás, confiável pelas peticionárias), dos descontos, abatimentos e demais reduções efetivamente ocorridas (além do frete interno). Portanto, não se vislumbra ofensa aos direitos reclamados.

433. Ainda sobre o tema, cumpre recordar que, mesmo o indicador apresentado pelas peticionárias para fins de determinação do valor normal no início da revisão não é de acesso público e irrestrito a qualquer parte interessada na revisão. Utilizando-se dos mesmos termos da peticionária, os dados do indicador Contract Market Delivered United States seriam "passíveis de acesso aos clientes da publicação do IHS", ou seja, mediante a assunção de ônus financeiro.

434. Corrobora o fato de que as informações do IHS Chemical não são de acesso irrestrito a própria justificativa de confidencialidade trazida pela Braskem. Nesse sentido transcreve-se, a seguir, excerto da respectiva petição inicial:

Informação Confidencial: Anexos 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 34, 35, 36 e 37

Fundamentação: A Braskem apresenta relatórios da IHS Chemical e da ICIS-LOR com preços, dados de capacidade, produção e demanda de PVC-S no mundo, bem como informações sobre o mercado de PVC-S em países específicos.

Justificativa: Tais documentos foram fornecidos à Braskem em caráter confidencial e a sua divulgação pode prejudicar o relacionamento da Braskem com as publicações.

435. Também, em sede de informação complementar, a Braskem apresentou o que segue acerca de documentos extraídos do IHS Chemical:

Informação Confidencial: Anexos 2, 3, 4 e 5

Fundamentação: A Braskem apresenta relatórios da IHS Chemical e da ICIS-LOR com preços, dados de capacidade, produção e demanda de PVC-S no mundo, bem como informações sobre o mercado de PVC-S em países específicos. Além disso, a Braskem apresenta a metodologia adotada tanto pela IHS Chemical quanto pela ICIS-LOR para apuração dos preços publicados.

Justificativa: Tais documentos foram fornecidos à Braskem em caráter confidencial e a sua divulgação pode prejudicar o relacionamento da empresa com essas publicações.

436. E mais, não foram apresentados resumos restritos referentes aos preços e à "metodologia adotada tanto pela IHS Chemical quanto pela ICIS-LOR para apuração dos preços publicados".

437. De forma oposta, os documentos trazidos pela Shintech que continham as considerações do IHS Chemical acerca dos indicadores "Contract" e "Netback" foram juntados aos autos em versão restrita, isto é, com seu conteúdo disponível às partes interessadas, permitindo-lhes a compreensão da informação fornecida. Destarte, não se sustenta qualquer alegação no sentido de que as partes não puderam exercer o amplo direito à defesa no caso.

438. Ainda sobre o tema e à alegação da Unipar de que "sem a correspondente pergunta realizada pela empresa exportadora", limitar-se-ia "injustificadamente o exercício do contraditório", a simples leitura da petição da Shintech - versão restrita e acessível a todas das partes interessadas - de juntada da correspondência do IHS aos autos, sanaria qualquer dúvida a respeito da questão ali abordada. Vejamos, nos próprios termos da Shintech:

The contents of the letters speak for themselves with regard to the usefulness, suitability, reasonableness and value as positive evidence of contract price indices of S-PVC prices in the domestic market of the United States. The placing of the letters on record is important to enable all interested parties to review and comment and for the Brazilian investigating authority to reach an informed recommendation in the ongoing sunset review.

439. E mais, em manifestação de 10 de junho de 2022, também apresentada em versão restrita, a Shintech narrou o que segue:

SHINTECH questionou diretamente a ICIS sobre a alegação de que os índices de contrato ICIS refletiriam preços representativos do mercado dos Estados Unidos durante o período de abril de 2020 a março de 2021. SHINTECH informou que, na sua visão, essa visão era muito incorreta e contradizia a carta da ICIS previamente anexada aos autos com explicações da ICIS.1 SHINTECH solicitou a confirmação de que sua visão (da SHINTECH) estava correta. Além disso, a SHINTECH questionou qual seria um benchmark apropriado para estabelecer onde os preços representativos do mercado dos Estados Unidos estariam no período de abril de 2020 a março de 2021.

(...)

SHINTECH questionou diretamente a IHS sobre a alegação de que os índices de contrato IHS refletiriam preços representativos do mercado dos Estados Unidos durante o período de abril de 2020 a março de 2021. SHINTECH informou que, na sua visão, essa visão era muito incorreta e contradizia a carta da IHS previamente anexada aos autos com explicações da IHS.3 SHINTECH solicitou a confirmação de que sua visão (da SHINTECH) estava correta. Além disso, a SHINTECH questionou qual seria um benchmark apropriado para estabelecer onde os preços representativos do mercado dos Estados Unidos estariam no período de abril de 2020 a março de 2021.

440. Expostas as considerações acima, parece desarrazoada a alegação de que o conteúdo e a essência dos elementos aportados pela Shintech não seriam minimamente alcançáveis. De pronto, rechaça-se qualquer argumentação no sentido de que esses elementos teriam de alguma forma limitado o exercício do contraditório e da ampla defesa das partes interessadas.

441. Sobre a alusão da Braskem a decisões adotadas em revisões anteriores, reafirma-se a ausência de efeito vinculante dos precedentes, sobretudo considerando que o quadro fático delineado no presente processo se distingue dos pretéritos quanto à clareza (i) da inadequabilidade dos dados aportados na petição inicial para o cálculo do valor normal, e (ii) da existência de indicador mais apropriado para esse fim.

442. Reafirma-se que o próprio suposto desconhecimento do indicador pelo mercado, como alega a Braskem, é questionável, haja vista que, em pesquisa na internet, constataram-se referências ao referido preço por agentes atuantes no mercado internacional de PVC, inclusive nos Estados Unidos. Ainda que as apresentações tenham sido elaboradas pela IHS, foram realizadas para o Vynil Council of Australia e para a Associação Sul-Americana da Indústria de Cloro-soda e Derivados (Clorosur) e por ambos reproduzidos.

443. O Vynil Council of Australia indica que age "as the peak organisation representing the Australian PVC, or vinyl, value chain. Our members are drawn from across the supply chain of the vinyl industry in Australia, representing a wide range of products". Já a Clorosur aponta que representa as principais produtoras de cloro-soda da América -Latina, tendo como associadas, inclusive, a Braskem e a Unipar, conforme consta de seu sítio eletrônico. Depreende-se, assim, que as apresentações de informações, entre as quais o índice netback, foram, sim, realizadas para agentes atuantes no mercado.

444. As peticionárias trouxeram discussão sobre a necessidade de se realizar o cálculo do valor normal ponderado pelo tipo de resina de PVC-S (para aplicação em tubos e para aplicação geral), ao fundamento de que assim se atenderia o pressuposto da justa comparação. Tal discussão, nesta fase do processo, é bem surpreendente. Em nenhum momento, as peticionárias destacaram essa necessidade. Mais, ao início da presente revisão, as peticionárias apontaram que:

Uma vez que as exportações dos EUA para o Brasil são compostas por um mix de resinas de PVC-S que incluem resinas para aplicação geral e de grau específico para aplicação em tubos, a Braskem entende que o valor normal deve refletir esse mix e ser calculado com base na média simples dos preços desses dois tipos de PVC-S. (Petição inicial Braskem)

A publicação IHS Chemical reporta separadamente o preço praticado no mercado estadunidense para as resinas de PVC-S de aplicação em tubos e para as resinas de PVCS de aplicação geral. Para compor a cesta de resinas de PVC-S, o valor normal foi calculado com base na média simples dos preços desses dois tipos de PVC-S. Este mesmo procedimento foi adotado para o preço do produto mexicano, porém com preços da ICIS. (Petição inicial Unipar)

445. Acrescente-se o que a Braskem afirmou em sua petição inicial acerca da necessidade de CODIP:

(...) não cabe a elaboração de CODIP na presente revisão, uma vez que não existe grande variação entre os preços de cada resina de PVC-S.

A variação de preços entre os diferentes "grades" de PVC-S costuma ser de aproximadamente 5% no máximo. Isso ocorre porque a resina de PVC-S possui basicamente dois tipos de aplicação: em tubos e em demais aplicações. As resinas vendidas para aplicação em tubos costumam ser um pouco mais baratas que as resinas vendidas para outras aplicações, mas não por questões técnicas que diferenciem os "grades" entre si

As resinas de PVC-S vendidas para aplicação em tubos costumam ser mais baratas apenas porque o mercado de tubos corresponde à maior parte do mercado brasileiro de PVC-S e conta com players de grande porte e relevância para a economia nacional. Tendo em vista o poder de barganha dessas empresas e que o volume de compra de resinas de PVC-S por elas é maior, os preços das resinas de aplicação em tubos costumam ser ligeiramente inferiores ao preço das resinas para outras aplicações. Não existem outros fatores, no entanto, que justifiquem uma diferença maior no preço das resinas de PVC-S. Portanto, a Braskem entende que não cabe a elaboração de CODIPs na presente revisão.

446. A Unipar, a seu turno, quando questionada em sede de informação complementar sobre a existência de preços diferenciados nas publicações IHS e ICIS para as resinas de aplicação em tubos e aquelas de aplicação geral e a aparente necessidade de criação de Codip que reflita a qualidade desses tipos de PVC-S e a diferença de preços para justa comparação no curso da revisão, afirmou que as "decisões recentes da SDCOM deixam claro que tal divisão não se mostra adequada, uma vez que os produtos de diferentes utilizações são fabricados utilizando-se o mesmo processo produtivo e os mesmos insumos, havendo apenas diferenças nas grades dos produtos fabricados".

447. Conforme esclarece o Guia Antidumping elaborado pela SDCOM:

Caso o produto objeto da investigação apresente diversos modelos, devem ser criados Códigos de Identificação do Produto (CODIPs). O CODIP é representado por uma combinação alfanumérica que reflete as características do produto em ordem decrescente de importância, começando pela mais relevante e incluindo os principais elementos que influenciam o custo de produção e o preço de venda. (Guia externo [de] investigações antidumping, p. 27. Disponível em https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/guias)

448. Como se observa, fiando-se nas declarações das próprias peticionárias, conhecedoras do produto e do mercado em que atuam, deixou de se estabelecer um CODIP para a presente revisão. Como consequência disso e da ausência de colaboração das produtoras/exportadoras estadunidenses, não se dispõe de informações primárias nos autos acerca do detalhamento das exportações dos EUA para o Brasil ou das vendas no mercado brasileiro d PVC-S por "grade", o que impede a ponderação requerida pela Braskem e pela Unipar.

449. Também não se considera apropriado utilizar, para fins de ponderação, o mix vendido no mercado interno estadunidenses, uma vez que tal critério não garantiria uma comparação mais justa com o preço de exportação.

450. E mais, a empresa não apresentou suporte probatório à sua alegação de que existiria "um volume maior de importação dos EUA para o Brasil de PVC-S aplicação geral que de PVC-S tubos" Surpreendente a sugestão da peticionária de que essa alegação poderia "ser confirmada de forma direta pela SDCOM, seja considerando o volume reportado pela Shintech em suas exportações ao Brasil", indicando que se consulte a "Resposta da Shintech ao Questionário do Produtor/Exportador Estrangeiro, Apêndice VII", uma vez que em manifestação datada de 17 de março de 2022, declarou:

Considerando que a Shintech já teve a oportunidade e não apresentou a resposta ao questionário do produtor/exportador de forma completa e adequada dentro dos prazos estabelecidos no processo, a Braskem entende que não é possível a concessão de nova oportunidade para que a empresa apresente tais dados e solicita que a SDCOM reexamine o pedido de anuência para verificação in loco no produtor/exporte norte-americano e utilize da melhor informação disponível em suas determinações, conforme previsto no § 3º do art. 50 e no Capítulo XIV do Decreto nº 8.058/2013.

451. Evoca-se, a esse respeito, entendimento já exposto no item 2.6.3, de que a empresa Shintech Inc. não reportou adequadamente os dados requeridos no questionário do produtor/exportador, e que, por esse motivo, o questionário apresentado foi desconsiderado e a determinação final de probabilidade de continuação/retomada de prática de dumping a ser emitida levaria em consideração os fatos disponíveis constantes dos autos do processo.

452. Acrescente-se, que a suposta descrição dos produtos que seriam produzidos pelas produtoras/exportadoras Shintech e Oxyvinils, foram juntados aos autos do processo pela Braskem após o encerramento da fase probatória, de que trata o art. 59 do Decreto nº 8.058, de 2013. Por conseguinte, consoante dispõe o parágrafo único desse mesmo artigo, os elementos de prova apresentados após o encerramento da fase probatória não serão juntados aos autos do processo e, assim, não são passíveis de utilização.

453. No que diz respeito à tabela em que apresentou "divisão entre o volume de PVC-S tubo importado e o volume de PVC-S importado para demais aplicações", indicando que os dados teriam sido extraídos de fontes públicas, a peticionária não discriminou a fonte da qual os dados de volumes teriam sido extraídos, tampouco a memória de cálculo que indicasse o caminho até o resultado apontado na referida tabela.

454. Por fim, a suposta distribuição de vendas no mercado interno brasileiro, segregadas por tipo de aplicação do PVC-S, apresentada pela Braskem para suportar as suas alegações a respeito da necessidade de ponderação para fins de justa comparação na determinação da existência de continuação de dumping, não são verificáveis e, portanto, não passives de serem utilizadas no processo

455. Assim, configura-se bastante clara a impertinência do pedido das peticionárias, seja por não terem apontado diferenças entre a resina de PVC-S que justificassem a adoção de ponderação por tipo de aplicação, seja pelo momento processual em que levanta tal discussão, o que poderia, até mesmo, se caracterizar como preclusão administrativa. Mais, as peticionárias asseveraram exatamente o contrário em suas petições, consoante apontado precedentemente.

5.1.3. Da conclusão para fins determinação final sobre a existência de dumping e sobre a comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico durante a vigência do direito

456. Ante o exposto, concluiu-se que, durante o período de análise de continuação/retomada do dumping, as exportações de PCV-S dos Estados Unidos para o Brasil continuaram a ocorrer a preços de dumping.

457. Por sua vez, verificou-se que o valor normal mexicano internado no mercado brasileiro superou o preço de vendas da indústria doméstica, indicando que, para concorrer com a indústria doméstica brasileira, os produtores/exportadores de PVC-S do México provavelmente teriam que recorrer à prática de dumping.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

458. De início, frisa-se que a Braskem apresentou entendimento no sentido de que os dados de potencial exportador dos EUA e do México fossem analisados de forma consolidada, pois tais mercados seriam interligados e interdependentes, em sua visão. Sem prejuízo, a empresa não deixou de também apresentar os dados individualizados de capacidade produtiva, relatados abaixo, e também apresentados pela Unipar em sua respectiva petição.

459. A esse respeito, considerou-se que os argumentos apresentados pela Braskem não foram suficientes para embasar e justificar a consideração em conjunto dos dados de potencial exportador das duas origens, tendo sido feita essa avaliação, então, em separado. Pontue-se, ainda, que a Unipar não apresentou cópias dos relatórios originais que representaram a fonte das informações reportadas referentes ao desempenho exportador das origens investigadas, de forma similar à situação reportada no item 5.1. Portanto, foram consideradas as referências e fontes indicadas por ambas as peticionárias, de maneira coincidente, e suportadas pelos elementos probatórios apresentados pela Braskem, que se constituem nas mesmas fontes adotadas pela Unipar.

460. A avaliação do potencial exportador das origens investigadas, primeiramente, levou em consideração as quantidades exportadas de PVC-S pelas origens objeto de revisão, comparando-as às quantidades exportadas do produto pelo mundo e ao mercado brasileiro.

Exportações de PVC-S (em toneladas)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Mundo (A)*	12.153.474	12.338.680	11.954.106	11.613.472	11.433.774
Mercado Brasileiro (B)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
EUA (C)*	2.764.005	2.761.280	2.979.064	2.908.216	2.285.713
(C) / (A) em %	22,7%	22,4%	24,9%	25,0%	20,0%
(C) / (B) em %	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
México (D)*	325.369	349.439	336.155	400.742	330.861
(D) / (A) em %	2,7%	2,8%	2,8%	3,5%	2,9%
(D) / (B) em %	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

*Informações obtidas para o subitem 3904.10 do SH (Mundo e EUA) e 3904.10.03 (México).

461. Neste ponto, destaca-se que se optou em obter as informações de exportação de PVC-S em fontes públicas, preferencialmente em fontes ligadas a governos, considerando que as peticionárias apresentaram tais informações a partir de fontes de acesso restrito.

462. Assim, cumpre informar que as quantidades relativas às exportações mundiais constantes da tabela anterior, obtidas no Trade Map, se referem ao subitem 3904.10 do SH (Poly"vinyl chloride", in primary forms, not mixed with any other substances), no qual está incluído o PVC-S. Assim, não foi possível obter as informações acerca das exportações mundiais para o produto sob análise de forma específica para o PVC-S em decorrência, principalmente, dos códigos tarifários serem harmonizados até o 6º dígito do SH. Na mesma linha, os dados das exportações dos EUA foram obtidos no USITC DataWeb para o código 3904.10, que abarca o PVC-S, mas que pode incluir também outros produtos. Esclarece-se, contudo, que os dados referentes às exportações de PVC-S do México, obtidos no Siavi 5.0, dizem respeito ao código 3904.10.03, que é utilizado especificamente para indicar o PVC-S - Poli(cloruro de vinilo) (P.V.C.) obtenido por los procesos de polimerización en masa o suspensión.

463. Isso posto, observou-se diminuição no quantitativo exportado de PVC-S pelos EUA entre P1 e P5 (-17,3%), enquanto as vendas externas do México aumentaram cerca de 1,7% no mesmo período. Em relação ao total exportado pelo mundo de PVC-S, as exportações de produto originárias dos EUA dos EUA e do México, em P5, representaram respectivamente 20,0% e 2,9% desse total. Se comparadas ao mercado brasileiro apurado para o mesmo período, as exportações das origens objeto de revisão equivaleram a [RESTRITO]% e [RESTRITO]%, respectivamente, desse mercado.

464. Detalha-se no quadro a seguir a evolução dos volumes de capacidade instalada, de produção e de ociosidade para os EUA, juntamente com as informações de representatividade do volume exportado em relação à quantidade produzida pela origem (perfil exportador).

Desempenho Exportador e Mercado Brasileiro (em mil de toneladas) - EUA
[CONFIDENCIAL/RESTRITO]

	Capacidade instalada nominal	Produção	Grau de utilização %	Ociosidade		Quantidade exportada	Perfil exportador
	(A)	(B)	(C) = (B) / (A)	(D) = [(100% - C)*A]	(D') = (D)*A	(E)	(F) = (E) / (B)
2016	[CONF]	[CONF]	87,2%	12,8%	[CONF]	2.767	39,6%
2017	[CONF]	[CONF]	87,2%	12,8%	[CONF]	2.704	37,6%
2018	[CONF]	[CONF]	86,8%	13,2%	[CONF]	2.965	40,4%
2019	[CONF]	[CONF]	87,4%	12,6%	[CONF]	2.947	41,2%
2020	[CONF]	[CONF]	75,5%	24,5%	[CONF]	2.420	37,9%
2021	[CONF]	[CONF]	78,1%	21,9%	[CONF]	2.810	40,9%
Mercado Brasileiro P5 (G)		[RESTRITO]					
Relação % P5/(G)	-A/(G)	B/(G)	-	-	D'/(G)	*E/(G)*	-
	[RESTRITO]	[REST]			[REST]	[RESTRITO]	

465. Destaque-se que as informações que foram reportadas pela Braskem referentes ao desempenho exportador dos EUA, obtidas do 2021 Edition: Fall 2020 Update, do IHS Markit, foram apresentadas por ano fechado e não por período da investigação de dano. Assim, optou-se por utilizar os dados referentes ao período de 2016 a 2021, que representam referências aproximadas e razoáveis para os períodos P1 a P5, utilizando como parâmetro para P5 o ano de 2020.

466. Destarte, as informações apresentadas apontam para o crescimento da capacidade instalada (9,7%) aliado à diminuição da produção (-1,7%) de PVC-S nos EUA, no período de 2016 a 2021, o que ocasionou piora no grau de utilização (de 87,2% para 78,1%) e, consequentemente, gerou o crescimento na ociosidade durante praticamente todo o período de 2016 a 2021. Comparando-se os dados apresentados na tabela anterior em relação ao volume aferido para o mercado brasileiro, todos relativos a P5, observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

467. Seguem abaixo informações sobre a capacidade produtiva estadunidense entre os anos de 2016 e 2020 (dados reais) e entre 2021 e 2025 (dados projetados).

Capacidade produtiva do EUA (dados reais)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2016	2017	2018	2019	2020
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Capacidade produtiva do EUA (projeção)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2021	2022	2023	2024	2025
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

468. Analisando os dados acima, nota-se que há previsão de aumento da capacidade instalada dos EUA de 5,3%, adotando-se o período de 2020 a 2025. Paralelamente, os dados projetados indicam que a produção dos EUA crescerá 27,5%, enquanto a demanda interna terá incremento de 12,9%. Por fim, nota-se que as previsões indicam que as exportações de PVC-S estadunidenses terão incremento de 50,8%, comparando-se o período de 2020 a 2025.

469. Passa-se a analisar as informações sobre o México. O quadro a seguir detalha a evolução dos dados de capacidade instalada, produção, ociosidade e perfil exportador referentes ao México.

Desempenho Exportador e Mercado Brasileiro (em mil toneladas) - México
[CONFIDENCIAL/RESTRITO]

	Capacidade instalada nominal	Produção	Grau de utilização %	Ociosidade		Quantidade exportada	Perfil exportador
	(A)	(B)	(C) = (B) / (A)	(D) = [(100% - C)*A]	(D') = (D)*A	(E)	(F) = (E) / (B)
2016	[CONF]	[CONF]	71,9%	28,1%	[CONF]	325	57,7%
2017	[CONF]	[CONF]	77,7%	22,3%	[CONF]	342	56,3%
2018	[CONF]	[CONF]	73,9%	26,1%	[CONF]	343	59,2%
2019	[CONF]	[CONF]	76,8%	23,2%	[CONF]	390	64,9%
2020	[CONF]	[CONF]	70,2%	29,8%	[CONF]	325	59,1%
2021	[CONF]	[CONF]	70,2%	29,8%	[CONF]	350	63,6%
Mercado Brasileiro P5 (G)		[RESTRITO]					
Relação % P5/(G)	-A/(G)	B/(G)	-	-	D'/(G)	*E/(G)*	-
	[RESTRITO]	[RESTRITO]			[RESTRITO]	[RESTRITO]	

470. No tocante às informações apresentadas de desempenho exportador para o México, ressalta-se que, de forma similar ao ocorrido com os dados dos EUA, a Braskem apresentou dados por ano fechado e não por período de investigação de dano. Assim, também se optou por utilizar os dados referentes ao período de 2016 a 2021, que representam referências aproximadas e razoáveis para os períodos P1 a P5.

471. Assim, os dados reportados pela Braskem, obtidos da 2021 Edition: Fall 2020 Update, do IHS Markit, apontam para uma manutenção na capacidade instalada do México durante o período de 2016 a 2021. Observou-se redução na produção (-2,3%), o que resultou na diminuição do grau de utilização (de [RESTRITO] p.p.) e, consequentemente, no aumento em [RESTRITO] p.p. da ociosidade durante os extremos do período reportado (2016 a 2021). Comparando-se os dados apresentados para a origem constantes da tabela anterior com o volume mensurado para o mercado brasileiro, todos relativos a P5, observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

472. O quadro abaixo retrata os dados referentes à capacidade produtiva do México entre os anos de 2016 e 2020 (dados reais) e entre 2021 e 2025 (dados projetados).

Capacidade produtiva do México (dados reais)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2016	2017	2018	2019	2020
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Capacidade produtiva do México (projeção)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2021	2022	2023	2024	2025
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

473. Observa-se que o mercado doméstico mexicano de PVC-S tende a crescer 7% no período de 2020 a 2025. Por outro lado, as exportações tendem a aumentar 23,1%. Tal fato é explicado em parte pelo aumento da produção em 9,5% e pelo incremento das importações de PVC-S em 25%. Destaca-se que não há previsão de aumento da capacidade produtiva dos produtores mexicanos para os próximos anos.

474. Por outro lado, o relatório mensal de março de 2021 do IHS Markit indicou que o mercado doméstico mexicano de PVC (incluindo outros tipos além do PVC obtido por suspensão) enfrentou dificuldades no início de 2021 para assegurar a oferta do produto. A baixa oferta de PVC no mercado doméstico mexicano, que gerou aumentos consecutivos no preço do produto, ocorreu devido a interrupções na entrega de VCM originário dos EUA causadas pela tempestade de inverno Uri, em fevereiro de 2021. Relatou-se que alguns compradores conseguiram importar o produto da Ásia, para entrega em abril.

475. Nesse sentido, verificam-se volumes relevantes nos dados mexicanos, quando comparados ao volume do mercado brasileiro, relativos à sua capacidade instalada, ao seu volume de produção, à capacidade ociosa existente e ao volume de exportações para o mundo, configurando potencial exportador relevante. Contudo, cabe destacar que o mercado mexicano pareceu passar em 2021 por um período de restrições na oferta por parte de sua indústria local, situação sobre a qual não há elementos indicando sobre o quanto deverá ou não perdurar, lançando eventuais dúvidas sobre o comportamento futuro de seu potencial exportador.

5.2.1. Das manifestações acerca do desempenho produtor/exportador

476. Em suas manifestações protocoladas em 16 de maio e 10 de junho de 2022, a Shintech questionou as conclusões realizadas pela SDCOM, com base na consultoria IHS, de que as exportações dos EUA teriam um incremento de 50,8% de 2020 a 2025.

477. Para a empresa, projeções para um cenário tão distante guardariam alto grau de incerteza, sendo que essas previsões não teriam se materializado na realidade, conforme dados de exportações apresentado por ela para o período de 2020 e 2021. Por conseguinte, concluiu que menores taxas de utilização da capacidade instalada não se reverteriam em exportações adicionais.

478. Sobre o tema, acrescentou que as justificativas apresentadas pela Braskem para os dados verificados em 2021 (Pandemia de COVID-19 e eventos climáticos nos EUA) não explicariam a queda nas exportações. Isso porque, por um lado, "as informações IHS atualizadas documentam crescimento da demanda por PVC nos Estados Unidos em 2021 e estimam crescimento de 2021 para 2022" (o que também se verificaria a nível mundial) e, por outro, eventos climáticos disruptivos teriam ocorrido em praticamente todos os anos do período de análise de continuação/retomada do dano.

479. Além disso, as projeções para o período de 2021 a 2025 estariam fora do período de análise e, portanto, não seriam relevantes, já que, em sua visão, "the objective of antidumping duties is to remedy current dumping and current injury, not future dumping/injury several Years that mey/might/could materialize only several years after the measure is imposed". Mesmo assim, dados atualizados demonstrariam que as previsões de aumento das exportações dos EUA não se traduziram na realidade, sendo inferiores ao previsto para as consultorias utilizadas (a empresa aponta que, seguindo a mesma metodologia utilizada pelo IHS, porém utilizando dados atualizados, a projeção de crescimento nas exportações estadunidenses de 2020 a 2025 seria inferior a 48%).

480. Apontou que de 2018 a 2022 houve crescimento da demanda dos EUA superou o crescimento da capacidade instalada, resultando em redução do volume exportado.

481. A Shintech também solicitou que os EUA e o Canadá sejam considerados como um único mercado doméstico para efeitos de análise, a exemplo do que considera o próprio IHS, e realizou análises considerando tal cenário. Em defesa de sua tese, a Shintech opinou que o fato de o IHS disponibilizar dados desagregados por país (Estados Unidos e Canadá) seria irrelevante para fins da revisão.

482. A própria Braskem teria admitido, segundo a Shintech, que "o preço que os EUA praticam para o Canadá não seria um preço que os EUA praticariam para o Brasil na ausência do direito". A partir dessa afirmação, a Shintech defendeu que "o fato de que os preços ao Canadá sejam 'especiais' corrobora a ideia de que a análise do desempenho exportador deve considerar exportações ao Canadá como um caso especial".

483. Para a produtora/exportadora, parcela significativa das exportações estadunidenses estaria comprometida com o Canadá. Portanto, dever-se-ia levar em conta o efeito desse comprometimento sobre o desempenho exportador.

484. Concluiu, por fim, que uma autoridade investigadora objetiva e imparcial deveria analisar a informação de capacidade produtiva, produção e exportações conjuntamente.

485. No dia 16 de maio de 2022, a Braskem tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca do potencial exportador. Frise-se que esses argumentos foram complementados e reforçados pela empresa em suas manifestações protocoladas nos dia 13 de junho e 4 de julho de 2022.

486. Em manifestação protocolada em 16 de maio de 2022, a Braskem rememorou que, no início da presente revisão, se identificou elevado potencial exportador dos EUA, sendo este o maior exportador mundial de PVC-S. Além disso, haveria previsão elevação de seu desempenho exportador decorrente de incrementos na capacidade instalada e do aumento de produção do produto.

487. A peticionária reputou distorcido o argumento da ABIPLAST e da SHINTECH de que as exportações dos EUA para o Canadá não deveriam integrar análise de potencial exportador e da performance exportadora dos EUA, tendo por fundamento a integração desses mercados, indicada no relatório IHS, e que, assim, formariam um único mercado.

488. Primeiramente, a Braskem argumentou que os dados de Supply and Demand (Oferta & Demanda) dos EUA, reportados pelo próprio IHS, não seriam dados agregados aos dados do Canadá e/ou do México. Esses dados, para os EUA, apresentariam capacidade, produção, grau de utilização, ociosidade, demanda doméstica, importações, exportações, entre outros, exclusivamente dos EUA. Para o Canadá e o México, o IHS apresentaria dados de Supply & Demand específicos e individualizados para cada um deles.

489. Destacou que a presente revisão trata de importações de PVC-S originárias dos EUA e não originárias da área de livre comércio entre EUA, Canadá e México. Assim, acertadamente, para fins de início da revisão, não se considerou a análise de potencial exportador de "forma cumulativa para os EUA, Canadá e México (nem poderia assim fazer, visto que o Canadá não é origem sob revisão)". A referência à integração entre os EUA e o Canadá (North America), objeto de acordo de livre comércio, teria se dado no contexto de análise de preço do PVC-S, uma vez que os preços praticados pelos EUA para o Canadá e México seriam diferentes ao preço praticado para outros mercados, incluindo o Brasil, em decorrência dessa da integração. Nesse contexto, a Braskem arguiu que o preço que os EUA praticariam para o Canadá "não seria um preço que os EUA praticariam para o Brasil na ausência do direito".

490. Essa conclusão de que um preço de exportação para um determinado destino não seria um preço que provavelmente seria praticado no mercado brasileiro não permitiria, de acordo com entendimento da Braskem, à autoridade a exclusão das exportações para aquele destino da análise do potencial exportador. O potencial exportador consideraria todo o volume que o país de origem exporta ou poderia exportar. E mais, continuou a Braskem, uma análise de potencial exportador levaria em conta a produção, o volume de exportações, a capacidade instalada e a capacidade ociosa da indústria e esses dados seriam analisados de forma não cumulativa e, portanto, as exportações dos EUA para o Canadá precisariam ser devidamente consideradas como exportações.

491. Tanto assim seria que, consoante a Braskem:

em casos em que se observa uma integração forte entre mercados de dois países, como é o caso aqui entre EUA e Canadá, fatores que alteram a demanda no mercado de destino são considerados como relevantes pela SDCOM na análise do potencial exportador.

No caso de vidros planos originários do México e da China, por exemplo, a SDCOM observou as variações de demanda no mercado dos EUA quando analisava o potencial exportador do México. Como os EUA eram o principal destino de exportações do México, a SDCOM entendeu que variações na demanda dos EUA influenciaram as exportações do México para demais destinos.

(...)

Se a SDCOM simplesmente desconsiderasse as exportações dos EUA para o Canadá no presente caso, estaria assumindo que a demanda canadense é sempre constante e teria que, necessariamente, desconsiderar qualquer alteração de capacidade, consumo ou produção do mercado canadense que pudessem afetar suas importações dos EUA. Esse tipo de argumentação tenta limitar a análise da autoridade, não tem fundamento legal, e é contrário à prática da SDCOM. (destaque no original)

492. Ainda assim, a Braskem realizou análise do potencial exportador dos EUA desconsiderando as exportações para o México e para o Canadá e destacou ele ainda seria muito significativo quando comparado com o mercado brasileiro. Por exemplo, a capacidade ociosa dos EUA, em si, já seria maior que o mercado brasileiro, existindo capacidade suficiente para "inundar o mercado brasileiro". Também o volume exportado pelos EUA, excluindo-se as operações para o México e o Canadá, equivaleria a 95% do mercado brasileiro em P5. Consideradas, então, a capacidade ociosa com as exportações dos EUA, excluindo-se aquelas realizadas para o Canadá e para o México, encontrar-se-ia um volume disponível para exportações equivalente a quase o dobro do mercado brasileiro em P5. Restaria, assim, demonstrado, de acordo com a peticionária a existência de potencial exportador significativo em relação ao mercado brasileiro.

493. Acrescentou ainda, a respeito do tema, que não foram retiradas as exportações dos EUA para o Canadá como preço provável - "até porque tratar-se-ia de uma questão de continuação, e não de retomada, em que a análise de subcotação não é de preço provável".

494. A Braskem também indicou ter ocorrido atualização dos dados de Supply & Demand no curso da presente revisão. Apontou que, em relação aos dados considerados para fins de início, os dados para o ano de 2020 seriam, agora, dados reais e não estimativas, e os dados de 2021 seriam projeções, mas, agora, atualizadas. Esses dados atualizados indicariam um volume de exportações inferior dos EUA quando comparados com os dados considerados para fins de início. Assim, o desempenho exportador do ano de 2020 (antes calculado em 37,9% pela SDCOM no Parecer de Abertura desta revisão) passaria a ser de 35,5% e, o de 2021, de 40,9%, passaria a ser de 29,1%.

495. Com base nessa diferença, a Braskem mencionou que a ABIPLAST e a Shintech estariam tentando desconstruir a análise de potencial exportador e indicar que o perfil exportador dos EUA não é preocupante. No entanto, a produtora/exportadora e a associação estariam deixando de explicar o que ocorreu no período. As projeções não teriam se concretizado "por motivos bastante específicos, sendo eles: 1) a pandemia da COVID-19; e 2) a paralisação da produção de PVC-S nos EUA, em razão de fortíssimas nevascas". Esses acontecimentos já teriam sido indicados pela autoridade investigadora no parecer de início da presente revisão e, também, referenciados no relatório "2022 World Analysis Vinyls Report" do IHS. Isto é, de acordo com conclusão da Braskem, "a queda nas exportações de PVC-S dos EUA ocorreu por circunstâncias pontuais, e não estruturais" e se observaria retomada do desempenho exportador nos anos vindouros.

496. Acerca da argumentação da Shintech de que os efeitos da pandemia já seriam estudados, a Braskem asseverou que a pandemia, em si, já se caracterizaria como um evento completamente atípico e incerto. Além disso, afirmou que, os impactos causados pelo novo vírus continuaram sendo incertos. O surgimento de variantes, como a Ômicron em novembro de 2021 e as incertezas das políticas adotadas por governos locais, como a "política chinesa de COVID zero", teriam feito com que as projeções da publicação não fossem tão precisas.

497. Acerca da indicação da Shintech de que a interrupção na produção, por conta da tempestade de gelo, não seria uma excepcionalidade, a Braskem entendeu que o objetivo da empresa produtora/exportadora seria o de reduzir o "impacto das nevascas e equivaler esse evento excepcional com outras paradas produtivas". Para a Braskem, todavia:

"(...) as nevascas foram excepcionais por conta da magnitude do seu impacto na produção. A Shintech tratou os outros eventos de força maior em sua manifestação como confidenciais, mas todos eles impactaram a produção da mesma forma? Eles tiveram um impacto similar ao causado pelas nevascas? Essas perguntas são importantes porque o IHS estimou que, por conta das tempestades, 83,5% da capacidade de PVC dos EUA no período que durou a nevasca foi de alguma forma impactada." (destaque no original)

498. Concluiu, portanto, que a nevasca não teria sido uma "banal" paralisação na produção e teria impactado transversalmente na produção de PVC nos EUA e seria um dos principais motivos que teriam levado à não concretização das projeções. Não se poderia comparar um evento dessa magnitude com outros eventos menores, corriqueiros e com impactos pontuais no mercado, tampouco se poderia dizer que as projeções anteriormente feitas não seriam confiáveis ou que seriam distantes da realidade.

499. Com os dados atualizados, a Braskem apontou que a projeção do crescimento das exportações de "2020 a 2020 (sic) é 44,2% e estima-se que, 2021 a 2027, as exportações dos EUA crescerão 89,6%". Os dados do IHS projetariam aumento das exportações dos EUA nos períodos seguintes, já que as projeções anteriores não se concretizaram por conta de eventos conjunturais.

500. De acordo com a peticionária, com base no relatório IHS, a capacidade instalada dos EUA se manteve a mesma já projetada, bem como os demais aspectos estruturais do mercado de PVC-S". Não existiria, dessa forma, "nenhum indicativo de que essa circunstância se perpetuará, tanto é assim que a previsão do IHS é a de que haverá retomada do crescimento".

501. De mais, a Braskem afirmou que os dados atualizados do Supply & Demand do IHS para 2020 (dados reais) apontariam que os EUA continuariam tendo exportado 35,5% de sua produção, percentual significativo, que corroboraria o fato de que esta origem detém "alto e expressivo potencial exportador". A Braskem observou, ainda, que o volume das exportações de PVC-S dos EUA no ano de 2020 correspondeu a mais de 2 vezes o mercado brasileiro em P5.

502. Concluiu, assim, que o relevante potencial exportador dos EUA confirmaria a necessidade de se manter o direito antidumping aplicado às importações de PVC-S originário desse país.

503. No que diz respeito ao México, a Braskem recordou que no parecer de início também se concluiu pela existência de relevante potencial exportador. Com fundamento nos dados de Supply & Demand do IHS, atualizados em 2022, observou-se que essa origem exportou 67,9% do PVC-S que produziu, num contexto de ocupação de 70% de sua capacidade instalada. Fica demonstrado, conforme a Braskem, que "o México tem um perfil exportador relevante e, possui possibilidade de incremento na utilização de sua capacidade instalada. Tanto é assim que as projeções do IHS indicariam aumento da produção e das exportações do México de PVC-S nos próximos anos.

504. No que diz respeito ao argumento da ABIPLAST de que a retomada das importações do México para o Brasil seria improvável dado o relacionamento entre a produtora Mexichem do México e parte relacionada na Colômbia, a Braskem arguiu que as exportações da Colômbia para o Brasil não impediriam que o México passasse a exportar para o Brasil a preços de dumping. Sobre o tema, a empresa apontou excerto do Parecer DECOM nº 38, de 2006, de forma confidencial, o qual, no entanto, se

transcreve abaixo, por se tratar de informação pública, divulgada no D.O.U. de 28 de setembro de 2016 (página 26), na Resolução CAMEX nº 89, de 2016, que encerrou a anterior revisão de final de período:

Ademais, acerca das alegações da ABIPLAST e da Shintech de que seria improvável a retomada das exportações do México para o Brasil dado o relacionamento da produtora mexicana com a produtora colombiana, ressalta-se que a simples relação de uma empresa e outra não torna improvável a retomada das transações do México com o Brasil. Contrariamente, a alegada utilização da relacionada na Colômbia para exportar o produto similar ao Brasil é um reflexo da aplicação do direito antidumping sobre o produto originário do México. A eliminação do direito, portanto, tornaria novamente o mercado brasileiro atrativo para as exportações mexicanas, independentemente do relacionamento entre as duas empresas.

505. Concluiu que "mesmo com as exportações da Colômbia para o Brasil, o Brasil continua sendo um mercado atraente para as exportações mexicanas, caso o direito AD seja retirado". Em primeiro lugar, porque, "embora as importações de PVC-S originárias da Colômbia estejam sujeitas à tarifa zero em decorrência de acordo de livre comércio", as importações de PVC-S originárias do México também estariam sujeitas a benefícios na importação. Consoante apontado pela peticionária, a Tarifa Externa Comum (TEC) teria sofrido redução horizontal de 10% no dia 05 de novembro de 2021 e no dia 24 de maio de 2022, o que teria incluído as importações de PVCS, somando, assim, uma redução de 20%. A isso, se somaria o fato de que as importações do México não estariam sujeitas ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e que existiria preferência tarifária de 20% nas exportações do México para o Brasil, em razão de Acordo de Livre Comércio. Como resultado, as importações de PVC-S originárias do México passariam a estar sujeitas a II de somente 8,9%. Ademais, em 8 de junho de 2022, teria sido publicado o Decreto nº 11.090, de 2022, por meio do qual se excluiu o custo da capatazia da base de cálculo do imposto de importação, reduzindo ainda mais os custos para internação do produto.

506. Além disso, com base nos dados atualizados de Supply & Demand do IHS, indicariam que a capacidade de produção de PVC-S do México seria quase o dobro da capacidade de produção de PVC da Colômbia. Isso indicaria que a Colômbia teria uma capacidade de produção menor e uma maior utilização dessa capacidade; enquanto, em 2020, o México teria apresentado nível de utilização de 70% da capacidade instalada, a Colômbia no mesmo período teria apresentado a utilização de capacidade no nível máximo (90%). Conclui a Braskem que não haveria margem para a Colômbia produzir mais PVC-S para ser exportado para o Brasil.

507. Adicionalmente, a Brasekm julgou relevante apontar que, diversamente do que acontece no México, a produção de PVC na Colômbia não seria integrada. Assim, se faria necessária a importação de MVC. Seria isso, portanto, mais um limitador das exportações da Colômbia que impediriam que esse país passasse a exportar mais PVC-S para o Brasil. Dessa forma, as exportações que são atualmente efetuadas pela Colômbia para o Brasil em nada mudariam o cenário de provável retomada das exportações mexicanas para o país, a preços de dumping, caso o direito AD seja retirado.

508. Por último, sobre o tema, a Braskem recordou que eventuais exportações do México para o Brasil, seriam cursadas a preço de dumping, dado que o valor normal no mercado mexicano seria mais alto do que o preço praticado pela indústria doméstica brasileira.

509. Diante do exposto, afirmou que deveria ser mantida a medida antidumping aplicada sobre as importações de PVC-S do México.

510. No dia 16 de maio de 2022, a Unipar tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidos a termo as considerações acerca do potencial exportador, conforme sintetizados a seguir. Frise-se que os argumentos apresentados foram complementados e reforçados por ocasião de manifestação apresentada no dia 4 de julho de 2022.

511. Inicialmente, acerca desse tema, afirmou que buscou "mais uma vez oferecer elementos que colaborem para a análise objetiva da autoridade investigadora, e que tomam como base situações fáticas e estatísticas verificáveis e não assunções hipotéticas ou informações enviesadas, como pretendido pelas partes contrárias".

512. Suscitou, novamente, o que qualificou como "grandezas que dão a dimensão das origens investigadas, face à indústria doméstica", pontuando que "a análise da continuação ou retomada de dano deverá basear-se no exame objetivo dos fatores e deverá pautar-se em fatos e não em conjecturas", conforme preceituariam o art. 104 c/c com o art. 102 do Decreto nº 8.058, de 2013:

- A capacidade e a produção das origens sob revisão representam 16% da capacidade e da produção mundial de PVC-S. Já a capacidade e a produção de PVC do Brasil representam, respectivamente, apenas 2% da capacidade e 1% da produção mundial de PVC-S;

- As capacidades dos EUA e do México somadas correspondem a [RESTRITO] vezes o mercado brasileiro;

- Em 2020, a demanda brasileira representou apenas [RESTRITO]% da capacidade das origens sob revisão e essa proporção deve permanecer estável nos próximos cinco anos; e

- A capacidade ociosa dos EUA e México em 2020 foi quase [RESTRITO] vezes maior que a demanda brasileira e deverá continuar assim, pelo menos, até 2025.

513. Recordou que o cenário para os próximos anos, nos EUA, apontaria tendência de incremento no potencial exportador desde 2020, resultado de aumentos de capacidade produtiva verificada em 2020, 2021 e 2022 e do aumento da produção voltada para exportação, "uma vez que o mercado norte-americano não tem perspectivas de crescimento". Adicionou que para o México também haveria "expectativa de elevado potencial exportador para os próximos anos, representando boa parte da demanda nacional". Segundo as projeções apresentadas, a Unipar alegou que o potencial exportável passaria de quatro vezes o tamanho do mercado brasileiro.

514. Para a peticionária, apesar de não se ter "realizado todas as exportações incialmente projetadas para os EUA nos anos 2020/2021, tal descompasso ocorreu por conta de eventos notórios e pontuais da economia dos EUA". Apontou, nesse sentido, "a pandemia de Covid-19 e a paralisação da produção de PVC-S em razão das nevascas". Esses eventos, relembrou, foram apontados no próprio parecer de início da revisão e "praticamente não alteram as projeções para os próximos anos".

515. Aduziu que a manutenção da capacidade instalada em conjunto com o reaquecimento da economia global poderia "favorecer a retomada mais agressiva dessas exportações". Teriam sido, no seu entendimento, identificados "fortes incentivos para desvio ainda maior da produção dos EUA para o Brasil a preços de dumping (conforme já demonstrado), caso o direito não seja renovado".

516. Ademais, a respeito da afirmação da empresa Shintech de que boa parte das exportações dos EUA estariam comprometidas com o abastecimento do mercado canadense, a Unipar alegou que a sugestão de que se realizasse a exclusão das exportações dos Estados Unidos ao Canadá para se aferir o potencial exportador dos EUA, não foi acompanhada de evidências incontestes e da apresentação de cálculo. Assim, a peticionária, exibindo tabela contendo os seus próprios cálculos, indicou "que este fator em nada altera o cenário apresentado", o que poderia ser "a razão pela qual a Shintech não apresenta os dados da forma que ela mesma sugere". Concluiu, então, que "mesmo com o ajuste sugerido pela Shintech, o potencial exportador dos EUA continua a representar entre [RESTRITO] e [RESTRITO] vezes a demanda do mercado doméstico".

517. Já no que concerne ao México, a Unipar argumentou que haveria também "expectativa de elevado potencial exportador para os próximos anos, representando boa parte da demanda nacional". Apontando dados do IHS, de 2016 até 2021, arguiu que o México "exportou 60% da sua produção". Assim, segundo a peticionária, o comportamento preponderantemente exportador do país indicaria a sua inclinação para direcionar a maior parte dos volumes que produz para mercados externos.

518. Além disso, afirmou ser importante relembrar que o país exporta a maior parte de sua produção. Além disso, a empresa Mexichem possui parte relacionada no Brasil (empresa Amanco), além de possuir planta de PVC-S na Colômbia, a partir de onde exporta o produto para o Brasil, sem o pagamento de imposto de importação.

519. Por outro lado, a existência de parte relacionada não tornaria as exportações do México para o Brasil menos atrativas, conforme arguido, na audiência, pela ABIPLAST e pela Shintech. Nessa esteira, a Unipar indicou que a capacidade ociosa das plantas no México, somada ao seu perfil exportador e às vantagens da diminuição tarifária e da isenção do AFRMM, implicariam um forte interesse pelo mercado brasileiro. Segundo a Unipar, "esta preocupação é especialmente relevante em um cenário de incremento da margem de subcotação, conforme observado em P5, por exemplo, em que os danos à indústria doméstica seriam muito significativos e teriam o condão de afetar toda a cadeia à jusante e à montante".

520. A peticionário considerou importante lançar luz sobre o fato de que:

recentemente a SDCOM, mesmo diante de evidências relevantes quanto à probabilidade de retomada de dumping e de dano, caso a medida antidumping vigente contra o PVC-S importado da China não fosse renovada, optou por suspendê-la em função de dúvidas quanto à evolução futura de tais importações.

Ato seguinte, o que se verificou foi um movimento de aumento crescente de tais importações que atingiram em pouquíssimos meses patamares recordes. Como consequência, a SDCOM, a partir de solicitação da Unipar Indupa, reaplicou a medida anteriormente vigente meses depois.

Na oportunidade, a própria SDCOM reconheceu que a suspensão do direito fez com que as importações do produto chinês disparassem. Destaque-se que isso ocorreu antes de qualquer impacto da redução da alíquota de importação ocorrida em dezembro de 2020, com efeitos apenas a partir de março de 2021.

5.2.2. Dos comentários acerca das manifestações sobre o desempenho produtor/exportador

521. Antes que se proceda à análise individual das argumentações apresentadas pela parte, necessário se faz, em favor de maior clareza, firmar as bases sobre as quais se realiza determinação pela necessidade ou não de prorrogação de medida antidumping em vigor.

522. O Artigo 11.3 do Acordo Antidumping estabelece que:

11.3 Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, any definitive anti-dumping duty shall be terminated on a date not later than five years from its imposition (or from the date of the most recent review under paragraph 2 if that review has covered both dumping and injury, or under this paragraph), unless the authorities determine, in a review initiated before that date on their own initiative or upon a duly substantiated request made by or on behalf of the domestic industry within a reasonable period of time prior to that date, that the expiry of the duty would be likely to lead to continuation or recurrence of dumping and injury. The duty may remain in force pending the outcome of such a review. (grifou-se)

523. A provisão acima torna patente que, como resultado de uma revisão de final de período, deve a autoridade investigadora concluir pela probabilidade (ou não) de que haja uma continuação ou retomada do dumping e do dano dele decorrente, caso a medida em vigor seja extinta. Essa afirmação comporta algumas nuances dignas de maior detalhamento.

524. A primeira consequência da leitura acima é que, diferentemente do que ocorre em investigações originais, o Acordo Antidumping não exige, para fins de prorrogação de medida vigente, que se constate a existência de dumping ou de dano (embora tal avaliação possa ser útil para a conclusão final da autoridade), mas uma determinação positiva no sentido de que a expiração da medida levará, provavelmente, à continuação ou retomada de dumping e de dano.

525. Essa interpretação é suportada pela decisão do Órgão de Apelação no caso US - Corrosion-Resistant Steel Sunset Review (DS244), no que tange ao dumping:

107. [...] In an original anti-dumping investigation, investigating authorities must determine whether dumping exists during the period of investigation. In contrast, in a sunset review of an anti-dumping duty, investigating authorities must determine whether the expiry of the duty that was imposed at the conclusion of an original investigation would be likely to lead to continuation or recurrence of dumping.

526. Já no que tange ao dano, semelhante compreensão é defendida pelo Painel no caso EU Footwear (China) (DS405):

7.329 [...] In original anti-dumping investigations, investigating authorities must determine whether the domestic industry of a Member is materially injured by dumped imports. At this stage, the focus is on the existence of "material injury" at the time of the determination. That determination is made under Article 3, based on information concerning the necessary and relevant factors for some previous period. In contrast, in an expiry review, an anti-dumping measure has been in place for some time, and investigating authorities must, based on a fresh analysis, determine whether the expiry of that measure would be likely to lead to continuation or recurrence of injury.

527. Em segundo lugar, não se disputa o fato de que as análises demandadas devem ser levadas a cabo com base em evidências positivas, e não em meras especulações, consoante decidiu o Painel no Caso US Corrosion-Resistant Steel Sunset Review (D244) - com concordância ulterior expressa do Órgão de Apelação:

7.271 [...] The requirement to make a "determination" concerning likelihood therefore precludes an investigating authority from simply assuming that likelihood exists. In order to continue the imposition of the measure after the expiry of the five-year application period, it is clear that the investigating authority has to determine, on the basis of positive evidence, that termination of the duty is likely to lead to continuation or recurrence of dumping and injury. An investigating authority must have a sufficient factual basis to allow it to draw reasoned and adequate conclusions concerning the likelihood of such continuation or recurrence.

528. O Órgão de Apelação, no caso US Oil Country Tubular Goods Sunset Reviews (DS268), no entanto, ao analisar mais detidamente o requerimento de que a conclusão sobre a probabilidade de continuação ou retomada do dumping e do dano dele decorrente se alicerce em evidência positiva, realizou as seguintes ressalvas:

340. We observe that most of the arguments put forward by Argentina on appeal with respect to the application by the USITC of the standard of likelihood is centred on the premise that some of the factors presented by the USITC are speculative. In particular, Argentina seems to assume that positive evidence requires absolute certainty on what is likely to occur in the future. We have some difficulty with this line of reasoning. Of course, we agree with Argentina that the investigating authority's likelihood determinations under Article 11.3 must be based on "positive evidence". As the Appellate Body stated in US - Hot-Rolled Steel:

[...]

341. The requirements of "positive evidence" must, however, be seen in the context that the determinations to be made under Article 11.3 are prospective in nature and that they involve a "forward-looking analysis".Such an analysis may inevitably entail assumptions about or projections into the future. Unavoidably, therefore, the inferences drawn from the evidence in the record will be, to a certain extent, speculative. In our view, that some of the inferences drawn from the evidence on record are projections into the future does not necessarily suggest that such inferences are not based on "positive evidence". The Panel considered that the five factors addressed by the USITC were supported by positive evidence in the USITC's record and, as we have explained, we see no reason to disagree with the Panel.

529. Por fim, é patente que o Artigo 11.3 do Acordo Antidumping não estabelece nenhuma metodologia específica para avaliação quanto à probabilidade de continuação ou retomada do dumping e do dano.

530. A esse respeito, o Painel, no caso US Corrosion-Resistant Steel Sunset Review (DS244), afirmou que:

7.166 [...] Similarly, we observe that Article 11.3 is silent as to how an authority should or must establish that dumping is likely to continue or recur in a sunset review. That provision itself prescribes no parameters as to any methodological requirements that must be fulfilled by a Member's investigating authority in making such a "likelihood" determination. [...]

531. As observações anteriores dão conta de que as principais regras aplicáveis às revisões de final de período (e relevantes para a análise dos argumentos das partes) podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Para a prorrogação de uma medida antidumping em vigor, não é necessário que se constate a existência de dumping ou dano atual (ou recente);

- Para a prorrogação de uma medida antidumping em vigor, deve-se concluir que, caso extinta a medida, é provável que haja continuação ou retomada do dumping e do dano dele decorrente (análise prospectiva);

- A análise a ser realizada para que se alcance as supracitadas conclusões deve ser fundamentada em evidência positiva;

- Uma análise baseada em evidência positiva não exige certeza absoluta sobre o que é provável ocorrer no futuro. Esse exame invariavelmente envolverá pressuposições ou projeções sobre o futuro. Assim, inevitavelmente, as inferências extraídas das evidências constantes dos autos serão, em certa medida, especulativas; e

- O Acordo Antidumping não estabelece nenhuma metodologia específica para a análise de "probabilidade".

532. Feitas essas considerações, percebe-se, de plano, que, ao contrário do posicionamento defendido pela Shintech, as incertezas inerentes às projeções futuras de mercado realizadas pela IHS ou o fato de que os dados projetados não coincidiram exatamente com os verificados posteriormente não as invalida nem as torna irrelevante para fins da presente revisão. Conforme entendimento jurisprudencial colacionado, tal nível de incerteza é aceitável e, até mesmo, inevitável em avaliações prospectivas como as requeridas pelo Artigo 11.3 do Acordo Antidumping.

533. Apesar das divergências verificadas entre os dados previstos e os verificados posteriormente, é de se levar em conta que as projeções foram elaboradas por empresa especializada em análise de indústrias e mercados, que realiza constantes pesquisas acerca dos dados utilizados.

534. Ademais, por mais bem embasada que seja qualquer análise nesse sentido, acerca do cenário futuro esperado, dificilmente se logrará antevê-lo com absoluta precisão. Tampouco se espera isso da entidade ou da autoridade investigadora. O que se exige, na verdade, é que o exame se dê de forma objetiva, a partir dos dados disponíveis à época de sua realização.

535. Recorde-se, também, que a análise prospectiva do IHS não se constituiu no único elemento considerado para a análise do desempenho do produtor/exportador. Conforme detalhado no item 5.2, verificaram-se dados para os períodos de P1 a P5 e de 2016 a 2021, como exportações de PVC-S globais e dos países sujeitos à medida, capacidade instalada, grau de ocupação dessa capacidade e nível de ociosidade, volume de produção e de exportação, perfil exportador, importações e demanda interna.

536. Mesmo esses dados pretéritos reforçam a probabilidade de que, caso seja extinta a medida, ocorrerá continuação do dumping, no caso dos Estados Unidos, e sua retomada, no Caso do México. Perceba-se, por exemplo, que a exportações estadunidenses oscilaram entre [RESTRITO]% e [RESTRITO]% do mercado brasileiro, de P1 a P5. Já as mexicanas, oscilaram entre [RESTRITO]% e [RESTRITO]% do mesmo mercado, considerando-se essas proporções, em ambos os casos, significativas.

537. No que tange ao grau de ociosidade, os dados estadunidenses apontam para um nível de 21,9% em 2021 (após partir de um percentual de 12,8% em 2016). Já em se tratando de México, essa ociosidade sai de 28,1% em 2016 e atinge 29,8% em 2021.

538. Para o perfil exportador, tem-se uma variação, de 2016 a 2021, de 39,6% a 40,9% para os Estados Unidos, e de 57,8% a 63,6%, para o México.

539. Verifica-se, assim, que mesmo os dados pretéritos indicam que ambas as origens possuem capacidade significativa de redirecionar o PVC-S por elas fabricado para o mercado brasileiro, em caso de extinção da medida antidumping, o que reforça, em conjunto com os demais fatores analisados, a probabilidade de continuação/retomada do dumping.

540. Rechaça-se, também, o posicionamento da Shintech de que as projeções futuras não teriam utilidade para as análises a serem realizadas "because the objective of antidumping duties is to remedy currente dumping and current injury, not future dumping/injury several Years that may/might/could materialize Only several Years after the measure is imposed". Conforme já afirmado anteriormente, inclusive com base em jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em se tratando de revisão de final de período, nem sequer se exige a existência de dumping ou de dano atual ou recente. O que se deve analisar é justamente o que provavelmente ocorrerá no futuro, caso a medida seja descontinuada.

541. Sobre o pedido da Shintech para que os mercados Canadense e Estadunidense sejam considerados um único mercado, entende-se pela ausência de amparo legal para tanto. O Artigo 11.3 é claro ao determinar que a conclusão da autoridade investigadora deve se relacionar ao que provavelmente ocorrerá caso a medida seja extinta. No presente caso, a medida aplica-se sobre as importações originárias dos Estados Unidos e do México, sendo estes os mercados relevantes para fins de análise, não havendo sobretaxação para aquelas originárias do Canadá. Decerto não se ignoram possíveis influências que modificações no mercado canadense possam exercer sobre a capacidade de os Estados Unidos continuarem a praticar dumping em suas exportações para o Brasil, inclusive considerando o grau de integração econômica entre as duas nações. Não obstante, tais modificações serviriam para explicar comportamentos nos números estadunidenses, e não para que se considerassem ambos os países como um único mercado. Perceba-se, também, que a decisão de o IHS tratar os Estados Unidos e o Canadá como um único mercado para fins das suas análises, possivelmente em função de semelhanças estruturais entre ambos, não implica a adoção de tratamento semelhante em uma revisão de medida antidumping, a qual se sujeita a regras específicas estabelecidas no Acordo Antidumping, às quais não se submetem os estudos do IHS. Isso se torna ainda mais patente em havendo divulgação de dados segregados por país.

542. Quanto às afirmações de que uma autoridade imparcial deve considerar conjuntamente dados sobre capacidade instalada, produção e exportações, confirma-se que tal análise conjunta foi realizada, conforme se verifica no item 5.2.

543. Por fim, dadas as considerações acima, reafirma-se o entendimento, em consonância com as conclusões defendidas pela Unipar e pela Braskem, de que o desempenho exportador analisado caminha no sentido reforçar a conclusão pela probabilidade de continuação do dumping pelos Estados Unidos e de sua retomada pelo México, caso a medida seja extinta.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

544. O art. 107 c/c o inciso III do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se ocorreram eventuais alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo eventuais alterações na oferta e na demanda do produto similar.

545. A Braskem disponibilizou informações dos relatórios sobre vinílicos publicados pela IHS Markit (2021 World Analysis - Vinyls, Global Vinyls Report - Monthly Market Report dos meses de dezembro/2020 a março/2021 e 2021 Edition: Fall 2020 Update), que neste item serão tratados meramente como "publicações". Os dados dessas publicações são disponibilizados por ano civil fechado, tendo sido considerados os anos de 2016 a 2020 como referências para os períodos P1 a P5. As publicações disponibilizam informações sobre o mercado mundial da cadeia de produtos vinílicos, incluindo PVC-S, por região geográfica. Além disso, determinadas informações são apresentadas de forma individualizada para países relevantes para o setor produtivo.

546. De acordo com as publicações, o mercado mundial de PVC-S vem crescendo constantemente nos últimos anos, o que é justificado pelo desenvolvimento econômico dos países e pela expansão de atividades que utilizam o PVC-S de forma intensiva, em especial os setores de construção civil e de infraestrutura. Não obstante, as publicações indicam a queda na utilização de PVC-S para a fabricação de produtos de consumo, tais como embalagens de comida, brinquedos e produtos para bebê, ocasionada por preocupações de saúde relacionadas aos ftalatos. Ainda assim, as publicações afirmam que o mercado de PVC está assegurado, a despeito de eventuais mudanças no padrão de consumo ([CONFIDENCIAL]).

547. Conforme as publicações, observou-se retração na demanda no primeiro semestre de 2020, ocasionada em grande parte pela pandemia de Covid-19. Contudo, a demanda se recuperou de forma expressiva ainda no segundo semestre de 2020, ocasionada pela retomada da indústria chinesa e pelo crescimento do setor de construção civil, que utilizou o período para acelerar e concluir obras. Outros fatores que contribuíram para a retomada da demanda foram a necessidade de adequação de residências a novas dinâmicas de trabalho e o aporte direto de capital na economia por governos em decorrência da pandemia de Covid-19.

548. Ainda, segundo consta das publicações, havia a expectativa de aumento gradual na oferta mundial de PVC-S, contudo, devido a situações climáticas adversas que impactaram negativamente a produção de PVC-S nos EUA, em especial, devido à ocorrência de cinco furacões em 2020 e à tempestade de inverno Uri, em fevereiro de 2021, a oferta de PVC continuou aquém da demanda. Ainda assim, esperava-se que a demanda por vinílicos continuasse crescendo em 2021, conforme o ritmo de vacinação contra a Covid-19 aumentasse e as atividades retornassem à normalidade, bem como em decorrência de investimentos contínuos em construção civil e em infraestrutura, em especial em mercados em desenvolvimento.

549. O mercado brasileiro também foi afetado por esses fatores, tendo sido constatada situação de desabastecimento, o que motivou as decisões da Camex de reduções temporárias da alíquota do imposto de importação de PVC-S mediante o estabelecimento de quotas, conforme detalhado no item 3.3.

550. Ainda, as projeções constantes das publicações indicam que o crescimento da demanda nos mercados em desenvolvimento será acima da média, diferentemente do crescimento mais estável em mercados desenvolvidos, tal como o mercado estadunidense. Sobre o tópico, ressalta-se que há estimativa de que a recuperação da demanda ocorra de forma mais significativa nos EUA do que nos países europeus, considerando que o setor de moradia estadunidense impulsionará o consumo de PVC-S nos próximos cinco anos.

551. Sobre os EUA, consta das publicações a indicação de que a vantagem competitiva em custos dos produtores estadunidenses, que utilizam óleo e gás de xisto (shale oil and gas) como fontes energéticas, vem diminuindo, tendo em vista a redução do custo dos produtores de outros países que utilizam derivados de petróleo, devido à redução do preço do petróleo cru e da nafta. Ainda assim, consta das publicações a estimativa de que os EUA manterão essa vantagem competitiva em custos, não afetando as exportações estadunidenses de PVC-S nos próximos cinco anos. Ainda, há projeção de essas exportações passarem a representar 50% da produção de PVC-S dos EUA até 2030 (atualmente representam próximo a 40%).

552. Sobre a China, consta das publicações que a demanda por PVC-S poderá ser afetada negativamente pela expectativa de desaceleração econômica no mercado chinês, aliada ao controle exercido pelo governo nos setores de construção e infraestrutura e às preocupações ambientais. Não obstante, espera-se que o crescimento da demanda interna no mercado chinês permaneça em patamares superiores ao crescimento da Europa e da América do Norte.

553. Diante do exposto, e apesar de alguns fatores que impactam a demanda de forma negativa, a previsão é de aumento da capacidade mundial produtiva de PVC-S nos próximos anos, conforme se indica nas tabelas a seguir, que congregam os dados do mercado mundial de PVC-S dos anos fechados que abarcam parte majoritária do período de análise de dumping da presente revisão (2016 a 2020) e a projeção para os próximos cinco anos (2021 a 2025).

Dados do mercado mundial de PVC-S
Em mil toneladas

Período	Dados reais				
	2016	2017	2018	2019	2020
Produção mundial (A)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda mundial (B)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Capacidade mundial (C)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Dados do mercado mundial de PVC-S
Em mil toneladas

Período	Projeção				
	2021	2022	2023	2024	2025
Produção mundial (A)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda mundial (B)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Capacidade mundial (C)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

554. Como pode ser observado nas tabelas acima, a capacidade de produção mundial de PVC-S cresceu significativamente nos últimos anos e se manterá elevada nos próximos anos. Estimou-se, quando da realização do estudo, que o excesso de capacidade atingiria o pico em 2020/2021, o que afetaria o grau de ocupação das plantas de PVC-S, projetado em 75% para 2021, abaixo do valor que é considerado adequado (90%).

555. Relevante pontuar que, em março de 2021, os EUA e a União Europeia (UE), no âmbito das disputas DS316 e DS353 da OMC (https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds316_e.htm), chegaram a um entendimento no sentido de suspenderem, por quatro meses, as tarifas adicionais aplicadas às listas de produtos constantes das retaliações que cada uma das partes impunha à outra desde 2019 (EUA, em outubro, e UE, em novembro). Na lista de retaliação da UE de produtos dos EUA a serem sobretaxados na importação (https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/april/tradoc_157861.pdf), está o código 39041000 (poly"vinyl chloride", in primary forms, not mixed with any other substances) que abarca o PVC-S. Em junho de 2021, as partes chegaram a novo entendimento para suspenderem a aplicação dessas sobretaxas por um prazo de cinco anos.

5.3.1. Das manifestações acerca de alterações nas condições de mercado

556. Em suas manifestações protocoladas em 16 de maio e 10 de junho de 2022, a Shintech informou que as previsões sobre a capacidade produtiva mundial de PVC-S seriam significativamente inferiores àquelas consideradas para fins de início da revisão.

557. Informou que a utilização de capacidade produtiva mundial em 2021 foi superior àquela observada de 2005 a 2020. Alega também que a capacidade de 90% considerada apropriada no parecer de início, nunca foi alcançada nesse período.

558. Dessa forma, as condições de mercado atuais seriam muito mais favoráveis de que as previstas inicialmente e que a suspensão de medidas antidumping impostas pela União Europeia às importações dos EUA significariam um grande incremento no mercado das exportações dos EUA.

559. Além disso, o incremento da capacidade produtiva da China, e de outros mercados, seria acompanhado da crescente demanda desses próprios mercados domésticos. Dessa forma, essa produção adicional seria absorvida pelos próprios mercados domésticos, ou quando muito os efeitos desse aumento seriam incertos, não se traduzindo automaticamente em exportações.

560. No dia 16 de maio de 2022, a Braskem tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca das alterações nas condições de mercado. Frise-se que esses argumentos foram complementados e reforçados pela empresa em suas manifestações protocoladas nos dia 13 de junho e 4 de julho de 2022.

561. A empresa Braskem referiu-se ao art. 103, II, do Decreto nº 8.058, de 2013, afirmando que uma das análises importantes em revisões de direitos antidumping são as alterações nas condições de mercado que poderiam modificar a oferta e demanda, os preços ou a participação do produtor no mercado do país exportador. Sobre o tema a empresa teceu as considerações sumarizadas a seguir.

562. Apontou que, diversamente do que argumentou a Shintec, a análise das alterações das condições de mercado não seria de "forma alguma" limitada pela legislação nacional. O inciso III do art. 103 do Decreto indicaria que as alterações nas condições de mercado poderiam ser tanto no país exportador quanto em outros países, incluindo alterações na oferta e demanda do produto.

563. Além disso, os impactos da autossuficiência da China e da mudança do seu status para net exporter (mudança essa que já ocorreu) não seriam fatos incertos, mas, sim, fatos que permitiriam visualizar com clareza os impactos nos fluxos globais de comércio.

564. Acerca da argumentação, durante a audiência, da ABIPLAST e da Shintech, de que "com a autossuficiência da China e sua Mudança para net Exporter, há alta probabilidade de os EUA e o México direcionarem suas exportações para o Brasil", a Braskem afirmou que elas teriam ignorado "o impacto e a importância que a China

tem no mercado mundial de PVC-S e, portanto, nas exportações de PVC-S das origens sob revisão".

565. A peticionária frisou que a China seria um dos maiores mercados mundiais de PVC-S e deteria a maior capacidade instalada do mundo, três vezes maior do que aquela dos Estados Unidos "(que, por si só, já são grandes produtores de PVC-S)". Além disso, com fundamento no relatório IHS, de 2022, relatou que, nos últimos anos, a China estaria realizando investimentos robustos para o aumento de sua capacidade, com a previsão de que, de 2021 a 2026, venha a se tornar responsável por 69,3% do incremento da capacidade mundial de PVC-S, o que estaria a indicar que o país poderia ser tornar autossuficiente e um "net exporter" de PVC-S.

566. Pontuou que, no período P5 da revisão, a China teria figurado entre os cinco maiores mercados de exportação de PVC originário dos EUA e do México. Isso porque dado o tamanho do mercado chinês, o país conseguiria absorver um volume muito alto de PVC-S produzido mundialmente. Assim, a autossuficiência da China seria um elemento que poderia trazer "efeitos significativos" e teria o condão de afetar outros mercados de PVC-S. Nesse sentido, apontou que, segundo os dados de Supply & Demand do IHS, "projeta-se que, de 2021 para frente, a produção chinesa de PVC-S ultrapassará a sua demanda".

567. Na visão da Braskem, "essa movimentação da China", que passaria a ser um "net exporter", não poderia ser descartada, uma vez que alteraria substancialmente as condições do mercado mundial de PVC-S. Nessa esteira, a empresa observou, com base na projeção para 2021, que a China passaria "a exportar três vezes mais do que importa e que esse mesmo patamar de exportações se manterá nos próximos anos", resultando em perda de mercado exportador para os EUA e para o México, (dado que, a China estaria entre os cinco maiores destinos das exportações de PVC-S desses países). Além disso, a própria China se tornaria "um player capaz de exportar quantidades significativas do produto", o que poderia implicar concorrência e perda de mercado para as exportações dos EUA e do México, nas suas exportações para outros mercados. Ainda mais, na visão da peticionária, outros países, especialmente da Ásia, como Coreia do Sul e Japão, que hoje exportariam para a China, também precisariam redirecionar suas exportações, preferencialmente para outros países asiáticos, implicando que os EUA e o México precisariam concorrer com outros fornecedores por mercados na Ásia.

568. Em face da argumentação apresentada, a Braskem concluiu que "com a autossuficiência da China e com a mudança do status da China para net exporter (mudança essa que já ocorreu)", haveria "alta probabilidade de os EUA e o México direcionarem suas exportações (que antes iam para a China e para países que passarão a comprar PVC-S da China) para outros mercados, como o é o caso do Brasil, se retirado o direito AD".

569. Seguindo, acerca do argumento da ABIPLAST de que a Índia teria deixado de aplicar direitos antidumping sobre as importações de PVC dos EUA e, assim, "o país seria mais um destino provável das exportações americanas e atenuaria o potencial exportador americano, a Braskem afirmou que esse fato não seria suficiente para mitigar o potencial exportador dos EUA.

570. A peticionária arguiu que o mercado indiano tradicionalmente seria atendido por importações de origens asiáticas, notadamente Japão, Taipé Chinês e Coreia, maiores responsáveis em exportar PVC para a Índia. Isso seria resultado da preferência, em geral, do mercado indiano por essas origens. Além disso, no ano de 2019, teria ocorrido aumento do imposto de importação de 7,5% para 10% para as importações da maioria das regiões, à exceção dos países do sudeste asiático e Japão, que possuiriam acordos de livre comércio e teriam tido suas tarifas anteriores mantidas (5% e 0%, respectivamente). Nessa medida, o Japão tenderia a ser o maior exportador para o mercado indiano, uma vez que, gozando de preferência tarifária, teria elevado consideravelmente as suas exportações.

571. A Braskem também julgou importante lançar luz sobre o volume consumido pelo mercado indiano vis-à-vis a capacidade total dos EUA e indicou que essa capacidade total seria muito superior ao volume total importado pela Índia nos anos de registro. Somar-se-ia a essa observação a previsão de que não haveria aumento significativo de consumo doméstico indiano e de que o aumento de importações da Índia ocorreria "na mesma tendência de aumento da capacidade americana".

572. Ainda que se considere apenas a capacidade ociosa dos EUA para exportação (excluindo o consumo doméstico), observar-se-ia que essa capacidade ainda seria muito superior ao mercado indiano e seria capaz de atender todas as importações daquele mercado, não obstante esse cenário se afiguraria pouco provável, pela tendência de consumo regional e preferências tarifárias já apontadas.

573. Destarte, para a Braskem,

mesmo com a extinção dos Direitos AD dos EUA, é pouco provável que haja um deslocamento das origens que exportam para a Índia com prevalência dos EUA. Para competir no mercado indiano com os países da região, os EUA têm que lidar com fretes relativos à um deslocamento muito maior e a origem não tem as mesmas preferências tarifárias que países da região. Ou seja, é pouco provável que direcionem volumes significativos ao mercado indiano.

574. Desta maneira, consoante entendimento da peticionária, restaria clara a necessidade de se avaliar "com cuidado" a afirmação de que "a extinção pela Índia dos Direitos AD aplicados às importações de PVCS dos EUA é uma alteração significativa de condições de mercado", tendo em vista a "proporção da capacidade americana em relação ao mercado indiano", o que não tornaria "menos ameaçadora capacidade dos EUA".

575. Acerca da afirmação da Shintech de que tais fatos seria mera especulação, a Braskem arguiu que o potencial exportador dos EUA seria muito diferente do potencial exportador da Colômbia e Argentina, que, representaram, respectivamente, 2,7% e 5,7% da capacidade dos EUA); e exportaram 13% e 1,98% do volume exportado pelos EUA. Assim, não seria possível incluir em "patamares semelhantes o potencial exportador dos EUA e o da Colômbia e Argentina, já que os EUA possuem uma dimensão muito mais ameaçadora".

576. Ainda sobre a extinção das medidas antidumping pela Índia, a peticionária refutou o argumento apresentado pela Shintech de que o aumento significativo nas importações da Coreia do Sul e do Japão e de Taipé Chinês em decorrência dessa extinção, também se observaria nas importações dos EUA. Para a Braskem "correlação não implica em causalidade. As demais origens supostamente terem aumentado suas exportações depois da extinção do direito não significa, necessariamente, que os EUA necessariamente o farão". Afirmou ainda que "a ginástica analítica proposta pela Shintech, de comparação de variações, é confusa e não é usual em análises da SDCOM". Acrescentou ainda que a produtora/exportadora apresentou os dados "dessa forma pouco usual porque os dados observados de forma contínua (como é usual nas análises da SDCOM) não mostram o pico de importações logo após a extinção das medidas AD". E mais, afirmou que poder-se-ia ver "claramente que o aumento das importações das origens em discussão (Japão, Taiwan e Coreia do Sul) não condizem com as datas de extinção desses direitos AD":

Os direitos AD aplicados às importações sul coreanas foram extintos em janeiro de 2013. Logo após essa data, não vemos um pico de importações da Coreia, que só começaram a crescer de forma significativa a partir de 2016. Da mesma forma, as importações de Taiwan e Japão começaram a crescer de forma significativa a partir de 2016, sendo que os direitos AD aplicados às importações da origem só foram extintos em junho de 2019.

577. A Braskem mencionou, em sequência, que durante a audiência citou-se a "suspensão da sobretaxa brevemente aplicada pela União Europeia (UE) às importações dos EUA", o que incluiria o produto PVC-S, argumentando-se que "os EUA poderiam direcionar seu potencial exportador para aquele destino, e não, para o Brasil".

578. Segundo a Braskem, em manifestação apresentada anteriormente à audiência, a Shintech teria argumentado que, após a suspensão da sobretaxa, as exportações dos EUA já "mostravam um aumento de 237% entre o primeiro trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2022", o que mostraria que os EUA já estariam aumentando significativamente suas exportações para o bloco europeu. A Braskem, contudo, interpretou que o aumento na tendência das exportações dos EUA para a UE "só demonstraria, na verdade, que a origem está voltando a ter um fluxo normal, i.e., semelhante ao que era praticado antes da sobretaxa", que teria sido aplicada pela UE em novembro de 2019 e suspensa em junho de 2021. Não haveria qualquer indício de que o volume pós suspensão da sobretaxa seria significativamente mais alto do que era praticado pelos EUA antes da sobretaxa, capaz de absorver grande parte do excedente produtivo dos EUA.

579. A Braskem aduziu a que "historicamente, a UE é um bloco com baixa penetração de importações", em decorrência de "uma elevada capacidade instalada dentro do bloco e da união aduaneira que permite que esse produto circule livremente por seus membros com condições tarifárias e custos logísticos extremamente vantajosos". Dessa forma, seria pouco provável que os EUA conseguissem aumentar significativamente suas exportações para o bloco, mesmo com a queda na sobretaxa das importações. Além disso, apontou que não existiria qualquer "previsão mercadológica" de que o destino venha a experimentar um aumento significativo de importações nos próximos anos.

580. Acerca da comparação do volume importado pela UE com o mercado brasileiro trazida pela Shintech para demonstrar que as importações seriam significativas para a UE, a Braskem afirmou que ela não faz o menor sentido, pois estariam sendo confrontados dois mercados completamente diferentes.

581. Para a peticionária, esses fatos corroborariam a tese de que, "mesmo com a extinção da sobretaxa antes aplicada pela UE, é pouco provável que os EUA consigam direcionar parte significativa de seu potencial exportador para o mercado europeu". Ainda assim, arguiu que "mesmo que os EUA fossem responsáveis por todas as importações do bloco europeu, o potencial exportador do país ainda seria significativo quando comparado com o mercado brasileiro", uma vez que ainda possuiriam volume disponível para exportação superior ao mercado brasileiro em P5.

582. Tendo em conta os argumentos apresentados, a Braskem asseverou que restaria claro que a autossuficiência da China e sua mudança para net exporter, a extinção dos direitos antidumping aplicados na Índia e a suspensão da sobretaxa aplicada pela UE, considerados, individualmente ou em conjunto, não seriam capazes de alterar as condições de mercado de maneira significativa, a ponto de tornar-se o potencial exportador dos EUA "menos ameaçador à indústria doméstica brasileira".

583. Em manifestação protocolada em 4 de julho de 2022, a Unipar teceu comentários sobre a afirmação da Shintech de que o "fato de a China se tornar exportadora líquida de PVC-S não incrementa a probabilidade de que haja desvio das exportações dos EUA para o Brasil, em caso de não renovação dos direitos ora em revisão".

584. Destacou, primeiramente, que no caso do polipropileno, citado como precedente pela Shintech, descartou-se esse efeito, "indicando que haveria dúvidas sobre tal relação". Isso não obstante, a peticionária afirmou ser "totalmente descabida" a comparação realizada, uma vez que "o produto e as origens investigadas são distintos nos dois casos".

585. A Unipar argumentou que, no presente caso, a probabilidade de que o incremento da capacidade da China venha a diminuir "ainda mais a chance de que os EUA exportem seus produtos para lá é real". Acrescentou que, "em 2021 já houve uma queda considerável das exportações dos EUA para a China. O montante caiu de 242 mil tons em 2020 para 21 mil tons em 2021".

586. Em continuação, abordando a argumentação da Shintech a respeito da extinção do direito antidumping aplicado pela Índia sobre as importações de PVC originário dos EUA, a Unipar afirmou que "mesmo que as importações indianas já sejam elevadas e vão assim continuar", o abastecimento desse mercado seria realizado por empresas localizadas na Ásia, em especial Japão, Taiwan e Coréia do Sul, que possuiriam "vantagens logísticas muito relevantes em relação ao produto norte-americano". Concluiu que não haveria qualquer indício de que as importações dos EUA para Índia iriam aumentar, "a ponto de fazer com que os EUA deixem de possuir potencial exportador elevado o suficiente para inundar o mercado brasileiro". Relembrou que o potencial exportador dos EUA, ainda que descontadas as exportações para o Canadá, seria de "quase 4 milhões de toneladas", ao passo que "as importações indianas, mesmo com os aumentos previstos, não passarão de 1,5 milhão de toneladas".

587. Continuando acerca das alterações nas condições de mercado, a Unipar abordou o argumentou da Shintech acerca da suspensão da sobretaxa imposta pela UE aos EUA. Afirmou que "apesar dos aumentos percentuais relevantes (alguns inadequados, uma vez que são comparações com trimestres de 2020 nos quais a demanda caiu drasticamente em função da pandemia do COVID-19), tais volumes são irrisórios, ante o potencial exportador norte-americano". E que para 2021, a Shintec apresentou volume importado pela UE dos EUA da ordem de 50 mil toneladas, o que representaria "pouco mais de 1% do potencial exportável dos EUA, mesmo descontando o Canadá, como defende a Shintech".

588. No dia 16 de maio de 2022, a ABIPLAST tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022.

589. Acerca das alterações nas condições de mercado, a ABIPLAST afirmou que a Índia seria um importante consumidor e importador de PVC e, assim, o fim dos direitos antidumping sobre exportações dos Estados Unidos representaria uma melhora significativa nas condições de mercado para exportações dos Estados Unidos.

590. Além desse fato, arguiu que a União Europeia teria suspendido, por cinco anos, a aplicação de sobretaxas aplicadas a importações de PVC-S dos Estados Unidos e por ser a região grande consumidor e importador de PVC, particularmente dessa origem, isso representaria outra melhoria significativa nas condições de mercado.

591. Acerca de a China ser um dos cinco maiores destinos do PCV-S dos EUA, a associação afirmou que se notou uma tendência decrescente nas exportações dos EUA para a China, "particularmente marcante a partir de junho de 2020". Essa tendência de queda seria concomitante a uma queda de exportações totais dos Estados Unidos. Concluiu, então, que:

a redução de exportações para a China não tem sido acompanhada de um aumento de exportações para outros mercados e este aumento pode ser esperado não como decorrência de questões relacionadas à China, mas como consequência do crescimento da demanda e do término da aplicação de direitos antidumping e tarifas retaliatórias em importantes mercados consumidores e importadores (União Europeia e Índia).

592. Na sua interpretação,

outros mercados consumidores importantes de PVC estão mais propensos a receber importações dos Estados Unidos. Isso contradiz a ideia de que as condições chinesas, com condições globais mais favoráveis do que no período de análise, indicam uma probabilidade de retomada de dano decorrente de exportações significativas ao Brasil a preços baixos na hipótese de não renovação do direito antidumping.

5.3.2. Dos comentários acerca das manifestações a respeito de alterações nas condições de mercado

593. Prefacialmente, sobre o grau de certeza demandado de projeções mercadológicas no contexto de revisões de medidas antidumping e à relevância das tendências apontadas pelo IHS para o mercado de PVC, remete-se ao item 5.2.2, em que o tema foi exaustivamente abordado.

594. Sobre os comentários da Shintech, referentes à utilização da capacidade produtiva, mundial, de fato, os dados atualizados pelo IHS demonstram incrementos em 2021 e 2022, quando tais níveis de ocupação atingem, respectivamente, [CONFIDENCIAL] . Especificamente no caso dos EUA, observa-se uma queda de [CONFIDENCIAL] % em 2020 para [CONFIDENCIAL] % em 2021, seguida de aumento projetado para [CONFIDENCIAL] % em 2022.

595. Esses dados apontam que, mesmo com o aumento do grau de utilização da capacidade instalada, a ociosidade nos Estados Unidos soma, para 2021 e 2022 (projetado), [CONFIDENCIAL] mil t e [CONFIDENCIAL] mil t, o que representa, respectivamente, [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5. Dessa forma, não se altera a conclusão de que, em havendo condições mais favoráveis, decorrentes de eventual revogação da medida antidumping, seja provável um maior direcionamento das exportações estadunidenses para o Brasil a preços de dumping.

596. Com relação aos movimentos de oferta e demanda da China, as projeções do IHS indicam que, [CONFIDENCIAL] . Ademais, é esperada, segundo o IHS, [CONFIDENCIAL] . Com efeito, espera-se, de 2021 a 2025, que as importações Chinesas permaneçam, em média, num patamar de [CONFIDENCIAL] mil t por ano, enquanto de

2016 a 2020 essa média correspondeu a [CONFIDENCIAL] mil t por ano. Já para o saldo da balança comercial de PVC-S, espera-se[CONFIDENCIAL] mil t por ano, comparados a um [CONFIDENCIAL] mil t por ano, de 2016 a 2020. Assim, as tendências analisadas também reforçam a probabilidade de redirecionamento das exportações estadunidenses para o Brasil, principalmente se extinta a medida antidumping em vigor.

597. Quanto aos mercados relevantes para fins de análise de alterações, assiste razão à Braskem, uma vez que o art. 103, III, do Decreto nº 8.058, de 2013, é explícito ao estabelecer que devem ser objeto de exame não apenas aquelas ocorridas no país exportador, mas também outros países.

598. Acerca da expiração da medida antidumping aplicada pela Índia aos EUA, os dados obtidos a partir do Trade Map para os últimos 20 anos (de 2002 a 2021) indicam que os Estados Unidos foram responsáveis por, no máximo, 24,7% do volume de importações indianas. Ainda que se considerasse, hipoteticamente, que os Estados Unidos voltariam a possuir tal representatividade nas importações indianas, após a expiração da medida antidumping, tal efeito importaria aumento de [CONFIDENCIAL] mil t anuais nas exportações dos Estados Unidos para a Índia em 2022, em relação ao volume de 2021, considerando os dados do Trade Map para esse ano e as previsões do IHS para 2022. Com isso, a ociosidade existente nas plantas estadunidenses de PVC-S passaria de uma projeção de [CONFIDENCIAL] mil t por ano para [CONFIDENCIAL] mil t por ano, volume que representa [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5. Assim, ainda que se assumisse um retorno dos Estados Unidos ao maior percentual de representatividade nas importações indianas atingido nos últimos vinte anos, esperar-se-ia que sua ociosidade representasse [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5, proporção certamente não negligenciável.

599. Por fim, no que tange à suspensão das restrições mutuamente aplicadas entre Estados Unidos e União Europeia, observa-se que, de fato, a evolução implicou retomada das exportações daquele país para este destino.

600. Não obstante, para além das variações percentuais nos dados, é igualmente importante analisar os volumes em que se deram tais transações. Ao se examinarem os dados de 2016 (início do período de revisão) a 2019, de modo a se excluírem os efeitos da Pandemia de COVID-19 e das restrições impostas, as exportações médias anuais dos Estados Unidos para a União Europeia alcançaram 94,9 mil t. Por outro lado, tomando o volume exportado de janeiro a maio de 2022 (dados mais recentes disponíveis) e extrapolando proporcionalmente para a totalidade do ano de 2022, o volume alcançaria 120,4 mil t. Em ambos os casos, verifica-se que os Estados Unidos ainda disporiam de capacidade ociosa sobejante para direcionar suas exportações a preços de dumping para o mercado brasileiro, caso a medida aplicada pelo Brasil seja extinta (conforme dados já apresentados anteriormente). Destarte, o aumento das exportações dos Estados Unidos para a União Europeia não afasta a conclusão pela probabilidade de continuação da prática de dumping.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

601. O art. 107 c/c o inciso IV do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se houve a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

602. Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP - http://i-tip.wto.org/goods/default.aspx?language=en, Acessado em 23 de setembro de 2021) da Organização Mundial do Comércio (OMC), verificou-se que, em 31 de março de 2021, as seguintes medidas de defesa comercial estavam em vigor sobre as importações originárias dos EUA e do México, além da medida aplicada pelo Brasil objeto da presente revisão:

Medidas de Defesa Comercial - 31/03/2021

Origem afetada	Tipo de medida	País que aplicou/manteve medida	Início da vigência
EUA	Antidumping	Marrocos	27/12/2013
EUA	Antidumping	Índia	23/01/2008
EUA	Antidumping	Turquia	06/02/2003
México	Antidumping	Marrocos	14/07/2017

603. Nesse sentido, houve a aplicação de nova medida de defesa comercial pelo Marrocos contra o México durante o período de análise da presente revisão. Os dados disponíveis no Trade Map indicam que o Marrocos importou do México 5 mil toneladas de PVC-S no período entre 2013 e 2015, ou seja, antes da aplicação da medida. Até 2020, as importações oriundas do México cessaram. Isso indica a baixa possibilidade de redirecionamento das exportações dessa origem a preços de dumping para o Brasil, decorrentes da aplicação dessa nova medida.

604. Quanto à medida aplicada pela Índia, conquanto ainda figure no Portal I-TIP como "em vigor", noticia-se sua expiração em fevereiro/2022 sem início de procedimento de revisão pelo país. Em busca no sítio eletrônico da autoridade investigadora indiana (https://www.dgtr.gov.in/sites/default/files/AD%20Duties%20due%20for%20expiry%20in%202022%20%281%29.xlsx), observa-se que constava como data prevista de expiração da medida o dia 12 de fevereiro de 2022. Adicionalmente, em pesquisa realizada no portal de documentos online da OMC (https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S003.aspx), não se encontra nenhuma notificação enviada pela Índia em 2022 referente a eventual início de revisão, indicando, de fato, a expiração do direito.

605. Sobre o impacto desse término, remete-se ao item 5.3.2, em que seus possíveis efeitos foram detalhadamente analisados.

606. Por outro lado, observa-se que, no caso dos EUA, ainda resta em vigor medida aplicada por país com mercado consumidor relevante, como Turquia, além do Marrocos.

607. Destaque-se, ainda, que, como desdobramento do caso DS316, em disputa de solução de controvérsias no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a União Europeia (UE) foi autorizada, em 2019, a aplicar medidas de retaliação contra importações dos EUA. Nesse sentido, estavam sendo aplicadas sobretaxas de 25% ao imposto de importação à entrada de PVC-S, entre outros produtos, no mercado europeu quando provenientes dos EUA. A partir de março de 2021, portanto, na parte final de P5, a EU suspendeu, por 4 meses, a cobrança da sobretaxa incidente sobre importações de PVC-S dos EUA e, desde junho de 2021, nova suspensão foi realizada, agora por um período de 5 anos. Sendo assim, é provável que parte relevante da produção de PVC-S dos EUA já esteja sendo, e passe a ser ainda mais, direcionada para a UE. Os possíveis efeitos desse movimento foram analisados mais detidamente no item 5.3.2, ao qual se remete.

5.4.1. Das manifestações sobre a aplicação de medidas de defesa comercial

608. Em suas manifestações protocoladas em 16 de maio e 10 de junho de 2022, a Shintech informou que a Índia deveria ser excluída da lista de países que aplicam medidas antidumping contra os EUA, pois em pesquisa realizada pela empresa em 20 de abril de 2022, essa medida não apareceria mais em vigor.

609. Essa suspensão elevaria as importações da Índia originárias dos EUA, sendo elemento que reduziria a chance de que exportações objeto de dumping fossem direcionadas ao Brasil.

610. Em manifestação protocolada em 4 de julho de 2022, a Unipar citou a Turquia e o Marrocos como países que aplicam medidas de defesa comercial para o PVC-S, das origens investigadas.

611. Segundo a Unipar,

Turquia - em 14 de julho de 2021, as autoridades turcas emitiram determinação que prorroga o direito antidumping definitivo instituído sobre as importações de PVC-S da Alemanha e dos Estados Unidos. O imposto sobre as importações dos Estados Unidos varia de 7,93% a 29,80, a depender da empresa exportadora1. Este direito está em vigor desde 6 de fevereiro de 2003;

Marrocos - aplica direitos antidumping sobre as importações de PVC-S originárias dos EUA desde 27 de dezembro de 2013 e sobre as importações do produto originárias do México desde 14 de julho de 2017. A medida aplicada sobre as importações dos EUA foi renovada pela última vez em 18 de fevereiro de 2020.

5.4.2. Dos comentários acerca das manifestações sobre a aplicação de medidas de defesa comercial

612. Quanto ao término da medida antidumping aplicada pela Índia aos Estados Unidos, remete-se à análise realizada no item 5.3.2, em que se constatou que, ainda que se assumisse um retorno dos Estados Unidos ao maior percentual de representatividade nas importações indianas atingido nos últimos vinte anos, esperar-se-ia que sua ociosidade representasse [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5, reforçando, mesmo nesse cenário, a probabilidade de continuação de dumping nas exportações dos Estados Unidos para o Brasil.

5.5. Das manifestações acerca do desempenho do produtor/exportador, das alterações nas condições de mercado e da aplicação de medidas de defesa comercial para fins de determinação final

613. Em manifestação protocolada em 16 de agosto de 2022, a empresa Braskem relatou breve histórico do curso da presente revisão e passou a tecer comentários acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota -Técnica.

614. A peticionária citou os dados que foram trazidos ao longo do processo e apoiou a conclusão de que os EUA e o México possuiriam "capacidade significativa" de redirecionar as suas exportações de PVC-S para o Brasil caso a medida antidumping venha a ser extinta, o que reforçaria a probabilidade de continuação/retomada de dumping.

615. Com relação às alterações nas condições de mercado a peticionária pontuou a análise realizada na Nota Técnica de fatos essenciais e afirmou que os "dados atualizados do IHS não alteram a probabilidade de os EUA redirecionarem suas exportações ao Brasil"; "o mercado externo continuará a ser relevante para os EUA"; a "oferta chinesa de PVC superará a demanda nos próximos anos" e a China passaria a ser exportadora líquida; a "extinção da medida antidumping aplicada pela Índia não altera a capacidade significativa dos EUA"; e a "retomada das exportações dos EUA para a UE não altera a capacidade significativa dos EUA".

616. A Braskem destacou "outras alterações nas condições de mercado que não estão refletidas na Nota Técnica", mas que, no seu entendimento, teriam impacto nas condições de mercado. Nessa toada, afirmou que o "imposto de importação de PVC-S tem sofrido algumas alterações importantes e que precisam ser levadas em consideração pela SDCOM. A respeito do tema a Braskem narrou que:

O imposto de importação de PVC-S, que era de 14%, passou por uma série de reduções com alto impacto na dinâmica do mercado interno. Em um período de apenas seis meses, duas reduções consecutivas de 10% na TEC foram implementadas: a primeira, em novembro de 2021, reduziu o imposto de importação de PVC-S de 14% para 12,6%, e a segunda, em maio de 2022, reduziu o imposto de importação de PVC-S de 12,6% para 11,2%.

A princípio, essas reduções seriam temporárias. No entanto, em 20 de julho de 2022, o Mercosul anunciou, na última reunião de Cúpula de Presidentes, que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai concordaram em converter a redução de 10% anunciada em novembro de 2021 em redução definitiva da TEC. Além disso, concordaram em continuar discutindo a conversão da segunda redução para que também seja convertida em definitiva. (notas de rodapé omitidas)

617. Ainda segundo a peticionária, recentemente, também teria sido implementada outra redução no imposto de importação que impactaria diretamente o mercado de PVC-S e os custos de importação do produto:

Em 4 de agosto de 2022, a CAMEX publicou a Resolução GECEX nº 318/2022, incluindo o PVC-S na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (LETEC) do Brasil por período de um ano, reduzindo o imposto de importação para 4,4%. Essa alteração no imposto de importação certamente terá o condão de direcionar as exportações de PVC-S para o mercado brasileiro, inclusive dos EUA e do México. Esse direcionamento das exportações de PVC-S dos EUA e do México para o mercado brasileiro seria ainda mais agravado no caso de extinção, suspensão ou redução dos direitos AD atualmente aplicados. A Braskem entende que esse é um fator que altera as condições do mercado brasileiro e não deve ser descartado ou ignorado na análise conjunta desse critério.

618. A Braskem acrescentou que se verificou, ainda, que existiriam medidas de defesa comercial em vigor "mantidas por países relevantes para as exportações de PVC-S dos EUA e uma nova medida aplicada pelo Marrocos contra o México, o que poderia implicar em redirecionamento do produto dessas origens ao Brasil, caso a medida AD seja extinta".

619. A peticionária por fim, acerca do tema potencial exportador, mencionou a conclusão de que os EUA provavelmente continuariam sendo o principal exportador mundial nos próximos anos, apesar da queda em sua competitividade em relação a produtores que utilizam o petróleo. O aumento na capacidade instalada aliado ao incremento na produção gerariam significativo excedente exportável que poderia ser direcionado ao mercado brasileiro. Ainda, a trégua comercial entre os EUA e a UE que culminou com a suspensão da sobretaxa de 25% aplicada às importações europeias de PVC-S originário dos EUA, em que pese possa alterar o destino do produto estadunidense, não afastaria a capacidade significativa e os EUA direcionarem PVC-S a preços de dumping e subcotados (na ausência da medida AD) para o Brasil.

620. Também mencionou a conclusão relativamente ao México de que esse país possuiria relevante perfil exportador, pois exportaria mais do que 60% da sua produção e possuiria, apenas em termos de capacidade ociosa, cerca de [RESTRITO]% do tamanho do mercado brasileiro. Além disso, possuiria volumes representativos em relação ao mercado brasileiro em termos de capacidade produtiva e de volume de produção, o que configuraria indícios de potencial exportador relevante.

621. Nesse contexto, restaria claro que as origens sob revisão possuiriam potencial exportador suficiente para penetrar com maior intensidade o mercado brasileiro caso o direito antidumping aplicado seja extinto. Assim, reforçou a necessidade de manutenção das medidas atualmente em vigor.

622. A empresa Unipar apresentou manifestação final em 16 de agosto na qual reiterou os argumentos que foram por ela apresentados ao longo da instrução processual.

623. A empresa, então, afirmou que ao longo de todo o período de revisão, os EUA teriam continuado a exportar o produto para o Brasil e, em P5, as importações dos EUA teriam representado 9% do total das importações brasileiras, tendo figurado entre as principais origens. Segundo a peticionária, chamaria a atenção o fato de que as importações de PVC-S de origem estadunidense teriam correspondido, "mesmo com a aplicação da medida antidumping", a cerca de [RESTRITO]% do mercado brasileiro.

624. No que diz respeito ao México, a Unipar entendeu que, embora não tenha havido exportações nos períodos avaliados, ter-se-ia concluído que o país "apenas teria chance de voltar a exportar para o Brasil praticando preços de dumping".

625. A empresa recordou que a capacidade e a produção das origens sob revisão teriam representado 16% da capacidade e da produção mundial de PVC-S, ao passo que, "a capacidade e a produção de PVC do Brasil representam, respectivamente, apenas 2% da capacidade e 1% da produção mundial de PVC-S". As capacidades dos EUA e do México somadas corresponderiam a [RESTRITO] vezes o mercado brasileiro. Em 2020, a demanda brasileira teria representado apenas [RESTRITO]% da capacidade das origens sob revisão e "essa proporção deve permanecer estável nos próximos cinco anos". A capacidade ociosa dos EUA e do México, em 2020, teria sido quase cinco vezes maior que a demanda brasileira e "deverá continuar assim, pelo menos, até 2025".

626. Em seguida, achou oportuno citar o que chamou de precedente da China:

Também, que recentemente a SDCOM, mesmo diante de evidências relevantes quanto à probabilidade de retomada de dumping e de dano, caso a medida antidumping vigente contra o PVC-S importado da China não fosse renovada, optou por suspendê-la em função de dúvidas quanto à evolução futura de tais importações.

Ato seguinte, o que se verificou foi um movimento de aumento crescente de tais importações que atingiram em pouquíssimos meses patamares recordes. Como consequência, a SDCOM, a partir de solicitação da Unipar Indupa, reaplicou a medida anteriormente vigente meses depois.

Na oportunidade, a própria SDCOM reconheceu que a suspensão do direito fez com que as importações do produto chinês disparassem. Destaque-se que isso ocorreu antes de qualquer impacto da redução da alíquota de importação ocorrida em dezembro de 2020, com efeitos apenas a partir de março de 2021.

627. Seguindo, a empresa, a respeito do fim das aplicações de medidas de defesa comercial contra os EUA e ao fim das sanções unilaterais mutuamente aplicadas entre Estados Unidos e União Europeia, afirmou que, mesmo nos cenários vislumbrados pela ABIPLAST e pela Shintech, o risco de continuação e aumento de volume das exportações dos EUA para o Brasil teria restado demonstrado nos autos do processo. Também entendeu que a autossuficiência da China e sua mudança para net exporter; que a extinção, pela Índia, dos Direitos antidumpng aplicados às importações dos EUA e a suspensão da sobretaxa da UE sobre as importações de PVC-S dos EUA não teriam o condão de alterar as conclusões acerca da "grandeza de capacidade de produção, exportação e de penetração do produto das origens investigadas no mercado brasileiro no caso da não renovação do direito antidumping".

628. Além disso, a Unipar arguiu que o aumento do volume das exportações dos EUA para o Brasil seria agravado pela recente decisão do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX), de 3 de agosto de 2022, de incluir o PVC-S na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum LETEC, reduzindo a alíquota do imposto de importação incidente de 14% para 4,4%. Nesse ponto, aduziu à redução promovida na alíquota do imposto importação, em 12 de dezembro de 2020, de 14% para 4%, limitada a uma cota trimestral de 160 mil toneladas, desconsideradas nessa cota as importações originárias de países da região do Mercosul e de países que gozariam de preferências tarifárias e os efeitos que dela decorreram no período P5 desta revisão.

629. Para a peticionária, essa redução da alíquota do imposto de importação, apesar de ter vigência definida até o dia 04 de agosto de 2023, "inevitavelmente projetará seus efeitos sobre a efetividade do direito antidumping aplicado aos Estados Unidos, podendo contribuir para a ampliação da presença do produto importado dos EUA no mercado brasileiro".

630. Segundo a Unipar, "a redução de 14% para 4%, somada a uma não renovação do direito antidumping", poderia acarretar consequências bastante graves à indústria brasileira de PVC-S e deveria ser considerada na tomada de decisão da autoridade investigadora.

631. Em 16 de agosto de 2022, a ABIPLAST apresentou manifestação acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica SDCOM 34210/2022/ME. A ABIPLAST afirmou que o item 5.2 da Nota Técnica não refletiria as informações mais atualizadas de desempenho exportador disponíveis nos autos. As informações referentes a 2021 teriam sido atualizadas pela IHS, e que isso seria ponto incontroverso e aceito também pela Braskem e pela Unipar.

632. Apontou que informações extraídas a partir de manifestação da Braskem revelariam "uma redução significativa do desempenho exportador e potencial exportador dos Estados Unidos em relação ao cenário da abertura da revisão". Afirmou que o item 5.2 da Nota Técnica teria sido omisso quanto a essa redução e teria trazido dados do IHS Markit Fall 2020 Update, teria deixado de trazer os dados IHS Markit Fall 2021 Update, disponível nos autos.

633. No que diz respeito ao México, requereu que se realize consulta aos dados atualizados do IHS Markit disponíveis nos autos. Para a associação, essa consulta seria essencial, dado que as informações atualizadas revelariam que "não há previsão de que o México aumente suas exportações entre 2020 e 2025" e que seria "esperado um crescimento de demanda doméstica no período". Argumentou que esse fato, somado aos demais fatores sob análise, indicaria total ausência de probabilidade de retomada de dano nas exportações mexicanas. Indicou, alternativamente, que existiria, pelo menos, dúvida quanto à provável evolução futura das exportações mexicanas.

634. Nesse ponto, notou que, além de alterações nas condições de mercado, uma razão para a suspensão de direitos antidumping nos termos do art. 109 do Decreto nº 8058, de 2013, seriam "os diferentes indicadores de desempenho dos produtores ou exportadores no tocante à produção, volume de vendas e exportações". Interpretou que os indicadores do México não revelariam "tendência relevante de crescimento das exportações daquele país, de forma geral.

635. Em relação ao cenário global, de acordo com a ABIPLAST, o IHS Markit Report 2022 Edition: Fall 2021 Update - PVC mostraria que a utilização de capacidade no período entre 2021 e 2025 deverá ser a "mais alta comparada a qualquer série de cinco anos desde 2006" e que o excesso de capacidade também deverá ser "o menor das séries de cinco anos iniciadas em 2006, seja em termos absolutos ou relativos à produção mundial".

636. Abordando os argumentos das peticionárias em relação aos EUA, contra-argumentou no sentido de que as "informações disponíveis nos autos evidenciam que o desempenho exportador e potencial exportador dos Estados Unidos se reduz em razão de aumento da demanda interna". Afirmou que, de 2018 a 2022, a produção combinada no mercado da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) teria aumentado 396 mil toneladas, ao passo que a demanda teria crescido 711 mil toneladas e o volume exportado teria se reduzido em 510 mil toneladas. Ao observar apenas os dados referentes aos Estados Unidos, apontou que, enquanto a capacidade instalada teria crescido 396 mil toneladas de 2018 a 2022, a demanda doméstica teria aumentado 619 mil toneladas, o que teria levado à redução de volume exportado em 465 mil toneladas. Concluiu que "em um período em que a indústria doméstica apresenta recuperação no Brasil, terminando P5 sem dano, a redução de exportações dos Estados Unidos pode ser explicada pelo aumento da demanda interna e no Canadá".

637. Afirmou que "apesar de extremamente relevantes para a análise, essas informações foram ignoradas pela Nota Técnica".

638. Afirmou que a Nota Técnica "aceita" que não se deveria ignorar possíveis influências que modificações no mercado canadense poderiam exercer sobre a capacidade de os Estados Unidos continuarem a praticar dumping em suas exportações para o Brasil e que tais modificações serviriam para explicar comportamentos nos números estadunidenses. Nessa toada, destacou que o perfil exportador dos Estados Unidos para o mundo, exceto exportações ao Canadá, seria bastante inferior ao refletido na Nota Técnica. Arguiu que não se estaria a "falar de diferenças triviais, mas de mudanças bruscas e significativas nos cenários desde a abertura da revisão". Por essa razão, entendeu que a análise da SDCOM para fins de determinação final deveria discorrer especificamente sobre "o cenário atualizado e corrigido de forma a cumprir os requisitos de objetividade, imparcialidade e motivação". E que essa nova análise levaria à conclusão "pelo término dos direitos antidumping, à luz do histórico ao longo da aplicação do direito, do desempenho da indústria doméstica em P5 e da redução do desempenho exportador ao final e após o período de análise da revisão".

5.6. Dos comentários acerca do desempenho do produtor/exportador, das alterações nas condições de mercado e da aplicação de medidas de defesa comercial para fins de determinação final

639. Primeiramente, acerca da afirmação da ABIPLAST de que o item 5.2 da Nota Técnica não refletiria as informações mais atualizadas de desempenho exportador disponíveis nos autos, uma vez que as informações referentes a 2021 teriam sido atualizadas pela IHS, e que "uma nova análise levaria à conclusão pelo término dos direitos antidumping", discorda-se da conclusão a que chegou a associação, uma vez que não se altera o cenário delineado desde o início da presente revisão, o que pode ser constatado nas tabelas seguintes, as quais contemplam dados referentes ao relatório IHS Markit Report 2022 Edition: Fall 2021 Update - PVC. Destaque-se que as informações que foram apresentadas por ano fechado e não por período da investigação de dano. Assim, conforme realizado também para fins de início da presente revisão, optou-se por utilizar os dados referentes ao período de 2016 a 2021, que representam referências aproximadas e razoáveis para os períodos P1 a P5, utilizando como parâmetro para P5 o ano de 2020.

Desempenho Exportador e Mercado Brasileiro (em mil de toneladas) - EUA
[CONFIDENCIAL/RESTRITO]

	Capacidade instalada nominal	Produção	Grau de utilização %	Ociosidade		Quantidade exportada	Perfil exportador
	(A)	(B)	(C) = (B) / (A)	(D) = [(100% - C)*A]	(D') = (D)*A	(E)	(F) = (E) / (B)
2016	[CONF]	[CONF]	87,2%	12,8%	[CONF]	2.767	39,6%
2017	[CONF]	[CONF]	87,2%	12,8%	[CONF]	2.704	37,6%
2018	[CONF]	[CONF]	86,8%	13,2%	[CONF]	2.965	40,4%
2019	[CONF]	[CONF]	87,4%	12,6%	[CONF]	2.947	41,2%
2020	[CONF]	[CONF]	80,9%	19,1%	[CONF]	2.428	35,5%
2021	[CONF]	[CONF]	78,1%	21,9%	[CONF]	1.978	29,1%
Mercado Brasileiro P5 (G)			[RESTRITO]				
Relação % - P5/(G)	A/(G) [RESTRITO]	B/(G) [RESTRITO]	-	-	D'/(G) [RESTRITO]	*E/(G)* [RESTRITO]	-

640. De acordo com a tabela acima, as informações apresentadas apontam para o crescimento da capacidade instalada (8,4%), aliado à diminuição da produção (-2,9%) de PVC-S nos EUA, no período de 2016 a 2021, o que ocasionou piora no grau de utilização (de 87,2% para 78,1%) e, consequentemente, gerou o crescimento na ociosidade durante praticamente todo o período de 2016 a 2021. Comparando-se os dados apresentados em relação ao volume aferido para o mercado brasileiro, todos relativos a P5, observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

641. Seguem abaixo informações sobre a capacidade produtiva estadunidense entre os anos de 2016 e 2020 (dados reais) e entre 2021 e 2025 (dados projetados).

Capacidade produtiva do EUA (dados reais)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2016	2017	2018	2019	2020
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Capacidade produtiva do EUA (projeção)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2021	2022	2023	2024	2025
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

642. Analisando os dados acima, nota-se que há previsão de aumento da capacidade instalada dos EUA de 8,9%, adotando-se o período de 2020 a 2025. Paralelamente, os dados projetados indicam que a produção dos EUA crescerá 23,1%, enquanto a demanda interna terá incremento de 15,7%. Por fim, nota-se que as previsões indicam que as exportações de PVC-S estadunidenses terão incremento de 30,6%, comparando-se o período de 2020 a 2025.

643. Portanto, os dados atualizados do relatório IHS Markit Report 2022 Edition: Fall 2021 Update - PVC, continuam a demonstrar volumes relevantes nos dados estadunidenses, quando comparados ao volume do mercado brasileiro, relativos à sua capacidade instalada, ao seu volume de produção, à capacidade ociosa existente e ao volume de exportações para o mundo, configurando potencial exportador relevante.

644. Passa-se a apresentar nas tabelas seguintes as informações relativas ao México.

Desempenho Exportador e Mercado Brasileiro (em mil toneladas) - México
[CONFIDENCIAL/RESTRITO]

	Capacidade instalada nominal	Produção	Grau de utilização %	Ociosidade		Quantidade exportada	Perfil exportador
	(A)	(B)	(C) = (B) / (A)	(D) = [(100% - C)*A]	(D') = (D)*A	(E)	(F) = (E) / (B)
2016	[CONF]	[CONF]	71,9%	28,1%	[CONF]	325	57,7%
2017	[CONF]	[CONF]	77,7%	22,3%	[CONF]	342	56,3%
2018	[CONF]	[CONF]	73,9%	26,1%	[CONF]	343	59,2%
2019	[CONF]	[CONF]	76,8%	23,2%	[CONF]	390	64,9%
2020	[CONF]	[CONF]	70,5%	29,5%	[CONF]	375	67,9%
2021	[CONF]	[CONF]	71,5%	28,5%	[CONF]	335	59,8%
Mercado Brasileiro P5 (G)			[RESTRITO]				
Relação % P5/(G)	-A/(G) [RESTRITO]	B/(G) [RESTRITO]	-	-	D'/(G) [RESTRITO]	*E/(G)* [RESTRITO]	-

645. Consoante os dados apontados na tabela acima, aponta-se para a manutenção da capacidade instalada do México durante o período de 2016 a 2021. Indica-se redução da produção (-0,5%) de PVC-S no México, no mesmo período, ocasionando leve piora no grau de utilização (de 71,9% para 71,5%) e ligeiro crescimento na ociosidade. Comparando-se os dados apresentados em relação ao volume aferido para o mercado brasileiro, todos relativos a P5, observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

646. Seguem abaixo informações sobre a capacidade produtiva mexicana entre os anos de 2016 e 2020 (dados reais) e entre 2021 e 2025 (dados projetados).

Capacidade produtiva do México (dados reais)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2016	2017	2018	2019	2020
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Capacidade produtiva do México (projeção)
[RESTRITO]
Em mil toneladas

	2021	2022	2023	2024	2025
Capacidade instalada	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Importações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Demanda interna	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Exportações	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

647. Observa-se que o mercado doméstico mexicano de PVC-S tende a crescer 17,8% no período de 2020 a 2025. Por outro lado, as exportações tendem a permanecer estáveis ao longo do mesmo período. Tal fato é explicado em parte pelo aumento da produção em 17,7% e pelo decréscimo das importações de PVC-S em 11,3%, fazendo com que parte da produção seja direcionada ao mercado interno. Destaca-se que não há previsão de aumento da capacidade produtiva dos produtores mexicanos para os próximos anos.

648. Isso não obstante, o IHS Markit Report 2022 Edition: Fall 2021, apontou que:

PVC demand in Mexico has slowed in recent years with declining construction activity and continued delays in large infrastructure projects. Over the next decade domestic PVC demand is projected to grow at 2.1% AAGR, mostly driven by demand into pipes and fittings. Mexico experienced the sharpest fall in total construction output in 2020 at more than 17%.

649. Consoante os dados apresentados, verificam-se volumes relevantes nos dados mexicanos, quando comparados ao volume do mercado brasileiro, relativos à sua capacidade instalada, ao seu volume de produção, à capacidade ociosa existente e ao volume de exportações para o mundo, configurando potencial exportador relevante.

650. Isto é, em face dos dados atualizados, não há mudança significativa do cenário apontado no início da revisão. Nesse ponto, cumpre também repisar que, conforme já fora apontado na Nota Técnica de Fatos Essenciais "a análise prospectiva do IHS não se constituiu no único elemento considerado para a análise do desempenho do produtor/exportador". Conforme detalhado no item 5.2, verificaram-se dados para os períodos de P1 a P5 e de 2016 a 2021, como exportações de PVC-S globais e dos países sujeitos à medida, capacidade instalada, grau de ocupação dessa capacidade e nível de ociosidade, volume de produção e de exportação, perfil exportador, importações e demanda interna.

651. Naquela oportunidade, já ficara patente que esses dados pretéritos reforçariam a probabilidade de que, no caso de extinção da medida, ocorreria a continuação do dumping, no caso dos Estados Unidos, e sua retomada, no caso do México. Destacou-se na ocasião, por exemplo, que a exportações estadunidenses oscilaram entre 204,8% e 306,4% do mercado brasileiro, de P1 a P5 e as mexicanas, oscilaram entre 29,4% e 40,1% do mesmo mercado, considerando-se essas proporções, em ambos os casos, significativas.

652. No que tange ao grau de ociosidade, os dados estadunidenses, mesmo após a atualização dos dados, continuam a apontar para um nível de 21,9% em 2021 (após partir de um percentual de 12,8% em 2016). Já em se tratando de México, essa ociosidade sai de 28,1% em 2016 e atinge 28,5% em 2021 (no início da revisão, antes da atualização das informações do IHS, esse percentual era de 29,8% em 2021).

653. No que diz respeito ao perfil exportador, após a atualização explicitada acima, tem-se uma variação, de 2016 a 2021, de 39,6% a 29,1% para os Estados Unidos (em face de uma variação de 39,6% para 40,9%, no início da revisão), e de 57,8% a 59,8%, para o México (em face de uma variação de 57,8% para 63,6%, no início da revisão).

654. Continua a se verificar, dessa forma, que mesmo os dados pretéritos indicam que ambas as origens possuem capacidade significativa de redirecionar o PVC-S por elas fabricado para o mercado brasileiro, em caso de extinção da medida antidumping, o que reforça, em conjunto com os demais fatores analisados, a probabilidade de continuação/retomada do dumping.

655. Acerca da insistência da ABIPLAST em afirmar que se deveria considerar como um único mercado os mercados dos EUA e do Canadá, reitera-se o entendimento pela ausência de amparo legal para tanto. Conforme já mencionado em sede de nota técnica, o Artigo 11.3 é claro ao determinar que a conclusão da autoridade investigadora deve se relacionar ao que provavelmente ocorrerá caso a medida seja extinta. Recorda-se:

(...) No presente caso, a medida aplica-se sobre as importações originárias dos Estados Unidos e do México, sendo estes os mercados relevantes para fins de análise, não havendo sobretaxação para aquelas originárias do Canadá. Decerto não se ignoram possíveis influências que modificações no mercado canadense possam exercer sobre a capacidade de os Estados Unidos continuarem a praticar dumping em suas exportações para o Brasil, inclusive considerando o grau de integração econômica entre as duas nações. Não obstante, tais modificações serviriam para explicar comportamentos nos números estadunidenses, e não para que se considerassem ambos os países como um único mercado. Perceba-se, também, que a decisão de o IHS tratar os Estados Unidos e o Canadá como um único mercado para fins das suas análises, possivelmente em função de semelhanças estruturais entre ambos, não implica a adoção de tratamento semelhante em uma revisão de medida antidumping, a qual se sujeita a regras específicas estabelecidas no Acordo Antidumping, às quais não se submetem os estudos do IHS. Isso se torna ainda mais patente em havendo divulgação de dados segregados por país.

656. Quanto às reduções de 10% promovidas no imposto de importação e à inclusão do PVC-S na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC), mencionadas pela Braskem e pela Unipar, entende-se que, de fato, tal fator pode favorecer o ingresso de PVC-S importado no mercado brasileiro, incluindo, embora não exclusivamente, das origens atualmente sujeitas à medida. Não obstante, o que se busca averiguar em uma revisão de final de período, especialmente em se tratando de probabilidade de retomada do dano, é se, no evento de extinção das medidas em vigor, a indústria doméstica voltaria a sofrer dano em decorrência da continuação ou da retomada da prática de dumping. Essa é a leitura feita pelo Órgão de Apelação no caso US - Anti-Dumping Measures on Oil Country Tubular Goods (DS282):

108. On its face, Article 11.3 does not require investigating authorities to establish the existence of a "causal link" between likely dumping and likely injury. Instead, by its terms, Article 11.3 requires investigating authorities to determine whether the expiry of the duty would be likely to lead to continuation or recurrence of dumping and injury. Thus, in order to continue the duty, there must be a nexus between the "expiry of the duty", on the one hand, and "continuation or recurrence of dumping and injury", on the other hand, such that the former "would be likely to lead to" the latter. This nexus must be clearly demonstrated. In this respect, we further note that, under Article 11.3 of the Anti-Dumping Agreement, the termination of the anti-dumping duty at the end of five years is the rule and its continuation beyond that period is the "exception". (grifo nosso)

657. Dessa forma, entende-se pela inadequabilidade da consideração desse fator (desoneração tributária) como conducente à retomada do dano à indústria doméstica nos termos descritos no Artigo 11.3 do Acordo Antidumping.

658. Por fim, sobre o "precedente China", expressão utilizada pela Unipar para se referir à suspensão o direito antidumping aplicado às importações de PVC-S originárias daquele país, seguidas de reaplicação, após incremento das importações, considera-se inapropriada a adoção do caso como paradigma para análise da situação do México no presente processo. Isso porque as dúvidas suscitadas quanto à evolução futura das importações originárias do México decorrem de situação específica da empresa operante naquele mercado e de suas alterações, incluindo a expansão para a Colômbia, com impacto direto nos fluxos de envio de PVC-S para o Brasil. Assim, não se vislumbra paralelo entre as duas conjunturas.

5.7. Da conclusão sobre a probabilidade de continuação/retomada do dumping

659. Ante o exposto, concluiu-se que, caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente haverá a continuação da prática de dumping nas exportações dos EUA e a retomada da prática de dumping nas exportações do México.

660. No caso dos EUA, verificou-se, primeiramente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de PVC-S ao longo do período de análise de continuação/retomada de dumping, conforme cálculo detalhado no item 5.1.2.1.

661. Identificou-se também que essa origem é o maior exportador mundial de PVC-S, tendo essas exportações oscilado entre [RESTRITO]% e [RESTRITO]% do mercado brasileiro, de P1 a P5. As projeções disponíveis indicam a manutenção dessa tendência para os próximos anos.

662. Quanto à capacidade instalada e à produção de PVC-S no país, anteveem-se aumentos no período de 2020 e 2022, com manutenção de elevados níveis de ociosidade, em relação ao mercado brasileiro.

663. Ademais, segundo os dados disponíveis, a produção dos EUA tende a se recuperar em 2022 dos efeitos da pandemia de Covid-19 e das condições climáticas adversas suportadas em 2020 e no começo de 2021, superando os patamares de 2019 e dos demais anos pertencentes ao período de análise. Ainda, as projeções das publicações apresentadas pelas peticionárias indicam que o mercado doméstico estadunidense de PVC-S crescerá 15,7% comparando-se o período de 2020 a 2025, enquanto as exportações aumentarão 30,6%.

664. Destaca-se que as publicações, mesmo atualizadas, indicam que o mercado externo tende a continuar apresentando significativa importância para os produtores dos EUA, a despeito do crescimento da demanda doméstica. Tal fato se deve à vantagem de competitiva de custos dos EUA em relação a outros mercados.

665. Com relação aos movimentos de oferta e demanda da China, as projeções do IHS indicam que, [CONFIDENCIAL] . Ademais, é esperada, segundo o IHS, [CONFIDENCIAL] . Com efeito, espera-se, de 2021 a 2025, que as importações Chinesas permaneçam, em média, num patamar de [CONFIDENCIAL] mil t por ano, enquanto de 2016 a 2020 essa média correspondeu a [CONFIDENCIAL] mil t por ano. Já para o saldo da balança comercial de PVC-S, espera-se[CONFIDENCIAL] mil t por ano, comparados a um [CONFIDENCIAL] mil t por ano, de 2016 a 2020. Assim, as tendências analisadas também reforçam a probabilidade de redirecionamento das exportações estadunidenses para o Brasil, principalmente se extinta a medida antidumping em vigor.

666. Acerca da expiração da medida antidumping aplicada pela Índia aos EUA, os dados obtidos a partir do Trade Map indicam que, ainda que se assumisse um retorno dos Estados Unidos ao maior percentual de representatividade nas importações indianas atingido nos últimos vinte anos, esperar-se-ia que sua ociosidade representasse [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5.

667. No que tange à suspensão das restrições mutuamente aplicadas entre Estados Unidos e União Europeia, observa-se que, de fato, a evolução implicou retomada das exportações daquele país para este destino. Não obstante, as exportações médias anuais dos Estados Unidos para a União Europeia alcançaram 94,9 mil t, de 2016 a 2019. Por outro lado, tomando o volume exportado de janeiro a maio de 2022 (dados mais recentes disponíveis) e extrapolando proporcionalmente para a totalidade do ano de 2022, o volume alcançaria 120,4 mil t. Em ambos os casos, verifica-se que os Estados Unidos ainda disporiam de capacidade ociosa sobejante para direcionar suas exportações a preços de dumping para o mercado brasileiro, caso a medida aplicada pelo Brasil seja extinta (conforme dados já apresentados anteriormente). Destarte, o aumento das exportações dos Estados Unidos para a União Europeia não afasta a conclusão pela probabilidade de continuação da prática de dumping.

668. Com relação ao México, frisa-se que a origem possui relevante perfil exportador, pois exporta em torno de 60% de sua produção. Ademais, possui volumes representativos, em relação ao mercado brasileiro, em termos de capacidade produtiva, volume de produção e de capacidade ociosa, configurando indícios de potencial exportador relevante.

669. Por fim, apurou-se que há medidas de defesa comercial em vigor mantidas por países relevantes para as exportações das resinas de PVC-S dos EUA e uma nova medida aplicada pelo Marrocos em face às importações do México, o que poderia implicar, em especial no caso dos EUA, em redirecionamento do produto dessas origens ao Brasil, caso a medida em vigor objeto da presente revisão seja extinta.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

670. Serão analisadas, neste item, as importações brasileiras e o mercado brasileiro de resinas de PVC-S. O período de análise corresponde ao período considerado para fins de determinação de existência de probabilidade de retomada de dano à indústria doméstica.

671. Considerou-se, de acordo com o art. 48, § 4º, do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de abril de 2016 a março de 2021, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2016 a março de 2017;
P2 - abril de 2017 a março de 2018;
P3 - abril de 2018 a março de 2019;
P4 - abril de 2019 a março de 2020; e
P5 - abril de 2020 a março de 2021.

6.1. Das importações

672. Para fins de apuração dos valores e das quantidades de PVC-S importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 3904.10.10 da NCM, fornecidos pela RFB.

673. Muito embora o referido código tarifário abarque apenas o produto objeto da revisão, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, com o intuito de verificar se todos os registros se referiam à importação de resinas de policloreto de vinila obtidas pelo processo de suspensão. A metodologia aplicada para depurar os dados consistiu em excluir eventuais produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos para o produto objeto da análise, como PVC obtido por outros processos, tais como de emulsão e de microssuspensão.

674. Visando tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF. [RESTRITO]

675. As tabelas seguintes apresentam os volumes, valores e preços CIF das importações totais de PVC-S, bem como suas variações, no período de investigação de probabilidade de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Importações Totais (em Tonelada)

[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Estados Unidos	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
México	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	207,2%	(81,0%)	476,3%	36,7%	+ 359,5%
Colômbia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Taiwan (Formosa)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
China	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Argentina	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Egito	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Ucrânia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Coréia do Sul	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Bélgica	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Alemanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
França	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Rússia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Tailândia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Espanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Suécia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Países Baixos (Holanda)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Outras(*)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (exceto sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	13,3%	12,7%	17,7%	17,2%	+ 76,1%
Total Geral	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	20,4%	4,0%	25,4%	18,7%	+ 86,4%

Valor das Importações Totais (em CIF USD x1.000)

[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Estados Unidos	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
México	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	228,0%	(80,5%)	472,2%	68,3%	+ 514,6%
Colômbia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Taiwan (Formosa)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
China	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Argentina	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Egito	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Ucrânia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Coréia do Sul	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Bélgica	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Alemanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
França	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Rússia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Tailândia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Espanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Suécia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Países Baixos (Holanda)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Outras(*)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (exceto sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	25,5%	8,9%	13,6%	48,7%	+ 131,1%
Total Geral	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	32,0%	1,9%	20,6%	50,1%	+ 143,3%

Preço das Importações Totais (em CIF USD / Tonelada)

[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Estados Unidos	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
México	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	6,8%	2,5%	(0,7%)	23,1%	+ 33,8%
Colômbia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Taiwan (Formosa)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
China	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Argentina	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Egito	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Ucrânia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Coréia do Sul	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Bélgica	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Alemanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
França	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Rússia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Tailândia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Espanha	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Suécia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Países Baixos (Holanda)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Outras(*)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total (exceto sob análise)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	10,8%	(3,4%)	(3,4%)	26,9%	+ 31,3%
Total Geral	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	9,6%	(2,1%)	(3,9%)	26,5%	+ 30,5%

676. Observou-se que o indicador de volume das importações brasileiras das origens investigadas sofreu incremento da ordem de 207,2% de P1 para P2 e reduziu 81,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 476,3% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 36,7%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume das importações brasileiras das origens investigadas, consistindo-se somente na origem EUA, revelou variação positiva de 359,5% em P5, comparativamente a P1.

677. Com relação à variação de volume das importações brasileiras do produto das demais origens ao longo do período em análise, houve aumento de 13,3% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar ampliação de 12,7%. De P3 para P4 houve crescimento de 17,7%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 17,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de volume das importações brasileiras do produto das demais origens apresentou expansão de 76,1%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

678. Avaliando a variação de importações brasileiras totais no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 20,4%. É possível verificar ainda uma elevação de 4,0% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve crescimento de 25,4% e, entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 18,7%. Analisando-se todo o período, as importações brasileiras totais apresentaram expansão da ordem de 86,4%, considerado P5 em relação a P1.

679. Observou-se que o valor das importações brasileiras das origens investigadas sofreu incremento da ordem de 228,0% de P1 para P2 e reduziu 80,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 472,2% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 68,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o valor das importações brasileiras das origens investigadas revelou variação positiva de 514,6% em P5, comparativamente a P1.

680. Com relação à variação do valor das importações brasileiras do produto das demais origens ao longo do período em análise, houve aumento de 25,5% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar ampliação de 8,9%. De P3 para P4 houve crescimento de 13,6%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 48,7%. Ao se considerar toda a série analisada, o valor das importações brasileiras do produto das demais origens apresentou expansão de 131,1%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

681. Avaliando a variação do valor das importações brasileiras totais no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 32,0%. É possível verificar ainda uma elevação de 1,9%entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve crescimento de 20,6%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 50,1%. Analisando-se todo o período, o valor das importações brasileiras totais de origem apresentou expansão da ordem de 143,3%, considerado P5 em relação a P1.

682. Observou-se que o indicador de preço médio CIF das importações brasileiras das origens investigadas cresceu 6,8% de P1 para P2 e aumentou 2,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 0,7% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 23,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de preço médio CIF das importações brasileiras das origens investigadas revelou variação positiva de 33,8% em P5, comparativamente a P1.

683. Com relação à variação de preço médio CIF das importações brasileiras das demais origens ao longo do período em análise, houve aumento de 10,8% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 3,4%. De P3 para P4 houve diminuição de 3,4%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 26,9%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio CIF das importações brasileiras das demais origens apresentou expansão de 31,3%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

684. Avaliando a variação do preço médio CIF das importações brasileiras totais no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 9,6%. É possível verificar ainda queda de 2,1% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 3,9%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 26,5%. Analisando-se todo o período, o preço médio CIF das importações brasileiras totais apresentou expansão da ordem de 30,5%, considerado P5 em relação a P1.

685. Constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das origens investigadas foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações brasileiras das demais origens em todos os períodos de análise de continuação/retomada de dano.

6.2. Do mercado brasileiro e da evolução das importações

686. Para dimensionar o mercado brasileiro de PVC-S foram consideradas as quantidades vendidas, de fabricação própria, no mercado interno pela indústria doméstica, líquidas de devoluções e reportadas pela Braskem e pela Unipar, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

687. Considerou-se que o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente se equivaleram, tendo em vista que não houve consumo cativo pela indústria doméstica.

Do Mercado Brasileiro e da Evolução das Importações (em Tonelada)

[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Mercado Brasileiro						
Mercado Brasileiro {A+B}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(3,8%)	1,4%	2,9%	11,6%	+ 12,0%
A. Vendas Internas - Indústria Doméstica	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(11,6%)	0,3%	(7,4%)	7,3%	(11,9%)
B. Importações Totais	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
B1. Importações - Origens sob Análise	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	207,2%	(81,0%)	476,3%	36,7%	+ 359,5%
B2. Importações - Outras Origens	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	13,3%	12,7%	17,7%	17,2%	+ 76,1%
Participação no Mercado Brasileiro						
Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica {A/(A+B)}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação das Importações Totais {B/(A+B)}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação das Importações - Origens sob Análise {B1/(A+B)}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação das Importações - Outras Origens {B2/(A+B)}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Representatividade das Importações de Origens sob Análise						
Participação no Mercado Brasileiro {B1/(A+B)}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação nas Importações Totais {B1/B}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
F. Volume de Produção Nacional	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(9,6%)	(1,5%)	(16,4%)	4,8%	(22,0%)
Relação com o Volume de Produção Nacional {B1/F}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	-
Variação	-	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

688. Observou-se que o mercado brasileiro de PVC-S diminuiu 3,8% de P1 para P2 e aumentou 1,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 2,9% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 11,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o mercado brasileiro de PVC-S revelou variação positiva de 12,0% em P5, comparativamente a P1.

689. Observou-se que a participação das origens investigadas no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, a participação das origens investigadas no mercado brasileiro revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

690. Com relação à variação de participação das importações das demais origens no mercado brasileiro ao longo do período em análise, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P1 e P2. De P2 para P3 é possível detectar ampliação de [RESTRITO] p.p., enquanto de P3 para P4 houve crescimento de [RESTRITO] p.p., e de P4 para P5 revelou-se ter havido elevação de [RESTRITO] p.p. Ao se considerar toda a série analisada, a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro apresentou expansão de [RESTRITO] p.p., considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

691. Observou-se que a relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, a relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.3. Da conclusão a respeito das importações

692. No período analisado, as importações sujeitas ao direito antidumping cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO]toneladas em P1 para [RESTRITO] toneladas em P5 (incremento de [RESTRITO]toneladas, correspondente a 359,5%);

b) relativamente ao mercado brasileiro, dado que a participação dessas importações passou de [RESTRITO]% em P1 para [RESTRITO]% em P5; e

c) em relação à produção nacional, pois, em P1, representavam [RESTRITO]% desta produção e, em P5, corresponderam a [RESTRITO]% do volume total produzido no país.

693. Além disso, durante todo o período de revisão, as importações das origens investigadas foram realizadas a preço CIF médio ponderado inferior ao preço médio das importações brasileiras das outras origens.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

694. De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

695. O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

696. Como já demonstrado no item 4, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de PVC-S da Braskem e da Unipar, que representaram 100% da produção nacional do produto similar doméstico, em P5. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

697. Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industriais (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas, [RESTRITO]

698. De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

699. Ressalte-se que ajustes em relação aos dados apresentados pelas empresas na petição de início e em respostas aos pedidos de informações complementares foram efetuados, tendo em conta os resultados das verificações in loco realizadas por equipes da autoridade investigadora brasileira. Os ajustes serão descritos a seguir nos respectivos itens.

7.1. Da evolução global da indústria doméstica

7.1.1. Dos indicadores de venda e participação no mercado brasileiro

700. A tabela a seguir apresenta, entre outras informações, as vendas da indústria doméstica de PVC-S de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme informadas pelas peticionárias.

Dos Indicadores de Venda e Participação no Mercado Brasileiro e no Consumo Nacional Aparente (em Tonelada)
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Indicadores de Vendas						
A. Vendas Totais da Indústria Doméstica	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(14,0%)	(2,2%)	(13,3%)	6,9%	(22,0%)
A1. Vendas no Mercado Interno	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(11,6%)	0,3%	(7,4%)	7,3%	(11,9%)
A2. Vendas no Mercado Externo	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(28,6%)	(20,0%)	(67,5%)	(2,6%)	(82,0%)
Mercado Brasileiro e Consumo Nacional Aparente (CNA)						
B. Mercado Brasileiro	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(3,8%)	1,4%	2,9%	11,6%	+ 12,0%
Representatividade das Vendas no Mercado Interno						
Participação nas Vendas Totais {A1/A}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	
Variação	-	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Participação no Mercado Brasileiro {A1/B}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	
Variação	-	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]

701. Observou-se que o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno diminuiu 11,6% de P1 para P2 e aumentou 0,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 7,4% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 7,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno revelou variação negativa de 11,9% em P5, comparativamente a P1.

702. Com relação à variação de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo ao longo do período em análise, houve redução de 28,6% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar retração de 20,0%. De P3 para P4 houve diminuição de 67,5%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 2,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo apresentou contração de 82,0%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1). Ressalte-se que a representação de vendas externas da indústria doméstica alcançou, no máximo, [CONFIDENCIAL]% do total ao longo do período em análise.

703. Observou-se que o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL]p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [CONFIDENCIAL]p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL]p.p. em P5, comparativamente a P1.

7.1.2. Dos indicares de produção, capacidade e estoque

704. A tabela a seguir apresenta entre outras informações, o volume de produção do produto similar fabricado pela indústria doméstica, conforme informadas pelas peticionárias.

705. A Braskem produz o PVC-S em duas unidades produtivas, localizadas em Camaçari (BA) e em Marechal Deodoro (AL). A unidade de Alagoas foi implantada em 1989 e passou por processo de expansão/modernização em 2012. Atualmente, a unidade fabril de Alagoas possui [CONFIDENCIAL] reatores, sendo que [CONFIDENCIAL] deles utilizam tecnologia [CONFIDENCIAL], que conseguem produzir praticamente o mesmo volume entregue pelos outros reatores com [CONFIDENCIAL]. A Unidade de Camaçari, por sua vez, foi implantada em 1979 e atualmente possui [CONFIDENCIAL] reatores, todos com tecnologia [CONFIDENCIAL].

706. O cálculo da capacidade nominal das plantas levou em consideração, segundo a Braskem, a capacidade nominal constante nos contratos com os fornecedores da tecnologia/equipamento e nos estudos internos de engenharia de produção, além de processo de aquisição de reatores e das implementações de melhoria ocorridas ao longo dos anos.

707. Para o cálculo da capacidade instalada efetiva, a Braskem informou que [CONFIDENCIAL] .

708. A Unipar produz o PVC-S no Brasil em uma planta, localizada em Santo André (SP). A capacidade instalada nominal de PVC-S, consoante relatado pela empresa, é determinada em função da capacidade volumétrica de cada reator de produção de PVC-S, do número total de reatores instalados e da configuração padrão utilizada para produção das campanhas dos diversos tipos de PVC-S, ou seja, é baseada na quantidade de produto possível de polimerizar em cada uma das suas linhas de produção. A empresa informou que essa quantidade é calculada com base [CONFIDENCIAL] .

709. A capacidade efetiva, a seu turno, de acordo com a Unipar, desconsidera os dias de parada [CONFIDENCIAL] .

710. No que concerne aos estoques, a empresa Braskem afirmou que [CONFIDENCIAL] e que o [CONFIDENCIAL] toneladas do produto. A Unipar, por sua vez, informou que a sua produção é [CONFIDENCIAL] e que [CONFIDENCIAL] . Em sua resposta às informações complementares, afirmou que [RESTRITO], no entanto, a Unipar em sua petição de início apontou que o [CONFIDENCIAL] .

Dos Indicadores de Produção, Capacidade Instalada e Estoque (em Tonelada)
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Volumes de Produção						
A. Volume de Produção - Produto Similar	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(9,6%)	(1,5%)	(16,4%)	4,8%	(22,0%)
B. Volume de Produção - Outros Produtos	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Capacidade Instalada						
C. Capacidade Instalada Efetiva	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(2,0%)	1,0%	(1,6%)	1,9%	(0,9%)
D. Grau de Ocupação {(A+B)/C}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Estoques						
E. Estoques	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	52,7%	43,0%	8,6%	(6,2%)	+ 122,6%
F. Relação entre Estoque e Volume de Produção {E/A}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	-
Variação	-	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

711. Observou-se que o indicador de volume de produção do produto similar da indústria doméstica diminuiu 9,6%, de P1 para P2, 1,5%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 16,4%%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento desse indicador de 4,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume de produção do produto similar da indústria doméstica revelou variação negativa de 22,0% em P5, comparativamente a P1.

712. A capacidade instalada efetiva, quando considerados os extremos do período de análise da revisão, apresentou queda de 0,9% em P5, comparativamente a P1. Ao longo dos intervalos individuais, a capacidade instalada efetiva diminuiu 2,0%, de P1 para P2, aumentou 1,0%, de P2 para P3, decresceu em 1,6%, de P3 para P4, e voltou a crescer em 1,9% de P4 para P5.

713. Observou-se que o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada decresceu de P1 até P4, respectivamente, [RESTRITO] p.p., [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p., sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P4 para P5, esse indicador apresentou crescimento de [RESTRITO] p.p. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

714. Observou-se que o indicador de volume de estoque final de PVC-S cresceu 52,7% de P1 para P2 e aumentou 43,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 8,6% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 6,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume de estoque final de PVC-S revelou variação positiva de 122,6% em P5, comparativamente a P1.

715. Observou-se que o indicador de relação estoque final/produção cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação estoque final/produção revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

7.1.3. Dos indicadores de emprego, produtividade e massa salarial

Do Emprego, da Produtividade e da Massa Salarial
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Emprego						
A. Qtde de Empregados - Total	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(0,7%)	0,3%	(0,4%)	1,1%	+ 0,3%
A1. Qtde de Empregados - Produção	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(1,5%)	(1,0%)	(1,5%)	2,3%	(1,8%)
A2. Qtde de Empregados - Adm. e Vendas	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	2,8%	5,0%	3,5%	(3,0%)	+ 8,5%
Produtividade (em Tonelada)						
B. Produtividade por Empregado Volume de Produção (produto similar) / {A1}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(8,2%)	(0,5%)	(15,2%)	2,5%	(20,6%)
Massa Salarial (em Mil Reais)						
C. Massa Salarial - Total	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	0,0%	(5,9%)	(5,1%)	(14,6%)	(23,7%)
C1. Massa Salarial - Produção	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(0,0%)	(4,2%)	(4,9%)	(13,9%)	(21,6%)
C2. Massa Salarial - Adm. e Vendas	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	0,1%	(10,6%)	(5,4%)	(16,8%)	(29,5%)

716. Observou-se que o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção diminuiu 1,5% de P1 para P2 e reduziu 1,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 1,5% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 2,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção revelou variação negativa de 1,8% em P5, comparativamente a P1.

717. Com relação à variação de número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 2,8% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar ampliação de 5,0%. De P3 para P4 houve crescimento de 3,5%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 3,0%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de número de empregados que atuam em administração e vendas apresentou expansão de 8,5%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

718. Avaliando a variação de quantidade total de empregados no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 0,7%. É possível verificar ainda uma elevação de 0,3% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 0,4%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 1,1%. Analisando-se todo o período, a quantidade total de empregados apresentou expansão da ordem de 0,3%, considerado P5 em relação a P1.

719. Observou-se que o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção se manteve estável de P1 para P2 e reduziu 4,2% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 4,9% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 13,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção revelou variação negativa de 21,6% em P5, comparativamente a P1.

720. Com relação à variação de massa salarial dos empregados de administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 0,1% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 10,6%. De P3 para P4 houve diminuição de 5,4%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 16,8%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de massa salarial dos empregados de administração e vendas apresentou contração de 29,5%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

721. Avaliando a variação de massa salarial do total de empregados no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se manutenção do indicador. É possível verificar ainda queda de 5,9% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 5,1%, e entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 14,6%. Analisando-se todo o período, a massa salarial do total de empregados apresentou contração da ordem de 23,7%, considerado P5 em relação a P1.

722. Observou-se que o indicador de a produtividade por empregado ligado à produção diminuiu 8,2% de P1 para P2 e reduziu 0,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 15,2% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 2,5%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de produtividade por empregado ligado à produção revelou variação negativa de 20,6% em P5, comparativamente a P1.

7.2. Dos indicadores financeiros da indústria doméstica

7.2.1. Da receita líquida e dos preços médios ponderados

723. As receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica referem-se às vendas líquidas do produto similar de fabricação própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas com o frete interno.

Da Receita Líquida e dos Preços Médios Ponderados
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Receita Líquida (em Mil Reais)						
A. Receita Líquida Total	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(10,6%)	0,7%	(14,7%)	42,7%	+ 9,5%
A1. Receita Líquida Mercado Interno	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(8,3%)	2,0%	(9,6%)	44,7%	+ 22,3%
Participação {A1/A}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
A2. Receita Líquida Mercado Externo	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(27,7%)	(14,7%)	(70,9%)	(25,8%)	(86,7%)
Participação {A2/A}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Preços Médios Ponderados (em Reais/Tonelada)						
B. Preço no Mercado Interno {A1/Vendas no Mercado Interno}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	3,7%	1,8%	(2,4%)	34,9%	+ 38,8%
C. Preço no Mercado Externo {A2/Vendas no Mercado Externo}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	1,3%	6,7%	(10,2%)	(23,8%)	(26,1%)

724. Observou-se que o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno diminuiu 8,3% de P1 para P2 e aumentou 2,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 9,6% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 44,7%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação positiva de 22,3% em P5, comparativamente a P1.

725. Com relação à variação de receita líquida obtida com as exportações do produto similar ao longo do período em análise, houve redução de 27,7% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar retração de 14,7%. De P3 para P4 houve diminuição de 70,9%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 25,8%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou contração de 86,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

726. Avaliando a variação de receita líquida total no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 10,6%. É possível verificar ainda uma elevação de 0,7%entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 14,7%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 42,7%. Analisando-se todo o período, receita líquida total apresentou expansão da ordem de 9,5%, considerado P5 em relação a P1.

727. Observou-se que o indicador de preço médio de venda no mercador interno cresceu 3,7% de P1 para P2 e aumentou 1,8% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 2,4% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 34,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de preço médio de venda no mercador interno revelou variação positiva de 38,8% em P5, comparativamente a P1.

728. Com relação à variação de preço médio de venda para o mercado externo ao longo do período em análise, houve aumento de 1,3% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar ampliação de 6,7%. De P3 para P4 houve diminuição de 10,2%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 23,8%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio de venda para o mercado externo apresentou contração de 26,1%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

7.2.2. Dos resultados e das margens

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens de Rentabilidade

[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Demonstrativo de Resultado (em números-índice de Mil Reais)						
A. Receita Líquida Mercado Interno	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	(8,3%)	2,0%	(9,6%)	44,7%	+ 22,3%
B. Custo do Produto Vendido - CPV	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(7,5%)	8,7%	0,2%	(5,1%)	(4,4%)
C. Resultado Bruto {A-B}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(15,9%)	(62,4%)	(283,0%)	716,0%	+ 256,5%
D. Despesas Operacionais	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(6,9%)	1,6%	560,2%	(77,4%)	+ 41,0%
D1. Despesas Gerais e Administrativas	100,0	60,6	77,2	212,1	65,3	
D2. Despesas com Vendas	100,0	119,8	94,9	88,9	88,5	
D3. Resultado Financeiro (RF)	100,0	62,8	88,8	165,8	161,3	
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)	100,0	253,2	149,4	140,2	245,8	
E. Resultado Operacional {C-D}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(5,0%)	(69,7%)	(759,1%)	109,5%	+ 245,2%
F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(246,1%)	(142,2%)	(1.763,5%)	125,5%	+ 1.579,6%
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2}	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Variação	-	(1,2%)	(145,8%)	(849,8%)	286,1%	+ 700,3%
Margens de Rentabilidade (%)						
H. Margem Bruta {C/A}	100,0	92,2	34,3	(68,6)	292,8	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
I. Margem Operacional {E/A}	(100,0)	(114,3)	(190,9)	(554,5)	118,2	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
J. Margem Operacional (exceto RF) {F/A}	100,0	(156,3)	(368,8)	(1.531,3)	1.337,5	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.].
K. Margem Operacional (exceto RF e OD) {G/A}	100,0	107,5	(47,5)	(512,5)	657,5	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

729. Observou-se que o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno diminuiu 8,3% de P1 para P2 e aumentou 2,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 9,6% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 44,7%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação positiva de 22,3% em P5, comparativamente a P1.

730. Com relação à variação de resultado bruto da indústria doméstica ao longo do período em análise, houve redução de 15,9% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 62,4%. De P3 para P4 houve diminuição de 283,0%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 716,0%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto da indústria doméstica apresentou expansão de 256,5%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

731. Avaliando a variação de resultado operacional no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 5,0%. É possível verificar ainda uma queda de 69,7%entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 759,1%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 109,5%. Analisando-se todo o período, o resultado operacional apresentou expansão da ordem de 245,2%, considerado P5 em relação a P1.

732. Observou-se que o indicador de resultado operacional, excetuado o resultado financeiro, sofreu decréscimo da ordem de 246,1% de P1 para P2 e reduziu 142,2% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 1.763,5% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 125,5%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de resultado operacional, excetuado o resultado financeiro, revelou variação positiva de 1.579,6% em P5, comparativamente a P1.

733. Com relação à variação de resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, houve redução de 1,2% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 145,8%. De P3 para P4 houve diminuição de 849,8%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 286,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou expansão de 700,3%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

734. Observou-se que o indicador de margem bruta diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem bruta revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

735. Com relação à variação de margem operacional ao longo do período em análise, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P1 e P2. De P2 para P3 é possível detectar retração de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto de P3 para P4 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., e de P4 para P5 revelou-se ter havido elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de margem operacional apresentou expansão de [CONFIDENCIAL] p.p., considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

736. Avaliando a variação de margem operacional, exceto resultado financeiro, no período analisado, verifica-se diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P1 e P2. De P2 para P3 verifica-se uma queda de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto de P3 para P4 houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. Por sua vez, entre P4 e P5 é possível identificar ampliação de [CONFIDENCIAL] p.p. Analisando-se todo o período, a margem operacional, exceto resultado financeiro, apresentou expansão de [CONFIDENCIAL] p.p., considerado P5 em relação a P1.

737. Observou-se que o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno por Unidade (em números-índice de R$/Tonelada)

[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
A. Receita Líquida Mercado Interno	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	3,7%	1,8%	(2,4%)	34,9%	+ 38,8%
B. Custo do Produto Vendido - CPV	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	4,7%	8,4%	8,1%	(11,6%)	+ 8,5%
C. Resultado Bruto {A-B}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(4,9%)	(62,5%)	(297,5%)	674,2%	+ 304,6%
D. Despesas Operacionais	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	5,3%	1,3%	612,7%	(78,9%)	+ 60,1%
D1. Despesas Gerais e Administrativas (número-índice)	100,0	68,5	87,1	258,2	74,0	
D2. Despesas com Vendas (número-índice)	100,0	135,4	107,1	108,2	93,6	
D3. Resultado Financeiro (RF) (número-índice)	100,0	71,1	100,2	201,9	183,0	
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD) (número-índice)	100,0	286,4	168,5	170,7	278,9	
E. Resultado Operacional {C-D}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(18,7%)	(69,2%)	(827,3%)	108,8%	+ 264,8%
F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(265,2%)	(141,6%)	(1.911,6%)	123,7%	+ 1.806,1%
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	11,7%	(145,7%)	(925,2%)	273,5%	+ 808,2%

738. Observou-se que o Custo do Produto Vendido (CPV) unitário cresceu 4,7% de P1 para P2 e aumentou 8,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 8,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 11,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de CPV unitário revelou variação positiva de 8,5% em P5, comparativamente a P1.

739. Com relação à variação de resultado bruto unitário ao longo do período em análise, houve redução de 4,9% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 62,5%. De P3 para P4 houve diminuição de 297,5%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 674,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto unitário apresentou expansão de 304,6%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

740. Avaliando a variação de resultado operacional unitário no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 18,7%. É possível verificar ainda queda de 69,2% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 827,3% e, entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 108,8%. Analisando-se todo o período, o resultado operacional unitário apresentou expansão da ordem de 264,8%, considerado P5 em relação a P1.

741. Observou-se que o indicador de resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, sofreu decréscimo da ordem de 265,2% de P1 para P2 e reduziu 141,6% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 1.911,6% entre P3 e P4 e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 123,7%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, revelou variação positiva de 1.806,1% em P5, comparativamente a P1.

742. Com relação à variação de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, houve aumento de 11,7% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 145,7%. De P3 para P4 houve diminuição de 925,2% e, entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 273,5%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou expansão de 808,2%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

7.2.3. Do fluxo de caixa, do retorno sobre investimentos e da capacidade de captar recursos

743. A respeito dos próximos indicadores, cumpre frisar que se referem às atividades totais da indústria doméstica, e não somente às operações relacionadas ao PVC-S.

Do Fluxo de Caixa, Retorno sobre Investimentos e Capacidade de Captar Recursos

[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Fluxo de Caixa						
A. Fluxo de Caixa	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	86,0%	445,3%	77,5%	361,0%	+ 494,9%
Retorno sobre Investimento						
B. Lucro Líquido	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	468,0%	(23,6%)	(344,1%)	98,6%	(115,0%)
C. Ativo Total	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(1,1%)	4,2%	17,8%	7,9%	+ 31,1%
D. Retorno sobre Investimento Total (ROI) (número-índice)	100,0	592,9	435,7	(900,0)	(14,3)	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Capacidade de Captar Recursos						
E. Índice de Liquidez Geral (ILG)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	(5,2%)	(16,4%)	7,7%	(21,4%)	(37,1%)
F. Índice de Liquidez Corrente (ILC)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	(9,5%)	(57,5%)	7,5%	(51,4%)	(141,4%)

744. Observou-se que o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica cresceu 86,0% de P1 para P2 e registrou variação positiva: 445,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 77,5% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 361,0%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica revelou variação positiva de 494,9% em P5, comparativamente a P1.

745. Observou-se que o indicador de taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

746. Observou-se que o indicador de liquidez geral se manteve estável de P1 para P2 e reduziu 16,7% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 7,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 23,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de liquidez geral revelou variação negativa de 33,3% em P5, comparativamente a P1.

747. Com relação à variação de liquidez corrente ao longo do período em análise, houve redução de 8,3% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 53,8%. De P3 para P4 houve crescimento de 10,0%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 55,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de

liquidez corrente apresentou contração de 133,3%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

748. Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa da Unipar referente apenas ao produto similar de fabricação própria por ela produzido. A Braskem não apresentou tais dados considerando rateio somente pra PVC-S.

Do Fluxo de Caixa, Retorno sobre Investimentos e Capacidade de Captar Recursos da Unipar para o produto similar
[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5
Fluxo de Caixa					
A. Caixa Líq. Gerado por Atividades Operacionais (número-índice)	100,0	173,2	307,5	41,1	409,7
B. Caixa Líq. das Atividades de Investimento (número-índice)	(100,0)	(592,5)	(84,2)	134,0	(274,7)
C. Caixa Líq. das Atividades Financiamento (número-índice)	(100,0)	112,5	(221,9)	(59,0)	(43,4)
D. Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (número-índice)	(100,0)	(8,5)	43,4	77,2	382,8

749. Observou-se que o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da Unipar cresceu 91,5% de P1 para P2 e registrou variação positiva: 611,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 77,9% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 396,0%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da Unipar revelou variação positiva de 482,8% em P5, comparativamente a P1.

7.3. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.3.1. Dos custos e da relação custo/preço

Dos Custos e da Relação Custo/Preço
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Custos de Produção (em Mil Reais)						
Custo de Produção {A + B}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(4,5%)	7,0%	(11,7%)	(6,5%)	(15,6%)
A. Custos Variáveis (número-índice)	100,0	95,2	104,0	90,4	86,2	
A1. Matéria Prima (número-índice)	100,0	95,8	105,5	89,8	86,5	
A2. Outros Insumos (número-índice)	100,0	83,7	100,7	96,1	109,8	
A3. Utilidades (número-índice)	100,0	88,7	93,2	101,7	83,7	
A4. Outros Custos Variáveis (número-índice)	100,0	99,2	92,8	81,8	70,4	
B. Custos Fixos (número-índice)	100,0	98,4	87,5	89,2	68,6	
B1. Custos fixos - Depreciação (número-índice)	100,0	91,7	84,0	74,1	52,5	
B2. Custos fixos - Outros (número-índice)	100,0	102,2	88,0	96,3	77,3	
B3. Custos fixos (número-índice)	100,0	102,7	91,5	100,6	79,6	
Custo Unitário (em R$/Tonelada) e Relação Custo/Preço (%)						
C. Custo de Produção Unitário	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	5,7%	8,7%	5,6%	(10,8%)	+ 8,2%
D. Preço no Mercado Interno	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	-	3,7%	1,8%	(2,4%)	34,9%	+ 38,8%
E. Relação Custo / Preço {C/D} (número-índice)	100,0	101,9	108,9	117,9	78,0	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

750. O custo de produção total da indústria doméstica associado à fabricação de PVC-S apresentou seguidas reduções entre P1 e P2 (4,5%), entre P3 e P4 (11,7%) e entre P4 e P5 (6,5%). Apenas na passagem do período P2 para P3 foi observado crescimento no custo de produção total do produto similar produzido pela indústria doméstica: 7,0%. Deste modo, se considerados os extremos da série, o custo de produção total caiu 15,6%.

751. Observou-se que o indicador de custo unitário de PVC-S cresceu 5,7% de P1 para P2 e aumentou 8,7% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 5,6% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 10,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de custo unitário de revelou variação positiva de 8,2% em P5, comparativamente a P1.

752. Observou-se que o indicador de participação do custo de produção no preço de venda cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação do custo de produção no preço de venda revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

7.3.2. Da magnitude da margem de dumping

753. No caso da continuação da prática de dumping, conforme apontado no item 5.1.2., buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping dos EUA afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações do produto sujeito ao direito antidumping para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

754. Para tanto, utilizou-se o valor normal empregado para o cálculo da margem de dumping dessa origem. Ao valor normal, em dólares estadunidenses por tonelada, adicionaram-se os valores do frete e do seguro internacionais obtidos dos dados de importações brasileiras de PVC-S originária dos EUA, em P5. Dessa forma, obteve-se o valor CIF.

755. Os montantes de II foram apurados a partir dos dados efetivos obtidos junto à RFB. Com relação ao AFRMM, o valor foi apurado a partir das informações fornecidas pela RFB. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, via transporte aéreo, as destinadas à Zona Franca de Manaus e as realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

756. As despesas de internação, por sua vez, foram calculadas com base nas respostas ao questionário do importador, correspondente a 2,7% do valor CIF.

757. Por sua vez, o preço do produto similar da indústria doméstica foi calculado de acordo com a metodologia apontada no item 5.1.2.2.2 deste documento.

758. Considerando-se o valor normal internado apurado, isto é, o preço pelo qual o produto objeto do direito antidumping seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias dos EUA seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

Magnitude da Margem de Dumping
[RESTRITO]

Valor Normal (US$/t)	[RESTRITO]
Frete Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Seguro Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Valor Normal CIF (US$/t)	[RESTRITO]
Imposto de importação (US$/t)	[RESTRITO]
AFRMM (US$/t)	[RESTRITO]
Despesas de Internação (US$/t)	[RESTRITO]
Valor Normal Internado (US$/t)	[RESTRITO]
Preço Ind. Doméstica (US$/t)	[RESTRITO]
Diferença	56,05

759. A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal dos EUA, em base CIF, internado no Brasil, superaria o preço da indústria doméstica ex fabrica em US$ 56,05 ([RESTRITO] %), em P5.

760. Dessa comparação é possível inferir que as importações provenientes dos EUA não teriam impactado negativamente os resultados da indústria doméstica, já que teriam concorrido em outro nível de preço com o produto similar nacional, caso não fossem objeto de dumping.

7.3.2.1. Das manifestações acerca da magnitude da margem de dumping

761. No dia 16 de maio de 2022, a Braskem tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidos a termo as considerações acerca da magnitude da margem de dumping. Frise-se que esses argumentos foram complementados e reforçados pela empresa em suas manifestações protocoladas nos dia 13 de junho e 4 de julho de 2022.

762. A Braskem qualificou como desprovido de cabimento o pedido de recálculo da margem de dumping proposto pela ABIPLAST. Reiterou que as medidas em vigor aplicadas às importações de PVC-S dos EUA e do México foram determinadas com base na melhor informação disponível, visto que na última revisão de final de período os produtores / exportadores interessados "simplesmente não cooperaram com a revisão por não terem fornecido as informações necessárias ou terem recusado acesso as mesmas".

763. Acrescentou que a atual medida aplicada sobre as importações de PVC-S dos EUA não impediu, ao longo do período de sua vigência, as exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil. Na presente revisão, a margem de dumping relativa apurada para efeito de início alcançou 78,5% nas importações dos EUA, além de ter ficado demonstrada a existência de probabilidade de retomada do dumping nas importações de PVC-S originárias do México.

764. No dia 16 de maio de 2022, a Unipar tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca da magnitude da margem de dumping, conforme sintetizados a seguir.

765. Para a Unipar, dada a inexistência de dados específicos de produtores/exportadores dos países sob investigação para realização de novos cálculos, esperar-se-ia não ocorrerem alterações substanciais nos valores normais, pois calculados com base na melhor informação disponível.

766. Reiterou, então, com relação ao tema, que a margem de dumping resultou dos valores apurados com base nos dados disponíveis, nos termos da legislação, e não haveria "melhor critério disponível para questioná-lo". Além disso, "a importação de PVC-S originário dos EUA em volumes significativos sem dano à indústria doméstica demonstra a adequação do direito aplicado".

767. No dia 16 de maio de 2022, a ABIPLAST tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022.

768. A respeito da magnitude da margem de dumping, a Abipalst argumentou que, em se ajustando o valor normal, far-se-ia necessário recalcular a magnitude da margem de dumping apresentada e que, em qualquer cenário de informação alternativa disponível, seria negativa ou insignificante.

7.3.2.2. Dos comentários sobre as manifestações acerca da magnitude da margem de dumping

769. Com relação às manifestações da Unipar e da Braskem acerca da não cooperação e da inexistência de dados específicos de produtores/exportadores de EUA e México, remete-se para mais detalhes aos comentários apresentados no item 5.1.1.5. Isso não obstante, importa deixar claro que a consultoria IHS Markit, em correspondência colacionada aos autos do processo, afirmou que o preço "netback" refletiria de forma mais próxima os preços reais de transações no mercado estadunidense. Dessa forma, para fins de determinação final, foi realizada nova apuração para o valor normal da origem EUA e, por conseguinte, nova avaliação da magnitude da margem de dumping.

770. Cumpre lembrar à empresa Braskem que a imposição de medidas de direito antidumping não tem como propósito a eliminação das importações de uma determinada origem. O que se busca com a imposição de tal remédio é a neutralização dos efeitos danosos dessa prática desleal sobre a indústria doméstica. Assim, é vazia de sentido a afirmação da empresa de que "a atual medida aplicada sobre as importações de PVC-S dos EUA não impediu, ao longo do período de sua vigência, as exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil".

7.4. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

771. A partir da análise dos indicadores expostos, verificou-se que, durante o período de análise da continuação ou retomada do dano:

a) as vendas da indústria doméstica no mercado interno diminuíram 11,9% de P1 a P5. Por outro lado, houve crescimento de 12% do mercado brasileiro, resultando em queda de [RESTRITO] p.p na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro, no mesmo período;

b) as vendas da indústria doméstica destinadas à exportação diminuíram 82,0% de P1 a P5, decorrente de quedas sucessivas durante todo o período de revisão;

c) a produção líquida de PVC-S da indústria doméstica apresentou queda ao longo do período de análise, tendo havido decréscimo de 22,0% de P1 a P5. Esse decréscimo foi acompanhado por redução do grau de ocupação da capacidade instalada de P1 para P5 (- [RESTRITO] p.p.);

d) os estoques cresceram 122,6% de P1 para P5, e triplicaram a sua representatividade sobre o volume de produção nos mesmos períodos de comparação, passando a [RESTRITO]% no período P5;

e) o número de empregados ligados à produção reduziu-se em 1,9% ao longo do período analisado. A produtividade por empregado também diminuiu de P1 para P5, apresentando uma retração de 20,6%;

f) a receita líquida obtida pela indústria doméstica no mercado interno cresceu 22,3% de P1 para P5, motivada principalmente pelo aumento do preço de venda do PVC-S nesse mercado ao longo do período investigado (38,8% de P1 a P5), especialmente de P4 a P5;

g) observou-se melhora da relação custo/preço de P1 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.), dado que o aumento dos custos de produção (8,2% de P1 para P5) foi inferior ao aumento dos preços médios praticados pela indústria doméstica (38,8% de P1 para P5);

h) o resultado bruto apresentou elevação de 256,5% entre P1 e P5, acompanhado de evolução da margem bruta de [CONFIDENCIAL] p.p. no mesmo período. O resultado operacional aumentou 245,2%, se considerados os extremos da série. No mesmo sentido, a margem operacional apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5. Importante realçar que, no período P5, reverteu-se o [CONFIDENCIAL] que vinha sendo observado de P1 até P4, assim como as margens a eles associadas.

i) o resultado operacional, exceto o resultado financeiro, aumentou 1.579,6%% de P1 para P5, revertendo os [CONFIDENCIAL] observados de P2 a P4. A margem operacional, sem as receitas e despesas financeiras, teve acréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. Da mesma forma evoluiu o resultado operacional, exceto o resultado financeiro e as outras despesas, o qual aumentou 700,3% e a margem operacional, sem as despesas financeiras e as outras despesas, a qual apresentou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p, revertendo os [CONFIDENCIAL] observados em P3 e em P4.

772. Verificou-se que a indústria doméstica apresentou relativa piora em seus indicadores relacionados ao produto similar no que diz respeito aos volumes de vendas, de produção, de grau de ocupação, de estoques e de participação no mercado brasileiro.

773. Não obstante o impacto observado nos indicadores de volume da indústria doméstica, os indicadores financeiros apresentaram relevante evolução positiva, em especial os relativos à receita e rentabilidade, como resultados e margens, revertendo o cenário de deterioração e os [CONFIDENCIAL]que foram observados até P4, passando a apresentar em P5 os melhores resultados da série.

774. A empresa Unipar alegou que a melhora dos resultados em P5 teria ocorrido em função de efeitos extraordinários e imprevisíveis da pandemia do Covid-19 - incremento dos preços internacionais em dólares estadunidenses do produto e a grande desvalorização do real frente ao dólar estadunidense - e que, dessa forma, os resultados em P5 apresentar-se-iam artificialmente inflados, sendo completamente atípicos quando comparados com os demais períodos avaliados.

775. A respeito dos fatores decorrentes da pandemia do Covid-19, cumpre desde já mencionar que, ainda que se reconheça a peculiaridade dos fatos ocorridos a partir de P5 devido à pandemia do coronavírus, não prospera o simples argumento de que esse período deva ser desconsiderado da análise, tendo em vista a excepcionalidade dos acontecimentos. Dadas as incertezas acerca do controle e desdobramentos da emergência sanitária, ainda não há como avaliar se as mudanças comerciais decorrentes do

coronavírus serão efêmeras ou se permanecerão incorporadas à sociedade, motivando alterações de hábitos de vida que intensificariam a demanda por produtos relacionados à limpeza e à higiene, por exemplo, mitigando o caráter excepcional que se buscou atribuir ao último período de análise.

776. Nesse sentido, é forçosa a conclusão de que a recuperação do preço e, consequentemente, dos indicadores financeiros, mais do que compensou, de maneira geral, as perdas sofridas nos indicadores de volume, resultando em um cenário de evolução positiva para a indústria doméstica, não se observando, dessa forma, dano.

8. DA PROBABILIDADE DE CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DANO

777. O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito (item 8.1); o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência (item 8.2); o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro (item 8.3); o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica (item 8.4); alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados (item 8.5); e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica (item 8.6).

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência do direito

778. O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito.

779. Nessa esteira, conforme demonstrado no item 7, as vendas da indústria doméstica no mercado interno diminuíram 11,9% de P1 a P5, resultando em queda de [RESTRITO] p.p na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro, em face do crescimento de 12% desse mercado brasileiro. Além disso, observou-se queda significativa nas vendas da indústria doméstica destinadas à exportação, as quais diminuíram 82,0% de P1 a P5, decorrente de quedas sucessivas durante todo o período de revisão.

780. Essas quedas observadas nas vendas totais da indústria doméstica levaram ao decréscimo da produção líquida de PVC-S da indústria doméstica ao longo do período de análise (- 22,0%) de P1 a P5. Esse decréscimo foi acompanhado por redução do grau de ocupação da capacidade instalada de P1 para P5 (- [RESTRITO] p.p.).

781. Por outro lado, no período de revisão, verificou-se incremento significativo da receita líquida obtida pela indústria doméstica no mercado interno (+22,3%), motivado principalmente pelo aumento do preço de venda do PVC-S nesse mercado ao longo do período investigado (38,8% de P1 a P5), especialmente de P4 a P5. Adicionalmente, observou-se melhora da relação custo/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.), dado que o aumento dos custos de produção (8,2% de P1 para P5) foi inferior ao aumento dos preços médios praticados pela indústria doméstica (38,8% de P1 para P5).

782. Não menos impactante foi a evolução positiva dos indicadores de rentabilidade da indústria doméstica de P1 para P5, quando se observou melhora significativa nos seus resultados (variação positiva que oscilou entre 245,2% e 1.579,6%) e nas margens (variação positiva que oscilou entre [CONFIDENCIAL] p.p. [CONFIDENCIAL] p.p). Merece destaque, que no período de revisão, a indústria doméstica logrou reverter o cenário de deterioração de seus indicadores financeiros, que se consubstanciava nos sucessivos [CONFIDENCIAL] observados entre P1 e P4.

783. Não obstante o impacto observado nos indicadores de volume da indústria doméstica, os indicadores financeiros apresentaram evolução positiva, em especial os relativos à receita e rentabilidade, como resultados e margens, revertendo o cenário de degradação marcado por sucessivos [CONFIDENCIAL] que foram observados até P4, passando a apresentar em P5 os melhores resultados da série.

784. Nesse sentido, para fins de determinação final concluiu-se que a recuperação do preço e, consequentemente, dos indicadores financeiros, mais do que compensou, de maneira geral, as perdas sofridas nos indicadores de volume, resultando em um cenário de evolução positiva para a indústria doméstica, não se observando, dessa forma, dano.

8.2. Do comportamento das importações durante a vigência do direito e sua provável tendência

785. O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: o volume das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

786. Durante o período analisado, as importações sujeitas ao direito antidumping originárias dos EUA cresceram significativamente em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO]toneladas em P1 para [RESTRITO] toneladas em P5 (incremento de [RESTRITO]toneladas, correspondente a 359,5%).

787. Em termos relativos, também se observou crescimento dessas importações, uma vez que sua a participação em relação ao mercado brasileiro passou de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO] % em P5 e, quando confrontadas com a produção nacional, pois, em P1, representavam [RESTRITO] % desta produção e, em P5, corresponderam a [RESTRITO] % do volume total produzido no país.

788. Ademais, conforme analisado nos itens 5.2 a 5.4, o país dispõe de capacidade ociosa significativa, se comparada ao tamanho do mercado brasileiro, além de perfil exportador importante.

789. Observou-se também que, durante todo o período de revisão, as importações das origens investigadas foram realizadas a preço CIF médio ponderado inferior ao preço médio das importações brasileiras das outras origens, conforme indicado no item 8.4.

790. Com relação ao México, verifica-se que não houve importações de PVC-S originárias de tal origem. Assim, para fins de determinação final, resolveu-se aprofundar a análise quanto à provável tendência de comportamento dessas importações.

791. Conforme dados do IHS protocolados pela Shinech em 25 de abril de 2022, quando da aplicação original do direito antidumping definitivo, em 1992, a capacidade de produção de PVC-S mexicana era distribuída entre as empresas [CONFIDENCIAL] .

792. De 1992 a 1999, a [CONFIDENCIAL] e a [CONFIDENCIAL] foram as responsáveis, em conjunto, pela quase totalidade dessa capacidade, com percentuais de representatividade oscilando entre [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL] %.

793. Em seguida, de 2000 a 2010, as empresas figuraram como únicas produtoras de PVC-S no país.

794. Por sua vez, o intervalo de 2011 a 2018 é marcado pelo [CONFIDENCIAL] , até que, em 2019, a empresa [CONFIDENCIAL] também passa a compor o rol de fabricantes. Naquele ano, a capacidade instalada era distribuída da seguinte forma: [CONFIDENCIAL] .

795. Finalmente, a partir de 2020, o [CONFIDENCIAL] é deslocado para a [CONFIDENCIAL] , situação que se mantem até a atualidade, conforme dados do relatório do IHS.

796. Os gráficos a seguir ilustram a evolução da capacidade instalada mexicana, em volumes e percentuais de participação.

[CONFDENCIAL]

[CONFDENCIAL]

797. Em pesquisas realizadas, constatou-se que as três principais produtoras históricas de PVC-S no México (Mexichem, Policyd e Vestolit) foram, ao longo do tempo, adquiridas ou fundidas à empresa Orbia.

798. Com efeito, conforme consta do sítio eletrônico desta última (https://www.orbia.com/this-is-orbia/history), a história da Mexichem com a Orbia remonta ao ano de 1997, quando o Grupo Empresarial Privado Mexicano (GEPM), detentor de 50,4% do capital da Mexichem, adquire o Grupo Industrial Camesa (controlador da empresa Aceros Camesa, empresa criada com o propósito de atender o mercado mexicano de cabos metálicos). Já em 2003, a Camesa (que havia se fundido com o GEPM em 1999) passa a deter 100% do capital da Mexichem. Posteriormente, no ano de 2005, a empresa Aceros Camesa é vendida e o Grupo Industrial Camesa muda seu nome para Mexichem. Finalmente, em 2019, a Mexichem passa a se chamar Orbia.

799. No caso da Policyd, é informado no sítio eletrônico da Orbia sua aquisição pela Mexichem em 2010.

800. Já a Vestolit, segundo a mesma fonte de informações, foi adquirida em 2014.

801. Pondo em perspectiva o histórico da atual empresa Orbia, percebe-se relevante diversificação em seus negócios e em suas bases produtivas ao longo do tempo. Dentre as ações nesse sentido, destacam-se as seguintes (além das já mencionadas):

- 2004: a então Camesa adquire o Grupo Primex, líder na produção de resinas de PVC no México;
- 2006: a Mexichem adquire o Bayshore Group, seu primeiro braço internacional, com operação nos Estados Unidos, relacionado a compostos de PVC;
- 2007: a Mexichem adquire a Petroquímica Colombiana (PETCO), fornecedora global de resinas de PVC;
- 2007: a Mexichem adquire 50% de participação na C.I. Geon Polímeros Andinos, produtora de formas compostas de PVC;
- 2009: a Mexichem adquire os 50% restantes de participação na C.I. Geon Polímeros Andinos;
- 2011: a Mexichem adquire o Alphagary Group, líder na produção de compostos de PVC, TPE e TPO, com plantas localizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido;
- 2013: a Mexichem adquire duas plantas e um centro de pesquisa e desenvolvimento de PVC nos Estados Unidos da empresa PolyOne;
- 2016: a Mexichem adquire a Vinyl Compounds Holdings, produtora de PVC com base no Reino Unido; e
- 2018: a Mexichem adquire a Sylvin Technologies, um fabricante de compostos de PVC de nicho, com sede em Denver (EUA), para aumentar sua capacidade de fornecer formulações exatas para as especificações dos clientes.

802. Além das expansões acima, relacionadas ao PVC, a Orbia conta atualmente com negócios nos seguimentos de construção e infraestrutura, agricultura, comunicação de dados e flúor, com base geográfica diversificada e presença em diversos continentes.

803. Paralelamente a esses acontecimentos, é interessante observar como evoluem as importações brasileiras de acordo com as fontes externas de fornecimento. O gráfico a seguir ilustra esse movimento desde 1997 (a partir de quando o Portal ComexStat disponibiliza dados por NCM):

[IMAGEM]

804. Dentre as mudanças reveladas, aquela que certamente mais salta aos olhos é o incremento na participação das importações originárias da Colômbia. Mais ainda, cumpre observar que esse crescimento expressivo se inicia a partir de 2008 - ano seguinte à aquisição da Petroquímica Colombiana (PETCO) pela Mexichem. A partir 2009, a origem passa a ser a mais representativa nas importações brasileiras de PVC-S, situação que se mantém até a atualidade.

805. Recorrendo novamente aos dados do IHS ofertados pela Shintech, desde 1992, constata-se que a capacidade instalada para a produção de PVC-S na Colômbia se dividiu entre as empresas [CONFIDENCIAL] . O gráfico a seguir apresenta a evolução da distribuição da capacidade instalada entre as fabricantes.

[CONFIDENCIAL]

806. Como se denota, o gráfico demonstra um claro movimento de sucessão entre as [CONFIDENCIAL] empresas, com predominância da [CONFIDENCIAL] até 2006, seguida da [CONFIDENCIAL] de 2007 ([CONFIDENCIAL]) a 2019 e da [CONFIDENCIAL] a partir de 2020.

807. Assim, a par de todas as informações apresentadas, transparece uma aparente mudança na estratégia comercial da Orbia, no que tange não apenas ao objeto do negócio, às suas bases de atuação e aos seus mercados prioritários, mas, especialmente, ao fornecimento de PVC-S para o Brasil, tendo passado a exportar a partir de suas plantas produtivas situadas na Colômbia.

808. Tal situação é expressamente prevista no art. 256, parágrafo único, "b", a Portaria SECEX nº 171, de 2022, como um dos fatores passíveis suscitar dúvidas quanto à evolução futura das importações, que, por sua vez, pode ensejar a recomendação de prorrogação do direito antidumping com sua imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

809. Some-se a isso o fato de que as importações colombianas de PVC-S gozam de preferência tarifária de 100%, por força do ACE 72, celebrado entre Mercosul e Colômbia, enquanto as mexicanas usufruem de preferência parcial de 20%, com base no ATPR 04 (vide item 3.3).

810. O fator logístico, neste caso, também parece operar em favor da Colômbia, haja vista a maior proximidade geográfica em relação ao Brasil.

811. Finalmente, importa rememorar que o direito se encontra em vigor há trinta anos, tendo resultado na extinção das exportações mexicanas de PVC-S para o Brasil. Com efeito, as últimas importações de PVC-S originárias do México foram observadas em P1 da revisão anterior à presente (de abril de 2014 a março de 2015).

812. Conclui-se, assim, a partir da conjuntura narrada anteriormente, pela existência de dúvidas quanto à evolução futura das importações do produto sujeito a medida originário do México, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, e do art. 256, parágrafo único, "b", a Portaria SECEX nº 171, de 2022, a ensejar a recomendação de prorrogação do direito antidumping para a origem, com a imediata suspensão de sua aplicação.

8.3. Do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

8.3.1. Da comparação entre o preço do produto objeto da revisão dos EUA e do produto similar nacional para fins de início da revisão

813. O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

814. Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos.

815. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

816. A fim de se comparar o preço do PVC-S importado dos EUA com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessa origem no mercado brasileiro.

817. Para o cálculo dos preços internados do produto importado dos EUA, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

818. Em seguida, foram adicionados: (i) o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do AFRMM calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do

frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente, (iii) o valor referente às despesas de internação, de acordo com a metodologia de cálculo desse rubrica foram apresentada no item 5.1.1.2.1 deste documento; e (iv) o valor unitário, em reais, do direito antidumping vigente durante cada período, obtido também dos dados de importação da RFB.

819. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

820. Por fim, os preços internados do produto originário dos EUA foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

821. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida no mercado interno durante o período de análise de continuação/retomada do dano.

822. A tabela a seguir demonstra o cálculo efetuado para os EUA, para cada período de análise de continuação/retomada do dano.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - EUA- com direito antidumping
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Imposto de Importação (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
AFRMM (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Despesas de internação (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Direito Antidumping vigente (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
CIF Internado (R$/t)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
CIF Internado (R$ atualizados/t) (a)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	92,00	(129,45)	(130,59)	(532,77)	(854,06)

823. Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto importado dos EUA, objeto do direito antidumping, apenas esteve subcotado no período P1. Ao longo do demais períodos de revisão o PVC-S originário dos EUA apresentou preço médio CIF internado no Brasil superior ao preço da indústria doméstica. Em que pese a ausência de subcotação, especialmente no período P5, em que se observou o maior nível de preço tanto do produto importado de origem estadunidense, quanto do produto similar produzido pela indústria doméstica, verificou-se a maior penetração em termos de volume das importações dessa origem.

824. Na tabela a seguir, consta análise que simula o efeito nos preços da indústria doméstica caso o direito antidumping fosse excluído:

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - EUA - sem direito antidumping
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF Internado sem direito antidumping (R$ atualizados/t) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	670,35	467,39	495,19	113,65	54,63

825. Pode-se constatar que, na hipótese de extinção do direito antidumping às importações dos EUA, o preço da indústria doméstica tenderia a se reduzir, em razão da necessidade de concorrer com o preço das referidas importações, o que provavelmente contribuiria para a deterioração de sua situação, por meio de movimentos de depressão e supressão de preços.

8.3.2. Da comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping do México e do produto similar nacional para fins de início da revisão

826. Haja vista a inexistência de importações originárias do México durante o período de revisão, foi realizada a comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping dessa origem e o preço do produto similar nacional. Para fins de início, são apresentados cenários de preço provável e seus respectivos efeitos sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, apurados por meio da internalização desses preços prováveis de exportação no mercado brasileiro e da análise da possibilidade de subcotação em relação aos preços de venda no mercado interno praticados pela indústria doméstica.

827. Primeiramente, buscou-se apurar o preço provável das importações mexicanas. Para isso, foram utilizados os dados disponíveis no site do governo mexicano Sistema de Informácion Comercial Via Internet (SIAVI) (http://www.economia-snci.gob.mx/). Importante realçar que são disponibilizados os dados referentes à classificação de mercadorias de 8 dígitos. Assim, foram obtidas as informaçãoes referentes à frácion 3904.10.03 (Poli(cloruro de vinilo) (P.V.C.) obtenido por los procesos de polimerización en masa o suspensión), permitindo, dessa forma, a identificação acurada do produto objeto da revisão.

828. Com base nos dados extraídos, verificou-se que a Bélgica foi o principal destino das exportações mexicanas de PVC-S em P5, representando 24,5% do total exportado. Os 10 principais destinos das exportações mexicanas de PVC-S no período P5 estão elencados na tabela abaixo com os respectivos volumes.

País de destino	Volume (t)
Bélgica	81.182,15
Reino Unido e Irlanda do Norte	32.786,20
Itália	32.394,00
Peru	29.214,90
China	29.091,00
Chile	21.772,30
Alemanha	21.203,34
Índia	18.601,67
Egito	8.799,20
Colômbia	6.351,45

829. Com base nos dados extraídos do SIAVI, foram apurados os preços médios na condição FOB em dólares estadunidenses por tonelada para cada um dos destinos das exportações mexicanas. Esses preços foram em seguida convertidos para reais multiplicando-os pela taxa média de câmbio do período P5, calculada com base nas taxas de câmbio diárias divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

830. Para determinar o preço CIF no porto brasileiro das importações originárias do México, adicionaram-se os valores relativos ao frete e ao seguro internacionais que, para fins de início, considerou os dados das importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA, em P5. A esse preço CIF, foram somados os valores referentes às despesas de internação e foi aplicado o Imposto de Importação, correspondente a 9,4% do preço CIF. As metodologias de cálculo dessas rubricas foram apresentadas no item 5.1.1.2.1 deste documento.

831. Os cenários elaborados consideram as seguintes perspectivas para a definição do preço provável e consequente cálculo da subcotação: (i) preço médio de exportação para o principal destino; (ii) preço médio de exportação para o mundo (todos os destinos); (iii) preço médio de exportação para os destinos mais representativos - Top 10; (iv) preço médio de exportação para os cinco principais destino e (v) preço médio de exportação para os países da América do Sul.

Preço Provável Internado e Subcotação - México
[RESTRITO]

	Principal Destino	Mundo	Top 10	Top 5	América do Sul
Preço CIF (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Imposto de Importação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	680,55	682,37	736,66	818,47	(472,77)

832. Da análise das tabelas anteriores, constatou-se que o preço provável de exportação do produto similar do México, na condição CIF internado, à exceção do cenário para a América do Sul, estaria subcotado com relação ao preço da indústria doméstica nos cenários apresentados, o que indicaria que, extinguindo-se o direito antidumping incidente sobre as importações brasileiras do PVC-S originário do México, existiria a probabilidade de que elas seriam cursadas a um preço CIF médio internado no mercado brasileiro subcotado em relação ao preço médio de venda do produto similar praticado pela indústria doméstica.

8.3.2.1. Das manifestações acerca do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de início

833. No dia 16 de maio de 2022, a Braskem tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidos a termo as considerações acerca do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro. Frise-se que esses argumentos foram complementados e reforçados pela empresa em suas manifestações protocoladas nos dia 13 de junho e 4 de julho de 2022.

834. A Braskem recapitulou que, para fins de início da revisão, se concluiu "acertadamente" pela existência de indícios da continuação da prática de dumping nas exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil e da probabilidade de retomada da prática do dumping nas exportações de PVC-S do México para o Brasil e que essa conclusão deveria prevalecer tendo em consideração "o que consta nos autos do processo, além do que já foi decidido acerca do assunto em revisões passadas".

835. A respeito da análise de subcotação, a Braskem afirmou que durante todo o período de revisão, as importações do produto originárias dos EUA entraram no Brasil a preços inferiores àqueles praticados pela indústria doméstica, conforme se observou no parecer de início. Mencionou, então, que a ABIPLAST alegou que o cálculo de subcotação demonstraria que o direito antidumping aplicado teria sido superior ao necessário para neutralizar o dano à indústria doméstica, além de não ter sido observado dano à indústria doméstica, mesmo na ocorrência de importações originárias dos EUA.

836. A esse respeito a Braskem destacou que o fato de não ter sido observado dano à indústria doméstica, "sendo que as importações dos EUA entraram no país com subcotação durante todo o período de revisão" - seria ilustrativo de que os direitos antidumping vigentes, no montante em que estão sendo aplicados, seriam apropriados para neutralizar os efeitos dos preços praticados pelos EUA nas suas exportações para o Brasil. Alertou que caso sejam "retirados", existiria "alta probabilidade de dumping e retomada de dano à indústria doméstica". Ressaltou ademais, que "esse quadro seria agravado, se consideradas as reduções da TEC realizadas pelo governo brasileiro recentemente, bem como a exclusão do custo da capatazia na base de cálculo do imposto de importação, conforme já apontado".

837. Com relação ao período P5, arguiu que, em relação à magnitude da subcotação, já se afirmou que "na hipótese de extinção do direito AD sobre as importações dos EUA, o preço da indústria doméstica tenderia a se reduzir com a retirada do direito AD, em razão da necessidade de concorrer com o preço das importações dessa origem". Acrescentou, ainda, que se pontuou que "a retirada dos direitos AD contribuiria para a deterioração da indústria doméstica, por meio de movimentos de depressão e de supressão de preços".

838. Aduziu, ainda, a peticionária que

No que diz respeito à magnitude da margem de subcotação em P5, é importante destacar que apesar de o exercício de comparação de preço da SDCOM ter retirado o direito AD, não se pode olvidar o contexto (volume e preço) em que essas importações foram feitas, pois estavam sujeitas ao direito AD. Em um contexto em que não há incidência do direito AD, muito provavelmente o volume e os preços das importações de PVC-S dos EUA para o Brasil seria outro, principalmente considerando a ocorrência de dumping e o expressivo potencial exportados dos EUA.

839. A Braskem realizou voluntariamente exercício de "probabilidade de retomada de subcotação" em que foram analisados "os cenários de probabilidade de retomada de subcotação com base no preço provável das exportações para o principal destino exportador; mundo; cinco principais destinos; e dez principais destinos". Com base no seu exercício, concluiu que "todos os cenários de preço provável de exportação dos EUA indicam retomada de subcotação para o Brasil".

840. Adicionalmente, a Braskem considerou importante pontuar que, em 2011, já houve perda de efeito dos direitos antidumping aplicáveis às importações dos EUA, resultado de um ajuste na metodologia de apuração de preços da publicação utilizada para estabelecer o valor normal dos EUA, o que acarretou um surto de importações de PVC-S dessa origem para o Brasil. Argumentou, assim, que:

Esse evento, que impactou o montante do direito recolhido (não se tratou de retirada dos direitos AD), foi suficiente para que os EUA voltassem imediatamente a exportar quantidades significativas de PVC-S para o Brasil em montante passível de causar dano à indústria doméstica, como reconhecido pelo então DECOM na última revisão dos direitos AD. Em apenas seis meses, os EUA exportaram 57.828,22 ton de PVC-S para o Brasil, o que representou um aumento de quase [RESTRITO]% entre P1 e P2 da revisão de final de período conduzida entre 2015 e 2016.

841. Arrematou que, diante desses fatos, seria evidente que a continuidade dos direitos antidumping não seria apenas apropriada, mas necessária para que o PVC-S da indústria doméstica continue viável.

842. Com relação à análise de subcotação para o PVC-S originário do México, relembrou que "também se identificou probabilidade de retomada de subcotação". Afirmou que, conforme parecer de início, indicou-se a existência de subcotação "na quase totalidade dos exercícios de probabilidade de retomada de subcotação com base nos preços prováveis de exportação para o principal exportador, mundo, cinco principais destinos e dez principais destinos". Dessa forma, tendo em vista a probabilidade de retomada de dumping, o expressivo potencial exportador e a probabilidade de exportação para o Brasil, seria robusta a existência de probabilidade de retomada de dano à indústria doméstica caso o direito seja extinto ou suspenso.

843. No dia 16 de maio de 2022, a Unipar tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca dos efeitos das importações sobre os preços da indústria doméstica, conforme sintetizados a seguir.

844. Segundo a Unipar:

os preços nacionais são disciplinados pelos preços de exportação do mercado norte-americano para o Brasil , o que continuaria a ocorrer em volumes significativos independente da medida antidumping aplicada (sinal de que a magnitude da medida é adequada).

Isto constatado, considerando-se que os EUA, de forma reiterada, exportam produtos a preços subcotados para o Brasil, nota-se os efeitos das importações dessa origem sobre os preços no país é nítido e de fácil constatação.

845. No dia 16 de maio de 2022, a ABIPLAST tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022.

846. A ABIPLAST argumentou que os cálculos de subcotação referentes às exportações dos Estados Unidos e do México demonstrariam que o direito antidumping aplicado teria sido superior ao necessário para neutralizar o dano à indústria doméstica, considerando, ademais, que não houve dano durante o período, apesar da ocorrência de importações dos Estados Unidos. Acrescentou que "o fato de que a proteção via direito antidumping é excessiva é corroborado pela evolução dos indicadores financeiros da indústria doméstica entre P1 e P5".

8.3.2.2. Dos comentários a respeito das manifestações acerca do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de início

847. Acerca da adequabilidade ou não do montante dos direitos antidumping fixados, deve-se realizar tal avaliação à luz dos objetivos perseguidos com a sua imposição.

848. Compreende-se, dessa forma, que o Acordo Antidumping, ao estabelecer como requisitos para a aplicação de uma medida dessa natureza a existência de dumping, dano e nexo de causalidade, torna patente o propósito de se neutralizarem os efeitos prejudiciais da prática desleal de comércio sobre a indústria doméstica fabricante do produto similar.

849. Com base nisso, não se pode inferir, de antemão, pela excessividade de uma medida antidumping pelo simples fato de haver ela produzido seus efeitos esperados, a saber, a eliminação do dano anteriormente originado da prática de dumping.

850. Ao contrário do defende a ABIPLAST, tampouco se pode extrair semelhante conclusão (por eventual excessividade da medida) a partir dos exercícios de subcotação realizados. Isso porque, no caso dos Estados Unidos, observou-se que a inexistência de subcotação de deve, precisamente à medida protetiva, sem a qual o PVC-S importado daquela origem ingressaria no mercado brasileiro a preços inferiores aos praticados pela indústria doméstica. Já no caso do México, quatro dos cinco cenários considerados apontam para a provável ocorrência de subcotação, caso a medida seja retirada.

851. Destaque-se, ainda, que, no caso de revisões de final de período, o Decreto nº 8.058, de 2013 estabelece algumas balizas acerca da dosagem da medida a ser prorrogada, especialmente em seu art. 107, §§ 1º e 2º, as quais são devidamente observadas neste documento.

8.3.3. Da comparação entre o preço do produto objeto da revisão dos EUA e do produto similar nacional para fins de determinação final

852. Conforme apontado, no item 2.5 deste documento, em razão do elevado número elevado de produtores/exportadores identificados, foram selecionados para receber os questionários, com base no art. 28, II, do Decreto nº 8.058, de 2013, produtores/exportadores cujo volume de exportação dos EUA para o Brasil representou o maior percentual razoavelmente investigável. Nesse sentido, foram encaminhados questionários aos seguintes produtores/exportadores estadunidenses: Oxy Vinyls Export Sales, LLC ("Oxy Vinyls") e Shintech Inc ("Shintech").

853. Apenas a empresa produtora/exportadora Shintech apresentou resposta ao questionário do produtor/exportador. No entanto, conforme apontado no item 2.7, a resposta ao questionário do produtor/exportador por ela apresentada não cumpriu com as exigências nele indicadas, observando-se que as informações prestadas não foram apresentadas de forma adequada e que, portanto, não seriam passíveis de utilização na revisão de final de período.

854. Por conseguinte, para fins de determinação final, com o objetivo de cumprir com a análise de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, conforme o previsto no art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, o exame do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, retomou a metodologia que foi adotada para fins de início da presente revisão, explicitada no item 8.3.1 deste documento.

855. Cumpre esclarecer que o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida no mercado interno durante o período de análise de continuação/retomada do dano e incorporam os ajustes realizados após a verificação in loco.

856. Pontue-se, também, que o percentual relativo às despesas de internação foi atualizado a partir das respostas ao questionário do importador recebidas, equivalente a 2,7%.

857. A tabela a seguir demonstra o cálculo efetuado para os EUA, para cada período de análise de continuação/retomada do dano.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - EUA- com direito antidumping
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Imposto de Importação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
AFRMM (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Direito Antidumping vigente (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$ atualizados/t) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	94,85	(126,52)	(139,34)	(531,25)	(854,97)

858. Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto importado dos EUA, objeto do direito antidumping, apenas esteve subcotado no período P1. Ao longo do demais períodos de revisão o PVC-S originário dos EUA apresentou preço médio CIF internado no Brasil superior ao preço da indústria doméstica. Em que pese a ausência de subcotação, especialmente no período P5, em que se observou o maior nível de preço tanto do produto importado de origem estadunidense, quanto do produto similar produzido pela indústria doméstica, verificou-se a maior penetração em termos de volume das importações dessa origem.

859. Na tabela a seguir, consta análise que simula o efeito nos preços da indústria doméstica caso o direito antidumping fosse excluído:

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - EUA - sem direito antidumping
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF Internado sem direito antidumping (R$ atualizados/t) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	673,21	470,33	486,44	115,17	53,21

860. Pode-se constatar que, na hipótese de extinção do direito antidumping às importações dos EUA, o preço da indústria doméstica tenderia a se reduzir, em razão da necessidade de concorrer com o preço das referidas importações, o que provavelmente contribuiria para a deterioração de sua situação, por meio de movimentos de depressão e supressão de preços.

8.3.4. Da comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping do México e do produto similar nacional para fins de determinação final

861. De acordo com o que já foi apontado no item 8.3.2, não ocorreram importações originárias do México durante o período de revisão. Por conseguinte, foi realizada a comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping dessa origem e o preço do produto similar nacional. Para fins de determinação final, também são apresentados cenários de preço provável e seus respectivos efeitos sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, apurados por meio da internalização desses preços prováveis de exportação no mercado brasileiro e da análise da possibilidade de subcotação em relação aos preços de venda no mercado interno praticados pela indústria doméstica, adotando-se a mesma metodologia empregada pra fins de início da presente revisão, explicitada no item 8.3.2 acima.

862. Registre-se, no entanto, que para fins de determinação final, o percentual relativo às despesas de internação foi atualizado a partir das respostas ao questionário do importador recebidas, equivalente a 2,7%.

863. Os cenários elaborados consideram as seguintes perspectivas para a definição do preço provável e consequente cálculo da subcotação: (i) preço médio de exportação para o principal destino; (ii) preço médio de exportação para o mundo (todos os destinos); (iii) preço médio de exportação para os destinos mais representativos - Top 10; (iv) preço médio de exportação para os cinco principais destino e (v) preço médio de exportação para os países da América do Sul.

Preço Provável Internado e Subcotação - México
[RESTRITO]

	Principal Destino	Mundo	Top 10	Top 5	América do Sul
Preço CIF (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Imposto de Importação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	676,16	680,98	735,23	816,98	(473,36)

864. Da análise das tabelas anteriores, constatou-se que o preço provável de exportação do produto similar do México, na condição CIF internado, à exceção do cenário para a América do Sul, estaria subcotado com relação ao preço da indústria doméstica nos cenários apresentados, o que indicaria que, extinguindo-se o direito antidumping incidente sobre as importações brasileiras do PVC-S originário do México, existiria a probabilidade de que elas seriam cursadas a um preço CIF médio internado no mercado brasileiro subcotado em relação ao preço médio de venda do produto similar praticado pela indústria doméstica.

8.3.5. Das manifestações acerca do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de determinação final

865. Em manifestação protocolada em 16 de agosto de 2022, a empresa Braskem relatou breve histórico do curso da presente revisão e passou a tecer comentários acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica.

866. A Braskem narrou que os cálculos realizados pela autoridade na Nota Técnica teriam demonstrado a ausência de subcotação quando o preço CIF internado das importações de PVCS originárias dos EUA contempla o pagamento do direito antidumping atualmente em vigor. Por outro lado, nos cálculos em que se teria simulado a inexistência de direito antidumping sobre as importações de PVC-S originárias dos EUA, teria se constatado que as importações dessa origem teriam entrado no Brasil a preços inferiores àqueles praticados pela indústria doméstica. Isso revelaria a probabilidade de retomada de subcotação, que o direito AD funcionaria e que o montante aplicado seria apropriado.

867. Arguiu ainda que no caso de extinção, redução ou suspensão do direito antidumping aplicado, o preço da indústria doméstica tenderia a se reduzir, em razão da necessidade de concorrer com o preço dessas importações, o que "configuraria movimentos de depressão e supressão de preço, resultaria na retomada de dano e prejudicaria a viabilidade da indústria doméstica nesse setor.

868. Além do mais, mencionou que, em P5, ter-se-ia verificado a maior penetração em termos de volume dessa origem. Asseverou que a entrada do produto no Brasil em volumes crescentes, conjugada com preços subcotados praticados pelos EUA, desconsiderando-se o direito antidumping vigente, demonstrariam "o quão essencial é a medida para que se garanta que as importações originárias dos EUA adentrem o país a preços leais".

869. Concordou com a conclusão exarada pela SDCOM de que não se poderia inferir, de antemão, como realizado pela ABIPLAST, pela excessividade de uma medida antidumping pelo simples fato de ela ter produzido seus efeitos esperados, ainda mais no caso dos EUA, uma vez que se teria observado que a inexistência de subcotação se deveu, precisamente à medida protetiva, sem a qual o PVC-S importado daquela origem ingressaria no mercado brasileiro a preços inferiores aos praticados pela indústria doméstica. Acrescentou, ainda, que o volume e o preço praticado pelos EUA durante o período de revisão estiveram influenciados pela incidência do direito antidumping e que, em um contexto em que não houvesse a incidência desse direito, muito provavelmente o volume e os preços das importações de PVC-S dos EUA para o Brasil seriam outros, principalmente considerando a ocorrência de dumping e o expressivo potencial exportador dos EUA.

870. Recordou que o PVC-S foi incluído na LETEC em 5 de agosto de 2022 e com isso, até o dia 4 de agosto de 2023, vigorará alíquota de Imposto de Importação de 4,4% sobre as importações brasileiras de PVC-S. Na visão da peticionária, isso agravaria a probabilidade de retomada de subcotação das importações de PVC-S originárias dos EUA. Apresentou o que seria uma simulação dos efeitos que os preços praticados pelos EUA teriam, na ausência do direito antidumping e com a incidência de alíquota de 4,4% do imposto de importação para o período de revisão. Concluiu que o produto originário dos EUA, nesse cenário, entraria "ainda mais subcotado em todos os períodos".

871. Repetiu a afirmação de que:

(...) a ausência (ou falta de eficácia) dos direitos AD sobre as importações de PVC-S dos EUA já resultou em surto de importações daquela origem a preços de dumping em 2011. Naquela oportunidade, o ajuste na metodologia de apuração de preços da publicação utilizada para estabelecer o valor normal dos EUA fez que o direito AD aplicado às importações de PVC-S dos EUA perdesse sua eficácia e precisasse ter sua forma de aplicação alterada[223].

872. Esse evento, que impactou o montante do direito recolhido, foi suficiente para que os EUA voltassem imediatamente a exportar quantidades significativas de PVC-S para o Brasil em montante passível de causar dano à indústria doméstica, como reconhecido pelo então DECOM na última revisão dos direitos AD. Em apenas seis meses, os EUA exportaram 57.828 toneladas de PVC-S para o Brasil, o que representou um aumento de quase [RESTRITO]% entre P1 e P2 da revisão de final de período conduzida entre 2015 e 2016".

873. E assim, restaria evidente que "a continuidade dos direitos AD não apenas é apropriada, mas é necessária para que se garanta que o PVC-S da indústria doméstica continue viável[226]".

874. No caso do México, a Braskem destacou que existiria potencial exportador relevante nessa origem e probabilidade de que essas exportações sejam direcionadas para o Brasil, "uma vez que na comparação entre o preço provável de exportação do México e o preço da indústria doméstica, há subcotação".

875. Novamente, aduziu ao fato de "o PVC-S ter sido incluído na LETEC[233] em 05 de agosto de 2022 até 04 de agosto de 2023" e citou que "o México atualmente já detém preferência tarifária de 20%[234], mas a inclusão do PVC-S na LETEC com alíquota de II de 4,4% gera situação ainda mais favorável para que as exportações mexicanas entrem no Brasil". Também, nesse caso, apresentou o que seria uma simulação que os "efeitos que os preços praticados pelo México teriam, considerando uma alíquota de II de 4,4%". Concluiu que "os cenários de subcotação inicialmente calculados pela autoridade[235] tornam-se ainda mais evidentes e graves" e que, assim, a prorrogação do direito antidumping seria "essencial para que se impeça a retomada do dumping e do dano no que diz respeito ao PVC-S importado do México".

8.3.6. Dos comentários acerca do preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de determinação final

876. Observa-se que as conclusões propugnadas pela Braskem acerca da comparação do entre preço do PCV-S importado dos EUA e o preço provável a ser praticado pelo México, de um lado, e o preço da indústria doméstica, de outro, alinham-se, em grande medida, àquelas alcançadas nos itens 8.3.4 e 8.3.5, dispensando maiores comentários.

877. Apenas especificamente no que tange aos efeitos das desgravações tributárias promovidas, remete-se ao item 5.6, em que se tecerem comentários a respeito.

8.4. Do impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

878. Consoante art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2° e no § 3° do art. 30.

879. Assim, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Da análise do item 7 deste documento, concluiu-se que os indicadores de volume da indústria doméstica apresentaram contração ao longo do período de análise de continuação/retomada de dano, com redução do volume de vendas no mercado interno, do volume de produção e do grau de ocupação da capacidade instalada de P1 para P5. Importante mencionar que de P4 para P5 esses mesmos indicadores da indústria doméstica passaram a apresentar recuperação, em movimento que aparentemente acompanha o crescimento da demanda por PVC-S no mercado brasileiro.

880. Inobstante o cenário apresentado nos indicadores de volume de P1 para P5, os indicadores financeiros da indústria doméstica, nesse mesmo período, evidenciaram uma significativa melhora, atingindo os maiores níveis no período de análise da revisão, revertendo até mesmo o cenário de corrosão observado nos [CONFIDENCIAL]experimentados de P1 até P4. Parece demonstrado que não houve repercussão nos preços da indústria doméstica decorrentes das importações sujeitas ao direito antidumping, pelo contrário, já que se observou que o preço da indústria doméstica cresceu durante o período de revisão, especialmente de P4 para P5, atingindo o seu maior patamar em P5 - preço 38,8% maior do que o preço praticado no mercado interno em P1 - mesmo no período de maior penetração dessas importações. Some-se a isso o fato de os preços CIF em reais das importações originárias dos EUA no mercado brasileiro não terem estado subcotados em relação ao preço praticado pela indústria doméstica nesse mesmo período (P5), na existência do direito antidumping.

881. Conforme apontado no item 5.2, em que pese ter se observado diminuição no quantitativo exportado de PVC-S pelos EUA entre P1 e P5 (-17,3%), o volume total exportado por esse país representou 20,0% em relação ao total exportado pelo mundo no período P5. Verificou-se, também, considerando os dados atualizados do IHS, crescimento da capacidade instalada dessa origem e da ociosidade da capacidade instalada no período de 2016 a 2021, visto que ocorreu diminuição da produção (-2,9%) de PVC-S nos EUA. Quando comparadas ao mercado brasileiro apurado no período P5 observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

882. Por outro lado, entre P1 e P5 as vendas externas do México aumentaram cerca de 1,7% e representaram 2,9% do total exportado pelo mundo de PVC-S em P5. Se comparadas ao mercado brasileiro apurado para o mesmo período, essas exportações equivaleram a [RESTRITO]%. Além disso, de acordo com os dados apresentado no item 5.2, apontou-se para uma manutenção na capacidade instalada do México durante o período de 2016 a 2021, que associada à redução na produção de PVC-S, resultou no aumento da ociosidade na utilização dessa capacidade. Comparando-se esses indicadores com o volume mensurado para o mercado brasileiro, todos relativos a P5, observaram-se as seguintes equivalências: capacidade instalada ([RESTRITO]%), produção ([RESTRITO]%), ociosidade ([RESTRITO]%) e quantidade exportada ([RESTRITO]%).

883. Assim, ante o cenário apresentado no período de revisão, pode-se afirmar que a indústria doméstica brasileira produtora de PVC-S foi capaz de reverter o dano que experimentara no início do período de revisão e, desta forma, não se pode concluir que, durante o período de revisão, tenha ocorrido dano decorrente das importações sujeitas ao direito de origem estadunidense.

884. No entanto, considerando a disposição de capacidade suficiente no México e nos Estados Unidos para direcionamento de exportações de PVC-S para o Brasil e, ainda, que, conforme análises realizadas, tais importações ingressariam no mercado brasileiro a preços subcotados em relação aos praticados pela indústria doméstica, caso a medida seja extinta, é provável, que, nesse cenário, tais importações voltem a causar dano às fabricantes brasileiras.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

885. O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

886. Conforme exposto no item 5.4 deste documento, existem medidas antidumping aplicadas por outros países às exportações de PVC-S dos EUA e do México. Destaca-se a medida imposta pelo Marrocos às importações originárias do México, que se iniciou em 2017, ou seja, dentro do período de análise de dano da presente revisão.

887. As consequências advindas da pandemia de Covid-19 impactaram o mercado global de PVC-S, em especial no primeiro semestre de 2020. Contudo, a demanda pelo produto no segundo semestre ocasionou a rápida retomada dos pedidos de compra em níveis iguais ou até superiores ao momento pré-pandemia. Não obstante, nota-se que ainda há um descompasso entre a oferta e a demanda, que ainda não atingiram o equilíbrio que havia antes da pandemia, o que ocasionou a elevação do preço do produto em todo o mundo.

888. Outro fator que influenciou de forma negativa o mercado global de PVC-S foram os eventos climáticos adversos que assolaram os EUA, que impactaram a produção de PVC-S nos EUA, que é o maior exportador do produto. Assim, observou-se queda nas exportações mundiais e falta de produto em mercados locais.

889. Destaca-se igualmente a alteração nas condições dos custos de produção do PVC-S no mundo. A queda no preço do petróleo gerou a diminuição na vantagem competitiva em custos que os EUA possuíam, tornando as exportações dessa origem menos competitivas frente a produtores que utilizam o petróleo na produção do PVC-S.

890. Por fim, pontua-se a trégua comercial entre os EUA e a UE, que em março de 2021 suspenderam as aplicações mútuas de tarifas adicionais ao imposto de importação por um prazo de quatro meses, prazo esse prorrogado em junho de 2021 por cinco anos. Essa trégua pode alterar de forma importante os destinos das exportações do PVC-S originário dos EUA, que poderão acessar o mercado europeu sem sobretaxas. Cita-se, como exemplo, que as exportações estadunidenses de PVC-S direcionadas aos países membros da UE, de julho de 2021, foram três vezes maiores do que o volume registrado em julho de 2020. Isso não obstante, o país continuaria a dispor de capacidade ociosa suficiente para continuar direcionando volumes de PVC-S para o Brasil a preços dumping, caso a medida seja extinta.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

891. O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.6.1. Volume e preço de importação das demais origens

892. Com relação às importações de PVC-S das outras origens, observou-se que essas importações cresceram 76,1% de P1 a P5, e representaram, entre 90,7% e 96,4% do volume total importado pelo Brasil no período de revisão.

893. Dentre as origens cujas importações foram significativas, destacam-se Colômbia, Argentina, Taipé Chinês e China, esta última apenas no período P5. Embora a Colômbia tenha sido a origem de maior volume de importação durante todo o período de revisão, tendo representado 45,9% das importações totais em P5, seu preço de importação, em base CIF, foi maior do que o preço praticado pelas origens sujeitas ao direito antidumping. Registre-se, a este respeito, que informações públicas indicam que a Orbia (nova denominação da Mexichem) possui parte relacionada na Colômbia e que esse país possui, conforme indicado no item 3.3, preferências tarifárias em suas exportações ao Brasil.

894. Isso não obstante, apresenta-se abaixo quadro comparativo do preço médio na condição CIF das importações das demais origens internado no mercado brasileiro com o preço médio do produto similar praticado pela indústria doméstica em suas vendas no mercado brasileiro na condição ex fabrica.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - Demais origens
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Imposto de Importação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
AFRMM (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
CIF Internado (R$ atualizados/t) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	172,00	**35,76**	**(26,79)**	**(67,07)**	**(368,23)**

895. Conforme se observa, o preço médio CIF internado no Brasil do produto importado das demais origens esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica nos períodos P1 e P2, ao passo que, nos demais períodos o preço médio CIF internado no Brasil foi superior ao preço da indústria doméstica.

896. À vista do exposto, é possível concluir que as importações das outras origens não exerceram efeitos significativos sobre os indicadores de preços da indústria doméstica.

8.6.2. Impacto do acidente geológico decorrentes da extração de sal gema em Alagoas

897. Destaca-se que, no período P4, conforme relatado pela Braskem em sua petição inicial e constante das notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2019, em maio de 2019 (P4), devido a problemas geológicos que seriam decorrentes da extração de sal gema em Alagoas, consoante apontado em relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a empresa realizou dispêndios que somaram [CONFIDENCIAL] R$, em P4. Esse dispêndio total refere-se a todos os negócios da empresa. Assim, de acordo com o critério de rateio adotado pela empresa para distribuição das despesas para o produto similar de fabricação própria vendido no mercado interno, tal dispêndio somou [CONFIDENCIAL].

898. Abaixo apresenta-se a DRE, com o objetivo de se avaliar os resultados que seriam obtidos, não apenas pela Braskem, mas pela indústria doméstica na ausência de tais dispêndios extraordinários ocorridos no período P4 e a comparação com o que foi efetivamente apurado, conforme consta na tabela "Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens de Rentabilidade", apresentada no item 7.2.2.

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens de Rentabilidade
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P4 Efetivo	P4 Ajustado	Variação
Demonstrativo de Resultado (em Mil Reais)			
A. Receita Líquida	[RESTRITO]	[RESTRITO]	-
Mercado Interno			
Variação	-	-	-
B. Custo do Produto Vendido - CPV	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	-
C. Resultado Bruto {A-B}	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	-
D. Despesas Operacionais	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	-	(73,1%)
D1. Despesas Gerais e Administrativas	[CONF.]	[CONF.]	-
D2. Despesas com Vendas	[CONF.]	[CONF.]	-
D3. Resultado Financeiro (RF)	[CONF.]	[CONF.]	-
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	-	(95,9%)
E. Resultado Operacional {C-D}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	-	+69,4%
F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4}	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	-	+79,8%
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2}	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	-
H. Margem Bruta {C/A}	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	-
I. Margem Operacional {E/A}	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	[CONF.]
J. Margem Operacional (exceto RF) {F/A}	[CONF.]	[CONF.]	-
Variação	-	-	[CONF.]
K. Margem Operacional (exceto RF e OD) {G/A}	[CONF.]	[CONF.]	
Variação	-	-	-

899. Consoante apresentado na tabela acima, excluídos os efeitos das despesas decorrentes dos problemas geológicos ligados à extração de sal gema em Alagoas, o total das outras despesas operacionais teria sido 95,9% inferior àquele efetivamente ocorrido. Disso decorreria logicamente uma melhora no resultado operacional e no resultado operacional, excluído o resultado financeiro, da indústria doméstica que apresentariam variação positiva da ordem de 69,4% e 79,8%, respectivamente, ambos em relação ao que foi efetivamente auferido no mesmo período P4. Mesmo comportamento, por conseguinte, seria observado nas margens operacional e operacional (exceto o resultado financeiro), as quais apresentariam variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

900. Não obstante a melhora apresentada nos resultados financeiros da indústria doméstica quando excluídas as despesas decorrentes dos problemas geológicos ligados à extração de sal gema em Alagoas, verificou-se que persistiria o cenário de resultados e margens negativas nas vendas do produto similar de fabricação própria no mercado interno, indicando não ser esse o único fator a afetar as margens e a rentabilidade da operação.

901. Contudo, dada a magnitude da variação positiva observada, pode-se concluir que, no período P4, as despesas decorrentes do acidente geológico ligados à extração de sal gema em Alagoas, impactaram significativamente os indicadores financeiros da indústria doméstica.

8.6.3. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

902. Não houve alteração das alíquotas do Imposto de Importação de 14% aplicadas às importações brasileiras do subitem 3904.10.10 da NCM no período de investigação de probabilidade de retomada dano, de modo que não houve processo de liberalização dessas importações de P1 até 11 de dezembro de 2020, em P5.

903. Consoante narrado no item 3.3 deste documento, em decorrência de problemas de abastecimento e de restrição de oferta, entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021, parte do período P5 da revisão, houve redução pontual e temporária da alíquota do imposto de importação de 14% para 4%, de acordo com o divulgado pelas Resoluções Gecex nº 127, de 2020, e nº 174, de 2021. Foi também estabelecida uma quota limite de 160.000 (cento e sessenta mil toneladas) para as importações realizadas ao amparo dessa redução, além de vedação de utilização dessa quota às importações provenientes de países com os quais o Brasil possuía acordo comercial que estabeleça o livre comércio.

904. Tendo em vista a motivação, a pontualidade e a temporalidade da citada redução da alíquota do imposto de importação, os seus prováveis efeitos sobre os preços domésticos foram analisados nos itens 5.3 e 8.5 deste documento.

905. Ademais, a liberalização do Imposto de Importação prevista no Acordo Mercosul-Israel, que previu desgravação dos subitens tarifários objeto do direito antidumping no período de revisão (2014 - 5,25% até 2018 - 0%), não teve influência sobre os preços domésticos, haja vista a inexistência de importações originárias de Israel.

906. Quanto aos possíveis impactos futuros das reduções de 10% no Imposto de Importação e da inclusão do PVC-S na LETEC, remete-se ao item 5.6.

8.6.4. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

907. O art. 108 c/c o inciso VI, c, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, a contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo.

908. Em que pese a Braskem ter alegado que a queda no seu volume de produção decorreu de contração da demanda no mercado brasileiro de PVC-S até o período P3, os dados acostados aos autos, na verdade, indicam que após a retração dessa demanda de P1 para P2, de P2 até P5, o mercado brasileiro de PVC-S apresentou evolução positiva, atingindo os seus maiores níveis de evolução (+16,5% de P2 até P5) e de volume [RESTRITO] t.

909. O mercado brasileiro de PVC-S somente teve retração de P1 para P2 (3,8%), tendo crescido continuamente nos demais períodos: 1,4% de P2 para P3, 2,9% de P3 para P4 e 11,6%% de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, de P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou crescimento de 12,0%.

910. Diante do exposto, não foi observada contração da demanda ao longo do período de análise da revisão.

911. Além disso, durante o período analisado não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro.

8.6.5. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

912. O art. 108 c/c o inciso VI, d, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles.

913. Consoante apontado no item 5.4, houve a aplicação de nova medida de defesa comercial pelo Marrocos contra o México durante o período de análise da presente revisão. Os dados disponíveis no Trade Map indicam que o Marrocos importou do México 5 mil toneladas de PVC-S no período entre 2013 e 2015, ou seja, antes da aplicação da medida. Até 2020, as importações oriundas do México cessaram. Isso indica a baixa possibilidade de redirecionamento das exportações dessa origem com preços de dumping para o Brasil, decorrentes da aplicação dessa nova medida.

914. Por outro lado, no caso dos EUA, observa-se que restam em vigor medidas aplicadas por país com mercado consumidor relevante, como Turquia, além do Marrocos. Assim, no caso de extinção da medida aplicada a essa origem é possível concluir pela existência de probabilidade de redirecionamento de parte do volume exportado para Marrocos e Turquia para o mercado brasileiro.

8.6.6. Progresso tecnológico

915. O art. 108 c/c o inciso VI, e, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, o progresso tecnológico.

916. Não foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O PVC-S objeto do direito antidumping e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si.

8.6.7. Desempenho exportador

917. O art. 108 c/c o inciso VI, f, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, o desempenho exportador da indústria doméstica.

918. O volume de vendas de PVC-S ao mercado externo pela indústria doméstica reduziu expressivos 82,0% durante o período de revisão. Nesse sentido, primeiramente, não se pode afirmar que exista direcionamento de vendas do mercado interno para o mercado externo.

919. Por outro lado, observou-se que a expressiva redução dessas vendas contribuiu para a diminuição do volume de produção, a redução do grau de ocupação da capacidade instalada e ao aumento dos estoques, especialmente tendo em consideração que, entre P2 e P3 as vendas no mercado interno brasileiro apresentam certa estabilidade (+0,3%) e crescimento de P4 para P5 (+7,3%), ao passo que as vendas direcionadas ao mercado externo decresceram em todos os períodos.

920. Em termos absolutos, a queda no volume de produção somou [RESTRITO] t. Já a retração das vendas destinadas à exportação da indústria doméstica totalizou [CONFIDENCIAL] t, isto corresponde, em termos relativos, a [CONFIDENCIAL] %, da queda do volume total de produção do produto similar produzido pela indústria doméstica em todo o período de revisão e, por conseguinte, afetando o grau de ocupação da capacidade instalada.

921. Por outro lado, a retração nas vendas para o mercado externo pode ter impactado também, no crescimento dos estoques ao longo do período de revisão. Nesse ponto, contudo, cumpre relembrar que as empresas afirmaram que parte da sua produção é de fato destinada à formação de estoques.

922. Adicionalmente, a redução do volume exportado tende a gerar incremento no custo fixo da empresa, o que pode contribuir para a deterioração dos resultados financeiros. Apesar de as exportações da indústria doméstica terem representado [CONFIDENCIAL]% do volume de vendas totais, a magnitude da redução do volume das vendas destinadas ao mercado externo, não permite afastar o possível impacto sobre esse indicador de custo.

923. Assim, em face do exposto, pode-se concluir que a retração nas vendas destinadas pela indústria doméstica para o mercado externo, isto é, o seu desempenho exportador, possa ter impactado os seus indicadores de volume e de custo ao longo do período de revisão, sem, contudo, resultar em cenário de dano material em P5.

8.6.8. Produtividade da indústria doméstica

924. O art. 108 c/c o inciso VI, g, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, a produtividade da indústria doméstica.

925. Cumpre primeiro indicar que a empresa Unipar pontuou que foram realizadas diversas paradas na linha de produção ao longo do período P5 e destacou que nos meses iniciais desse período, as suas vendas [CONFIDENCIAL].

926. A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, diminuiu 20,6% de P1 para P5. Contudo, à queda da produtividade não pode ser atribuída a queda nos indicadores de volume da indústria doméstica, uma vez que tal queda foi ocasionada pela retração da produção (11,9%) mais que proporcional à diminuição do número de empregados ligados à produção (3,9%).

8.6.9. Consumo cativo

927. O art. 108 c/c o inciso VI, h, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, o consumo cativo.

928. Não houve consumo cativo pela indústria doméstica ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

8.6.10. Importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

929. O art. 108 c/c o inciso VI, i, do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica, dentre os quais, as importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica.

930. A tabela abaixo apresenta as importações realizadas pela indústria doméstica ao longo do período de revisão.

Importações Totais da Indústria Doméstica (em Tonelada)

[RESTRITO] / [CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
A - Unipar (Total)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	-20.0%	5.9%	9.1%	-20.6%	-26.6%
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
B - Braskem (Total)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação		*15.8%*	-20.5%	6055.9%	-29.9%	3873.2%
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
C- Total da Indústria Doméstica (A+B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação		*-19.3%*	5.1%	143.7%	-25.8%	53.4%
D- Total das Importações Brasileiras	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Variação	-	20,4%	4,0%	25,4%	18,7%	+ 86,4%

Valor das Importações Totais (em CIF USD x1.000)

[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Participação nas Importações Totais (Importações da ID) (C/D) (número-índice)	100,0	67,1	67,8	131,7	82,3	
Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

931. A tabela a seguir apresenta o volume de revendas do produto importado pela indústria doméstica ao longo do período de revisão.

Do volume de revendas do produto importado pela indústria doméstrica (em Tonelada)

[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Indicadores de Vendas						
A. Revendas Totais da Indústria Doméstica	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Variação	-	(24,0%)	2,7%	136,1%	(33,3%)	+23,0%
Variação (t)		[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	
A1. Vendas no Mercado Interno	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]
Variação (t)	-	[REST]	[REST]	[REST]	[REST]	

932. Inicialmente, incumbe esclarecer que não foram realizadas pela indústria doméstica importações das [CONFIDENCIAL].

933. As importações realizadas pela indústria doméstica apresentaram crescimento durante o período de revisão: 53,4% de P1 para P5. Destaca-se que essas importações atingiram pico de volume ([CONFIDENCIAL]t) e participação nas importações brasileiras totais de PVC-S ([CONFIDENCIAL]%) no período P4 da revisão.

934. Nesse ponto, importante lançar luz para o fato de nesse período (P4), o volume de vendas no mercado interno [CONFIDENCIAL], o que poderia indicar a substituição da venda do produto similar de fabricação própria pela revenda do produto importado nesse período. Isso parece elucidar a redução do volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno em um cenário de aumento da demanda de PVC-S no Brasil, ainda mais quando se põe em perspectiva que é justamente nesse período em que ocorreu o acidente geológico em Alagoas, conforme pontuado no item 8.6.2, evento que levou à paralisação da produção do insumo EDC necessário à produção de PVC-S, afetando os seus volumes de vendas no mercado interno.

935. Essa realidade parece ser corroborada pela afirmação da empresa Braskem de que:

A paralisação da produção de cloro e EDC apenas exigiu que a empresa adequasse suas operações para produzir PVC-S a partir do insumo (EDC) fornecidos por terceiros. Por esse motivo, e visando garantir o abastecimento do mercado doméstico, as revendas de PVC-S foram maiores em P4/P5 comparativamente aos demais períodos.

936. Dessa forma, considerando os fatos narrados pela Braskem e os resultados observados nas vendas no mercado interno, no volume de importações e no volume de revendas dessas importações no mercado brasileiro realizados pela indústria doméstica, pode-se atribuir, especialmente no período P4, aos volumes de importações e revendas a queda observada nos seus indicadores de volume.

8.7. Das manifestações sobre a continuação ou retomada do dano

8.7.1. Das manifestações das partes interessadas

937. No dia 16 de maio de 2022, a Unipar tempestivamente protocolou nos termos do § 6º, art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações que foram por ela apresentadas oralmente durante a audiência realizada no dia 5 de maio de 2022. Foram reduzidas a termo as considerações acerca dos indicadores da indústria doméstica e da análise de continuação/retomada de dano, conforme sintetizado a seguir.

938. A Unipar afirmou que todos os indicadores de desempenho da Indústria Doméstica foram apresentados "em pleito que solicitou a abertura e verificados na fase de verificações in loco". Arguiu, então, que não haveria qualquer dúvida quanto à continuidade da prática de dumping.

939. Por outro lado, argumentou que "no que se refere ao dano, o que se verifica é que as medidas antidumping aplicadas surtiram o efeito adequado, evitando que as importações a preços de dumping e subcotadas gerassem prejuízos significativos à indústria doméstica".

940. Adicionou que "ao mesmo tempo, os exportadores que vendem seus produtos em condições de comércio compatíveis com o mercado, continuaram a fornecer produtos para o Brasil em volumes significativos, mesmo com a medida aplicada".

941. Em manifestação final, apresentada em 16 de agosto, reiterou os argumentos que foram por ela apresentados ao longo da instrução processual. Adicionou, acerca do efeito das importações sobre os preços da indústria doméstica, que:

Os preços nacionais são disciplinados pelos preços de exportação do mercado norte-americano para o Brasil, o que continua a ocorrer em volumes significativos independente da medida antidumping aplicada (sinal de que a magnitude da medida é adequada).

942. Em 16 de agosto de 2022, a ABIPLAST apresentou manifestação acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica SDCOM 34210/2022/ME. Recordou que a Nota Técnica evidenciou que se trata de análise de probabilidade de retomada de dano. Ainda citou que se entendeu que a piora nos indicadores de volume da indústria doméstica estaria ligada a outras fatores, "sem relação com a aplicação dos direitos antidumping". A ABIPLAST alegou que, a esses outros fatores:

(...) a ABIPLAST acrescenta que os dados indicam ter havido uma decisão da indústria doméstica em operar abaixo das suas possibilidades produtivas em P5 para potencializar um cenário de altíssimos preços de PVC-S, sem relação entre o movimento dos preços com o movimento do custo de produção. Essa estratégia lucrativa parece ter sido empregada em P5 porque houve uma redução da operação em termos de volume combinada com resultados positivos em termos financeiros. Os preços no mercado interno subiram 34,9%, a receita líquida no mercado interno subiu 44,7% e o resultado bruto subiu 716% de P4 a P5. Ao mesmo tempo, o CPV caiu 5,1% de P4 a P5. Essa impressionante evolução de P4 a P5 não tem relação plausível com o direito antidumping, que está em vigor há mais de três décadas. Ela é a evidência claríssima de que os direitos antidumping foram, para dizer o mínimo, excessivos.

943. A ABIPLAST reforçou seu entendimento de que o cenário atual para a indústria doméstica seria "o melhor nos últimos anos, o que, aliado às circunstâncias presentes nas condições de mercado, justifica o fim da aplicação do direito antidumping". Afirmou que, "após as necessárias correções ao item 5.2 da Nota Técnica e considerando o crescimento da demanda interna nos Estados Unidos e no Canadá", o desempenho e o potencial exportador dos Estados Unidos se encontrariam em patamares inferiores aos analisados em revisões passadas.

944. Sobre o ponto de que a China estaria entre os cinco maiores destinos de exportações de PVC-S dos Estados Unidos e estaria ampliando capacidade de produção, alegou que, "apesar de as exportações totais dos Estados Unidos para a China caírem a partir de junho de 2020, as exportações totais dos Estados Unidos caem". Inferiu que "se a redução de exportações para a China não foi acompanhada de aumento de exportações para outros mercados", não existiria "uma relação necessária entre a situação China e outros países, incluindo o Brasil". Afirmou que se trataria de "uma questão empírica, portanto, de algo provado, e não de uma teoria sobre suposta necessidade de direcionamento de exportações". Indicou que poderia:

até ser esperado um aumento de exportações dos Estados Unidos para terceiros mercados, mas não em razão da redução de exportações à China e sim como consequência do crescimento da demanda nesses mercados e do término da aplicação de direitos antidumping e tarifas retaliatórias em importantes mercados consumidores e importadores (União Europeia e Índia).

945. Explicou que outros mercados consumidores importantes de PVC estariam mais propensos a receber importações dos Estados Unidos. Teria apresentado informações que mostrariam o crescimento de mais de 50 vezes das importações indianas entre 2006 (ano anterior ao da investigação sobre PVC-S dos Estados Unidos) e 2021. A Índia sozinha teria importado 1,6 milhões de toneladas em 2020 e 2,8 milhões de toneladas de PVC em 2021. Assim, apenas o crescimento das importações da Índia de 2020 para 2021 representaria mais do que o total das importações chinesas e praticamente o total das exportações chinesas.

946. A evolução das importações indianas anularia a ideia de que uma situação específica relacionada à China, origem sujeita a direitos antidumping, com condições globais futuras mais favoráveis do que no período de análise, indicaria probabilidade de retomada de dano decorrente de exportações dos Estados Unidos ao Brasil. Ainda sobre a China, citou que a Nota Técnica reconheceria que a demanda por PVC-S poderia ser afetada negativamente pela expectativa de desaceleração econômica no mercado chinês, aliada ao controle exercido pelo governo nos setores de construção e infraestrutura e às preocupações ambientais. Não obstante, esperar-se-ia que o crescimento da demanda interna no mercado chinês venha a permanecer em patamares superiores ao crescimento da Europa e da América do Norte, ao que arrematou que "então, a demanda interna no mercado chinês seguirá crescendo".

947. Acrescentou que eventuais preocupações ambientais na China não recairiam "exclusivamente sobre a demanda de PVC, mas especialmente sobre a oferta, no sentido de reduzi-la". A produção chinesa de PVC à base de acetileno - a China seria o único país a produzir a partir dessa rota - seria a principal razão para as preocupações ambientais e seu tratamento levaria a uma redução da oferta chinesa (ou sua substituição gradativa pela rota do eteno).

948. Relativamente às medidas de defesa comercial impostas por Marrocos e Turquia, afirmou que essas medidas seriam pré-existentes à análise e não alterariam o resultado e isso diferiria da retirada dos direitos antidumping pela Índia e das tarifas retaliatórias pela União Europeia. A esse respeito, ainda alegou que existiria uma "significativa melhora das condições pela abertura de um mercado que é múltiplas vezes superior ao mercado brasileiro".

949. No que se refere ao possível direcionamento de exportações do México, a ABIPLAST se manifestou no sentido de não existir razoabilidade econômica em afirmar que exportações do México voltariam a ocorrer em quantidades significativas. Afirmou que a produtora mexicana seria relacionada à produtora colombiana, principal exportadora de PVC-S ao Brasil nos últimos anos e, nesse cenário, a existência de suposta capacidade ociosa no México seria um parâmetro simplista e insuficiente para se concluir que haveria probabilidade de retomada de exportações.

950. No entender da ABIPLAST, o fato de a única empresa produtora de PVC-S no México ser do mesmo grupo da única produtora de PVC-S na Colômbia teria influência "decisiva sobre a análise da provável tendência futura das exportações mexicanas". Apontou que seria de conhecimento público que México e Colômbia possuiriam Acordo de Livre Comércio em vigor, ao amparo do qual, as exportações de PVC-S do México teriam tributação zerada na Colômbia. Também afirmou que seria de conhecimento púbico e documentado nos autos que exportações colombianas de PVC-S ao Brasil estariam livres do imposto de importação, ao passo que as exportações mexicanas de PVC-S ao Brasil seriam gravadas a 80% da alíquota aplicável a importações sob a condição de Nação Mais Favorecida (ou seja, a alíquota padrão). Somou também que seria de conhecimento público e documentado nos autos que a única produtora de PVC-S no México pertenceria ao mesmo grupo da única produtora de PVC-S na Colômbia. E seria de conhecimento público e documentado nos autos que a única produtora de PVC-S na Colômbia seria a principal exportadora de PVC-S ao Brasil e que a Colômbia seria a principal origem de PVC-S importado no Brasil (entre todos os países do mundo).

951. Concluiu que existiria nítida vantagem tarifária (comercial) em se exportar PVC-S da Colômbia ao Brasil em relação a se exportar PVC-S do México ao Brasil. Também haveria nítida vantagem tarifária (comercial) em se exportar PVC-S do México à Colômbia". Acrescentou que:

À vantagem tarifária se soma uma vantagem geográfica/logística. A distância entre Altamira, México e Cartagena, Colômbia onde a Mexichem (Orbia) tem suas plantas produtivas de PVC-S é menos de 3 mil Km ou 5 dias de viagem em barco. A distância entre Altamira, México e Santos, Brasil é mais de 10 mil Km ou 21 a 38 dias de tempo de trânsito e mais de 8 mil Km ou 28 a 31 dias de tempo de trânsito entre Altamira, México e Salvador, Brasil.

952. Citou que na Nota Técnica foi apontado que entre a aplicação do direito antidumping e o P5 da presente revisão teria ocorrido uma consolidação da indústria produtora de PVC-S no México em torno de uma única produtora, a Vestolit (Grupo Orbia). Para além dessa consolidação:

(...) o Grupo Orbia tem expandido suas áreas de atuação do ponto de vista do escopo de produtos e de localidades atendidas. Paralelamente, as exportações de PVC-S da Colômbia ao Brasil ganham preponderância em relação a importações totais brasileiras, combinado e de forma coincidente com a presença da Mexichem (Orbia) na Colômbia.

953. Na visão da associação, esse fato refletiria "exatamente as vantagens comerciais na exportação de PVC-S da Colômbia ao Brasil em relação a exportações do México ao Brasil. Assim, seria "impossível não reconhecer a existência de mudança significativa nas estratégias comerciais de fornecimento do produto ao mercado brasileiro, com impacto direto sobre a pertinência da aplicação do direito antidumping e sua suspensão". Nesse ponto, arguiu que o raciocínio das peticionárias de que "uma eventual limitação de oferta adicional de PVC-S ao Brasil, combinada com a disponibilidade de capacidade no México, poderia levar a exportações de PVCS do México ao Brasil", não encontraria guarida no cenário de "nítidas vantagens em se exportar do México à Colômbia e da Colômbia ao Brasil, em relação a se exportar do México ao Brasil". Além disso tudo, o raciocínio negligenciaria o histórico comercial das relações entre México e Colômbia, de uma parte, e Colômbia e Brasil, de outra parte, incluindo do único grupo produtor de PVC-S no México e na Colômbia. Concluiu:

Diante dessa reconfiguração nas estratégias comerciais de fornecimento, é perceptível que a produtora Vestolit (Orbia) faria melhor em aumentar suas exportações da Colômbia ao Brasil e aumentar concomitante suas exportações do México à Colômbia, do que exportar PVC-S do México ao Brasil. Logo, haveria, em caso de renovação do direito antidumping, dúvida sobre a provável evolução futura de exportações do México ao Brasil, ensejando a aplicação do artigo 109 do Decreto 8058/2013.

954. Destacou que a diferença de cenário das exportações do México (ausência completa de exportações) em relação a exportações dos Estados Unidos (que ocorrem na vigência do direito antidumping), da China (que também ocorreram na vigência do direito antidumping) e da Coreia do Sul (que também ocorriam na vigência do direito).

955. Apontou que a Braskem teria argumentado que, diversamente da produção mexicana, a produção de PVC-S na Colômbia não seria integrada (ou seja, requer a importação da matéria-prima MVC) e que este seria um limitador da oferta colombiana e que esse fato mostraria que as exportações da Colômbia ao Brasil não seriam relevantes na análise da probabilidade de retomada de exportações o México. Nesse ponto, a ABIPLAST arguiu que:

O argumento da Braskem não faz sentido. Primeiro, como já abundantemente explicado acima, o cenário razoável de comportamento intragrupo Orbia seria aumentar exportações da Colômbia ao Brasil (inclusive feita a preços mais altos que os supostos preços prováveis de exportação do México) e, se necessário fosse, aumentar exportações do México à Colômbia, livre de tarifa de importação e com vantagens logísticas. Em segundo lugar, a Nota Técnica menciona que o mercado mexicano ao final de P5 (fevereiro de 2021) enfrentou dificuldades de abastecimento "devido a interrupções na entrega de VCM originário dos EUA". Ora, isso significa que o México depende da importação de VCM, não se diferenciando, quanto a este ponto, da Colômbia.

8.7.2. Dos comentários acerca das manifestações das partes interessadas

956. Quanto à adequabilidade da medida antidumping em vigor, objeto de ponderações por parte da Unipar e da ABIPLAST, reafirma-se que esta tem se revelada adequada aos propósitos que lhe são inerentes, porquanto logrou impedir a existência de dano à indústria doméstica ocasionado pela prática de dumping. Ademais, verifica-se que as importações originárias dos EUA continuam a ingressar no mercado brasileiro, inclusive, com crescimento de 359,5%, de P1 a P5. Assim, ao contrário do que busca fazer crer a ABIPLAST, não há elementos para concluir por uma suposta excessividade na dosagem do remédio comercial, tampouco pela necessidade de sua extinção.

957. Também não merece prosperar a alegação de que a atualização dos dados IHS apontaria para um cenário de ausência de probabilidade de retomada do dano. Conforme análise detalhada no item 5.6, ao qual se remete, mesmo a partir do quadro fático mais atualizado, as condições estruturais e mercadológicas em que se inserem as produtoras/exportadoras estadunidenses dão conta de uma probabilidade de que, caso a medida antidumping seja extinta, volumes significativos de PVC-S a preços de dumping serão redirecionados ao mercado brasileiro, ocasionando a retomada do dano à indústria doméstica.

958. A afirmação da Associação, indicando que "se a redução de exportações para a China não foi acompanhada de aumento de exportações para outros mercados", não existiria "uma relação necessária entre a situação China e outros países, incluindo o Brasil" também carece, no mínimo, de racionalidade econômica. Ora, conforme dados apresentados no item 5.6, a ociosidade presente nas plantas estadunidenses de PVC-S cresceu nada menos que 85,6% de 2016 a 2021, representando, neste último ano, [CONFIDENCIAL] vezes o mercado brasileiro, com consequente tendência de forte impacto sobre a lucratividade dos respectivos negócios.

959. Além disso, de 2021 a 2025, projeta-se uma redução nesse nível de ociosidade, é verdade, porém causada justamente pela previsão de incremento de 76,9% nas exportações de PVC-S do país.

960. Simultaneamente, o movimento da China em direção a uma autossuficiência na produção de PVC-S projetado pelo IHS (na contramão do suposto impacto de preocupações ambientais sobre a oferta chinesa do produto) tende a representar, cada vez mais, a perda ou a diminuição pelos EUA de um importante mercado consumidor.

961. Os dados disponíveis, inclusive as mudanças na estrutura produtiva chinesa, evidenciam, claramente, portanto, tendência de busca por novos ou por maiores fatias de outros mercados demandantes externos, o que, é inegável, se favorece com a eliminação da proteção conferida pela medida antidumping em vigor no Brasil.

962. Acerca da expiração da medida antidumping aplicada pela Índia aos EUA e a suposta maior propensão de o mercado indiano receber o PVC-S estadunidense, consoante análise apresentada no item 5.3.2, os dados obtidos a partir do Trade Map para os últimos 20 anos (de 2002 a 2021) indicam que os Estados Unidos foram responsáveis por, no máximo, 24,7% do volume de importações indianas. Ainda que se considerasse, hipoteticamente, que os Estados Unidos voltariam a possuir tal representatividade nas importações indianas, após a expiração da medida antidumping, tal efeito importaria aumento de [CONFIDENCIAL] mil t anuais nas exportações dos Estados Unidos para a Índia em 2022, em relação ao volume de 2021, considerando os dados do Trade Map para esse ano e as previsões do IHS para 2022. Com isso, a ociosidade existente nas plantas estadunidenses de PVC-S passaria de uma projeção de [CONFIDENCIAL] mil t por ano para [CONFIDENCIAL] mil t por ano, volume que representa [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5. Assim, ainda que se assumisse um retorno dos Estados Unidos ao maior percentual de representatividade nas importações indianas atingido nos últimos vinte anos, esperar-se-ia que sua ociosidade representasse [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro em P5, proporção certamente não negligenciável.

963. Sobre as medidas antidumping aplicadas pelo Marrocos e pela Turquia aos EUA, não se entende, ao contrário da ABIPLAST, que sua pré-existência ao período de análise considerado nesta revisão mitigue sua relevância como fator indicativo da probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica. Isso porque, segundo já explicado, inclusive com base em decisões do Órgão de Solução de Controvérsias, a análise de probabilidade assume feições prospectivas, importando a situação futura, num cenário de extinção das medidas vigentes. Assim, em não havendo indicativos de que as medidas impostas por esses países aos EUA serão revogadas em futuro previsível, remanesce sua importância como indicador de probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica brasileira.

964. No que tange à extinção das restrições mutuamente aplicadas por EUA e União Europeia, reproduz-se análise já realizada no item 5.3.2, em que se demonstra que a alteração não afasta a relevante capacidade de os EUA redirecionarem exportações de PVC-S a preços de dumping para o Brasil:

Ao se examinarem os dados de 2016 (início do período de revisão) a 2019, de modo a se excluírem os efeitos da Pandemia de COVID-19 e das restrições impostas, as exportações médias anuais dos Estados Unidos para a União Europeia alcançaram 94,9 mil t. Por outro lado, tomando o volume exportado de janeiro a maio de 2022 (dados mais recentes disponíveis) e extrapolando proporcionalmente para a totalidade do ano de 2022, o volume alcançaria 120,4 mil t. Em ambos os casos, verifica-se que os Estados Unidos ainda disporiam de capacidade ociosa sobejante para direcionar suas exportações

a preços de dumping para o mercado brasileiro, caso a medida aplicada pelo Brasil seja extinta (conforme dados já apresentados anteriormente). Destarte, o aumento das exportações dos Estados Unidos para a União Europeia não afasta a conclusão pela probabilidade de continuação da prática de dumping.

965. Por fim a respeito da conclusão pela probabilidade de retomada do dano para o México, esta não se baseou em critério "simplista" como afirma ABIPLAST, mas a partir do exame de todos os fatores elencados no art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, incluindo não apenas capacidade produtiva, mas outros como preço provável e perfil exportador.

966. Não obstante, assiste razão à parte especificamente quando se refere à dúvida quanto à evolução futuras das importações originárias do México, conforme já antecipado na nota técnica de fatos essenciais, o que justifica a recomendação pela suspensão da medida antidumping para a origem, nos termos do art. 109 do Regulamento Brasileiro.

8.8. Da conclusão sobre a probabilidade de continuação ou retomada de dano

967. Nos termos do art. 104 do Regulamento Brasileiro, a análise de probabilidade de continuação ou retomada do dano deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo aqueles indicados nos incisos I a VI do mesmo artigo. No âmbito dessa análise, para além do potencial exportador da origem objeto do direito antidumping, é de grande relevância para a determinação da autoridade investigadora a análise relativa ao inciso III do art. 104, ou seja, o preço provável das importações objeto do direito antidumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar da indústria doméstica no mercado interno brasileiro.

968. Nessa esteira, ante todo o exposto, concluiu-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping. No entanto, importa mencionar que a análise empreendida em uma revisão de final de período é prospectiva e busca avaliar a probabilidade de continuação/retomada do dano, caso a medida antidumping seja extinta.

969. Inicialmente, conforme exposto nos itens 7 e 8.1, verificou-se que a indústria doméstica apresentou, no período de análise, piora em seus indicadores de volume relacionados ao produto similar: volume de vendas no mercado interno, volume de produção, grau de ocupação da capacidade instalada e aumento da relação dos estoques com a produção. Outros indicadores, por outro lado, apresentaram evolução positiva significativa, em especial os relativos à rentabilidade, como resultados e margens, conduzindo à reversão do cenário de deterioração de seus indicadores financeiros, suficiente para gerar, em oposição aos sucessivos [CONFIDENCIAL], resultados positivos.

970. No presente caso, é inevitável a conclusão de que a recuperação do preço e, consequentemente, dos indicadores financeiros, mais do que compensou, de maneira geral, as perdas sofridas nos indicadores de volume, resultando em um cenário de evolução positiva para a indústria doméstica, não se observando, dessa forma, dano.

971. No que diz respeito aos indicadores de volume da indústria doméstica, os elementos probatórios constantes dos autos apontaram que a piora observada nesses indicadores estaria ligada a diversos outros fatores, como a redução do mercado brasileiro de P1 para P2, a redução significativa do volume de vendas da indústria doméstica destinadas à exportação, a paralisação da produção de cloro e EDC com o consequente aumento das revendas de PVC-S nos períodos P4 e P5 e a retração na demanda no primeiro semestre de 2020, ocasionada em grande parte pela pandemia de Covid-19.

972. Assim, de forma a se analisar a probabilidade de retomada do dano causado por eventual retomada das importações originárias dos Estados Unidos e do México, foram analisados, no contexto do cenário relativo ao mercado brasileiro, os elementos de preço provável das exportações dessas origens, o potencial exportador, as medidas de defesa comercial impostas por outros países e as alterações nas condições de mercado.

973. Consoante apontado no item 8.3.3, com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, pode-se constatar que, na hipótese de extinção do direito antidumping às importações dos EUA, elas passariam a ser cursadas a um preço CIF internado no mercado brasileiro subcotado em relação ao preço da indústria doméstica.

974. No que diz respeito ao Mexico, haja vista a inexistência de importações desse país durante o período de revisão, o preço provável das importações do produto objeto de dumping dessa origem foi calculado com base nos dados disponíveis no site do governo mexicano Sistema de Informácion Comercial Via Internet (SIAVI), que são disponibilizados referentes à classificação de mercadorias de 8 dígitos, possibilitando, assim, uma comparação acurada com o preço do produto similar da indústria doméstica.

975. Ao se analisar os cenários de preço provável da eventual retomada das exportações mexicanas para o Brasil, verificou-se que, conforme análises apresentadas no item 8.3.4, à exceção do cenário que agrupou os países da América do Sul, nos demais cenários apresentados, que consideraram as exportações do México para o mundo, para o seu principal destino e para agrupamentos de principais destinos, seriam observados cenários de pressão de preços sobre aqueles praticados pela indústria doméstica.

976. Acerca do potencial exportador das origens investigadas, observou-se que os EUA provavelmente continuarão sendo o principal exportador mundial nos próximos anos, a despeito da queda em sua competitividade em custos comparados a produtores que utilizam o petróleo, e que o aumento na capacidade instalada aliado ao incremento na produção gerarão excedente exportável significante que poderá ser direcionado ao mercado brasileiro. Por outro lado, a trégua comercial entre os EUA e a UE que culminou com a suspensão da sobretaxa de 25% aplicada às importações europeias de PVC-S originário dos EUA, em que pese possa alterar o destino do produto estadunidense, não afasta a capacidade significativa e os Estados Unidos direcionarem PVC-S a preços de dumping e subcotados (na ausência da medida antidumping) para o Brasil.

977. Com relação ao México, atestou-se a existência de potencial exportador, considerando que o país direciona ao mercado externo cerca de 60% de sua produção e possui, apenas em termos de capacidade ociosa, cerca de 20% do tamanho do mercado brasileiro.

978. Em suma, a análise dos elementos acima elencados, indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações dos EUA e do México, levaria muito provavelmente à retomada do dano.

9. DAS CONCLUSÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DIREITO

9.1. Das manifestações sobre a prorrogação do direito

9.1.1. Das manifestações apresentadas pelas partes interessadas

979. Em manifestação protocolada em 16 de agosto de 2022, a empresa Braskem relatou breve histórico do curso da presente revisão e passou a tecer comentários acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica.

980. A Braskem mencionou o art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, e os artigos 253 a 256 da Portaria nº 171, de 2022, e concluiu que, nos termos ali expostos, não existiriam dúvidas quanto a provável evolução futura das importações do produto objeto do direito antidumping.

981. Afirmou que as importações dos EUA, conforme se concluiu na Nota Técnica, teriam crescido significativamente, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos no período de análise, além de o país possuir perfil exportador e capacidade ociosa significativa quando comparada ao mercado brasileiro. Destacou também que essas importações ao mercado brasileiro foram realizadas a preço CIF médio ponderado inferior ao preço médio das importações brasileiras das demais origens. Assim, não restariam "dúvidas acerca da evolução futura das importações de PVC-S dos EUA, não havendo, portanto, base legal ou qualquer elemento que justifique a suspensão do direito AD sobre as importações originárias dos EUA".

982. Com relação às importações do México, a Braskem relatou que os cenários de preço provável demonstrariam que as importações do produto originárias do México entrariam no Brasil a preços subcotados e que a indústria doméstica teria que reduzir seus preços para poder competir com as importações mexicanas, o que implicaria movimentos de depressão e supressão de preços, e, nesse contexto, arguiu que a suspensão do direito antidumping em vigor levaria provavelmente à deterioração da situação da indústria doméstica.

983. Concluiu que:

A autoridade não demonstra dúvida acerca dos cenários de preço provável das importações mexicanas e seu provável efeito sobre os preços do mercado brasileiro e, portanto, entendemos que não haveria justificativa para prorrogação do direito AD com suspensão imediata por força da aplicação do art. 256, inc. I, da Portaria SECEX N.º 171/2022.

984. Ademais, indicou que, com relação aos indicadores de desempenho dos produtores/exportadores mexicanos, concluiu-se pela existência de potencial exportador, e que não haveria nada que impedisse o desempenho dos produtores/exportadores mexicanos a retomar suas exportações para o Brasil ou que afetasse seu "relevante" potencial exportador.

985. Sobre o tema, afirmou que os dados de Supply & Demand do IHS não demonstrariam restrição à oferta no México, "tendo havido apenas eventos circunstanciais que impactaram a oferta do produto em razão de questões climáticas". Ainda assim, o nível de produção do PVC-S nesse país em 2021 teria sido superior ao ano de 2020 e, de acordo com estimativa da publicação em 2022 a produção de PVC-S seria ainda maior.

986. Com relação à indicação de que as importações da Colômbia poderiam ser um "limitador às exportações do México para o Brasil", a Braskem repetiu que existiria "uma limitação no que diz respeito à capacidade de produção e, portanto, de incremento nas exportações de PVC-S pela Colômbia, que não existe nas exportações de PVC-S pelo México". Nesse sentido, arguiu que:

Os dados de Supply & Demand do IHS indicam que a capacidade de produção de PVC-S do México ([CONFIDENCIAL]toneladas) é quase o dobro da capacidade de produção de PVC da Colômbia ([CONFIDENCIAL] toneladas)[192]. Em 2020, o México apresentou nível de utilização de 70% da capacidade instalada; já a Colômbia no mesmo período apresentou a utilização de capacidade no nível máximo (90%).

Assim, a Colômbia não só tem uma capacidade de produção menor que a mexicana, mas o nível de utilização dessa capacidade é consideravelmente mais alta que o nível de utilização da capacidade do México. Não há margem para a Colômbia produzir mais PVC-S para ser exportado para o Brasil[194].

987. Segundo a peticionária, outro ponto a ser destacado seria a diferença na produção de PVC no México e na Colômbia. Na Colômbia essa produção não seria integrada e seria necessária a importação de MVC, o que configuraria mais um limitador das exportações da Colômbia, o que impediria que esse país passasse a exportar mais PVC-S para o Brasil.

988. A esse respeito concluiu que "as exportações que são atualmente efetuadas pela Colômbia para o Brasil em nada mudam o cenário de provável retomada das exportações mexicanas para o país, a preços de dumping, caso o direito AD seja retirado ou suspenso".

989. Com relação às alterações nas condições de mercado no México, no Brasil e em terceiros mercados, a Braskem destacou:

China Passa a Ser Net Exporter de PVC-S- Com a autossuficiência da China e a mudança do seu status para net exporter de PVC-S, há alta probabilidade de o México e os EUA direcionarem suas exportações para outros mercados. Ou seja, exportações do México e dos EUA, que antes iam para a China, precisarão ser direcionadas para outros destinos, que pode ser o caso do Brasil, se retirado o direito AD. Neste sentido, a autoridade concluiu que "as tendências analisadas também reforçam a probabilidade de redirecionamento das exportações estadunidenses para o Brasil, principalmente se extinta a medida antidumping em vigor". A mesma conclusão se aplica às exportações de PVC-S do México.

Reduções Consecutivas da TEC - A Tarifa Externa Comum (TEC) sofreu duas reduções horizontais de 10%: uma no dia 5 de novembro de 2021 e outra no dia 24 de maio de 2022, que incluiu as importações de PVC-S. Somando-se as duas reduções, a TEC foi reduzida em 20%. Essas duas reduções da TEC tiveram caráter temporário (até 31 de dezembro de 2023); no entanto, em 20 de julho de 2022, o Conselho do MERCOSUL acordou reduzir permanentemente em 10% as alíquotas da TEC para maior parte do universo tarifário. Esse é um fato novo que deve ser considerado em todas as análises feitas pela autoridade.

Inclusão do PVC-S na LETEC e Aumento da Redução do II - Em 3 de agosto de 2022, por meio da Resolução GECEX N.º 381, o governo incluiu o PVC-S na LETEC, de modo que, pelo menos até 04 de agosto de 2023, o Imposto de Importação incidente sobre esse produto será de apenas 4,4%. As importações mexicanas de PVC-S, bem como as importações de todas as origens, serão beneficiadas por essa redução. Assim, a preferência tarifária da Colômbia de 100%, em oposição à preferência tarifária do México de 20%, tende a tornar-se ainda menos relevante.

Benefícios nas Importações de PVC-S Originárias do México Embora as importações de PVC-S originárias da Colômbia estejam sujeitas à tarifa zero em decorrência de acordo de livre comércio, as importações de PVC-S originárias do México também estão sujeitas a benefícios na importação, tais como: imposto de importação reduzido em 20%; exclusão do custo da capatazia da base de cálculo do imposto de importação (Decreto nº 11.090/ 2022); ausência da cobrança do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) nas importações do México.

Ainda no que tange à análise das alterações nas condições de mercado, a Braskem recordou que a legislação dispõe que a autoridade deverá considerar, entre os elementos aportados pelas partes: a) mudanças inesperadas nas cestas de produtos importados, como consequência de mudanças na preferência dos consumidores ou de evolução tecnológica; e b) mudanças significativas nas estratégias comerciais de fornecimento do produto ao mercado brasileiro.

990. Discorreu em seguida que:

Sobre a alínea "a", ressaltamos que não há elementos nos autos acerca de mudanças inesperadas no que diz respeito ao produto importado, decorrente de mudanças nas preferências dos consumidores ou evoluções tecnológicas. O PVC-S é uma commodity, não tendo ocorrido mudança na preferência dos consumidores ou evoluções tecnológicas que poderiam gerar mudanças nas condições de mercado. Não se justifica, portanto, dúvida quanto à provável evolução futura das importações brasileiras por esse motivo.

991. Sobre estratégias comerciais de fornecimento do produto, recordou que se entendeu que haveria uma aparente mudança na estratégia comercial da Orbia, no que tange não apenas ao objeto do negócio, às suas bases de atuação e aos seus mercados prioritários, mas, especialmente, ao fornecimento de PVC-S para o Brasil, tendo passado a exportar a partir de suas plantas produtivas situadas na Colômbia. Aduziu que essa questão não constituiria um fato novo ou uma mudança nas condições de mercado relevante nesta revisão e já teria sido analisada na última revisão e que, se chegou à seguinte conclusão:

A simples relação de uma empresa e outra não torna improvável a retomada das transações do México com o Brasil. Contrariamente, a alegada utilização da relacionada na Colômbia para exportar o produto similar ao Brasil é um reflexo da aplicação do direito AD sobre o produto originário do México. A eliminação do direito, portanto, tornaria novamente o mercado brasileiro ATRATIVO para as exportações mexicanas, INDEPENDENTEMENTE do relacionamento entre as duas empresas.

992. Alegou ainda que a "própria autoridade" teria reconhecido que as últimas importações de PVC-S originárias do México teriam sido observadas em P1 da revisão anterior à presente (de abril de 2014 a março de 2015) e que a partir de 2009, a Colômbia teria passado a ser a mais representativa nas importações brasileiras de PVC-S, "situação que se mantém até a atualidade". Além do mais, arguiu que "a Petroquímica Colombiana (PETCO) foi adquirida pela Mexichem em 2007, ou seja, antes da presente revisão AD e antes da revisão anterior".

993. Concluiu, portanto, que não haveria que "se falar em "mudanças significativas nas estratégias comerciais de fornecimento ao produto", pois o art. 256, parágrafo único, alínea "b", trataria de mudanças significativas, e o relacionamento entre a Mexichem (atual Orbia) no México e na Colômbia" não seria uma mudança significativa nas condições de mercado, já que essa situação já perduraria há muito tempo.

994. No entendimento da peticionária:

(...) a autoridade está partindo de uma premissa equivocada em sua análise. A autoridade conclui que suposta estratégia comercial entre a Mexichem (atual Orbia) no México e na Colômbia impediria que o México retomasse as suas exportações para o

Brasil, caso o direito AD fosse suspenso ou extinto206. Presume-se, assim, que eventual retirada ou suspensão do direito AD sobre as importações do México não traria nenhum impacto nos volumes que o Grupo Orbia poderia passar a exportar para o Brasil. A autoridade parece ter concluído que a Orbia continuaria exportando o mesmo volume ao Brasil pela Colômbia, porque não teria interesse em exportar a partir do México. Não há nenhum elemento fático que permita essa conclusão.

995. Para a Braskem, se o direito antidumping "deixar de existir sobre as exportações originárias do México, a Orbia poderá exportar a partir do México justamente porque é lá que o grupo possui maior capacidade e produção integrada de MVC". Ademais, arguiu que "a própria autoridade reconhece que houve uma expansão da Orbia no México, então não há motivos para se entender que esse mercado seria estático". Argumentou que "mesmo com as exportações da Colômbia para o Brasil, o Brasil ainda permanecerá um mercado atraente para as exportações mexicanas, caso o direito AD seja suspenso ou retirado". Declarou que, com a eventual retirada ou suspensão do direito AD aplicável às importações brasileiras de PVC-S originárias do México, o que ocorreria seria a Colômbia manter o seu volume normal de exportações para o Brasil e a entrada de novos volumes exportados a partir do México, fato que já teria sido reconhecido na revisão anterior.

996. Em face da sua argumentação, a Braskem entendeu que não se justificaria recomendação de prorrogação do direito antidumping com imediata suspensão, pela aplicação do artigo 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

997. A empresa Unipar apresentou manifestação final em 16 de agosto na qual reiterou os argumentos que foram por ela apresentados ao longo da instrução processual. Declarou que:

A SDCOM na NTFE apontou para a possibilidade de utilização de mecanismos de alteração das margens de direito antidumping como uma suposta a adequação dos direitos antidumping, observando o art. 107, §1º, do Decreto Antidumping, face as novas margens apuradas.

998. A interpretação da peticionária é de que esse dispositivo poderia ser utilizado para majorar ou minorar a margem de dumping, à condição de que as margens apuradas "possibilitem tal entendimento e que estas reflitam o comportamento dos exportados/produtores durante toda a revisão". A Unipar esclareceu, em outros termos, que "desde que os elementos do processo ofereçam segurança suficiente para a tomada de tal decisão e a autoridade entenda pela adequação de tal mudança" e que, "de outro modo, conforme o art. 107, §2º, as margens deverão ser mantidas". Concluiu nesse aspecto que "o rigor aplicado pela SDCOM para os casos em que se constata margens superiores e, mesmo assim, se decide pela manutenção das margens, deve ser aqui também refletido".

999. Em seguida, apontou que as evidências dos autos indicariam duas origens com elevado perfil exportador e direitos antidumping aplicados por outras jurisdições. Afirmou que "trabalhou-se, também, com a melhor informação disponível para as informações relativas aos produtores/exportadores das origens investigadas". Argui que:

Se, por um lado, foi suficientemente possível comprovar o risco da continuação e retomada de dumping, bem como da retomada de dano, é o entendimento da Unipar Indupa que não foram anexadas informações suficientes para dar segurança para a autoridade decidir pela diminuição das margens.

1000. A peticionária declarou que, no caso dos EUA, a continuidade das exportações, com participação significativa da origem no mercado brasileiro, provariam que a atual margem tem sido suficiente e necessária para combater a prática desleal.

1001. Ademais, arguiu que "o elemento de incerteza quanto à evolução das importações, no caso do México, fator indispensável para a hipótese de suspensão do art. 109", não estaria configurado, e existiria tendência de retomada de exportação dessa origem, o que implicaria a aplicação do art. 107, § 4º.

1002. Reputou relevante destacar "o interesse em relação ao mercado brasileiro" em vista da continuidade das importações dos EUA e que teria clara tendência de "se agravar com a mudança de perfil do mercado chinês". Assim, interpretou que não existiria "dúvida quanto ao risco presente, no caso dos EUA e de retomada iminente, no caso do México de destino de exportações para o mercado brasileiro.

1003. Por último, citou, novamente, "o caso de PVC-S da China, cuja suspensão de alguns meses permitiu a inundação do mercado brasileiro com produtos a preço de dumping e subcotados, tornando quase impossível uma resposta adequada da autoridade a tempo de evitar o dano".

9.1.2. Dos comentários acerca das manifestações apresentadas pelas partes interessadas

1004. Acerca da ausência de dúvidas quanto à provável evolução futura das importações originárias dos EUA, assiste razão à Braskem, não tendo a questão, em qualquer momento, sido suscitada pela autoridade investigadora.

1005. Já com relação ao México, adota-se entendimento diametralmente oposto.

1006. Com efeito, a empresa aparenta embaralhar critérios para (i) se concluir pela probabilidade de retomada do dano, elencados no art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, e para (ii) se analisar eventual dúvida quanto à evolução futura das importações mexicanas, que se fundamenta no art. 109 do mesmo diploma.

1007. Nesse sentido, não se contesta que elementos como desempenho exportador, capacidade ociosa, preço provável a ser praticado e aplicação de medidas de defesa comercial por terceiros países indicam a probabilidade de retomada do dano causado por importações originárias do México, caso a medida antidumping seja extinta e, aliás, esses fatores alicerçam a conclusão constante do item 8, necessária à prorrogação da medida. Nada obstante, caso a existência desses fatores obstasse automaticamente a incidência do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, estar-se-ia a relegar o dispositivo a posição de absoluta inutilidade, contrariando, assim, princípio hermenêutico basilar.

1008. Na verdade, o que se constatou é que, apesar dos elementos citados acima, houve, ao longo dos trinta anos de aplicação da medida antidumping, alteração significativa da estrutura produtiva do México e da Colômbia, passando as plantas de ambos os países a pertencer à mesma empresa. Essa empresa (Orbia), por sua vez, expandiu-se não apenas em termos de capacidade produtiva, mas também de presença geográfica e de ramos de atuação, apresentando, hoje, configuração absolutamente distinta daquela existente em 1992, quando a medida antidumping foi inicialmente aplicada.

1009. Some-se a isto o fato de que, a partir da aquisição da PETCO pela atual Orbia, se observou significativo aumento das importações originárias da Colômbia, indicando que o mercado brasileiro passou a ser atendido por essa ramificação da empresa.

1010. Eventuais limitações à capacidade produtiva colombiana, por si só, não afastam as dúvidas quanto à evolução futura das importações originárias do México, uma vez que a capacidade ociosa da Colômbia representa cerca de [RESTRITO]% do tamanho do mercado brasileiro e que não é possível mensurar, de antemão, eventual demanda adicional por produtos mexicanos/colombianos que poderia ser gerada a partir da retirada do direito antidumping sobre as importações originárias do México.

1011. Com relação às desgravações no imposto de importação, remete-se, mais uma vez, ao item 5.6, em que seus efeitos foram analisados.

1012. No que tange à preferência tarifária outorgada ao México por meio do APTR04, também já se esclareceu que se trata de benefício inferior àquele concedido à Colômbia. De fato, enquanto o PVC-S Mexicano ingressa no mercado brasileiro com preferência de 20%, o ACE 72 outorga ao PVC-S colombiano preferência tarifária total, ou seja, de 100%, reforçando a vantagem em se suprir o mercado brasileiro a partir dessa última origem.

1013. Perceba-se, também, que, ao contrário do que afirma a Braskem, o art. 256 da Portaria SECEX 171/2022 não impõe obrigação à autoridade investigadora de analisar todos os fatores arrolados em seus três incisos, conforme se depreende da dicção de seu caput:

Art. 256. Eventuais dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping que possam levar à recomendação de prorrogação de direito antidumping com a imediata suspensão de sua aplicação poderão decorrer da análise dos seguintes fatores, individual ou conjuntamente, dentre outros aportados pelas partes interessadas aos autos da revisão de final de período: (grifo nosso)

1014. Como se observa, o rol de fatores apresentados no dispositivo é meramente exemplificativo, sendo possível que a dúvida quanto à evolução futura das importações decorra de outros elementos ali não especificados. Ademais, mesmo para os fatores exemplificados, o dispositivo admite expressamente análise individual ou conjunta. Assim, a interpretação buscada pela parte contraria frontalmente a literalidade da norma.

1015. O parágrafo único do art. 256 também caminha no mesmo sentido:

Parágrafo único. Na análise dos fatores previstos no inciso III do caput, a SDCOM considerará, dentre outros elementos aportados pelas partes interessadas aos autos da revisão de final de período: (grifo nosso)

1016. Especificamente para o item acima, não soa razoável reputar como alteração insignificante o deslocamento da totalidade das exportações de PVC-S para o mercado brasileiro, do México para a Colômbia, entre empresas do mesmo grupo, levando a Colômbia a figurar como principal origem das importações brasileiras do produto.

1017. O fato de a mudança haver se iniciado em data anterior ao início do período de análise probabilidade de continuação ou retomada do dano considerado na presente revisão também não impede sua consideração, haja vista ter tal exame natureza prospectiva, como já afirmado.

1018. Outrossim, o posicionamento adotado pela Braskem parece ignorar o efeito da temporalidade da aplicação da medida sobre a própria capacidade de se antever, de forma razoável, evoluções futuras.

1019. É importante mencionar, ainda, que as dúvidas levantadas não decorrem de mero relacionamento entre as empresas do grupo Órbia, como busca induzir a Braskem, mas de análise detalhada, levada a cabo a partir de dados do IHS e de outras fontes fiáveis, como o Comex Stat, acerca da evolução da configuração produtiva e comercial no México e na Colômbia desde a década de 1990. Demais disto, em revisões anteriores nem sequer existiam as balizas estabelecidas pelo art. 256 da Portaria SECEX 171/2022 para análise da situação prevista no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

1020. Por último, não se pode perder de vista que a suspensão prevista no supracitado art. 109 possui natureza precária, possibilitando a imediata reaplicação da medida antidumping, caso o aumento das importações ocorra em volume que possa levar à retomada do dano, conforme previsto em seu parágrafo único.

1021. Sobre as ponderações da Unipar, não se vislumbraram nos autos elementos indicativos de que as margens de dumping apuradas para P5 não refletem adequadamente "comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão". Assim, nos termos do art. 107, § 1º, do Decreto nº 8.058, de 2013, "o montante do direito não poderá exceder a margem de dumping calculada para o período de revisão".

9.2. Dos Estados Unidos da América

1022. Conforme as análises desenvolvidas no item 5, constatou-se a existência de relevante potencial exportador nos Estados Unidos, a despeito das alterações observadas nas condições de mercado, especialmente, na Índia, na China e na União Europeia, o que não teria o condão de afastar a possibilidade de direcionamento das exportações a preços de dumping para o Brasil no caso de retirada da medida atualmente em vigor. De fato, observou-se que, mesmo estando sujeitas à medida antidumping, essa origem continuou a exportar o PVC-S ao Brasil, atingindo, inclusive, seu maior volume de penetração no período P5, em que ficou constatada a continuação da prática de dumping.

1023. Já no item 8 apurou-se que, no cenário de não prorrogação da medida, as exportações de PVC-S dos EUA ao Brasil muito provavelmente ocorreriam a preços subcotados em relação aos preços da indústria doméstica, configurando a muito provável retomada do dano a ela causado.

1024. Tendo em vista tais conclusões, entende-se que, caso não seja prorrogada a medida para as importações originárias dos EUA, muito provavelmente haverá a continuação da prática do dumping e da retomada do dano por ele causado sobre os indicadores financeiros e econômicos da indústria doméstica.

1025. Concluiu-se, ainda, tendo em vista o cálculo de nova margem dumping, conforme explicitado no item 5.1.2.1, pela prorrogação do direito antidumping nos termos do art. 107, § 1º, do Decreto nº 8.058, de 2013, isto é, o direito antidumping foi determinado com base na margem de dumping calculada para o período de revisão, dado que evidenciado que a referida margem reflitiria adequadamente o comportadomento dos produtores exportadores durante a totalidade do período de revisão.

9.3. Do México

1026. Conforme as análises desenvolvidas no item 5, constatou-se a existência de relevante potencial exportador no México, aliado a um também relevante perfil exportador, pois exporta em torno de 60% de sua produção. Ademais, constatou-se que possui volumes representativos, em relação ao mercado brasileiro, em termos de capacidade produtiva, volume de produção e de capacidade ociosa, ratificando o potencial exportador relevante da origem.

1027. Apurou-se que há uma nova medida aplicada pelo Marrocos em face às importações do México, o que poderia implicar em probabilidade de redirecionamento do produto dessa origem ao Brasil, caso a medida em vigor objeto da presente revisão seja extinta.

1028. Acrescente-se que no item 8 ao se analisar os cenários de preço provável da eventual retomada das exportações mexicanas para o Brasil, verificou-se que nos cenários apresentados - exportações do México para o mundo, para o seu principal destino e para agrupamentos de principais destinos, seriam observados cenários de pressão de preços sobre aqueles praticados pela indústria doméstica, à exceção do cenário que agrupou os países da América do Sul.

1029. Tendo em vista tais conclusões, entende-se que, caso não seja prorrogada a medida para as importações originárias do México, muito provavelmente haverá tanto a retomada do dumping como do dano por ele causado sobre os indicadores financeiros e econômicos da indústria doméstica.

1030. Concluiu-se, ainda, que, diante da ausência de volumes de importação do México ao longo de todo o período de revisão, quando foram inexistentes, julgou-se cabível apurar recomendação de redução do direito atualmente em vigor, em linha com os termos do art. 107, §4º, do Decreto nº 8.058, de 2013, e do art. 252 da Portaria nº 171, de 2022, conforme cálculo a ser detalhado no item 10.3.

1031. Isso não obstante, em face de todas as informações apresentadas, transpareceu uma aparente mudança na estratégia comercial da Orbia, no que tange não apenas ao objeto do negócio, às suas bases de atuação e aos seus mercados prioritários, mas, especialmente, ao fornecimento de PVC-S para o Brasil, tendo passado a exportar a partir de suas plantas produtivas situadas na Colômbia.

1032. Tal situação é expressamente prevista no art. 256, parágrafo único, "b", a Portaria SECEX nº 171, de 2022, como um dos fatores passíveis de suscitar dúvidas quanto à evolução futura das importações, que, por sua vez, pode ensejar a recomendação de prorrogação do direito antidumping com sua imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

1033. Some-se a isso o fato de as importações colombianas de PVC-S gozarem de preferência tarifária de 100%, por força do ACE 72, celebrado entre Mercosul e Colômbia, enquanto as mexicanas usufruem de preferência parcial de 20%, com base no ATPR 04 (vide item 3.3).

1034. O fator logístico, neste caso, também parece operar em favor da Colômbia, haja vista a maior proximidade geográfica em relação ao Brasil.

1035. Finalmente, importa rememorar que o direito se encontra em vigor há trinta anos, tendo resultado na extinção das exportações mexicanas de PVC-S para o Brasil. Com efeito, as últimas importações de PVC-S originárias do México foram observadas em P1 da revisão anterior à presente (de abril de 2014 a março de 2015).

1036. Destarte, ante o cenário que se delineou no decorrer do processo, concluiu-se existirem dúvidas quanto à provável evolução futura das importações originárias do México, recomenda-se a prorrogação do direito antidumping incidente sobre essas importações com a imediata suspensão de sua aplicação.

10. DO CÁLCULO DO DIRIETO ANTIDUMPING DEFINITIVO

10.1. Das Manifestações sobre o cálculo do direito

10.1.1. Das manifestações apresentadas pelas partes interessadas

1037. Em manifestação protocolada em 16 de agosto de 2022, a empresa Braskem relatou breve histórico do curso da presente revisão e passou a tecer comentários acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica.

1038. A Braskem afirmou que no caso de o direito antidumping ser prorrogado com alteração para refletir a margem de dumping apurada para fins de determinação final (8,5%), a medida seria ajustada para refletir metade da alíquota que atualmente está em vigor (16%). Contudo, destacou que qualquer alteração na alíquota atualmente vigente seria indevida, dado que o art. 107 § 2º do Decreto nº 8.058, de 2013, determinaria que nos casos em que a margem de dumping calculada para o período de revisão não refletir o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão, o direito poderá ser prorrogado sem alteração".

1039. A peticionária reproduziu o seguinte trecho do Guia SDCOM sobre investigações antidumping:

Repise-se que o fato de a autoridade ter calculado margem de dumping durante a revisão não necessariamente fará com que eventual direito antidumping recomendado tenha como parâmetro a margem calculada, eis que um não se confunde com o outro.

Registre-se que os direitos antidumping definitivos prorrogados poderão ser mantidos inalterados, por exemplo, se a margem de dumping calculada para o período não refletir o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão (§2º do art. 107 do Decreto N.º 8.058, de 2013). A análise sobre o comportamento dos produtores ou exportadores a que alude os §§ 1º e 2º do art. 107 será realizada em cada caso concreto, à luz dos elementos de prova disponíveis à autoridade investigadora, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa das partes interessadas ao longo de toda a instrução processual."

1040. Em seguida pontuou que "a única produtora / exportadora dos EUA que respondeu o questionário do produtor / exportador estrangeiro (Shintech) deixou de reportar suas vendas no mercado interno", o que teria prejudicado a análise da autoridade no que diz respeito ao valor normal. A esse respeito, afirmou que a "autoridade foi categórica no sentido de afirmar que a Shintech não apresentou as informações de forma adequada". Concluiu que o fato de informações essenciais não terem sido apresentadas à autoridade no que diz respeito ao valor normal pela Shintech dificultariam e impediriam a "correta análise dos produtores ou exportadores dos EUA no que diz respeito ao preço praticado no seu mercado interno".

1041. Acerca do entendimento da SDCOM de que celeuma instaurada não orbitaria em torno da utilização dos fatos disponíveis em si, mas de qual dado se reputaria mais apropriado para tal emprego, mormente para apuração do valor normal a ser atribuído aos Estados Unidos, e de que incumbiria à autoridade investigadora sopesar a qualidade e a adequabilidade dos dados à mão de modo a inferir qual representaria, de fato, a melhor informação disponível, arguiu que o problema seria não se levar em consideração "o fato de que foi a Shintech (que deixou de apresentar as informações essenciais solicitados pela autoridade) que sugeriu que se utilizasse o "S-PVC North America Netback" como valor normal, em oposição ao preço indicado pela Braskem na petição inicial" e julgou que "considerar o índice sugerido pela Shintech" teria "o potencial de gerar efeitos distorcidos e adversos, uma vez que é um desincentivo para que produtores/exportadores estrangeiros apresentem o preço que é, de fato, praticado no mercado interno".

1042. Citando mais uma vez o trecho da publicação "A Handbook on Anti-Dumping Investigations" dos autores Judith Czako, Johann Human e Jorge Miranda. Cambridge, argumentou que:

(...) a forma mais correta de resolver a "celeuma" acerca do valor normal seria, de fato, ter como parâmetro preços que são devidamente praticados por um produtor / exportador dos EUA (no caso, a Shintech). Isso garantiria mais segurança à autoridade na aferição de qual preço seria mais apropriado e se a margem de dumping apurada reflete o comportamento dos produtores / exportadores durante o período da revisão AD.

1043. Por fim, reputou importante o fato de a Shintech "não ter apresentado seus dados e ainda ter se manifestado no sentido de que esse índice fosse utilizado para fins de valor normal", o que tornaria aplicável o disposto no art. 107 §2º do Decreto nº 8.058, de 2013, dado que a "ausência de participação dos produtores e exportadores" impediria a devida análise acerca "de seu comportamento e se ele estaria refletido na margem de dumping calculada, conforme consta na Nota Técnica". Em apoio à sua argumentação, alegou que esse entendimento já teria sido adotado pela SDCOM anteriormente e citou trecho da Resolução CAMEX nº 18, de 29 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U de 1º de março de 2016, por meio da qual se prorrogou o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de ímãs de ferrite (cerâmico) em formato de anel, originárias da China:

No presente caso, ficou caracterizada a continuação de dumping nas exportações de ímãs de ferrite em formato de anel da China para o Brasil, bem como a continuação do dano à indústria doméstica durante o período de análise da revisão.

Assim, conforme estabelecido no § 2º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, recomenda-se a prorrogação do direito antidumping sem alteração, uma vez que a ausência de participação dos produtores ou exportadores chineses na revisão impediu a análise de seu comportamento, de maneira a apurar se este estaria adequadamente refletido na margem de dumping calculada no âmbito da revisão em tela.

1044. Além disso, a Braskem afirmou que os fundamentos que constituem o comportamento dos produtores e exportadores, para fins da aplicação do art. 107 § 2º do Decreto nº 8.058, de 2013, dependeriam do caso concreto, à luz dos elementos de prova disponíveis à autoridade investigadora. Tendo isso em vista, para a peticionária, um ponto importante que deveria ser considerado na avaliação da autoridade se a margem de dumping apurada refletiria ou não o comportamento dos produtores/exportadores dos EUA seira "se o comportamento das exportações dos EUA para o Brasil foi semelhante ao comportamento das exportações dos EUA para demais mercados".

1045. Nesse ponto, destacou que a SDCOM já teria concluído em caso anterior que a margem de dumping calculada não refletiria o comportamento da origem investigada quando as exportações para o Brasil não seriam semelhantes àquelas realizadas para outros mercados, devendo o direito AD ser prorrogado sem alteração em seu montante. No caso do direito AD aplicado às importações brasileiras de calçados originárias da China, a SDCOM decidiu pela prorrogação do direito AD aplicado sem alteração, ao fundamento de que teria restado comprovado que o comportamento da China nas exportações para o Brasil não teria sido semelhante ao comportamento de suas exportações para os demais mercados, conforme explicado e, assim, a margem de dumping calculada não refletiria o comportamento dos produtores/exportadores chineses durante a totalidade do período de revisão.

1046. Para essa conclusão, de acordo com a Braskem, os critérios utilizados teriam sido (i) a relação dos preços de venda para o Brasil e o equivalente para o mundo; e (ii) o quanto os preços praticados pela China para o Brasil aumentaram em comparação às demais origens, dado que se afirmou naquela oportunidade que, considerando, de janeiro de 2010 a dezembro de 2014 que o preço médio de exportação da China para o Brasil teria aumentado proporcionalmente mais do que o preço médio de exportação da China para terceiros mercados e considerando ainda que, ao se comparar P5 da investigação original com P5 da revisão que era realizada, teria havido aumento na proporção entre os preços médios de exportação para o Brasil da China e os do Vietnã e da Indonésia, ter-se-ia concluído que o comportamento da China nas exportações para o Brasil não teria sido semelhante ao comportamento de suas exportações para os demais mercados, tampouco teria correspondido ao comportamento dos principais fornecedores ao Brasil, cujos preços determinariam as condições de concorrência no fornecimento ao Brasil.

1047. Na visão da Braskem, também no caso em análise não se poderia afirmar que a margem de dumping apurada refletiria o comportamento dos exportadores e produtores pelos mesmos motivos. O preço médio das exportações dos EUA para o mundo, em P1, teria sido de US$/t 818,70 e para o Brasil de US$/t 794,36; ao passo que em P5, respectivamente, esses preços alcançaram US$/t 940,78 e US$/t 1.059,48. Dessa forma, a relação entre os preços de exportação dos EUA para o Brasil e para o mundo teria sido equivalente a 97% em P1 e 113% em P5.

1048. Segundo observação da peticionária:

(...) na revisão de calçados, a SDCOM entendeu que um dos elementos para identificar que o comportamento da origem investigada para o Brasil não era semelhante ao comportamento da origem investigada para o mundo foi uma diferença de 30 p.p. na relação entre os preços praticados para o Brasil e para o mundo. Afirmou a SDCOM na revisão de calçados que "a relação entre os preços de venda para o Brasil e para o mundo foi equivalente a 136,6% em 2014, sendo que essa mesma relação foi equivalente a 106% em 2010".

1049. De forma semelhante, na presente revisão também há diferença significativa entre a relação de preços praticados para o Brasil e para o mundo em P1 e P5 (há uma diferença 16 p.p. já que, em P1, a relação dos preços praticados pelos EUA para o Brasil e para o mundo correspondeu a 97% e, em P5, essa relação foi de 113%), tendo atingido uma diferença ainda mais significativa, de 45 p.p. entre P1 e P3 (já que em P1 a relação de preços foi 97% e em P3 foi 142%).

1050. Para a Braskem, a evolução do preço praticado pelos EUA para o Brasil e do preço médio dos EUA para o mundo, teria apresentado, de P1 para P2, aumentos semelhantes. No entanto, nos períodos seguintes, teria ocorrido descolamento da variação entre esses preços. Considerada a variação de P1 a P5, o preço de exportação dos EUA para o Brasil teria aumentado 33%, enquanto o preço médio de exportação dos EUA para o mundo apenas 15%. De acordo com interpretação da Braskem, de forma semelhante, na revisão de calçados, a SDCOM teria entendido que esse critério demonstraria que o comportamento das exportações da origem investigada para o Brasil não teria sido semelhante ao comportamento das suas exportações para os demais mercados. Naquela oportunidade se afirmou teria se observado "que o preço médio de exportação da China para o Brasil aumentou em proporção maior que o aumento do preço médio de exportação da China para os demais destinos".

1051. Acrescentou que também valeria uma observação sobre o comportamento do volume das exportações dos EUA durante o período de revisão. Assim, enquanto teria ocorrido aumento das exportações para o Brasil na ordem de 217% de P1 para P2, retração de 58% de P2 para P3, aumento de 171% de P3 para P4 e novo aumento de 47% de P4 para P5, o volume exportado pelos EUA para o mundo teria se mantido mais estável com queda de 0,1% de P1 para P2, aumento de 8% de P2 para P3, queda de 2% de P3 para P4 e queda de 21% de P4 para P5. Ao considerar a evolução do volume de exportações dos EUA para o Brasil de P1 a P5, se enxergaria aumento de 426,26%. Segundo a Braskem:

O que é mais interessante de se observar é o comportamento em P5 das exportações dos EUA para o Brasil e para o mundo. Enquanto houve uma retração das exportações dos EUA para o mundo, quando comparado aos níveis de P4 (-21%), houve aumento significativo das exportações dos EUA para o Brasil (47%).

1052. Acrescentou que o comportamento das exportações dos EUA para o Brasil também estaria refletido nos dados das importações totais brasileiras de PVC-S no período de revisão. Enquanto as importações brasileiras totais de PVC-S teriam apresentado aumento de 18,7% de P4 para P5, o aumento das importações originárias dos EUA teria alcançado 36,7% "(ou seja, quase o dobro)". Verificar-se-ia, assim, uma forte tendência de aumento das exportações dos EUA para o Brasil.

1053. Dessa forma, a Braskem interpretou que, para fins do art. 107, §2º do Decreto nº 8.058, de 2013, seria possível interpretar que a "margem de dumping calculada para o período de revisão não refletiria o comportamento dos produtores ou exportadores dos EUA durante a totalidade do período de revisão", uma vez que o comportamento da origem investigada não teria sido semelhante para o Brasil e para os demais mercados e, como resultado, o direito antidumping a ser aplicado às importações do produto sob revisão originárias dos EUA deveria ser prorrogado sem alteração.

1054. Ademais, a Braskem trouxe a informação de que o produto sob revisão teria sido incluído na LETEC, "ocasionando redução acentuada do imposto de importação vigente para 4,4%", o que poderia ocasionar uma entrada de volume ainda maior e a preços mais baixos do produto originário dos EUA, que já se encontrariam a preços de dumping e representariam 9% das importações totais brasileiras e "quase 4% do mercado brasileiro" em P5, com "a probabilidade de pressionar os preços domésticos e retomar o dano à indústria doméstica".

1055. Afirmou que já alertou sobre "o risco real decorrente da perda de eficácia do direito AD, pois já houve experiência no passado em que isso ocorreu:

(...) em 2011, o ajuste na metodologia de apuração de preços da publicação utilizada para estabelecer o valor normal dos EUA impactou o montante do direito AD aplicável, o que foi suficiente para que os EUA imediatamente voltassem a exportar PVC-S para o Brasil em quantidades expressivas[118]. Em apenas 6 meses, os EUA exportaram 57.828,22 toneladas de PVC-S para o Brasil, o que representou aumento de quase [RESTRITO]% entre P1 e P2 da revisão de final de período conduzida entre 2015 e 2016.

1056. Encerrou argumentando que não existiria "nem base legal e nem elementos fáticos que justifiquem a prorrogação do direito AD aplicável às importações de PVC-S originárias dos EUA e do México com redução, devendo os direitos ser prorrogados sem alteração".

1057. Com relação ao direito a ser aplicado sobre as importações originárias do México, declarou que em "casos de retomada" e nos termos do art. 107, §3º do Decreto nº 8.058, de 2013, não se calcularia uma margem de dumping a ser aplicada, mas se faria "uma análise comparativa de preços para averiguar se, na retirada dos direitos, as importações originárias do México recorreriam à prática de dumping para que pudessem concorrer com a indústria doméstica". Argumentou que, tendo em vista que a comparação mencionada não corresponderia a uma margem de dumping a ser aplicada, "a base do direito AD a ser prorrogado deverá ser o montante de 18% atualmente em vigor".

1058. Alegou que para a origem México a análise empreendida nesse caso seria distinta daquela realizada para os EUA, uma vez que não teria ocorrido exportações dessa origem para o Brasil em P5. Concordou, nessa esteira, com as conclusões a que se chegou no decorrer do processo e recordou que foi identificada diferença de 7,7% entre o valor normal do México internado no mercado brasileiro e o preço de venda nesse mesmo mercado da indústria doméstica na condição ex fabrica.

1059. Interpretou que, dado que o caso se amoldaria à previsão do art. 107, §4º do Decreto nº 8.058, de 2013, a recomendação seria de prorrogação do direito antidumping em montante igual ou inferior ao do direito em vigor. Observou que os elementos que justificariam a prorrogação em montante igual ou em montante inferior ao direito vigente, estariam indicados nos art. 251 e 252 da Portaria Secex nº 171, de 2022.

1060. A peticionária apresentou, nesse seguimento, cálculos que teriam por fundamento as metodologias indicadas nos incisos I e II do art. 252 da Portaria Secex nº 171, de 2022 para a redução do direito antidumping. Assim, chamou de "Metodologia 1" a comparação entre o valor o preço provável de exportação e o valor normal e de "Metodologia 2" a comparação entre o preço provável de exportação e o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado brasileiro.

1061. Com base na "Metodologia 1", concluiu que em todos os casos (Exportações para o mundo; para o principal destino, 10 principais destinos, 5 principais destinos), exceto no caso da América do Sul, a comparação entre o valor normal do México e o preço provável de exportação superaria o patamar de 18%, (que corresponderia ao direito antidumping atualmente vigente sobre as importações de PVC-S originárias do México. Ressalvou que no caso da América do Sul, o valor normal do México superaria o preço provável de exportação em R$ 88,40, o que corresponderia a 1% do preço provável de exportação.

1062. No que diz respeito à "Metodologia 2", a Braskem esclareceu que teria considerado os valores que constaram na Nota Técnica de fatos essenciais, "exceto no que diz respeito ao imposto de importação, já que teria considerado a alíquota de 4,4%, tendo em vista a inclusão do PVC-S na LETEC em 5 de agosto de 2022". Afirmou, ademais:

Ainda que haja prazo definido para a vigência da inclusão do PVC-S na LETEC até o dia 04 de agosto de 2023, é importante que se realize o exercício acima considerando a redução no imposto de importação, pois ela afetará o quanto o direito AD será eficaz para se neutralizar o dano à indústria doméstica decorrente de provável retomada da prática do dumping por parte do México, caso o direito AD seja extinto,

suspenso ou reduzido. Essa análise é importante porque se está tratando aqui do montante do direito AD que será, de fato, eficaz para neutralizar eventual retomada de dano.

1063. Explicada a adaptação realizada na metodologia, a peticionária concluiu novamente que em todos os casos, exceto no caso da América do Sul, o preço da indústria doméstica brasileira superaria o preço provável de exportação do México e, mais, superaria a alíquota de 18% do direito antidumping atualmente em vigor sobre as importações de PVC-S originárias do México.

1064. Afirmou que, dessa forma, eventual direito antidumping apurado nos termos das "Metodologia 1" e "Metodologia 2" não seria inferior ao direito atualmente em vigor e, portanto, não se justificaria a prorrogação do direito em montante inferior àquele atualmente vigente.

1065. Além dos argumentos já apresentados, a Braskem citou o §1º do art. 252 da Portaria Secex nº 171, de 2022, e afirmou que à exceção da alegação da ABIPLAST de que ao se realizar ajuste no valor normal, seria necessário recalcular a margem de dumping, não teria havido questionamento acerca da "margem de dumping a ser aplicada". Realçou que esse questionamento, entretanto, teria recaído sobre o ajuste do valor normal dos EUA apenas, não existindo questionamento em relação ao "valor normal aplicado ao México". Afirmou que tampouco houve questionamento acerca do montante do direito antidumping aplicado sobre as importações do México por parte de qualquer parte interessada e que sequer teria havido resposta aos questionários enviados aos produtores/exportadores do México.

1066. Arrematou que não existiria "nenhum dado ou argumento apresentado pelas partes interessadas, inclusive sobre a eficácia dos direitos apurados com base nas metodologias previstas nos incisos I e II do art. 252 da Portaria SECEX N.º 171/2022", além de que teria restado demonstrado que, em todos os cenários (exceto América do Sul), as comparações entre i) o preço provável de exportação e o valor normal do México; e ii) entre o preço provável de exportação e o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado brasileiro, não haveria elemento probatório que justificasse a "adoção das metodologias indicadas nos incisos I e II do art. 252 da Portaria SECEX N.º 171/2022".

1067. A Braskem também entendeu que não se aplicaria o § 2º do art. 252 da Portaria SECEX nº 171, de 2022, uma vez que não "houve resposta aos questionários do produtor/exportador do México e, portanto, não há que se falar em cooperação" e, assim, "não deveria haver a possibilidade de redução dos direitos AD em vigor".

1068. Em 16 de agosto de 2022, a ABIPLAST apresentou manifestação acerca dos fatos essenciais divulgados na Nota Técnica SDCOM 34210/2022/ME. Acerca do cálculo do direito antidumping, a associação recordou que, no caso dos Estados Unidos, considerou-se que a melhor informação disponível para o cálculo do valor normal seria o "netback recebido pelos produtores de PVC estimado pela IHS". Concordou com a premissa, abundantemente justificada à luz das regras da OMC e da regulamentação brasileira, de que "se deve sopesar a qualidade e a adequabilidade dos dados à mão, de modo a inferir qual representa, de fato, a melhor informação disponível. Repetiu os seus argumentos que indicariam que a melhor informação seriam as estatísticas oficiais de exportação dos Estados Unidos ao Canadá e ressalvou que, para fins de determinação final, deveria essa ser a metodologia adotada.

1069. Apontou que, ao considerar o IHS netback, calculou-se uma margem de dumping de 8,5% para os produtores/exportadores dos Estados Unidos, percentual que consideraria o preço de exportação FOB. Recordou que os direitos antidumping se aplicariam sobre o preço CIF das exportações e, tendo isso em vista, o direito antidumping resultante da margem calculada corresponderia a 8,2%. Assim, entendeu que, na hipótese de renovação, o direito antidumping deveria ser inferior ao direito atualmente aplicado.

1070. Acrescentou que, tendo em vista, que esse direito antidumping seria múltiplas vezes superior à subcotação calculada para P5 (0,85%), período em que teria ocorrido o maior volume de exportações dos Estados Unidos e em que a indústria doméstica não teria sofrido dano, e também seria superior à média ponderada da subcotação ao longo de todo o período sob revisão (4,9% na subcotação ponderada pelo volume das exportações e 4,2% na subcotação ponderada pelo valor das exportações), o direito antidumping de 8,2% "seria conservador, em benefício da indústria doméstica". Citou o art. 107, §1º do Decreto nº 8.058, de 2013, destacando que o direito antidumping resultado de uma revisão deveria ser "determinado com base na margem de dumping calculada para o período e que não poderia exceder essa margem e que, portanto, "caso renovado, o direito antidumping deve ser reduzido para todos os exportadores dos Estados Unidos".

1071. Arguiu que não teria havido qualquer alegação das peticionárias de que a margem de dumping não refletiria o comportamento dos produtores dos Estados Unidos durante a totalidade do período de revisão, embora as evidências já demonstrassem, "desde o estágio inicial do processo, que as informações de valor normal apresentadas pela peticionária não refletiam preços praticados no mercado dos Estados Unidos". E mais, asseverou que esse valor normal teria sido apurado com base em informação de consultoria à qual as próprias peticionárias teriam recorrido como fonte confiável de informações. E, portanto, não existiria nenhuma ressalva sobre a informação não refletir o comportamento de produtores/exportadores dos Estados Unidos.

1072. Com relação ao preço de exportação para a origem EUA, destacou que:

(...) o volume de exportações dos Estados Unidos em P5 é representativo e é o maior entre todos os períodos sob revisão. Nesse cenário, não seria factível/viável a manipulação de preços em relação ao comportamento normal de mercado. A SDCOM já indicou que uma queda nos volumes exportados pode indicar que a margem de dumping não reflete adequadamente o comportamento das exportações.[8] Contrariamente, o aumento dos volumes exportados faz com que um comportamento oportunista seja desarrazoado. Isso reforça a evidência de que a margem de dumping calculada para a revisão deve ser utilizada como base em caso de eventual renovação dos direitos antidumping.

Além disso, vale ressaltar que tanto os preços CIF quanto os preços FOB das exportações dos Estados Unidos em P5 (US$ [RESTRITO]/t e US$ [RESTRITO]/t) são os mais baixos entre as principais origens exportadoras, a saber:[9] Colômbia (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]/t), Taipé Chinês/Taiwan (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]/t), China (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]/t), Egito (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]/t), Ucrânia (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]/t), Coreia do Sul (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]) e Bélgica (US$ [RESTRITO] e US$ [RESTRITO]).[10](...)

1073. Aduziu a precedente recente - filtros cerâmicos refratários (China) - em que se teria considerado que "preços de origem investigada similares aos preços de origem importante e não investigada evidenciam a ausência de comportamento oportunista por parte de produtores/exportadores" e que na presente revisão, a comparação entre os preços de exportação entre as diferentes origens reforçaria a "absoluta ausência de comportamento oportunista", não se teria como sustentar a hipótese de os produtores/exportadores dos Estados Unidos terem intencionalmente alterado preços de forma a obter qualquer resultado na revisão.

1074. No caso do México, indicou que a hipótese seria de probabilidade de retomada de dumping e que, dessa forma, a legislação estabeleceria a possibilidade de redução do direito aplicado e que essa redução poderia considerar a comparação entre o preço provável de exportação e o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no Brasil. Explicou que:

A ABIPLAST calculou os resultados dessa comparação a partir de extração da base de dados SIAVI para o código tarifário 3904.10.03 para o período de revisão, nos mesmos termos detalhados na Nota Técnica. A ABIPLAST também fez exercícios de internação com os mesmos parâmetros da Nota Técnica. Os resultados, porém, diferiram de forma relevante dos indicados na Nota Técnica. Por essa razão, o Anexo I apresenta a extração de dados e a memória de cálculo e requer a conferência da SDCOM, para fins de determinação final, dos dados refletidos na Nota Técnica. Esta manifestação considera os cálculos realizados pela ABIPLAST.

1075. Aduziu que a Nota Técnica de fatos essenciais teria indicado os cenários de preço provável de exportação para o México com base nas exportações para (1) Bélgica, (2) Mundo, (3) 10 maiores destinos (Bélgica, Reino Unido e Irlanda do Norte, Itália, Peru, China, Chile, Alemanha, Índia, Egito e Colômbia), (4) 5 maiores destinos (Bélgica, Reino Unido e Irlanda do Norte, Itália, Peru e China), (6) América do Sul. Entendeu que o cenário mais apropriado para a determinação do direito antidumping pela comparação entre "preço provável de exportação" e o preço de venda da indústria doméstica no Brasil seria o que se refere ao preço de exportação do México à América do Sul.

1076. Sobre a América do Sul, arguiu que incluiria o Brasil e seria uma região sob a influência dos acordos da ALADI, ao passo que "nenhum país individualmente considerado nos demais cenários de preço provável calculados na Nota Técnica, exceto pelos países da própria América do Sul", seriam parte da rede de acordos da ALADI. Além disso, os países da América do Sul relevantes para o cálculo dos preços de exportação do México constituiriam "uma região relativamente homogênea em relação ao Brasil, especialmente quando comparada aos demais cenários explorados na Nota Técnica". Argumentou ainda que "a distâncias e custos de frete e despesas de exportação do México à América do Sul" seriam similares às distâncias e despesas de exportação do México ao Brasil, especialmente quando comparadas aos países dos demais cenários. Por fim, afirmou que as exportações mexicanas ao Brasil, internadas, seriam competitivas se praticadas aos preços de exportação do México para a América do Sul, pois chegariam a preço CIF internado (R$/t [RESTRITO]) "ligeiramente inferior aos preços da indústria doméstica (R$/t [RESTRITO]). Dessa forma, "não seria necessário (nem razoável) esperar que os preços de exportação do México ao Brasil alcançassem os patamares (mais baixos) dos demais cenários de preço explorados na Nota Técnica.

1077. Em seguida, alegou que, com base nessas informações, "em um cenário de ausência de dano à indústria doméstica (como é o caso do P5), o preço de exportação mais próximo do praticado no Brasil entre os cenários explorados pela SDCOM é o preço para a América do Sul". Concluiu que para que "exportações mexicanas fossem competitivas no Brasil, seus preços poderiam se situar no patamar de preços para outros países da América do Sul e não necessitariam baixar aos níveis de preços dos outros cenários". Segundo a associação, nesse caso, a comparação entre o preço provável de exportação no cenário América do Sul e o preço da indústria doméstica, em P5, o direito antidumping para o México seria 1,4%.

10.1.2. Dos comentários acerca das manifestações das partes interessadas

1078. Em primeiro lugar, quanto à afirmação da Braskem de que "a forma mais correta de resolver a 'celeuma' acerca do valor normal seria, de fato, ter como parâmetro preços que são devidamente praticados por um produtor / exportador dos EUA", de fato, há que se concordar com o posicionamento da parte. No entanto, o cenário ideal apontado pela empresa não se verifica no presente caso, remanescendo, ainda assim, o dever de decidir, conforme determinado pelo art. 48 da Lei nº 9.784/1999, de acordo com as regras aplicáveis.

1079. Conforme já amplamente esmiuçado, o que a legislação Antidumping, seja multilateral, seja nacional, autoriza em casos de não cooperação de parte interessada em procedimento investigatório é o recurso aos fatos disponíveis (vide art. 6.8 e Anexo II do Acordo Antidumping, bem como art. 50, § 3º, c/c Capítulo XIV do Decreto nº 8.058, de 2013), os quais foram empregados neste caso, em especial para o cálculo da margem de dumping dos EUA.

1080. Já quanto ao cálculo do direito antidumping a ser prorrogado, há que se observar as prescrições do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, o qual se passa a transcrever, por pertinência à temática em tela:

Art. 107. A determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo aqueles elencados no art. 103.

§ 1º O direito a ser aplicado como resultado de uma revisão de final de período poderá ser determinado com base na margem de dumping calculada para o período de revisão, caso evidenciado que a referida margemreflita adequadamente o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão e o montante do direito não poderá exceder a margem de dumping calculada para o período de revisão.

§ 2º Se a margem de dumping calculada para o período de revisão não refletir o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão, o direito poderá ser prorrogado sem alteração.

§ 3º Na hipótese de não ter havido exportações do país ao qual se aplica a medida antidumping ou de ter havido apenas exportações em quantidades não representativas durante o período de revisão, a probabilidade de retomada do dumping será determinada com base na comparação entre o valor normal médio internalizado no mercado brasileiro e:

I - o preço médio de venda do produto similar doméstico no mercado brasileiro, apurados para o período de revisão; ou

II - o preço de exportação médio de outros fornecedores estrangeiros para o mercado brasileiro em transações feitas em quantidades representativas, apurados para o período de revisão.

§ 4º Em caso de determinação positiva na hipótese do § 3º , será recomendada a prorrogação do direito antidumping em montante igual ou inferior ao do direito em vigor. (grifo nosso)

1081. A Braskem defende, inicialmente, que, dada a ausência de cooperação dos produtores/exportadores estadunidenses, não seria possível aferir se a margem de dumping calculada no item 5.1.2.1.3 refletiria seu comportamento ao longo da totalidade do período de revisão, o que ensejaria a aplicação do supracitado § 2º. Sustenta sua tese em decisão consubstanciada na Resolução CAMEX nº 18/2016, que prorrogou o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de ímãs de ferrite (cerâmico) em formato de anel, originárias da China.

1082. Sobre esse ponto, deve-se registrar que, conforme pontuado pela empresa, a análise quanto à presença ou não dos requisitos traçados pelo § 2º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013, deve ser realizada "em cada caso concreto, à luz dos elementos de prova disponíveis à autoridade investigadora".

1083. Ademais, em que pese a decisão mencionada, precedentes mais recentes indicam não haver correlação necessária entre a ausência de repostas ao questionário do produtor/exportador e a conclusão de que a margem de dumping apurada não reflete seu comportamento ao longo da totalidade do período de revisão. Cite-se, a título exemplificativo, a decisão exarada por meio da Resolução GECEX nº 193/2021, que prorrogou o direto antidumping às importações brasileiras de tubos para coleta de sangue à vácuo, originárias da China, dos EUA e do Reino Unido. Na ocasião, procedeu-se à redução do direito imposto a empresas do Reino Unido, com base na margem de dumping calculada durante a revisão, em que pese a ausência de resposta ao questionário do produtor/exportador.

1084. No que tange ao comportamento dos preços praticados nas exportações dos EUA para o Brasil, de um lado, e daquela origem para o mundo, de outro, os dados extraídos do Trade Map mostram a seguinte tendência:

Preço Praticado nas Exportações Estadunidenes de PVC-S Conforme Destino (US$/t)

	Mundo	Brasil	Diferença
P1	819,36	794,36	-3,1%
P2	883,03	872,24	-1,2%
P3	867,17	1.228,99	41,7%
P4	825,76	877,94	6,3%
P5	940,77	1.059,49	12,6%

1085. A tabela acima revela grande variação na diferença entre os preços praticados nas exportações estadunidenses para o mundo e para o Brasil ao longo de todo o período de revisão. Com efeito, ao passo que em P1 e P2, a exportações para o mundo se realizavam a preços superiores aos praticados para o Brasil, essa situação se inverteu a partir de P3. Naquele período, inclusive, observou-se diferença de 41,7% entre os patamares de preço. Em P4 e P5, embora os preços para o Brasil continuem a ser superiores, houve reaproximação dos valores com diferenças, respectivamente, de 6,3% e 12,6%. Dito isso, não se pode concluir, a partir dos dados acima, por uma atipicidade do comportamento dos produtores/exportadores especificamente em P5, se comparado com a totalidade do período.

1086. Adicionalmente, note-se que de P1 a P5 a diferença de preços cresceu de -3,1% para 12,6%, ou seja, uma variação de 15,7 p.p., o que representa praticamente metade da variação utilizada como parâmetro pela Braskem, referente à revisão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de calçados originárias da China, encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 20/2016.

1087. No que tange ao comportamento dos volumes de exportação dos EUA para o Brasil, o que se verifica é um crescimento contínuo de P1 a P5, com exceção tão somente de P3. Assim, também não se vislumbra nessa tendência motivo suficiente para ensejar a aplicação do art. 107, 2º, do Decreto nº 8.058, de 2013.

1088. Por fim, quanto ao direito a ser prorrogado para os EUA, entende-se que a inclusão do PVC-S na LETEC ou mesmo o receio de aumento das exportações de PVC-S da origem para o Brasil não autorizam a prorrogação do direito em montante superior à margem de dumping apurada, nos termos do art. 107, § 1º, do Decreto nº 8.058, de 2013.

1089. No que diz respeito ao direito antidumping imposto às importações originárias do México, deve-se consignar que, em tendo sido essas operações inexistentes de P1 a P5, o art. 107, § 4º, do Decreto nº 8.058, de 2013, c/c art. 252 da Portaria SECEX 171/2022 apresentam duas possibilidades alternativas para o seu cálculo, a saber:

- comparação entre o preço provável de exportação e o valor normal; ou
- comparação entre preço provável de exportação e o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado brasileiro.

1090. Sendo o mercado brasileiro suprido majoritariamente pela indústria doméstica, a qual representou, de P1 a P5, no mínimo, [RESTRITO]% desse mercado, entende-se apropriada a adoção da segunda metodologia, conforme descrito no item 10.3.

1091. Discorda-se do posicionamento da Braskem, no entanto, quanto à alíquota do Imposto de Importação. Isso porque a redução promovida pela inclusão do PVC-S na LETEC possui caráter temporário, com previsão de término em 4 de agosto de 2023, conforme resolução GECEX nº 381/2022, ao passo que se recomenda a prorrogação do direito por mais cinco anos. Assim, reputa-se adequado, dado o caráter prospectivo do cálculo, se desconsiderar os efeitos da redução temporária via LETEC.

1092. Com relação ao requerimento da Abiplast de se realizar conferência, para fins de determinação final, dos dados extraídos da base de dados SIAVI para o código tarifário 3904.10.03, certifica-se a correção dos dados divulgados na Nota Técnica nº 34210/2022/ME, de 27 de julho de 2022. O que se verificou, na verdade, foram inconsistências nos dados catalogados pela ABIPLAST, com os quase fundamentou suas análises, e os dados que constam no site do SIAVI. De forma a ilustrar essas inconsistências, cita-se:

País	SIAVI	Anexo ABIPLAST
Peru	No mês de abril de 2020, consta o volume de 663 mil quilogramas de PVC-S exportados pelo México.	No mês de abril de 2020, consta o volume de 663 quilogramas de PVC-S exportados pelo México.
	No mês de junho de 2020, consta o volume de 331,5 mil quilogramas de PVC-S exportados pelo México.	No mês de junho 2020, consta o volume de 331,5 quilogramas de PVC-S exportados pelo México.
	No mês de novembro de 2020, consta o volume de 864 mil quilogramas de PVC-S exportados pelo México.	No mês de novembro de 2020, consta o volume de 864 quilogramas de PVC-S exportados pelo México.

1093. Conforme a tabela apresentada, considerados apenas 3 meses do ano de 2020 de exportações do México para o Peru, observou-se, quando somados, diferença equivalente a 1.856.641,5 kg entre o volume que consta no SIAVI e o volume informado pela ABIPLAST em seu Anexo I. Também foram observadas divergências, por exemplo, nos casos de exportações para China, Índia e Egito.

1094. Por último, quanto ao preço provável a ser considerado para o México, entende-se, ao contrário do que defende ABIPLAST, que aquele calculada com base nas exportações do país para o mundo revela-se mais apropriado, em virtude de sua maior representatividade.

10.2. Do cálculo do direito antidumping para os Estados Unidos da América

1095. Nos termos do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. Conforme previsto art. 107, § 1º, o direito a ser aplicado como resultado de uma revisão de final de período poderá ser determinado com base na margem de dumping calculada para o período de revisão, caso evidenciado que a referida margem reflita adequadamente o comportadomento dos produtores exportadores durante a totalidade do período de revisão e o montante do direito não poderá exceder a margem de dumping calculada para o período de revisão.

1096. Os cálculos desenvolvidos indicaram a existência de continuação de prática de dumping nas exportações dos Estados Unidos para o Brasil, conforme evidenciado nos itens 5.1.2.1.3, deste documento, e demonstrado a seguir:

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
1.099,56	1.013,29	86,27	8,5%

1097. Enfatiza-se mais uma vez que as empresas produtoras/exportadoras selecionadas optaram por voluntariamente não fornecer as suas informações de vendas no mercado interno estadunidense e como resultado desse comportamento não cooperativo, com fulcro no §3º do art. 50 e no parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, as empresas produtoras/exportadoras selecionadas se sujeitaram à apuração do valor normal e, por conseguinte, da margem de dumping, para fins de determinação final, com base na melhor informação e nos fatos disponíveis no processo.

1098. Nesses termos, apresenta-se na tabela abaixo o direito antidumping a ser aplicado aos produtores/exportadores estadunidenses.

Direito antidumping a ser aplicado

Preço de Exportação (CIF US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Diferença Relativa (%)
1.045,83	86,27	8,2%

1099. Ao se comparar a margem de dumping absoluta encontrada com o preço de exportação CIF dos Estados Unidos, apurou-se uma representatividade de 8,2% sobre esse preço, consistindo-se em referencial para o montante do direito a ser prorrogado para as importações de PVC-S originárias dos Estados Unidos.

10.3. Do cálculo do direito antidumping para o México

1100. Conforme previsto art. 107, § 4º, do Decreto nº 8.058, de 2013, e no art. 252 da Portaria SECEX nº 171, de 2022, em caso de determinação positiva da probabilidade de retomada do dumping sem ter havido exportações do país ao qual se aplica a medida antidumping ou de ter havido apenas exportações em quantidades não representativas durante o período de revisão, poder-se-á recomendar a prorrogação do direito em montante igual ou inferior ao do direito em vigor, sendo o novo montante, no caso de redução, calculado por meio da comparação entre (i) o preço provável de exportação e o valor normal ou (ii) da comparação entre o preço provável de exportação e o preço de venda do produto similar da indústria doméstica no mercado brasileiro.

1101. De acordo com o demonstrado no item 6, não houve exportações para o Brasil de PVC-S originário do México ao longo de todo período da revisão. Nesse sentido, a partir dos dados de apuração do preço provável das exportações de PVC-S do México ao Brasil detalhados no item 8.3.4, tomou-se como representativo, para fins de referência para o cálculo da prorrogação do direito em montante inferior ao do direito em vigor, o preço das exportações de PVC-S do país para o mundo, equivalente ao preço CIF de US$ [RESTRITO]/t, consoante cálculo demonstrado na tabela a seguir.

Preço Provável - México

[RESTRITO]

	Mundo
Preço FOB (US$/t)	926,92
Frete Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Seguro Internacional (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF (US$/t)	959,46
Imposto de Importação - 8,9% (US$/t)	[RESTRITO]
AFRMM (Não incide -ACE 53) (US$/)	[RESTRITO]
Despesas de Internação (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado (US$/t)	1.071,55

1102. Destaque-se que o mercado brasileiro é suprido majoritariamente pela indústria doméstica, a qual teve participação de, no mínimo, [RESTRITO] % de P1 a P4. Reputou-se como adequada, portanto, a adoção como paradigma para o cálculo do direito a ser prorrogado da comparação entre o preço provável do México, internado no mercado brasileiro, e o preço da indústria doméstica. Os cálculos realizados são demonstrados a seguir.

Comparação entre o preço provável internalizado e preço da indústria doméstica

[RESTRITO]

Preço Médio da ID no MI (a)	Preço Provável Exportação internalizado (US$/t) (b)	deDiferença Absoluta MEX(US$/t) (c) = (a) - (b)	Preço CIF (US$/t) (d)	Diferença Relativa ao Preço Provável CIF (%) (e) = (c) / (d)
1.202,03	1.071,55	130,48	959,46	13,6%

1103. Aplicando-se a metodologia prevista no art. 252, II Portaria SECEX nº 171, de 2022, e adotando-se o preço provável CIF de US$ 959,46/t, o qual, internalizado, corresponde ao preço provável CIF de US$ 1.071,55/t, apura-se uma diferença (subcotação) de US$ 130,48/t em relação ao preço da indústria doméstica de US$ 1.202,03/t. Ao se comparar a subcotação encontrada com o preço provável CIF de exportação do México, apurou-se uma representatividade de 13,6% sobre esse preço, consistindo-se em referencial para o montante do direito a ser prorrogado para as importações de PVC-S originárias do México.

11. RECOMENDAÇÃO

1104. Consoante análise precedente, ficou demonstrado que a extinção do direito antidumping levaria muito provavelmente à continuação da prática de dumping nas exportações de PVC-S dos EUA para o Brasil, à retomada da prática do dumping nas exportações de PVC-S do México para o Brasil, e à retomada do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

1105. Conforme previsto art. 107, § 1º, o direito a ser aplicado como resultado de uma revisão de final de período poderá ser determinado com base na margem de dumping calculada para o período de revisão, caso evidenciado que a referida margem reflita adequadamente o comportadomento dos produtores exportadores durante a totalidade do período de revisão e o montante do direito não poderá exceder a margem de dumping calculada para o período de revisão. Dado que, no caso dos Estados Unidos, as empresas produtoras/exportadoras optaram por voluntariamente não fornecer as suas informações de vendas no mercado interno estadunidense e se sujeitaram à apuração do valor normal e, por conseguinte, da margem de dumping, para fins de determinação final, com base na melhor informação e nos fatos disponíveis no processo, recomenda-se consoante o art. 107, § 1º do Decreto nº 8.058, de 2013, a prorrogação da medida antidumping na forma de alíquota ad valorem, no montante especificado na tabela abaixo, apurado conforme item 10.2.

1106. A seu turno, o caso da origem México acomoda-se ao que dispõe o §4º do art. 107 do Regulamento Brasileiro, que informa que no caso de determinação positiva para a retomada de dumping, na hipótese de não ter havido exportações do país ao qual se aplica a medida antidumping, ou de ter havido apenas exportações em quantidades não representativas durante o período de revisão, será recomendada a prorrogação do direito antidumping em montante igual ou inferior ao direito em vigor. Nesse sentido, com relação às importações de PVC-S do México recomenda-se, com base no §4º do art. 107, a prorrogação da medida antidumping na forma de alíquota ad valorem, no montante especificado na tabela abaixo, apurado conforme item 10.3.

Direito antidumping recomendado

Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping definitivo
Estados Unidos da América	Todos os produtores/exportadores	8,2%
México	Todos os produtores/exportadores	13,6%

1107. Por outro lado, conforme indicado no item 9.3, restaram determinadas dúvidas acerca da provável evolução futura das importações do México. Assim, nos termos do art. 109 do Regulamento Brasileiro, recomenda-se a prorrogação com imediata suspensão da aplicação do direito antidumping para o México.

ANEXO II

O processo de avaliação de interesse público sobre a possibilidade de aplicação de medida antidumping sobre as importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida pelo processo de suspensão (PVC-S), comumente classificados nos itens 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias dos Estados Unidos da América (EUA) e dos Estados Unidos Mexicanos (México), foi conduzido em conformidade com a Portaria Secex nº 13, de 29 de janeiro de 2020. Os documentos relativos ao procedimento administrativo foram acostados nos autos eletrônicos dos Processos SEI ME nº 19972.101801/2021-65 (público) e 19972.101802/2021-18 (confidencial).

1. RELATÓRIO

O presente documento apresenta as conclusões finais advindas do processo de avaliação de interesse público referente à possibilidade de suspensão das medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida pelo processo de suspensão (PVC-S), comumente classificados nos itens 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias dos Estados Unidos da América (EUA) e dos Estados Unidos Mexicanos (México).

Tal avaliação é feita no âmbito dos processos nº 19972.101801/2021-65 (público) e 19972.101802/2021-18 (confidencial), em curso no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI ME), instaurados em 28 de setembro de 2021, por meio da Circular SECEX nº 63, a qual também determinou o início da investigação de revisão de final de período, instituído pela Resolução CAMEX nº 89, de 27 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de setembro de 2016. Nos termos do art. 6º da Portaria SECEX nº 13/2020, a avaliação de interesse público é facultativa nos casos de revisão de final de período de dumping ou de subsídios, podendo ser iniciada por meio de Questionário de Interesse Público apresentado por parte interessada ou ex officio, a critério da SDCOM.

Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência a SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Questionários de interesse público

A Circular SECEX nº 63, publicada em 28 de setembro de 2021, iniciou a revisão de final de período da medida antidumping, prorrogada pela última vez pela Resolução CAMEX nº 89, de 27 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de setembro de 2016, aplicado às importações brasileiras de Resina de policloreto de vinila obtida pelo processo de suspensão (PVC-S), comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos EUA e do México. Conforme o item 16 da referida Circular, indicou-se que a avaliação de interesse público seria facultativa, a critério da SDCOM ou com base em Questionário de Interesse Público apresentado por partes interessadas, nos termos do art. 3, §2º da Portaria SECEX 13/2020.

Em 22 de outubro de 2021, a Unipar Indupa do Brasil S.A. (Unipar Indupa ou Unipar), protocolou petição para a extensão do prazo de apresentação do Questionário de Interesse Público (QIP), devido a alta demanda de informações detalhadas, requeridas para o adequado preenchimento da manifestação. A solicitação foi atendida por meio do Despacho SECEX/SDCOM/CGIP, no qual decidiu-se por prorrogar o prazo para a manifestação da Unipar para 03 de dezembro de 2021.

Da mesma forma, em 03 de novembro de 2021, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) e a Shintech Incorporated (Shintech), protocolaram petições para a extensão do prazo de apresentação do Questionário de Interesse Público (QIP) para a data de 03 de dezembro de 2021, devido a alta demanda de informações detalhadas requeridas para o adequado preenchimento da manifestação. A solicitação foi atendida por meio do Despacho SECEX/SDCOM/CGIP, no qual decidiu-se por prorrogar o prazo para a manifestação da ABIPLAST e da Shintech para 03 de dezembro de 2021.

Consente a isso, em 03 de dezembro de 2021, a ABIPLAST, a Shintech e a Unipar apresentaram suas respostas ao Questionário de Interesse Público. Os argumentos apresentados pelas partes estão descritos no presente documento, em convergência com o mérito desta avaliação de interesse público. Adicionalmente, são apresentados resumos dos referidos argumentos.

Por fim, em 10 de junho de 2022, a Braskem S.A. (Braskem) acostou aos autos suas respostas ao Questionário de Interesse Público, bem como Estudo Econômico elaborado pela LCA Consultores, dados que corroboraram a análise realizada pela consultoria em epígrafe e outros Pareceres. Além disso, a produtora juntou aos autos Estudo Econômico elaborado pela Tendências Consultoria acerca dos impactos econômicos em cenários de suspensão, alteração e continuidade da aplicação da medida antidumping sobre o produto sob análise.

1.2 Instrução processual

Em 29 de setembro 2021, a SDCOM enviou o ofício circular nº 3862/2021/ME convidando os membros do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX) a participarem da avaliação de interesse público, fornecendo informações relacionadas a sua esfera de atuação. As declarações dos referidos membros serão consideradas enquanto manifestação de partes interessadas.

Em 29 de outubro de 2021, apenas o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), protocolou sua resposta ao Questionário de Interesse Público, contribuindo para o abastecimento com informações para as análises de interesse público, em sua esfera de atuação.

Até o presente momento, não foram apresentadas as manifestações dos demais membros do GECEX.

Além das respostas ao Questionário de Interesse Público já mencionadas, foi trazida ao longo da fase probatória a manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 29 de outubro de 2021.

O CADE sugeriu que a SDCOM ponderasse pelo início de avaliação de interesse público para a presente revisão, a fim de reavaliar o cenário atual desse mercado e do impacto da vigência da medida para os agentes econômicos como um todo. Segundo o CADE:

a) As medidas antidumping tiveram sua vigência iniciada em 1992. A temporalidade da medida de defesa comercial em vigor é longa, quase 30 anos;

b) Mercado nacional não é rivalizado pelo mercado internacional devido à existência de barreiras tarifárias, medidas antidumping e diversas outras desvantagens e custos relacionados à importação do produto;

c) Não há probabilidade de entrada de novos concorrentes no mercado brasileiro;

d) Alta concentração no mercado interno. Segundo informação publicada pela Braskem, as importações atenderam 32% do mercado doméstico em 2020. Considerando que parte dessas importações são realizadas pelas próprias fabricantes nacionais (Braskem e Unipar), pode-se inferir que essas duas empresas juntas são responsáveis por mais de 70% da oferta de PVC-S no mercado nacional;

e) As importações do PVC-S têm como principais origens nos últimos cinco anos Colômbia e Argentina, países que possuem relação comercial direta com a Braskem e Unipar. Ademais, grande parte das importações da Colômbia é de caráter intragrupo (realizadas por empresas do grupo Orbia, antiga Mexichem), o que restringe a sua viabilidade para importadores independentes;

g) Os preços dos produtos importados da Colômbia e da Argentina são, em média, maiores do que os de outras origens;

h) Todas essas características permitem que a indústria doméstica (formada pela líder Braskem e pela Unipar) tenha alto poder de mercado, em relação ao PVC-S;

i) Há necessidade de se avaliar a viabilidade das demais origens como alternativas efetivas para abastecer o mercado doméstico, considerando a existência de medidas antidumping contra EUA, México e China e o comprometimento das importações da Argentina e Colômbia com as peticionárias (Braskem e Unipar) e com importações intragrupo do grupo Orbia;

j) Considerando as características do mercado de PVC-S e os possíveis efeitos concorrenciais negativos da aplicação de medidas antidumping, o CADE manifestou-se pela suspensão das medidas antidumping sobre importações de PVC-S originadas da China e Coreia do Sul nas Reuniões 173, 178 e 181 do GECEX.

Em 08 de abril de 2022, por meio da Circular SECEX nº 15, foram publicadas as conclusões preliminares acerca da aplicação de direito antidumping sobre as importações de PVC-S, originárias dos EUA e do México. Na referida publicação foram elencados os indícios que sinalizavam elementos suficientes para a abertura de avaliação de interesse público, bem como as lacunas identificadas no decorrer do processo avaliativo.

Em 16 de maio de 2022, a ABIPLAST acostou aos autos manifestação referente ao Estudo Econômico encomendado pela pleiteante, elaborado pela GPM Consultoria acerca dos supostos impactos ocasionados no mercado nacional, com a ocasional suspensão ou continuidade da aplicação de medida de defesa comercial sobre as importações de PVC-S.

Adiante, em 10 de junho de 2022, a ABIPLAST juntou aos autos nova manifestação acerca do Parecer Preliminar de Avaliação de Interesse Público, destacando elementos que, segundo a peticionária, apresentam indícios suficientes para a intervenção em razão de interesse público, em observância às conclusões preliminares ofertadas no referido parecer. Além disso, agregadamente, a Associação acostou aos autos dados que corroboram para os fatos evocados pela mesma, assim como, Parecer Econômico Suplementar, elaborado pela GPM Consultoria, a pedido da manifestante. Na mesma data a produtora doméstica Unipar, por sua vez, acostou aos autos manifestação em resposta ao Parecer de Avaliação Preliminar de Interesse Público, com apontamentos acerca das conclusões preliminares do referido parecer.

Por fim, em 16 de agosto de 2022, a Braskem acostou aos autos manifestação final, reiterando o exposto ao longo da fase probatória e respondendo eventuais questionamentos realizados pelas partes. Da mesma forma, a ABIPLAST, em sede de sua manifestação final, repisou os argumentos ora apresentados, bem como, destacou elementos do estudo econômico que, segundo a peticionária seriam apropriados e convincente à esta avaliação de interesse público. Além disso, a Associação apresentou resposta elaborada pela Consultoria GPM acerca dos questionamentos levantados pelas partes sobre as análises concebidas por esta.

1.3 Questionários de Interesse Público

Nos termos do artigo 6º, § 9º, da Portaria SECEX nº 13/2020, a SDCOM baseará suas conclusões finais nas informações trazidas aos autos pelas partes interessadas desde o início da revisão de final de período de medida antidumping até o fim da fase probatória. Ademais, nos termos do artigo 6º, § 4º, da Portaria, os Questionários de Interesse Público apresentados após os prazos previstos nos §§2º e 3º poderão ser considerados para fins de determinação final, desde que submetidos em até 60 (sessenta) dias da data de publicação das conclusões preliminares.

Dentro do prazo de apresentação de resposta ao Questionário de Interesse Público, estendido a pedido das partes interessadas até dia 03 de dezembro de 2021, submeteram tempestivamente suas respostas a ABIPLAST, a Shintech e a Unipar. Adicionalmente, a Braskem tempestivamente apresentou suas respostas ao Questionário de Interesse Público em 10 de junho de 2022.

1.3.1 Do Questionário de Interesse Público da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST)

A Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), entidade representante da indústria de plásticos brasileira, apresentou em seu Questionário de Interesse Público de 3 de dezembro de 2021, em resumo, os seguintes argumentos:

a) Durante o período de análise na revisão de direito antidumping, especialmente em T24 e T25, materializou-se uma verdadeira crise de abastecimento do produto objeto da análise, inclusive motivando a redução temporária do imposto de importação para aliviar a situação da cadeia;

b) As diferenças entre os preços praticados pela indústria doméstica nas vendas internas e nas exportações e o descolamento entre preços internos e custos da indústria, evidenciados na evolução desses preços conforme o Parecer SDCOM 39/2021 de abertura da revisão antidumping, revelam uma distorção profunda na estrutura da cadeia produtiva e indícios de comportamento não competitivo;

c) Tal distorção seria potencializada pela estrutura da oferta regional de PVC-S (continente americano), que, considerando a oferta não sujeita a direitos antidumping, conta com apenas três empresas, das quais duas possuem partes relacionadas como clientes principais;

d) Os direitos antidumping em questão se aplicam a um percentual significativo das exportações totais mundiais e a um percentual ainda mais significativo quando se considera que o comércio de PVC-S regionalizado é marcado pela presença de cadeias de valor bem estabelecidas e é responsável pela maior parte das exportações e importações do produto;

e) Os impactos econômicos dos direitos antidumping em questão são amplamente negativos do ponto de vista do emprego, que é chave para a desejada recuperação econômica do Brasil e da renda ao longo da cadeia produtiva, retirando recursos chaves da economia para o exclusivo benefício de duas produtoras. Foi apresentado estudo econômico dos impactos do direito antidumping, elaborado pela ABIPLAST, evidenciando o argumento exposto;

f) A maioria das empresas consumidoras de PVC-S não possui acesso a importações e a aplicação de direitos antidumping, ao impor uma limitação de oferta (via aumento de preços internados), dificulta ainda mais o fornecimento;

g) Ademais, parte das empresas consumidoras de PVC-S sequer consegue adquirir o produto diretamente da indústria doméstica e a limitação de acesso direto ao produto local, combinada com a restrição de oferta importada em razão do antidumping (via aumento de preços internados) agrava a situação dessas empresas, agravando o desequilíbrio à jusante;

h) A principal produtora brasileira, responsável por cerca de 70% da oferta da indústria doméstica, não especifica um teor de VCM residual compatível com diversas aplicações do PVC-S segundo regras sanitárias, ao contrário da principal produtora/exportadora estadunidense.

Com base nos argumentos supracitados, a ABIPLAST solicitou a realização de avaliação de interesse público na manutenção dos direitos antidumping em questão.

1.3.2 Do Questionário de Interesse Público da Shintech Incorparated

A Shintech Incorporated (Shintech), produtora/exportadora estadunidense de PVC-S, apresentou em sua resposta ao Questionário de Interesse Público de 03 de dezembro de 2021, em resumo, os seguintes argumentos:

a) O mercado brasileiro estaria com dificuldades de abastecimento pela indústria doméstica e pelas produtoras de PVC-S locais em razão de limitações e interrupções da produção;

b) O preço praticado pela Shintech não conseguiria ser competitivo considerando uma imposição tarifária (imposto de importação mais direito antidumping) equivalente a 30%.

1.3.3 Do Questionário de Interesse Público da Unipar Indupa S.A.

A Unipar Indupa S.A. (Unipar), representante da indústria doméstica de PVC-S, apresentou em seu Questionário de Interesse Público, de 03 de dezembro de 2021, em resumo, os seguintes argumentos:

a) Há capacidade instalada suficiente para atendimento ao mercado doméstico. A Unipar, inclusive, em face da crise econômica que se arrasta há anos no país e que se aprofunda com a calamidade pública instaurada pela pandemia da COVID-19, trabalha com ociosidade;

b) Há uma forte presença de importações do produto objeto de investigação por outras origens que não aquelas sujeitas à aplicação das medidas de defesa comercial. Considerando, inclusive, o aumento dessas importações em P5, tem-se uma tendência de entrada de novos fornecedores e competidores. Desse modo, realizando uma análise conjunta do potencial exportador dessas origens com a capacidade nacional instalada, pode-se afirmar que não há risco de desabastecimento;

c) A Unipar realiza exportações de PVC-S exclusivamente quando há baixa demanda no mercado interno;

d) Conforme já demonstrado em avaliações anteriores e será demonstrado nesta oportunidade, os preços praticados pela indústria doméstica não são sistemática ou consistentemente superiores aos praticados por outros países produtores. Nas análises a serem empreendidas, poderá se observar que PVC-S teve preço abaixo dos índices de inflação no período examinado (que inclui todo o período de vigência da medida antidumping em face das importações de EUA e México), estando muito próximo ao preço de custo produtivo;

e) A indústria do PVC-S é relevante para a cadeia a montante e a jusante e é responsável por empregos diretos e indiretos. Produtos utilizados na produção do PVC-S, como cloro e etileno teriam sua demanda bastante impactada caso fosse interrompida a produção nacional de PVC-S; e

f) O impacto do custo do PVC-S na cadeia a jusante não é significativo e não possui tendência de crescimento.

Assim, a Unipar concluiu que não haveria elementos de interesse público suficientes para suspender ou reduzir o direito antidumping hoje em vigor.

1.3.4 Do Questionário de Interesse Público da Braskem S.A.

A Braskem S.A., representante da indústria doméstica, apresentou em seu Questionário de Interesse Público, de 10 de junho de 2022, em resumo, os seguintes argumentos:

a) A Braskem produz cloro, monômero de vinila (MVC) e dicloroetano (EDC) - insumos para a produção de PVC-S, e, eventualmente, importa parte do EDC utilizado em sua linha de produção. A nafta é adquirida junto à Petrobras;

b) A produção integrada do produto se dá de forma sistêmica entre os maiores produtores mundiais de PVC-S;

c) A produtora alega não haver substituto pela ótica da oferta, uma vez que as condições para implementação de complexo fabril para produção de PVC-S, consiste em operação onerosa, que depende de grande aporte de capital e investimento em tecnologia;

d) A produtora aponta para a regionalização do mercado de PVC-S, com internacionalização quanto às dinâmicas da comercialização do produto sob análise, uma vez que esse nicho de comércio se caracteriza pela baixa quantidade de produtoras nacionais e pela alta concentração de mercado;

e) No que diz respeito às atividades comerciais realizadas pela Braskem e às supostas alegações de importações relacionadas entre a produtora nacional e exportadoras regionais do produto em epígrafe, a parte afirma não existirem importações sob o regime de contrato com as produtoras colombianas. De acordo com a produtora, as eventuais importações que realiza se dão de forma ocasional e no formato de compras spot;

f) A produtora nacional afirma que sua política de preços se dá de forma pareada à dinâmica internacional - dada a caracterização ora citada do mercado do produto sob análise, com eventuais equilíbrios frente aos custos de produção; e,

g) A produtora brasileira aponta para a priorização do abastecimento nacional do produto sob análise, em detrimento às exportações do produto. Esse movimento contrasta com as dinâmicas adotadas por outras grandes produtoras de PVC-S.

Dessa forma, a Braskem concluiu que não haveria elementos de interesse público suficientes para suspender ou reduzir o direito antidumping hoje em vigor.

1.4 Histórico de investigações de defesa comercial e interesse público

1.4.1. Da investigação original - EUA e México (1992/1992)

Em 03 de abril de 1992, a Associação Brasileira das Indústrias de Cloreto de Polivinila (Abivinila), protocolou, em nome das empresas brasileira produtoras de PVC-S, Solvay Indupa do Brasil S.A. e Braskem S.A. (à época denominada Trikem S.A.), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de Resina de policloreto de vinila obtida pelo processo de suspensão (PVC-S), comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, originárias dos Estados Unidos da América (EUA) e dos Estados Unidos Mexicanos (México), e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A referida investigação foi iniciada por meio da Circular Decex nº 103, de 03 de abril de 1992, publicada no DOU de 07 de abril de 1992, e foi encerrada por meio da Portaria MEFP nº 792, de 1992, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1992, com a aplicação de direitos antidumping definitivos. A tabela a seguir especifica os valores aplicados da medida.

Direito antidumping da Investigação Original

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping	Alíquota Ad Valorem (%)
EUA	Todos	Alíquota ad valorem	16%
México	Todos	Alíquota ad valorem	18%

1.4.2. Da primeira revisão de final de período - EUA e México (1997/1998)

Em 17 de julho de 1997, a Associação Brasileira das Indústrias de Cloreto de Polivinila (ABIVINILA), em nome das empresas brasileiras produtoras de PVC-S, Solvay Indupa do Brasil S.A. e Braskem S.A. protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

Dessa forma, por meio da Circular nº 45, de 11 de dezembro de 1997, foi iniciada a revisão de final de período em relação ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

Em 11 de dezembro de 1998 foi emitida a Portaria Interministerial MICT/MF nº 25/1998, a qual apresentou os fatos essenciais que se encontravam em análise e que formariam a base para que o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) estabelecesse a determinação final no âmbito de defesa comercial, determinando, assim, a manutenção dos direitos antidumping definitivos, com alíquotas ad valorem de 16% e 18%, aplicados, respectivamente, às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México, pelo período de 5 anos.

1.4.3. Da segunda revisão de final de período - EUA e México (2003/2004)

Em 22 de julho de 2003 a Braskem S.A protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

A Solvay Indupa, por sua vez, protocolou ofício em manifestação formal de apoio ao início da revisão.

Dessa forma, por meio do Parecer Decom nº 23, de 05 de dezembro de 2003, foi iniciada a revisão de final de período em relação ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

Em 06 de dezembro de 2004 foi emitido o Parecer Decom nº 28, no qual se constatou que a extinção dos referidos direitos antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping, porém não à retomada do dano dele decorrente, e propôs encerramento da revisão sem a prorrogação dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de PVC-S, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando originárias dos EUA e do México. A recomendação para não se renovar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S teve como base a ausência de subcotação.

Ante o exposto, a Braskem e a Solvay apresentaram ao Secretário de Comercio Exterior do MDIC, Recurso Administrativo, pela reconsideração frente à conclusão disposta no Parecer Decom. No referido recurso, as impetrantes alegaram equívocos quanto à metodologia adotada para desconsiderar a retomada de danos.

Diante das alegações das produtoras domésticas, a fim de se evitar maior erosão à situação da indústria doméstica, pelas possíveis exportações futuras de PVC-S, com origem dos EUA e do México, decidiu-se pela prorrogação da aplicação da medida antidumping sobre as exportações abaixo do preço de US$ 775,43/t, enquanto preço de exportação praticados pelas origens e apurados como referência para a investigação de final de período.

Posto isso, por meio da Resolução CAMEX nº 18, de 29 de junho de 2005, publicada no D.O.U de 1º de julho de 2005, ficou-se estabelecido direito antidumping específico, com a sua aplicação, quando em face à prática de preços em CIF internado abaixo do valor supracitado.

1.4.4. Da terceira revisão de final de período - EUA e México (2009/2010)

Em 11 de setembro de 2009, a Braskem protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e México.

Dessa forma, por meio da Parecer Decom nº 27, de 30 de novembro de 2009, foi iniciada a revisão de final de período em relação ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras PVC-S, quando originárias dos EUA e México.

Em 08 de dezembro de 2010 foi emitida a Resolução CAMEX nº 85, a qual apresentou os fatos que se encontravam em análise e que formariam a base para que o DECOM estabelecesse a determinação final no âmbito de defesa comercial, determinando, assim, a manutenção dos direitos antidumping definitivos, com alíquotas especificas às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México, pelo período de 5 anos. Estas alíquotas seriam aplicadas de acordo com os preços praticados nas exportações de forma proporcional, pelo que a referência para a aplicação ou não dos direitos antidumping deveria ser atualizada trimestralmente. Contudo, estas alíquotas não poderiam exceder a 16% e 18% do preço CIF das importações originárias dos EUA e do México, respectivamente.

Diante do disposto na Resolução supracitada, as peticionárias Braskem e Solvay apresentaram recurso administrativo solicitando a reconsideração do direito a ser aplicado com a revisão, pela manutenção do direito específico móvel para alíquota ad valorem de 16%. De acordo com as pleiteantes, as alterações propostas tornariam inócuo o direito antidumping prorrogado por meio da Resolução Camex nº 85, de 9 de dezembro de 2010, propondo a retomada do direito aplicado anteriormente.

Em 21 de setembro de 2011, por meio da Resolução Camex nº 66, o requerimento das pleiteantes foi atendido, aplicando a alíquota ad valorem fixa de 16%.

1.4.5. Da quarta revisão de final de período - EUA e México (2015/2016)

Em 29 de julho de 2014, a Braskem protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e México.

Dessa forma, por meio da Circular nº 75, de 30 de novembro de 2015, foi iniciada a revisão de final de período em relação ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras PVC-S, quando originárias dos EUA e México.

Em 27 de setembro de 2016 foi emitida a Resolução CAMEX nº 89, a qual apresentou os fatos essenciais que se encontravam em análise e que formariam a base para a determinação final no âmbito de defesa comercial, determinando, assim, a manutenção dos direitos antidumping definitivos, aplicados às importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México, sob a forma de alíquotas ad valorem de 16% e 18%, respectivamente, pelo período de 5 anos.

1.4.6. Da presente quinta revisão de final de período - EUA e México (2021/2022)

Por meio da Circular Secex nº 80, de 03 de dezembro, deu-se ciência sobre o fim do período de aplicação do direito antidumping às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da NCM, originárias dos EUA e do México, com encerramento para o dia 28 de setembro de 2021. Na ocasião, as partes interessadas foram convidadas a se manifestarem sobre a referida revisão.

Ante o exposto, a Braskem e a Unipar manifestaram-se, protocolando petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, originárias dos EUA e do México.

Em 27 de setembro de 2021, em vista do disposto no Parecer SDCOM nº 39, iniciou-se a revisão de medida antidumping, por meio da Circular SECEX nº 63, publicada no D.O.U de 28 de setembro de 2021.

Entre os dias 8 e 14 de abril e 25 e 29 de abril de 2022, foram realizadas visitas in loco, às instalações das produtora nacionais de PVC-S Unipar Indupa e Braskem, localizadas nas cidades de, respectivamente, Santo André (SP) e Salvador (BA), a fim de apurar as informações prestadas pela produtora nacional. À ocasião foram publicados os relatórios de verificação in loco contendo as informações coletadas pelas equipes técnicas da SDCOM.

Adiante, em 27 de julho de 2022, foi publicada a Nota Técnica SDCOM nº 34210/2022/ME contendo respostas às manifestações das partes quanto à revisão em curso acerca da medida antidumping e as análises quanto à possibilidade de continuidade do dano.

1.5 Do histórico de investigações de dumping sobre as importações de outras origens - China e Coreia do Sul

1.5.1. Da investigação original - China e Coreia do Sul (2007/2008)

Em 21 de setembro de 2007, por meio da Circular SECEX nº 53, de 20 de setembro de 2007, iniciou-se a investigação de dumping nas exportações para o Brasil de resina de policloreto de vinila obtida por processo de suspensão, produto doravante denominado PVC-S, comumente classificadas no subitem 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da China e da Coreia do Sul, resultando em dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Dessa forma, por meio da Resolução CAMEX nº 51, de 28 de agosto de 2008, publicada no D.O.U. de 29 de agosto de 2008, constatou-se a existência da prática de dumping nas exportações do referido produto com destinação ao Brasil e do dano à indústria doméstica decorrente da prática. Sendo assim, decidiu-se pela aplicação de direito antidumping na forma de alíquota ad valorem fixa, pelo período de 5 anos. A empresa Hanwha Chemical Corporation foi retirada do rol de empresas taxadas, em função da margem de dumping ter sido considerada de minimis.

1.5.2. Da primeira revisão - China e Coreia do Sul (2013/2014)

Em 27 de março de 2013, a Braskem protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias da China e da Coreia do Sul. Pelo que, por meio da Circular SECEX nº 48, de 28 de agosto de 2013, publicada no D.O.U. de 29 de agosto de 2013, foi iniciada a revisão.

Dessa forma, em 15 de agosto de 2014, foi publicada, no D.O.U., a Resolução CAMEX nº 68, de 14 de agosto de 2014, encerrando a revisão com a prorrogação da aplicação do direito antidumping, por um prazo de até 5 anos, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem.

1.5.3. Da segunda revisão - China e Coreia do Sul (2019/2021)

Em 15 de agosto de 2019, por meio da Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2019, publicada no DOU de 15 de agosto de 2019, iniciou-se a segunda revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC-S, quando originárias da China e da Coreia do Sul.

Por meio da Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2020, publicada no DOU de 14 de agosto de 2020, decidiu-se pela extinção do direito antidumping aplicado às importações de PVC-s provenientes da Coreia do Sul, uma vez que não ficou comprovada a probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica decorrente das exportações da referida origem.

Contudo, sobre importações de PVC-S originárias da China, concluiu-se que, muito provavelmente, a extinção do direito levaria à retomada da prática do dumping e, consequentemente, do dano à indústria doméstica, de modo que a revisão foi encerrada, por meio da Resolução GECEX nº 73, de 14 de agosto de 2020, publicada no DOU de 14 de agosto de 2020, e decidiu-se pela prorrogação do direito antidumping, na forma de alíquota ad valorem, no valor de 21,6%.

Ainda a respeito da aplicação de direito antidumping sobre as importações de PVC-S de origem chinesa, decidiu-se pela imediata suspensão da aplicação dessa medida após a sua prorrogação, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013, por meio da Resolução GECEX nº 73, de 2020, em razão das dúvidas acerca da evolução das importações dessa origem.

Posteriormente, em 27 de setembro de 2021, com a Resolução GECEX nº 255, de 24 de setembro de 2021, decidiu-se pela reaplicação do direito antidumping definitivo, que havia sido prorrogado por intermédio da referida Resolução GECEX nº 73/2020, por um prazo de até 5 (cinco) anos e imediatamente suspenso, às importações brasileiras de resinas de policloreto de vinila obtidas por processo de suspensão (PVC-S), originárias da China, em resposta ao pedido apresentado pela Unipar.

As tabelas abaixo resumem as aplicações listadas sobre o produto em análise ao longo do tempo.

1.6. Quadro consolidado das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público

Direito antidumping aplicado sobre a resina de PVC-S originaria dos EUA e do México

Investigação	Origem	Produtor / Exportador	Direito antidumping	Recomendação de IP
Original	EUA	Todos	Alíquota ad valorem: 16%	--
Original	México	Todos	Alíquota ad valorem: 18%	--
1ª Revisão	EUA	Todos	Alíquota ad valorem: 16%	--
1ª Revisão	México	Todos	Alíquota ad valorem: 18%	--
2ª Revisão	EUA	Todos	Direito antidumping específico móvel	--
2ª Revisão	México	Todos	Direito antidumping específico móvel	--
3ª Revisão	EUA	Todos	Direito antidumping específico móvel , posteriormente alterado para alíquota ad valorem fixa de 16%.	--
3ª Revisão	México	Todos	Direito antidumping específico móvel	--
4ª Revisão	EUA	Todos	Alíquota ad valorem: 16%	--
4ª Revisão	México	Todos	Alíquota ad valorem: 18%	--

Direito antidumping aplicado sobre a resina de PVC-S originaria da China e da Coréia do Sul

Investigação	Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping	Recomendação de IP (manutenção, alteração, suspensão ou extinção)
Original	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd. - Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd. - Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd., - LG Dagu Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
Original	China	Demais exportadores	21,6%	--
Original	Coreia do Sul	- LG Chemical Ltd.	2,7%	--
Original	Coreia do Sul	Demais, exceto Hanwha Chemical Corporation	18,9%	--
1ª Revisão	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd. - Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd. - Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd., - LG Dagu Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
1ª Revisão	China	Demais exportadores	21,6%	--
1ª Revisão	Coreia do Sul	- LG Chemical Ltd.	2,7%	--
1ª Revisão	Coreia do Sul	Demais, exceto Hanwha Chemical Corporation	18,9%	--
2ª Revisão	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd. - Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd. - Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd., - LG Dagu Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
2ª Revisão	China	Demais exportadores	21,6%	--
2ª Revisão	Coreia do Sul	Direito extinto	--	--

2. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Na avaliação final de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; 3) oferta nacional do produto sob análise; e 4) impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional.

Para fins de interesse público, buscou-se estender temporalmente a análise no intuito de comparar o cenário recente de oferta nacional e internacional vigente ao longo das investigações de defesa comercial com base nas informações disponíveis à SDCOM, conforme a tabela a seguir:

Referência Temporal da Avaliação de Interesse Público

Períodos (Defesa Comercial)	Períodos	Períodos (Interesse Público)	
P1	de 1992 a 1993	Original	T1
P2	de 1993 a 1994	Original	T2
P3	de 1994 a 1995	Original	T3
P4	de 1995 a 1996	Original	T4
P5	de 1996 a 1997	Original	T5
P1	de 1997 a 1998	1ª Revisão	T6
P2	outubro de 1999 a setembro de 2000	2ª Revisão	T7
P3	outubro de 2000 a setembro de 2001	2ª Revisão	T8
P4	outubro de 2001 a setembro de 2002	2ª Revisão	T9
P5	outubro de 2002 a setembro de 2003	2ª Revisão	T10
P1	outubro de 2004 a setembro de 2005	3ª Revisão	T11
P2	outubro de 2005 a setembro de 2006	3ª Revisão	T12
P3	outubro de 2006 a setembro de 2007	3ª Revisão	T13
P4	outubro de 2007 a setembro de 2008	3ª Revisão	T14
P5	outubro de 2008 a setembro de 2009	3ª Revisão	T15
P1	abril de 2010 a março de 2011	4ª Revisão	T16
P2	abril de 2011 a março de 2012	4ª Revisão	T17
P3	abril de 2012 a março de 2013	4ª Revisão	T18
P4	abril de 2013 a março de 2014	4ª Revisão	T19
P5	abril de 2014 a março de 2015	4ª Revisão	T20
P1	abril de 2016 a março de 2017	5ª Revisão	T21
P2	abril de 2017 a março de 2018	5ª Revisão	T22
P3	abril de 2018 a março de 2019	5ª Revisão	T23
P4	abril de 2019 a março de 2020	5ª Revisão	T24
P5	abril de 2020 a março de 2021	5ª Revisão	T25

Ressalte-se que foram levados em consideração neste documento os dados e informações da indústria doméstica e do mercado brasileiro desde a 2ª Revisão (de T7 a T25), tendo em vista a pronta disponibilidade dessas informações à SDCOM. Apesar dos esforços emanados, não foi possível obter informações nas bases de dados da SDCOM dos períodos anteriores. De todo modo, conforme as conclusões preliminares na presente avaliação, entende-se que as informações disponíveis para a série indicada já apresentam como suficientemente relevantes para fins de análise de interesse público em defesa comercial. Não obstante a isso, as partes interessadas no presente processo não trouxeram óbices à série listada.

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

2.1.1 Características do produto sob análise

Nos termos da revisão em defesa comercial, o produto sujeito ao direito antidumping é a resina de policloreto de vinila, não misturada com outras substâncias, obtida pelo processo de suspensão, com origem dos EUA e do México, classificada no subitem 3904.10.10 da NMC, doravante "PVC-S" ou "resina de "PVC-S". O produto sob análise possui ampla gama de aplicações na indústria de transformações.

A resina de policloreto de vinila é um homopolímero termoplástico sintético do grupo das poliolefinas halogenadas, de fórmula estrutural - (-CH2-CHCl)n, sendo obtido por meio da polimerização do monômero cloreto de vinila (MVC). Na indústria plástica, são identificadas duas técnicas de maior destaque, sendo estas a 1) polimerização em suspensão; e 2) a polimerização por emulsão. Além destas técnicas, existem outras duas técnicas de uso mais restrito na cadeia a jusante, citadas enquanto partes de processos alternativos do composto PVC-S, sendo estas a polimerização em massa e polimerização em microssuspensão.

O PVC-S, por sua vez, trata-se do produto (PVC) obtido por meio da técnica de suspensão (S). A presente avaliação de interesse público trata somente dos polímeros obtidos nos processos de suspensão, objeto do direito antidumping em revisão pela SDCOM. O produto em questão apresenta-se na forma de pó, constituído de partículas porosas, a fim de serem utilizadas em composto de PVC pelas indústrias de transformação, ao incorporarem ingredientes, tais como aditivos, pigmentos e cargas. Desta forma, confere-se ao polímero características exigidas em função do processo de transformação a que se destina - extrusão, extrusão-sopro, moldagem por injeção ou calandragem - ou seja, em função da sua aplicação final.

Além disso, as resinas de PVC-S são comercializadas com características básicas, nas quais serão definidos os subtipos do produto. A definição dos subtipos e, consequentemente, sua aplicação na indústria de transformação, se baseiam no peso molecular (valor k) da resina, que poderá variar entre 50 e 80 unidades, sendo que no caso da resina de PVC-S, o peso molecular é caracterizado pela medida de viscosidade do polímero quando obtida a solução diluída. Pelo que, a viscosidade e o valor K consistem em especificações comuns para as resinas de PVC-S.

Outro parâmetro determinante para a utilização da resina de PVC-S relaciona-se à sua densidade volumétrica em gramas por centímetros cúbicos (g/cm³). A densidade aparente da resina consiste na mesma de compostos em pó, pelo que a densidade consiste na relação da massa por unidade, quando não compactada. Isto é, a densidade aparente possui importância por demonstrar a quantidade de resina acomodada em determinado volume, assim como, os resultados auferidos - o produto obtido, quando processada. Por conseguinte, a resina de PVC-S possui densidade volumétrica entre 0,40 e 0,60.

De acordo com a Unipar Indupa - componente da indústria doméstica, em sua resposta ao QIP, são comercializados por essa produtora nacional os subtipos de PVC-S com os seguintes valores e densidades volumétricas: 1) S58/57,0±1,5; 2) S63/61,0±1,0; 3) S 65/65,0±1,5; 4) S66 e S71/66,0±1,5. Ainda segundo a Unipar, dada sua ampla aplicação, consistindo em matéria-prima para diversos setores da indústria de transformação, a resina de PVC-S caracteriza-se enquanto commodity, não possuindo "diferenças de qualidade ou desempenho para as mais diversas aplicações", podendo substituir qualquer outro produto de outra origem, apesar das diferenças do valor K e da sua densidade volumétrica.

A Braskem, em suas respostas ao Questionário de Interesse Público, também caracterizou o PVC-S como commodity. De acordo com a produtora nacional, o PVC-S possui ampla aplicabilidade, com destaque no setor de construção civil - na produção de tubos, conexões, chapas, pisos, componentes, isolamento de fios e cabos, entre outros, assim como, é utilizada na fabricação de produtos de uso doméstico, tais como filmes plásticos, produtos laminados sintéticos, embalagem, garrafas e brinquedos.

Ainda de acordo com a manifestante, o produto sob análise consiste em um dos termoplásticos mais consumidos do mundo, dada suas características de "alta resistência química; é atóxica e inerte; é resistente a ação de fungos, bactérias, insetos e roedores; é um bom isolante térmico, elétrico e acústico; é impermeável a gases e a líquidos; não propaga chamas; e tem longa vida útil". Além disso, a Braskem argumentou que , embora comercialize produto similar ao PVC-S em análise com valores K diferentes do produto sob análise, a eventual substituição do produto importado pelo produto doméstico não afetaria a utilização do PVC-S pela cadeia a jusante.

À ocasião da visita in loco, realizada entre 25 e 29 de abril do ano corrente, à planta produtiva da produtora nacional Braskem em Salvador/BA, esta afirmou que, segundo parâmetros estabelecidos pela própria empresa, são considerados subprodutos aqueles que não tenham se enquadrado em parâmetros de qualidade de granulometria, densidade, materiais voláteis e valor k. Estas variações ocorreriam em função de avarias, degradação do produto, inibição de reação entre outros fatores, gerando tais supostos subprodutos. Estes seriam considerados produtos similares pois, mesmo estando fora de especificações, ainda se enquadrariam na definição do produto similar de fabricação própria, podendo ser vendidos para aplicações específicas e menos exigentes tecnicamente, possuindo preço [CONFIDENCIAL]. Não foram apresentadas informações acerca dos subtipos comercializados pela Braskem.

Sendo assim, conclui-se que o produto sob análise é considerado como insumo, caracterizando a resina de PVC-S enquanto commodity, com aplicação relevante para diversos setores produtivos da indústria nacional, com consumidores finais dos produtos transformados, com destaque para os setores de construção civil e produtos hospitalares.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

Com base no processo conduzido em defesa comercial, com relação à cadeia produtiva da resina PVC-S, a ABIPLAST, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, afirmou que o PVC-S se enquadra como produto da indústria petroquímica, da 2ª geração da referida indústria. Segundo a ABIPLAST, em sua resposta ao QIP, a afirmação é corroborada pelo exposto em Ato realizado descrito pelo CADE.

A ABIPLAST argumentou, ainda, que a indústria petroquímica possuiria como principal atividade o emprego do petróleo cru e seus subtipos na obtenção de derivados, dividindo-se em três gerações sendo a 1ª geração obtidos com "a quebra ou craqueamento da nafta, do hidrocarboneto leve de refinaria ("HLR"), do etano e do propano (gás natural), transformando-os em produtos petroquímicos básicos, insumos para as demais gerações. Os principais produtos básicos são as olefinas", classe a qual pertence o etano - matéria-prima do PVC-S.

A 2ª geração, por sua vez, consiste no conjunto de "insumos petroquímicos originários da 1ª geração, obtendo os produtos intermediários ou finais. Os principais produtos de 2ª geração são policloreto de vinila ("PVC")", gerados com o processamento dos insumos básicos da 1ª geração. E por fim, a 3ª geração deriva de produtos de 2ª geração, transformados em bens para consumo final, como tubos e conexões - para a construção civil, embalagens, brinquedos, entre outros produtos.

A ABIPLAST informou, ainda, que o PVC-S possui duas rotas de produção, quais sejam a 1) rota eteno/etileno, que utiliza como matérias-primas para a obtenção do PVC-S a nafta e o gás etano - matérias-primas do eteno -; e 2) a rota acetileno, que utiliza como base o carvão, matéria-prima do acetileno. De acordo com a entidade, apesar da antiguidade da rota acetileno, a rota predominante na indústria de PVC global é a rota eteno, incluindo a indústria brasileira.

De acordo com a ABIPLAST, em sua resposta ao QIP, a rota eteno (ou rota etileno) consiste na obtenção do composto de PVC a partir da reação entre do cloro com o eteno ou etileno, formando o dicloroetano (DCE). Uma vez produzido o DCE, acontece o processo de craqueamento do DCE, resultando no monômero de cloreto de vinila (VCM ou MVC).

Ante o exposto, cabe ressaltar que a ABIPLAST, em sua resposta ao QIP, relatou acerca da produção de PVC pela Braskem ser caracterizada pela verticalização da cadeia a montante. Isto é, a referida produtora é reconhecida enquanto uma produtora de PVC integrada uma vez que fabrica, também, o sal e o cloro utilizados na produção de PVC-S - exceto diante da ocorrência descrita no item 2.3.2 - Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos.

A Braskem, em seu turno, confirmou, em suas respostas ao QIP, que seu processo produtivo é verticalizado, com a integração de etapas da cadeia produtiva. A produtora nacional afirmou realizar tanto a produção de cloro, como do monômero de vinila (MVC) e do dicloroetano (EDC). Entretanto, parte do EDC utilizado na produção de MVC seria importado e, consequentemente, de PVC-S, sendo essa prática historicamente comum por parte da produtora nacional. Já a nafta utilizada no processamento é adquirida junto à Petrobras.

Ainda de acordo com a produtora nacional, a verticalização da produção de PVC-S consiste em prática comum aos principais produtores globais de PVC-S, nos mesmos moldes de integração praticada pela Braskem no Brasil.

A ABIPLAST, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, afirmou que o VCM, conhecido também como cloroetano, consiste em um composto químico utilizado na produção do policloreto de vinila. Apesar de sua importância para a polimerização na obtenção da resina, o composto pode produzir resíduos com propriedades prejudiciais à saúde humana, dependendo de sua concentração. Pelo que, sua concentração na resina poderá interferir na destinação do PVC na indústria de transformação, sendo o limite tolerável para o residual de VCM inferior a 1 uma parte por milhão (PPM). A referida associação, em sede de sua manifestação quanto ao Parecer preliminar, apontou para a ausência de garantias por parte das produtoras nacionais quanto à concentração adequada de VCM no PVC-S comercializado por elas, o que limitaria a aplicabilidade do produto brasileiro.

Ainda de acordo com a ABIPLAST, as peticionárias de defesa comercial poderiam alegar a possibilidade de corrigir eventuais resquícios de concentração de VCM acima do adequado para o uso na fabricação de determinados bens durante o processo de transformação. Entretanto, esse processo acarretaria custos adicionais às transformadoras, em flagrante ônus à cadeia a jusante de PVC-S.

Além disso, para a utilização do PVC-S na indústria de transformação para a obtenção do produto para consumo final ou do insumo, a resina de PVC-S necessita ser convertida para o composto de PVC, plastificado ou não plastificado. Esse composto é formado com a adição de pigmentos e cargas que conferem as características necessárias para a sua utilização nas diversas ramificações da cadeia a jusante. A produção do composto se dá com notoriedade pelo processo de injeção, extrusão e calandragem ou laminação. Isto posto, existem na cadeia de transformação da resina, as empresas de transformação do PVC, as chamadas composteiras, ou ainda aquelas transformadoras que sejam capazes de realizar o processo de obtenção do composto de PVC para a utilização em seus processos produtivos.

Dessa maneira, na cadeia a montante do produto sob análise estão as empresas da indústria petroquímica, começando pela extratoras e refinarias de petróleo, como a Petrobras S.A. no caso do mercado doméstico. Em seguida, tem-se as refinarias de nafta, enquanto matéria-prima a ser adquirida pelas refinadoras nacionais de eteno - matéria-prima do PVC. A nafta pode ser encontrada nas refinarias supracitadas, ou ainda importada das produtoras de nafta, uma vez que atualmente se encontra sem imposto de importação. Destaca-se, contudo, o fato de a Braskem ser uma indústria química verticalizada, já que produz grande parte dos insumos utilizados para a obtenção do PVC.

Segundo a ABIPLAST, em sua resposta ao QIP, o PVC-S possui inúmeras aplicações, para diferentes finalidades, de forma que o produto impacta em diversos setores da economia e toda a cadeia produtiva brasileira. As indústrias consumidoras do PVC-S encontram-se tanto no setor de construção civil, hospitalar, construção de automóveis, bens de consumo para agricultura, indústria dos calçados, utensílios de cozinha, entre outros. Ainda de acordo com as informações apresentadas pela ABIPLAST, o setor de construção civil lidera o consumo de PVC-S, sendo responsável diretamente por mais de 80% do consumo nacional do produto sob análise.

Adicionalmente, a Braskem, em sua resposta ao QIP, convergiu nesse sentido, afirmando que o PVC-S é caracterizado enquanto insumo para inúmeros setores produtivos, destacando-se a construção civil como principal elo consumidor. A produtora elenca também outros setores, como embalagens, filmes plásticos, produtos laminados sintéticos, materiais de embalagem, esquadrias, garrafas e brinquedos, enquanto grandes consumidores de PVC-S. Em demonstração ao variado público consumidor do produto em epígrafe, a empresa apresentou, em sua resposta ao QIP, suposta lista não exaustiva de seus clientes, dos quais é possível depreender a gama de setores que consomem o produto sob análise.

A exemplo das aplicações do PVC-S, no setor da construção civil, o produto sob análise possui aplicabilidade para a produção de tubos e conexões, fios, pisos, vedantes e massas, laminados, tubos, entre outros produtos. Pelo que, pode-se considerar que o PVC-S possui notória relevância no abastecimento desses setores.

No setor de higiene e saúde, por sua vez, o PVC-S está presente na cadeia a montante de embalagens de medicamentos, cosméticos, acessórios de higienização, bolsas de sangue, tubos endotraqueais, bolsas de soro, entre outros itens.

Ante o exposto, constata-se que a cadeia a jusante do PVC-S consiste em um "setor disperso, fragmentado e heterogêneo", como trazido pela ABIPLAST e corroborado pela Braskem, em suas respectivas respostas ao Questionário de Interesse Público, com inúmeros produtos plásticos derivados dos compostos de PVC.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

Nesta seção, averíguam-se informações acerca da existência de produtos substitutos ao produto sob análise tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

Quanto à substitutibilidade do produto, a ABIPLAST, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público submetido, afirmou que o PVC-S consiste em produto indispensável à cadeia a jusante.

Segundo a ABIPLAST, o PVC-S possui aplicações especificas na indústria plástica, dadas as características da resina após sua transformação em composto e na fabricação de produtos de consumo final. De acordo com a argumentação da ABIPLAST, em referência ao exposto no Ato de Concentração Braskem-Solvay, as características do PVC-S fundamentam seu uso em processos específicos, de acordo com o produto desejado.

Pela ótica da oferta, a ABIPLAST afirma não existirem substitutos ao PVC-S, uma vez que, para a instalação de novas fabricantes desse produto no mercado, seriam demandados expressivos investimentos. Pela ótica da demanda, ainda de acordo com a ABIPLAST, a ausência de substitutibilidade perdura pela cadeia a jusante, uma vez que a resina de PVC-S é utilizada para aplicações especificas, ou seja, para a produção de produtos específicos.

A Unipar, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, informou que o PVC-S é um produto com características bastante específicas e que apresenta uma boa relação entre custo e benefício.

Adicionalmente, a Unipar argumentou que os consumidores de PVC-S podem substituir tal produto em suas aplicações tanto por outros produtos da indústria plástica como também por produtos de outros materiais como metal, concreto, látex e borracha, a depender da aplicação. Com efeito, os seguintes materiais poderiam substituir o PVC e suas respectivas aplicações, segundo a Unipar:

a) Tubos e conexões: tubos de concreto, metal, fibra, aço polipropileno ou polietileno;

b) Compostos: polipropileno ou polietileno;

c) Brinquedos: Látex e Borracha;

d) Filmes: BOPP;

e) Embalagens: Poliestireno expandido.

A Braskem argumentou pela inexistência de substitutos pela ótica da oferta, sendo que a instalação de novos complexos fabris para a produção de PVC-S demandaria grandes investimentos, uma vez que a instalação de unidades produtivas do produto sob análise exige grandes aportes de capital e investimento massivo em tecnologia necessária à produção. O cenário de dificuldades para a instalação de novas produtoras de PVC-S é agravado frente à lucratividade no ramo, pelo que, segundo a produtora, se dá de forma lenta - com retornos gradativos e morosos do investimento inicial, sendo a principal forma de ganhos através da economia de escala - característica do mercado de commodities, restringindo o setor no que diz respeito à entrada de novos produtores no mercado nacional de PVC-S.

Sob a ótica da demanda, a Braskem argumentou que, apesar dos eventuais subtipos de PVC-S, o uso do produto pela cadeia a jusante se dá de forma variada, a depender da finalidade a que se destina. Entretanto, ele é passível de substituição por produtos análogos quanto a funcionalidade. A Braskem reiterou o exposto pela Unipar em suas respostas ao Questionário de Interesse Público.

A produtora nacional Unipar, por sua vez, repisou, em sua manifestação, as supostas substitutibilidades apresentadas pela Unipar em sua resposta ao Questionário de Interesse Público.

Por fim, A ABIPLAST, em sua manifestação final, argumentou que, se tratando mercado de PVC-S enquanto relevantemente único em discussão reconhecida pelo CADE, este trata-se de produto que não é passível de substituição. Ainda em oposição ao apresentado pela Unipar e reiterado pela Braskem, a entidade apontou para a inviabilidade logística para a substituição do PVC-S pela cadeia a jusante, uma vez que se trata de produto com características físicas especificas. Isto é, eventuais substituições do PVC-S pelos supostos insumos substitutos apontados pelas produtoras nacionais não demonstrariam razoabilidade no que diz respeito a adaptabilidade da produção.

Nesse sentido, do ponto de vista de substitutibilidade pela ótica da oferta, as partes foram unânimes em indicar que é improvável o aparecimento de novos produtores no mercado doméstico, tendo em vista os custos elevados de entrada.

No que diz respeito à substitutibilidade sob a ótica da demanda, verifica-se, por um lado, que o PVC-S é um produto com características únicas e boa relação custo-benefício, que o tornam um insumo de utilização mais eficiente em uma gama de produtos finais. De outro lado, os representantes da indústria doméstica e consumidores a jusante divergem sobre a possibilidade de utilização de produtos substitutos em algumas aplicações específicas do PVC-S, sem que fossem apresentados elementos que permitam uma conclusão inequívoca com relação ao tema. Dessa forma, para fins das conclusões finais da presente avaliação de interesse público, conclui-se que não foram trazidos argumentos definitivos acerca da substitutibilidade do produto em tela sob a ótica da demanda.

2.1.4 Concentração de mercado do produto sob análise

Nesta seção, busca-se analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar em que medida a aplicação de uma medida de defesa comercial pode prejudicar a concorrência, reduzir a rivalidade e influenciar eventual poder de mercado da indústria doméstica.

Conforme manifestação do CADE em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, as análises efetuadas pela autoridade de defesa da concorrência convergem para alta concentração no mercado brasileiro de resina de PVC-S. Em sua análise, o CADE utilizou-se do Teste do Monopolista Hipotético (TMH), chegando à conclusão na qual "O TMH demonstrou que haveria uma alta probabilidade de que um aumento não transitório de preços de 5% a 10% seja lucrativo para um monopolista hipotético do mercado nacional de PVC-S."

Ainda na análise apresentada pelo CADE, "este resultado indica que a produção nacional de PVC-S não seria rivalizada por outros produtos e/ou pela produção de outras regiões geográficas. Isto é, de acordo com a definição de mercado relevante geográfico", convergindo com a argumentação das partes acerca da relevância regional e nacional do mercado deste produto.

Ademais, o CADE ressaltou não ter observado mudanças relevantes no mercado brasileiro de PVC-S, não havendo ingresso de novos produtores ou outras alterações na oferta do referido produto. Segundo o CADE, o mercado brasileiro de PVC-S se manteve concentrado nas atividades do duopólio da indústria nacional.

Com relação à concentração de mercado do produto, a ABIPLAST, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, afirmou não existirem indícios suficientes para a definição do mercado de PVC-S enquanto mercado mundial. A referida associação fez referência às autoridades de outros países e seu respectivo entendimento, como no caso da Federal Trade Commission (FTC) em seu parecer acerca do comércio internacional de PVC-S, pelo que segundo a ABIPLAST, essas entidades também emitiram parecer acerca da característica regional do mercado de PVC-S, frente às barreiras naturais à importação de PVC-S, tais como "impostos, custos de transporte, imprevisibilidade da entrega a partir do exterior, atrasos na aduana, despesas com armazenagem e dificuldade de substituição rápida de um produto de qualidade inferior.". Ante o exposto, compreende-se o mercado internacional de PVC-S e seus produtores enquanto alternativas de baixa ou nenhuma viabilidade, frente as necessidades emergentes ou urgentes da indústria usuária do produto sob análise, com exceção às produções regionais, que encontram facilidade dada a proximidade geográfica.

A ABIPLAST argumentou, assim, pela concentração do mercado tanto nacionalmente, por parte das duas únicas empresas que compõem a indústria nacional do produto sob análise, assim como pela concentração das importações em nível regional. Assim, a cadeia de comercio internacional de PVC-S não constituiria ameaça suficiente à indústria doméstica, uma vez que esta possuiria forte apelo aos contratos comerciais firmados entre a Braskem, líder do duopólio brasileiro, e a produtora colombiana (Colômbia) Mexichem. Além disso, pode-se ressaltar a Indupa, sediada na Argentina, pertencente ao mesmo grupo - Solvay Indupa, da segunda produtora nacional, a Unipar Indupa.

Outro exemplo trazido pela ABIPLAST em seu Questionário de Interesse Público, para colaborar com a percepção da regionalização das importações de PVC-S, seria a atividade exportadora de países do bloco europeu, uma vez que as exportações dos produtores de PVC-S de países da União Europeia se concentrariam nas operações comerciais intrabloco. Isto é, as exportações europeias de PVC-S concentram seus destinos no próprio continente, colaborando para a percepção do mercado altamente regionalizado do PVC-S.

A Unipar, por sua vez, argumentou em sua resposta ao Questionário de Interesse Público que a indústria doméstica estaria enfrentando forte concorrência das importações, as quais atenderiam uma parcela crescente do mercado. Segundo a Unipar, as produtoras nacionais teriam perdido participação de mercado em determinados períodos, com crescimento da participação das importações dos EUA no mercado nacional, agravando a perda de competitividade da indústria nacional frente aos preços praticados pelas indústrias gravadas.

Segundo a Unipar, nos últimos anos o mercado brasileiro de PVC-S seria de, aproximadamente, [CONFIDENCIAL] toneladas por ano. Assim, a fabricante nacional concluiu que, em T25, as importações brasileiras totais de PVC-S atenderam a mais de [CONFIDENCIAL] % da demanda interna.

A Unipar argumentou, ainda, que a aquisição da Solvay Indupa por ela teria sido considerada uma operação pró-competitiva - nos termos avaliados pelo CADE -, pois teria o condão de manter a rivalidade no mercado interno. Adicionalmente, a Unipar informou desconhecer qualquer imposição de barreira artificial à entrada de novos produtores de PVC-S no Brasil.

Cumpre informar, ainda, que a elevada concentração de mercado motivou a reprovação pelo CADE da aquisição da Solvay pela Braskem, no âmbito do Ato de Concentração 08700.000436/2014-27, conforme relato apresentado e anexado pela ABIPLAST em sua resposta ao Questionário de Interesse Público. O Conselheiro Relator entendeu na ocasião que a sobreposição de atuação no mercado de PVC das duas empresas era um dos principais fatores para análise do caso. As produtoras deteriam elevado poder no mercado de PVC-S brasileiro, reforçado pela existência de barreiras tarifárias e não tarifárias à importação, o que resultaria em possíveis manipulações do preço do PVC-S ao consumidor brasileiro, com valores superiores aos cobrados nos EUA, na Europa e na Ásia. O plenário do CADE, por unanimidade, seguiu o voto do Conselheiro Relator rejeitando a referida aquisição, que não apresentaria elementos compensatórios aos potenciais impactos concorrenciais identificados.

De acordo com a Braskem, em suas respostas ao Questionário de Interesse Público, esse movimento se dá de forma sistemática entre os principais produtores de PVC-S, sendo notados altos índices de concentração de mercado nas principais nações e regiões produtoras do produto em destaque. De acordo com a produtora, conforme estudo elaborado pela Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (ABICLOR), à exceção da China, todas as nações ou regiões produtoras de PVC-S apresentam mercados concentrados de acordo com o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) apurado pelo estudo, sendo o mercado estadunidense considerado moderadamente concentrado (2.548) e o mercado de PVC-S do México altamente concentrado (10.000). Em sua argumentação, a empresa alega que o movimento de concentração se dá de forma natural, ao tratar-se da indústria petroquímica, a qual o PVC-S faz parte, pelas características acima descritas. Além disso, segundo a produtora nacional, a China, que apresenta suposto mercado altamente concorrencial de acordo com o estudo, caminha para o aumento de seu pode mercado, nacional e internacionalmente, uma vez que se observa o crescimento exponencial dos investimentos na integração das linhas produtivas chinesas de PVC-S

Neste sentido, a Braskem argumentou que a alta concentração do mercado de PVC-S brasileiro, averiguada em sede da avaliação preliminar de interesse público, não configura elemento de prática concorrencial abusiva, consistindo em dinâmica específica do setor petroquímico. De acordo com a produtora nacional, em se tratando de mercado de commodities, mercados nacionais de produtos como o PVC-S são compostos por poucas empresas, sendo a concorrência notada através da produção em escala, além da internacionalização do mercado de PVC-S.

A ABIPLAST, em sua manifestação ao parecer preliminar de avaliação de interesse público, argumentou que o cenário de concentração ora apresentado, repartido entre as vendas da indústria doméstica e as importações não refletiria a realidade do mercado brasileiro de PVC-S, uma vez que, segundo a Associação, parte das importações brasileiras de PVC-S foram realizadas pelas produtoras domésticas - em especial aquelas provenientes da Argentina e da Colômbia. De acordo com a peticionária, não considerar as importações entre partes relacionadas no computo geral para estabelecimento dos níveis de concentração de mercado terminaria por distorcer a realidade em torno do poder de mercado exercido pela indústria nacional e refletido pelo índice de concentração, que ser apresentaria aquém da realidade do mercado brasileiro de PVC-S.

Diante disso, a ABIPLAST frisa o recente movimento de desconcentração de mercado assistido, dada a significativa queda da participação da indústria nacional no comércio de PVC-S. A peticionária argumenta que o processo de desconcentração ao longo do período em análise reflete cenário de crescimento das importações de PVC-S realizadas pelas produtoras domésticas para revenda. Dessa forma, através da compra do produto de produtoras regionais, foi possível mascarar a verdadeira dinâmica do mercado, levando a camuflagem a concentração que ainda é detida pelas produtoras nacionais.

Além disso, a Associação complementa sua argumentação apresentando elementos que corroborariam para os fatos ora ressaltados. A Associação acostou aos autos, associadamente à sua manifestação, anexo no qual constam imagens provenientes do sítio eletrônico da Unipar que indicam a planta fabril da Unipar Argentina - única produtora de PVC-S na Argentina, como parte do complexo produtivo do Grupo Unipar. Nesse sentido, as importações provenientes da Argentina refletiriam evidente relacionamento intragrupo, não representando, assim, alternativa viável para obtenção do produto sob análise.

No caso das importações originarias da Colômbia, a ABIPLAST aponta para o relacionamento entre a (Colômbia) Mexichem - subsidiaria colombiana da produtora mexicana Mexichem (México), e a Amanco, empresa do setor da construção civil que

também compõe o grupo controlador da produtora colombiana de PVC-S, Grupo Orbia. Dessa forma, de acordo com a Associação, o fluxo de importações provenientes da Colômbia terminaria por refletir o relacionamento intragrupo. Além disso, a mesma levanta, em sua manifestação, a possibilidade de eventuais compras sob regime contratual firmado entre a (Colômbia) Mexichem e a Braskem, como evidência de possível prática de revenda por parte da Braskem.

Ainda de acordo com a manifestação impetrada pela ABIPLAST, esta argumenta acerca da significativa parcela das importações detida pela Argentina e pela Colômbia, variando entre 50 e 70 pontos percentuais em percentual agregado das duas origens. De acordo com a parte, esse nível de concentração de mercado por parte das produtoras argentinas e colombianas refletiriam um cenário disforme do mercado nacional de PVC-S, resultando em uma maior concentração do que aquela apurada à ocasião da avaliação preliminar de interesse público.

A Unipar, em sua manifestação, argumentou acerca das quedas de concentração do mercado brasileiro de PVC-S pela indústria doméstica. A produtora alegou que a concentração de mercado consiste em suposta característica inerente ao mercado de petroquímicos, que requer em sua implantação investimentos vultuosos e longos períodos de amortização do investimento. Essa característica do mercado resulta em poucos participantes e em alta participação. A parte destaca, contudo, a redução da participação por parte da indústria doméstica ao longo do tempo.

Por fim, a ABIPLAST, à ocasião de sua manifestação final, repisou a alegação acerca do fato que parcela significativa das importações brasileiras de PVC-S se dão mediante importações entre partes relacionadas. De acordo com a Associação, no caso colombiano, parcela majoritária das importações provenientes da Colômbia são destinadas à um consumidor específico, [CONFIDENCIAL], que se relaciona diretamente com a produtora de PVC-S colombiana - (Colômbia), Mexichem, dado o fato que ambas pertencem ao grupo mexicano Mexichem (México). E, segundo a peticionaria, a parcela restante das importações originarias da Colômbia são realizadas pela própria indústria doméstica para fins de revenda.

De acordo com a ABIPLAST, em sua manifestação final, as importações originárias da Argentina consistiriam em operações relacionadas intragrupo, razão pela qual a Unipar Indupa importa da Unipar Argentina PVC-S com subtipos produzidos apenas pela planta fabril argentina, a fim de complementar a gama de produtos ofertados pela Unipar Indupa no Brasil.

A respeito das manifestações da ABIPLAST sobre relacionamento entre empresas, destaca-se que o pertencimento a um mesmo grupo econômico será considerado para apuração do HHI para fins de determinação final. Por outro lado, entende-se que o relacionamento já conhecido entre a empresa Mexichem (Colômbia) e o consumidor [CONFIDENCIAL] não anula o papel desse produtor/exportador de fornecimento do produto no mercado brasileiro, que comercializa também para outros consumidores independentes. Já no que diz respeito ao suposto relacionamento entre as empresas Mexichem (Colômbia) e Braskem, não foram apresentados elementos nos autos que indiquem algum vínculo entre as empresas distinto de um puro contrato comercial. Com relação à definição do mercado de PVC-S como mundial, regional ou nacional, esclarece-se que as avaliações de interesse público não têm como objeto a delimitação de mercado relevante. Neste item do parecer, busca-se tão somente a utilização do índice HHI como ferramenta de análise da concentração de mercado do produto de interesse, considerando todos os fornecedores para o mercado brasileiro.

Após relatadas as manifestações das partes interessadas acima, conforme o Parecer SDCOM nº 39/2021, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de PVC-S da Braskem e da Unipar, as quais representaram 100% da produção nacional do produto similar doméstico de abril de 2020 a março de 2021.

Passa-se ao cálculo do Índice Herfindahl-Hirschman (HHI), utilizado para avaliar o grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado das participações de mercado (market shares) de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500 pontos.

Para fins de determinação final de interesse público, o HHI foi calculado de forma mais desagregada, sendo consideradas as participações dos grupos produtores/exportadores no mercado brasileiro, ou seja, as importações de PVC-S, independente de país de origem. As vendas no mercado brasileiro foram agrupadas, nesse contexto, levando em conta a presença de multinacionais/grupos econômicos em diferentes países produtores/exportadores, inclusive no caso do Brasil, em que a indústria doméstica Unipar possui partes relacionadas em outros países que apresentaram exportações para o Brasil no período de análise. Tal conduta visa atender a prática corrente das avaliações de interesse público e os argumentos apresentados pela ABIPLAST sobre relacionamento entre produtores.

Para fins de apresentação das informações sobre a concentração de mercado, foram estabelecidos os grupos principais, com base na maior participação média desses grupos no mercado brasileiro de T21 a T25, período da revisão de final de período em curso, quando se destacam: [CONFIDENCIAL].

Ressalte-se que o produtor doméstico Unipar comprou a empresa Solvay Indupa em 2016, adquirindo seu negócio de produção de PVC-S, sendo por isso tratados como o mesmo grupo econômico ao longo de toda a série analisada. Pelo mesmo motivo as exportações para o Brasil da empresa Petco (Colômbia) foram consideradas na série analisada como vendas correspondentes ao grupo/exportador Mexichem, que adquiriu aquela empresa em 2007. Os dados de participação e índices de concentração e a evolução do HHI por período estão descritos a seguir. Destaca-se, ainda, que a tabela visa tão somente resumir as participações de mercado dos principais agentes do mercado, conforme sinalizado no parágrafo anterior, e apresentar o resultado do índice de concentração de mercado. O cálculo efetivo do HHI foi realizado em tabela distinta, na qual constam todos os grupos econômicos que comercializaram o produto em análise para o mercado brasileiro de T7 a T25, período para o qual temos os dados completos dos processos disponíveis.

Participação (%) no mercado brasileiro de PVC-S e índice HHI de T7 a T25
[CONFIDENCIAL]

Período	Braskem (Brasil)	Unipar (Brasil e Argentina)	[CONF] (Colombia)	[CONF] (Taipé Chinês)	[CONF] (EUA)	[CONF] (Taipé Chinês)
T7	[60-70[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T8	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T9	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T10	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T11	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T12	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T13	[50-60[	[30-40[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T14	[40-50[	[20-30[	[0-10[	[0-10[	[10-20[	[0-10[
T15	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T16	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T17	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T18	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T19	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T20	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T21	[50-60[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T22	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T23	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T24	[40-50[	[20-30[	[20-30[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
T25	[40-50[	[20-30[	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[

Participação (%) no mercado brasileiro de PVC-S e índice HHI de T7 a T25
[CONFIDENCIAL]

Período	Demais	HHI
T7	[0-10[	4.599
T8	[0-10[	4.341
T9	[0-10[	4.153
T10	[0-10[	4.751
T11	[0-10[	4.575
T12	[0-10[	4.768
T13	[0-10[	4.541
T14	[0-10[	3.132
T15	[0-10[	3.335
T16	[0-10[	3.070
T17	[0-10[	2.653
T18	[0-10[	3.337
T19	[0-10[	3.019
T20	[0-10[	3.379
T21	[0-10[	3.463
T22	[0-10[	3.334
T23	[0-10[	3.450
T24	[0-10[	2.968
T25	[10-20[	2.556

Observou-se, assim, que o mercado é altamente concentrado ao longo de todo o período de investigação, mantendo níveis sempre superiores a 2.500 mil pontos. O mercado é especialmente dominado pelos produtores domésticos Braskem e Unipar, este incluindo sua parte relacionada na Argentina, que mantém participações somadas entre [CONFIDENCIAL] [60-70[% (em T25) e [CONFIDENCIAL] [90-100] % (em T10 e T12), percentuais mínimo e máximo respectivamente. Já a empresa [CONFIDENCIAL], com atuação no México e na Colômbia, se consolida como fornecedor relevante especialmente a partir de T15, assumindo o papel de terceiro grupo econômico com mais vendas no mercado brasileiro até o final da série.

Em análise comparativa dos extremos da série, observa-se queda no nível de concentração entre T7 e T25, com redução total no HHI de 2.043 pontos. Tal variação se efetiva principalmente pelas reduções observados nos intervalos entre T12 e T14, de 1.636 pontos, e de T23 a T25, de 894 pontos. Ressalta-se que, no último período da série (T25), o HHI de 2.556 se aproxima bastante do nível de concentração moderada, que tem limite superior de 2.500 pontos.

Conforme já relatado, a participação dos dois principais produtores (Braskem e Unipar) alcança seu menor nível em T25 [CONFIDENCIAL] [60-70[%, com aumento significativo na participação de produtores/exportadores de outros países, em especial de Taipé Chinês e EUA. No período da atual revisão (T21 a T25), a participação média desses dois produtores é [CONFIDENCIAL] p.p. inferior à média observada ao longo da segunda revisão (T7 a T10).

Deve-se destacar também que a concentração de mercado é influenciada pela aplicação de direito antidumping sobre as exportações de PVC-S originárias da China e da Coreia do Sul a partir de T14, que passaram a ser irrisórias a partir de então. No entanto, em T25 o direito para a Coreia do Sul já se encontrava extinto e o direito antidumping para a China suspenso, o que influenciou em relativa desconcentração de mercado. A soma da participação de produtores chineses e sul-coreanos no mercado brasileiro passou para [CONFIDENCIAL] [0-10[% nesse último período. Ressalva-se, contudo, que o direito antidumping para a China foi reaplicado em setembro de 2021, podendo provocar a redução das exportações de PVC-S originárias do país.

Ante o exposto, constata-se que a aplicação dos direitos antidumping em relação às origens analisadas ou a outras origens (China e Coreia do Sul) não foi suficiente para afastar a entrada de novos competidores no mercado brasileiro de PVC-S, que apresenta tendência de desconcentração entre o início e o final da série analisada. Os produtores/exportadores dos EUA permanecem como fornecedores relevantes e empresas de outras origens, em especial Colômbia e Taipé Chinês, aumentam sua inserção no mercado doméstico brasileiro. Por outro lado, a reaplicação dos direitos antidumping sobre as exportações chinesas após T25 pode contribuir com o aumento futuro dos níveis de concentração, ainda que de forma pouco expressiva.

Assim, conclui-se que o mercado brasileiro de PVC-S é altamente concentrado ao longo de todo o período analisado, com HHI superior a 2.500 pontos. De T7 a T25 o mercado reduziu significativamente seus níveis de concentração, saindo de 4.599 para 2.556 pontos no HHI - queda total de 2.043 pontos -, e esteve próximo ao limite superior do nível de concentração moderada. Tal redução foi influenciada principalmente pela perda de participação de mercado de Braskem e Unipar e consequente crescimento de produtores de origens estrangeiras.

2.2 Oferta internacional do produto sob análise

A análise da oferta internacional busca verificar a disponibilidade de produtos similares ao produto objeto da medida de defesa comercial. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores do produto igual ou substituto em outras origens para as quais a medida antidumping não foi aplicada. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação dessas origens, como barreiras técnicas.

Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Contudo, dependendo das características de mercado e do produto, é possível que existam desvios de comércio com a aplicação de medidas de defesa comercial e que outras origens passem a ganhar relevância nas importações do produto pelo Brasil.

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

2.2.1.1. Produção mundial do produto sob análise

Quanto à produção mundial de PVC-S, a Shintech apresentou dados históricos e prospectivos sobre o balanço de oferta e demanda global, produção e taxa de utilização de capacidade instalada, extraídos da publicação Chemical Supply& Demand, da IHS Markit:

Produção, demanda, capacidade instalada e taxa de utilização da capacidade global de produção de PVC-S - em milhares de ton e %

[CONFIDENCIAL]

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Produção	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Demanda	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Capacidade nominal	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Taxa de utilização da capacidade	[80-90[%	[70-80[%	[70-80[%	[70-80[%	[80-90[%

Segundo os dados apresentados pela Shintech, infere-se que a produção global média de PVC-S entre 2019 e 2023 é de [CONFIDENCIAL] milhões de toneladas por ano, ou seja, equivalente à demanda global média, que também é de [CONFIDENCIAL] milhões de toneladas por ano. Por outro lado, a capacidade instalada global média para o mesmo período é de [CONFIDENCIAL] milhões de toneladas por ano. É possível concluir, portanto, que a taxa média de utilização da capacidade global instalada de PVC-S é de cerca de [CONFIDENCIAL] [70-80[%.

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a Unipar também apresentou dados históricos e prospectivos relativos à capacidade instalada de alguns países produtores de PVC-S, e destacou que alguns desses países teriam sua produção bastante direcionada para exportações:

Capacidade instalada de produção de PVC-S - em milhares de ton

[CONFIDENCIAL]

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020
China	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Coreia do Sul	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Taiwan	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Colômbia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Indonésia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Tailândia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
França	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Alemanha	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]

País	2021	2022	2023	2024	2025
China	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Coreia do Sul	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Taiwan	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Colômbia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Indonésia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Tailândia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
França	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Alemanha	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Ressalte-se que a Unipar, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, não apresentou dados relativos à produção individual de outras produtoras mundiais, com exceção dos dados referentes às produções estadunidense e mexicana.

A Braskem, por sua vez, apresentou dados que reforçam o que foi ora apresentado pela Unipar. Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a produtora nacional argumentou acerca da capacidade produtiva instalada nas regiões do globo, pelo que, de acordo com a manifestante, a China detém maior capacidade produtiva, sendo responsável por [CONFIDENCIAL] [40-50[% da capacidade instalada mundial. Ademais, os EUA apresentam produção regionalizada, pelo que, são responsáveis por cerca de [CONFIDENCIAL] [10-20[% da capacidade instalada mundial, em volume concatenado com a capacidade instalada do Canada e do México, em função do relacionamento intragrupo e da regionalização da cadeia produtiva de PVC-S. O mesmo se repete no que diz respeito às produtoras da Europa Ocidental, que detêm, em dados agrupados, cerca de [CONFIDENCIAL] [10-20[% da capacidade produtiva mundial.

Além disso, a Braskem apresentou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, dados acerca da atividade exportadora por parte desses players, enquanto elementos que colaboram para a percepção da inclinação por parte das grandes produtoras mundiais de PVC-S pela exportação. De acordo com a produtora nacional, parte significativa da produção dessas regiões destinou-se à exportação, diferentemente da experiência brasileira, que supostamente prioriza o abastecimento nacional. Poder-se-ia, conforme argumentado, que os produtores europeus serviriam como origem alternativa para o mercado importador de PVC-S no Brasil.

A ABIPLAST, em sua manifestação final, apontou para a participação relevante de origens gravadas no mercado de PVC-S brasileiro. Segundo a Associação, os EUA representam um dos maiores produtores globais de PVC-S. Além disso, a Associação alega que as importações intragrupo - que seriam observadas nos casos das importações argentinas e colombianas - terminariam por minar as origens alternativas disponíveis. Esse cenário seria supostamente agravado pela regionalização das exportações de PVC-S. No caso asiático, por exemplo, 88% e 98% das exportações com origem em Taipé Chines e no Japão, respectivamente, possuem como destino cativo a Ásia e a Oceania. Nesse mesmo sentido, 76% e 11% das exportações da França possuem como destino países europeus e a Turquia, respectivamente. O mesmo movimento de regionalização se repetiria com as exportações dos Países Baixos e da Alemanha.

2.2.1.2. Exportações mundiais do produto sob análise

Como forma de compreender as alegações interpostas, buscou-se, primeiramente, identificar os maiores exportadores mundiais do produto classificado no código 390410 do Sistema Harmonizado (SH), conforme tabela a seguir.

Lista dos países exportadores do código SH 390410

Exportadores	Valor Exportado em 2020 (Milhares de US$)	Participação nas exportações mundiais (%)
EUA	2.043.789	19,50%
Taipé Chinês	1.077.034	10,30%
Alemanha	865.888	8,30%
França	715.560	6,80%
Japão	631.063	6,00%
China	589.002	5,60%
Bélgica	545.870	5,20%
Países Baixos	495.202	4,70%
Coréia do Sul	459.548	4,40%
Tailândia	319.439	3,00%
Colômbia	308.016	2,90%
Espanha	240.230	2,30%
Hungria	222.980	2,10%
Suécia	217.200	2,10%
Indonésia	176.347	1,70%
Canadá	170.768	1,60%

A tabela acima mostra que o principal exportador global de PVC-S são os EUA, responsável por 19,5% das exportações mundiais. Ressalte-se que os EUA estão sujeitos a uma medida antidumping nas exportações de PVC-S ao Brasil desde 1992. O México, por sua vez, não figura entre os principais exportadores do produto em 2020. Suas exportações apresentam pouca expressividade e com poucos destinos, o que se pode atribuir ao fato de que a principal produtora mexicana - (México) Mexichem, possui atividade exportadora mais expressiva em suas subsidiárias, como na planta fabril localizada na Colômbia, podendo refletir nas exportações dessa origem (11ª maior exportador mundial).

A China outra origem gravada que não está sob análise, é responsável por 5,6% das exportações globais, ocupando a 6ª posição entre os maiores exportadores de PVC-S do mundo. Já a Coreia do Sul, que teve seu direito antidumping extinto recentemente, representa 4,4% das exportações mundiais classificadas no código em análise, ocupando a 9ª posição mundial no ranking de exportação.

Apesar da existência de três origens afetadas por medidas de defesa comercial, deve-se destacar outros produtores importantes, como Taipé Chinês, Alemanha, França e Japão, ocupando nessa ordem da 2ª à 5ª posição entre os exportadores mundiais. Essas origens são responsáveis, respectivamente, por 10,3%, 8,3%, 6,8% e 6% das exportações globais de PVC-S, e não contam com medidas aplicadas às importações brasileiras do referido produto. Além disso, a Colômbia se destaca como o 11º maior exportador mundial de PVC-S (2,9% do total) e principal origem das importações brasileiras do produto entre 2016 e 2020, como será visto a seguir.

Em resumo, em termos globais, observa-se que direitos antidumping se aplicam aos países produtores de 29,5% do PVC-S exportado em 2020, enquanto os 69,5% restantes não são gravados.

2.2.1.3. Fluxo de comércio (exportações - importações) do produto sob análise

Por meio da mesma base de dados, é possível também comparar o fluxo de importações e exportações das maiores origens exportadoras. Na tabela abaixo apresenta-se o saldo das trocas comerciais, em volume, dos maiores exportadores do código SH 390410.

Exportações líquidas do código SH 390410 por país em 2020 (ton)

Exportadores	Exportações Líquidas (A-B)
EUA	2.186.198
Taipé Chinês	1.227.757
Japão	729.251
França	656.597
Países Baixos	582.079
Coreia do Sul	451.962
Alemanha	333.004
Tailândia	266.337
Colômbia	261.257
Hungria	235.697
Bélgica	210.384
Indonésia	187.251
Suécia	156.613
Irã	124.133
México	23.873
Espanha	-124.058
Canada	-275.212
China	-426.456

Verifica-se que, em 2020, os EUA - origem sob análise - possuía o maior saldo exportador de PVC-S. A outra origem sob análise, México, não figura entre os maiores exportadores líquidos globais do referido produto.

Além disso, observa-se que os maiores exportadores em volume de PVC-S são praticamente os mesmos identificados na análise de valor exportado. Comparando com essa última, em razão de preços médios praticados, a China e a Coreia do Sul alteram expressivamente sua posição no ranking de exportações em volume. Em contraposição a atividade exportadora sul-coreana - com a origem ocupando a 6ª posição do ranking - apresenta déficit diante do aumento das importações do produto por esse país.

Dentre os 15 maiores exportadores identificados na tabela anterior, apenas China, Espanha e Canadá registram mais importações do que exportações, o primeiro com um saldo de importações líquidas equivalente a 65,3% do total exportado. A Coreia do Sul, por sua vez, exporta muito mais produtos classificados no SH 390410 do que importa, com saldo líquido de 83,85% do volume exportado.

Assim, é possível concluir que, dentre os maiores exportadores de PVC-S em 2020, a origem sob análise, EUA, apresenta o maior superávit nas transações do produto, enquanto as origens não gravadas Taipé Chinês, Japão, França e Países Baixos figuram, respectivamente, em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, revelando o perfil exportador dessas origens.

2.2.1.4. Importações brasileiras do produto sob análise

Uma vez verificadas a produção, as exportações e as balanças comerciais mundiais no exame de possíveis fontes alternativas, passa-se à análise do perfil das importações brasileiras de PVC-S.

Em relação a este tópico, a ABIPLAST, em sua resposta ao questionário de interesse público, reproduziu os preços e os valores das importações brasileiras de PVC-S entre T21 e T25 refletidas no Parecer SDCOM nº 39/2021.

Adicionalmente, a ABIPLAST argumentou que a alta demanda do produto colombiano estaria relacionada com as relações comerciais entre a Braskem - líder do duopólio brasileiro - e a exportadora colombiana Mexichem. Segundo a referida associação, a Mexichem, que possui produção no México e na Colômbia, é parte relacionada de um dos maiores consumidores de PVC-S no Brasil - [CONFIDENCIAL].

Enquanto isso, a Argentina contaria com apenas um produtor doméstico, a Unipar Carbocloro, parte do mesmo grupo da Unipar no Brasil. Segundo a ABIPLAST, as importações brasileiras de PVC-S originárias da Argentina seriam operações entre as duas partes relacionadas.

A ABIPLAST argumentou, ainda, acerca da atipicidade das exportações de países europeus ao Brasil. Apesar de deterem significativa capacidade produtiva e serem grandes exportadores, países europeus apresentam alto grau de regionalização da cadeia do comércio exterior de resina de PVC-S, pelo que o PVC-S produzido e exportado permanece na região, em uma interação comercial intrabloco, com baixíssimo extravasamento para outros destinos. Os dados apresentados pela ABIPLAST evidenciariam esse fenômeno, que poderia limitar o acesso ao produto europeu.

A Unipar, por sua vez, reportou, em sua resposta ao questionário de interesse público, preços e volumes das importações brasileiras de PVC-S entre T21 e T25. Segundo a Unipar, os EUA se mantiveram entre as principais origens das importações brasileiras nos cinco períodos de T21 a T25. A fabricante nacional destacou ainda o incremento relevante das importações provenientes dos EUA entre T21 e T24 (236%) e entre T21 e T25 (359,5%).

Em sua manifestação, o CADE ressaltou que a medida antidumping objeto desta revisão está vigente para os EUA e México desde 1992. Com base em dados do Trade Map, a autoridade de defesa da concorrência chamou a atenção para o fato de que, partir do ano 2000, o México exportou PVC-S para o Brasil apenas em 2001, 2002, 2004, 2009, 2010 e 2013. Logo, a partir de 2014 não haveria dados relativos às importações brasileiras originárias no México que permitissem ao CADE uma análise mais recente sobre a evolução das exportações mexicanas de PVC-S para o Brasil.

Quanto às exportações estadunidenses de PVC-S para o mercado brasileiro, o CADE apresentou evidências de que as exportações do produto fabricado nos EUA apresentaram o mesmo comportamento - variações positivas e negativas nas quantidades negociadas - em relação às demais origens que exportaram ao Brasil no mesmo período. O CADE observou, entretanto, uma queda acentuada da quantidade de PVC-S exportada dos EUA em aproximadamente 85%, considerando o pico em 2008 com 173,3 mil toneladas e o volume de 27,3 mil toneladas em 2020.

O CADE observou, também, uma suposta substituição de origem de importação de PVC-S no Brasil entre 2001 (T8) e 2020 (T25). Segundo os dados levantados pelo CADE, a Colômbia seria o maior exportador de PVC-S para o Brasil, seguida da Argentina. Em tendência inversa ao que se observou em relação aos EUA, as exportações colombianas teriam aumentado mais de 400% entre 2008 (T15) e 2020 (T25), passando de 36,2 mil toneladas para 200,8 mil toneladas nesse período.

O CADE observou que a Colômbia teria sido origem de 53% das importações brasileiras de PVC-S entre os anos de 2016 (T21) e 2020 (T25), seguida pela Argentina, com 19%, por Taipei Chinês, com 11%, pelos EUA, com 6%, por Alemanha e França, ambas com 3%, e o restante dividido entre 37 origens distintas. Assim, o CADE inferiu que o Brasil teria como seus maiores parceiros comerciais para compra de PVC-S a Colômbia e Argentina, as quais, em conjunto, seriam responsáveis por cerca de 72% das importações brasileiras do referido produto.

O CADE chamou, ainda, atenção para o fato de que esses países possuiriam relação direta com a Braskem - que importa PVC-S da Mexichem (Colômbia) - e com a Unipar - que tem planta produtiva na Argentina. Assim, o CADE concluiu que Braskem e Unipar, em conjunto, representariam cerca de 70% do mercado nacional (considerando a produção doméstica e as importações dessas empresas).

A autoridade de defesa da concorrência investigou também a relação entre o volume das importações brasileiras de PVC-S e o valor pago pelos importadores brasileiros. O CADE ressaltou que, apesar de a Colômbia ser o principal parceiro comercial do Brasil - pelo menos em quantidade exportada de PVC-S -, o produto colombiano teria apresentado os maiores preços por kg entre os anos de 2016 (T21) e 2019 (T24). Em 2020 (T25), o preço do PVC-S colombiano teria caído para a segunda posição, sendo superado pelo preço do produto importado da Alemanha. A Argentina, segunda maior exportadora de PVC-S para o Brasil no período, teria apresentado a maior variação de preços médios, chegando a ser o segundo maior valor nos anos de 2017 (T22) e 2018 (T23) e caindo nos anos seguintes, até atingir o menor valor, em 2020 (T25). O CADE lembrou, ainda, o fato de que Colômbia e Argentina têm preferência tarifária de 100%, conforme informado na Circular n° 63/2021 da SDCOM.

Adicionalmente, o CADE relatou que a origem Taipé Chinês - terceiro maior fornecedor de PVC-S ao Brasil, no período entre 2016 (T21) e 2020 (T25) - teria apresentado preços próximos aos praticados por França e Alemanha. Os preços médios do PVC-S importado do EUA, por sua vez, teriam figurado como os menores nos anos de 2016 (T21) e 2019 (T24), e em 2020 (T25) passaram a apresentar o quarto maior valor médio.

Especificamente sobre as importações originárias da Colômbia, a autoridade de defesa da concorrência questionou a capacidade de esse país exercer pressão competitiva sobre a indústria doméstica, dado que uma pequena parcela das importações dessa origem pode ser considerada independente, isto é, destinando-se a empresas brasileiras consumidoras de PVC que não as próprias produtoras brasileiras - Braskem e Unipar - e à importação intragrupo entre empresas do grupo Mexichem.

Com efeito, no Parecer Técnico n° 189/Superintendência-Geral, no AC n° 08700.000436/2014-27 - SEI/CADE n° 0095126 (versão pública), o CADE discutiu sobre a dimensão geográfica dos mercados de PVC-S e PVC-E, e observou a situação particular das

importações originárias da Colômbia que não possuem direitos antidumping e contam com imposto de importação mais reduzido.

Para o CADE, mesmo com essas vantagens comerciais, as importações de PVC-S independentes advindas da Colômbia representariam apenas uma pequena parcela do total das importações independentes do país. Isso porque a maior parte das importações de PVC-S advindas da Colômbia seria intragrupo, ou seja, da Mexichem Colômbia para a Mexichem do Brasil, produtora de tubos e conexões sob a marca Amanco. O restante seriam importações feitas pela Braskem. No caso do PVC-S, a totalidade das importações advindas da Colômbia seria destinada à Braskem, em razão de um acordo de exclusividade na distribuição desse produto no país, celebrado entre Braskem e Mexichem Colômbia.

O CADE ressaltou, ainda, que essas duas formas de comercialização (intragrupo e/ou tendo uma empresa local forte como importadora/distribuidora) eliminariam muitas das dificuldades associadas às importações que foram relatadas pelos clientes consultados. Com efeito, além dos direitos antidumping e do imposto de importação, os clientes de PVC-S e PVC-E teriam relatado os seguintes fatores a limitar as importações brasileiras dos referidos produtos: lead time elevado entre o fechamento do pedido e o desembaraço do produto no Brasil; exigência de volume de compra mínimo; despesas aduaneiras; e custo financeiro associado ao pagamento antecipado ou à abertura de carta de crédito para realizar a importação, dentre outros.

Assim, o CADE concluiu que embora a Colômbia represente a principal fonte exportadora desses dois produtos para o Brasil, tal fato não justifica a definição de um mercado relevante geográfico mais amplo que o nacional, sendo esse entendimento corroborado pela ínfima parte das importações advindas da Colômbia que são destinadas a clientes independentes no Brasil.

A ABIPLAST acrescentou ainda à sua argumentação, por meio da manifestação acostada aos autos, quanto ao relacionamento intragrupo entre a Unipar do Brasil e a Unipar Argentina, assim como a relação entre a (Colômbia) Mexichem e a Amanco no Brasil. De acordo com a peticionária, os supostos relacionamentos ora destacados são responsáveis pelo incremente das importações originárias dos países em questão, podendo trazer arranjos equivocados ao cenário analisado.

Em resposta ao questionamento feito pela ABIPLAST, a Braskem, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, destacou que parte significativa das importações de PVC-S demandadas pela (Colômbia) Mexichem se deu em caráter de compra spot, sendo que as importações mais significativas entre as partes, com contrato vigente até 2020, consistiam em PVC-E - produto não incluído no escopo da presente análise. Além disso, de acordo com a Braskem, os volumes importados de PVC-S originários da Colômbia, deram-se de forma pontual e convergente às necessidades da empresa, sendo que em T24 a empresa importou [CONFIDENCIAL] toneladas, o que corresponde a [CONFIDENCIAL] [20-30[% das importações provenientes da Colômbia. Em T25, o volume foi ainda menor, representando apenas [CONFIDENCIAL] [0-10[% do volume importado da Colômbia, ou [CONFIDENCIAL] toneladas.

Ainda sobre a argumentação trazida pela Braskem, esta, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, apontou para a crescente participação dos EUA nas importações brasileiras de PVC-S, apesar da aplicação de direitos antidumping sobre as exportações daquela origem. De acordo com a produtora nacional, esse comportamento aponta para a capacidade exportadora e concorrencial do produto estadunidense no mercado nacional de PVC-S, tendo em vista que, segundo a parte, a medida por si só não tivera o condão de minguar as importações com origem dos EUA, mas sim equalizar a competição desleal com o produto brasileiro.

Por outro lado, a ABIPLAST apontou, em sua manifestação em resposta ao parecer de avaliação preliminar de interesse público, para a entrada do produto estadunidense enquanto indício do cenário de demanda nacional por PVC-S frente à perda de eficácia do direito antidumping aplicado, resultando em um ambiente de maior competitividade. Neste sentido, de acordo com a referida associação, o aumento da permeabilidade do mercado nacional de PVC-S demonstra que haveria suposto lastro para intervenção em razão de interesse público, a fim de ampliar a concorrência no mercado nacional do produto sob análise.

Com relação às manifestações apresentadas, pontua-se que os relacionamentos da produtora brasileira Unipar com a Unipar Carbocloro na Argentina, bem como o do exportador colombiano Mexichem com a importadora no Brasil - [CONFIDENCIAL] são conhecidos neste processo de interesse público e está sendo levado em conta nas análises. Deve-se ressaltar, porém, que a venda do produtor/exportador colombiano para parte relacionada no país não invalida seu papel de fornecimento no mercado brasileiro, atendendo diretamente seu principal cliente ao mesmo tempo que comercializa para outros compradores independentes. Considerando essa realidade, deve-se ter em conta também que os preços médios praticados por tais origens devem ser analisados de forma parcimoniosa, podendo estar influenciados pela prática de preços intra-firma.

Relatadas as manifestações das partes, passa-se agora à análise do perfil das importações brasileiras de PVC-S.

Conforme os Pareceres DECOM nº 28/2004, DECOM nº 22/2010, DECOM nº 38/2016 e SDCOM nº 124541/2022 foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 3904.10.10 da NCM, fornecido pela Receita Federal do Brasil (RFB), para a apuração dos valores e das quantidades de PVC-S.

Ainda, conforme os referidos pareceres, realizou-se depuração das importações, de forma a se obter dados que unicamente refletissem operações referentes ao produto sob análise. O resultado da análise das importações totais encontra-se a seguir.

Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T7	T8	T9	T10
EUA	-----	100	238,9	6,6
México	-----	100	4784	416
Total origens gravadas sob análise	-----	100	376,4	18,9
Coreia do Sul	100	11,6	8	46
China	0	0	100	153,8
Total outras origens gravadas	100	11,6	12,6	53
Argentina	100	177,1	252	229,3
Taipé Chinês	100	282,6	4.214,20	3.574,50
Colômbia	100	259,2	226,6	69,8
Alemanha	100	308,1	245,1	131,2
Portugal	100	202,3	235,2	103,8
Venezuela	100	125,6	135,6	24,9
Coreia do Norte	100	34,8	28,3	27,6
Japão	100	1,8	12	10,7
Tailândia	100	71,2	23,2	4,6
Demais países	100	183	91,7	23,2
Total Outras Origens	100	133,4	146,5	97,8
Total Global	100	134,5	150,5	98

Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T11	T12	T13	T14	T15
EUA	809,8	18,9	25,5	20644	6219,8
México	-----	-----	-----	-----	48
Total origens gravadas sob análise	785,3	18,3	24,7	20019,2	6033
Coreia do Sul	33,1	133,6	140,3	76,9	178,4
China	-----	-----	-----	-----	-----
Total outras origens gravadas	33,1	133,6	140,3	76,9	178,4
Argentina	285,4	262,2	234,4	166,6	231,1
Taipé Chinês	1.499,70	1.246,50	2.795,60	3.012,50	5.716,20
Colômbia	70	49,8	64	245,4	1.008,70
Alemanha	291,8	45,2	5,2	322,9	146,8
Portugal	-----	-----	-----	-----	-----
Venezuela	109,9	64,6	47,1	57	94,4
Coreia do Norte	-----	-----	-----	-----	-----
Japão	8,5	5,7	13,7	2,5	52,1
Tailândia	-----	-----	-----	-----	-----
Demais países	129,1	250	690,4	571,8	219,8
Total Outras Origens	116,5	98,5	118,9	129,7	214,3
Total Global	128,8	114,7	136	350	299,3

Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T16	T17	T18	T19	T20
EUA	3685,5	10904,4	2930,8	5561,2	2381
México	2150,4	-----	-----	8064	-----
Total origens gravadas sob análise	3573,9	10574,4	2842,1	5392,9	2308,9
Coreia do Sul	243,2	253,6	182	155	78,6
China	4	55,4	40,7	-----	-----
Total outras origens gravadas	243,3	256,1	183,9	155	78,6
Argentina	265,7	283,8	360,7	354,4	423,4
Taipé Chinês	4.004,70	22.034,10	13.499,60	31.202,30	26.647,80
Colômbia	1.838,90	2.110,00	2.150,70	2.275,70	2.247,70
Alemanha	331,5	96,5	243,6	381,3	299,2
Portugal	-----	-----	-----	-----	-----
Venezuela	-----	-----	-----	-----	-----
Coreia do Norte	-----	-----	-----	-----	-----
Japão	-----	-----	-----	-----	-----
Tailândia	-----	-----	-----	-----	-----
Demais países	935,9	675,8	246,2	482,8	257,1
Total Outras Origens	344	396,6	381,5	456,7	443,3
Total Global	411,5	538,7	433,5	534,7	477

Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T21	T22	T23	T24	T25
EUA	1100,3	3379,8	641,7	3698,2	5055,7
México	-----	-----	-----	-----	-----
Total origens gravadas sob análise	1067	3277,5	622,3	3586,3	4902,7
Coreia do Sul	1,2	0,6	0,6	9,8	111,8
China	-----	-----	-----	12,4	9531,2
Total outras origens gravadas	1,2	0,6	0,6	10,4	547,6
Argentina	362,3	257,5	384,3	272,3	158,5
Taipé Chinês	7.807,80	15.304,70	13.091,90	23.000,30	30.121,00
Colômbia	1.435,60	1.805,90	1.971,10	2.571,10	2.456,70
Alemanha	303,4	318,4	238,1	320	229,3
Portugal	-----	-----	-----	-----	-----
Venezuela	-----	-----	-----	-----	-----
Coreia do Norte	-----	-----	-----	-----	-----
Japão	-----	-----	-----	-----	-----
Tailândia	0,2	2,8	-----	-----	16,1
Demais países	100	1700	-----	-----	9933,3
Total Outras Origens	-----	100	-----	3196,2	20287,8
Total Global	-----	-----	100	-----	13225

Importações brasileiras de PVC-S (em %)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T7	T8	T9	T10
EUA	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
México	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total origens gravadas sob análise	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Sul	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
China	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total outras origens gravadas	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Argentina	[20-30[	[30-40[	[40-50[	[50-60[
Taipé Chinês	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Colômbia	[10-20[	[20-30[	[10-20[	[0-10[
Alemanha	[0-10[	[10-20[	[0-10[	[0-10[
Portugal	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Venezuela	[10-20[	[10-20[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Norte	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Japão	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Tailândia	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Demais países	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total Outras Origens	[80-90[	[90-100]	[90-100]	[90-100]
Total Global	100	100	100	100

Importações brasileiras de PVC-S (em %)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T11	T12	T13	T14	T15
EUA	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[60-70[	[20-30[
México	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total origens gravadas sob análise	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[60-70[	[20-30[
Coreia do Sul	[0-10[	[10-20[	[10-20[	[0-10[	[0-10[
China	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total outras origens gravadas	[0-10[	[10-20[	[10-20[	[0-10[	[0-10[
Argentina	[50-60[	[50-60[	[40-50[	[10-20[	[10-20[
Taipé Chinês	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Colômbia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[30-40[
Alemanha	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Portugal	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Venezuela	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Norte	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Japão	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Tailândia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Demais países	[0-10[	[10-20[	[20-30[	[0-10[	[0-10[
Total Outras Origens	[90-100]	[80-90[	[80-90[	[30-40[	[70-80[
Total Global	100	100	100	100	100

Importações brasileiras de PVC-S (em %)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T16	T17	T18	T19	T20
EUA	[0-10[	[20-30[	[0-10[	[10-20[	[0-10[
México	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total origens gravadas sob análise	[0-10[	[20-30[	[0-10[	[10-20[	[0-10[
Coreia do Sul*	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
China	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total outras origens gravadas	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[

Argentina	[10-20[	[10-20[	[20-30[	[10-20[	[20-30[
Taipé Chinês	[0-10[	[10-20[	[0-10[	[10-20[	[10-20[
Colômbia	[40-50[	[40-50[	[50-60[	[40-50[	[50-60[
Alemanha	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Portugal	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Venezuela	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Norte	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Japão	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Tailândia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Demais países**	[10-20[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total Outras Origens	[80-90[	[70-80[	[80-90[	[80-90[	[90-100]
Total Global	100	100	100	100	100

Importações brasileiras de PVC-S (em %)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T21	T22	T23	T24	T25
EUA	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
México	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total origens gravadas sob análise	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Sul	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
China	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total outras origens gravadas	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[10-20[
Argentina	[20-30[	[10-20[	[20-30[	[10-20[	[0-10[
Taipé Chinês	[0-10[	[10-20[	[0-10[	[10-20[	[10-20[
Colômbia	[50-60[	[50-60[	[50-60[	[50-60[	[40-50[
Alemanha	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Portugal	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Venezuela	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Coreia do Norte	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Japão	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Tailândia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Egito	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Ucrânia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Bélgica	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
França	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Rússia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Espanha	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Suécia	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Países Baixos	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Demais países**	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Total Outras Origens	[90-100]	[90-100]	[90-100]	[90-100]	[70-80[
Total Global	100	100	100	100	100

De acordo com as tabelas acima, observa-se que, entre T7 e T10 (2ª revisão final de período), as importações das origens sob análise tiveram participação residual no total das importações brasileiras de PVC-S. Com efeito, nesse período, a participação relativa média do PVC-S importado dos EUA e do México foi de apenas [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Já a participação relativa média do PVC-S originário de China e Coreia do Sul somadas foi de [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Por outro lado, as importações brasileiras de PVC-S originárias de Argentina e Colômbia foram responsáveis por [CONFIDENCIAL] [50-60[% das importações totais desse produto. Ressalta-se que a Argentina, sozinha, foi origem de [CONFIDENCIAL] [40-50[% do PVC-S importado pelo Brasil nesse período. Observa-se, ainda, a participação relevante de outras origens não gravadas, a exemplo de Venezuela, Tailândia, Alemanha, Portugal e Taipé Chinês.

Entre T11 e T15 (3ª revisão de final de período), o PVC-S originário de EUA e México aumentou bastante sua participação relativa na totalidade das importações brasileiras desse produto, alcançando o índice médio de [CONFIDENCIAL] [10-20[%. O aumento da participação relativa das origens sob análise se deu, basicamente, em razão da maior penetração do PVC-S estadunidense, que chegou a ocupar [CONFIDENCIAL] 60-70[% do mercado brasileiro em T14. O produto proveniente de China e Coreia do Sul registrou ligeiro aumento de participação relativa nesse período, alcançando o índice médio de [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Em sentido contrário, as participações relativas médias das origens Argentina e Colômbia recuaram para [CONFIDENCIAL] [30-40[% e [CONFIDENCIAL] [10-20[%, respectivamente. Verificam-se, ainda, importações de PVC-S originário de Taipé Chinês, Venezuela e Alemanha.

Durante a 4ª revisão de final de período (T16 a T20), o índice médio de participação relativa do PVC-S originário de EUA e México no total das importações brasileiras desse produto recuou para [CONFIDENCIAL] [10-20[%. Da mesma forma, a participação relativa média do PVC-S originário de China e Coreia do Sul caiu para [CONFIDENCIAL] [0-10[% das importações totais, sincronamente à aplicação de medida antidumping sobre as importações brasileiras de PVC-S destas origens. Ressalte-se também a queda de participação do PVC-S argentino, cujo índice médio foi de [CONFIDENCIAL] [10-20[% nesse período. Em sentido contrário, o produto originário da Colômbia registrou um expressivo aumento de participação relativa, alcançando um índice médio de [CONFIDENCIAL] [40-50[% das importações brasileiras totais. Foram registradas, ainda, importações relevantes originárias de Taipé Chinês e da Alemanha.

Na presente revisão de final de período (T21 a T25), o produto importado das origens sob análise sofreu novo recuo em sua participação relativa, caindo para [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Da mesma forma, a participação relativa do produto originário de China e Coreia do Sul caiu para apenas [CONFIDENCIAL] [0-10[%. O PVC-S importado da Argentina, por sua vez, teve um ligeiro acréscimo de participação, atingindo um índice médio de [CONFIDENCIAL] [10-20[%. Destaque-se, entretanto, o expressivo aumento da participação média do produto colombiano. Com efeito, de T21 a T25, as importações de PVC-S originárias da Colômbia responderam por [CONFIDENCIAL] [50-60[% do total importado pelo Brasil. Destacam-se, também, a participação relativa relevante do produto originário de Taipé Chinês e do PVC-S originário da Alemanha.

Especificamente em relação às origens sob análise, ressalta-se que a participação do produto originário do México no total das importações brasileiras de PVC-S ao longo de todo o período foi [CONFIDENCIAL], alcançando o índice de [CONFIDENCIAL] [0-10[% em praticamente todos os períodos analisados.

Considerando-se toda a série histórica (T7 a T25), a participação relativa média do PVC-S originário dos EUA e México no total das importações brasileiras desse produto foi de [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Já a participação relativa das importações de PVC-S originárias de China e Coreia do Sul foi de [CONFIDENCIAL] [0-10[%. Por outro lado, a participação do PVC-S argentino foi de [CONFIDENCIAL] [20-30[% e do PVC-S colombiano foi de [CONFIDENCIAL] [30-40[%.

Em resumo, infere-se que a participação relativa das importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México no mercado brasileiro foi residual ao longo da segunda revisão de final de período (T7 a T10), mas cresceu de forma relevante na terceira revisão (T11 a T15), chegando a alcançar o índice máximo de [CONFIDENCIAL] [60-70[% em T14. A partir daí, iniciou trajetória descendente e bastante volátil até o final da série histórica em T25, permanecendo abaixo dos [CONFIDENCIAL] [10-20[% entre T21 e T25. Da mesma forma, a participação relativa do produto importado da China e da Coreia do Sul cresceu entre a segunda e a terceira revisões, mas inverteu sua trajetória a partir da quarta revisão (T16 a T20) e girou em torno de patamares nulos em praticamente todos os períodos da atual revisão (T21 a T25), com exceção de T25, quando alcançou o índice de [CONFIDENCIAL] [10-20[%, coincidente com a extinção do direito antidumping para a Coreia do Sul e a suspensão do direito para a China. Em sentido oposto, o PVC-S importado das origens não gravadas Argentina e Colômbia manteve uma participação relativa média bastante expressiva ao longo de toda a série histórica - especialmente o produto argentino no período compreendido entre T7 e T13 (índice médio de [CONFIDENCIAL] [40-50[% de market share) e o produto colombiano entre T15 e T25 (índice médio de [CONFIDENCIAL] [40-50[% de market share). Ressalte-se que foram observadas outras origens alternativas não gravadas ao longo da série histórica sob análise, em especial a Alemanha e Taipé Chinês.

Ao se levar em consideração as importações da indústria doméstica ao longo do período da presente revisão, observa-se que representaram, na média, [CONFIDENCIAL] [10-20[% das importações brasileiras entre T21 e T25. Ressalte-se, inclusive, o crescimento expressivo - cerca de [CONFIDENCIAL] % - de T23 para T24 das importações realizadas pela Braskem, com origem na Colômbia. A tabela a seguir apresenta, em detalhes, as informações sobre as importações domésticas entre T21 e T25:

Importações Totais da Indústria Doméstica (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

	T21	T22	T23	T24	T25
A - Unipar (Total)	100,0	80,0	84,7	92,4	73,4
[CONF]	100,0	80,0	84,7	85,5	62,8
[CONF]	-	-	-	-	-
B - Braskem (Total)	100,0	115,8	92,1	5.669,9	3.973,2
[CONF]	100,0	115,8	92,1	5.669,9	731,2
[CONF]	-	-	-	-	-
[CONF]	-	-	-	-	-
[CONF]	-	-	-	-	-
[CONF]	-	-	-	-	-
[CONF]	-	-	-	-	-
C- Total da Indústria Doméstica (A+B)	100,0	80,7	84,9	206,9	153,4
D- Total das Importações Brasileiras	100,0	120,4	125,2	157,0	186,4
Participação das importações da ID nas Importações Totais (%)	[10-20[%	[10-20[%	[10-20[%	[20-30[%	[10-20[%

A propósito da regionalização das importações brasileiras de PVC-S, vale destacar que as exportações da Unipar Argentina não foram exclusivas para Unipar Brasil. Com efeito, em T21, T22, T23, T24 e T25, os índices de operações comerciais entre a Unipar Argentina e partes não relacionadas no Brasil foram de, respectivamente, [CONFIDENCIAL] [60-70[%, [CONFIDENCIAL] [60-70[%, [CONFIDENCIAL] [40-50[%, [CONFIDENCIAL] [60-70[% e [CONFIDENCIAL] [80-90[%. Verifica-se, portanto, que a Unipar Argentina vende para outros consumidores/distribuidores locais, fortalecendo o caráter regional.

Da mesma forma, no que diz respeito ao relacionamento estabelecido entre a (Colômbia) Mexichem e a Braskem, destaca-se o argumento elencado pela produtora brasileira acerca da natureza da atividade importadora tendo como origem a exportadora colombiana. De acordo com a parte, o relacionamento em torno da comercialização de PVC-S entre as duas empresas se deu de forma pontual e mediante compra spot, sem favorecimentos ou eventuais arranjos de predatismo concorrencial. Com efeito, em T25, apenas [CONFIDENCIAL] [10-20[% das importações de PVC-S realizadas pela Braskem tiveram como origem a exportadora colombiano.

Ainda, cumpre informar que, segundo a produtora doméstica em sua resposta ao Questionário de Interesse Público e nos elementos coletados, o aumento das importações deu-se em função dos eventos que levaram à paralisação de parte das atividades da cadeia a montante controlada pela empresa e, consequentemente, à redução da produção prevista. Segundo a própria Braskem, ela teria recorrido às importações a fim de atender aos clientes e honrar seus compromissos comerciais.

Nesse sentido, é possível observar o movimento de aumento de importações em T24 pela Braskem ([CONFIDENCIAL] toneladas, cerca de [CONFIDENCIAL] [10-20[% das importações totais) da origem colombiana, fato este mitigado já no período seguinte, em que a empresa apresentou fragmentação em suas importações em termos de origens ([CONFIDENCIAL]), conforme dados de importações da indústria doméstica obtidos do parecer final em defesa comercial. Dessa forma, não se pode indicar relacionamento entre a produtora colombiana e a produtora nacional.

Portanto, em sede de avaliação final, é possível concluir que, sob a imposição de direitos antidumping, as importações brasileiras de PVC-S apresentaram características regionais, centradas basicamente nas origens não gravadas Argentina e Colômbia e subsidiariamente nas origens não gravadas Taipé Chinês e Alemanha. Ressalte-se, ainda, que a extinção do direito antidumping aplicado às importações originárias da Coreia do Sul ainda não se reverteu em aumento relevante das exportações do produto sul-coreano para o Brasil, em que pese a Coreia do Sul ser um importante produtor e exportador de PVC-S.

2.2.1.5. Preço das importações brasileiras do produto sob análise

Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas. Conforme as investigações de defesa comercial, a análise foi realizada em base CIF de forma a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro. A tabela a seguir apresenta a evolução dos preços das importações brasileiras de PVC-S ao longo do período sob análise.

Evolução dos preços Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T7	T8	T9	T10
EUA	-	100	82	106
México	-	100	82,1	115,8
Média origens gravadas sob análise	-	100	81,6	111,4
Coreia do Sul**	100	84,3	62,9	75
China	-	-	100	99,1
Média outras origens gravadas	100	84,3	71,6	77,3
Argentina	100	75,9	80,6	78,5
Taipé Chinês	100	60,6	67,5	69,4
Colômbia	100	77,4	68,3	74,5
Alemanha	100	91,1	81,3	89,8
Portugal	100	83,7	69,5	85,3
Venezuela	100	81,8	71,6	81,1
Coreia do Norte	100	83,6	78,5	83,6
Japão	100	89,7	79,8	80,7
Tailândia	100	83,4	85,4	79,4
Demais países*	100	88,3	75,9	80,2
Média outras origens	100	81,5	77,9	81,2
Média global	100	81,5	77,6	81,3

Evolução dos preços Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice)
[CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T11	T12	T13	T14	T15
EUA	994,5	853,67	1.148,99	1.149,04	1.107,63
México	-	-	-	-	1.164,40
Média origens gravadas sob análise	994,5	853,67	1.148,99	1.149,04	1.107,64
Coreia do Sul	148,1	127,1	171	171,1	164,9
China	-	-	-	-	175,9
Média outras origens gravadas	148,1	127,1	171,1	171,1	165
Argentina	114,7	106,9	117	143	119,9
Taipé Chinês	-	-	-	-	-
Colômbia	114,7	106,9	117	143	119,9
Alemanha	106,5	97,7	104,6	130,8	102,3
Portugal	107,8	96,5	108,2	122,7	94,1
Venezuela	113,2	114	125,8	150,7	115,8

Coreia do Norte	123,6	121,7	264,1	155,8	135
Japão	-	-	-	-	-
Tailândia	122,1	119,5	129,5	150,8	121,1
Demais países	118,3	109,8	114,1	141,7	144,3
Média Outras Origens	81,1	75,9	92,2	100	80,9
Média Global	114,5	105,9	114,4	140,6	121,5

Evolução dos preços Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice) [CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T16	T17	T18	T19	T20
EUA	157,1	176,7	147,1	156,6	154,8
México	166,1	-	-	-	-
Média origens gravadas sob análise	157,3	176,8	147,1	156,7	154,9
Coreia do Sul	137	148	130,1	135,3	131,4
China	166,7	175,8	143,2	-	-
Média outras origens gravadas	135,4	144,5	122,5	135,3	131,4
Argentina	130,6	139,4	124,9	138,9	124
Taipé Chinês	117,6	121,6	114,6	115,3	111,5
Colômbia	143,7	148,7	129,6	134,6	127,6
Alemanha	147,1	173,6	146,2	147,3	141
Portugal	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-
Coreia do Norte	-	-	-	-	-
Japão	-	-	-	-	-
Tailândia	-	-	-	-	-
Demais países	137	138,8	132	137,5	132,1
Média outras origens	145,6	151,4	135,3	141,2	133,1
Média global	143,8	149,6	134,1	139,6	132,7

Evolução dos preços Importações brasileiras de PVC-S (em número-índice) [CONFIDENCIAL]

ORIGEM	T21	T22	T23	T24	T25
EUA	116,4	124,3	127,4	126,5	155,7
México	-	-	-	-	-
Média origens gravadas sob análise	116,4	124,4	127,4	126,5	155,8
Coreia do Sul	83,6	120,9	121	110	161,5
China	-	-	-	132	194,5
Média outras origens gravadas	83,6	120,9	121	107,9	158,8
Argentina	97,1	115,7	109,2	104,9	105,5
Taipé Chinês	82,4	100,8	98,9	94,2	119,5
Colômbia	107,8	114,5	110	106,5	134,1
Alemanha	105,1	115,7	118,8	114,3	164,9
Portugal	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-
Coreia do Norte	-	-	-	-	-
Japão	-	-	-	-	-
Tailândia	126,3	115,3	-	-	129,9
Egito	-	100	-	98,9	131,5
Ucrânia	-	-	100	-	137,4
Bélgica	100	88,9	96,5	97,1	133,4
França	100	110,8	111,1	107,7	130,1
Rússia	-	-	-	100	138
Espanha	100	104,3	103,5	98,8	48,2
Suécia	-	-	100	102,2	151,1
Países Baixos	100	110,3	111,5	105	92,8
Demais países	104	109,9	107,8	40,6	133,5
Média outras origens	108,1	119,7	115,7	111,7	141,8
Média global	107,5	117,9	115,5	111	140,4

Inicialmente, quando se analisa o período da 2ª revisão (T7 a T10), verifica-se que o PVC-S importado da origem não gravada Argentina apresenta o preço médio mais elevado, seguido pelo preço médio do produto alemão, em segundo lugar, e pelo preço médio do produto colombiano, em terceiro lugar. Em quarto lugar vem o preço médio do PVC-S originário de Taipé Chinês e em quinto lugar está o preço médio do produto do PVC-S importado das outras origens gravadas China e Coreia do Sul. Por fim, o menor preço médio de PVC-S importado entre T7 e T10 foi o das origens sob análise. Ressalte-se que a diferença entre o preço médio do PVC-S originário da Argentina e o preço médio do PVC-S importado das origens sob análise foi de 11,7%.

Durante o período da 3ª revisão (T11 a T15), percebe-se que a origem não gravada Alemanha praticou o preço médio mais alto do produto sob análise, seguida pela Colômbia em segundo lugar e pelas origens sob análise em terceiro lugar. Taipé chinês praticou o quarto preço médio mais alto e as outras origens não gravadas aparecem em quinto lugar. O PVC-S importado com menor preço no período é originário da Argentina. A diferença entre o preço médio do PVC-S originário da Alemanha e o preço médio do PVC-S importado da Argentina foi de 34,1%.

Entre T16 e T20 - 4ª revisão de final de período -, o PVC-S com preço mais elevado foi importado da Colômbia. Em segundo e terceiro lugares aparecem, respectivamente, a Alemanha e a Argentina. O preço médio do PVC-S importado de Taipé Chinês figura em quarto lugar e o preço médio do produto importado das outras origens gravadas aparece na quinta colocação. As origens sob análise praticaram o menor preço médio no período. A diferença entre o preço médio do PVC-S colombiano e o preço médio do PVC-S importado das origens sob análise foi de 14%.

Finalmente, ao longo da atual revisão de final de período (T21 a T25), verifica-se que o PVC-S importado da Colômbia permaneceu com o preço médio mais elevado, seguido pelo produto alemão e pelo produto importado das outras origens gravadas. Em quarto lugar figura o preço médio do PVC-S importado de Taipé Chinês e em quinto lugar o preço médio do PVC-S argentino. Mais uma vez, as origens sob análise praticaram o menor preço médio no período. A diferença entre o preço médio do PVC-S colombiano e o preço médio do PVC-S importado das origens sob análise foi de 16,4%.

Pode-se destacar, também, os preços médios praticados pela Argentina de T21 a T25, que se encontraram abaixo da média global, com exceção de T22, quando os preços médios praticados estiveram [3%] acima do preço médio global. Nos demais períodos da séria, a origem praticou preços abaixo da média global, assim como de origens não gravadas, apresentando preços competitivos frente às origens sob gravadas e sobre as demais origens.

Em resumo, observa-se que, em três das quatros revisões de final de período, o preço médio do PVC-S importado das origens sob análise foi o mais baixo dentre os fornecedores desse produto ao Brasil. Entretanto, faz-se necessário uma ressalva quanto ao possível impacto dos preços do produto originário do México, uma vez que os volumes de importação do produto mexicano são - na maior parte dos períodos sob análise - muito pequenos ou até mesmo nulos. Assim, preço observado das origens gravadas é preponderantemente determinado pelo preço estadunidense, já que o México só comercializou PVC-S para o Brasil nos períodos T8, T9, T10, T15, T16 e T19.

Por outro lado, os preços médios do PVC-S importado das origens não gravadas Colômbia, Alemanha e Argentina figuraram entre os mais elevados nas quatro revisões de final de período. Ressalta-se, entretanto, que as origens Colômbia e Argentina gozam de preferência tarifárias, o que eventualmente pode exercer influência no comportamento de preços CIF mais elevados do PVC-S importado desses países. Além disso, [CONFIDENCIAL, o que pode levar o preço médio observado a valores distintos dos esperados em relações normais de mercado.

Para a presente 5ª revisão, fica salientada a disparidade na prática de preços nas importações brasileiras, com destaque para a queda e retomada dos aumentos dos preços praticados pela Colômbia - principal origem das exportações brasileiras, e pela Alemanha. A Argentina, por sua vez, apresenta comportamento errante quanto à prática de preços. Com variações bruscas ao longo da série, apresentando redução significativa e preços abaixo dos preços médios praticados por outras origens - mesmo as gravadas, e pela própria origem em outros momentos anteriores.

Além disso, observa-se a equalização progressiva dos preços em determinados momentos de T21 a T25, com variações pontuais por parte do Taipe Chinês e da Alemanha, origens alternativas do PVC-S. Essas alterações apresentam coordenação entre os preços praticados pelas origens supracitadas, apesar da diferença entre os preços médios praticados pelas origens.

2.2.1.6. Conclusão sobre origens alternativas

Diante das informações trazidas, são observadas as seguintes conclusões da análise final:

a) o produto sob análise possui fornecedores em diversos países do mundo, sendo que produtores relevantes como Taipé Chinês - 3ª maior capacidade instalada de PVC-S do mundo -, e Colômbia - 11ª maior produtora de PVC-S do mundo - , são fornecedores frequentes e constantes ao mercado brasileiro e não contam com medidas antidumping aplicadas. Já a Coreia do Sul, 9ª maior exportadora mundial do produto, encontra-se com medida antidumping extinta desde agosto de 2020;

b) com a aplicação do direito antidumping sob análise, de T7 a T25, os EUA continuaram exportando volumes relevantes de PVC-S para o Brasil - chegando a [CONFIDENCIAL] [60-70[% das importações totais em T14 -, enquanto o México exportou volumes muito baixos ou não exportou ao longo dos períodos;

c) as importações brasileiras de PVC-S de T7 a T25 são provenientes principalmente de seus parceiros regionais, Argentina e Colômbia, que exportam majoritariamente para suas partes relacionadas no Brasil. Origens como Taipé Chinês e Alemanha exportaram de forma constante para o Brasil, contrastando com outros países como Venezuela, Portugal, Tailândia e Japão, que exportaram de forma inconstante. Já Coreia do Sul e China se consolidaram como grandes fornecedores de PVC-S em parte da série, mas tiveram seus volumes exportados reduzidos significativamente a partir da aplicação de direito antidumping em T14;

d) o produto sob análise possui variadas opções de origens alternativas disponíveis, com forte apelo à produção regional, que se destaca no relacionamento já estabelecido das exportadoras com origem da Argentina e da Colômbia - esta última a 11ª maior produtora de PVC-S, com a indústria doméstica e importadoras nacionais de PVC-S. Outrossim, destaca-se a participação do Taipé Chines - 3ª maior capacidade instalada de PVC-S do mundo, que também possui participação relevante nas importações brasileiras, apesar do lead time e da regionalização do mercado de PVC-S. Cumpre informar, contudo, que uma das principais produtoras mundiais - a China, encontra-se gravada, em investigação que anteriormente envolvia, também, a Coréia do Sul com Direito Antidumping aplicado. Porém, esta última origem investigada encontra-se com medida Antidumping extinta desde agosto de 2020, após 12 anos de aplicação, ampliando as possibilidades de acesso no mercado internacional de PVC-S;

e) ao se aprofundar a análise das origens alternativas, percebe-se que as importações se revelam como parte da atividade comum das produtoras nacionais, com preços praticados nas exportações com destino ao Brasil com leves descolamentos da média de importações, mais elevados quando em comparação com os preços praticados para outros destinos. O que contrasta com os ganhos logísticos trazidos pela proximidade geográfica e desgravações concedidas mediante acordos regionais;

f) o preço médio do PVC-S importado dos EUA foi o mais baixo entre as importações brasileiras em grande parte da série analisada. Já os preços médios do PVC-S praticados por Colômbia, Alemanha e Argentina, origens não gravadas, apresentam-se entre os mais elevados nas quatro revisões de final de período.

Dessa forma, apesar da relevância dos EUA em termos de capacidade produtiva e exportações mundiais, outros produtores importantes de PVC-S se encontram desgravados de medida de defesa comercial relacionada ao produto, a exemplo de Taipé Chinês e Alemanha. Além disso, os EUA continuam exportando para o Brasil em volumes significativos de T21 a T25, mesmo com a aplicação do direito antidumping em análise. Por sua vez, o México - outra origem afetada pelo direito em análise - já não se faz presente nas importações brasileiras de forma consistente, o que pode ser explicado pela sucursal do principal exportador mexicano agora situada na Colômbia, origem com efetiva penetração nas importações brasileiras.

Não obstante, ao se analisar origens alternativas de fornecimento de PVC-S ao Brasil, destacam-se fatores como a distância geográfica, o lead time demandado e os custos para a exportação do produto, com esperas superiores a 60 dias. Conforme argumento trazido pela ABIPLAST, a espera pela internalização do produto e a venda realizada em grandes volumes - com grande carga e aumento dos custos operacionais - terminam por dificultar o acesso dos consumidores independentes de PVC-S aos exportadores de países fora da América do Sul. De todo modo, apesar da barreira da distância geográfica, origens como Taipé Chinês, Tailândia, Ucrânia, China e Coreia do Sul exportaram PVC-S de forma consistente para o mercado brasileiro.

Quanto ao suposto relacionamento entre a Braskem e a exportadora colombiana (Colômbia), Mexichem, não foram encontrados indícios de comércio entre partes relacionadas, uma vez que as importações com origem colombiana realizadas pela produtora nacional se apresentaram de forma errática, pontual e pareadas aos eventos elencados de redução temporária da produção de PVC-S. Ademais, outras atividades exportadoras sob o regime de contrato entre as partes em epigrafe deram-se em contexto díspar à presente análise em outro produto que não PVC-S.

Dessa forma, ao longo da série analisada, verifica-se a existência de origens alternativas estáveis e regulares de fornecimento em termos de volume e de preço, como Colômbia, Argentina, Taipé Chinês e Alemanha. Ademais, as importações originárias dos EUA não foram completamente afastadas do mercado, mesmo com a aplicação do direito antidumping, e a Coreia do Sul deixou de ser afetada por medidas de defesa comercial sobre suas exportações de PVC-S a partir de 2020.

2.2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1. Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto pelo Brasil e por outros países

Neste tópico, busca-se verificar se há outras origens do produto sob análise gravadas com medidas de defesa comercial pelo Brasil e ainda, se há casos de aplicação por outros países de medidas de defesa comercial para o mesmo produto. Com isso, aprofundam-se as considerações sobre a viabilidade de fontes alternativas e obtêm-se indícios da frequência da prática de dumping no mercado em questão

Os direitos em análise foram aplicados pela primeira vez em 27 de abril de 1992, por meio da Portaria MEFP nº 331, como direitos provisórios, e por meio da Portaria MEFP nº 792, de 1992, publicada em 30 de dezembro de 1992, como direitos definitivos. A última revisão do direito (quarta) foi encerrada pela Resolução CAMEX nº 89 de 2016, publicada no D.O.U de 28 de setembro de 2016, prorrogando a aplicação da medida com alíquotas ad valorem de 18% e 16% para as importações brasileiras originárias do México e dos EUA, respectivamente. Conforme já mencionado, além dos EUA e do México, encontram-se em vigor direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de PVC-S provenientes da China. Já a Coréia de Sul teve direito antidumping aplicado sobre suas exportações de PVC-S por 12 anos, extinto pela Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de mesma data.

O produto classificado no SH 3904.10 é objeto de aplicação de medidas antidumping por outros países do mundo, conforme descrito na tabela a seguir:

Medidas de Defesa Comercial. SH 3904.10

Medida de Defesa Comercial	País/Membro aplicador	Parceiro Afetado	Data da primeira aplicação
Medida antidumping	Índia	China	26/07/2011
Medida antidumping	Índia	União Europeia	07/10/2004
Medida antidumping	Índia	México	13/06/2014
Medida antidumping	Marrocos	União Europeia	14/07/2017

Medida antidumping	Marrocos	México	14/07/2017
Medida antidumping	Marrocos	EUA	27/12/2013
Medida antidumping	Paquistão	China	25/04/2018
Medida antidumping	Paquistão	Coréia do Sul	25/04/2018
Medida antidumping	Paquistão	Taipé Chinês	25/04/2018
Medida antidumping	Paquistão	Tailândia	25/04/2018
Medida antidumping	Turquia	Alemanha	06/02/2003
Medida antidumping	Turquia	EUA	06/02/2003

Atualmente, encontram-se em vigor 12 (doze) medidas antidumping em outros 4 (quatro) países, relacionadas ao código 3904.10 do Sistema Harmonizado. Dentre as origens sujeitas ao direito sob revisão, os EUA são alvo de medidas antidumping de outros 2 (dois) países: Marrocos e Turquia. Enquanto o México tem medidas aplicadas por Marrocos e Índia. Com relação às outras origens afetadas por direitos antidumping nas importações brasileiras de PVC-S, a China é objeto de medidas antidumping aplicadas por Índia e Paquistão. Além desses, a Alemanha (de forma separada à União Europeia), Coreia do Sul, Japão, Tailândia, Taipé Chinês e União Europeia são objeto de uma medida antidumping cada nas vendas de PVC-S.

2.2.2.2. Tarifa de importação

O PVC-S é comumente classificado no subitem 3904.10.10 da NCM, denominado "policloreto de vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo em suspensão". A alíquota do Imposto de Importação desse subitem tarifário foi definida em 14%, conforme Resolução CAMEX nº 42/2001, alterada pela Resolução CAMEX nº 41/2003, e permaneceu nesse patamar durante o período da investigação.

Ao se considerar o nível agregado do produto sob análise, para fins de comparação com o cenário internacional, constata-se que a tarifa brasileira de 14% é mais alta que a cobrada por 93,1% dos membros da OMC.

Além disso, a tarifa brasileira é mais alta que a média mundial dos países da OMC, que é de 4,4%, assim como a média da tarifa cobrada pelos cinco principais exportadores globais que reportaram suas tarifas, de 2020 a 2021, que é de 5,2%. Cumpre informar que de acordo com o divulgado pelas Resoluções GECEX nº 127, de 2020, e nº 174, de 2021, houve redução temporária da referida alíquota entre dezembro de 2020 e março de 2021, em razão da grande procura pelo produto, em um cenário de retomada da atividade produtiva da cadeia a jusante do PVC-S.

À época, ainda durante a pandemia do novo coronavírus, a atividade produtiva brasileira passou por significativa desaceleração, em especial no primeiro semestre de 2020. Contundo, no momento seguinte, em um movimento de recuperação, o mercado assistiu a um crescimento vertiginoso da demanda, pelo que, a mesma alcançou níveis similares e, em alguns momentos, superiores ao momento pré-pandemia. Nesse contexto, a indústria nacional apresentou dificuldade no abastecimento nacional imediato, o que levou à procura pelo produto importado pelos seus usuários, influenciando na decisão tomada pelo GECEX, em sua referida Resolução, a fim de se manter o abastecimento nacional de PVC-S em condições adequadas à cadeia a jusante do produto sob análise.

A Braskem, em suas manifestações finais, trouxe preocupações sobre os movimentos de redução tarifária observados recentemente como uma forma de incentivo às importações no produto. Com efeito, produtora doméstica ressaltou que discorda das decisões do governo quanto à redução tarifária e argumentou que a indústria doméstica possui capacidade instalada suficiente para atender a todo o mercado brasileiro. Segundo a Braskem, entre 2019 e 2021, a oferta e a demanda interna de PVC-S teriam sido impactadas por uma série de eventos circunstanciais, as quais teriam sido sanadas gradativamente, ao mesmo tempo em que a própria indústria doméstica teria abastecido o mercado brasileiro durante esse período. Em relação a um suposto aumento de preços, a Braskem alegou que o preço do PVC-S praticado pela indústria doméstica no mercado interno seria competitivo e acompanharia o preço das importações, tendo seguido a tendência internacional até P5 da atual revisão, quando teria crescido em ritmo inferior aos preços das importações em geral. Por fim, a produtora doméstica argumentou que o setor privado não teria apresentado pedido formal de redução temporária da TEC de PVC-S por razões de desabastecimento, já que a decisão governamental foi tomada de ofício.

Ainda a respeito dos movimentos de redução tarifária recentes, a ABIPLAST ressaltou em suas manifestações de fase probatória que tais movimentos evidenciariam uma situação concreta de desabastecimento do mercado brasileiro de PVC-S, assim como seus efeitos imediatos, quais sejam os aumentos de preços e a distorção na alocação de recursos na economia, prejudicando a competitividade.

Nesse sentido, ressalte-se que o imposto de importação de PVC-S, cuja alíquota era de 14%, passou por uma série de reduções. Em um período de seis meses, duas reduções consecutivas de 10% foram implementadas: a primeira, em novembro de 2021, conforme Resolução GECEX nº 269/2021, com a redução imposto de importação de PVC-S de 14% para 12,6%; e a segunda, em maio de 2022, com a redução de importação de PVC-S de 12,6% para 11,2%, conforme Resolução GECEX nº 353/2022.

Ressalte-se que a alíquota de 12,6% ficou como base para o produto em tela, conforme decisão do Conselho do Mercado Comum, em 20 de julho de 2022, por meio da revisão tarifária horizontal de grande parte do universo tarifário da TEC.

Por sua vez, em 4 de agosto de 2022, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) publicou a Resolução GECEX nº 381/2022, que incluiu o PVC-S na LETEC (Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum) mais uma vez e, consequentemente, reduziu o imposto de importação desse produto de 11,2% para 4,4% pelo prazo de um ano. Entre as justificativas listadas para tal inclusão, estaria "a necessidade de enfrentamento de problemas de abastecimento em certas cadeias produtivas, com diferentes graus de severidade, e de significativos aumentos de custos nos insumos de outras cadeias. A medida teria como objetivo, ainda, a melhoria da eficiência alocativa de recursos na economia, com potenciais ganhos de competitividade para diferentes segmentos industriais".

2.2.2.3. Preferências tarifárias

O subitem referente ao produto em análise é objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil e pelo Mercosul, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto da seguinte forma:

Preferências Tarifárias NCM 39041010

País/Bloco	Referência	Preferência Tarifária
Bolívia	ACE-36: Mercosul-Bolívia	100%
Chile	ACE-35: Mercosul-Chile	100%
Mercosul	ACE-18: Mercosul	100%
México	PTR-04: ALADI	20%
Peru	ACE-58: Mercosul-Peru	100%
Colômbia e Equador	ACE-59: Mercosul-Colômbia/Equador/Venezuela	100%
Cuba	ACE-62: Mercosul-Cuba	100%
Venezuela	ACE-69: Brasil-Venezuela	100%
Israel	ALC: Mercosul-Israel	100%
Egito	ALC: Mercosul-Egito	37,50%

Observa-se, assim, que ao longo de T7 a T25, a Colômbia, que possui preferência tarifária integral nas exportações de PVC-S para o Brasil desde 2008, tem sido a origem mais importante do produto sob análise durante o período. A Argentina, segunda origem mais importante em período recente, possui livre comércio com o Brasil na NCM correspondente ao PVC-S desde a implementação total da desgravação tarifária no Mercosul, em 1994.

2.2.2.4. Temporalidade das medidas de defesa comercial

O PVC-S conta com medidas antidumping aplicadas ao produto proveniente da China há 14 anos, implementadas pela Resolução CAMEX nº 51, de 28 de agosto de 2008. Já os produtos originários da Coreia do Sul tiveram direito antidumping aplicado por 12 anos, finalmente extintos em agosto de 2020 - Circular SECEX nº 50, de 14 de agosto de 2020. O histórico das alíquotas cobradas dessas duas origens está descrito no quadro a seguir.

Quadro consolidado das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público China e Coréia do Sul

Investigação	Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping	Recomendação de IP (manutenção, alteração, suspensão ou extinção)
Original	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
Original	China	- Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd.	10,5%	--
Original	China	- Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd.,	10,5%	--
Original	China	- LG Dagu Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
Original	China	Demais exportadores	21,60%	--
Original	Coreia do Sul	- LG Chemical Ltd.	2,70%	--
Original	Coreia do Sul	Demais, exceto Hanwha Chemical Corporation	18,90%	--
1ª Revisão	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
1ª Revisão	China	- Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd.	10,5%	--
1ª Revisão	China	- Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd.,	10,5%	--
1ª Revisão	China	- LG Dagu Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
1ª Revisão	China	Demais exportadores	21,60%	--
1ª Revisão	Coreia do Sul	- LG Chemical Ltd.	2,70%	--
1ª Revisão	Coreia do Sul	Demais, exceto Hanwha Chemical Corporation	18,90%	--
2ª Revisão	China	- Shanghai Chlor-Alkali Chemical Co., Ltd.	10,5%	--
2ª Revisão	China	- Suzhou Huansu Plastics Co., Ltd.		--
2ª Revisão	China	- Tianjin Dagu Chemical Co., Ltd.,		--
2ª Revisão	China	- LG Dagu Chemical Co., Ltd.		--
2ª Revisão	China	Demais exportadores	21,60%	--
2ª Revisão	Coreia do Sul	Direito extinto	--	--

Ademais, as importações de PVC-S originárias dos EUA e do México estão sujeitas a direitos antidumping há quase 30 (trinta) anos, desde abril de 1992, sendo este o caso sob análise. Ressalte-se o fato de esta medida ser um dos direitos mais antigos em vigor no Brasil.

2.2.2.5. Outras barreiras não tarifárias

Neste tópico, ressalte-se que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária possui Regulamento Técnico acerca da utilização de resina de PVC para embalagens alimentares, pelo que, estas não podem conter VCM residual acima de 1 ppm.

Além disso, o produto conta com conjuntos de normas técnicas aplicáveis à cada variação de percentual de concentração residual de VCM, aplicável - à resina de PVC-S, a norma técnica ABNT NBR 7665 - Sistemas para adução e distribuição de água - Tubos de PVC, na qual define-se valor K da resina de PVC em 65, no mínimo.

Cabe ressaltar que a Unipar Indupa, em sua resposta, ao Questionário de Interesse Público, alegou atender às medidas supracitadas. A Braskem, por sua vez, alegou não existirem barreiras não tarifárias aplicadas às importações.

A base de dados "i-TIP" da OMC contabiliza barreiras técnicas aplicadas ao código SH 3904.10 por 3 países - EUA, Gabão e República Dominicana - e restrições quantitativas aplicadas por 13 países.

2.3 Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise

Com o intuito de avaliar o mercado brasileiro de PVC-S, vale compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das vendas de outras produtoras nacionais, das importações das origens investigadas e das importações de outras origens alternativas. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam no mercado brasileiro do produto.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a ABIPLAST fez referência ao Parecer SDCOM nº 39/2021 para argumentar que as vendas da indústria doméstica de produto de fabricação própria teriam representado entre [CONFIDENCIAL] [60-70[%, em T25, e [CONFIDENCIAL] [70-80[%, em T21, do mercado brasileiro no período sob análise na presente revisão antidumping. A ABIPLAST ressaltou, ainda, que o próprio Parecer SDCOM nº 39/2021 relata que a redução nos indicadores de volume de vendas da indústria doméstica (e, assim, sua participação de mercado), teria relação com importações e revendas pela própria indústria doméstica.

Adicionalmente, a ABIPLAST relatou que as importações brasileiras de PVC-S teriam representado entre [CONFIDENCIAL] [20-30[%, em T21, e [CONFIDENCIAL] [40-50[%, em T25, do mercado brasileiro no período sob análise na revisão antidumping. Para a ABIPLAST, apesar dessa representatividade quantitativa, seria necessário considerar que parte das importações teria sido realizada pela própria indústria doméstica para revenda e que o mercado brasileiro teria sofrido uma crise de abastecimento entre T24 e T25, o que teria levado ao aumento das importações, conforme o Parecer SDCOM nº 39/2021.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Unipar relatou que não haveria dados precisos sobre o consumo nacional aparente, já que a produtora doméstica não disporia de informações precisas sobre as vendas da Braskem no mercado interno. Assim, a Unipar se limitou a apresentar informações referentes às suas vendas e importações entre T21 e T25.

A Braskem apontou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que o cenário recente de consumo nacional de PVC-S se dá em um contexto de queda da participação da indústria doméstica e aumento das importações, incluindo aquelas com origem nos EUA. Nesse sentido, a produtora nacional argumentou que a suposta causa da dilatação do mercado consumidor de PVC-S teria se dado em função do aumento da permeabilidade desse mercado, com a entrada de importações provenientes de origens gravadas e não gravadas. De acordo com a Braskem, esse crescimento teria supostamente ocorrido em função da perda de poder de mercado exercido pela indústria doméstica de PVC-S.

A propósito das manifestações das partes, cabe repisar que ao longo de toda a série histórica o mercado de PVC-S se apresentou em crescimento continuo com ocasionais picos da demanda. Assente a isso, a capacidade produtiva nacional também apresentou expansão pareada à demanda nacional, bem como expansão de seus parques produtivos. Destaca-se aqui a característica complementar à oferta nacional por parte das importações, uma vez que, a demanda nacional por PVC-S e seus aumentos exponenciais podem ser comumente associados ao ganho de participação do produto importado no mercado nacional e a desconcentração do poder condensado na indústria nacional. Consente a isso, observou-se que eventuais lacunas deixadas pela indústria nacional, quanto ao abastecimento do produto, são prontamente preenchidas pelas importações, como pode ser observado nos volumes comercializados entre T21 e T25.

A respeito das importações realizadas pela indústria doméstica para fins de revenda, constatou-se que as importações realizadas pela Braskem no período analisado apresentam picos pontuais, convergentes aos incidentes ora relatados, como forma de atender à demanda pelo produto a ser comercializado pela produtora nacional. Desta forma, as atividades de revenda não se apresentaram enquanto prática comum à produtora nacional Braskem, como forma complementar à sua oferta nacional de PVC-S. Em relação à prática de revenda das importações realizadas pela produtora nacional Unipar, averiguou-se a existência de relacionamento intragrupo desta com a produtora argentina Unipar Argentina, sendo que, as importações desta origem para a produtora brasileira se apresentam enquanto oferta complementar às operações da produtora brasileira supracitada no mercado nacional de PVC-S, o que levou a ponderação das análises ora apresentadas com base no relacionamento identificado entre as partes.

Conforme explicitado nos Pareceres DECOM nº 28/2004, DECOM nº 22/2010, DECOM nº 38/2016 e SDCOM nº 12541/2022, não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica (ID), de forma que o consumo nacional aparente (CNA) e o mercado brasileiro se equivalem. Com o objetivo de dimensionar o mercado brasileiro de PVC-S, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas líquidas de devoluções da indústria doméstica e das outras produtoras nacionais no mercado interno e as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da Receita Federal do Brasil (RFB).

Nos termos da presente revisão, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de PVC-S da Braskem e da Unipar, que, representaram 100% da produção nacional do produto similar doméstico de abril de 2020 a março de 2021.

Mercado Brasileiro de PVC-S (em número-índice e %)

[CONFIDENCIAL]

	Vendas D		Importações sob análise		Importações - Outros	
	Nº índice	%	Nº índice	%	Nº índice	%
T7	100	[80-90[	-------	[0-10[	100	[10-20[
T8	98,5	[80-90[	100	[0-10[	133,4	[10-20[
T9	84,3	[70-80[	376,51	[0-10[	146,5	[20-30[
T10	86	[80-90[	19,01	[0-10[	97,8	[10-20[
T11	94,4	[80-90[	785,35	[0-10[	120,5	[10-20[
T12	104,8	[80-90[	18,28	[0-10[	114,5	[10-20[
T13	111,2	[80-90[	24,7	[0-10[	135,7	[10-20[
T14	117,2	[60-70[	20020,7	[10-20[	139	[10-20[
T15	107,4	[70-80[	6033,41	[0-10[	235,7	[20-30[
T16	125,7	[60-70[	3639,23	[0-10[	373,1	[20-30[
T17	125,2	[60-70[	10575,18	[0-10[	427,2	[30-40[
T18	139,4	[60-70[	2842,25	[0-10[	403,5	[20-30[
T19	150,2	[60-70[	5637,41	[0-10[	475,2	[30-40[
T20	145,2	[60-70[	2309,08	[0-10[	452,7	[30-40[
T21	139,3	[70-80[	1067,07	[0-10[	298,1	[20-30[
T22	123,2	[60-70[	3277,72	[0-10[	337,9	[20-30[
T23	123,5	[60-70[	622,28	[0-10[	380,8	[30-40[
T24	114,4	[60-70[	3586,56	[0-10[	448,1	[30-40[
T25	122,7	[50-60[	4903,03	[0-10[	525	[30-40[

Mercado Brasileiro de PVC-S (em número-índice e %)

[CONFIDENCIAL]

	Mercado Brasileiro	
	Nº índice	%
T7	100	100
T8	103	100
T9	92,7	100
T10	87,5	100
T11	98,7	100
T12	106,1	100
T13	114,3	100
T14	146,6	100
T15	131,6	100
T16	161,9	100
T17	177,5	100
T18	176,6	100
T19	198,8	100
T20	187,1	100
T21	160,8	100
T22	154,7	100
T23	156,9	100
T24	161,4	100
T25	180,1	100

Nota-se que o mercado brasileiro de PVC-S aumentou em 80,1% de T7 a T25. As vendas absolutas da indústria doméstica também registraram incremento de 22,7% nesse período, mas anotaram variação negativa em sua participação de [CONFIDENCIAL] [80-90[% do mercado brasileiro em T7 para [CONFIDENCIAL] [50-60[% em T25. Já as importações brasileiras provenientes das origens sob análise cresceram expressivos 4.802,4%, em termos absolutos, entre T8 e T25 (destaque-se que em T7 não se registraram importações de PVC-S das origens sob análise). Em termos de participação relativa no mercado brasileiro, as importações das origens sob análise aumentaram de [CONFIDENCIAL] [0-10[% em T8 para [CONFIDENCIAL] [0-10[% do mercado brasileiro em T25. Por fim, as importações do produto proveniente de outras origens cresceram 425% em termos absolutos entre T7 e T25. Da mesma forma, a participação relativa do PVC-S importado de outras origens variou positivamente, de [CONFIDENCIAL] [10-20[% em T7 para [CONFIDENCIAL] [30-40[% do mercado brasileiro em T25.

No período correspondente à atual revisão de final de período (T21 a T25), o mercado brasileiro de PVC-S cresceu 12% em termos absolutos. Já as vendas da indústria doméstica registraram comportamento inverso e decresceram 11,9% no mesmo período, em termos absolutos. Com efeito, a participação relativa da indústria doméstica no mercado brasileiro variou negativamente, de [CONFIDENCIAL] [70-80[% em T21 para [CONFIDENCIAL] [50-60[% em T25.

As importações de PVC-S provenientes das origens sob análise cresceram 359,5% no período da atual revisão e, em termos de participação relativa, variaram positivamente de [CONFIDENCIAL] [0-10[% em T21 para [CONFIDENCIAL] [0-10[% em T25.

Por fim, as importações provenientes de outras origens cresceram 76,1% entre T21 e T25, em termos absolutos, e variaram positivamente de [CONFIDENCIAL] [20-30[% para [CONFIDENCIAL] [30-40[% em termos relativos no período.

Em termos gerais, observa-se que a indústria doméstica diminuiu a sua participação no mercado brasileiro de [CONFIDENCIAL] [80-90[% no início da série analisada (T7) para [CONFIDENCIAL] [50-60[% no último período (T25). Nesse sentido, a expansão do mercado brasileiro em 80%, de T7 a T25, se deu principalmente com o crescimento das importações de PVC-S. Enquanto as importações totais cresceram 476,7% do início ao fim da série analisada (T7 a T25), as vendas da indústria doméstica cresceram apenas 22,7%. Tal cenário demonstra uma perda da importância relativa das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de PVC-S e o aumento da permeabilidade às importações, ainda que parte relevante seja proveniente de parte relacionada na Argentina a uma das produtoras domésticas.

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

Nesta seção, busca-se analisar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, em caso de aplicação da medida de defesa comercial.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a ABIPLAST argumentou, com base em dados do Parecer SDCOM 39/2021, que o risco de desabastecimento pelo qual a cadeia de PVC tem supostamente passado há diversos anos se materializou nos anos de 2020 e 2021. Isso, inclusive, teria motivado reduções tarifárias ao PVC, de forma a aliviar a situação da cadeia produtiva. Para corroborar seu argumento, a ABIPLAST reproduziu dois parágrafos do Parecer SDCOM 39/2021, os quais atestam a redução temporária da alíquota de importação para 4% entre 11 de dezembro de 2020 e 11 de março de 2021 - em razão de problemas de abastecimento e de restrição de oferta pela cadeia de fornecimento -, e a posterior renovação dessa alteração da alíquota e também do volume de quota.

Para a ABIPLAST, não se trataria, portanto, de um risco teórico de desabastecimento, mas de uma ocorrência concreta de desabastecimento dentro de parte crucial do período de análise - T24 e T25 -, na qual a própria Braskem teria admitido que recorreu a revendas de PVC-S importado a fim de garantir o abastecimento do mercado doméstico.

Adicionalmente, a ABIPLAST reiterou a alegação de que a indústria doméstica não possuiria capacidade de abastecimento do mercado local, pois sua capacidade efetiva seria menor que sua capacidade nominal - estimada em aproximadamente 970.000 a 1.010.000 toneladas devido à necessidade de paradas obrigatórias e à impossibilidade de performance de 100% na conversão - e ainda menor que o consumo aparente - estimado em 1.100.000 toneladas e que cresceria a um percentual aproximado de duas vezes o crescimento do PIB.

A ABIPLAST alegou também que haveria risco de desabastecimento decorrente de possível direcionamento de vendas da indústria doméstica para o mercado externo ou até mesmo em razão de redução marginal da produção com vistas a permitir aumentos de preços, o que seria supostamente potencializado pela aplicação de direitos antidumping.

Para corroborar essa alegação, a ABIPLAST ressaltou que o Departamento de Estudos Econômicos do CADE havia produzido um estudo cujo resultado teria indicado que a produção nacional de PVC não seria rivalizada por outros produtos e/ou pela produção de outras regiões geográficas, pois o mercado relevante desse produto teria dimensão geográfica nacional.

A ABIPLAST relatou, ainda, preocupações quanto à capacidade de a indústria doméstica atender a demanda interna especialmente após a paralisação da extração de sal-gema na planta da Braskem em Maceió, Alagoas. Segundo informado pela pleiteante, a Braskem é uma indústria química verticalizada, de produção integrada, pelo que o sal-gema extraído pela empresa é quase integralmente utilizado para consumo cativo. Como insumo inicial do processo produtivo de PVC-S, o sal é convertido em soda cáustica e cloro por meio de eletrólise. O cloro obtido é um insumo para a produção do dicloroetano (EDC), depois de combinado com o eteno, também produzido internamente pela empresa. O EDC, por sua vez, é transformado em monômero de cloreto de vinila (VCM) a partir de processo de craqueamento. Por fim, o PVC-S é gerado da polimerização do VCM em suspensão, resultando em um produto comercializado no formato em pó.

A ABIPLAST anexou aos autos chamada jornalística datada de 9 de maio de 2019, do jornal Valor Econômico, noticiando a paralisação da extração de sal-gema e, consequentemente, da produção de EDC pela Braskem em Maceió, Alagoas. Tal fato é consequência da divulgação de um relatório pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que associou o afundamento do solo em 3 (três) bairros da capital alagoana à atividade de extração do sal-gema na região, realizada pela empresa. A ABIPLAST alegou também que a mídia brasileira divulgou amplamente a notícia de que a Braskem teria decidido por fechar definitivamente os poços de extração de sal-gema em Maceió.

Assim, a ABIPLAST questionou a capacidade da Braskem de atender os consumidores brasileiros de PVC-S no médio e no longo prazo. Segundo notificação que teria sido enviada a seus clientes, a solução encontrada pela Braskem para superar esse problema de desabastecimento seria a importação de EDC.

Por fim, a ABIPLAST sublinhou que as pequenas e médias empresas brasileiras consumidoras de PVC-S seriam dependentes da aquisição do produto ofertado pelas fabricantes locais ou pelas distribuidoras, já que teriam pouco ou nenhum poder de compra em grandes volumes fornecidos pelas fabricantes internacionais. Ademais, a ABIPLAST destacou que as empresas eventualmente optantes pelo Simples não costumariam lograr êxito em adquirir PVC-S diretamente da indústria doméstica em razão da sistemática de créditos tributários. Assim, as empresas enquadradas no Simples necessitariam recorrer às distribuidoras, cuja margem sobre o preço do produto - em adição à margem já cobrada pela indústria doméstica - tornaria a aquisição de PVC-S por essa via ainda mais onerosa.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Shintech informou que teria fornecido à [CONFIDENCIAL] o equivalente a [CONFIDENCIAL] toneladas de PVC-S entre [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL] de [CONFIDENCIAL]. Segundo a Shintech, o contexto dessa transação comercial refletiria a existência de dificuldades de abastecimento do mercado local pela indústria doméstica e pelas produtoras de PVC locais, corroborada pela troca de correspondências confidenciais entre a Shintech e clientes brasileiros, inclusive com discussão sobre a competitividade de preços internados de exportações dos EUA em comparação as outras origens.

Ressalte-se, ainda, que a Shintech anexou à sua resposta do questionário de interesse público as referidas correspondências eletrônicas trocadas com clientes brasileiros, nos quais constam tanto [CONFIDENCIAL], como empresas transformadoras da indústria plástica.

Além disso, a própria Braskem teria procurado a produtora estadunidense a fim de obter o produto sob análise, em data próxima à ocorrência da paralisação da extração de sal-gema.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, o CADE alegou ter havido risco de desabastecimento do mercado pela restrição da oferta de PVC-S em razão da pandemia da COVID-19. Inclusive, o CADE relatou que, para que não houvesse falta do produto no mercado, a medida antidumping foi suspensa por três meses. De acordo com o órgão de defesa da concorrência, a referida pandemia sanitária teria dificultado a produção e todo processo logístico de abastecimento de PVC-S. Ademais, o CADE sublinhou que o fato de o mercado ser altamente concentrado elevaria o risco de desabastecimento em qualquer outro caso de restrição de oferta. O CADE concluiu, assim, que a medida antidumping contribui para a restrição da oferta de PVC-S e para a baixa competitividade desse mercado.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Unipar alegou que suas vendas seriam voltadas ao mercado interno, sendo as exportações realizadas exclusivamente para minimizar a ociosidade de sua planta. Argumentou, ainda, que não haveria qualquer priorização de vendas ao mercado externo e que as exportações funcionariam apenas como forma de reduzir a ociosidade da indústria, não sendo o canal preferencial de vendas da indústria doméstica.

Adicionalmente, a Unipar afirmou que, ao longo de todo o período de T21 a T25, teria sempre atendido a seus clientes. Destacou, inclusive, que poderia ter vendido volume ainda maior do produto em razão de sua ociosidade no período de T22 a T25. Entretanto, tal fato não teria ocorrido porque o consumidor brasileiro acaba optando pelo produto importado - especialmente o estadunidense -, já que este entraria no mercado nacional muitas vezes a preço de dumping e subcotado.

Por fim, a Unipar concluiu que não haveria qualquer risco de desabastecimento do mercado em decorrência da manutenção das medidas antidumping sob revisão porque haveria, ainda, a opção de importar o PVC-S de outras origens, algumas até sem o pagamento do imposto de importação, como Argentina e Colômbia.

Em seu turno, a Braskem, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, confirmou as informações acerca da paralisação de uma de suas minerações de sal em Alagoas, entre maio de 2019 (T24) e fevereiro de 2021 (T25). À ocasião, a empresa optou por importar todo o EDC utilizado em sua linha produtiva, para produzir VCM - insumo para a produção de PVC-S. Entretanto, a produtora nacional aponta para o fato de que tal ocorrência não resultou na paralisação de sua produção de PVC-S, mas levou a empresa a recorrer à aquisição do insumo produzido por terceiro para a produção, adequando assim sua cadeia logística de suprimentos. De acordo com a Braskem, em sua resposta ao QIP, a empresa teve, também, desativação mineradora localizada na Bahia - desativada em função do fim da vida útil da planta, em abril de 2021 (T25).

Ainda sobre os eventos geológicos supracitados, a empresa afirmou, em sua resposta ao QIP, que para adequação às novas condições de produção de PVC-S, suas plantas produtivas passaram por adequações para a produção de EDC e VCM a partir do processamento de salmoura para obtenção de cloro-soda. A Braskem aderiu à importação de sal para a retomada da produção integrada de PVC-S - sendo responsável por [CONFIDENCIAL] [0-10[% e [20-30[% das importações brasileira de sal originarias do Chile em 2020 e 2021, respectivamente. Por ocasião da verificação in loco na empresa, ter-se-ia demonstrado a readequação da linha produtiva, com a manutenção da capacidade produtiva instalada da Braskem. Na mesma ocasião, a Braskem atribuiu as interrupções observadas na produção de PVC-S a sua prática de realização de pausas programadas.

Com efeito, a verificação in loco realizada pela equipe da SDCOM permitiu constatar que [CONFIDENCIAL]. Entretanto, durante esse período, [CONFIDENCIAL].

Acerca da preferência em virtude da opção pela exportação, a Braskem, em sua resposta ao QIP, rechaçou qualquer prática nesse sentido, sendo o abastecimento nacional a prioridade comercial da empresa. A produtora nacional argumentou que, consonante a isso, o movimento de exportações e vendas internas reflete o posicionamento de priorização do mercado consumidor brasileiro, em detrimento à prática exportadora, o que estaria na contramão da prática de outras grandes produtoras de PVC-S.

Por fim, a ABIPLAST, em sua manifestação final, apontou para o aumento exponencial das importações realizadas pela indústria doméstica, pelo que, de acordo com a Nota Técnica SDCOM nº 34210/2022/ME foi apurado o aumento das importações de PVC-S em 143,7% entre T23 e T24. Consonante a isso, assistiu-se, também, ao aumento da revenda realizada pela indústria doméstica, com patamares de 136,1% de T23 a 24 e 23% T20 a T25. Nesse sentido, argumentou a referida associação, estaria demonstrada a dificuldade da indústria doméstica no abastecimento nacional de PVC-S.

A ABIPLAST argumentou, em sua manifestação final, acerca da discrepância entre a produção nacional e o mercado consumidor de PVC-S, A primeira teria apresentado contração de 22% entre T20 e T25, enquanto o segundo expandiu-se em 12% no mesmo período. Nesse mesmo sentido, seguiu-se a argumentação relativa às vendas da indústria nacional e sua formação de estoque, uma vez que, no primeiro aspecto, houve uma queda de 11,9% de T20 a T25, e, em direção oposta, nota-se a formação de estoque disparar em 122,6% no mesmo período. De acordo com a Associação, esses contrastes apontam para prática abusiva de manipulação de mercado, que se somam à suposta crise de abastecimento.

A ABIPLAST, em sua manifestação final, reforçou a argumentação da utilização do Índice de Preços do Produtor (IPP) enquanto ferramenta mais adequada para a apuração das variações de preço praticadas pela indústria doméstica e comparação aos setores com os quais se equipara o setor que abarca o produto em análise. A Associação argumenta que, dada a proximidade entre os setores de borracha e plástico com o setor em análise, os índices referentes a tais setores seriam a melhor proxy disponível para a presente análise. Além disso, a peticionária aponta para as discrepâncias entre o preço praticado pela indústria nacional e as variações identificadas no setor análogo, frente a que, segundo a associação, consistiria em elemento essencial para a comprovação de prática de preços acima do razoável.

Outro fator apresentado pela ABIPLAST em sua manifestação final, que colabora a para o argumento anteriormente citado, repousa nos preços nominais, apurados junto ao Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) pela peticionária. Em sua argumentação, a peticionária afirma que, enquanto em setor análogo assistiu-se a um aumento de cerca de 15,07% nos preços, os de PVC-S teriam disparado em 62,5%, destoando das dinâmicas naturais ao mercado de plásticos.

Com relação às manifestações, reconhece-se que o mercado de PVC-S passou por diversas instabilidades decorrentes das mudanças provocadas pela pandemia de Covid-19 e da paralisação de extração de sal-gema pela Braskem em Alagoas. Inclusive, essa última questão foi objeto de análise detalhada ao longo da avaliação de interesse público relativa aos direitos antidumping aplicados sobre as exportações de PVC-S originárias da China e da Coreia do Sul - Processo SEI nº 19972.101519/2019-63. Não obstante, conforme noticiado pela imprensa e observado durante a verificação in loco no âmbito da revisão de direito antidumping (processos SEI ME nº 19972.101543/2021-17 e 19972.101544/2021-61), a Braskem retomou sua produção de cloro-soda ao final de T25, em uma planta adaptada para utilização de sal proveniente de outras origens.

Relatadas as manifestações das partes, analisam-se os dados da produção da indústria doméstica em relação à capacidade instalada e à capacidade ociosa de produção de PVC-S da indústria doméstica para que possam ser comparados com os dados do mercado brasileiro do produto.

Capacidade instalada, produção da ID, grau de ocupação da ID e mercado brasileiro de PVC-S (em número-índice e %)

[CONFIDENCIAL]

	Capacidade Instalada (Número-índice)	Produção ID (Número-índice)	Grau de Ocupação da ID (%)	Mercado Nacional (Número-índice)
T7	100,0	100,0	[90-100]	100,0
T8	100,5	88,1	[80-90[	103,0
T9	92,0	85,0	[80-90[	92,7
T10	100,3	90,9	[80-90[	87,5
T11	96,4	92,1	[80-90[	98,7
T12	102,3	94,4	[80-90[	106,1
T13	104,8	101,6	[80-90[	114,3
T14	104,3	106,1	[80-90[	146,6
T15	114,0	98,4	[80-90[	131,6
T16	118,6	107,0	[80-90[	161,9
T17	118,4	109,4	[80-90[	177,5
T18	149,3	120,3	[70-80[	176,6
T19	146,9	132,4	[80-90[	198,8
T20	149,7	131,4	[80-90[	187,1
T21	150,6	138,2	[80-90[	160,8
T22	147,5	124,9	[80-90[	154,7
T23	148,9	123,0	[70-80[	156,9
T24	146,5	102,8	[60-70[	161,4
T25	149,2	107,7	[60-70[	180,1

De acordo com a tabela acima, nota-se que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica cresceu 49,2% entre T7 e T25 e sua produção aumentou 7,7% no mesmo período. Entretanto, o mercado brasileiro expandiu 80,1% ao longo dessa série histórica, patamar bem mais elevado que a expansão da capacidade instalada da indústria doméstica. Ainda considerando toda a série histórica, a taxa média de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica foi de [CONFIDENCIAL] [80-90[%.

Na atual revisão de final de período (T21 a T25), a capacidade instalada e a produção da indústria doméstica recuaram 0,9% e 22%, respectivamente, em evidente contraste com a expansão de 12% do mercado brasileiro. Além disso, entre T21 e T25, a indústria doméstica registrou a menor taxa média - [CONFIDENCIAL] [70-80[% - de ocupação de sua capacidade instalada em relação às taxas médias dos demais períodos de revisão da aplicação da medida antidumping desde T7.

Ademais, como a indústria doméstica apresenta vendas no mercado externo, deve-se também observar se existe a possiblidade de priorização de tais operações, o que poderia acarretar risco de desabastecimento ao mercado brasileiro. Para tanto, analisam-se as características da totalidade das operações da indústria doméstica (vendas ao mercado interno e exportações), conforme tabela abaixo:

Operações da Indústria Doméstica (Número-índice e %)

[CONFIDENCIAL]

	Vendas no mercado interno		Vendas no mercado externo		Operações totais	
	Nº-índice	%	Nº-índice	%	Nº-índice	%
T7	100,0	[90-100]	100,0	[0-10[	100,0	100
T8	98,5	[90-100]	106,0	[0-10[	98,9	100
T9	84,3	[90-100]	146,3	[0-10[	87,6	100
T10	86,0	[80-90[	234,1	[10-20[	93,8	100
T11	94,4	[80-90[	192,9	[10-20[	99,6	100
T12	104,8	[90-100]	116,5	[0-10[	105,4	100
T13	111,2	[90-100]	116,7	[0-10[	111,5	100
T14	117,2	[90-100]	62,1	[0-10[	114,3	100
T15	107,4	[90-100]	139,7	[0-10[	109,1	100
T16	125,7	[90-100]	2,9	[0-10[	119,3	100
T17	125,2	[90-100]	0,5	[0-10[	118,6	100
T18	139,4	[90-100]	0,0	[0-10[	132,1	100
T19	150,2	[90-100]	0,1	[0-10[	142,3	100
T20	145,2	[90-100]	0,0	[0-10[	137,5	100
T21	139,3	[80-90[	423,1	[10-20[	154,2	100
T22	123,2	[80-90[	302,2	[10-20[	132,6	100
T23	123,5	[90-100]	241,6	[0-10[	129,7	100
T24	114,4	[90-100]	78,4	[0-10[	112,5	100
T25	122,7	[90-100]	76,4	[0-10[	120,3	100

Observa-se que, em todos os períodos, a maior parte da destinação da produção de PVC-S da indústria doméstica foi para as vendas no mercado interno, as quais corresponderam, na média do período de T7 a T25, a [CONFIDENCIAL] [90-100]% do total de vendas. Quando se analisa o período da atual revisão de final de período (T21 a T25), verifica-se que a taxa média de vendas da indústria doméstica para o mercado interno recuou para [CONFIDENCIAL] [90-100]%, abrindo espaço para a expansão das vendas ao mercado externo, cuja taxa média entre T21 e T25 atingindo [CONFIDENCIAL] [0-10[%.

Ante o exposto, não foram encontrados indícios de risco iminente de desabastecimento nacional de PVC-S, uma vez que, apesar dos incidentes ora relatados e das paradas programadas, observaram-se variações relativamente pequenas das vendas da empresa e do volume produzido com queda de [CONFIDENCIAL], em relação a T23. Entretanto, não foi constatada perda de capacidade produtiva instalada durante o período analisado, tendo em vista que esta não passou por reduções significativas ao longo de toda a série - informação confirmada por ocasião da verificação in loco. Da mesma forma, observou-se a ausência de preferência dada à atividade exportadora, em detrimento do mercado brasileiro de PVC-S, por parte das produtoras domésticas, visto que suas vendas se concentraram no mercado brasileiro.

2.3.3. Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

Nesta seção, busca-se avaliar eventual risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade. No que se refere à análise de preço, procura-se verificar a existência de elementos que possam indicar eventual exercício de poder de mercado por parte da indústria doméstica ou por outros produtores nacionais.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Unipar alegou que, entre T21 e T24, os preços praticados pela indústria doméstica teriam seguido a evolução dos custos, tendo até variado menos do que os custos na comparação entre estes dois períodos. No entanto, a Unipar argumentou que, em T25 - em razão de fatores extraordinários e imprevisíveis, relacionados à pandemia do COVID-19 -, os preços variaram acima dos custos. Para a Unipar, os fatores que teriam gerado tal efeito, completamente atípico neste mercado, foram o incremento no preço internacional do produto em dólares - que baliza o preço interno - e a desvalorização de mais de 30% na taxa de câmbio R$/US$ entre T24 e T25.

A Unipar comparou também a evolução de seus preços com o preço médio das importações brasileiras, ambos em R$/ton. A Unipar concluiu que seus preços seriam disciplinados pelos preços internacionais, por meio das importações, e notou, ainda, que as variações em ambos os preços seriam praticamente idênticas.

Quanto a eventuais restrições à oferta nacional em termos da qualidade e da variedade do produto sob análise, a Unipar alegou que o mercado brasileiro não correria tal risco, uma vez que o PVC-S importado dos EUA e do México não deixaria de ser ofertado no país, apenas passaria a ser oferecido em condições leais de comércio. Adicionalmente, a Unipar argumentou que, o produto estadunidense nunca deixou de ser exportado para o Brasil e a Mexichem (México), principal produtora mexicana e com parte relacionada no Brasil (Amanco), manteria volume expressivos de exportações para o país a partir de sua planta na Colômbia.

Por fim, a Unipar relatou que as devoluções representariam menos de 0,5% de suas vendas e que não haveria diferenças significativas de qualidade entre os produtos fabricados pela indústria doméstica e os produtos importados, pois as fabricantes nacionais possuiriam o mesmo nível de desenvolvimento tecnológico da indústria produtora de PVC-S no mundo.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a ABIPLAST se fundamentou em dados trazidos pelo Parecer SDCOM 39/2021 e verificou que o preço médio de venda no mercado interno teria crescido significativos 38,9% de T21 a T25, ao passo que o preço médio de venda para o mercado externo apresentaria contração de 20,7% no mesmo período. Considerando que o PVC-S é uma commodity, a ABIPLAST avaliou que essas diferenças apresentariam fortes indícios de comportamento não competitivo por parte da indústria doméstica, o que, aliado aos problemas de abastecimento já por essa associação, configuraria quadro claro de distorções no mercado, acentuadas pela aplicação de direitos antidumping que protegeriam excessivamente a indústria doméstica.

Também a partir dos dados trazidos pelo Parecer SDCOM 39/2021, a ABIPLAST observou um suposto descolamento dos preços domésticos em relação aos custos do produto vendido (CPV). Com efeito, a ABIPLAST verificou que o preço médio de venda no mercado interno cresceu significativos 38,9% de T21 a T25, ao passo que o CPV cresceu apenas 8,5% no mesmo período e o custo de produção teve significativa contração de 15,5% no período.

Quanto a eventuais restrições à oferta nacional em termos da qualidade e da variedade do produto sob análise, a ABIPLAST alegou que a Braskem não especificaria que seus produtos possuem conteúdo de MCV (monômero do cloreto de vinila) residual inferior a 1 PPM (uma parte por milhão). Para ressaltar o contraste, a ABIPLAST apresentou evidências de que a maior produtora de PVC-S nos EUA assegura que seus produtos possuem conteúdo de MCV residual inferior a 1 PPM.

Segundo a ABIPLAST, teoricamente seria possível corrigir eventuais excessos de MCV residual durante o processo de transformação de PVC em produtos dos elos seguintes da cadeia, mas isso não alteraria o fato de que que não seria possível utilizar o produto da Braskem sem a aplicação de técnicas produtivas que implicariam custos e riscos específicos ao usuário do produto da Braskem, no caso de aplicações que exigem produtos com teor de MCV residual inferior a 1 PPM.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Shintech apresentou correspondência trocada com um cliente brasileiro na qual estaria evidenciado que o preço praticado pela Shintech não conseguiria ser competitivo, considerando uma imposição tarifária (imposto de importação mais direito antidumping) equivalente a 30%.

Em seu turno, a Braskem argumentou, em sua resposta ao QIP, que a prática de preços se dá de forma pareada à dinâmica internacional de precificação de PVC-S, levando em consideração, também, os custos de produção relevantes ao comercio de PVC-S nacional. De acordo com a produtora nacional, dado o caráter internacional do mercado de PVC-S, os preços se orientam pelas definições internacionais de preço, sendo a dinâmica do comercio internacional de PVC-S fator determinante para a competitividade nacional em termos de preço.

Além disso, de acordo com o estudo econômico acostado aos autos pela Braskem, teria se constatado que a redução da produção nacional se deu em partes pelo suposto aumento dos custos de produção. A diminuição dos níveis de produção teria como objetivo mitigar a elevação dos custos produtivos e equalizá-los com os retornos a serem obtidos.

Nesse sentido, o estudo econômico encomendado pela Braskem e elaborado pela Tendencias Consultoria apresentou pareamento entre a produtora nacional e o comércio internacional de PVC-S, quanto à formação de preços. De forma que, caso seja assistido um aumento desproporcional dos preços por parte da indústria doméstica, a demanda nacional por PVC-S se deslocaria em direção às importações, aumentando a participação dessas no mercado consumidor do produto sob análise.

A ABIPLAST, contudo, alegou em sua manifestação em resposta ao parecer preliminar que, dado os preços praticados pela indústria doméstica, seria possível constatar suposta prática restritiva em termos de preço. Segundo os argumentos apresentados pela peticionária, a política de preços adotada pela indústria nacional apresentaria patamar superior ao observado no comercio internacional de PVC-S. Como exemplo, a associação elencou as diferenças entre o aumento dos custos de produção - na

casa dos 8 p.p. - , e o aumento dos preços praticados pela indústria no mercado nacional de PVC-S - com incrementos de cerca de 38 p.p.. Essa diferença, segundo a Associação, seria não somente suficiente para compensar os custos de produção, como também se revelaria desproporcional, em suposto flagrante de restrição da oferta em termos de preço.

A ABIPLAST argumentou também, em sua manifestação em resposta ao parecer preliminar, que supostamente os dados empregados para a medição dos índices de preço praticados pela indústria nacional não representam com exatidão o cenário nacional de preços de PVC-S, uma vez que não contemplou outros índices capazes de medir em termos de inflação o impacto dos preços praticados pela indústria doméstica.

Além disso, a ABIPLAST apontou para a ausência de comparação dos índices de preço utilizados para o PVC-S com os índices de preços praticados pela indústria de transformação. Pelo que, de acordo com o argumento da referida associação, não traduziria com exatidão o suposto exponencial aumento de preços do setor do produto sob análise.

Quanto à restrição em termos de variedade, em sede de sua manifestação em reposta ao parecer preliminar, a ABIPLAST alegou suposta carência de produto com características que atendam à cadeia a jusante de forma plena. Conforme argumentação trazida pela associação, em sua manifestação de resposta ao parecer preliminar, as produtoras nacionais não dispõem de informações adequadas acerca da concentração de VCM residual no produto comercializado - em contraste ao produto estadunidense que acompanha certificado de qualidade. Esse fator, além de incorrer em custos adicionais para o processamento por parte dos consumidores da cadeia a jusante, levaria à incerteza quanto à concentração exata de VCM residual para a correta aplicação do PVC-S.

Além disso, de acordo com a ABIPLAST em sua manifestação em reposta ao parecer preliminar, a indústria nacional não comercializaria dois tipos de PVC-S, a saber: (i) resina produzida em processo "suspensão blending"; e (ii) resina especial para aplicação em produtos flexíveis com peso molecular elevado (+/- a 80) para resistência mecânica a abrasão e rasgamento. De acordo com a ABIPLAST, para a produção desses subtipos, faz-se necessário o uso de aditivos especiais no processo produtivo e que não são utilizados na produção de PVC-S convencional. Em sua manifestação em reposta ao parecer preliminar, a ABIPLAST apontou que, conforme teria sido averiguado à ocasião da verificação in loco, a Braskem não produzia efetivamente tais tipos de PVC-S, o que representaria uma restrição em termos de qualidade e variedade.

A Braskem, em sua resposta ao QIP, não aprofundou suas argumentações a respeito das restrições em termos de variedade e qualidade, alegando se tratar de produto caracterizado como commodity, não havendo espaço para discussões dessa natureza.

Com efeito, a verificação in loco realizada pela SDCOM permitiu concluir que existem resinas de PVC-S especiais aplicadas a calçados especiais, mangueiras de solda, mangueiras de abastecimento, por exemplo. Tais resinas possuiriam processo produtivo específico (microssuspensão) ou seriam misturadas (blend), não sendo produto objeto da revisão ou mesmo produto similar. Segundo a Braskem, [CONFIDENCIAL]. De toda forma, a ABIPLAST não indicou quais empresas, e de quais origens, produziriam a (i) resina produzida em processo "suspensão blending"; e a (ii) resina especial para aplicação em produtos flexíveis com peso molecular elevado, e tampouco a representatividade dos consumidores desses produtos entre as empresas da cadeia a jusante desse mercado.

Com relação especificamente à manifestação da ABIPLAST sobre inexistência de produção de PVC-S com conteúdo de MCV residual inferior a 1 PPM (uma parte por milhão), esclarece-se que tal alegação diz respeito especificamente à Braskem. Na avaliação de interesse público anterior para os direitos antidumping aplicados à China e à Coreia do Sul (Processos SEI-ME nº 19972.101519/2019-63 e nº 19972.101520/2019-98), a produtora doméstica Unipar confirmou produzir o PVC-S em tal especificação, fato que não foi contestado até o momento.

Em relação ao risco de restrição à oferta nacional em termos de preço, analisam-se as informações disponíveis sobre os preços de PVC-S vendidos pela indústria doméstica e do seu custo de produção, atualizados com base em T25, de forma a identificar possíveis restrições à oferta do produto, conforme tabela abaixo.

Custos de produção e preço de venda no mercado interno pela indústria doméstica

[CONFIDENCIAL]

	Custo de Produção - Número-índice	Preço de Venda no Mercado Interno - Número-índice	Relação (%)
T7	100,0	100,0	[70-80[
T8	113,7	88,1	[90-100[
T9	108,3	95,8	[70-80[
T10	101,3	87,6	[80-90[
T11	156,2	133,9	[80-90[
T12	156,3	107,8	[100-110[
T13	140,4	108,3	[90-100[
T14	144,5	105,6	[90-100[
T15	125,0	79,5	[110-120]
T16	111,8	113,0	[60-70[
T17	115,7	101,1	[80-90[
T18	122,1	103,7	[80-90[
T19	117,8	115,2	[70-80[
T20	119,1	110,6	[70-80[
T21	233,6	174,4	[90-100[
T22	247,0	180,8	[90-100[
T23	268,5	184,4	[100-110[
T24	283,4	179,6	[110-120]
T25	253,0	242,3	[70-80[

Nota-se que a relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica apresentou variação ao longo de T7 a T25, tendo valor médio de [CONFIDENCIAL] [80-90[%. Na atual revisão de final de período (T21 a T25), o valor médio da relação entre o custo de produção e o preço de venda no mercado interno foi maior, alcançando o índice médio de [CONFIDENCIAL] [90-100[%.

De modo geral, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em certa medida, a tendência dos custos de produção. Com efeito, na atual revisão de final de período, o custo de produção se encontrava acima do preço de venda em T23 e em T24, voltando a cair abaixo do preço de venda em T25.

De forma complementar e também endereçando a preocupação das partes interessadas, em especial da ABIPLAST, sobre índices setoriais, comparou-se o comportamento dos preços da indústria doméstica com a evolução de índices associados às ponderações dos grupos e produtos individualizados do Índice de Preços ao Produtor Amplo, segundo os setores de origem (IPA-OG-DI), bem como a outros indicadores setoriais atrelados à destinação do produto (INCC - eletroduto de PVC e construção civil), como também do setor químico e de resinas e elastômeros (IPA-OG-DI - produtos químicos e resinas elastômeros).

O objetivo é compreender como o preço do produto da indústria doméstica variou em relação aos outros preços de produtos industriais, bem como às oscilações setoriais e das aplicações do produto com vistas a obter o cenário mais acurado da evolução do preço do produto. Considerou-se a média do índice de preços mensal para produtos industriais de cada período. Ademais, os preços da indústria doméstica e os indicadores setoriais foram transformados em números-índice com base em no início da série para facilitar a comparação. O resultado é apresentado na tabela a seguir.

Evolução dos preços nominais e índices setoriais (em número-índice)

Período	Preço nominal	IPA-OG-DI	IPA-OG-DI Produtos químicos	INCC-DI - Total	INCC-DI - Eletroduto de PVC	IPA-OG-DI Resinas e elastômeros
T7	100	100	----	100	100	100
T8	91,3	111	----	107,4	107,8	111,1
T9	108,3	123,3	----	117,1	112,3	129,6
T10	137,6	161,3	----	135,3	126	170,4
T11	172,3	200,5	----	168	165,5	229,2
T12	140,5	204,5	----	177,6	169,1	215,3
T13	147,1	210,3	----	186,8	174,9	232,5
T14	158,1	227,9	100	201,7	186,1	248,5
T15	124,8	240,2	100,3	220,4	193,8	249
T16	140,4	255,4	96,8	239,9	203,6	246,7
T17	133,9	268,7	106	258,7	213,8	271
T18	147,2	283,2	116,5	277,4	226,1	307,2
T19	172,8	302,3	123,5	299,3	245,7	338
T20	173,6	311,3	128,6	321	267,7	354,9
T21	190,8	358	147,5	365,1	329,2	381
T22	201, 3	364,3	152	381,4	343,2	386
T23	226	400,8	174,6	396,2	382,7	453,5
T24	234,1	426,6	176	412,4	415,5	464,2
T25	380,4	513,6	200,4	441,1	510,5	553,8

Nota-se que, ao longo do período relativo à presente revisão (T21 a T25), o preço do produto da indústria doméstica registrou aumento de 99,3%, enquanto o índice de produtos industriais cresceu 43,5%. Entretanto, ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado mais que o dobro em relação ao crescimento do índice de produtos industriais na série histórica recente, o crescimento do preço nominal se manteve abaixo do IPA relativo aos produtos industriais durante todo o período compreendido entre T7 e T25 e também abaixo da evolução do grupo de resinas e elastômeros, ao qual o produto pertence, como também condizente com os movimentos dos índices de sua cadeia a jusante (áreas de aplicação na construção - eletroduto de PVC e construção civil). Portanto, essa comparação não revelou possível restrição à oferta em relação a preço.

Ainda com relação à evolução de preços, cabe comparar a trajetória do preço do produtor doméstico com o preço das importações brasileiras de PVC-S de T7 a T25, ambos atualizados com base em T25. Na tabela a seguir, utiliza-se como base de comparação as importações da origem analisada EUA e a média das importações de outras origens, em reais CIF por toneladas com base no câmbio das operações efetivas, de acordo com as estatísticas de importação da RFB:

Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (Número-índice - Base em T25)

[CONFIDENCIAL]

Períodos	Indústria doméstica	EUA	Demais origens
T7	100	-----	100
T8	88,1	100	95
T9	95,8	90,4	101,7
T10	87,6	104,3	93,9
T11	133,9	139,6	125
T12	107,8	101,5	98
T13	108,3	121,4	93,5
T14	105,6	92,4	88,9
T15	79,5	105,8	86,2
T16	113	102,8	105,3
T17	101,1	103,2	102,2
T18	103,7	97,1	102,7
T19	115,2	106,5	116,6
T20	110,6	113,4	113,6
T21	174,4	164,5	168,7
T22	180,8	169,1	186,5
T23	184,4	180,9	194,2
T24	179,6	183,2	190
T25	242,3	256,9	270,5

Assim, é possível inferir, em sede das conclusões finais, que o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande medida, a tendência de custos de produção. Portanto, essa comparação não revelou possível restrição à oferta em relação ao preço. Por outro lado, em relação aos preços das origens sob análise e aos preços das demais origens, o preço da indústria doméstica foi superior em praticamente todos os períodos analisados, constituindo uma eventual restrição à oferta nacional.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

Ante o exposto, conclui-se, para fins desta avaliação de interesse público, em termos da oferta nacional, que:

a) a indústria doméstica diminuiu a sua participação no mercado brasileiro de [CONFIDENCIAL] [80-90[% do início da série analisada (T7) para [CONFIDENCIAL] [50-60[% no último período (T25). Nesse sentido, a expansão do mercado brasileiro em 80%, de T7 a T25, se deu principalmente com o crescimento das importações de PVC-S;

b) na atual revisão de final de período, registraram-se aumentos de participação de mercado tanto do PVC-S importado das origens sob análise - variação positiva de [CONFIDENCIAL] [0-10[% em T21 para [CONFIDENCIAL] [0-10[% em T25 - quanto do produto importado de outras origens - variação positiva de [CONFIDENCIAL] [20-30[% para [CONFIDENCIAL] [30-40[% no período;

c) apesar da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica ter sido inferior ao consumo nacional aparente em T21, T24 e T25, verificou-se que o mercado brasileiro de PVC-S é complementado por importações de origens com fornecimento estável e significativo para o país. Além disso, por ocasião da verificação in loco realizada no âmbito da revisão de final de período em curso, foi constatada a retomada da atividade produtiva por parte da indústria doméstica e reestruturação de suas plantas, sem prejuízos à capacidade produtiva instalada.

d) as vendas no mercado interno correspondem à maior parte da destinação da produção doméstica de PVC-S. Assim, não é possível atribuir algum tipo de priorização da indústria doméstica a exportações, tendo em vista a baixa participação relativa dessas vendas em relação às operações totais da empresa.

e) o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em certa medida, a tendência dos custos de produção;

f) ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado mais que o dobro em relação ao crescimento do índice de produtos industriais na série histórica recente, o preço nominal se manteve abaixo de índices de preços relevantes durante todo o período compreendido entre T7 e T25;

g) em relação aos preços das origens sob análise e aos preços das demais origens, o preço da indústria doméstica foi superior em praticamente todos os períodos analisados, constituindo uma eventual restrição à oferta nacional;

h) não foram apresentados elementos que indiquem que a aplicação do direito antidumping em análise restringiria de forma efetiva a acesso a variedades do produto.

Ante os elementos coletados, não foram observados riscos quanto à capacidade estrutural da indústria doméstica em atender ao mercado consumidor brasileiro em termos de quantidade e preço. Não obstante os incidentes ocorridos entre T23 e T25, foi constatada a recuperação da cadeia a montante da indústria doméstica, dada a reestruturação da cadeia de suprimento da produtora Braskem. Além disso, a oferta nacional foi complementada pelas importações, tanto de origens gravadas como de origens não gravadas.

Acerca das restrições de qualidade e variedade do PVC-S produzido pela indústria doméstica, não foram identificados elementos que impliquem em restrições à variedade no produto comercializado pela indústria doméstica, uma vez que se trata de produto similar, atendendo de forma satisfatória as diversas aplicações a qual se destina.

Ademais, as importações de origens alternativas gravadas e não gravadas figuram complemento adequado à oferta, tendo ganhado participação de mercado ao longo da série analisada.

2.4. Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado brasileiro

Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, serão avaliados os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, será necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes da retirada do direito antidumping. Nesse sentido, as partes interessadas na presente avaliação de interesse público apresentaram estudos econômicos com estimativa dos impactos da medida antidumping tanto da indústria doméstica quanto na cadeia a jusante.

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a ABIPLAST apresentou estudo no qual estimou os efeitos da aplicação de direitos antidumping sobre a economia a partir da matriz insumo-produto, elaborada e disponibilizada pelo IBGE em 2015, e da Nota Técnica nº 18/2014 do Departamento de Estudos Econômicos do CADE. Segundo a nota técnica do CADE, os produtores domésticos de PVC-S teriam capacidade de aumentar seus preços em até 10% sem que a reação negativa da demanda se convertesse em prejuízo, tendo em vista a falta de rivalidade de outras regiões geográficas. Nesse sentido, estimou que a aplicação dos direitos antidumping em questão teria um efeito de 10% no aumento dos preços de PVC-S no mercado, justificado também pelo fato de as alíquotas aplicadas para EUA e México estarem em patamares superiores a tal percentual. Os detalhes sobre a difusão do choque de tarifa de defesa comercial ao longo da cadeia produtiva de PVC-S são apresentados no item 2.4.3 adiante.

Em 16 de maio de 2022, a ABIPLAST apresentou estudo econômico com estimativa dos impactos do direito antidumping na cadeia produtiva do PVC-S. Com base no modelo de bem-estar de Francois (2009), o ensaio realizado pela ABIPLAST considerou três cenários, a saber: extinção dos direitos antidumping sobre as importações originárias de EUA e México; atualização desses direitos antidumpings; e extinção concomitante dos direitos antidumping incidentes sobre as importações originárias de EUA e México acrescida das importações originárias da China.

O estudo da ABIPLAST utilizou a base de dados do sítio eletrônico Trade Map que disponibiliza informações de fluxos comerciais bilaterais para todos os países no nível HS-6. Para a estimativa da produção de PVC-S por Brasil, EUA, México e global, foram utilizados os dados presentes no Parecer SDCOM 39/2021. As estimativas de elasticidades-preço de oferta, demanda e substituição foram obtidas no Parecer SDCOM 39/2021 e no artigo "Metodologias para Avaliação de Impacto", de Nascimento et al (2021). Já as estimativas de tarifas de importação bilaterais foram coletadas junto aos sítios eletrônicos Market Access Map e Trade Map. As alíquotas do imposto de importação aplicadas pelo Brasil para o PVC-S foram definidas em 14%. Consideradas as preferências tributárias concedidas a algumas origens (e.g. México, Colômbia, Argentina) e os direitos antidumping vigentes aplicados ao produto originário de EUA, México e China, as alíquotas de importação efetivas para essas origens foram calculadas em, respectivamente, 30%, 29,2% e 35,6%. Por fim, foram incluídos direitos antidumping sobre importações originárias de EUA e México, estimados a partir das margens de dumping relativa para fins de início da revisão sobre a retomada/continuação de dumping calculadas pela SDCOM (Parecer nº 39, 2021, parágrafos 98 e 113). Os direitos antidumping calculados, respectivamente para EUA e México, foram 76,05% e 8,82%.

Em resumo, o estudo realizado pela ABIPLAST concluiu que:

a) a extinção do direito antidumping incidente nas importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México resultaria em um ganho líquido de bem-estar, da ordem de R$ 112,2 milhões no período de cinco anos de aplicação do direito antidumping, excluído o impacto arrecadatório;

b) na hipótese de atualização do direito atualmente em vigor, considerando as margens calculadas na no Parecer de Abertura da revisão, o impacto no bem-estar seria negativo em R$ 398,4 milhões para o período de cinco anos de aplicação do direito antidumping, excluído o impacto arrecadatório; e

c) a extinção do direito antidumping incidente nas importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México também resultaria em aumento da proteção efetiva da produção doméstica de Artigos Plásticos, o elo seguinte na cadeia de produção, cujo multiplicador de emprego é maior. Analogamente, a atualização do direito atualmente existente reduziria de forma importante a proteção efetiva da indústria de Artigos Plásticos.

Em 10 de junho de 2022, a Braskem apresentou estudo econômico em que simulou, por meio do modelo de equilíbrio parcial de Francois (2009), a retirada da medida de defesa comercial sobre as importações brasileiras de PVC-S originárias de EUA e México e, em seguida, estimou a variação nos componentes de bem-estar associados a cada um dos agentes econômicos do mercado desse produto. O choque foi realizado a partir dos parâmetros de mercado (preços e quantidades) para o período P5 do processo de revisão do antidumping (abr/20 a mar/21). A margem de dumping utilizada foi a tarifa atual da medida antidumping aplicada sobre o PVC-S para México e Estados Unidos: 18% e 16% respectivamente. A tarifa de importação aplicada é referente ao valor da TEC no período correspondente ao cenário-base (T25), sendo de 11,2% para o México e de 14% para os EUA. Para construção do preço CIF foi somado ao preço da resina importada o custo com frete, seguro e despesas gerais de importação. Em relação ao parâmetro de elasticidade-preço de substituição entre o produto doméstico e o importado, foram adotados os valores para "Químicos básicos manufaturados" e "Resinas e produtos de borracha" sugeridos no artigo "Updated Estimates of the Trade Elasticity of Substitution. US International Trade Commission (USITC)", de AHMAD, Saad e RIKER, David (2020). Quanto à elasticidade-preço da demanda, utilizou-se a estimativa realizada pela EXANTE Consultora Econômica no documento "Os Efeitos do Levantamento do Antidumping dos Produtos de PVC sobre a Cadeia Produtiva de Cloro no Brasil". Em relação à elasticidade-preço da oferta internacional, adotou-se o intervalo estimado para um grupo de resinas plásticas nos EUA e para a resina PP na África do Sul, conforme sugerido nos documentos "OAQPS. Economic Impact Analysis for the Polymers and Resins IV NESHAP. Environmental Protection Agency, EPA, 1996" e "Price Elasticities and Pricing Power in Emerging Markets: The Case of Petrochemical-Derived Plastics in South Africa. South African Journal of Economics, v. 80, n. 1, p. 16-41, 2012". A tabela a seguir resume os parâmetros de elasticidades adotados nas simulações realizadas pela Braskem:

Parâmetros de elasticidades para as simulações

[CONFIDENCIAL]

Parâmetros simulados	Variável	Mínimo	Máximo
Elasticidade de substituição - Armington	σ	2,46	3,15
Elasticidade-preço da Demanda	η	[-10 - 0]	[-10 - 0]
Elasticidade da oferta - Brasil	–br	2	4
Elasticidade da oferta - Demais Origens	–int	4	6

Foram estimados cenários (máximo, médio e mínimo) variando-se as elasticidades, de forma que no cenário máximo foram considerados os valores associados ao resultado máximo de bem-estar obtido. De forma análoga, no cenário mínimo foram utilizados os valores associados ao resultado mínimo de bem-estar obtido. O cenário médio considerou a média de todas as possíveis combinações dos valores contidos nos intervalos das elasticidades (todas as elasticidades são particionadas em cinco).

Em resumo, o estudo apresentado pela Braskem concluiu que a suposta retirada da medida de defesa comercial poderia resultar em aumento do bem-estar, porém em nível muito baixo. No cenário médio, a variação do bem-estar seria positiva em US$ 1,17 milhões (entre US$ 0,2 milhões e US$ 2,42 milhão), representando [CONFIDENCIAL] [0-10]% do valor total negociado no mercado doméstico de PVC-S em P5. O referido estudo inferiu, ainda, que o exercício de bem-estar demonstra que a eventual retirada da medida de defesa comercial, além de causar danos à indústria doméstica, teria baixo impacto no interesse público - considerando o cenário médio, o valor que seria auferido com a extinção da medida é equivalente a [CONFIDENCIAL] [0-10]% do valor de vendas de PVC-S da ID em P5. Tendo em vista que o prazo de vigência da medida é de cinco anos, o impacto para o mesmo cenário seria um total de US$ 5,85 milhões, equivalente a R$ 31,64 milhões.

Ressalte-se que serão tecidos comentários sobre os estudos apresentados no item 2.4.3 deste documento.

Nesse sentido, passa-se, então, à análise dos efeitos sobre bem-estar. Como uma das formas de estimar os efeitos da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial. A referida metodologia está prevista no Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial, que descreve o sistema de equações utilizado e a forma de obtenção da variação de bem-estar de interesse, disponível às partes em acesso público. Tal modelo parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição (σ), conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Francois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando. Cabe pontuar também que a metodologia aplicada mensura variações relativas na variável dependente em função de valores iniciais de comércio e elasticidades de preço ou substituição como expoentes, fluxos comerciais com valor nulo ou próximo disso não apresentam variação e fluxos pequenos tendem a permanecer pequenos.

Ademais, considerando a ausência de estimativas para o mercado brasileiro em relação à elasticidade-preço da oferta e da demanda para o produto em questão, optou-se pela adoção, em substituição, de estimativas realizadas pela United States International Trade Comission (USITC), medidas em intervalos.

Além disso, como não foram realizadas investigações de defesa comercial pelo referido órgão estadunidense em período recente para produto similar ao sujeito ao direito antidumping, utilizou-se para a definição dos parâmetros da presente simulação as estimativas de elasticidade de produto petroquímico de segunda geração com características próximas, a saber a "resina de polietileno tereftalato (PET)", também classificado no capítulo 39 do SH.

De acordo com a investigação do USITC, o valor médio do intervalo da elasticidade-preço da demanda (η) foi estimado em -0,35. A referida investigação serviu também como parâmetro para a obtenção do valor médio da elasticidade de substituição (σ) (3,5) no comércio internacional. Para a elasticidade-preço da oferta no Brasil ((↑)_Brasil), adotou-se o valor de 2,0 e, para a elasticidade-preço da oferta das demais origens (–(i,i\≠Brasil)), adotou-se o valor de 99, o que se baseia na suposição de que a oferta estrangeira é consideravelmente mais elástica que a doméstica. Ressalte-se que os valores utilizados são coerentes com as estimativas comumente realizadas em estudos da literatura econômica especializada. De todo modo, foi realizada análise de sensibilidade com intuito de estabelecer limites máximos e mínimos com base no intervalo dos parâmetros de elasticidade.

O Modelo de Equilíbrio Parcial será utilizado para simulação dos efeitos da retirada dos direitos antidumping em vigor. Foi utilizado como cenário base para realização das simulações a configuração do mercado em T25 (abril de 2020 a março de 2021), período mais recente da revisão em curso. Foram utilizadas as informações fornecidas pela indústria doméstica e verificadas pela SDCOM, bem como as estatísticas de importações da RFB.

Como o produto sujeito ao direito antidumping em análise se classifica em apenas um código NCM, não foi necessária a realização de ponderação para cálculo da alíquota do imposto de importação por país. As alíquotas utilizadas no modelo se referem às atribuíveis a cada origem, em termos de alíquota de Nação Mais Favorecida ou preferencial, quando aplicável.

Os resultados estimados na referida simulação são submetidos a uma análise de sensibilidade, de forma a verificar possíveis diferenças nas conclusões apresentadas com a variação dos parâmetros de elasticidade em faixas.

2.4.1. Impactos na indústria doméstica

Na análise de possíveis impactos da aplicação da medida de defesa comercial na indústria doméstica são considerados elementos qualitativos e quantitativos que possam elucidar os efeitos esperados no setor responsável pelo produto similar nacional.

Com relação a possíveis impactos na indústria doméstica, a ABIPLAST argumentou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que não teria havido investimentos em aumento da capacidade pela indústria doméstica no período da presente revisão, já que o indicador de capacidade instalada dos produtores domésticos permaneceu praticamente constante ao longo de T21 a T25. Adicionalmente, a ABIPLAST ressaltou um possível erro no cálculo da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica em razão das importações realizadas pela Braskem para revenda em T24/T25 em decorrência da paralisação de produção de sal-gema.

Ainda em relação a possíveis impactos na indústria doméstica, a ABIPLAST alegou que o nível de emprego nessa indústria se manteve estável entre T21 e T25 porque a produção de PVC-S não seria intensiva em mão-de-obra e que, na verdade, os empregos estariam predominantemente em elos da cadeia a jusante. Quanto à produtividade, a ABIPLAST destacou que a queda observada nesse índice teria ocorrido pela redução da produção da indústria doméstica em decorrência da paralisação da extração de sal-gema pela Braskem.

Por fim, a ABIPLAST concluiu que a evolução dos indicadores da indústria doméstica apontaria para um cenário positivo, ou seja, sem sinais de que as importações brasileiras de PVC-S tivessem causado impacto negativo na dinâmica do mercado brasileiro.

Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Unipar fez menção à evolução de seus indicadores entre T21 e T25, ressaltando que há capacidade instalada suficiente para atendimento ao mercado doméstico, já que trabalharia com ociosidade em razão da crise econômica observada há anos no Brasil, a qual teria se aprofundado com a calamidade pública instaurada pela pandemia da Covid-19.

Em 16 de maio de 2022, conforma relatado anteriormente, a ABIPLAST apresentou estudo econômico com estimativa dos impactos do direito antidumping na cadeia produtiva do PVC-S, considerando os cenários de extinção dos direitos antidumping, atualização dos direitos e extinção conjunta com os direitos aplicados às exportações chinesas.

A partir da aplicação do modelo de equilíbrio parcial, a ABIPLAST inferiu que a extinção do direito antidumping incidente nas importações brasileiras de PVC-S originárias dos EUA e do México implicaria em uma queda na produção doméstica brasileira de PVC-S de aproximadamente 0,88%. Além disso, haveria redução nos preços de PVC-S ao nível do produtor (-0,11%) e nos preços de mercado do referido produto (-0,11%). Por outro lado, a eventual atualização dos direitos atualmente em vigor - considerando as margens calculadas na no Parecer de Abertura da revisão - provocaria aumento na produção doméstica brasileira de PVC-S de aproximadamente 3,1%. Ademais, haveria elevação nos preços de PVC-S ao nível do produtor (0,4%) e nos preços de mercado (0,4%). Por fim, a extinção de todos os direitos antidumping vigentes implicaria em uma queda na produção doméstica brasileira de PVC-S de 1,4%. Não obstante, o índice de preços de PVC-S ao consumidor no Brasil decresceria aproximadamente 0,7%. Além disso, haveria redução nos preços tanto ao nível do produtor quanto nos preços de mercado de PVC-S (-0,18%).

Em 10 de junho de 2022, a ABIPLAST apresentou manifestação em que repisou as conclusões trazidas anteriormente em seu estudo econômico. Adicionalmente, a referida associação teceu considerações sobre proxies/metodologias de alteração dos direitos antidumping vigentes. Segundo a ABIPLAST, a eventual redução do direito antidumping para os EUA poderia se basear na análise de subcotação ponderada para o período por valor de importações da revisão antidumping. Já para o México, a ABIPLAST sugeriu a utilização da média simples da subcotação provável calculada para os cenários de preço provável analisados.

Também em 10 de junho de 2022, a Braskem apresentou sua resposta ao Questionário de Interesse Público, na qual estão resumidos os resultados de um estudo econômico acerca dos efeitos da extinção ou suspensão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações brasileiras de PVC-S.

De acordo com o referido estudo, a eventual extinção da medida antidumping teria um impacto marginal no mercado, a saber: queda de 0,23% nos preços da indústria doméstica, de 0,64% nos preços totais praticados no mercado doméstico e de 0,67% no volume vendido pela indústria doméstica. Ademais, o referido estudo observou um aumento de 0,48% no volume total do mercado doméstico. Em termos monetários, as projeções do estudo realizado pela Braskem também indicaram um impacto marginal no bem-estar do mercado nacional de PVC-S. Com efeito, a eventual extinção ou suspensão

dos direitos antidumping aplicados às importações desse produto originárias de EUA e México resultaria no aumento de US$ 1,17 milhões no bem-estar médio, ou seja, [CONFIDENCIAL] [0-10]% do valor total negociado no mercado doméstico de PVC-S em T25.

Em sua manifestação de 10 de junho de 2022, a Unipar teceu comentários a respeito do estudo econômico apresentado pela ABIPLAST. Para a produtora nacional, as premissas adotadas pelo estudo da ABIPLAST estariam incorretas. Mais especificamente, os dados de fluxo comercial e de produção e capacidade produtiva envolveriam outros produtos para além do PVC-S e teriam sido obtidos por meio de metodologias distintas e a partir de bases de dados diferentes. Quanto à elasticidade-preço da demanda, a Unipar asseverou que o estudo da ABIPLAST utilizou um valor médio diferente daquele empregado pelo CADE em avaliações anteriores. Adicionalmente, destacou que as alíquotas iniciais e finais para o cálculo do efeito da não-renovação dos direitos antidumping das exportações de PVC-S dos EUA e México estariam erradas, uma vez que até dezembro de 2023 há reduções vigentes de 10% + 10% sobre a alíquota original de 14% de imposto de importação sobre esse produto. Por fim, a produtora nacional alegou que o estudo da ABIPLAST apresentou em sua análise um terceiro cenário que não teria qualquer relação com o presente caso, uma vez que considerou a extinção dos direitos antidumping vigentes contra importações dos EUA, México e China. Não obstantes os supostos erros nos dados e nas premissas do estudo apresentado pela ABIPLAST, a Unipar concluiu que, ainda assim, os efeitos de uma eventual suspensão ou extinção dos direitos antidumping nas reduções de preços do PVC-S seriam irrisórios - apenas 0,11% -, assim como seriam pequenos os ganhos de bem-estar nesse cenário - US$ 1,3 milhão por ano. Por outro lado, a produtora nacional argumentou que a eventual suspensão/extinção do direito colocaria em risco toda a indústria doméstica com o ingresso de volumes significativos de produto de tais origens a preços de dumping e subcotados.

Em sua manifestação de 16 de agosto de 2022, a ABIPLAST rebateu as críticas das produtoras nacionais Braskem e Unipar relativas a seu estudo econômico. Quanto à suposta imprecisão dos dados utilizados nas estimativas do modelo de bem-estar, a referida associação argumentou que usou a melhor informação disponível, de maneira clara e transparente, e que os resultados obtidos seriam semelhantes aos resultados apresentados no estudo econômico elaborado pela Braskem. Ademais, a ABIPLAST discordou das produtoras nacionais quanto à alegação de que o modelo de bem-estar desenhado em seu estudo econômico teria apresentado resultados irrelevantes em comparação com o mercado brasileiro de PVC-S. A ABIPLAST relembrou que os resultados obtidos em seu modelo permitiram concluir que cada R$ 1,00 de bem-estar dos produtores decorrente da aplicação do direito antidumping teria um custo de R$ 5,50 em termos de bem-estar dos consumidores, caracterizando uma suposta transferência custosa e prejudicial ao interesse público.

Convém destacar que eventuais comentários da autoridade sobre as manifestações interpostas serão tratados no item 2.4.3 deste documento. Sendo assim, a partir das manifestações listadas acima realiza-se a análise de impactos na indústria doméstica.

Passando a observar os dados disponíveis, registre-se que a presente análise tem caráter descritivo, consolidando a evolução de determinados indicadores da indústria doméstica em termos de emprego e resultados financeiros, com base nos dados da indústria doméstica constantes da investigação de defesa comercial e da nota técnica de fatos essenciais.

Na tabela a seguir são descritos os dados relativos à evolução do número de empregados da indústria doméstica ao longo do período de análise (T7 a T25), separando-se os empregados vinculados à linha de produção e os empregados dos setores de administração e vendas.

Evolução do número de empregados da indústria doméstica (em número-índice)

[CONFIDENCIAL]

	Linha de Produção	Administração e Vendas	Total
T7	100	----	----
T8	103,7	----	----
T9	105,1	----	----
T10	105,1	----	----
T11	133	100	100
T12	129,3	110,2	99,6
T13	113,1	118,2	91,1
T14	133	121,6	103,9
T15	126,3	121,6	99,8
T16	129,3	89,8	95,9
T17	153,5	89,8	110,8
T18	167,3	84,1	118
T19	174,4	83	122,4
T20	171,4	77,3	119,5
T21	107,1	92	82,6
T22	105,4	94,3	82
T23	104,4	98,9	82,2
T24	102,7	103,4	82
T25	105,1	100	82,8

Na análise dos resultados obtidos pela indústria doméstica ao longo de 19 períodos, verifica-se que a receita líquida obtida com as vendas de PVC-S no mercado interno cresceu de forma consistente, registrando uma variação positiva de 185,7% em valores atualizados de T7 a T25. Da mesma forma, o resultado bruto - obtido a partir do desconto dos custos do produto vendido - anotou crescimento de 142,1% nesse período. Ressalta-se, no entanto, que o resultado bruto nas vendas no mercado interno de PVC-S chega a ser negativo em 4 períodos analisados (T15, T17, T18 e T24).

O resultado operacional, por sua vez, apresentou variação negativa entre T7 e T25, no montante de 16,2%. Esse indicador registrou valores negativos em todos os períodos de T12 a T24, à exceção de T13. Destaca-se, inclusive, que a maior queda no resultado operacional da indústria doméstica de PVC-S se deu em T24. Quando se exclui o resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais, o resultado de T25 se apresentou positivo e com crescimento da ordem de 143,8% em relação a T7. Além de T24, o resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas/receitas foi negativo de T15 a T20.

Em resumo, verifica-se que, entre T12 e T24, a receita líquida das vendas de PVC-S se descolou dos resultados bruto, operacional e operacional sem resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais. Somente em T25 é que a receita líquida e os diversos resultados de vendas voltaram a convergir em viés de crescimento.

No que se refere aos efeitos da medida de defesa comercial na indústria doméstica, estão expostos na tabela a seguir os resultados obtidos na simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial para a retirada dos direitos antidumping dentro das condições vigentes no cenário-base.

Variações no excedente do consumidor, no excedente do produtor, na arrecadação e no bem-estar (em milhões de US$)

Componente	Variação
Excedente do consumidor	12,36
Excedente do produtor	-4,07
Arrecadação	-4,93
Bem-estar líquido	3,36
Mercado Brasileiro (Valor em milhões)	[CONF]
Bem-estar relativo (%)	[CONF] [0-10[%

Conforme exposto no cenário de retirada dos direitos antidumping aplicados às exportações originárias dos EUA e do México, a partir do perfil de importações brasileiras de PVC-S observado em T25, o Modelo de Equilíbrio Parcial prevê uma variação positiva de US$ 3,36 milhões do bem-estar, o que corresponde a [CONFIDENCIAL] [0-10[% do mercado brasileiro desse produto. O efeito apurado é resultante de um aumento de US$ 12,36 milhões no excedente do consumidor e de quedas de US$ 4,07 milhões no excedente do produtor e de US$ 4,93 milhões na arrecadação do governo.

Do ponto de vista dos produtores nacionais, foram estimadas igualmente as possíveis variações de preço e quantidade do PVC-S comercializado. De acordo com a simulação, observa-se que o preço do produto da indústria doméstica diminuiria 0,52% e a quantidade comercializada decresceria 1,03%, conforme tabela a seguir:

Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas da indústria doméstica (em porcentagem)

Componente	Variação (%)
Quantidade da ID	-1,03
Índice de Preço da ID	-0,52

Levando-se em conta as faixas de elasticidades consideradas, é possível estimar as participações finais esperadas para os produtores domésticos e para as importações das diversas origens no mercado brasileiro de PVC-S, em termos de valores mínimos e máximos. Dessa forma, a simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial prediz que a retirada do direito antidumping vigente diminuiria a participação dos produtores domésticos para patamares entre [CONFIDENCIAL] [50-60[% e [CONFIDENCIAL] [50-60[% do mercado brasileiro, partindo de um valor do cenário base de [CONFIDENCIAL] [50-60[%. As importações brasileiras originárias dos EUA, caso sejam afetadas pela aplicação do direito antidumping, elevariam sua participação de [CONFIDENCIAL] [0-10[% para a faixa entre [CONFIDENCIAL] [0-10[% e [CONFIDENCIAL] [0-10[%, mantidas todas as outras condições de mercado constantes. Já as importações brasileiras provenientes da outra origem sob análise, México, não sofreriam variação. Por fim, as importações provenientes de outros países diminuiriam sua participação de [CONFIDENCIAL] [30-40[% do mercado para no mínimo [CONFIDENCIAL] [30-40[% e no máximo [CONFIDENCIAL] [30-40[%.

Participações na quantidade - Inicial e simulado - Análise de sensibilidade [CONFIDENCIAL]

Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Brasil	[50-60[	[50-60[	[50-60[
EUA	[0-10[	[0-10[	[0-10[
México	[0-10[	[0-10[	[0-10[
Resto do Mundo	[30-40[	[30-40[	[30-40[

Diante dos resultados obtidos na simulação, observa-se que a eventual retirada dos direitos antidumping ao PVC-S importado das origens EUA e México teria um impacto pequeno na diminuição da participação do produto doméstico no mercado brasileiro, considerando-se as estimativas de participação máxima. Da mesma forma, a participação das importações originárias do resto do mundo no mercado brasileiro de PVC-S teria uma queda discreta. Por outro lado, sem a incidência de direitos antidumping sobre as importações originárias dos EUA e México, a participação máxima do PVC-S estadunidense e mexicano no mercado brasileiro cresceria quase 3 p.p., aumentando sua participação total em quase [CONFIDENCIAL] [80-90[%.

No cenário-limite inferior considerado (participação mínima das importações das origens sob análise), as importações de PVC-S estadunidense e mexicano cresceriam quase 1 p.p.. Ainda nesse cenário, as importações de outras origens, por sua vez, decresceriam pouco mais de 2 p.p. e a participação do produto doméstico sofreria uma queda de 1,2 p.p..

2.4.2. Impactos na cadeia a montante

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a ABIPLAST alegou não dispor de informações sobre investimentos em aumento de capacidade produtiva a montante. A produtora nacional ressaltou, entretanto, que o elo a montante da cadeia produtiva de PVC-S, no Brasil, seria representado pela Braskem em sua produção de eteno.

Em suas respostas ao Questionário de Interesse Público, a Unipar, o CADE e a Shintech não apresentaram alegações sobre esse tema.

Com relação a possíveis impactos na cadeia a montante, a Braskem alegou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que produz soda cáustica, cloro, dicloroetano, MVC e PVC em sua planta localizada no Polo Cloroquímico de Alagoas. A Braskem estimou que, para cada R$ 1,00 obtido na operação da planta da Braskem em Alagoas, haveria um retorno econômico de R$ 0,56 em Maceió, R$ 1,35 em Alagoas e R$ 2,19 no Brasil. A produtora nacional também estimou que, entre 2021 e 2025, suas operações no estado de Alagoas impactarão a produção brasileira em R$ [CONFIDENCIAL] bilhões, além de resultarem em R$ [CONFIDENCIAL] bilhões em valor adicionado, R$ [CONFIDENCIAL] bilhões em renda e R$ [CONFIDENCIAL] bilhão em impostos indiretos.

Por fim, em que pesem as manifestações trazidas aos autos, não foram obtidos, na presente avaliação de interesse público, elementos que pudessem ajudar a estimar, especificamente, o impacto da medida sobre a cadeia a montante, tendo em vista os dados agregados e indiretos trazidos tão somente orientados à produção.

2.4.3. Impactos na cadeia a jusante

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, o CADE informou que, no processo AC nº 08700.000436/2014-27, oficiou empresas no sentido de entender as dificuldades envolvidas na importação de PVC-S. As respondentes oficiadas relataram que a importação inclui custos que tornam o produto importado não competitivo. Isso ocorreria em razão de que a tarifa antidumping e outros custos de internação do produto tornam seu custo de importação proibitivo. Assim, o CADE concluiu que os direitos antidumping impostos ao PVC-S importado impactariam os custos dos elos a jusante da cadeia produtiva do plástico.

A Shintech, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, não apresentou alegações a respeito desse tema.

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a ABIPLAST apresentou estudo no qual estimou os efeitos da aplicação de direitos antidumping sobre a economia a partir da matriz insumo-produto elaborada e disponibilizada pelo IBGE em 2015. Segundo o referido estudo, o direito antidumping produz um impacto negativo sobre os elos a jusante da cadeia de PVC-S, representados pela construção civil, que é o principal demandante de PVC-S. Com efeito, uma elevação de 5,38% no preço de artigos plásticos de PVC-S, decorrentes de uma alta de 10% no preço do PVC-S, representaria um dispêndio adicional pelo setor da construção de R$ 811,38 milhões. Considerando a elasticidade preço da demanda de -0,94 na construção civil, o impacto no valor de produção decorrente da elevação de preços seria de R$ 762,70 milhões. Em termos de emprego, o efeito também seria negativo em 10.050 empregos diretos (setor da construção deixa de criar 10,05 mil empregos enquanto o setor petroquímico tem a criação de 173 empregos). O efeito de geração indireta de emprego também seria negativo em 3,87 mil empregos. Ao longo de toda a cadeia produtiva do PVC-S, a ABIPLAST estimou uma perda de 13,92 mil empregos.

Em 16 de maio de 2022, a ABIPLAST apresentou outro estudo econômico com estimativa dos impactos do direito antidumping na cadeia produtiva do PVC-S. Para efeito de cálculo do impacto a jusante de retirada dos direitos antidumping aplicados ao produto importado, a ABIPLAST utilizou-se novamente da análise da matriz insumo-produto. Foram estimados os impactos sobre o emprego no segmento de "Produção de Artigos de Plásticos" em dois cenários: (i) extinção dos direitos antidumping incidentes nas importações originárias os EUA e México e (ii) atualização dos direitos antidumping incidentes nas importações originárias os EUA e México.

No primeiro cenário, a análise realizada pela ABIPLAST mostrou que que a combinação de queda da produção no setor de PVC-S estimado pelo modelo de François (2009), de 0,9%, e do multiplicador total de emprego no setor de "Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros" resultaria em estimativa de queda de aproximadamente 359 postos de trabalho ao longo da cadeia produtiva. Por outro lado, e considerando que o multiplicador de empregos no elo seguinte da cadeia de produção é supostamente maior, a elevação da produção de apenas 0,03% no segmento que abrange "artigos plásticos" anularia a redução equivalente de postos de trabalho deixados de gerar pelo segmento de PVC-S. Isto é, bastaria um aumento R$ 26 milhões ao ano ou R$ 130 milhões ao longo de 5 anos para compensar a perda de empregos no elo anterior

da cadeia produtiva, o que seria supostamente factível considerando o aumento da proteção efetiva no elo de "Material Plástico".

No segundo cenário, a análise realizada pela ABIPLAST mostrou que a combinação de aumento da produção no setor de PVC-S estimado pelo modelo de François (2009), de 3,14%, e do multiplicador total de emprego no setor de "Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros" resultaria em aumento de aproximadamente 1.274 postos de trabalho ao longo da cadeia produtiva. Por outro lado, e considerando que o multiplicador de empregos no elo seguinte da cadeia de produção é supostamente maior, a queda da produção de 0,09% no segmento que abrange "artigos plásticos" anularia o aumento equivalente de postos de trabalho criados pelo segmento de PVC-S. Essa queda representaria uma perda de R$ 78,5 milhões no setor ao ano, ou R$ 392,1 milhões nos cinco anos de vigência do direito antidumping, e pode acontecer como resultado da redução da proteção efetiva no elo de "Material Plástico".

Em 10 de junho de 2022, a Braskem apresentou sua resposta ao Questionário de Interesse Público, na qual estão resumidos os resultados de um estudo econômico acerca dos efeitos da extinção ou suspensão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações brasileiras de PVC-S. No referido estudo, a Braskem estimou o impacto da retirada do direito antidumping por meio da análise de insumo-produto (MIP) e avaliou o espraiamento dos efeitos sobre o conjunto da economia. Especificamente do ponto de vista da cadeia a jusante, observou-se um efeito direto positivo para os setores demandantes de PVC-S, relacionado a uma eventual diminuição de preços para os setores que utilizam a resina como insumo. De acordo com o estudo da Braskem, a variação decorrente dos choques de demanda esperados nos setores demandantes de PVC-S seria da ordem de R$ [CONFIDENCIAL] milhões.

Em sua manifestação de 10 de junho de 2022, a Unipar questionou as premissas adotadas pela ABIPLAST em seu estudo econômico a respeito do impacto sobre a proteção efetiva do produto final. Segundo a produtora nacional, a ABIPLAST teria considerado para fins de análise a classificação "Fabricação de Artigos de Plástico", limitando sua avaliação ao primeiro elo subsequente da cadeia apenas e usando uma categoria que envolve produtos fabricados a partir de outros tipos de resinas. Nesse contexto, a Unipar inferiu que os erros observados seriam ainda maiores nos cálculos apresentados sobre o aumento na proteção efetiva do produto final com a não-renovação dos direitos antidumping vigentes. Por fim, a produtora doméstica concluiu que extinção dos direitos antidumping certamente geraria um surto de importação de produto das origens sob análise, podendo inclusive tornar inviável a produção de PVC-S no país, o que desarticularia toda a cadeia, gerando efeitos elevadíssimos e altamente prejudiciais aos consumidores.

Em sua manifestação de 16 de agosto de 2022, a Braskem lembrou que cadeia produtiva do PCV-S a jusante sempre teve acesso facilitado a importações e que esse acesso seria ainda maior em função das significativas reduções no imposto de importação desse produto.

Já a ABIPLAST, em sua manifestação final de 16 de agosto de 2022, questionou os parâmetros e os resultados obtidos no estudo econômico apresentado pela Braskem. Para a referida associação, o estudo da Braskem não identificou a forma de obtenção da participação do PVC-S no custo total setorial e utilizou elasticidades-preço da demanda calculadas para cimento - produto diverso do PVC-S e cujo universo não o inclui - em trabalho de estudante de graduação não publicado em periódico revisado por pares. A ABIPLAST argumentou que a substituição da elasticidade adotada no estudo da Braskem (-0,20) pela elasticidade equivalente a -0,94, encontrada em publicação científica referenciada, levaria à multiplicação dos resultados negativos a jusante por 4,7. Com isso, os resultados do referido estudo se alterariam substancialmente, levando a um efeito líquido positivo de R$ 37,3 milhões decorrente da suspensão do direito antidumping. Ademais, a ABIPLAST sugeriu a utilização da subcotação ponderada para o período por valor de importações para o direito aplicado às importações dos Estados Unidos e México, caso tais opções sejam inferiores à margem de dumping apuradas no cenário de aplicação do direito antidumping em defesa comercial, como proxies de redução dos direitos antidumping. Isso porque tais cenários maximizaram os ganhos de bem-estar ao mesmo tempo em que mantém um grau de proteção à indústria doméstica.

Sobre os argumentos listados pelas partes interessadas e principalmente sobre os pareceres econômicos trazidos pela ABIPLAST e Braskem em termos de efeitos estimados de uma eventual extinção/suspensão de direito antidumping às importações brasileiras de PVC-S originárias de EUA e México, convém tão somente destacar que nada impede que as referidas partes possam apresentar suas próprias análises, incluindo a devida descrição e a fundamentação metodológica, indicando, por exemplo, as referências adotadas na literatura sobre o tema, especificações dos modelos e a explicação de como os testes propostos se relacionam com a questão suscitada na premissa investigada.

Quanto à robustez das metodologias adotadas para análise de impactos decorrentes da imposição de medidas de defesa comercial, é de amplo conhecimento que cada modelo necessita impor simplificações da realidade para alcançar suas estimativas. No entanto, o que se observa é que, apesar de suas limitações, o modelo de equilíbrio parcial tem respaldo na literatura para ser utilizado no contexto das repercussões de medidas de defesa comercial na economia e, provavelmente por esse motivo, é adotado também, por exemplo, pelas autoridades de defesa comercial no âmbito de avaliações semelhantes ao interesse público, como na Nova Zelândia e no Reino Unido, o que reforça a adequação de seu uso de forma alinhada às melhores práticas internacionais. De qualquer forma, reforça-se que as partes não estão vinculadas à utilização desse modelo, conforme esclarece o Guia Consolidado de Interesse Público.

As diferenças entre os resultados encontrados para o modelo de equilíbrio parcial nos estudos apresentados pelas partes e na simulação realizada nesta avaliação de interesse público, considerando o mesmo cenário de retirada dos direitos, deve-se principalmente à utilização de parâmetros distintos de elasticidade. Já as simulações realizadas no estudo da ABIPLAST para o caso de retirada das medidas da China, em conjunto com as dos EUA e México, não tratam de cenário em discussão no escopo desta avaliação de interesse público.

Na análise do estudo apresentado pela ABIPLAST, deve-se destacar principalmente que a simulação dos efeitos de aplicação do direito antidumping partiu de um cenário de aumento de 10% dos preços da indústria doméstica, obtido em análise do Departamento de Estudos Econômicos do CADE. Todavia, a mencionada conclusão do CADE diz respeito a um suposto poder da indústria doméstica de aumentar seus preços sem perda de receita, tendo em vista as características gerais do mercado brasileiro de PVC-S. O cenário utilizado como referência não tem relação com os direitos antidumping aqui analisados, aplicados somente às importações originárias de EUA e México. Parece excessivo, portanto, esperar um aumento de 10% nos preços do PVC-S em decorrência da aplicação de direitos antidumping a origens que já se encontram atualmente gravadas e que representaram no máximo [CONFIDENCIAL] [10-20[% do mercado brasileiro (em T14), ao longo dos 19 períodos analisados neste do documento.

Em relação às proxies de alteração do direito antidumping, proposição da ABIPLAST, reputa-se que o cenário para intervenção no quantum do direito deve ser observado com cautela e principalmente na presença de elementos positivos que indiquem de forma decisiva a intervenção em medida de defesa comercial, conjugando-se os critérios observados numa análise de interesse público como um todo, não aparando-se exclusivamente na análise de bem-estar.

Feitas as considerações acima, no que se refere aos efeitos da medida de defesa comercial em tela na cadeia a jusante, estão expostos na tabela a seguir os resultados obtidos na simulação executada pela SDCOM em termos de variação de índices de preços e quantidade comercializadas no mercado brasileiro de PVC-S, para a retirada o do direito antidumping recomendado, dentro das condições vigentes no cenário-base.

Variações nos índicesde preços e quantidades comercializadas no mercado brasileiro de PVC-S (%)

Variável	Variação (%)
Índice de Preço Total	-0,9
Índice de Quantidade Total	0,32

A simulação sugere que a retirada de direitos antidumping sobre as importações brasileiras de PVC-S originárias de EUA e México reduziria o índice de preços do produto no mercado brasileiro em 0,90%, ao mesmo tempo em que elevaria a quantidade total consumida em 0,32%.

Não obstante, os efeitos de variação de preço e quantidade totais estimados para a retirada do direito são pequenos, não se esperando grandes alterações de mercado nesse novo cenário, principalmente em função da penetração dos EUA no mercado brasileiro e a demarcação de outros ofertantes internacionais neste mercado, algo já delimitado na análise sobre origens alternativas, conforme item 2.2 deste documento.

Vale destacar ainda, nesse contexto, que a intervenção excepcional no âmbito de interesse público é realizada quando o impacto da retirada do direito antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostra potencialmente mais danoso se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.

Por fim, reforça-se que a estimativa dos efeitos da medida de defesa comercial por meio de modelos econômicos é apenas mais um dentre vários outros critérios a serem considerados em uma avaliação de interesse público. Conforme consta no art. 3º, § 3º, da Portaria SECEX nº 13/2020, nenhum dos critérios analisados, isoladamente ou em conjunto, será peremptoriamente capaz de fornecer indicação decisiva sobre a necessidade ou não de intervir na medida de defesa comercial.

Adicionalmente, para fins informacionais, de modo a auxiliar na tomada de decisão, consta a simulação com base no Modelo de Equilíbrio Parcial levando em consideração a recomendação de defesa comercial, em sede da revisão de final de período em curso, em caso de modificação dos direitos antidumping atualmente aplicados às importações de PVC-S originárias dos EUA e México.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Após a análise dos elementos apresentados ao longo da presente avaliação de interesse público feita no âmbito do processo de revisão de final de período acerca de medida antidumping aplicada sobre as importações de PVC-S, nota-se que:

a) o produto sob análise é considerado como insumo intermediário, com aplicação relevante para diversos setores produtivos a jusante, a exemplo dos setores de construção civil, hospitalar, fabricação de automóveis, bens de consumo para agricultura, indústria dos calçados, utensílios de cozinha, entre outros. A montante, estão as empresas da indústria petroquímica, extratoras e refinarias de petróleo. Em seguida, tem-se as refinarias de nafta, enquanto matéria-prima a ser adquirida pelas refinadoras nacionais de eteno - matéria-prima do PVC;

b) sobre a substitutibilidade pela ótica da oferta, não foi possível conceber a entrada de novos produtores e comercializadores do produto sob análise, dada a estrutura produtiva consagrada do setor, bem como as barreiras à entrada de novos produtores. De outro lado, não foram trazidos argumentos definitivos que permitam uma conclusão a respeito da substitutibilidade sob a ótica da demanda;

c) foram observadas evidências de que o mercado brasileiro de PVC-S é altamente concentrado com tendência de desconcentração ao longo da atual revisão de final de período. Destaca-se aqui, o relevante papel das importações para o processo de desconcentração, uma vez que, observou-se maior permeabilidade do mercado, tanto para origens gravadas, como para origens não gravadas.

d) dentre os maiores exportadores de PVC-S em 2020, a origem sob análise EUA apresenta o maior superávit nas transações do produto, enquanto as origens não gravadas Taipé Chinês, Japão, França e Países Baixos figuram, respectivamente, em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, revelando o perfil exportador dessas origens;

e) conclui-se que, sob a imposição da medida antidumping, as importações brasileiras de PVC-S apresentaram, entre T21 e T25, características regionais, centradas basicamente nas origens não gravadas Argentina e Colômbia e subsidiariamente nas origens não gravadas Taipé Chinês e Alemanha;

f) das importações realizadas no período sob análise com origem da Argentina, foi possível constatar a existência de importações relacionadas, enquanto parte do relacionamento intragrupo mantido entre a Unipar Indupa do Brasil e a Unipar Argentina. Das importações com origem na Colômbia, não foram encontrados indícios de importações relacionadas entre a produtora colombiana e a produtora brasileira Braskem;

g) atualmente, encontram-se em vigor 12 (doze) medidas antidumping em outros 4 (quatro) países, relacionadas ao código 3904.10 do Sistema Harmonizado. Dentre as origens sujeitas ao direito sob revisão, os EUA são alvo de medidas antidumping de outros 3 países: Índia, Paquistão e Turquia. Enquanto o México tem medidas aplicadas pelo Paquistão;

h) a tarifa brasileira de 14% é mais alta que a cobrada por 93,1% dos membros da OMC. Além disso, a tarifa brasileira é mais alta que a média mundial dos países da OMC, que é de 4,4%, assim como a média da tarifa cobrada pelos cinco principais exportadores globais que reportaram suas tarifas, de 2020 a 2021, que é de 5,2%. De todo modo, houve reduções tarifárias vigorando, de forma mais estável, a redução de 10% no produto, resultando em tarifa de 12,6%;

i) ao longo de T7 a T25, a Colômbia, que possui preferência tarifária integral nas exportações de PVC-S para o Brasil desde 2008, tem sido a origem mais importante do produto sob análise durante o período. A Argentina, segunda origem mais importante em período recente, possui livre comércio com o Brasil na NCM correspondente ao PVC-S desde a implementação total da desgravação tarifária no Mercosul, em 1994;

j) as importações de PVC-S originárias dos EUA e do México estão sujeitas a direitos antidumping há quase 30 (trinta) anos, desde abril de 1992, sendo este o caso sob análise. Ressalte-se o fato de esta medida ser um dos direitos mais antigos em vigor no Brasil;

k) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária possui Regulamento Técnico acerca da utilização de resina de PVC para embalagens alimentares, pelo que, estas não podem conter VCM residual acima de 1 ppm;

l) a indústria doméstica diminuiu a sua participação no mercado brasileiro de [CONFIDENCIAL] [80-90[% do início da série analisada (T7) para [CONFIDENCIAL] [50-60[% no último período (T25). Nesse sentido, a expansão do mercado brasileiro em 80%, de T7 a T25, se deu principalmente com o crescimento das importações de PVC-S;

m) na atual revisão de final de período (T21 a T25), a capacidade instalada e a produção da indústria doméstica recuaram 0,9% e 22%, respectivamente, em evidente contraste com a expansão de 12% do mercado brasileiro. Além disso, entre T21 e T25, a indústria doméstica registrou a menor taxa média - [CONFIDENCIAL] [70-80[% - de ocupação de sua capacidade instalada em relação às taxas médias dos demais períodos de revisão da aplicação da medida antidumping desde T7;

n) quando se analisa o período da atual revisão de final de período (T21 a T25), verifica-se que a participação média de vendas da indústria doméstica para o mercado interno no seu total de vendas recuou para [CONFIDENCIAL] [90-100]%, abrindo espaço para a expansão das vendas ao mercado externo, cuja participação média entre T21 e T25 atingiu [CONFIDENCIAL] [0-10[%.

o) o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, visto que a evolução de preços seguiu, em grande medida, a tendência de custos de produção. Por outro lado, em relação aos preços das origens sob análise e aos preços das demais origens, o preço da indústria doméstica foi superior em praticamente todos os períodos analisados;

p) não foram apresentados elementos que indiquem que a aplicação do direito antidumping em análise restringiria de forma efetiva a acesso a variedades do produto;

q) a análise de equilíbrio parcial sugere que a retirada do direito antidumping, no cenário observado em T25, teria impacto de US$ 3,36 milhões no bem-estar da economia brasileiro. Com efeito, a variação relativa do bem-estar da economia seria de apenas [CONFIDENCIAL] [0-10[%, influenciada principalmente por uma expectativa de aumento do excedente do consumidor.

Dessa forma, a análise final dos elementos trazidos aos autos leva à conclusão de que a aplicação das medidas de defesa comercial às importações de PVC-S originárias de EUA e México, não restringiu de forma significativa a oferta do produto sob análise no mercado interno. A despeito da ausência de dados que possibilitem reconstituir o cenário que antecede a aplicação da medida, foi possível constatar a permeabilidade do mercado nacional de PVC-S, com significativa tendência à desconcentração, como observado ao longo deste parecer. Apesar das características inerentes ao mercado de PVC-S, como a alta concentração, a regionalização dos fluxos de importação, nota-se o crescimento efetivo da penetração das importações no mercado brasileiro.

Ressalta-se que o mercado de PVC-S no Brasil se tornou menos concentrado desde T21, com a entrada de um maior volume de importações de outras origens relevantes. Nesse sentido, destaca-se a importância do produtor/exportador colombiano, que representou nos últimos anos cerca de [CONFIDENCIAL] [10-20[% das vendas totais de PVC-S no Brasil, além da extinção da medida de defesa comercial para a Coreia do Sul e da suspensão temporária do direito aplicado às importações originárias da China.

Registra-se que a avaliação de interesse público sobre as importações de PVC-S originárias de China e Coreia do Sul, realizada em meados de 2020, foi encerrada sem a suspensão ou alteração dos direitos antidumping, conforme Resolução CAMEX nº 97, de 10 de outubro de 2016, com base no reconhecimento de capacidade instalada da indústria doméstica para atendimento do mercado brasileiro e pela inexistência de risco de desabastecimento, além do fato de que não foi possível concluir na época que os preços internos estivessem acima dos preços praticados em outros países. Esses resultados foram corroborados na presente avaliação de interesse público, em sede das análises realizadas a respeito de riscos de desabastecimento e de eventuais restrições à oferta nacional em termos de preço. Nesse sentido, sobre a oferta nacional em termos de volume, apesar da capacidade instalada efetiva da indústria doméstica ter sido inferior ao consumo nacional aparente em T21, T24 e T25, verificou-se que o mercado brasileiro de PVC-S é complementado por importações de origens com fornecimento estável e significativo para o país. Além disso, à ocasião da verificação in loco realizada na revisão de final de período, foi constatada a retomada da produção da indústria doméstica em 2021. Ademais, não se verificaram práticas de restrição de preços pela indústria doméstica, uma vez que os preços do PVC-S brasileiro acompanharam a evolução dos índices setoriais.

Pontua-se ainda que a intervenção excepcional no âmbito de interesse público é realizada quando o impacto do direito antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostra potencialmente mais danoso se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial. Não obstante, os efeitos de variação de preço e quantidade totais estimados para suspensão do direito são pequenos, não se esperando grandes alterações de mercado nesse novo cenário, principalmente em função da penetração no mercado brasileiro de outras origens com capacidades produtivas relevantes de PVC-S, que não as origens afetadas pelo direito em análise.

Tendo em vista os elementos analisados com a indicação de que a demanda nacional pelo produto continuará sendo adequadamente atendida em termos de oferta nacional quanto internacional, não foram observadas evidências que motivassem intervenção excepcional referente à suspensão ou alteração do direito antidumping vigente, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 2013.

Assim, encerra-se a presente avaliação de interesse público, sem a identificação de razões de interesse público que possam justificar a suspensão ou alteração dos direitos antidumping sobre as importações brasileiras de PVC-S, quando originárias dos EUA e do México, nos termos recomendados no âmbito da investigação de defesa comercial.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta suplementar ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

Observações:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado; e

2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF.

DIA 29 de setembro de 2022, às 09:00 horas

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
Processo nº: 10580.722756/2009-20 - Recorrente: VALMIRO SANTOS MACEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

PAUTA DA 303ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Informamos a retificação da Pauta da 303ª Sessão de Julgamento do CRSNSP, publicada no DOU de 16.09.22, Seção 1, páginas 76 e 77, a ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos art. 24-C, inc, II, da Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 27 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN E EM 28 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN, CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Onde se lê:

014) 15414.629844/2018-80 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

015) 15414.605491/2017-41 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Viver Previdência (33.767.492/0001-02) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

Leia-se:

014) 15414.605491/2017-41 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Viver Previdência (33.767.492/0001-02) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

015) 15414.615526/2020-56 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S.A. (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Circular SECEX nº 47, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, Seção 1, página 77,

Onde se lê: "Resolução CAMEX nº 397, de 14 setembro de 2022, publicada no DOU de 15 de setembro de 2022".

Leia-se: "Resolução CAMEX nº 397, de 14 setembro de 2022, publicada no DOU de 16 de setembro de 2022".

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, e o Inciso II do Art. 1º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.014967/2022-35, declara:

Art. 1º Fica concedida HABILITAÇÃO DEFINITIVA à empresa BRAVALAT INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA, CNPJ: 07.404.532/0001-33, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, com período de execução de 01/01/2022 a 30/11/2024.

Art. 2º Como corolário da presente concessão, fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, e o Inciso II do Art. 1º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.032458/2022-94, declara:

Art. 1º Fica concedida HABILITAÇÃO DEFINITIVA à empresa INDUSTRIA DE LATICINIOS MARAJOARA DO NORTE LTDA, CNPJ: 03.374.223/0001-07, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, com período de execução de 01/11/2021 a 01/11/2024.

Art. 2º Como corolário da presente concessão, fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, e o Inciso II do Art. 1º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo n° 10265.670760/2021-64, declara:

Art. 1º Fica concedida HABILITAÇÃO DEFINITIVA à empresa LATCOM INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS EIRELI, CNPJ: 17.281.836/0001-04, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, com período de execução de 09/09/2021 a 31/08/2024.

Art. 2º Como corolário da presente concessão, fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Concede Habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 40 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME Nº 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 40 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004, e alterações, disciplinada pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta do processo administrativo nº 10265.742395/2021-05, declara:

Art. 1°. Fica concedido à pessoa jurídica SCHEFFER E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.733.767/0014-03, habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, para fins de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, efetuadas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme definido no art. 40 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004, e alterações posteriores.

Art. 2º. Esta autorização, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB nº 1.911/2019.

Art.3°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica preponderantemente exportadora que menciona, Registro de Suspensão do IPI, de que trata a Instrução Normativa RFB n° 948/2009.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e tendo em vista a Portaria DRF/CBA nº 85, de 28 de dezembro de 2020 e a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, e o que consta do processo administrativo nº 10265.759837/2021-44, declara:

Art. 1°. Fica concedido o registro à pessoa jurídica AGRO GRAINS COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 22.875.049/0001-20, como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB n° 948, de 2009, observadas as condições previstas nessa Instrução.

Art. 2º. O ADE será emitido para o número do CNPJ do estabelecimento matriz e aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente.

Art. 3°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS SRRF06 Nº 113, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de GRÁFICA.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 13031.360064/2022-65 declara:

Art. 1º. CANCELADO o registro especial de GRÁFICA habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-06107/00064, concedido através do ADE nº 0036/2010, de 23/06/2010, publicado no DOU de 25/06/2010, da pessoa jurídica GRÁFICA E EDITORA SANTA CRUZ LTDA, CNPJ nº 17.026.535/0001-34.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENÍLSON EUSTÁQUIO TORRES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS SRRF06 Nº 114, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de GRÁFICA.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 13031.361633/2022-90 declara:

Art. 1º. CANCELADO o registro especial de GRÁFICA habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-06101/00197, concedido através do ADE nº 0143/2010, de 29/04/2010, publicado no DOU de 05/05/2010, da pessoa jurídica HALT GRÁFICA LTDA, CNPJ nº 71.400.923/0001-89.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENÍLSON EUSTÁQUIO TORRES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS SRRF06 Nº 115, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de GRÁFICA.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 13031.361633/2022-90 declara:

Art. 1º. CANCELADO o registro especial de GRÁFICA habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-06103/00074, concedido através do ADE nº 0054/2010, de 24/06/2010, publicado no DOU de 29/06/2010, da pessoa jurídica JIUGRAFICA EIRELI, CNPJ nº 20.811.295/0001-93.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENÍLSON EUSTÁQUIO TORRES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIIFIS SRRF/06 Nº 116, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de USUÁRIO.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 13031.361754/2022-31 declara:

Art. 1º. CANCELADO o registro especial de USUÁRIO habilitado a operar com papel imune sob o nº UP-06109/00095, concedido através do ADE nº 0306/2021, de 25/08/2021, publicado no DOU de 27/08/2021, da pessoa jurídica THAIZA GONCALVES PIMENTA 09697211701, CNPJ nº 40.484.919/0001-12.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENÍLSON EUSTÁQUIO TORRES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS Nº 118, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de GRÁFICA.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 13031.359833/2022-82 declara:

Art. 1º. CANCELADO o registro especial de GRÁFICA habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-06110/00061, concedido através do ADE nº 2011/0031, de 08/06/2011, publicado no DOU de 22/06/2011, da pessoa jurídica CONTROL ARTE E MÍDIA IMPRESSA EIRELI, CNPJ nº 01.704.087/000140

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENÍLSON EUSTÁQUIO TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 119, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas Alcoólicas nº 06101/222 e 06101/174.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do art. 360, inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013: e considerando ainda as informações constantes do processo nº 15504.006065/2009-10 e dos dossiês digitais de atendimento nºs 10010.036057/0917-03 e 13031.192971/2021-94, declara:

Art. 1º - Inscrita nos Registros Especiais nº 06101/222 e 06101/174, concedidos através dos Atos Declaratórios Executivos nº 61, de 20 de agosto de 2018 e nº 129, de 25 de agosto de 2009, a empresa AGRIMAR Agro-Indústria e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.938.392/0001-58, estabelecida na Rodovia BR 482, s/nº, Km 18, bairro Zona Rural, município de Itaverava/MG, CEP: 36.440-000, passa a vigorar com a seguinte redação: exerce a atividade de produtora e engarrafadora de bebidas alcoólicas das marcas comerciais em recipientes abaixo discriminados e passa a vigorar com a seguinte redação:

Classificação Fiscal	Produto	Marca	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas III Madeiras	Não Retonável	600 700	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	2.OAK	Não Retornável	500 750	MG 000306-9.000023
2208.40.00	Cachaça	U21	Não Retornável	500 750	MG 000306-9.000020
2208.40.00	Cachaça	UMB93	Não Retornável	500 750	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	PUR4	Não Retornável	500 750	MG 000306-9.000007
2208.40.00	Cachaça	Maria Guarda	Não Retornável	250 500 700, 750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Maria Guarda Amburana	Não Retonável	500 750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Cerezo Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000023
2208.40.00	Cachaça	Dom Gatto Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000010
2208.40.00	Cachaça	Barcana Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	Os Eternos Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	Barcana Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.000007
2208.40.00	Cachaça	Dom Gatto Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.000007
2208.60.00	Vodka	Vodka INDI	Não Retornável	700	MG 000306-9.000021
2208.40.00	Cachaça	Milagre de Minas	Não Retornável	700	MG 000306-9.000019
2208.40.00	Cachaça	Milagre de Minas Prata	Não Retornável	700, 1000	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Clarinha de Minas	Não Retornável	700	MG 000306-9.000020
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas Castanheira e Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000017
2208.40.00	Cachaça	Cipó da Serra Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000014
2208.40.00	Cachaça	Magos de Minas Ouro Quintessência	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000010
2208.40.00	Cachaça	Murano Prata	Não Retornável	500	MG 000306-9.000009
2208.40.00	Cachaça	Murano Ouro	Não Retornável	500	MG 000306-9.000008

2208.40.00	Cachaça	Milagre de Minas Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Orgulho Nordestino Ouro	Não Retornável	600, 670 1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001

2208.40.00	Cachaça	Orgulho Nordestino Prata	Não Retornável	600, 670 1000	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas Clássica	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Mescla	Não Retornável	750	MG 000306-9.000018
2208.40.00	Cachaça	Clube Minas ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000016
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira Ouro	Não Retornável	600 700, 750 1000	MG 000306-9.000015
2208.40.00	Cachaça	Lapinha Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000013
2208.40.00	Cachaça	Fulô da Laranjeira Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	A Tentadoura Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000011
2208.40.00	Cachaça	Caiacana Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.000007
2208.40.00	Cachaça	Caiacana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	A Tentadora Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Arrumação Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Clube Minas Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	João Plenário Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Lapinha Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Origem Mineira Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Ouro da Serra Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Silveira	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	A Tentadora Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Arrumação Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Ouro da Serra Ouro	Não Retornável	600	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Silveira Carvalho	Não Retornável	670	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Antonieta I	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001

2208.40.00	Cachaça	Fazenda Moinho Seco Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	João Plenário Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Origem Mineira Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	QC Ouro	Não Retornável	670	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Safra Nordestina Ouro	Não Retornável	600, 670 700, 1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Silveira Amburana	Não Retornável	670	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Taverna Mineira Amburana	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Taverna Mineira III Madeiras	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Antonieta II	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Fazenda Moinho Seco Jequitibá	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Ouro da Serra Amburana	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Ouro da Serra Jequitibá	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	QC Prata	Não Retornável	670	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Silveira Jequitibá	Não Retornável	670	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Taverna Mineira Prata	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
2208.60.00	Vodka	Vodka NINE	Não Retornável	350 500, 700 750, 1000	MG 000306-9.000024
2208.40.00	Cachaça	Moinho de Açucar	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Morro Grande Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Morro Grande Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Jequitibá	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Manatii Quatro Madeiras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000025
2208.40.00	Cachaça	Manatti Três Madeiras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000026
2208.40.00	Cachaça	Antonieta III	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Taverna Brasil Amburana	Não Retornável	700,750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Taverna Brasil Jequitibá	Não Retornável	700,750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Taverna de Minas Gerações	Não Retornável	700,750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Taverna Brasil III Madeias	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001

2208.40.00	Cachaça	Davenda III Madeiras	Não Retornável	600	MG 000306-9.000027
2208.40.00	Cachaça	Davenda Jequitibá	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Taverna Brasil III Madeiras	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Iberaba III Madeiras	Não Retornável	275 750, 1000	MG 000306-9.000027
2208.40.00	Cachaça	Iberaba Jequitibá	Não Retornável	275 750, 1000	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Iberaba Amburana	Não Retornável	275 750, 1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Sete Capelas III Madeiras	Não Retornável	750	MG000306-9.000012
2208.50.00	Gin	Telúrico Blooming	Não Retornável	750	MG 000306-9.000031
2208.50.00	Gin	Telúrico	Não Retornável	750	MG 000306-9.000032
2208.40.00	Cachaça	Boa Vida Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000030
2208.40.00	Cachaça	Boa Vida Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000023

2208.40.00	Cachaça	Iberaba Carvalho	Não Retornável	275 750, 1000	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Copabossa Prata	Não Retornável	275 600 750, 1000	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Copabossa Ouro	Não Retornável	275 600 750, 1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Fada de Minas Prata	Não Retornável	275 600 750, 1000	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Fada de Minas Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Fada de Minas III Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000012
2208.50.00	Gin	Gin Meller Hop Gin	Não Retornável	700	MG 000306-9.000036
2208.50.00	Gin	Gin Nimas	Não Retornável	700	MG 000306-9.000035
2208.50.00	Gin	Gin LeBoyer	Não Retornável	700	MG 000306-9.000033

2208.40.00	Cachaça	Safra Barroca	Não Retornável	750	MG 000306-9.000014
2208.40.00	Cachaça	Sete Capelas Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Alambique da Roça Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Alambique da Roça Jequitibá	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Alambique da Roça Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Alambique da Roça Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Exclusiva de Minas	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Exclusiva de Minas III Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000038
2208.40.00	Cachaça	Oiapoque Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Oiapoque Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Barriga Dura	Não Retornável	750	MG 000306-9.000009
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Prision23	Não Retornável	700	MG 000306-9.000039
2208.60.00	Vodka	Vodka Attas	Não Retornável	750	MG 000306-9.000024
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Atlantis	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000040
2208.50.00	Gin	London Dry Gin IB	Não Retornável	275 700	MG 000306-9.000042
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Fly Fox	Não Retornável	700	MG 000306-9.000041
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Vanfall	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000043
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Safra Mineira III Barris	Não Retornável	750	MG 000306-9.000027
2208.40.00	Cachaça	Pedro Gomes Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Pedro Gomes Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Faraday	Não Retornável	750	MG 000306-9.000046
2208.50.00	Gin	London Dry Gin The King Silver	Não Retornável	750	MG 000306-9.000044
2208.50.00	Gin	London Dry Gin The King	Não Retornável	750	MG 000306-9.000045
2208.40.00	Cachaça	Pedro Gomes 2 Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000013
2208.40.00	Cachaça	Legítima de Minas Amburana	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Legítima de Minas Prata	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Legítima de Minas Carvalho	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Legítima de Minas 3 Madeiras	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Enchebarril	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000018
2208.40.00	Cachaça	Córego Novo Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Córego Novo Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Córego Novo 3 Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	São Prosário	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Dom Beck Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Legítima de Minas Bálsamo	Não Retornável	750	MG 000306-9.000052
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Unalome	Não Retornável	700	MG 000306-9.000047
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Lassaleti	Não Retornável	700	MG 000306-9.000048
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Garage nº 3	Não Retornável	700	MG 000306-9.000049
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Jin Gin	Não Retornável	700	MG 000306-9.000051
2208.40.00	Cachaça	Sabor de Cana Amburana	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Sabor de Cana III Madeiras	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Sabor de Cana Jequitibá	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Queluz de Minas Amburana	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Queluz de Minas Jequitibá	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Queluz de Minas III Madeiras	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Sabor de Cana Prata	Não Retonável	750, 1000	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Garage nº 3 Amendoim	Não Retornável	750	MG 000306-9.000071
2208.40.00	Cachaça	Garage nº 3 Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000072
2208.40.00	Cachaça	Garage nº 3 (Amburana, Bálsamo e Carvalho)	Não Retornável	750	MG 000306-9.000073
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Jin Gin	Não Retornável	500 700, 1000	MG 000306-9.000051
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Noçoquem	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000080
2208.50.00	Gin	London Dry Gin XXI	Não Retornável	300, 500, 700, 750	MG 000306-9.000081
2208.50.00	Gin	London Dry Gin Faraday	Não Retornável	700	MG 000306-9.000046
2208.60.00	Vodka	Vodka Ouropretana	Não Retornável	700, 750, 1000	MG 000306-9.000024
2208.40.00	Cachaça	BJ Drinks Prata	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	BJ Drinks Amburana	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	BJ Drinks III Madeiras	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000014
2208.40.00	Cachaça	BJ Drinks Carvalho	Não Retornável	750, 1000	MG 000306-9.000023
2208.40.00	Cachaça	Sensata Brasil	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000082
2208.40.00	Cachaça	Sensata III Madeiras	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000014
2208.40.00	Cachaça	Sensata Prata	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000007
2208.60.00	Vodka	Vodka Ouropretana	Não Retornável	600, 700, 750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Pracatu	Não Retornável	600, 700, 750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Pracatu 33 Amburana	Não Retornável	50 275 700	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Império Brasil Amburana	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Império Brasil Carvalho	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000002

2208.40.00	Cachaça	Dalzoto Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Paraty 33 Prata	Não Retornável	50 275 700	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Prata	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Las Veras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Buraco do Curral Jequitibá	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Tombadilho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000006
2208.40.00	Cachaça	Paraty 33 III Madeiras	Não Retornável	50 275 700	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Buraco do Curral III Madeiras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Enchebarril Amburana	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000037
2208.40.00	Cachaça	Ponce de Leon	Não Retornável	750	MG 000306-9.000055
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Amburana	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000061
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Amendoim	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000062
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Carvalho	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000063
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Castanheira	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000064
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Jequitibá Rosa	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000065
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Três Madeiras	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000066
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Duas Madeiras Amburana e Amendoim	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000067
2208.40.00	Cachaça	T Carvalho Duas Madeiras Amburana e Bálsamo	Não Retornável	50 750	MG 000306-9.000068
2208.40.00	Cachaça	José Ribeiro	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000069
2208.40.00	Cachaça	Bela Brasil	Não Retornável	500 750	MG 000306-9.000084
2208.50.00	London Dry Gin	LeBoyer	Não Retornável	750	MG 000306-9.000033
2208.50.00	London Dry Gin	Ethos	Não Retornável	750	MG 000306-9.000046
2208.50.00	London Dry Gin	Excelsior	Não Retornável	750	MG 000306-9.000049
2208.50.00	London Dry Gin	I Gin The World	Não Retornável	700	MG 000306-9.000050
2208.50.00	London Dry Gin	The Molen	Não Retornável	750	MG 000306-9.000053
2208.50.00	London Dry Gin	Gerais Gin	Não Retornável	750	MG 000306-9.000054
2208.50.00	London Dry Gin	Ouropretana	Não Retornável	375 750, 1000	MG 000306-9.000056
2208.50.00	London Dry Gin	Ethnic Mystic	Não Retornável	700	MG 000306-9.000057
2208.50.00	London Dry Gin	Kemmerich	Não Retornável	50 700	MG 000306-9.000058
2208.50.00	London Dry Gin	Kemmerich Hop Gin	Não Retornável	50 700	MG 000306-9.000059
2208.50.00	London Dry Gin	Kemmerich 21 Botanicos	Não Retornável	50 700	MG 000306-9.000060
2208.50.00	London Dry Gin	Laymont	Não Retornável	50 750, 1000	MG 000306-9.000070
2208.50.00	London Dry Gin	Gin do Chefe	Não Retornável	750	MG 000306-9.000074
2208.50.00	London Dry Gin	Copabossa	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000075
2208.50.00	London Dry Gin	Duck	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000076
2208.50.00	London Dry Gin	Magos de Minas	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000077
2208.50.00	London Dry Gin	Secrets	Não Retornável	750	MG 000306-9.000078
2208.50.00	London Dry Gin	Donna	Não Retornável	750	MG 000306-9.000079
2208.50.00	London Dry Gin	Trevo Raro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000083
2208.50.00	London Dry Gin	Bwana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000086
2208.40.00	Cachaça	Rio Largo Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Romaria Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Rio Largo Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Romaria Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
2208.40.00	Cachaça	Ponce de Leon Diamante	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Rio Largo Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Lena Prata	Não Retornável	375 500 700, 750	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Romaria Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000004
2208.40.00	Cachaça	Romaria Jequitibá	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
2208.40.00	Cachaça	Romaria III Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Taboado	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Lena Ouro	Não Retornável	375 500 700, 750	MG 000306-9.000027
2208.50.00	London Dry Gin	Cavalcanti	Não Retornável	750	MG 000306-9.000049
2208.40.00	Cachaça	Romaria Bálsamo	Não Retornável	750	MG 000306-9.000052
2208.40.00	Cachaça	Classe A	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000055
2208.40.00	Cachaça	Trinca de Ferro Soleira	Não Retornável	500	MG 000306-9.000055
2208.40.00	Cachaça	Trinca de Ferro	Não Retornável	500	MG 000306-9.000087
2208.40.00	Cachaça	Trinca de Ferro Amendoim	Não Retornável	500	MG 000306-9.000088
2208.40.00	Cachaça	Bela Brasil Prata	Não Retornável	500	MG 000306-9.000088
2208.40.00	Cachaça	Trinca de Ferro Blend Brasil	Não Retornável	500	MG 000306-9.000089
2208.50.00	Dry Gin	Vanfall Rosé	Não Retornável	750	MG 000306-9.000091
2208.50.00	London Dry Gin	BJ	Não Retornável	750	MG 000306-9.000092
2208.40.00	Aguardente de Melaço	Mascate Velha Guarda	Não Retornável	700	MG 000306-9.000093
2208.40.00	Aguardente de Melaço	Mascate Carta Branca	Não Retornável	700	MG 000306-9.000094
2208.50.00	London Dry Gin	The White Rabbit	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000095
2208.50.00	London Dry Gin	Origin	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000096
2208.50.00	London Dry Gin	Broer	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000097
2208.40.00	Cachaça	Origens	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.40.00	Cachaça	Tinharé Clássica	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000003
2208.40.00	Cachaça	Sotaque	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000007
2208.40.00	Cachaça	Aqui Di Minas (Amburana e Carvalho)	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000010
2208.40.00	Cachaça	Tinharé 3 Madeiras	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000012
2208.50.00	London Dry Gin	Bucko	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000022
2208.40.00	Cachaça	Quinta do Cedro QC VI Estrelas	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000023
2208.40.00	Cachaça	Pracatu Blend Pau Brasil	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000089
2208.40.00	Cachaça	Quinta do Cedro QC VI Estrelas (Carvalho e Pau Brasil)	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000098
2208.50.00	London Dry Gin	Pulse	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000099
2208.50.00	London Dry Gin	Grand-Mère	Não Retornável	700, 750	MG 000306-9.000100

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG N° 91, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS (RECAP), de que trata a Instrução Normativa SRFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196. de 21/11/2005, no Decreto n° 5.649. de 29/12/2005 e no Decreto n° 5.789. de 25/05/2006, e na Instrução Normativa -IN SRFB n° 1.911 de 11/10/2019-DOU 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo nº 13031.168017/2022-61, declara:

Art. 1°. HABILITADA ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras-RECAP a pessoa jurídica ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA CNPJ n° 42.184.226/0019-69na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora a que se refere o art. 13 da Lei n° 11.196, de 21/11/2005, e na forma do art. 564° da Instrução Normativa SRFB n° 1.911 de 11/10/2019- DOU 15/10/2019.

Art. 2°. Os bens de capital sujeitos ao benefício ora reconhecido encontram-se listados no Anexo XXV da Instrução Normativa IN-RFB 1.911/2019 de acordo com o Decreto 5.789, de 25/05/2006 e alterações.

Art. 3°. O prazo para fruição do benefício de suspensão do pagamento das contribuições extingue-se depois de decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap (Lei nº 11.196, de 2005, art. 14, § 1º) e Decreto nº 5.649, de 2005, art. 9º, § 2º).

Art. 4°. Demais critérios, condições e procedimentos, deverão obedecer ao disposto na legislação de regência e Instrução Normativa-IN-SRFB n° 1.911 de 11/10/2019 DOU 15/10/2019.

Art. 5° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG N° 92 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.244701/2022-57, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica ENERGISA AMAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A inscrita no CNPJ n° 34.025.952/0001-81 para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 1.322/SPE/MME de 02/05/2022 -DOU de 03/05/2022 e seus anexos, que aprovou projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 05 do Leilão n° 02/2021-ANEEL de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	ENERGISA AMAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	34.025.952/0001-81
NOME DO PROJETO	Lote 05 do Leilão nº 02/2021-ANEEL (Contrato de Concessão nº 05/2022-ANEEL de 31/03/22).
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.322/SPE/MME de 02/05/2022 - DOU de 03/05/2022
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 31/03/2022 a 30/09/2025.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas, marca comercial Whisky Wild Turke Rye 81.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e de acordo com o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e considerando o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 42, publicado no Diário Oficial em 19 de outubro de 2018 e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.723320/2018-59, aprova:

Art. 1º - O fornecimento de 6.600 (seis mil e seiscentos) selos de controle, tipo whisky, cor amarela, ao estabelecimento importador CAMPARI DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 50.706.019/0018-74, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área B4, Bairro dos Pires, na cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/166, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Campari Lexington 440, Greendale Road, Suite 175040505, Lexington US United States of America:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY WILD TURKEY 81	550 caixas de 12 garrafas de 1000ml.	6.600

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 121, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 51, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 48, publicado no Diário Oficial em 18 de novembro de 2014 e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720077/2018-17, aprova:

Art. 1o - O fornecimento de 16.750 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa NATIQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.246.312/0001-78, localizada na Rua Benedito Eugênio de Camargo, 55, Bairro Pessegueiros, na cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/145, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por Osborne Distribuidora S/A, com endereço em Calle Fernán Caballero 7, 11500 - El Puerto de Santa Maria - NIF A-28318871 - Espanha:

Marca Comercial	Características do Produto	Capacidade	Quantidade
BRANDY CARLOS I	Destilado alcoólico de vinho, sacarose e caramelo IN 150 D - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	603
BRANDY OSBORNE	Destilado alcoólico de vinho, sacarose e caramelo IN 150 D - teor alcoólico 36% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	12.379
ANIS DEL MONO DULCE	Destilado alcoólico, aniz natural - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	753
VERMUT ROJO DOMINGO	Vinho composto vermute, teor alcoólico 15% Vol. Alc.	750 ml, embalado em recipiente não retornável	3.015

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 102, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.261717/2022-14 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA , CNPJ 01.950.374/0001-30 e as filiais 0003-00 e 0006-45 , até 27/12/2033, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Enauta Energia S.A, CNPJ 11.253.257/0001-71.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 10.593/2002 e o art. 15 do Decreto nº 6.759/2009, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.472/1988, no art. 810, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 6.759/2009, no art. 12 da IN RFB nº 1.209/2011, no art. 19, inc. II, da Portaria ALF/SPO nº 548/2014 e no art. 2º, parágrafo único, da Portaria ALF/SPO n° 23/2021, declara:

1. Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, as seguintes inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO
296.288.158-06	ALESSANDRO MIRANDA SOUZA	15771.720756/2022-39
262.476.618-94	FÁBIO SANTOS FEITOSA	15771.720769/2022-16
485.037.258-94	CAROLINA QUEIROZ CARNEIRO	15771.720782/2022-67
467.885.118-61	PEDRO HENRIQUE SOUZA DORTA	15771.720827/2022-01

2. Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros inscritos por este Ato Declaratório Executivo deverão inserir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - Sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo como o ADE COANA nº 16, de 08/06/2012, e alterações posteriores. O tipo de ato a ser informado no Sistema CAD-ADUANA é "ADE ALF/SPO".

3. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 48, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O chefe da Equipe de Gestão De Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo - DECEX/SPO, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento Nº 8480 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, como Importador/Exportador, a empresa MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.273/0001-29.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 14, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-730.364/2022-11, UK 10/22 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 7.075.072 (sete milhões, setenta e cinco mil e setenta e dois) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
2.873.093	239.424	Johnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
111.444	9.287	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
621.829	51.819	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
905.497	75.458	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
427.840	35.653	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
14.472	1.206	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
417.139	69.523	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
122.522	10.210	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
7.236	1.206	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
15.133	2.522	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos
7.236	1.206	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
14.472	1.206	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
14.472	1.206	J&B Rare	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
30.036	2.503	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
339.804	28.317	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
185.359	15.447	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
355.993	29.666	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
45.098	3.758	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
27.115	2.260	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
14.472	1.206	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
14.472	1.206	Cardhu	Uisque escocês, single malt em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
14.472	1.206	The Singleton of Duffown	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
7.236	1.206	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45.8 GL, idade até 10 anos.
7.236	1.206	Glenkinchie	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43 GL, idade até 12 anos.
14.472	1.206	Johnie Walker Swing	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
7.236	1.206	Dimple Golden Selection	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
7.236	1.206	Johnnie Walker 18 Years	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
3.618	1.206	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 3 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
7.236	1.206	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 18 anos.
14.472	1.206	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
14.472	1.206	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
359.023	29.919	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
10.213	1.702	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 18 anos.
14.472	1.206	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas com 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
14.472	1.206	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000ml, 40 GL, idade até 12 anos.
14.472	1.206	Johnnie Wlalker Red Label	Uisque escocês, em caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ ANTÔNIO MIRANDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 15, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-730.364/2022-11, UK 12/22 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 42.984 (quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
42.984	3.582	Bulleit Bourbon	Uisque americano, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 16, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-730.364/2022-11, UK 11/22 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 482.400 (quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos) selos de controle, Código 9837-15 Tipo BEBIDA ALCOÓLICA, Cor VERMELHO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
482.400	40.200	GIN TANQUERAY	Gin Tanqueray Lon Dry - GA 47,30 GL

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ ANTÔNIO MIRANDA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

PORTARIA ALF/SFS Nº 16, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga e altera Portarias no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul/SC.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos artigos 298, 360 e 364 da Portaria ME nº 284/2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, Seção 1-B, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria ALF/SFS nº 22, de 8 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2006, Seção 1, páginas 35 e 36;

II - Portaria ALF/SFS nº 56, de 9 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2009, Seção 1, páginas 55 e 56;

II - Portaria ALF/SFS nº 14, de 23 de fevereiro 2018.

Art. 2º Revogar o art. 23 da Portaria ALF/SFS nº 61, de 24 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2015, Seção 1, páginas 49 e 50.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO HAMMERSCHMIDT ESTRUGALA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE
EQUIPE REGIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Declara o registro como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, com as alterações posteriores, da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 6º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 4º, inciso II, da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 13033.203450/2022-31, declara:

Art. 1º O registro da pessoa jurídica Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., CNPJ nº 15.239.509/0006-73, como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, observadas as condições previstas nessa Instrução.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDIR PEDRO LAZZARI

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo SEI nº 17944.100590/2020-74
Interessado: Município de São Caetano do Sul (SP).
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de São Caetano do Sul (SP) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos EUA), de principal, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Desenvolvimento e Saneamento Ambiental de São Caetano do Sul /SP".
Despacho: Tendo em vista o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluindo no sentido de que o Ente atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 26, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1 de setembro de 2022, também daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam: a manifestação técnica da STN em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação; o parecer jurídico da PGFN acerca da legalidade; e a autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da STN, conforme parecer da PGFN, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e a CAF, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Município e a União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.100822/2022-56
Interessado: Estado do Ceará (CE).
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Ceará (CE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para o financiamento parcial do Programa para a Transformação Digital do Governo do Estado do Ceará (Programa Ceará Mais Digital).
Despacho: Tendo em vista o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluindo no sentido de que o Estado atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022, também daquela Casa Legislativa, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca da legalidade e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o BID, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Estado e a União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.101004/2022-71
Interessado: Município de Campo Bom (RS).
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Campo Bom (RS) e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 4.400.000,00 (quatro milhões, quatrocentos mil reais), cujos recursos serão destinados à Reforma e aquisição de equipamentos para o Hospital de Campo Bom Dr. Lauro Réus, conforme autorização dada pela Lei Municipal nº 5.202, de 08/06/2021.
Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 12571/2022/ME, de 05/09/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.102310/2021-43
Interessado: Município de Amargosa - BA
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia, relativas à operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Amargosa - BA e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 7.600.000,00 (sete milhões, seiscentos mil reais), cujos recursos são destinados à aplicação em despesas de capital, no âmbito do PROGRAMA FINISA.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 10666/2022/ME, de 15/07/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.103983/2021-11
Interessado: Município de Ivinhema - MS
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Ivinhema - MS e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 12.360.000,00 (doze milhões, trezentos e sessenta mil reais), com recursos destinados a financiar programas de investimentos, com abrangência em projetos estruturantes, obras de pavimentação e drenagem, recapeamento e obras civis em equipamentos públicos, dentre outros previstos na linha de financiamento.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 11691/2022/ME, de 22 de agosto de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.104337/2021-71
Interessado: Município de Blumenau (SC).
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Blumenau (SC) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR.
Despacho: Tendo em vista o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluindo no sentido de que o Município atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 35, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022, também daquela Casa Legislativa, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca da legalidade e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o FONPLATA, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Município e a União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 56, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Denúncia, pelo Estado do Espírito Santo, do Protocolos ICMS nº 46/00.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho, e tendo em vista o disposto no § 2º da cláusula segunda, bem como no inciso II da cláusula trigésima primeira, ambos do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO o comunicado recebido da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo no dia 15 de setembro de 2022, registrado no processo SEI nº 12004.100883/2022-10, torna público, que a referida unidade federada comunicou a denúncia do Protocolo ICMS nº 46, de 15 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a harmonização da substituição tributária do ICMS nas operações com trigo em grão e farinha de trigo, pelos Estados signatários, integrantes das Regiões Norte e Nordeste, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a publicação deste despacho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN Nº 1.594, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece a composição, forma de organização e funcionamento da equipe responsável pelo acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 45 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - alterado pelos Decretos nº 10.546, de 19 de novembro de 2020, nº 10.599, de 12 de janeiro de 2021 e nº 11.036, de 7 de abril de 2022, e tendo em vista a Portaria STN nº 427, de 25 de junho de 2019, que criou o Comitê de Gestão, e o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019, e

Considerando o Modelo de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Economia, atualizado pela Resolução CGD/ME nº 8, de 11 de agosto de 2022 e a Política de Gerenciamento de Portfólio de Projetos e Produtos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Economia, atualizado pela Resolução CGD/ME nº 9, de 11 de agosto de 2022;

Considerando o Guia de Governança (versão 2.0, de 2017) e o Guia de PDTIC (versão 2.0, de 2016) do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, conforme Decreto nº 7.579 de 11 de outubro de 2011; resolve:

Art. 1°. Estabelecer a composição, forma de organização e funcionamento da Equipe de Acompanhamento do PDTIC - EqAPDTIC no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - STN/ME.

Art. 2º. Para efeitos no disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC): instrumento estratégico de planejamento da instituição que consolida os principais direcionadores e objetivos do órgão sob a perspectiva de tecnologia da informação, vinculados às metas e objetivos do negócio, bem como à Estratégia de Governo Digital (EGD) e à Estratégia Integrada de Tecnologia da Informação (EITI) do Ministério da Economia, para um período de 4 anos;

II - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): instrumento tático de planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, decorrente do PETIC e de seus objetivos estratégicos, que consolida o conjunto de iniciativas planejadas em atendimento às necessidades finalísticas e de informação do órgão, para um período de 2 anos;

III - Frente de Atuação: conjunto de iniciativas do Plano Diretor de TIC agrupadas no contexto de processos específicos da área de tecnologia, como contratações de TIC, gestão de portfólio, projetos e produtos e gestão do planejamento estratégico de TIC;

IV - Portfólio: conjunto de projetos e produtos agrupados com o propósito de facilitar o gerenciamento da capacidade das unidades de TI para atender necessidades institucionais;

V - Portfólio de Execução de Projetos e Produtos de TIC (PAEP-TI): instrumento que consolida os projetos e produtos que serão tratados no ciclo de planejamento estratégico de TI em acompanhamento;

VI - Sistema Estruturante: plataforma tecnológica (software) gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional, enquanto órgão central, contemplando um conjunto de bens e/ou serviços contratados ou desenvolvidos internamente para apoiar processos de negócio internos ou atividades desempenhadas pelos órgãos setoriais do poder público, considerados críticos para a cadeia de valor do órgão e/ou para o Estado;

VII - Solução de TIC para fins desta Portaria: conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019;

VIII - Produto: a solução tecnológica que engloba sistemas estruturantes interrelacionados ou interdependentes, providos pela STN, sustentados por empresa pública (Serpro), com volume significativo de demandas e necessidades a serem tratadas continuamente pelas equipes de projeto e desenvolvimento dentro de um mesmo contexto;

IX - Dono do Produto (Product Owner - PO): responsável por gerir o produto a ele vinculado em todo seu ciclo de vida, devendo consolidar as principais necessidades de evolução e manutenção e organizá-las em lista priorizada, bem como monitorá-lo para garantir que as capacidades por ele disponibilizadas continuem pertinentes, úteis, atuais e agregando valor ao processo de negócio ou aos usuários finais;

X - Roadmap: roteiro de evoluções do produto, contemplando os principais marcos ou entregas, com descrição, prazos e responsáveis;

XI - Gerente de Produto: representante da área de tecnologia responsável por liderar os projetos e gerenciar as entregas no roadmap de um Produto, atuando na gestão de escopo, prazos, riscos e custos relacionados;

XII - Time do Produto: equipe que consolida a estrutura de governança de um produto, atuando em sua sustentação e evolução, bem como no acompanhamento de seu roadmap, sendo coordenado pelo gerente de produto e contando com atuação de representantes de todas as áreas de negócio a ele afetas;

XIII - Projeto: esforço temporário empreendido com um objetivo definido e claro, para criar ou remodelar novo produto ou serviço, tendo início e fim definidos, bem como área demandante identificada;

XIV - Ação Estratégica: iniciativa que decorre exclusivamente do planejamento estratégico, contemplando entregas que buscam materializar mudanças necessárias para alcançar a visão de futuro da área de tecnologia e dos serviços que ela disponibiliza a seus clientes, permitindo com isso os grandes impactos nos processos finalísticos do órgão;

XV - Área Requisitante da solução: unidade do órgão ou entidade que demande a contratação de uma solução de TIC.

Art. 3º. O PAEP-TI da STN é o instrumento de gerenciamento de portfólio de projetos e produtos que:

I - engloba a consolidação das entregas planejadas nos projetos e no roadmap dos produtos de TI, com expectativa de conclusão no período de janeiro a dezembro do ano vigente na STN;

II - observa as prioridades estabelecidas pelo Comitê de Gestão, em alinhamento ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano Estratégico de TI e ao Plano Diretor de TI da STN; e

III - é parte integrante do Plano Diretor de TI da STN.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4°. O acompanhamento do PDTIC será estruturado em frentes de atuação autônomas, com coordenação própria, divididas nos seguintes temas:

I - Portfólio de produtos e projetos estratégicos de TIC;

II - Contratações de TIC; e

III - Demais ações estratégicas que compõem o PDTIC da STN.

Parágrafo único. Cada frente de atuação terá um coordenador indicado pela área de tecnologia, conforme disposto no Art. 6º.

Art. 5°. O acompanhamento do Portfólio de produtos e projetos estratégicos de TIC será estratificado com base nas fronteiras entre os Produtos sob responsabilidade da STN, dando origem aos times de produtos.

§ 1°. Os times de produtos serão organizados por Produto, reunirão todas as unidades envolvidas e serão responsáveis pelo acompanhamento do roadmap de todos os sistemas estruturantes a ele relacionados.

§ 2º. São considerados Produtos da Secretaria do Tesouro Nacional e tratados de forma consolidada na gestão de Portfolio de TIC os seguintes complexos de soluções relacionadas aos Sistemas Estruturantes da STN:

I - Produto SIAFI, composto pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e outros sistemas interdependentes, como Sistema de Gestão do Recolhimento da União - SISGRU, PagTesouro, Tesouro Gerencial, entre outros;

II - Produto SICONFI, composto pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI e outras soluções que suportam a relação com os entes subnacionais, como Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios - SAHEM e Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM;

III - Produto SID, composto pelo Sistema Integrado da Dívida - SID e outros sistemas interdependentes, como o TD - Tesouro Direto e SISTAX - Precificador do Tesouro Direto, entre outros;

IV - Produto SIGEFI, composto pelo Sistema de Gestão Financeira - SIGEFI;

V - Produto SISECO, composto pelo Sistema de Execução e Controle de Operações Fiscais - SISECO;

VI - Produto TT, composto pelo Tesouro Transparente - TT; e

VII - Outros definidos no catálogo de soluções da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3°. Os projetos estratégicos de TIC não associados a Sistemas Estruturantes serão consolidados em:

I - Programa de Componentes e Soluções, para projetos que envolvam as equipes de desenvolvimento interno; e

II - Programa de Soluções Informacionais, para projetos que envolvam, em parte ou no todo, o desenvolvimento de soluções analíticas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6°. A EqAPDTIC será composta pelos seguintes membros:

I - o Coordenador de Dados, Produtos e Transformação Digital (SUCOP/COSIS/CODIG), que atuará no papel de coordenador da frente de atuação que acompanhará o Portfólio de produtos e projetos estratégicos de TIC;

II - o Coordenador de Operação, Relacionamento e Serviços (SUCOP/COSIS/CORES), que atuará no papel de coordenador da frente de atuação que acompanhará as contratações de TIC;

III - o Coordenador-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação (SUCOP/COSIS), que atuará no papel de coordenador da frente de atuação que acompanhará as demais ações estratégicas que compõem o PDTIC da STN;

IV - os Coordenadores-Gerais das áreas de negócio requisitantes afetas aos Sistemas Estruturantes ou servidor por eles indicado para compor o papel de responsável de negócio requisitante dentro do time de produto;

V - os Gerentes de Produto da COSIS, responsáveis pela coordenação dos trabalhos dos times de produto no acompanhamento do roadmap dos Sistemas Estruturantes;

VI - o Chefe do Núcleo de Gestão de Portfólio e Produtos (SUCOP/COSIS/CODIG/NUPOP), responsável por secretariar os trabalhos dos times de produto e consolidar os artefatos de acompanhamento da frente de atuação que acompanhará o Portfólio de projetos estratégicos de TIC; e

VII - o Gerente de Planejamento, Governança e Segurança da Informação (SUCOP/COSIS/GPGSI), responsável por secretaria os trabalhos das frentes de atuação que acompanharão as contratações de TIC e as demais ações estratégicas que compõem o PDTIC da STN.

§ 1°. A COSIS indicará as áreas de negócio responsáveis por cada produto para subsidiar as indicações dos servidores pelo Comitê de Gestão;

§ 2°. As indicações de todos os representantes das áreas e seus suplentes serão realizadas pelos membros do Comitê de Gestão no início de cada ciclo de Planejamento Estratégico de TIC e serão retificadas a qualquer tempo, sempre que necessário, cabendo à presidência do Comitê de Gestão deliberar sobre qualquer divergência ou conflito identificados no contexto das indicações;

§ 3°. As indicações dos representantes das áreas de negócio requisitantes deverão contemplar servidores de fora da área de TI, preferencialmente com conhecimento multidisciplinar, perfil colaborativo e integrador, domínio da cultura organizacional e do negócio de sua área.

Art. 7°. Os times de produtos serão organizados por Produto, consolidando-se como estrutura de governança dos sistemas estruturantes a ele relacionada e contemplando os seguintes papéis:

I coordenador da frente de portfólio de produtos e projetos estratégicos do PDTIC;

II representantes de todas as áreas de negócio requisitantes afetas aos referidos sistemas;

III gerente de Produto da COSIS responsável pelo Produto; e

IV chefe de Núcleo de Gestão de Portfólio e Produtos (SUCOP/COSIS/CODIG/NUPOP).

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º. A EqAPDTIC será responsável por:

I - subsidiar a tomada de decisão do Comitê de Gestão relativamente à priorização e alocação de recursos de TIC;

II - suportar o acompanhamento do Portfólio de projetos estratégicos de TIC e do roadmap dos Sistemas Estruturantes sob responsabilidade da STN;

III - suportar o acompanhamento das Contratações de TIC da STN; e

IV - suportar o acompanhamento das demais ações estratégicas que compõem o PDTIC da STN.

Parágrafo único. As competências conferidas aos integrantes da EqAPDTIC são complementares as disposições do Regimento Interno da STN e não desoneram as unidades da organização do regular cumprimento de suas atribuições.

Art. 9°. Compete aos coordenadores das frentes de atuação:

I - coordenar as atividades de monitoração das iniciativas estratégicas no contexto da frente de atuação;

II - coordenar a consolidação das informações e elaboração dos relatórios de acompanhamento; e

III - estabelecer cronograma de trabalho e agenda de reuniões para efetivo acompanhamento do PDTIC, no contexto da frente de atuação.

Art. 10. Compete aos times de produtos:

I - acolher, analisar quanto à pertinência, legitimidade e oportunidade e internalizar, quando necessário, o atendimento e priorização de demandas de usuários externos ou órgãos, bem como as necessidades decorrentes de novas normas ou regramentos, considerando a estrutura de governança e as fronteiras de atuação dos sistemas estruturantes sob responsabilidade da STN, além de legalidade, risco e impacto no roadmap dos produtos relacionados;

II - receber, analisar e tratar no âmbito operacional todas as demandas de órgãos de controle relacionadas aos sistemas estruturantes associados ao produto, levando-as sempre ao conhecimento e/ou, quando necessário, para deliberação do Comitê de Gestão;

III - propor novos projetos ou mudanças de escopo e cronograma nos projetos estratégicos de TIC;

IV - propor novas funcionalidades ou evoluções nos sistemas estruturantes, ajustes em funcionalidades existentes ou mudanças no roadmap dos produtos;

V - propor a priorização dos projetos e entregas pactuadas no roadmap dos produtos que compõem o PAEP-TI, em conformidade com os direcionamentos estratégicos vigentes;

VI - revisar quadrimestralmente o roadmap dos produtos que compõem o PAEP-TI;

VII - garantir o cumprimento das diretrizes e determinações do Comitê de Gestão relacionadas à Segurança da Informação e Comunicação;

VIII - subsidiar o Comitê de Gestão com informações, relatórios ou posicionamentos técnicos demandados no contexto do produto; e

IX - fiscalizar o contrato dos sistemas estruturantes que compõem o produto, observando seu ciclo de vida, de modo a garantir sua pertinência e entrega de valor, bem como internalizar necessidades de ajustes e melhorias sob o ponto de vista de negócio e funcional, em conformidade com as normas do SISP.

§ 1°. A priorização dos projetos e entregas será realizada com base em critérios, tais como alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional; benefícios para a organização; abrangência da solução; esforço versus prazo limite para a execução; criticidade da solução, entre outros;

§ 2°. As divergências ou conflitos identificados no contexto da priorização dos projetos e entregas pactuadas no roadmap dos produtos deverão ser levadas ao Comitê de Gestão para deliberação;

§ 3°. Caso seja necessária deliberação urgente do Comitê de Gestão quanto a necessidades a que se refere os incisos I e II ou situações a que se refere o § 2°, o coordenador da frente de portfólio de produtos e projetos estratégicos de TIC deverá informar ao presidente do Comitê de Gestão para as providências cabíveis;

§ 4°. A fiscalização técnica dos contratos a que se refere o inciso IX será feita preferencialmente pelo gerente de produto, podendo ser realizada por outro representante da área de tecnologia da informação, mediante justificativa fundamentada;

§ 5°. A fiscalização dos contratos a que se refere o inciso IX, do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC, deverá ser realizada necessariamente por ato conjunto dos membros indicados no Art. 6º, inciso IV, quando houver concorrência no papel de fiscal requisitante, em conformidade com o disposto na norma sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Art. 11. Compete aos colaboradores que secretariam as diferentes frentes de trabalho e times de produtos:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, enviando a pauta e documentação de suporte com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, observados os cronogramas de trabalho e agendas de reuniões das frentes de trabalho;

II - lavrar as atas das reuniões, com informações de local e data de sua realização, resumo dos pontos de pauta discutidos e/ou apresentados, registro dos debates ocorridos, justificativas e encaminhamentos propostos; e

II - prestar apoio administrativo às reuniões de trabalho, cuidando da organização da pauta, dos levantamentos de informações, disponibilização de recursos e suporte necessários a sua realização e organização do repositório para guarda dessa documentação.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art. 12. A EqAPDTIC efetuará o acompanhamento do PDTIC quadrimestralmente, efetuando os ajustes e correções de rumos necessários com celeridade e tempestividade para garantir o efetivo alcance dos resultados almejados pelo PDTIC em vigor.

Parágrafo único. A EqAPDTIC proporá a revisão anual do PDTIC e, quando necessário, do PETIC, a fim de garantir a adequação e atualização dos instrumentos de planejamento estratégico, bem como o alinhamento aos direcionadores estratégicos do órgão.

Art. 13. A EqAPDTIC produzirá, no mínimo, os seguintes instrumentos para subsidiar o acompanhamento do PDTIC pelo Comitê de Gestão:

I - Portfólio de Execução de Projetos e Produtos de TI (PAEP-TI) atualizado;

II - Relatório Quadrimestral de Acompanhamento da Execução do PAEP-TI;

III - Relatório Quadrimestral de Acompanhamento do Plano de Contratações de TIC; e

IV - Relatório Quadrimestral de Acompanhamento do PDTIC.

Art. 14. Os artefatos e atos preparatórios elaborados pela EqAPDTIC serão apresentados ao Comitê de Gestão com caráter propositivo, de modo que as deliberações acerca do Planejamento Estratégico de TIC e da Gestão de Portfólio de TIC aconteçam neste nível da estrutura de governança, em conformidade com as normas e orientações do SISP.

Art. 15. Os times de produtos se reunirão no mínimo quadrimestralmente, no contexto do acompanhamento do PDTIC, ou sempre que necessário, por solicitação de um de seus membros.

§ 1°. Os times de produtos poderão acolher e avaliar as demandas classificadas como críticas ou urgentes de forma assíncrona, por manifestação por escrito de seus integrantes, devendo se reunir extraordinariamente nos casos em que haja divergência ou solicitação de um de seus membros.

§ 2°. O quórum para as reuniões dos times de produtos deverá considerar a presença de ao menos um representante de cada unidade de negócio responsável pelo produto, conforme disposto no Art. 6º, inciso IV.

§ 3°. As manifestações e propostas do time de produto deverão consignar toda e qualquer divergência em caráter técnico para subsidiar a deliberação pelo Comitê de Gestão.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Comitê de Gestão e comunicados aos demais membros do colegiado.

PAULO FONTOURA VALLE

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 8.317, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a necessidade de adequação das fontes de recursos ao fluxo de caixa, a fim de viabilizar a execução da ação "Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior", por meio do uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente às fontes 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação e 80 - Recursos Próprios Financeiros, na Fundação Universidade Federal do Pampa; e da maximização do excesso de arrecadação da fonte 81 - Recursos de Convênios, na Universidade Federal da Fronteira Sul, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne ao Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAYTON LUIZ MONTES

ANEXO I

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							96.136
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							96.136
12 364	5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							96.136
			F	3	2	90	8	350	41.959
			F	3	2	90	8	380	54.177
TOTAL - FISCAL									96.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									96.136

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							45.012
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							45.012
12 364	5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul							45.012
			F	3	2	90	8	181	45.012
TOTAL - FISCAL									45.012
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.012

ANEXO II

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							96.136
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							96.136
12 364	5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							96.136
			F	3	2	90	8	150	96.136
TOTAL - FISCAL									96.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									96.136

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							45.012
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							45.012
12 364	5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul							45.012
			F	3	2	90	8	150	45.012
TOTAL - FISCAL									45.012
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.012

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 20.153 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LAURA GIZELE MASCARIN, CPF nº 018.375.820-09, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.154 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VINICIUS BELTRÃO TELLÓ, CPF nº 031.180.980-40, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.155 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ELLO GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 41.992.770, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.156 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a JOHN MICHEL PIMENTA DE MORAES STREITHORST, CPF nº 001.186.767-17, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 309, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022 (*)

Aprova as Instruções Normativas e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas e Residenciais - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, as consultas públicas divulgadas pelas Portarias Inmetro nº 248, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2018, seção 1, página 335; nº 18, de 12 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2021, seção 1, página 90 a 108; e nº 3, de 9 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021, seção 1, página 116 a 128, e o que consta no Processo 52600.000288/2021-90, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Ficam aprovados a Instrução Normativa Inmetro para as Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas, a Instrução Normativa Inmetro para as Edificações Residenciais, os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), para Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas, e Edificações Residenciais, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

§ 1º A avaliação da conformidade para a classificação de eficiência energética das edificações residenciais e comerciais, de serviços e públicas, de caráter voluntário, por meio do mecanismo da inspeção, deve ser realizada por Organismo de Inspeção Acreditado pelo Inmetro (OIA-EEE) ou Profissional Certificado (PC), estabelecido no Brasil, consoante os Requisitos ora aprovados.

§ 2º Aplicam-se os presentes Requisitos às edificações comerciais, de serviços, públicas e residenciais - novas ou existentes.

Não é da esfera de competência legal do Inmetro o exercício do poder de polícia administrativa quanto ao objeto, cabendo ao Instituto, exclusivamente, a supervisão quanto ao uso da marca, tendo por foco o cumprimento das regras de Avaliação da Conformidade.

Prazos e disposições transitórias

Até 1º de maio de 2024, a emissão da ENCE para as edificações comerciais, de serviços e públicas, e residenciais deverá ser realizada com base nos requisitos ora aprovados.

§ 1º Excepcionalmente, mesmo após a data especificada no caput, a emissão da ENCE de Edificação Construída, para edificações que tenham se submetido à inspeção de projeto à luz do RTQ-C ou RTQ-R, estabelecidos, respectivamente, pelas Portarias Inmetro nº 372, de 17 de setembro de 2010, e nº 18, de 16 de janeiro de 2012, poderá utilizar o próprio RTQ-C ou RTQ-R, respeitados os 5 (cinco) anos de validade da ENCE de Projeto.

§ 2º A emissão da ENCE de Projeto ou de Edificação Construída à luz dos referidos RTQ-C ou RTQ-R, durante as disposições transitórias, pode adotar os procedimentos de inspeção remota e as atualizações pertinentes estabelecidas nas Notas Técnicas do PBE Edifica, conforme previstos no RAC ora aprovado.

Cláusula de revogação

Ficam revogadas:

I - Portaria Inmetro nº 372, de 17 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2010, seção 1, página 68, em 30 de abril de 2029;

II - Portaria Inmetro nº 17, de 16 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012, seção 1, página 53 a 54, em 30 de abril de 2029;

III - Portaria Inmetro nº 18, de 16 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012, seção 1, página 54, em 30 de abril de 2029;

IV - Portaria Inmetro nº 50, de 1º de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2013, seção 1, página 87, em 30 de abril de 2029

V- Portaria Inmetro nº 299, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2013, seção 1, página 79 a 80, em 30 de abril de 2029;

VI - Portaria Inmetro nº 126, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2014, seção 1, página 56 a 57, em 30 de abril de 2029; e

VII - Portaria Inmetro nº 42, de 24 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de março de 2021, seção 1, páginas 44 a 82, na data de vigência desta Portaria.

Vigência

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019].

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

SUMÁRIO

ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. OBJETIVO
2. SIGLAS
3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
4. DEFINIÇÕES
5. VISÃO GERAL
6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO NA ENVOLTÓRIA
6.1. Método simplificado para as edificações condicionadas artificialmente
6.2. Método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente ou híbridas
7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A
7.1. Sistema de condicionamento de ar
7.1.1. Condições específicas por equipamento
7.1.2. Critérios específicos por sistema
7.2. Sistema de iluminação
7.2.1. Contribuição da luz natural
7.2.2. Controle local
7.2.3. Desligamento automático do sistema de iluminação
7.3. Sistema de aquecimento de água
7.3.1. Automação do sistema de recirculação
7.3.2. Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação
7.3.3. Reservatório de água quente
8. PROCEDIMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
8.1. Classificação da eficiência energética geral da edificação
8.2. Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais
8.2.1. Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória
8.2.2. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar
8.2.3. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação
8.2.4. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
ANEXO A - TABELAS PARA A CONDIÇÃO DE REFERÊNCIA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
A.1. Condições de referência
A.2. Elementos construtivos das paredes externas e cobertura
ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA
B.I.1. Determinação do percentual de redução da carga térmica total anual
B.I.2. Determinação da carga térmica total anual da edificação
B.I.2.1. Condições gerais
B.I.2.2. Edificações condicionadas artificialmente
B.I.2.3. Edificações ventiladas naturalmente ou híbridas
ANEXO B.II - SISTEMA CONDICIONAMENTO DE AR
B.II.1. Determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração
B.II.2. Determinação do consumo de refrigeração
B.II.3. Condições gerais
B.II.4. Cálculo da eficiência do sistema
B.II.4.1. Capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)
B.II.4.2. Capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)
ANEXO B.III - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO
B.III.1. Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação
B.III.2. Determinação do consumo de iluminação
B.III.3. Cálculo da potência de iluminação total da edificação real
B.III.3.1. Cálculo da potência de iluminação em uso
B.III.3.2. Condições gerais
B.III.3.3. Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
B.III.4. Determinação da potência de iluminação limite
B.III.4.1. Método do edifício completo
B.III.4.2. Método das atividades do edifício
ANEXO B.IV - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
B.IV.1. Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária
B.IV.2. Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente
B.IV.3. Condições gerais
B.IV.4. Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente
B.IV.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor
B.IV.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor
B.IV.5.2. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico
B.IV.6. Consumo de energia associado às perdas térmicas
B.IV.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição
B.IV.6.2. Perdas térmicas no sistema de recirculação
B.IV.6.3. Perdas térmicas do reservatório de água quente
B.IV.7. Eficiência dos equipamentos aquecedores de água
ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO
ANEXO C.I - SIMULAÇÃO TERMOENERGÉTICA
C.I.1. Características do programa computacional para a simulação termoenergética
C.I.2. Arquivo climático
C.I.3. Procedimento para a simulação
C.I.4. Características em comum entre o modelo do edifício real e o modelo do edifício de referência
C.I.5. Condição da edificação real
C.I.6. Edifícios ou ambientes condicionados naturalmente
C.I.7. Condição da edificação de referência
ANEXO C.II - SIMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATURAL
C.II.1. Características do programa computacional para a simulação de iluminação natural
C.II.2. Arquivo climático para a simulação de iluminação natural
C.II.3. Procedimento para a simulação de iluminação natural
C.II.3.1. Procedimentos de modelagem comuns à avaliação da redução do consumo de energia primária da edificação e potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
C.II.3.2. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação da redução do consumo de energia primária
C.II.3.3. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
C.II.4. Determinação da malha de pontos mínima para o plano de referência
C.II.5. Modelagem e operação das persianas ou cortinas
C.II.6. Cálculo do consumo do sistema de iluminação total considerando a redução proveniente do uso da iluminação natural
C.II.6.1. Utilização da iluminação natural para a redução do consumo de energia
C.II.6.2. Utilização da iluminação natural no método de simulação termoenergético
ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético
E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação
F.1. Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável
F.2. Consumo de água da edificação na condição de referência
F.3. Consumo de água da edificação na condição real
F.4. Oferta de água não potável
ANEXO G - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA
ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS
1. OBJETIVO
2. SIGLAS
3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
4. DEFINIÇÕES
5. VISÃO GERAL
6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO da envoltória
6.1. Método prescritivo
6.2. Método simplificado
7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A
7.1 Envoltória
7.1.1 Sistemas split
7.1.2 Sistemas centrais
7.2 Sistema de aquecimento de água
7.2.1 Automação do sistema de recirculação
7.2.2 Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação
7.2.3 Reservatório de água quente
8. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E UNIDADES HABITACIONAIS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES PELOS MÉTODOS SIMPLIFICADO E DE SIMULAÇÃO
8.1 Classificação da eficiência energética da unidade habitacional
8.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais
8.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória
8.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
9. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS ÁREAS DE USO COMUM
9.1 Classificação da eficiência energética das áreas de uso comum
9.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais das AUC
9.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação
9.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas
9.2.3 Determinação da classificação de eficiência energética dos elevadores
9.2.4 Determinação da classificação de eficiência do sistema de condicionamento de ar
9.2.5 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
ANEXO A - MÉTODO PRESCRITIVO
A.1 Envoltória
A.2 Consumo estimado de energia elétrica
ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA
B.I.1. Determinação do PHFT, Tomáx, Tomín, CgTR, CgTA e.. CgTT
ANEXO B.II - SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR
B.II.1. Determinação do consumo para refrigeração
B.II.1.1 Com base no COP
B.II.1.2 Com base no IDRS
B.II.1.3 Com base no CSPF
B.II.2 Determinação do consumo para aquecimento
B.II.3 Filtragem e renovação de ar
ANEXO B.III - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
B.III.1 Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária
B.III.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente
B.III.3 Considerações gerais
B.III.4 Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente
B.III.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor
B.III.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor
B.III.5.2 Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico
B.III.6 Consumo de energia associado às perdas térmicas
B.III.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição
B.III.6.2 Perdas térmicas no sistema de recirculação
B.III.6.3 Perdas térmicas do reservatório de água quente
B.III.6.4 Condição de referência para o cálculo associado às perdas térmicas
B.III.7 Eficiência dos equipamentos aquecedores de água
ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO
C.1 Procedimento de avaliação
ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético
E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação
ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES
F.1 Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável
F.2 Consumo de água da edificação na condição de referência
F.3 Consumo de água da edificação na condição real
F.4 Oferta de água não potável

ANEXO G - ÁREAS DE USO COMUM DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES ou de condomínios de edificações residenciais
G.I ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL
G.I.1 Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação
G.I.2 Determinação do consumo de iluminação na condição de referência
G.I.3 Determinação da potência de iluminação limite para a condição de referência
G.I.4 Determinação do consumo de iluminação na condição real
G.I.5 Cálculo da potência de iluminação total da AUC na condição real
G.I.6 Cálculo da potência de iluminação em uso
G.II BOMBAS E/OU MOTOBOMBAS
G.II.1 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição real
G.II.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição de referência
G.III ELEVADORES
G.III.1 Determinação do consumo dos elevadores na condição real
G.III.2 Determinação do consumo dos elevadores na condição de referência
G.IV SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR
G.IV.1 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição real
G.IV.2 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência
G.V SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
G.VI GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
G.VII EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
G.VIII USO RACIONAL DE ÁGUA
ANEXO III - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES
1. Objetivo
2. Siglas
3. Documentos Complementares
4. Definições
5. Mecanismo De Avaliação Da Conformidade
6. ETAPAS DA Avaliação Da Conformidade
6.1 Solicitação
6.2 Inspeção de projeto
6.3 Inspeção da edificação construída
6.4 Tratamento de não conformidades
7. Tratamento de reclamações
8. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Ence
8.1 Concessão da autorização
8.2 Aplicação
8.3 Suspensão ou cancelamento da autorização
9. Responsabilidades e obrigações
9.1 Para o Solicitante
9.2 Para o OIA
9.3 Para o PC
9.4 Para o Inmetro
ANEXO A - PERFIL E ATRIBUIÇÕES DO INSPETOR DE EDIFICAÇÕES E DO ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO E DO PROFISSIONAL CERTIFICADO
A.1 Objetivo
A.2 Atribuições do Inspetor
A.3 Formação do Inspetor
A.4 Capacitação específica do inspetor
A.5 Equipe técnica dos organismos de inspeção acreditados (OIA)
A.6 Profissional certificado (PC)
A.7 Infraestrutura básica dos organismos de inspeção acreditados (OIA) e profissional certificado (PC)
A.8 Escopo e métodos de avaliação empregados pelo profissional certificado (PC)
A.8.1 Métodos de avaliação
ANEXO B - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE
ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO
ANEXO D - TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO
ANEXO ESPECÍFICO I - EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. Objetivo
2. Definições
3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo OIA/PC
4. Documentação De Inspeção De Projeto
5. Procedimentos e níveis de tolerância de inspeção de projeto
5.1 Procedimentos gerais
5.2 Método Simplificado
5.2.1 Considerações gerais da inspeção
5.2.2 Envoltória
5.2.3 Sistema de condicionamento de ar
5.2.4 Sistema de iluminação
5.2.5 Sistema de aquecimento de água
5.2.6 Níveis de tolerância
5.3 Método de Simulação
5.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC
5.3.2 Simulação realizada pelo solicitante
5.3.3 Níveis de tolerância
5.4 Geração local de energia renovável
5.5 Emissão de dióxido de carbono
5.6 Uso racional de água
5.7 Classificação da edificação
6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída
7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída
7.1 Procedimentos gerais
7.2 Inspeção da envoltória
7.2.1 Orientação da edificação
7.2.2 Fechamentos e revestimentos da envoltória
7.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória
7.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos
7.2.5 Área das aberturas
7.2.6 Dispositivos de proteção solar
7.3 Inspeção dos Sistemas de Condicionamento de Ar
7.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e Split
7.3.2 Condicionadores de ar centrais
7.4 Inspeção dos sistemas de
7.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água, quando aplicável
7.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.8 Níveis de tolerância
8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção Do Projeto E Do Relatório De Inspeção Da Edificação Construída
8.1 Relatório de inspeção do projeto
8.2 Relatório de inspeção da edificação construída
9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Comerciais de Serviços e Públicas
ANEXO ESPECÍFICO I.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO ESPECÍFICO I.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE
ANEXO ESPECÍFICO I.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO
Anexo ESPECÍFICO II - EDIFICAÇÕES Residenciais
1. OBJETIVO
2. DEFINIÇÕES
3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo Oia/PC
4. Documentação De Inspeção De Projeto
5. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção De Projeto
5.1 Procedimentos gerais
5.2 Unidade Habitacional
5.2.1 Envoltória - método prescritivo
5.2.2 Envoltória - método simplificado
5.2.3 Envoltória - método de simulação
5.2.4 Sistema de condicionamento de ar - método simplificado e simulação
5.2.5 Sistema de aquecimento de água
5.2.6 Geração local de energia renovável
5.2.7 Emissão de dióxido de carbono
5.2.8 Uso racional de água
5.2.9 Classificação da UH
5.3 Áreas de Uso Comum
5.3.1 Sistema de iluminação
5.3.2 Bombas e/ou motobombas
5.3.3 Elevadores
5.3.4 Sistema de condicionamento de ar
5.3.5 Sistema de aquecimento de água
5.3.6 Geração local de energia renovável
5.3.7 Emissão de dióxido de carbono
5.3.8 Uso racional de água
5.3.9 Classificação da AUC
5.4 Níveis de tolerância
6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída
7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída
7.1 Procedimentos
7.2 Inspeção da Unidade Habitacional Autônoma
7.2.1 Amostra de UHs para análise in loco
7.2.2 Inspeção da envoltória
7.2.3 Inspeção dos sistemas de condicionamento de ar
7.2.4 Inspeção do sistema de aquecimento de água
7.2.5 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.2.6 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.3 Inspeção das Áreas de Uso Comum
7.3.1 Inspeção dos sistemas de iluminação
7.3.2 Inspeção das bombas e/ou motobombas
7.3.3 Inspeção dos elevadores
7.3.4 Inspeção do sistema de condicionamento de ar
7.3.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água
7.3.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.3.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.4 Níveis de tolerância
8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção
8.1 Relatório de inspeção do projeto
8.2 Relatório de inspeção da edificação construída
9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Residenciais
ANEXO ESPECÍFICO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO ESPECÍFICO II.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE
ANEXO ESPECÍFICO II.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO
ANEXO IV - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE - ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE)
1. Modelos das ences
2. Edificações Comerciais, de serviços e públicas
2.1 ENCE Geral
2.2 ENCE Autodeclarada
2.3 ENCE Parcial
2.4 Página Complementar
3. Edificações Residenciais
3.1 ENCE da Unidade Habitacional
3.2 ENCE das Áreas de Uso Comum
4. Manual de entendimento da ENCE
ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas e porções não-residenciais de edificações de uso misto, em projeto ou construídos, quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

2. SIGLAS

Para fins deste Anexo, são adotadas as siglas a seguir, além das citadas nos documentos complementares elencados no item 3.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC - Área Condicionada Artificialmente
AHRI - Air-Conditioning, Heating and Refrigeration Institute
AHS - Ângulo Horizontal de Sombreamento
AI - Área Iluminada
ALN - Autonomia da Luz Natural
ALNE - Autonomia da Luz Natural Espacial
ANC - Área Não Condicionada Artificialmente
ANSI - American National Standards Institute
AOV - Ângulo de Obstrução Vizinha
APP - Área de Permanência Prolongada
APT - Área de Permanência Transitória
ASHRAE - American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers
ASTM - American Society for Testing and Materials
AT - Área Técnica
ATC - Acceptance Test Code
AVS - Ângulo Vertical de Sombreamento
CDD18 - Cooling Degree-day Base 18
Cgcre - Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro
CgT - Carga Térmica
CIE - Commission Internationale de l'éclairage
COP - Coeficiente de Performance
CSPF - Cooling Seasonal Performance Factor
CT - Capacidade Térmica
CTI - Cooling Technology Institute
DCI - Densidade de Carga Interna
DPE - Densidade de Potência de Equipamentos
DPI_T - Densidade de Potência de Iluminação Total
DPI_L - Densidade de Potência de Iluminação Limite
DPI_U - Densidade de Potência de Iluminação em Uso
EAS - Estabelecimentos Assistenciais de Saúde
EEP - Edificação de Energia Positiva
ENV - Envoltória
FF - Fator de Forma
GN - Gás Natural
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo

HSPF - Heating Seasonal Performance Factor
HV - Altura da Verga
ICOP - Coeficiente Integrado de Performance
IDRS - Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal
IES - Iluminating Engineering Society
INI - Instrução Normativa Inmetro
INI-C - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPLV - Integrated Part-load Value
NBR - Norma Brasileira
NFRC - National Fenestration Rating Council
NZEB - Edificação de Energia Quase Zero
PAF - Percentual de Área de Abertura na Fachada
PAZ - Percentual de Abertura Zenital
PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem
PD - Pé-direito
PHOCT - Percentual de Horas Ocupadas em Conforto Térmico
PI - Potência Instalada de Iluminação
PI_T - Potência Instalada Total
SCOP - Coeficiente Sazonal de Performance
Sis - Sistemas Isolados
SIN - Sistema Interligado Nacional
SPLV - System Part-load Value
VRF - Sistema de Fluxo de Refrigerante Variável
ZB - Zona Bioclimática

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste Anexo, são adotados os documentos complementares a seguir.

10 CFR 431.102 - Definitions concerning commercial water heaters, hot water supply boilers, unfired hot water storage tanks, and commercial heat pump water heaters. Code of Federal Regulations (CFR) Title 10, Energy, Part 431.102, 2016.

ABNT NBR 8160: 1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução.

ABNT NBR 15220-2:2022 - Desempenho térmico de edificações - Parte 2: Componentes e elementos construtivos das edificações - Resistência e transmitância térmica - Métodos de cálculo (ISO 6946:2017 MOD).

ABNT NBR 15220-3:2005 - Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social.

ABNT NBR 16824:2020 - Sistemas de distribuição de água em edificações - Prevenção de legionelose - Princípios gerais e orientações.

ABNT NBR 15527:2019 - Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis - Requisitos.

ABNT NBR 16783:2019 - Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações.

ABNT NBR 16401:2008 - Instalações de ar condicionado - Sistemas centrais e unitários.

ABNT NBR 7256:2005 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações.

ANSI/AHRI 550/590:2011 (IP) - Performance Rating of Water Chilling Packages Using the Vapor Compression Cycle. Arlington.

ANSI/AHRI 551/591:2011 (SI) - Performance Rating Of Water-Chilling and Heat Pump Water-Heating Packages Using the Vapor Compression Cycle.

ANSI/AHRI 1230:2010 - Performance Rating of Variable Refrigerant Flow (VRF) Multi-Split Air-Conditioning and Heat Pump Equipment.

ANSI/AHRI 210/240:2008 - Performance Rating of Unitary air-conditioning and air source heat pump equipment.

ANSI/AHRI 340/360:2015 - Performance Rating of Commercial and industrial unitary air-conditioning and heat pump equipment.

ANSI/AHRI 560:2000 - AHRJ - Air-conditioning, Heating, and Refrigeration Institute: Absorption Water Chilling and Water Heating Packages.

ANSI/ASHRAE 74: 1988 - Method of Measuring Solar-Optical Properties of Materials.

ANSI/ASHRAE 140:2011 - Standard Method of Test for the Evaluation of Building Energy Analysis Computer Programs.

ANSI/ASHRAE 55:2017 - Thermal Environment Conditions for Human Occupancy.

ANSI/ASHRAE/IES 90.1:2019 - Energy Standard for Buildings Except Low-Rise Residential Buildings.

ANSI/NFRC 200:2020 - Procedure for Determining Fenestration Product Solar Heat Gain Coefficient and Visible Transmittance at Normal Incidence.

ASTM E903-96 - Standard Test Method for Solar Absorptance, Reflectance, and Transmittance of Materials Using Integrating Spheres (Withdrawn 2005).

ASTM E1918-06:2015 - Standard Test Method for Measuring Solar Reflectance of Horizontal and Low-Sloped Surfaces in the Field, West Conshohocken, PA.

CIE ISO 15569:2004 - Spatial distribution of daylight - CIE standard general sky.

EN 15316-3-2: 2007 - Heating systems in buildings - method for calculation of system energy requirements and system efficiencies - Part 3-2: Domestic hot water systems, distribution.

Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021 - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar - Consolidado.

ISO 16358-1:2013 - Air-Cooled Air Conditioners And Air-To-Air Heat Pumps - Testing And Calculating Methods For Seasonal Performance Factors - Part 1: Cooling Seasonal Performance Factor.

ISO 9050:2003 - Glass in building - Determination of light transmittance, solar direct transmittance, total solar energy transmittance, ultraviolet transmittance and related glazing factors.

MCTI, 2019 - BRASIL. Ministério da Ciência e da Tecnologia e Inovação. Fator médio de emissão do Sistema Interligado Nacional do Brasil. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html. 2019a.

MCT, 2010 - BRASIL. MCTI. Emissões de Dióxido de Carbono por Queima de Combustíveis: Abordagem Top-Down. Relatórios de Referência: Setor Energia. 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa. Brasília, DF: MCTI, 2010.

PEREZ, R. et al., 1993 - All-weather model for sky luminance distribution-Preliminary configuration and validation. Solar Energy, vol. 50, n. 3, march 1993, p.235-245.

PEREZ, R. et al., 1993 - ERRATUM to all-weather model for sky luminance distribution-preliminary configuration and validation. Solar Energy, vol. 51, n. 5, 1993, p. 423.

VERSAGE, R., 2015 - Metamodelo para estimar a carga térmica de edificações condicionadas artificialmente. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 191p. 2015.

4. DEFINIÇÕES

4.1 Aberturas com fechamento transparente ou translúcido

Áreas da envoltória da edificação, com fechamento translúcido ou transparente (permitindo a entrada de luz), incluindo janelas, painéis plásticos, claraboias, portas de vidro e paredes de blocos de vidro. Excluem-se os vãos sem fechamentos, os elementos vazados como os cobogós e os caixilhos.

4.2 Absortância à radiação solar - α (adimensional)

Quociente da taxa de radiação solar absorvida por uma superfície pela taxa de radiação solar incidente sobre esta mesma superfície. A absortância é utilizada apenas para elementos opacos, com ou sem revestimento externo de vidro (exclui-se a absortância das parcelas envidraçadas das aberturas, bem como dos caixilhos). Para a absortância de paredes externas, adota-se o termo αpar; para a absortância de coberturas, adota-se o termo αcob.

4.3 Área condicionada artificialmente - AC (m²)

Área de piso atendida pelo sistema de condicionamento de ar.

4.4 Área da envoltória - A_{env} (m²)

Soma das áreas da envoltória (ver definição de envoltória - 4.48).

4.5 Ângulos de sombreamento

Ângulos formados pela obstrução à radiação solar gerada por proteções solares existentes nas aberturas ou próximas à edificação. Na INI-C são utilizados três ângulos diferentes: ângulo vertical de sombreamento (AVS - referente às proteções horizontais, ver definição 4.6), ângulo horizontal de sombreamento (AHS - referente às proteções verticais, ver definição 4.7), e o ângulo de obstrução vizinha (AOV - referente à proteção gerada por edificações vizinhas, ver definição 4.8).

4.6 Ângulo vertical de sombreamento - AVS (°)

Ângulo de sombreamento entre a abertura e a proteção solar horizontal instalada; é formado entre os dois planos que contêm a base da abertura: o primeiro é o plano vertical na base da folha de vidro (ou material translúcido); o segundo plano é formado pela extremidade mais distante da proteção solar horizontal até a base da folha de vidro (ou material translúcido).

4.7 Ângulo horizontal de sombreamento - AHS (°)

Ângulo de sombreamento entre a abertura e a proteção solar vertical instalada; é formado entre os dois planos verticais: o primeiro é o que contém a base da folha de vidro (ou material translúcido); o segundo plano é formado pela extremidade mais distante da proteção solar vertical e a extremidade oposta da base da folha de vidro (ou material translúcido).

4.8 Ângulo de obstrução vizinha - AOV (°)

Ângulo que representa o efeito do sombreamento de uma edificação vizinha, representada por uma superfície paralela à fachada da zona térmica. Deve ser determinado pelo ângulo formado entre a altura desta superfície em relação à abertura da zona térmica.

4.9 Área de permanência prolongada - APP (m²)

Área de piso dos ambientes de ocupação contínua por longos períodos, incluindo as áreas destinadas às atividades de escritórios, venda de mercadoria, salas de aulas, cozinhas profissionais ou com postos de trabalho, refeitório, circulação de público em shoppings centers fechados, laboratórios, consultórios, saguões de entrada onde haja portaria ou recepção com ocupante, locais para prática de esportes, etc. Não são áreas de permanência prolongada: garagens e estacionamentos, depósitos, despensas, banheiros, áreas de circulação em geral e áreas técnicas onde a ocupação não é frequente. As áreas listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

4.10 Área de permanência transitória - APT (m²)

Área de piso dos ambientes de permanência transitória (ou seja, área de piso dos ambientes que não são de permanência prolongada), não condicionados. Caso na edificação exista uma APT condicionada, esta deve ser considerada APP.

4.11 Área iluminada - AI (m²)

Área de piso dos ambientes internos e externos que são iluminados artificialmente.

4.12 Área não condicionada artificialmente - ANC (m²)

Área de piso dos ambientes de permanência prolongada não atendida por sistema de condicionamento de ar.

4.13 Atividade

Ações específicas que uma pessoa, ou um grupo de pessoas, realiza em uma edificação para que sejam executadas as tarefas às quais esta se dispõe.

4.14 Autonomia da luz natural - ALN (% tempo)

Percentual das horas de ocupação, ao longo do ano, em que determinada iluminância é alcançada ou ultrapassada em plano de análise da edificação, considerando-se apenas a iluminação natural.

4.15 Autonomia da luz natural espacial - ALNE (%)

Percentual da área da edificação ou de uma parcela da edificação em que determinada iluminância é alcançada ou ultrapassada, em um percentual do período de ocupação, ao longo do ano, considerando-se apenas a iluminação natural.

4.16 Caixilho

Moldura onde são fixados os vidros de janelas, portas e painéis.

4.17 Capacidade térmica - CT (kJ/(m².K))

Quantidade de calor necessária para variar em uma unidade a temperatura de um sistema. Para a capacidade térmica de paredes externas, adota-se o termo CT_{par}; para a capacidade térmica de coberturas, adota-se o termo CT_{cob}.

4.18 Carga térmica instantanea (kW)

Quantidade de calor a ser retirada ou fornecida a um ambiente para se manter as condições térmicas desejadas.

4.18 Carga térmica total anual - CgT (kWh/ano)

Somatório das cargas térmicas instantaneas horárias durante o período de ocupação da edificação e conforme os dias de uso da tipologia.

4.19 Classificação de eficiência energética da edificação

Classificação de eficiência energética alcançada pela edificação e/ou sistema avaliado, variando de A (mais eficiente) até E (menos eficiente).

4.20 Classe de eficiência energética dos condicionadores de ar

Classificação de eficiência energética adotada pelo Inmetro aos equipamentos de condicionamento de ar.

4.21 Cobertura

Parcela da área de fechamentos opacos superiores da edificação, com inclinação inferior a 60° em relação ao plano horizontal.

4.22 Condutividade térmica - λ (W/(m.K))

Propriedade física de um material homogêneo e isótropo, igual a densidade do fluxo de calor constante ocasionado por um gradiente de temperatura uniforme de 1 Kelvin por metro.

4.23 Coeficiente de performance - COP (W/W)

Relação entre a capacidade de refrigeração ou aquecimento do sistema de condicionamento de ar e a potência elétrica necessária para seu funcionamento em plena carga.

4.24 Coeficiente integrado de performance - ICOP (W/W)

Grandeza que expressa o COP (coeficiente de performance) de refrigeração em carga parcial para unidades de condicionamento de ar unitárias, ponderando a eficiência do equipamento quando este opera em diferentes capacidades de carga.

4.25 Coeficiente sazonal de performance - SCOP (W/W)

Valor referente à relação entre o perfil de carga térmica ou, a capacidade de retirada pelo sistema de ar condicionado, e o consumo de energia necessário para tanto.

4.26 Coletor solar térmico

Dispositivo projetado para absorver a radiação solar e transferir a energia térmica produzida para um fluido de trabalho que passa pelo equipamento na forma de energia térmica.

4.27 Condição de referência

Características construtivas típicas de determinada tipologia arquitetônica em função de diferentes usos. A condição de referência possui a mesma forma, orientação solar e pé-direito da edificação avaliada; porém, as demais características construtivas da condição de referência são pré-fixadas em função do uso, de forma que esta seja equivalente à classificação D de eficiência energética.

4.28 Consumo energético (kWh/ano)

Estimativa da energia consumida pela edificação durante um ano, em energia elétrica, térmica ou primária.

4.29 Condição real

Edificação com suas características construtivas e demanda energética para o funcionamento dos sistemas que a compõem reais e/ou conforme projeto. A condição real deve atender, ainda, as características pré-fixadas conforme sua tipologia, descritas nas tabelas do Anexo A, que são: ocupação (pessoas/m²), horas diárias de ocupação, número de dias de ocupação ao ano e temperatura de setpoint.

4.30 Cooling degree-day, base 18 - CDD18 (°C)

Valor referente à diferença de temperatura entre a temperatura média externa em um período de 24 horas e uma determinada temperatura base (neste caso, 18 °C). É utilizado para a estimativa do uso da refrigeração artificial.

4.31 Cooling seasonal performance factor - CSPF

Fator de desempenho sazonal de resfriamento, determinado pela proporção entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O CSPF é calculado conforme definido pela norma ISO 16358-1:2013, considerando o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, e utilizando o arquivo climático horário da cidade (EPW) em análise e as horas de ocupação.

4.32 Densidade de carga interna - DCI (W/m^2)

Densidade do ganho de calor total proporcionado pela ocupação dos ambientes, ou da edificação, e o uso de equipamentos e de iluminação.

4.33 Densidade de potência de equipamentos - DPE (W/m^2)

Razão entre o somatório da potência média de equipamentos instalados, considerando o tempo de uso e a área de um ambiente ou zona térmica. Por exemplo, para um equipamento de 1.000 W, operando apenas em 1 das 10 horas de uso de uma edificação, deve-se considerar a potência média de 100 W.

4.34 Densidade de potência de iluminação - DPI (W/m^2)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de um ambiente ou zona térmica.

4.35 Densidade de potência de iluminação em uso - DPI_U (W/m^2)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de um ambiente ou zona térmica integrada ao tempo ou intensidade de uso do sistema. Enquanto a DPI é associada a 100% da potência instalada, a DPI_U corresponde ao tempo de uso ou a intensidade da potência acionada.

4.36 Densidade de potência de iluminação limite - DPI_L(W/m^2)

Limite máximo aceitável da DPI.

4.37 Dias de ocupação - N_{ano}

Número de dias em um ano que a edificação está em uso.

4.38 Edificação de energia quase zero - NZEB

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida supre 50% ou mais de sua demanda anual de energia.

4.39 Edificação de energia positiva - EEP

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida é superior à sua demanda anual de energia.

4.40 Edificação de uso misto

Edificação que possui parte destinada ao uso comercial, de serviços e/ou públicos e parte destinada a outros usos, como o residencial. As parcelas comerciais, de serviços e públicas devem ser avaliadas pela INI-C, e as parcelas destinadas ao uso residencial devem ser avaliadas pela INI-R.

4.41 Edifícios comerciais, de serviços e públicos

Edificações públicas e/ou privadas utilizadas para outros fins que não o residencial ou industrial. São consideradas edificações comerciais, de serviços e públicas: escolas; instituições ou associações de diversos tipos, incluindo aquelas para a prática de esportes, tratamento de saúde de animais ou humanos (postos de saúde, laboratórios e clínicas); edificações para a venda de mercadorias em geral, prestação de serviços, bancos, preparação e venda de alimentos; edifícios de escritórios e empresariais, de uso de entidades, instituições ou organizações públicas municipais, estaduais e federais, incluindo sedes de empresas ou indústrias, desde que não haja a atividade de produção nesta última; meios de hospedagem. As atividades listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

4.42 Eficiência da combustão

Medida que equivale ao valor relacionado à energia de entrada de combustível que é convertida em calor útil na combustão de um equipamento. É calculada em função do percentual de perdas devido ao gás de combustão seco, ao gás de combustão incompleta e à umidade formada pela combustão do hidrogênio.

4.43 Eficiência energética

Razão, ou outra relação quantitativa entre uma saída de desempenho, serviços, produtos ou energia e uma entrada de energia.

4.44 Eficiência térmica

Relação entre o calor transferido para a água (que flui por meio do aquecedor) e a quantidade de energia consumida pelo mesmo, medida durante o teste de eficiência térmica com base no documento 10 CFR 431.102. Este aquecedor pode ser do tipo instantâneo, aquecedor de água de armazenamento ou caldeira de fornecimento de água quente.

4.45 ENCE geral

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para as edificações que foram submetidas à avaliação de forma integral, com análise da edificação completa e avaliação de todos os sistemas aplicáveis (envoltória, iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água). A avaliação do sistema de aquecimento de água pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme observado nas tabelas do Anexo A.

4.46 ENCE parcial

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações com avaliação de uma ou mais combinações entre a envoltória e os seguintes sistemas: iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água, quando aplicável; ou, para avaliações da envoltória completa e de todos os sistemas aplicáveis (iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água) de uma parcela da edificação.

4.47 Energia primária

Forma de energia disponível na natureza que não foi submetida a qualquer processo de conversão ou transformação. É a energia contida nos combustíveis ainda brutos (primários), podendo ser proveniente de fontes renováveis ou não renováveis. Quando não utilizada diretamente, pode ser transformada em fontes de energia secundárias como a eletricidade e calor.

4.48 Envoltória - Env

Conjunto de planos que separam o ambiente interno do ambiente externo, tais como fachadas, empenas, cobertura, aberturas, pisos, assim como quaisquer elementos que os compõem, desconsiderando as áreas que estão em contato com o solo.

4.49 Equipamentos

Instrumentos necessários para a execução de uma tarefa em uma zona térmica de análise, contribuindo para a sua carga térmica, como por exemplo os eletroeletrônicos. São expressos para fins de avaliação pela "Densidade de Potência de Equipamentos" (DPE, ver definição 4.33), e calculados a partir de uma potência média.

4.50 Fachada

Superfícies externas verticais ou com inclinação superior a 60º em relação ao plano horizontal. Incluem as superfícies opacas, translúcidas, transparentes e vazadas, como os cobogós e vãos de entrada.

4.51 Fachada norte

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 0° a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada norte.

4.52 Fachada nordeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 45° a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada nordeste.

4.53 Fachada leste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 90° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada leste.

4.54 Fachada sudeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 135° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sudeste.

4.55 Fachada sul

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 180° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22.5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sul.

4.56 Fachada sudoeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 225° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sudoeste.

4.57 Fachada oeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 270° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada oeste.

4.58 Fachada noroeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 315° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada noroeste.

4.59 Fator de forma - FF

É o índice que representa as proporções da edificação, sendo calculado por meio da razão entre a área da envoltória (ver definição 4.4) e o volume total da edificação (ver definição 4.106). Para o cálculo do fator de forma, não devem ser considerados: i) ambientes de permanência transitória localizados acima da laje de cobertura, como a casa de máquinas e os depósitos; ii) reservatórios de água; iii) pavimentos de garagem, sem hall condicionado; iv) subsolos.

4.60 Fator da área da escada (adimensional)

Relação entre a área de circulação vertical e a área total do edifício. Para este fator, não devem ser considerados os elevadores e as escadas enclausuradas.

4.61 Fator de correção do vento

Fator de correção da velocidade do ar externo, levando em consideração o entorno de implantação da edificação, podendo ser: i) centros urbanos; ii) áreas urbanas, suburbanas, industriais ou florestas; iii) áreas rurais planas; e, iv) regiões expostas aos ventos vindos do oceano.

4.62 Fator de projeção - FP

Relação entre a profundidade horizontal da projeção do sombreamento externo, dividido pela soma da altura da abertura, mais a distância do topo da abertura até a parte inferior do ponto mais distante da projeção do sombreamento externo, em metros.

4.63 Fator solar - FS

Razão entre o ganho de calor que entra em um ambiente por uma abertura e a radiação solar incidente nesta mesma abertura, a qual inclui o calor radiante transmitido pelo vidro e a radiação solar absorvida, que é transmitida ao ambiente por condução ou convecção.

Nota: O fator solar considerado é relativo à incidência de radiação solar ortogonal à abertura. É também conhecido internacionalmente como "g" (solar factor - ISO 9050) e SHGC (Solar Heat Gain Coefficient - ASHRAE fundamentals ou ANSI/NFRC 200).

4.64 Fontes alternativas de água não potável

Fonte de água não potável, podendo ser utilizada em usos não potáveis da edificação em alternativa à água potável fornecida pela empresa prestadora de serviços de saneamento. Para fins da INI-C, considera-se como fontes alternativas de água não potável a água da chuva, água pluvial, água clara e reuso de água, conforme definidos na ABNT NBR 16783, em sua versão vigente.

4.65 Fração solar

Parcela de energia requerida para o aquecimento da água que é suprida pela energia solar.

4.66 Geração local de energia renovável

Geração de energia proveniente de recursos naturais renováveis, como a hídrica, solar, eólica, geotérmica e cogeração qualificada proveniente de fontes renováveis, instalada nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida.

4.67 Heating seasonal performance factor - HSPF

Razão entre o calor fornecido por uma bomba de calor durante o período em uso ao longo de um ano e a energia elétrica total durante o mesmo período.

4.68 Horas de ocupação

Número de horas em que um determinado ambiente é ocupado por pessoas, considerando a dinâmica de uso da edificação ao longo do ano (dias de semana e final de semana).

4.69 Hora não atendida de conforto

Hora na qual a temperatura de uma ou mais zonas térmicas condicionadas artificialmente não atinge o valor do seu respectivo setpoint + 0,2 °C, durante o processo de simulação. O valor pode ser fracionário de acordo com o intervalo de tempo empregado na simulação.

4.70 Índice de desempenho de resfriamento sazonal - IDRS

Razão entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O IDRS permite considerar o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, para um clima brasileiro médio, conforme definido pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.

4.71 Iluminação decorativa

Iluminação puramente ornamental e instalada para efeito estético.

4.72 Iluminação de emergência

Iluminação obrigatória destinada ao uso em ocasiões de emergência.

4.73 Iluminação de tarefa

Fontes de luz direcionadas a uma superfície ou área específica, que proporciona o nível de iluminamento adequado e sem ofuscamento para a realização de tarefas visuais específicas. A iluminação de tarefa é diferenciada da iluminação geral por não abranger todas as superfícies, devendo ter um controle independente.

4.74 Iluminação geral

Iluminação geral que produz um nível uniforme de iluminação ao longo de uma área. A iluminação geral não inclui a iluminação decorativa, de tarefa ou de emergência.

4.75 Inércia térmica

Em edificações, trata-se da sua capacidade de reduzir a transferência ou a transmissão de calor por meio do acúmulo do mesmo em seus elementos construtivos.

4.76 Integrated part-load value - IPLV

O índice IPLV (Valor Integrado de Carga Parcial) é definido pela ANSI/AHRI Standard 550/590 (IP) e ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) como o valor que expressa a eficiência de um chiller, considerando não apenas o seu desempenho em 100% de carga, mas a média ponderada considerando a sua operação em cargas parciais ao longo do ano. A equação do IPLV.SI para o ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) é expressa de acordo:

IPLV.SI = 0,01A+0,42B+0,45C+0,12D

onde:

A é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 100% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

B é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 75% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

C é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 50% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

D é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 25% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015.

4.77 Isolamento do piso

Piso que não apresenta ligação entre a capacidade térmica do elemento e o ar do ambiente (ex.: pisos elevados e pisos com carpete).

4.78 Janelas que permitem a ventilação

Janelas que possuem a possibilidade de ventilação por meio da passagem de ar. Para o cômputo do aproveitamento da ventilação natural (Anexo B, item B.I.2.3), deve-se considerar a área de toda a abertura (tipo de janela para ventilação).

4.79 Obstáculos do entorno

Obstáculos do entorno relativos à ventilação natural, podendo ser: i) sem proteção local ou obstruções; ii) proteção local leve com poucas obstruções; iii) proteção densa com muitas obstruções; iv) proteção muito densa com muitas obstruções grandes; e, v) proteção completa.

4.80 Ocupação (m²/pessoa)

Razão entre a área de uma edificação e o número de pessoas que a ocupam.

4.81 Paredes externas

Superfícies opacas que delimitam o interior do exterior da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.82 Pé-direito - PD (m)

Distância vertical entre o piso e a parte inferior do teto ou forro de um ambiente.

4.83 Percentual de abertura zenital - PAZ (%)

Percentual de área de abertura zenital na cobertura. Refere-se exclusivamente às aberturas em superfícies com inclinação igual ou inferior a 60° em relação ao plano horizontal. Deve-se calcular a projeção horizontal da abertura considerando a área de projeção da cobertura. Acima desta inclinação, adotar o percentual de área de abertura na fachada na zona a que este se refere (PAF).

4.84 Percentual de área de abertura na fachada da zona térmica - PAF (%)

Razão entre a soma das áreas de abertura envidraçada, ou com fechamento transparente ou translúcido, de cada fachada de uma zona térmica e a área total de fachada da mesma zona térmica. Refere-se exclusivamente às aberturas com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal, tais como as janelas tradicionais, portas de vidro ou sheds, mesmo sendo estes últimos localizados na cobertura. Para a entrada do dado na interface do metamodelo a partir do uso do método simplificado, deve-se adotar o valor na forma decimal (exemplo: 30% = 0,30).

4.85 Percentual de área de abertura na fachada total - PAF_T (%)

Razão entre a soma das áreas de abertura para ventilação de cada fachada e a área total de fachada da edificação. Refere-se exclusivamente às aberturas com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal, tais como as janelas tradicionais, portas de vidro ou sheds, mesmo sendo estes últimos localizados na cobertura. Para a entrada do dado na interface do metamodelo a partir do uso do método simplificado, deve-se adotar o valor na forma adimensional (exemplo: 30% = 0,30).

4.86 Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando ventilada naturalmente - PHOCT (%)

Razão entre as horas ocupadas que comprovadamente atendem aos requisitos de conforto térmico quando ventiladas naturalmente e o total de horas ocupadas da edificação.

4.87 Pilotis

Pavimento vazado, delimitado pela projeção do perímetro correspondente ao pavimento logo acima.

4.88 Potência instalada de iluminação - PI (W)

Potência instalada do sistema de iluminação, sem controle automatizado.

4.89 Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível (%)

Percentual da área da edificação, ou de uma parcela da edificação, com potencial para o aproveitamento da luz natural e, assim, passível de economizar energia elétrica por meio da instalação de dispositivos de controle do sistema de iluminação.

4.90 Potência instalada de iluminação em uso - PI_U (W)

Potência instalada do sistema de iluminação com uso de controles automatizados.

4.91 Potência instalada total - PI_T (W)

Somatório de todas as potências instaladas de iluminação, incluindo-se a potência instalada controlada e a potência instalada em uso (PI_U).

4.92 Sistema solar de aquecimento

Sistema composto de coletor solar e outros componentes para o fornecimento de energia térmica.

4.93 Sistema fotovoltaico

Conjunto de elementos que geram e fornecem eletricidade a partir da conversão da energia solar.

4.94 System part-load value - SPLV

Indicador numérico de desempenho do sistema de condicionamento de ar, com método de definição similar ao IPLV, mas que, diferentemente, trata-se de uma média ponderada da eficiência energética de todo sistema operando em cargas parciais ao longo do ano, em uma instalação real, com perfil operacional específico (definidos em projeto) e nos horários de funcionamento do sistema em uma determinada localidade, com suas condições climáticas próprias ao longo do ano. O SPLV é aplicado não apenas em sistemas de água gelada (que inclui chillers, bombas, torres de resfriamento, fancoils e demais ventiladores), mas também em sistemas com expansão direta (como por exemplo, VRF, split, splitão, self contained), incluindo os demais componentes necessários ao funcionamento completo do sistema de condicionamento de ar (bombas, torres de resfriamento, ventiladores).

4.95 Sistema de condicionamento de ar

Processo de tratamento de ar destinado a alterar/influenciar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar de um ambiente.

4.96 Sistema de fluxo de refrigerante variável - VRF

Sistema de condicionamento de ar do tipo expansão direta com múltiplas unidades evaporadoras, no qual pelo menos um compressor possui capacidade variável, que distribui gás refrigerante por meio de uma rede de tubulações para as diversas unidades evaporadoras com capacidade de controlar a temperatura individual da zona térmica por meio de dispositivos de controle de temperatura e de uma rede de comunicação comum.

4.97 Situação da cobertura

Indica se a cobertura da zona térmica está em contato com o exterior da edificação, ou em contato com o piso de outra zona térmica. Nos casos em que exista o sombreamento da cobertura, e deseja-se considerar esta interferência no ganho térmico, deve-se utilizar o método de simulação.

4.98 Situação do piso

Indica se o piso da zona térmica está em contato com o solo ou sobre pilotis.

4.99 Temperatura de setpoint (°C)

Temperatura pré-estabelecida que um sistema de controle automático tentará alcançar quando acionado.

4.100 Tarefas visuais

Designa as atividades que necessitam identificar detalhes e objetos para o desenvolvimento de certa atividade, o que inclui o entorno imediato destes detalhes ou objetos.

4.101 Tipologia da edificação

Principal atividade desenvolvida na edificação avaliada.

4.102 Transmissão visível do vidro (%)

Quantidade de luz na parte visível do espectro que passa pelo vidro.

4.103 Transmitância térmica - U (W/(m².K))

Transmissão de calor em unidade de tempo e através de uma área unitária de um elemento ou componente construtivo; neste caso, dos vidros e dos componentes opacos das paredes externas e coberturas, incluindo as resistências superficiais interna e externa, induzida pela diferença de temperatura entre dois ambientes. Para a transmitância térmica de paredes externas, adota-se o termo U_{par}; para a transmitância térmica de coberturas, adota-se o termo U_{cob}; e, para a transmitância térmica do vidro, U_{vid}.

4.104 Taxa de ocupação (%)

Relação percentual entre a projeção horizontal da área construída e a área do terreno em que se implanta a edificação.

4.105 Ventilação híbrida

Modo de operação de um ambiente que combina a ventilação natural por meio de janelas operáveis aos sistemas mecânicos que incluem a refrigeração e a distribuição de ar.

4.106 Volume total da edificação - V_{tot} (m^3)

Volume delimitado pelos fechamentos externos da edificação (fachadas, pisos e cobertura), com exceção dos pátios externos descobertos. O último pavimento não deve entrar no cálculo do fator de forma caso este tenha característica de pavimento técnico, composto apenas por áreas técnicas, como a sala de máquinas e os depósitos.

4.107 Zona bioclimática

Região geográfica homogênea quanto aos elementos climáticos que interferem nas relações entre o ambiente construído e o conforto térmico humano de acordo com a ABNT NBR 15220-3, em sua versão vigente.

4.108 Zona de conforto térmico

Zona onde existe satisfação psicofisiológica de um grupo de indivíduos em relação às condições térmicas do ambiente. A hipótese de conforto adotada deve ser definida com base na norma ASHRAE Standard 55, em sua versão vigente.

4.109 Zona primária de iluminação natural

Áreas da edificação substancialmente iluminadas pela luz do dia, seja por aberturas laterais ou aberturas zenitais.

4.110 Zona térmica

Espaço ou grupo de espaços dentro de um edifício que tenham densidade de cargas térmicas internas (pessoas, equipamentos e iluminação) semelhantes, de forma que as condições de temperatura possam ser mantidas homogêneas. As zonas térmicas devem ser estabelecidas em internas (sem contato com o ambiente externo à edificação) e perimetrais (em contato direto com o ambiente externo).

5. VISÃO GERAL

A presente Instrução Normativa Inmetro especifica os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

As edificações submetidas à esta INI-C devem atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes e aplicáveis.

Neste documento são apresentados os procedimentos para a determinação da classificação de

eficiência energética de edificações comerciais, de serviços e públicas, que pode ser geral, ou parcial.

A classificação parcial da edificação é possível para os seguintes sistemas:

a) Envoltória completa (obrigatória em todas as avaliações);
b) Envoltória completa e sistema de condicionamento de ar;
c) Envoltória completa e sistema de iluminação;
d) Envoltória completa e sistema de aquecimento de água;
e) Envoltória completa e outros dois sistemas citados acima.

Na INI-C a classificação é realizada com base no consumo de energia primária, comparando-se o consumo da edificação real com a mesma edificação em uma condição de referência, equivalente à classificação D.

A estimativa do consumo de energia pode ser realizada por meio dos métodos simplificado e de simulação. É possível que os sistemas de uma mesma edificação sejam avaliados pela combinação entre o método simplificado e o método de simulação, conforme as possibilidades apresentadas nos encontros entre as linhas e colunas da tabela 5.1: (✓) quando a combinação é possível e (X) quando a combinação entre os métodos não é possível. Por exemplo, é possível combinar uma avaliação da envoltória em que as zonas condicionadas artificialmente sejam avaliadas pelo método simplificado, e as demais zonas ventiladas naturalmente sejam avaliadas pelo método de simulação. No entanto, o oposto não é possível: avaliação das zonas ventiladas naturalmente pelo método simplificado, e das condicionadas artificialmente pelo método de simulação.

Tabela 5.1 - Combinações possíveis entre os sistemas individuais e os métodos de avaliação simplificado e de simulação

			Método de simulação					
			Envoltória		Iluminação Natural	Iluminação artificial	Condic. de ar	Aquecimento de água
			Edif. CA	Edif. VN				
Método simplificado	Envoltória	Edif. CA		✓	✓	✓	×	×
		Edif. VN	×		✓	✓	×	×
	Iluminação Natural		✓	✓		✓	×	×
	Iluminação artificial		✓	✓	✓		✓	×
	Condicion. de ar		×	×	✓	✓		×
	Aquecimento de água		✓	✓	✓	✓	✓	

Esta INI-C está organizada em Anexos. No texto principal, são apresentadas as condições de aplicação do método simplificado na envoltória (item 6), as condições de elegibilidade para a classificação A (item 7), além dos procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das edificações comerciais, de serviços e públicas - classificação geral e dos sistemas individuais (item 8).

No Anexo A desta INI-C são apresentadas as tabelas com as tipologias possíveis de serem avaliadas e suas características para a definição da condição de referência. No Anexo B são apresentados os procedimentos para a determinação dos percentuais de redução de carga térmica e de consumo de energia dos sistemas individuais: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II), iluminação (B.III) e aquecimento de água (B.IV). No Anexo C são apresentados os procedimentos relativos ao método de simulação termoenergética (C.I) e de iluminação natural (C.II). No Anexo D são apresentados os procedimentos para determinação do potencial de geração local de energia renovável e as condições de avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs). No Anexo E são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de acréscimo ou redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) da edificação avaliada. No Anexo F são estabelecidos os critérios para a avaliação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional. E, finalmente, no Anexo G é apresentada uma lista com 154 municípios brasileiros e suas respectivas classificações climáticas. A lista com os demais 5.525 municípios do Brasil e sua classificação climática está disponível em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

Nos itens seguintes são apresentadas as condições para a aplicação dos métodos simplificado e de simulação, e de elegibilidade para a classificação A. As condições de elegibilidade para a classificação A devem ser atendidas independentemente do método adotado (simplificado ou de simulação).

6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO NA ENVOLTÓRIA

Todos os sistemas podem ser avaliados pelo método simplificado ou de simulação, desde que atendidas as combinações possíveis descritas na Tabela 5.1, e com exceção do sistema de aquecimento de água, que deve ser avaliado apenas pelo método simplificado.

Neste item são descritos os critérios de aplicação elegíveis para a utilização do método simplificado para a avaliação da envoltória, de acordo com esta Instrução Normativa Inmetro.

6.1. Método simplificado para as edificações condicionadas artificialmente

O método simplificado para a avaliação das zonas térmicas condicionadas artificialmente, ou parcelas da edificação condicionadas artificialmente, abrange grande parte das soluções arquitetônicas mais difundidas; porém, sua aplicação é restrita às

edificações que tenham os seus parâmetros construtivos compreendidos entre os intervalos utilizados na proposição do método, descritos na Tabela 6.1.

Edificações que possuem aberturas zenitais localizadas nas zonas térmicas avaliadas, bem como fachadas ventiladas, ambientes de elevada geração de carga interna, a exemplo dos datacenters, dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados, vidros com comportamento dinâmico, a exemplo dos eletrocrômicos ou outras soluções de desempenho inovadoras, devem ser avaliadas utilizando-se o método de simulação. Edificações que utilizam sistema de aquecimento ambiental devem ser avaliadas pelo método de simulação.

Nota: Caso a abertura zenital se encontre em áreas de permanência transitória, é aceitável realizar a avaliação utilizando-se o método simplificado, desde que o valor de PAZ nestas APTs não ultrapasse 5%.

Tabela 6.1 - Limites dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado

	Limites	
Parâmetros	**Valor mínimo**	**Valor máximo**
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	**0,2**	**0,8**
Absortância solar da parede (α_{par})	**0,2**	**0,8**
Ângulo de obstrução vizinha (AOV)	**0°**	**80°**
Ângulo horizontal de sombreamento (AHS)	**0°**	**80°**
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	**0°**	**90°**
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	**10 kJ/(m².K)**	**450 kJ/(m².K)**
Capacidade térmica da parede externa (CT_{par})	**40 kJ/(m².K)**	**450 kJ/(m².K)**
Densidade de potência de equipamentos (DPE)	**4 W/m²**	**40 W/m²**
Densidade de potência de iluminação (DPI)	**4 W/m²**	**40 W/m²**
Fator solar do vidro (FS)	**0,21**	**0,87**
Pé-direito (PD)	**2,6 m**	**6,6 m**
Percentual de área de abertura da fachada (PAF)	**0%**	**80%**
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	**0,51 W/(m².K)**	**5,07 W/(m².K)**
Transmitância térmica da parede externa (U_{par})	**0,50 W/(m².K)**	**4,40 W/(m².K)**
Transmitância térmica do vidro (U_{vid})	**1,9 W/(m².K)**	**5,7 W/(m².K)**

6.2. Método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente ou híbridas

A aplicação do método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente, ou parcialmente ventiladas naturalmente, é restrita às condições de aplicação do metamodelo utilizado para a análise, conforme lista de cidades disponibilizadas no campo "localização" da interface, disponível em <http://pbeedifica.com.br/naturalcomfort>.

Localidades não compreendidas na lista disponibilizada pela interface podem ser avaliadas pelo metamodelo de Rackes (2016)[1].

A aplicação deste método restringe-se às edificações escolares e de escritórios, de geometria quadrada ou retangular, que seguem os horários de ocupação em concordância com a referida tipologia conforme as Tabelas do Anexo A. A edificação deve possuir, obrigatoriamente, espaços internos com divisão e metragem quadrada similares (salas/espaços de tamanhos similares; a variação na metragem quadrada das APPs da edificação avaliada não pode superar 10%), além de aberturas para ventilação em todas as áreas de permanência prolongada. Demais tipologias não citadas, e os casos não compreendidos nos limites definidos na Tabela 6.2 devem ser avaliados pelo método de simulação, disponível no Anexo C.

[1] http://www.pbeedifica.com.br/NaturalComfort

Tabela 6.2 - Limites dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado para o aproveitamento da ventilação natural

Parâmetros	**Limites (unidade)**	
	Valor mínimo	**Valor máximo**
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	**0,2**	**0,8**
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	**0,2**	**0,8**
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	**0°**	**45°**
Área das APPs	**9 m²**	**400 m²**
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	**10 kJ/(m².K)**	**400 kJ/(m².K)**
Capacidade térmica da parede externa (CT_{par})	**40 kJ/(m².K)**	**500 kJ/(m².K)**
Comprimento total (maior dimensão entre os lados da edificação)	**13 m**	**200 m**
Fator da área da escada	**0**	**0,28**
Fator solar do vidro (FS)	**0,2**	**0,8**
Forma das aberturas para ventilação: razão entre a largura e a altura das aberturas para ventilação	**0,1**	**50**
Número de pavimentos	**1**	**5**
Pé-direito	**2,75 m**	**4,25 m**
Percentual de área de abertura na fachada total (PAF_T)	**0,05**	**0,7**
Profundidade total (menor dimensão entre os lados da edificação)	**8 m**	**50 m**
Transmitância térmica da parede externa (U_{par})	**0,1 W/(m².K)**	**5 W/(m².K)**
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	**0,1 W/(m².K)**	**5 W/(m².K)**
Transmitância térmica do vidro (Uvid)	**1 W/(m².K)**	**6 W/(m².K)**

*Todos os parâmetros relativos às propriedades térmicas das superfícies devem ser ponderados pela sua área.

Nota: Caso os espaços da edificação possuam diferentes valores de pé-direito, deve-se adotar um valor médio, de forma que o volume seja mantido. Todos os espaços avaliados devem atender ao valor de pé-direito máximo da Tabela 6.2. É aceitável avaliar APPs com o pé-direito inferior a 2,75 m, desde os cálculos sejam efetuados adotando-se o valor mínimo de 2,75 m como parâmetro de entrada na interface ou o cálculo da média.

7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A

Para a edificação ser elegível à classificação geral A de eficiência energética, todas as condições dos sistemas individuais, quando aplicáveis, deverão ser atendidas. No caso da avaliação individual dos sistemas, devem ser atendidas as condições específicas do referido sistema. Os critérios apresentados devem ser considerados independentemente do método de avaliação aplicado (simplificado ou de simulação).

7.1. Sistema de condicionamento de ar

Para a obtenção da classificação A do sistema de condicionamento de ar, os critérios descritos nos subitens 7.1.1 e 7.1.2 devem ser atendidos, quando aplicáveis, em uma quantidade mínima de zonas térmicas cuja capacidade somada do sistema corresponda a pelo menos 90% da capacidade instalada total da edificação, ou da parcela avaliada. O não atendimento aos requisitos listados neste item limita a classificação do sistema de de condicionamento de ar e a classificação geral da edificação no máximo a B.

7.1.1. Condições específicas por equipamento

Condicionadores de ar do tipo split, self a ar, "splitão" e rooftop devem atender aos critérios de eficiência apresentados na Tabela 7.1; os do tipo self a água e split a água devem atender aos critérios da Tabela Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem nas Tabelas, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Condicionadores de ar do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) devem atender aos critérios de eficiência apresentados nas Tabelas 7.3, 7.4 e 7.5. Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem nas Tabelas mencionadas, a classificação de eficiência do sistema de ar condicionado avaliado será no máximo B.

Nota: IPLVs e condições de avaliação em carga parcial somente se aplicam aos equipamentos com modulação de capacidade.

Resfriadores de líquido devem atender aos critérios de eficiência apresentados na Tabela 7.6. Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem na Tabela mencionada, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Tabela 7.1 – Eficiência de condicionadores de ar com condensação a ar (split, self a ar, splitão e rooftop) para classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Categoria	Eficiência mínima A
< 19 kW*	Todos	**Split** e unitário	IDRS*
≥ 19 kW e < 40 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,78 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,76 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,75 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,72 ICOP
≥ 70 kW e < 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,40 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,34 ICOP
≥ 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,28 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,22 ICOP

* Eficiência mínima para a classificação A: 5,50 IDRS, até 31/12/2025. A partir de 01/01/2026, este valor passa a ser 7,00 IDRS. Os critérios para a obtenção do IDRS podem ser consultados na Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.
** Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 340/360.

Tabela 7.2 – Eficiência de condicionadores de ar com condensação a água (self a água, split a água) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria	Eficiência mínima A
< 19 kW*	Todos	**Split** e unitário	3,60 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	4,07 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	4,02 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	4,07 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	4,02 ICOP
≥ 70 kW e < 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,99 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,93 ICOP
≥ 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,96 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,90 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 210/240.
** Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 340/360.

Tabela 7.3 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a ar que operam somente em refrigeração (sem ciclo reverso) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	3.81 SCOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.54 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.37 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.07 ICOP

*Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.4 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a ar que operam em refrigeração e aquecimento (ciclo reverso) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	3,81 SCOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	4,28 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,22 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	4,07 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,01 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	3,72 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,66 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.5 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a água que operam em refrigeração e aquecimento (ciclo reverso) para classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	4,69 ICOP
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,63 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Todos	Multi-split VRF	4,69 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,63 ICOP
≥ 40 e < 70 kW	Todos	Multi-split VRF	4,10 ICOP
≥ 40 e < 70 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,52 ICOP
≥ 70 kW	Todos	Multi-split VRF	3,52 ICOP
≥ 70 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,46 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.6 - Eficiência (COP - W/W) de resfriadores de líquido para a classificação A[1,2]

Tipo de equipamento	Capacidade	Alternativa 1		Alternativa 2		Procedimento de teste
		Carga Total	IPLV	Carga Total	IPLV	
Condensação a ar com condensador	< 528 kW	≥ 2.985	≥ 4.048	≥ 2.866	≥ 4.669	ANSI/AHRI Standard 551/591
	≥ 528 kW	≥ 2.985	≥ 4.137	≥ 2.866	≥ 4.758	
Condensação a água (compressor do tipo alternativo, parafuso e scroll)	< 264 kW	≥ 4.694	≥ 5.867	≥ 4.513	≥ 7.041	
	≥ 264 kW e < 528 kW	≥ 4.889	≥ 6.286	≥ 4.694	≥ 7.184	
	≥ 528 kW e < 1055 kW	≥ 5.334	≥ 6.519	≥ 5.177	≥ 8.001	
	≥ 1055 kW e < 2110 kW	≥ 5.771	≥ 6.770	≥ 5.633	≥ 8.586	
	≥ 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
Condensação a água (compressor centrífugo)[3]	< 528 kW	≥ 5.771	≥ 6.401	≥ 5.065	≥ 8.001	
	≥ 528 kW e < 1055 kW	≥ 5.771	≥ 6.401	≥ 5.544	≥ 8.801	
	≥ 1055 kW < 1407 kW	≥ 6.286	≥ 6.770	≥ 5.917	≥ 9.027	
	≥ 1407 kW < 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
	≥ 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
Absorção a ar de simples efeito	Todas	≥ 0.600	-	-	-	ANSI/AHRI Standard 560
Absorção a água de simples efeito	Todas	≥ 0.700	-	-	-	
Absorção a água de duplo efeito e queima indireta	Todas	≥ 1.000	≥ 1.050	-	-	
Absorção a água de duplo efeito e queima direta	Todas	≥ 1.000	≥ 1.000	-	-	

(1) A conformidade com esta padronização pode ser obtida cumprindo os critérios mínimos de eficiência da Alternativa 1 ou da Alternativa 2. No entanto, ambos os critérios de eficiência mínima em COP e IPLV devem ser alcançados na mesma alternativa.

(2) Os critérios de eficiência definidos para os resfriadores de líquidos com compressor centrífugo não se aplicam aos equipamentos onde a temperatura de projeto de saída do fluido for menor que 2,2 °C. Os critérios para os resfriadores de líquidos com compressor do tipo parafuso ou scroll não se aplicam aos equipamentos onde a temperatura de projeto de saída do fluido for menor ou igual a 0 °C. Os critérios para os resfriadores de líquidos por absorção não se aplicam aos equipamentos nos quais a temperatura de projeto de saída do fluido for menor que 4,4 °C.

(3) Resfriadores de líquidos com condensação a água e compressor centrífugo que não foram projetados para operar conforme a ANSI/AHRI Standard 551/591 (temperatura de entrada do fluido no chiller de 12,0 °C e de saída de 7,0 °C. Temperaturas de entrada do fluido do condensador de 30,0 °C e de saída de 35,0 °C) devem ter seus valores de COP mínimo a carga total e IPLV ajustados conforme as seguintes equações:

Mínimo COP a carga total ajustado = (COP a carga total da Tabela 7.4/ 7.5/ 7.6)·Kadj

NPLV Ajustado = (IPLV da Tabela 7.4/ 7.5/ 7.6)·Kadj

Kadj = A · B

Onde:

A = 0,0000015318 · (LIFT) · 4 – 0,000202076 · (LIFT) · 3 + 0,01018 · (LIFT) · 2 – 0,264958 · (LIFT) + 3,930196

B = 0,0027 · TS.EVAP + 0,982

LIFT = TS.COND – TS.EVAP

TS.COND = temperatura de saída do fluido do condensador a carga total (°C).

TS.EVAP = temperatura de saída do fluido do evaporador a carga total (°C).

Os valores ajustados de carga total e IPLV somente são aplicados para resfriadores de líquidos centrífugos que estejam dentro dos seguintes limites a carga total:

TS.EVAP ≥ 2,2 °C

TS.COND ≤ 46,1 °C

11.1°C ≤ LIFT ≤ 44,4 °C

7.1.2. Critérios específicos por sistema

7.1.2.1. Sistemas split

Para ser elegível à classificação A de eficiência energética, o sistema de condicionamento de ar deve atender ao requisito do isolamento térmico de tubulações para a condução de fluídos. Caso não atenda ao requisito, o sistema alcançará no máximo a classificação B. Este requisito deve ser avaliado por equipamento.

A Tabela 7.7 apresenta as espessuras mínimas para o isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração. Para isolamentos térmicos cuja condutividade térmica esteja fora das faixas estipuladas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

7.1.2.2. Sistemas centrais

$$E = r \cdot \left[\left(1 + \frac{e}{r} \right)^{\lambda / \lambda'} - 1 \right] \qquad \textbf{Equação (7.1)}$$

Onde:

E é a espessura mínima do isolamento térmico (mm);

r é o raio externo da tubulação (mm);

e é a espessura de isolamento térmico, listada na Tabela 7.7 para a temperatura de fluido e tamanho da tubulação em questão (mm);

λ é a condutividade térmica do material alternativo à temperatura média indicada para a temperatura do fluido (W/(m.K));

λ' é o valor superior do intervalo de condutividade listado na Tabela para a temperatura do fluido (W/(m.K)).

Tabela 7.7 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (splits convencionais e inverter)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d ≤ 10	10 < d ≥ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

Para os sistemas centrais serem elegíveis à classificação A de eficiência energética, os critérios específicos são indicados em função do sistema, conforme descrito na Tabela 7.8. Caso um dos critérios não seja atendido, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Tabela 7.8 - Critérios do sistema de condicionamento central para a classificação A

Sistema	Cálculo da altura manométrica das bombas (7.1.2.2.1)	Controle de temperatura por zona (7.1.2.2.2)	Faixa de temperatura de controle (7.1.2.2.3)	Aquecimento suplementar (7.1.2.2.4)	Evitar aquecimento e refrigeração simultâneo (7.1.2.2.5)	Sistema de desligamento automático (7.1.2.2.6)	Agrupamento de zonas (7.1.2.2.7)	Controles e dimensionamento do sistema de ventilação (7.1.2.2.8)	Controles e dimensionamento dos sistemas hidrônicos (7.1.2.2.12)	Equipamentos de rejeição de calor (7.1.2.2.13)	Isolamento térmico de tubulações com fluxo de fluidos (7.1.2.2.14)
Expansão direta a ar sem aquecimento	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√	√	N/A	N/A	√
Expansão direta a ar com aquecimento	N/A	√	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	√
Expansão direta a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	N/A	√	√
Expansão direta a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	N/A	√	√
VRF a ar sem aquecimento	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√	N/A	N/A	N/A	√
VRF a ar com aquecimento	N/A	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	N/A	√
VRF a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√
VRF a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	√	√
Água gelada com **chiller** a ar sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	√	N/A	√
Água gelada com **chiller** a ar com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	√	N/A	√
Água gelada com **chiller** a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	√	√	√
Água gelada com **chiller** a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√

Nota 1: São consideradas exceções os sistemas perimetrais projetados para atuar apenas sobre a carga proveniente do envelope da edificação. Os sistemas perimetrais podem atender a uma ou mais zonas servidas por um sistema interno, desde que:

a) O sistema perimetral inclua pelo menos um termostato de controle para cada fração de parede externa da edificação, com comprimento maior ou igual a 15 metros, exposta a uma mesma orientação;

b) O sistema perimetral de aquecimento e refrigeração seja controlado por um termostato de controle localizado dentro da zona servida pelo sistema.

Nota 2: Paredes externas são consideradas com diferentes orientações se as direções para as quais estão voltadas diferirem em mais de 22,5°.

7.1.2.2.1. Cálculo da altura manométrica das bombas

Para ser elegível à classificação A, devem ser apresentados os dados utilizados para o cálculo da altura manométrica de projeto para dimensionamento das bombas, bem como os resultados obtidos.

7.1.2.2.2. Controle de temperatura por zona

Para ser elegível à classificação A, o aquecimento ou refrigeração de ar de cada zona térmica deve ser controlado, individualmente, por termostatos respondendo à temperatura do ar da referida zona.

7.1.2.2.3. Faixa de temperatura de controle

Para ser elegível à classificação A, os termostatos de controle que atuam sobre o aquecimento e a refrigeração devem ser capazes de prover uma faixa de temperatura do ar (deadband) de pelo menos 3 °C, no qual o suprimento da energia para aquecimento e refrigeração seja desligado ou reduzido para o mínimo.

São consideradas exceções:

a) Termostatos que requeiram acionamento manual para a alteração entre os modos de aquecimento e refrigeração;

b) Aplicações especiais onde não é aceitável uma faixa de temperatura de controle tão ampla, tais como os centros de processamento de dados, museus, consultórios, postos de saúde; e, no condicionamento de ar de certos processos industriais, desde que devidamente justificado.

7.1.2.2.4. Aquecimento suplementar

Para ser elegível à classificação A, os sistemas que apresentam bombas de calor com aquecedor auxiliar por meio de resistência elétrica devem ser dotados de sistema de controle que evite a operação do aquecimento suplementar quando a carga de aquecimento possa ser atendida apenas pela bomba de calor. A operação do aquecimento suplementar é permitida durante os ciclos de degelo da serpentina externa. Para atender a este critério, recomenda-se:

a) Um termostato eletrônico ou digital, projetado para o uso em bomba de calor, que ative o aquecimento auxiliar somente quando a bomba de calor obter capacidade insuficiente para manter o setpoint ou para aquecer o ambiente a uma taxa suficiente;

b) Um termostato multi-estágio no ambiente e um termostato no ambiente externo conectado para permitir o acionamento do aquecimento auxiliar somente no último estágio do termostato no ambiente, e quando a temperatura externa é inferior a 4 °C.

7.1.2.2.5. Aquecimento e refrigeração simultâneo

Para ser elegível à classificação A, quando aplicável, os controles do sistema de condicionamento de ar devem impedir o reaquecimento ou qualquer outra forma de aquecimento e refrigeração simultâneo para controle de umidade.

Nos locais onde há equipamentos distintos para aquecimento e refrigeração, servindo a uma mesma zona, os termostatos devem ser interconectados para impedir o aquecimento e a refrigeração simultâneos.

São consideradas exceções:

a) Edificações com a função de abrigar acervos para exposição (exemplo: museus);

b) Emprego de reaquecimento para o controle de umidade em uma pequena área da edificação cuja capacidade de refrigeração seja inferior a 35 kW, e que represente no máximo 10% da capacidade total de refrigeração da edificação (exemplo: laboratórios de metrologia).

7.1.2.2.6. Sistema de desligamento automático

Para ser elegível à classificação A, todo o sistema de condicionamento de ar deve ser equipado com no mínimo um dos sistemas de desligamento automático descritos abaixo:

a) Controles que podem acionar e desativar o sistema sob diferentes condições de rotina de operação, para sete tipos de dias diferentes por semana; capazes de reter a programação e ajustes durante a falta de energia por pelo menos 10 horas, incluindo um controle manual que permita a operação temporária do sistema por até duas horas;

b) Um sensor de ocupação que desligue o sistema quando nenhum ocupante é detectado por um período de até 30 minutos;

c) Um temporizador de acionamento manual capaz de ser ajustado para operar o sistema por até duas horas;

d) Integração com o sistema de segurança e alarmes da edificação que desligue o sistema de condicionamento de ar quando o sistema de segurança é ativado.

7.1.2.2.7. Agrupamento de zonas

No caso de sistemas de condicionamento de ar que atendem as zonas destinadas à operação ou ocupação não simultânea, estas devem ser divididas em grupos para ser elegíveis à classificação A. A área total atendida por um grupo de zonas não deve ultrapassar 2.300 m² de área condicionada, e não deve incluir mais do que um pavimento.

Cada grupo de zonas deve ser equipado com dispositivos de fechamento capazes de desativar automaticamente o suprimento de ar condicionado, ar externo e ar de exaustão. Cada grupo de zonas deve ser dotado de dispositivo programável independente que atenda ao subitem 7.1.2.2.6, sistema de desligamento automático.

O sistema de condicionamento central que atende aos grupos de zonas deve ter controles e dispositivos que permitam a operação estável do sistema, além de equipamentos para atender ao menor grupo de zonas servido por eles permanentemente.

Os dispositivos de fechamento dos grupos de zonas e os controles não são requeridos nas seguintes condições:

a) Exaustão de ar e tomada de ar externo em cujos sistemas que estejam conectados possuam vazão de ar menor ou igual a 2.400 l/s;

b) Exaustão de ar de um grupo de zonas com vazão menor do que 10% da vazão nominal do sistema de exaustão ao qual está conectado;

c) Zonas destinadas à operação contínua ou planejadas para estarem inoperantes apenas quando todas as demais zonas estiverem inoperantes.

Nota: Zonas de operação contínua - em edificações com sistema de condicionamento de ar central, zonas térmicas com necessidade de condicionamento de ar contínuo, durante 24 horas por dia e por pelo menos 5 dias da semana, devem ser atendidas por um sistema de condicionamento de ar exclusivo, ou demonstrar que o sistema central foi projetado para atender a esta área com eficiência igual ou superior ao sistema exclusivo.

7.1.2.2.8. Controles e dimensionamento dos ventiladores do sistema de ventilação

Para ser elegível à classificação A, cada sistema de condicionamento de ar com a potência total dos ventiladores do sistema de ventilação superior a 3,7 kW deve atender aos limites de potência para uma das opções:

a) Opção 1: a potência nominal total de cada sistema de ventilação não deve exceder o valor máximo aceitável para a potência nominal (de placa) em kW, apresentada na Tabela 7.9. Este valor inclui os ventiladores de insuflamento, os ventiladores de retorno/alívio, os ventiladores de exaustão, o ventilador de ar externo (ou parcela proporcional, quando atendem a mais de um sistema) e os ventiladores de caixas terminais;

b) Opção 2: a potência de entrada total de cada sistema de ventilação não deve exceder o valor máximo aceitável para potência de entrada em kW apresentada na Tabela 7.9. Este valor inclui os ventiladores de insuflamento, os ventiladores de retorno/alívio, o ventilador de ar externo (ou parcela proporcional quando atendem a mais de um sistema) e os ventiladores de exaustão e os ventiladores de caixas terminais.

Para ser elegível à classificação A, sistemas com volume de ar variável (VAV) de zona simples devem respeitar ao limite de potência para volume constante. São consideradas exceções:

a) Postos de saúde, biotérios e laboratórios que utilizam dispositivos de controle de vazão na exaustão e/ou no retorno para manter diferenciais de pressão entre ambientes, necessários à saúde e segurança dos ocupantes ou ao controle ambiental; estes podem utilizar os limites de potência para volume variável;

b) Ventiladores de exaustão individuais com potência nominal igual ou inferior a 0,75 kW.

Tabela 7.9 – Limites de potência dos ventiladores

Opção	Valor máximo aceitável (kW)	
	Volume constante	Volume variável
Opção 1 – Potência nominal (de placa) do sistema de ventilação	$0{,}0017 \cdot V_S$	$0{,}0024 \cdot V_S$
Opção 2 – Potência de entrada do sistema de ventilação	$0{,}0015 \cdot V_S + A$	$0{,}0021 \cdot V_S + A$

Nota: V_S é a vazão máxima projetada de insuflamento de ar para os espaços condicionados pelo sistema de ventilação em análise em L/s. A é a soma de $[\Delta p \times V_D/650000]$. Δp é cada ajuste de perda de carga aplicável da Tabela 7.10, e V_D a vazão do fluxo de ar projetada para cada dispositivo aplicável da Tabela 7.10 em L/s.

Tabela 7.10 – Ajuste de perda de carga

Dispositivo	Ajuste (Δp)	
Sistema de exaustão e/ou retorno do ar totalmente dutado	125 Pa (535 Pa para laboratórios e biotérios)	Créditos
Dispositivos de controle de vazão do ar de exaustão e/ou retorno	125 Pa	
Filtros na exaustão; lavadores; ou outro tratamento do ar de exaustão	A perda de carga do dispositivo calculada nas condições de projeto do sistema	
Sistema de filtragem - classe M5 – M6 (NBR 16.101)	125 Pa	
Sistema de filtragem - classe F7, F8 e F9 (NBR 16.101)	225 Pa	
Sistema de filtragem - classe ISO 15 ou superior e sistema de filtragem eletrônico (NBR ISO 29.463-1)	2 vezes o valor da perda de carga dos filtros limpos nas condições de projeto	
Purificadores de ar de carvão ativado ou outro tipo de purificador para odores ou gases.	A perda de carga dos filtros limpos nas condições de projeto	
Capela de laboratório	A perda de carga do dispositivo nas condições de projeto	
Serpentina de recuperação de calor	150 Pa para cada corrente de ar	
Outro dispositivo de recuperação de calor que não seja serpentina	(550 x Eficiência de recuperação de energia) – 125 Pa para cada corrente de ar	
Resfriador ou umidificador evaporativo em série com outra serpentina de resfriamento	A perda de carga do dispositivo nas condições de projeto	
Atenuador de ruído	38 Pa	
Sistema de exaustão com coifas/capelas	85 Pa	
Sistema de exaustão de laboratório ou biotério em edificações de grande altura	60 Pa/30 m de duto vertical que excede 25 m	
Sistemas sem dispositivos centrais de refrigeração	150 Pa	Débitos
Sistemas sem dispositivos centrais de aquecimento	75 Pa	
Sistemas com dispositivos centrais de aquecimento por resistência elétrica	50 Pa	

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016).

7.1.2.2.9. Controles de sistemas de ventilação para áreas com altas taxas de ocupação

Para ser elegível à classificação A, os sistemas com taxa de insuflamento de ar externo nominal superior a 1.400 L/s, servindo áreas maiores que 50 m² e com densidade de ocupação superior a 25 pessoas por 100 m², devem incluir meios de se reduzir automaticamente a tomada de ar externo abaixo dos níveis de projeto quando os espaços estão parcialmente ocupados.

7.1.2.2.10. Controle do ventilador do climatizador para sistemas VAV

Para as cargas parciais em sistemas com sistema de ventiladores de insuflamento e de retorno com VAV com potências maiores do que 7,5 kW, o acionamento deve permitir a variação de rotação do motor para manter a pressão estática nos dutos constante.

7.1.2.2.11. Posicionamento do sensor de pressão para o controle da rotação do ventilador

O sensor de pressão estática deve ser posicionado na rede de dutos na posição em que o ponto de ajuste da pressão de funcionamento seja menor do que um terço da pressão estática total do ventilador.

7.1.2.2.12. Controles e dimensionamento dos sistemas hidrônicos

Para ser elegível à classificação A, sistemas de condicionamento de ar com um sistema hidrônico servido por um sistema de bombeamento com potência superior a 7,5 kW devem atender aos critérios estabelecidos entre os itens 7.1.2.2.12.1 a 7.1.2.2.12.3.

7.1.2.2.12.1. Sistemas de vazão de líquido variável

Para ser elegível a classificação A, os sistemas de refrigeração indireta com bombeamento de líquido (água gelada ou outro fluido secundário, ex.: soluções aquosas) integrantes do sistema de condicionamento de ar, com circuitos hidrônicos que incluam válvulas de controle projetadas para modular ou abrir e fechar em função da carga térmica nos condicionadores de ar, devem ser projetados para vazão variável e devem ser capazes de reduzir a vazão de bombeamento para até 50% ou menos da vazão de projeto.

Bombas servindo circuitos hidrônicos com vazão de água gelada (ou fluido secundário) variável, com motor excedendo 3,7 kW, devem ter controles ou dispositivos (tais como controle de velocidade variável) que resultem em uma demanda no motor de no máximo 30% da potência de projeto quando em 50% da vazão de projeto de cada bomba. Estes dispositivos devem ser controlados como uma função da vazão desejável ou para manter uma pressão diferencial mínima requerida no ponto de controle. O sensor de pressão diferencial para o controle da vazão de água gelada (ou fluido secundário) deve ser instalado em um dos pontos a seguir:

a) No trocador de calor mais distante; ou

b) Próximo ao trocador de calor mais distante; ou

c) No trocador de calor que requer o maior diferencial de pressão (exceto o trocador do resfriador de líquido); ou

d) Próximo ao trocador de calor que requer o maior diferencial de pressão (exceto o trocador do resfriador de líquido); ou

e) A critério do projetista responsável, desde que justificado.

São exceções:

a) Sistemas onde a vazão mínima é menor que a vazão mínima requerida pelo fabricante do equipamento para a operação adequada, desde quando atendido por um sistema como os resfriadores de líquido, e onde a potência total de bombeamento é menor ou igual a 56 kW;

b) Sistemas com até três válvulas de controle.

7.1.2.2.12.2. Operação das bombas associadas aos resfriadores de líquido (chillers)

Para ser elegível à classificação A, quando uma central de água gelada inclui mais do que um resfriador de líquido, devem ser tomadas providências para que a vazão total na central possa ser reduzida automaticamente quando um resfriador estiver parado. Resfriadores instalados em série com o propósito de aumentar o diferencial de temperatura devem ser considerados como um único resfriador de líquido.

Nota 1: Em circuitos hidrônicos de água gelada, onde cada resfriador de líquido opera com vazão constante (no evaporador), quando um determinado resfriador de líquido estiver parado, a respectiva bomba de água gelada (ou fluido secundário) deverá estar parada. Em circuitos hidrônicos de água de resfriamento (em resfriadores de líquido com condensação a água), onde cada resfriador de líquido opera com vazão constante (no condensador), aplica-se o mesmo critério.

Nota 2: Em circuitos hidrônicos de água gelada onde cada resfriador de líquido opera com vazão variável, a vazão total atual no circuito deverá ser (variável) proporcional à quantidade de resfriadores de líquido em operação, e à carga térmica atual do sistema. Em circuitos hidrônicos de água de resfriamento (em resfriadores de líquido com condensação a água), onde cada resfriador de líquido opera com vazão variável (no condensador), aplica-se o mesmo critério.

7.1.2.2.12.3. Controles de reajuste da temperatura de água gelada e quente

Para ser elegível à classificação A, sistemas de água gelada e/ou água quente com uma capacidade de projeto excedendo a 88 kW, e suprindo água gelada ou quente (ou ambos), para sistemas de condicionamento ambiental, devem incluir controles que reajustem automaticamente a temperatura de suprimento da água pelas cargas representativas da edificação (incluindo a temperatura de retorno da água) ou pela temperatura do ar externo.

São consideradas exceções:

a) Locais onde os controles de reajuste da temperatura de suprimento não possam ser implementados sem causar operação imprópria dos sistemas de aquecimento, refrigeração, umidificação ou desumidificação;

b) Sistemas hidráulicos, tais como aqueles requeridos pelo item 7.1.2.2.12, que usam vazão variável para reduzir o consumo de energia em bombeamento.

7.1.2.2.13. Equipamentos de rejeição de calor

Para ser elegível a classificação A, aplica-se o item 7.1.2.2.13.1 ao equipamento de rejeição de calor usado em sistemas de condicionamento ambiental, tais como condensadores a ar, torres de refrigeração abertas, e torres de refrigeração com circuito fechado.

7.1.2.2.13.1. Controle de velocidade do ventilador

Cada ventilador acionado por um motor de potência igual ou superior a 5,6 kW deve ter a capacidade de operar a dois terços ou menos da sua velocidade máxima (em carga parcial), e deve possuir controles que alterem automaticamente a velocidade do ventilador para controlar a temperatura de saída do fluído ou temperatura/pressão de condensação do dispositivo de rejeição de calor.

São consideradas exceções:

a) Ventiladores de condensador servindo a múltiplos circuitos refrigerantes;

b) Ventiladores de condensadores inundados (flooded condenser);

c) Até um terço dos ventiladores de um condensador ou torre com múltiplos ventiladores, onde os ventiladores principais estão de acordo com os critérios de controle de velocidade.

7.1.2.2.14. Isolamento térmico de tubulações com fluxo de fluidos

As Tabelas 7.11 e 7.12 apresentam as espessuras mínimas para o isolamento térmico das tubulações em sistemas de aquecimento e refrigeração, respectivamente. Para sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (exceto VRF), as espessuras mínimas para o isolamento térmico das tubulações são apresentadas na Tabela 7.13. Para materiais com condutividade térmica fora das faixas estipuladas nas Tabelas mencionadas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

Tabela 7.11 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico das tubulações para sistemas de aquecimento

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)				
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d < 25	25 ≤ d < 40	40 ≤ d < 100	100 ≤ d < 200	d ≥ 200
T ≥ 177	0,046 a 0,049	121	115	125	125	125	125
122 < T < 177	0,042 a 0,046	93	80	100	115	115	115
94 < T < 121	0,039 a 0,043	66	65	65	80	80	80
61 < T < 93	0,036 a 0,042	52	40	40	50	50	50
41 < T < 60	0,032 a 0,040	38	25	25	40	40	40

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016).

Tabela 7.12 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações para sistemas de refrigeração (água gelada, multi-split e VRF)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)				
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d < 25	25 ≤ d < 40	40 ≤ d < 100	100 ≤ d< 200	d ≥ 200
4 < T < 16	0,032 a 0,040	24	15	15	25	25	25
T < 4	0,032 a 0,040	10	15	25	25	25	40

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016)

Tabela 7.13 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações para sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (**splits** convencionais e **inverter**)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d ≤ 10	10 < d ≤ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

Nota: Esta Tabela baseia-se em tubulações de aço carbono. Tubulações não-metálicas com espessura de parede padrão **Schedule** 80, ou menor, devem usar os valores desta Tabela. Para as outras tubulações não-metálicas que possuam resistência térmica maior que a das tubulações de aço carbono, é permitido o isolamento térmico de espessura reduzida se for fornecida a documentação comprovando que a tubulação com o isolamento térmico proposto não possui uma transferência de calor por metro linear maior do que a da tubulação de aço carbono de mesmas dimensões, utilizando a espessura de isolamento térmico indicada pela Tabela 7.13.

7.2. Sistema de iluminação

Para a obtenção da classificação A do sistema de iluminação, os critérios descritos nos subitens 7.2.1 a 7.2.3 devem ser atendidos, quando aplicáveis, em uma quantidade mínima de ambientes cuja potência instalada de iluminação somada corresponda a pelo menos 90% da potência instalada de iluminação da edificação, ou da parcela avaliada.

O não atendimento aos requisitos listados neste item limita a classificação do sistema de iluminação e a classificação geral da edificação no máximo a B. Para a obtenção da classificação A, os critérios a seguir devem ser atendidos, mesmo que se opte por não computar a economia gerada pelo uso de dispositivos de controle de iluminação.

7.2.1. Contribuição da luz natural

Ambientes com aberturas voltadas para o exterior, átrio não coberto, ou de cobertura translúcida e que contenham em sua iluminação geral mais de uma fileira de luminárias paralelas às aberturas, devem possuir um controle instalado - manual ou automático - para o acionamento independente do conjunto de luminárias mais próximo das aberturas, de forma a propiciar o aproveitamento da luz natural disponível.

Consideram-se como luminárias mais próximas às aberturas todas aquelas localizadas nas zonas primárias de iluminação natural, sendo elas laterais ou zenitais. As zonas primárias de iluminação natural e as áreas isentas do controle independente deste requisito devem ser definidas conforme o item B.III.3.3.

Destaca-se que essa condição aplica-se somente à iluminação geral, não incluindo a iluminação decorativa, iluminação de tarefa, complementar e wallwash.

Devem ser consideradas exceções: unidades de edifícios de meios de hospedagem, auditórios, primeira fileira de luminárias paralelas ao quadro em salas de aula e circulações, além de garagens que possuam sensores de presença.

7.2.2. Controle local

Cada ambiente fechado por paredes ou divisórias até o teto deve possuir pelo menos um dispositivo de controle manual para o acionamento da iluminação interna do ambiente de forma independente. Cada dispositivo de controle manual deve controlar:

a) Uma área de até 250 m² para ambientes de até 1.000 m²;

b) Uma área de até 1.000 m² para ambientes maiores do que 1.000 m².

Os dispositivos instalados para cumprir esse requisito devem ser facilmente acessíveis e localizados de tal forma que o usuário possa ver o conjunto de luminárias que está sendo controlado por ele.

Nota 1: Escadas enclausuradas são consideradas um ambiente único, compreendido como as áreas delimitadas pelas paredes. Escadas integradas aos demais ambientes estão diretamente conectadas à iluminação do ambiente ao seu redor; assim, devem ser incluídas na avaliação do ambiente.

Devem ser consideradas exceções:

a) Ambientes cujo uso justifique a locação dos dispositivos de controle manual em local de acesso restrito aos funcionários por questões de segurança. A justificativa deve acompanhar a documentação para a solicitação da etiqueta;

b) Ambientes com dispositivos de controle automático vinculados à ocupação dos ambientes, como sensores de presença;

c) Circulações e garagens que possuam sistema de automação estão dispensadas de apresentar o controle manual local.

Nota 2: Acessos de emergência, bem como espaços regidos por normativas, como do corpo de bombeiros, devem considerar preferencialmente o controle do sistema de iluminação requerido pelas mesmas.

7.2.3. Desligamento automático do sistema de iluminação

O sistema de iluminação interno de ambientes maiores que 250 m² deve possuir um dispositivo de controle automático para o desligamento da iluminação. Este dispositivo deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Um sistema automático com desligamento da iluminação em horário pré-determinado; ou

b) Sensor de presença que desligue a iluminação 30 minutos após a saída de todos ocupantes; ou

c) Controle ou sistema de alarme que indique que a área está desocupada.

Deve existir uma programação independente para:

a) Áreas superiores a 2.500 m²;

b) Cada pavimento; e

c) Dias de semana, finais de semana e feriados.

Devem ser consideradas exceções:

a) Ambientes que funcionam durante 24h;

b) Ambientes onde existe tratamento e/ou repouso de pacientes; e

c) Ambientes onde o desligamento automático da iluminação pode, comprovadamente, oferecer riscos à integridade física dos usuários.

7.3. Sistema de aquecimento de água

Para que o sistema de aquecimento de água da edificação em avaliação possa ser elegível à classificação A, é necessário atender aos critérios de automação para o sistema de recirculação e de isolamento térmico de tubulações e reservatórios, quando existentes.

O não cumprimento de algum destes critérios, quando aplicáveis, implica na possibilidade de atingir no máximo a classificação B de eficiência energética para o sistema individual de aquecimento de água e classificação geral da edificação.

7.3.1. Automação do sistema de recirculação

Quando existente, o circuito de recirculação de água deve possuir um dispositivo de controle automático para o acionamento da recirculação de forma pré-programada. Este dispositivo de controle automático deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Acionamento associado à temperatura da rede de distribuição;

b) Automação por período pré-programado (ex.: timer);

c) Comando de acionamento manual ou automático em função da demanda de água quente.

7.3.2. Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação

Quando existentes, as tubulações destinadas à distribuição e recirculação de água quente devem ser apropriadas para a função a que se destinam, possuindo isolamento térmico com espessura mínima e condutividade térmica determinadas de acordo com a Tabela 7.14. Estes requisitos são aplicáveis para:

a) Sistemas de aquecimento de água de edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2 e 3;

b) Tubulação de distribuição de água quente com comprimento superior à 300 metros;

c) Tubulação de recirculação de água quente de qualquer comprimento.

Tabela 7.14 – Espessura mínima e condutividade térmica de isolamento de tubulações de distribuição e recirculação de água quente

Elemento	Condutividade térmica (W/(m.K))	Espessura mínima do isolamento (mm)
Tubulações internas de distribuição e recirculação de água quente	≤ 0,040	13

Fonte: adaptado de AS/NZS 3500.4 (2003).

7.3.3. Reservatório de água quente

Quando existentes, os reservatórios de água quente devem obedecer aos limites de perda específica de energia máxima descritos na Tabela 7.15.

Tabela 7.15 - Perda específica térmica de reservatório de água quente em standby

Volume de Reservatório (litros)	Perdas (kWh/dia)
100	0,865
150	1,349
200	1,799
250	2,249
300	2,699
400	2,932
500	3,498
600	3,998
800	4,798

Nota: Para dimensões não especificadas nesta Tabela, deve-se utilizar a Equação 7.2, obtida a partir da regressão linear dos valores tabelados.

$$E_{A,res} = 0{,}0054 \cdot V_{res} + 0{,}6936 \qquad \textbf{Equação (7.2)}$$

Onde:

$E_{A,res}$ é a perda térmica específica do reservatório (kWh/dia);

V_{res} é o volume do reservatório (litros).

8. PROCEDIMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

A classificação de eficiência energética geral das edificações, e dos sistemas individuais, deve ser realizada por meio do seu percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP}$), comparando-se a edificação real com a edificação em sua condição de referência, equivalente à classificação D.

A classificaçao pode ser obtida para todos os sistemas em conjunto, ou para as diferentes combinações entre os sistemas, ou somente para a envoltória da edificação. A classificação geral somente pode ser obtida por meio da avaliação de todos os sistemas parciais aplicáveis à edificação (água quente pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme verificado nas Tabelas do Anexo A). Além da edificação completa, parcelas de edificações (pavimento ou conjunto de ambientes) também podem ser avaliadas..

A condição de referência deve ser adotada conforme a tipologia da edificação, e as suas respectivas características, descritas nas Tabelas do Anexo A. Os percentuais de economia de uma classificação para outra variam conforme a tipologia da edificação, seu fator de forma e clima no qual a edificação se insere. Para a verificação da influência do clima, esta INI-C adota a classificação climática proposta pela ABNT NBR 15220-3, em sua versão vigente.

8.1. Classificação da eficiência energética geral da edificação

A classificação de eficiência energética geral da edificação deve ser feita com base no percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{EP}$) da edificação real em comparação com a mesma edificação em sua condição de referência. O percentual de redução deve ser calculado com base na Equação 8.1.

$$RedC_{EP} = ((C_{EP,refD} - C_{EP,real}) / C_{EP,refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (8.1)}$$

Onde:

$RedC_{EP}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária entre a edificação real e a condição de referência (%);

$C_{EP,refD}$ é o consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);

$C_{EP,real}$ é o consumo de energia primária da edificação em sua condição real (kWh/ano).

O consumo de energia primária da edificação real ($C_{EP,real}$) e sua condição de referência ($C_{EP,refD}$), devem ser calculados conforme as equações 8.2 e 8.3, respectivamente. O consumo de energia primária da edificação real ($C_{EP,real}$) é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,real}$, Equação 8.5) e térmica ($C_{ET,real}$, Equação 8.7), multiplicados pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

O consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência ($C_{EP,refD}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,refD}$, Equação 8.5), multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não deve ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável.

Os fatores de conversão da energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T) em energia primária podem ser consultados no site do PBE edifica[2], bem como na Tabela 8.1.

[2] https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs

Tabela 8.1 – Fatores de conversão de energia elétrica e térmica em energia primária

Fonte de energia	Fator de conversão	
Energia elétrica	fc_E	1,6
Energia térmica - Gás Natural (GN)	fc_T	1,1
Energia térmica - Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	fc_T	1,1

$$C_{EP,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) - (G_{EE} \cdot fc_E) \qquad \textbf{Equação (8.2)}$$

Onde:

$C_{EP,real}$ é o consumo de energia primária da edificação real (kWh/ano);

$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);

$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);

G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);

fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;

fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EP,refD} = (C_{EE,refD} \cdot fc_E) \quad \textbf{Equação (8.3)}$$

Onde:
$C_{EP,refD}$ é o consumo de energia primária da edificação na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,refD}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;

Para a classificação geral da edificação sem a geração de energia, o consumo de energia primária total da edificação real ($C_{EPT,real}$) deve ser determinado sem a parcela relativa à energia gerada por fontes locais de energia renovável, conforme a Equação 8.4. Na sequência, este consumo deve ser comparado ao consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência ($C_{EP,refD}$), determinado conforme a Equação 8.3.

$$C_{EPT,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) \quad \textbf{Equação (8.4)}$$

Onde:
$C_{EPT,real}$ é o consumo de energia primária total da edificação real, sem a parcela relativa à geração de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

O consumo total de energia elétrica da edificação em sua condição real (CEE,real), e condição de referência (CEE,ref) é composto pela soma dos consumos de refrigeração (CR,real e ref), iluminação (CIL,real e refD), aquecimento de água em energia elétrica (CAAE,real e ref) e consumo de equipamentos (CEQ), conforme descrito pela Equação 8.5.

$$C_{EE,real\ ou\ refD} = C_{R,real\ ou\ refD} + C_{IL,real\ ou\ refD} + C_{AAE,real\ ou\ refD} + C_{EQ} \quad \textbf{Equação (8.5)}$$

Onde:
C_{EE} é o consumo total de energia elétrica da edificação real ($C_{EE,real}$) ou condição de referência ($C_{EE,refD}$) (kWh/ano);
C_R é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar da edificação real ($C_{R,real}$) ou condição de referência ($C_{R,refD}$) (kWh/ano);
C_{IL} é o consumo do sistema de iluminação da edificação real ($C_{IL,real}$) ou condição de referência ($C_{IL,refD}$) (kWh/ano);
C_{AAE} é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica da edificação real ($C_{AAE,real}$) ou condição de referência ($C_{AAE,refD}$) (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo de equipamentos (kWh/ano);

Nota 1: Caso exista consumo no sistema de condicionamento de ar voltado para aquecimento, proveniente da avaliação a partir do método de simulação, este deve ser incluído ao somatório da Equação 8.5.

O consumo de equipamentos para a edificação real e sua condição de referência deve ser o mesmo, conforme esclarece o subitem B.I.2.2.2.1. Sua determinação baseia-se na multiplicação entre a potência instalada de equipamento e o tempo de uso da edificação, conforme a Equação 8.6.

$$C_{EQ} = (P_i \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \quad \textbf{Equação (8.6)}$$

Onde:
C_{EQ} é o consumo de energia elétrica de equipamentos (kWh/ano);
P_i é a potência instalada do equipamento (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das Tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das Tabelas do Anexo A.

O consumo total de energia térmica da edificação é exclusivo da condição real ($C_{ET,real}$), sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, quando existente, conforme Equação 8.7.

$$C_{ET,real} = C_{AAT,real} \quad \textbf{Equação (8.7)}$$

Onde:
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
C_{AAT} é o consumo do sistema de aquecimento de água – energia térmica – da edificação real (kWh/ano).

Nota 2: Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente, terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

Para a definição da escala de eficiência energética, e classificação geral da edificação, devem ser determinados os intervalos entre uma classificação e outra, de A a E. Para isso, deve ser obtido o coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}). Este coeficiente baseia-se no fator de forma da edificação (Equação 8.8), juntamente com a classificação climática em esta se insere (Anexo G).

Edificações energeticamente eficientes, e que tenham sistemas de geração de energia renovável instalados localmente, podem ser avaliadas como "Edificações de Energia Quase Zero" ou "Edificações de Energia Positiva", seguindo os critérios apresentados no Anexo D.

O Anexo G abrange uma lista simplificada de algumas das principais cidades brasileiras e suas referidas classificações climáticas. A lista completa com todas as 5.564 cidades do território brasileiro e suas respectivas classificações climáticas pode ser acessada em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

$$FF = \frac{A_{env}}{V_{tot}} \quad \textbf{Equação (8.8)}$$

Onde:
FF é o fator de forma da edificação (m^2/m^3);
A_{env} é a área da envoltória (m^2);
V_{tot} é o volume total construído da edificação (m^3).

O coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A}) varia, ainda, de acordo com a tipologia da edificação descrita pelas Tabelas do Anexo A, para os valores estabelecidos nas Tabelas 8.3 a 8.10.

Nota 3: Caso a edificação possua mais de uma tipologia em seu volume avaliado, deve-se considerar a tipologia dominante (a de maior área) para a escolha da tabela referente ao coeficiente de redução do consumo de energia primária.

Nota 4: Edificações em blocos devem ser avaliadas separadamente, considerando-se assim um fator de forma para cada bloco e, consequentemente, uma classificação para cada bloco. Inclui-se neste caso as edificações onde existe um bloco térreo de uso comercial (que deve ser classificado conforme esta INI-C), e demais pavimentos de uso residencial (que devem ser classificados conforme método descrito pela INI-R).

Os intervalos de classificação com base no percentual de redução do consumo de energia primária são definidos a partir de uma variável "i", determinada por meio da Equação 8.9. A escala de classificação de eficiência energética deve seguir os limites calculados conforme apresentado na Tabela 8.2.

$$i = \frac{(CRC_{EPD-A} \cdot 100)}{3} \quad \textbf{Equação (8.9)}$$

Onde:
i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;
CRC_{EPD-A} é o coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a A.

Tabela 8.2 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética geral da edificação

	$RedC_{EP}$ (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	$RedC_{EP} > 3i\%$	$3i\% \geq RedC_{EP} > 2i\%$	$2i\% \geq RedC_{EP} > i\%$	$I\% \geq RedC_{EP} \geq 0\%$	$RedC_{EP} < 0\%$

A classificação geral da edificação é determinada por meio da comparação entre o percentual de redução de energia primária da edificação real e os intervalos calculados, identificando assim a classificação de eficiência energética geral. Caso o valor de RedCEP seja negativo, a classificação geral da edificação será E.

Tabela 8.3 – Edificações de escritórios: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,33	0,35	0,36	0,36
ZB 2	0,29		0,33	0,34	0,35
ZB 3	0,30		0,34	0,35	0,36
ZB 4	0,29	0,32			0,35
ZB 5	0,30	0,33	0,35	0,36	0,36
ZB 6					
ZB 7	0,29	0,31	0,33	0,34	0,35
ZB 8			0,34	0,35	

Tabela 8.4 – Edificações educacionais: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,33	0,34	0,31	0,30
ZB 2	0,32	0,33	0,30	0,28
ZB 3	0,31	0,32		
ZB 4	0,30	0,31	0,29	0,27
ZB 5	0,31	0,33	0,31	0,29
ZB 6		0,32	0,30	0,28
ZB 7	0,28	0,30	0,28	0,26
ZB 8				0,27

Tabela 8.5 – Edificações de hospedagem: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,37	0,35	0,34	0,34
ZB 2	0,36	0,34		0,33
ZB 3				
ZB 4	0,35		0,33	
ZB 5	0,36		0,34	0,34
ZB 6				
ZB 7	0,34	0,33	0,33	0,33
ZB 8	0,35			

Tabela 8.6 – Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,18	0,16	0,16	0,16
ZB 2			0,15	0,15
ZB 3		0,17	0,16	0,16
ZB 4			0,17	0,17
ZB 5				
ZB 6		0,18	0,18	0,18
ZB 7		0,19	0,19	0,19
ZB 8		0,18	0,18	

Tabela 8.7 – Edificações de varejo – comércio: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,30	0,31	0,32	0,37
ZB 2	0,29	0,29	0,30	0,31	0,35
ZB 3	0,30	0,30	0,31	0,32	
ZB 4	0,29	0,29	0,30	0,31	0,33
ZB 5	0,30	0,30	0,31	0,32	0,36
ZB 6					0,34
ZB 7	0,29	0,29	0,30	0,30	0,32
ZB 8				0,31	

Tabela 8.8 – Edificações de varejo – mercado: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,28	0,28	0,28	0,28	0,29
ZB 2		0,27	0,27	0,27	0,28
ZB 3		0,28			
ZB 4	0,27	0,27	0,26	0,26	
ZB 5			0,27	0,27	
ZB 6	0,28				
ZB 7	0,27	0,26	0,26	0,26	
ZB 8		0,27			0,27

Tabela 8.9 – Edificações de alimentação: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	0,50 < FF ≤ 0,60	FF > 0,60
ZB 1	0,23	0,23	0,22	0,22	0,23
ZB 2	0,22	0,22		0,21	
ZB 3	0,23			0,22	
ZB 4		0,23			
ZB 5					
ZB 6	0,24	0,23	0,23		
ZB 7	0,23		0,22		
ZB 8					

Tabela 8.10 – Edificações que possuem tipologia não descrita anteriormente: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,21	0,24	0,25	0,26
ZB 2	0,20	0,23	0,24	
ZB 3	0,21	0,24	0,25	0,27
ZB 4	0,22	0,25	0,26	0,28
ZB 5				
ZB 6			0,27	0,29
ZB 7			0,26	0,28
ZB 8			0,27	

8.2. Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais

8.2.1. Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória

A envoltória deve ser classificada de acordo com o percentual de redução da carga térmica total anual da edificação real em comparação com a mesma edificação em sua condição de referência (RedCgTT), conforme determinado no Anexo B.I, subitem B.I.1.

A escala relativa à classificação de eficiência energética da envoltória baseia-se no coeficiente de redução da carga térmica total anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$), conforme Equação 8.10.

$$i = \frac{(CRCgTT_{D-A} \cdot 100)}{3} \qquad \textbf{Equação (8.10)}$$

Onde:

i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;

$CRCgTT_{D-A}$ é o coeficiente de redução de carga térmica total anual da classificação D para a A.

O coeficiente de redução da carga térmica total anual da classificação D para a A deve ser determinado a partir do fator de forma da edificação (FF), conforme Equação 8.8, e classificação climática no qual esta está inserida (Anexo G). O coeficiente de redução difere para cada tipologia, devendo ser obtido por meio das Tabelas 8.12 a 8.19.

Nota 1: Caso a envoltória possua mais de uma tipologia em seu volume avaliado, deve-se considerar a tipologia dominante (a de maior área) para a escolha da tabela referente ao coeficiente de redução da carga térmica.

Nota 2: Edificações em blocos devem ser avaliadas separadamente, considerando-se assim um fator de forma para cada bloco e, consequentemente, uma classificação para cada bloco.

O intervalo dentro do qual a edificação proposta será classificada "i" deve ser dividido em 3 partes; cada parte se refere a um dos intervalos de classificação da escala de eficiência, que varia de A até D. Caso a edificação real apresente carga térmica total anual superior à condição de referência, sua classificação final será E.

A partir do valor calculado de "i", deve-se preencher a Tabela 8.11. Na sequência, deve-se comparar o valor do percentual de redução da carga térmica total anual da edificação (RedCgTT) com os limites definidos, identificando a classificação de eficiência energética da envoltória da edificação em questão. Caso a edificação real apresente RedCgTT negativo, sua classificação final será E.

Tabela 8.11 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética da envoltória

	RedCgTT (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	RedCgTT > 3i	3i ≥ RedCgTT > 2i	2i ≥ RedCgTT > i	i ≥ RedCgTT ≥ 0	RedCgTT < 0

Tabela 8.12 – Edificações de escritórios: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,33	0,34	0,35	0,35
ZB 2	0,26	0,29	0,30	0,31	0,31
ZB 3	0,23	0,25	0,26	0,27	0,27
ZB 4	0,19	0,21	0,22	0,23	0,23
ZB 5	0,22	0,25	0,26	0,27	0,27
ZB 6	0,19	0,21	0,23	0,23	0,23
ZB 7	0,13	0,15	0,16	0,16	0,17
ZB 8	0,15	0,17	0,18	0,19	0,19

Tabela 8.13 – Edificações educacionais: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,19	0,20	0,24	0,30	0,34
ZB 2	0,16	0,17	0,21	0,27	0,32
ZB 3	0,14	0,15	0,17	0,19	0,20
ZB 4	0,11	0,12	0,13	0,14	0,15
ZB 5	0,14	0,15	0,17	0,19	0,21
ZB 6	0,12	0,13	0,14	0,14	0,14
ZB 7	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08
ZB 8		0,09	0,10	0,10	0,10

Tabela 8.14 – Edificações de hospedagem: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,43	0,44	0,45	0,47
ZB 2	0,38	0,39	0,41	0,42
ZB 3	0,34	0,34	0,36	0,37
ZB 4	0,28	0,29	0,30	0,31
ZB 5	0,33	0,34	0,35	0,36
ZB 6	0,29	0,29	0,31	0,33
ZB 7	0,19	0,20	0,21	0,22
ZB 8	0,23	0,23	0,24	0,25

Tabela 8.15 – Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,23	0,21	0,20	0,18
ZB 2		0,18	0,15	0,14
ZB 3	0,22	0,20	0,18	0,17
ZB 4	0,19	0,17	0,15	0,14
ZB 5	0,22	0,20	0,18	0,17
ZB 6	0,20	0,18	0,16	0,14
ZB 7	0,15	0,13	0,11	0,10
ZB 8	0,17	0,14	0,12	0,11

Tabela 8.16 – Edificações de varejo – comércio: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,26	0,26	0,27	0,28	0,28
ZB 2	0,20	0,21	0,22	0,24	0,25
ZB 3	0,21			0,20	0,17
ZB 4	0,17	0,17	0,18	0,16	0,13
ZB 5	0,21	0,21	0,22	0,21	0,18
ZB 6	0,18	0,18	0,18	0,16	0,11
ZB 7	0,12	0,12	0,12	0,10	0,06
ZB 8	0,14	0,14	0,14	0,12	0,08

Tabela 8.17 – Edificações de varejo – mercado: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,28	0,28	0,31	0,34
ZB 2	0,23	0,24	0,27	0,30
ZB 3	0,24	0,22	0,22	0,22
ZB 4	0,20	0,17	0,16	0,16
ZB 5	0,24	0,22	0,20	0,20
ZB 6	0,21	0,17	0,14	0,14
ZB 7	0,15	0,11	0,08	0,08
ZB 8	0,16	0,12	0,10	0,10

Tabela 8.18 – Edificações de alimentação: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,34	0,34	0,34	0,34	0,36
ZB 2	0,30	0,30	0,31	0,33	0,34
ZB 3	0,29	0,28	0,27	0,25	0,26
ZB 4	0,25	0,23	0,21	0,19	0,19
ZB 5	0,29	0,27	0,25	0,23	0,23
ZB 6	0,26	0,24	0,21	0,17	0,17
ZB 7	0,19	0,17	0,14	0,11	0,11
ZB 8	0,20	0,19	0,16	0,13	0,13

Tabela 8.19 – Edificações não descritas anteriormente: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,39	0,41	0,41	0,43
ZB 2	0,35	0,37	0,38	0,39
ZB 3	0,31	0,33	0,34	0,35
ZB 4	0,26	0,28	0,29	0,30
ZB 5	0,31	0,33	0,34	0,36
ZB 6	0,26	0,29	0,30	0,31
ZB 7	0,18	0,20	0,21	0,22
ZB 8	0,21	0,23	0,24	0,25

8.2.2. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar

A classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar baseia-se no percentual de redução de consumo para refrigeração ($RedC_R$), calculado de acordo com o Anexo B.II, subitem B.II.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_R$) para cada intervalo de classificação varia de acordo com a classificação climática, como exposto na Tabela 8.20. Caso a edificação real apresente $RedC_R$ negativo, sua classificação final será E.

Tabela 8.20 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com a classificação climática da edificação em que o sistema de condicionamento de ar está sendo avaliado

Classificação climática	$RedC_R$ (%)				
	Classif. A	Classif. B	Classif. C	Classif. D	Classif. E
Zonas bioclimáticas 1, 2 e 3	$RedC_R > 51$	$51 \geq RedC_R > 34$	$34 \geq RedC_R > 17$	$17 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$
Zonas bioclimáticas 4, 5 e 6	$RedC_R > 48$	$48 \geq RedC_R > 32$	$32 \geq RedC_R > 16$	$16 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$
Zonas bioclimáticas 7 e 8	$RedC_R > 43$	$43 \geq RedC_R > 29$	$29 \geq RedC_R > 14$	$14 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$

8.2.3. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação

A escala relativa à classificação de eficiência energética do sistema de iluminação deve ser elaborada com base no percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da classificação D ($C_{IL,refD}$) para a classificação A ($C_{IL,refA}$). A definição das classes intermediárias da escala resulta da divisão do intervalo entre as classes D e A em três partes, "i", conforme Equação 8.11.

$$i = \frac{((C_{IL,refD} - C_{IL,refA}) / C_{IL,refD}) \cdot 100}{3} \qquad \textbf{Equação (8.11)}$$

Onde:

i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;

$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação com a classificação D (kWh/ano);

$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação com a classificação A (kWh/ano).

Os consumos do sistema de iluminação para as condições de referência equivalentes à classificação D e A ($C_{IL,refD}$ e $C_{IL,refA}$) devem ser calculados com base no Anexo B.III, subitem B.III.4.

Com o valor de "i" deve-se preencher a Tabela 8.21. A classificação de eficiência energética do sistema de iluminação é feita a partir do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da edificação real ($RedC_{IL}$) e a escala resultante. Caso a edificação real apresente $RedC_{IL}$ negativo, sua classificação final será E.

Tabela 8.21 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para o sistema de iluminação

	$RedC_{IL}$ (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	$RedC_{IL} > 3i$	$3i \geq RedC_{IL} > 2i$	$2i \geq RedC_{IL} > i$	$i \geq RedC_{IL} \geq 0$	$RedC_{IL} < 0$

8.2.4. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução de consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação, calculado de acordo com o Anexo B.IV, subitem B.IV.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme a Tabela 8.22. Caso a edificação real apresente $RedC_{AA}$ negativo, sua classificação final será E.

Tabela 8.22 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com o tipo de sistema para o aquecimento de água

Sistema	$RedC_{AA}$ (%)				
	Classif. A	Classif. B	Classif. C	Classif. D	Classif. E
Com acumulação	$RedC_{AA} > 30$	$30 \geq RedC_{AA} > 20$	$20 \geq RedC_{AA} > 10$	$10 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$
Sem acumulação	$RedC_{AA} > 21$	$21 \geq RedC_{AA} > 14$	$14 \geq RedC_{AA} > 7$	$7 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$

ANEXO A - TABELAS PARA A CONDIÇÃO DE REFERÊNCIA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

Neste Anexo são definidos os valores dos parâmetros da edificação para a composição da condição de referência de diferentes tipologias.

A.1. Condições de referência

Nas Tabelas A.1 a A.7 são apresentadas as condições de referência conforme as diferentes tipologias de edificações comerciais:

a) Edificações de escritório (Tabela A.1);

b) Edificações educacionais: ensino médio, fundamental e superior (Tabela A.2);

c) Edificações de hospedagem: pequenas, médias e grandes (Tabela A.3);

d) Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), exceto hospitais (Tabela A.4);

e) Edificações de varejo: lojas, lojas de departamento e shopping center (Tabela A.5);

f) Edificações de varejo: mercados (Tabela A.6);

g) Edificações de alimentação: restaurantes e praças de alimentação (Tabela A.7);

Nota 1: A partir desta INI-C podem ser avaliados somente os estabelecimentos assistenciais de saúde, a exemplo das clínicas pequenas e os postos de saúde. Hospitais não podem ser avaliados.

Nota 2: Caso a tipologia a ser avaliada não se encontre nas descrições acima, deve-se adotar os parâmetros descritos na Tabela A.8, assumindo-os como referência, desde que devidamente justificado.

Nota 3: Caso exista mais de uma tipologia em uma mesma edificação (edificações mistas), a avaliação deve ser feita separadamente para cada uma delas, considerando seus valores de referência conforme as tabelas apresentadas, somando-se ao final os seus consumos resultantes.

A.2. Elementos construtivos das paredes externas e cobertura

Na Tabela A.9 são apresentados os elementos construtivos e suas respectivas características adotadas nas paredes e cobertura das condições de referência.

Tabela A.1 – Valores de referência para edificações de escritório

Uso típico	Edificações de escritórios	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m^2)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	50 (0,50)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m^2.K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede externa (kJ/(m^2.K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m^2.K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m^2.K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m^2.K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m^2)	Condição real	14,1**
Ocupação (m^2/pessoa)	10,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m^2)***	15,0	
Horas de ocupação (horas)	10	
Dias de ocupação (N_{ano})****	260	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água**	-	

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional.

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias de semana por ano, excluindo-se os fins de semana.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá , seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

Tabela A.2 – Valores de referência para edificações educacionais

Uso típico	Edificações educacionais			
	Condição real	Condição de referência		
		Educação infantil	Ensino fundamental e médio	Ensino superior
Geometria				
Área (m²)	Condição real			
Orientação solar	Condição real			
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real			
Aberturas				
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	40 (0,40)		
Componentes construtivos				
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)		
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39		
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5		
CTpar - Capacidade térmica da parede externa (kJ/(m².K))	Condição real	150		
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)		
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06		
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8		
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233		
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm		
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82		
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7		
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0		
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0		
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)[a]	Condição real			
Iluminação e ganhos internos				
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15,5**		
Ocupação (m²/pessoa)	Condição de referência	2,5	1,5	1,5
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	Condição de referência	15,0		
Horas de ocupação (horas)	8			
Dias de ocupação (N_{ano})****	200			
Situação do piso	Condição real			
Situação da cobertura	Condição real			
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento		
Condicionamento de ar (refrigeração)				
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60		
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0			
Aquecimento de água****				
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95		
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85		
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C			
Temperatura de uso de água quente	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)			
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real			
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas de recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)		
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)		
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real			

* A utilização do ângulo de obstrução por vizinhança (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano, excluindo-se os meses de férias, feriados nacionais e fins de semana.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa ao OIA, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Válido para edificações educacionais com alojamento/internatos.

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

Tabela A.3 – Valores de referência para edificações de hospedagem

Uso típico	Edificações de hospedagem	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	45 (0,45)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)[a]	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15,7**
Densidade de ocupação (m²/pessoa)	Condição de referência	18,0
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	20,0	
Horas de ocupação (horas)	14,4 (assumindo-se 60% de ocupação)	
Dias de ocupação (N_{ano}) ****	365	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[b]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[c]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C	
Temperatura de uso de água quente	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base no total de dias dentro de um ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência. [a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

Tabela A.4 – Valores de referência para estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais

Uso típico	Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	14 (0,14)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de Potência de Iluminação (W/m²)	Condição real	15,0**
Ocupação (m²/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de Potência de Equipamentos (W/m²)***	40,0	
Horas de ocupação (horas)	12	
Dias de ocupação (N_{ano}) ****	365	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional.

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base no total de dias dentro de um ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

Tabela A.5 – Valores de referência para edificações de varejo – comércio

Uso típico	Edificações de varejo	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m^2)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60% na fachada principal (0,60), e 5% nas demais (0,05)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m^2.K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m^2.K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m^2.K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m^2.K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m^2.K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m^2)	Condição real	20,0**
Ocupação (m^2/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m^2)***	20,00	
Horas de ocupação (horas)	12	
Dias de ocupação (N_{ano})****	300	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano, excluindo-se os domingos.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

Tabela A.6 – Valores de referência para edificações de varejo – mercados

Uso típico	Edificações de varejo	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m^2)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60% na zona da fachada principal (0,60), e 10% nas demais (0,10)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m^2.K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m^2.K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (> 5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m^2.K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m^2.K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m^2.K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução por vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m^2)	Condição real	16,3**
Ocupação (m^2/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m^2)***	40,0	
Horas de ocupação	12	
Dias de ocupação (N_{ano})****	350	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

Tabela A.7 – Valores de referência para edificações de alimentação - restaurantes

Uso típico	Restaurantes	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m^2)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	40 (0,40)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m^2.K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m^2.K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m^2.K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m^2.K)) *	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m^2.K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m^2)	Condição real	13,9**
Ocupação (m^2/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m^2)***	40,0	
Horas de ocupação	8	
Dias de ocupação (N_{ano})****	350	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C	
Temperatura de uso de água quente (°C)	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Uso típico	**Restaurantes**	
	Condição real	**Condição de referência**
Perdas na tubulação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/m.K
Perdas da recirculação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/m.K
Perdas de armazenamento – sistema com acumulação	Condição real	

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

Tabela A.8 – Valores de referência para edificações que possuem tipologia não descrita anteriormente

Uso típico	Edificações não descritas nas condições de referência	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60 (0,60)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15**
Ocupação (m²/pessoa)	10,0[a]	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	40,00	
Horas de ocupação (horas)	12[a]	
Dias de ocupação (N_{ano})****	300[a]	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)	24,0	
Aquecimento de Água****		

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

******Avaliar se a tipologia possui consumo significativo de água quente; se sim, utilizar valores apresentados em uma tipologia que possui consumo de agua quente; se não, desconsiderar o sistema na avaliação geral.

[a] Tipologias não descritas anteriormente, em casos excepcionais, podem ter seus parâmetros de ocupação, horas de ocupação e dias de ocupação (N_{ano}) adaptados de acordo com o uso previsto para a edificação. Nestes casos, deve-se entregar carta de justificativa ao OIA, e utilizar o mesmo valor definido na edificação real e sua condição de referência.

Tabela A.9 – Elementos construtivos e suas respectivas características

	e (cm)	λ (W/(m.K))	ρ (kg/m³)	c (kJ/(kg.K))	Rt ((m².K)/W)	Ut (W/(m².K))	CTt (kJ/(m².K))
Parede externa							
Argamassa externa	2,50	1,15	2000	1,00	0,022	2,39	150
Bloco cerâmico	1,34	0,90	1600	0,920	0,015		
Câmara de ar	6,32	0,364	-	-	0,175		
Bloco cerâmico	1,34	0,90	1600	0,920	0,015		
Argamassa interna	2,50	1,15	2000	1,00	0,022		
Cobertura							
Telha de fibrocimento	0,800	0,950	1900	0,840	0,0084	2,06	233
Câmara de ar (> 5 cm)	25,0	1,190	-	-	0,2100		
Laje de concreto (10 cm)	10,0	1,75	2200	1,00	0,0571		

* e – espessura (cm);
* λ – condutividade térmica (W/(m.K));
* ρ – peso específico aparente (kg/m³);
* c – calor específico (kJ/kgK);
* Rt – resistência térmica total ((m².K)/W);
* Ut – transmitância térmica total (W/(m².K));
* CTt – capacidade térmica total (kJ/(m².K)).

ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação do consumo energético dos sistemas individuais inerentes às edificações comerciais, de serviços e públicas a partir da utilização do método simplificado.

O método descrito por este Anexo aplica-se somente às edificações que atendem aos critérios definidos no item 6, subitem 6.1. Edificações que não atendem a um ou mais critérios expostos nos limites descritos, devem ser avaliadas pelo método de simulação, conforme o Anexo C.

A partir do método simplificado deste Anexo, a edificação é avaliada sob duas condições: a condição real, com as características reais da edificação; e a condição de referência, com as características listadas nas tabelas do Anexo A desta Instrução Normativa Inmetro.

Fazem parte deste Anexo os sistemas individuais: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II), iluminação (B.III) e aquecimento de água (B.IV).

ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética da envoltória de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação da carga térmica total anual para refrigeração.

A partir deste método, podem ser avaliadas as edificações condicionadas artificialmente, edificações que alternam entre o uso da ventilação natural e o condicionamento artificial (ventilação híbrida), e edificações totalmente ventiladas naturalmente.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução da carga térmica total anual para a classificação da envoltória (RedCgTT), o que é feito comparando-se a carga térmica total anual da edificação real com a condição de referência.

B.I.1. Determinação do percentual de redução da carga térmica total anual

A determinação do percentual de redução da carga térmica total anual da edificação em suas condições real e de referência para a classificação da envoltória (RedCgTT) deve ser realizada a partir dos valores de carga térmica total anual da edificação em sua condição real ($CgTT_{real}$), e condição de referência ($CgTT_{refD}$), seguindo-se a Equação B.I.1.

$$RedCgTT = ((CgTT_{refD} - CgTT_{real}) / CgTT_{refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.I.1)}$$

Onde:
RedCgTT é o percentual de redução da carga térmica total anual da envoltória (%);
$CgTT_{refD}$ é a carga térmica total anual da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano).

B.I.2. Determinação da carga térmica total anual da edificação

O desempenho térmico da edificação deve ser avaliado por meio da carga térmica total anual (CgTT) da edificação na sua condição real ($CgTT_{real}$) e condição de referência ($CgTT_{refD}$).

Para a condição real, a carga térmica total anual deve ser calculada a partir do somatório das cargas térmicas de refrigeração anual ($CgTR_{real}$ em kWh/ano), considerando todas as zonas térmicas condicionadas artificialmente.

Caso seja considerado o aproveitamento da ventilação natural, deve-se computar a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação (FH_{desc}). Nesse caso, a carga térmica total anual da edificação real deve ser calculada por meio da Equação B.I.2.

$$CgTT_{real} = CgTR_{real} \cdot FH_{desc} \qquad \textbf{Equação (B.I.2)}$$

Onde:
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano);
$CgTR_{real}$ é a carga térmica de refrigeração anual da edificação real (kWh/ano);
FH_{desc} é a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação.

Para a condição de referência, a carga térmica total ($CgTT_{refD}$) deve ser equivalente ao valor da carga térmica de refrigeração anual ($CgTR_{refD}$) da edificação em sua condição de referência.

A carga térmica de refrigeração anual da edificação na condição real e de referência deve ser determinada conforme o item B.I.2.2; a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação para os casos em que há o aproveitamento da ventilação natural, conforme o item B.I.2.3.

B.I.2.1. Condições gerais

Incluem-se, de maneira especial, considerações específicas para alguns tipos de edificações:

a) A avaliação da envoltória de edificações que possuem volume único deve ser realizada de acordo com as tipologias contidas neste volume. A avaliação da carga térmica total anual deve ser feita separadamente para cada uma delas, considerando seus valores de referência conforme as tabelas de tipologias do Anexo A, e somadas ao final para a classificação;

b) Ao avaliar uma edificação composta por blocos conectados, cada bloco deve ter sua carga térmica total anual determinada separadamente. A partir dos valores de fator de forma de cada bloco individual, deve-se gerar assim uma classificação para cada bloco.

B.I.2.2. Edificações condicionadas artificialmente

A estimativa da carga térmica de refrigeração anual baseia-se em um metamodelo de análise que utiliza redes neurais artificiais para diferentes realidades climáticas brasileiras, representadas pelas zonas bioclimáticas nas quais estão inseridas (Anexo G).

A carga térmica de refrigeração anual (CgTR) deve ser determinada com base nos parâmetros construtivos físicos, geométricos e de carga interna da edificação. A partir da definição da tipologia da edificação (que deve seguir as tabelas do Anexo A), a edificação deve ser dividida em zonas térmicas de análise, conforme o subitem B.I.2.2.1.

Para cada zona térmica devem ser estipulados os parâmetros de entrada para o metamodelo considerando a edificação em sua condição real, e em sua condição de referência, conforme subitem B.I.2.2.2.

Os valores definidos para cada um dos parâmetros de entrada, e para cada zona térmica de análise, devem ser inseridos na interface do metamodelo (disponível em: <http://pbeedifica.com.br/redes/comercial/index_with_angular.html#>), que resultará no valor de densidade de carga térmica para refrigeração (DCgTR, em kWh/m²) e na carga térmica de refrigeração anual (CgTR, em kWh/ano) por zona.

B.I.2.2.1. Divisão das zonas térmicas

As zonas térmicas devem ser separadas de acordo com: a) tipologia da edificação; b) tipo e/ou especificações técnicas do sistema de condicionamento de ar; c) pé-direito da edificação; d) espaços com pisos em contato com o solo, isolados ou em contato com o exterior; e, e) espaços com cobertura em contato com o exterior.

Nota 1: A divisão de zonas térmicas a partir do tipo e/ou especificações técnicas do sistema de condicionamento de ar deve ser realizada quando em uma mesma edificação existirem APPs com sistemas distintos (máquinas com capacidade inferior e superior a 17,6 kW).

Nota 2: Edificações com sistemas centrais de condicionamento de ar, as zonas térmicas são pré-definidas pelo projetista, e o zoneamento deve seguir esta pré-definição.

No caso de edificações onde as áreas de permanência prolongadas são 100% condicionadas, as áreas de permanência transitória geralmente não são condicionadas, e, portanto, devem ser desconsideradas na avaliação. Caso existam APTs não condicionadas e permanentemente ocupadas, deve-se proceder com a avaliação utilizando o item B.I.2.3 ou o método de simulação (C.I).

Nota 2: Uma zona térmica pode englobar vários ambientes.

Nota 3: A divisão das zonas térmicas em ambientes com pé-direito variável pode ser simplificada, utilizando-se um valor médio, de forma que o volume seja mantido.

As zonas térmicas devem ser separadas considerando as áreas perimetrais e os espaços internos (núcleo central da edificação), conforme exemplifica a Figura B.I.1. As zonas térmicas perimetrais devem ser limitadas em espaços de 4,50 m de profundidade (tolerância de até 1,00 m; por exemplo, profundidades até 5,50 m) com relação à face interna da parede externa. A área de cada zona térmica perimetral deve incluir toda a área que se encontra a 4,50 m de profundidade em relação à face interna da parede externa, não sendo necessário descontar-se as áreas ocupadas pelas paredes dos ambientes internos, exceto se houver mudança de orientação geográfica do espaço analisado.

Nota 4: A tolerância deve ser aplicada sempre que o restante de um ambiente/espaço de análise for pequeno demais para ser tornar uma nova zona perimetral/interna.

As zonas térmicas internas são localizadas em espaços além dos 4,50 m de profundidade com relação à face interna da parede externa, e sua área total pode também incluir as áreas ocupadas pelas paredes internas que dividem os ambientes, caso existentes. Quando a largura ou o comprimento do espaço a ser analisado for inferior a 9,00 m, têm-se apenas zonas perimetrais, como no exemplo da Figura B.I.2, onde o comprimento do ambiente analisado é igual a 8,00 m e a largura 16,00 m.

Nota 5: Zonas térmicas localizadas em subsolos devem ser consideradas como zonas térmicas internas.

B.I.2.2.2. Determinação dos parâmetros de entrada

Referem-se às propriedades térmicas e geométricas da envoltória, determinando a carga térmica de refrigeração anual para a condição real ($CgTR_{real}$) e de referência ($CgTR_{refD}$) da edificação nas áreas condicionadas artificialmente.

As propriedades térmicas da envoltória devem ser calculadas conforme a parte 2 da NBR 15220 em sua versão vigente (ou eventuais normas ou atualizações que venham a substituí-la), ou, ainda, definidos conforme o catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em:

<www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>.

Figura B.I.1 – Processo de divisão das zonas térmicas de análise; exemplo de separação de zonas térmicas: zonas 1 a 4 são perimetrais, e a zona 5 é interna

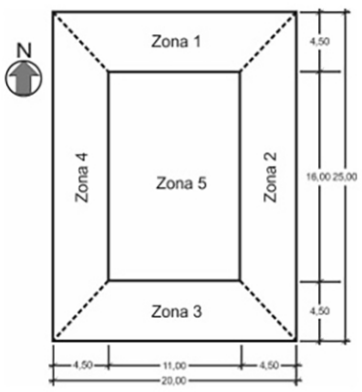
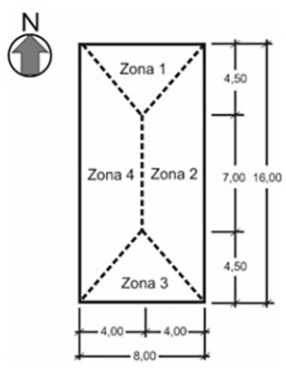


Figura B.I.2 – Processo de divisão das zonas térmicas de análise; exemplo de separação de zonas térmicas onde todas as zonas são perimetrais



Os parâmetros de entrada para o cálculo da carga térmica interna de refrigeração devem ser referentes à cada uma das zonas térmicas de análise, e estão listados abaixo:

a) Área da zona térmica (m²);

b) Tipo de zona térmica (perimetral/interna);

c) Se existe contato com o solo (parâmetro binário - sim, se houver contato; não, se não houver contato, como nos casos de pilotis ou em balanço);

d) Se a cobertura é voltada para o exterior (parâmetro binário - sim/não);

e) Existência de isolamento térmico no piso (parâmetro binário - não, se não houver isolamento ou se a espessura do isolamento for < 5 mm; sim, se houver isolamento e a espessura for > 5 mm);

f) Orientação solar (N, NE, L, SE, S, SO, O e NO, conforme definições do item 4);

g) Horas de ocupação por dia (horas) - valor definido conforme a tipologia, ver tabelas do Anexo A;

h) Densidade de potência de equipamentos (W/m²), conforme subitem B.I.2.2.2.1;

i) Densidade de potência de iluminação (W/m²), ou densidade de potência de iluminação em uso (W/m²), conforme subitem B.I.2.2.2.2;

j) Percentual de área de abertura de fachada da zona térmica (PAF);

l) Fator solar do vidro;

m) Transmitância térmica do vidro, cobertura e paredes externas (W/(m².K));

n) Absortância solar da cobertura e paredes externas, ver subitem B.I.2.2.2.3;

o) Pé-direito (m);

p) Ângulos de sombreamento: ângulo horizontal de sombreamento (AHS), ângulo vertical de sombreamento (AVS) e ângulo de obstrução vizinha (AOV), ver subitem B.I.2.2.2.4; e

q) Capacidade térmica da cobertura e paredes externas (kJ/(m².K)).

Para a avaliação da edificação em sua condição real e de referência, os parâmetros para cada zona térmica devem respeitar os valores pré-definidos pela tipologia, conforme tabelas de referência do Anexo A. São eles: ocupação, horas de ocupação e número de dias de ocupação ao ano.

Zonas com diferentes tipos de vidro, composição de paredes e coberturas, bem como ângulos de sombreamento (além de outros parâmetros não classificados como definidores de zona), devem ter seus respectivos valores ponderados pela área de superfície do parâmetro da zona térmica em análise.

Nota: Deve ser avaliada a ocorrência de pontes térmicas nas propriedades térmicas das superfícies externas que compõem a zona térmica. Quando, na composição das superfícies externas, estiver presente qualquer elemento com coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$, Equação B.I.3) que represente mais do que 20 % do coeficiente de transferência térmica total (H_{total}, Equação B.I.4) da superfície, a transmitância térmica e a capacidade térmica deste elemento devem ser consideradas no método simplificado. Essa consideração deve ser realizada por meio da ponderação do valor dessas propriedades pela área que ocupam. O coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$) deve ser calculado pela equação:

$$H_{el,i} = A_{el,i} \cdot U_{el,i} \qquad \textbf{Equação (B.I.3)}$$

Onde:
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
$A_{el,i}$ é a área de superfície do elemento "i", expressa em metros quadrados (m²);
$U_{el,i}$ é a transmitância térmica do elemento "i", expressa em watts por metro quadrado kelvin (W/(m².K)).

O coeficiente de transferência térmica total (H_{total}) deve ser calculado pela equação:

$$H_{total} = \sum_{i=1}^{n} H_{el,i} \qquad \textbf{Equação (B.I.4)}$$

Onde:
H_{total} é o coeficiente de transferência térmica total da superfície, expresso em watts por kelvin (W/K);
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
n é o número de elementos que compõem a superfície externa.

B.I.2.2.2.1. Densidade de potência de equipamentos

A densidade de potência de equipamentos deve ser adotada conforme a tipologia da edificação, descrita nas tabelas do Anexo A. É aceitável definir valores de DPE conforme projeto, ou por levantamento físico em cada ambiente da edificação real a ser analisada. Uma vez definido o valor da DPE, este deve ser igual para a condição real e de referência.

Nota: Caso sejam adotados valores de DPE não tabelados, estes devem estar de acordo com a definição da variável descrita no subitem 4.34, devendo ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

B.I.2.2.2.2. Densidade de potência de iluminação

A densidade de potência de iluminação (DPI) deve ser definida conforme projeto, ou por levantamento físico nas áreas avaliadas. Para a avaliação da envoltória, a DPI da edificação real deve resultar de um valor único, relativo à potência total instalada na área iluminada total da edificação a ser avaliada, devendo este ser adotado em todas as zonas térmicas. A DPI da condição de referência é fixa, devendo ser definida conforme as tabelas da tipologia da edificação (Anexo A).

Caso o aproveitamento da iluminação natural seja computado, ou verifique-se o uso de outro tipo de controle automatizado, a redução na potência pode ser adotada para o cálculo da densidade de potência de iluminação (DPI), o que deve ser feito apenas para a condição real.

A densidade de potência de iluminação instalada total da edificação (DPI_T) resulta da divisão entre a potência de iluminação total instalada e a área iluminada total da edificação, de acordo com a Equação B.I.5.

$$DPI_T = \frac{PI_T}{AI_T} \qquad \textbf{Equação (B.I.5)}$$

Onde:
DPI_T é a densidade de potência instalada total da edificação (W/m²);
PI_T é a potência de iluminação instalada total da edificação, sem controle automatizado (W);
AI_T é a área iluminada total da edificação (m²).

Nota: Tratando-se da avaliação geral da edificação, ou de avaliações parciais que contemplem o sistema de iluminação, a DPI será a da edificação real. Tratando-se de avaliações parciais que não contemplem o sistema de iluminação, deve-se adotar a DPI de referência, conforme as tipologias descritas no Anexo A.

B.I.2.2.2.3. Absortância solar da cobertura e paredes externas

A absortância solar a ser considerada em cada zona térmica deve ser determinada por meio de um valor médio referente às absortâncias de cada parcela das paredes externas, ou cobertura, conforme projeto arquitetônico, e ponderadas pelas áreas que ocupam em relação à área total da superfície.

Nota 1: Deve-se utilizar os valores da NBR 15220 - Parte 2, ou aqueles fornecidos pelo fabricante, ou os valores resultantes de medições realizadas de acordo com as normas ASTM E1918-06, ASTM E903-96, ASHRAE 74-1988 ou, ainda, os valores fornecidos pelo catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em <www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>.

Não devem fazer parte da ponderação de áreas para o cálculo da absortância as fachadas construídas na divisa do terreno, desde que encostadas em outra edificação.

As superfícies sombreadas por coletores ou painéis solares paralelos à superfície da cobertura, bem como painéis fotovoltaicos com afastamento mínimo de 5 cm entre o painel e a superfície de apoio devem ser avaliadas com o valor de absortância solar equivalente a 0,2. Caso o afastamento mínimo não seja cumprido, deve-se considerar a absortância igual a 0,8.

Áreas de coberturas com teto verde, bem como telhas cerâmicas não esmaltadas e piscinas devem ser avaliadas com valor de absortância solar de 0,2.

Áreas de fachada com vidro em frente à parede devem ser avaliadas considerando-se o valor de absortância solar de 0,8.

Nota 2: No caso de piscinas localizadas em coberturas, a transmitância térmica deve ser calculada desconsiderando-se a porção relativa à água; ou seja, a partir da laje da piscina.

B.I.2.2.2.4. Ângulos de sombreamento

Os ângulos de sombreamento horizontal e vertical (AHS e AVS) devem ser definidos por meio da ponderação do ângulo em função da área de abertura de cada zona térmica a ser analisada, baseando-se nas seguintes orientações:

- O AHS de cada abertura deve ser calculado como a média entre os dois ângulos encontrados, um para cada lateral da abertura; no caso de zonas com mais de uma abertura, os ângulos devem ser calculados para cada abertura, e depois ponderados considerando-se a área total de abertura;

- O autossombreamento (sombreamento ocasionado pelo edifício sobre si mesmo) deve ser considerado no cálculo dos ângulos de sombreamento; no entanto, este ângulo deve ser considerado apenas para a edificação em sua condição real;

- Ângulos de sombreamento formados pelo recuo da abertura na parede que são superiores a 10° devem ser considerados no cálculo do AVS;

- Sistemas de proteção solar vazados, formados por placas com aletas paralelas, devem ter estabelecida uma relação entre a altura (para AVS) ou profundidade (para AHS) da aleta e o vão entre estas aletas. A razão entre a altura (ou profundidade) e o vão é o fator de correção a ser multiplicado pelo AVS ou AHS. Fatores de correção maiores que um, adotar um;

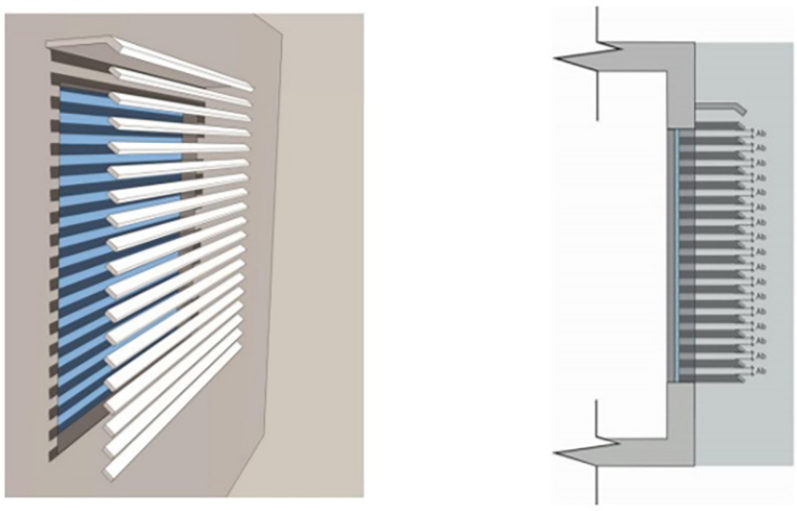
- Proteções solares móveis deverão ser consideradas como elementos fixos com ângulo de sombreamento máximo possível de ser obtido para inserção no cômputo da ponderação dos ângulos;

- Nas aberturas com sistemas de proteção solar paralelos à fachada, e com sua parte superior fechada, independentemente da distância da proteção solar ao plano envidraçado, deve-se considerar como área de abertura envidraçada para o cálculo do PAF o somatório das áreas de aberturas (Ab), vistas ortogonalmente por meio da proteção solar. Neste caso, o ângulo de sombreamento não será considerado para o cálculo do AVS e AHS, aplicando-se zero na ponderação do ângulo de sombreamento (ver Figura B.I.3).

Nota 1: O autossombreamento causado pelo formato da edificação (ex.: edificações em L ou U) deve ser considerado no cálculo do ângulo de sombreamento horizontal (AHS), e em ambas as condições de avaliação, real e de referência.

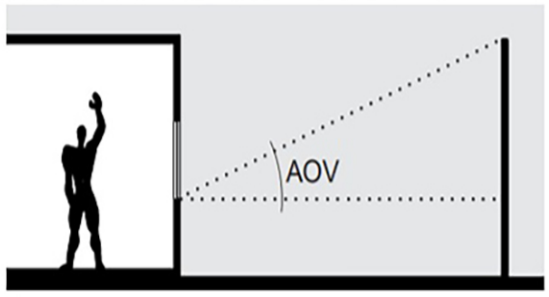
Nota 2: As aberturas com sistemas de proteção solar paralelos à fachada, e com sua parte superior parcialmente ou totalmente aberta, devem ser avaliadas pelo método de simulação. Caso deseje-se prosseguir com a avaliação pelo método simplificado, tais elementos de sombreamento não devem ser considerados.

Figura B.I.3 – Representação gráfica de uma abertura em corte com um elemento de proteção solar paralelo à fachada. Na figura, o termo "Ab" refere-se à área de abertura vista ortogonalmente por meio das proteções solares (m²)



O ângulo de obstrução vizinha (AOV) deve ser determinado com base no plano vertical da(s) abertura(s) de cada zona térmica, conforme indicado na Figura B.I.4; além disso, a obstrução vizinha deve, no mínimo, ter dimensão equivalente à largura do edifício analisado para que esta possa ser considerada nos cálculos. Caso existam várias aberturas em uma mesma zona térmica, e diferentes valores de AOV, deve-se adotar o menor valor como entrada para a interface.

Figura B.I.4 – Representação do AOV em relação à abertura da zona térmica.



Fonte: Versage (2015).

B.I.2.3. Edificações ventiladas naturalmente ou híbridas

Edificações totalmente ventiladas naturalmente, ou que funcionam a partir da combinação entre a ventilação natural e unidades condicionadoras de ar (ventilação híbrida), devem ser analisadas em função do percentual de horas ocupadas em conforto térmico durante o uso da ventilação natural (PHOCT).

A estimativa do percentual de horas ocupadas em conforto térmico (PHOCT) deve ser obtida por meio da Equação B.I.6, considerando-se as horas de ocupação para toda a edificação e auxílio da interface web para a determinação do EHF_{hot}, disponível em:

<http://pbeedifica.com.br/naturalcomfort>.

$$PHOCT = 100 - EHF_{hot} \qquad \textbf{Equação (B.I.6)}$$

Onde:
PHOCT é o percentual de horas ocupadas em conforto térmico (%);
EHF_{hot} é o percentual de horas ocupadas em desconforto térmico por calor (%).

Caso a edificação na sua condição real apresente um valor de PHOCT superior ou igual a 90% no horário de uso da edificação, não é necessário calcular a carga térmica total anual (CgTT) para a condição real e de referência da edificação. Nesses casos, a classificação da envoltória é A, o percentual de redução da carga térmica total anual entre a edificação real e sua condição de referência é de 100%, e a soma dos consumos para a determinação do CEP real e de referência (conforme subitem 8.1) deve considerar apenas os demais sistemas avaliados (iluminação e aquecimento de água, quando aplicável).

Edificações com PHOCT inferior a 90% devem apresentar projeto do sistema de condicionamento de ar de forma a atender as horas em que a ventilação natural não for suficiente. Nestes casos, deve-se calcular o CgTT da condição real para as horas não atendidas de conforto, descontando-se o valor de FH_{desc}.

Nas edificações com PHOCT inferior a 90% sem projeto ou sistema de condicionamento de ar instalado, deve-se determinar a CgTT da condição real para as horas não atendidas de conforto descontando-se o FH_{desc} e, posteriormente, realizar a avaliação do sistema de condicionamento de ar considerando-se um CEE_R igual a 2,60 (Equação B.II.2).

Nota 1: Nas edificações naturalmente ventiladas e parcialmente ventiladas naturalmente, a carga térmica total anual para a condição de referência (classificação D) não pode considerar o uso da ventilação natural, devendo ser igual ao valor calculado para a condição de referência ($CgTT_{ref}$).

Nota 2: Áreas de permanência prolongada caracterizadas por atividades de alta geração de calor e/ou frio, tais como as cozinhas profissionais, oficinas mecânicas, saunas, açougues, ginásios e academias, são consideradas exceção. Nesses casos, dispensa-se a restrição dos valores de PHOCT. No entanto, ainda assim, a taxa mínima de ventilação e renovação de ar devem ser respeitadas, estando de acordo com as normas que regem as atividades desses ambientes.

Nota 3: Este método se aplica à edificação completa. A avaliação de apenas uma parcela da edificação ventilada naturalmente deve ser realizada pelo método de simulação do Anexo C.

O metamodelo disponibilizado é sensível às regiões de clima quente (CDD18 > 2267 K.dia) e ameno (CDD18 < 2267 K.dia), de acordo com os limites para 80% de aceitabilidade térmica do modelo adaptativo da ASHRAE 55, em sua versão vigente.

Nota 4: A aplicação do metamodelo é considerada suficientemente precisa em edificações escolares e de escritórios. Demais tipologias, além dos casos não compreendidos nos limites definidos abaixo, devem ser analisados pelo método de simulação do Anexo C.

O metamodelo é aplicável nas seguintes condições:

a) A edificação deve possuir, obrigatoriamente, espaços internos com divisão e metragem quadrada similares (salas/espaços de tamanhos similares; a variação na metragem quadrada das APPs da edificação avaliada não deve superar 10%);

b) Os parâmetros de entrada da edificação devem estar inseridos nos intervalos de aplicação, conforme previamente disposto na Tabela 6.2;

c) A edificação deve ter formato quadrado ou retangular, não excedendo 16 metros de altura;

d) A edificação deve possuir aberturas para ventilação em todos os ambientes de permanência prolongada; e

e) O metamodelo deve ser utilizado somente para as edificações escolares e de escritórios, seguindo os horários de ocupação em concordância com a referida tipologia das tabelas do Anexo A.

Os parâmetros de entrada para o cálculo da fração de horas excedentes por calor são dados referentes à edificação em análise, e estão listados abaixo:

a) Comprimento total (m): maior dimensão entre os lados da edificação;

b) Profundidade total (m): menor dimensão entre os lados da edificação;

d) Pé-direito (m);

e) Número de pavimentos, excluindo pavimentos de garagens, áreas técnicas e subsolos enterrados.

f) Área das APPs (m²): média das áreas de permanência prolongada;

g) Fator da área da escada (adimensional);

h) Percentual de área de abertura na fachada total (PAFT);

i) Ângulo vertical de sombreamento (AVS): média ponderada entre a área das aberturas e o AVS;

j) Absortância solar da cobertura e paredes externas, ver subitem B.I.2.2.2.3;

l) Transmitância térmica do vidro, cobertura e paredes externas (W/(m².K));

m) Capacidade térmica da cobertura e paredes externas (kJ/(m².K)).

n) Fator solar do vidro;

o) Fator de correção do vento, ver subitem B.I.2.3.1;

p) Obstáculos do entorno, ver subitem B.I.2.3.2; e

q) Forma das janelas para ventilação: razão entre a largura e a altura das janelas para ventilação.

r) Tipo de janela para ventilação: se "janela basculante" ou "janela de correr";

s) Ventilador: "com ventilador" se as salas ocupadas possuem incremento da velocidade do ar por meio do uso de ventiladores de teto; "sem ventilador" se as salas ocupadas não possuem incremento da velocidade do ar por meio do uso de ventiladores de teto.

B.I.2.3.1 Fator de correção do vento

Deve-se adotar para a entrada no metamodelo as seguintes definições para cada uma das opções oferecidas no campo "fator de correção do vento" na interface:

a) Centros urbanos: relativos aos grandes centros urbanos, onde pelo menos 50% das edificações têm altura superior a 25 metros, por uma distância de pelo menos 0,8 km ou 10 vezes a altura da estrutura (o maior entre os dois valores);

b) Áreas urbanas, suburbanas, industriais e florestas: áreas urbanas e suburbanas, áreas florestadas, ou outros terrenos com obstruções separadas proximamente;

c) Áreas rurais planas: terreno aberto com obstruções espalhadas de alturas inferiores a 9 metros, incluindo terrenos planos típicos de estações meteorológicas;

d) Regiões expostas aos ventos vindos dos oceanos: áreas planas, sem obstruções expostas aos ventos fluindo sobre a água por pelo menos 1,6 km, a uma distância de 460 metros ou 10 vezes a altura da estrutura (o maior entre os dois valores).

B.I.2.3.2. Obstáculos do entorno

Os obstáculos relativos ao entorno da edificação devem ser definidos em função da taxa de ocupação (TO) do local onde a edificação se encontra. A taxa de ocupação pode ser definida por meio de cálculo, devendo-se neste caso considerar todos os obstáculos que estão contidos dentro de 2 vezes a altura da edificação de interesse; ou, determinada a partir do plano diretor da cidade em que a edificação se encontra, quando existente.

A partir da definição da taxa de ocupação, define-se também em qual classe esta se encontra e qual campo selecionar no item "obstáculos do entorno" da interface do metamodelo. Assim, se:

a) TO ≤ 5%, utilizar o campo referente ao item "sem proteção local ou obstruções";
b) 5% < TO ≤ 20%, utilizar o campo referente ao item "proteção local leve com poucas obstruções";
c) 20% < TO ≤ 35%, utilizar o campo referente ao item "proteção densa com muitas obstruções";
d) 35% < TO ≤ 50%, utilizar o campo referente ao item "proteção muito densa com muitas obstruções grandes"
e) TO ≥ 50%, utilizar o campo referente ao item "proteção completa".

ANEXO B.II - SISTEMA CONDICIONAMENTO DE AR

Neste Anexo estão descritos os procedimentos de avaliação do sistema de condicionamento de ar, que baseia-se no percentual de redução do consumo de refrigeração ($RedC_R$) de edificações comerciais, de serviços e públicas, comparando-se a condição real com a condição de referência.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do consumo de refrigeração dos sistemas de condicionamento de ar, bem como do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R). Os critérios de equipamentos e de sistemas de condicionamento de ar para elegibilidade à classificação A estão apresentados no item 7, subitem 7.1.

B.II.1. Determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração

A determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração ($RedC_R$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de refrigeração do sistema de ar condicionado da edificação na sua condição real ($C_{R,real}$), e condição de referência ($C_{R,ref}$), seguindo a Equação B.II.1.

$$RedC_R = ((C_{R,refD} - C_{R,real}) / C_{R,refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.II.1)}$$

Onde:
$RedC_R$ é o percentual de redução do consumo de refrigeração (%);
$C_{R,refD}$ é o consumo de refrigeração da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);
$C_{R,real}$ é o consumo de refrigeração da edificação real (kWh/ano).

B.II.2. Determinação do consumo de refrigeração

Para calcular o consumo de refrigeração da edificação real ($C_{R,real}$), é necessário obter a carga térmica total anual da edificação real ($CgTT_{real}$), conforme apresentado no Anexo B.I, e o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R), conforme apresentado no item B.II.4. O cálculo do consumo de refrigeração da edificação real ($C_{R,real}$) é descrito pela Equação B.II.2.

$$C_{R,real} = CgTT_{real} / CEE_R \qquad \textbf{Equação (B.II.2)}$$

Onde:
$C_{R,real}$ é o consumo de refrigeração da edificação real (kWh/ano);
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração.

A carga térmica total anual da edificação em sua condição de referência (CgTTrefD) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de refrigeração da edificação na condição de referência (CR,refD), juntamente com o consumo do equipamento de renovação de ar, conforme descrito na Equação B.II.3.

$$C_{R,refD} = (CgTT_{refD} / 2{,}6) + (Wvent \cdot h \cdot N_{ano} / 1000) \qquad \textbf{Equação (B.II.3)}$$

Onde:
$C_{R,refD}$ é o consumo de refrigeração da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);
$CgTT_{refD}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação em sua condição de referência;
Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

Nota: No caso de sistemas de condicionamento de ar com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), em que a renovação do ar já esteja inserida no dimensionamento/projeto do sistema, deve-se desconsiderar a parcela da Equação B.II.3 referente ao consumo do equipamento de renovação de ar $(Wvent \cdot h \cdot N_{ano}/1000)$.

B.II.3. Condições gerais

Os sistemas de condicionamento de ar, independentemente de sua capacidade de refrigeração e aplicação, devem proporcionar adequada qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 16401 - Parte 3, em sua versão vigente.

Os ambientes destinados aos "Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, (EAS)" devem proporcionar adequada qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 7256, em sua versão vigente, e quando por ela regidos.

A vazão de ar externo deve ser dimensionada para que a geração interna de CO_2 atinja no máximo a elevação de 700 PPM sobre a concentração de CO_2 do ar externo.

Os filtros de ar da vazão do ar externo e da insuflação devem ser selecionados de forma a manter a concentração máxima de material particulado $PM_{2,5}$ a um valor máximo de 30 μg/m³, média de 24 horas.

As cargas térmicas de projeto do sistema de aquecimento e refrigeração de ar devem ser calculadas de acordo com as normas e manuais de engenharia de comprovada aceitação nacional ou internacional, como por exemplo, a última versão do ASHRAE Handbook of Fundamentals e a norma ABNT NBR 16401 - Parte 1, em sua versão vigente.

Quando o somatório das áreas condicionadas de toda a edificação apresentar carga térmica superior a 350 kW, deve-se adotar um sistema de condicionamento de ar central, ou comprovar que os sistemas individuais consomem menos energia para as condições de uso previstas para a edificação.

Em edificações com sistema de ar condicionado central, devem ser especificadas as áreas onde seja comprovadamente melhor instalar sistemas individuais. O somatório da carga térmica das áreas atendidas por sistemas individuais não poderá ser superior a 180 kW.

No caso de equipamentos com diferentes eficiências, e na avaliação para máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW, deve ser utilizado um valor de eficiência único, resultante da média ponderada das eficiências dos equipamentos considerados por sua capacidade instalada.

Quando houver áreas condicionadas no subsolo, estas devem fazer parte da avaliação do sistema de condicionamento de ar. Se estes ambientes atenderem a mais de uma edificação, deve-se dividir a área do subsolo entre as edificações atendidas pelo sistema, sendo a área distribuída proporcionalmente à área de projeção das edificações.

No caso de um embasamento único, comum a dois ou mais blocos edificados, e que possua apenas ambientes de permanência transitória (ex.: hall e garagem) da mesma forma que o subsolo, o condicionamento de ar deve ser avaliado de maneira proporcional, com base nas áreas dos blocos.

No caso de edificações com blocos de edifícios interligados por um bloco ou mais condicionados, fazendo parte do sistema de condicionamento de ar central que atende aos blocos principais, o sistema de condicionamento central será avaliado como um todo, e sua área condicionada do bloco de ligação computada normalmente no consumo final.

Em edificações com átrio, ou pátio, ou jardim de inverno descoberto, o condicionamento de ar não poderá ser avaliado, pois estes são configurados como ambientes externos.

Em edificações com átrio, ou pátio, ou jardim de inverno coberto, o condicionamento de ar deve ser avaliado, quando existir, pois estes são configurados como ambientes internos. No caso do átrio possuir área de permanência prolongada (APP), e não ser condicionado, as horas de conforto devem ser comprovadas e avaliadas de acordo com o método referente às edificações ventiladas naturalmente, descrito no subitem B.I.2.3.

Ambientes com átrios, pátios ou jardins de inverno que permitem a passagem da ventilação natural, não devem ser considerados como ambientes internos, e, portanto, o condicionamento de ar não existirá nestas áreas.

B.II.4. Cálculo da eficiência do sistema

Para os sistemas de condicionamento de ar de edificações comerciais, de serviços e públicas, deve-se realizar o cálculo do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R). Seis métodos são listados para o cálculo do CEE_R, de acordo com a capacidade e o tipo do sistema de condicionamento de ar.

1) Para máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), o cálculo do CEE_R deve ser realizado por um dos três métodos abaixo:

1-A) com base no COP;

1-B) com base no IDRS; ou

1-C) com base no CSPF.

2) Para máquinas com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), o cálculo do CEE_R deve ser realizado por um dos três métodos abaixo:

2-A) com base no SPLV;

2-B) com base no fator de ponderação K; ou

2-C) com base em simulação computacional.

B.II.4.1. Capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)

Para os sistemas com estes equipamentos, o cálculo do CEE_R deve ser realizado com base no COP, ou no IDRS, ou no CSPF.

B.II.4.1.1. Com base no COP

No caso de aparelhos de condicionamento de ar do tipo janela ou split de velocidade fixa, é obrigatório utilizar este método para calcular o CEE_R, segundo a Equação B.II.4.

$$CEE_R = \frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{\left(\frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{1{,}062 \cdot \mathrm{COP_R}}\right) + \left(\frac{\mathrm{Wvent} \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)} \qquad \textbf{Equação (B.II.4)}$$

Onde:

CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;

$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano);

COP_R é o coeficiente de performance para refrigeração do aparelho de condicionamento de ar;

Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);

h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;

N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

B.II.4.1.2. Com base no IDRS

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o CEE_R pode ser calculado a partir do Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS), obtido com base nas tabelas de eficiência energética disponibilizadas na página do Inmetro (índices novos - IDRS): <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/pbe/condicionadores.asp>. Alternativamente, o IDRS pode ser obtido por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>.

Nota 1: Caso o IDRS seja determinado por meio da interface web, deve-se utilizar o valor de CSPF obtido em conjunto para calcular o consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar. O CSPF resulta em um consumo mais próximo da realidade do sistema por basear-se no arquivo climático horário da cidade analisada (sazonalidades) e nas horas de ocupação da edificação.

Nota 2: Para a avaliação da eficiência mínima e verificação da elegibilidade para a classificação A de sistemas do tipo "split e unitário" com condensação a ar e capacidade inferior a 19 kW, deve-se utilizar sempre o IDRS.O IDRS possui vantagens sobre o COP, pois considera o desempenho da máquina em carga parcial de interpolações em 50% e 100% de carga, considerando o sistema de condicionamento de ar para um clima brasileiro médio.

Após o cálculo do IDRS, a carga térmica total anual da condição real ($CgTT_{real}$), proveniente de toda a edificação (em kWh/ano) deve ser obtida, seguindo as instruções do item B.I.2 e utilizando a interface web do metamodelo comercial, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/redes/comercial/index_with_angular.html#>.

Os sistemas de condicionamento de ar devem incluir os requisitos de qualidade do ar interior e de conforto térmico da ABNT NBR 16401, em sua versão vigente. A potência do equipamento de renovação de ar deve ser incluída na potência total do sistema para o cálculo do CEE_R.

A carga térmica total anual da edificação ($CgTT_{real}$), o IDRS e a potência do equipamento de renovação de ar (Wvent) devem ser utilizados no cálculo do CEE_R, como demonstrado na Equação B.II.5.

$$\mathrm{CEE_R} = \frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{\left(\frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{\mathrm{IDRS}}\right) + \left(\frac{\mathrm{Wvent} \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)} \qquad \textbf{Equação (B.II.5)}$$

Onde:

CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;

$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;

IDRS é o Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal;

Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);

h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;

N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

B.II.4.1.3. Com base no CSPF

Alternativamente, para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o cálculo do CEE_R pode ser adaptado para climas específicos em função da temperatura externa de climas específicos e das horas de operação do sistema. O CSPF (Cooling Seasonal Performance Factor), pode ser obtido pelo procedimento descrito na ISO 16358-1, em sua versão vigente, ou por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>, utilizando o arquivo climático (EPW) do clima desejado e para as horas de operação reais. A carga térmica total anual da edificação ($CgTT_{real}$), o CSPF e a potência do equipamento de renovação de ar (Wvent) devem ser utilizados no cálculo do CEE_R, como demonstrado na Equação B.II.6.

$$\mathrm{CEE_R} = \frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{\left(\frac{\mathrm{CgTT_{real}}}{\mathrm{CSPF}}\right) + \left(\frac{\mathrm{Wvent} \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)} \qquad \textbf{Equação (B.II.6)}$$

Onde:

CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;

$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;

CSPF é o **Cooling Seasonal Performance Factor**;

Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);

h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;

N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

B.II.4.2. Capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)

Para os sistemas com estes equipamentos, o CEE_R pode ser calculado pelo SPLV ou pela alternativa que adota o fator de ponderação K. Caso a opção escolhida seja a simulação computacional, o percentual de redução de consumo para a refrigeração ($RedC_R$) é obtido diretamente.

B.II.4.2.1. Com base no SPLV

O SPLV é uma média ponderada da relação do perfil de carga térmica anual sobre o perfil de consumo de energia anual de todo o sistema de condicionamento de ar ao longo do ano, porém de forma simplificada, resultante de quatro condições de carga (100%, 75%, 50% e 25%). Ao utilizar este método, o CEE_R é igual ao SPLV calculado.

O SPLV utiliza o mesmo método de cálculo do IPLV (Integrated Part Load Value) para os equipamentos, porém abrange todos aqueles envolvidos no sistema de ar condicionado (incluindo os equipamentos de refrigeração e o consumo de energia dos periféricos necessários para o funcionamento completo do sistema de condicionamento de ar). Além disso, o cálculo do SPLV considera a classificação climática da cidade em que o sistema será instalado, as horas de operação ao longo do dia, a tipologia da edificação e o tipo de sistema de condicionamento de ar.

A planilha de cálculo do SPLV, para os quatro sistemas (listados na Tabela B.II.1), está disponível em: <http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/PBE-Edifica-SPLV-AC-20201026.xlsm>. O preenchimento da planilha deve ser realizado com os dados de projeto do sistema de condicionamento de ar. O procedimento de cálculo e as instruções de uso estão contidos na própria planilha. A planilha apresenta abas diferentes por tipo de sistema: expansão direta, expansão indireta e VRF. As variáveis de entrada necessárias para a utilização das planilhas estão subdivididas em categorias, como listadas na Tabela B.II.1.

Tabela B.II.1 – Variáveis de entrada necessárias para o uso da planilha de cálculo do SPLV

Sistemas	Água-Água Fan-Coil Água	Água-Ar Fan-Coil Ar	Água-Água Fancoil Água	Água-Ar Fancoil Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Variáveis de entrada						
Geral						
Classificação climática da cidade	√	√	√	√	√	√
Horas de funcionamento do sistema	√	√	√	√	√	√
Carga térmica total - pico verão	√	√	√	√	√	√
COP – 25%, 50%, 75%, 100%	√	√	√	√	√	√
Expansão Direta						
Condensação a Água - circuito aberto (Torre) ou fechado (Dry Cooler)?					√	
Mínima temp. entrada de água de resfriamento					√	
Qtde **Dry Coolers**/Qtde Torres					√	
Vazão de água por **Dry Cooler**/Vazão de água por torre					√	
Potência nominal do motor					√	
Approach na saída (temp. saída - TBS ar exterior)					√	
Inversor de frequência no(s) ventilador(es)?					√	
Válvula de bloqueio motorizada na entrada de água?					√	
Chiller						
Quantidade de **chillers** operantes	√	√	√	√		
Capacidade de projeto - 1 **chiller**	√	√	√	√		
DT - água gelada nos **chillers**	√	√	√	√		
Perda de pressão – **chillers**	√	√	√	√		
Vazão mínima permitida no **chiller**			√	√		
Temperatura de entrada de água de refrigeração mínima			√			
BAGs (circuito primário)						
Quantidade de BAGs operantes	√	√				
Vazão de água por bomba	√	√				
Altura manométrica da bomba	√	√				
Eficiência da bomba	√	√				
Potência nominal do motor	√	√				
Bombas em bamflete ou dedicadas?	√	√				
Controle de vazão?	√	√				
BAGs (circuitos secundários/variável)						

B.II.4.2.2. Com base no fator de ponderação K

Sistemas	Água-Água Fan-Coil Água	Água-Ar Fan-Coil Ar	Água-Água Fancoil Água	Água-Ar Fancoil Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Capacidade de projeto dos circuitos de distribuição	√	√	√	√		
DT - água gelada	√	√	√	√		
Perda de pressão - ramal **fancoil** referência	√	√	√	√		
Vazão de água por bomba	√	√	√	√		
Vazão de água total no circuito	√	√	√	√		
Perda de pressão total no circuito	√	√	√	√		
Altura manométrica da bomba	√	√	√			
Eficiência da bomba	√	√	√	√		
BACs						
Quantidade de BACs operantes	√		√		√	
DT – água refrigeração	√		√		√	
Perda de pressão	√		√		√	
Vazão de água por bomba	√		√		√	
Altura manométrica da bomba	√		√		√	
Eficiência da bomba	√		√		√	
Potência motor	√		√		√	
Bombas em bamflete ou dedicadas?	√		√		√	
Controle de vazão?	√		√		√	
Torres						
Quantidade de torres	√		√			
Vazão de água por torre	√		√			
Potência nominal do motor	√		√			
Approach na bacia da torre (temperatura de saída - TBU)	√		√			
Inversor de frequência no ventilador?	√		√			
Válvula de bloqueio motorizada na entrada?	√		√			
Ventiladores para renovação do ar externo						
Ventiladores de ar externo – qtde	√	√	√	√	√	√
Vazão de ar	√	√	√	√	√	√
Temperatura do ar de referência (para seleção do ventilador)	√	√	√	√	√	√
Pressão estática	√	√	√	√	√	√
Eficiência do ventilador	√	√	√	√	√	√
Condicionadores de ar						

Sistemas	Água-Água Fan-Coil Água	Água-Ar Fan-Coil Ar	Água-Água Fancoil Água	Água-Ar Fancoil Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Carga térmica	√	√	√	√	√	
Potência eixo do ventilador	√	√	√	√	√	√
Quantidade de **fancoils**/AHUs	√	√	√	√		
Face (N, S, L, O)	√	√	√	√		
Qtde total de unidades operantes					√	√
Capacidade projeto - 1 unidade					√	√
Qtde de evaporadoras por unidade condensadora					√	√

Para os sistemas de condicionamento de ar que não apresentarem o cálculo do SPLV para a determinação da eficiência, um cálculo alternativo deve ser apresentado a partir dos requisitos de eficiência dos equipamentos, conforme o tipo de equipamento aplicado. Neste método, o CEE_R é igual à eficiência do resfriador de líquido multiplicada pelo fator de ponderação K, que varia com a classificação climática considerada, segundo a Tabela B.II.2.

Tabela B.II.2 - Valor de ponderação de acordo com a classificação climática

Classificação climática	Fator de ponderação (K)	
	Condensação à ar	Condensação à água
Zonas bioclimáticas 1, 2 e 3	0,58	0,52
Zonas bioclimáticas 4, 5 e 6	0,62	0,56
Zonas bioclimáticas 7 e 8	0,64	0,58

B.II.4.2.3. Com base em simulação computacional

O método com base em simulação computacional permite obter diretamente o percentual de redução de consumo para refrigeração ($RedC_R$). Para a modelagem da edificação e do sistema de condicionamento de ar, devem ser utilizados os valores de referência de acordo com a tipologia da edificação, fornecidos no Anexo A. Também devem ser adotadas as recomendações do método de simulação presentes no Anexo C.I.

O consumo de refrigeração da edificação real é obtido diretamente, por meio da modelagem detalhada do sistema de condicionamento de ar da edificação.

O consumo de refrigeração da edificação em sua condição de referência necessita de uma simulação exclusiva, na qual é utilizado um "sistema de carga ideal", que visa quantificar a carga térmica total anual da edificação de referência.

A carga térmica total anual da edificação de referência ($CgTT_{ref}$) é utilizada para a obtenção do consumo da edificação de referência com refrigeração ($C_{R,ref}$). O consumo de refrigeração da edificação de referência deve ser calculado utilizando-se a Equação B.II.3.

ANEXO B.III - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética do sistema de iluminação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação, bem como do consumo energético deste sistema, além da potência de iluminação total instalada.

Podem ser avaliados por este método os sistemas de iluminação artificial ou sistemas de iluminação artificial com o aproveitamento da luz natural.

Devem fazer parte da classificação as áreas internas da edificação iluminadas artificialmente, incluindo APPs e APTs, bem como as áreas cobertas externas da edificação iluminadas artificialmente e que possibilitam a ocupação. Iluminação de fachadas e áreas cobertas como as marquises, que possuem iluminação, mas são estritamente de passagem e não possibilitam outros usos, não entram na avaliação.

Excetuam-se os sistemas que forem complementares à iluminação geral e com controle independente, presentes nas seguintes situações:

a) Iluminação de destaque projetada como elemento essencial para iluminar objetos em galerias, museus e monumentos;

b) Iluminação contida ou parte integrante de equipamentos ou instrumentos, desde que instalada pelo próprio fabricante, como lâmpadas de refrigeradores e geladeiras;

c) Iluminação especificamente projetada para uso exclusivo em procedimentos médicos ou dentários, e iluminação contida em equipamentos médicos ou dentários;

d) Iluminação contida em refrigeradores e freezers, tanto abertos quanto fechados por vidro;

e) Iluminação totalmente voltada ao aquecimento de alimentos e em equipamentos utilizados em sua preparação;

f) Iluminação totalmente voltada ao crescimento de plantas ou para sua manutenção;

g) Iluminação em ambientes especificamente projetados para uso de deficientes visuais;

h) Iluminação em vitrines de lojas varejistas, desde que a área da vitrine seja fechada por divisórias cuja altura alcance o forro;

i) Iluminação em ambientes internos que sejam especificamente designados como um bem cultural tombado, de acordo com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional ou outros órgãos municipais ou estaduais de competência análoga;

j) Iluminação totalmente voltada à propaganda ou à sinalização;

k) Sinais indicando saída e luzes de emergência;

l) Iluminação à venda ou sistemas de iluminação para demonstração com propósitos educacionais;

m) Iluminação para fins teatrais, incluindo apresentações ao vivo e produções de filmes e vídeos;

n) Áreas de jogos ou atletismo com estrutura permanente para captação de imagens e transmissão pela televisão; e

o) Iluminação de tarefa conectada diretamente em tomadas, como luminária de mesa.

Para a classificação do sistema de iluminação artificial, é necessário determinar a potência de iluminação total da edificação real (PI_T), conforme o item B.III.3, a potência de iluminação limite para a classificação A (PI_{LA}) e para a condição de referência para classificação D (PI_{LD}), conforme o item B.III.4. As condições de elegibilidade para a classificação A estão descritos no item 7, subitem 7.2.

B.III.1. Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação

A determinação do percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de iluminação da edificação na sua condição real ($C_{IL,real}$), e condição de referência ($C_{IL,refD}$), seguindo a Equação B.III.1.

$$RedC_{IL} = ((C_{IL,refD} - C_{IL,real}) / C_{IL,refD}) \cdot 100 \qquad \text{Equação (B.III.1)}$$

Onde:
$RedC_{IL}$ é o percentual de redução do consumo de iluminação (%);
$C_{IL,refD}$ é o consumo de iluminação da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);
$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação da edificação real (kWh/ano).

B.III.2. Determinação do consumo de iluminação

O consumo de energia elétrica do sistema de iluminação da edificação real ($C_{IL,real}$) é determinado pela multiplicação entre a potência de iluminação total instalada e o seu tempo de uso (valor variável de acordo com a tipologia da edificação, ver tabelas do Anexo A), conforme a Equação B.III.2.

$$C_{IL,real} = (PI_T \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \text{Equação (B.III.2)}$$

Onde:
$C_{IL,real}$ é o consumo do sistema de iluminação da edificação real (kWh/ano);
PI_T é a potência de iluminação total instalada (W);
h são as horas de uso da edificação por dia, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

Os consumos de energia elétrica do sistema de iluminação da edificação em sua condição de referência (CIL,refD) e referência equivalente à classificação A (CIL,refA) devem ser determinados pela multiplicação entre a potência de iluminação limite para a classificação D e A (PILD e PILA) e o seu tempo de uso, conforme a Equação B.III.3. Os valores da potência de iluminação limite PIL podem ser determinados pelos métodos descritos nos subitens B.III.4.1 e B.III.4.2.

$$C_{IL,refD\ e\ A} = (PI_{LD} \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \text{Equação (B.III.3)}$$

Onde:
$C_{IL,ref}$ é o consumo do sistema de iluminação das condições de referência equivalentes à classificação D ($C_{IL,refD}$) e classificação A ($C_{IL,refA}$) (kWh/ano);
PI_L é a potência de iluminação limite para a classificação D (PI_{LD}) e classificação A (PI_{LA}) (W);
h são as horas de uso da edificação por dia, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

B.III.3. Cálculo da potência de iluminação total da edificação real

A potência instalada de iluminação total deve considerar a potência referente a todos os conjuntos de luminárias instalados, incluindo as lâmpadas, reatores, transformadores e sistemas de controles da edificação em sua condição real (PI_{Treal}).

Nota 1: Se existirem dois ou mais sistemas de iluminação independentes para atender as atividades de um mesmo espaço, e estes estiverem equipados com um sistema de controle que evite o seu uso simultâneo, a avaliação da potência instalada deste espaço deve considerar a potência instalada do sistema de maior potência.

A potência de iluminação total da edificação deve resultar da soma das duas parcelas do sistema de iluminação: 1) a parcela sem controle automatizado; e, 2) a parcela de luminárias controladas por sensores. Se não houver a inserção de sensores, a parcela controlada deve ser nula, e a potência de iluminação total deverá ser equivalente à potência instalada sem controle automatizado. A potência de iluminação em uso deve ser determinada conforme o item B.III.3.1.

A potência de iluminação total da edificação real é representada pela Equação B.III.4.

$$PI_{Treal} = \sum(PI_U) + \sum(PI) + P_{ASP} \qquad \text{Equação (B.III.4)}$$

Onde:
$PI_{T,re}$ é a potência de iluminação total (W);
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
PI é a potência de iluminação sem controle automatizado (W);
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da edificação (W), quando aplicável.

Nota 2: Para edificações que englobem mais de uma tipologia descrita pelo Anexo A, com diferentes horas de ocupação, deve-se individualizar a potência instalada de iluminação total para cada uma das tipologias. A separação das potências por atividade é necessária para a determinação do consumo de iluminação.

Nos casos de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem a instalação do sistema de iluminação durante a inspeção em campo, a potência de iluminação da condição real destes ambientes deverá ser calculada pela Equação B.III.5.

$$P_{ASP} = (1{,}5 \cdot PI_{LD}) \qquad \text{Equação (B.III.5)}$$

Onde:
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da edificação (W);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W).

B.III.3.1. Cálculo da potência de iluminação em uso

Conjuntos de luminárias destinados à iluminação geral, cujo funcionamento seja otimizado por algum dispositivo de controle automatizado, podem ter a sua potência instalada reduzida com base no fator de ajuste de potência (FAP). Os valores dos fatores de ajuste de potência (FAP), conforme o tipo de controle das luminárias, devem ser adotados segundo a Tabela B.III.1.

Tabela B.III.1 - Fatores de ajuste da potência instalada em função do tipo de controle das luminárias

Tipo de controle	Fator de ajuste de potência (FAP)
Controle sensível à luz natural - por passos ou dimerizável	0,9
Controle com sensor de ocupação de desligamento automático	0,8
Controle com programação e desligamento automático	0,95

Nota: Unidades de hospedagem (quarto e banheiro) que possuem controle de ocupação, a exemplo dos sistemas de interruptor por cartão (chave cartão), também devem ser consideradas ambientes com "controles com sensor de ocupação de desligamento automático". Nestes casos, adota-se o FAP equivalente a 0,8.

A redução do consumo de energia da edificação a partir do aproveitamento da iluminação natural por meio da instalação de fotossensores pode ser contabilizada pelo método simplificado utilizando o fator de ajuste de potência (FAP); ou, por meio da simulação de iluminação natural, conforme descrito no item C.II.

A potência instalada de iluminação em uso (PI_U) deve ser calculada por meio da potência de iluminação controlada por sensores (PI_C) e o fator de ajuste de potência (FAP), quando aplicável, conforme a Equação B.III.6.

$$PI_U = \sum[(PI_C \cdot FAP)] \qquad \text{Equação (B.III.6)}$$

Onde:
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
PI_C é a potência de iluminação controlada por sensores (W); e
FAP é o fator de ajuste de potência conforme o tipo de controle.

B.III.3.2. Condições gerais

Incluem-se, de maneira especial, considerações específicas para alguns ambientes:

a) Ambientes iluminados no subsolo devem fazer parte da avaliação do sistema de iluminação. Se estes ambientes atenderem a mais de uma edificação, deve-se ponderar a área do subsolo e a potência de iluminação de acordo com a área de cada edificação;

b) No caso de blocos conectados por uma cobertura única, a iluminação da cobertura deve ser contabilizada na avaliação. Quando o sistema de iluminação de apenas um bloco for avaliado, a iluminação da cobertura única deve ser ponderada pela área e potência dos blocos. No caso de apenas uma parcela do bloco ser avaliada, a iluminação da cobertura não será computada na avaliação. Este procedimento também deve ser adotado para a iluminação de blocos de edificações interligados para a iluminação dos blocos de ligação. Para as avaliações pelo método das atividades, a cobertura deve ser considerada como atividade de circulação.

c) Ambientes de átrio, pátio ou jardim de inverno descobertos, que permitem a ventilação natural, configuram ambiente externo. A iluminação destas áreas não faz parte da avaliação do sistema de iluminação. Entretanto, se forem cobertos, a iluminação destas áreas deve ser avaliada de acordo com a função do átrio, do pátio ou jardim de inverno.

d) Ambientes em que existem dois ou mais sistemas de iluminação independentes para atender as atividades de um mesmo espaço, e estão equipados com sistema de controle que evita o uso simultâneo, deverão ter a avaliação da potência instalada considerando a potência instalada do sistema de maior potência.

B.III.3.3. Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

O potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível pode ser obtido tanto pelo método simplificado (item B.III.3.3.1), quanto pelo método de simulação (item B.III.3.3.2). O potencial de integração é informativo, e não possui restrições quanto aos valores máximos ou mínimos a serem atingidos; no entanto, sua determinação é obrigatória para as edificações que almejam quantificar o aproveitamento de iluminação natural na avaliação da envoltória e do sistema de iluminação. O valor da porcentagem da área com potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível será declarado.

B.III.3.3.1. Determinação do potencial de integração a partir do método simplificado

O potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível deve ser calculado considerando-se a razão entre a soma de todas as zonas primárias de luz natural e a área total construída. Devem ser contabilizadas todas as aberturas laterais e zenitais projetadas com o intuito de iluminar o ambiente, e que sejam totalmente voltadas para o exterior.

As zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais consistem nas áreas adjacentes à cada abertura vertical, sendo definidas em planta. Sua profundidade corresponde à altura da verga (HV) da janela, e a largura corresponde à largura do plano translúcido da janela, somando-se metade da altura da verga de janela para cada lado. Devem ser descontadas quaisquer porções da área que encontrem-se atrás de algum tipo de obstrução permanente, de 1,80 m ou mais alta, medidas a partir do nível do piso acabado. As Figuras B.III.1 e B.III.2 mostram um exemplo de definição das zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais.

Figura B.III.1 – Esquema em planta da definição zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais

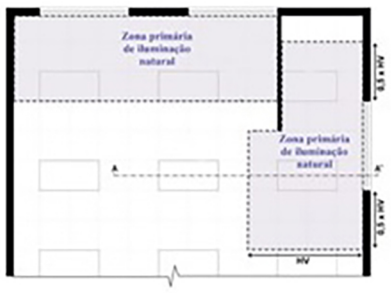
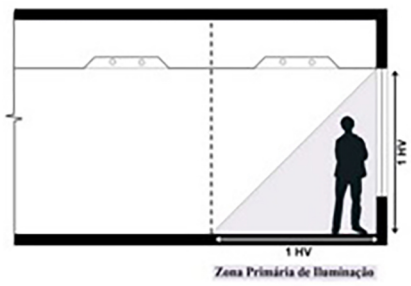


Figura B.III.2 – Esquema em corte da definição zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais



As zonas primárias de iluminação natural para as aberturas zenitais consistem na área imediatamente abaixo da abertura zenital, definidas em planta. Sua dimensão corresponde à área de projeção translúcida da abertura zenital, somada à medida de 0,7 vezes a altura média do teto para cada direção. A forma geométrica da zona de iluminação zenital deve ser idêntica à forma geométrica da projeção dessa abertura vista em plana baixa.

Devem ser descontadas quaisquer porções da área que encontrem-se atrás de algum tipo de obstrução permanente, que seja mais alta do que a metade da distância do piso à base da abertura zenital. Caso a abertura zenital seja alocada no topo de um poço de luz, deve-se considerar a base do poço de luz.

Não são contabilizadas no potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível, e são isentas do controle independente do requisito mínimo descrito no item 7.2.2. as áreas que atendem aos itens abaixo:

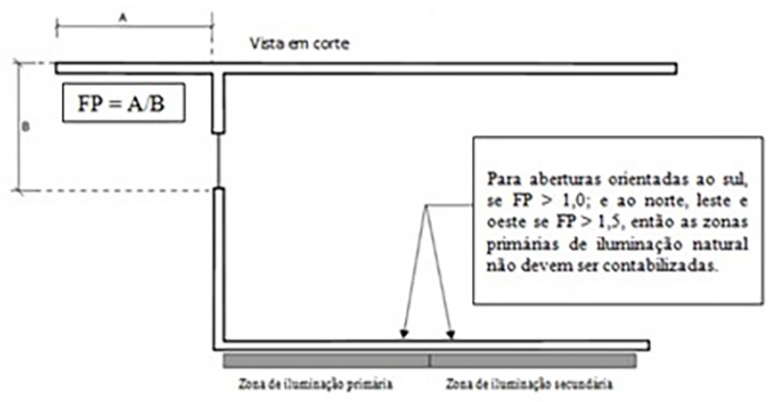
a) Zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais em que o topo de qualquer estrutura adjacente existente, ou de objetos naturais, é pelo menos duas vezes mais alto que o topo das referidas aberturas, bem como de sua distância horizontal à frente das janelas;

b) Aberturas laterais com área total de vidro inferior a 1,86 m²;

c) Espaços destinados às áreas de varejo;

d) Zonas primárias de iluminação natural adjacentes às aberturas laterais que possuem projeções externas (projeções estas sem nenhuma outra abertura acima dela) com fator de projeção (FP) maior que 1,0 para projeções orientadas para o sul, ou maior que 1,5 para todas as outras orientações (ver Figura B.III.3).

Figura B.III.3 – Cômputo das zonas primárias de iluminação natural adjacentes às aberturas laterais que possuem projeção externa



Fonte: adaptado de ASHRAE 90.1 (2019).

B.III.3.3.2. Determinação do potencial de integração a partir do método de simulação

Por este método, o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível deve ser determinado a partir da simulação da autonomia da luz natural espacial. Devem ser consideradas "áreas com autonomia da luz natural" aquelas que apresentam no mínimo 300 lux em pelo menos 50% das horas diurnas ($ALNE_{300lx,50\%}$), considerando o acionamento de persianas hipotéticas a fim de se evitar o desconforto por ofuscamento. Os procedimentos para a simulação devem seguir o Anexo C.II, simulação de iluminação natural.

B.III.4. Determinação da potência de iluminação limite

A determinação da potência de iluminação limite pelo método simplificado deve ser realizada por meio de um dos seguintes métodos:

a) Método do edifício completo; ou

b) Método das atividades do edifício.

Qualquer um dos métodos pode ser escolhido, desde que seus critérios sejam atendidos.

O método do edifício completo é empregável aos edifícios com, no máximo, três atividades principais distintas, cada uma representando no mínimo 30% da área da edificação completa.

Este método, por agrupar funções secundárias às principais, é menos detalhado e pode não representar as necessidades de descrição da edificação.

Nota 1: No caso em que se realize a avaliação de uma parcela da edificação, este método somente é aplicável caso a parcela avaliada represente uma das atividades listadas na Tabela B.III.2, e com no mínimo 30% da área da edificação completa.

O método das atividades do edifício estabelece densidades de potência para cada uma das atividades separadamentemente. O método da potência ajustada, utilizado em conjunto com o método das atividades, possibilita uma adaptação na densidade de potência limite para ambientes que tenham necessidades específicas de iluminação, oferecendo maior flexibilidade.

Nota 2: O método das atividades do edifício permite a avaliação parcial da edificação, sendo indicado para o caso de edifícios de múltiplos proprietários em que se requer a classificação de apenas parte da edificação.

B.III.4.1. Método do edifício completo

O método do edifício completo atribui um único valor de densidade de potência de iluminação limite representativo da ponderação entre a(s) atividade(s) principal(is) e as atividades secundárias da edificação.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método do edifício completo, deve-se identificar a(s) atividade(s) principai(s) da edificação de acordo com a Tabela B.III.2, e a(s) sua(s) respectiva(s) densidade(s) de potência de iluminação limite para a condição de referência, equivalente à classificação D (PI_{LD}), e a condição equivalente à classificação A (PI_{LA}).

Para edificações com atividades não listadas na Tabela B.III.2, deve-se adotar uma atividade equivalente.

Nota: Deve-se justificar e comprovar a utilização da atividade equivalente adotada.

O cálculo da potência de iluminação limite se dá em função do produto entre a área iluminada (AI) de cada uma da(s) atividade(s) principal(is) da edificação e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), conforme mostra a Equação B.III.7. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n=3} (A_i \cdot DPI_L) \qquad \text{Equação (B.III.7)}$$

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (A ou D) em W;
n é um número equivalente à quantidade de atividades principais da edificação, sendo de no máximo três atividades;
AI é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m^2);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma, em W/m^2.

Tabela B.III.2 – Limite máximo aceitável de densidade de potência de iluminação (DPI_L) para a classificação de eficiência pretendida – método do edifício completo

Função do edifício	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Academia	7,0	13,8
Armazém	5,2	10,3
Biblioteca	8,4	18,4
Bombeiros	5,7	11,0
Centro de convenções	8,7	16,8
Cinema	8,9	12,9
Comércio	11,4	21,9
Correios	7,2	13,6
Venda e locação de veículos	7,6	12,8
Escola/universidade	8,7	15,5
Escritório	8,5	14,1
Estádio de esportes	9,4	12,2
Garagem – edifício garagem	1,6	3,9
Ginásio	7,3	15,7
Hospedagem, dormitório	6,6	9,6
Hospital	11,3	18,9
Hotel	8,1	15,7
Igreja/templo	10,1	16,4
Restaurante	8,4	13,9
Restaurante: bar/lazer	10,7	15,5
Restaurante: fast-food	8,5	14,1
Museu	11,4	16,5
Oficina	11,2	18,7
Penitenciária	8,6	15,1
Posto de saúde/clínica	8,8	13,6
Posto policial	8,6	14,9
Prefeitura – Instituição governamental	8,6	14,4
Teatro	12,7	21,8
Transportes	6,8	12,0
Tribunal	9,7	16,4

Nota: A atividade "Hospedagem/dormitório" deve ser utilizada por estabelecimentos menores, como os albergues ou pousadas, bem como aqueles sem espaço para convenções, entretenimentos ou restaurantes.

B.III.4.2. Método das atividades do edifício

O método das atividades do edifício estabelece valores de densidade de potência de iluminação para as atividades principais e secundárias separadamente. O uso deste método oferece maior flexibilidade para a descrição do sistema de iluminação, embora resulte em mais tempo para o cálculo da classificação da edificação.

Nota: O método das atividades do edifício permite a avaliação parcial da edificação, sendo indicado para o caso de edifícios de múltiplos proprietários em que se requere a classificação parcial do sistema de iluminação.

B.III.4.2.1. Ajuste de potência para o método das atividades do edifício

O ajuste de potência limite de iluminação pode ser utilizado, nas situações listadas nas alíneas "a" e "b" a seguir descritas. Os pontos de iluminação aplicáveis à potência adicional devem ter sistema de controle independente da iluminação geral, permitindo o desligamento fora do horário de funcionamento do estabelecimento. Esta potência adicional deve ser utilizada apenas para as luminárias específicas, sendo vedada a sua aplicação em qualquer caso que não os citados.

Nota: O valor da potência destas luminárias específicas, ou o valor máximo indicado nas alíneas abaixo, deve ser adicionado ao valor da potência limite para a classificação A (PI_{LA}).

a) Em casos em que haja iluminação decorativa direcional, complementar à iluminação geral, específica para ressaltar objetos, a exemplo de obras de arte. O adicional referente à iluminação complementar de destaque não pode ultrapassar 8,1 W/m² para cada espaço. Se ultrapassado, o valor da potência adicional não pode ser somado à potência limite.

b) Para equipamentos de iluminação instalados em áreas de vendas, não incluindo vitrines, onde a iluminação foi projetada para o destaque de produtos. Nesse caso, deve ser considerado um adicional na potência limite de acordo com a Equação B.III.8.

$$PAP = 1000 + (A1 \cdot 4{,}8\ W/m^2) + (A2 \cdot 4{,}8\ W/m^2) + (A3 \cdot 11{,}3\ W/m^2) + (A4 \cdot 20{,}2\ W/m^2) \qquad \text{Equação (B.III.8)}$$

Onde:
PAP é a potência adicional permitida (W);
A1 é a área do ambiente que não se enquadra em A2, A3 e A4 (m^2);
A2 é a área do ambiente utilizado para venda de veículos, artigos esportivos e eletrônicos pequenos (m^2);
A3 é a área do ambiente utilizado para venda de mobílias, roupas, cosméticos e obras de arte (m^2); e
A4 é a área do ambiente utilizado para venda de joias, bijuterias e porcelanas (m^2).

B.III.4.2.2. Cálculo da potência de iluminação limite

O método das atividades do edifício atribui valores independentes de densidade de potência limite (DPI_L) para as diferentes atividades da edificação. As atividades podem ser contabilizadas por um ambiente ou por grupos de ambientes com a mesma atividade.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método das atividades, deve-se identificar as atividades do ambiente de acordo com a Tabela B.III.3, e as suas respectivas densidades de potência de iluminação limite para a condição de referência, classificação D, e a condição equivalente à classificação A. Para edificações com atividades não listadas na Tabela B.III.3, deve-se adotar uma atividade equivalente.

Nota: Deve-se justificar e comprovar a utilização da atividade equivalente adotada.

O cálculo da potência de iluminação limite para a condição de referência se dá em função do produto entre a área iluminada (AI) de cada uma da(s) atividade(s), e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), utilizando-se a Equação B.III.9. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n} (A_I \cdot DPI_L) \qquad \textbf{Equação B.III.9}$$

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (W);
n é um número equivalente à quantidade de atividades da edificação;
AI é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m^2);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma (W/m^2).

Tabela B.III.3 – Limite máximo aceitável de densidade de potência de iluminação (DPI_L) para a classificação de eficiência pretendida – método das atividades do edifício

Ambientes/Atividades	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Armazém, atacado		
Material pequeno/leve	7,45	16,32
Material médio/volumoso	3,80	8,00
Átrio - por metro de altura		
até 12,20 m de altura	0,10 W/m	0,48 W/m
acima de 12,20 m de altura (4,30 W/m² somado à parcela ao lado)	0,07 W/m	0,32 W/m
Auditórios e Anfiteatros		
Ambientes/Atividades	**DPI_L Classif. A (W/m^2)**	**DPI_L Classif. D (W/m^2)**
Auditório	11,50	13,60
Centro de convenções	11,50	14,08
Cinema	12,25	14,97
Penitenciária	11,50	13,59
Teatro	21,85	41,92
Banco/escritório - área de atividades bancárias	10,00	23,84
Banheiros	9,15	13,73
Biblioteca		
Área de arquivamento	6,00	12,48
Área de leitura	8,85	16,00
Área de estantes	12,90	29,44
Casa de máquinas	4,65	9,60
Centro de convenções		
Espaço de exposições	9,50	24,96
Circulação	7,10	11,36
Área de vendas	13,15	28,96
Provador	5,40	16,32
Cozinhas	11,40	17,12
Depósitos	4,95	8,00
Dormitórios – alojamentos	6,65	10,47
Escadas	6,25	11,84
Escritório	10,00	19,04
Escritório – planta livre	8,70	16,80
Garagem	1,50	3,20
Ginásio/ Academia		
Área de ginástica	8,85	12,48
Arquibancada	7,00	13,00
Esportes de ringue	26,40	46,08
Quadra de esportes – classe 4[1]	12,15	18,85
Quadra de esportes – classe 3[2]	18,30	28,37
Quadra de esportes – classe 2[3]	21,10	33,12
Quadra de esportes – classe 1[4]	26,60	51,84
Hall de entrada - vestíbulo		
Elevador	7,45	8,32
Cinemas	4,85	12,80
Hotel	11,40	12,80
Salas de espetáculos	18,30	20,50
Outros	10,80	12,07
Hospital		
Circulação	9,90	15,36
Emergência	18,10	38,88
Enfermaria	10,75	15,20
Exames simples	14,45	22,85
Exames/tratamento	18,10	28,64
Farmácia	14,40	19,68
Fisioterapia	9,05	15,68
Sala de espera, estar	8,40	18,40
Recuperação	11,10	19,84

Ambientes/Atividades	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Sala de enfermeiros	9,40	15,04
Sala de operação	23,35	32,48
Quarto de pacientes	6,65	10,72
Suprimentos médicos	5,80	21,92
Igreja/ Templo		
Assentos	16,50	26,40
Altar, coro	16,50	26,40
Sala de comunhão – nave	5,90	11,04
Laboratórios		
para salas de aula	12,90	16,32
médicos e pesquisa	15,60	31,20
Lavanderia	4,65	10,40
Museus		
Restauração	9,15	17,60
Sala de exibição	11,50	18,08
Oficina mecânica	7,05	9,60
Oficina – seminário, cursos	12,25	27,36
Quartos de hotel	8,30	13,00
Refeitório	6,80	18,40
Salão	7,65	15,36
Lanchonete/café	6,80	11,20
Bar/lazer	10,00	14,08
Refeitório de penitenciária	10,35	20,66
Sala de Aula, treinamento	9,90	16,32
Sala de espera, convivência	7,55	9,60
Sala de reuniões, conferência, multiuso	11,50	19,04
Vestiário	5,15	12,96
Transportes		
Área de bagagem	4,85	12,00
Aeroporto – Pátio	3,35	6,24
Assentos – Espera	6,65	9,28
Terminal – bilheteria	10,00	18,56
Necessidades visuais especiais [5]		
Área de refeição	21,55	43,06
Área de uso comum	19,35	31,96
Corredor	9,90	16,04
Hall de entrada	21,85	24,47
Banheiro	10,35	15,50

[1] Para quadras de jogos sociais e de recreação apenas, não considera a presença de espectadores.
[2] Para estádios e ginásios de jogos classificatórios, considerando a presença de espectadores.
[3] Para competições em estádios e ginásios com capacidade para menos de 5.000 espectadores.
[4] Para competições em estádios e ginásios de grande capacidade, acima de 5.000 espectadores. Quadras de jogos sociais e de recreação apenas, não considera a presença de espectadores.
[5] Documentação que comprove a existência de necessidade visual para permitir sua aplicação.

ANEXO B.IV - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação do sistema de aquecimento de água de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação de sua eficiência e consumo energético.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação ($RedC_{AA}$), o que é feito comparando-se o consumo da edificação real com o consumo da condição de referência.

B.IV.1. Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária

A determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender à demanda de água quente ($RedC_{AA}$) deve ser realizada a partir dos valores de consumo de energia primária ($C_{AA,real}$), e condição de referência ($C_{AA,ref}$), seguindo-se a Equação B.IV.1.

$$RedC_{AA} = ((C_{AA,refD} - C_{AA,real}) / C_{AA,refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.IV.1)}$$

Onde:
$RedC_{AA}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária para a demanda de água quente (%);
$C_{AA,refD}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da condição de referência (kWh/ano);
$C_{AA,real}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação real (kWh/ano).

B.IV.2. Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente

O consumo total de energia primária do sistema de aquecimento de água varia de acordo com os equipamentos adotados e as fontes de energia utilizadas, devendo ser determinado por meio da Equação B.IV.2. Tal procedimento deve ser realizado para a edificação real e sua condição de referência.

$$C_{AA,real\ ou\ refD} = (C_{AAE,real\ ou\ refD} \cdot fc_E) + (C_{AAT,real\ ou\ refD} \cdot fc_T) \qquad \textbf{Equação (B.IV.2)}$$

Onde:
C_{AA} é o consumo total de energia primária para aquecimento de água da edificação em sua condição real ($C_{AA,real}$) e em sua condição de referência ($C_{AA,refD}$) em kWh/ano;
C_{AAE} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica em sua condição real ($C_{AAE,real}$) e condição de referência ($C_{AAE,refD}$) em kWh/ano;
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica para energia primária;
C_{AAT} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da edificação real ($C_{AAT,real}$) e condição de referência ($C_{AAT,refD}$) em kWh/ano;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica para energia primária.

O consumo referente à energia elétrica (CAAE) para a edificação real e condição de referência deve ser calculado por meio da Equação B.IV.3.1 e B.IV.3.2, respectivamente, e à energia térmica (CAAT), quando existente, apenas para a edificação real conforme a Equação B.IV.4. Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

$$C_{AAE,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.3.1)}$$

$$C_{AAE,refD} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.3.2)}$$

Onde:
C_{AAE} é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação real ($C_{AAE,real}$) e sua condição de referência ($C_{AAE,refD}$) em kWh/ano;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano de acordo com a tipologia da edificação;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia); é importante destacar que para o sistema de referência essa parcela não deve ser considerada;
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$r_{aq,E}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento para o aquecedor de água de fonte elétrica.

$$C_{AAT,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAT} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,T}}{r_{aq,T}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.4)}$$

Onde:
C_{AAT} é o consumo de energia térmica para aquecimento de água da edificação real (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano de acordo com a tipologia da edificação;
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia);
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$r_{aq,T}$ é o rendimento do equipamento aquecedor de água de fonte térmica.
Quando houver o uso de energia proveniente das fontes térmica e elétrica, simultaneamente, no sistema dimensionado, a parcela relativa à energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$ – Equação B.IV.12) deve ser contabilizada em apenas uma das equações; ou seja, considera-se a energia dos sistemas de recuperação de calor na Equação B.IV.3, ou na Equação B.IV.4.

Quando houver mais de uma fonte de energia atendendo à demanda de água quente, as perdas térmicas relativas à distribuição, recirculação e ao armazenamento devem ser atribuídas proporcionalmente, conforme o percentual de energia atendido por cada fonte. O equacionamento das perdas para cada sistema é descrito nas equações B.IV.5 e B.IV.6.

$$E_{per,E} = E_{A,per,tot} \cdot PE_{AAE} \qquad \textbf{Equação (B.IV.5)}$$

Onde:
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas.

$$E_{per,T} = E_{A,per,tot} - E_{per,E} \qquad \textbf{Equação (B.IV.6)}$$

Onde:
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);

Os percentuais de contribuição de cada fonte são descritos na Equação B.IV.7. Observa-se que a energia compensada pelo sistema térmico solar e de recuperação de calor não é contabilizada no cálculo deste percentual.

$$PE_{AAE} = \frac{E_{AAE}}{E_{AAE} + E_{AAT}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.7)}$$

Onde:
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);

B.IV.3. Condições gerais

O consumo de energia necessário para o aquecimento de água em edificações comerciais, de serviços e públicas deve ser obtido a partir de três parcelas principais do sistema de aquecimento de água, descritas nas alíneas "a", "b", "c", além do rendimento do equipamento aquecedor de água, descrito na alínea "d", conforme abaixo:

a) Energia necessária para aquecimento do volume de água quente consumida nas diversas aplicações e pontos de utilização da edificação;

b) Energia gerada para aquecimento de água por sistemas que recuperam calor ou por energia solar térmica, quando existentes na edificação;

c) Energia necessária para compensação das perdas térmicas do sistema de distribuição e de armazenamento;

c.1) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de distribuição responsáveis pelo transporte de água quente entre o sistema e/ou equipamento de aquecimento e o ponto de utilização, quando existentes na edificação;

c.2) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de recirculação de água quente, quando existentes na edificação;

c.3) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas devido ao armazenamento da água quente, quando existirem reservatórios na edificação;

d) Rendimento do equipamento aquecedor de água.

B.IV.4. Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente

A energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (E_{AA}) depende do volume de armazenamento e da temperatura da água. O cálculo deve ser feito separadamente para a energia elétrica (Equação B.IV.8), e para a energia térmica (Equação B.IV.9), visto que estas são atribuídas, posteriormente, às equações de consumo.

$$E_{AAE} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,e} \cdot (\theta_{A,uso} ou\ \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \text{Equação (B.IV.8)}$$

Onde:
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,e}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas elétricos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou a temperatura de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

$$E_{AAT} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,t} \cdot (\theta_{A,uso} ou\ \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \text{Equação (B.IV.9)}$$

Onde:
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,t}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas térmicos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou a temperatura de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo da demanda total de energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), também utilizada no subitem B.IV.5.2, deve ser realizado por meio da Equação B.IV.10.

$$E_{AA} = E_{AAE} + E_{AAT} \qquad \text{Equação (B.IV.10)}$$

Onde:
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia).

Para sistemas sem armazenamento de água quente, deve-se adotar no mínimo 40 °C como o valor da temperatura de uso ($\theta_{A,uso}$) para as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Para as regiões norte e nordeste, adota-se o valor de 38 °C. Para as duchas higiênicas, jardins de infância e clínicas médicas, a temperatura máxima nos pontos de utilização permitida é de 38 °C.

Para sistemas com armazenamento de água quente deve-se adotar, no mínimo, 60 °C como temperatura de armazenamento ($\theta_{A,armaz}$) para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), e de no mínimo 50 °C para as demais instalações prediais, independentemente da região do Brasil. No caso de sistemas de aquecimento indireto, como a água armazenada não é a mesma nos pontos de consumo, as temperaturas de armazenamento podem ser menores, uma vez que não ocorre risco de contaminação por Legionella, conforme especificado na ABNT NBR 16824 (2020).

Para a temperatura de água fria deve-se adotar a média anual ($\theta_{A,0}$) e média mensal ($\theta_{amb,i}$) da temperatura ambiente da cidade onde está localizada a edificação. Tais valores médios devem ser obtidos por meio da tabela de temperaturas do ar externo para as diferentes cidades brasileiras, disponível no **link** abaixo descrito, que baseia-se nos arquivos climáticos INMET. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima.

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20A.IV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

O volume diário de água quente deve ser calculado por meio da Equação B.IV.11. Este é definido de acordo com a tipologia da edificação (ou da parcela da edificação cujo sistema de água quente é avaliado), utilizando-se a Tabela B.IV.1.

$$V_{dia,e\ ou\ t} = \frac{\sum V_{dia,f} \cdot f}{1000} \qquad \text{Equação (B.IV.11)}$$

Onde:
V_{dia} é o volume diário de consumo de água quente (m³/dia), para sistemas térmicos ($V_{dia,t}$) ou elétricos ($V_{dia,e}$);
$V_{dia,f}$ é o volume diário do consumo de água quente, por unidade considerada, em sistemas elétricos ou térmicos (L); deve-se adotar os valores da Tabela B.IV.1 conforme tipologia;

f é o número de unidades levadas em consideração e relacionado à tipologia da edificação, a atividade desenvolvida ou à classificação da edificação. Na Tabela B.IV.1 são exemplificadas algumas unidades, como "pessoas", "leitos" ou "refeições".

Tabela B.IV.1 - Volume diário de consumo de água quente por tipologia

Tipologia*	Volume de água (litros)
Edificações educacionais	
Escola com alojamento, internatos (L/dia/pessoa)	50
Edificações de hospedagem	
Hotel (4 a 5 estrelas) com lavanderia (L/dia/leito)	120
Hotel (4 a 5 estrelas) sem lavanderia (L/dia/leito)	100
Hotel (1 a 3 estrelas) com lavanderia (L/dia/leito)	100
Hotel (1 a 3 estrelas) sem lavanderia (L/dia/leito)	70
Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS)	
Clínica / Casa repouso (L/dia/leito)	120
Edificações de alimentação	
Restaurante tradicional (L/dia/refeição)	10
Restaurante self-service (L/dia/refeição)	4
Lanchonete (L/dia/refeição)	2,6
Edificações esportivas	
Clubes e academias (L/dia/ponto de banho)	100

*Nas tipologias não existentes, devem ser utilizados dados de previsão de demanda de um projeto de água quente realizado por um profissional da área.

**O número de pessoas, leitos ou refeições deve ser informado pelo projetista.

B.IV.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor

Do consumo de energia para o aquecimento da demanda de água quente devem ser descontadas, quando existentes, a energia para o aquecimento de água de sistemas recuperadores de calor e/ou energia solar térmica (EAA,rec,sol). A EAA,rec,sol é obtida pela Equação B.IV.12.

$$E_{AA,rec,sol} = E_{AA,rec} + E_{AA,sol} \qquad \text{Equação (B.IV.12)}$$

Onde:
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
$E_{AA,rec}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, conforme item B.IV.5.1 (kWh/dia);
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real, calculada conforme o item B.IV.5.2.5 (kWh/dia).

Nota: No caso de coexistirem sistemas elétricos e térmicos de aquecimento de água em uma mesma edificação, a parcela de energia atendida pelo sistema de recuperação de calor e/ou de energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$) deve ser descontada apenas do sistema (elétrico ou térmico) ao qual colabora.

B.IV.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor

Para sistemas que recuperam calor utilizado em outros processos, deve-se adotar o calor absorvido dos processos para reduzir a energia necessária para o sistema de aquecimento de água ($E_{AA,rec}$), disposto em kWh/dia.

Os cálculos dos valores da parcela de energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, devem ser demonstrados pelo projetista com base nos equipamentos adotados.

B.IV.5.2. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico

As equações para o cálculo da contribuição de sistemas solares para o aquecimento de água são descritas na sequência dos subitens relacionados. Os cálculos não são aplicáveis para sistemas de aquecimento em piscinas.

B.IV.5.2.1. Energia solar mensal incidente sobre a superfície dos coletores

O cálculo da irradiância solar mensal incidente sobre a superfície inclinada dos coletores ($EI_{mês,i}$) é descrito na Equação B.IV.13.

$$EI_{mês,i} = H_{dia} \cdot N_i \qquad \text{Equação (B.IV.13)}$$

Onde:
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores (kWh/(m².mês));
H_{dia} é a irradiação solar incidente no plano inclinado conforme a orientação do sistema (kWh/(m².dia)). Estes valores são disponibilizados no sítio eletrônico do Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), por meio do Atlas Brasileiro de Energia Solar – 2ª Edição (2017), disponível em: <http://labren.ccst.inpe.br/atlas_2017.html>; tais informaçãoes fornecidas pelo INPE são referentes à irradiação global horizontal e à irradiação na superfície inclinada à Norte (azimute zero), para a latitude local. De forma complementar, podem ser consultados o sítio eletrônico do CRESESB, ou para azimutes diferentes do indicado, pelo *software* Radiasol;"
N_i é o número de dias do mês "i".

B.IV.5.2.2. Energia solar mensal absorvida pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal absorvida pelos coletores ($E_{SAmês,i}$) é descrito na Equação B.IV.14.

$$E_{SAmês,i} = S_c \cdot F'_R(\tau\alpha) \cdot EI_{mês,i} \qquad \text{Equação (B.IV.14)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores do mês "i" (kWh/mês), tal que i = 1, 2, 3, ..., 12;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$EI_{mês,i}$ é a energia solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês "i" (kWh/(m².mês));
$F'_R(\tau\alpha)$ é o fator adimensional, calculado por meio da Equação B.IV.15.

$$F'_R(\tau\alpha) = F_R(\tau\alpha)_n \cdot \left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right] \cdot \frac{F'_R}{F_R} \qquad \text{Equação (B.IV.15)}$$

Onde:
$F'_R(\tau\alpha)_n$ é o fator de eficiência óptica do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (adimensional);
$(\tau\alpha)/(\tau\alpha)_n$ é o modificador do ângulo de incidência; na ausência desta informação, adotar 0,96 para coletores com cobertura de vidro;
F'_R/F_R é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação, adotar 0,95.

B.IV.5.2.3. Energia solar não aproveitada pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal não aproveitada pelos coletores ($EP_{mês,i}$) é descrito na Equação B.IV.16.

$$EP_{mês,i} = S_c \cdot F'_R U_L \cdot (100 - \theta_{amb,i}) \cdot \Delta_{t,i} \cdot K_1 \cdot K_{2,i} \qquad \text{Equação (B.IV.16)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores do mês "i" (kWh/mês);
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$F'_R U_L$ é um fator de correção, em kW/(m².K), calculado pela Equação B.IV.17;
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal ambiente do local de instalação do coletor do mês "i" (°C);
$\Delta_{t,i}$ é o período de tempo considerado em horas para o mês "i". Exemplo: 744 horas em janeiro, 672 horas em fevereiro, e assim por diante;
K_1 é o fator de correção para armazenamento, calculado pela Equação B.IV.18;
$K_{2,i}$ é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar que relaciona as diferentes temperaturas no mês "i", calculado pela Equação B.IV.19.

$$F'_R U_L = F_R U_L \cdot \frac{F'_R}{F_R} \cdot 10^{-3} \qquad \text{Equação (B.IV.17)}$$

Onde:
$F'_R U_L$ é o coeficiente global de perdas do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (kW/(m².K));
F'_R/F_R é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação, recomenda-se adotar 0,95.

Nota: O fator de eficiência óptica do coletor ($F'_R(\tau\alpha)_n$) e o coeficiente global de perdas do coletor ($F'_R U_L$) são dados que eram anteriormente fornecidos pelas tabelas do PBE para coletores solares.

$$K_1 = \left[\frac{V}{75 \cdot S_c}\right]^{-0,25} \qquad \text{Equação(B.IV.18)}$$

Onde:
V é o volume de acumulação solar (litros); para garantir a eficiência do sistema, recomenda-se como boas práticas que o valor de V seja tal que obedeça a condição: $50 < \frac{V}{S_c} < 100$;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²).

$$K_2 = \frac{(11,6 + 1,18\,\theta_{A,uso} + 3,86\,\theta_{A,0} - 2,32\,\theta_{amb,i})}{(100 - \theta_{amb,i})} \qquad \text{Equação (B.IV.19)}$$

Onde:
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal do local de instalação do coletor no mês "i" (°C).

B.IV.5.2.4. Fração solar mensal

O cálculo da fração solar mensal a partir dos valores de D1 e D2 é descrito por meio da Equação B.IV.20.

$$f_i = 1,029D_{1,i} - 0,065D_{2,i} - 0,245(D_{1,i})^2 + 0,0018(D_{2,i})^2 + 0,0215(D_{1,i})^3 \qquad \text{Equação (B.IV.20)}$$

Onde:
f_i é a fração solar mensal (adimensional);
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês "i" calculado conforme a Equação B.IV.21;
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês "i" calculado conforme a Equação B.IV.22.

$$D_{1,i} = \frac{E_{SAmês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.IV.21)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.IV.14;
N_i é o número de dias do mês "i";
E_{AA} é a energia requerida no atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), calculada conforme a Equação B.IV.10.

$$D_{2,i} = \frac{EP_{mês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.IV.22)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.IV.16;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.IV.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.IV.5.2.5. Energia para aquecimento solar de água

A energia para o aquecimento solar de água corresponde à energia útil coletada pela instalação de coletores solares para aquecimento de água ($E_{AA,sol}$), e deve ser calculada por meio da Equação B.IV.23.

$$E_{AA,sol} = \frac{\sum_{i=1}^{12}(f_i \cdot E_{AA} \cdot N_i)}{365} \qquad \text{Equação (B.IV.23)}$$

Onde:
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real (kWh/dia).
f_i é a fração solar mensal;
E_{AA} a energia total requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.IV.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.IV.6. Consumo de energia associado às perdas térmicas

As perdas térmicas podem ser oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento da água quente. A perda total é calculada pela Equação B.IV.24.

$$E_{A,per,tot} = E_{A,per,tub} + E_{A,per,recirc} + E_{A,res} \qquad \text{Equação (B.IV.24)}$$

Onde:
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia);
$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia);
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia).

As perdas específicas dos sistemas de água quente estão descritas nos itens B.IV.6.1 até o B.IV.6.3.

B.IV.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição

Sistemas de aquecimento individuais, instalados no ponto de utilização, servindo a um único ponto, não possuem perdas provenientes do sistema de distribuição.

Aquecedores que servem vários pontos e sistemas combinados possuem perdas nos sistemas de distribuição. A parcela de perdas relativas à tubulação de distribuição é calculada em função do fator de perdas, que depende do comprimento da tubulação.

A Equação B.IV.25 deve ser utilizada para cálculo das perdas térmicas relativas à tubulação do sistema de distribuição de água quente.

$$E_{A,per,tub} = \sum_{i}^{n}\left(\frac{H_{per,dist,i} \cdot F_{per,tub,i} \cdot L_{tub,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000}\right) \qquad \text{Equação (B.IV.25)}$$

Onde:
$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados, para obtenção do resultado final;
$H_{per,dist,i}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de distribuição de água quente ($H_{per,dist} = 2{,}083.V_{dia}$) (h/dia), para o trecho i considerado;
$F_{per,tub,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação (W/(m.K)), conforme a Equação B.IV.26;
$L_{tub,i}$ é o comprimento da tubulação do trecho "i" considerado (m);
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo das perdas deve ser feito para cada trecho da tubulação onde houver mudanças nas condições, e logo somadas para compor as perdas totais.

O cálculo do fator de perda em tubulações com isolamento deve ser efetuado por meio da Equação B.IV.26, adaptada da EN 15316-3-2 (2007).

$$F_{per,tub} = \frac{\pi}{\frac{1}{2\lambda}\ln\frac{d_a}{d_s} + \frac{1}{\alpha_a \cdot d_a}} \qquad \text{Equação (B.IV.26)}$$

Onde:
$F_{per,tub}$ é o valor do fator de perda em tubulações (W/(m.K));
λ é a condutividade térmica do isolamento (W/(m.K));
d_a é o diâmetro externo da tubulação isolada, incluindo o isolamento (m);
d_s é o diâmetro da tubulação (m);
α_a é o coeficiente de transferência de calor (W/(m².K)); usar 8 W/(m².K) para tubulações com isolamento, e 14 W/(m².K) para tubulações sem isolamento.

Nota: Tratando-se do diâmetro externo da tubulação isolada (d_a), deve-se considerar 2 vezes a espessura do isolamento.

B.IV.6.2. Perdas térmicas no sistema de recirculação

O cálculo das perdas relativas ao sistema de recirculação deve ser realizado por meio da Equação B.IV.27.

$$E_{A,per,recirc} = \sum_{i}^{n}\left(\frac{H_{per,recirc} \cdot F_{per,recirc,i} \cdot L_{recirc,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000}\right) \qquad \text{Equação (B.IV.27)}$$

Onde:
$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados para a obtenção do resultado final;
$H_{per,recirc}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de recirculação de água quente ($\lambda_{per,recirc}$=24) (h/dia); deve ser adotado o número de horas indicado em projeto de recirculação, conforme automação ou acionamento da rede de distribuição do sistema. Caso contrário, utilizar 24 horas ($\lambda_{per,recirc}$=24) (h/dia);
$F_{per,recirc,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação para a recirculação (W/(m.K)), conforme a Equação B.IV.26;
$L_{recirc,i}$ é o comprimento da tubulação do sistema de recirculação (m), para o trecho "i" considerado;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

B.IV.6.3. Perdas térmicas do reservatório de água quente

As perdas no armazenamento de água estão associadas às características do reservatório e do isolamento térmico. Perdas em armazenamento de água não podem ser consideradas em sistemas de aquecimento de água instantâneo.

Para reservatórios térmicos de sistemas solares de aquecimento de água etiquetados pelo Inmetro, deve-se considerar a perda específica térmica descrita nas tabelas do PBE, em kWh/mês/L, onde devem ser realizadas as transformações de unidade necessárias. Caso o reservatório não esteja disposto na tabela do PBE, utilizar a Equação B.IV.28.

As perdas térmicas associadas ao reservatório de água quente, indiretamente aquecido, podem ser calculadas a partir da perda de calor do reservatório em espera (standby), com o ajuste de diferença de temperaturas por meio da Equação B.IV.28.

$$E_{A,res} = \frac{(\theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{\Delta\theta_{A,res,sby}} \cdot E_{A,res,sby} \qquad \text{Equação (B.IV.28)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia);
$\theta_{A,arm}$ é a temperatura de armazenamento do reservatório (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\Delta\theta_{A,res,sby}$ é a média da diferença de temperatura em testes com o reservatório em **standby** (°C); deve-se adotar 29 °C;
$E_{A,res,sby}$ é a perda térmica específica do reservatório em **standby** (kWh/dia), fornecida pelo fabricante.

Nota: A perda térmica específica dos reservatórios em função do volume de armazenamento ($E_{A,res,sby}$) poderá ser calculada por meio da Equação 7.2 nos casos em que este valor não seja fornecido pelo fabricante. O valor resultante da Equação 7.2 deve ser multiplicado por 2 antes de ser incorporado na Equação B.IV.28.

Os sistemas sem armazenamento de água mais comuns são o chuveiro elétrico, usado também como sistema de referência, e os aquecedores de passagem. As recomendações são as mesmas para o sistema com acumulação.

B.IV.7. Eficiência dos equipamentos aquecedores de água

Quando o sistema de aquecimento conta com apenas um aquecedor, a eficiência do sistema de equipamentos de aquecimento deve ser igual à eficiência do aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento que atende a demanda total é composto por mais de um aquecedor, a contribuição de cada aquecedor deve ser calculada por meio da média ponderada da eficiência dos aquecedores pelas potências nominais de cada aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento atende parte da demanda total, as contribuições devem ser calculadas de forma independente para cada um dos sistemas de aquecimento.

Quando o sistema de aquecimento é composto por diferentes tipos de aquecedores em série, a contribuição de cada aquecedor deve ser determinada. Os cálculos devem ser realizados na sequência dos aquecedores.

Quando mais de um dos aquecedores está associado em paralelo, a contribuição proporcional de cada aquecedor deve ser calculada a partir da razão entre a potência nominal da unidade em relação à potência total da instalação.

Quando existirem equipamentos de reserva, recomenda-se o uso da mesma eficiência dos equipamentos regulares, a fim de manter a classificação da edificação. Entretanto, os equipamentos de reserva não são considerados no cálculo.

O rendimento (r_{aq}) do aparelho de aquecimento de água deve ser obtido por meio de informações oficiais do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro, para os equipamentos que fazem parte do programa. Para equipamentos que não fazem parte do PBE, pode-se adotar as informações fornecidas em laudos de ensaios ou catálogo de fabricante, desde que especificado. Na ausência de valores de eficiência de ambos os casos, deve-se adotar o valor de eficiência disponibilizados na Tabela B.IV.2.

Tabela B.IV.2 -Tipos de sistemas de aquecimento de água e eficiências

Sistema de água quente	Eficiência (%)
Sistema de aquecimento por resistência elétrica em imersão (boiler)	85
Aquecedor de passagem de um único ponto de consumo	70
Aquecedor de passagem de múltiplos pontos de consumo	65
Sistema de aquecimento elétrico de um único ponto de consumo (chuveiro elétrico)	95
Aquecedor de acumulação a gás	76
Aquecedor de acumulação a combustível sólido (lenha)	55
Bomba de calor elétrica para aquecimento exclusivo de água	200

ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a avaliação de eficiência energética de edificações comerciais, de serviços e públicas por meio dos métodos de simulação computacional termoenergética (C.I) e de iluminação natural (C.II).

Qualquer edificação pode ser avaliada a partir do método de simulação termoenergética, sendo obrigatório para as edificações que não atendem às condições definidas na Tabela 6.1 do item 6 (subitem 6.1). Portanto, edificações que possuem aquecimento artificial, aberturas zenitais, bem como vidro em frente das paredes da fachada, fachadas ventiladas, ambientes de elevada geração de carga interna (a exemplo dos datacenters), dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados, vidros com comportamento dinâmico a exemplo dos eletrocrômicos ou outras soluções de desempenho inovadoras, devem ser avaliadas pelo método de simulação termoenergética.

A partir das simulações termoenergéticas obtém-se o consumo final por uso dos sistemas individuais em energia elétrica. Os resultados obtidos pelos dados de saída da simulação devem ser utilizados no cálculo do consumo de energia primária da condição real ($C_{EP,real}$) e condição de referência ($C_{EP,ref}$), para posterior identificação da classificação de eficiência energética desta INI-C.

O método de simulação de iluminação natural aplica-se a todas as edificações nas quais se deseja computar o aproveitamento da iluminação natural com maior precisão. Podem ser estimados a redução da carga térmica total anual da da edificação para a avaliação da envoltória, o consumo de energia do sistema de iluminação artificial e o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível.

ANEXO C.I - SIMULAÇÃO TERMOENERGÉTICA

C.I.1. Características do programa computacional para a simulação termoenergética

O programa computacional de simulação termoenergética deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Ser um programa para a análise do consumo de energia em edifícios;
b) Ser validado pela ASHRAE Standard 140;
c) Modelar 8.760 horas por ano;
d) Modelar variações horárias de ocupação, potência de iluminação e equipamentos, sistemas de condicionamento de ar e ventilação natural definidos, separadamente, para cada dia da semana e feriados;
e) Modelar efeitos de inércia térmica;
f) Modelar trocas de calor entre a edificação e o solo;
g) Calcular cargas térmicas latente e sensível;
h) Ser capaz de simular o sombreamento proveniente de elementos externos às zonas térmicas, como brises, sacadas e o entorno (quando considerado);
i) Ser capaz de simular os efeitos da ventilação cruzada em um ambiente, ou entre dois ou mais 4 ambientes.
J) Permitir a modelagem de multi-zonas térmicas;
K) Ter capacidade de simular os efeitos das estratégias bioclimáticas adotadas no projeto;
l) Caso a edificação proposta utilize sistema de condicionamento de ar, o programa deve permitir modelar todos os sistemas de condicionamento de ar presentes na edificação;
m) Determinar a capacidade solicitada pelo sistema de condicionamento de ar;
n) Calcular as horas não atendidas pelo sistema de condicionamento de ar;
o) Calcular as curvas de desempenho de carga parcial para o sistema de condicionamento de ar;
p) Calcular as curvas de correção de capacidade e eficiência para o sistema de aquecimento e refrigeração;
q) Caso a edificação proposta utilize ventilação natural, o programa deve permitir modelar os dados de entrada referentes ao funcionamento da ventilação natural na edificação; e
r) Produzir relatórios horários do uso final de energia.

C.I.2. Arquivo climático

O arquivo climático deve possuir informações que sejam representativas do clima da cidade onde a edificação está localizada. Deve-se utilizar os arquivos climáticos disponibilizados por meio do endereço: <http://pbeedifica.com.br/arquivos-climaticos>.

Caso a cidade de implantação da edificação não possua arquivo climático, deve ser utilizado o arquivo climático de uma cidade próxima, com clima semelhante. A semelhança entre climas deve considerar o arquivo climático da cidade mais próxima, com base na latitude, longitude e altitude. O arquivo climático utilizado deve fornecer valores

mensais de temperatura média do solo (°C) para todos os meses do ano, além dos seguintes valores horários representativos das 8.760 horas do ano climático típico:

- Temperatura de bulbo seco (°C);
- Temperatura do ponto de orvalho (°C);
- Umidade relativa (%);
- Pressão atmosférica (Pa);
- Intensidade de radiação horizontal de onda longa (Wh/m²);
- Radiação horizontal global (Wh/m²);
- Radiação normal direta (Wh/m²);
- Radiação horizontal difusa (Wh/m²);
- Direção do vento (°), considerando o sentido horário a partir da direção Norte; e
- Velocidade do vento (m/s).

C.I.3. Procedimento para a simulação

No método de simulação, assim como no simplificado, a edificação deve ser avaliada sob duas condições: a condição real, com as características reais da edificação; e a condição de referência, com as características listadas nas tabelas do Anexo A, que variam conforme a tipologia avaliada. Para tanto, deve-se elaborar um modelo representando a edificação real e um modelo representando a condição de referência.

Recomenda-se considerar todas as trocas térmicas entre as superfícies em contato, em diferentes ambientes da edificação, evitando-se a adoção de superfícies adiabáticas. Em edificações com dois pavimentos ou mais, por exemplo, orienta-se a consideração da transferência de calor entre o piso e a cobertura destes pavimentos.

O entorno da edificação, quando considerado, deve ser simulado identicamente na condição real e na condição de referência. Devem ser representadas, na condição real e na condição de referência, a sombra e a reflexão da radiação solar ocasionadas pelas principais superfícies do entorno, incluindo a influência do relevo, da pavimentação, de

edificações e de corpos d'água. Devem ser considerados os elementos de entorno implantados até a data de aplicação dos procedimentos desta INI-C, podendo ser incluídas estruturas cuja construção esteja prevista no mesmo projeto da edificação em análise.

A condição do entorno deve ser comprovada por meio de dados de levantamentos urbanos e planialtimétricos, levantamento fotográfico datado e recente, ou por meio de mapas de satélite e dados georreferenciados. Cabe ao responsável pela aplicação dos procedimentos a avaliação técnica das superfícies a serem consideradas, visando a melhor representação das trocas térmicas entre a habitação e o seu entorno. Eventuais modificações do entorno, ao longo da vida útil da edificação, podem influenciar no desempenho inicialmente especificado, não implicando em não conformidade do projeto. A condição real e a condição de referência devem ser simuladas com o mesmo programa de simulação computacional, na mesma versão do programa e com o mesmo arquivo climático. Deve ser desconsiderada a ocorrência de precipitação de chuva em ambos os modelos, na condição real e na condição de referência.

C.I.4. Características em comum entre o modelo do edifício real e o modelo do edifício de referência

a) Mesmo programa de simulação;
b) Mesma versão do programa de simulação;
c) Mesmo arquivo climático;
d) Mesma condição de contato com o solo do pavimento inferior;
e) Mesma condição de contato com o exterior do pavimento superior;
f) Mesma orientação com relação ao Norte Geográfico;
g) Mesmo geometria, número de pavimento e divisão de zonas térmicas;
h) Mesmas considerações de carga interna em cada zona térmica;
i) Mesma condição de troca de calor para os elementos construtivos;
j) Mesma área total de piso condicionada;
k) Mesmo padrão de uso de pessoas, com o mesmo valor de calor dissipado por pessoa da edificação real (deve estar acordo com tipologia do Anexo A);
l) Mesmo padrão de uso e operação dos sistemas da edificação real;
m) Mesmo valor de DCI em equipamentos da edificação real;
n) Mesmo setpoint de refrigeração e aquecimento para o sistema de condicionamento de ar adotado;
o) Mesma taxa de renovação de ar para o sistema de condicionamento de ar; e
p) Mesmo valor da taxa de infiltração de ar.

C.I.5. Condição da edificação real

O modelo que representa o edifício real deve seguir as características descritas abaixo:

a) Utilizar todas as características da edificação de acordo com o projeto proposto (por exemplo: transmitância térmica de paredes e coberturas; propriedades do vidro, PAF, PAZ, absortância térmica de paredes e coberturas, dispositivos de sombreamento das aberturas, sistemas e suas respectivas características);

b) No caso de o edifício real possuir diferentes sistemas de condicionamento de ar, todos os diferentes sistemas existentes de cada zona térmica devem ser representados;

c) Considerar o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração e aquecimento (CEE_R) do sistema de condicionamento de ar estabelecido em projeto;

d) Utilizar a densidade de potência de iluminação do projeto proposto;

e) O aproveitamento energético da iluminação natural pode ser contabilizado pelo método de simulação e, quando contabilizado, deve ser incluído somente no modelo do edifício real, de acordo com o item C.II;

f) Considerar os dispositivos de sombreamento das aberturas quando os mesmos estiverem acoplados no edifício real;

g) O sombreamento proveniente do entorno pode fazer parte do método de simulação (uso opcional quando avaliado apenas o desempenho térmico - AOV, e obrigatório quando avaliada a iluminação natural); quando utilizados, devem ser incluídos em ambos os modelos, edifício real e de referência;

h) No caso do modelo do edifício real, possibilitar o uso do sistema de condicionamento de ar em somente alguns períodos do ano. A simulação poderá incluir a opção de abertura de janelas com ventilação natural, desde que seja comprovado o conforto térmico no período total em que o sistema de condicionamento de ar não foi utilizado nas horas de ocupação, conforme explicado no item C.I.6; e

i) Adotar as características dos dados de entrada da ventilação natural de acordo com o projeto proposto.

Nota 1: Deve-se encaminhar documentação comprobatória referente ao sombreamento do entorno ou premissas adotadas e critérios utilizados.

Nota 2: Considerando o exposto na nota 1, deve-se encaminhar documentação comprobatória referente à justificativa e à comprovação da economia gerada com a utilização da iniciativa visando o aumento da eficiência da edificação.

Nota 3: O total de horas não atendidas no modelo do edifício real é de, no máximo, 10% das horas de funcionamento do sistema de condicionamento de ar.

C.I.6. Edifícios ou ambientes condicionados naturalmente

Para edificações naturalmente ventiladas, ou que possuam áreas de longa permanência não condicionadas, deve ser comprovado que o ambiente interno das áreas não condicionadas proporciona temperaturas dentro da zona de conforto durante um percentual das horas ocupadas.

Caso a edificação atenda aos limites do item 6, subitem 6.1 do texto principal, tal procedimento pode ser realizado por meio do método simplificado; caso contrário, deve-se realizar a simulação conforme este subitem.

Nota 1: Áreas de permanência prolongada caracterizadas por atividades de alta geração de calor e/ou frio, tais como as cozinhas profissionais, oficinas mecânicas, saunas, açougues, ginásios e academias, são consideradas exceção. Nesses casos, dispensa-se a restrição dos valores de PHOCT. No entanto, ainda assim, a taxa mínima de ventilação e renovação de ar devem ser respeitadas, estando de acordo com as normas que regem as atividades desses ambientes.

Deve-se analisar o percentual de horas ocupadas em conforto térmico (PHOCT) em relação às horas de ocupação (considerar os valores de ocupação de acordo com as condições de referência do Anexo A).

Caso a edificação para a condição real apresente um valor de PHOCT superior ou igual a 90% no horário de uso da edificação, não é necessário o cálculo do consumo de energia para a condição real e de referência da edificação.

Para valores de PHOCT inferiores a 90%, deve-se calcular o consumo de energia da edificação para as horas não atendidas de conforto, adotando-se o sistema de condicionamento de ar proposto para atender as horas em que a ventilação natural não for suficiente.

Nota 2: Nas edificações naturalmente ventiladas e parcialmente ventiladas naturalmente, o consumo de energia da condição de referência (classificação D) não deve considerar o uso da ventilação natural.

Nota 3: Na documentação apresentada, deve-se especificar qual o método relativo aos limites da zona de conforto térmico adotada (exemplo: ASHRAE 55, 2017).

C.I.7. Condição da edificação de referência

As condições de referência são definidas por tipologias, e estão apresentadas nas tabelas do Anexo A. O modelo que representa a condição de referência deve ser simulado, considerando as características de acordo com a tipologia avaliada.

Para a condição de referência, deve-se calcular somente a carga térmica de refrigeração anual total da edificação de referência (CgTR), adotando um sistema de carga ideal ("ideal loads"), no programa de simulação.

Para calcular o consumo da edificação de referência, deve-se dividir a carga térmica de refrigeração e aquecimento anual total da edificação de referência (CgTR) por 2,6 W/W, que é o valor do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R) definido para a edificação de referência.

Caso a edificação real possua aberturas zenitais, a condição de referência deve ser simulada com base na Tabela C.1. Quando o PAZ da edificação real estiver dentro do intervalo especificado na Tabela, para o referido GC e FS, a condição de referência deve seguir a condição real. Se o PAZ da condição real extrapolar o limite proposto, deve-se adotar o percentual máximo da Tabela para a condição de referência, bem como o fator solar máximo (por exemplo, edificação real localizada no GC 17, com PAZ de 4% e FS de 0,30; a condição de referência deve ser simulada com PAZ de 3% e FS de 0,67.

Nota: No caso da última linha da Tabela, quando o PAZ real for inferior ao limite mínimo descrito, deve-se adotar 2,1%.

Tabela C.1 - Limites de PAZ e fator solar de vidros para coberturas na condição de referência

Classificação Climática	PAZ	FS
Zonas bioclimáticas 1 a 3	0 a 2%	0,87
Zonas bioclimáticas 4 a 8	0 a 2%	0,87
	2,1 a 3%	0,67

O PAZ da edificação em sua condição de referência deve ser modelado nas mesmas zonas térmica da modelagem da edificação real; se houver mais de uma zona onde esse percentual se localiza, deve-se manter a distribuição e proporção das aberturas zenitais como na edificação real.

ANEXO C.II - SIMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATURAL

O método de simulação deve ser aplicável tanto para o cômputo da redução do consumo energético em função da instalação de fotossensores (envoltória, subitem B.I.2.2.2.2 e sistema de iluminação, subitem B.III.3), como a condição de avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível (subitem 7.2.1).

C.II.1. Características do programa computacional para a simulação de iluminação natural

O programa computacional de simulação de iluminação natural deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Ser um programa para a análise da iluminação natural em edifícios;

b) Possibilitar a modelagem climática anual horária ou sub-horária por meio de arquivos climáticos, conforme item C.II.2 (modelar 8.760 horas por ano);

c) Modelar a posição e a intensidade solar, bem como a luminância e a distribuição da abóboda celeste utilizando os modelos de céu de Perez et al. (1993a e 1993b) ou por meio da CIE ISO 15569:2004 (ISO, 2004);

d) Utilizar divisão de céu para a modelagem do sol com ângulo inferior a 5°, ou com mais de 2.305 divisões;

e) Utilizar programas que adotem o algoritmo do raio traçado ou da radiosidade;

f) Permitir a modelagem espacial geométrica e das propriedades dos materiais como as suas características de reflexão e transmissão difusa e especular; bem como das soluções tecnológicas ou de geometrias complexas a serem avaliadas, conforme descrito no item C.II.3;

g) Permitir a modelagem e operação de persianas e cortinas conforme o algoritmo presente na versão mais atual da IES LM-83; e

h) O programa deve oferecer resultados em formato que permita aos usuários examiná-los graficamente, incluindo a geometria avaliada, a malha de pontos e a sua relação com o norte verdadeiro. Deve-se permitir a leitura dos resultados de ALNE para cada plano de análise individualmente, bem como de ALN para cada ponto de análise.

C.II.2. Arquivo climático para a simulação de iluminação natural

O arquivo climático utilizado deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Conter uma série temporal anual de 8.760 valores horários anuais (365 dias);

b) Fornecer os parâmetros requeridos pelo programa de simulação computacional, tais como irradiação/iluminância horizontal global, irradiação/iluminância direta normal e irradiação/iluminância difusa horizontal;

c) Os dados climáticos devem ser representativos da classificação climática onde o projeto proposto será locado e, caso o local do projeto não possuir arquivo climático, deve-se utilizar dados climáticos de uma região próxima que possua características climáticas semelhantes; e

d) Devem ser utilizados, preferencialmente, arquivos climáticos com formato INMET publicados no endereço: <http://pbeedifica.com.br/arquivos-climaticos>; além deste, podem ser utilizados o formato SWERA, TMY ou TRY[3].

C.II.3. Procedimento para a simulação de iluminação natural

Inicialmente, deve ser realizada a simulação da Exposição Anual à Luz Solar Direta ($EAS_{1000lx,250h}$) para a identificação das horas em que as persianas ou cortinas devem ser fechadas de forma a evitar o risco de ofuscamento nas áreas aplicáveis.

Para modelar condições de risco de ofuscamento deve-se considerar, em ambos os casos abaixo descritos (a e b), hipoteticamente, que as cortinas ou persianas serão fechadas a fim de evitar desconforto do usuário causado pelo excesso de iluminação. O algoritmo de operação das cortinas/persianas deve adotar o disposto no item C.II.5 e o protocolo de modelagem em função da Exposição Solar Direta Anual ($EAS_{1000lx,250h}$) da IES LM 83 mais atual.

Com base nas condições de iluminação natural resultantes, deve-se:

a) Para avaliações do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível, simular a autonomia da luz natural espacial $ALNE_{300lx,50\%}$;

b) Para o cálculo da redução do consumo de energia primária pela instalação de fotossensores, simular a operação do sistema de iluminação artificial e, consequentemente, a potência de iluminação em uso de controles (PI_U).

[3] INMET - Instituto Nacional de Meteorologia; SWERA - Solar and Wind Energy Resource Assessment; TMY - Typical Meteorological Year; TRY - Test Reference Year

C.II.3.1. Procedimentos de modelagem comuns à avaliação da redução do consumo de energia primária da edificação e potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

O modelo deve contemplar as seguintes características:

a) A malha de pontos do plano de análise deve ser realizada conforme descrito no item C.II.4;

b) A operação e a modelagem das cortinas/persianas devem seguir o disposto no item C.II.5;

c) A volumetria da edificação deve ser modelada, independentemente da quantidade de ambientes avaliados, visando caracterizar qualquer condição de auto-obstrução.

d) Modelar qualquer abertura que seja capaz de admitir luz natural ao interior dos ambientes avaliados, seja de forma direta ou indireta. As aberturas devem ser modeladas em três dimensões.

e) Todos os detalhes das aberturas, como esquadrias, peitoril, batentes e montantes, etc, maiores do que 5 cm devem ser modelados[4]. Alternativamente, esses detalhes das aberturas podem ser agrupados e a sua área calculada como "área de oclusão". Essa área é utilizada para se determinar a razão entre a área de oclusão e a área bruta do vão, resultando no fator de redução da transmissão visível do vidro, conforme a Equação C.II.1. A área de abertura adotada para a simulação deve ser a área bruta da abertura e a transmissão visível, corrigida pelo fator de redução, ver Equação C.II.2.

[4] Quando os detalhes das esquadrias não forem conhecidos, deve-se assumir um fator de redução em relação à abertura bruta de 20% para aberturas laterais, e 10% para as zenitais.

$$FR_{Tvis} = \frac{A_O}{A_B} \qquad \text{Equação (C.II.1)}$$

Onde:
FR_{Tvis} é o fator de redução da transmissão visível do vidro (adimensional);
A_O é a área de oclusão (m^2); e
A_B é a área bruta da abertura (m^2).

$$T'_{vis} = T_{vis} \cdot (100 - FR_{Tvis}) \qquad \text{Equação(C.II.2)}$$

Onde:
T'_{vis} é a transmissão visível do vidro corrigida;
T_{vis} é a transmissão visível do vidro; e
FR_{Tvis} é o fator de redução da transmissão visível do vidro.

a) A transmissão visível dos vidros deve ser modelada descontando-se o fator de depreciação por sujeiras. O fator de depreciação para aberturas verticais deve ser de 5%; para aberturas inclinadas a ângulos verticais entre 85° e 20° deve ser de 10%, e para aberturas horizontais ou com inclinação menor que 20°, de 15%;

b) Modelar elementos de proteção solar fixos ou móveis, incluindo toldos. Elementos de proteção solar ou redirecionadores de luz devem ser modelados com acuracidade em relação ao ângulo, dimensão, posição e propriedades óticas. Quando a refletância das superfícies desses elementos for desconhecida, considerar 30%;

c) As refletâncias das superfícies devem ser as mesmas das superfícies acabadas. Caso as refletâncias não sejam conhecidas, deve-se adotar:

- piso interno = 20%;
- paredes e estruturas fixas internas (altura maior ou igual a 0,75 m) = 50%;
- teto = 70%; e
- superfícies externas da edificação = 40%.

d) Partições fixas internas devem ser modeladas quando as alturas forem iguais ou superiores a 0,75 m (por exemplo, bancadas divisórias, paredes a meia altura, ilhas de cozinha). As refletâncias das superfícies devem ser aquelas especificadas no projeto. Quando desconhecidas, adotar o valor de 50%;

e) Qualquer elemento translúcido fixo dentro do ambiente deve ser modelado considerando sua respectiva transmissão visível.

f) Não modelar mobiliário e nenhum elemento interno móvel; e

g) As portas devem ser modeladas fechadas.

Se os dados do ambiente a ser avaliado não estiverem disponíveis, suposições podem ser empregadas (por exemplo, propriedades de superfícies internas). Todas as suposições feitas devem ser declaradas.

A modelagem do entorno da edificação deve considerar os seguintes aspectos:

a) As obstruções externas devem ser modeladas considerando-se as edificações e topografia do entorno imediato. Entende-se como entorno imediato todos os terrenos, edificações e vias adjacentes que se encontrem dentro de um setor angular horizontal de 120°. Adicionalmente, também deverá ser considerada toda a obstrução que, mesmo não adjacente, ultrapasse um ângulo vertical de 30°, medido a partir da verga da janela do nível da edificação em análise, a uma distância de até 90 m. A demarcação do setor angular se dá a partir da direção perpendicular à fachada em análise, compreendendo um setor de 60° para a esquerda e de 60° para a direita. Os afastamentos reais, bem como a largura das vias devem ser contabilizados;

b) O entorno pode ser modelado apenas como superfícies planas, sem detalhamento;

c) A refletância média adotada deve ser de 40% para as edificações e de 10% para o piso (CEN, 2018); e

d) A modelagem da vegetação é facultativa em função da variabilidade de suas características, seja por motivos naturais ou alterações paisagísticas. Caso haja interesse na modelagem da vegetação, podem ser utilizadas formas simplificadas (esferas, cones ou cilindros) nos tamanhos apropriados e com 20% de refletância.

C.II.3.2. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação da redução do consumo de energia primária:

A modelagem, além de atender ao item C.II.3.1, deve:

a) Considerar o mesmo período de operação conforme a tipologia da edificação e as tabelas do Anexo A;

b) A iluminância alvo dos sensores de iluminação natural deve ser a mesma adotada no projeto luminotécnico e na calibração dos sensores;

c) O acionamento do sistema de iluminação deve se dar da mesma forma que o especificado no projeto luminotécnico (por exemplo, se por dimmer, sensor por passos, etc); e

d) A potência instalada controlada pelos respectivos sensores de iluminação natural deve ser a mesma do projeto luminotécnico.

A área de análise deve corresponder aos ambientes que possuam sistema de controle visando o aproveitamento da luz natural.

C.II.3.3. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

A modelagem, além de atender ao item C.II.3.1, deve:

a) Considerar o período de ocupação para o qual a luz natural é disponível, considerado um período de 10h, durante os 365 dias do ano, totalizando em 3.650h/ano, independentemente da tipologia da edificação;

b) A iluminância alvo deve ser de 300 lux; e

c) Toda a área de piso da edificação avaliada deve ser analisada.

C.II.4. Determinação da malha de pontos mínima para o plano de referência

O plano de análise é onde as iluminâncias devem ser mapeadas por meio de uma malha de pontos contínua, localizada a 0,75 m acima do piso acabado. A distância máxima entre os pontos da malha deve ser de 0,50 m, aplicando-se um afastamento de 0,30 m a 0,50 m das paredes. Recomenda-se utilizar o mesmo afastamento entre os pontos de análise da malha para todos os ambientes de uma mesma edificação.

Nota: As malhas devem ter um mínimo de 25 pontos. No caso das simulações em que seja possível separar o processamento das componentes solar e difusa, considerar: i) pelo menos 25 pontos para a avaliação da componente solar; ii) no mínimo 9 pontos para a componente difusa.

C.II.5. Modelagem e operação das persianas ou cortinas

Todas as janelas voltadas para o exteior, de ambientes cuja atividade visual exija controle de ofuscamento, devem ser modeladas com persianas ou cortinas operadas de forma a bloquear a luz direta do sol. Atividades que exigem o controle de ofuscamento são atividades de desempenho visual significativo, tais como: ler, escrever e utilizar o computador. As janelas devem ser agrupadas e operadas com base em avaliação horária, de forma que atendam aos critérios de Exposição Anual à Luz Solar Direta.

Exceções:

a) Janelas em que não há previsão de instalação de persianas por razões relacionadas ao seu uso; e

b) Quando a simulação da exposição anual à luz solar direta mostrar que o plano de análise associado a determinado grupo de janelas atende aos critérios de exposição anual à luz solar direta máxima, conforme os critérios de operação de persianas da IES LM-83, em sua versão mais recente.

Os grupos de janelas podem ser fechados em qualquer combinação, desde que os critérios associados ao recebimento de luz solar direta sejam atendidos.

Um grupo de janelas é definido como um grupo de janelas coplanares, com características de sombreamento, referentes à própria edificação ou ao entorno, semelhantes. As janelas devem pertencer à mesma orientação e os dispositivos de sombreamento, quando houverem, devem ser semelhantes e com operação semelhante. Os grupos de janelas devem ser definidos associados com uma área de análise.

Quando não houver informações sobre a previsão de instalação de persianas ou cortinas, devem ser consideradas persianas hipotéticas com operação, modelagem e propriedades ópticas de acordo com o protocolo da IES LM-83, em sua versão mais recente.

Caso sejam especificadas persianas ou cortinas automatizadas, o protocolo de operação do fabricante deve ser utilizado. Da mesma forma, caso hajam vidros com propriedades dinâmicas, como os eletrocrômicos, o protocolo de controle da transmissão visível horária deve ser adotado.

Para a modelagem das persianas e cortinas, bem como de suas propriedades ópticas, deve-se adotar Bidirectional Scattering Distribution Function (BSDF) ou dados do modelo geométrico, quando existirem. A posição e o ângulo das aletas das persianas ou das cortinas, devem ser modelados assumindo-se que bloqueiam a luz solar direta do menor ângulo solar recebido pela fachada, segundo a sua orientação, baseada em dados do arquivo climático, para o período de análise de 10 horas.

Caso não seja possível a utilização de Bidirectional Scattering Distribution Function (BSDF), as propriedades ópticas das persianas e cortinas devem ser modeladas de acordo com o protocolo da versão mais atual da IES LM 83.

C.II.6. Cálculo do consumo do sistema de iluminação total considerando a redução proveniente do uso da iluminação natural

Para computar o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível em ambientes em que dispositivos de controle do sistema de iluminação artificial sejam instalados, deve-se estimar o padrão de uso da potência instalada, resultante da operação desses controles. O padrão de uso anual do sistema controlado gerado pela simulação pode ser utilizado para calcular o consumo de iluminação ou a potência de iluminação em uso (PI_U)

Os dados gerados pela simulação de iluminação natural podem ser utilizados em combinação, tanto com o método simplificado dos Anexos B.I e B.III, subitens B.I.2.2.2 e B.III.2, quanto com o método de simulação termoenergética da edificação, conforme descrito no item C.I.

C.II.6.1. Utilização da iluminação natural para a redução do consumo de energia

Os resultados da simulação da iluminação natural podem ser utilizados para a classificação do sistema de iluminação, item 8.2.3, e para o cálculo da carga térmica da edificação, conforme descrito no item B.I.2.

C.II.6.1.1. Determinação do consumo de iluminação por meio da simulação da iluminação natural

Para a simulação, a disposição dos fotossensores deve ser a mesma do projeto. Uma vez não sendo possível a disposição exata por conta do posicionamento dos pontos na malha, deve-se adotar o ponto mais próximo possível dos fotossensores e de maior afastamento em relação a fonte de luz natural. O cálculo da potência instalada de iluminação considerando a redução da potência controlada pelos sensores deve ser a mesma definida em projeto.

O consumo da parcela controlada por sensores deve ser obtido em base anual horária, considerando-se o padrão de ocupação de acordo com a tipologia da edificação conforme as tabelas do Anexo A.

A simulação pode ser realizada apenas nos ambientes em que serão instalados os sensores, ou de forma completa. Caso todo o sistema de iluminação seja incluído na simulação, o resultado desta será o valor utilizado para a classificação do sistema. Quando a simulação incluir apenas os conjuntos de iluminação controlados pelo fotossensor, o resultado da simulação deve ser somado à parcela do sistema de iluminação não controlado por fotossensores.

C.II.6.1.2. Determinação da PI_U para cálculo da carga térmica

Os resultados da simulação de iluminação natural podem ser utilizados para o cálculo do desempenho térmico da edificação, sendo contabilizado como carga interna. Para a combinação dos resultados da simulação de iluminação natural com o método simplificado para a estimativa da carga térmica (Anexo B.I.2), é necessário calcular a potência de iluminação e convertê-la em densidade de potência de iluminação em uso (DPI_U), conforme Equação C.II.3.

Para as simulações com o resultado em consumo (kWh/ano), deve-se transformá-lo primeiramente em potência, em função da ocupação adotada na simulação, conforme Equação C.II.3.

$$PI_U = \frac{C_{LU} \cdot 1000}{(h \cdot N_{ano})} \qquad \text{Equação(C.II.3)}$$

Onde:
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
C_{LU} é o consumo anual do sistema de iluminação com o uso de controles (kWh/ano);

h são as horas de uso da edificação por dia, conforme a tipologia (consultar tabelas do Anexo A);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano (dias), definido conforme a tipologia da edificação (consultar tabelas do Anexo A).

C.II.6.2. Utilização da iluminação natural no método de simulação termoenergético

Caso a edificação for avaliada pelo método da simulação termoenergética (Anexo C.I), pode-se utilizar os resultados da simulação de iluminação natural nesta avaliação.

Assim, deve-se utilizar o arquivo de padrão de uso (schedule) do sistema de iluminação gerado pela simulação de iluminação natural como dado de entrada para a simulação anual termoenergética. Esse arquivo será utilizado em substituição ao padrão de uso (schedule) que seria adotado caso não houvesse o aproveitamento da luz natural. A adoção do padrão de uso gerado restringe-se ao conjunto de luminárias e respectiva potência instalada, controlada pelos sensores de luz natural, que deve ser especificado na simulação.

ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do uso de sistemas de geração de energia local por meio de fontes de energia renováveis em edificações comerciais, de serviços e públicas, bem como a avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs) devem ser realizadas conforme estabelecido neste Anexo.

O sistema de geração local de energia renovável deve estar instalado na edificação avaliada ou no mesmo lote em que ela se encontra. Os sistemas devem estar conectados ao relógio medidor de energia da edificação ou parcela da edificação a qual atendem.

A energia gerada por meio do uso de fontes renováveis ao longo do ano (G_{EE}) deve ser estimada por laudo técnico do projetista.

O potencial de geração de energia (PG) pelo uso de fontes locais de energia renovável é obtido por meio da Equação D.1. Este representa o percentual da energia primária consumida pela edificação atendido pela energia gerada por meio de fontes locais renováveis.

$$PG = \frac{G_{EE} \cdot fc_E \cdot 100}{(C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T)} \qquad \text{Equação (D.1)}$$

Onde:
PG é o potencial de geração de energia (%);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);

$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

Quando o potencial de geração de energia for maior ou igual a 50%, a edificação é considerada edificação de energia quase zero (NZEB).

Quando o potencial de geração de energia for maior que 100%, a edificação é considerada edificação de energia positiva (EEP).

ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (CO_2) provenientes dos sistemas de edificações comerciais, de serviços e públicas. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-C, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre as emissões de dióxido de carbono da edificação real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado.

E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético

O percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (P_{CO2}) devido ao consumo energético deve ser obtido por meio da Equação E.1. Caso o resultado da equação seja negativo, há uma redução nas emissões de CO_2. Caso o resultado seja positivo, há um aumento nas emissões de dióxido de carbono em relação à edificação de referência.

$$P_{CO_2} = \left[\frac{E_{CO_2,real}}{E_{CO_2,ref}} - 1\right] \cdot 100 \qquad \text{Equação (E.1)}$$

Onde:
P_{CO2} é o percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (%);
$E_{CO2,re}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação real (tCO_2/ano);
$E_{CO2,re}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação em sua condição de referência (tCO_2/ano);

E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação

O valor relativo às emissões deve ser calculado para a edificação real (Equação E.2), e condição de referência (Equação E.3). Para a determinação das emissões, o consumo total de energia elétrica e térmica deve ser multiplicado pelo fator de emissão de dióxido de carbono correspondente.

Na condição real, deve-se descontar a geração local de energia renovável, que deve ser multiplicada pelo fator de emissão de dióxido de carbono referente à geração de eletricidade. Os consumos e a geração local de energia renovável devem ser considerados conforme a Tabela E.1.

Os fatores de emissão de dióxido de carbono por geração de eletricidade são diferenciados para as localidades cujo fornecimento de energia elétrica está ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e para aquelas que fazem parte de Sistemas Isolados (SIs). Os fatores de emissão de dióxido de carbono podem ser consultados no site do PBE Edifica[5], bem como nas Tabelas E.2 e E.3.

Tabela E.1 - Valores de referência dos sistemas individuais para o cálculo das emissões de dióxido de carbono

Todas as tipologias		
Sistema individual	Condição real	Condição de referência
Condicionamento de ar	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Iluminação artificial	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Aquecimento de Água	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência*
Equipamentos	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Geração local de energia renovável	Condição real	Sem geração

* A condição de referência a ser adotada em sistemas com acumulação de água deve ser o boiler elétrico; para sistemas sem acumulação de água, a condição de referência deve ser o chuveiro elétrico.

[5] https://www.pbeed

Inserir Figura 107

Tabela E.2 – Fatores de emissão de CO_2 para a queima direta de combustíveis convertida em energia térmica (kWh)

Combustível	Fatores de Emissão de CO_2 ($kg.CO_2$/kWh)
Gás natural	0,202
Óleo diesel	0,267
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	0,227
Madeira	0,531
Gasolina	0,249
Etanol	0,248

Fonte: MCT (2010).

Tabela E.3 – Fatores de emissão de CO_2 por geração de eletricidade

Geração de eletricidade	Fatores de Emissão de CO_2 ($kg.CO_2$/kWh)
SIN – Sistema Interligado Nacional	0,090
SIS – Sistemas Isolados	0,753

Fonte: MCTI (2019).

$$E_{CO_2,real} = \frac{(C_{EE,real} \cdot fe_E) + (C_{ET,real} \cdot fe_T) - (G_{EE} \cdot fe_E)}{1000} \qquad \text{Equação (E.2)}$$

Onde:
$E_{CO2,re}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação real (tCO_2/ano);
$C_{EE,re}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);
$C_{T,re}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica ($kg.CO_2$/kWh);
fe_T é o fator de emissão de dióxido de carbono na queima de combustível ($kg.CO_2$/kWh);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano).

$$E_{CO_2,ref} = \frac{(C_{EE,ref} \cdot fe_E)}{1000} \qquad \text{Equação (E.3)}$$

Onde:
$E_{CO2,re}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação em sua condição de referência (tCO_2/ano);
$C_{EE,re}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica ($kg.CO_2$/kWh).

ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional em edificações comerciais, de serviços e públicas. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-C, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre o consumo de água potável da edificação real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado, mesmo que equivalente a zero.

F.1. Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável

A avaliação do consumo de água objetiva incentivar o uso de sistemas que promovam a redução do consumo de água potável. Podem ser avaliados equipamentos economizadores, sistemas de uso racional e fontes alternativas de água não potável.

O percentual anual de redução no consumo de água potável ($Red_{água}$) é obtido por meio da Equação F.1, e compara o consumo de água da edificação real, descontando-se a oferta de água não potável, com a edificação em sua condição de referência.

$$Red_{água} = \left[\frac{C_{água,ref} - (C_{água,real} - O_{água,não\ potável})}{CA_{água,ref}}\right] \cdot 100 \qquad \text{Equação (F.1)}$$

Onde:
$Red_{água}$ é o percentual anual de redução no consumo de água potável (%);
$C_{água,re}$ é o consumo anual de água da edificação na condição de referência (L/ano);
$C_{água,re}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
$O_{água,não\ potável}$ é a oferta de água não potável (L/ano) calculada pelo projetista, conforme laudo técnico.

F.2. Consumo de água da edificação na condição de referência

O consumo anual de água da edificação em sua condição de referência deve ser calculado por meio da Equação F.2, que utiliza a ocupação em dias/ano conforme tipologias das tabelas do Anexo A. O padrão de uso adotado é fixo por tipologia, e têm seus valores adaptados do LEED v.4 (2015). A ocupação, em número de dias ao ano, também é fixa conforme a tipologia.

$$C_{água,ref} = N_{ano} \cdot (C_{água,ref,BS,MIC} + Q_{ref,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} \cdot Oc + Q_{ref,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} \cdot Oc + Q_{ref,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC} \cdot Oc) \qquad \text{Equação (F.2)}$$

Onde:
$C_{água,re}$ é o consumo anual de água da edificação em sua condição de referência (L/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a tipologia da edificação, ver tabelas do Anexo A;
$C_{água,re,BS,MIC}$ é o consumo diário de água das bacias sanitárias e mictórios na condição de referência (L/dia), calculado conforme Equação F.3;
$Q_{ref,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição de referência (L/minuto) conforme Tabela F.1;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de uso diário da torneira de lavatório por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição de referência (L/minuto), conforme Tabela F.1;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de uso diário do chuveiro por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição de referência (L/minuto) conforme Tabela F.1;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de uso diário da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
O_c é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação analisada em sua condição real e de referência, calculada conforme Equação F.4.

Nota: Para a tipologia de hospedagem, o consumo anual de água da torneira da pia da cozinha na edificação em sua condição real e de referência (Equações F.2 e F.5) deve ser equivalente à 60% do valor calculado, refletindo 60% de sua ocupação conforme especificado na tabela de referência do Anexo A. Dessa forma, deve-se considerar em ambas as equações a parcela tal como "$0{,}60 \cdot Q_{...} \cdot t_{...} \cdot UD_{...} \cdot Oc$". O consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios da edificação na sua condição de referência é determinado por meio da Equação F.3.

$$C_{água,ref,BS,MIC} = Q_{ref,BS,M} \cdot UD_{BS,M} \cdot Oc_M + Q_{ref,BS,F} \cdot UD_{BS,F} \cdot Oc_F + Q_{ref,MIC} \cdot t_{MIC} \cdot UD_{MIC} \cdot Oc_M \qquad \text{Equação (F.3)}$$

Onde:
$CA_{ref,BS,MIC}$ é o consumo diário de água de bacias sanitárias e mictórios na condição de referência (L/dia);
$Q_{ref,BS,M}$ é a vazão da bacia sanitária para uso masculino na condição de referência para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,M}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,M}$ é o número de uso diário da bacia sanitária de uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3. Ressalta-se que para edificações sem mictórios, este valor deve ser equivalente ao valor adotado para uso feminino, conforme nota de rodapé da Tabela F.3;
$Q_{ref,BS,F}$ é a vazão da bacia sanitária para uso feminino na condição de referência, para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,F}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,F}$ é o número de uso diário da bacia sanitária feminino (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,MIC}$ é a vazão do mictório na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{MIC} é a duração do uso do mictório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{MIC} é o número de uso diário do mictório para uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
O_{CM} é a quantidade de usuários masculinos (pessoas). Quando em situações não particulares, adotar 50% da ocupação da edificação.
O_{CF} é a quantidade de usuários femininos (pessoas). Quando em situações não particulares, adotar 50% da ocupação da edificação.
O_C é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação analisada em sua condição real e de referência, e deve ser calculada conforme Equação F.4.

$$O_C = \frac{A_{tot}}{DO_C} \qquad \text{Equação (F.4)}$$

Onde:
O_C é a quantidade de usuários que ocupam a edificação;
DO_C é a densidade de ocupação da edificação (m^2/pessoa), conforme a Tabela F.4;
A_{tot} é a área total da edificação (m^2).

Tabela F.1 - Vazão de dispositivos da edificação em sua condição de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Vazão (L/min)			
	Escritórios	Hospedagem/Hospitalares	Varejo/Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (caixa de descarga)	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo
Bacia sanitária (válvula de descarga)	102,0 L/min.	102,0 L/min.	102,0 L/min.	102,0 L/min.
Mictórios (Caixa de descarga, registro de pressão ou válvula de descarga para mictório)	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.
Torneira de lavatório	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.
Banho/chuveiro	12,0 L/min.	12,0 L/min.	-	-
Torneira da pia da cozinha	15,0 L/min.	15,0 L/min.	-	-

Fontes: ABNT NBR 8160:1999; LEED v.4 (2015).

Tabela F.2 - Duração do uso de dispositivos de edificações em sua condição real e de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Duração (minutos)			
	Escritórios	Hospedagem/Hospitalares	Varejo/Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (válvula de descarga)	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]
Mictórios	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]
Torneira de lavatório	0,50	1,00	0,50	0,50
Banho/chuveiro	5,00	8,00	-	-
Torneira da pia da cozinha	0,25	1,00	-	-

[1]Considerada a duração média das descargas de 5 segundos.

Fontes: ABNT NBR 8160: 1999; adaptado de LEED, v.4, (2015).

Tabela F.3 - Número de usos por dia de dispositivos da edificação em sua condição real e de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Usos por dia			
	Escritórios	Hospedagem/Hospitalares	Varejo/Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (feminino)	3,0	5	0,2	3
Bacia sanitária (masculino)*	1,0	5	0,1	1
Mictórios (masculino)	2,0	-	0,1	2
Torneira de lavatório	3,0	5	0,2	3
Banho / chuveiro	0,1	1	-	-
Torneira da pia da cozinha	1,0	4	-	-

*Em casos em que a edificação não possui mictórios, considerar a mesma quantidade de usos por dia da bacia sanitária (feminino) para a bacia sanitária (masculino).

Fonte: Adaptado de LEED, v.4 (2015).

Tabela F.4 - Densidade de ocupação da edificação em sua condição real e de referência

Tipologia		DOc - Densidade de ocupação (m^2/pessoa)
Edificações de escritórios	Escritórios	12,0
Edificações educacionais	Educação infantil	2,5
	Ensino fundamental/médio	1,5

	Ensino superior	1,5
Edificações de hospedagem	Hotéis pequenos	16,1
	Hotéis médios e grandes	20,0
Estabelecimentos assistenciais de saúde	Estabelecimentos assistenciais de saúde	5,0
Edificações de varejo: comércio	Pequenas, grandes e shopping	5,0
Edificações de varejo: mercado	Mercados	5,0
Edificações de alimentação	Restaurantes e praças de alimentação	5,0

*Nas tipologias não listadas na tabela a ocupação deverá ser informada.

F.3. Consumo de água da edificação na condição real

O consumo anual de água da edificação na condição real é determinado conforme Equação F.5, e o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) em sua condição real é calculado conforme a Equação F.6.

$$C_{água,real} = N_{ano} \cdot (C_{água,real,BS\,MIC} + Q_{real,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} \cdot Oc + Q_{real,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} \cdot Oc + Q_{real,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC} \cdot Oc) \quad \text{Equação (F.5)}$$

Onde:
$CA_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a tipologia da edificação (Tabelas Anexo A);
$CA_{água,real,BS\,MIC}$ é o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) na condição real;
$Q_{real,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação real;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.1;
UD_{TL} é o número de uso diário da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de uso diário do chuveiro por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de uso diário da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/dia.pessoa), a Tabela F.3;
O_C é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação.

$$C_{água,real,BS\,MIC} = Q_{real,BSM} \cdot UD_{BSM} \cdot Oc_M + Q_{real,BSF} \cdot UD_{BSF} \cdot Oc_F + Q_{real,MIC} \cdot t_{MIC} \cdot UD_{MICM} \cdot Oc_M \quad \text{Equação (F.6)}$$

Onde:
$C_{água,real,BS\,MIC}$ é o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) na condição real;
$Q_{real,BS\,M}$ é a vazão da bacia sanitária para uso masculino na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS\,M}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS\,M}$ é o número de usos diários da bacia sanitária para uso masculino (usos/dia.pessoa). Ressalta-se que para edificações sem mictórios este valor deve ser equivalente ao valor adotado para uso feminino, conforme nota de rodapé da Tabela F.3;
$Q_{real,BS\,F}$ é a vazão da bacia sanitária para uso feminino na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS\,F}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS\,F}$ é o número de usos diários da bacia sanitária para uso feminino (uso/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,MIC}$ é a vazão do mictório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{MIC} é a duração do uso do mictório (minutos), conforme Tabela F.2;
$UD_{MIC\,M}$ é o número de usos diários do mictório para uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
O_{CM} é a quantidade de usuários masculinos (pessoas). Considerar 50% da ocupação da edificação;
O_{CF} é a quantidade de usuários femininos (pessoas). Considerar 50% da ocupação da edificação.

F.4. Oferta de água não potável

A oferta de água não potável considerada nesta INI-C corresponde à água de chuva, água pluvial e ao reaproveitamento de água de condensação; nas demais fontes alternativas de água não potável, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 16783, em sua versão vigente. Este item deve ser calculado pelo projetista e considerado conforme laudo técnico. Na existência de sistema de aproveitamento de água da chuva na edificação, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 15527, em sua versão vigente.

ANEXO G - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA

Neste Anexo são informadas a classificação climática de 154 municípios brasileiros (Tabela G.1), que compreendem as capitais estaduais e as maiores cidades de cada estado da federação.

A lista com os demais 5.525 municípios do Brasil e a relação de sua respectiva classificação climática está disponível em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

Tabela G.1 – Classificação climática e os principais municípios

Classificação Climática	Quantidade de municípios	Principais Municípios
Zona Bioclimática 1	114	Araucária (PR), Campos do Jordão (SP), Curitiba (PR), Poços de Caldas (MG), Caxias do Sul (RS), Bento Gonçalves (RS), Farroupilha (RS), Vacaria (RS), Maringá (PR).
Zona Bioclimática 2	957	Cascavel (PR), Pinhais (PR), Fazenda Vilanova (RS), Imbituba (SC), Pato Branco (PR), Ponta Grossa (PR), Toledo (PR), Gravataí (RS), Novo Hamburgo (RS), Pelotas (RS), São Leopoldo (RS), Xaxim (SC), Chuí (RS), Criciúma (SC), Canoas (RS), Joaçaba (SC), Lajeado (RS), Santa Maria (RS), Ribeirão das Neves (MG).
Zona Bioclimática 3	1.050	Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), Mauá (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Magé (RJ), Barueri (SP), Ouro Preto (MG), Petrópolis (RJ), São José dos Campos (SP), Balneário Camboriú (SC), Porto Alegre (RS), Chapecó (SC), Belo Horizonte (MG), Blumenau (SC), Eldorado (MS), Itajaí (SC), Paranaguá (PR), Dourados (MS), Ourinhos (SP), Paraty (RJ), Ponta Porã (MS), Sorocaba (SP), Volta Redonda (RJ), Campinas (SP) Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Divinópolis (MG).
Zona Bioclimática 4	236	São Carlos (SP), Brasília (DF), Uberlândia (MG), Sete Lagoas (MG).
Zona Bioclimática 5	319	São Francisco do Sul (SC), Governador Valadares (RJ), Joinville (SC), Niterói (RJ), Vitória da Conquista (BA), Campos dos Goytacazes (RJ), Duque de Caxias (RJ), Macaé (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Belford Roxo (RJ), São Gonçalo (RJ).
Zona Bioclimática 6	666	Campo Grande (MS), Rio Verde (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Goiânia (GO), Jataí (GO), Três Lagoas (MS), Paranaíba (MS), Rondonópolis (MT).
Zona Bioclimática 7	722	Santa Cruz (PE), Iracema (RR), Barras (PI), Imperatriz (MA), Palmas (TO), Sobral (CE), Teresina (PI), Paulistana (PI), Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Patos (PB), Petrolina (PE),Santa Cruz (RN), Picos (PI), Cuiabá (MT), Várzea Grande (MT).
Zona Bioclimática 8	1.461	Santa Leopoldina (ES), Cabo Frio (RJ), Ilhéus (BA), Linhares (ES), Porto Seguro (BA), Vila Velha (ES), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Ji-Paraná (RO), Parnamirim (RN), Santana do Ipanema (AL), Angra dos Reis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Alto Alegre (RR), Ananindeua (PA), Barcarena (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), Laranjal do Jari (AP), Recife (PE), Santa Rita (PB), São Luís (MA), Camaçari (BA), Feijó (AC), Macapá (AP), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Velho (RO), Santana (AP), Cruzeiro do Sul (AC), Macaíba (RN), Sena Madureira (AC), Cacoal (RO), Rio Branco (AC), Sinop (MT), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Monte Alegre (RN), Olinda (PE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Parintins (AM), Parnaíba (PI), Campo Alegre (AL), Jaboatão dos Guararapes (PE), Maragogi (AL), Nossa Senhora do Socorro (SE).

ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os métodos para classificação de edificações residenciais unifamiliares, unidades habitacionais de edificações multifamiliares, porções residenciais de edificações de uso misto e áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, em projeto ou construídos, quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

2. SIGLAS

Para fins deste Anexo, são adotadas as siglas a seguir, além das citadas nos documentos complementares elencados no item 3.

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANSI	American National Standards Institute
APP	Ambiente de Permanência Prolongada
APT	Ambiente de Permanência Transitória
ASHRAE	American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers
CEE	Coeficiente de Eficiência Energética do sistema de condicionamento de ar
C_{EP}	Consumo de energia primária
C_{EE}	Consumo de energia elétrica
C_{ET}	Consumo de energia térmica
CgTA	Carga térmica de aquecimento
CgTR	Carga térmica de refrigeração
CgTT	Carga térmica total
CO_2	Dióxido de carbono
COP	Coeficiente de Performance
CSPF	Cooling Seasonal Performance Factor
DPE	Densidade de Potência de Equipamentos em uso
DPI	Densidade de Potência de Iluminação
DPI_L	Densidade de Potência de Iluminação Limite
EEP	Edificação de Energia Positiva
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
HIS	Habitações de Interesse Social
IDRS	Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal
INI	Instrução Normativa Inmetro
INI-C	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
INI-R	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais
NBR	Norma Brasileira
NZEB	Edificação de Energia Quase Zero
PHFT	Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa
SAA	Sistema de aquecimento de água
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SIN	Sistema Interligado Nacional
To	Temperatura operativa
UH	Unidade Habitacional

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste Anexo, são adotados os documentos complementares a seguir relacionados.

ABNT NBR 8160:1999	Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução
ABNT NBR 10821-1:2017	Esquadrias para edificações - Parte 1: Esquadrias externas e internas - Terminologia
ABNT NBR 15220-2:2022	Desempenho térmico de edificações Parte 2: Componentes e elementos construtivos das edificações - Resistência e transmitância térmica - Métodos de cálculo (ISO 6946:2017 MOD)
ABNT NBR 15220-3:2005	Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social
ABNT NBR 15527:2019	Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis - Requisitos
ABNT NBR 15575-1:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1: Requisitos gerais
ABNT NBR 15575-4:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas - SVVIE
ABNT NBR 15575-5:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 5: Requisitos para os sistemas de coberturas
ABNT NBR 16655-1:2018	Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado - Split e compacto Parte 1: Projeto e instalação
ABNT NBR 16783:2019	Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações
ABNT NBR 16824:2020	Sistemas de distribuição de água em edificações - Prevenção de legionelose - Princípios gerais e orientações
ANSI/NFRC 200:2020	**Procedure for Determining Fenestration Product Solar Heat Gain Coefficient and Visible Transmittance at Normal Incidence.**
AS/NZS 3500.4: 2003	**Plumbing and drainage - Part 4: Heated water services**
BS EN 15316-3-2:2007	**Heating systems in buildings - Method for calculation of system energy requirements and system efficiencies. Part 3-2: Domestic hot water systems, generation**
Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar - Consolidado.
ISO 9050:2003	**Glass in building - Determination of light transmittance, solar direct transmittance, total solar energy transmittance, ultraviolet transmittance and related glazing factors.**
ISO 16358-1:2013	**Air-Cooled Air Conditioners and Air-To-Air Heat Pumps - Testing and Calculating Methods for Seasonal Performance Factors - Part 1: Cooling Seasonal Performance Factor.**
ISO 25745-1:2013	**Energy performance of lifts, escalators and moving walks - Part 1: Energy measurement and verification**
ISO 25745-2:2015	**Energy performance of lifts, escalators and moving walks Part 2: Energy calculation and classification for lifts (elevators)**
LEED-BD v.4:2015	**Leadership in Energy and Environmental Design - LEED v4 for Building Design and Construction**
Norma Técnica Sabesp NTS 181:2017	Dimensionamento do ramal predial de água, cavalete e hidrômetro - Primeira ligação

4. DEFINIÇÕES

4.1 Abertura

Todos os vãos da envoltória da edificação, abertos ou com fechamento translúcido ou transparente, que permitam a entrada de luz e/ou ar, incluindo, por exemplo, janelas, painéis plásticos, portas de vidro (com mais da metade da área de vidro), paredes de blocos de vidro e aberturas zenitais.

4.2 Absortância à radiação solar - α (adimensional)

Quociente da taxa de radiação solar absorvida por uma superfície pela taxa de radiação solar incidente sobre esta mesma superfície (ver ABNT NBR 15220-1). Para a absortância de paredes externas, adota-se o termo $\alpha\pi\alpha\rho$ e para a absortância de coberturas adota-se o termo $\alpha\chi o\beta$.

4.3 Ambiente

Espaço interno de uma edificação, fechado por superfícies sólidas que vedem do piso ao teto, como paredes ou divisórias piso-teto, teto, piso e dispositivos operáveis tais como janelas e portas.

4.4 Ambiente condicionado artificialmente

Ambiente fechado (incluindo fechamento por cortinas de ar) atendido por sistema de condicionamento de ar.

4.5 Ambiente de permanência prolongada - APP

Ambientes da UH com ocupação contínua por um ou mais indivíduos, incluindo sala de estar, sala de jantar, sala íntima, dormitórios, sala de TV ou ambientes de usos similares aos citados.

4.6 Ambiente de permanência transitória - APT

Ambientes da UH com ocupação transitória por um ou mais indivíduos. São considerados ambientes de permanência transitória: cozinha, lavanderia ou área de serviço, banheiro, circulação, varanda fechada com vidro, solarium, garagem ou ambientes de usos similares aos citados.

4.7 Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro

Ângulo formado pela parede do APP orientada a norte (variando entre azimute de -45° e +45), sendo essa parede interna ou externa. Deve ser analisado para cada APP.

4.8 Ângulos de sombreamento

Ângulos formados pela obstrução à radiação solar gerada por elementos existentes nas aberturas ou próximos à edificação. Nesta INI-R são utilizados três ângulos diferentes: ângulo horizontal de sombreamento da fachada (AHF_D e AHF_E - referente aos elementos verticais, 4.9), ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC} - referente aos elementos horizontais, 4.10), e o ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE - referente à proteção gerada por edificações vizinhas, 4.11).

Nota: A utilização dos ângulos de sombreamento é opcional, no entanto, ao se optar pelo seu uso, devem ser utilizados todos os parâmetros, AHF_D, AHF_E, AVS_{Fac} e AVE.

4.9 Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito (AHF_D) e esquerdo (AHF_E) (°)

AHF_D é o ângulo entre a largura da parede para uma dada orientação e a distância horizontal entre a parede e o ponto mais distante do elemento de sombreamento que está localizado no lado direito da parede, tendo a orientação da parede como referência. Portanto, o AHF_D é maior que zero quando o elemento está no lado direito. Seguindo a mesma lógica, o AHF_E é maior que zero quando o elemento está no lado esquerdo. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar no modelo real e no modelo de referência.

4.10 Ângulo vertical de sombreamento da fachada - AVS_{FAC} (°)

Ângulo obtido entre o nível do piso até o elemento de sombreamento e o tamanho da sua projeção no plano horizontal. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar apenas no modelo real.

4.11 Ângulo vertical de obstrução do entorno - AVE (°)

Ângulo que representa o efeito do sombreamento de uma edificação vizinha, representada por uma superfície paralela à fachada. É definido entre o nível do piso do APP e o ponto mais alto do elemento de sombreamento do entorno da edificação, caso ele esteja acima do nível do piso. Esse parâmetro de entrada deve ser definido para todas as orientações que possuem paredes externas. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar no modelo real e no modelo de referência.

4.12 Área da abertura (m²)

Área de um vão no elemento opaco da fachada, contada a partir dos limites entre o elemento opaco e o vão. Quando existente, inclui a área de toda a esquadria.

4.13 Área de piso do APP - $A_{p,APP}$ (m²)

Área disponível para ocupação medida entre os limites internos das paredes que delimitam o APP.

4.14 Área de piso dos APPs da unidade habitacional - $A_{p,UH}$ (m²)

Soma das áreas de piso de todos os APPs da UH.

4.15 Área de superfície dos elementos transparentes do APP - $A_{t,APP}$ (m²)

Soma das áreas de superfície dos elementos transparentes do APP. Para os APPs com duas ou mais aberturas com elementos transparentes, o valor de $A_{t,APP}$ equivale ao somatório das áreas de superfície dos elementos transparentes das aberturas.

4.16 Áreas de uso comum - AUC

Ambientes de uso coletivo de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, incluindo: circulações, halls, garagens, escadas, antecâmaras, elevadores, corredores, estacionamento de visitantes, guaritas, copa, espaços destinados a funcionários ou colaboradores, acessos externos, salões de festa, brinquedoteca, banheiros coletivos, bicicletário, quadra poliesportiva, sala de cinema, sala de estudo, sala de ginástica, playground, churrasqueira, ou ambientes de usos similares aos citados. Não são consideradas áreas de uso comum para efeito desta INI-R, espaços não frequentados pelos moradores e/ou funcionários.

4.17 Área efetiva de abertura para ventilação $A_{V,APP}$ (m²)

Área de abertura na fachada que permite a livre circulação do ar, devendo ser descontadas as áreas de perfis, de vidros e de qualquer outro obstáculo. No cálculo da área efetiva de abertura para ventilação do APP, não devem ser consideradas as áreas de portas internas e de portas externas de acesso principal da unidade habitacional.

4.18 Caixilho

Moldura opaca onde são fixados os vidros de janelas, portas e painéis.

4.19 Capacidade térmica - CT (kJ/(m².K))

Quantidade de calor necessária para variar, em uma unidade, a temperatura de um sistema. A capacidade térmica é calculada conforme a ABNT NBR 15220-2. Para a capacidade térmica de paredes externas, adota-se o termo CT_{par} e para a capacidade térmica de coberturas adota-se o termo $CT_{cob.}$

4.20 Carga térmica de aquecimento - CgTA (kWh/ano)

Quantidade de calor a ser fornecida ao ar para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.21 Carga térmica de refrigeração - CgTR (kWh/ano)

Quantidade de calor a ser retirada do ar para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.22 Carga térmica total - CgTT (kWh/ano)

Quantidade total de calor, fornecida e/ou retirada do ar, para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.23 Classificação de eficiência energética

Classificação da eficiência energética alcançada pela edificação e/ou sistema avaliado, variando de A (mais eficiente) até E (menos eficiente).

4.24 Cobertura

Parcela da área de fechamentos opacos superiores da edificação, com inclinação inferior a 60° em relação ao plano horizontal.

4.25 Coeficiente de descarga - C_d (adimensional)

Razão entre o fluxo de ar real em relação ao fluxo ideal que passa pela abertura. O coeficiente de descarga está relacionado com as resistências de fluxo de ar nas aberturas de portas e janelas, quando abertas.

4.26 Coeficiente de performance - COP (W/W)

Relação entre a capacidade do resfriamento do sistema de condicionamento de ar e a potência elétrica necessária para seu funcionamento em plena carga.

4.27 Coletor solar térmico

Dispositivo projetado para absorver a radiação solar e transferir a energia térmica produzida para um fluido de trabalho que passa pelo equipamento sob a forma de energia térmica.

4.28 Condição real

Condição que representa a unidade habitacional, as áreas de uso comum e/ou o(s) sistema(s) individual(is) da unidade habitacional e da área de uso comum avaliada, conservando suas características reais e/ou conforme projeto.

4.29 Condição de referência

Condição que representa a unidade habitacional, as áreas de uso comum e/ou o(s) sistema(s) individual(is) da unidade habitacional e da área de uso comum avaliada, adotando-se características de referência.

4.30 Condutividade térmica -λ (W/(m.K))

Propriedade física de um material homogêneo e isótropo, igual a densidade do fluxo de calor constante ocasionado por um gradiente de temperatura uniforme de 1 Kelvin por metro.

4.31 Consumo energético (kWh/ano)

Estimativa da energia consumida pela edificação durante um ano, em energia elétrica, térmica ou primária.

4.32 Consumo para aquecimento - CA (kWh/ano)

Consumo anual de energia elétrica necessário para fornecer determinada carga térmica de aquecimento (CgTA) a fim de manter as condições desejadas em um ambiente.

4.33 Consumo para refrigeração - CR (kWh/ano)

Consumo anual de energia elétrica necessário para remover determinada carga térmica de refrigeração (CgTR) a fim de manter as condições desejadas em um ambiente.

4.34 Cooling seasonal performance factor - CSPF

Fator de desempenho sazonal de resfriamento, determinado pela proporção entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O CSPF é calculado conforme definido pela norma ISO 16358-1:2013, considerando o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga e utilizando o arquivo climático horário (EPW) da cidade em análise e horas de ocupação.

4.35 Densidade de potência de equipamentos em uso - DPE (W/m²)

Razão entre o somatório da potência dos equipamentos instalados e a área de piso do ambiente.

4.36 Densidade de potência de iluminação - DPI (W/m²)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de piso do ambiente.

4.37 Densidade de potência de iluminação limite - DPI_L(W/m²)

Limite máximo aceitável de DPI.

4.38 Dias de ocupação - N_{ano}

Número de dias no ano que a edificação está em uso.

4.39 Dimensão horizontal da parede externa (m)

Dimensão horizontal das paredes externas do APP, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, e determinada para as orientações Norte, Sul, Leste e Oeste.

4.40 Dimensão horizontal da parede interna (m)

Dimensão horizontal da parede interna, incluindo as portas, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, e determinada para as orientações Norte, Sul, Leste e Oeste.

4.41 Dimensão horizontal de paredes e portas em contato com APT, dormitório ou sala (m)

Dimensão horizontal de paredes e portas, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, em função do seu contato com ambientes adjacentes. Deve-se obter, separadamente, a dimensão de paredes em contato com o dormitório, paredes em contato com a sala e paredes em contato com os ambientes de permanência transitória.

4.42 Dispositivo de proteção solar

Elementos externos que proporcionam sombreamento nas fachadas da edificação, tais como venezianas, brises com projeção horizontal e vertical, varandas e beirais.

4.43 Dormitório

Ambiente da UH utilizado para dormir.

4.44 Edificação de energia quase zero - NZEB

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida supre 50% ou mais de sua demanda anual de energia.

4.45 Edificação de energia positiva - EEP

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida é superior à sua demanda anual de energia.

4.46 Edificação de uso misto

Edificação que possui parte destinada ao uso residencial e parte destinada a outros usos, como comerciais, de serviços e/ou públicos. As parcelas residenciais devem ser avaliadas pela INI-R e as parcelas comerciais, de serviços e públicas devem ser avaliadas pela INI-C.

4.47 Edificação multifamiliar

Edificação que possui mais de uma unidade habitacional (UH) autônoma em um mesmo lote, em relação de condomínio, podendo configurar edifício de apartamentos, sobrado ou grupamento de edificações. Casas geminadas ou "em fita", quando situadas no mesmo lote, enquadram-se nesta classificação. Estão excluídos desta categoria hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis e similares.

4.48 Edificação residencial

Edificação utilizada para fins habitacionais, que contenha espaços destinados ao repouso, alimentação, serviços domésticos e higiene, não podendo haver predominância de atividades como comércio, escolas, associações ou instituições de diversos tipos, prestação de serviços, diversão, preparação e venda de alimentos, escritórios e serviços de hospedagem, sejam eles hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis ou similares.

4.49 Edificação unifamiliar

Edificação que possui uma única unidade habitacional (UH) autônoma no lote.

4.50 Elemento transparente

Elemento translúcido ou transparente da envoltória, que permite a entrada de luz, incluindo, por exemplo, vidros, painéis plásticos e paredes de blocos de vidro.

4.51 Emissividade - ε (adimensional)

Quociente da taxa de radiação emitida por uma superfície pela taxa de radiação emitida por um corpo negro, à mesma temperatura.

4.52 Energia primária

Forma de energia disponível na natureza que não foi submetida a qualquer processo de conversão ou transformação. É a energia contida nos combustíveis ainda brutos (primários), podendo ser proveniente de fontes renováveis ou não renováveis. Quando não utilizada diretamente, pode ser transformada em fontes de energia secundárias como eletricidade e calor.

4.53 Envoltória

Conjunto de planos que separam o ambiente interno do ambiente externo, tais como fachadas, empenas, cobertura, aberturas, pisos, assim como quaisquer elementos que os compõem.

4.54 Equipamento economizador de água

Equipamento hidráulico que possui consumo de água inferior a modelos convencionais.

4.55 Espaço interno

Área interna da edificação com função específica, com extensão independente de divisões por paredes ou portas. Um ambiente pode conter um ou mais espaços internos. Salas com cozinha conjugada, salas com corredor ou hall de entrada e dormitórios com closet são exemplos de ambientes compostos por mais de um espaço interno, desde que não existam divisórias do piso ao teto entre estes espaços.

4.56 Esquadria

Nome genérico dos componentes formados por perfis utilizados nas edificações. As esquadrias são definidas pela ABNT NBR 10821-1, segundo a sua finalidade, o seu movimento, as suas partes e os seus componentes.

4.57 Fachada

Superfícies externas verticais ou com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal. Inclui as superfícies opacas, translúcidas, transparentes e vazadas como cobogós e vãos de entrada.

4.58 Fachada leste

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 90° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 90° são consideradas fachada leste.

4.59 Fachada norte

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 0° a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 0º são consideradas fachada norte.

4.60 Fachada oeste

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 270° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 270º são consideradas fachada oeste.

4.61 Fachada sul

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 180° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 180º são consideradas fachada sul.

4.62 Fator solar - FS (adimensional)

Razão entre o ganho de calor que entra em um ambiente por uma abertura e a radiação solar incidente nesta mesma abertura, a qual inclui o calor radiante transmitido pelo vidro e a radiação solar absorvida, que é transmitida ao ambiente por condução ou convecção. O fator solar considerado é relativo à incidência de radiação solar ortogonal à abertura. O fator solar também é conhecido internacionalmente como "g" (solar factor - ISO 9050) e SHGC (Solar Heat Gain Coefficient - ASHRAE fundamentals ou ANSI/NFRC 200).

4.63 Fontes alternativas de água não potável

Fonte de água não potável, podendo ser utilizada em usos não potáveis da edificação em alternativa à água potável fornecida pela empresa prestadora de serviços de saneamento. Para fins desta INI-R, considera-se como fontes alternativas de água não potável a água da chuva, água pluvial, água clara e reuso de água, conforme definidos na ABNT NBR 16783 em sua versão vigente.

4.64 Fração solar

Parcela de energia requerida para aquecimento da água que é suprida pela energia solar.

4.65 Geração local de energia renovável

Geração de energia proveniente de recursos naturais renováveis, como hídrica, solar, eólica, geotérmica e cogeração qualificada, instalada nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida.

4.66 Incremento do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - ΔPHFT (%)

Diferença entre o valor de PHFT obtido pelo modelo real em relação ao valor de PHFT obtido pelo modelo de referência.

4.67 Incremento mínimo do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - $\Delta PHFT_{mín}$ (%)

Diferença mínima entre o valor de PHFT obtido pelo modelo real em relação ao valor de PHFT obtido pelo modelo de referência.

4.68 Índice de desempenho de resfriamento sazonal - IDRS

Razão entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para resfriamento no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O IDRS permite considerar o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, para um clima brasileiro médio, conforme definido pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.

4.69 Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas - INI-C

Documento que estabelece os critérios e os métodos para classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

4.70 Janela

Esquadria, vertical ou inclinada, geralmente envidraçada, destinada a preencher um vão, em fachadas ou não. Uma finalidade da janela é permitir a iluminação e/ou ventilação de um recinto para outro.

4.71 Modelo de referência

Modelo de simulação computacional termoenergética que representa a unidade habitacional avaliada, adotando-se características de referência.

4.72 Modelo real

Modelo de simulação computacional termoenergética que representa a unidade habitacional avaliada, conservando suas características geométricas, propriedades térmicas e composições construtivas.

4.73 Padrão de uso (h)

Número de horas em que um determinado equipamento é utilizado.

4.74 Paredes externas

Superfícies opacas que delimitam o interior do exterior da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.75 Paredes internas

Superfícies opacas que subdividem o espaço interno da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.76 Pavimento

Espaço construído em uma edificação, compreendido entre o piso e o teto.

4.77 Pavimento de cobertura

Pavimento localizado no último andar da edificação.

4.78 Pavimento de subsolo

Pavimento situado sob o nível de acesso da edificação no terreno, podendo ser enterrado ou semienterrado em relação ao nível natural do terreno.

4.79 Pavimento térreo

Pavimento que dá acesso à entrada principal da edificação, geralmente localizado no mesmo nível da via pública.

4.80 Pavimento tipo

Pavimento localizado em andar intermediário, ou seja, que não esteja nem no último, nem no primeiro andar da edificação.

4.81 Pavimento tipo com cobertura parcialmente exposta

Pavimento localizado em andar intermediário, com superfície da cobertura parcialmente exposta ao ambiente externo.

4.82 Pé-direito - PD (m)

Distância vertical entre o piso e a parte inferior do teto ou forro de um ambiente.

4.83 Percentual de abertura para ventilação - $P_{v,APP}$ (%)

Razão entre a área efetiva de abertura para ventilação do APP e a sua área de piso.

4.84 Percentual de elementos transparentes - $P_{t,APP}$ (%)

Razão entre a área de superfície dos elementos transparentes do APP e a sua área de piso.

4.85 Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - PHFT (%)

Razão entre as horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa estabelecida e o total de horas de ocupação do ambiente. O PHFT é calculado para cada APP, com PHFT da UH obtido a partir da média aritmética entre os valores de todos os APPs.

4.86 Pilotis

Área aberta, sustentada por pilares, que corresponde à projeção da superfície do pavimento imediatamente acima.

4.87 Porta

Esquadria que, entre outras finalidades, permite ou impede o acesso de um recinto para outro.

4.88 Redução da carga térmica total - RedCgTT (%)

Redução percentual da CgTT obtida pelo modelo real em relação à CgTT obtida pelo modelo de referência.

4.89 Redução mínima da carga térmica total - $RedCgTT_{mín}$ (%)

Redução percentual mínima da CgTT obtida pelo modelo real em relação à CgTT obtida pelo modelo de referência.

4.90 Resistência térmica de elementos e componentes - R (m².K/W)

Quociente da diferença de temperatura verificada entre as superfícies de um elemento ou componente construtivo pela densidade de fluxo de calor, em regime estacionário.

4.91 Sistema de condicionamento de ar

Processo de tratamento de ar destinado a alterar/influenciar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar de um ambiente.

4.92 Sistema fotovoltaico

Conjunto de elementos que geram e fornecem eletricidade pela conversão da energia solar.

4.93 Sistema solar de aquecimento

Sistema composto de coletor solar e outros componentes para o fornecimento de energia térmica.

4.94 Temperatura de setpoint (°C)

Temperatura preestabelecida para o funcionamento de um sistema de controle automático.

4.95 Temperatura operativa - To (°C)

Valor médio entre a temperatura do ar e a temperatura radiante média do ambiente.

4.96 Temperatura operativa anual máxima (Tomáx)

Temperatura operativa anual máxima observada em um APP, durante o seu período de ocupação. A temperatura operativa anual máxima da UH é considerada como a maior entre os valores dos APPs.

4.97 Temperatura operativa anual mínima (Tomín)

Temperatura operativa anual mínima observada em um APP, durante o seu período de ocupação. A temperatura operativa anual mínima da UH é considerada como a menor entre os valores dos APPs.

4.98 Transmitância térmica - U (W/(m².K))

Transmissão de calor em unidade de tempo e através de uma área unitária de um elemento ou componente construtivo; neste caso, dos vidros e dos componentes opacos das paredes externas e coberturas, incluindo as resistências superficiais interna e externa, induzida pela diferença de temperatura entre dois ambientes. A transmitância térmica é calculada utilizando o método de cálculo da ABNT NBR 15220-2. Para a transmitância térmica de paredes externas, adota-se o termo U_{par} e para a transmitância térmica de coberturas adota-se o termo $U_{cob.}$

4.99 Unidade habitacional (UH)

Bem imóvel destinado à moradia e dotado de acesso independente. Corresponde a uma unidade de uma edificação multifamiliar (apartamento) ou a uma edificação unifamiliar (casa).

4.100 Vão

Abertura existente na parede, que pode receber uma esquadria.

4.101 Veneziana

Pano tradicionalmente formado por palhetas horizontais, verticais ou inclinadas, superpostas, paralelas entre si, ou peça contínua, que possibilitam a ventilação permanente dos recintos e alguma iluminação sem, no entanto, devassar o interior.

4.102 Zona bioclimática - ZB

Região geográfica homogênea quanto aos elementos climáticos que interferem nas relações entre ambiente construído e conforto humano de acordo com a ABNT NBR 15220-3.

5. VISÃO GERAL

A presente Instrução Normativa Inmetro especifica os critérios e os métodos para classificação de edificações residenciais quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

As edificações submetidas a esta INI-R devem atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes e aplicáveis.

Neste documento são apresentados os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética de edificações residenciais e de áreas de uso comum.

Para as edificações residenciais, a estimativa do consumo de energia pode ser realizada por meio dos métodos prescritivo, simplificado e de simulação. No método prescritivo, a classificação da envoltória é obtida por meio da comparação de características geométricas dos APPs e de propriedades térmicas dos sistemas construtivos, em relação aos valores de referência destes parâmetros, determinados no procedimento simplificado da ABNT NBR 15575:2021 das partes 4 e 5, nas seções 11 de ambas as partes. Seguindo o procedimento simplificado da NBR 15575, o desempenho térmico mínimo equivale à classe C de eficiência energética da envoltória. Para obtenção de classificação mais elevada na envoltória (classes B ou A), esta deve ser avaliada pelo método simplificado ou de simulação. Nos métodos simplificado e de simulação, a classificação é realizada com base no percentual de redução do consumo de energia primária, comparando-se o consumo da edificação no modelo real com a mesma edificação com características de referência (modelo de referência), equivalente à classe C. Independentemente do método de avaliação da envoltória, o sistema de aquecimento de água será avaliado pelo método simplificado, tendo como base o percentual de redução do consumo de energia do sistema da edificação na condição real com o consumo da condição de referência. Para as áreas de uso comum, a estimativa do consumo de energia deve ser realizada pelo método simplificado. A classificação é realizada por meio do percentual de redução do consumo de energia primária das áreas de uso comum, comparando-se o consumo da área de uso comum na condição real com uma condição de referência.

Esta INI-R está organizada em um texto principal e sete Anexos (de A a G). No texto principal são apresentadas as condições de aplicação dos métodos prescritivo e simplificado da envoltória (item 6), as condições de elegibilidade para a classificação A (item 7), os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das unidades habitacionais (UHs) e dos sistemas individuais (item 8) e os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais (item 9).

No Anexo A são apresentados os procedimentos para a determinação da eficiência energética da envoltória pelo método prescritivo.

No Anexo B são apresentados os parâmetros para a determinação da eficiência energética pelo método simplificado, subdivididos em: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II) e aquecimento de água (B.III). A avaliação da envoltória pelo método simplificado considera os seguintes parâmetros, estabelecidos pela ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4, conforme descrito no item B.I.1 desta INI-R: o percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), as temperaturas operativas anuais máximas (Tomáx) e mínima (Tomín), e as cargas térmicas de aquecimento (CgTA), de refrigeração (CgTR) e total (CgTT). Por meio do sistema de condicionamento de ar são determinados os consumos para refrigeração (CR_{UH}) e aquecimento (CA_{UH}) da UH e na avaliação do sistema de aquecimento de água são determinados os consumos para atender a demanda de água quente da UH.

No Anexo C são apresentados os procedimentos para a determinação dos percentuais de redução de carga térmica e consumo de energia para refrigeração e aquecimento, quando houver, pelo método de simulação termoenergética. Este Anexo também apresenta o procedimento para determinação do PHFT, da Tomáx e da Tomín. A carga térmica, o PHFT, a Tomáx e a Tomín representam indicadores de desempenho térmico estabelecidos pela ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4, cujo procedimento de simulação computacional está incorporado a esta INI-R, dadas as correspondências descritas no item 8.2.1.

No Anexo D são apresentados os procedimentos para determinação do potencial de geração local de energia renovável e dispostas as condições de avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEP).

No Anexo E são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de acréscimo ou redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) da edificação avaliada.

No Anexo F são estabelecidos os critérios para a avaliação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional.

E, finalmente, no Anexo G são estabelecidos os critérios para avaliação das áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais.

6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO da envoltória

Neste item são descritas as condições para aplicação dos métodos prescritivo e simplificado utilizados nesta Instrução Normativa Inmetro para a Classe de Eficiência Energética de Edificações Residenciais.

6.1. Método prescritivo

O método prescritivo, descrito no Anexo A, é aplicável à envoltória de qualquer edificação residencial unifamiliar ou unidade habitacional de edificação multifamiliar, mas permite, apenas, a classificação da envoltória em classe C de eficiência energética.

6.2. Método simplificado

O método simplificado, descrito no Anexo B.I, abrange boa parte das soluções arquitetônicas mais difundidas em edificações residenciais; porém, sua aplicação é restrita às edificações que tenham os seus parâmetros construtivos compreendidos entre os intervalos utilizados na proposição do método, descritos na Tabela 6.1. Os casos não compreendidos pelos limites de aplicação do método simplificado devem ser avaliados pelo método de simulação, descrito no Anexo C.

Os limites de aplicação do método para determinação da carga térmica anual de refrigeração ($CgTR_{real}$) e de aquecimento ($CgTA_{real}$) para o modelo real, assim como do PHFT, Tomáx e Tomín referem-se às propriedades térmicas e geométricas da envoltória, listados na Tabela 6.1.

As propriedades térmicas da envoltória devem ser calculadas conforme a parte 2 da ABNT NBR 15220 em sua versão vigente (ou eventuais normas ou atualizações que venham a substituí-la) ou, ainda, utilizando o catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em <www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>

Tabela 6.1 – Limites de aplicação do método simplificado

Parâmetro	Limites do método	
	Mínimo	Máximo
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,90
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,90
Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito e esquerdo (AHF_2 e AHF_1)	0º	80º
Ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC})	0º	55º
Ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE)	0º	60º
Área de piso do ambiente de permanência prolongada	5 m²	100 m²
Área de piso do ambiente de permanência transitória	2 m²	100 m²
Área de superfície dos elementos transparentes	0 m²	60 m²
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	25 kJ/(m².K)	550 kJ/(m².K)
Capacidade térmica das paredes externas (CT_{par})	26 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)
Capacidade térmica do piso (CT_{piso})	25 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)
Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro	-45º	45º
Dimensão horizontal da parede externa (por orientação)	0 m	15 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com sala	0 m	65 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com dormitório	0 m	60 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com APT	0 m	50 m
Área efetiva de abertura para ventilação	0 m²	60 m²
Fator solar do elemento transparente (FS)	0,20	0,87
Pé-direito (PD)	2,40 m	7,50 m
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,45 W/(m².K)	3,80 W/(m².K)
Transmitância térmica das paredes externas (U_{par})	0,24 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)
Transmitância térmica do piso (U_{piso})	0,70 W/(m².K)	4,10 W/(m².K)
Transmitância térmica do elemento transparente	2,50 W/(m².K)	5,87 W/(m².K)

Nota 1: A absortância solar a ser considerada é a média das absortâncias de cada parcela das paredes, ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam, excluindo a absortância das esquadrias e das áreas envidraçadas das aberturas.

Nota 2: A transmitância térmica a ser considerada é a média das transmitâncias de cada parcela das paredes externas (excluindo aberturas), ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam.

Nota 3: A capacidade térmica a ser considerada é a média das capacidades de cada parcela das paredes externas (excluindo aberturas), ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam.

Nota 4: No modelo real, deve ser avaliada a ocorrência de pontes térmicas nas superfícies externas que compõem os APPs. Quando, na composição das superfícies externas, estiver presente qualquer elemento com coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$, Equação 6.1) que represente mais do que 20 % do coeficiente de transferência térmica total (H_{total}, Equação 6.2) da superfície, a transmitância térmica e a capacidade térmica deste elemento devem ser consideradas no método simplificado. Essa consideração deve ser realizada por meio da ponderação do valor dessas propriedades pela área que ocupam. O coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$) deve ser calculado pela equação:

$$H_{el,i} = A_{el,i}.U_{el,i} \qquad \textbf{Equação (6.1)}$$

Onde:
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
$A_{el,i}$ é a área de superfície do elemento "i", expressa em metros quadrados (m²);
$U_{el,i}$ é a transmitância térmica do elemento "i", expressa em watts por metro quadrado kelvin (W/(m².K)).

O coeficiente de transferência térmica total (H_{total}) deve ser calculado pela equação:

$$H_{total} = \sum_{i=1}^{n} H_{el,i} \qquad \textbf{Equação (6.2)}$$

Onde:
H_{total} é o coeficiente de transferência térmica total da superfície, expresso em watts por kelvin (W/K);
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
n é o número de elementos que compõem a superfície externa.

Nota 5: Para ambientes em que parte da cobertura é exposta e parte é laje entre pavimentos, deve-se considerar cobertura exposta quando 30% ou mais da área de cobertura está exposta.

Nota 6: Para ambientes em que parte do piso está em contato com o solo e laje entre pavimentos, deve-se considerar em contato com o solo quando 30% ou mais da área de piso está em contato com o solo.

Nota 7: Caso um ambiente possua diferentes valores de pé-direito, deve-se adotar um valor médio, de forma que o volume seja mantido.

7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A

Para a edificação ser elegível à classificação A de eficiência energética, todas as condições dos sistemas individuais, quando aplicáveis, devem ser atendidas. Os critérios apresentados no item 7.1 devem ser considerados quando a avaliação da envoltória for realizada pelos métodos simplificado ou simulação. Os critérios apresentados no item 7.2 devem ser considerados independentemente do método de avaliação aplicado para a envoltória (prescritivo, simplificado ou simulação).

7.1 Envoltória

Para que a envoltória de edificações condicionadas artificialmente possa ser elegível à classificação A, é necessário atender ao requisito de espessura do isolamento da tubulação de condicionamento de ar.

7.1.1 Sistemas split

Caso a edificação seja entregue com espera para instalação do sistema de condicionamento de ar ou possua sistema instalado, este deve atender ao requisito de isolamento térmico de tubulações para a condução de fluídos. Este requisito deve ser avaliado por equipamento.

A Tabela 7.1 apresenta as espessuras mínimas para o isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração. Para isolamentos térmicos cuja condutividade térmica esteja fora das faixas estipuladas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

$$E = r.\left[\left(1+\frac{e}{r}\right)^{\lambda/\lambda'} - 1\right] \qquad \textbf{Equação (7.1)}$$

Onde:
E é a espessura mínima do isolamento térmico (mm);
r é o raio externo da tubulação (mm);
e é a espessura de isolamento térmico, listada na Tabela 7.1 para a temperatura de fluido e tamanho da tubulação em questão (mm);
λ é a condutividade térmica do material alternativo à temperatura média indicada para a temperatura do fluido (W/(m.K));
λ' é o valor superior do intervalo de condutividade listado na tabela para a temperatura do fluido (W/(m.K)).

Tabela 7.1 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (**splits** convencionais e **inverter**)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d ≤ 10	10 < d ≥ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

7.1.2 Sistemas centrais

Devem ser observados os critérios definidos no item 7.1.2.2 da INI-C.

7.2 Sistema de aquecimento de água

Para que o sistema de aquecimento de água da edificação em avaliação possa ser elegível à classificação A, é necessário atender aos critérios de automação para o sistema de recirculação, de controle de acionamento de múltiplos aquecedores e de isolamento térmico de tubulações e reservatórios, quando existentes.

O não cumprimento de algum destes requisitos, quando aplicáveis, possibilita atingir no máximo classificação B de eficiência energética para o sistema de aquecimento de água.

7.2.1 Automação do sistema de recirculação

Quando existente, o circuito de recirculação de água deve possuir um dispositivo de controle automático para o acionamento da recirculação de forma pré-programada. Este dispositivo de controle automático deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Acionamento associado à temperatura da rede de distribuição;

b) Automação por período pré-programado (ex.: timer);

c) Comando de acionamento manual ou automático em função da demanda de água quente.

7.2.2 Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação

Quando existentes, as tubulações destinadas à distribuição e recirculação de água quente devem ser apropriadas para a função a que se destinam, possuindo isolamento térmico com espessura mínima e condutividade térmica determinadas de acordo com a Tabela 7.2. Estes requisitos são aplicáveis para:

a) Sistemas de aquecimento de água de edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2 e 3;

b) Tubulação de distribuição de água quente com comprimento superior à 300 metros;

c) Tubulação de recirculação de água quente de qualquer comprimento.

Tabela 7.2 – Espessura mínima e condutividade térmica de isolamento de tubulações de distribuição e recirculação de água quente

Elemento	Condutividade térmica (W/(m.K))	Espessura mínima do isolamento (mm)
Tubulações internas de distribuição e recirculação de água de água quente	≤ 0,040	13

Fonte: adaptado de AS/NZS 3500.4 (2003).

7.2.3 Reservatório de água quente

Quando existentes, os reservatórios de água quente devem obedecer aos limites de perda específica de energia máxima descritos na Tabela 7.3.

Tabela 7.3 – Perda específica térmica de reservatório de água quente em **standby**

Volume de Reservatório (litros)	Perdas (kWh/dia)
100	0,865
150	1,349
200	1,799
250	2,249
300	2,699
400	2,932
500	3,498
600	3,998
800	4,798

Nota: Para dimensões não especificadas nesta Tabela, deve-se utilizar a Equação 7.2, obtida a partir da regressão linear dos valores tabelados.

$$E_{\lambda,res} = 0{,}0054.V_{res} + 0{,}6936 \qquad \textbf{Equação (7.2)}$$

Onde:
$E_{\lambda,res}$ é a perda térmica específica do reservatório (kWh/dia);
V_{res} é o volume do reservatório (litros).

8. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E UNIDADES HABITACIONAIS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES PELOS MÉTODOS SIMPLIFICADO E DE SIMULAÇÃO

A classificação de eficiência energética das unidades habitacionais (UHs) deve ser realizada por meio do seu percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP}$), comparando-se a edificação na condição real com a condição de referência.

Independentemente do método utilizado, são avaliados dois sistemas individuais: a envoltória e o aquecimento de água. A avaliação da envoltória pelos métodos simplificado e de simulação considera a carga térmica de aquecimento (CgTA), quando houver, e a de refrigeração (CgTR) dos ambientes de permanência prolongada (APPs), bem como considera o percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín). A UH e os sistemas individuais são classificados da classe A (mais eficiente) à classe E (menos eficiente).

Nota: O sistema de condicionamento de ar, descrito no item B.II, auxilia na determinação do consumo para refrigeração e aquecimento da envoltória, dividindo a carga térmica de refrigeração e aquecimento pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar (CEE) do aparelho. Este sistema, entretanto, não é classificado nas UHs.

O consumo de energia primária da edificação resulta da soma das energias elétrica e térmica, que devem ser devidamente transformadas a partir de seus fatores de conversão, descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

A classificação é obtida para todos os sistemas em conjunto.

8.1 Classificação da eficiência energética da unidade habitacional

A classificação da eficiência energética de unidades habitacionais (UHs) deve ser feita com base no percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{EP}$) da UH na condição real em comparação à mesma UH em sua condição de referência. O percentual de redução deve ser calculado por meio da Equação 8.1.

$$RedC_{EP} = ((C_{EP,ref} - C_{EP,real}) / C_{EP,ref}) \cdot 100 \qquad \text{Equação (8.1)}$$

Onde:
$RedC_{EP}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária da UH real em relação à UH na condição de referência (%);
$C_{EP,ref}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EP,real}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição real (kWh/ano).

O consumo de energia primária da UH na condição real ($C_{EP,real}$) e na condição de referência ($C_{EP,ref}$) deve ser calculado conforme as equações 8.2 e 8.3, respectivamente. O consumo de energia primária da UH na condição real ($C_{EP,real}$) é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,real}$, Equação 8.5) e térmica ($C_{ET,real}$, Equação 8.8), multiplicados pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

O consumo de energia primária da UH em sua condição de referência ($C_{EP,ref}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,ref}$, Equação 8.6) multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não deve ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável.

Os fatores de conversão da energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T) em energia primária podem ser consultados no site do PBE edifica[6], bem como na Tabela 8.1.

Tabela 8.1 – Fatores de conversão de energia elétrica e térmica em energia primária

Fonte de energia	Fator de conversão	
Energia elétrica	fc_E	1,6
Energia térmica - Gás Natural (GN)	fc_T	1,1
Energia térmica – Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	fc_T	1,1

$$C_{EP,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) - (G_{EE} \cdot fc_E) \qquad \text{Equação (8.2)}$$

Onde:
$C_{EP,real}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EP,ref} = (C_{EE,ref} \cdot fc_E) \qquad \text{Equação (8.3)}$$

Onde:
$C_{EP,ref}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária.

[6] https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs

Para a classificação da UH sem a geração de energia, o consumo de energia primária total da UH na condição real (CEPT,real) deve ser determinado sem a parcela relativa à energia gerada por fontes locais de energia renovável, conforme a Equação 8.4. Na sequência, este consumo deve ser comparado ao consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência (CEP,ref), determinado conforme a Equação 8.3.

$$C_{EPT,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) \qquad \text{Equação (8.4)}$$

Onde:
$C_{EPT,real}$ é o consumo de energia primária total da UH na condição real, sem a parcela relativa à geração de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

O consumo total de energia elétrica da UH na condição real (CEE,real, Equação 8.5) e na condição de referência (CEE,ref, Equação 8.6) é composto pela soma dos consumos para refrigeração (CR), para aquecimento (CA), para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica (CAAE) e consumo médio estimado dos equipamentos (CEQ).

$$C_{EE,real} = CR_{UH,real} + CA_{UH,real} + C_{AAE,real} + C_{EQ} \qquad \text{Equação (8.5)}$$

Onde:
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$CR_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH na condição real (kWh/ano);
$CA_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{AAE,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos (kWh/ano), calculado por meio da Equação 8.7.

$$C_{EE,ref} = CR_{UH,ref} + CA_{UH,ref} + C_{AAE,ref} + C_{EQ} \qquad \text{Equação (8.6)}$$

Onde:
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CR_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CA_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AAE,ref}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos (kWh/ano), calculado por meio da Equação 8.7.

O consumo médio de equipamentos (C_{EQ}) deve ser estimado pela Equação 8.7 e é o mesmo para a UH na condição real e na condição de referência. Estão excluídos deste cálculo o consumo de água quente e de condicionamento do ar, já computados pelas equações 8.5 e 8.6.

$$C_{EQ} = (44{,}6 + (26{,}6 \cdot N)) \cdot 12 \qquad \text{Equação (8.7)}$$

Onde:
C_{EQ} é o consumo médio estimado de equipamentos (kWh/ano);
N é o número de habitantes da UH; deve-se considerar duas pessoas por dormitório.

O consumo total de energia térmica da UH é exclusivo da condição real ($C_{ET,real}$, Equação 8.8) sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, somado ao consumo para aquecimento do ambiente por fontes de energia térmica, quando existentes.

$$C_{ET,real} = C_{AAT,real} + CA_{T,real} \qquad \text{Equação (8.8)}$$

Onde:
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{AAT,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
$CA_{T,real}$ é o consumo de energia térmica para aquecimento da UH na condição real (kWh/ano).

Nota: UHs que utilizam fontes de energia térmica para o atendimento da demanda de água quente e/ou aquecimento ambiental terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

A UH pode ser classificada de A até E. As escalas foram definidas em função do tipo de sistema de aquecimento de água (com ou sem acumulação), por serem sistemas de eficiências, funcionamento e consumo distintos.

Edificações energeticamente eficientes, e que tenham sistemas de geração de energia renovável instalados localmente, podem ser avaliadas como "Edificações de Energia Quase Zero" ou "Edificações de Energia Positiva", segundo os critérios apresentados no Anexo D.

A escala de classificação da UH é apresentada na Tabela 8.2, com intervalos estabelecidos a partir do valor do percentual de redução do consumo em energia primária da UH ($RedC_{EP}$), do sistema de aquecimento de água (SAA) e da zona bioclimática (ZB).

Tabela 8.2 - Intervalos das classificações de eficiência energética da UH

SAA	ZB	$RedC_{EP}$ (%)				
		Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
com acumulação	ZB1 a ZB3	$RedC_{EP} \geq 23$	$23 > RedC_{EP} \geq 11{,}5$	$11{,}5 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -11{,}5$	$RedC_{EP} < -11{,}5$
	ZB4 a ZB6	$RedC_{EP} \geq 26$	$26 > RedC_{EP} \geq 13$	$13 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -13$	$RedC_{EP} < -13$
	ZB7 e ZB8	$RedC_{EP} \geq 32$	$32 > RedC_{EP} \geq 16$	$16 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -16$	$RedC_{EP} < -16$
sem acumulação	ZB1 a ZB3	$RedC_{EP} \geq 18$	$18 > RedC_{EP} \geq 9$	$9 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -9$	$RedC_{EP} < -9$
	ZB4 a ZB6	$RedC_{EP} \geq 23$	$23 > RedC_{EP} \geq 11{,}5$	$11{,}5 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -11{,}5$	$RedC_{EP} < -11{,}5$
	ZB7 e ZB8	$RedC_{EP} \geq 30$	$30 > RedC_{EP} \geq 15$	$15 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -15$	$RedC_{EP} < -15$

8.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais

8.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória

A classificação da envoltória segue o procedimento de simulação computacional de avaliação do desempenho térmico, descrito na subseção 11.4 da ABNT NBR 15575-1, apresentando as seguintes equivalências:

- Classe A = Desempenho superior da ABNT NBR 15575-1: avalia o modelo real no atendimento dos critérios do nível mínimo, assim como quanto ao incremento do $PHFT_{UH}$ e à redução da carga térmica total ($RedCgTT_{UH}$) do modelo real em relação ao modelo de referência. Em comparação com o nível intermediário, o atendimento ao nível superior diferencia-se na obtenção de reduções mais elevadas da carga térmica total ($CgTT_{UH}$);

- Classe B = Desempenho intermediário da ABNT NBR 15575-1: avalia o modelo real no atendimento dos critérios do nível mínimo, assim como quanto ao incremento do $PHFT_{UH}$ e à redução da carga térmica total ($CgTT_{UH}$) do modelo real em relação ao modelo de referência;

- Classe C = Desempenho mínimo da ABNT NBR 15575-1 com adição de critério de carga térmica: avalia o $PHFT_{UH}$ e a temperatura operativa anual máxima ($Tomáx_{UH}$) da UH do modelo real em relação ao modelo de referência. Para edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2, 3 ou 4, também deve ser avaliada a temperatura operativa anual mínima ($Tomín_{UH}$). Adicionalmente aos critérios da NBR 15575-1 para o nível mínimo de desempenho térmico, o atendimento à classe C requer que a carga térmica total ($CgTT_{UH}$) do modelo real seja menor ou igual à $CgTT_{UH}$ do modelo de referência;

- Classe D = Desempenho mínimo da ABNT NBR 15575-1, considerando também um critério de carga térmica que permite que o modelo real obtenha carga térmica total ($CgTT_{UH}$) superior ao modelo de referência, dentro de uma proporção preestabelecida;

- Classe E = Desempenho inferior ao mínimo da ABNT NBR 15575-1 e em desacordo com o critério de carga térmica total da classe D de eficiência energética.

Os critérios para atendimento aos níveis de desempenho térmico da ABNT NBR 15575-1 são apresentados nos itens 8.2.1.1 a 8.2.1.4, considerando ajustes para a equivalência às classes de eficiência energética desta INI-R.

8.2.1.1 Percentual de horas de ocupação da UH dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$)

Para o atendimento ao critério de $PHFT_{UH}$ nas classes C e D, o modelo real deve apresentar, ao longo de um ano e durante os períodos de ocupação dos APPs, $PHFT_{UH,real}$ que seja superior a 90% do obtido para o modelo de referência ($PHFT_{UH,ref}$), conforme Tabela 8.3.

O atendimento ao critério de $PHFT_{UH}$ na classe B e na classe A é realizado por meio de um incremento do $PHFT_{UH,real}$ em relação ao $PHFT_{UH,ref}$ ($\Delta PHFT$), conforme apresentado na Tabela 8.3, seguindo o procedimento de cálculo da Equação 8.9. O valor referente ao $\Delta PHFT_{mín}$, que representa o incremento mínimo do $PHFT_{UH,real}$ para o atendimento às classes de eficiência energética, é fornecido na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A).

$$\Delta PHFT = PHFT_{UH,real} - PHFT_{UH,ref} \qquad \textbf{Equação (8.9)}$$

Onde:
$\Delta PHFT$ é o incremento do $PHFT_{UH,real}$ em relação ao $PHFT_{UH,ref}$;
$PHFT_{UH,real}$ é o percentual de horas de ocupação da UH no modelo real dentro de uma faixa de temperatura operativa (%);
$PHFT_{UH,ref}$ é o percentual de horas de ocupação da UH no modelo de referência dentro de uma faixa de temperatura operativa (%).

Tabela 8.3 - Critério de classificação de eficiência energética da envoltória quanto ao $PHFT_{UH}$

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$\Delta PHFT \geq \Delta PHFT_{mín}$	$\Delta PHFT \geq \Delta PHFT_{mín}$	$PHFT_{UH,real} > 0{,}9.PHFT_{UH,ref}$	$PHFT_{UH,real} > 0{,}9.PHFT_{UH,ref}$

8.2.1.2 Temperaturas operativas anuais máxima e mínima da UH ($Tomáx_{UH}$ e $Tomín_{UH}$)

Para as classes de eficiência energética D, C, B e A, em todas as zonas bioclimáticas, a temperatura operativa anual máxima do modelo real deve ser menor ou igual à obtida para o modelo de referência, após somado um valor de tolerância (ΔTomáx), conforme Equação 8.10:

$$Tomáx_{UH,real} \leq Tomáx_{UH,ref} + \Delta Tomáx \qquad \textbf{Equação (8.10)}$$

Onde:
$Tomáx_{UH,real}$ é a temperatura operativa anual máxima da UH no modelo real (°C);
$Tomáx_{UH,ref}$ é a temperatura operativa anual máxima da UH no modelo de referência (°C);
ΔTomáx é o valor de tolerância da temperatura operativa anual máxima (°C).

Nota: Deve-se considerar ΔTomáx igual a 2 °C para UHs unifamiliares e para UHs em edificações multifamiliares localizadas no pavimento de cobertura. Para UHs em edificações multifamiliares localizadas nos pavimentos térreo ou tipo, deve-se adotar ΔTomáx igual a 1 °C.

A temperatura operativa anual mínima deve ser analisada nas zonas bioclimáticas 1, 2, 3 ou 4, onde a $Tomín_{UH}$ do modelo real deverá ser igual ou superior à $Tomín_{UH}$ do modelo de referência, após reduzido um valor de tolerância (ΔTomín). Deve-se adotar ΔTomín igual a 1 °C para todas as UHs avaliadas. O critério de temperatura operativa anual mínima é descrito pela Equação 8.11:

$$Tomín_{UH,real} \geq Tomín_{UH,ref} - \Delta Tomín \qquad \textbf{Equação (8.11)}$$

Onde:
$Tomín_{UH,real}$ é a temperatura operativa anual mínima da UH no modelo real (°C);
$Tomín_{UH,ref}$ é a temperatura operativa anual mínima da UH no modelo de referência (°C);
ΔTomín é o valor de tolerância da temperatura operativa anual mínima (°C).

8.2.1.3 Carga térmica total da UH ($CgTT_{UH}$)

O critério de $CgTT_{UH}$ é considerado conforme Tabela 8.4, onde a $RedCgTT_{mín}$ representa o percentual mínimo de redução da $CgTT_{UH,real}$ em relação à $CgTT_{UH,ref}$.

Para o atendimento deste critério na classe D, o modelo real deve possuir $CgTT_{UH,real}$ superior à obtida para o modelo de referência ($CgTT_{UH,ref}$) em proporção limitada aos valores da Tabela 8.5.

O atendimento à classe C está condicionado à obtenção de $CgTT_{UH,real}$ inferior ou igual à $CgTT_{UH,ref}$, ou seja, a RedCgTT deve ser maior ou igual a zero.

O atendimento às classes B e A requer a obtenção de redução percentual mínima da $CgTT_{UH,real}$ em relação à $CgTT_{UH,ref}$, conforme Tabela 8.6 e Tabela 8.7, respectivamente. O cálculo da RedCgTT deve ser realizado conforme apresentado na Equação 8.12.

$$RedCgTT = ((CgTT_{UH,ref} - CgTT_{UH,real}) / CgTT_{UH,ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (8.12)}$$

Onde:
RedCgTT é a redução da carga térmica total da UH no modelo real em relação ao modelo de referência (%);
$CgTT_{UH,real}$ é a carga térmica total da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTT_{UH,ref}$ é a carga térmica total da UH no modelo de referência (kWh/ano).

Tabela 8.4 - Critério de classificação de eficiência energética da envoltória quanto à $CgTT_{UH}$

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$RedCgTT \geq RedCgTT_{mín\,A}$	$RedCgTT \geq RedCgTT_{mín\,B}$	$RedCgTT \geq 0\%$	$RedCgTT \geq RedCgTT_{mín\,D}$

8.2.1.4 Incremento mínimo do $PHFT_{UH,real}$ ($\Delta PHFT_{mín}$) e redução mínima da $CgTT_{UH,real}$ ($RedCgTT_{mín}$)

Os valores de $RedCgTT_{mín}$ são apresentados na Tabela 8.5 (classe D), na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A). Para as classes B e A, também é necessário o atendimento à $\Delta PHFT_{mín}$, apresentado na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A). A $RedCgTT_{mín}$ e o $\Delta PHFT_{mín}$ devem ser analisados a partir dos valores de $PHFT_{UH,ref}$ e de $CgTT_{UH,ref}$ do modelo de referência.

Tabela 8.5 - $RedCgTT_{mín\,D}$ para o atendimento à classe D de eficiência energética

Critério	Tipologia			
	Unifamiliar	Multifamiliar		
	-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$RedCgTT_{mín\,D}$ (%)			
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$	-17	-15	-22	-15
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$	-27	-20	-25	-20

Tabela 8.6 - $\Delta PHFT_{mín}$ e $RedCgTT_{mín\,B}$ para o atendimento à classe B de eficiência energética

Critério		Tipologia			
		Unifamiliar	Multifamiliar		
		-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$\Delta PHFT_{mín}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	Obtido a partir do ábaco ou equações da Figura 8.1			
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$RedCgTT_{mín\,B}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$	17	15	22	15
	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$	27	20	25	20

Tabela 8.7 - $\Delta PHFTmín$ e $RedCgTTminA$ para o atendimento à classe A de eficiência energética

Critério		Tipologia			
		Unifamiliar	Multifamiliar		
		-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$\Delta PHFT_{mín}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	Obtido a partir do ábaco ou equações da Figura 8.1			
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$RedCgTT_{mín\,A}$ (%)			
Todos os valores	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$	35	30	45	30
	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$	55	40	50	40

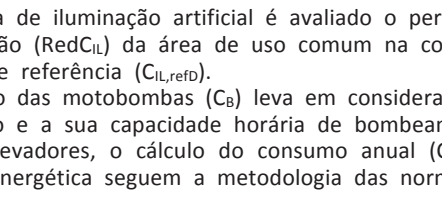
Nota 1: Nas Tabelas 8.5, 8.6 e 8.7, a $CgTT_{UH,ref}$ deve ser analisada em relação à $A_{p,UH}$, que representa a soma das áreas de piso de todos os APPs da UH ($A_{p,APP}$), em metros quadrados.

Nota 2: Caso ateste-se que a UH em análise não necessita do uso de sistemas de climatização de ar, ao longo de todo o ano, a classe A pode ser obtida se o $PHFT_{UH}$ do modelo real for igual ou superior à 95%. O modelo real também deve atender ao critério de temperaturas operativas anuais máxima e mínima ($Tomáx_{UH}$ e $Tomín_{UH}$). Mesmo quando atendidas estas condições, também devem ser calculadas as cargas térmicas de refrigeração e de aquecimento, quando houver, por meio da simulação considerando a utilização dos APPs sem o uso da ventilação natural, conforme descrito na ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.7.4.

Nota 3: A aplicação das Tabelas 8.5, 8.6 e 8.7 e da Figura 8.1 em edificações multifamiliares deve considerar:

- Os valores de $\Delta PHFT_{mín}$ e $RedCgTT_{mín}$ do pavimento térreo somente para as UHs posicionadas em contato com o solo;
- UHs localizadas em pavimento térreo sobre pilotis, ou que possuam pavimentos no subsolo abaixo delas, devem considerar os valores de $\Delta PHFT_{mín}$ e $RedCgTT_{mín}$ do pavimento tipo;
- Os valores de $\Delta PHFT_{mín}$ e $RedCgTT_{mín}$ do pavimento de cobertura para as UHs localizadas no último andar da edificação, assim como em pavimentos tipo com cobertura parcialmente exposta.

Figura 8.1 - Ábaco e equações para a obtenção do $\Delta PHFT_{mín}$ quando o $PHFT_{UH,ref}$ for inferior a 70%



8.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução de consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação, calculado de acordo com o Anexo B.III, subitem B.III.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme Tabela 8.8. Caso o valor de $RedC_{AA}$ for negativo, o sistema de aquecimento de água recebe a classificação E.

Tabela 8.8 - Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com o tipo de sistema para o aquecimento de água

Sistema	$RedC_{AA}$ (%)				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Com acumulação	$RedC_{AA} > 30$	$30 \geq RedC_{AA} > 20$	$20 \geq RedC_{AA} > 10$	$10 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$
Sem acumulação	$RedC_{AA} > 21$	$21 \geq RedC_{AA} > 14$	$14 \geq RedC_{AA} > 7$	$7 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$

9. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS ÁREAS DE USO COMUM

Este item tem por objetivo estabelecer os critérios para avaliação de áreas de uso comum (AUC) de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais (não se aplica às edificações unifamiliares).

A classificação deve ser realizada por meio do percentual de redução do consumo estimado de energia primária das áreas de uso comum ($RedC_{EP,AUC}$), comparando-se a condição real com sua condição de referência.

Para a classificação das AUC são avaliados cinco sistemas individuais: a iluminação artificial, as bombas e motobombas, os elevadores, o sistema de condicionamento de ar e o sistema de aquecimento de água. Além destes cinco sistemas, é adicionado o consumo médio estimado de outros equipamentos.

No sistema de iluminação artificial é avaliado o percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) da área de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$) em relação à condição de referência ($C_{IL,refD}$).

O consumo das motobombas (C_B) leva em consideração o volume de água que deve ser elevado e a sua capacidade horária de bombeamento.

Para os elevadores, o cálculo do consumo anual (C_{ELEV}) e a avaliação da classe de eficiência energética seguem a metodologia das normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2.

No sistema de condicionamento de ar avalia-se o coeficiente de eficiência energética de cada aparelho, conforme classificação no PBE. O consumo estimado para o sistema de condicionamento de ar da AUC (C_{AC}) na condição real e na condição de referência pode ser realizado com base na classificação por COP ou IDRS.

A avaliação do sistema de aquecimento de água é realizada por meio da redução do consumo do sistema na condição real em relação à condição de referência ($RedC_{AA,AUC}$), seguindo o mesmo procedimento descrito para avaliação do sistema de aquecimento de água das unidades habitacionais.

Os sistemas individuais são classificados da classe A (mais eficiente) à classe E (menos eficiente).

O consumo de energia primária da AUC resulta da soma das energias elétrica e térmica, que devem ser devidamente transformadas a partir de seus fatores de conversão, descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

A classificação das áreas de uso comum é obtida para todos os sistemas em conjunto, considerando os requisitos aplicáveis ao empreendimento, que são aqueles referentes aos espaços e equipamentos existentes nas áreas comuns. Por exemplo: se a edificação não possuir elevadores, o item correspondente não é aplicável e pode ser desconsiderado da classificação.

Nota: Se estiver previsto sistema de condicionamento de ar e/ou sistema de aquecimento de água e o empreendimento for entregue sem estes equipamentos, o empreendedor deve entregar a especificação mínima ao futuro proprietário juntamente com uma carta de crédito ou outra forma que possibilite a aquisição dos equipamentos para sua instalação posterior, sendo esta especificação utilizada para a avaliação.

9.1 Classificação da eficiência energética das áreas de uso comum

A determinação da classificação da eficiência energética das áreas de uso comum deve ser feita com base no percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP,AUC}$) das áreas de uso comum na condição real em comparação com características de referência. O percentual de redução deve ser calculado por meio da Equação 9.1 e a classificação obtida na Tabela 9.1 (para AUC sem elevador) e na Tabela 9.2 (para AUC com elevador).

$$RedC_{EP,AUC} = ((C_{EP,AUC,ref} - C_{EP,AUC,real}) / C_{EP,AUC,ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (9.1)}$$

Onde:
$RedC_{EP,AUC}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real em relação à AUC na condição de referência (%);
$C_{EP,AUC,ref}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EP,AUC,real}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano).

Tabela 9.1 – Limites inferiores de $RedC_{EP,AUC}$ para as áreas de uso comum sem elevador

Sistema	$RedC_{EP,AUC}$ (%) – sem elevador				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
AUC sem elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 30$	$30 > RedC_{EP,AUC} \geq 15$	$15 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -15$	$RedC_{EP,AUC} < -15$

Tabela 9.2 – Limites inferiores de $RedC_{EP,AUC}$ para as áreas de uso comum com elevador

Tipo de edificação	Quantidade de elevadores	$RedC_{EP,AUC}$ (%) – com elevador				
		Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Edificação com até 6 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 40$	$40 > RedC_{EP,AUC} \geq 20$	$20 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -20$	$RedC_{EP,AUC} < -20$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 50$	$50 > RedC_{EP,AUC} \geq 25$	$25 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -25$	$RedC_{EP,AUC} < -25$
Edificação de 7 até 20 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 28$	$28 > RedC_{EP,AUC} \geq 14$	$14 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -14$	$RedC_{EP,AUC} < -14$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 32$	$32 > RedC_{EP,AUC} \geq 16$	$16 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -16$	$RedC_{EP,AUC} < -16$
Edificação com mais de 20 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 26$	$26 > RedC_{EP,AUC} \geq 13$	$13 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -13$	$RedC_{EP,AUC} < -13$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 30$	$30 > RedC_{EP,AUC} \geq 15$	$15 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -15$	$RedC_{EP,AUC} < -15$

O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real ($C_{EP,AUC,real}$) e na condição de referência ($C_{EP,AUC,ref}$) deve ser calculado conforme as equações 9.2 e 9.3, respectivamente.

O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,AUC,real}$, Equação 9.4) e térmica ($C_{ET,AUC,real}$, Equação 9.7), multiplicado pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência ($C_{EP,AUC,ref}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,AUC,ref}$, Equação 9.5), multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não pode ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, caso existente.

Os fatores de conversão para energia primária variam de acordo com a fonte de energia empregada: energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T). Devem ser considerados os valores expressos na Tabela 8.1, conforme a fonte de energia utilizada na edificação.

$$C_{EP,AUC,real} = (C_{EE,AUC,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,AUC,real} \cdot fc_T) - (G_{EE,AUC} \cdot fc_E) \quad \textbf{Equação (9.2)}$$

Onde:
$C_{EP,AUC,real}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{EE,AUC,real}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,AUC,real}$ é o consumo total de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$G_{EE,AUC}$ é a energia gerada por fontes locais de energia renovável para as áreas de uso comum (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EP,AUC,ref} = (C_{EE,AUC,ref} \cdot fc_E) \quad \textbf{Equação (9.3)}$$

Onde:
$C_{EP,AUC,ref}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,AUC,ref}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária.

O consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real ($C_{EE,AUC,real}$, Equação 9.4) e na condição de referência ($C_{EE,AUC,ref}$, Equação 9.5) é composto pela soma dos consumos para iluminação ($C_{IL,real}$ ou $C_{IL,ref}$), consumo para bombas ($C_{B,real}$ ou $C_{B,ref}$), consumo para elevadores ($C_{ELEV,real}$ ou $C_{ELEV,ref}$), condicionamento de ar ($C_{AC,real}$ ou $C_{AC,ref}$), para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica ($C_{AAE,AUC,real}$ ou $C_{AAE,AUC,ref}$) e consumo médio estimado dos equipamentos ($C_{EQ,AUC}$).

$$C_{EE,AUC,real} = C_{IL,real} + C_{B,real} + C_{ELEV,real} + C_{AC,real} + C_{AAE,AUC,real} + C_{EQ,AUC} \quad \textbf{Equação (9.4)}$$

Onde:
$C_{EE,AUC,real}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{B,real}$ é o consumo das bombas elétricas das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{ELEV,real}$ é o consumo de energia elétrica dos elevadores na condição real (kWh/ano);
$C_{AC,real}$ é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{AAE,AUC,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano), calculado por meio da Equação 9.6.

$$C_{EE,AUC,ref} = C_{IL,ref} + C_{B,ref} + C_{ELEV,ref} + C_{AC,ref} + C_{AAE,AUC,ref} + C_{EQ,AUC} \quad \textbf{Equação (9.5)}$$

Onde:
$C_{EE,AUC,ref}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{IL,ref}$ é o consumo de iluminação das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{B,ref}$ é o consumo das bombas elétricas das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{ELEV,ref}$ é o consumo de energia elétrica dos elevadores na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AC,ref}$ é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AAE,AUC,ref}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano), calculado por meio da Equação 9.6.

Nota: Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

$$C_{EQ,AUC} = (P_i \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \quad \textbf{Equação (9.6)}$$

Onde:
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano);
P_i é a potência instalada dos equipamentos (W);
h são as horas de uso diárias da área de uso comum, obtidas na Tabela G.1 do Anexo G;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, obtidos Tabela G.1 do Anexo G.

Nota: A potência dos equipamentos (Pi) para as áreas de uso comum na condição real e sua condição de referência deve ser a mesma, e pode utilizada a densidade de potência de equipamentos em uso (DPE) obtida na Tabela G.2 do Anexo G ou por levantamento fornecido pelo projetista incluindo memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

O consumo total de energia térmica das áreas de uso comum é exclusivo da condição real ($C_{ET,AUC,real}$), sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, quando existente, conforme Equação 9.7.

$$C_{ET,AUC,real} = C_{AAT,AUC,real} \quad \textbf{Equação (9.7)}$$

Onde:
$C_{ET,AUC,real}$ é o consumo total de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{AAT,AUC,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano).

9.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais das AUC

9.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação

A escala relativa à classificação de eficiência energética do sistema de iluminação deve ser elaborada com base no percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da classificação D ($C_{IL,refD}$) para a classificação A ($C_{IL,refA}$). A definição das classes intermediárias da escala resulta da divisão do intervalo entre as classes D e A em três partes, "i", conforme Equação 9.8.

$$i = \frac{((C_{IL,refD} - C_{IL,refA}) / C_{IL,refD}).100}{3} \quad \textbf{Equação (9.8)}$$

Onde:
i é o coeficiente que representa os intervalos entre as classificações;
$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação para a classificação D (kWh/ano);
$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação para a classificação A (kWh/ano).

Os consumos do sistema de iluminação para as condições de referência equivalentes à classificação D e A ($C_{IL,refD}$ e $C_{IL,refA}$) devem ser calculados com base no Anexo G.I, subitem G.I.1.

Com o valor de "i" deve-se preencher a Tabela 9.3. A classificação de eficiência energética do sistema de iluminação é feita a partir do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da área de uso comum na condição real ($RedC_{IL}$) e a escala resultante, calculado conforme item G.I.1 do Anexo G. Caso o valor de $RedC_{IL}$ seja negativo, o sistema de iluminação recebe a classificação E.

Tabela 9.3 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para o sistema de iluminação

$RedC_{IL}$ (%)			
Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$RedC_{IL} > 3i$	$3i \geq RedC_{IL} > 2i$	$2i \geq RedC_{IL} > i$	$RedC_{IL} \leq i$

9.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas

A classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas baseia-se no percentual de redução de consumo em energia primária para o bombeamento de água ($RedC_B$), calculado de acordo com o item G.II do Anexo G. Os limites de redução de consumo das bombas e/ou motobombas, para cada intervalo de classificação, variam de acordo com a Tabela 9.4.

Tabela 9.4 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para as bombas e/ou motobombas

$RedC_B$ (%)				
Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
$RedC_B \geq 7,4$	$7,4 > RedC_B > 3,8$	$3,8 \geq RedC_B > 0$	$0 \geq RedC_B > -4,1$	$RedC_B \leq -4,1$

9.2.3 Determinação da classificação de eficiência energética dos elevadores

A classificação de eficiência energética dos elevadores na condição real é dada em função de seus consumos energéticos diários, calculados conforme as metodologias descritas nas normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2.

Caso haja mais de um elevador na edificação, com diferentes consumos e/ou classificações energéticas, deve-se calcular o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$). Para tanto, deve-se multiplicar o consumo dos elevadores por seus respectivos coeficientes relativos à eficiência (Cef_{ELEV}), descritos na Tabela 9.5, e dividir esse valor pela somatória dos consumos, conforme Equação 9.9, de forma a obter o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores da edificação ($Coef_{ELEV}$). Uma vez obtido o $Coef_{ELEV}$, os valores relativos à eficiência do sistema devem ser comparados com os valores da Tabela 9.6. Para edificações onde todos os elevadores possuam a mesma classificação, esse cálculo é dispensado, sendo adotada tal classificação como a do sistema.

Tabela 9.5 - Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador

Classe	Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador (Cef_{ELEV}) – até 20 UHs	Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador (Cef_{ELEV}) – acima de 20 UHs
A	1,00	1,00
B	1,50	1,67
C	3,00	2,50
D	6,00	4,17
E	12,00	6,25

Tabela 9.6 - Coeficiente relativo à eficiência do conjunto de elevadores

Classe	Coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$) – até 20 UHs	Coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$) – acima de 20 UHs
A	$Coef_{ELEV} = 1,00$	$Coef_{ELEV} = 1,00$
B	$1,00 < Coef_{ELEV} \leq 1,50$	$1,00 < Coef_{ELEV} \leq 1,67$
C	$1,50 < Coef_{ELEV} \leq 3,00$	$1,67 < Coef_{ELEV} \leq 2,50$
D	$3,00 < Coef_{ELEV} \leq 6,00$	$2,50 < Coef_{ELEV} \leq 4,17$
E	$Coef_{ELEV} > 6,00$	$Coef_{ELEV} > 4,17$

$$Coef_{ELEV} = \frac{\sum(C_{ELEV} \cdot Cef_{ELEV})}{\sum C_{ELEV}} \quad \textbf{Equação (9.9)}$$

Onde:
$Coef_{ELEV}$ é o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores;
C_{ELEV} é o consumo anual de cada elevador (kWh/ano);
Cef_{ELEV} é o coeficiente relativo à eficiência energética de cada elevador.

9.2.4 Determinação da classificação de eficiência do sistema de condicionamento de ar

A classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar das AUC deve ser obtida por meio da classificação de eficiência energética de cada equipamento, representada pelo coeficiente de eficiência energética (CEE_R), descrito no item B.II.1, multiplicado pela potência do respectivo equipamento. Caso haja mais de um tipo de equipamento ou equipamentos com classificações diferentes, deve-se realizar uma ponderação, conforme Equação 9.10. A Tabela 9.7 apresenta os intervalos para a classificação do sistema de condicionamento de ar.

Tabela 9.7 – Limites para classificação do sistema de condicionamento de ar

Classe	Coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de ar da AUC ($CEE_{R,AUC}$)
A	≥ 5,5
B	5,5 < $CEE_{R,AUC}$ ≤ 5,0
C	5,0 < $CEE_{R,AUC}$ ≤ 4,5
D	4,5 < $CEE_{R,AUC}$ ≤ 4,0
E	$CEE_{R,AUC}$ < 4,0

$$CEE_{R,AUC} = \frac{\sum(P_{equip} \times CEE_R)}{\sum P_{equip}}$$ **Equação (9.10)**

Onde:
$CEE_{R,AUC}$ é o coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de ar da AUC;
P_{equip} é a potência do equipamento de condicionamento de ar (em BTU/h);
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do equipamento de condicionamento de ar da AUC, conforme descrito no item B.II.1.

9.2.5 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente das áreas de uso comum, calculado de acordo com o item G.V do Anexo G. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme a Tabela 8.8.

ANEXO A - MÉTODO PRESCRITIVO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação da eficiência energética da envoltória da UH pelo método prescritivo.

A.1 Envoltória

O método prescritivo avalia os sistemas de vedações verticais externas (SVVE) quanto aos valores de transmitância térmica (U_{par}), capacidade térmica (CT_{par}), percentual de abertura para ventilação ($P_{v,APP}$), percentual de elementos transparentes ($P_{t,APP}$) e área de superfície dos elementos transparentes ($A_{t,APP}$) em relação aos critérios que indicam valores de referência para estes parâmetros, descritos na ABNT NBR 15575-4, Seção 11.

As coberturas são avaliadas quanto à sua transmitância térmica (U_{cob}), adotando-se o mesmo procedimento de comparação com um valor de referência, conforme descritos na ABNT NBR 15575-5, Seção 11.

A obtenção do desempenho térmico mínimo, por meio do atendimento aos critérios para os sistemas de vedações verticais externas (SVVEs) e de coberturas, conduz à classificação C de eficiência da envoltória. Caso algum requisito não seja atendido no método prescritivo, ou para obtenção de classificação mais elevada na envoltória (classes B ou A), esta deve ser avaliada pelo método simplificado ou de simulação.

A.2 Consumo estimado de energia elétrica

A Tabela A.1 apresenta os consumos anuais estimados de energia elétrica, por metro quadrado, para refrigeração e aquecimento dos APPs (sala e dormitório) pelo método prescritivo.

Tabela A.1 - Consumo estimado para refrigeração e aquecimento dos APPs

Zona bioclimática	Sala (kWh/m².ano)		Dormitório (kWh/m².ano)	
	Aquecimento	Refrigeração	Aquecimento	Refrigeração
ZB1	1,5	5,8	9,3	0,1
ZB2	3,0	22,7	11,2	11,9
ZB3	0,3	21,1	2,5	7,6
ZB4	0,0	50,0	0,0	21,3
ZB5	0,0	45,7	0,0	27,1
ZB6	0,0	48,6	0,0	13,2
ZB7	0,0	76,0	0,0	39,8
ZB8	0,0	84,8	0,0	70,6

ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação do consumo energético dos sistemas individuais inerentes às edificações residenciais a partir da utilização do método simplificado.

O método descrito por este Anexo aplica-se somente às edificações que atendem aos limites definidos na Tabela 6.1. Edificações que não atendem a um ou mais critérios expostos nos limites descritos devem ser avaliadas pelo método de simulação, conforme o Anexo C.

Pelo método simplificado deste Anexo, a edificação é avaliada sob duas condições: o modelo real, com as características de projeto da edificação; e o modelo de

referência, com características da envoltória listadas na ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.7.2.

Fazem parte deste Anexo os sistemas individuais: envoltória (B.I), sistema de condicionamento de ar (B.II) e aquecimento de água (B.III).

ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA

Neste Anexo são descritos os parâmetros para a avaliação da eficiência energética da envoltória dos ambientes de permanência prolongada (APPs) das unidades habitacionais (UHs) quanto ao percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), às temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín) e à carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) pelo método simplificado.

B.I.1. Determinação do PHFT, Tomáx, Tomín, CgTR, CgTA e CgTT

O percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), as temperaturas operativas anuais máximas (Tomáx) e mínima (Tomín) e a carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) para o modelo real e modelo de referência são obtidos por meio do metamodelo disponível em <http://pbeedifica.com.br/redes/residencial/>. O metamodelo estima o valor destas variáveis com base em um treinamento realizado a partir de um banco de dados de simulações computacionais desenvolvidas conforme estabelecido na ABNT NBR 15575-1. O PHFT, a Tomáx, a Tomín, a CgTR e a CgTA das simulações que compõem esta base foram calculados conforme descrito nas subseções 11.4.7.5 a 11.4.7.8 da referida norma.

O metamodelo incorpora os seguintes procedimentos da avaliação de desempenho térmico da ABNT NBR 15575-1:

- A modelagem da unidade habitacional conforme a subseção 11.4.7.1;
- A modelagem da ocupação e das cargas internas conforme a subseção 11.4.7.3;
- A modelagem com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.4.

O modelo de referência utilizado no metamodelo considera as características descritas pela subseção 11.4.7.2 da ABNT NBR 15575-1.

ANEXO B.II - SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR

Neste Anexo estão descritos os procedimentos para a determinação do consumo para refrigeração ($CR_{UH,real}$) e aquecimento ($CA_{UH,real}$) dos sistemas de condicionamento de ar, bem como dos coeficientes de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar.

B.II.1. Determinação do consumo para refrigeração

O consumo energético anual para refrigeração da UH no modelo real é obtido por meio da divisão da carga térmica de refrigeração do modelo real pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R), conforme Equação B.II.1.

$$CR_{UH,real} = \frac{CgTR_{UH,real}}{CEE_R}$$ **Equação (B.II.1)**

Onde:
$CR_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTR_{UH,real}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4;
CEE_R é coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W).

De forma análoga, a carga térmica para refrigeração da UH no modelo de referência ($CgTR_{UH,ref}$) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de refrigeração da UH na condição de referência ($CR_{UH,ref}$), como descrito na Equação B.II.2.

$$CR_{UH,ref} = \frac{CgTR_{UH,ref}}{3,5}$$ **Equação (B.II.2)**

Onde:
$CR_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano);
$CgTR_{UH,ref}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.

B.II.1.2 Com base no IDRS

No modelo real, o cálculo do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R) de máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) deve ser realizado com base no COP (item B.II.1.1), no IDRS (item B.II.1.2) ou no CSPF (item B.II.1.3).

Nota: Caso não haja previsão do sistema de condicionamento de ar na UH, deve ser adotado o CEE_R da edificação em sua condição de referência.

Para máquinas com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) deve-se obter o CEE_R dos sistemas por meio dos procedimentos descritos no item B.II.4.2 da INI-C.

B.II.1.1 Com base no COP

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo janela ou split de velocidade fixa é obrigatório utilizar este método para calcular o CEE_R, conforme a Equação B.II.3.

$$CEE_R = 1{,}062 . COP_R$$ **Equação (B.II.3)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
COP_R é o coeficiente de performance para refrigeração do aparelho de condicionamento de ar (W/W).

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o CEE_R pode ser calculado a partir do Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS) (Equação B.II.4), obtido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (índices novos - IDRS). Alternativamente, o IDRS pode ser obtido por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>.

Nota: Caso o IDRS seja determinado por meio da interface web, deve-se utilizar o valor de CSPF obtido em conjunto para calcular o consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar. O CSPF resulta em um consumo mais próximo da realidade do sistema por basear-se no arquivo climático horário da cidade analisada (sazonalidades) e nas horas de ocupação da edificação.

O IDRS possui vantagens sobre o COP, pois considera o desempenho da máquina em carga parcial de interpolações em 50% e 100% de carga, considerando o sistema de condicionamento de ar para um clima brasileiro médio.

$$CEE_R = IDRS$$ **Equação (B.II.4)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
IDRS é o Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal.

B.II.1.3 Com base no CSPF

Alternativamente, para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o cálculo do CEE_R pode ser adaptado para climas específicos em função da temperatura externa destes climas e das horas de operação do sistema (Equação B.II.5). O CSPF (Cooling Seasonal Performance Factor) pode ser obtido pelo procedimento descrito na ISO 16358-1:2013 ou por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>, utilizando o arquivo climático (EPW) do clima desejado e para as horas de operação reais.

$$CEE_R = CSPF$$ **Equação (B.II.5)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
CSPF é o **Cooling Seasonal Performance Factor**.

B.II.2 Determinação do consumo para aquecimento

O consumo energético anual para aquecimento do modelo real é obtido por meio da divisão da carga térmica de aquecimento da UH pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para aquecimento (CEE_A), conforme Equação B.II.6.

$$CA_{UH,real} = \frac{CgTA_{UH,real}}{CEE_A}$$ **Equação (B.II.6)**

Onde:
$CA_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTA_{UH,real}$ é a carga térmica de aquecimento da UH no modelo real (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4;
CEE_A é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para aquecimento (W/W). Para sistemas de condicionamento de ar **split** e de janela deve-se considerar o valor de 1,72 + (0,5. CEE_R) para todas as zonas bioclimáticas para o modelo real, ou dado do fabricante.

Nota: Caso não haja previsão do sistema de condicionamento de ar na UH, deve ser adotado o CEE_A da edificação em sua condição de referência.

De forma análoga, a carga térmica para aquecimento da UH no modelo de referência ($CgTA_{UH,ref}$) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de aquecimento da UH na condição de referência ($CA_{UH,ref}$), como descrito na Equação B.II.7.

$$CA_{UH,ref} = \frac{CgTA_{UH,ref}}{3,47}$$ **Equação (B.II.7)**

Onde:
$CA_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CgTA_{UH,ref}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação em sua condição de referência.

Nota 1: O consumo de energia elétrica para aquecimento somente deve ser considerado para UHs em climas cuja média anual da temperatura externa de bulbo seco (TBS_m) é inferior a 25 °C, conforme preconiza a Tabela 2 da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.3. A média anual da temperatura do ar externo para as diferentes cidades brasileiras está disponível no link abaixo descrito. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima.
<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20A.IV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

Nota 2: Na existência de aquecimento elétrico de piso, adotar COP = 1,0 W/W.

Nota 3: Na existência de aquecimento ambiental elétrico e térmico, deve-se apresentá-los separadamente. Neste caso, o consumo de aquecimento por fonte térmica deve ser determinado pelo projetista.

B.II.3 Filtragem e renovação de ar

Recomenda-se a renovação de ar em função da área dos ambientes internos, tais como, salas e quartos, quando do uso de ar-condicionado, seguindo as orientações do Anexo A da norma ABNT NBR 16655-1.

Nota: No caso de sistemas de condicionamento de ar com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), em que exista sistema de renovação do ar, deve-se considerar a parcela referente ao seu consumo, conforme equações do item B.II.4.1 da INI-C.

ANEXO B.III - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação do sistema de aquecimento de água de edificações residenciais quanto à determinação de sua eficiência e consumo energético.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação ($RedC_{AA}$), o que é feito comparando-se o consumo da edificação na condição real com o consumo da edificação na condição de referência, equivalente à classe D.

B.III.1 Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária

A determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender à demanda de água quente ($RedC_{AA}$) deve ser realizada a partir dos valores de consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real ($C_{AA,real}$), e condição de referência ($C_{AA,ref}$), por meio da Equação B.III.1.

$$RedC_{AA} = ((C_{AA.ref} - C_{AA.real}) / C_{AA.ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.III.1)}$$

Onde:
$RedC_{AA}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real em relação à edificação na condição de referência (%);
$C_{AA,ref}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AA,real}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real (kWh/ano).

B.III.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente

O consumo total de energia primária do sistema de aquecimento de água varia de acordo com os equipamentos adotados e as fontes de energia utilizadas, devendo ser determinado por meio da Equação B.III.2. Tal procedimento deve ser realizado para a edificação na condição real e sua condição de referência.

$$C_{AA.real\ ou\ ref} = (C_{AAE.real\ ou\ ref} \cdot fc_E) + (C_{AAT.real} \cdot fc_T) \qquad \textbf{Equação (B.III.2)}$$

Onde:
C_{AA} é o consumo total de energia primária para aquecimento de água da edificação na condição real ($C_{AA,real}$) ou na condição de referência ($C_{AA,ref}$) (kWh/ano);
C_{AAE} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica na condição real ($C_{AAE,real}$) ou na condição de referência ($C_{AAE,ref}$) (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica para energia primária;
C_{AAT} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da edificação na condição real ($C_{AAT,real}$) (kWh/ano). Não há energia térmica na condição de referência;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica para energia primária.

O consumo referente à energia elétrica (CAAE) para a edificação na condição real e na condição de referência deve ser calculado por meio das equações B.III.3.1 e B.III.3.2, respectivamente. O consumo referente à energia térmica (CAAT), quando existente, deve ser calculado apenas para a edificação na condição real, conforme a Equação B.III.4. Edificações que utilizam fontes de energia térmica para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

$$C_{AAE.real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} - E_{AA.rec,sol} + E_{per.E}}{r_{aq.E}} \qquad \textbf{Equação B.III.3.1}$$

$$C_{AAE.ref} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} + E_{per.E}}{r_{aq.E}} \qquad \textbf{Equação B.III.3.2}$$

Onde:
$C_{AAE,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação na condição real (kWh/ano)
$C_{AAE,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação na condição de referência (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano; considerar 365 dias;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia). Para o sistema de referência essa parcela não deve ser considerada;
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$r_{aq,E}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento para o aquecedor de água de fonte elétrica.

$$C_{AAT.real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAT} - E_{AA.rec,sol} + E_{per.T}}{r_{aq.T}} \qquad \textbf{Equação (B.III.4)}$$

Onde:
$C_{AAT,real}$ é o consumo de energia térmica para aquecimento de água da edificação na condição real (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano; considerar 365 dias;
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,recsol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia);
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$r_{aq,T}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento aquecedor de água de fonte térmica.

Para sistemas coletivos de aquecimento de água em edificações multifamiliares deve-se dividir o consumo de energia para aquecimento de água pelo número de habitantes total da edificação e multiplicar o resultado pelo número de habitantes da UH. Devem ser consideradas duas pessoas por dormitório da UH. A avaliação do sistema deve ser feita para cada UH individualmente.

Quando houver o uso de energia proveniente de fontes térmica e elétrica, simultaneamente, no sistema dimensionado, a parcela relativa à energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$ - Equação B.III.12) deve ser contabilizada em apenas uma das equações; ou seja, considera-se a energia dos sistemas de recuperação de calor na Equação B.III.3.1, ou na Equação B.III.4.

Nota: O consumo de energia térmica para o aquecimento de água deverá ainda ser expresso m³/ano ou kg/ano. Para a conversão, deve-se considerar: 1) GLP (gás liquefeito de petróleo) em seu estado gasoso: 12,91 kWh equivalem a 1 kg de GLP; 2) GN (gás natural) em seu estado gasoso: 10,23 kWh equivalem a 1 m³ de GN.

Quando houver mais de uma fonte de energia atendendo à demanda de água quente, as perdas térmicas relativas à distribuição, recirculação e ao armazenamento devem ser atribuídas proporcionalmente, conforme o percentual de energia atendido por cada fonte. O equacionamento das perdas para cada sistema é descrito nas equações B.III.5 e B.III.6.

$$E_{per,E} = E_{A,per,tot} \cdot PE_{AAE} \qquad \textbf{Equação (B.III.5)}$$

Onde:
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas.

$$E_{per,T} = E_{A,per,tot} - E_{per,E} \qquad \textbf{Equação (B.III.6)}$$

Onde:
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia).

Os percentuais de contribuição de cada fonte são descritos na Equação B.III.7. Observa-se que a energia compensada pelo sistema térmico solar e de recuperação de calor não é contabilizada no cálculo deste percentual.

$$PE_{AAE} = \frac{E_{AAE}}{E_{AAE} + E_{AAT}} \qquad \textbf{Equação (B.III.7)}$$

Onde:
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia).

B.III.3 Considerações gerais

O consumo de energia necessário para o aquecimento de água em edificações residenciais deve ser obtido a partir de três parcelas principais do sistema de aquecimento de água, descritas nas alíneas "a", "b", "c", além do rendimento do equipamento aquecedor de água, descrito na alínea "d", conforme abaixo:

a) Energia necessária para aquecimento do volume de água quente consumida nas diversas aplicações e pontos de utilização da edificação;

b) Energia gerada para aquecimento de água por sistemas que recuperam calor ou por energia solar térmica, quando existentes na edificação;

c) Energia necessária para compensação das perdas térmicas do sistema de distribuição e de armazenamento;

c.1) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de distribuição responsáveis pelo transporte de água quente entre o sistema e/ou equipamento de aquecimento e o ponto de utilização, quando existentes na edificação;

c.2) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de recirculação de água quente, quando existentes na edificação;

c.3) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas devido ao armazenamento da água quente, quando existirem reservatórios na edificação;

d) Rendimento do equipamento aquecedor de água.

B.III.4 Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente

A energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (E_{AA}) depende do volume de armazenamento e da temperatura da água. O cálculo deve ser feito separadamente para a energia elétrica (Equação B.III.8), e para a energia térmica (Equação B.III.9), visto que estas são atribuídas, posteriormente, às equações de consumo.

$$E_{AAE} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,E} \cdot (\theta_{A,uso\ ou\ \theta_{A,arm}} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \textbf{Equação (B.III.8)}$$

Onde:
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,E}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas elétricos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

$$E_{AAT} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,T} \cdot (\theta_{A,uso\ ou\ \theta_{A,arm}} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \textbf{Equação (B.III.9)}$$

Onde:
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,T}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas térmicos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo da demanda total de energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), também utilizada no subitem B.III.5.2, deve ser realizado por meio da Equação B.III.10.

$$E_{AA} = E_{AAE} + E_{AAT} \qquad \textbf{Equação (B.III.10)}$$

Onde:
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia).

Para sistemas sem armazenamento de água quente, deve-se adotar no mínimo 40 °C como o valor da temperatura de uso ($\theta_{A,uso}$) para as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Para as regiões norte e nordeste, adota-se o valor de 38 °C. Para as duchas higiênicas a temperatura máxima nos pontos de utilização é de 38 °C.

Para sistemas com armazenamento de água quente deve-se adotar, no mínimo, 50 °C como temperatura de armazenamento ($\theta_{A,armaz}$), independentemente da região do Brasil. No caso de sistemas de aquecimento indireto, como a água armazenada não é a mesma nos pontos de consumo, as temperaturas de armazenamento podem ser menores, uma vez que não ocorre risco de contaminação por Legionella, conforme especificado na ABNT NBR 16824.

Para a temperatura de água fria deve-se adotar a média anual ($\theta_{A,0}$) e média mensal ($\theta_{amb,i}$) da temperatura ambiente da cidade onde está localizada a edificação. Tais valores médios devem ser obtidos por meio da tabela de temperaturas do ar externo para as diferentes cidades brasileiras, disponível no **link** abaixo descrito, que se baseia nos arquivos climáticos INMET. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima. <http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20A.IV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

O volume diário de água quente deve ser calculado por meio da Equação B.III.11.

$$V_{dia,E\ ou\ T} = \frac{\sum V_{dia,f} \cdot f}{1000} \qquad \textbf{Equação (B.III.11)}$$

Onde:
$V_{dia,E\ ou\ T}$ é o volume diário de consumo de água quente (m³/dia) da unidade habitacional para sistemas elétricos ou térmicos;
$V_{dia,f}$ é o volume diário de consumo de água quente por pessoa em sistemas elétricos ou térmicos (L);
f é o número de pessoas da unidade habitacional.

Deve-se considerar, no mínimo, 50 litros/pessoa/dia para o volume diário de consumo. Deve-se, ainda, considerar duas pessoas por dormitório da UH.

Para sistemas coletivos de aquecimento de água em edificações multifamiliares deve-se dividir o consumo de energia para aquecimento de água pelo número de habitantes total da edificação e multiplicar o resultado pelo número de habitantes da UH. Devem ser consideradas duas pessoas por dormitório da UH.

B.III.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor

Do consumo de energia para o aquecimento da demanda de água quente devem ser descontadas, quando existentes, a energia para o aquecimento de água de sistemas recuperadores de calor e/ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$). A $E_{AA,rec,sol}$ é obtida pela Equação B.III.12.

$$E_{AA,rec,sol} = E_{AA,rec} + E_{AA,sol} \qquad \textbf{Equação (B.III.12)}$$

Onde:
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
$E_{AA,rec}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, calculada conforme item B.III.5.1 (kWh/dia);
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real, calculada conforme item B.III.5.2 (kWh/dia).

Nota: No caso de, em uma mesma unidade habitacional, coexistirem sistemas elétricos e térmicos de aquecimento de água, a parcela de energia atendida pelo sistema de recuperação de calor e/ou de energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$) deve ser descontada apenas do sistema (elétrico ou térmico) ao qual colabora.

B.III.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor

Para sistemas que recuperam calor utilizado em outros processos, deve-se adotar o calor absorvido dos processos para reduzir a energia necessária para o sistema de aquecimento de água ($E_{AA,rec}$), disposto em kWh/dia.

Os cálculos dos valores da parcela de energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, devem ser demonstrados pelo projetista com base nos equipamentos adotados.

B.III.5.2 Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico

As equações para o cálculo da contribuição de sistemas solares para o aquecimento de água são descritas na sequência dos subitens relacionados. Os cálculos não são aplicáveis para sistemas de aquecimento em piscinas.

B.III.5.2.1 Energia mensal incidente sobre a superfície dos coletores

O cálculo da irradiância solar mensal incidente sobre a superfície inclinada dos coletores ($EI_{mês,i}$) é descrito na Equação B.III.13.

$$EI_{mês,i} = H_{dia} \cdot N_i \qquad \text{Equação (B.III.13)}$$

Onde:
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês *"i"* (kWh/(m².mês));
H_{dia} é a irradiação solar incidente no plano inclinado conforme a orientação do sistema (kWh/(m².dia)). Estes valores são disponibilizados no sítio eletrônico do Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), por meio do Atlas Brasileiro de Energia Solar – 2ª Edição (2017), disponível em: <http://labren.ccst.inpe.br/atlas_2017.html>; tais informaçãoes fornecidas pelo INPE são referentes à irradiação global horizontal e à irradiação na superfície inclinada à Norte (azimute zero), para a latitude local. De forma complementar, podem ser consultados o sítio eletrônico do CRESESB, ou para azimutes diferentes do indicado, pelo *software* Radiasol;".

B.III.5.2.2 Energia solar mensal absorvida pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal absorvida pelos coletores ($E_{SAmês,i}$) é descrito na Equação B.III.14.

$$E_{SAmês,i} = S_c \cdot F'_R(\tau\alpha) \cdot EI_{mês,i} \qquad \text{Equação (B.III.14)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores do mês *"i"* (kWh/mês), tal que *i* = 1, 2, 3, ..., 12;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês *"i"* (kWh/(m².mês));
$F'_R(\tau\alpha)$ é o fator adimensional, calculado por meio da Equação B.III.15.

$$F'_R(\tau\alpha) = F_R(\tau\alpha)_n \cdot \left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right] \cdot \frac{F'_R}{F_R} \qquad \text{Equação (B.III.15)}$$

Onde:
$F_R(\tau\alpha)_n$ é o fator de eficiência óptica do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (adimensional);
$\left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right]$ é o modificador do ângulo de incidência; na ausência desta informação adotar 0,96 para coletores com cobertura de vidro;
$\frac{F'_R}{F_R}$ é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação adotar 0,95.

B.III.5.2.3 Energia solar não aproveitada pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal não aproveitada pelos coletores ($EP_{mês,i}$) é descrito na Equação B.III.16.

$$EP_{mês,i} = S_c \cdot F'_R U_L \cdot \left(100 - \theta_{amb,i}\right) \cdot \Delta t, i \cdot K_1 \cdot K_{2,i} \qquad \text{Equação (B.III.16)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores do mês *"i"* (kWh/mês);
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$F'_R U_L$ é um fator de correção, calculado pela Equação B.III.17 (kW/(m².K));
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal ambiente do local de instalação do coletor do mês "i" (°C);
Δt_i é o período de tempo considerado em horas para o mês "i". Exemplo: 744 horas em janeiro, 672 horas em fevereiro, e assim por diante;
K_1 é o fator de correção para armazenamento, calculado pela Equação B.III.18;
$K_{2,i}$ é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar que relaciona as diferentes temperaturas no mês *"i"*, calculado pela Equação B.III.19.

$$F'_R U_L = F_R U_L \cdot \frac{F'_R}{F_R} \cdot 10^{-3} \qquad \text{Equação (B.III.17)}$$

Onde:
$F_R U_L$ é o coeficiente global de perdas do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (kW/(m².K));
$\frac{F'_R}{F_R}$ é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação adotar 0,95.

$$K_1 = \left[\frac{V}{75 \cdot S_C}\right]^{-0,25} \qquad \text{Equação (B.III.18)}$$

Onde:
K_1 é o fator de correção para armazenamento;
V é o volume de acumulação solar (litros) para garantir a eficiência do sistema; recomenda-se como boas práticas que o valor de V seja tal que obedeça a condição $50 < \frac{V}{S_C} < 100$;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²).

$$K_2 = \frac{\left(11,6 + 1,18\,\theta_{A,uso} + 3,86\,\theta_{A,0} - 2,32\,\theta_{amb,i}\right)}{\left(100 - \theta_{amb,i}\right)} \qquad \text{Equação (B.III.19)}$$

Onde:
K'_2 é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);;
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal do local de instalação do coletor no mês "i" (°C).

B.III.5.2.4. Fração solar mensal

O cálculo da fração solar mensal, a partir dos valores de D_1 e D_2 é descrito na Equação B.III.20.

$$f_i = 1,029D_{1,i} - 0,065D_{2,i} - 0,245(D_{1,i})^2 + 0,0018(D_{2,i})^2 + 0,0215(D_{1,i})^3 \qquad \text{Equação (B.III.20)}$$

Onde:
f_i é a fração solar mensal (adimensional);
$D_{1,i}$ é o parâmetro do mês *"i"* calculado conforme Equação B.III.21;
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês *"i"* calculado conforme Equação B.III.22.

$$D_{1,i} = \frac{E_{SAmês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.III.21)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.III.14;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

$$D_{2,i} = \frac{EP_{mês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.III.22)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.III.16;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.III.5.2.5. Energia para aquecimento solar de água

A energia para aquecimento solar de água corresponde à energia útil coletada pela instalação de coletores solares para aquecimento de água ($E_{AA,sol}$), e deve ser calculada por meio da Equação B.III.23.

$$E_{AA,sol} = \frac{\sum_{i=1}^{12}(f_i \cdot E_{AA} \cdot N_i)}{365} \qquad \text{Equação (B.III.23)}$$

Onde:
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
f_i é a fração solar mensal;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.III.6 Consumo de energia associado às perdas térmicas

As perdas térmicas podem ser oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento da água quente. A perda total é calculada pela Equação B.III.24.

$$E_{A,per,tot} = E_{A,per,tub} + E_{A,per,recirc} + E_{A,res} \qquad \text{Equação (B.III.24)}$$

Onde:
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia);
$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia);
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia).
As perdas específicas dos sistemas de água quente estão descritas nos itens B.III.6.1 até o B.III.6.3.

B.III.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição

Sistemas de aquecimento individuais, instalados no ponto de utilização, servindo a um único ponto, não possuem perdas em sistema de distribuição.

Aquecedores que servem vários pontos e sistemas combinados possuem perdas nos sistemas de distribuição. A parcela de perdas relativas à tubulação de distribuição é calculada em função do fator de perdas, que depende do comprimento da tubulação.

A Equação B.III.25 deve ser utilizada para cálculo das perdas térmicas relativas da tubulação do sistema de distribuição de água quente.

$$E_{A,per,tub} = \sum_{i=1}^{n}\left(\frac{H_{per,dist,i} \cdot F_{per,tub,i} \cdot L_{tub,i} \cdot \left(\theta_{A,uso} - \theta_{A,0}\right)}{1000}\right) \qquad \text{Equação (B.III.25)}$$

Onde:
$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados, para obtenção do resultado final;
$H_{per,dist,i}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de distribuição de água quente ($H_{per,dist} = 2.083.\ V_{dia}$) (h/dia), para o trecho "i" considerado;
$F_{per,tub,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação (W/(m.K)), conforme a Equação B.III.26;
$L_{tub,i}$ é o comprimento da tubulação do trecho "i" considerado (m);
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo do fator de perda em tubulações com isolamento deve ser efetuado por meio da Equação B.III.26, adaptada da EN 15316-3-2: 2007.

$$F_{per,tub} = \frac{\pi}{\frac{1}{2\lambda}\ln\frac{d_A}{d_R} + \frac{1}{\alpha_A \cdot d_A}} \qquad \text{Equação (B.III.26)}$$

Onde:
$F_{per,tub}$ é valor do fator de perda em tubulações (W/(m.K));
λ é a condutividade térmica do isolamento (W/(m.K));
d_A é o diâmetro externo da tubulação isolada, incluindo o isolamento (m);
d_R é o diâmetro da tubulação (m);
α_A é o coeficiente de transferência de calor (W/(m².K)); usar 8 W/m².K para tubulações com isolamento, e 14 W/(m².K) para tubulações sem isolamento.

Nota: Tratando-se do diâmetro externo da tubulação isolada (dA), deve-se considerar 2 vezes a espessura do isolamento.

B.III.6.2 Perdas térmicas no sistema de recirculação

O cálculo das perdas relativas ao sistema de recirculação deve ser realizado por meio da Equação B.III.27.

$$E_{A,per,recirc} = \sum_{i}^{n}\left(\frac{H_{per,recirc} \cdot F_{per,recirc,i} \cdot L_{recirc,i} \cdot \left(\theta_{A,uso} - \theta_{A,0}\right)}{1000}\right) \qquad \text{Equação (B.III.27)}$$

Onde:
$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados para a obtenção do resultado final;
$H_{per,recirc}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de recirculação de água quente. Deve ser utilizado o número de horas indicado em projeto de recirculação, conforme automação ou acionamento da rede de distribuição do sistema. Caso contrário, utilizar 24 horas ($\lambda_{per,recirc} = 24$) (h/dia);
$F_{per,recirc,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação para a recirculação (W/(m.K)), conforme a Equação B.III.26;
$L_{recirc,i}$ é o comprimento da tubulação do sistema de recirculação (m), para o trecho "i" considerado;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

B.III.6.3 Perdas térmicas do reservatório de água quente

As perdas no armazenamento de água estão associadas às características do reservatório e do isolamento térmico. Perdas em armazenamento de água não são consideradas em sistemas de aquecimento de água instantâneo.

Para reservatórios térmicos de sistemas solares de aquecimento de água etiquetados pelo Inmetro deve-se considerar a perda específica térmica descrita nas tabelas do PBE, em kWh/mês/L, onde devem ser realizadas as transformações de unidade necessárias. Caso o reservatório não esteja disposto na tabela do PBE, utilizar a Equação B.III.28.

As perdas térmicas associadas ao reservatório de água quente, indiretamente aquecido, podem ser calculadas a partir da perda de calor do reservatório em espera (standby), com o ajuste de diferença de temperaturas por meio da Equação B.III.28.

$$E_{A,res} = \frac{(\theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{\Delta\theta_{A,res,sby}} \cdot E_{A,res,sby} \qquad \textbf{Equação (B.III.28)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia);
$\theta_{A,arm}$ é a temperatura de armazenamento do reservatório (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\Delta_{\theta A,res,sby}$ é a média da diferença de temperatura em testes com o reservatório em **standby** (°C); deve-se adotar 29 °C;
$E_{A,res,sby}$ é a perda térmica específica do reservatório em **standby** (kWh/dia), fornecida pelo fabricante.

Nota: A perda térmica específica dos reservatórios em função do volume de armazenamento (EA,res,sby) poderá ser calculada por meio da Equação 7.2 nos casos em que este valor não seja fornecido pelo fabricante. O valor resultante da Equação 7.2 deve ser multiplicado por 2 antes de ser incorporado na Equação B.III.28.

Os sistemas sem armazenamento de água mais comuns são o chuveiro elétrico, usado também como sistema de referência, e os aquecedores de passagem. As recomendações são as mesmas para o sistema com acumulação.

B.III.6.4 Condição de referência para o cálculo associado às perdas térmicas

As perdas térmicas oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento de água quente para a condição de referência devem seguir os valores estipulados na Tabela B.III.1.

Tabela B.III.1 – Valores de referência para o cálculo do consumo associado às perdas do sistema

Tipo de perda	Real	Referência
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	

Nota: Nas UHs de edificações residenciais unifamiliares, a recirculação para a condição de referência só deve existir se houver também na condição real. Nas UHs de edificações multifamiliares, a recirculação na condição de referência é obrigatória quando houver sistemas centralizados.

B.III.7 Eficiência dos equipamentos aquecedores de água

Quando o sistema de aquecimento conta com apenas um aquecedor, a eficiência do sistema de equipamentos de aquecimento deve ser igual à eficiência do aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento que atende à demanda total é composto por mais de um aquecedor, a contribuição de cada aquecedor deve ser calculada pela média ponderada da eficiência dos aquecedores pelas potências nominais de cada aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento atende parte da demanda total, as contribuições devem ser calculadas de forma independente para cada um dos sistemas de aquecimento.

Quando o sistema de aquecimento é composto por diferentes tipos de aquecedores em série, a contribuição de cada aquecedor deve ser determinada. Os cálculos devem ser realizados na sequência dos aquecedores.

Quando mais de um dos aquecedores está associado em paralelo, a contribuição proporcional de cada aquecedor é calculada a partir da razão entre a potência nominal da unidade em relação à potência total da instalação.

Quando existirem equipamentos de reserva, recomenda-se o uso da mesma eficiência dos equipamentos regulares, a fim de manter a classificação da edificação. Entretanto, os equipamentos de reserva não são considerados no cálculo.

O rendimento (r_{aq}) do aparelho de aquecimento de água deve ser obtido por meio de informações oficiais do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro, para os equipamentos que fazem parte do programa. Para equipamentos que não fazem parte do PBE, adota-se as informações fornecidas em laudos de ensaios ou catálogo de fabricante, desde que especificado. Na ausência de valores de eficiência de ambos os casos, deve-se adotar os valores disponibilizados na Tabela B.III.2.

Tabela B.III.2 - Tipos de sistemas de aquecimento de eficiências

Sistema de água quente	Eficiência (%)
Sistema de aquecimento por resistência elétrica em imersão (**boiler**)	85
Aquecedor de passagem de um único ponto de consumo	70
Aquecedor de passagem de múltiplos pontos de consumo	65
Sistema de aquecimento elétrico de um único ponto de consumo (chuveiro elétrico)	95
Aquecedor de acumulação a gás	76
Aquecedor de acumulação a combustível sólido (lenha)	55
Bomba de calor elétrica para aquecimento exclusivo de água	200

ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para avaliação da eficiência energética da envoltória dos ambientes de permanência prolongada (APPs) das unidades habitacionais (UHs) quanto ao percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), às temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín) e à carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) pelo método de simulação.

O método de simulação aplica-se somente à envoltória das edificações.

C.1 Procedimento de avaliação

O método de simulação adotado nesta INI-R incorpora o procedimento de simulação computacional para avaliações de desempenho térmico segundo a ABNT NBR 15575-1, considerando as seguintes subseções:

- Os métodos de medição de propriedades térmicas de materiais e elementos construtivos conforme subseção 11.2;
- O procedimento de simulação computacional conforme subseção 11.4;
- As características do programa de simulação computacional conforme subseção 11.4.1;
- As características do arquivo climático conforme subseção 11.4.2;
- O requisito e os critérios das subseções 11.4.3 a 11.4.6, considerando as equivalências entre o desempenho térmico da NBR 15575 e a classe de eficiência energética, descritos no item 8.2.1 desta INI-R;
- A modelagem da unidade habitacional conforme a subseção 11.4.7.1;
- As características do modelo de referência conforme a subseção 11.4.7.2;
- A modelagem da ocupação e das cargas internas conforme a subseção 11.4.7.3;
- A modelagem com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.4;
- O processamento dos dados de saída dos modelos simulados com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.5;
- O cálculo dos indicadores para a UH conforme as subseções 11.4.7.6 a 11.4.7.8.

ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do uso de sistemas de geração de energia local por meio de fontes de energia renováveis em edificações residenciais, bem como a avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs) devem ser realizadas conforme estabelecido neste Anexo.

O sistema de geração local de energia renovável deve estar instalado na edificação avaliada ou no mesmo lote em que ela se encontra. Os sistemas devem estar conectados ao relógio medidor de energia da edificação ou parcela da edificação a qual atendem.

A energia gerada por meio do uso de fontes renováveis ao longo do ano (G_{EE}) deve ser estimada por laudo técnico do projetista.

O potencial de geração de energia (PG) pelo uso de fontes locais de energia renovável é obtido por meio da Equação D.1. Este representa o percentual da energia primária consumida pela edificação que é atendido pela energia gerada por meio de fontes

$$PG = \frac{G_{EE} \cdot fc_E \cdot 100}{(C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T)} \qquad \textbf{Equação (D.1)}$$

Onde:
PG é o potencial de geração de energia (%);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária; fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

Quando o potencial de geração de energia for maior ou igual a 50%, a UH é considerada edificação de energia quase zero (NZEB).

Quando o potencial de geração de energia for maior que 100%, a UH é considerada edificação de energia positiva (EEP).

ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (CO_2) provenientes dos sistemas de edificações residenciais. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-R, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre as emissões de dióxido de carbono da UH na condição real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado.

E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético

O percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (P_{CO2}) devido ao consumo energético deve ser obtido por meio da Equação E.1. Caso o resultado da equação seja negativo, há uma redução nas emissões de CO_2. Caso o resultado seja positivo, há um aumento nas emissões de dióxido de carbono em relação à UH na condição de referência.

$$P_{CO_2} = \left[\frac{E_{CO_2,real}}{E_{CO_2,ref}} - 1\right] . 100 \qquad \textbf{Equação (E.1)}$$

Onde:
P_{CO2} é o percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (%);
$E_{CO2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição real (tCO_2/ano);
$E_{CO2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição de referência (tCO_2/ano).

E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação

O valor relativo às emissões deve ser calculado para a unidade habitacional real (Equação E.2), e condição de referência (Equação E.3). Para a determinação das emissões, o consumo total de energia elétrica e térmica deve ser multiplicado pelo fator de emissão de dióxido de carbono correspondente.

Na condição real, deve-se descontar a geração local de energia renovável, que deve ser multiplicada pelo fator de emissão de dióxido de carbono referente à geração de eletricidade. Os consumos e a geração local de energia renovável devem ser considerados conforme a Tabela E.1.

Os fatores de emissão de dióxido de carbono por geração de eletricidade são diferenciados para as localidades cujo fornecimento de energia elétrica está ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e para aquelas que fazem parte de Sistemas Isolados (SIs). Os fatores de emissão de dióxido de carbono estão descritos no site do PBE Edifica, em <https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs>, bem como nas Tabelas E.2 e E.3.

Tabela E.1- Valores de referência dos sistemas individuais para o cálculo das emissões de dióxido de carbono

Sistema individual	Condição real	Condição de referência
Condicionamento de ar	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Aquecimento de água	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência*
Equipamentos	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Geração local de energia renovável	Condição real	Sem geração

* A condição de referência a ser adotada em sistemas com acumulação de água deve ser o boiler elétrico; para sistemas sem acumulação de água, a condição de referência deve ser o chuveiro elétrico.

Tabela E.2 - Fatores de emissão de CO_2 para a queima direta de combustíveis convertida em energia térmica (kWh)

Combustível	Fatores de Emissão de CO_2 ($kg.CO_2$/kWh)
Gás natural	0,202
Óleo diesel	0,267
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	0,227
Madeira	0,531
Gasolina	0,249
Etanol	0,248

Fonte: MCT (2010).

Tabela E.3 - Fatores de emissão de CO_2 por geração de eletricidade

Geração de eletricidade	Fatores de Emissão de CO_2 (kg.CO_2/kWh)
SIN - Sistema Interligado Nacional	0,090
SIS - Sistemas Isolados	0,753

Fonte: MCTI (2019).

$$E_{CO_2,real} = \frac{(C_{EE,real} \cdot fe_E) + (C_{ET,real} \cdot fe_T) - (G_{EE} \cdot fe_E)}{1000} \quad \textbf{Equação (E.2)}$$

Onde:
$E_{CO2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição real (tCO_2/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica (kg.CO_2/kWh);
fe_T é o fator de emissão de dióxido de carbono na queima de combustível (kg.CO_2/kWh);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano).

$$E_{CO_2,ref} = \frac{(C_{EE,ref} \cdot fe_E)}{1000} \quad \textbf{Equação (E.3)}$$

Onde:
$E_{CO2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição de referência (tCO_2/ano);
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica (kg.CO_2/kWh).

ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional em edificações residenciais. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-R, e não altera a classe de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre o consumo de água potável da edificação na condição real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado, mesmo que equivalente a zero.

F.1 Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável

A avaliação do consumo de água objetiva incentivar o uso de sistemas que promovam a redução do consumo de água potável. Podem ser avaliados equipamentos economizadores, sistemas de uso racional de água e fontes alternativas de água não potável.

O percentual anual de redução no consumo de água potável ($Red_{água}$) é obtido por meio da Equação F.1, e compara o consumo de água da edificação na condição real, descontando-se a oferta de água não potável, com a edificação em sua condição de referência.

$$Red_{água} = \left[\frac{C_{água.ref} - (C_{água.real} - O_{água.não\ potável})}{C_{água.ref}}\right] . 100 \quad \textbf{Equação (F.1)}$$

Onde:
$Red_{água}$ é o percentual anual de redução no consumo de água potável (%);
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação na condição de referência (L/ano);
$C_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
$O_{água,não,potável}$ é a oferta de água não potável (L/ano) calculada pelo projetista, conforme laudo técnico.

F.2 Consumo de água da edificação na condição de referência

O consumo anual de água da edificação em sua condição de referência deve ser calculado por meio Equação F.2, que utiliza um padrão de uso de água e de ocupação em dias/ano. O padrão de uso adotado é fixo, e têm seus valores adaptados do LEED-BD v.4:2015.

$$C_{água.ref} = 365 \cdot N \cdot (Q_{ref,BS} \cdot UD_{BS} + Q_{ref,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} + Q_{ref,TQ} \cdot t_{TQ} \cdot UD_{TQ} + Q_{ref,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} + Q_{ref,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC}) \quad \textbf{Equação (F.2)}$$

Onde:
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação em sua condição de referência (L/ano);
N é o número de habitantes da edificação; deve-se considerar duas pessoas por dormitório da UH;
$Q_{ref,BS}$ é a vazão da bacia sanitária na condição de referência para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso (t_{bs}), conforme valores da Tabela F.2;
UD_{BS} é o número de usos diários da bacia sanitária (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de usos diários da torneira de lavatório por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,TQ}$ é a vazão da torneira de tanque na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TQ} é a duração do uso da torneira de tanque (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TQ} é o número de usos diários da torneira de tanque por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme a Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de usos diários do chuveiro por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de usos diários da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3.

Tabela F.1 - Vazão de dispositivos na condição de referência

Tipo de dispositivo	Vazão (L/minuto)
Bacia sanitária (caixa de descarga)	6,8 L/fluxo
Bacia sanitária (válvula de descarga)	102,0 L/minuto
Torneira de lavatório	9,0 L/minuto
Torneira de tanque	15,0 L/minuto
Torneira da pia da cozinha	12,0 L/minuto
Banho/chuveiro	15,0 L/minuto

Fontes: ABNT NBR 8160:1999; LEED v.4 (2015).

Nota: Caso existam dispositivos com vazões diferentes, deve-se adotar a vazão equivalente resultante da ponderação entre o número de dispositivos e suas respectivas vazões.

Tabela F.2 - Duração do uso de dispositivos para a condição de referência e condição real

Tipo de dispositivo	Duração (minutos)
Bacia sanitária (válvula de descarga)	0,08[1]
Torneira de lavatório	1,0
Torneira da pia da cozinha	1,0
Torneira de Tanque	1,0
Banho / chuveiro	8,0

[1]Considerada duração média das descargas de 5 segundos Fonte: ABNT NBR 8160:1999

Fonte: Adaptado de LEED-BD v.4:2015.

Tabela F.3 - Número de usos de dispositivos para a condição de referência e condição real

Tipo de dispositivo	Usos por pessoa por dia
Bacia sanitária	5
Torneira de lavatório	5
Torneira da pia da cozinha	4
Torneira de tanque	1
Banho / chuveiro	1

Fonte: Adaptado de LEED-BD v.4:2015.

F.3 Consumo de água da edificação na condição real

O consumo anual de água da edificação na condição real é determinado conforme Equação F.3.

$$C_{água,real} = 365 \cdot N \cdot (Q_{real,BS} \cdot UD_{BS} + Q_{real,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} + + Q_{real,TQ} \cdot t_{TQ} \cdot UD_{TQ} + Q_{real,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} + Q_{real,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC}) \quad \textbf{Equação (F.3)}$$

Onde:
$C_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
N é o número de habitantes da edificação; deve-se considerar duas pessoas por dormitório da UH;
$Q_{real,BS}$ é a vazão da bacia sanitária na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso (t_{bs}), conforme valores da Tabela F.2;
UD_{BS} é o número de usos diários da bacia sanitária (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de usos diários da torneira de lavatório por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,TQ}$ é a vazão da torneira de tanque na condição real (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TQ} é a duração do uso da torneira de tanque (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TQ} é o número de usos diários da torneira de tanque por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme a Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de usos diários do chuveiro por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de usos diários da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3.

F.4 Oferta de água não potável

A oferta de água não potável considerada nesta INI-R corresponde à água de chuva, água pluvial e ao reaproveitamento de água de condensação; nas demais fontes alternativas de água não potável, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 16783, em sua versão vigente. Este item deve ser calculado pelo projetista e considerado conforme laudo técnico. Na existência de sistema de aproveitamento de água da chuva na edificação, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 15527, em sua versão vigente.

ANEXO G - ÁREAS DE USO COMUM DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES ou de condomínios de edificações residenciais

Para a classificação de eficiência energética das áreas de uso comum devem ser atendidos os requisitos dos itens G.I a G.V, aplicáveis ao empreendimento.

Para estimar o consumo energético das áreas de uso comum deve-se determinar a frequência de uso dos ambientes conforme o número de eventos em cada espaço, ponderados anualmente. As frequências anuais e as horas de uso diário de cada área de uso comum estão descritas na Tabela G.1 e o padrão de uso e operação na Tabela G.2.

Tabela G.1 - Frequência de uso anual e horária para áreas de uso comum

Ambientes/Atividades	Horas de uso diário	Dias de ocupação por ano
Áreas externas (piscina, jardins, etc)	12	365
Banheiros	2	365
Circulação	6	365
Espaços de armazenamento com acesso de moradores	2	200
Escadas	3 (edificações com elevador) 6 (edificações sem elevador)	365
Garagem	12	365
Guarita	12	365
Zeladoria	4	365
Salão de festas, área Gourmet	5 (edificações com até 6 UHs) 6 (edificações de 7 a 20 UHs) 6 (edificações de 21 a 50 UHs) 8 (edificações com mais de 50 UHs)	50 (edificações com até 6 UHs) 80 (edificações de 7 a 20 UHs) 100 (edificações de 21 a 50 UHs) 120 (edificações com mais de 50 UHs)
Academia, quadra de esportes, espaços infantis, auditório, cinema, escritórios, salas de reunião ou conferência	3 (edificações com até 6 UHs) 4 (edificações de 7 a 20 UHs) 6 (edificações de 21 a 50 UHs) 8 (edificações com mais de 50 UHs)	60 (edificações com até 6 UHs) 150 (edificações de 7 a 20 UHs) 200 (edificações de 21 a 50 UHs) 250 (edificações com mais de 50 UHs)

Nota: Nos banheiros de salão de festas devem ser consideradas as mesmas condições de uso desses espaços

Os padrões de uso e operação para as áreas de uso comum na condição real e de referência estão dispostos na Tabela G.2.

Tabela G.2 – Padrão de uso e operação para as áreas de uso comum

Uso típico	Áreas de uso comum	
	Condição real	Condição de referência
Ganhos		
Ocupação (m²/pessoa)	10,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos em uso (W/m²)*	20,0	
Aquecimento de Água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	50°C	
Temperatura de uso de água quente (°C)	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema com acumulação	Condição real	
Perdas da recirculação – sistema com acumulação	Condição real	

* Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT)

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico

G.I ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL

Neste item são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética do sistema de iluminação artificial das áreas de uso comum quanto à determinação do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação, bem como do consumo energético deste sistema, além da potência de iluminação total instalada.

Devem fazer parte da classificação as áreas internas das AUC iluminadas artificialmente e as áreas externas cobertas e descobertas das AUC iluminadas artificialmente.

Excetuam-se os sistemas que forem complementares à iluminação geral e com controle independente, presentes nas seguintes situações:

a) Sinais indicando saída e luzes de emergência;

b) Iluminação de tarefa conectada diretamente em tomadas, como luminária de mesa;

c) Iluminação contida ou parte integrante de equipamentos ou instrumentos, desde que instalada pelo próprio fabricante, como lâmpadas de refrigeradores e geladeiras;

d) Iluminação contida em refrigeradores e freezers, tanto abertos quanto fechados por vidro;

e) Iluminação totalmente voltada ao aquecimento de alimentos e em equipamentos utilizados em sua preparação;

f) Iluminação em ambientes especificamente projetados para uso de deficientes visuais.

Para a classificação do sistema de iluminação artificial é necessário determinar a potência de iluminação limite para a classificação A (PI_{LA}), para a condição de referência para classificação D (PI_{LD}) e a potência de iluminação total da área de uso comum na condição real (PI_T) e multiplicá-las pelo tempo de uso para a obtenção dos respectivos consumos. Apenas na condição real, para o cálculo da PI_T, são consideradas possíveis automatizações dos sistemas de iluminação.

G.I.1 Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação

A determinação do percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de iluminação da área de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$), e na condição de referência ($C_{IL,refD}$), conforme a Equação G.1.

$$RedC_{IL} = ((C_{IL,refD} - C_{IL,real}) / C_{IL,refD}).100 \quad \textbf{Equação (G.1)}$$

Onde:
$RedC_{IL}$ é o percentual de redução do consumo de iluminação da condição real em relação à condição de referência (%);
$C_{IL,refD}$ é o consumo de iluminação da área de uso comum na condição de referência D (kWh/ano);
$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação da área de uso comum na condição real (kWh/ano).

G.I.2 Determinação do consumo de iluminação na condição de referência

Os consumos de energia elétrica do sistema de iluminação da área de uso comum na condição de referência (equivalente à classificação D) ($C_{IL,refD}$) e referência equivalente à classificação A ($C_{IL,refA}$) devem ser determinados pela multiplicação entre a potência de iluminação limite para as classificações D e A (PI_{LD} e PI_{LA}) e o seus tempos de uso, conforme as equações G.2 e G.3.

$$C_{IL,refA} = \sum_{i=1}^{n} PI_{LA} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000 \quad \textbf{Equação (G.2)}$$

Onde:
$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição de referência A (kWh/ano);
PI_{LA} é a potência de iluminação limite para a classificação A (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade de áreas de uso comum.

$$C_{IL,refD} = \sum_{i=1}^{n} PI_{LD} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000 \quad \textbf{Equação (G.3)}$$

Onde:
$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição de referência D (kWh/ano);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade de áreas de uso comum.

G.I.3 Determinação da potência de iluminação limite para a condição de referência

O método das atividades estabelece valores independentes de densidade de potência limite (DPI_L) para as diferentes atividades das AUC. As atividades podem ser contabilizadas por um ambiente ou por grupos de ambientes com a mesma atividade.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método das atividades, deve-se identificar as atividades da AUC de acordo com a Tabela G.3, e as suas respectivas densidades de potência de iluminação limite para a condição de referência, classificação D, e a condição equivalente à classificação A. Para atividades não listadas na Tabela G.3, deve-se adotar uma atividade equivalente.

O cálculo da potência de iluminação limite para a condição de referência é o produto entre a área iluminada (AI) de cada uma das atividades, e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), utilizando-se a Equação G.4. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n} (A_I . DPI_L) \quad \textbf{Equação (G.4)}$$

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (W);
A_I é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m²);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma (W/m²).
n é a quantidade de áreas de uso comum.

Tabela G.3 - Densidade de potência de iluminação (DPI_L) das classificações A e D

Áreas de uso comum	DPI_L Classificação A (W/m²)	DPI_L Classificação D (W/m²)
Auditórios e Anfiteatros		
Auditório	11,50	13,60
Cinema	12,25	14,97
Banheiros	9,15	13,73
Brinquedoteca	7,55	9,60
Circulação interna e jardins	3,10	4,30
Cozinhas	11,40	17,12
Espaços de armazenamento com acesso de moradores	2,40	3,40
Escadas	4,60	6,40
Escritório	10,00	19,04
Garagem e espaços de circulação externa	1,50	1,95
Ginásio/ Academia		
Área de ginástica	3,20	4,50
Quadra de esportes - classe 4*	12,15	18,85
Guarita	2,89	4,05
Sala de estudos	9,90	16,32
Sala de espera, convivência, salão de festas, sala de jogos, espaço gourmet	7,55	9,60
Sala de reuniões, conferência, multiuso	11,50	19,04
Vestiário	5,15	12,96
Zeladoria	2,89	4,05

*Para quadras de jogos sociais e de recreação apenas; não considera a presença de espectadores.

G.I.4 Determinação do consumo de iluminação na condição real

O consumo de energia elétrica do sistema de iluminação das áreas de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$) é determinado pela multiplicação entre a potência de iluminação total instalada nas AUC e o seu tempo de uso, conforme Equação G.5. Na condição real deve-se considerar a potência de iluminação total instalada da AUC na condição real (PI_T), para cada ambiente da AUC, conforme o item G.I.5.

$$C_{IL,real} = \sum_{i=1}^{n} PI_{T,real} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000 \quad \textbf{Equação (G.5)}$$

Onde:
$C_{IL,real}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição real (kWh/ano);
$PI_{T,real}$ é a potência de iluminação total instalada nas AUC (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade áreas de uso comum.

G.I.5 Cálculo da potência de iluminação total da AUC na condição real

A potência instalada de iluminação total deve considerar a potência referente a todos os conjuntos de luminárias instalados, incluindo as lâmpadas, reatores, transformadores e sistemas de controles da edificação em sua condição real ($PI_{T,real}$).

A potência de iluminação total da AUC deve resultar da soma das duas parcelas do sistema de iluminação: 1) a parcela sem controle automatizado; e 2) a parcela de luminárias controladas por sensores. Se não houver a inserção de sensores, a parcela controlada deve ser nula, e a potência de iluminação total será equivalente à potência instalada sem controle automatizado. A potência de iluminação em uso deve ser determinada conforme o item G.I.6.

A potência de iluminação total da AUC na condição real é representada pela Equação G.6.

$$PI_{Treal} = \sum (PI_U) + \sum (PI) + P_{ASP} \quad \textbf{Equação (G.6)}$$

Onde:
$PI_{T,real}$ é a potência de iluminação total da AUC na condição real (W);
PI_U é a potência de iluminação em uso, calculada conforme Equação G.8 (W);
PI é a potência de iluminação sem controle automatizado (W);
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da AUC (W), quando aplicável.

Nos casos de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem a instalação do sistema de iluminação durante a inspeção em campo, a potência de iluminação da condição real destes ambientes deverá ser calculada pela Equação G.7.

$$P_{ASP} = (1{,}5 \cdot PI_{LD}) \quad \textbf{Equação (G.7)}$$

Onde:
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da AUC (W);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W).

G.I.6 Cálculo da potência de iluminação em uso

Conjuntos de luminárias destinados à iluminação geral, cujo funcionamento seja otimizado por algum dispositivo de controle automatizado, podem ter a sua potência instalada reduzida com base no fator de ajuste de potência (FAP). Os valores dos FAP, conforme o tipo de controle das luminárias, devem ser adotados segundo a Tabela G.4.

Tabela G.4 - Fatores de ajuste da potência instalada em função do tipo de controle das luminárias

Tipo de controle	Fator de ajuste de potência (FAP)
Controle sensível à luz natural - por passos ou dimerizável	0,90

Controle com sensor de ocupação dimerizável com desligamento automático	0,80
Controle dimerizável com programação e desligamento automático	0,95

A potência instalada de iluminação em uso (PI_U) deve ser calculada por meio da potência de iluminação controlada por sensores (PI_C) e o fator de ajuste de potência (FAP), quando aplicável, conforme a Equação G.8.

$$PI_U = \sum[(PI_C . FAP)] \quad \textbf{Equação (G.8)}$$

Onde:
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
PI_C é a potência de iluminação controlada por sensores (W);
FAP é o fator de ajuste de potência conforme o tipo de controle.

G.II BOMBAS E/OU MOTOBOMBAS

Neste item são descritos os critérios para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para operação das bombas e/ou motobombas das edificações ($RedC_B$), que é feito comparando-se o consumo da condição real com o consumo na condição de referência, conforme Equação G.9.

$$RedC_B = (C_{B,ref} - C_{B,real}) / C_{B,ref}) . 100 \quad \textbf{Equação (G.9)}$$

Onde:
$RedC_B$ é o percentual de redução de consumo das bombas e/ou motobombas da condição real em relação à condição de referência (%);
$C_{B,ref}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas na condição de referência (kWh/ano)
$C_{B,real}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas na condição real (kWh/ano)

G.II.1 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição real

Para a estimativa do consumo energético relativo às bombas e/ou motobombas devem ser estabelecidos os consumos diários de água, tanto das unidades habitacionais abastecidas por caixas d'água coletivas, quanto das áreas de uso comum. Para este cálculo não devem ser consideradas as bombas para fins decorativos, elevatórias de esgoto e bombas instaladas em piscinas.

Para edificações multifamiliares, essa estimativa pode ser feita conforme memoriais de cálculo do projetista, ou segundo as especificações descritas na Tabela G.5.

Tabela G.5 – Determinação do consumo de água para edificações multifamiliares

Categoria de Consumidor	Consumo médio estimado (m³/mês)
Condomínios residenciais (edifício de apartamentos)	-21,1 + 0,0177 x (área total construída) + 2,65 x (nº de banheiros) + 3,97 x (nº de dormitórios) – 50,2 x (nº de dormitórios > 3*) + 46 x (média do nº vagas de garagem por apartamento)

*Parâmetro que assume valor 1 ou 0. Se a média de dormitórios por apartamento é maior que 3 = 1; caso contrário = 0)
Fonte: Nota Técnica NTS 181 da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

Para condomínios de edificações unifamiliares, o consumo de água deve seguir os memoriais de cálculo de projetista ou as especificações da Tabela G.6. Caso existam áreas de lazer ou espaços de uso comum com consumo de água no condomínio, tal consumo deve ser estabelecido por laudo técnico.

Tabela G.6 – Consumos para condomínios de edificações unifamiliares

Fonte de consumo	Consumo médio estimado (m³/mês)
Residências abastecidas por caixa d'água coletiva	6,3 por pessoa
Jardins de áreas de uso comum*	0,06 por m²

A partir do consumo de água estimado, calcula-se o volume a ser elevado pelas bombas e/ou motobombas e o consumo energético das bombas na condição real, conforme Equação G.10.

As potências dos equipamentos na condição real devem ser obtidas nas tabelas de eficiência energética do PBE para Bombas e motobombas centrífugas ou no catálogo do fabricante.

A classificação dos equipamentos na condição real deve ser obtida nas tabelas de eficiência energética do PBE para Bombas e motobombas centrífugas. Equipamentos não etiquetadas recebem classificação E.

Caso a edificação possua mais de uma bomba, o volume proporcional bombeado por cada uma deve ser utilizado. O consumo anual total das bombas é o somatório dos consumos de todas as bombas e/ou motobombas.

$$C_{B,real} = \sum_{1}^{n} \frac{V}{30C_h} . P_{B,real} . N_{ano} \quad \textbf{Equação (G.10)}$$

Onde:
$C_{B,real}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas utilizadas para sistemas de elevação de água na condição real ($C_{B,real}$) (kWh/ano);
V é o volume mensal calculado de consumo de água (m³/mês);
C_h é a capacidade horária de bombeamento dos equipamentos escolhidos (m³/h);
$P_{B,real}$ é a potência da bomba na condição real (kW);
N_{ano} é a quantidade de dias do ano em que o sistema estará operante.

G.II.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição de referência

A potência da bomba na condição de referência deve ser calculada a partir de um incremento ou decréscimo em relação à bomba utilizada na condição real, dependente da classe de eficiência descrita nas tabelas de eficiência do Inmetro.

Para bombas ou motobombas com classificação C adota-se o mesmo valor para a condição de referência. Na Tabela G.7 são apresentados os incrementos ou decréscimos adotados na potência das bombas e/ou motobombas na condição real, para obtenção da potência na condição de referência.

Tabela G.7 - Incremento ou decréscimo de potências nas escalas de classificação das bombas e/ou motobombas para obtenção da potência na condição de referência

Classe da bomba na condição real	Potência da bomba na condição de referência ($PB_{,ref}$)
A	Potência na condição real A + 8%
B	Potência na condição real B + 4%
C	Potência na condição de referência = condição real
D	Potência na condição real D - 4%
E	Potência na condição real E - 8%

O consumo para bombeamento na condição de referência ($C_{B,ref}$) é dado pela Equação G.11.

$$C_{B,ref} = \sum_{1} \frac{V}{30C_h} . P_{B,ref} . N_{ano} \quad \textbf{Equação (G.11)}$$

Onde:
$C_{B,ref}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas utilizadas para sistemas de elevação de água na condição de referência (kWh/ano);
V é o volume mensal calculado de consumo de água (m³/mês);
C_h é a capacidade horária de bombeamento dos equipamentos escolhidos (m³/h);
$P_{B,ref}$ é a potência da bomba na condição de referência (kW);
N_{ano} é a quantidade de dias do ano em que o sistema estará operante.

G.III ELEVADORES

Neste item são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética dos elevadores quanto à determinação do consumo energético deste sistema.

G.III.1 Determinação do consumo dos elevadores na condição real

O consumo anual dos elevadores na condição real ($C_{ELEV,real}$) é obtido pela multiplicação dos consumos diários, obtidos conforme a metodologia descrita nas normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2, pelo número de dias de uso dos elevadores, fixados em 365 dias, conforme a Equação G.12.

$$C_{ELEV,real} = \sum_{1}^{n} Ed \times 365 / 1000 \quad \textbf{Equação (G.12)}$$

Onde:
$C_{ELEV,real}$ é o consumo do conjunto de elevadores da edificação real (kWh/ano);
Ed é o consumo diário de cada elevador, conforme as ISO 25745-1 e ISO 25745-2 (Wh/dia);
n é o número de elevadores da edificação.

A classificação dos elevadores é determinada pelos fabricantes, conforme as ISO 25745-1 e ISO 25745-2. Elevadores sem classificação de eficiência energética devem assumir classe de eficiência energética E e seus consumos energéticos diários (Ed, em Wh) devem ser estimados conforme a Tabela G.8.

Tabela G.8 – Estimativa do consumo de energia elétrica para elevadores não etiquetados

Edificações com até 6 UHs	Edificações de 7 a 20 UHs	Edificações de 21 a 50 UHs	Edificações com mais de 50 UHs
$19040 + 2{,}016 . Q$	$18800 + 5{,}04 . Q$	$18000 + 15{,}12 . Q$	$16800 + 30{,}24 . Q$

Onde:
Q é a carga nominal do elevador (kg)

G.III.2 Determinação do consumo dos elevadores na condição de referência

O consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) deve ser calculado a partir de um incremento ou decréscimo em relação ao consumo do elevador na condição real. Para elevadores com classificação de eficiência energética C adota-se o mesmo valor do consumo para a condição de referência. Na Tabela G.9 são apresentados os incrementos ou decréscimos adotados no consumo do elevador na condição real, para obtenção do consumo na condição de referência.

Tabela G.9 - Incremento ou decréscimo de consumos nas escalas de classificação de elevadores para obtenção do consumo na condição de referência

Classe do elevador na condição real	Consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) - até 20 UHs	Consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) - acima de 20 UHs
A	3 x Consumo na condição real A	2,5 x Consumo na condição real A
B	2 x Consumo na condição real B	1,5 x Consumo na condição real B
C	Consumo na condição de referência = condição real	Consumo na condição de referência = condição real
D	0,5 x Consumo na condição real D	0,6 x Consumo na condição real D
E	0,25 x Consumo na condição real E	0,4 x Consumo na condição real E

G.IV SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR

Neste item são descritos os critérios para a avaliação do sistema de condicionadores de ar das AUCs e os procedimentos para a determinação do consumo dos condicionadores de ar na condição real ($C_{AC,real}$) e na condição de referência ($C_{AC,ref}$).

G.IV.1 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição real

Para determinação do consumo do sistema de condicionamento do ar deve-se adotar os dados de consumo descritos na etiqueta de classificação energética do equipamento, disponibilizados pelo Inmetro. Nessa etiqueta o consumo mensal é mensurado para um ciclo normalizado em 1 hora de uso por dia por mês, para equipamentos etiquetados por COP, e um ciclo de 2080 horas por ano para equipamentos etiquetados por IDRS. Para a estimativa do consumo por IDRS (Equação G.13) e por COP (Equação G.14), deve-se multiplicar o consumo nominal dos equipamentos pelas horas de uso do ambiente, na condição real e na condição de referência, definidas na Tabela G.1. Todas as áreas de uso comum que contém sistema de condicionamento de ar devem ter seu consumo contabilizado.

$$C_{AC,real} = \sum \frac{C_{AC,nom,IDRS}}{2080} \cdot N_{ano} \cdot h \quad \textbf{Equação (G.13)}$$

Onde:
$C_{AC,real}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição real, para equipamentos classificados pelo IDRS (kWh/ano);
$C_{AC,nom,IDRS}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, estabelecido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (kWh/ano);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

$$C_{AC,real} = \sum \frac{C_{AC,nom,COP}}{30} \cdot h \cdot N_{ano} \quad \textbf{Equação (G.14)}$$

Onde:
$C_{AC,real}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição real, para equipamentos classificados pelo COP (kWh/ano);
$C_{AC,nom,COP}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, estabelecido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (kWh/mês);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

No caso de múltiplos equipamentos, os consumos anuais devem ser somados.

G.IV.2 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência

O consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência ($C_{AC,ref}$) é obtido pela Equação G.15 (por IDRS) e Equação G.16 (pelo COP), considerando o consumo nominal ($C_{AC,nom,IDRS,ref}$ ou $C_{AC,nom,COP,ref}$) referente a um equipamento classe C da categoria avaliada.

$$C_{AC,ref} = \sum \frac{C_{AC,nom,IDRS,ref}}{2080} \cdot N_{ano} \cdot h \qquad \textbf{Equação (G.15)}$$

Onde:
$C_{AC,ref}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição de referência, para equipamentos classificados pelo IDRS (kWh/ano);
$C_{AC,nom,IDRS,ref}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, calculado conforme a Tabela G.10 (kWh/ano);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

$$C_{AC,ref} = \sum \frac{C_{AC,nom,COP,ref}}{30} \cdot h \cdot N_{ano} \qquad \textbf{Equação (G.16)}$$

Onde:
$C_{AC,ref}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição de referência, para equipamentos classificados pelo COP (kWh/ano);
$C_{AC,nom,COP,ref}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, calculado conforme a Tabela G.11 (kWh/mês);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

O consumo do sistema de ar condicionado na condição de referência das AUCs, de classe C, deve ser obtido por meio de um incremento ou decréscimo ao valor obtido de consumo nominal do equipamento para a condição real, dependendo da sua classe de eficiência. A Tabela G.10 determina esse incremento ou decréscimo para sistemas classificados pelo IDRS e a Tabela G.11 para sistemas classificados pelo COP.

Tabela G.10 – Ajustes no consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência para cada classe e tipo de condicionamento classificado pelo IDRS

Classes	Tipo de condicionadores de ar: Tipo Janela ≤ 9.000 Btu/h	Tipo Janela 9.001 a 13.999 Btu/h	Tipo Janela 14.000 a 19.999 Btu/h	Tipo Janela 20.000 a 60.000 Btu/h	Tipo split
A	Consumo A + 5,64%	Consumo A + 5,76%	Consumo A + 5,57%	Consumo A + 6,06%	Consumo A + 19,90%
B	Consumo B + 2,66%	Consumo B + 2,88%	Consumo B + 2,79%	Consumo B + 3,20%	Consumo B + 10,00%
C	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência
D	Consumo D - 3,07%	Consumo D - 2,97%	Consumo D - 2,87%	Consumo D - 2,57%	Consumo D - 11,11%
E	-	-	-	-	Consumo E - 24,50%

Fonte: Adaptado de Portaria Inmetro nº 7, de 04/01/2011

Tabela G.11 – Valores de adição de consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência para cada classe e tipo de condicionamento, quando classificado pelo COP

Classes	Tipo de condicionadores de ar: Tipo Janela ≤ 9.000 Btu/h	Tipo Janela 9.001 a 13.999 Btu/h	Tipo Janela 14.000 a 19.999 Btu/h	Tipo Janela 20.000 a 60.000 Btu/h	Tipo split
A	Consumo A + 16,36%	Consumo A + 16,49%	Consumo A + 12,20%	Consumo A + 14,45%	Consumo A + 13,34%
B	Consumo B + 7,84%	Consumo B + 7,91%	Consumo B + 5,93%	Consumo B + 6,87%	Consumo B + 6,67%
C	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência
D	Consumo D – 8,10%	Consumo D – 8,20%	Consumo D – 5,91%	Consumo D – 6,97%	Consumo D – 7,14%
E	Consumo E – 17,15%	Consumo E – 16,95%	Consumo E – 12,56%	Consumo E – 14,51%	Consumo E – 15,80%

Fonte: Adaptado de Portaria Inmetro nº 7, de 04/01/2011

Caso o sistema de condicionamento tenha capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) ou não seja feito por unidades individuais etiquetadas pelo Inmetro, deve-se utilizar o método que corresponda ao desejado descrito no Anexo B.II, da INI-C.

G.V SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Os critérios para avaliação do sistema de aquecimento de água das áreas de uso comum quanto à determinação de sua eficiência, consumo energético e determinação do percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{AA,AUC}$) são os mesmos especificados no Anexo B.III.

Entretanto, o volume diário de água ($V_{dia,E\ ou\ T}$ - Equação B.III.11) a ser considerado para as áreas de uso comum é definido em função da área de uso comum sob avaliação, de acordo com a Tabela G.12.

Tabela G.12 - Volume diário de consumo de água quente por área de uso comum

Área de uso comum	Volume de água (m^3)
Spa (m^3/dia/leito)	0,12
Academias (m^3/dia/ponto de banho)	0,10
Salão de festas (m^3/dia/lugares)	0,01

Nota: Para as áreas comuns não existentes na Tabela G.12 devem ser utilizados dados de previsão de demanda de um projeto de água quente realizado por profissional da área.

Nota: Caso exista nas AUC apenas um chuveiro elétrico de uso eventual, este pode ser desconsiderado da avaliação.

G.VI GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do potencial de geração de energia elétrica a partir do uso de fontes locais de energia renovável deve ser realizada conforme Anexo D, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

G.VII EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

A avaliação das emissões de dióxido de carbono deve ser realizada conforme Anexo E, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

G.VIII USO RACIONAL DE ÁGUA

A avaliação do uso racional de água nas áreas de uso comum deve ser realizada conforme Anexo F, considerando as particularidades das áreas de uso comum.

ANEXO III - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES

1. Objetivo

Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para edificações, com foco na eficiência energética, por meio do mecanismo de inspeção, visando estimular a concepção de edificações mais eficientes, atendendo às Instruções Normativas Inmetro definidas nos Anexos I e II.

2. Siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUC - Áreas de uso comum
Cgcre - Coordenação Geral de Acreditação
ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
INI-C - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
INI-R - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais
NR - Norma Regulamentadora
NT - Nota Técnica
OIA - Organismo de Inspeção Acreditado
OPC - Organismo de Certificação de Pessoas
PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem
PC - Profissional Certificado
RAC - Requisitos de Avaliação da Conformidade
UH - Unidade Habitacional

3. Documentos Complementares

ABNT NBR ISO/IEC 17020	Avaliação de conformidade - Critérios gerais para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção.
ABNT NBR 5891	Regras de arredondamento na numeração decimal.
ASHRAE **Standard** 74	**Method Of Measuring Solar-Optical Properties Of Materials**
ANSI/ASHRAE Standard 140	**Standard Method of Test for the Evaluation of Building Energy Analysis Computer Program.**
ASTM C1549	Standard Test Method for Determination of Solar Reflectance Near Ambient Temperature Using a Portable Solar Reflectometer
ASTM E1918	Standard Test Method for Measuring Solar Reflectance of Horizontal and Low-Sloped Surfaces in the Field
ASTM E903	Standard Test Method for Solar Absorptance, Reflectance, and Transmittance of Materials Using Integrating Spheres
Norma Regulamentadora NR6	Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
Notas Técnicas PBE Edifica	Notas técnicas contendo correções textuais e esclarecimentos técnicos a respeito da INI-C, INI-R e RAC, publicadas no site do PBE Edifica.
Portaria Inmetro vigente	Regulamento para uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.
Portaria Inmetro vigente	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C)
Portaria Inmetro vigente	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (INI-R)
Portaria Inmetro nº 248, de 2015	Aprova a revisão do Vocabulário Inmetro de Avaliação da Conformidade com termos e definições utilizados pela Diretoria de Avaliação da Conformidade do Inmetro

4. Definições

Para fins deste RAC são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no item 3 e nos Anexos Específicos I e II deste RAC para cada tipologia de edificação.

4.1 Alvará de Conclusão

Licença oficial que comprova que a obra foi realizada em conformidade com o projeto arquitetônico e de engenharia aprovado pelos órgãos públicos competentes, autorizando a ocupação para o fim a que se destina.

4.2 Assinatura digital

Assinatura em meio digital que garante que determinado documento eletrônico não foi modificado após a assinatura. A assinatura digital deve estar associada a um certificado digital, de forma a garantir que as informações do usuário, pessoa física ou jurídica, estão protegidas.

4.3 Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE)

Etiqueta concedida a produtos e edificações com eficiência energética avaliada pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).

4.4 Evidência

Dados que apoiam a existência ou a veracidade de alguma ocorrência.

4.5 Inspetor

Profissional qualificado do OIA, ou profissional certificado, conforme o Anexo A deste documento, com a atribuição de avaliar a conformidade de um projeto ou edificação, de acordo com o estabelecido nesta portaria.

4.6 Inspeção de projeto

Avaliação da conformidade do projeto da edificação, a partir da análise documental, conforme INI específica para a respectiva tipologia de edificação.

4.7 Inspeção da edificação construída

Avaliação da conformidade da edificação construída, a partir da análise documental e levantamento de dados in loco, de acordo com a INI específica para a respectiva tipologia de edificação.

4.8 Não conformidade

Para fins deste documento, são consideradas não conformidades: diferenças encontradas entre projeto e modelo de simulação; diferenças entre projeto e edificação - desde que diminuam a classe de eficiência; incompatibilidades entre os projetos e/ou declarações; falta de documentos; documentos incompatíveis ou qualquer contratempo que impossibilite a inspeção por parte do OIA/PC; ou, o não atendimento a algum requisito desta portaria.

4.9 Nota técnica

Documento com correções textuais, esclarecimentos, interpretações e atualizações da INI-C, INI-R e RAC, disponíveis no endereço: <pbeedifica.com.br/notas-tecnicas>.

4.10 Organismo de Inspeção Acreditado (OIA-EEE)

Pessoa jurídica, de direito público ou privado, cuja competência é reconhecida formalmente pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre). Para o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações, o OIA-EEE é um dos responsáveis por emitir as ENCEs, segundo o seu escopo de acreditação. A lista com os OIAs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>. Para fins deste documento OIA-EEE será referenciado apens como OIA.

4.11 Organismo de Certificação de Pessoas (OPC)

Pessoa jurídica, de direito público ou privado, cuja competência é reconhecida formalmente pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) e responsáveis pelo reconhecimento formal dos profissionais certificados. A lista com os OPCs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>

4.12 Profissional Certificado (PC)

Profissional com reconhecimento formal de sua competência e qualificação por OPC acreditado pela Cgcre/Inmetro ou designado pelo Inmetro, habilitados para realizar inspeções segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações. O PC é um dos responsáveis por emitir as ENCEs, desde que atenda as limitações descritas no Anexo A e limites da certificação.

4.13 Proprietário

Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, detentora da propriedade da edificação.

4.14 Solicitante

Proprietário ou pessoa física ou jurídica por ele designada para realizar a solicitação da ENCE.

5. Mecanismo De Avaliação Da Conformidade

5.1 O mecanismo de Avaliação da Conformidade para eficiência energética de edificações é a Inspeção.

5.1.1 A classificação de uma edificação quanto à eficiência energética é obtida por meio da inspeção de projeto e/ou da inspeção in loco da edificação construída.

5.1.2 Edificações de uso misto, parte comercial e parte residencial, devem ter suas parcelas avaliadas separadamente, de acordo com a respectiva INI.

5.2 A lista com os OIAs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>

5.3 Para realizar as inspeções, seja de projeto ou da edificação construída, o profissional certificado (PC) deve estar com seu certificado válido e registro no OPC atualizado. Este documento deve estar dentro da validade durante todo o processo, do início da inspeção até a emissão da ENCE.

5.4 O perfil e as atribuições do inspetor de edificações, do OIA e do PC estão definidos no Anexo A deste RAC.

5.5 A inspeção das edificações, realizada pelo OIA ou PC, deve ser realizada de acordo com o detalhamento previsto nos Anexos Específicos A e B deste RAC, conforme a tipologia das edificações.

5.6 As notas técnicas são documentos publicados sempre que for necessário esclarecer, atualizar ou corrigir alguma parte do texto da INI-C, INI-R ou RAC.

5.6.1 As notas técnicas devem ser consideradas em todas as inspeções contratadas após a data de sua publicação.

Nota: Recomenda-se o uso das notas técnicas para as inspeções em andamento, desde que o OIA/PC obtenha o consenso do solicitante.

5.6.2 Sempre que o texto da nota técnica contradizer seu texto base (RAC ou INI), deve-se adotar o texto mais recente.

5.7 O foco deste RAC é a eficiência energética e, portanto, o Inmetro, os Organismos de Inspeção Acreditados (OIAs) e os Profissionais Certificados (PCs) se eximem dos problemas que por ventura possam ser causados à edificação e aos usuários pela não observância das normas da ABNT, que são de exclusiva atribuição do projetista.

6. ETAPAS DA Avaliação Da Conformidade

6.1 Solicitação

6.1.1 Para iniciar o processo de obtenção da ENCE, o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC os seguintes documentos:

a) Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, assinado pelo solicitante, conforme Anexo B deste RAC;

b) Termo de Compromisso, conforme Anexo C deste RAC;

c) Termo de Ciência sobre o Entorno, assinado pelo solicitante, conforme Anexo D deste RAC, para avaliações em que é considerado o ângulo de obstrução vizinha, para os métodos simplificados ou de simulação da INI-C e INI-R, ou avaliações com simulação de iluminação natural da INI-C;

d) declaração, assinada pelo solicitante ou profissional por ele autorizado, para a conferência dos limites de aplicação dos métodos propostos nas INIs, conforme Anexo Específico I.1 ou Anexo Específico II.1, quando a envoltória for avaliada pelo método simplificado;

e) cópia, preferencialmente digital, do Contrato ou Estatuto Social da Empresa, caso o solicitante seja pessoa jurídica.

Nota 1: Os documentos acima listados devem ser enviados, preferencialmente, de forma eletrônica com a assinatura digital dos responsáveis. Alternativamente, os documentos podem ser enviados de forma física, devidamente assinados.

Nota 2: O OIA/PC poderá solicitar outros documentos além dos supracitados, caso julgue necessário.

6.1.2 Caso o processo tenha sido iniciado e a solicitação seja considerada inviável, o OIA/PC deve comunicar por escrito ao solicitante o motivo da inviabilidade do atendimento e devolver toda a documentação apresentada.

6.1.3 Quando se tratar de edificações novas, após a avaliação da etapa de inspeção de projeto, o solicitante deve requerer a(s) ENCE(s) da Edificação Construída, em um prazo de cinco anos, ou quando finalizada a obra.

6.1.4 A solicitação da ENCE da Edificação Construída deve ocorrer após finalizada a obra e expedido o alvará de conclusão ou com a edificação em estágio que possibilite a inspeção in loco, após feita a ligação definitiva com a concessionária para fornecimento de energia elétrica e com a distribuidora de gás combustível (aplicável quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural na edificação).

Nota: Quando se tratar de edificações existentes, em processo de retrofit ou reforma, o solicitante deve requerer a(s) ENCE(s) da Edificação Construída após finalizada a reforma do(s) sistema(s) avaliado(s).

6.1.5 A solicitação da ENCE de projeto é opcional para as edificações existentes. No caso destas edificações, pode-se solicitar diretamente a ENCE de Edificação Construída, a ser emitida com base na inspeção da edificação construída e no projeto as built.

6.1.6 De acordo com o método de avaliação escolhido, o solicitante deve encaminhar os documentos descritos nos itens 4 (Inspeção de Projeto) ou itens 6 e (Inspeção da Edificação Construída) dos Anexos Específicos I e II deste RAC, conforme a ENCE desejada.

6.1.6.1 Caso opte pelos métodos prescritivo ou simplificado, o solicitante deve manifestar se enviará o levantamento de dados detalhado ou se cabe ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral.

6.1.6.2 Caso opte pelo método de simulação, o solicitante deve manifestar se efetuará a simulação completa ou se o OIA/PC deve realizá-la.

Nota 1: Os métodos de avaliação empregados pelo OIA/PC na etapa de projeto da edificação podem ser prescritivo (somente para edificações residenciais), simplificado ou simulação computacional, definidos nas INIs.

Nota 2: A definição do método de avaliação é feita com base nos limites apresentados no escopo de cada método. Caso a edificação atenda aos limites de mais de um método, fica a critério do solicitante a escolha do método a ser aplicado.

6.1.7 A inspeção de projeto ou da edificação construída só deverá ser iniciada após o recebimento de toda a documentação descrita no item 6.1.6. Caso sejam identificadas inconsistências durante o processo de avaliação, estas deverão ser tratadas como não conformidades, conforme o item 6.4.

6.1.8 O solicitante pode indicar um ou mais profissionais qualificados e de sua responsabilidade para o envio de documentação e respostas de dúvidas referentes à(s) edificação(ões) em processo para obtenção da ENCE.

6.2 Inspeção de projeto

6.2.1 De posse da documentação, descrita nos itens 4 e 6 dos Anexos Específicos I e II deste RAC, o OIA/PC deve realizar a inspeção dos projetos e demais itens, de acordo com o método a ser aplicado, conforme as INIs e os procedimentos e níveis de tolerância estabelecidos nos referidos Anexos Específicos.

6.2.2 Finalizada a inspeção de projeto, o OIA/PC deve encaminhar ao Procel Edifica e ao CB3E, todos os documentos listados abaixo, e, ao Inmetro os itens c) e d), em formato eletrônico:

a) cópias do Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, do Termo de Compromisso e do Contrato ou Estatuto Social da Empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica);

b) o(s) Relatório(s) de Inspeção do Projeto - conforme conteúdo mínimo especificado nos itens F.8 e G.8 deste Anexo;

c) planilha de inspeção, disponível no seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>;

d) a(s) ENCE(s) do Projeto e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

Nota 1: Quando da disponibilização do sistema de cadastro das ENCEs, cada OIA/PC deve possuir seu próprio login e senha para acesso e inclusão das informações no referido sistema.

Nota 2: A planilha de inspeção contém os dados utilizados para as inspeções realizadas por meio do método simplificado e/ou do método de simulação. Esta planilha deve ser preenchida pelo OIA/PC após a inspeção, tanto para inspeção de projeto quanto para a edificação construída.

6.2.3 As Tabelas de Eficiência Energética de Edificações, contendo as informações contidas na ENCE, poderão ser consultadas no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/consumidor/pbe/edificacoes.asp>.

6.2.4 Finalizada a inspeção de projeto, o OIA/PC deve encaminhar ao solicitante, por meio eletrônico:

a) o(s) Relatório(s) de Inspeção do Projeto - conforme conteúdo mínimo especificado no item 8 dos Anexos Específicos deste RAC;

b) a(s) ENCE(s) de Projeto e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

6.2.5 A ENCE de Projeto é válida por no máximo 5 anos a partir da sua emissão, ou até a conclusão da construção da edificação - o que ocorrer primeiro.

6.2.6 A perda da validade implica na inclusão do status: "ENCE de Edificação Construída Pendente" nas Tabelas de Eficiência Energética, e na indisponibilidade de acesso à ENCE via QR Code.

6.3 Inspeção da edificação construída

6.3.1 As edificações avaliadas na etapa de projeto devem ser submetidas à inspeção da edificação construída após a obra estar finalizada, atendendo ao item 6.1.4. O OIA/PC deve realizar a inspeção da edificação construída e demais itens, de acordo com o método a ser aplicado, conforme as INIs,e os procedimentos e níveis de tolerância estabelecidos nos referidos Anexos Específicos.

6.3.2 A inspeção in loco somente pode ser agendada após a instalação dos sistemas avaliados, que devem estar em plenas condições de funcionamento.

6.3.3 Em edificações existentes, o solicitante pode requerer somente a etiqueta da edificação construída. Nestes casos, o solicitante deve requerer ao OIA/PC a realização da inspeção mediante a entrega da documentação listada no item 6.1, além dos documentos necessários conforme item 4 dos Anexos Específicos deste RAC.

6.3.4 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, o OIA/PC deve receber e conferir se os documentos relativos à edificação construída estão em conformidade com os analisados para a obtenção da ENCE de Projeto.

6.3.5 Caso ocorram alterações em relação à documentação analisada para a ENCE de Projeto, o solicitante deve enviar ao OIA/PC o projeto como construído (as built) evidenciando os itens alterados. A inspeção da edificação construída deverá basear-se neste projeto e nas evidências levantadas in loco.

6.3.6 Por ocasião da inspeção in loco, o solicitante deve indicar um ou mais profissionais qualificados e de sua

responsabilidade para acompanhar o(s) inspetor(es) do OIA/PC.

6.3.7 O OIA/PC deve conferir, durante a realização da inspeção e conforme o item 7 dos Anexos Específicos deste RAC, se o que foi construído está de acordo com o projetado.

6.3.8 O levantamento in loco, etapa de inspeção da edificação construída, pode, de forma alternativa ser realizado de forma remota.

6.3.8.1 Cabe ao OIA/PC determinar os critérios para a realização das inspeções de forma remota, assim como definir em que casos estas podem ser realizadas.

6.3.8.2 Para as inspeções realizadas de forma remota, deve-se seguir os seguintes procedimentos:

a) o OIA/PC deve agendar a inspeção com os profissionais responsáveis pela edificação e sistemas implantados;

b) os profissionais responsáveis pela edificação darão apoio ao inspetor. Estes profissionais deverão realizar as medições necessárias, mostrar as partes do sistema conforme solicitação do inspetor e responder às dúvidas que surgirem durante a inspeção;

c) os profissionais responsáveis pela edificação deverão ter o conhecimento necessário da edificação e do sistema avaliado, assim como acesso a todas as partes do edifício e sistema avaliado;

d) a inspeção deve ser realizada em tempo real por meio de vídeo-chamada;

e) cabe ao inspetor dar as orientações e conduzir os levantamentos necessários a serem realizados durante a inspeção remota;

f) ao final da inspeção in loco, os profissionais responsáveis pela edificação e sistemas implantados devem enviar ao OIA/PC as fotografias e documentações solicitadas pelo inspetor durante a inspeção remota.

6.3.9 Nas inspeções realizadas pelo o OIA, este pode solicitar a um PC para realizar o levantamento in loco. Nestes casos, o OIA e PC devem seguir os seguintes itens:

a) cabe ao OIA realizar o planejamento da inspeção e a análise de dados;

b) o PC deve estar habilitado para realizar tal inspeção;

c) o PC deve realizar o levantamento de dados na edificação, de forma presencial, e enviar ao OIA todos os dados levantados, por meio de planilhas, fotografias e vídeos, além de outros formatos definidos pelo OIA.

Nota: Neste caso, o PC possui atribuições de inspetor e deve realizar o levantamento in loco conforme planejamento do inspetor do OIA responsável pela avaliação.

6.3.10 O solicitante deve ser comunicado quando as alterações indicadas reduzirem a classificação de eficiência energética da edificação, por meio do relatório de Não Conformidades, e terá a opção de efetuar ajustes na edificação.

6.3.11 Finalizada a inspeção da edificação construída, o OIA/PC deve encaminhar ao Procel Edifica e ao CB3E, todos os documentos listados abaixo, e, ao Inmetro, os itens c) e d), em formato eletrônico:

a) cópias do Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, do Termo de Compromisso e do Contrato ou Estatuto Social da Empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica);

b) o(s) Relatório(s) de Inspeção da Edificação Construída - conforme conteúdo mínimo especificado nos itens F.8 e G.8 deste Anexo;

c) planilha de inspeção disponível no endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>;

d) a(s) ENCE(s) da Edificação Construída e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

Nota 1: Quando da disponibilização do sistema de cadastro das ENCEs, cada OIA/PC deve possuir seu próprio login e senha para acesso e inclusão das informações no referido sistema.

Nota 2: A planilha de inspeção contém os dados utilizados para as inspeções realizadas por meio do método simplificado e/ou do método de simulação. Esta planilha deve ser preenchida pelo OIA/PC após a inspeção, tanto para inspeção de projeto quanto para a edificação construída.

6.3.12 As Tabelas de Eficiência Energética de Edificações, contendo as informações contidas na ENCE, poderão ser consultadas no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/consumidor/pbe/edificacoes.asp>, .

6.3.14 Finalizada a inspeção da edificação construída, o OIA/PC deve encaminhar ao solicitante, por meio digital:

a) o(s) Relatório(s) de Inspeção da Edificação Construída - conforme conteúdo mínimo especificado no item 8 dos Anexos Específicos deste RAC; e

b) a(s) ENCE(s) da Edificação Construída e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV desta portaria.

6.4 Tratamento de não conformidades

6.4.1 As não conformidades identificadas durante a inspeção devem ser registradas no Relatório de Não Conformidades e este deve ser enviado ao solicitante e/ou responsável técnico.

6.4.2 O Relatório de Não Conformidades deve conter:

a) não conformidades e evidências levantadas;

b) tipo da não conformidade (documento/informação ausente; incompatibilidade entre documentos; diferença entre projeto avaliado e edificação construída, com diminuição na classe de eficiência energética; ou o não atendimento a algum requisito deste RAC, conforme definido no item 4.8);

c) impacto na inspeção (suspensão da emissão da ENCE; diminuição na classe de eficiência energética da edificação construída; etc.);

d) diretrizes da correção necessária (critérios do RAC a serem atendidos, correção de diferenças entre projeto, modificações na edificação para que esta esteja adequada ao projeto já avaliado, etc.); e

e) prazo para apresentação das ações corretivas.

Nota: O prazo para emissão da ENCE fica suspenso até as ações corretivas serem enviadas ao OIA/PC.

6.4.3 Durante a inspeção, o OIA/PC pode optar por entrar em contato com o responsável técnico (indicado no Anexo B deste RAC) para resolver dúvidas de interpretação de projeto, ou pequenas incompatibilidades na documentação. Nestes casos, estas informações devem ser registradas no relatório de inspeção. Cabe ao OIA/PC definir quando utilizar este procedimento ou emitir o relatório de não conformidades.

6.4.4 Para inspeções pelo método de simulação, as diferenças encontradas entre o projeto e o modelo são consideradas não conformidades, salvo as simplificações necessárias para a elaboração do modelo. Nestes casos, as simplificações devem ser justificadas no relatório enviado pelo responsável técnico e serem aprovadas pelo OIA/PC.

6.4.5 Para as simulações termoenergética e de iluminação natural, o não atendimento aos requisitos de software, arquivo climático e modelagem são considerados não conformidades.

6.4.6 Na etapa de inspeção da edificação construída, não são consideradas não conformidades as diferenças entre o projeto e a edificação construída quando as diferenças impliquem no aumento da classe de eficiência.

6.4.7 As diferenças entre projeto e edificação construída, identificadas durante o levantamento in loco devem ser informadas, no ato, ao representante do solicitante e registradas no Relatório de Evidências.

6.4.7.1 Para as edificações com ENCE de Projeto, o OIA/PC deve analisar as evidências identificadas em campo e incluir no relatório de não conformidades somente aquelas que diminuam a classe de eficiência energética do sistema.

6.4.7.2 Após o recebimento do Relatório de Não Conformidades, o solicitante deve encaminhar, no prazo máximo determinado pelo OIA/PC, as evidências da implementação das ações corretivas das não conformidades relatadas. Cabe ao OIA/PC, após a análise das evidências, proceder ou não outra inspeção in loco. Ao final do prazo, o OIA/PC deve emitir a ENCE com a classificação final obtida, de acordo com as evidências verificadas.

6.4.7.3 No caso de uma não conformidade que altere a classe de eficiência energética, o solicitante pode decidir não fazer as correções, devendo informar ao OIA/PC dentro do prazo estipulado no Relatório de Não Conformidades.

6.4.8 A evidência objetiva do tratamento das não conformidades é requisito para a emissão da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE.

7. Tratamento de reclamações

7.1 O OIA/PC deve dispor de uma sistemática para o tratamento de reclamações de seus clientes e manter registros de todas as reclamações e apelações recebidas, bem como de todas as ações adotadas.

7.2 O OIA/PC deve disponibilizar aos seus clientes canais de fácil acesso e atendimento para o registro de reclamações e apelações.

7.3 O OIA/PC deve possuir política e dispor de procedimentos documentados para tratar de reclamações e/ou apelações recebidas de clientes, ou de outras partes, relacionadas com as suas atividades, assegurando a imparcialidade no tratamento e contemplando, no mínimo, os requisitos a seguir:

a) uma sistemática para tratamento das reclamações que evidencie que o OIA/PC:

- valoriza e dá efetivo tratamento às reclamações apresentadas por seus clientes;

- conhece e compromete-se a cumprir e sujeitar-se às penalidades previstas nas leis, especificamente na Lei nº. 8078 de 11 de setembro de 1990;

- define responsabilidades que assegurem a imparcialidade quanto ao tratamento das reclamações e/ou apelações;

- confirma o recebimento da reclamação e fornece informações sobre o andamento do tratamento;

- compromete-se a responder a qualquer reclamação encaminhada pelo Inmetro no prazo definido;

- realiza o rastreamento e registro das reclamações, incluindo as ações adotadas durante o tratamento;

- é capaz de assegurar que quaisquer correções e ações corretivas sejam adotadas;

- é capaz de assegurar a confidencialidade do reclamante e/ou do demandante da apelação, aplicável apenas ao OIA;

- é capaz de encaminhar resposta formal ao reclamante e/ou demandante da apelação.

b) o procedimento para adoção da ação corretiva no tratamento de reclamações e/ou apelações deve contemplar a investigação e análise da causa-raiz da eventual irregularidade.

Nota: No caso dos OIAs, a sistemática para tratamento das reclamações deve ser assinada pela alta direção.

7.4 Periodicamente, o OIA/PC deve analisar criticamente as reclamações e apelações visando à melhoria do seu sistema de gestão da qualidade. Registros decorrentes dessas análises devem ser mantidos acessíveis ao Inmetro.

7.5 Em caso de dúvidas, reclamações e sugestões, o canal a ser utilizado é a Ouvidoria do Inmetro, nos canais disponibilizados em https://www.gov.br/inmetro/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/faca-sua-manifestacao.

8. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Ence

8.1 Concessão da autorização

8.1.1 A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) para Edificações tem por objetivo informar a eficiência energética de edificações por meio de sua classificação nas faixas que variam de A (mais eficiente) até E (menos eficiente), conforme as especificações e modelos definidos nos Anexos Específicos e Anexo IV.

8.1.2 A ENCE pode ser emitida, para cada uma das etapas de inspeção:

- ENCE de Projeto da Edificação, entregue após a inspeção de projeto;

- ENCE da Edificação Construída, entregue após a inspeção da edificação construída.

8.1.3 A concessão da ENCE de Projeto refere-se somente ao projeto, não dispensando, em hipótese alguma, a ENCE da Edificação Construída.

8.1.4 Para a emissão da ENCE de Projeto ou da Edifciação Construída, o OIA/PC deve cadastrar a ENCE e gerar o QR code em área de acesso restrito no site do PBE Edifica, que armazenará as etiquetas e dará acesso à página complementar da ENCE, no site do PBE.

8.1.5 O preenchimento da ENCE, pelo OIA/PC, deve seguir as diretrizes do Manual de Preenchimento da ENCE, disponível no o seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

8.1.6 A autorização para uso da ENCE somente é concedida depois de cumpridos todos os requisitos exigidos neste RAC.

8.1.7 O uso da ENCE também está condicionado aos compromissos assumidos por meio do Termo de Compromisso (Anexo C deste RAC) e do Termo de Ciência sobre o Entorno (Anexo D deste RAC), quando cabível.

8.2 Aplicação

8.2.1 As ENCEs das Edificações Construídas devem ser fixadas em local visível ao público e usuários nas edificações, blocos, pavimentos ou conjuntos de salas inspecionados

8.2.1.1 A página complementar não necessita estar expostas na edificação. Esta poderá ser acessada, em meio eletrônico, por meio do QR Code contido na ENCE.

8.2.1.2 Para as unidades autônomas, como as Unidades Habitacionais (UHs), não recai esta exigência, devendo o solicitante entregar as ENCEs aos futuros proprietários.

8.2.2 No caso de fornecimento da(s) ENCE(s) da Edificação Construída para um complexo de edificações, esta(s) deve(m) ser fixadas em local visível no bloco mais próximo ao acesso do logradouro principal do complexo.

8.2.3 A(s) ENCE(s) de Projeto poderão ser divulgadas enquanto válidas ou divulgadas e fixadas na edificação apenas se esta for apresentada juntamente com a ENCE da Edificação Construída.

8.2.4 O uso das ENCEs deve observar as determinações do Regulamento para o uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.

8.2.5 Toda publicidade coletiva que implique em reconhecimento oficial de assuntos relacionados com a ENCE é de competência do Inmetro. Não deve haver publicidade envolvendo a ENCE que seja depreciativa, abusiva, falsa ou enganosa, bem como em outros produtos, que não aqueles objetos da autorização de uso.

8.2.6 A divulgação publicitária pode ser realizada desde que submetida à prévia análise de conteúdo pelo Inmetro.

8.3 Suspensão ou cancelamento da autorização

8.3.1 O Inmetro poderá aplicar a suspensão ou o cancelamento da ENCE se esta for utilizada em outra edificação ou outra parte da mesma que não o objeto da autorização; se o solicitante não cumprir as responsabilidades e obrigações determinadas no item 9 deste RAC; e nos casos previstos no Regulamento para uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.

8.3.2 A suspensão ou cancelamento da autorização será confirmada pelo Inmetro por meio de documento oficial.

8.3.3 Ao final do período de suspensão, o Inmetro verificará se as condições estipuladas para nova autorização foram atendidas. Em caso afirmativo, o solicitante autorizado será notificado de que a autorização entrará novamente em vigor e, em caso negativo, o Inmetro cancelará a autorização.

9. Responsabilidades e obrigações

9.1 Para o Solicitante

a) Cumprir com todas as condições estabelecidas neste RAC e nas INIs;

b) Arcar diretamente com as responsabilidades técnica, civil e penal relativas ao projeto e à edificação inspecionada/etiquetada;

c) Comunicar ao OIA/PC, no momento da solicitação da inspeção in loco, qualquer alteração que implique em mudanças na edificação entre as etapas de inspeção de projeto e inspeção in loco;

d) Cumprir com as Normas Brasileiras aplicáveis e as disposições referentes às ENCEs determinadas neste RAC;

e) Acatar e facilitar os trabalhos de inspeção e possíveis atualizações e conferência de dados executados pelos OIA/PCs;

f) Acatar as decisões tomadas pelo Inmetro, conforme as disposições deste RAC;

g) Solicitar autorização para a publicidade, observando o disposto no item 8.2.6.

9.2 Para o OIA

a) Implementar os procedimentos de avaliação da conformidade de acordo com os requisitos estabelecidos neste RAC, dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o Inmetro;

b) Uma vez implementado, utilizar sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro para manter atualizadas as informações acerca das edificações etiquetadas;

c) Dar livre acesso ou fornecer ao Inmetro toda documentação exigida durante o processo;

d) Notificar imediatamente ao Inmetro o ato praticado por qualquer ente envolvido no processo que esteja em desacordo com o descrito neste documento, bem como ato que possa sujeitar em suspensão ou cancelamento da ENCE;

e) Acatar eventuais penalidades impostas pelo Inmetro;

f) Repassar para o solicitante as exigências estabelecidas pelo Inmetro;

h) Informar o Inmetro sobre fatos que possam comprometer a credibilidade da ENCE e a imagem do Inmetro;

i) Participar de comparações entre os OIAs quando determinado pelo Inmetro; e

j) Fornecer dados requeridos pelo Inmetro.

9.3 Para o PC

a) Implementar os procedimentos de avaliação da conformidade de acordo com os requisitos estabelecidos neste RAC, dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o Inmetro;

b) Uma vez implementado, utilizar sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro para manter atualizadas as informações acerca das edificações etiquetadas;

c) Dar livre acesso ou fornecer ao OPC toda documentação exigida durante o processo;

d) Notificar imediatamente ao Inmetro o ato praticado por qualquer ente envolvido no processo que esteja em desacordo com o descrito neste documento, bem como ato que possa sujeitar em suspensão ou cancelamento da ENCE;

e) Acatar eventuais penalidades impostas pelo Inmetro ou pelo OPC;

f) Repassar para o solicitante as exigências estabelecidas pelo Inmetro;

g) Informar o Inmetro sobre fatos que possam comprometer a credibilidade da ENCE e a imagem do Inmetro;

h) Participar de comparações entre os PCs quando determinado pelo Inmetro;

i) Fornecer dados requeridos pelo Inmetro;

j) Manter os requisitos necessários para garantir a manutenção da certificação.

9.4 Para o Inmetro

a) Manter atualizadas as informações acerca das edificações com ENCE emitidas;

b) Manter atualizadas as informações em seu site e solicitar oficialmente a atualização de documentos do PBE Edifica que referenciem seu site;

c) Refletir em todos seus documentos a imparcialidade, isonomia e equidade no que diz respeito aos OIA/PC.

ANEXO A - PERFIL E ATRIBUIÇÕES DO INSPETOR DE EDIFICAÇÕES E DO ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO E DO PROFISSIONAL CERTIFICADO

A.1 Objetivo

Este Anexo tem como objetivo descrever o perfil e atribuições que o inspetor, os Organismos de Inspeção Acreditados (OIAs) e os Profissionais Certificados (PC) devem possuir para avaliar a conformidade das edificações quanto aos parâmetros definidos nas INIs.

A.2 Atribuições do Inspetor

Denomina-se como inspetor o profissional que possui uma ou mais das seguintes atribuições:

- Inspeção de projeto pelo método prescritivo;

- Inspeção de projeto pelo método simplificado;

- Inspeção de projeto pelo método de simulação;

- Inspeção da edificação construída.

A.3 Formação do Inspetor

A.3.1 O inspetor deve possuir um ou mais dos seguintes cursos, de acordo com sua(s) atribuição(ões).

a) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de arquiteto ou arquiteto e urbanista;

b) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro civil;

c) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro mecânico;

d) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro de energias renováveis, ou engenheiro de energia;

e) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro eletricista; e/ou

f) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação em outra engenharia, ou outro curso superior na área de exatas, desde que com formação complementar na área de edificações.

A.3.2 A inspeção da envoltória deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a) ou A.3.1 b).

A.3.3 Para a Inspeção do sistema de condicionamento de ar, devem ser observados os requisitos a seguir.

A.3.3.1 A inspeção deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 c).

A.3.3.2 Para equipamentos com capacidade superior a 17,6 kW, a inspeção deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a) ou A.3.1 b), com formação complementar em projeto de condicionamento de ar; ou, de acordo com o item A.3.1 c).

A.3.4 A inspeção do sistema de iluminação deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 e).

A.3.5 A inspeção do sistema de aquecimento de água deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 f), desde que conhecimento comprovado para a inspeção de sistemas de aquecimento de água.

A.3.6 A inspeção de sistemas de geração local de energia renovável deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens: A.3.1 d) ou A.3.1 e); ou com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 f), desde que possuam conhecimento comprovado para a inspeção de sistemas de geração local de energia renovável.

A.3.7 A inspeção de outros sistemas avaliados deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1 a) a A.3.1 f).

A.3.8 A inspeção de projeto pelo método de simulação deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1, subitens a) a f). As especificidades de cada sistema devem ser avaliadas pelos inspetores habilitados para a avaliação de cada sistema específico, de acordo com os itens A.3.2 a A.3.6.

A.3.9 A inspeção da edificação construída deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1, de acordo com o sistema avaliado.

A.3.10 Entende-se por formação complementar, citado no item A.3, pós-graduação nas áreas especificadas, disciplinas de graduação, mestrado e/ou doutorado, com comprovação em histórico escolar; curso de capacitação técnica com certificado; certificação profissional na área, ou experiência profissional comprovada.

A.4 Capacitação específica do inspetor

A.4.1 O inspetor deve estar devidamente registrado no Conselho de Classe específico, de acordo com sua formação.

A.4.2 A verificação do método de simulação deve ser realizada por um inspetor que tenha experiência comprovada (acadêmica, curso com certificado ou experiência profissional comprovada) em simulações com um ou mais dos programas verificados.

A.5 Equipe técnica dos organismos de inspeção acreditados (oia)

A.5.1 O OIA deve dispor de um mínimo de 1 (um) profissional de nível superior que atenda às exigências dos itens A.3 e A.4 de acordo com seu escopo de acreditação. Quando o OIA possuir apenas um inspetor, este deve estar de acordo com o item A.3.2.

A.5.2 Para que o OIA complemente seu corpo técnico, é possível contratar os inspetores de acordo com as demandas de inspeção, desde que estes atendam às exigências do item A.3 e o disposto no item A.4, de acordo com o seu escopo de acreditação. Os inspetores devem estar treinados de acordo com o sistema da qualidade do Organismo de Inspeção Acreditado.

A.5.3 O planejamento da inspeção e a análise dos dados devem ser, exclusivamente, realizados por profissional de nível superior de acordo com exigências do item A.3.1 a) ou A.3.1 b).

A.5.4 O OIA pode dispor de outros profissionais com formação técnica (técnicos e tecnólogos) desde que supervisionados pelos inspetores descritos no item A.3.

A.6 Profissional certificado (PC)

A.6.1 O PC deve ter sua certificação emitida por um OPC acreditado pela Cgcre, ou designado pelo Inmetro.

A.6.2 A certificação do profissional deve ser realizada com base em norma ABNT correspondente.

A.6.3 O OPC deve manter os dados das certificações emitidas, incluindo a validade, atualizados no registro único de inspetores certificados.

A.6.4 O PC deve atender a capacitação específica, conforme descrito no item A.4.

A.7 Infraestrutura básica dos organismos de inspeção acreditados (OIA) e profissional certificado (PC)

A.7.1 São equipamentos obrigatórios aos OIAs/PCs:

a) Bússola ou GPS (Global Positioning System) para envoltória - edificação construída;

b) Trena eletrônica ou manual, para envoltória - edificação construída;

c) Computador com programa computacional de simulação termoenergética e/ou iluminação natural, segundo os requisitos das INIs, para avaliações pelo método de simulação.

Nota: Os programas de simulação que o OIA/PC possui devem estar de acordo com a lista de programas de simulação que o OIA/PC está apto a inspecionar e/ou simular.

A.8 Escopo e métodos de avaliação empregados pelo profissional certificado (PC)

A.8.1 Métodos de avaliação

A.8.1.1 O PC pode realizar inspeções nas duas etapas: projeto e edificação construída, atendendo aos limites de método e edificação.

A.8.1.2 O PC com certificação nível 1, conforme norma ABNT específica, pode realizar avaliações pelo método prescritivo e simplificado; para avaliações pelo método de simulação é necessário obter a certificação nível 2.

A.8.1.3 O levantamento in loco pode ser realizado pelo PC com classificações nível 1 e nível 2, conforme norma ABNT específica. No entanto, em caso de não conformidades em edificações com avaliação de projeto pelo método de simulação, estas devem ser analisadas por um PC nível 2.

A.8.2 Edificações comerciais, de serviços e públicas - o PC está habilitado para realizar a inspeção em edificações que atendem aos seguintes limites:

- Edificações com área total inferior a 2.000 m2;
- Sistema de condicionamento de ar com equipamentos com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), avaliados por meio do COP, IDRS ou CSPF; e
- Sistema de aquecimento de água no ponto de consumo.

A.8.3 Edificações residenciais - o PC está habilitado para realizar a inspeção das UHs e áreas de uso comum.

ANEXO B - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE

	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	REF: EDIFICAÇÕES SE/001-PBE
	SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE	DATA APROVAÇÃO / ORDEM / PAVIÃO / DATA ÚLTIMA PAVIÃO

DADOS DO SOLICITANTE

01	RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/NOME (PESSOA FÍSICA)		
02	CNPJ/CPF	03	TELEFONE/E-MAIL
04	ENDEREÇO		
05	MUNICÍPIO/UF	06	CEP

DADOS DA EDIFICAÇÃO

07	NOME DA EDIFICAÇÃO	08	TIPO DE EDIFICAÇÃO
09	ENDEREÇO EDIFICAÇÃO	10	UNIDADE CONSUMIDORA
11	MUNICÍPIO/UF DA EDIFICAÇÃO	12	CEP DA EDIFICAÇÃO

DADOS DA ENCE

13	TIPO DE ENCE SOLICITADA
14	PARCELA AVALIADA
15	MÉTODO DE AVALIAÇÃO / 16 ETAPA DE INSPEÇÃO

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

16	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	17	Nº DE REGISTRO (CAU / CREA)	18	SISTEMA
19	NOME DO SOLICITANTE	20	CARIMBO E ASSINATURA DO SOLICITANTE		

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

O Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE deve ser preenchido pelo solicitante conforme abaixo e enviado ao OIA/PC. O formulário deve ser enviado preferencialmente de forma digital ou, alternativamente, pode ser enviado por meio físico. As informações contidas neste formulário serão aquelas utilizadas para o preenchimento da ENCE.

01 Informar o nome/razão social da empresa ou pessoa física que está solicitando a emissão da ENCE;

02 Informar o CNPJ da empresa solicitante ou CPF do solicitante, quando pessoa física;

03 Informar o telefone e o e-mail de contato do solicitante;

04 Informar o endereço completo do solicitante;

05 Informar o nome do município e a sigla da Unidade Federativa do endereço do solicitante;

06 Informar o CEP do endereço do solicitante;

07 Informar o nome da edificação para a qual está sendo solicitada a ENCE;

08 Informar o tipo de edificação: residencial, comercial, de serviços, ou pública;

09 Informar o endereço completo da edificação;

10 Informar a unidade consumidora da parcela ou edificação avaliada. Não aplicável para avaliações de edificações novas na etapa de projeto.

11 Informar o nome do município e a sigla da Unidade Federativa do endereço da edificação;

12 Informar o CEP do endereço da edificação;

13 Informar o tipo de ENCE solicitada. Para edificações residenciais, informar: ENCE de Unidades Habitacionais Autônomas ou ENCE das Áreas Comuns. Para edificações comerciais, de serviços e públicas, informar: ENCE Geral, ENCE Parcial ou Autodeclarada. No caso de ENCEs Parciais, informar para quais sistemas está sendo solicitada a ENCE: envoltória, iluminação; condicionamento de ar, aquecimento de água e/ou geração de energia. No caso da ENCE Autodeclarada, informar quais sistemas serão autodeclarados;

14 Informar se a ENCE é aplicável a somente um ou mais blocos, caso haja mais de um bloco no empreendimento. Para edificações comerciais, informar também se é aplicável a somente um ou mais pavimentos ou parcelas da edificação, como conjunto de salas ou áreas comuns condominiais;

15 Informar o método de avaliação a ser empregado. Para edificações residenciais informar: método prescritivo, método simplificado ou método de simulação. Para edificações comerciais indicar: método simplificado ou simulação;

16 Informar a etapa de inspeção para a qual está sendo solicitada a ENCE (projeto ou edificação construída);

17 Informar o nome do(s) responsável(is) pelo envio das informações técnicas e comunicação com o OIA/PC;

18 Número de registro junto ao conselho de classe do(s) responsável(is) pelas informações técnicas.

19 Informar se o responsável técnico, indicado no item 16, é responsável por fornecer as informações de toda a edificação ou por quais sistemas avaliados o(s) responsável(is) técnico respondem;

20 Informar o nome do solicitante;

21 Campo destinado a receber a assinatura do solicitante e o carimbo dele e/ou da empresa. A assinatura pode ser digital ou com firma reconhecida.

ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO

ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Este documento representa um Termo de Compromisso entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e o solicitante da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE de Edificações – em conformidade com as regras e procedimentos definidos pelo RAC para Eficiência Energética de Edificações.

EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica)

NOME	RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	INSC. ESTADUAL	Nº DE REGISTRO CONTRATO SOCIAL
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
FONE	E-MAIL	

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica) OU SOLICITANTE/PESSOA FÍSICA

NOME	CPF
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO/UF	PAÍS / CEP
CARGO/FUNÇÃO	
FONE	E-MAIL

PROFISSIONAL(IS) AUTORIZADO(S) A TROCAR INFORMAÇÕES COM O OIA/PC (quando diferente do solicitante)

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
CARGO/FUNÇÃO / FONE	E-MAIL

1. COMPROMISSOS DO INMETRO

1.1 Zelar pela perfeita administração do uso da ENCE, acompanhando e verificando as condições de sua aplicação.

1.2 Não difundir qualquer informação concernente ao processo de projeto, construção e instalação dos objetos da ENCE, inclusive no tocante às avaliações realizadas ou, ainda, à quantidade alienada ou mesmo construída ou instalada, salvo autorização prévia do solicitante.

2. COMPROMISSOS DO SOLICITANTE

2.1 Submeter a edificação com sua respectiva documentação ao processo de avaliação da conformidade.

2.2 Solicitar a ENCE da Edificação Construída sempre que tiver sido emitida a ENCE de Projeto. Caso a ENCE da Edificação Construída não seja solicitada até a conclusão da construção da edificação ou em até 5 anos a partir da emissão da ENCE de Projeto, esta perderá sua validade.

2.3 Preencher a documentação completa para etiquetagem.

2.3 Facilitar ao Inmetro e ao OIA/PC o acesso à edificação.

2.4 Acatar as decisões tomadas pelo Inmetro, em conformidade com as disposições referentes ao RAC para uso da ENCE.

2.5 Zelar pela manutenção das características construtivas que garantiram a classe de eficiência descrita na ENCE obtida.

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pela empresa:

Cargo/função:

Obs.: Enviar este Termo de Compromisso preenchido e assinado ou com assinatura digital. Anexar cópia sumarizada, preferencialmente por meio digital, do Contrato Social ou Estatuto Social da empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica). A cópia do Contrato Social ou Estatuto Social da empresa tem por finalidade comprovar que o responsável pela solicitação da ENCE é um signatário autorizado para tal fim.

ANEXO D - TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO

TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO

Este documento representa um Termo de Ciência sobre o Entorno, assinado pelo solicitante da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE de Edificações – interessado em utilizar o sombreamento de edificações vizinhas para obter a classificação de eficiência energética mais elevada, ou utilizar a simulação para iluminação natural, em conformidade com as regras e procedimentos definidos no RAC de Edificações.

EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica)

NOME		RAZÃO SOCIAL
CNPJ	INSC. ESTADUAL	Nº DE REGISTRO CONTRATO SOCIAL
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
FONE	E-MAIL	

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica) OU SOLICITANTE/PESSOA FÍSICA

NOME		CPF
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
CARGO/FUNÇÃO		
FONE	E-MAIL	

CIÊNCIA DO SOLICITANTE

O solicitante declara estar ciente de que a eficiência energética e o uso da iluminação natural atestada na etiqueta pode ser comprometida ao utilizar o sombreamento do entorno, caso este entorno sofra alguma alteração construtiva (ex.: reforma, demolição, reconstrução, entre outras).

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pela empresa:

(assinatura digital, ou assinatura para entrega física)

Cargo/função:

Obs.: Junto ao Termo de Ciência sobre o Entorno, deve-se apresentar memorial fotográfico indicando o entorno a ser considerado na avaliação da eficiência da edificação.

ANEXO ESPECÍFICO I - EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

1. Objetivo

Estabelecer os requisitos específicos para os procedimentos de avaliação da conformidade para emissão da ENCE de Edificações Comerciais, de Serviço e Públicas.

2. Definições

2.1 Declaração

Documento com informações sobre a edificação, disponibilizado pelo solicitante ou por profissional por ele autorizado conforme informado no Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B).

2.2 Edificações comerciais, de serviço ou públicas

Edificações públicas e/ou privadas utilizadas para outros fins que não o residencial ou industrial. São consideradas edificações comerciais, de serviços e públicas: escolas; instituições ou associações de diversos tipos, incluindo aquelas para a prática de esportes, tratamento de saúde de animais ou humanos (postos de saúde, laboratórios e clínicas); edificações para a venda de mercadorias em geral, prestação de serviços, bancos, preparação e venda de alimentos; edifícios de escritórios e empresariais, de uso de entidades, instituições ou organizações públicas municipais, estaduais e federais, incluindo sedes de empresas ou indústrias, desde que não haja a atividade de produção nesta última; meios de hospedagem. As atividades listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

2.3 ENCE Autodeclarada

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações em que a ENCE parcial (ver 2.5) é complementada por autodeclaração. Válida apenas para etapa de projeto.

2.4 ENCE Geral

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações que foram submetidas à avaliação de forma integral, com análise da edificação completa e avaliação de todos os sistemas aplicáveis (envoltória, iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água). A avaliação do sistema de aquecimento de água pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme observado nas tabelas do Anexo A da INI-C.

2.5 ENCE Parcial

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações com avaliação de uma ou mais combinações entre a envoltória e os seguintes sistemas: iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água, quando aplicável; ou para avaliações da envoltória completa e de todos os sistemas aplicáveis (iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água) de uma parcela da edificação.

3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo OIA/PC

3.1 Os métodos de avaliação podem ser: simplificado, respeitando-se as limitações expostas no item 6 da INI-C, ou simulação computacional.

3.2 Caso a edificação atenda as limitações do método simplificado, cabe ao solicitante decidir por qual método de avaliação seguir.

3.3 O OIA/PC deve informar os programas de simulação aos quais está apto a inspecionar e/ou simular, observando as exigências da INI-C. O OIA/PC pode recusar o programa de simulação utilizado pelo solicitante se este não atender ao método de avaliação da norma técnica ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I

3.4 Para correta escolha do método de avaliação, deve-se conferir os limites de aplicação do método simplificado por meio do Anexo Específico I.1.

3.5 As inspeções de projeto devem seguir o procedimento descrito no item 5 e as da edificação construída devem seguir os procedimentos do item 7 deste Anexo Específico.

3.6 A ENCE deve ser emitida por edificação, ou unidade consumidora (ENCE Parcial).

3.6.1 As edificações fisicamente conectadas por ambientes de permanência prolongada (APPs) devem ser consideradas em uma mesma avaliação. São exceções: edificações que sejam fisicamente distintas e tenham identidades distintas como edificações separadas; estas edificações devem possuir projetos com sistemas de condicionamento de ar separados, assim como medição de água e energia independentes.

3.6.2 Edificações sem conexão física ou fisicamente conectados apenas por ambientes de permanência transitória são consideradas edificações separadas.

4. Documentação De Inspeção De Projeto

4.1 A documentação referente aos projetos, memoriais e especificações descritas a seguir deve ser entregue em arquivos digitais. Os arquivos de projeto devem ser entregues em arquivo aberto (dxf, dwg, ifc, etc.). O OIA ou PC indicará os formatos dos arquivos para a entrega.

4.2 Toda e qualquer informação exigida a seguir não exclui outras que podem ser úteis para o entendimento do projeto. Cabe ao OIA/PC solicitá-las e ao solicitante/responsável técnico atender ao pedido. A não entrega destes documentos deve ser tratada como não conformidades.

4.3 O OIA/PC pode dispensar o envio de algum(ns) do(s) documento(s) listado(s) a seguir, caso outro(s) documento(s) apresentem as informações necessárias para a continuidade da inspeção.

4.4 A documentação para a inspeção do sistema de aquecimento de água é exigida exclusivamente para as tipologias cujos sistemas de aquecimento de água devem ser avaliados, conforme especificado na INI-C.

4.5 A documentação exigida para a inspeção de projeto, pelo método simplificado, é exposta nas Tabelas 1 a 4.

Nota 1: O sistema de aquecimento de água deve ser sempre avaliado pelo método simplificado.

Nota 2: As declarações e laudos com ART/RRT, podem ser enviadas em um documento único, desde que contendo todas as informações aplicáveis à edificação.

Nota 3: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas tabelas de cada sistema.

Nota 4: As informações necessárias para a avaliação e emissão da ENCE autodeclarada estão indicadas nas tabelas de cada sistema.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória

Documentos	Informações necessárias
Plantas baixas de todos os pavimentos	— Norte geográfico — Nome dos ambientes — Área útil dos ambientes — Identificação das esquadrias e **shafts** — Projeção da cobertura e de proteções solares — Linhas de corte com identificação, quando houver — Indicação dos ambientes condicionados artificialmente — *Levantamento amostral*: desenho das zonas térmicas definidas, determinadas conforme especificado na INI-C
Planta de cobertura	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Área de projeção das coberturas — Aberturas zenitais
Fachadas (todas)	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Indicação das aberturas e proteções solares

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Cortes e detalhes que se julgue necessário para o entendimento do projeto	— Identificação do corte com a mesma identificação utilizada em planta baixa — Detalhe que permita medir o ângulo de sombreamento das aberturas, quando houver — Cotas de nível e/ou cotas verticais
Projeto e Especificação das aberturas externas	— Detalhamento das esquadrias, contendo: — Identificação das aberturas — Indicação da existência de proteções solares (brises e/ou persianas integradas e/ou venezianas etc.) — Identificação do tipo de abertura (de correr, pivotante, etc.) e tipo de vidro (simples, laminado, temperado, etc) — Este detalhamento pode ser dispensado caso seja possível compreender ou identificar todas as características citadas nas plantas, cortes e fachadas — Detalhamento das proteções solares - Elementos de sombreamento cuja existência não possa ser verificada devem ser desconsiderados — Ângulos de obstrução vizinha (AOV), quando aplicável — *Levantamento amostral*: — Indicação, no projeto, dos ângulos de sombreamento verticais e horizontais (AVS e AHS), em planta e corte — Área de vão da abertura — Área de aberturas por zona térmica (indicação do tipo e quantidade de aberturas) — **Quadro de esquadrias** — Identificação das aberturas e tipo (de correr, pivotante, etc.) — Indicação da existência de vidros duplos — Fator solar dos vidros (FS) — Transmitância térmica dos vidros (U_{vid})

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Propriedades térmicas das paredes externas e coberturas	— Identificação de todas as absortâncias presentes nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo — Composições de materiais utilizados nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo, contendo a espessura de cada material, incluindo câmaras de ar — Catálogo técnico ou laudo com memória de cálculo (com ART/RRT), comprovando as características dos materiais, quando solicitado pelo OIA/PC — Identificação em projeto da localização de cada absortância e composição de material/ componente. — *Levantamento amostral*: — Informar as áreas das absortâncias presentes nas paredes e coberturas externas, por zona térmica — Identificar em projeto a localização de todas as absortâncias — Informar as áreas e composições de materiais presentes nas paredes e coberturas externas, por zona térmica — Identificar em projeto a localização de cada composição de material/ componente — Memorial com o cálculo da transmitância e capacidade térmica das composições presentes na edificação e não listadas no Anexo E
Documentos contendo informações sobre o entorno (necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno)	Termo de ciência sobre o entorno (Anexo D) Fotografias, volumetria e planta de situação e elevações cotadas das edificações vizinhas que façam parte da simulação
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto arquitetônico
Memorial de cálculo para edificações ventiladas naturalmente ou hibridas (necessário para edificações localizadas em cidades não compreendidas na lista disponibilizada pela interface)	— Memorial de cálculo de acordo Rackes (2016)[7] — Justificativa
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Justificativa das decisões tomadas para a determinação das zonas térmicas — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe da envoltória Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso julgue necessário

Tabela 2 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Memorial de cálculo da carga térmica	— Método de cálculo e software utilizado
Projeto do sistema de condicionamento de ar	— Planta Baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico
Laudo Técnico	— Laudo/manual técnico do fabricante, contendo coeficiente de eficiência de acordo com o método de avaliação; ou — Laudo/manual técnico contendo as informações necessárias para cálculo do CSPF, SPLV ou IPLV — Laudo contendo informações dos equipamentos de renovação de ar.
Planilha de cálculo SPLV e CAG	— Planilha de cálculo do SPLV e CAG para sistemas de condicionamento de ar central. Esta planilha deve ser preenchida pelo projetista do sistema — Disponível em: <pbeedifica.com.br/inic >
Memorial descritivo	— Comprovação da qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 16401 - Parte 3, em sua edição vigente; e ABNT NBR 7256, em sua edição vigente, para estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do isolamento térmico e diâmetro da tubulação — Descrição completa do sistema de condicionamento térmico ambiental, incluindo a comprovação das condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável — Justificativa para operação da edificação com **setpoint** diferente do Anexo A da INI-C, quando aplicável.
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de condicionamento de ar
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.
Documentação para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Capacidade do sistema — Tipo de sistema a ser implantado — Eficiência — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

Tabela 3 – Documentação para inspeção do sistema de iluminação

Documentos	Informações necessárias
Projeto luminotécnico e/ou elétrico	— Identificação dos ambientes — Tipos de luminárias com a sua descrição, controles de acionamento, seção correspondente e controle automático e/ou manual — Equipamentos de automação e indicação dos conjuntos de luminárias atendidas — Levantamento amostral: Identificar zonas primárias de iluminação (método simplificado) Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico.
Luminárias	— Tipo de luminária — Quantidade de lâmpadas por luminária — Potência das lâmpadas, reatores e transformadores — Equipamentos de automação e luminárias atendidas — Catálogo técnico, laudo e/ou memória de cálculo que comprove as características dos equipamentos, quando solicitado pelo OIA/PC — Levantamento *amostral*: Quantidade de luminárias por tipo de luminária e tipologia da edificação
Memorial Descritivo	— Descrição do sistema e atendimento das condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto luminotécnico
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.
Declaração para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Atividade da edificação — DPI, e — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário do sistema de aquecimento de água	— Planta Baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos de cada sistema — Quantidade, localização, área de cada coletor termossolar, ângulo de orientação em relação ao norte geográfico, quando existente — Localização dos reservatórios e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente — Comprimento das tubulações de água quente e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico.
Laudo ou Catálogo técnico	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Especificações técnicas dos equipamentos, incluindo: eficiência, rendimento e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos coletores solares, quando existente. Incluindo: fator de eficiência óptica, o coeficiente global de perdas do coletor, dimensões, eficiência e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos reservatórios, quando existente. Incluindo: capacidade (litros), eficiência e classificação de acordo com PBE
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de aquecimento de água
Memorial Descritivo	— Descrição do tipo de sistema de aquecimento de água utilizado, incluindo sistema de **backup**, quando existente — Descrição do sistema de recirculação, quando existente — Volume de armazenamento dos reservatórios — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Memorial de cálculo para levantamento amostral	— Cálculo da Energia para Aquecimento, de acordo com o sistema adotado na edificação — Cálculo das perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição — Cálculo das perdas térmicas no sistema de recirculação — Cálculo das perdas no reservatório de água quente — Comprovação de atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando necessário — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Declaração para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Capacidade do sistema — Tipo de sistema a ser implantado — Eficiência — Descrição de atendimento a cada uma das condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

4.6 A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação, quando esta for realizada pelo OIA/PC, corresponde à documentação descrita no item 4.5, Tabelas 1 à 3.

4.7 A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação, quando o solicitante for o responsável pela simulação, está exposta na Tabela 5.

Nota: A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação refere-se ao modelo na condição real e ao modelo na condição de referência.

Tabela 5 – Documentação para a inspeção de projeto por meio do método de simulação

Documento	Informações necessárias
Documentação listada no item 4.5	— Documentos descritos nas Tabelas 1 a 3, de acordo com os sistemas avaliados
Declaração de conformidade do profissional responsável pela simulação	— Conforme o Anexo Específico I.3
Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B)	— No campo 13 do Anexo B deve ser indicado que a simulação deve ser feita pelo solicitante
Documentos contendo informações sobre o entorno (necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno)	— Croquis da modelagem do(s) volume(s) das edificações vizinhas, dando preferência ao arquivo de saída do próprio programa, se este o fornecer
Croqui da geometria dos modelos	— Divisões das zonas térmicas em escala usual para o tipo de representação e cotado, em arquivo digital, com formato .dxf ou .dwg
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Arquivo de entrada dos dados, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Características de entrada do modelo da edificação real
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Arquivo de entrada dos dados, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Características de entrada do modelo da edificação real

Tabela 5 – Documentação para a inspeção de projeto por meio do método de simulação *(continuação)*

Documento	Informações necessárias
Relatórios de saída	— Geometria dos modelos, juntamente com a sua orientação em relação ao Norte geográfico — Relatórios de erros ocasionados nas simulações, justificando o porquê de cada aviso de alerta Nota: O conteúdo mínimo dos relatórios de saída é descrito no Anexo Específico I.2. A solicitação do preenchimento do Anexo Específico I.2 é facultada ao OIA/PC
Memorial de simulação	— Identificação e qualificação do profissional simulador — Padrões de uso dos diversos sistemas e ocupação das zonas térmicas — Justificativa das considerações e simplificações adotadas nos modelos — Uso de sombreamento das aberturas — Sistemas que compõem a edificação: sistema de recuperação de calor; equipamentos de condicionamento de ar (aquecimento e resfriamento); caldeiras (boilers); bombas de calor (pressão); sistemas secundários de condicionamento; bombas (pressão); chillers; torres de resfriamento; outros — Apresentação da a taxa de renovação de ar em atendimento à ABNT NBR 16401-3 para o sistema de condicionamento de ar Nota: Caso seja adotado um procedimento de cálculo diferente da NBR 16401, devem-se apresentar as notas relevantes, hipótese e cálculos realizados — Lista de considerações adotadas na modelagem virtual para representar a edificação real, bem como limitações do programa na simulação de determinadas estratégias de eficiência — Justificativa da avaliação das horas não atendidas pelo sistema de condicionamento de ar
Memorial de simulação	— Relatório resumo dos dados de entrada no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, deve-se enviar as imagens de cópia de telas que confirmem tais informações (caso o OIA/PC não solicite o arquivo de entrada de dados) — Deve ser emitido para o modelo na condição real e para o modelo na condição de referência — Incluir: área condicionada, não condicionada e área total do modelo, composição e propriedades físicas dos componentes construtivos (transmitância térmica, absortância, fator solar de vidros), dados de carga interna e ocupação de cada zona térmica (iluminação, equipamentos, pessoas), capacidade e eficiência dos componentes do sistema de condicionamento de ar; considerações do sistema de iluminação natural; e considerações do uso de ventilação natural — Relatório resumo dos dados de saída no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, deve-se enviar as imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Deve ser emitido para o modelo na condição real e para o modelo na condição de referência — Incluir: consumo de energia mensal e anual por uso final, capacidade e eficiência de cada componente do sistema de condicionamento de ar — Origem do arquivo climático

4.8 A documentação exigida para a inspeção de projeto dos sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, comum aos métodos simplificado e de simulação, é exposta nas Tabela 6 e Tabela 7.

Tabela 6 – Documentação para inspeção do sistema de geração local de energia renovável

Documentos	Informações necessárias
Planta de cobertura e/ou de implantação	— Localização do sistema de geração local de energia renovável (módulos fotovoltaicos, aerogeradores, etc.) — Indicação do norte geográfico
Memorial de cálculo	— Quantidade e características dos equipamentos geradores — Quantidade e características dos inversores — Orientação e inclinação dos equipamentos, quando pertinente — Cálculo da estimativa de energia anual gerada — Características geográficas do local de instalação (latitude, longitude, irradiação solar, radiação solar, etc.) — Soluções para armazenamento de energia, caso houver — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto
Catálogos técnicos	— Especificações técnicas dos equipamentos

Tabela 7 – Documentação para a inspeção do uso racional de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário e/ou planta baixa com identificação dos pontos de consumo de água	— Identificação dos pontos de consumo de água — Descrição dos equipamentos economizadores de água — Identificação dos pontos de consumo que possuem equipamentos economizadores, com identificação do equipamento — Catálogos técnicos com características dos equipamentos economizadores; caso o OIA/PC julgue necessário
Projeto e/ou memorial do sistema de uso de água não potável, quando houver	— Características do sistema de uso de água não potável — Indicação do método de cálculo das normas ABNT NBR pertinentes utilizado — Memória de cálculo do volume de água não potável estimado — Características pluviométricas, quando sistema de uso de água pluvial — Outras características técnicas relevantes
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto

5. Procedimentos e níveis de tolerância de inspeção de projeto

5.1 Procedimentos gerais

5.1.1 A verificação da classe de eficiência energética alcançada pela edificação, independentemente do método de avaliação, terá início quando a documentação completa solicitada for recebida e revisada pelo OIA/PC.

5.1.2 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT NBR 5891.

Nota: No relatório, o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

5.1.3 Para edificações em que para as condições de referência foram adotados valores da Tabela A.8 do Anexo A da INI-C, o OIA/PC deve analisar a justificativa enviada pelo solicitante considerando a pertinência de tal escolha.

5.2 Método Simplificado

5.2.1 Considerações gerais da inspeção

5.2.1.1 A inspeção deve ser realizada com levantamento integral por parte do OIA/PC ou levantamento amostral quando o solicitante entregar a documentação pertinente.

Nota: O solicitante pode optar por declarar apenas parte dos dados, cabendo ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral do restante dos dados.

5.2.1.2 A inspeção do projeto pode ser realizada de três formas:

- dados levantados integralmente pelo OIA/PC - levantamento e análise de todas as variáveis pelo OIA/PC, com base nos projetos e documentação enviada;

- dados e levantamento declarados pelo responsável técnico - o OIA/PC deve conferir uma amostra dos dados e levantamentos declarados. A amostra deve ser definida de forma aleatória. Caso o OIA/PC identifique diferenças entre o levantamento declarado e o projeto, que não atendam às tolerâncias definidas no item 5.2.6, estas devem ser tratadas como não conformidades;

- declarações para ENCE autodeclarada - o OIA/PC deve conferir se a documentação está de acordo e com todas as informações necessárias para a emissão da ENCE, e como as condições necessárias para o atendimento da classe de eficiência declarada serão repassadas ao consumidor final.

5.2.1.3 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo da classificação do sistema, de acordo com o especificado no Anexo B da INI-C.

5.2.1.4 Quando os dados forem levantados e declarados pelo responsável técnico, o OIA/PC deve seguir os procedimentos de verificação descritos em cada sistema, e posterior análise dos dados para classificação do sistema.

Nota 1: Caso os levantamentos da amostra atendam às tolerâncias definidas no item F.5.2.6, o OIA/PC deve utilizar os valores declarados pelo solicitante para realizar os cálculos e determinar a classificação do projeto.

Nota 2: Caso o OIA/PC verifique o não atendimento à tolerância dos itens amostrados, estes devem ser tratados como não conformidade.

Nota 3: Caso apenas uma parte dos dados declarados não atenda às tolerâncias, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento destes dados para dar continuidade à inspeção.

5.2.2 Envoltória

5.2.2.1 Quanto à aplicabilidade do método, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico I.1, projeto da edificação, e características do tipo de edificação (ventilada naturalmente ou condicionada).

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.2.6, o OIA/PC deve comunicar o solicitante para a adequação do projeto ou alterar a inspeção da envoltória para o método da simulação. Os parâmetros não listados no item 5.2.6 não possuem tolerância.

5.2.2.2 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso apresentado no projeto.

5.2.2.3 Para edificações condicionadas artificialmente, deve ser observado:

a) O levantamento deve ser realizado por zona térmica

b) Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo da carga térmica e percentual de redução da carga térmica, de acordo com o especificado no Anexo B.I da INI-C.

c) Levantamento Amostral - conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C, e às tolerâncias descritas no item 5.2.6. Caso o item "c.1" não seja atendido o OIA/PC deve comunicar o solicitante e todos os parâmetros devem ser revisados; alternativamente, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento integral de todos os parâmetros.

c.1. Distribuição e desenho das zonas térmicas atendem aos limites determinados na INI-C, integralmente;

c.2. Conferir os dados abaixo descritos considerando-se 25% das zonas térmicas ou, no mínimo: três zonas térmicas, sendo duas destas do tipo perimetral e com orientações diferentes:

- Área da zona térmica;
- Área das fachadas;
- Áreas de aberturas (verticais ou zenitais) e propriedade dos vidros;
- Ângulo de sombreamento das aberturas;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
- Área de cada composição;
- Verificação dos cálculos apresentados em memorial;
- Ângulo de obstrução vizinha, quando aplicável;
- Pé-direito;
- Condição de piso e cobertura.

d) O ângulo de obstrução vizinha deve ser conferido para cada zona térmica, sempre que a documentação for enviada pelo solicitante. Vegetações não são consideradas. Em caso de vegetação nativa e densa, estas podem ser consideradas, cabendo ao OIA/PC analisar a pertinência do sombreamento.

e) Conferir se o valor utilizado para a DPE está de acordo com a tipologia da edificação.

f) Com base nos dados levantados, cabe ao OIA/PC realizar o cálculo da carga térmica e percentual de redução da carga térmica.

5.2.2.4 Para edificação ventilada naturalmente ou híbrida, deve ser observado:

a) O levantamento deve ser realizado considerando a edificação completa, não sendo realizado por zona térmica.

b) Verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico I.1.

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.2.6, o OIA/PC deve comunicar ao solicitante para adequação do projeto ou realizar esta etapa da avaliação pelo método de simulação.

c) Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo das horas ocupadas em conforto térmico, de acordo com o especificado no Anexo B.I.2.3 da INI-C.

d) Levantamento Amostral - conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C e às tolerâncias descritas no item 5.2.6. A porcentagem indicada refere-se ao mínimo a ser verificado pelo OIA/PC.

- Conferir 10% da área dos APPs e pé-direito;
- Conferir o levantamento do Fator da área de escada;
- Conferir 10% da área das fachadas (externas);
- Conferir 10% dos tipos de aberturas para ventilação declaradas (verticais ou zenitais), incluindo os itens abaixo:

1) Área da abertura;
2) Ângulo vertical de sombreamento;
3) Fator solar e transmitância térmica do vidro;
4) Forma das aberturas para ventilação;

- Propriedades térmicas: não havendo especificações das diferentes composições das paredes dos ambientes nos locais onde elas se encontram, será utilizado o pior caso apresentado no projeto.

- O restante dos parâmetros deve ser conferido integralmente pelo OIA/PC.

e) Após o levantamento dos dados, o OIA/PC deve realizar o cálculo das horas ocupadas em conforto térmico; e, quando aplicável, a carga térmica e percentual de redução da carga térmica determinados, de acordo com o especificado no Anexo B.I.2.3 da INI-C.

5.2.2.5 Conferir de forma integral o levantamento realizado para o Fator de Forma. O cálculo deve ser realizado pelo OIA/PC.

5.2.2.6 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.3 Sistema de condicionamento de ar

5.2.3.1 A análise do método simplificado do sistema de condicionamento de ar deve ser realizada de forma integral, e incluir os itens abaixo:

- Conferir o memorial de cálculo de carga térmica e memorial descritivo do sistema, identificando a capacidade e tipo de cada sistema;

- Verificar as declarações ou memoriais relativos à qualidade do ar;

- Determinar o consumo de refrigeração e percentual de redução, de acordo com a capacidade e características do sistema, Anexo B.II da INI-C.

Nota: A conferência da área condicionada pode ser realizada a partir do levantamento da área das zonas térmicas, determinada no levantamento da envoltória.

5.2.3.2 Para a determinação da classe do sistema de condicionamento de ar, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.3.3 Para sistemas de condicionamento de ar com Classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento das condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.3.4 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para o cálculo do consumo e atendimento das condições de elegibilidade. O OIA/PC também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.4 Sistema de iluminação

5.2.4.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo e percentual de redução, de acordo com o especificado no Anexo B.III da INI-C.

5.2.4.2 Nos casos de levantamento amostral deve-se conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C, e as tolerâncias descritas no item 5.2.6.

- Conferir os dados abaixo descritos em 20% dos ambientes (APPs e APTs), sendo no mínimo cinco ambientes de permanência prolongada:

1) Área útil;
2) Número e tipo de luminárias;
3) Área da zona primária de iluminação natural, quando aplicável.

Para zonas primárias de iluminação natural definidas pelo método de simulação da iluminação natural, deve-se atender o Anexo C.II da INI-C;

- Conferir a potência indicada para 25% dos tipos de conjuntos do sistema de iluminação (lâmpada e reator/transformador/fonte);

- Conferir integralmente as atividades informadas pelo solicitante de acordo com as atividades descritas em planta.

5.2.4.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC:

- Verificar se o método adotado para o cálculo da potência limite é aplicável à edificação;

- Calcular as potências limite de acordo com o método adotado, as atividades da edificação/ambientes e área destinada a cada um destes;

- Calcular a potência em uso de acordo com os sensores utilizados em projeto:

1) Deve-se calcular a potência em uso apenas para os conjuntos que possuem controle automatizado;

2) Caso um mesmo conjunto de luminárias esteja conectado a mais de um tipo de controle, deve-se utilizar o Fator de Ajuste de Potência mais favorável;

3) Para sistemas com fotossensores e análise pelo método de simulação natural, deve-se atender ao Anexo C.II da INI-C.

- Para avaliações pelo método das atividades com ajuste de potência, cabe ao OIA/PC conferir se as áreas em que o ajuste foi aplicado atendem aos critérios estabelecidos na INI-C.

- Determinar o consumo do sistema de iluminação e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.III da INI-C.

5.2.4.4 Para a determinação da classificação do sistema de iluminação, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.4.5 Para sistemas de iluminação com Classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento às condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.4.6 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de iluminação, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para cálculo do consumo e atendimento das condições de elegibilidade. O OIA/PC também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.5 Sistema de aquecimento de água

5.2.5.1 O OIA/PC deve avaliar o sistema de aquecimento de água para as tipologias de edificações indicadas no Anexo A da INI-C.

5.2.5.2 Conferir no memorial de cálculo:

- Cálculo da energia requerida para o atendimento da demanda de água quente;

- Cálculo da energia para aquecimento de água pelo sistema de energia solar térmica e/ou por sistemas recuperadores de calor, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas na tubulação do sistema de distribuição e/ou recirculação, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas para os reservatórios de água quente.

5.2.5.3 Determinar o consumo do sistema de aquecimento de água e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.IV da INI-C.

5.2.5.4 Para a determinação da classificação do sistema de aquecimento de água, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.5.5 Para sistemas de aquecimento de água com Classe A, o OIA deve verificar o atendimento às condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.5.6 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de aquecimento de água, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para o cálculo do consumo e atendimento às condições de elegibilidade. O OIA também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.6 Níveis de tolerância

5.2.6.1 Para a inspeção na etapa de projeto devem ser considerados os seguintes limites de tolerância:

- Áreas úteis dos ambientes e áreas das zonas térmicas: 10%
- Áreas das fachadas: 10%
- Pé-direito: 5%
- Área das aberturas: 5%
- Ângulo de sombreamento: 5%
- Transmitância térmica e absortância: 5%
- Comprimento da tubulação: 5%
- Demais áreas: 5%

5.2.6.2 Para a análise da aplicabilidade do método simplificado, a tolerância relacionada às propriedades térmicas deve ser verificada nos valores médios ponderados de cada zona térmica.

5.2.6.3 A tolerância para os limites máximos e mínimos dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado da tabela 6.1 da INI-C é de 10% da área da edificação. Ou seja, caso 10% da área da edificação for composta por zonas térmicas que não atendem aos limites o método simplificado, é aceitável aplicar o método simplificado desde que se utilizem os valores limites mais próximos ao valor do parâmetro específico fora do limite estipulado. Assim, utiliza-se o limite inferior quando o parâmetro possui um valor menor que a faixa especificada, ou o limite superior, quando for maior que a faixa limite.

5.2.6.4 Para a análise dos dados de levantamento entregues pelo responsável da edificação, a tolerância deve ser analisada em função de cada amostra individualmente.

5.2.6.5 Quando as medidas declaradas ultrapassarem os limites de tolerância, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.3 Método de Simulação

5.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC

5.3.1.1. Os modelos de simulação devem seguir os requisitos descritos no Anexo C da INI-C e o projeto da edificação.

5.3.1.2 Para a determinação do consumo de energia e da classe de eficiência energética, da edificação e dos sistemas avaliados, considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-C.

5.3.2 Simulação realizada pelo solicitante

5.3.2.1 O OIA/PC deve revisar as características da modelagem da edificação e dos parâmetros adotados para a simulação, verificando se o modelo representa a edificação e atende ao especificado na INI-C. Além do modelo geométrico, o OIA/PC deve conferir os parâmetros listados no item 5.3.2.4. Caso algum dos modelos não esteja de acordo com o projeto ou definições da INI-C, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.3.2.2 O OIA/PC deve recusar as simulações, justificadamente, caso elas não atendam aos requisitos de simulação, mesmo se o programa for aprovado pelo método da ANSI/ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I.

5.3.2.3 Deve ser realizada inspeção dos arquivos enviados, com o objetivo de avaliar se a classe de eficiência energética alcançada pela edificação está coerente com a simulação realizada. Podem ser solicitadas justificativas ao profissional responsável pela simulação, caso seja necessário esclarecer eventuais dúvidas.

5.3.2.4 O OIA/PC deve conferir se os itens a seguir atendem o Anexo C da INI-C e as tolerâncias listadas em 5.3.3:

a) Arquivo climático;

b) Programa de simulação:

- O programa de simulação e a sua versão devem ser os mesmos, tanto para o modelo na condição real quanto para o modelo na condição de referência;

c) Características da edificação:

- Comparação entre características comuns entre modelo real e de referência. As características de modelagem comuns aos modelos também ser coerentes com o projeto enviado;

- Comparação das características específicas do modelo de referência, com os dados das Tabelas do Anexo A da INI-C

d) Zoneamento:

- Conferir o zoneamento e as funções espaciais (padrão de uso e ocupação, cargas, etc.) do modelo na condição real e do modelo na condição de referência

e) Envoltória:

f) Sistema de condicionamento de ar;

g) Iluminação;

h) Iluminação natural:

- Deve ser conferida localização dos fotossensores, ambientes/zonas em que estão instalados;

- Deve ser conferido se o programa de simulação e o arquivo climático

- Deve ser conferido o atendimento dos requisitos do modelo;

- A conferência da iluminação natural deve seguir o Anexo C.II da INI-C

i) Equipamentos:

- Deve ser realizada a verificação da carga de equipamentos utilizada nos modelos, sendo que estes devem ser os mesmos para todos os modelos simulados (condição real e condição de referência), de acordo com a tipologia da edificação e os limites estabelecidos nas INI-C. Caso o solicitante opte por adotar valores não tabelados, estes devem ser justificados por meio de memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

j) Padrões de uso:

- Devem ser verificados os padrões de uso para as diferentes zonas térmicas. Estas devem estar de acordo com o estabelecido na INI-C e devem ser iguais para todos os modelos simulados;

- Caso tenha-se adotado a simulação do aproveitamento da luz natural, pelo uso de fotossensores, deve-se conferir se o padrão de uso do sistema de iluminação adotado está de acordo com o resultado da simulação de iluminação natural. Este deve ser adotado apenas para o modelo real.

5.3.2.6 De posse da documentação e modelos aprovados, o OIA/PC deve iniciar a verificação do consumo energético e da classificação de eficiência energética do projeto por meio da comparação dos dados de saída do projeto proposto (condição real) com os dados de saída do modelo na condição de referência.

5.3.2.7 Para a determinação do consumo de energia e da classe de eficiência energética da edificação e dos sistemas avaliados, considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-C.

Nota: para os sistemas classificados com A, deve-se conferir o atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, conforme item 7 da INI-C.

5.3.3 Níveis de tolerância

Para a inspeção pelo método de simulação na etapa de projeto, devem ser considerados os seguintes limites de tolerância:

- Área das zonas térmicas: 10%;
- Volumes: 5%;
- Transmitância e capacidade térmica: 10%;
- Propriedades térmicas e ópticas de vidros: 5%;
- Absortância solar: 5%;
- DPI: 5%
- Demais áreas: 5%

5.4 Geração local de energia renovável

5.4.1 Verificar se a edificação possui sistema de geração local de energia renovável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.4.2 A energia gerada por fontes locais de energia renovável deve ser declarada pelo solicitante por meio de documentação descrita na Tabela 6.

5.4.3 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação ou a(s) parcelas(s) da edificação em avaliação não possui(em) sistemas de geração local de energia renovável.

5.4.4 Para determinar o potencial de geração local de energia renovável da edificação ou da(s) parcelas(s) da edificação em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo D da INI-C.

5.4.5 Edificações de energia quase zero (NZEB) e edificações de energia positiva (EEP), devem ser identificadas na ENCE.

Nota: Apenas edificações com classificação geral A, sem considerar a geração local, podem ser classificadas como NZEB ou EEP.

5.5 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono da edificação ou da(s) parcelas(s) da edificação em avaliação, deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-C.

5.6 Uso racional de água

5.6.1 Verificar se a edificação possui sistemas economizadores de água, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.6.2 Verificar se a edificação possui sistemas de uso de água não potável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.6.3 O OIA/PC deve analisar o consumo real, consumo de referência e o potencial de economia no memorial de cálculo de economia de água enviado pelo solicitante. Caso houverem inconsistências, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.6.4 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação ou a(s) parcelas(s) da edificação em avaliação não possui(em) sistemas de racionalização do uso de água.

5.6.5 Para determinar o potencial de uso racional de água da(s) UH(s) em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo F da INI-C.

5.7 Classificação da edificação

5.7.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.7.2 Para a determinação do consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica, deve-se seguir o método descrito no item 8 da INI-C.

5.7.3 O Fator de Forma, utilizado na classificação, deve ser calculado considerando a edificação completa.

5.7.4 Para edificações com classificação geral A, deve-se verificar o atendimento de todas as condições de elegibilidade para a classificação A, descritos no item 7 da INI-C. Inclusive para os sistemas individuais que não atingiram esta classe.

6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída

Os itens a seguir descrevem a documentação necessária para a inspeção da edificação construída:

6.1 Documentação relacionada no item 4 deste Anexo Específico, de acordo com o método de avaliação empregado na etapa de inspeção de projeto.

Nota 1: Caso o OIA/PC que for realizar a inspeção da edificação construída seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, não é necessário o reenvio de toda a documentação. Neste caso, é necessário o envio da documentação contendo as alterações realizadas na edificação no período compreendido entre as duas inspeções, conforme item 6.2.

Nota 2: Caso o OIA/PC contratado para realizar a inspeção da edificação construída não seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, o solicitante deve encaminhar também a ENCE de Projeto da Edificação e o Relatório de Inspeção do Projeto, enviado pelo OIA/PC responsável por tal inspeção.

6.2 Projeto as built e declaração com a identificação dos itens alterados

Caso tenha havido alterações nos itens de projeto previamente inspecionados, o solicitante deve encaminhar toda documentação dos sistemas alterados (as built) e uma declaração destacando os itens que foram alterados durante a obra.

6.3 Documentos fiscais que comprovem a compra e a instalação dos sistemas construtivos e equipamentos, descritos na etapa de inspeção do projeto, que não podem ser verificados in loco em função da dificuldade de acesso (exemplos: isolantes térmicos, reatores, placas solares, etc.), e demais documentos fiscais solicitados pelo OIA.

Nota 1: Deve-se enviar ao OIA/PC as cópias digitais dos documentos fiscais.

Nota 2: Todos os documentos fiscais devem ter a quantidade e o modelo do equipamento especificado.

Nota 3: No documento fiscal deve constar a identificação da obra ou o local de entrega (mesmo endereço da edificação avaliada). Quando não for o mesmo endereço de entrega, o solicitante deve enviar uma justificativa.

Nota 4: Na impossibilidade da apresentação dos documentos fiscais, o solicitante deve comprovar a aquisição/instalação dos componentes/equipamentos de outra forma, a ser avaliada pelo OIA/PC.

6.4 Catálogos técnicos de fabricantes e/ou laudos técnicos dos equipamentos e materiais utilizados que comprovem as características dos equipamentos e materiais utilizados na edificação (exemplos: isolantes térmicos, materiais com condutividade térmica não especificada em norma, vidros, lâmpadas, reatores, equipamentos do sistema de condicionamento de ar, equipamentos utilizados para a uso raciona de água, etc.).

6.5 Fotografias comprovando a instalação dos equipamentos e materiais utilizados na edificação que não podem ser verificados in loco (exemplos: reatores, composição de paredes e coberturas, isolamento das tubulações e dutos, etc).

Nota: O OIA/PC pode solicitar novas fotografias caso não seja possível comprovar que as fotos pertencem à edificação ou à(s) parcela(s) da edificação avaliada.

6.6 Fotografias, vídeos e outros levantamentos para comprovação do ângulo de obstrução vizinha, quando aplicável.

6.7 Laudo de fabricante contendo a absortância do material ou laudo de medição da absortância realizada em laboratório.

Nota 1: As medições da absortância solar devem ser realizadas de acordo com as normas ASTM E1918, ASTM E903, ASHRAE 74 ou ASTM C1549.

Nota 2: O valor medido deve ser ajustado ao espectro solar no seu respectivo comprimento de onda. Na falta de dados que caracterizem a curva do espectro solar para o local da implantação da edificação, devem ser utilizados como referência os valores espectrais de irradiação solar global apresentado na ASTM G173.

Nota 3: O OIA pode realizar as medições desde que seguindo as normas citadas na Nota 1.

Nota 4: Na ausência de dados de fabricante, e impossibilidade de ser realizada a medição por um laboratório ou OIA, pode ser aceito, alternativamente, dados provenientes da literatura ou de norma vigente. Neste caso, cabe ao OIA/PC analisar os dados enviados em comparação com a edificação.

6.8 Laudo técnico de projetista do sistema de condicionamento de ar central, com ART, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.9 Laudo técnico de projetista do sistema de aquecimento de água, com ART/RRT, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.10 Para o agendamento da inspeção in loco da edificação construída, o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC o alvará de conclusão da obra ou documento que comprove as ligações definitivas para fornecimento de energia elétrica e gás combustível (aplicável somente quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural) pelas respectivas concessionárias.

7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída

7.1 Procedimentos gerais

7.1.1 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para apresentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT NBR 5891.

Nota: No relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

7.1.2 Edificações que não passaram pelo processo de avaliação na etapa de projeto, devem ser classificadas com base no projeto as built e levantamento de dados em campo. O procedimento de classificação deve atender os critérios dispostos no item 5 deste Anexo Específico.

7.1.3 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, deve-se atender aos seguintes itens:

a) Para a análise dos dados levantados durante a inspeção da edificação construída, devem ser respeitados os limites de tolerância, indicados no item 7.8, com relação aos valores declarados e/ou calculados na etapa de inspeção de projeto;

b) Caso os valores encontrados na inspeção da edificação construída ultrapassem o limite de tolerância estipulado, deve-se verificar o impacto na classificação da eficiência energética da edificação, usando o mesmo método anteriormente aplicado;

c) Se o solicitante tiver optado pelo método de simulação, a correção dos itens que ultrapassaram a tolerância deve ser efetuada ou a verificação do impacto deve ser feita por meio de nova(s) simulação(ões) realizada(s) pelo OIA/PC ou solicitante;

d) Caso estas diferenças diminuam a classe do sistema ou da edificação, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

7.2 Inspeção da envoltória

A inspeção da envoltória é obrigatória em todas as edificações que solicitarem a emissão da ENCE.

7.2.1 Orientação da edificação

7.2.1.1 A orientação deve ser verificada com bússola, equipamento eletrônico do tipo GPS (Global Positioning System) ou sensoriamento remoto.

7.2.1.2 Pelo menos uma fachada da edificação deve ser inspecionada para a conferência da orientação.

7.2.1.3 Nos casos em que houver diferença superior à tolerância, deve-se verificar se há alteração da orientação das fachadas e aberturas.

7.2.2 Fechamentos e revestimentos da envoltória

7.2.2.1 A comprovação dos materiais utilizados na envoltória deve ser feita por meio de fotografias e documentos fiscais, ou processos que comprovem a composição das paredes e coberturas durante a execução da obra. Incorporadores e construtores que possuem programas da qualidade da construção civil podem utilizar-se desta estrutura para comprovar os materiais empregados na envoltória.

Nota: Este procedimento pode ser complementado pela inspeção em campo.

7.2.2.2 Para isolantes térmicos, a comprovação deve ser feita por meio de catálogo técnico do produto e/ou laudo técnico com a determinação da condutividade térmica, juntamente com o documento fiscal de aquisição dos isolantes térmicos.

7.2.2.3 A instalação dos isolantes também deve ser registrada por fotografias e localizada em planta mostrando em quais superfícies foram aplicados.

7.2.2.4 Caso não existam provas referentes aos materiais utilizados na envoltória, a comprovação deve ser feita por meio de certidões e/ou laudo técnico do responsável técnico pela investigação da parede, explanando detalhadamente quais os materiais e camadas aplicados na construção da envoltória.

7.2.2.5 Caso exista alteração em algum componente construtivo, este deve ter suas propriedades térmicas recalculadas. A análise da tolerância deve ser aplicada nos valores das propriedades térmicas recalculadas.

7.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória

7.2.3.1 A absortância à radiação solar deve ser comprovada através de laudos técnicos e verificação visual nas áreas em que o revestimento está aplicado, durante a inspeção in loco.

7.2.3.2 A absortância deve ser verificada para os diferentes revestimentos adotados na edificação.

7.2.3.3 Para efeito de comparação, deve ser utilizado o valor da absortância total, que representa o valor integrado da energia absorvida pelo material ao longo do espectro analisado.

7.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos

7.2.4.1 Devem ser verificados todos os elementos transparentes por meio de análise documental.

Nota: As propriedades térmicas das aberturas envidraçadas não declaradas em projeto, ou declarada a utilização de vidro simples, 3 ou 6 mm, não precisam ser comprovadas. Nestes casos, deve-se adotar o valor de referência adotado na INI-C

7.2.4.2 Para outros elementos transparentes deve ser apresentado laudo do fabricante ou do responsável técnico pela avaliação do produto contendo as suas especificações técnicas, incluindo o fator solar da superfície e transmitância térmica, juntamente com o documento fiscal de sua aquisição.

Nota: Quando o laudo não for apresentado, o OIA/PC deve verificar a espessura do vidro e utilizar o fator solar e transmitância térmica apresentado na tabela do Anexo E, de acordo com o tipo de vidro.

7.2.4.3 O critério de amostragem das propriedades térmicas deve seguir o mesmo critério para as áreas das aberturas, exposto no item 7.2.5.

7.2.5 Área das aberturas

7.2.5.1 As áreas das aberturas devem ser medidas no local, com trena manual ou eletrônica, de acordo com a regra de amostragem apresentada.

Nota: Deve-se levantar a área transparente/translúcida da abertura, ou a área de vão, de acordo com o parâmetro adotado na avaliação de projeto.

7.2.5.2 A conferência da área das aberturas envidraçadas da edificação deve ser realizada por meio de uma amostra aleatória, conforme os critérios da Tabela 8.

Tabela 8 – Amostra de aberturas a verificar

Área envidraçada (total)	Percentual a ser conferido
A ≤ 300 m²	35%
300 m² < A ≤ 600 m²	25%
600 m² < A ≤ 1.250 m²	15%
1.250 m² < A ≤ 2.500 m²	12,5%
A > 2.500 m²	10%

7.2.5.3 A conferência das aberturas e a verificação das áreas especificadas em projeto com as áreas construídas deve abranger pelo menos uma abertura de cada tipo empregado na envoltória da edificação.

7.2.5.4 Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.8, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes de áreas das aberturas nos métodos de avaliação da INI-C.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

7.2.5.5 Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

7.2.6 Dispositivos de proteção solar

7.2.6.1 Os dispositivos de proteção solar deverão ser inspecionados in loco, respeitando-se a amostragem especificada no item 7.2.5

7.2.6.2 Consideram-se dispositivos de proteção solar os ângulos de obstrução vizinha e os ângulos de sombreamento verticais e horizontais (AOV, AVS e AHS).

Nota: O AOV deve ser verificado de forma qualitativa, comparando visualmente a condição local com aquela avaliada em projeto.

7.2.6.3 Dispositivos de proteção solar devem ser medidos in loco com trena manual ou eletrônica.

7.2.6.4 Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.8 em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições de sombreamento definidas nos métodos de avaliação da INI-C. Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo e sombreamento, de mesmas dimensões.

7.2.6.5 A conferência dos dispositivos de proteção solar deve abranger, pelo menos, 1 (um) dispositivo de cada tipo empregado na envoltória da edificação.

7.3 Inspeção dos Sistemas de Condicionamento de Ar

7.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e Split

7.3.1.1 A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

7.3.1.2 In loco devem ser verificadas as especificações dos equipamentos instalados no ambiente com as especificações declaradas em projeto, por meio de amostra aleatória conforme Tabela F.9.

Tabela 9 - Amostra de condicionadores de ar unitários

Número de unidades	Número de amostras
Até 10	Todas
Até 30	10
Até 50	20
Até 75	35
Até 100	40
Até 200	50
Até 400	70
Até 600	80
Até 1.000	85
Mais de 1.000	90

7.3.1.3 A conferência dos equipamentos deve abranger pelo menos um equipamento de cada modelo empregado na edificação.

7.3.1.4 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de condicionamento de ar.

Nota: Deve-se adotar a nova eficiência para todos os equipamentos de mesma especificação.

7.3.1.5 A verificação do isolamento térmico deve ser realizada por meio de fotografias comprovando sua instalação, documentos fiscais e catálogos técnicos.

7.3.2 Condicionadores de ar centrais

7.3.2.1 A verificação da conformidade deve ser feita por meio da comparação das características dos equipamentos descritos no projeto e laudo técnico do projetista, com o laudo técnico da instalação e os equipamentos instalados na edificação.

7.3.2.2 A verificação da conformidade dos equipamentos do tipo fancoil pode ser realizada, a critério do OIA/PC, pelo processo de amostragem, seguindo critério descrito no item 7.3.1.2, sendo que o número de equipamentos inspecionados não pode ser inferior a 30% do número total de unidades.

7.3.2.3 A verificação do isolamento térmico deve ser realizada por meio de fotografias comprovando sua instalação, documentos fiscais e catálogos técnicos.

7.3.2.4 Os requisitos específicos para a Classe A deverão ser comprovados via laudo técnico de instalação ou comissionamento e, quando o OIA/PC considerar pertinente, verificados in loco.

7.4 Inspeção dos sistemas de iluminação

7.4.1 A verificação da conformidade do sistema de iluminação deve ser feita por meio da comparação das especificações estabelecidas em projeto com as encontradas nos ambientes construídos.

7.4.2 A verificação da conformidade nos ambientes in loco deve ser feita por meio de amostra aleatória, conforme os critérios da Tabela 10. Os ambientes amostrados devem conter pelo menos uma luminária de cada tipo. Nesta amostra deve ser verificada a potência das luminárias; sensores, quando aplicável; e os requisitos de contribuição da luz natural e controle local.

Tabela 10 – Amostra de ambientes para verificação da conformidade dos sistemas de iluminação artificial

Área da edificação	Percentual a ser conferido
A ≤ 500 m²	25%
500 m² < A ≤ 1.000 m²	20%
1.000 m² < A ≤ 2.000 m²	15%
2.000 m² < A ≤ 5.000 m²	10%
A > 5.000 m²	5%

7.4.3 A verificação da conformidade dos reatores, lâmpadas e sistemas de automação in loco deve ser feita por meio da comparação das especificações declaradas em projeto com as especificações instaladas.

7.4.4 Caso a diferença entre a densidade de potência instalada em cada ambiente, quando comparada às densidades verificadas no projeto, seja maior que a tolerância definida no item 7.8, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de iluminação.

Nota: Deve-se adotar as novas potências para todas as luminárias de mesmo tipo.

7.4.5 Quando a edificação possuir desligamento automático do sistema de iluminação, o OIA/PC deve verificar sua programação e funcionamento in loco, conferindo o atendimento à condição de elegibilidade para a classificação A.

7.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água, quando aplicável

7.5.1 Conferir se os equipamentos instalados atendem às características descritas em projeto. Esta conferência deve ser realizada por meio de documentos fiscais, catálogos de fabricantes e/ou laudos técnicos.

7.5.2 Verificar in loco se os equipamentos estão instalados. Equipamentos que não possam ser visualizados pelo inspetor, incluindo material e isolamento térmico das tubulações, devem ser verificados por meio de documentos fiscais e fotografias.

7.5.3 Em caso de sistema de aquecimento de água coletivo, verificar a instalação do sistema e verificar as saídas de água quente nos ambientes amostrados.

7.5.4 A conferência do sistema de aquecimento de água instalado deve estar de acordo com os seguintes critérios:

a) Para aquecedores elétricos de passagem, chuveiros elétricos, torneiras elétricas, aquecedores elétricos de hidromassagem e aquecedores elétricos de água por acumulação (boiler): verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e classificação no PBE (caso existente);

b) Para sistemas de aquecimento solar:

- Coletores solares: verificar a marca/fabricante, modelo, número, inclinação e orientação, classificação pelo PBE;
- Reservatórios solares: verificar a marca/fabricante, modelo, volume e existência de ENCE.

c) Para sistemas de aquecimento a gás: verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e a existência de ENCE e/ou Selo Compet;

d) Para aquecimento por bomba de calor: verificar a marca/fabricante, modelo, COP e tipo de gás refrigerante.

7.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

7.6.1 A verificação da conformidade dos equipamentos do sistema de geração de energia deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição e laudo de instalação

7.6.2 In loco devem ser verificadas as características dos equipamentos e do sistema, conforme projeto.

7.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

7.7.1 A verificação da conformidade dos equipamentos economizadores deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição.

7.7.2 In loco devem ser verificadas as características dos equipamentos e a localização e as dimensões dos reservatórios de águas não potáveis, caso existentes.

7.7.3 Deve-se verificar in loco 20% dos equipamentos economizadores, sendo no mínimo 5 equipamentos.

7.8 Níveis de tolerância

Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, a diferença encontrada entre os dados de projeto e a edificação construída deve atender os seguintes limites de tolerância:

- Orientação: 5°
- Propriedades térmicas:
  > Transmitância e capacidade térmica de elementos opacos: 5%
  > Componentes transparentes ou translúcidos: 10%
- Absortância solar: 15%
- Área das aberturas: 10%
- Dispositivos de proteção solar (AVS, AHS, AOV): 10%
- Densidade de potência de iluminação: 2%.

8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção Do Projeto E Do Relatório De Inspeção Da Edificação Construída

8.1 Relatório de inspeção do projeto

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE(conforme Anexo B do RAC), data do início da inspeção (quando toda a documentação completa foi entregue) e data da entrega do relatório;

e) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

f) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

g) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

h) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

i) Método de avaliação utilizado em cada sistema (simplificado e/ou de simulação);

j) Descrição sucinta da edificação e da(s) parcela(s) da edificação, quando ENCE Parcial, e dos sistemas avaliados;

k) Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

l) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar - refrigeração e aquecimento - e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

m) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

n) Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

o) Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A;

p) Classificação final da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

q) Consumo total anual de energia primária da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

r) Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da edificação e da(s) parcela(s) da edificação (em kWh e m³ de gás);

s) Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação;

t) Emissões de dióxido de carbono;

u) Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

v) Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando a edificação, ou parcela(s) da edificação for(em) ventilada(s) naturalmente;

w) Identificação dos projetos e demais documentos enviados pelo solicitante utilizados como referência nas avaliações;

x) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

y) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

z) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_C.pdf>

8.2 Relatório de inspeção da edificação construída

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE (conforme Anexo B do RAC), data da inspeção e data da entrega do relatório;

e) Data da emissão da ENCE de Projeto e OIA/PC responsável pela inspeção de projeto;

f) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

g) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

h) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

i) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

j) Tipo de inspeção in loco por sistema (presencial ou remota);

k) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

l) Localização dos componentes e equipamentos inspecionados;

m) Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

n) Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

o) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar - refrigeração e aquecimento - e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

p) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

q) Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para Classe A;

r) Classificação final da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

s) Consumo total anual de energia primária da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

t) Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da edificação e da(s) parcela(s) da edificação (em kWh e m³ de gás);

u) Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando existente;

v) Emissões de dióxido de carbono;

w) Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

x) Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando a edificação e a(s) parcela(s) da edificação estiver(em) ventilada(s) naturalmente;

y) Registro das não conformidades detectadas durante a inspeção;

z) Registro das ações corretivas adotadas pelo solicitante;

aa) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

bb) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

cc) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_C.pdf>.

9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Comerciais de Serviços e Públicas

9.1 A primeira página da ENCE é diferente de acordo com a avaliação, podendo ser Geral, Autodeclarada ou Parcial, enquanto a segunda página é igual para os três modelos de etiqueta.

9.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado, as informações de preenchimento estão detalhadas no manual de preenchimento da ENCE.

9.3 A ENCE Comercial possui três opções, de acordo com a avalição: Geral, Autodeclarada ou Parcial (Anexo IV)

9.3.1 A ENCE Geral compreende a avaliação de todos os sistemas (envoltória, iluminação artificial, condicionamento de ar e aquecimento de água), sendo apenas o aquecimento de água dispensável quando a edificação não possuir este sistema, com avaliação de toda a edificação.

9.3.2 ENCE Autodeclarada pode ser emitida apenas para edificações novas, em fase de projeto.

9.3.2.1 A ENCE Autodeclarada é recomendada para empreendimentos multiusuários em que não serão entregues os sistemas de iluminação e/ou de condicionamento de ar das salas. Todos os sistemas entregues devem ser avaliados conforme o projeto. Este processo permite a emissão da ENCE Geral, de projeto, para este tipo de edificação. A inspeção engloba a avaliação de valores autodeclarados pelo solicitante para as unidades que serão vendidas ou alugadas.

Nota 1: A ENCE Autodeclarada não pode ser emitida para edificações de um único usuário.

Nota 2: Edificações de instituições públicas podem ter avaliadas por autodeclaração apenas as áreas da edificação concedidas para empresas privadas, e que não terão os sistemas entregues.

9.3.2.2 A ENCE Autodeclarada é aquela em que a envoltória e um ou mais sistemas têm seu projeto avaliado para a edificação completa e o restante dos sistemas são avaliados por meio de autodeclaração.

9.3.2.3 O solicitante deve informar aos proprietários ou locatários das áreas que foram avaliadas por autodeclaração, documentação contendo especificação dos sistemas para que a classe de eficiência seja mantida. Cabe ao OIA conferir tal documentação informativa (manual do proprietário, ou similar).

9.3.2.4 A ENCE Autodeclarada só pode ser emitida na etapa de projeto. Para a etapa da edificação construída deve-se emitir a ENCE Geral, com entrega do as built dos sistemas autodeclarados na etapa de projeto, ou ter a emissão da ENCE Parcial, com avaliação apenas dos sistemas entregues

9.3.3 A ENCE Parcial é emitida para as edificações em que apenas uma parcela da edificação for avaliada, como áreas condominiais; ou, quando apenas alguns sistemas forem avaliados, conforme descrito abaixo:

- ENCE Parcial para envoltória completa
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de iluminação
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de condicionamento de ar
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de aquecimento de água
- ENCE Parcial para envoltória e a combinação de outros dois sistemas listados acima.

9.3.3.1 A avaliação da envoltória é sempre para a edificação completa, e, portanto, deve ser emitida uma ENCE parcial apenas da envoltória.

Nota: Se novas parcelas da edificação forem avaliadas enquanto a ENCE Parcial da envoltória estiver válida e os resultados no relatório forem suficientes para a classificação dos sistemas avaliados, estes podem ser utilizados para a nova avaliação sendo realizada apenas a inspeção dos outros sistemas.

9.3.3.2 Para avaliações de parcelas da edificação, a ENCE parcial deve ser emitida para uma área da edificação identificada por uma mesma unidade consumidora. Quando mais de um sistema for avaliado (iluminação e condicionamento de ar, por exemplo), estes devem fazer parte de uma mesma unidade consumidora.

9.3.3.3 Para a emissão da ENCE Parcial deve ser avaliado, obrigatoriamente, ao menos um sistema: envoltória completa.

9.3.3.4 Para as ENCEs Parciais em que se avalia exclusivamente a envoltória, não é apresentado o consumo de energia estimado dos sistemas individuais e de energia primária da edificação.

9.3.3.5 Caso os sistemas de iluminação e de condicionamento de ar sejam inspecionados em uma parcela da edificação (pavimento(s) ou conjunto de ambientes), esta deve ser a mesma para ambos os sistemas, e corresponder a área atendida pela unidade consumidora. Caso os sistemas avaliados sejam de partes diferentes da edificação, deve ser emitida uma etiqueta para cada parcela/unidade consumidora da edificação.

ANEXO ESPECÍFICO I.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO

Este documento tem por finalidade definir os critérios para a avaliação da conformidade de todos os parâmetros da edificação a ser avaliada frente aos limites de aplicação do método simplificado, conforme exposto na INI-C. Este documento deve ser entregue ao OIA/PC juntamente com a solicitação de emissão da ENCE (Anexo B) O método de simulação dispensa o preenchimento deste Anexo.

Havendo divergência entre os valores declarados e os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, serão considerados os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, conforme etapa correspondente da inspeção. Caso os novos valores não atendam ao método de inspeção adotado, o OIA/PC deve informar ao solicitante e ao responsável técnico, podendo-se optar entre a correção das informações ou alteração do método de avaliação, conforme descrito no item 6 do RAC.

Edificação:

Área total (m²):

Declaração de atendimento aos limites de aplicação do método simplificado da INI-C, para edificações ventiladas naturalmente

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação		Área da edificação fora dos limites (m²)
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,80			
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,80			
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	45°			
Área das APPs	9 m²	400 m²			
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	10 kJ/(m².K)	400 kJ/(m².K)			
Capacidade térmica das paredes (CT_{par})	40 kJ/(m².K)	500 kJ/(m².K)			
Comprimento total (maior dimensão entre os lados da edificação)	13 m	200 m			
Fator da área da escada	0	0,28			
Fator solar do vidro (FS)	0,20	0,80			
Forma das janelas para ventilação: Razão entre a largura e a altura das janelas para ventilação	0,1	50			
Número de pavimentos	1	5			
Pé-direito (PD)	2,75 m	4,25 m			
Percentual de abertura da fachada total (PAF_T)	5%	70%			
Profundidade total (menor dimensão entre os lados da edificação)	8 m	50 m			
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,10 W/(m².K)	5,00 W/(m².K)			
Transmitância térmica da parede (U_{par})	0,1 W/(m².K)	5,00 W/(m².K)			
Transmitância térmica do vidro (U_{vid})	1,0 W/(m².K)	6,0 W/(m².K)			

Declaração de atendimento aos limites dos parâmetros de avaliação da envoltória de edificações condicionadas pelo método simplificado da INI-C

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação		Área da edificação fora dos limites (m²)
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,80			
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,80			
Ângulo de obstrução vizinha (AOV)	0°	80°			
Ângulo horizontal de sombreamento (AHS)	0°	80°			
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	90°			
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	0,22 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)			
Capacidade térmica das paredes (CT_{par})	0,22 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)			
Densidade de potência de equipamentos (DPE)	4 W/m²	40 W/m²			
Densidade de potência de iluminação (DPI)	4 W/m²	40 W/m²			
Fator solar do vidro (FS)	0,21	0,87			
Pé-direito (PD)	2,6 m	6,6 m			
Percentual de abertura da fachada (PAF)	0%	80%			
Transmitância térmica da cobertura (Ucob)	0,51 W/(m².K)	5,07 W/(m².K)			
Transmitância térmica da parede (Upar)	0,50 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)			
Transmitância térmica do vidro (Uvid)	1,9 W/(m².K)	5,7 W/(m².K)			
Possui os elementos abaixo?*			**Sim**	**Não**	
Abertura Zenital					
Vidro em frente de parede opaca					
Fachada ventilada					
Dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados					
Vidros com comportamento dinâmico					

*Caso a resposta seja "sim" para pelo menos um dos elementos acima descritos, deve-se utilizar o método de simulação.

, de de 20 .

_____

Carimbo e assinatura do responsável pelas informações:
(Assinatura, ou assinatura digital)

ANEXO ESPECÍFICO I.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE

A lista a seguir apresenta os resultados mínimos que devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações e devem ser enviados se a simulação for realizada pelo solicitante. Tais resultados devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações, tanto do modelo na condição real quanto do modelo na condição de referência.

Para cada simulação, devem ser preenchidas as informações referentes à localização dos resultados no relatório de saída (Exemplo: Item: Transmitância Térmica das Paredes Localização: arquivo Table (html), Report:Envelope Summary: Opaque Exterior, pg. 25).

A solicitação do preenchimento desta lista é facultada pelo OIA/PC. O OIA/PC pode personalizar a lista de resultados mínimos, caso julgue pertinente.

ITEM	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO DE SAÍDA
1. DADOS GERAIS	
Identificação da edificação	
Nome e versão do software utilizado	
Arquivo climático (latitude, longitude, elevação)	
Rotação em relação ao Norte geográfico (graus)	
Período da simulação (horas)	
Área útil (m²)	
Volume do edifício (m³)	
Área de cobertura (m²)	
Área da envoltória (m²)	
Área total da edificação (m²)	
Percentual de abertura zenital (%)	
2. ENVOLTÓRIA	
Percentual de abertura na fachada (%) (por zona)	
Transmitância térmica da cobertura (por zona)	
Capacidade térmica da(s) cobertura(s) (por zona)	
Absortância solar da cobertura (por zona)	
Transmitância térmica das paredes externas (por zona)	
Capacidade térmica das paredes externas (por zona)	
Absortância solar das paredes externas (por zona)	
Propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos de cada abertura: espessura, transmitância solar transmitância visível, emissividade	
Fator solar dos componentes transparentes e translúcidos (de cada abertura)	
Uso de sombreamento	
Detalhe de dispositivos de sombreamento fixos e móveis	
Propriedades térmicas dos dispositivos de sombreamento	
Detalhes dos componentes construtivos	
Detalhes dos materiais dos componentes construtivos (densidade, calor específico, espessura, emissividade)	
Características construtivas do piso	
Temperatura do solo para os modelos que possuem piso em contato	
3. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	
Densidade de potência de iluminação - DPI [W/m²]	
Padrão de uso, quando utilizada iluminação natural	
4. SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR	
Horas não atendidas pelo equipamento de resfriamento (por zona)	
Horas não atendidas pelo equipamento de aquecimento (por zona)	
Total de horas não atendidas (por zona)	
Percentual de horas não atendidas na simulação (anual)	
Equipamento de HVAC - Resfriamento (por zona)	
Capacidade de resfriamento (kW)	
COP refrigeração	
5. GANHOS INTERNOS	
Número de pessoas (por zona)	
Potência instalada de equipamentos [W/m²] (por zona)	
6. CONSUMO ENERGÉTICO	
Consumo energético mensal e total anual (modelo na condição real e de referência)	
Consumo total por uso final - aquecimento e refrigeração, em kWh (modelo na condição real e de referência)	
Temperatura de bulbo seco do ar (outdoor)	
Taxas de renovação de ar (por zona)	
Arquivos de erro de simulação	
7. AMBIENTES NATURALMENTE VENTILADOS	
Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando ventilada naturalmente ($PHOC_T$)	

ANEXO ESPECÍFICO I.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

Este documento representa a Declaração de Conformidade por parte do profissional responsável pela simulação, e deve ser entregue somente se o solicitante realizar a simulação. O documento contém as regras e os procedimentos definidos para a simulação computacional de edificações comerciais, de serviços e públicas.

DADOS DA SIMULAÇÃO

PROGRAMA DE SIMULAÇÃO:		VERSÃO:
EDIFICAÇÃO:		
TIPO DE USO:		
CIDADE (UF):	GRUPO CLIMÁTICO:	ARQUIVO CLIMÁTICO:

CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO:

	Condicionada artificialmente		Naturalmente ventilada		Híbrido

TIPO DE AVALIAÇÃO:

	Envoltória (obrigatório)		Condicionamento de ar
	Iluminação		Aquecimento de água

DADOS DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

NOME:	CPF:
FORMAÇÃO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Declaro ter seguido o procedimento de Simulação descrito na INI-C e que os dados de saída gerados pelo programa de simulação computacional não foram manipulados de forma a alterar o resultado obtido. Além disso, estou ciente de que o arquivo de entrada da simulação (exemplo: arquivo em formato *.idf, no caso do programa Energy Plus) poderá ser solicitado pelo OIA/PC para a conferência de dados.

(Local e data)

_____

Profissional responsável pela simulação

ANEXO ESPECÍFICO II - EDIFICAÇÕES Residenciais

1. OBJETIVO

Estabelecer os requisitos específicos para os os procedimentos de avaliação da conformidade para emissão da ENCE de Edificações Residenciais.

2. DEFINIÇÕES

2.1 Áreas de uso comum (AUC)

Ambientes de uso coletivo de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, incluindo: circulações, halls, garagens, escadas, antecâmaras, elevadores, corredores, estacionamento de visitantes, guaritas, copa, espaços destinados a funcionários ou colaboradores, acessos externos, salões de festa, brinquedoteca, banheiros coletivos, bicicletário, quadra poliesportiva, sala de cinema, sala de estudo, sala de ginástica, playground, churrasqueira, ou ambientes de usos similares aos citados. Não são consideradas áreas de uso comum para efeito desta INI-R, espaços não frequentados pelos moradores e/ou funcionários.

2.2 Declaração

Documento com informações sobre a edificação, disponibilizado pelo solicitante ou por profissional por ele autorizado conforme informado no Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B).

2.3 Edificação multifamiliar

Edificação que possui mais de uma unidade habitacional (UH) autônoma em um mesmo lote, em relação de condomínio, podendo configurar edifício de apartamentos, sobrado ou grupamento de edificações. Casas geminadas ou "em fita", quando situadas no mesmo lote, enquadram-se nesta classificação. Estão excluídos desta categoria hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis e similares.

2.4 Edificação residencial

Edificação utilizada para fins habitacionais, que contenha espaços destinados ao repouso, alimentação, serviços domésticos e higiene, não podendo haver predominância de atividades como comércio, escolas, associações ou instituições de diversos tipos, prestação de serviços, diversão, preparação e venda de alimentos, escritórios e serviços de hospedagem, sejam eles hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis ou similares.

2.5 Edificação unifamiliar

Edificação que possui uma única unidade habitacional (UH) autônoma no lote.

2.6 Unidade habitacional (UH)

Bem imóvel destinado à moradia e dotado de acesso independente. Corresponde a uma unidade de uma edificação multifamiliar (apartamento) ou a uma edificação unifamiliar (casa).

3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo Oia/PC

3.1 A inspeção de projeto da UH pode ser realizada pelo método prescritivo, pelo método simplificado ou pelo método de simulação, respeitando-se as limitações de cada método expostas no item 6 da INI-R. A inspeção de projeto da AUC será sempre pelo método simplificado.

3.2 Caso a UH atenda as limitações do método simplificado, cabe ao solicitante decidir por qual método de avaliação seguir.

3.3 O OIA/PC deve informar os programas de simulação aos quais está apto a inspecionar e/ou simular, observando as exigências da INI-R. O OIA/PC pode recusar o programa de simulação utilizado pelo solicitante se este não atender ao método de avaliação da norma técnica ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I.

3.4 Para a correta escolha do método de avaliação da UH, deve-se conferir os limites de aplicação do método simplificado por meio do Anexo Específico II.1.

3.5 O método de inspeção na etapa de projeto das áreas de uso comum é o método simplificado.

3.7 As inspeções de projeto devem seguir o procedimento descrito no item 5 e a inspeção da edificação construída deve seguir os procedimentos do item 7 deste Anexo Específico.

3.8 Para edificações existentes, a solicitação da ENCE de projeto não é obrigatória. Nestes casos, a classificação da edificação (análise do projeto) e verificação in loco, são realizadas em uma mesma etapa.

4. Documentação De Inspeção De Projeto

4.1 A documentação referente aos projetos, memoriais e especificações descritas a seguir deve ser entregue em arquivos digitais. Os arquivos de projeto devem ser entregues em arquivo aberto (dxf, dwg, ifc, etc.). O OIA ou PC indicará os formatos dos arquivos para a entrega.

4.2 Toda e qualquer informação exigida a seguir não exclui outras que podem ser úteis para o entendimento do projeto. Cabe ao OIA/PC solicitá-las e ao solicitante/responsável técnico atender ao pedido. A não entrega destes documentos deve ser tratada como não conformidade.

4.3 O OIA/PC pode dispensar o envio de algum(ns) do(s) documento(s) listado(s) a seguir, caso outro(s) documento(s) apresentem as informações necessárias para a continuidade da inspeção.

4.4 A documentação exigida para a inspeção de projeto das UHs é exposta nas Tabelas 1 a 6.

Nota 1: As declarações e laudos com ART/RRT, podem ser enviadas em um documento único, desde que contendo todas as informações aplicáveis à edificação.

Nota 2: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas tabelas de cada sistema.

4.4.1 Para avaliação da envoltória pelo método prescritivo deve ser enviada a documentação apresentada na Tabela 1.

4.4.2 Para a avaliação da envoltória pelo método simplificado ou pelo método de simulação, quando esta for realizada pelo OIA/PC deve-se enviar a documentação exposta nas Tabelas 1 e 3

4.4.3 A documentação exigida para a inspeção de projeto da envoltória pelo método de simulação quando o solicitante for o responsável pela simulação é exposta nas Tabelas 2 e 3.

Nota: A documentação exigida para inspeção de projeto pelo método de simulação refere-se ao modelo real e ao modelo de referência.

4.4.4 A documentação exigida para o sistema de condicionamento de ar, comuns aos métodos simplificado e de simulação, é exposta na Tabela 3.

4.4.5 A documentação exigida para o sistema de aquecimento de água, sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, comuns aos três métodos, é exposta nas Tabelas 4 a 6.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória, pelos métodos prescritivo, simplificado e simulação (quando esta for realizada pelo OIA/PC)

Documentos	Informações necessárias
Plantas baixas de todos os pavimentos	— Norte geográfico — Nome dos ambientes — Área de piso dos ambientes — Identificação das esquadrias — Projeção da cobertura e de proteções solares — Linhas de corte com identificação, quando houver
Planta de cobertura	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Aberturas zenitais
Fachadas (todas)	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Indicação das aberturas e proteções solares
Cortes e detalhes que se julguem necessários para o entendimento do projeto	— Identificação do corte com a mesma identificação utilizada em planta baixa — Indicação do pé-direito — Detalhe que permita medir os ângulos de sombreamento, quando aplicável — Cotas de nível e/ou cotas verticais
Propriedades térmicas das paredes externas e coberturas	— Identificação de todas as absortâncias presentes nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo — Composições de materiais utilizados nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo, contendo a espessura de cada material, incluindo câmaras de ar — Catálogo técnico ou laudo com memória de cálculo (com ART/RRT), comprovando as características dos materiais; quando solicitado pelo OIA/PC — Identificação em projeto da localização de cada absortância e composição de material/ componente — Levantamento amostral: — Informar as áreas das absortâncias presentes nas paredes e coberturas externas, por APP — Identificar em projeto a localização de todas as absortâncias — Informar as áreas e composições de materiais presentes nas paredes externas, por APP — Identificar em projeto a localização de cada composição de material/ componente — Memorial com cálculo da transmitância e capacidade térmica das composições presentes na edificação e não listadas no Anexo E
Projeto e especificação das aberturas externas	— Detalhamento das esquadrias, contendo: — Identificação das aberturas — Indicação da existência de proteções solares (brises e/ou persianas integradas e/ou venezianas etc.) — Identificação do tipo de abertura (de correr, pivotante, etc.) e tipo de vidro (simples, laminado, temperado, etc) Nota: Este detalhamento pode ser dispensado caso seja possível compreender ou identificar todas as características citadas nas plantas, cortes e fachadas — Detalhamento das proteções solares - Elementos de sombreamento que não possam ser verificados e comprovados devem ser desconsiderados — Levantamento *amostral*: — Indicação, no projeto, dos ângulos de sombreamento em planta e corte — Área de superfície dos elementos transparentes por APP (indicação do tipo e quantidade de aberturas/elementos transparentes) — Área efetiva das aberturas para ventilação por APP (indicação do tipo e quantidade de aberturas) **Quadro de esquadrias** — Identificação das aberturas e tipo (de correr, pivotante, com ou sem veneziana, etc.) — Área de superfície do elemento transparente por esquadria — Área efetiva de abertura para ventilação por esquadria — Fator solar dos elementos transparentes (FS) — Transmitância térmica dos elementos transparentes — Nível da etiqueta de desempenho da esquadria, quando aplicável
Documentos contendo informações sobre o entorno (método simplificado e simulação)	— Termo de ciência sobre o entorno (Anexo D) — Fotografias, volumetria e planta de situação e elevações cotadas das edificações vizinhas.
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes e aplicáveis atendidas pelo projeto arquitetônico
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe da envoltória Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso julgue necessário

Tabela 2 – Documentação para inspeção da envoltória pelo método de simulação

Documento	Informações necessárias
Documentação para o método simplificado	— Documentos descritos na Tabela 1
Declaração de conformidade do profissional responsável pela simulação	— Conforme o Anexo Específico 3
Formulário de Solicitação de Etiquetagem (Anexo B)	— No campo 13 do Anexo B deve ser indicado que a simulação será feita pelo solicitante
Documentos contendo informações sobre o entorno	— Croquis da modelagem do(s) volume(s) das edificações vizinhas, dando preferência ao arquivo de saída do próprio programa, se ele o fornecer — Necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno.
Croqui da geometria dos modelos	— Divisões das zonas térmicas em escala usual para o tipo de representação e cotado, em arquivo digital, com formato .dxf ou .dwg
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Diagnóstico de desempenho térmico, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Diagnóstico de desempenho térmico para o procedimento de simulação computacional conforme Anexo A, subseção A.3, da ABNT NBR 15575-1
Relatório das propriedades térmicas	— Especificação das propriedades dos componentes opacos, como espessura (m), condutividade térmica (W/(m.K)), densidade (kg/m3), calor específico (kJ/(kg.K)), emissividade (ondas longas), absortância solar (ondas curtas) — Especificação das propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos (espessura, transmitância solar, transmitância visível, emissividade, etc.) — Verificação da ocorrência de pontes térmicas nas superfícies externas que compõem os APPs, conforme descrito na ABNT NBR 15575-1. Se identificada a necessidade de representação das pontes térmicas na simulação, os materiais que a compõem também devem ter as suas propriedades especificadas — Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações

Tabela 2 – Documentação para inspeção da envoltória pelo método de simulação *(continuação)*

Documento	Informações necessárias
Memorial de simulação	— Identificação e qualificação do profissional simulador — Padrões de uso dos diversos sistemas e ocupação das zonas térmicas — Uso de sombreamento das aberturas — Lista de considerações adotadas na modelagem virtual para representar a edificação real, bem como limitações do programa na simulação de determinadas estratégias de eficiência — Relatório resumo dos dados de entrada no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Deve ser emitido para o modelo real e para o modelo de referência, com e sem ventilação natural — Incluir: área de piso dos APPs, composição e propriedades físicas dos componentes construtivos (transmitância térmica, absortância, fator solar de elementos transparentes), dados de carga interna e ocupação de cada APP (iluminação, equipamentos, pessoas) — Relatório resumo dos dados de saída no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Origem do arquivo climático

Tabela 3 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Projeto do sistema de condicionamento de ar ou declaração	— Especificação dos equipamentos, incluindo capacidade dos equipamentos e eficiência de acordo com método adotado (COP, CSPF ou IDRS) — Localização e identificação dos equipamentos por APP
Laudo/catálogo técnico ou declaração	— Laudo/catálogo técnico do fabricante, contendo coeficiente de eficiência de acordo com o método de avaliação (COP, CSPF ou IDRS); ou — Laudo/catálogo técnico contendo as informações necessárias para o cálculo do CSPF ou SPLV; ou — Declaração contendo o coeficiente de eficiência dos equipamentos
Memorial descritivo	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do isolamento térmico e diâmetro da tubulação, quando aplicável
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de condicionamento de ar

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário do sistema de aquecimento de água	— Planta baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos de cada sistema — Quantidade, localização, área de cada coletor termossolar, ângulo de orientação em relação ao norte geográfico, quando existente — Localização dos reservatórios e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente — Comprimento das tubulações de água quente e especificações, como a espessura e material do isolamento, quando existentes — O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico
Laudo ou catálogo técnico	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material e diâmetro das tubulações — Especificações técnicas dos equipamentos, incluindo: eficiência, rendimento e classificação de acordo com PBE Especificações técnicas dos coletores solares, quando existentes. Incluindo: fator de eficiência óptica, o coeficiente global de perdas do coletor, dimensões, eficiência e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos reservatórios, quando existentes. Incluindo: capacidade (litros), eficiência e classificação de acordo com PBE
Memorial descritivo	— Descrição do tipo de sistema de aquecimento de água utilizado, incluindo sistema de backup, quando existente — Descrição do sistema de recirculação, quando existente — Volume de armazenamento dos reservatórios — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Memorial de cálculo para levantamento amostral	— Cálculo da Energia para Aquecimento, de acordo com o sistema adotado na edificação — Cálculo das perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição — Cálculo das perdas térmicas no sistema de recirculação — Cálculo das perdas no reservatório de água quente — Comprovação de atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando necessário — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de aquecimento de água

Tabela 5 – Documentação para inspeção do sistema de geração local de energia renovável

Documentos	Informações necessárias
Planta de cobertura e/ou de implantação	— Localização do sistema de geração local de energia renovável (módulos fotovoltaicos, aerogeradores, etc.) — Indicação do norte geográfico
Memorial de cálculo	— Quantidade e características dos equipamentos geradores — Quantidade e características dos inversores — Orientação e inclinação dos equipamentos, quando pertinente — Cálculo da estimativa de energia anual gerada — Características geográficas do local de instalação (latitude, longitude, irradiação solar, radiação solar, etc.) — Soluções para armazenamento de energia, caso houver — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto
Catálogos técnicos	— Especificações técnicas dos equipamentos

Tabela 6 – Documentação para a inspeção do uso racional de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário e/ou planta baixa com identificação dos pontos de consumo de água	— Identificação dos pontos de consumo de água — Descrição dos equipamentos economizadores de água — Identificação dos pontos de consumo que possuem equipamentos economizadores, com identificação do equipamento — Catálogos técnicos com as características dos equipamentos economizadores; caso o OIA/PC julgue necessário
Projeto e/ou memorial do sistema de uso de água não potável, quando houver	— Características do sistema de uso de água não potável — Indicação do método de cálculo das normas ABNT NBR pertinentes utilizado — Memória de cálculo do volume de água não potável estimado — Características pluviométricas, quando incorporado um sistema de uso de água pluvial — Outras características técnicas relevantes
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto

4.5 A documentação exigida para a inspeção de projeto da AUC é exposta nas Tabelas 7 a 10.

Nota 1: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas Tabelas de cada sistema.

Nota 2: A documentação exigida para o sistema de aquecimento de água, sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, é a mesma exigida na avaliação da UH, descrita nas Tabelas 4 a 6.

Tabela 7 – Documentação para inspeção do sistema de iluminação

Documentos	Informações necessárias
Projeto luminotécnico e/ou elétrico ou declaração	— Identificação dos ambientes — Tipos de luminárias com a sua descrição, controles de acionamento independentes e controles automatizados — Equipamentos de automação e indicação dos conjuntos de luminárias atendidas
Luminárias (projeto ou declaração)	— Tipo de luminária — Quantidade de lâmpadas por luminária — Potência das lâmpadas, reatores e transformadores — Equipamentos de automação e luminárias atendidas — Catálogo técnico, laudo e/ou memória de cálculo que comprove as características dos equipamentos, quando solicitado pelo OIA/PC — Levantamento amostral: Quantidade de luminárias por tipo de luminária e tipologia da edificação
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto luminotécnico
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário

Tabela 8 – Documentação para inspeção de bombas e motobombas

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Identificação do equipamento, potência, quantidade e classificação no PBE — Relação entre equipamento e sistema atendido — Edificações multifamiliares: — Área total construída — Número de banheiros — Número de dormitórios por UH — Número de vagas de garagem por UH — Condomínios de edificações residenciais — Residências abastecidas por caixa d'água coletiva e número de dormitórios — Área de jardins cuja irrigação provém de caixas d'água coletivas — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelas bombas e motobombas
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário

Tabela 9 – Documentação para inspeção dos elevadores

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Quantidade, tipo, velocidade nominal, categoria de uso, número de paradas, distância média de viagem e carga nominal do(s) elevador(es) — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo elevador
Laudo do fabricante	— Relatório técnico com classificação — Deve incluir: demanda específica total de energia do elevador (mWh/(kg.m)), demanda de energia diária em standby, demanda de energia diária em viagem, tempo médio de viagem (h/dia), tempo médio em standby (h/dia), carga nominal e velocidade nominal do(s) elevador(es)

Tabela 10 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Especificação dos equipamentos, incluindo capacidade de resfriamento, eficiência e consumo nominal e classificação no PBE — Identificação dos equipamentos instalados em cada ambiente e quantidade — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo sistema de condicionamento de ar

5. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção De Projeto

5.1 Procedimentos gerais

5.1.1 A verificação da classe de eficiência energética alcançada pela edificação, independentemente do método de avaliação, terá início quando a documentação completa solicitada for recebida e revisada pelo OIA/PC. Caso sejam detectadas inconsistências na documentação apresentada, o processo de inspeção não será iniciado. Caso estas sejam detectadas durante o processo de inspeção, devem ser tratadas como não conformidades

5.1.2 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT.

Nota: No relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

5.1.3 A inspeção deve ser realizada com levantamento integral por parte do OIA/PC ou levantamento amostral, quando o solicitante entregar a documentação pertinente. A inspeção da envoltória, pelo método de simulação, será sempre realizada de forma integral.

Nota: O solicitante pode optar por declarar apenas parte dos dados, cabendo ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral do restante dos dados.

5.1.4 A inspeção do projeto pode ser realizada de duas formas:

- dados levantados integralmente pelo OIA/PC - levantamento e análise de todas as variáveis pelo OIA/PC, com base nos projetos e documentação enviada;

- dados e levantamento declarados pelo responsável técnico - o OIA/PC deve conferir uma amostra dos dados e levantamentos declarados. A amostra deve ser definida de forma aleatória. Caso o OIA/PC identifique diferenças entre o levantamento declarado e o projeto, que não atendam às tolerâncias definidas no item 5.4, estas devem ser tratadas como não conformidades;

5.1.5 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para os

cálculos, de acordo com o especificado para cada método na INI-R.

5.1.6 Quando os dados forem levantados e declarados pelo responsável técnico, o OIA/PC deve seguir os procedimentos de verificação descritos em cada sistema, e posterior análise dos dados para classificação do sistema.

Nota: Caso os levantamentos da amostra atendam às tolerâncias definidas no item G.5.4, o OIA/PC deve utilizar os valores declarados pelo solicitante para realizar os cálculos e determinar a classificação do projeto.

5.1.7 Quando o solicitante não entregar os levantamentos necessários, ou a tolerância dos itens amostrados não for atendida, o OIA/PC deve realizar o levantamento dos dados de forma integral para a realização da avaliação.

Nota 1: Caso o solicitante declare parte dos levantamentos necessários para o cálculo, o OIA/PC pode realizar apenas o levantamento das variáveis não declaradas, e aplicar o procedimento abaixo para as variáveis declaradas.

Nota 2: Caso o OIA/PC verifique o não atendimento à tolerância dos itens amostrados, estes devem ser tratados como não conforme e o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

Nota3: Caso apenas uma parte dos dados declarados não atendam às tolerâncias, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento destes dados para dar continuidade à inspeção.

5.2 Unidade Habitacional

5.2.1 Envoltória - método prescritivo

5.2.1.1 Para a análise por levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem as tolerâncias descritas no item 5.4.

a) Para as edificações multifamiliares deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs e orientações diferentes; contato com o solo e cobertura exposta para o exterior configuram tipologias diferentes.

b) Conferir os dados abaixo de 50% dos APPs, sendo o limite mínimo de 1 e máximo de 5 APPs, preferencialmente de orientações e tipologias diferentes:

- Área de piso;
- Áreas de aberturas (ventilação e elemento transparente);
- Propriedade dos vidros;
- Propriedade da esquadria, quando aplicável;
- Ângulo de sombreamento das aberturas, quando aplicável;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
> Área de cada composição;
> Verificação dos cálculos apresentados em memorial;

5.2.1.2 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso, maior transmitância, apresentado no projeto.

5.2.1.3 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.2 Envoltória - método simplificado

5.2.2.1 Verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico II.1, e características do tipo de edificação.

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.4, o OIA/PC deve comunicar o solicitante para adequação do projeto ou alterar a inspeção da envoltória para o método de simulação.

5.2.2.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-R e as tolerâncias descritas no item 5.4.

a) Para as edificações multifamiliares deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs e orientações diferentes; contato com o solo e cobertura exposta para o exterior configuram tipologias diferentes.

b) Conferir os dados abaixo de 50% dos APPs, sendo o limite mínimo de 1 e máximo de 5 APPs, preferencialmente de orientações diferentes:

- Área de piso;
- Dimensão horizontal das paredes externas e internas, método simplificado;
- Pé-direito, método simplificado;
- Áreas de aberturas (ventilação e elemento transparente);
- Propriedade dos vidros;
- Propriedade da esquadria, quando aplicável;
- Ângulo de sombreamento (AHF_D, AHF_E e AVS_{Fac}), quando aplicável;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
> Área de cada composição;
> Verificação dos cálculos apresentados em memorial;
- Ângulo de obstrução do entorno (AVE), quando aplicável.

5.2.2.3 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso apresentado no projeto.

5.2.2.4 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.2.5 Para a envoltória de UHs com sistemas de condicionamento de ar, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para classe A, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.3 Envoltória - método de simulação

5.2.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC:

a) Os modelos de simulação devem seguir os requisitos descritos no Anexo C da INI-R e o projeto da edificação.

b) Para a determinação do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$), das temperaturas operativas anuais máxima ($Tomáx_{UH}$) e mínima ($Tomín_{UH}$), e da carga térmica total ($CgTT_{UH}$), considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-R.

5.2.3.2 Simulação realizada pelo solicitante:

a) O OIA/PC deve revisar as características da modelagem da edificação e dos parâmetros adotados para a simulação, verificando se o modelo representa a edificação e atende ao especificado no Anexo C da INI-R.

b) O OIA/PC deve recusar as simulações, justificadamente, caso elas não atendam aos requisitos de simulação, mesmo se o programa for aprovado pelo método da ANSI/ASHRAE Standard 140 vigente.

c) Deve ser realizada inspeção dos arquivos enviados, com o objetivo de avaliar se a classe de eficiência energética alcançada pela edificação está coerente com a simulação realizada. Podem ser solicitadas justificativas ao profissional responsável pela simulação, caso seja necessário esclarecer eventuais dúvidas.

d) Os itens a seguir devem ser conferidos pelo OIA/PC e atender aos requisitos definidos na ABNT NBR 15575-1:

- Arquivo climático;
- Programa de simulação;
- Características da edificação;
- Modelagem da ocupação e das cargas interna;
- Modelagem com e sem o uso da ventilação natural.

e) De posse da documentação e modelos aprovados, o OIA/PC deve iniciar a verificação do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$), das temperaturas operativas anuais máxima ($Tomáx_{UH}$) e mínima ($Tomín_{UH}$), e da carga térmica total ($CgTT_{UH}$) por meio do procedimento descrito no Anexo C da INI-R.

f) Para a envoltória de UHs com sistemas de condicionamento de ar, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para classe A, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.4 Sistema de condicionamento de ar - método simplificado e simulação

5.2.4.1 Para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir as informações de capacidade e eficiência do equipamento enviadas na declaração ou em projeto, e realizar a análise de acordo com o Anexo B.II da INI-R.

5.2.4.2 Para os casos aplicáveis, o OIA/PC deve verificar os critérios referente ao isolamento térmico das tubulações.

5.2.5 Sistema de aquecimento de água

5.2.5.1 O método de classificação do sistema de aquecimento de agua é independente do método de avaliação da envoltória.

5.2.5.2 Conferir no memorial de cálculo:

- Cálculo da energia requerida para o atendimento da demanda de água quente;

- Cálculo da energia para aquecimento de água pelo sistema de energia solar térmica e/ou por sistemas recuperadores de calor, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas na tubulação do sistema de distribuição e/ou recirculação, quando aplicável:

> Para edificações multifamiliares com sistemas de aquecimento de água individual, deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs.

> Para edificações multifamiliares com sistemas coletivos de aquecimento de água, a amostra deve conter UHs de, no mínimo, três pavimentos distintos.

- Cálculo das perdas térmicas para os reservatórios de água quente.

5.2.5.3 Determinar o consumo do sistema de aquecimento de água e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.III da INI-R.

5.2.5.4 Para a determinação da classificação do sistema de aquecimento de água, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.5.5 Para sistemas de aquecimento de água com classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para esta classe, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.6 Geração local de energia renovável

5.2.6.1 Verificar se a edificação possui sistema de geração local de energia renovável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.2.6.2 A energia gerada por fontes locais de energia renovável deve ser declarada pelo solicitante por meio de documentação descrita no item 4, Tabela 5.

5.2.6.3 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação não possui sistemas de geração local de energia renovável.

5.2.6.4 Para determinar o potencial de geração local de energia renovável da edificação em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo D da INI-R.

5.2.6.5 Edificações de energia quase zero (NZEB) e edificações de energia positiva (EEP), devem ser identificadas na ENCE.

Nota: Apenas edificações com classificação A, sem considerar a geração, podem ser classificadas como NZEB ou EEP.

5.2.7 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono da edificação em avaliação deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-R.

5.2.8 Uso racional de água

5.2.8.1 Verificar se a edificação possui sistemas economizadores de água, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.2.8.2 Verificar se a edificação possui sistemas de uso de água não potável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

52.8.3 O OIA/PC deve analisar o consumo real, consumo de referência e o potencial de economia no memorial de cálculo de economia de água enviado pelo solicitante. Caso houver inconsistências, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.2.8.4 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação em avaliação não possui sistemas de racionalização do uso de água.

5.2.8.5 Para determinar o potencial de uso racional de água da(s) UH(s) em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo F da INI-R.

5.2.9 Classificação da UH

5.2.9.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.2.9.2 Para a determinação do consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica, deve-se seguir o método descrito no item 8 da INI-R.

5.2.9.3 Para edificações com classificação A, deve-se verificar o atendimento de todas as condições de elegibilidade para a classificação, descritos no item 7 da INI-R.

5.3 Áreas de Uso Comum

5.3.1 Sistema de iluminação

5.3.1.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo e percentual de redução, de acordo com o especificado no Anexo G.I da INI-R.

5.3.1.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados nas tolerâncias descritas no item G.5.4.

- Conferir os dados abaixo de 20% dos ambientes, sendo no mínimo cinco ambientes:

> Área útil;

> Número e tipo de luminárias;

- Conferir a potência indicada para 25% dos tipos de conjuntos do sistema de iluminação (lâmpada e reator/transformador/fonte);

- Conferir integralmente as atividades informadas pelo solicitante de acordo com as atividades descritas em planta.

5.3.1.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC:

- Calcular as potências limite de acordo com as atividades da edificação e área destinada a cada uma delas;

- Calcular a potência em uso de acordo com os sensores utilizados em projeto:

> Deve-se calcular a potência em uso apenas para os conjuntos que possuem controle automatizado;

> Caso um mesmo conjunto de luminárias esteja conectado a mais de um tipo de controle, deve-se utilizar o Fator de Ajuste de Potência mais favorável;

- Determinar o consumo do sistema de iluminação e percentual de redução, de acordo com o Anexo G.I da INI-R.

5.3.1.4 Para a determinação da classificação do sistema de iluminação, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.2 Bombas e/ou motobombas

5.3.2.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo, de acordo com o especificado no Anexo G.II da INI-R.

Nota: A área construída deve ser obtida no quadro de áreas do projeto; não é necessário realizar o levantamento em projeto.

5.3.2.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados nas tolerâncias descritas no item 5.4

- Conferir a área de 20% dos jardins, para condomínios de edificações residenciais;

- Conferir o número de vagas de garagem, número de banheiros e número de dormitórios por UH, para edificações multifamiliares;

- Conferir o cálculo do volume de água

- Conferir a classificação das bombas no PBE.

5.3.2.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC realizar os seguintes cálculos de acordo com o Anexo G.II da INI-R:

- Consumo das bombas e o consumo de referência; e,

- Redução no consumo das bombas e motobombas.

5.3.2.4 Para a determinação da classificação das bombas e motobombas, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.3 Elevadores

Para a inspeção dos elevadores, o OIA/PC deve analisar o laudo do fabricante para cada um dos modelos instalados, verificar o atendimento ao Anexo G.III e conferir a classificação de acordo com o item 9 da INI-R.

5.3.4 Sistema de condicionamento de ar

5.3.4.1 Para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir as informações enviadas na declaração de capacidade, eficiência do equipamento e localização.

5.3.4.2 Após o levantamento de dados, cabe ao OIA/PC realizar os seguintes cálculos de acordo com o Anexo G.IV da INI-R:

- Cálculo do coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de a;

- Consumo do sistema de condicionamento de ar, de acordo com o índice de eficiência apresentado; e,

- Consumo de referência.

5.3.4.3 Para a determinação da classificação do sistema de condicionamento de ar, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.5 Sistema de aquecimento de água

Para o sistema de aquecimento de água adota-se o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.4, considerando o volume de água apresentado no Anexo G.V da INI-R.

5.3.6 Geração local de energia renovável

Para a avaliação da geração local de energia deve-se adotar o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.5, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

5.3.7 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-R, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

5.3.8 Uso racional de água

Para a avaliação do uso racional de água deve-se adotar o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.7, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum e considerando as especificidades descritas no Anexo G.VIII da INI-R.

5.3.9 Classificação da AUC

5.3.9.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.3.9.2 O OIA/PC deve calcular o consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica seguindo o método descrito no item 9 da INI-R.

5.3.9.3 A determinação da classificação da AUC deve ser realizada com base no cálculo da redução do consumo, descrito no item 9 da INI-R.

5.4 Níveis de tolerância

5.4.1 Para a inspeção na etapa de projeto, pelos métodos prescritivo e simplificado, devem ser considerados os seguintes limites de tolerância em relação aos dados informados nas declarações:

- Áreas de piso dos ambientes: 10%;
- Áreas das fachadas: 10%;
- Pé-direito: 5%;
- Área das aberturas: 5%;
- Ângulo de sombreamento: 5%;
- Comprimento da tubulação: 5%;
- Demais áreas: 5%.

5.4.2 Para a inspeção pelo método de simulação na etapa de projeto devem ser considerados os seguintes limites de tolerância na comparação da simulação com os especificados no projeto:

- Áreas: 5%;
- Volumes: 5%;
- Transmitância e capacidade térmica: 10%;
- Propriedades térmicas e ópticas de elementos transparentes: 5%;
- Absortância solar: 5%;
- Demais áreas: 5%.

5.4.3 Quando as medidas declaradas ultrapassarem os limites de tolerância, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída

Os itens a seguir descrevem a documentação necessária para a inspeção da edificação construída.

6.1 Documentação relacionada no item 4 deste Anexo Específico, de acordo com o método de avaliação empregado na etapa de inspeção de projeto.

Nota 1: Caso o OIA/PC que for realizar a inspeção da edificação construída seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, não é necessário o reenvio de toda a documentação. Neste caso, é necessário o envio da documentação contendo as alterações realizadas na edificação no período compreendido entre as duas inspeções, conforme item 6.2.

Nota 2: Caso o OIA/PC contratado para realizar a inspeção da edificação construída não seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, o solicitante deve encaminhar também a ENCE de Projeto da Edificação e o Relatório de Inspeção do Projeto, enviado pelo OIA/PC responsável por tal inspeção.

6.2 Projeto as built e declaração com a identificação dos itens alterados

Caso tenha havido alterações nos itens de projeto previamente inspecionados, o solicitante deve encaminhar toda documentação dos sistemas alterados (as built) e uma declaração destacando os itens que foram alterados durante a obra.

6.3 Documentos fiscais que comprovem a compra e a instalação dos sistemas construtivos e equipamentos, descritos na etapa de inspeção do projeto, que não podem ser verificados in loco em função da dificuldade de acesso (exemplos: isolantes térmicos, reatores, placas solares, etc.), e demais documentos fiscais solicitados pelo OIA.

Nota 1: Deve-se enviar ao OIA/PC as cópias digitais dos documentos fiscais.

Nota 2: Todos os documentos fiscais devem ter a quantidade e o modelo do equipamento especificado.

Nota 3: No documento fiscal deve constar a identificação da obra ou o local de entrega (mesmo endereço da edificação avaliada). Quando não for o mesmo endereço de entrega, o solicitante deve enviar uma justificativa.

Nota 4: Na impossibilidade da apresentação dos documentos fiscais, o solicitante deve comprovar a aquisição/instalação dos componentes/equipamentos de outra forma, a ser avaliada pelo OIA/PC.

6.4 Catálogos técnicos de fabricantes e/ou laudos técnicos dos equipamentos e materiais utilizados que comprovem as características dos equipamentos e materiais utilizados na edificação (exemplos: isolantes térmicos, materiais com condutividade térmica não especificada em norma, vidros, lâmpadas, reatores, equipamentos do sistema de condicionamento de ar, equipamentos utilizados para a uso raciona de água, bombas, motobombas etc.).

6.5 Fotografias comprovando a instalação dos equipamentos e materiais utilizados na edificação que não podem ser verificados in loco (exemplos: reatores, composição de paredes e coberturas, isolamento das tubulações e dutos, etc.).

Nota: O OIA/PC pode solicitar novas fotografias caso não seja possível comprovar que as fotos pertencem à edificação avaliada.

6.6 Fotografias, vídeos e outros levantamentos para comprovação do ângulo de obstrução do entorno, quando aplicável.

6.7 Laudo de fabricante contendo a absortância do material ou laudo de medição da absortância realizada em laboratório.

Nota 1: As medições da absortância solar devem realizadas de acordo com as normas ASTM E1918, ASTM E903, ASHRAE 74 ou ASTM C1549.

Nota 2: O valor medido deve ser ajustado ao espectro solar no seu respectivo comprimento de onda. Na falta de dados que caracterizem a curva do espectro solar para o local da implantação da edificação, devem ser utilizados como referência os valores espectrais de irradiação solar global apresentado na ASTM G173.

Nota 3: O OIA pode realizar as medições desde que seguindo as normas citadas na Nota 1.

Nota 4: Na ausência de dados de fabricante, e impossibilidade de ser realizada a medição por um laboratório ou OIA, pode ser aceito, alternativamente, dados provenientes da literatura ou de norma vigente. Neste caso, cabe ao OIA/PC analisar os dados enviados em comparação com a edificação.

6.8 Laudo técnico do projetista do sistema de condicionamento de ar central, com ART, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado, quando aplicável.

6.9 Laudo técnico do projetista do sistema de aquecimento de água, com ART/RRT, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.10 Laudo técnico do fabricante ou outro documento que comprove as características técnicas dos elevadores instalados.

6.11 Para o agendamento da inspeção in loco da edificação construída o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC o alvará de conclusão da obra ou documento que comprove as ligações definitivas para fornecimento de energia elétrica e gás combustível (aplicável somente quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural) pelas respectivas concessionárias.

7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída

7.1 Procedimentos gerais

7.1.1 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT.

Nota: no relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

7.1.2 Edificações que não passaram pelo processo de avaliação na etapa de projeto devem ser classificadas com base no projeto as built e levantamento de dados em campo. O procedimento de classificação deve atender os critérios dispostos no item 5 deste Anexo Específico.

7.1.3 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, deve-se atender aos seguintes itens:

a) Para a análise dos dados levantados durante a inspeção da edificação construída devem ser respeitados os limites de tolerância, indicados no item 7.4, com relação aos valores declarados e/ou calculados na etapa de inspeção de projeto;

b) Caso os valores encontrados na inspeção da edificação construída ultrapassem o limite de tolerância estipulado, deve-se verificar o impacto na classificação da eficiência energética da edificação, usando o mesmo método anteriormente aplicado;

c) Se o solicitante tiver optado pelo método de simulação, a correção dos itens que ultrapassaram a tolerância deve ser efetuada ou a verificação do impacto deve ser feita por meio de nova(s) simulação(ões) realizada(s) pelo OIA/PC ou solicitante.

d) Caso estas diferenças diminuam a classe do sistema ou da edificação, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

7.2 Inspeção da Unidade Habitacional Autônoma

7.2.1 Amostra de UHs para análise in loco

Para a inspeção de UHs em um mesmo processo de solicitação da ENCE, de uma mesma edificação multifamiliar e/ou edificações multifamiliares iguais, ou para avaliação de UHs de edificações unifamiliares de mesma tipologia em regime de condomínio deve-se inspecionar uma amostra aleatória de UHs, de quantidade definida na Tabela 11.

Tabela 11 - Número de UHs a verificar

Número de UHs segundo critérios do item 7.2.1	Número de UHs a verificar
Até 5	Todas
Acima de 5	5%, sendo o mínimo de 5 UHs

Nota 1: Caso a amostra resulte em um valor fracionário, o número de UHs a verificar deve ser arredondado para cima.

Nota 2: Os itens que não devem seguir a amostragem acima possuem em sua descrição qual deve ser a parcela verificada.

Nota 3: Em edificações unifamiliares de tipologias diferentes a inspeção deve ser integral.

Nota 4: Em edificações multifamiliares, as amostras definidas pela Tabela 11 devem abranger unidades em contato com o solo ou sobre pilotis (quando existente), unidades intermediárias do pavimento tipo e unidades em contato com a cobertura, variando-as em relação às tipologias de UHs existentes e orientações.

Nota 5: Na existência de mais de um bloco ou torre iguais, todos devem ser contemplados pela amostragem.

Nota 6: Na existência de mais de um bloco ou torres diferentes, a amostragem deve ser aplicada para cada tipologia (bloco ou torre) de edificação.

7.2.2 Inspeção da envoltória

7.2.2.1 Orientação da edificação

a) A orientação deve ser verificada com bússola, equipamento eletrônico do tipo GPS (Global Positioning System) ou sensoriamento remoto.

b) Pelo menos uma fachada da edificação deve ser inspecionada para a conferência da orientação.

c) Nos casos em que houver diferença superior a tolerância, deve-se verificar se há alteração da orientação das fachadas e aberturas.

7.2.2.2 Fechamento e revestimentos da envoltória

a) A comprovação dos materiais utilizados na envoltória deve ser feita por meio de fotografias e documentos fiscais ou processos que comprovem a composição das paredes e coberturas durante a execução da obra. Incorporadores e construtores que possuem programas da qualidade da construção civil podem utilizar-se desta estrutura para comprovar os materiais empregados na envoltória.

Nota: Este procedimento pode ser complementado pela inspeção em campo.

b) Para isolantes térmicos, a comprovação deve ser feita por meio de catálogo técnico do produto e/ou laudo técnico com a determinação da condutividade térmica, juntamente com o documento fiscal de aquisição dos isolantes térmicos.

c) A instalação dos isolantes também deve ser registrada por fotografias e localizada em planta mostrando em quais superfícies foram aplicados.

d) Caso não existam provas referentes aos materiais utilizados na envoltória, a comprovação deve ser feita por meio de certidões e/ou de laudo técnico do responsável técnico pela investigação da parede, explanando detalhadamente quais os materiais e camadas aplicados na construção da envoltória.

e) Caso exista alteração em algum componente construtivo, este deve ter suas propriedades térmicas recalculadas. A análise da tolerância deve ser aplicada nos valores das propriedades térmicas recalculadas

7.2.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória

a) A absortância à radiação solar deve ser comprovada através de laudos técnicos e verificação visual nas áreas em que o revestimento está aplicado, durante a inspeção in loco.

b) A absortância deve ser verificada para os diferentes revestimentos adotados na edificação.

c) Para efeito de comparação, deve ser utilizado o valor da absortância total, que representa o valor integrado da energia absorvida pelo material ao longo do espectro analisado

7.2.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos

a) Devem ser verificados todos os elementos transparentes por meio de análise documental.

Nota: As propriedades térmicas das aberturas envidraçadas declaradas em projeto como vidro simples, 3 ou 6 mm, não precisam ser comprovadas. Nestes casos, deve-se adotar o valor de referência adotado na INI-R.

b) Para outros elementos transparentes deve ser apresentado laudo do fabricante ou do responsável técnico pela avaliação do produto contendo as suas especificações técnicas, incluindo o fator solar da superfície e transmitância térmica, juntamente com o documento fiscal de sua aquisição.

Nota: Quando o laudo não for apresentado, o OIA/PC deve verificar a espessura do vidro e utilizar o fator solar e transmitância térmica apresentado na tabela do Anexo E, de acordo com o tipo de vidro.

7.2.2.5 Área efetiva das aberturas para ventilação

a) As áreas das aberturas devem ser medidas no local, com trena manual ou eletrônica. Deve-se verificar a área efetiva para ventilação e a área da abertura.

b) Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes das áreas de vão nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

d) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

e) A conferência das aberturas e a verificação das áreas especificadas em projeto com as áreas construídas deve abranger pelo menos uma abertura de cada tipo empregado na envoltória da UH.

7.2.2.6 Esquadria

a) Conferir se as esquadrias estão de acordo com a especificação em projeto. O OIA/PC deve conferir as propriedades térmicas (catálogo), largura dos perfis e classificação de desempenho, quando aplicável.

b) Havendo diferença na classificação de desempenho da esquadria, ou diferença nas características dos perfis maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes de áreas de vão nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

c) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

7.2.2.7 Ângulos de sombreamento

a) Varandas, outros dispositivos de proteção solar e o autossombreamento das fachadas devem ser medidos in loco com trena manual ou eletrônica e não devem apresentar diferença em suas dimensões maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado no projeto.

b) O ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE) deve ser verificado de forma qualitativa, comparando visualmente a condição local com aquela avaliada em projeto.

c) Havendo diferença maior que 10% em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições de sombreamento definidas nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

d) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

e) A conferência dos dispositivos de proteção solar deve abranger pelo menos um dispositivo de cada tipo empregado na envoltória da UH.

7.2.2.8 Parâmetros do APP

a) Conferir a dimensão horizontal das paredes externas e internas;

b) Conferir o pé-direito;

c) Para diferenças maiores que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a envoltória com as novas condições das APPs.

7.2.3 Inspeção dos sistemas de condicionamento de ar

7.2.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e split

a) A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

b) As especificações dos equipamentos instalados no ambiente com as especificações declaradas em projeto, nas APPs da amostra, devem ser verificadas in loco.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

c) A conferência dos equipamentos deve abranger pelo menos um equipamento de cada modelo empregado na edificação.

d) Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a classificação da UH considerando os equipamentos encontrados in loco.

7.2.3.2 Condicionadores de ar centrais

Deve-se utilizar o procedimento descrito para as edificações comerciais, de serviços e públicas, no Anexo F deste RAC.

7.2.3.3 Isolantes térmicos de tubulações para a condução de fluídos

O OIA/PC deve realizar a análise documental para verificar o atendimento deste requisito; caso não seja possível a comprovação do atendimento, deve-se reavaliar a classificação da UH.

7.2.4 Inspeção do sistema de aquecimento de água

7.2.4.1 Conferir se os equipamentos instalados atendem às características descritas em projeto. Esta conferência deve ser realizada por meio de documentos fiscais, catálogos de fabricantes e/ou laudos técnicos.

7.2.4.2 Em campo deve ser verificado se os equipamentos estão instalados. Equipamentos que não possam ser visualizados pelo inspetor, incluindo material e isolamento térmico das tubulações, devem ser verificados por meio de documentos fiscais e fotografias.

7.2.4.3 Em caso de sistema de aquecimento de água coletivo, verificar a instalação do sistema e as saídas de água quente nas UHs amostradas, quando possível.

7.2.4.4 A conferência do sistema de aquecimento de água instalado deve estar de acordo com os seguintes critérios:

a) Para aquecedores elétricos de passagem, chuveiros elétricos, torneiras elétricas, aquecedores elétricos de hidromassagem e aquecedores elétricos de água por acumulação (boiler): verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e classificação no PBE (caso existente);

b) Para sistemas de aquecimento solar:

- Coletores solares: verificar a marca/fabricante, modelo, número, inclinação e orientação, classificação pelo PBE;

- Reservatórios solares: verificar a marca/fabricante, modelo, volume e existência de ENCE.

c) Para sistemas de aquecimento a gás: verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e a existência de ENCE e/ou Selo Compet;

d) Para aquecimento por bomba de calor: verificar a marca/fabricante, modelo, COP e tipo de gás refrigerante.

7.2.4.5 O OIA/PC deve realizar a análise documental para verificar que se a tubulação de água e o isolamento térmico estão de acordo com o projeto; em caso de diferenças, deve-se reavaliar a classificação do sistema.

7.2.4.6 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema,

7.2.5 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

7.2.5.1 A verificação da conformidade dos equipamentos do sistema de geração de energia deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição e laudo de instalação.

7.2.5.2 As características dos equipamentos e do sistema, conforme projeto, devem ser verificadas in loco.

7.2.6 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

7.2.6.1 A verificação da conformidade dos equipamentos economizadores deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição.

7.2.6.2 As características dos equipamentos, e a localização e as dimensões dos reservatórios de águas não potáveis, caso existentes, devem ser verificadas in loco.

7.2.6.3 Deve-se verificar in loco 20% dos equipamentos economizadores, sendo no mínimo 5 equipamentos.

Nota: Quando na UH houver menos de cinco equipamentos, deve-se realizar a verificação de forma integral.

7.3 Inspeção das Áreas de Uso Comum

7.3.1 Inspeção dos sistemas de iluminação

7.3.1.1 A verificação da conformidade da iluminação artificial deve ser feita por meio da comparação das especificações estabelecidas em projeto com as encontradas nos ambientes construídos.

7.3.1.2 A inspeção deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal, das lâmpadas e reatores.

7.3.1.3 O OIA/PC deve verificar, em 10% das áreas/ambientes, o tipo, potência e eficiência dos equipamentos instalados in loco.

7.3.1.4 A amostra deve conter pelo menos um tipo de cada equipamento (lâmpadas, reatores, minuterias, sensores de presença, entre outros, quando aplicável) e deve abranger áreas de uso comum frequente e eventual.

7.3.1.5 Caso a diferença entre a potência instalada em cada ambiente, quando comparada às potências indicadas em projeto, seja maior que a tolerância definida no item 7.4, deve- verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de iluminação.

7.3.2 Inspeção das bombas e/ou motobombas

7.3.2.1. A verificação da conformidade das bombas e motobombas será feita por meio da apresentação das etiquetas de classificação dos equipamentos, juntamente com o documento fiscal de aquisição das mesmas.

7.3.2.2 As especificações dos equipamentos instalados na edificação serão verificadas in loco, e comparadas com as especificações declaradas em projeto.

7.3.3 Inspeção dos elevadores

7.3.3.1 A verificação da conformidade dos elevadores será feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição, do laudo técnico do fabricante ou de outro documento que comprove as características técnicas dos elevadores.

7.3.3.2 In loco serão verificadas as especificações dos elevadores instalados na edificação e comparadas com as especificações declaradas em projeto.

7.3.4 Inspeção do sistema de condicionamento de ar

7.3.4.1 A verificação da conformidade do sistema de condicionamento de ar será realizada em todas as áreas comuns com indicação de instalação do equipamento.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

7.3.4.2 A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

7.3.4.3 In loco devem ser verificadas as especificações dos equipamentos instalados nos ambientes com as especificações declaradas em projeto.

7.3.4.4 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a classificação do sistema considerando os equipamentos encontrados in loco.

7.3.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água

O procedimento de inspeção do sistema de aquecimento de água deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.4.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

7.3.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

O procedimento de inspeção do sistema de geração de energia deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.5.

7.3.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

O procedimento de inspeção do uso racional de água deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.6.

7.4 Níveis de tolerância

Para edificações que possuem ENCE de Projeto, a diferença encontrada entre os dados de projeto e a edificação construída deve atender os seguintes limites de tolerância:

- Orientação: 5°
- Propriedades térmicas:
> Transmitância e capacidade térmica de elementos opacos: 5%
> Componentes transparentes ou translúcidos: 10%
- Absortância solar: 15%
- Área das aberturas: 10%
- Esquadrias - perfis: 20%
- Dispositivos de proteção solar: 10%
- Parâmetros do APP: 10%
- Densidade de potência de iluminação: 2%.

8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção

8.1 Relatório de inspeção do projeto

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação de etiquetagem (conforme Anexo B do RAC), data do início da inspeção (quando toda a documentação completa foi entregue) e data da entrega do relatório;

e) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

f) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

g) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

h) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

i) Método de avaliação utilizado (prescritivo, simplificado e/ou de simulação);

j) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

k) Informações para avaliação da UH:

- Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Se utilizado o método prescritivo, o consumo estimado de energia da UH;
- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, o Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín), quando a UH estiver ventilada naturalmente;
- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, a carga térmica anual de refrigeração, de aquecimento e total (CgTR, CgTA e CgTT, respectivamente), quando a UH não estiver ventilada naturalmente;
- Consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento, e principais informações do sistema;
- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação final da UH;
- Consumo total anual de energia primária da UH;
- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da UH (em kWh e m³ de gás);
- Descrição do atendimento aos requisitos para classe A;
- Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando houver;
- Emissões de dióxido de carbono;
- Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver.

l) Informações para avaliação da AUC:

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica das bombas e motobombas e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo dos elevadores e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação final da AUC;
- Consumo total anual de energia primária da AUC;
- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da AUC (em kWh e m³ de gás);

m) Identificação dos projetos e demais documentos enviados pelo solicitante utilizados como referência nas avaliações;

n) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

o) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada;

p) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_R.pdf>.

8.2 Relatório de inspeção da edificação construída

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE (conforme Anexo B do RAC), data da inspeção e data da entrega do relatório;

e) Data da emissão da ENCE de Projeto e OIA/PC responsável pela inspeção de projeto;

f) Identificação do OIA (nome, número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação;

g) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

h) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

i) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

j) Tipo de inspeção in loco por sistema (presencial ou remota);

k) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

l) Localização dos componentes e equipamentos inspecionados;

m) Informações para a avaliação da UH:

- Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Se utilizado o método prescritivo, o consumo estimado de energia da UH;
- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, o Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín), quando a UH estiver ventilada naturalmente;
- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, a carga térmica anual de refrigeração, de aquecimento e total (CgTR, CgTA e CgTT, respectivamente), quando a UH não estiver ventilada naturalmente;
- Consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento, e principais informações do sistema;
- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação final da UH;
- Consumo total anual de energia primária da UH;
- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da UH (em kWh e m³ de gás);
- Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para classe A;
- Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando houver;
- Emissões de dióxido de carbono;
- Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

n) Informações para avaliação da AUC:

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica das bombas e motobombas e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo dos elevadores e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;
- Classificação final da AUC;
- Consumo total anual de energia primária da AUC;
- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da AUC (em kWh e m³ de gás);

o) Registro das não conformidades detectadas durante a inspeção;

p) Registro das ações corretivas adotadas pelo solicitante;

q) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

r) Sugestões de alterações que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

s) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_R.pdf>.

9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Residenciais

9.1 A primeira página contém a classificação geral da avaliação e a página complementar traz as informações por sistema.

9.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado, as informações de preenchimento estão detalhadas no manual de preenchimento da ENCE.

9.3 A ENCE Residencial possui duas opções: ENCE da Unidade Habitacional e ENCE das Áreas de Uso Comum.

9.3.1 A ENCE da Unidade Habitacional compreende a avaliação de dois sistemas (envoltória e aquecimento de água), sendo ambos obrigatórios para a classificação.

9.3.2 A ENCE da UH possui duas versões, de acordo com o método de cálculo da envoltória: método prescritivo e método simplificado ou simulação, e pode ser emitida nas duas etapas de inspeção:

- Método prescritivo - Projeto da edificação residencial e Edificação residencial construída;
- Método simplificado ou simulação - Projeto da edificação residencial e Edificação residencial construída

9.3.3 A ENCE das Áreas de Uso Comum compreende a avaliação de todos os sistemas (iluminação artificial, bombas e motobombas, elevadores, condicionamento de ar e aquecimento de água) de acordo com os sistemas existentes na edificação, sendo estes obrigatórios para a classificação.

ANEXO ESPECÍFICO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO

Este documento tem por finalidade a conferência do atendimento de todos os parâmetros da edificação a ser avaliada frente aos limites de aplicação do método simplificado, expostos na INI-R. Este documento deve ser entregue ao OIA/PC juntamente com a solicitação da ENCE (Anexo B do RAC). Os métodos prescritivo e de simulação dispensam o preenchimento deste Anexo.

Havendo divergência entre os valores aqui declarados e os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, serão considerados os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, conforme etapa correspondente da inspeção. Caso os novos valores não atendam ao método de inspeção adotado, o OIA/PC deve informar ao solicitante e ao responsável técnico, podendo-se optar entre a correção das informações ou alteração do método de avaliação, conforme descrito no item 6 do RAC.

Declaração de atendimento aos limites de aplicação do método simplificado da INI-RUH

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,90		
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,90		
Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito e esquerdo (AHF_D e AHF_E)	0°	80°		
Ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC})	0°	55°		
Ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE)	0°	60°		
Área de piso do ambiente de permanência prolongada	5 m²	100 m²		
Área de piso do ambiente de permanência transitória	2 m²	100 m²		
Área de superfície dos elementos transparentes	0 m²	60 m²		
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	25 kJ/(m².K)	550 kJ/(m².K)		
Capacidade térmica das paredes externas (CT_{par})	26 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)		
Capacidade térmica do piso (CT_{piso})	25 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)		
Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro	-45º	45º		
Dimensão horizontal da parede externa (por orientação)	0 m	15 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com sala	0 m	65 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com dormitório	0 m	60 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com APT	0 m	50 m		
Área efetiva de abertura para ventilação	0 m²	60 m²		
Fator solar do elemento transparente (FS)	0,20	0,87		
Pé-direito (PD)	2,40 m	7,50 m		
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,45 W/(m².K)	3,80 W/(m².K)		
Transmitância térmica das paredes externas (U_{par})	0,24 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)		
Transmitância térmica do piso (U_{piso})	0,70 W/(m².K)	4,10 W/(m².K)		
Transmitância térmica do elemento transparente	2,50 W/(m².K)	5,87 W/(m².K)		

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pelas informações:

(Assinatura ou assinatura digital)

ANEXO ESPECÍFICO II.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE

A lista a seguir apresenta os resultados mínimos que devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações e devem ser enviados se a simulação for realizada pelo solicitante. Tais resultados devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações, tanto do modelo real quanto do modelo de referência.

Para cada simulação, devem ser preenchidas as informações referentes à localização dos resultados nos relatórios de saída (Exemplo: Item: Transmitância Térmica das Paredes > Localização: arquivo Table (html), Report: Envelope Summary: Opaque Exterior, pg. 25).

A solicitação do preenchimento desta lista é facultada pelo OIA/PC. O OIA/PC pode personalizar a lista de resultados mínimos, caso julgue pertinente.

ITEM	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO DE SAÍDA
1. DADOS GERAIS	
Identificação da edificação	
Nome e versão do software utilizado	
Arquivo climático (latitude, longitude, elevação)	
Rotação em relação ao Norte geográfico (graus)	
Período da simulação (horas)	
Área de piso (m²)	
Volume do edifício (m³)	
Área de cobertura (m²)	
Área da envoltória (m²)	
Área total da edificação (m²)	
Percentual de abertura na fachada total (%)	
2. ENVOLTÓRIA (por APP)	
Transmitância térmica da cobertura	
Capacidade térmica da cobertura	
Absortância solar da cobertura	
Transmitância térmica das paredes externas	
Capacidade térmica das paredes externas	
Absortância solar das paredes externas	
Propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos de cada abertura: espessura, transmitância solar transmitância visível, emissividade	
Fator solar dos componentes transparentes e translúcidos (de cada abertura)	
Uso de sombreamento	
Detalhe de dispositivos de sombreamento fixos e móveis	
Propriedades térmicas dos dispositivos de sombreamento	
Detalhes dos componentes construtivos	
Detalhes dos materiais dos componentes construtivos (densidade, calor específico, espessura, emissividade)	
Características construtivas do piso	
Temperatura do solo para os modelos que possuem piso em contato	
3. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO (por APP)	
Densidade de potência de iluminação - DPI [W/m²]	
Padrão de uso	
4. GANHOS INTERNOS	
Número de pessoas (por ambiente)	
Potência instalada de equipamentos [W/m²] (por ambiente)	

ANEXO ESPECÍFICO II.3

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

Este documento representa a Declaração de Conformidade por parte do profissional responsável pela simulação e deve ser entregue somente se o solicitante realizar a simulação. O documento contém as regras e os procedimentos definidos para a simulação computacional de edificações residenciais.

DADOS DA SIMULAÇÃO

PROGRAMA DE SIMULAÇÃO:		VERSÃO:
EDIFICAÇÃO:		
TIPO DE USO:		
CIDADE (UF):	ZONA BIOCLIMÁTICA:	ARQUIVO CLIMÁTICO:
CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO:		
	UH de edificação unifamiliar	
	UH de edificação multifamiliar	

DADOS DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

NOME:	CPF:
FORMAÇÃO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Declaro ter seguido o procedimento de simulação descrito na INI-R e que os dados de saída gerados pelo programa de simulação computacional não foram manipulados de forma a alterar o resultado obtido. Além disso, estou ciente de que o arquivo de entrada da simulação (exemplo: arquivo em formato *.idf, no caso do programa **Energy Plus**) poderá ser solicitado pelo OIA/PC para a conferência de dados.

(Local e data)

_____

Profissional responsável pela simulação

ANEXO IV

SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE - ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE)

1. Modelos das ences

1.1 A ENCE é composta por duas páginas. A primeira página contém a classificação geral da avaliação e a página complementar traz as informações por sistema.

1.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado.

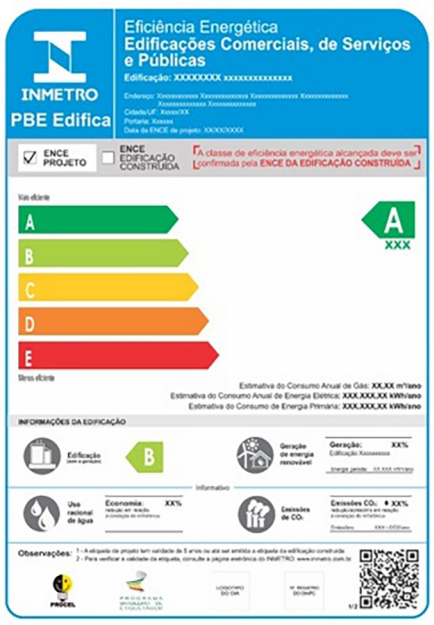
1.3 As instruções para preenchimento da ENCE estão detalhadas no Manual de Preenchimento da ENCE, disponível no endereço eletrônico <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

2. Edificações Comerciais, de serviços e públicas

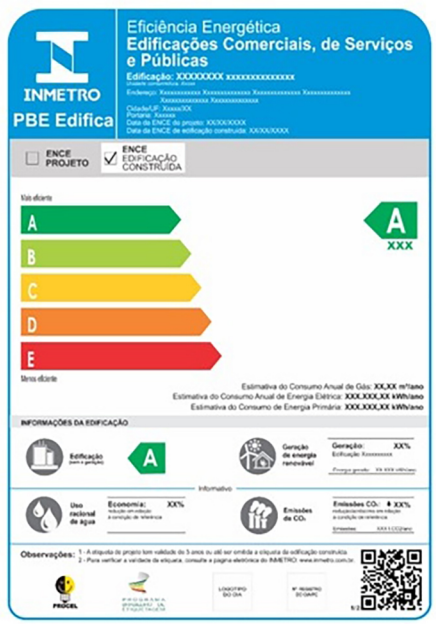
2.1 ENCE Geral

Figura 1 - Modelo da primeira página da ENCE Geral, para etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B). A segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.

A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída



2.2 ENCE Autodeclarada

Figura 2 - Modelo da primeira página da ENCE Autodeclarada; a segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.



2.3 ENCE Parcial

Figura 3 - Modelo da primeira página da ENCE Parcial, para etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B). A segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.

A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída



2.4 Página Complementar

2.4.1 A página complementar da ENCE, contendo a classificação individual dos sistemas, deve seguir o modelo apresentado na Figura 4.

2.4.2 Para as ENCEs Autodeclaradas, deve-se indicar quais os sistemas foram autodeclarados;

2.4.3 Para as ENCEs Parciais, somente os sistemas avaliados devem ser preenchidos.

Figura 4 - Modelo da segunda página da ENCE de edificações comerciais, de serviços e públicas.



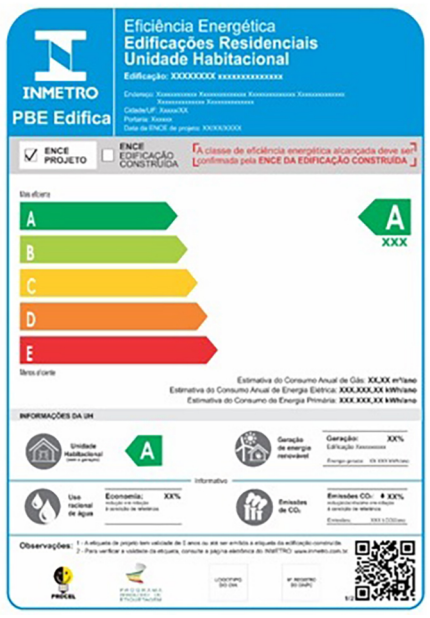
3. Edificações Residenciais

3.1 ENCE da Unidade Habitacional

Figura 5 - Modelo da primeira página da ENCE da UH para a etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B).

1 MECON 19 19906821 209

A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída

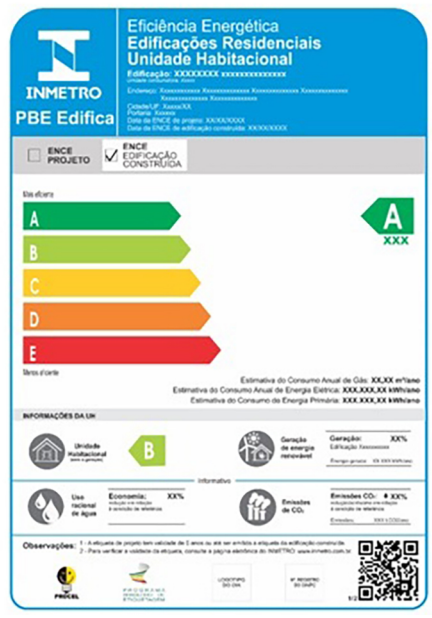
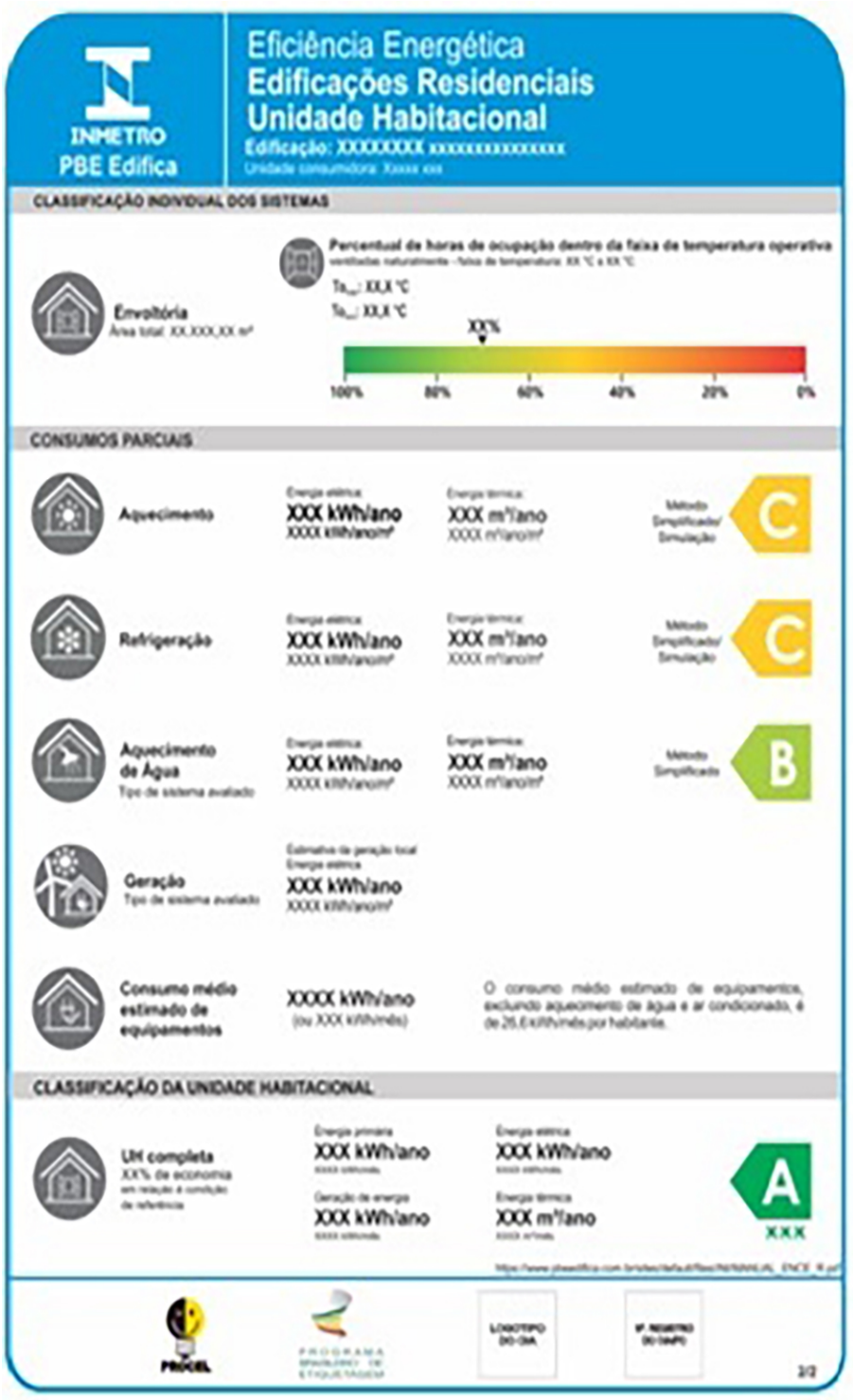


Figura 6 - Modelo da segunda página da ENCE da UH com envoltória pelo método prescritivo:



Figura 7 - Modelo da segunda página da ENCE da UH, com envoltória pelos métodos simplificado ou de simulação:



3.2 ENCE das Áreas de Uso Comum

Figura 8 - Modelo da primeira página da ENCE da AUC para a etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B).

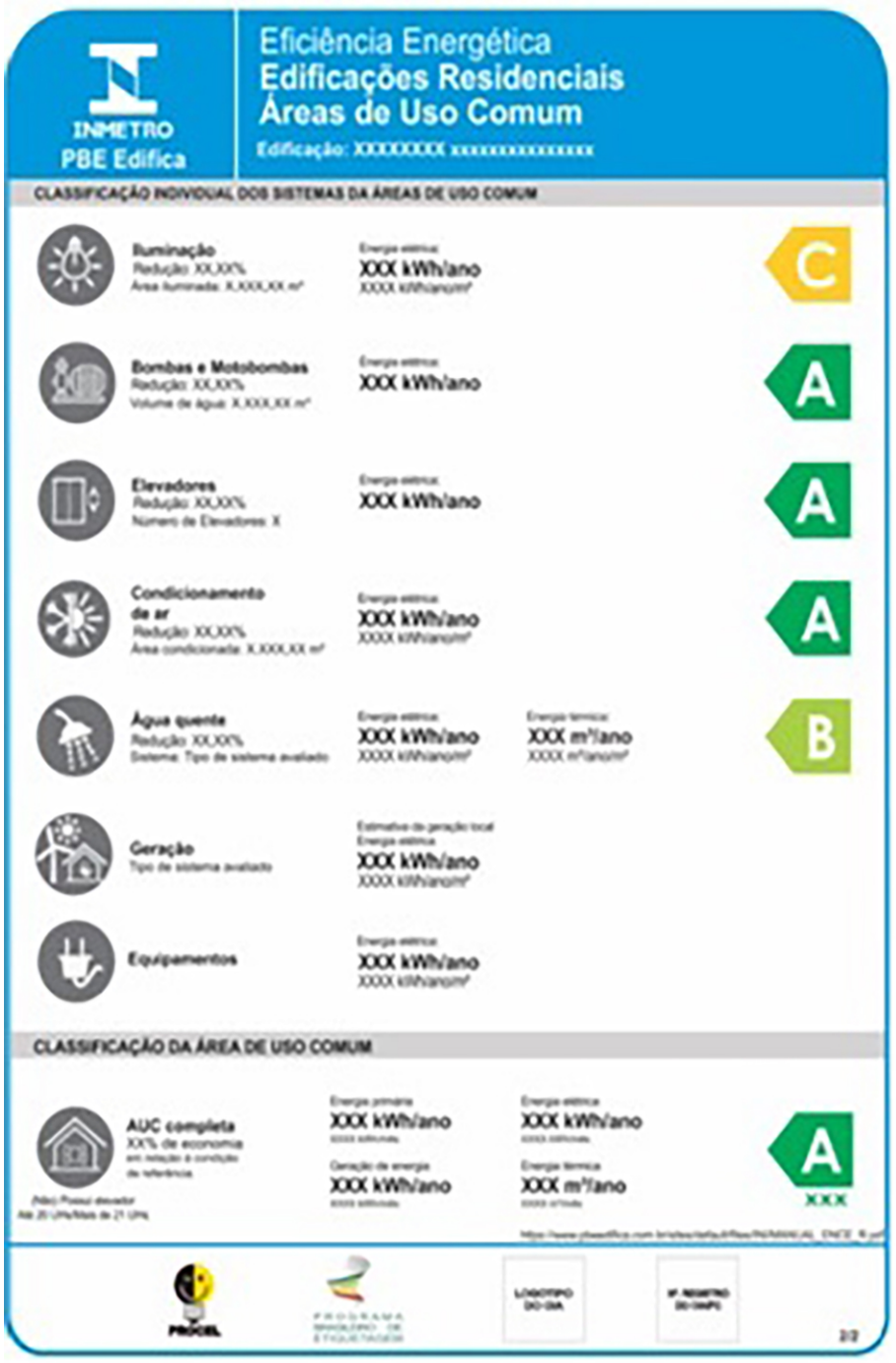
A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída



Figura 9 - Modelo da segunda página da ENCE da AUC:



4. Manual de entendimento da ence

Os Manuais de Entendimento da ENCE de Edificações Comerciais, de Serviços e Publicas, e de Edificações Residenciais, que objetivam o melhor entendimento das informações da ENCE, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

_____

(*) Republicada por ter saído com incorreções no seu original, publicado no D.O.U, de 12 de setembro de 2022, Seção 1, página 30.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 128, de 23 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2022, páginas 113 a 135, seção 1:

1) No item 7.3.4 do Anexo I - Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Equipamentos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, onde se lê:

"7.3.4 O OIA-PP deve capacitar os seus funcionários quanto às seguintes NR: 4, 5, 6, 12, 13, 15, 16, 17, 26, 33 e 35.";

Leia-se:

"7.3.4 O OIA-PP deve atender os requisitos estabelecidos na NR 1 e capacitar os seus funcionários naquelas NR pertinentes às atividades desenvolvidas".

2) No Anexo I - Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP,

Onde se lê:

"Campo 30 - Observações

.....

Nota 5: Deve ser digitada, impressa ou carimbada a seguinte frase: "Quando o conjunto veicular for envolvido em acidente ou apresentar vazamento do produto perigoso transportado, deve ser retido o seu CIPP e enviado à Diois/Cgcre/Inmetro".

Nota 6: Deve ser digitada, impressa ou carimbada a seguinte frase: "São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação."

Nota 7: Na condição de isenção da inspeção veicular para veículos novos e sem registro (0 km), a mesma deve ser registrada.

Nota 8: Deve ser preenchido com o NIEV quando disponível.

Nota 9: Quando se tratar de transplante, devem ser inseridos o VIN (quando disponível), o número da placa de licença do antigo veículo, o número do seu chassi, o CNPJ do transplantador e a sua razão social, e serem mantidos no preenchimento de todos os CIPP subsequentes.

Nota 10: Quando se tratar de reparo/reforma, devem ser inseridos o CNPJ do reparador ou reformador e a sua razão social, e serem mantidos no preenchimento de todos os CIPP subsequentes.

Nota 11: Quando se tratar de inspeção periódica, o número do CIV deve ser informado por um OIA-VA.

Nota 12: Durante o prazo de validade do CIPP, caso seja necessária a inserção de novos números de CIV, a mesma deve ser realizada por um OIA-VA ou por um OIA-PP, e ser validada com carimbo e assinatura do RT ou ST-PP.

Nota 13: Deve ser digitada, impressa ou carimbada a seguinte frase: "Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda esteja contaminado com resíduos."

Nota 14: Quando se tratar de cilindros interligados devem ser preenchido os seus números de série, as datas de validade das suas requalificações e o número do chassi do veículo.

Nota 15: É permitida a inclusão de informações, durante a vigência do CIPP, referentes à mudança de propriedade do equipamento e à placa de licença padrão Mercosul, sem a necessidade da realização de nova inspeção.

Nota 16: Qualquer observação deve ser validada com carimbo e assinatura RT ou ST-PP, após a última inserida.

Nota 17: A extensão do campo não utilizado deve ser anulada com "---".";

Leia-se:

"Campo 30 - Observações

.....

Nota 5: Deve ser digitada, impressa ou carimbada a seguinte frase: "São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação".

Nota 6: Na condição de isenção da inspeção veicular para veículos novos e sem registro (0 km), a mesma deve ser registrada.

Nota 7: Deve ser preenchido com o NIEV quando disponível.

Nota 8: Quando se tratar de transplante, devem ser inseridos o VIN (quando disponível), o número da placa de licença do antigo veículo, o número do seu chassi, o CNPJ do transplantador e a sua razão social, e serem mantidos no preenchimento de todos os CIPP subsequentes.

Nota 9: Quando se tratar de reparo/reforma, devem ser inseridos o CNPJ do reparador ou reformador e a sua razão social, e serem mantidos no preenchimento de todos os CIPP subsequentes.

Nota 10: Quando se tratar de inspeção periódica, o número do CIV deve ser informado por um OIA-VA.

Nota 11: Durante o prazo de validade do CIPP, caso seja necessária a inserção de novos números de CIV, a mesma deve ser realizada por um OIA-VA ou por um OIA-PP, e ser validada com carimbo e assinatura do RT ou ST-PP.

Nota 12: Deve ser digitada, impressa ou carimbada a seguinte frase: "Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda esteja contaminado com resíduos"."

Nota 13: Quando se tratar de cilindros interligados devem ser preenchidos os seus números de série, as datas de validade das suas requalificações e o número do chassi do veículo.

Nota 14: É permitida a inclusão de informações, durante a vigência do CIPP, referentes à mudança de propriedade do equipamento e à placa de licença padrão Mercosul, sem a necessidade da realização de nova inspeção.

Nota 15: Qualquer observação deve ser validada com carimbo e assinatura RT ou ST-PP, após a última inserida.

Nota 16: A extensão do campo não utilizado deve ser anulada com "---".".

3) No Anexo M,

Onde se lê:

"38) Contentor Estrutura intercambiável destinada ao transporte de produtos perigosos fracionados, dotada de dispositivos para sua fixação ao veículo, com dimensões distintas dos padrões do container-tanque.

(...)

57) Equipamento Destinado ao Transporte de Produtos Perigosos

Equipamento para o transporte de produtos perigosos à granel, sendo: tanque de carga, tanque comboio, carroçaria (abertas ou fechadas, mecanismo operacional e caçambas basculantes ou intercambiáveis), container-tanque, tanque-silo, tanque de carga sob pressão/vácuo e cilindros interligados.";

Leia-se:

"38) Contentor para granéis

Estrutura intercambiável destinada ao transporte de produtos perigosos à granel, dotada de dispositivos para sua fixação ao veículo, com dimensões distintas dos padrões do container-tanque.

(...)

57) Equipamento destinado ao transporte de produtos perigosos

Equipamento destinado ao transporte de produtos perigosos à granel, dos seguintes tipos: tanque de carga, tanque comboio, carroçaria [aberta, fechada, mecanismo operacional, caçamba basculante e caçamba intercambiável (rollon rolloff)], container-tanque, tanque-silo, tanque de carga sob pressão/vácuo e cilindros interligados.".

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 248, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico que estabelece as diretrizes e requisitos gerais para processos de avaliação de modelo, aprovado pela Portaria Inmetro nº 176/2021; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.009012/2022-58, resolve:

Alterar o item 2 FABRICANTE, das Portarias Inmetro/Dimel nº 190, de 21 de junho de 2011; nº 71, de 15 de maio de 2014 e nº 108, de 18 de julho de 2018, com a inclusão de dois novos fabricantes, e;

Alterar o item 1 REQUERENTE da Portaria Inmetro/Dimel nº 177, de 21 de agosto de 2015, com a inclusão de dois fabricantes, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam. (Aditivo às Portarias Inmetro/Dimel nº 190/2011; nº 71/2014; nº 177/2015 e nº 108/2018).

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 249, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores para consumo de água potável fria e água quente, aprovado pela Portaria Inmetro nº 155/2022; e,

Considerando os elementos constantes no processo Inmetro nº 0052600.000282/2022-01 e do sistema Orquestra nº 2152348, resolve:

Aprovar a família de modelos GLADIATOR, de Medidor de volume de água, tipo mecânico, classe de exatidão 2, marca Arad, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 250, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores para consumo de água potável fria e água quente, aprovado pela Portaria Inmetro nº 155/2022; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.000413/2022-42, resolve:

Aprovar a família de modelos OCTAVE, de medidor de volume de água, tipo eletrônico, classe de exatidão 2, marca Arad, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 251, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 158/2022; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.001821/2022-11, resolve:

Modificar o item 6 SOFTWARE, da Portaria Inmetro/Dimel nº 240, de 20 de dezembro de 2018, publicada no D.O.U. em 27/12/2018, seção 1, página 106, que aprova o modelo DGT/INT, de medidor de velocidade, marca Focalle, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 240/2018).

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 958, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso III do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620612/2022-42, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de Chubb European Group SE, sociedade constituída e existente segundo as leis da França, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria SUSEP/DIR1 nº 78 de 29 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 959, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613172/2022-77, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de HDI SEGUROS S.A., CNPJ nº 29.980.158/0001-57, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de maio de 2022:

I - aumento do capital social em R$ 168.111.760,00, elevando-o para R$ 1.074.624.442,84, dividido em 85.205 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 960, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria SUSEP nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no artigo 12, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, nos artigos 5º e 43 da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.617810/2022-29, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de WILLIS CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA, CNPJ nº 29.981.859/0001-00, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na 30ª alteração de contrato social realizada em 12 de julho de 2022:

I - eleição do Sr. Felinto Sernache Coelho Filho para o cargo de diretor de controles internos da corretora de resseguro WILLIS CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA; e

II - consolidação do contrato social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 961, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.620588/2022-41, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 28 de julho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 962, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.620604/2022-04, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 14.056.028/0001-55, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de julho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 963, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.619337/2022-14, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de EULER HERMES SEGUROS S.A., CNPJ nº 04.573.811/0001-32, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de julho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 964, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608064/2022-82, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de OMINT SEGUROS S.A., CNPJ nº 20.646.890/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2022:

I - eleição de administrador; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 965, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620613/2022-97, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de ODYSSEY REINSURANCE COMPANY, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Estados Unidos da América, cadastrada como ressegurador eventual, conforme Portaria SUSEP/DIR1 nº 29, de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 966, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.611066/2022-59, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 11 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 967, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.616152/2022-58, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de ICATU SEGUROS S.A., CNPJ nº 42.283.770/0001-39, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 968, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.677, de 25 de setembro de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620699/2022-58, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de Endurance Worldwide Insurance Limited, sociedade constituída e existente segundo as leis do Reino Unido, cadastrada como ressegurador eventual, conforme Portaria SUSEP/DIRAT nº 67, de 10 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 969, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620651/2022-40, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de Endurance Assurance Corporation, sociedade organizada e constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware - EUA, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria SUSEP nº 29, de 08 de julho de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 450, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa OBEN BRASIL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 136/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 149/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.003932/2022-15, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa OBEN BRASIL LTDA. CNPJ: 46.002.053/0001-42 e Inscrição SUFRAMA: 21.0171.57-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 136/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 149/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), código SUFRAMA 0674, FILME BIAXIALMENTE ORIENTADO DE POLIPROPILENO (BOPP), código SUFRAMA 2080, e RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 1306, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA) e RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1983;

II - o cumprimento, quando da fabricação de FILME BIAXIALMENTE ORIENTADO DE POLIPROPILENO (BOPP), do Processo Produtivo Básico definido pela pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 169, de 1º de julho de 2016, e Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 29, de 10 de maio de 2017;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SÚMULA DE PARECERES

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7, 8 E 9 DO MÊS DE JUNHO/2022
(Complementar à Publicada no DOU 18/8/2022, Seção 1, pp. 26 a 28)
CONSELHO PLENO

e-MEC: 201801859 Parecer: CNE/CP 11/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Faculdade Abrange Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 14, de 27 de janeiro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade CEDIC (FACEDIC), com sede no município de Franco da Rocha, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 14, de 27 de janeiro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento da Faculdade CEDIC (FACEDIC), com sede na Rua Doze de Outubro, nº 148, bairro Jardim Progresso, no município de Franco da Rocha, no estado de São Paulo Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201806148 Parecer: CNE/CP 12/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: UNIMEO - União Educacional do Médio Oeste Paranaense Ltda. - EPP - Assis Chateaubriand/PR Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 472, de 1º de setembro de 2021, que tratou do credenciamento do Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paraense (CTESOP), com sede no município de Assis Chateubriand, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 472, de 1º de setembro de 2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense (CTESOP), com sede na Avenida Brasil, nº 1.441, bairro Jardim Paraná, no município de Assis Chateaubriand, no estado do Paraná Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201802293 Parecer: CNE/CES 386/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto Paulistano de Ensino e Pesquisa - IPEP - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação e Tecnologia do Sudeste (FASUD), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Educação e Tecnologia do Sudeste (FASUD), com sede na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.752, bairro Água Branca, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201905140 Parecer: CNE/CES 395/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Manaus/AM Assunto: Credenciamento da Faculdade Metropolitana do Pará (Fametro), a ser instalada no município de Santarém, no estado do Pará Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Metropolitana do Pará (FAMETRO), a ser instalada na Avenida Mendonça Furtado, nº 3.016, bairro de Fátima, no município de Santarém, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Biomedicina, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado e Farmácia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202113344 Parecer: CNE/CES 398/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Associação de Ensino Everest - Maringá/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Santa Maria da Glória (UNISMG), por transformação da Faculdade Santa Maria da Glória (SMG), com sede no município de Maringá, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Santa Maria da Glória (UNISMG), por transformação da Faculdade Santa Maria da Glória (SMG), com sede na Rodovia PR-317, nº 298, bairro Parque Industrial, no município de Maringá, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201605025 Parecer: CNE/CES 403/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Associação Educativa Campos Salles - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas Campos Salles (FICS), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas Campos Salles (FICS), com sede na Rua Nossa Senhora da Lapa, nº 284, bairro Lapa, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23000.006202/2022-84 Parecer: CNE/CES 407/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Pitágoras de Tianguá, com sede no município de Tianguá, no estado do Ceará Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Pitágoras de Tianguá, com sede na Rua Vereador Manoel Frota, nº 363, no município de Tianguá, no estado do Ceará, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Editora e Distribuidora Educacional S/A ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Pitágoras de Tianguá Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23000.006200/2022-95 Parecer: CNE/CES 408/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Anhanguera Educacional Participações S/A - Valinhos/SP Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Pitágoras Anhanguera de Santa Cruz do Sul, com sede no município de Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Pitágoras Anhanguera de Santa Cruz do Sul, com sede na Rua Ernesto Alves, nº 1.195, de 1.130 a 1.131, Centro, no município de Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Anhanguera Educacional Participações S/A ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Pitágoras Anhanguera de Santa Cruz do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23000.006197/2022-18 Parecer: CNE/CES 409/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Pitágoras de Petrolina, com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Pitágoras de Petrolina, com sede na Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, nº 696, bairro Vila Eduardo, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Pitágoras de Petrolina Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23001.000260/2022-94 Parecer: CNE/CES 412/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: Caio Santana Evangelista da Silva - Salvador/BA Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, ministrado pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, com sede no município de Londrina, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Caio Santana Evangelista da Silva, no curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, no período de 2020 a 2021, ministrado pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, com sede no município de Londrina, no estado do Paraná, conferindo validade a todas as disciplinas cursadas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23001.000219/2022-18 Parecer: CNE/CES 415/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: Breno Alves de Oliveira - Teixeira de Freitas/BA Assunto: Convalidação dos estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, ministrado pela Faculdade do Sul da Bahia (FASB), com sede no município de Teixeira de Freitas, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Breno Alves de Oliveira, no curso superior de Direito, bacharelado, no período de 2017 a 2021, ministrado pela Faculdade do Sul da Bahia (FASB), com sede no município de Teixeira de Freitas, no estado da Bahia, mantida pela Fundação Francisco de Assis, com sede no mesmo município e estado Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 202023002 Parecer: CNE/CES 421/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: Instituto Invest de Educação Consultoria e Assessoria Ltda. - Cuiabá/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 581, de 7 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 8 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia (INVEST), com sede no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 581, de 7 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia (INVEST), com sede na Rua Adauto Botelho, nº 55, bairro Coophema, campus Coxipó, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23709.000155/2019-92 Parecer: CNE/CES 424/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Associação Educacional e Social Nossa Senhora de Fátima - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 17, de 17 fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 19 de fevereiro de 2021, determinou o descredenciamento institucional da Faculdade Mercúrio, com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa no Despacho nº 17, de 17 de fevereiro de 2021, que determinou o descredenciamento da Faculdade Mercúrio, com sede na Rua Mercúrio, nºs 293 e 1.631, bairro Pavuna, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Voto, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação defina, junto à entidade mantenedora, a responsabilidade sobre guarda e gestão do acervo acadêmico da IES, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202002087 Parecer: CNE/CES 426/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessado: Instituto Nacional de Especialização, Educação e Qualificação Profissional - INEEQ - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 592, de 14 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de História, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 592, de 14 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de História, licenciatura, na modalidade distância, que seria ministrado pela Faculdade de Educação Paulista (FAEP), com sede na Rua Cordeiro da Silva, nº 185, bairro Vila Nova Parada, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820768 Parecer: CNE/CES 428/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Associação Propagadora Esdeva - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 931, de 26 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de agosto de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Educação Física, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Arnaldo Janssen (FAJANSSEN), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 931, de 26 de agosto de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Educação Física, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Arnaldo Janssen (FAJANSSEN), com sede na Praça João Pessoa, nº 200, bairro Funcionários, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: : 201907014 Parecer: CNE/CES 429/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Sociedade Educacional Riograndense Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 580, de 7 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 8 de abril de 2022, autorizou o funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia FTEC de Porto Alegre (FTEC Porto Alegre), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, contudo, determinou a redução de 100 (cem) para 75 (setenta e cinco) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 580, de 7 de abril de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia FTEC de Porto Alegre (FTEC Porto Alegre), com sede na Avenida Assis Brasil, nº 7.765, Anexo Prédio Engenharias e Oficinas, bairro Cristo Redentor, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, com 75 (setenta e cinco) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: : 202008471 Parecer: CNE/CES 430/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: FACEB Educação Ltda. - Bom Despacho/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 596, de 14 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Sistemas de Informação, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Una de Itabira (Una), com sede no município de Itabira, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 596, de 14 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Sistemas de Informação, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Una de Itabira (Una), com sede na Rua Sizenando de Barros, nº 27, Centro, no município de Itabira, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: : 201809386 Parecer: CNE/CES 431/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 434, de 4 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 7 de fevereiro de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 434, de 4 de fevereiro de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), com sede na Rua Cesário Galero, nºs 448/475, bairro Tatuapé, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: : 201928821 Parecer: CNE/CES 433/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.232, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 12 de novembro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Nutrição, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO), com sede no município de Ourinhos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.232, de 11 de novembro de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Nutrição, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO), com sede na Avenida Luiz Saldanha Rodrigues, s/n, Quadra C1-A, bairro Nova Ourinhos, no município de Ourinhos, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:00732.002246/2020-11 Parecer: CNE/CES 434/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Faculdade Interclasse Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.921, de 10 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 13 de dezembro de 2021, determinou o descredenciamento da Faculdade FACESE, com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.921, de 10 de dezembro de 2021, que determinou o descredenciamento da Faculdade FACESE, com sede na Rua Joaquim Nabuco, nº 968, bairro Tingui, no município de Curitiba, no estado do Paraná. Voto, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação defina, junto à entidade mantenedora, a responsabilidade sobre guarda e gestão do acervo acadêmico da IES, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: : 201806753 Parecer: CNE/CES 435/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 612, de 25 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de abril de 2022, autorizou o funcionamento do curso superior de Engenharia de Produção, bacharelado, pleiteado pela Faculdade UNA de Conselheiro Lafaiete, com sede no município de Conselheiro Lafaiete, no estado de Minas Gerais, contudo, determinou a redução de 114 (cento e quatorze) para 57 (cinquenta e sete) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 612, de 25 de abril de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Engenharia de Produção, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade UNA de Conselheiro Lafaiete, com sede na Rua Melvin Jones, nº 90, bairro Campo Alegre, no município de Conselheiro Lafaiete, no estado de Minas Gerais, com 57 (cinquenta e sete) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: : 202112312 Parecer: CNE/CES 436/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: CESAP - Centro de Estudos Avançados Eireli - ME - Vitória/ES Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 592, de 14 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de abril de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Teologia, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade de Vitória, com sede no município de Vitória, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 592, de 14 de abril de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Teologia, bacharelado, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade de Vitória, com sede na Rua Sagrado Coração de Maria, nº 315, bairro Praia do Canto, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo:23001.000723/2021-37 Parecer: CNE/CES 438/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Ledy de Jesus Moura - Urucurituba/AM Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de Medicina, obtido na Universidad Nacional Ecológica, na cidade de Cotoca, na Bolívia Voto do Relator: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de Medicina, obtido por Ledy de Jesus Moura, emitido pela Universidad Nacional Ecológica, na cidade de Cotoca, na Bolívia, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, e da Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 16 de setembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário-Executivo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA GABREITOR/IFSUDMG Nº 884, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria GABREITOR/IFMGSE nº 354/2021, de 27-04-2021, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 78, de 28-04-2021, Seção 2, página 27, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) a proceder à realocação, no SIORG, da Função Gratificada - nível 2 (FG-02), da Secretaria Geral - JFA-SEG/JFA-GAB/Campus JFA para Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, unidade vinculada à Diretoria de Desenvolvimento Institucional do Campus Juiz de Fora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DAMIÃO DE SOUSA VIEIRA JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS

PORTARIA Nº 1.620, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretoria de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria nº 1476/2022, de 11-08-2022, publicada no DOU em 11-08-2022, Seção 1, fls. 52 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.010042/2021-84, resolve:

Prorrogar pelo período de 22-09-2022 a 21-09-2023, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 95/2021, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 129/2021, de 20-09-2021, publicado no DOU de 22-09-2021, Seção 3, fls. 66.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA
Diretor de Processos Seletivos

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 988, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.006857/2022-88; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Administração/Campus de Itabaiana, objeto do Edital nº 006/2022, publicado no D.O.U. em 16/03/2022, e no Correio de Sergipe em 17/03/2022, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Administração Geral.
Disciplinas	Introdução à Administração; Teoria Geral da Administração; Tópicos Especiais em Administração; Administração Pública Brasileira; Direção Estratégica de Empresas; Iniciação Empresarial; Organização, Métodos e Sistemas Administrativos (OMSA); Estágio Supervisionado em Administração I e II; Sociologia das Organizações; Ética dos Negócios e Pesquisa em Administração.
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: KELLY MARIA PAZ E SILVA - 84,69 2º LUGAR: PAULA GONTIJO MARTINS - 79,58 3º LUGAR: ISABELA GONÇALVES DE MENEZES - 74,63 4º LUGAR: JORGE SANTOS NÉRIS - 68,23
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/1999)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 1.133, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 - GAB/UFT

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, designado pelo Decreto Presidencial de 10 de setembro de 2021, publicado no DOU Nº 173, de 13 de setembro de 2021, seção 2, pág. 01, resolve:

Art. 1º - Criar a Função Auxiliar, com designação de gratificação FG-02, subordinada ao setor descrito na coluna "Lotação" conforme a tabela abaixo:

Setor	Lotação	Principais atividades a serem desenvolvidas no processo de transição
Direção do Campus de Palmas	Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica	Assessoria às demandas administrativas do Curso de Engenharia Elétrica e à elaboração e estruturação dos trabalhos da Secretaria Integrada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da publicação.
Palmas, 16 de setembro de 2022.

LUIS EDUARDO BOVOLATO

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.134, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035194/2022-23, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Montani;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0036;

III - município (UF): Baixa Grande do Ribeiro (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 01' 26'' S / 044° 53' 32'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 30 de dezembro de 2026.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3.729/SIA, de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 381.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.136, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017147/2022-06, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Aeroclube de Lucélia - Cmte João Possibom ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0039;

III - município (UF): Lucélia (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 44' 55'' S / 051° 01' 02'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.138, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035411/2022-85, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Pedro;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0852;

III - município (UF): Santa Rita do Trivelato (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 52' 07'' S / 055° 04' 52'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.150, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035645/2022-22, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Cecília II;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0333;

III - município (UF): Corumbá (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 08' 41'' S / 056° 05' 58'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.479/SIA, de 14 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, Seção1, página 4.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.151, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035575/2022-11, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda Novo Horizonte;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0270;

III - município (UF): Miranda (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 02' 23" S / 056° 19' 13" W

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1963/SIA de 11 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2011, Seção 1 Página 33.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029684/2022-91, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda Pratinha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0039;

III - município (UF): Uruçuí (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 07° 50' 18'' S / 044° 20' 26'' W.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 15/SIA de 3 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2018, Seção 1, Página 166.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 9.128, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso II, V, VII e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 39 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, no art. 1º, § 3º da Instrução Normativa nº 121, de 4 de maio de 2018, e na Portaria nº 697, de 28 de fevereiro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.008426/2019-64, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 764, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março 2019, Seção 1, página 39, que dispõe sobre o uso do sistema de solução alternativa de conflitos Consumidor.gov.br pelos transportadores sujeitos à Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, e à Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O transportador deverá informar código classificador, conforme as especificações elencadas e exemplificadas nos anexos desta Portaria, para as manifestações registradas no Consumidor.gov.br, dentro do prazo para sua resposta final ao consumidor.

.....

§ 2º A informação dos dados ou a sua retificação deverá ser feita obrigatoriamente por meio do sistema Portal de Classificação das Reclamações dos Consumidores.

§ 3º O descumprimento pelo transportador do disposto neste artigo configurará as infrações previstas nos itens FDI-VI e RFL-V da Tabela CBA art. 299 do Anexo II da Resolução nº 472, de 2018.

Art. 4º O cadastramento de profissionais com permissão de acesso de usuário administrador ao sistema de que trata o § 2º do art.3º deverá ser solicitado por meio de documento devidamente assinado pelo representante legal da empresa, destinado à GCON, contemplando as seguintes informações de cada usuário:

a) Nome completo;

b) Conta no sistema;

c) Telefone para contato;

d) Endereço de correio eletrônico; e

e) Empresa aérea à qual o usuário informará os dados.

§ 1º O transportador que seja ativado no Consumidor.gov.br após a entrada em vigor desta Portaria tem 2 (dois) dias úteis, contados da data de sua ativação, para designar seus interlocutores com permissão de acesso de usuário administrador.

§ 2º Alterações das permissões de acessos de usuários administradores deverão observar os mesmos procedimentos definidos neste artigo.

§ 3º Os usuários administradores são responsáveis pelas inclusões, alterações e exclusões dos demais usuários com perfil de acesso comum de cada empresa aérea.

§ 4º O descumprimento pelo transportador do disposto neste artigo configurará as infrações previstas nos itens FDI-VI e RFL-V da Tabela CBA art. 299 do Anexo II da Resolução nº 472, de 2018." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria GCON nº 867, de 21 de março de 2019, que aprova o código classificador ANAC para reclamações registradas contra empresas aéreas no Consumidor.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 127, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e pelo art. 4º da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021, considerando o que consta do Processo nº 50300.009887/2022-17 e o teor do Acórdão nº 471-2022, proferido na Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de nº 527, realizada entre 15 e 17/08/2022, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária referente ao período de 10/08/2020 a 30/04/2022, nos termos do art. 34, § 2º da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Maceió, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 22.232.367,71 para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 21,97% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 35,77%.

Art. 2º As novas tarifas, seus limites máximos e a estrutura tarifária para o período subsequente à presente revisão constam nos Anexos desta Deliberação e entrarão em vigor em no máximo até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação desta Deliberação, alterando-se as normas gerais de aplicação existentes.

Art. 3º Autorizar investimentos de R$ 2.014.114,84 (dois milhões, quatorze mil cento e quatorze reais e oitenta e quatro centavos) da Administração do Porto de Maceió na expansão e modernização da infraestrutura comum do Porto Organizado de Maceió, conforme lista e cronograma físico-financeiro que consta da instrução processual, a serem remunerados pelas tarifas, com execução a ser iniciada em até 12 (doze) meses e conclusão em até 36 (trinta e seis) meses, a contar do mês da homologação desta revisão tarifária.

§ 1º Remeter o feito para a Superintendência de Fiscalização e Coordenação de Unidades Regionais (SFC) da ANTAQ, para fiscalização do cronograma físico-financeiro e garantia da adequada contabilização.

§ 2º Os investimentos não executados conforme o cronograma acordado constituirão uma conta de crédito compensatória para a próxima revisão tarifária, sem prejuízo da possibilidade das demais sanções cabíveis.

Art. 4º Determinar que a Administração do Porto de Maceió, conforme requisitos e prazos presentes no art. 14 da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021:

I - revise, atualize e consolide os demais atos administrativos internos que estabeleçam valores e cobranças tarifárias no porto organizado, publicando a lista remodelada e compatibilizada desses atos remanescentes no documento que dará vigência e publicidade à nova estrutura tarifária completa; e

II - encaminhe à Superintendência de Regulação da ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia do documento citado no inciso anterior.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ANEXO I

TARIFAS REVISADAS

NUMERO	GRUPO	TABELA	ITEM	FORMA DE INCIDÊNCIA	NOVA TARIFA COM IMPOSTOS (R$)
1	1	Tabela I	2	Tarifa variável, pela tonelagem de porto bruto da embarcação (TPB / DWT):	---
2			2.1	Para operações de longo curso:	---
3			2.1.1	De carga geral ou de projeto, solta.	2,13
4			2.1.2	De carga geral, conteinerizada.	0,98
5			2.1.3	De granéis sólidos.	---
6			2.1.3.1	Açúcar e Sal	4,23
7			2.1.3.2	Adubo	1,02
8			2.1.3.3	Demais graneis sólidos	2,13
9			2.1.4	De granéis líquidos.	1,6
10			2.1.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,15
11			2.1.9	Com outros fins ou que não movimentam carga ou passageiro, inclusive fundeio para abastecimento.	1,05
12			2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior:	---
13			2.2.1	De carga geral ou de projeto, solta.	2,13
14			2.2.2	De carga geral, conteinerizada.	0,98
15			2.2.3	De granéis sólidos.	---
16			2.2.3.1	Açúcar e Sal	4,23
17			2.2.3.2	Adubo	1,02
18			2.2.3.3	Demais graneis sólidos	2,13
19			2.2.4	De granéis líquidos.	1,6
20			2.2.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,15
21			2.2.9	Com outros fins ou que não movimentam carga ou passageiro, inclusive fundeio para abastecimento.	1,05
22			3	Tarifa fixa para fundeio de embarcações de longo curso, de cabotagem, de navegação interior, de apoio marítimo, por período de 24 horas.	308,75
23	2	Tabela II	1	Para todos os berços	---
24			1.1	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, até o limite de 48 horas:	---
25			1.1.1	Para operações de longo curso no berço.	0,40
26			1.1.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	0,4
27			1.2	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, após 48 horas:	---
28			1.2.1	Para operações de longo curso no berço.	0,4
29			1.2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	0,4
30	3	Tabela III	1	Por tonelada de mercadoria movimentada a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	6,14
31			2	Por contêiner movimentado a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	54,68
32			4	Por passageiro:	---
33			4.1	Embarcado ou desembarcado no porto, cuja origem seja um porto nacional.	38,25
34			4.2	Embarcado ou desembarcado no porto, cuja origem seja um porto internacional.	38,25
35			4.3	Em trânsito, independente da origem.	19,12
36			9	Por tonelada de mercadoria ou carga movimentada em sistemas de conjuntos de equipamentos	2,84
37	5	Tabela V	1	Áreas cobertas:	---
38			1.1	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro, ainda sujeitas ao desembaraço aduaneiro, recebidas em armazéns ou pátios:	---
39			1.1.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,38
40			1.1.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,38
41			1.2	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, recebidas em armazéns ou pátios, por tonelada:	---
42			1.2.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,38
43			1.2.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,38
44			1.3	Contêiner com mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por unidade:	---
45			1.3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,26
46			1.3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	1,26
47			1.4	Contêiner vazio, por unidade:	---
48			1.4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,84
49			1.4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,84
50			1.5	Mercadorias a granel sólido, por tonelada:	---
51			1.5.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	0,28
52			1.5.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	0,28
53	6	Tabela VI	1	Pela utilização de guindaste elétrico de pórtico, por hora ou fração:	---
54			1.1	Com capacidade até 5 toneladas.	268,54
55			1.2	Com capacidade superior a 5 toneladas.	311,58
56			3	Pela utilização de empilhadeira, por hora ou fração:	---
57			3.2	Com capacidade superior a 3 toneladas.	89,73
58			5	Pela utilização de pá carregadeira, por hora ou fração.	99,72
59			6	Pela utilização de grab, por hora ou fração.	17,31
60			12	Pela utilização de moega, por hora ou fração.	7,26
61	7	Tabela VII	1	Pela entrega de água potável, através de tubulação, à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por m³ por mês ou fração.	---
62			1.1	Ressarcimento: tarifa convencionada pela concessionária	Convencional
63			1.2	Tarifa administrativa	30%
64			2	Pela entrega de energia elétrica:	---
65			2.1	à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por kWh por mês ou fração;	---
66			2.1.1	Ressarcimento: tarifa convencionada pela concessionária	---
67			2.1.2	Tarifa administrativa	42,27

68			3	Pelo carregamento ou descarga de mercadoria em veículo de terceiros, por tonelada de carga.	7,53
69			4	Pela pesagem de mercadoria carregada em veículo de terceiros, por veículo de transporte.	0,52
70			9	Pela consolidação ou desconsolidação de contêiner, por unidade.	203,87
71			12	Pelo fornecimento de certidões ou certificados, por unidade.	48,2
72			14	Pela utilização de área coberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	0,24
73			15	Pela utilização de área descoberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	0,24
74	9	Tabela IX	1	Pela utilização de equipamento não especificado, por tonelada	Convencional
75			2	Pela mão-de-obra para movimentação e abertura de volumes para vistoria	Convencional
76			3	Pela remoção e transporte de mercadorias depositada e condenada por ser imprópria ao consumo humano, para vazamento na lixeira, por tonelada.	37,64
77			4	Pela emissão, em papel, de fatura ou nota fiscal	16,62
78			5	Pelo estacionamento de caminhão/carreta vazia ou equipamentos, no interior do Porto Expediente e fora das áreas arrendadas, ou de operações não programadas, por dia ou fração	36,38
79			6	Pela estadia de pequenas embarcações nas instalações Portuárias, por metro linear e por dia ou fração	2,93
80			7	Pelo fornecimento de cartão eletrônico (crachá de acesso), por unidade	36,38
81			8	Pela utilização de contêiner-escritório nas instalações do porto, mediante condições estabelecidas pela Autoridade Portuária, por mês ou fração.	818,55
82			9	Pela utilização das Defensas Especiais Instaladas, por dia ou fração	Convencional

ANEXO II

NORMAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS AO ANEXO III DA RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 61, DE 2021

TABELA	REGRAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS À RES. 61/2021	FRANQUIAS OU ISENÇÕES ADICIONAIS À RES. 61/2021
I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
II - Instalações de Acostagem	(...) 9. As taxas desta Tabela aplicam-se às embarcações que, autorizadas pela Administração do Porto, atracarem a contrabordo de outras atracadas ao cais, com redução de 50%; 11. Na presente Tabela, o mínimo a cobrar corresponde a 100 metros, por embarcação; 12. As manobras serão feitas sob a responsabilidade do Armador, com emprego de pessoal e material da embarcação e preposto do Armador;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	(...) 8. No caso de carga geral ou contêiner, baldeado com descarga para o cais, ou com descarga para trânsito ou, ainda, com descarga para livrar o convés ou porão da embarcação, os valores desta Tabela serão cobrados do Requisitante uma única vez, mesmo ocorrendo posterior recarga na mesma ou em outra embarcação; 9. As taxas desta Tabela serão reduzidas de 50% quando da movimentação de petróleo bruto ou de cargas pelo sistema "Roll-On-Roll-Off", e de 15% quando da movimentação de cargas por cabotagem, permitindo-se a concomitância apenas na movimentação de petróleo bruto; 10. As taxas desta Tabela incidentes sobre o fornecimento de combustível a granel, para consumo de bordo, será reduzida de 50%;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
V - Utilização de Infraestrutura de Armazenagem	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	4. São isentas do pagamento das taxas desta Tabela, as mercadorias armazenadas, quando retiradas nos primeiros 15 dias corridos, exceto as mercadorias em trânsito no Porto de Maceió; 5. São isentos de pagamento das taxas do item 1.4 desta Tabela, os contêineres vazios armazenados quando retirados nos primeiros 30 dias corridos;
VI - Utilização de Equipamentos	6. Mínimo cobrável por requisição e por período diurno ou noturno será correspondente a 04 (quatro) horas;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
VII - Diversos Padronizados	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
IX - Complementares	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
Disposições Gerais	1. As tarifas devidas pelos terminais de uso privativo, pelos arrendatários de instalações portuárias, serão reajustadas de acordo com os critérios previstos nos respectivos contratos. 2. Todos os valores deste tarifário incluem PIS, COFINS e ISS.	

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 10 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 50300.012785/2019-75. Fiscalizada: A A DE LIMA VERDE COMERCIO & SERVIÇOS. CNPJ nº 15.780.935/0001-05. Objeto e Fundamento Legal :

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57 do Regimento Interno, decide pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) à empresa, por prática de infração tipificada no art. 12, inciso VII, da Resolução Normativa nº 13 - ANTAQ, consubstanciada pela exploração de instalação portuária regulada pelo art. 2º, inciso V, da Resolução Normativa nº 13 - ANTAQ, de apoio para embarque e desembarque de passageiros, denominada de PORTO LIMA VERDE, situada no Município de Coari/AM, sem o Registro prévio na ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 875, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.177406/2022-31, decide:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha TRÊS CORAÇÕES (MG) - RIO DE JANEIRO (MG), prefixo 06-0554-60, com as seguintes seções:

I - de BARRA MANSA (RJ) e RESENDE (RJ) para POUSO ALEGRE (MG), SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MG) e TRÊS CORAÇÕES (MG); e

II - de POUSO ALEGRE (MG) e SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MG) para RIO DE JANEIRO (RJ).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão SUPAS nº 834, de 30/08/2022, publicada no DOU nº 167 de 1/09/2022, Seção 1, pág. 105,

Onde se lê: no Art. 1º, Inciso I: "suprimir as linhas NANUQUE (MG) - CANAVIEIRAS (BA), prefixo nº 06-0005-60, e NANUQUE (MG) - EUNAPOLIS (BA), prefixo nº 06-0006-60".

" Leia-se: "suprimir as linhas NANUQUE (MG) - CANAVIEIRAS (BA), prefixo nº 06-0005-00, e NANUQUE (MG) - EUNAPOLIS (BA), prefixo nº 06-0006-00".

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 286, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de via lateral na rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A - Interessado: Auto Posto Tulio Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.068783/2022-80, decide:

Art.1º Autorizar a obra de implantação de via lateral, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP, sob concessão à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., no km 431+940 ao km 432+500 norte, no município de Registro/SP de interesse de Auto Posto Tulio Ltda.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Auto Posto Tulio Ltda e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Auto Posto Tulio Ltda.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 23	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
Via lateral no km 431+940 ao km 432+500 norte da BR-116/SP, em Registro/SP.	220.409,96		7.297.168,84	

DECISÃO SUROD Nº 288, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a travessia de rede de energia elétrica na rodovia BR-365/MG, sob concessão à Concessionária Ecovias do Cerrado S/A - Interessado: CEMIG Distribuição S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.169086/2022-45, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-365/MG, sob concessão à Concessionária Ecovias do Cerrado S/A, por meio de travessia no km 634+825m, no município de Uberlândia/MG de interesse de CEMIG Distribuição S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG Distribuição S/A e a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
(P1) - km 642+520m da BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG	772.295,00		7.908.957,00	
(P2) - km 642+520m da BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG	772.359,00		7.909.097,00	

DECISÃO SUROD Nº 290, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a implantação de ocupação longitudinal e travessia de rede coletora de esgoto na rodovia BR-101/ES, sob concessão à Eco101 Concessionária de Rodovias S.A - Interessado: Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.169684/2022-14, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de ocupação longitudinal e travessia de rede coletora de esgoto, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/ES, sob concessão à Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., no trecho entre o Km 252+400m e o Km 254+300m, no município Serra/ES de interesse de Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. e a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT -Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 24	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
(P1) - km 254+300m da BR-101/ES, no município de Serra/ES	361.645,051		7.775.523,040	
(P2) - km 252+400m da BR-101/ES, no município de Serra/ES (Travessia)	360.276,979		7.776.838,945	
(P3) - km 252+400m da BR-101/ES, no município de Serra/ES (Travessia)	360.245,565		7.776.812,223	

DECISÃO SUROD Nº 294, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a travessia de rede de fibra óptica na rodovia BR-153/SP, sob concessão à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A - Interessado: Way.com provedor banda larga Eireli

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.041258/2022-17, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da rede de fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-153/SP, sob concessão à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., por meio de travessia no km 211+440m, no município de Guaimbê/SP de interesse da empresa Way.com provedor banda larga Eireli

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a empresa Way.com provedor banda larga Eireli e a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Way.com provedor banda larga Eireli		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
(P1) - km 211+440	611992.42		7575862.47	

RETIFICAÇÃO

Na Decisão SUROD nº 182, de 4 de agosto de 2022, publicada no DOU nº 153, de 12 de agosto de 2022, seção 1, pág. 38,

Onde se lê: "Implantação"

Leia-se: "Regularização"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.871, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60021 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY FORCE SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 12.524.159/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2167/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.872, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60750 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IDEAL GUARDIAN SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.317.659/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2216/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.873, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60804 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REGIONAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.987.152/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2116/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.874, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60916 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILÂNCIA PATRULHENSE LTDA, CNPJ nº 00.464.605/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2096/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.875, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62373 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RECOVERYSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 04.852.383/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2192/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.876, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64379 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2127/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.877, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65277 - DELESP/DREX/SR/PF/RR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0171-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Roraima, com Certificado de Segurança nº 2268/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.878, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65642 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERRASEG-SERRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 23.756.390/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2132/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.879, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/68344 - DPF/VAG/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MADS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 29.924.488/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2244/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.888, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46702 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTE REAL SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 32.650.993/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1934/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.889, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/51972 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Concede autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BETA FORCE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 44.121.530/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1796/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.890, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/56219 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRÍPLICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.985.787/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1842/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.891, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/57390 - DPF/GVS/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO GV SHOPPING, CNPJ nº 03.523.170/0001-49 para atuar em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.892, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64500 - DPF/MGA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAZZER & CUTOLO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME, CNPJ nº 11.873.129/0001-20 para atuar no Paraná.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.893, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/66003 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GVS3 SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.241.374/0003-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2288/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.894, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/66447 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Concede autorização à empresa MALAGA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 36.604.850/0001-46, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GRO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 22.514.693/0001-73:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GRO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 22.514.693/0002-54:

1 (um) Revólver calibre 38

Da empresa cedente VERTICE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 22.800.699/0001-07:

10 (dez) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente SQUARE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.394.011/0001-07:

3 (três) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GRO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 22.514.693/0001-73:

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

Da empresa cedente GRO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 22.514.693/0002-54:

12 (doze) Munições calibre 38

Da empresa cedente VERTICE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 22.800.699/0001-07:

140 (cento e quarenta) Munições calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Munições calibre 12

204 (duzentas e quatro) Munições calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.895, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67154 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SJT SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.712.329/0002-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2120/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.896, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/68583 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 10144 de 29/10/2008 à empresa CYGNUS PATRIMONIO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 09.584.898/0001-67, localizada no Estado de SÃO PAULO.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.897, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/69300 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Concede autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0143-57, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1998 (uma mil e novecentas e noventa e oito) Munições calibre .380

1697 (uma mil e seiscentas e noventa e sete) Munições calibre 12

1836 (uma mil e oitocentas e trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.898, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/70636 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Concede autorização à empresa BEST - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.234.289/0001-27, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

33 (trinta e três) Revólveres calibre 38

1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.899, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/71380 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVENG CIVILSAN S/A EMP. ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, CNPJ nº 48.540.421/0001-31 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.900, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/71990 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Concede autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0003-00, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

250 (duzentas e cinquenta) Munições calibre 3803 Cartuchos de lançamento de dardos energizados, referência SPARK 700.Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.901, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/72356 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0022-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2285/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.902, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73240 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA - SATC, CNPJ nº 83.649.830/0001-71 para atuar em Santa Catarina.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.903, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73346 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABC BAILÃO LTDA, CNPJ nº 30.073.607/0001-62 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.904, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73553 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Concede autorização à empresa PLATINUM SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 24.634.993/0001-11, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CYGNUS PATRIMONIO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.584.898/0001-67:

3 (três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.905, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73975 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Concede autorização à empresa CASPSE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.150.118/0001-10, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

10 (dez) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.906, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73989 - DPF/AQA/SP, resolve:

Concede autorização à empresa TERTIUS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 30.715.470/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.907, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74018 - DPF/UDI/MG, resolve:

Concede autorização à empresa MARTINS NUNES SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 36.204.625/0001-12, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente ATTALLA VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 21.309.767/0001-77:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ATTALLA VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 21.309.767/0001-77:

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.908, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74051 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Concede autorização à empresa CACTUS - CENTRO DE INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.151.730/0001-23, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre .380

8857 (oito mil e oitocentas e cinquenta e sete) Munições calibre 12

70000 (setenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.909, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74132 - DPF/PTS/RS, resolve:

Concede autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES FIRE ARMS LTDA, CNPJ nº 04.801.603/0001-43, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

528 (quinhentas e vinte e oito) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

5414 (cinco mil e quatrocentos e quatorze) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

888 (oitocentas e oitenta e oito) Espoletas calibre .380

888 (oitocentos e oitenta e oito) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.910, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74318 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Concede autorização à empresa FIDELYS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 08.819.936/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1070 (uma mil e setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.911, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74322 - DPF/VAG/MG, resolve:

Concede autorização à empresa FIDELYS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 08.819.936/0005-84, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

384 (trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38

304 (trezentas e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.912, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74361 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 66.700.295/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3000 (três mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.913, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74373 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Concede autorização à empresa ALCANCY CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇAS, CNPJ nº 07.028.291/0002-56, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

80000 (oitenta mil) Munições calibre 38

80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Estojos calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

16000 (dezesseis mil) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Estojos calibre .380

16000 (dezesseis mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

PORTARIA Nº 24975467, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08285.002290/2022-11-DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa MAMUTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME., CNPJ 16.920.995/0001-49, localizada no Estado do ESPÍRITO SANTO.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA - ANO 2022 - JARI01 - SPRF-SP
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2022

Às nove horas do dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e dois, foi realizada virtualmente a 8ª (oitava) Reunião Ordinária da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SPRF/SP, sob a Presidência do Sr. Carlos Magno Santos de Argolo, e contou ainda com a participação dos membros Roberto Roggiero Júnior e Fernando Kazuo Nagatomi. O membro João Burke Passos Filho foi substituído pelo membro Roberto Roggiero Júnior, em razão de seu pedido de desvinculação, conforme Termo de Renúncia (42009477). Foram secretariados por Ligia Frias e André Luís de Almeida Bruni. Os trabalhos foram iniciados com a leitura e respectiva aprovação da Ata da última sessão ordinária. Na ordem do dia, foram apreciados 29 Processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

1ª INSTÂNCIA		
DECISÃO		SOMA
1	DEFERIDOS:	
2	INDEFERIDOS	14
3	NÃO CONHECIDOS	15
3.1	por intempestividade	14
3.2	por não comprovar legitimidade de parte	01
3.3	por inépcia da inicial	
3.4	por intempestividade e por não comprovar legitimidade	
3.5	por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN)	
4	SUSPENSOS	
5	ANALISADOS/PRESCRITOS/NÃO AFETOS (Defesa de Autuação, transferência de Responsabilidade, erro de digitação, etc.)	
6	RECONSIDERAÇÃO DE ATO	
	SOMA TOTAL	29

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 1ª INSTÂNCIA:
1 - DEFERIDOS:
2 - INDEFERIDOS:

08657.142984/2019-19	ALFREDO RODRIGUES DA SILVA	R445450398
08658.078566/2021-67	ANTONIO BERNARDES DA SILVA JUNIOR	T530853981
08658.021840/2022-15	C.A. P SERVICOS MEDICOS	R539182702
08650.074642/2021-35	ELIANA LOPES PEREIRA DE ABREU	T533707427
08666.026104/2022-46	FRANCISCO JEFERSON EVANGELISTA LOPES	R580713757
08658.073663/2021-63	JOAO RIBEIRO DOS SANTOS	T532588807
08658.099022/2021-39	JOAO ROBERTO VALENTE	T553370022
08658.087735/2021-50	JUVENAL DA SILVA MAIA	T522101313
08650.013184/2022-49	LC CHIODI TRANSPORTADORA EIRELI	T543016218
08666.029898/2022-08	LEONARDO CEZAR DE SOUZA	T564348805
08650.025128/2022-57	LUCIANA MAGALHÃES PORTO	T546668992
08656.111193/2021-63	MARCOS ROGERIO ALMEIDA	R485534282
08656.109754/2021-64	RENAN CARLOS QUINTAO	R519016254
08658.002315/2022-92	SIDNEI FERREIRA DA ROCHA	T549958215

3 - NÃO CONHECIDOS:
3.1 - INTEMPESTIVO:

08666.013467/2022-11	ANDRE LUIZ DOS SANTOS	R508041325
08650.026466/2022-14	FERNANDA ARENASIO BENITES ALVES DE SOUZA	R367132401
08657.049423/2021-58	JOSE RICARDO MARQUES	R517946335
08658.019752/2022-45	JOSIMEIRE SALES ABEL	T199422893
08658.060956/2020-08	MARIA MADALENA DE SOUZA	T205692125
08657.014785/2022-17	MAURICIO TRILHA DE VARGAS	R396889212
08657.041646/2022-58	MEDSHORE SERVICOS EM SAUDE E SEGURANCA LTDA	R562163549
08657.017438/2022-38	MOACYR HENRIQUE GUEDES	R460985019
08656.057223/2021-89	NEILSON APARECIDO PEREIRA BARBOSA	R516809776
08650.027264/2022-81	OSMIL FRANCISCO DIAS	T179047906
08660.024027/2021-69	RAFAEL ADRIANO ENGEL	R516552503
08650.057369/2021-84	RODRIGO DOS REIS VIEIRA	T521920043
08656.055416/2021-03	SILVAIR ALVES CORREA	T181326237
08650.026372/2022-37	SUPERPESA CIA DE TRANSP ESPECIAIS E INTERMODAIS	T210931515

3.2 - ILEGÍTIMO:

08659.047848/2021-11	MANOEL GONZAGA DA SILVA	T522131913

3.3 - ILEGÍTIMO E INTEMPESTIVO:
3.4 - INÉPCIA DA INICIAL:
3.5 - FALTA DE DOCUMENTO:
4 - PROCESSOS SUSPENSOS (enviados para realização de diligências e esclarecimentos junto ao órgão autuante):
5 - NÃO AFETOS:
6 - RECONSIDERAÇÃO:

CARLOS MAGNO SANTOS DE ARGOLO
SPRF-SP/PRF/MJSP - Presidente/Relator
Suplente

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.140/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.003226/2022-59 Interessada: FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA EMENTA: Averiguação Preliminar em razão de problema apresentado na central multimídia (tela 9'') de veículo vendido pela FCA - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. ("FCA"), após atualizações realizadas nos sistemas operacionais dos aparelhos celulares. Solicitação de esclarecimentos por este Departamento. Informações Prestadas pela averiguada. Ausência de prejuízo ao consumidor. Arquivamento da Averiguação Preliminar. Acolhendo as razões expressas na NOTA TÉCNICA Nº 36/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (SEI 19613859), as quais passam a fazer parte da presente decisão, determino: o arquivamento do presente feito, com fundamento no artigo 33-A, inciso II, do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997; o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Secretário Nacional do Consumidor, para ciência da decisão, nos termos do artigo 33-B do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997; o encaminhamento dos autos para a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, para intimação da interessada, nos termos do artigo 42-A, inciso I, do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997.Publique-se o presente Despacho no Diário Oficial da União.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretora

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 432/2022 de 13/09/2022, 433/2022 de 13/09/2022, 434/2022 de 14/09/2022, 435/2022 de 14/09/2022, 436/2022 de 15/06/2022 e 437/2022 de 15/06/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.010889/2022-11 Requerente: TINKT INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS MINERAIS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: FANGWU CHEN Data Nascimento: 10/05/1978 Passaporte: EJ5043270 País: CHINA Mãe: ZHENG DAI DI Pai: CHEN XIANG.

Processo: 08228.010922/2022-96 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Mun Soo Kim Data Nascimento: 20/02/1994 Passaporte: M32190002 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Eun Sook Cho Pai: Jaedoo Kim.

Processo: 08228.011177/2022-19 Requerente: MOHAMAD DAHHAN Prazo: 02 Anos Imigrante: SAMAR SHEHAB Data Nascimento: 21/03/1988 Passaporte: 012123454 País: SÍRIA Mãe: RIMA ALBASTI Pai: M. ZOUHER SHEHAB.

Processo: 08228.011096/2022-19 Requerente: BBC DO BRASIL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Arthur Kaucher Data Nascimento: 25/11/1991 Passaporte: C4KHJ5HGZ País: ALEMANHA Mãe: Valentina Adamovna Kaucher Pai: Andrej Andreevich Kaucher.

Processo: 08228.011131/2022-83 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Perumal Manimaran Data Nascimento: 09/06/1959 Passaporte: K0049205G País: CINGAPURA Mãe: Umayal Manimaran Pai: Perumal Manimaran.

Processo: 08228.012004/2022-18 Requerente: MINDRAY DO BRASIL - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: MENG TONG Data Nascimento: 30/08/1988 Passaporte: EJ2113906 País: CHINA Mãe: WEI ZHANG Pai: DEZHAO TONG.

Processo: 08228.012104/2022-28 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: YUAN WANG Data Nascimento: 10/01/1997 Passaporte: E94304031 País: CHINA Mãe: DONGCHAN XU Pai: WEIXING WANG.

Processo: 08228.012108/2022-14 Requerente: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: DANIEL TORTOSA ILLANA Data Nascimento: 25/01/1979 Passaporte: PAL711400 País: ESPANHA Mãe: PILAR ILLANA MARTINEZ Pai: DANIEL TORTOSA ORTIZ.

Processo: 08228.012152/2022-16 Requerente: Y&YT ACESSORIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HUAN YANG Data Nascimento: 07/05/1992 Passaporte: EJ4945976 País: CHINA Mãe: FANGQIONG LI Pai: SHUNPING YANG.

Processo: 08228.012219/2022-12 Requerente: BDF NIVEA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANNE ZANDILE MAJOLA Data Nascimento: 17/07/1979 Passaporte: AO6454009 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: THULISILE CONFERENCE DLAMINI Pai: NKOSINATHI EMMANUEL MAJOLA.

Processo: 08228.012211/2022-56 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Daniel da Costa Lindo Data Nascimento: 06/07/1989 Passaporte: C924644 País: PORTUGAL Mãe: Paula Teresa de Almeida Costa Pai: Jorge Manuel Ferreira Lindo.

Processo: 08228.012263/2022-22 Requerente: HOKILA RESTAURANTE CHINES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ZHENHONG WU Data Nascimento: 31/05/1989 Passaporte: EC4371014 País: CHINA Mãe: Yuzhu Huang Pai: Changlei Wu.

Processo: 08228.012267/2022-19 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAEL ALAN MINTHORNE Data Nascimento: 25/07/1985 Passaporte: 504552227 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: GLORIA EUGENIA MERUVIA Pai: BRUCE ALAN MINTHORNE.

Processo: 08228.012270/2022-24 Requerente: BELA PINK FASHION LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JUN YE Data Nascimento: 03/11/1998 Passaporte: EA7357398 País: CHINA Mãe: Chengbi Pan Pai: Ruikun Ye.

Processo: 08228.012319/2022-49 Requerente: CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: RULIANG GUAN Data Nascimento: 07/02/1985 Passaporte: PE2188866 País: CHINA Mãe: LI CHANGQING Pai: GUAN CAIDING.

Processo: 08228.012378/2022-17 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YADONG WANG Data Nascimento: 13/01/1988 Passaporte: EB1311097 País: CHINA Mãe: XIUMEI LI Pai: WENZHONG WANG.

Processo: 08228.012381/2022-31 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YAO QIU Data Nascimento: 10/03/1993 Passaporte: EB8728167 País: CHINA Mãe: MENGHUI HE Pai: HUAIDE QIU.

Processo: 08228.012468/2022-16 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Anjali Verma Data Nascimento: 11/04/1993 Passaporte: Z5999214 País: ÍNDIA Mãe: Anita Devi Pai: Kamlesh Prasad Verma.

Processo: 08228.012530/2022-61 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DMITRII KOPYLOV Data Nascimento: 22/03/1979 Passaporte: 759182016 País: RÚSSIA Mãe: Svetlana Amanova Pai: Yuri Kopylov.

Processo: 08228.012537/2022-83 Requerente: MARIA CLARA VIOTTI BECK Prazo: 02 Anos Imigrante: MA. ELLEN DE LA PEÑA Data Nascimento: 30/05/1976 Passaporte: P9332470B País: FILIPINAS Mãe: Martina villaceran De La Peña Pai: Danilo Cabase De La Peña.

Processo: 08228.012608/2022-48 Requerente: BUNGE ALIMENTOS S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: RIDHISH MUKUND BATAVIA Data Nascimento: 17/04/1995 Passaporte: Z5658121 País: ÍNDIA Mãe: MEENA MUKUND BATAVIA Pai: MUKUND JAGAJIVANDAS BATAVIA.

Processo: 08228.012644/2022-11 Requerente: MELISSA MARTINS FUZARO CAPINAN Prazo: 02 Anos Imigrante: PHURBA KHANDU SHERPA Data Nascimento: 13/03/2003 Passaporte: PA0373833 País: NEPAL Mãe: TIKA SHERPA Pai: LAKPA GALU SHERPA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.012186/2022-19 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JIN HA KIM Data Nascimento: 25/02/1981 Passaporte: C7GYP7945 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012269/2022-16 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MORITZ KONSTANTIN KAUFMANN Data Nascimento: 17/09/1994 Passaporte: CGWXM7GJC País: ALEMANHA.

Processo: 08228.008787/2022-19 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Per Normann Nielsen Data Nascimento: 06/11/1957 Passaporte: 209602668 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.009925/2022-87 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Isuru Sanjeewa Hettiarachchi Data Nascimento: 08/04/1994 Passaporte: N9453492 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.011117/2022-81 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: MARLON DAVID VILLACIS INTRIAGO Data Nascimento: 01/03/1988 Passaporte: 1718214321 País: EQUADOR Imigrante: VIRGILE EMILE GILBERT MEYER Data Nascimento: 03/07/1998 Passaporte: 20AD86013 País: FRANÇA Imigrante: CLEMENT PIERRE GALIFET Data Nascimento: 16/06/1992 Passaporte: 17FC37106 País: FRANÇA Imigrante: JONATHAN JEAN JACQUES PATRICK CAZANAVE-PIN Data Nascimento: 07/01/1995 Passaporte: 17DI08008 País: FRANÇA.

Processo: 08228.011141/2022-19 Requerente: TERMICA SOLUTIONS ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GARY JOHN DOYLE Data Nascimento: 21/05/1951 Passaporte: PB2308889 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.011226/2022-13 Requerente: CONSORCIO KOBRA Prazo: 1 Ano Imigrante: SANG-HOON LEE Data Nascimento: 23/04/1970 Passaporte: M59993873 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.011481/2022-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 23/05/2023 Imigrante: ALEXANDER DANIEL REED Data Nascimento: 11/03/1993 Passaporte: 557062195 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011482/2022-94 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 23/05/2023 Imigrante: ARRAN MCCULLOGH BOAG Data Nascimento: 15/12/1988 Passaporte: 543358642 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011499/2022-41 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ANISH RAVINDRAN Data Nascimento: 03/10/1990 Passaporte: T4426113 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011507/2022-51 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: VINOTH PADMANABHAN Data Nascimento: 31/08/1993 Passaporte: L7233951 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011516/2022-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 23/05/2023 Imigrante: JOHN MICHAEL BUCHAN Data Nascimento: 26/11/1986 Passaporte: 543134411 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011545/2022-11 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JIANGTAO LIU Data Nascimento: 11/03/1990 Passaporte: EC6538028 País: CHINA Imigrante: XIAOBO PAN Data Nascimento: 02/08/1992 Passaporte: EF1452770 País: CHINA.

Processo: 08228.011569/2022-61 Requerente: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: Tomas Balnys Data Nascimento: 14/08/1977 Passaporte: 25419893 País: LITUÂNIA.

Processo: 08228.011598/2022-23 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Cesare Desiderio Bardelli Data Nascimento: 10/12/1963 Passaporte: YA7892178 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.011611/2022-44 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Marco Pesce Data Nascimento: 25/04/1974 Passaporte: YA4741373 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.011614/2022-88 Requerente: IBQ - INDUSTRIAS QUIMICAS S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: Jason Marcel P. Dubois Data Nascimento: 28/07/1993 Passaporte: ES535438 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.011796/2022-97 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YOTA SUZUKI Data Nascimento: 30/07/1989 Passaporte: TR2640328 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012034/2022-16 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KUN LONG Data Nascimento: 09/09/1996 Passaporte: EE8864771 País: CHINA Imigrante: XIAOWEI ZHANG Data Nascimento: 08/07/1996 Passaporte: EF2401821 País: CHINA Imigrante: YU CHEN Data Nascimento: 15/07/1998 Passaporte: EF1524658 País: CHINA Imigrante: ZHENDONG ZHANG Data Nascimento: 05/06/1991 Passaporte: EE8818172 País: CHINA Imigrante: ZHIHONG LIU Data Nascimento: 24/07/1998 Passaporte: EJ5329937 País: CHINA Imigrante: RUIJIE NIU Data Nascimento: 24/08/1993 Passaporte: EC4840935 País: CHINA.

Processo: 08228.012098/2022-17 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PERTTI MIKAEL FAELT Data Nascimento: 14/08/1966 Passaporte: FP4925143 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.012047/2022-87 Requerente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Micah Aleksander Sieglaff Data Nascimento: 23/12/1999 Passaporte: A05184090 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012078/2022-38 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RONALD GEORGE MCVEIGH Data Nascimento: 04/03/1964 Passaporte: 554272621 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012083/2022-41 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: OLIVIER SAVANIER Data Nascimento: 16/12/1972 Passaporte: 18HD93540 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012087/2022-29 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Robert Moga Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: 056577628 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.012091/2022-97 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Catalin Dan Data Nascimento: 04/08/1973 Passaporte: 059253218 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.012103/2022-83 Requerente: KOBELCO MACHINERY DO BRASIL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: JOEL JR. ORATE PALERMO Data Nascimento: 11/03/1973 Passaporte: P8772416B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012119/2022-96 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: XUE CAO Data Nascimento: 14/03/1998 Passaporte: ED8854432 País: CHINA.

Processo: 08228.012118/2022-41 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: DAISAKU KAMADA Data Nascimento: 10/03/1973 Passaporte: TR4909970 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012130/2022-56 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Salvador Baron Data Nascimento: 08/12/1972 Passaporte: AT061042 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.012146/2022-69 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SHUAISHUAI LIU Data Nascimento: 19/07/1986 Passaporte: EE8196726 País: CHINA Imigrante: WEI LIU Data Nascimento: 16/10/1996 Passaporte: EJ3377168 País: CHINA Imigrante: JIAN WANG Data Nascimento: 04/11/1998 Passaporte: EF3584458 País: CHINA Imigrante: HUAJIE LIU Data Nascimento: 27/11/1991 Passaporte: EJ2917962 País: CHINA.

Processo: 08228.012144/2022-71 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: OMAR HERNANDEZ FRANCISCO Data Nascimento: 10/04/1983 Passaporte: G39119910 País: MÉXICO Imigrante: CRISTOBAL RUIZ MONTIEL Data Nascimento: 28/10/1986 Passaporte: N01309886 País: MÉXICO Imigrante: JOSE ANGEL GONZALEZ MARTINEZ Data Nascimento: 02/10/1990 Passaporte: G41755693 País:

MÉXICO Imigrante: WILIAN GARCIA NAJERA Data Nascimento: 13/01/1980 Passaporte: G37101440 País: MÉXICO Imigrante: EUGENIO CORDOVA REYES Data Nascimento: 08/07/1975 Passaporte: N02065411 País: MÉXICO.

Processo: 08228.012200/2022-76 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: GIOVANNI PASTORE Data Nascimento: 27/10/1962 Passaporte: YB2963943 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012147/2022-11 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MICHAEL PROCK Data Nascimento: 15/05/1992 Passaporte: CH1HY2MT6 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012226/2022-14 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MAURI ANTERO REINI Data Nascimento: 19/06/1973 Passaporte: FP2355568 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.012148/2022-58 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOSE MANUEL PORTO OTERO Data Nascimento: 17/03/1969 Passaporte: PAM551808 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012224/2022-25 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JÉRÔME JACKY MARCEL CALVAR Data Nascimento: 19/02/1983 Passaporte: 16FV07117 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012150/2022-27 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: ALAIN LARIVIÉRE Data Nascimento: 27/03/1984 Passaporte: AM549565 País: CANADÁ.

Processo: 08228.012155/2022-51 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Wolfgang Treitinger Data Nascimento: 20/04/1995 Passaporte: CFY5WM1Y4 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012158/2022-93 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: CHRISTOPHER MARTIN CURNOW Data Nascimento: 25/07/1992 Passaporte: 560992718 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012221/2022-91 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: THOMAS CLAYTON MANNING Data Nascimento: 27/05/1984 Passaporte: 535096103 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012174/2022-86 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Domenico de Angelis Data Nascimento: 17/06/1982 Passaporte: YB6609927 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012182/2022-22 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 28/08/2023 Imigrante: Edwin Santiago González Martín Data Nascimento: 24/10/1996 Passaporte: PAH527462 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012177/2022-11 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 23/05/2023 Imigrante: GUILHERME TEIXEIRA SEMEDO DE SOUSA Data Nascimento: 26/03/1997 Passaporte: CC743170 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.012184/2022-11 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Andrea Grandi Data Nascimento: 13/02/1995 Passaporte: YB2445444 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012191/2022-13 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Morgan Donati Data Nascimento: 24/06/1996 Passaporte: YB6449483 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012188/2022-16 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PAUL ROBERT LIDDLE Data Nascimento: 23/06/1965 Passaporte: 538376473 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012207/2022-98 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: STEFAN PITSCHAK Data Nascimento: 18/02/1966 Passaporte: C719NZZW3 País: ALEMANHA Imigrante: SVEN LETHGAU Data Nascimento: 20/03/1975 Passaporte: C1P34CY8V País: ALEMANHA Imigrante: MIRCO JURGEN BLANCK Data Nascimento: 27/06/1976 Passaporte: CHR58N4R5 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012201/2022-11 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Nuno Miguel Almeida Torres Data Nascimento: 15/02/1975 Passaporte: CA248636 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.012204/2022-54 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Roma Manik Sholapurkar Data Nascimento: 24/12/1988 Passaporte: L2786776 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012208/2022-32 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: FARUK BAYKAN Data Nascimento: 28/11/1984 Passaporte: U11312919 País: TURQUIA.

Processo: 08228.012212/2022-17 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: THIBAUD JEROME REVENU SCHWAB Data Nascimento: 07/09/2001 Passaporte: 22EF14867 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012214/2022-91 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MURAT MALKOÇ Data Nascimento: 16/02/1998 Passaporte: U26640909 País: TURQUIA.

Processo: 08228.012218/2022-78 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LEO ALAN MICHEL HELEU Data Nascimento: 25/09/2001 Passaporte: 20DD72246 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012215/2022-34 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Travis Claiborne-Dow Hunter Data Nascimento: 10/10/1991 Passaporte: 665769751 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012223/2022-81 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SERVET MALKOÇ Data Nascimento: 29/03/1996 Passaporte: U26571955 País: TURQUIA.

Processo: 08228.012292/2022-94 Requerente: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: TIANYI LI Data Nascimento: 02/03/1984 Passaporte: E82245407 País: CHINA.

Processo: 08228.012275/2022-57 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: TOBIAS NORBERT KLEEBAUER Data Nascimento: 25/02/1993 Passaporte: CGWMY56HH País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012273/2022-68 Requerente: LIEBHERR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Rudi Wallach Data Nascimento: 20/05/1961 Passaporte: C1VC7N44C País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012276/2022-18 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: AHMAD AKBAR Data Nascimento: 24/04/1990 Passaporte: C0583449 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.012277/2022-46 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARKUS GRAF Data Nascimento: 05/02/1977 Passaporte: CGWX4X3NV País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012278/2022-91 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PATRICK LEBERLE Data Nascimento: 20/12/1979 Passaporte: CGWM6WWJH País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012280/2022-61 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: STEFAN DEEG Data Nascimento: 06/01/1983 Passaporte: C8R9X7RL5 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012282/2022-59 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LEE CHEE ONG Data Nascimento: 27/06/1996 Passaporte: A54589480 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.012281/2022-12 Requerente: ROBERT BOSCH DIRECAO AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARTIN BALLE Data Nascimento: 14/10/1968 Passaporte: C8RL8JFJW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012283/2022-11 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: TUAN RAFEE ABDEEN Data Nascimento: 02/01/1978 Passaporte: N6788134 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.012311/2022-82 Requerente: SAAB DO BRASIL REPRESENTACAO, SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE DEFESA, TRANSPORTE E SISTEMAS DE TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: OLOV REIDAR OSTMAN Data Nascimento: 06/01/1969 Passaporte: AA1111491 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.012314/2022-16 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: SEBASTIAN AKE MALM Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: 36345213 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.012315/2022-61 Requerente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JAN WILL Data Nascimento: 12/11/1974 Passaporte: C1VSXH81V País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012359/2022-91 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JEFFERSON TOLENTINO MASALUNGA Data Nascimento: 06/12/1988 Passaporte: P2483902B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012360/2022-15 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PRASAD NELAPUDI Data Nascimento: 14/05/1974 Passaporte: Z4835543 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012362/2022-12 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANCISCO JR. VIRAY MERCADO Data Nascimento: 07/09/1981 Passaporte: P5340341B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012367/2022-37 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YILI MU Data Nascimento: 01/01/1968 Passaporte: EG5491513 País: CHINA.

Processo: 08228.012368/2022-81 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHOU XIONG Data Nascimento: 08/09/1962 Passaporte: K2490545P País: CINGAPURA.

Processo: 08228.012369/2022-26 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARVIN LIM WEI SHENG Data Nascimento: 19/12/1985 Passaporte: K1063895D País: CINGAPURA.

Processo: 08228.012320/2022-73 Requerente: MECALUX DO BRASIL SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Braulio Grimaldi Cabrera Zongor Data Nascimento: 20/06/1969 Passaporte: PAL550084 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012370/2022-51 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HENG KEN MOH Data Nascimento: 14/10/1982 Passaporte: A54703464 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.012324/2022-51 Requerente: MECALUX DO BRASIL SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Denyz Salazar Mejia Data Nascimento: 31/01/1980 Passaporte: AAJ504512 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012325/2022-12 Requerente: MECALUX DO BRASIL SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jorge Andres Riquelme Coloma Data Nascimento: 10/11/1970 Passaporte: PAB093138 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012354/2022-68 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Cristian Ajderov Data Nascimento: 09/12/1976 Passaporte: 056793165 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.012350/2022-81 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: MICHAEL DUREK Data Nascimento: 04/07/1960 Passaporte: C9HLJ8MOZ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012358/2022-46 Requerente: UPTIME INTERNATIONAL DO BRASIL treinamentos LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KARL DIDRIKSEN Data Nascimento: 04/06/1997 Passaporte: 31749165 País: NORUEGA.

Processo: 08228.012397/2022-43 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: MARCEL PETLIC Data Nascimento: 08/10/1959 Passaporte: EP758673 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.012425/2022-22 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JEDONG KIM Data Nascimento: 29/07/1967 Passaporte: M49084676 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.012439/2022-46 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: BASTIEN DEDIOS GARCIA Data Nascimento: 21/04/1978 Passaporte: 13AP79453 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012449/2022-81 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Syed Daniel Shukri Bin Syed Mohd Tahir Data Nascimento: 27/04/1985 Passaporte: A53162256 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.012451/2022-51 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Anbazhakan Pugalendran Data Nascimento: 16/08/1981 Passaporte: L6775468 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012452/2022-11 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MILTON EFRAIN CONDO MORENO Data Nascimento: 09/01/1978 Passaporte: AAG921661 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012472/2022-76 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSE MANUEL CASTRO AMBRES Data Nascimento: 15/09/1965 Passaporte: PAL585254 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012536/2022-39 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jokke Matti Jantunen Data Nascimento: 30/05/1973 Passaporte: FP5749390 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.012554/2022-11 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KYUNGNO KIM Data Nascimento: 18/10/1978 Passaporte: M312T1350 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.012570/2022-11 Requerente: KUKA SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: BENJAMIN KÜHLKEN Data Nascimento: 13/10/1988 Passaporte: C282PT1VJ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012573/2022-47 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Daniel Christopher Jones Data Nascimento: 07/07/1986 Passaporte: 562584769 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.012575/2022-36 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SREEJITH NAMBIANDATH KARIMPANAKKAL Data Nascimento: 11/12/1988 Passaporte: Z5819948 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012593/2022-18 Requerente: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Leon Joseph Fussell Data Nascimento: 06/08/1977 Passaporte: 524901970 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: David Ewart Data Nascimento: 23/11/1989 Passaporte: 121834182 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Erik Jan Kaptein Data Nascimento: 25/10/1984 Passaporte: BLK5PC730 País: HOLANDA Imigrante: Jelle Bruggeman Data Nascimento: 05/03/1987 Passaporte: BYJF1PH00 País: HOLANDA Imigrante: Sebastiaan Theodurus Marinus Mensch Data Nascimento: 04/11/1992 Passaporte: NWFP7F9L9 País: HOLANDA Imigrante: David Andrew James Knight Data Nascimento: 07/12/1985 Passaporte: 536674906 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Adrianus Dirk De Vroet Data Nascimento: 07/06/1970 Passaporte: NYL974F10 País: HOLANDA.

Processo: 08228.012591/2022-29 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: Stein Erik Skattum Data Nascimento: 21/09/1972 Passaporte: 31732790 País: NORUEGA.

Processo: 08228.012675/2022-62 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: SHRIHARI GOPALKRISHNA YAJURVEDI Data Nascimento: 25/07/1990 Passaporte: Z5667952 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012611/2022-61 Requerente: PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Oliver Lang Data Nascimento: 22/12/1965 Passaporte: P7686348 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.012640/2022-23 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ALFONSO ALVAREZ ESLAVA Data Nascimento: 19/11/1972 Passaporte: G41587478 País: MÉXICO.

Processo: 08228.012645/2022-56 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCO ANTONIO SANTIAGO GALLO Data Nascimento: 20/09/1966 Passaporte: G29639067 País: MÉXICO.

Processo: 08228.012670/2022-31 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Mats Anders Nilsson Data Nascimento: 26/07/1967 Passaporte: 35292706 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.012674/2022-18 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: GONZALO SÁNCHEZ GARCIA Data Nascimento: 05/11/1964 Passaporte: PAC570756 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012681/2022-11 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: MASANOBU NODA Data Nascimento: 15/11/1963 Passaporte: TZ1114307 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012682/2022-64 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Aniello Fusco Data Nascimento: 13/08/1973 Passaporte: YB2963282 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.014438/2022-36 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HUMBERTO FABIAN CORDOVA VEJA Data Nascimento: 06/06/1986 Passaporte: G17888371 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013875/2022-32 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: RUSSEL ALLAN WYVER Data Nascimento: 06/06/1979 Passaporte: TB917993 País: TRINIDAD E TOBAGO.

Processo: 08228.013930/2022-94 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: VINOD KUMAR Data Nascimento: 18/04/1975 Passaporte: W0872362 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.013976/2022-11 Requerente: SONARDYNE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: CHLOE RUTH KENNARD Data Nascimento: 13/02/1993 Passaporte: 538573220 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.014150/2022-61 Requerente: MINERACAO SERRA GRANDE S A Prazo: 180 Dias Imigrante: JEREMÍAS EDUARDO PROBOSTE GARCÉS Data Nascimento: 04/11/1990 Passaporte: F37846364 País: CHILE.

Processo: 08228.014180/2022-78 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: LUIGI IAPILONE CONTE Data Nascimento: 17/06/1981 Passaporte: YA4813677 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014136/2022-68 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PHILLIP CHRISTIAN MARTIN Data Nascimento: 09/12/1989 Passaporte: C75XWCKVT País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014213/2022-81 Requerente: TAMARAMA SONDAGENS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: KIERAN THOMAS MORAN Data Nascimento: 03/05/1973 Passaporte: LK809419 País: NOVA ZELÂNDIA.

Processo: 08228.014262/2022-12 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NIKOLA MASATOVIC Data Nascimento: 22/08/1978 Passaporte: 35338195 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014264/2022-11 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PER ANDERS BOSTROM Data Nascimento: 07/02/1963 Passaporte: 94656023 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014266/2022-17 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ROBIN CHRISTER LARS LARSSON Data Nascimento: 08/03/1996 Passaporte: 35321881 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014273/2022-19 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ERICK INZUNZA VALDES Data Nascimento: 18/10/1982 Passaporte: G25836035 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014275/2022-91 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PATRICK ERNSING Data Nascimento: 25/01/1985 Passaporte: C7GKGGVFG País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014278/2022-25 Requerente: CRODA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Josef Georg Wenig Data Nascimento: 03/09/1968 Passaporte: CFNH1X58T País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014281/2022-49 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PAUL SPIKOVSKI Data Nascimento: 03/01/1991 Passaporte: C2ZX84WVW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014282/2022-93 Requerente: CRODA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Thomas Ambros Hein Data Nascimento: 03/08/1973 Passaporte: CGFWNT39T País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014328/2022-74 Requerente: CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS Prazo: 180 Dias Imigrante: MARTIN MAYER Data Nascimento: 16/04/1989 Passaporte: C84HPP200 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014437/2022-91 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jose Luis Mariscal Gomez Data Nascimento: 05/11/1973 Passaporte: N04451864 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014449/2022-16 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: THEO MOTTER Data Nascimento: 30/10/1963 Passaporte: C75YMR96V País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014516/2022-19 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Heiko Holeczek Data Nascimento: 05/07/1968 Passaporte: C7HGRVRGM País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.011040/2022-48 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: RADA JANCIC Data Nascimento: 29/01/1964 Passaporte: HM188577 País: CANADÁ.

Processo: 08228.011519/2022-84 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KAZUHIDE HINOKIDANI Data Nascimento: 09/01/1958 Passaporte: TZ1266734 País: JAPÃO.

Processo: 08228.011596/2022-34 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CLARENCE LESLIE WOMBLE III Data Nascimento: 25/07/2003 Passaporte: 658517957 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.011600/2022-64 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: BRADLEY WILLIAM DALRICK Data Nascimento: 02/08/2001 Passaporte: 670486072 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.011641/2022-51 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 1 Ano Imigrante: MICHAEL THOMAS BANKS Data Nascimento: 11/02/1972 Passaporte: 505655000 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.011823/2022-21 Requerente: CORNING COMUNICACOES OPTICAS S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: Ryan Alfred Bartholomew Data Nascimento: 03/05/1985 Passaporte: 592652587 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.011825/2022-11 Requerente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: Amanda Nicole Scheirer Data Nascimento: 09/01/1988 Passaporte: 679190925 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012094/2022-21 Requerente: STRATESYS TECNOLOGIAS DA INFORMACAO EIRELI Prazo: 01 Ano Imigrante: SALVADOR SIBAJA VARO Data Nascimento: 18/11/1983 Passaporte: PAJ973838 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012168/2022-29 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Kishan Kumar Data Nascimento: 22/01/1997 Passaporte: P9973129 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012199/2022-81 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Sounak Samanta Data Nascimento: 12/01/1997 Passaporte: T7680336 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012209/2022-87 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Pavithran Mohanakrishnan Data Nascimento: 26/10/1998 Passaporte: T6986076 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012220/2022-47 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Benjamin Markus Gartner Data Nascimento: 04/09/1981 Passaporte: CF5GRJT0W País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012244/2022-12 Requerente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: VIJAY LOURDHUNATHAN ANDREW RAJKUMAR Data Nascimento: 09/02/1978 Passaporte: Z6748388 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012252/2022-42 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Kerr McCowan Data Nascimento: 13/04/1980 Passaporte: 128256643 País: GRÃ-BRETANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.009130/2022-79 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 10/12/2022 Imigrante: ERNANY DE LA CRUZ DE JOSEPH Data Nascimento: 12/11/1961 Passaporte: P6234718B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010796/2022-71 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2022 Imigrante: NONITO CLEMENTIR BAIS Data Nascimento: 05/09/1973 Passaporte: P2768244B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010806/2022-77 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2022 Imigrante: Carlos Jr. Salazar Porciuncula Data Nascimento: 28/07/1961 Passaporte: P6334843A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010902/2022-15 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: BENJAMIN MICHAEL DEAN Data Nascimento: 19/02/1993 Passaporte: 516811942 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011086/2022-67 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Audrius Janavicius Data Nascimento: 17/05/1989 Passaporte: BX57D8BR5 País: HOLANDA.

Processo: 08228.011228/2022-96 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: VIC ANTHONY MAÑAGO TRAGURA Data Nascimento: 17/04/1982 Passaporte: P0347028B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011234/2022-43 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: TERENCE ARCHIBALD FILSON Data Nascimento: 21/04/1960 Passaporte: 510836114 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011250/2022-36 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KENNETH JOHN HADLOCON MENDIOLA Data Nascimento: 17/10/1991 Passaporte: P7209163B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011239/2022-76 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: UMESH SARMA PURUSHOTHAMA Data Nascimento: 10/05/1961 Passaporte: Z3785846 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011241/2022-45 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: LEX IAN I PARREÑO MATEO Data Nascimento: 12/11/1979 Passaporte: P6179560B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011246/2022-78 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MARCIN PAWEL MYSLINSKI Data Nascimento: 06/04/1977 Passaporte: EK3107931 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.011251/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JUNBERT EYAS MUÑOZ Data Nascimento: 30/05/1981 Passaporte: P4604728B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011258/2022-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SOH CHEN YANG Data Nascimento: 28/04/1991 Passaporte: A52482889 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.011261/2022-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: PAWAN KUMAR YADAV Data Nascimento: 27/08/1981 Passaporte: U7893184 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011259/2022-47 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: VASILEIOS BARMPANTONAKIS Data Nascimento: 22/02/1986 Passaporte: AT1256702 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.011289/2022-53 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/06/2023 Imigrante: AGVAN MURADIAN Data Nascimento: 13/12/1976 Passaporte: 15AB33783 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.011530/2022-44 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: THOMAS RENÉ MARCEL DUVINAGE Data Nascimento: 04/09/1993 Passaporte: 21AK48726 País: FRANÇA.

Processo: 08228.011323/2022-91 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ANDREW STEWART ST CARTMAIL FRANCE Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: 511449558 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.011349/2022-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: ALECU-ANDREI CALIN Data Nascimento: 13/04/1984 Passaporte: 058864170 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.011352/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: ABEL ORILLANEDA TEVES Data Nascimento: 18/01/1977 Passaporte: P5396965B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011356/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: JACK LORD DAYUDAY PABILLO Data Nascimento: 16/05/1984 Passaporte: P5484884B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011369/2022-17 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alex Illut Necesario Data Nascimento: 01/06/1961 Passaporte: P6345274A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011403/2022-45 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Prashant Rajaram Kulkarni Data Nascimento: 05/07/1969 Passaporte: S3768129 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011404/2022-91 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Jacques Obiang Oyono Data Nascimento: 24/07/1984 Passaporte: 16GB20005 País: GABÃO.

Processo: 08228.011477/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2022 Imigrante: MICHAEL HINTOG GUEVARRA Data Nascimento: 28/02/1977 Passaporte: P7451053A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011489/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JUAN RALPH ROSA LEGASPI Data Nascimento: 18/02/1982 Passaporte: P6125963B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011544/2022-68 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 23/06/2023 Imigrante: ALF KORSOE Data Nascimento: 28/05/1958 Passaporte: 32940381 País: NORUEGA Imigrante: ANDREY GORNOSTAEV Data Nascimento: 11/03/1981 Passaporte: PA9518615 País: AUSTRÁLIA Imigrante: BRUCE REDVERS MACDONALD WILSON Data Nascimento: 08/03/1970 Passaporte: 564076403 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ALEKSANDER ADAM KOZIK Data Nascimento: 09/07/1994 Passaporte: EJ0597884 País: POLÔNIA Imigrante: ABIODUN TAOHEED SOLOMON AKINYEMI Data Nascimento: 14/09/1977 Passaporte: A11656210 País: NIGÉRIA Imigrante: ASBJOERN OLSEN Data Nascimento: 23/11/1964 Passaporte: 31274299 País: NORUEGA Imigrante: ALF KAARE DAGSLAND Data Nascimento: 08/05/1968 Passaporte: CCC423763 País: NORUEGA Imigrante: ARKADIUSZ DAWID Data Nascimento: 23/11/1974 Passaporte: EH2456714 País: POLÔNIA Imigrante: ALEXANDRE GAVRILKINE Data Nascimento: 27/09/1968 Passaporte: HP59251 País: CANADÁ Imigrante: ARILD HAAKON RIVEDAL Data Nascimento: 26/07/1965 Passaporte: CCC612071 País: NORUEGA.

Processo: 08228.011570/2022-96 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: Garry Narvadez Tisoy Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: P7456914B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011573/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/07/2023 Imigrante: CESAR AUGUSTO MACHADO PINO Data Nascimento: 03/02/1983 Passaporte: 127716325 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.011578/2022-52 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: SONNY TROY DACUMOS GALVEY Data Nascimento: 24/08/1978 Passaporte: P4344502B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011696/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: SERHIY SVYETYUKHA Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: FE498045 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.011698/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: ALVIN NAMOC GALORPORT Data Nascimento: 14/01/1994 Passaporte: P6310699B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011702/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 12/09/2023 Imigrante: HERBERT ROY MIRONDO CRUZ Data Nascimento: 14/08/1982 Passaporte: P8558093A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011703/2022-24 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/03/2023 Imigrante: BRYAN CONDE CANOMON Data Nascimento: 10/03/1984 Passaporte: P5382226B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011704/2022-79 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: JOEBERT COUTINHO Data Nascimento: 29/05/1983 Passaporte: Z4326458 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011705/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: PRAVINKUMAR DUNDAYYA MASTIHOLIMATH Data Nascimento: 29/07/1975 Passaporte: M5327915 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011706/2022-68 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: MARVIN MAGNETICO GUIPO Data Nascimento: 07/03/1981 Passaporte: P7606047A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011707/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 22/03/2023 Imigrante: SOTIRIOS MAKRIPLIS Data Nascimento: 01/02/1980 Passaporte: AT0301262 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.011711/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: FRANCISCO CABRERA COBARRUBIAS Data Nascimento: 04/10/1966 Passaporte: P9749460B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011709/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 22/03/2023 Imigrante: STYLIANOS FOUTRAKIS Data Nascimento: 04/10/1994 Passaporte: AP4301853 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.011757/2022-91 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/05/2023 Imigrante: VITALIJS KULIKOVS Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: LV6493653 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.011758/2022-34 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/05/2023 Imigrante: KARLIS LIEPINS Data Nascimento: 22/06/1994 Passaporte: LV4812976 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.011759/2022-89 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/05/2023 Imigrante: ANDREJS KOKKONENS Data Nascimento: 04/03/1972 Passaporte: LZ4059065 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.011987/2022-59 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 23/02/2023 Imigrante: Neven Milchev Todorov Data Nascimento: 29/06/1992 Passaporte: 388152578 País: BULGÁRIA.

Processo: 08228.011995/2022-11 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Shoumendu Ray Data Nascimento: 27/11/1977 Passaporte: Z3735647 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011997/2022-94 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: EMMANOUIL ZISIS Data Nascimento: 29/01/1986 Passaporte: AP3405129 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.012003/2022-57 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Artur Robert Nowak Data Nascimento: 08/01/1977 Passaporte: EJ1533960 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.012100/2022-41 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Luvimin Jr Tantoy Tubigon Data Nascimento: 19/10/1990 Passaporte: P7947560B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012113/2022-19 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Matthew Peter Loveless Data Nascimento: 11/02/1978 Passaporte: 124037725 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012111/2022-21 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Carlos Jr. Dulla Franco Data Nascimento: 14/04/1978 Passaporte: P8114017B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012115/2022-16 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alexis Ace Cabalhin Catle Data Nascimento: 18/09/1984 Passaporte: P5232438B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012120/2022-11 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 10/01/2024 Imigrante: Nathaniel De Guzman Santiago Data Nascimento: 04/01/1983 Passaporte: P5741847B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012123/2022-54 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Berly Darnel Bouyengou Bissila Data Nascimento: 27/09/1991 Passaporte: 21CC31816 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012122/2022-18 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Gary Falco Decena Data Nascimento: 11/02/1980 Passaporte: P7295603B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012128/2022-87 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Morten Holm Fjaere Data Nascimento: 29/04/1971 Passaporte: 32142011 País: NORUEGA.

Processo: 08228.012141/2022-36 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/06/2023 Imigrante: JERWIN GAÑOLA ALMOJUELA Data Nascimento: 07/09/1994 Passaporte: P3579752 País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012145/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: JOVANEIL CATALUÑA AMOR Data Nascimento: 22/04/1978 Passaporte: P5147465B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012195/2022-18 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: RITCHARD PETER THOMPSON Data Nascimento: 19/03/1974 Passaporte: 120752174 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012197/2022-91 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: RONALD BRAGANZA Data Nascimento: 19/04/1970 Passaporte: Z5011970 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012198/2022-35 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: ALBINO TIZNADO MALDONADO Data Nascimento: 30/12/1979 Passaporte: G36361444 País: MÉXICO.

Processo: 08228.012229/2022-58 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Vladislavs Majorovs Data Nascimento: 16/04/1987 Passaporte: LV4233783 País: LETÔNIA Imigrante: Roberts Griscenko Data Nascimento: 09/12/1997 Passaporte: LV6176551 País: LETÔNIA Imigrante: Jong Min Reilingh Data Nascimento: 05/05/1969 Passaporte: BUC56FF86 País: HOLANDA Imigrante: Eric Jozef Maria van Haaren Data Nascimento: 06/08/1973 Passaporte: BM8RB0K03 País: HOLANDA Imigrante: Frans Maarten Willemse Data Nascimento: 21/08/1969 Passaporte: BX57D8BR5 País: HOLANDA Imigrante: Pim George Izaak Boerjan Data Nascimento: 12/08/1991 Passaporte: BTCC82BB6 País: HOLANDA.

Processo: 08228.012230/2022-82 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Joffrey Teves Tamse Data Nascimento: 02/05/1988 Passaporte: P3086804B País: FILIPINAS Imigrante: PHILIP ESMEJARDA ARCA Data Nascimento: 22/11/1980 Passaporte: P7326514A País: FILIPINAS Imigrante: George Bana-Ag Gomez Data Nascimento: 06/04/1978 Passaporte: P7035426B País: FILIPINAS Imigrante: Wilfredo Dela Cruz Mallari Data Nascimento: 02/01/1966 Passaporte: P5527451B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012232/2022-71 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 13/07/2023 Imigrante: Raymond Anathel Baladad Data Nascimento: 19/09/1979 Passaporte: P7658320B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012254/2022-31 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Muhammad Machrus Data Nascimento: 19/06/1995 Passaporte: C9845632 País: INDONÉSIA Imigrante: Aris Mega Saputra Data Nascimento: 02/11/1995 Passaporte: C7388372 País: INDONÉSIA Imigrante: Khafid Alyahya Nasikun Amin Data Nascimento: 23/04/1998 Passaporte: C8679650 País: INDONÉSIA Imigrante: Ilham Sulolipu Data Nascimento: 01/10/1977 Passaporte: C6582975 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.012249/2022-29 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DARWIN CALA ROSAL Data Nascimento: 14/10/1981 Passaporte: P5633563A País: FILIPINAS Imigrante: JOSE LEGASPI LLENARES Data Nascimento: 26/01/1973 Passaporte: P7563796A País: FILIPINAS Imigrante: GUILLERMO CABAÑERO GAMEZ Data Nascimento: 26/10/1978 Passaporte: P5464533B País: FILIPINAS Imigrante: ARIEL CRUZ MANECLANG Data Nascimento: 27/06/1972 Passaporte: P7678266A País: FILIPINAS Imigrante: Jan emmo hut Data Nascimento: 10/11/1963 Passaporte: NTR3DB9B2 País: HOLANDA Imigrante: CAMILO JR. ADVINCULA LABRO Data Nascimento: 22/02/1983 Passaporte: P6764686B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012242/2022-15 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Danny Solis Enerio Data Nascimento: 30/12/1977 Passaporte: P6746219B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012246/2022-95 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Aime Gildas Mikoueky Data Nascimento: 08/04/1984 Passaporte: 16GB27058 País: GABÃO.

Processo: 08228.012257/2022-75 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Malouard Lydia Arsene Boulingui Nzahou Data Nascimento: 05/07/1977 Passaporte: 19GA48616 País: GABÃO.

Processo: 08228.012265/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: ANGELO LOIZOS BAYADA Data Nascimento: 04/08/1979 Passaporte: K00382973 País: CHIPRE.

Processo: 08228.012268/2022-55 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: John Mcadie Sutherland Data Nascimento: 20/08/1969 Passaporte: 121150998 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012321/2022-18 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: NESTOR TICKLING ENOPEÑA Data Nascimento: 19/10/1973 Passaporte: P5833563B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012348/2022-19 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Elif Nur Bilir Data Nascimento: 02/03/1992 Passaporte: U21570177 País: TURQUIA.

Processo: 08228.012356/2022-57 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Robert Kolecki Data Nascimento: 17/03/1968 Passaporte: EL3362292 País: POLÔNIA Imigrante: Marek Stanislaw Orlowski Data Nascimento: 21/04/1973 Passaporte: EU8267245 País: POLÔNIA Imigrante: Piotr Fal Data Nascimento: 27/05/1970 Passaporte: EU1598258 País: POLÔNIA Imigrante: Marcin Kurkul Data Nascimento: 13/06/1978 Passaporte: EM1294572 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.012352/2022-79 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Edward KAOUAS Data Nascimento: 24/09/1973 Passaporte: AT1814513 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.012357/2022-18 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Sami Mokrani Data Nascimento: 30/05/1969 Passaporte: 15FV21937 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012361/2022-61 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Allan Lachica Buño Data Nascimento: 25/02/1978 Passaporte: P9283699A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012382/2022-85 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: ADAM ROMAN POTRYKUS Data Nascimento: 28/02/1983 Passaporte: EM2428529 País: POLÔNIA Imigrante: MACIEJ PIOTR STEPIEN Data Nascimento: 22/05/1982 Passaporte: EJ5500326 País: POLÔNIA Imigrante: RADOSLAW RYSZARD WALCZAK Data Nascimento: 10/07/1984 Passaporte: ER7166032 País: POLÔNIA Imigrante: KRZYSZTOF PIOTR ZWOLINSK Data Nascimento: 17/03/1987 Passaporte: ET5609700 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.012386/2022-63 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Nurfet Milicevic Data Nascimento: 26/03/1975 Passaporte: 124648429 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.012387/2022-16 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Frederik Lenting Data Nascimento: 12/10/1970 Passaporte: NND962R63 País: HOLANDA.

Processo: 08228.012396/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 10/09/2022 Imigrante: MARK JOSEPH HERRERA CRUZ Data Nascimento: 22/03/1984 Passaporte: P0091896C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012399/2022-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 20/08/2023 Imigrante: JAYSON BALBA ENRIQUEZ Data Nascimento: 03/03/1994 Passaporte: P9676213B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012400/2022-29 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 20/08/2023 Imigrante: FRANCIS ANDRO ILAGAN FRIAS Data Nascimento: 15/03/1992 Passaporte: P4839343B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012405/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/04/2023 Imigrante: ALAN PATRICK JOSEPH DYAS Data Nascimento: 11/11/1959 Passaporte: Z6676479 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012406/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: DANIEL KUCHCZYNSKI Data Nascimento: 26/05/1984 Passaporte: ET6150913 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.012408/2022-95 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: BRYAN CAMARILLO MIER Data Nascimento: 11/12/1986 Passaporte: P7256120B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012410/2022-64 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/09/2023 Imigrante: ANEFI BERKANT Data Nascimento: 20/12/1975 Passaporte: 057617014 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.012413/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: LARS GOTVED JACOBSEN Data Nascimento: 10/12/1963 Passaporte: 213972236 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.012417/2022-86 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: ALBERT CUETO MAGNAYE Data Nascimento: 11/12/1974 Passaporte: P6662140B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012501/2022-16 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: LAWRENCE JOHN HANLON JR Data Nascimento: 27/10/1973 Passaporte: 561455110 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: VALERII PYSARUK Data Nascimento: 22/09/1972 Passaporte: FF110570 País: UCRÂNIA Imigrante: TOMASZ PAWEL KLAR Data Nascimento: 28/04/1978 Passaporte: ES2853442 País: POLÔNIA Imigrante: DANIEL LINDER Data Nascimento: 09/05/1993 Passaporte: EF8477775 País: POLÔNIA Imigrante: SERGEY KOVALEV Data Nascimento: 16/02/1983 Passaporte: 762195742 País: RÚSSIA Imigrante: ALEKSANDER REITHE SKJONG Data Nascimento: 21/05/2001 Passaporte: 34615983 País: NORUEGA.

Processo: 08228.012444/2022-59 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 28/02/2024 Imigrante: Zaldy Mercado Dela Cruz Data Nascimento: 19/09/1966 Passaporte: P8600337B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012496/2022-25 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Abdin Shakhir Bin Zulkefli Data Nascimento: 05/12/1996 Passaporte: A5363290 País: MALÁSIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.011287/2022-64 Requerente: METTLER - TOLEDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: IGNASI ALASTUEY GUIXE Data Nascimento: 26/04/1984 Passaporte: PAH619672 País: ESPANHA.

Processo: 08228.011805/2022-41 Requerente: MARUBENI BRASIL S A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: YUMIKO TANABE Data Nascimento: 09/09/1988 Passaporte: TT 1.768.098 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012339/2022-11 Requerente: TRADBRAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAHIRO MIURA Data Nascimento: 11/04/1976 Passaporte: TR9036873 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012421/2022-44 Requerente: MITSUBA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TORU OGURA Data Nascimento: 11/11/1970 Passaporte: TR 3953399 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012435/2022-68 Requerente: YAMAHA MUSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NAOKI KIRIMURA Data Nascimento: 28/02/1985 Passaporte: TT2348008 País: JAPÃO.

Processo: 08228.012618/2022-83 Requerente: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: SATOSHI HIRAYAMA Data Nascimento: 06/09/1976 Passaporte: TT 1.176.952 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.011849/2022-71 Requerente: DAIKIN AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Meses Imigrante: TAKUMA HORIMOTO Data Nascimento: 10/11/1994 Passaporte: TS2254441 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022

Processo: 08228.013305/2022-42 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 05 Anos Imigrante: BERNARD NKAMZE Data Nascimento: 03/11/1967 Passaporte: AA107535 País: CAMARÕES Mãe: JUSTINE NGUEMKAM Pai: BERNARD TCHAMOZE.

Processo: 08228.014373/2022-29 Requerente: ESPORTE CLUBE PRIMEIRO PASSO VITORIA DA CONQUISTA Prazo: 12 Meses Imigrante: ABDOUL GADIROU BARRY Data Nascimento: 20/08/2001 Passaporte: 000739505 País: GUINÉ Mãe: MAMADOU BELLA DIALLO Pai: THIERNO OUMAR BARRY.

Processo: 08228.014386/2022-14 Requerente: CLUBE ANDRAUS BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: ABDOUL KARIM DIALLO Data Nascimento: 08/10/2001 Passaporte: O05027443 País: GUINÉ Mãe: OUMOU KOULTOUMY DIALLO Pai: HAMIDOU DIALLO.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.010652/2022-13 Requerente: LAURENT POLIDORI Prazo: 2 Anos Imigrante: Laurent Polidori Data Nascimento: 20/03/1965 Passaporte: 20DD03025 País: FRANÇA Mãe: Annie Bouclon Pai: Marcel Polidori.

Processo: 08228.010994/2022-33 Requerente: POWERCHINA INTERNATIONAL GROUP LIMITED DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: JUN ZHOU Data Nascimento: 08/06/1990 Passaporte: PE1981160 País: CHINA Mãe: Yuee Huang Pai: Yunfei Zhou.

Processo: 08228.010998/2022-11 Requerente: POWERCHINA INTERNATIONAL GROUP LIMITED DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: KUANZHONG LI Data Nascimento: 24/05/1982 Passaporte: PE2102315 País: CHINA Mãe: Qianfang Xu Pai: Chaogen Li.

Processo: 08228.011515/2022-12 Requerente: N.P.C. COMERCIO DE ACESSORIOS PARA CELULARES LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: TAO YANG Data Nascimento: 17/03/1990 Passaporte: G22489714 País: CHINA Mãe: Aiming Chen Pai: Shunqing Yang.

Processo: 08228.011672/2022-11 Requerente: KO FENG IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: XUHUI SHI Data Nascimento: 29/01/1998 Passaporte: E93717045 País: CHINA Mãe: RONGMEI XU Pai: JIANPING SHI.

Processo: 08228.012036/2022-13 Requerente: SHENG HONG Prazo: 2 Anos Imigrante: YICHI ZHOU Data Nascimento: 22/03/1995 Passaporte: E09871288 País: CHINA Mãe: JILIAN SHAO Pai: WENGUO ZHOU.

Processo: 08228.012167/2022-84 Requerente: BIJUTERIAS DE FANTASIA EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: HONGLONG XU Data Nascimento: 15/03/1989 Passaporte: E09808449 País: CHINA Mãe: YALAN XU Pai: GUOSUAN XU.

Processo: 08228.012663/2022-38 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 1 Ano Imigrante: Joana Patricia Lourenço Pereira Marques Wallace Data Nascimento: 28/07/1980 Passaporte: CC729287 País: PORTUGAL Mãe: Dalia Maria Ferreira Lourenço Marques Pai: João Luis Pereira Marques.

Processo: 08228.012192/2022-68 Requerente: COOPERVISION DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARIA FERNANDA GUZMAN VARGAS Data Nascimento: 04/12/1987 Passaporte: G31695042 País: MÉXICO Mãe: Maria Isabel Vargas Conde Pai: Fernando Jose Guzmân Salmeron.

Processo: 08228.012521/2022-71 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Lena Noelck Data Nascimento: 09/04/1987 Passaporte: C0FX1Z0K9 País: ALEMANHA Mãe: Antje Noelck Pai: Heinz Jorg Noelck.

Processo: 08228.012683/2022-17 Requerente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Carlos Eduardo Marques de Figueiredo Data Nascimento: 13/08/1980 Passaporte: CB743094 País: PORTUGAL Mãe: Celia Cristina Ceia Marques Gallo Pai: Carlos Alberto Prata Miguel Figueiredo.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.011542/2022-79 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JUAN JESUS QUEZADA MORENO Data Nascimento: 04/09/1993 Passaporte: 559055215 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.008383/2022-25 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ANTONIÑO LINGAD JACOB Data Nascimento: 25/01/1976 Passaporte: P6805582B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011367/2022-11 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 11/02/2023 Imigrante: Oleksandr Tymofyeyev Data Nascimento: 10/10/1987 Passaporte: FA924098 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.011635/2022-11 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 11/02/2023 Imigrante: Bartlomiej Tadeusz Bastian Data Nascimento: 30/08/1981 Passaporte: EU0181244 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.011642/2022-11 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 11/02/2023 Imigrante: Peter Mark Guille Data Nascimento: 28/07/1967 Passaporte: 530342879 País: GRÃ-BRETANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 08/2017

Processo: 08228.011939/2022-61 Requerente: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 02 Anos Imigrante: FLORIAN FRIEDRICH HOFER Data Nascimento: 04/01/1977 Passaporte: C4J686FPP País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012086/2022-84 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: 29/08/2024 Imigrante: ANDREAS BERNHARD WESSEL Data Nascimento: 17/10/1960 Passaporte: C4J66V069 País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.009988/2022-33 Requerente: TELEPERFORMANCE CRM S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: WENDY YIRLANNIA QUESADA RAMIREZ Data Nascimento: 07/09/1972 Passaporte: 108340275 País: COSTA RICA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.009427/2022-34 Requerente: ARAPONGA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: MICHEL BRUNO LAUTARD Data Nascimento: 29/05/1959 Passaporte: 14CZ39809 País: FRANÇA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.011039/2022-13 Instituição: CONEGOS REGULARES DA ORDEM DA SANTA CRUZ Prazo: Indeterminado Imigrante: Baudouin Kahindo Makuko Data Nascimento: 17/10/1983 Passaporte: OP 0787598 País: REP. DO CONGO.

Processo: 08228.011322/2022-45 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS DOMINICANAS DA BEATA IMELDA - PROVINCIA NOSSA SENHORA DO ROSARIO Prazo: 24 Meses Imigrante: ESTELA MORENO MONSIVAIS Data Nascimento: 14/09/1985 Passaporte: G40139326 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.011902/2022-32 Requerente: ASSOCIACAO NOVO CAMINHO JUVENIL Prazo: 3 Meses Imigrante: Elena Tului Data Nascimento: 12/11/2000 Passaporte: YB8993408 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.011936/2022-27 Requerente: ASSOCIACAO NOVO CAMINHO JUVENIL Prazo: 3 Meses Imigrante: Simone Causetti Data Nascimento: 29/11/2001 Passaporte: YB 9666208 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.011962/2022-55 Requerente: ASSOCIACAO NOVO CAMINHO JUVENIL Prazo: 3 Meses Imigrante: Eleonora Francescato Data Nascimento: 11/09/1995 Passaporte: YB2539514 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012194/2022-57 Requerente: ASSOCIACAO NOVO CAMINHO JUVENIL Prazo: 3 Meses Imigrante: Eleonora Nervo Data Nascimento: 29/01/1995 Passaporte: YA9213674 País: ITÁLIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.013949/2022-31 Requerente: DOUGLAS AUGUST ALEXANDER OHLBERG Prazo: 14/02/2024 Imigrante: Douglas August Alexander Ohlberg Data Nascimento: 28/06/1955 Passaporte: 566400092 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2018

Processo: 08228.013876/2022-87 Requerente: JANUARIO JOSE MONTEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: JANUÁRIO JOSÉ MONTEIRO Data Nascimento: 01/09/1993 Passaporte: N2409327 País: ANGOLA Mãe: MARIA ANA JOSE Pai: ANTONIO GOMES MONTEIRO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.007970/2022-13 Requerente: HIKVISION DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: fangjun weng Data Nascimento: 18/10/1984 Passaporte: eg8764285 País: CHINA Mãe: suqing fang Pai: peifu weng.

Processo: 08228.009301/2022-61 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: STELLA DE BODE Data Nascimento: 04/02/1968 Passaporte: 531168166 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: DESCONHECIDA Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.009414/2022-65 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: HOWARD MICHAEL DE LEEUW Data Nascimento: 20/10/1964 Passaporte: 567395006 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: ROELOFJE WINTERS DELEEUW Pai: GRIEKO DELEEUW.

Processo: 08228.009416/2022-54 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: MELISSA LYN DE LEEUW Data Nascimento: 13/04/1970 Passaporte: 566560017 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: KAY JOANNE WILSON Pai: CLIFFORD LEE KURTZWEG.

Processo: 08228.009302/2022-12 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Imigrante: LORI LALIBERTE Data Nascimento: 29/01/1973 Passaporte: 549855384 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Delores Ann Pease Pai: Ronald Francis Laliberte.

Processo: 08228.009888/2022-15 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: ELIZABETH BLASI DENNISTON Data Nascimento: 13/08/1984 Passaporte: 566161819 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: ANGELA ANN MACALUSO Pai: ROBERT BRUCE DENNISTON.

Processo: 08228.009887/2022-62 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: SARAH CHRISTINE JARRELL Data Nascimento: 05/08/1994 Passaporte: 556027399 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: SANDRA LEE VERGALLA Pai: GALEN SHAWN JARRELL.

Processo: 08228.009886/2022-18 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: CORRY DANIEL JOHNSON Data Nascimento: 04/07/1977 Passaporte: 578338931 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: CAROL LYNN BUTCHER Pai: MARK EDGAR JOHNSON.

Processo: 08228.010437/2022-12 Requerente: Manuel António Júlio Sapalo Prazo: Indeterminado Imigrante: MANUEL ANTÓNIO JULIO SAPALO Data Nascimento: 29/09/1991 Passaporte: N2551147 País: ANGOLA Mãe: MARIA IMACULADA DA CONCEIÇÃO Pai: ANTÓNIO SAPALO.

Processo: 08228.011448/2022-11 Requerente: RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Joaquin Oliva Fontecha Data Nascimento: 09/02/1991 Passaporte: PAN015096 País: ESPANHA Mãe: Elena Fontecha Rodriguez Pai: Joaquin Oliva Vivar.

Processo: 08228.012337/2022-21 Requerente: HINE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDRAULICOS E PNEUMATICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LUKEN GARAY BERISTAIN Data Nascimento: 01/02/1995 Passaporte: PAJ197443 País: ESPANHA Mãe: María Elena Beristain Mugica Pai: Jose María Garay Iribarren.

Processo: 08228.011996/2022-41 Requerente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKASHI ETO Data Nascimento: 04/07/1974 Passaporte: TK 9.251.020 País: JAPÃO Mãe: FUSAKO ETO Pai: MASAKAZU ETO.

Processo: 08228.012002/2022-11 Requerente: NIPPON SEIKI DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YASUHIKO TACHIKAWA Data Nascimento: 31/01/1973 Passaporte: TZ 2.078.487 País: JAPÃO Mãe: MIE TACHIKAWA Pai: MASAYOSHI TACHIKAWA.

Processo: 08228.012025/2022-17 Requerente: CAMARA DE COMERCIO E INDUSTRIA BRASIL-ALEMANHA DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: KARL-CHRISTIAN ALEXANDER JULIAN VOGT Data Nascimento: 20/08/1994 Passaporte: C4CV3HT1Y País: ALEMANHA Mãe: CHRISTIANE ANNA-LUISE FRIEDERIKE RABE-VOGT Pai: DIETER ROLAND VOGT.

Processo: 08228.012114/2022-63 Requerente: HUANG JIANCHUN Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANMIN XU Data Nascimento: 24/11/1992 Passaporte: E16623330 País: CHINA Mãe: BAOLIAN ZHAO Pai: BINGLIAN XU.

Processo: 08228.012121/2022-65 Requerente: BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S A Prazo: Indeterminado Imigrante: WATARU WATANABE Data Nascimento: 18/07/1980 Passaporte: TT 1.260.814 País: JAPÃO Mãe: TOSHIKO WATANABE Pai: YUJI WATANABE.

Processo: 08228.012125/2022-43 Requerente: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: KEITA ONO Data Nascimento: 08/12/1981 Passaporte: TK 9.747.810 País: JAPÃO Mãe: EIKO ONO Pai: MITSUO ONO.

Processo: 08228.012256/2022-21 Requerente: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: Indeterminado Imigrante: Ivette Idalia Mejia Data Nascimento: 13/02/1989 Passaporte: 561597239 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Maria Idalia Guevara Pai: Julio Cesar Mejia.

Processo: 08228.012274/2022-11 Requerente: ZHANG IMPORTADOS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: LIN ZHEN Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: E96790011 País: CHINA Mãe: Zhang Musai Pai: Lin Guoshui.

Processo: 08228.012310/2022-38 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JAN-CHRISTOPHER PIEN Data Nascimento: 22/01/1990 Passaporte: C3JTNM404 País: ALEMANHA Mãe: INES MARTINA JUPE-PIEN Pai: JURGEN PIEN.

Processo: 08228.012334/2022-97 Requerente: ASSOCIACAO CIDADAO DO MUNDO - CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: Damian Levon Funches Data Nascimento: 02/05/1992 Passaporte: 560671009 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Ninette Lee Preheim Pai: Reginald Levon Funches.

Processo: 08228.012363/2022-59 Requerente: KYB MANUFACTURING DO BRASIL FABRICANTE DE AUTOPECAS S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: SHIN YOKOSHIMA Data Nascimento: 08/06/1968 Passaporte: TR7195179 País: JAPÃO Mãe: AKIKO YOKOSHIMA Pai: SHUICHI YOKOSHIMA.

Processo: 08228.012391/2022-76 Requerente: JANAINA KAPPS KLING SCARPINI GIRASOL CRISTIANO Prazo: Indeterminado Imigrante: RUBYROSE GUINGAN GUMIRAN Data Nascimento: 08/02/1986 Passaporte: P3607323B País: FILIPINAS Mãe: Visitacion Guingan Pai: Roger Gumiran.

Processo: 08228.012395/2022-54 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Imigrante: JUSTIN MORRIS Data Nascimento: 05/05/1978 Passaporte: M00121613 País: BRASIL Mãe: Jill Anne Peterson Pai: Leon Syd Morris.

Processo: 08228.012499/2022-69 Requerente: MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAMARA MARIE MANNINA Data Nascimento: 11/07/1994 Passaporte: 19CA83918 País: FRANÇA Mãe: BETTINA VENTURINI Pai: WALTER FULVIO RENATO MANNINA.

Processo: 08228.012433/2022-79 Requerente: LMR INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: RAGHID WEHBE Data Nascimento: 01/01/1992 Passaporte: LR1684572 País: LÍBANO Mãe: JOUMANA WEHBE Pai: NAZIR WEHBE.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.012096/2022-11 Instituição: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: SELCILIUS RIWU NUGA Data Nascimento: 22/09/1987 Passaporte: B8717984 País: INDONÉSIA Mãe: THERESIA MEIN Pai: MARKUS NUGA.

Processo: 08228.012427/2022-11 Instituição: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHAEL THANH DO Data Nascimento: 02/09/1977 Passaporte: 488675378 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: HUONG TA THI Pai: HIEN DO VAN.

Processo: 08228.012428/2022-66 Instituição: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: GEORGE KINDO Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: P1786560 País: ÍNDIA Mãe: CHRISTINA KINDO Pai: VINCENT KINDO.

Processo: 08228.012431/2022-81 Instituição: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: TEJ KUMAR KULLU Data Nascimento: 11/05/1987 Passaporte: P0573741 País: ÍNDIA Mãe: DELPHINA KULLU Pai: ALBERT KULLU.

Processo: 08228.012447/2022-92 Instituição: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: AGBEKO KOFFI MEVOR Data Nascimento: 19/10/1984 Passaporte: EB554316 País: TOGO Mãe: AMEDESSE DONOU Pai: KOMI MEVOR.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.011327/2022-78 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HAEYOUNG GIL Data Nascimento: 21/07/1981 Passaporte: M76620495 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JEONGAE KIM Pai: MYEONGJONG GIL.

Processo: 08228.011992/2022-61 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 1 Ano Imigrante: KOO WOUN HUR Data Nascimento: 07/07/1995 Passaporte: M57853259 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Seung Joo Lee Pai: Gook Hur.

Processo: 08228.012074/2022-51 Requerente: KAYBEE EXIM DO BRASIL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ASHOK RAVI SANTOSH PONNALA Data Nascimento: 07/06/1983 Passaporte: Z6370919 País: ÍNDIA Mãe: MEENA KUMARI PONNALA Pai: ASHOK KUMAR PONNALA MADHUSUDHAN.

Processo: 08228.012073/2022-13 Requerente: HE CHEN Prazo: 1 Ano Imigrante: GUANG CHEN Data Nascimento: 27/01/1974 Passaporte: E89654456 País: CHINA Mãe: Yinen Sun Pai: Chuanzu Chen.

Processo: 08228.012271/2022-79 Requerente: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: YASONG ZHOU Data Nascimento: 19/07/1993 Passaporte: E69357610 País: CHINA Mãe: DENGQIONG FAN Pai: ZHANPING ZHOU.

Processo: 08228.012335/2022-31 Requerente: JACOBS DOUWE EGBERTS BR COMERCIALIZACAO DE CAFES LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SUSANA HERNANDEZ CRESPO Data Nascimento: 09/11/1970 Passaporte: AAI249177 País: ESPANHA Mãe: FELISA CRESPO Y GARCIA Pai: JAIME HERNANDEZ Y GUILLEM.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.012163/2022-12 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 01 Ano Imigrante: SHINICHI IIJIMA Data Nascimento: 24/01/1989 Passaporte: TK9328857 País: JAPÃO Mãe: Reiko Iijima Pai: Koichi Iijima.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.010183/2022-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/08/2023 Imigrante: Rahul Rajaram Soman Data Nascimento: 27/12/1960 Passaporte: Z2711282 País: ÍNDIA Mãe: PRABHA RAJARAM SOMAN Pai: RAJARAM VINAYAK SOMAN.

Processo: 08228.010321/2022-83 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: VINKO JURIC Data Nascimento: 04/05/1979 Passaporte: 140365645 País: CROÁCIA Mãe: SONJA JURIC Pai: PREDRAG JURIC.

Processo: 08228.011503/2022-71 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 12/09/2022 Imigrante: Ian Mills Data Nascimento: 28/01/1966 Passaporte: 534593712 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Gaynor Lillian Mills Pai: Roger Mills.

Processo: 08228.011517/2022-95 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 11/02/2023 Imigrante: Steven Francis Denis Van de Velde Data Nascimento: 25/03/1970 Passaporte: ES337326 País: BÉLGICA Mãe: Ghislaine Mertens Pai: Leo Charles Ida Van de Velde.

Processo: 08228.012124/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ONASSIS PEPRAH-MARFO Data Nascimento: 03/03/1981 Passaporte: A0004586 País: GANA Mãe: CAROLINE PEPRAH Pai: SETH PEPRAH.

Processo: 08228.012135/2022-89 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Yury Pirozhnikov Data Nascimento: 03/04/1967 Passaporte: 550259178 País: RÚSSIA Mãe: Vera Pirozhnikov Pai: Vladimir Pirozhnikov.

Processo: 08228.012206/2022-43 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Eoin O Sullivan Data Nascimento: 30/01/1976 Passaporte: LB2192176 País: IRLANDA Mãe: Eileen O Sullivan Pai: Peter O Sullivan .

Processo: 08228.012234/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: CATALIN-DAN NICOLAU Data Nascimento: 02/02/1965 Passaporte: 055629095 País: ROMÊNIA Mãe: VICTORIA NICOLAU Pai: PAUL OCTAVIAN NICOLAU.

Processo: 08228.012238/2022-49 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: CRISTIAN BRANDI Data Nascimento: 24/04/1973 Passaporte: 057323958 País: ROMÊNIA Mãe: MARIA BRANDI Pai: ION BRANDI.

Processo: 08228.012338/2022-75 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 31/10/2024 Imigrante: Roy Meldrum Data Nascimento: 30/06/1958 Passaporte: 552414206 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Helen Margaret Meldrum Pai: William Ferguson Meldrum.

Processo: 08228.012416/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/01/2023 Imigrante: ARIS JOSE CADAVID GUZMAN Data Nascimento: 24/02/1992 Passaporte: AT899279 País: COLÔMBIA Mãe: MARIA DE LOS SANTOS GUZMAN MARTINEZ Pai: JUAN JOSE CADAVID POLANCO.

Processo: 08228.012418/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/01/2023 Imigrante: EIDEL LOPEZ AYALA Data Nascimento: 06/12/1971 Passaporte: AU401122 País: COLÔMBIA Mãe: MARIA VICTORIA AYALA HERNADEZ Pai: EIREN LOPEZ PULIDO.

Processo: 08228.012419/2022-75 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/01/2023 Imigrante: RIGOBERTO LOZADA ESPINOSA Data Nascimento: 19/08/1966 Passaporte: AR061629 País: COLÔMBIA Mãe: GRACIELA ESPINOZA Pai: ATANACIO LOZADA TELLEZ.

Processo: 08228.012420/2022-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/01/2023 Imigrante: PEDRO ALEJANDRO ROJAS MATALLANA Data Nascimento: 11/03/1971 Passaporte: AY790176 País: COLÔMBIA Mãe: FLACCILA HERMINDA MATALLANA SANTANA Pai: JAIME ROJAS MANTILLA.

Processo: 08228.012443/2022-12 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HENRI FRANS JOHAN VAN LEEUWEN Data Nascimento: 27/06/1968 Passaporte: BLFF3KJH3 País: HOLANDA Mãe: WILHELMINA SHOPHIA FREDERIKA DE HAAS Pai: HENRI FRANS JOHAN VAN LEEUWEN.

Processo: 08228.012498/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: XU ZHENXU Data Nascimento: 09/06/1973 Passaporte: ED6872089 País: CHINA Mãe: XIUWAN ZHENG Pai: LIQUAN XU.

Processo: 08228.012509/2022-66 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KRISHNA CHAUHAN Data Nascimento: 04/07/1976 Passaporte: S1334908 País: ÍNDIA Mãe: JANAK RAJI DEVI Pai: CHANDRA DEV.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.006416/2022-19 Instituição: IGREJA APOSTOLICA COMUNIDADE DA PAZ Prazo: 1 Ano Imigrante: Hoik Ko Data Nascimento: 05/01/1972 Passaporte: M59397171 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Dongrae Lee Pai: Jewoo Ko.

Processo: 08228.012456/2022-83 Instituição: MOSTEIRO BELEM Prazo: 2 Anos Imigrante: Fabian Lopes Jimenez Data Nascimento: 09/11/1980 Passaporte: AP614255 País: COLÔMBIA Mãe: Luz Marian Jumenez Osorio Pai: Francisco Javier Lopez Valencia.

Processo: 08228.012576/2022-81 Requerente: OTTILIE THERESIA FUCHS Prazo: 2 Anos Imigrante: KYUNGSOOK SONG Data Nascimento: 23/06/1973 Passaporte: M52922504 País: CORÉIA DO SUL Mãe: GWUIOK SHIN Pai: JEONGUN SONG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.011335/2022-14 Requerente: JOVENS COM UMA MISSAO - BELO HORIZONTE Prazo: 1 Ano Imigrante: GERRIDINA SLIJKHUIS Data Nascimento: 05/09/1989 Passaporte: NMJ68B5JB País: HOLANDA Mãe: ALBERTJE RUITENBERG E/V SLIJKHUIS Pai: HARMEN SLIJKHUIS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 17/2017)

Processo: 08228.012353/2022-13 Requerente: THIERRY HENRI EDMOND POMMIER Prazo: 08/09/2024 Imigrante: Thierry Henri Edmond Pommier Data Nascimento: 21/05/1960 Passaporte: 14DV48396 País: FRANÇA Mãe: Odette Pommier Pai: Bernard Pommier.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 20/2017)

Processo: 08228.013495/2022-14 Requerente: GOETHE-INSTITUT SAO PAULO CENTRO CULTURAL BRASIL ALEMANHA Prazo: 02 Anos Imigrante: MATTHIAS MAKOWSKI Data Nascimento: 08/03/1960 Passaporte: C4J6F07ZJ País: ALEMANHA Mãe: KATHARINA MAKOWSKI Pai: HEINRICH MAKOWSKI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 40/2019)

Processo: 08228.009628/2022-31 Requerente: FRANCK GABRIEL JEAN BAPTISTE THEARD Prazo: 2 Anos Imigrante: Franck Gabriel Jean Baptiste Theard Data Nascimento: 16/01/1965 Passaporte: 13CR64958 País: FRANÇA Mãe: Nicole Jeanne Marcelle Remaud Pai: Claude Jean Victor Theard.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 4º c/c 2º, Inciso II)

Processo: 08228.005895/2022-31 Requerente: DAVID RONALD GRAHAM LASOCKI Prazo: 2 Anos Imigrante: David Ronald Graham Lasocki Data Nascimento: 08/01/1947 Passaporte: 649046506, País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Margaret Lasocki Pai: Jan Lasocki.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022

Processo: 08228.013394/2022-27 Requerente: S.A.F BOTAFOGO Prazo: 1 Ano Imigrante: Jacob Christian Montes Data Nascimento: 20/10/1998 Passaporte: 552039146 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Holly Michelle Hoff Pai: Cesar Aurelio Montes.

CONCOMITÂNCIA

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ALEJANDRO QUIROZ CENTENO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na DRAKA COMTEQ CABOS BRASIL S.A. Processo: 08228.011853/2022-38, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.22750/2021-00.

INDEFERIDO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.008177/2022-15 Requerente: JESSICA LYNN REILLY Prazo: 1 Ano Imigrante: Jessica Lynn Reilly Data Nascimento: 12/11/1991 Passaporte: 673330956 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.006634/2022-37 Requerente: ALEJANDRO JOSE MENA BARRIOS Prazo: 1 Ano Imigrante: Alejandro José Mena Barrios Data Nascimento: 05/01/1978 Passaporte: 235179531 País: GUATEMALA.

Processo: 08228.012667/2022-16 Requerente: ANA CRISTINA VEIGA SILVA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANGELA SOFIA SEMEDO FREIRE Data Nascimento: 11/12/1993 Passaporte: PASSAPORTE País: CABO VERDE Mãe: CRISTINA SEMEDO BORGES Pai: FRANCISCO FREIRE LOPES.

Processo: 08228.011047/2022-61 Requerente: VMEX DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Yongqiang Luo Data Nascimento: 28/11/1968 Passaporte: EC4002771 País: CHINA Mãe: Yunxian Xu Pai: Jinchuan Luo.

Processo: 08228.007823/2022-27 Requerente: CARLOS EDUARDO FURTADO REGO Prazo: Indeterminado Imigrante: carlos eduardo furtado rego Data Nascimento: 04/04/1983 Passaporte: c662266 País: PORTUGAL Mãe: maria de fátima medeiros furtado Pai: edmundo da silva rego.

Processo: 08228.010951/2022-58 Requerente: KAMIL MICHAL PLISIKIEWICZ Prazo: 1 Ano Imigrante: Kamil Data Nascimento: 31/12/1987 Passaporte: Passaporte País: POLÔNIA.

Processo: 08228.011956/2022-14 Requerente: CENTRO DE APOIO DOM BOSCO Prazo: 3 Meses Imigrante: Beatrice Clodelli Data Nascimento: 13/12/1999 Passaporte: YBA3497368 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.006932/2022-27 Requerente: COMUNIDADE CATOLICA SHALOM Prazo: 1 Ano Imigrante: ROMARIO YAHIR HERNANDEZ CONTRERAS Data Nascimento: 12/09/2000 Passaporte: PA0731308 País: BRASIL.

Processo: 08228.014370/2022-95 Requerente: NUTRIMENTAL SA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS Prazo: 1 Ano Imigrante: Julio Santiago Casares Antón Data Nascimento: 29/12/1966 Passaporte: PAI145704 País: ESPANHA.

Processo: 08228.009693/2022-67 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 11/04/2022 Imigrante: Sergey Rakunov Data Nascimento: 26/06/1972 Passaporte: 761612997 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.009687/2022-18 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 11/04/2022 Imigrante: Karamveer Data Nascimento: 08/03/1984 Passaporte: U7412792 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009441/2022-38 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 07/06/2024 Imigrante: Celestino Jr. Perocho Buladaco Data Nascimento: 21/04/1979 Passaporte: P7573848A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010765/2022-19 Requerente: ABDULELAH ESSA SHAMLAN Prazo: 02 Anos Imigrante: ABDULELAH ESSA SHAMLAN Data Nascimento: 02/09/1957 Passaporte: 531226237 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012574/2022-91 Requerente: FAMING LIANG Prazo: Indeterminado Imigrante: BING LU Data Nascimento: 09/03/1968 Passaporte: EG3558972 País: CHINA Mãe: YIYUN LIU Pai: XIANGKUAN LU.

Processo: 08228.010059/2022-77 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YONGHUA ZHANG Data Nascimento: 09/12/1998 Passaporte: PE 2186600 País: CHINA Mãe: XIUXIANG WANG Pai: TIANYOU ZHANG.

Processo: 08228.009464/2022-42 Requerente: GRUPO DE ABATE HALAL S/S LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Mutiwu Mohammed Data Nascimento: 27/07/1995 Passaporte: G1972659 País: GANA Mãe: Hamida Kassim Pai: Nafiu Mohammed.

Processo: 08228.009564/2022-79 Requerente: IMAN GHODRATITOOSTANI Prazo: 2 Anos Imigrante: Iman Ghodratitoostani Data Nascimento: 11/09/1982 Passaporte: Passaporte País: IRÃ Mãe: Parvin Ebrahimi Saati Pai: Reza Ghodratitoostani.

Processo: 08228.007834/2022-15 Requerente: paulo sérgio marques da silva costa Prazo: 2 Anos Imigrante: paulo sérgio marques da silva costa Data Nascimento: 17/08/1972 Passaporte: g1464600 País: PORTUGAL Mãe: Olinda Leocádia Marques Silva Pai: Antonio Luis Costa.

Processo: 08228.003392/2022-21 Requerente: MD EBRAHIM KHALILULLAH Prazo: 2 Anos Imigrante: MD EBRAHIM KHALILULLAH Data Nascimento: 18/09/1996 Passaporte: EJ0557179 País: BANGLADESH Mãe: MS NASHIMA BEGUM Pai: MD NABIR UDDIN SK.

Processo: 08228.003391/2022-85 Requerente: ABUL KHAER Prazo: 2 Anos Imigrante: ABUL KHAER Data Nascimento: 02/01/1983 Passaporte: EE0108130 País: BANGLADESH Mãe: JAMILA KHATUN Pai: ABDUL KHALEK.

Processo: 08228.003166/2022-49 Requerente: MD JASIM UDDIN Prazo: 2 Anos Imigrante: MD JASIM UDDIN Data Nascimento: 08/08/1994 Passaporte: EA0137898 País: BANGLADESH Mãe: JOSNA BEGUM Pai: MD SHAFIQUL ISLAM.

Processo: 08228.003164/2022-51 Requerente: JAHID HASAN Prazo: 2 Anos Imigrante: JAHID HASAN Data Nascimento: 12/03/1998 Passaporte: BR0944366 País: BANGLADESH Mãe: NARGIS BEGUM Pai: RUHUL AMIN.

Processo: 08228.002669/2022-13 Requerente: MUHAMMAD OMAR FARUK Prazo: 2 Anos Imigrante: MUHAMMAD OMAR FARUK Data Nascimento: 04/07/1994 Passaporte: BQ0205249 País: BANGLADESH Mãe: RAHIMA KHATUN Pai: MUHAMMAD KABIR AHMED.

Processo: 08228.002668/2022-52 Requerente: MIZANUR RAHAMN Prazo: 2 Anos Imigrante: MIZANUR RAHMAN Data Nascimento: 22/12/1984 Passaporte: BR056790 País: BANGLADESH Mãe: MANWARA BEGUM Pai: MUKSHAT ALI.

Processo: 08228.002667/2022-16 Requerente: SAFWAN LOKMAN Prazo: 2 Anos Imigrante: SAFWAN LOKMAN Data Nascimento: 18/03/1985 Passaporte: BR0187631 País: BANGLADESH Mãe: ROMCAN BEGUM Pai: ABUL HOSSAIN.

Processo: 08228.002666/2022-63 Requerente: KAMRUL HASSAN Prazo: 2 Anos Imigrante: KAMRUL HASSAN Data Nascimento: 01/07/1985 Passaporte: EA0537316 País: BANGLADESH Mãe: AYESHA BEGUM Pai: GOLAM ZILANI.

Processo: 08228.002155/2022-41 Requerente: FARUK MIAH Prazo: 2 Anos Imigrante: FARUK MIAH Data Nascimento: 05/01/1988 Passaporte: BY 0488732 País: BANGLADESH Mãe: AKLIMA AKTER Pai: EIDRIS MIAH.

Processo: 08228.002154/2022-13 Requerente: POLASH MIAH Prazo: 2 Anos Imigrante: POLASH MIAH Data Nascimento: 10/04/1989 Passaporte: BN0090237 País: BANGLADESH Mãe: FORIDA BEGUM Pai: TOTA MIAH.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 152, de 11/08/2022, Seção 1, Pág. 68, Processo: 08228.011649/2022-17, onde se lê: Data Nascimento: 04/04/1979; Mãe: CINDY CLAIRE SPULLER; Pai: THOMAS TRUMAN FULLER, leia-se: Data Nascimento: 06/04/1979; Mãe: CINDY SPULLER; Pai: THOMAS FULLER.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 171, de 08/09/2022, Seção 1, Pág. 52, Processo: 08228.011793/2022-53, onde se lê: Pai: CHEN SICHAO; Mãe: FU LI, leia-se: Pai: SICHAO CHEN; Mãe: LI FU.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Interessado: LAMINE GAYE
Processo: 235881.0006977/2020
Código: 007.076
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art. 65, da Lei nº 13.445, em razão do recorrente não ter apresentado a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no inciso II do art. 5°, da Portaria 623/2020.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.079, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MUHAMMAD NISAR - G003619-Y, natural do Paquistão, nascido em 25 de março de 1984, filho de Jehan Ara e de Noor Rehman, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.001244/2020-54).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.080, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

HABIB MOHAMAD AWALI - V141594-V, natural do Líbano, nascido em 12 de fevereiro de 1962, filho de Mohamad Awali e de Hamideh Ali, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.007835/2019-11).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.081, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ZAWRA EL MAJZOUB - G188343-6, natural do Catar, nascida em 21 de março de 2008, filha de Mona Tayseer Adeeb Altakrouri e de Ahmed El Majzoub, residente no Estado São Paulo (Processo nº 08514.004332/2019-01).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.082, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANNA ELIZABETH BOWMAN - G158603-O, natural da Nova Zelândia, nascida em 30 de maio de 1986, filha de Roger Maurice Bowman e de Tanya Jane Harris, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0171031/2022);

LEONARDO JAVIER RODRIGUEZ HERNANDÉZ - V798481-B, natural da Venezuela, nascido 15 de fevereiro de 1977, filho de Leonel Jose Rodriguez e de Nancy Josefina Hernandez de Rodriguez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0000477/2020) e

YARISLEISYS AVILA MACHADO - G347446-B, natural de Cuba, nascida em 12 de dezembro de 1981, filha de Heriberto Angel Avila Diaz e de Ada Rosa Josefa Machado Figueredo, residente no Estado do Rondônia (Processo nº 235881.0013980/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.083, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ELEEN ADEL IBRAHIM KREMA - F433752-V, natural da Líbia, nascida em 03 de julho de 2018, filha de Adel Ibrahim Krema e de Hawwa Ali Abraheem Alareefi, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0134381/2021);

PRINCE NDJIMBO LUKUNGA - G415553-V, natural da República Democrática do Congo, nascido em 25 de abril de 2015, filho de Fiston Ndjimbo Mfumu e de Micky Mutundu Mapela, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109931/2021) e

TRACYBELLE SIRRI AFANWI AZINWI - G428969-G, natural de Camarões, nascida em 15 de março de 2012, filha de Neba Azinwi Chenwi e de Eulalie Chanceline Lum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0105869/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113574/2021
Código: 117.386
Interessado: LUIS FELIPE SOUSA GONZALEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é brasileiro nato, e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0079891/2021.
Código: 081.203
Interessado: MICHELA DAMUS DAMU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente teve como amparo de sua residência o art. 16 c/c art. 18 da Lei nº 6.815 c/c e não convalidou para residência por tempo indeterminado e além disso não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido: Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; Comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; Cópia do documento de viagem internacional e Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102759/2021.
Código: 105.514
Interessado: VOLDY GESSE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e portanto não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106953/2021
Código: 110.210
Interessado: TAMARA INES FUERTES ZENTENO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116058/2021.
Código: 120.085
Interessado: NZUZI KISSOMPA DA CRUZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111147/2021.
Código: 114.731
Interessado: JOMAA AWAD.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111014/2021.
Código: 114.587
Interessado: JAMAL LACHGAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório completa; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada e declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125880/2021.
Código: 130.671
Interessado: EZECHIEL CELESTIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou antecedentes criminais do país de origem e não apresentou as certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0137059/2021.
Código: 142.682
Interessado: OLES ALEXIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido(Certidão de antecedente criminal do pais de origem legalizada e traduzida, antecedente criminal da Justiça Estadual), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086659/2021.
Código: 088.404
Interessado: ABDOU NDIAYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, evidenciando assim o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128191/2021.
Código: 133.101
Interessado: MACKENSON MEZIME.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, apresentando somente: CRNM, Documento internacional de viagem e Comprovante de endereço, evidenciando o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0114960/2021.
Código: 118.882
Interessado: HAGER ADEL HAMED MOSTAFA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução e apresentou documento de capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar e sem a informação de avaliação presencial; bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110117/2021.
Código: 113.617
Interessado: MPEMBELE PATRICIA ELOHIM.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0114202/2021.
Código: 118.048
Interessado: TCHUTCH GOMES MENDES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0107749/2021.
Código: 111.042
Interessado: EDRIX FLERIUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; cópia do documento de viagem internacional e Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104328/2021
Código: 107.277
Interessado: MIRTA ANA ZBRUN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 15 anos anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0074960/2021.
Código: 075.949
Interessado: NERVILUS COLAS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido(Antecedente Criminal do país de origem legalizada e traduzida, Antecedente criminal da Justiça Estadual/Federal) , foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0120728/2021.
Código: 125.120
Interessado: DEODAT RANDOLPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0102770/2021.
Código: 105.530
Interessado: VOLSON GESSE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e portanto não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0091691/2021
Código: 093.738
Interessado: FATOUMATA BINTA BALDE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não comprovou proficiência em língua portuguesa com documento recepcionado no § 4º, do art. 5º da Portaria retromencionada, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091488/2021.
Código: 093.519
Interessado: FAWAZ ALAMEDDINE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e o documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências no prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências contidas nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020".

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091143/2021.
Código: 093.143
Interessado: BENEDICT MAYITILA LUZENGU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou Certidão de Situação de refúgio atualizada emitida pelo CONARE e o comprovante da língua portuguesa apresentado está em desacordo com a Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, notificado a complementar, não respondeu às exigências no prazo previsto, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020".

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113866/2021
Código: 117.668
Interessado: JUNIOR CALIXTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095907/2021.
Código: 098.198
Interessado: ERNICKS GILLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092277/2021.
Código: 094.349
Interessado: COUBAGEAT EL TAOFIK.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado; certidão de casamento atualizada; declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, e, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086792/2021.
Código: 088.547
Interessado: PHANES BAZIL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091484/2021.
Código: 093.515
Interessado: MODOU DIOP.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e não apresentou documento que comprove a residência pelo prazo de 4 anos, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências no prazo previsto, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso II e III do art. 65 da Lei 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020".

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091064/2021.
Código: 093.059
Interessado: ROBERTO MEDEIROS URIOSTE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado válido, foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0075707/2021
Código: 076.728
Interessada: MARIA DEL CARMEN GALDO CORDERO CABRERA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, tais como: Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual; Certidão de antecedentes criminais do país de origem atualizada e documentos suficientes que comprovem a residência pelo período de 15 (quinze) anos. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0079240/2021.
Código: 080.536
Interessado: EMMANUEL GUERRIER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0104844/2021.
Código: 107.816
Interessado: MANOUCHEKA JEUNE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, certidão de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, comprovante de residência válido e atualizado, certificado de curso de português apresentado pelo requerente não está de acordo com a portaria), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0111721/2021.
Código: 115.349
Interessado: TINOEL INTERVIL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115916/2021.
Código: 119.926
Interessado: SAHIL SUNIL BHAMBHANI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115554/2021.
Código: 119.537
Interessado: AMINATA FAYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução) e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084050/2021.
Código: 085.639
Interessado: JEAN BERTRAND DONACIEN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0106051/2021.
Código: 109.205
Interessado: TARAN GRANT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitido pela Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0091295/2021
Código: 093.312
Interessado: DANY GODSON THELY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138458/2021
Código: 144.277
Interessado: SALISSOU MAMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0074750/2021.
Código:075.718
Interessado: MARISLEIDI CORRALES MOREIRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0074516/2021.
Código: 075.468
Interessado: LAURA TERESA AMBROSIO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente, mesmo sendo notificada, não apresentou o comprovante de endereço relativo aos últimos 04 (quatro) anos, não cumprindo assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0146877/2021.
Código: 153.628
Interessado: JEAN DONALD SOUFFRANT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0146890/2021.
Código: 153.647
Interessado: DELES SAINT ERNEST.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem a informação de avaliação presencial, bem como não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, descumprindo às exigências contidas no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e anexo I da Portaria no 623, de 13.11.2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0148144/2021.
Código: 154.963
Interessado: NHIBLO JORGE VICENTE AMONA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou: Certidão de antecedente criminal do País de Origem, traduzida e legalizada, Certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual, Comprovante de situação cadastral CPF e CRNM completa; descumprindo às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e anexo I da Portaria no 623, de 13.11.2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0148310/2021
Código: 155.157
Interessado: SERIGNE SECK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários Como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, atualizada, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0148455/2021
Código: 155.326
Interessado: ZAYLI ESCALONA GARCIA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0148928/2021
Código: 155.863
Interessado: ELHADJI MBOW

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117206/2021.
Código: 121.348
Interessado: MATAR DIOP.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117520/2021.
Código: 121.700
Interessado: KARLA FIORELLA BURGA NORIEGA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117850/2021.
Código: 122.057
Interessado: SIJAN GURUNG.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou

certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; e, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117914/2021.
Código: 122.127
Interessado: RADHAMES MARTINEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118171/2021.
Código: 122.386
Interessado: ANGEL ALFREDO LEYVA RODRÍGUEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127876/2021.
Código: 132.754
Interessado: SHEINA DEISLA NOEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o responsável da requerente foi notificado e não compareceu junto com a requerente, na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, evidenciando assim o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0130617/2021.
Código: 135.658
Interessado: AYESHAH BHUIYAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0146536/2021.
Código: 153.248
Interessado: SYLVAIN ANDRÉ GILBERT BARRÉ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, descumprindo assim às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e anexo I da Portaria no 623, de 13.11.2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0146743/2021.
Código: 153.470
Interessado: LUIS ALBERTO MELIAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116311/2021.
Código: 120.361
Interessado: ENGRACIO CORREIA MANUEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e cópia do documento de viagem internacional, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116333/2021.
Código: 120.399
Interessado: WOODLY SAINT FERY.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e portanto não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116375/2021.
Código: 120.447
Interessado: CARLOS ALFONSO FIDALGO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017 c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116385/2021.
Código: 120.459
Interessado: ERMILOT MONDESIR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido por tradutor oficial no Brasil e comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116465/2021.
Código: 120.555
Interessado: HARIZ JUKA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116793/2021.
Código: 120.902
Interessado: RODOLFO TORRES CHAVEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou cópia do documento de viagem internacional; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017 c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117030/2021.
Código: 121.166
Interessado: LEMOU NGOM.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; e, documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117071/2021.
Código: 121.211
Interessado: ELBIO CENEN CUNA TECHERA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117110/2021.
Código: 121.250
Interessado: MAURO DE OLIVEIRA MAFUCA JOSÉ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117181/2021.
Código: 121.323
Interessado: PAMELA PEREZ GOMEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou cópia do documento de viagem internacional e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115044/2021.
Código: 118.984
Interessado: HASSAN HUSSEIN YASSIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que há divergência de dados entre os documentos do país de origem e a CRNM do requerente, está com o seu nome errado desde o seu primeiro registro no Brasil, e portanto não atende às exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115148/2021.
Código: 119.112
Interessado: CHIMEZIE THADDEUS OKPALEKE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0096216/2021.
Código: 098.518
Interessado: WILBERT DOCTEUR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial e sem histórico escolar, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0072023/2021
Código: 072.894
Interessado: Maria Daniela Garcia Moreno

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0107726/2021.
Código: 111.020
Interessado: GILORME LIMA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certidão de casamento desatualizada (2018), apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso- EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem avaliação presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, alínea "d", parágrafos 4º e 5º da citada Portaria, bem como, devidamente notificado apresentou apenas a tradução da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0094239/2021.
Código: 096.426
Interessado: SIMON CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certificado de curso à distância com a informação de avaliação presencial, foi notificado a complementar em 17 de março de 2022 e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084536/2021.
Código: 086.162
Interessado: FLOR CONSUELO MUNOZ AROTAYPE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, a certidão da Justiça Federal e a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0069375/2021.
Código: 070.122
Interessado: BASHAR ALSSADI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de língua portuguesa sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067440/2021.
Código: 068.067
Interessado: MOHAMAD HAIDAR.

O COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade e apresentou certificado de língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, bem como apresentou número de CPF incorreto, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088134/2021.
Código: 089.927
Interessado: REYSELL AGUILAR QUESADA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado para ao requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal, que não foi apresentada até a presente data, bem como, o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, sem a tradução feita por tradutor juramentado e sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070989/2021.
Código: 071.825
Interessado: ANEL EXANTUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, é necessário juntar a original também, certidão de antecedentes criminais expedida pela justiça estadual da comarca onde reside, certidão de antecedentes criminais da justiça federal, comprovante de residência que esteja no nome do requerente, caso esteja no nome da esposa, apresentar certidão de casamento, passaporte completo), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092479/2021.
Código: 094.552
Interessado: VANESSA KATIUSCA HERNÁNDEZ ARAUJO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais expedida pelo país de origem traduzida e legalizada, certidão de antecedentes criminais da justiça estadual da comarca onde reside, Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, pois o documento apresentado não está previsto no art. 5º, da Portaria nº 623.), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0150208/2021.
Código: 157.314
Interessado: HAMADOU BAMBA BEYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0071797/2021
Código: 072.663
Interessado: HENRY CHIKE AKPU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0096137/2021.
Código: 098.434
Interessado: ANTONIO ISAAC MIGUEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e deixou de apresentar os seguintes documentos: Certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, Comprovantes de residência dos últimos 04 anos e Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088337/2021.
Código: 090.153
Interessado: CHESLYNE DELVA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou Certificado de proficiência em língua portuguesa, bem como não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº

13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0083968/2021.
Código: 085.545
Interessado: NICOLE SALVADOR YENGA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0093462/2021
Código: 095.579
Interessado: JOSUE HERMILUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como, não foi possível comprovar a autenticidade do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086260/2021.
Código: 087.993
Interessado: CONSTANTINO BIAC.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos anteriores à solicitação, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0068411/2021.
Código: 069.084
Interessado: YONAN TARAUNE SUAREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não possui residência por prazo indeterminado pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070437/2021.
Código: 071.231
Interessado: ISELANDE TOUSSAINT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente teve como amparo de sua residência o art. 16 c/c art. 18 da Le nº 6.815 c/c e não convalidou para residência por tempo indeterminado e além disso, não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0070598/2021
Código: 071.405
Interessado: FEDSON JEAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de um ano, certidão da Justiça Estadual e Federal do local onde residia no último ano, bem como, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II e IV, do art. 65 (c/c o inciso III do art. 66, ambos) da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070376/2021.
Código: 071.172
Interessado: JOAO FERNANDO BAYA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido: atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem atualizado e legalizado. Foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento, sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0092931/2021
Código: 095.017
Interessado: ALI NAJM ABOU RAFEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0086266/2021.
Código: 087.999
Interessado: JOYNAL ABEDIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de nascimento da prole brasileira para contagem de redução de prazo, bem como comprovante de residência dos 4 anos anteriores ao pedido, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitido pela Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0063409/2021
Código: 063.687
Interessado: CRISTIANO RAFAEL BARRIGOLA CARVALHO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão das Justiças, Estadual e Federal, e o atestado de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061872/2021
Código: 062.048
Interessado: VÍTOR MIGUEL FERNANDES DIAS DA SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão das Justiças, Estadual e Federal, e a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055058/2021
Código: 055.130
Interessado: MACKENSON MULDOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento recepcionado no § 4º, do art. 5º da Portaria retromencionada, bem como, apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0044159/2021
Código: 044.230
Interessado: ROBENSI CHARLESTON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Atestado original de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, requerente só apresentou a certidão traduzida, curso de português apresentado está em desconformidade com a legislação), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0073589/2021
Código: 074.530
Interessado: JEANETTE JULIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Desta forma, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115277/2021
Código: 119.252
Interessado: NORGE LUIS CARRION SAMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou antecedentes criminais do país de origem e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115419/2021
Código: 119.399
Interessado: ABDUL AZIZ BUTT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução e também, não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115445/2021
Código: 119.425
Interessado: REGINALD PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; e apresentou certificado de língua portuguesa sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115445/2021
Código: 119.425
Interessado: REGINALD PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; e apresentou certificado de língua portuguesa sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114926/2021
Código: 118.850
Interessado: GHENWAH ALCHEIKH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, evidenciando o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0065167/2021
Código: 065.514
Interessado: JEAN PIERRE ARIAS URIBE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado e cópia do documento de viagem internacional; e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0068605/2021
Código: 069.302
Interessado: AZIZ NIANG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106187/2021
Código: 109.363
Interessado: JACOB MANUEL CHIWANGO CHIMUCO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115837/2021
Código: 119.826
Interessado: LAUCENE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109441/2021
Código: 112.873
Interessado: MANUEL ALBERTO DEL VALLE BAPTISTA BIAGGI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114908/2021
Código: 118.833
Interessado: ABASS KA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente: CRNM (somente frente), evidenciando assim não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0107445/2021
Código: 110.742
Interessado: ZAKIR NAMAZO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115669/2021
Código: 119.652
Interessado: ANTÓNIO FABRÍCIO ENCARNAÇÃO GOMES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115669/2021
Código: 119.652
Interessado: ANTÓNIO FABRÍCIO ENCARNAÇÃO GOMES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109030/2021
Código: 112.410
Interessado: IRINA VITALHEVNA CHUPRUNOVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou: certidão de antecedentes criminais do país de origem e certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0076047/2021
Código: 077.075
Interessado: VLADIMIR EIJI KUREDA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é brasileiro nato, e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0076034/2021
Código: 077.062
Interessado: YOUBENSON ARCHELUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, tais como: Certidão da Justiça Estadual e Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem, observadas as regras de legalização e tradução. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0085236/2021
Código: 086.910
Interessado: MARCIO MAXIMILIANO BARCELÓ MANNELLI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como documento que comprove residência e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado bem como dentro do prazo de validade. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0071156/2021
Código: 071.994
Interessado: WENDY CHRISTOPHER CHARLES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, certidão de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, certificado de

curso de português também não foi apresentado pelo requerente), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0075564/2021
Código: 076.584
Interessado: ABDERRAHMANE LASSAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0071041/2021
Código: 071.877
Interessado: PAULA ILAIRE RENFORT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão original de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, legalizada e traduzida, comprovante de endereço válido e atualizado), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0107110/2021
Código: 110.384
Interessado: ESOHE ANGEL ASEMOTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista, que mesmo sendo notificada, a requerente não apresentou: comprovante de situação cadastral do CPF, comprovante de situação cadastral do CPF e todas as páginas do passaporte, bem como apresentou, comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112418/2021
Código: 116.139
Interessado: JAMES GEFFRARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, já que não apresentou documento que comprove a redução de prazo por prole, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual (Estado de Santa Catarina), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0110910/2021
Código: 114.469
Interessado: TOMAS JOSEF VRTISKA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Federal (TRF 3ª Região), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111632/2021
Código: 115.260
Interessado: ALEXANDRE UZOCHUKWU AZALAGHA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0057011/2021
Código: 057.082
Interessado: BOUBOU SACKO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056903/2021
Código: 056.974
Interessado: JOSÉ GREGORIO ROMERO GAMEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como, apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal desatualizada, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056879/2021
Código: 056.950
Interessado: LUTFIEH AL TINAWI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, também deixou de apresentar certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056744/2021
Código: 056.815
Interessado: JIAYAO TAO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056632/2021
Código: 056.703
Interessado: JAHED AHMED SAJU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056632/2021
Código: 056.703
Interessado: JAHED AHMED SAJU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056600/2021
Código 056.671
Interessado: CHESNEL LAHENS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, bem como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056344/2021
Código: 056.415
Interessado: NOURELDIN SALAH MOHAMED ABDELMOTELB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Carteira de Registro Nacional Migratório, comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056339/2021
Código: 056.410
Interessado: IBRAHIM YAHAYA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de proficiência em língua portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056292/2021
Código: 056.363
Interessado: KATHERINE GIL SOLIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056238/2021
Código: 056.309
Interessado: DAIMI FONSECA DELGADO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal de todos os locais onde residiu e Certidão de Antecedentes Criminais emita pelo país de origem atualizada, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055706/2021
Código: 055.777
Interessado: DEIVYS JESUS GONZALEZ MOLINA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência do ano anterior à solicitação, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitidos pela Justiça Estadual e Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055705/2021
Código: 055.776
Interessado: MODOU GUEYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o inseriu documentos referentes a Certidão de Antecedente Criminais em baixa qualidade, não sendo possível a leitura, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055557/2021
Código: 055.629
Interessado: AHMAD YOUSSEF SALEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem fora do prazo de validade, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055501/2021
Código: 055.573
Interessado: DAOUDA SY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou certificado de proficiência em língua Portuguesa em conformidade com a Portaria nº 623 de 2020, junto à apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, tendo em vista que o requerente apresentou o documento fora do prazo de validade, por último, foi solicitado a apresentação da Certidão de Antecedentes Criminais emitido pela Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055228/2021
Código: 055.300
Interessado: LUISANA TORRES CASTELLANOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0054636/2021
Código: 054.708
Interessado: JUAN PABLO GATTO LOPEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais do país de origem e a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa em conformidade com a Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0054574/2021
Código: 054.646
Interessado: PIERRE RICHARD LAZARRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0054210/2021
Código: 054.282
Interessado: JAVIER ERNESTO DIEGUEZ DIAZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a Legalização dos antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0053686/2021
Código: 053.758
Interessado: JOSE ALEXIS BRIZUELA ARMAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, apresentou somente uma tradução sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e fora do prazo de validade. Deixou ainda de apresentar as certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0053441/2021
Código: 053.513
Interessado: GHISNA SALOMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0053401/2021
Código: 053.473
Interessado: ADJA KRA KOUAME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado sem a informação de avaliação presencial e sem histórico escolar, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0053299/2021
Código: 053.371
Interessado: ONAIZE HENRICE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a tradução e sem a legalização pela Embaixada do Brasil no país de origem; bem como apresentou certificado de que sabe se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância, evidenciando assim o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0053295/2021
Código: 053.367
Interessado: GASNET RIVIERE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052783/2021
Código: 052.855
Interessado: SINALPHA DEMOK AHOUE MONDZIA

ACOORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por mais de 2 anos do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052686/2021
Código: 052.757
Interessado: Marc Arthur Joseph

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado para o requerente a apresentação da certidão da Justiça Federal, e que não foi apresentada até a presente data, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052588/2021
Código: 052.659
Interessado: CHINEDU MARCEL ANYANWU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052452/2021
Código: 052.523
Interessado: TREVOR STEEVEN LEMBA NSEKA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052358/2021
Código: 052.429
Interessado: ANIBEL MARIA DIAZ RAMIREZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão da Justiça Federal, bem como, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução e a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado no Brasil, e portanto não atende à exigência contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0052009/2021
Código: 052.080
Interessado: MD SAIFUR RAHMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051881/2021
Código: 051.952
Interessado: GAGAN MAGAR PUN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051734/2021
Código: 051.805
Interessado: NICOLACIA JORGE MANGO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051406/2021
Código: 051.477
Interessado: YOLEINE THIMOLIEN CASSEUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051108/2021
Código: 051.179
Interessado: USSUMANE DARAME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, constatou-se divergência, o nome da mãe do requerente está errado na certidão de nascimento do filho, constando: AISSATU DJLALO, mas de acordo com todos os documentos do País de origem dele e da mãe, o correto é: AISSATU DJALO. Foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0051008/2021
Código: 051.079
Interessado: OMAR NIANG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento necessário como Certificado de proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n° 623 de 13 de novembro de 2020, caput do art. 5° alínea "d" c/c §4° "Para a instrução do procedimento previsto no inciso I do art. 1º, é indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, consideradas as condições do requerente, a apresentação de um dos seguintes documentos: alínea d) conclusão, com aproveitamento satisfatório, de curso de língua portuguesa direcionado a imigrantes realizado em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação. § 4º O curso referido na alínea "d" do inciso I poderá ser realizado na modalidade a distância, desde que o aluno, previamente identificado, seja submetido a pelo menos uma avaliação presencial no estabelecimento responsável ou, no caso de discente domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior a ele conveniado e também credenciada pelo Ministério da Educação." Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050979/2021
Código: 051.050
Interessado: MILOT DENIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome e filiação do interessado, Declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa, CRNM, CPF, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, o apresentado pelo requerente é inválido e possui status reprovado.), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050860/2021
Código: 050.931
Interessado: YOEL ALEJANDRO ALVAREZ LOPEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050201/2021
Código: 050.272
Interessado: ANDREMISE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país na certidão de antecedentes criminais do país de origem e a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa previsto na Portaria nº 623, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050025/2021
Código: 050.096
Interessado: MONA JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a informação de avaliação presencial do certificado de curso à distância e a certidão de antecedentes criminais do país de origem, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049928/2021
Código: 049.999
Interessado: DAVID SALIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049863/2021
Código: 049.934
Interessado: MARTIN MASCO CUELE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente: Carteira Registro Nacional Migratório (CRNM), CPF e Comprovante de capacidade de se comunicar em língua portuguesa , deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049830/2021
Código: 049.901
Interessado: BASHEAR AYMAN ELSHAIKH BELINATO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente: Comprovante de situação cadastral no CPF, CRNM, Comprovante de endereço e Documento de viagem, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049668/2021
Código: 049.739
Interessado: NEDAA KHALIL ALI HUSEIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e apresentou certificado que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0049467/2021.
Código: 049.538
Interessado: YOLANDE DORLUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049351/2021
Código: 049.422
Interessado: PATRICK SYLVAINCE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049326/2021
Código: 049.397
Interessado: JOHNS BOLIVAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, bem como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049271/2021
Código: 049.342
Interessado: SECO SECO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049254/2021
Interessado: CHARIF JADOU
Código: 049.325

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049199/2021
Código: 049.270
Interessado: RONY LINCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049199/2021
Código: 049.270
Interessado: RONY LINCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049116/2021
Código: 049.187
Interessado: ATHANIA SUCCES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência atualizado em nome do requerente, Certificado de proficiência em língua portuguesa, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal, bem como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049018/2021
Código: 049.089
Interessado: KARL NICOLAS WINER NOËL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou cópia incompleta do passaporte, não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, imediatamente anterior a data do pedido de naturalização, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português- EAD (UniCesumar), sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafo 4º da supramencionada portaria, bem como, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem sem legalização e tradução e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049001/2021
Código: 049.072
Interessado: SAMSON TERTILUS VICTORIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, imediatamente anterior a data do pedido de naturalização, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português- EAD (Faculdade Ensine), sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafo 4º da supramencionada portaria, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual (SP), bem como, não apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048948/2021
Código: 049.019
Interessado: NOURIA BSEIKRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, imediatamente anterior a data do pedido de naturalização, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português- EAD (IF/RS), sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafo 4º da supramencionada portaria, bem como, não apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, consta somente a tradução do atestado e, embora notificada a complementar o processo, a requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048830/2021
Código: 048.901
Interessado: MINO CARENAU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, imediatamente anterior a data do pedido de naturalização, bem como, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II e III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048797/2021
Código: 048.868
Interessada: CHAMISE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (Faculdade Educa Mais), sem histórico escolar, conteúdo programático e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria, bem como, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4(quatro) anos e, embora notificada a complementar o processo, a requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem conferência dos documentos originais e sem coleta dos dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048597/2021
Código: 048.668
Interessado: MARIE ANGE LOUISSAINT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048516/2021
Código: 048.587
Interessado: CATHY LIWONZA BANONGO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou

documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (anos) anos ininterruptos, bem como, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso- EAD (Fasul-MG), sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avalição presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d" parágrafos 3º e 4º da supramencionada portaria e, embora notificada a complementar o processo, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem conferência dos documentos originais e sem coleta dos dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos II e III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048397/2021
Código: 048.468
Interessado: LUZEMBA MASALI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou documento que comprove residência pelo período de 4 anos, já que não comprovou redução de prazo em decorrência de possuir prole brasileira, bem como não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048018/2021
Código: 048.131
Interessado: OBERDE WUDE SAINT FLEUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048018/2021
Código: 048.089
Interessado: JUVENS DIEUVEUILLE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0045868/2021
Código: 045.939
Interessado: MIGUEL ABRAN VALDES SERRANO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047990/2021
Código: 048.061
Interessado: DAME MBAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como: comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos anteriores a solicitação, Certificado de proficiência em língua portuguesa e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047990/2021
Código: 048.061
Interessado: DAME MBAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como: comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos anteriores a solicitação, Certificado de proficiência em língua portuguesa e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047613/2021
Código: 047.684
Interessado: HAZAR TARRAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e a requerente não apresentou documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047309/2021
Código: 047.380
Interessado: WITZA JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047285/2021
Código: 047.356
Interessado: JORGE FEBLES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047285/2021
Código: 047.356
Interessado: JORGE FEBLES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047285/2021
Código: 047.356
Interessado: JORGE FEBLES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046918/2021
Código: 046.989
Interessado: ERNSEAU ADMETTRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046886/2021
Código: 046.957
Interessado: GUERCY CHERENFANT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome á língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal/Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4 anos, comprovante de residência dos anos de 2018, 2019 e 2020, para fins de subsidiar seu tempo no País, cópia de todas as páginas do passaporte e certificado de conclusão da capacidade em se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046877/2021
Código: 046.948
Interessado: FOYSAL AHMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome e filiação do interessado, declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome á língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal/Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4 anos, atestado de antecedentes criminais do país de origem legalizado no exterior por representação consular brasileira e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, comprovante de endereço em nome do interessado, dos pais ou do cônjuge acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, de casamento, ou comprovação de união estável, comprovantes de residência dos últimos 04 anos, para fins de subsidiar seu tempo no País, cópia de todas as páginas do passaporte e certificado de conclusão da capacidade em se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046864/2021
Código: 046.935
Interessado: BARBARA ROSA SALAS MONTENEGRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, inscrição consular/certidão de nascimento emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil por tradutor público juramentado, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal/Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4 (quatro) anos, cópia de todas as páginas do passaporte e comprovante de residência dos anos de 2018, 2019 e 2020 em nome da requerente, genitor, cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, casamento ou comprovação de união estável, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046730/2021
Código: 046.801
Interessado: SYLVIE MUTIENE NGKANG LUSONGADIO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a Certidão de reconhecimento ao Conare e RNE constando a alteração para o nome de casada e formulário de alteração de endereço junto à Polícia Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046324/2021
Código: 046.395
Interessado: MAGDAMA SUCCES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou o comprovante da proficiência em língua português, certificado de curso de português -EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem informação de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal (MT), bem como, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, sem legalização, foi notificado a complementar o processo e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0044465/2021
Código: 044.536
Interessado: IDALBERTO ABALOS FERNANDEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e fora do prazo de validade, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043796/2021
Código: 043.872
Interessado: ELIBIEN DELY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certificado de proficiência em língua Portuguesa em conformidade com a Portaria nº 623 de 2020 certidão de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: TERESA FILIPA MOREIRA MAGALHÃES
Código: 042.222
Interessado: 235881.0042146/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041836/2021
Código: 041.912
Interessado: YANG PO SHENG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido , foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, pois constatou-se a falta dos seguintes documentos: Formulário devidamente preenchido e assinado pelo requerente dirigido à Coordenação de Processos Migratórios da Coordenação-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, Cópia do documento de viagem internacional, ainda que vencido, observadas as regras do Mercosul, Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, Declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência. Indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041822/2021
Código: 041.898
Interessado: WILNER JEAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento, pois o requerente não apresentou os seguintes documentos: Declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa, novo RNM, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, legalizado, Cópia de todas as páginas do passaporte, Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil e Comprovante de residência atualizado. Sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041498/2021
Código: 041.574
Interessado: SHEDELINE CHOULOUTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certificado de proficiência em Língua Portuguesa em conformidade com a Portaria n°623 de 13 de novembro de 2020, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041478/2021
Código: 041.554
Interessado: MAGARETTE JEAN BAPTISTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certificado em proficiência em Língua Portuguesa, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0040993/2021
Código: 041.069
Interessado: JHONY JEAN PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, a apresentação da certidão da Justiça Estadual/Federal, os quais não foram apresentados até a presente data, documentos, estes, necessários para a formalização do pedido, o requerente foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040773/2021
Código: 040.849
Interessada: EVENA JEAN PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou cópia incompleta da RNM e do passaporte, não apresentou o comprovante da situação cadastral do CPF, não apresentou documentos que comprovem o período de 4(quatro) anos ininterruptos de residência no país, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais que residiu nos últimos 4 (quatro) anos (SC) , bem como, não apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, consta somente a tradução do atestado, embora notificada a complementar o processo, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos II e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040585/2021
Código: 040.661
Interessado: CHEIKH LO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado, não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem e certidão da Justiça Estadual/Federal e portanto não atende à exigência contida no inciso II e lV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040530/2021
Código: 040.606
Interessado: BERUD SEVERIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040515/2021
Código: 040.591
Interessado: MARIE GUERDY PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou documentos que comprovem 4 (quatro) anos ininterruptos de residência no país, imediatamente anterior ao pedido de naturalização, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso- EAD (IF/RS), sem histórico escolar, conteúdo programático e sem informação de avaliação presencial, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual (SC), bem como, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo

país de origem desatualizado (2016), sem legalização e sem tradução, foi notificada a complementar o processo e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039983/2021
Código: 040.059
Interessado: CARLINE LOUIS JACQUES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 9/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Leandro Camilo Silva
Processo: 08018.013154/2022-06

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 10/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: GIORDANO MAZUTTI ANDRADE
Processo: 08018.025304/2022-16

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 11/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Deborah Eveleyn Oliveira Trittoli
Processo: 08084.002691/2022-29

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 12/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Choki Dema
Processo: 08018.023787/2022-14

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 13/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Leandro Camilo Silva
Processo: 08018.014751/2022-40

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 14/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MATHEUS DALCIM LOPES DA FONSECA
Processo: 08018.022867/2022-52

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 15/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Keli Bugni dos Santos
Processo: 000.844.554.345/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 16/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: PHELIPE GUERRA CARVALHO
Processo: 08018.029699/2022-26

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHOS

DESPACHO Nº 17/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Jorge João Lübben
Processo: 08018.037844/2022-42

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 18/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: José Paulo dos Santos Rosas de Castro
Processo: 08018.037177/2022-06

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 20/2022/DINAT_CERTIDAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Israel Alves de Freitas
Processo :08084.004079/2022-91

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHO

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que AHMED MAMDOUH MOSTAFA MOHAMED, incluído na Portaria nº 1.071, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2022, é natural da Jordânia, e não como constou. Processo nº 235881.0256996/2022

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.328, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A MULHER REI (THE WOMAN KING, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Peter McAleese
Diretor(es): Gina Prince-Bythewood
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Histórico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência Extrema , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001465/2022-24
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.329, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ENNIO, O MAESTRO (ENNIO, Bélgica / Holanda / Itália - 2021)
Produtor(es): Plan B Produzioni/Potemkino/Fu Works
Diretor(es): Giuseppe Tornatore
Distribuidor(es): RISI FILM BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001672/2022-89
Requerente: RISI FILM BRASIL LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.330, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: MAIS QUE AMIGOS (BROS, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Judd Apatow/Josh Church/Nicholas Stoller
Diretor(es): Nicholas Stoller
Distribuidor(es): WARNER BROS. (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001694/2022-49
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.331, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: LIGAÇÃO EXPLOSIVA (HARD HIT, Coréia do Sul - 2021)
Produtor(es): TPS Company/CJ ENM
Diretor(es): Kim Changju
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001695/2022-93
Requerente: GISELE CRUZ DE CARVALHO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.332, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: IMPÉRIO DA LUZ (EMPIRE OF LIGHT, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2022)
Produtor(es): Michael Lerman/Sam Mendes
Diretor(es): Sam Mendes
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Romance/Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001794/2022-75
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.333, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: BABILÔNIA - TRAILER 1A (BABYLON, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Marc Platt/Olivia Hamilton
Diretor(es): Damien Chazelle
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Histórico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001799/2022-06
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.334, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: BABILÔNIA - TRAILER 2D (BABYLON, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Marc Platt/Olivia Hamilton
Diretor(es): Damien Chazelle
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Histórico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001800/2022-94
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.335, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: E.T. O EXTRATERRESTRE - TRAILER 1A (E.T. THE ESTRA-TERRESTRIAL, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Steven Spielberg/Kathleen Kennedy
Diretor(es): Steven Spielberg
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Ficção
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001811/2022-74
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.336, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ADÃO NEGRO - TRAILER 2F4 (BLACK ADAM, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Hiram Garcia/Dany Garcia/Dwayne Johnson
Diretor(es): Jaume Collet-Serra
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001812/2022-19
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.337, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ADÃO NEGRO - TRAILER 3F6 (BLACK ADAM, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Hiram Garcia/Dany Garcia/Dwayne Johnson
Diretor(es): Jaume Collet-Serra
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001813/2022-63
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.338, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: MEGA MAN BATTLE NETWORK LEGACY COLLECTION VOL. 1 (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PS STORE) / NINTENDO (ESHOP)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação/RPG
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001278/2022-41
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.339, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: MEGA MAN BATTLE NETWORK LEGACY COLLECTION VOL.2 (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PS STORE) / NINTENDO (ESHOP)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação/RPG
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001279/2022-95
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.340, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: NEON BEATS (França - 2019)
Produtor(es): PLUG IN DIGITAL
Distribuidor(es): ABYA
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Música ou Ritmo/Plataforma
Plataforma: Android/iOS/Computador/ABYA
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001736/2022-41
Requerente: ABYA CORP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 1.349 08700.003247/2017-59 (Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.003274/2017-21)Representante: CADE ex officio.Representados: Construtora Noberto Odebrecht S.A., Delta Construções S.A. (Salgueiro Construções S.A), Manchester Serviços LTDA. (Harpia Serviços e Engenharia LTDA), Via Engenharia S.A., Alexandre José Lopes Barradas, Eduardo Pereira Viana, Fernando Márcio Queiroz, Gustavo Neves de Andrade Lemes, João Antônio Pacífico Ferreira, Luis Ronaldo Santos Wanderley, Ricardo Roth Ferraz de Oliveira, Rodrigo Castro Alves Neves..Advogados: Alan Bittar Prado, André Lucas Martins Maciel, Emerson Barbosa Maciel, Herman Barbosa, Lise Reis Batista de Albuquerque, Marcela Mattiuzzo, Maria Carolina Bernardo de Souza, Miguel Novais da Silva, Natasha Evilin Cerqueira de Paula, Victor Santos Rufino, Vinicius Marques de Carvalho e outros.. Acolho a Nota Técnica nº 63/2022/CGA7/SGA2/SG/CADE (SEI 1118929) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela intimação dos Representados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas, bem como das condições especificadas na Nota Técnica.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 1.362. Processo Administrativo nº 08700.002375/2018-66. Ato de Concentração nº 08700.006654/2022-85. Requerentes: Banco BTG Pactual S.A. e Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Em Recuperação Judicial. Advogados: Daniel Costa Rebello e José Alexandre Buaiz Neto. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se.

Nº 1.363. Ato de Concentração nº 08700.006557/2022-92. Requerentes: Hitachi Rail, Ltd. e Thales SA. Advogados: Maria Eugênia Novis, Erica Sumie Yamashita, Mariana Tavares de Araujo e Marjorie Gressler Afonso. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se.

Nº 1.364 Ato de Concentração nº 08700.006693/2022-82; Requerentes: Francisco Partners Management, L.P. e Solo Business (SAP Litmos). Advogados: Milena Mundim e Paula Pinedo. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se.

Nº 1.365. Ato de Concentração nº 08700.006400/2022-67. Requerentes: DPX Incorporações Eireli, Construtora e Incorporadora Pride S.A. e Arauco do Brasil S.A. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Fernanda Lins Nemer e Ana Valéria Nascimento Fernandes. Decido pela aprovação sem restrições.Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente- Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA SPOA/MMA Nº 263, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições conferidas pela Portaria de Pessoal MMA nº 104, de 13 de abril de 2022, publicada no DOU de 14 de abril de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, na subdelegação de competência conferida pela Portaria SECEX/MMA n° 1, de 4 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 8 de fevereiro de 2021, e considerando o que consta no Processo nº 02000.002588/2021-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a OSC Associação Casa do Pai- P.A.I mencionada abaixo, a operacionalizar a função OBTV para o Convenente na Plataforma +Brasil, referente ao instrumento de termo de fomento firmado com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, com base em prévia análise técnica sobre a necessidade da medida e o montante financeiro envolvido:

Convenente (CNPJ)	Nº Termo de Fomento (Plataforma + Brasil)	Processo	Valor Limite OBTV ao Convenente (R$)
OSC Associação Casa do PAI (08.913.297/0001-98)	915418/2021	02000.002588/2021-02	6.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERICSSON LIMA MACEDO

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Tornar nula concessão publicada. (Cód. 4.99)
O processo será remetido à Agência Nacional de Mineração.
Portaria Nº 354/SGM/MME.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, no uso da competência que lhe confere o artigo 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27209.890096/1998, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 6/SGM, de 8 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, nº 9, Seção 1, pág. 51, de 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

48413.826759/2010 - Portaria Nº 356/SGM/MME - Redi Fertilizantes do Brasil Ltda. - Turfa - Tamarana - Paraná - 459,78 hectares.

48070.848166/2021 - Portaria Nº 357/SGM/MME - Casa Grande Mineração Eireli - Caulim - Equador - Rio Grande do Norte - 15,04 hectares.

27203.830477/1988 - Portaria Nº 358/SGM/MME - Vale S. A. - Minério de Ferro - Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio Abaixo - Minas Gerais - 221,79 hectares.

27203.830289/1989 - Portaria Nº 359/SGM/MME - Vale S. A., - Minério de Ferro - Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio Abaixo - Minas Gerais - 328,68 hectares.

48414.848364/2010 - Portaria Nº 362/SGM/MME - Elaine Azevedo ME- Feldspato - Equador - Rio Grande do Norte - 28,15 hectares.

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Retificação de Concessão de Lavra. (Cód. 4.95)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

27203.831166/1980 - Portaria Nº 360/SGM/MME - Companhia Brasileira de Alumínio - Minério de Alumínio - Fervedouro - Minas Gerais - 932,57 hectares.

27203.831167/1980 - Portaria Nº 361/SGM/MME - Companhia Brasileira de Alumínio - Minério de Alumínio - Fervedouro - Minas Gerais - 704,70 hectares.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO

DESPACHO Nº 18/2022/SGM

Processo ANM nº 27203.830078/1981-16. Interessado: Rede Gusa Indústria e Comércio Ltda. Assunto: Pedido de Revisão interposto, com fundamento no art. 65 da Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro de 1999, em face do Despacho Decisório nº 33/2017/SGM, publicado no Diário Oficial da União nº 54, Seção 1, pag. 102, de 20 de março de 2017, que Indeferiu o Requerimento de Concessão de Lavra. Despacho: Nos termos da Nota Técnica nº 77/2022/DGPM/SGM, a qual adoto como fundamento desta decisão, conheço do Pedido de Revisão e, no mérito, INDEFIRO, conforme atribuição conferida no art. 1º, inciso IV, da Portaria/MME nº 432, de 9 de agosto de 2016. Após a publicação, restituam-se os autos à Agência Nacional de Mineração - ANM, para adoção das providências a seu cargo.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.640 - Processo: 48500.004396/2015-44. Interessada: Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A cadastrada sob CNPJ n° 20.626.892/0001-48. Objeto: Inclui o Art. 4º-A na Resolução Autorizativa nº 11.260, de 22 de fevereiro de 2022, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A., as áreas de terra necessárias à passagem dos trechos de linhas de transmissões, localizadas no estado de São Paulo.

Nº 12.689 - Processo: 48500.004396/2015-44. Interessada: Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A cadastrada sob CNPJ n° 20.626.892/0001-48. Objeto: Inclui o Art. 1º-A na Resolução Autorizativa nº 10.710, de 5 de outubro de 2021, que declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE, a área de terra necessária à implantação da Subestação 345/138 kV Domênico Rangoni, localizada no município de Guarujá, estado de São Paulo.

As íntegras destas Resoluções e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.643 - Processo nº 48500.003069/2014-94. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 01 S.A Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.833.322/0001-08, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Esperança 01, CEG nº EOL.CV.BA.035246-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400kW de potência instalada, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado do Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.644 - Processo nº 48500.003047/2014-24. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 03 S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.918.085/0001-40, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Esperança 03, CEG nº EOL.CV.BA.035247-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.600 kW de potência instalada, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado do Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.645 - Processo nº: 48500.003072/2014-16. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 07 S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.966.242/0001-20, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Esperança 07, CEG nº EOL.CV.BA.038076-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.600 kW de potência instalada, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado do Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.647, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003995/2021-99. Interessado: Berneck S.A Painéis e Serrados Objeto: Autorizar a Berneck S.A Painéis e Serrados, a explorar a Central Geradora Termelétrica Berneck Lages, UTE.FL.PR.029993-6.01., sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica, com 28.600 kW de potência instalada, localizada no município de Lages, no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.648 - Processo nº 48500.000844/2022-60. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 1, CEG UFV.RS.GO.054712-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.649 - Processo nº 48500.000836/2022-13. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 2, CEG UFV.RS.GO.054713-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.650 - Processo nº 48500.000889/2022-34. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 3, CEG UFV.RS.GO.054714-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.651 - Processo nº 48500.000843/2022-15. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 4, CEG UFV.RS.GO.054715-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.652 - Processo nº 48500.000840/2022-81. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 5, CEG UFV.RS.GO.054716-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.653 - Processo nº 48500.000891/2022-11. Interessado: Acácia Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 6,CEG UFV.RS.GO.054717-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.655 - Processo nº 48500.000839/2022-57. Interessado: Use: Acácia Solar Energia Ltda..Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 42.250.400/0001-03, a implantar e explorar a UFV Acácia 8,CEG UFV.RS.GO.054719-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Itarumã, Goiás. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.662 - Processo nº: 48500.000265/2020-55. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 1 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 1 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.046923-8.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.663 - Processo nº: 48500.000264/2020-19. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 2 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 2 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.046924-6.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.664 - Processo nº: 48500.000263/2020-66. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 3 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 3 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.046925-4.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.665 - Processo nº: 48500.000262/2020-11. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 4 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 4 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.046926-2.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.666 - Processo nº: 48500.000261/2020-77. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 5 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 5 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.046927-0.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.667 - Processo nº: 48500.001478/2020-02. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 6 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 6 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047378-2.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.668 - Processo nº: 48500.001479/2020-49. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 7 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 7 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047379-0.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.669 - Processo nº: 48500.001480/2020-73. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 8 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 8 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047380-4.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.670 - Processo nº: 48500.001481/2020-18. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 9 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 9 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047381-2.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.671 - Processo nº: 48500.001482/2020-62. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 10 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 10 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol X, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047382-0.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.672 - Processo nº: 48500.001483/2020-15. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 11 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 11 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047383-9.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.673 - Processo nº: 48500.001484/2020-51. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 12 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 12 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047384-7.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.674 - Processo nº: 48500.001485/2020-04. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 13 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 13 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047385-5.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.675 - Processo nº: 48500.001486/2020-41. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 14 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 14 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XIV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047386-3.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.676 - Processo nº: 48500.001487/2020-95. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 15 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 15 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047387-1.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 12.677 - Processo nº: 48500.001488/2020-30. Interessado: Central Fotovoltaica Assú Sol 16 Ltda. Objeto: Transfere para Central Fotovoltaica Assú Sol 16 Ltda. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Assu Sol XVI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.047388-0.01, localizada no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.678, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005429/2020-31. Interessados: CVW Energética Ltda. e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool Objeto: Autorizar a empresa CVW Energética Ltda. a estabelecer instalação de interesse restrito destinada ao suprimento direto de energia elétrica, por meio da Usina Termelétrica CVW Energética, ao consumidor S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool, ambos localizados no município de Coruripe, estado de Alagoas. A íntegra desta Resolução Autorizativa consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.679, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL IRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: nº 48500.007169/2022-08. Interessado: Enel Distribuição Rio. Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Enel Distribuição Rio, a área de terra necessária à ampliação da Subestação 138/69 kV Santo Antonio de Pádua, localizada no município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro. A íntegra desta Resolução (e seu Anexo) consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.683, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo:48500.007172/2022-13. Interessada: Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Angelim - União dos Palmares, localizada nos estados de Pernambuco e Alagoas. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.518, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005052/2020-10, decide por declarar extinto o recurso administrativo interposto pela Coprel Cooperativa de Energia - Coprel. Cadastrado sob o CNPJ nº 90.660.754/0001-60 sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999 e do art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.519, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005051/2020-75, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda - Coopersul cadastrada sob o CNPJ de nº 87.462.750/0001-63 em face da Resolução Homologatória nº 2.993, de 14 de dezembro de 2021.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.521, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processo nº 48500.000921/2020-10, 48500.000920/2020-75, 48500.000919/2020-41, 48500.000918/2020-04, 48500.000917/2020-51, 48500.000916/2020-15, 48500.000915/2020-62, 48500.000914/2020-18, decide por declarar extinto o recurso administrativo interposto pela Fótons de São Magno Energias Renováveis S.A., cadastrada sob CNPJ nº 23.658.913/0001-03, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999 e do art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.524, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002189/2019-89, decide conhecer do pedido de medida cautelar interposto pela Cepisa cadastrada sob CNPJ N° 06.840.748/0001-89 com vistas à suspensão da aplicação de Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS referente aos valores de Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratados para o ano de 2018 nos pontos de conexão Boa Esperança 13,8 kV, Piripiri 138 kV, Ribeiro Gonçalves 69 kV, Teresina 13,8 kV e Teresina III 69 kV para, no mérito, e negar-lhe provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.525, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004044/2012-46, decide por declarar extinto o processo, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto com a decisão exarada por meio do Despacho nº 2.194, de 2021, que restaurou os efeitos dos DRS-PCH e prorrogou, por 3 (três) anos, na forma do art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.526, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo 48500.007100/2022-76, decide conhecer do pedido de medida cautelar interposto pela Fazenda Solar Luz da Esperança Locação de Máquinas Ltda CNPJ sob o nº 21.295.656/0001-59, com vistas ao reconhecimento da omissão ilegal da Neoenergia Pernambuco, cadastrada sob o CNPJ N° 10.835.932/0001-08, bem como à emissão de novo Parecer de Acesso ao Sistema de Distribuição e a consequente realização das etapas posteriores a sua emissão, para, no mérito, negar-lhe provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.588, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000402/2022-13, decide por conhecer o recurso administrativo interposto pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa cadastrado sob o CNPJ de nº 07.859.971/0001-30, em face do Despacho nº 408, de 2022, emitido pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT, que indeferiu o pleito da Recorrente de isenção da aplicação de PVI devido ao desligamento intempestivo da FT LT 440 kV Assis - Sumaré C1 SP, ocorrido em 8 de setembro de 2021, para no mérito negar-lhe provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.593, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005192/2020-98, decide por determinar que a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE apure a conduta da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESSE cadastrado sob o CNPJ de nº 13.017.462/0001-63 no fornecimento de informações relativas à verificação de diferenças entre os dados de beneficiários dos descontos tarifários custeados pela CDE e as informações constantes dos seus processos tarifários, referentes aos anos de 2016 e 2017.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 12.618, de 6 de setembro de 2022, constante do Processo nº 48500.005179/2007-61, e no resumo disponível no endereço eletrônico o https://biblioteca.aneel.gov.br/, cujo resumo foi publicado no DOU de 14.09.2022, seção 1, p. 245, v. 160, n. 175, onde se lê: "Central Geradora Termelétrica UTE Usina Monte Alegre Ltda.", leia-se: "Central Geradora Termelétrica UTE Monte Alegre".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.534, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003996/2017-57, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. e Oi S.A - Em Recuperação Judicial; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 2.535, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003995/2017-11, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Light Serviços de Eletricidade S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Light Serviços de Eletricidade S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

7 LINK TELECOM EIRELI	PALHADA WIFI SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕS E INFORMÁTICA LTDA	A B V SERVICES LTDA
SUPERIMAGEM TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA	J E PROVEDOR DE REDE DE CONUNICAÇÃO LTDA	R RODRIGUES MENEZES SERVIÇOS DE INTERNET LTDA
WTL TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	MEGA FLASH TELECOM LTDA	MUSSEL INTERNET FIBRA ÓPTICA LTDA
TCL CORTEZ - SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES	JAPANET RIO PROVEDOR TELECOM LTDA	S. W. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA
VEIPGLOBE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA INTERNET LTDA	AMÉRICA NET S.A	CITTA TELECOM LTDA
VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A	AMÉRICA NET S.A	CITTA TELECOM LTDA
MENEZES E MARTINS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	UNI TELECOMUNICAÇÕES LTDA	VIRTUAL TELECOM LTDA
VOIPGLOBE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA INTERNET LTDA	COMBO BRASIL INFORMÁTICA LTDA	F J C EVOLUTION PROVEDORES DE INTERNET LTDA
JA NETWORK TELECOMUNICAÇÕES LTDA	JE PROVEDOR SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO DE INTERNET LTDA	

DESPACHO Nº 2.536, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003994/2017-68, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Paraíba, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ONTELL SERVIÇOS DE BANDA LARGA E TECNOLOGIA LTDA	AGILITY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ALTAMIR HIAGO SILVA CASTRO
CARIRIWEB PROVEDORES DE INTERNET LTDA	FELIPE CHAVES C BATISTA	

DESPACHO Nº 2.537, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005617/2017-63, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Sul Sudeste, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ALINE DE OLIVEIRA MARIN	GAELIMA LTDA	ROBERTO ZOLI & CIA LTDA
FIBRA TELECOM LTDA	MARCO THEODORO - INFORMÁTICA	NETSTYLE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE IINFORMÁTICA LTDA
INNOVA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	MICROSER INFORMÁTICA EIRELI	INFOASSIS NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
TDKOM INFORMÁTICA LTDA	RICARDO A. PAVARINI (RAP TELECOM)	EXPEDITNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
PLASMANET TELECOM LTDA	ISP PREMIUM TELECOM S/A	WECLIX TELECOM S.A.

DESPACHO Nº 2.538, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004050/2017-16, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a CELPE - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CELPE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

FSF TECNOLOGIA S.A	BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A	GILMAR J DA SILVA SUPERMERCADOS E INTERNET EIRELI - ME
VIDATEL SERVIÇOS CONVERGENTES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	JOBSON LUUIS MELO DE NEGREIROS (TURBONET)	THIAGO & VITORIA INFORMÁTICA LTDA
ITANA GABRIELA DO NASCIMENTO BEZERRA (CPNET)	A. S.VERA CRUZ (MAIS FIBRA TELECOM)	DD3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A (DD3 TELECOM)
J.R. DA SILVA ALMEIDA - ME (RPN NET)	JAIRO DE F SANTOS (APNET PROVEDOR)	JETHULIO RODRIGUES ARCOVERDE (D K TELECOM)
BRUNO ALESSANDRO VICENTE DA SILVA (MENTRIX)	ELONET PROVEDOR DE INTERNET LTDA (ELONET)	ALGAR SOLUÇÕES TIC S.A.
EDILSON M DE ARAÚJO (TURBONET BREJENSE)	LOCALLINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA (LOCALLINK)	PEDRO F. ARRUDA JUNIOR (NEW CONNECT)
L E M TELECOMUNICAÇÕES LTDA (JR TELECOM)	ACT INTERNET LTDA (ACESSO TELECOMUNICAÇÕES)	CONNECTNET - COMÉRCIO E SERVIÇOS TODA (CONNECTNET)
MARIO JOSÉ ROCHA	ACESSO WEB SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (ACESSO WEB)	BRASIL REDES COMUNICAÇÕES (BRCOM)
LANSERVI TECNOLOGIA LTDA (LANSERVI TECNOLOGIA)	NETCELL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (NETCELL TELECOM)	VALDIJANIO VIERIA DA SILVA
CLICK INTERNET LTDA (CLICK INTERNET LTDA)	D. Z DA ROCHA (D. NET TECNOLOGIA)	LETÍCIA DE LIMA COSTA (ACESSO LINK PROVEDOR)
LEANDRO BETOVO SANTOS DE ALBUQUERQUE (MODELO NET)	SMARTLINK TECNOLOGIA EM IINTERNET LTDA (SMARTLINK)	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS SA (TELEBRAS)
VESCNET PROVEDORES DO BRASIL LTDA	ABFNET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (ABFNET)	ARIELE KETHILIN J SILVA (MAGANET)
DIGITEC ELETRÔNICA LTDA (DIGITEC TELECOM)	LOG LINK INFORMÁTICA LTDA (LOK LINK)	ANTÔNIO CARLOS F. DE OLIVEIRA (LINKMAIS TECNOLOGIA)
EDUARDO DE CASTRO LIRA NETO EIRELI (PLANALTO NET)	A G S COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA M E (AGSCONNECT)	2D TELECOM LTDA
E L DA SILVA SERVIÇOS DE REDES E COMUNICAÇÕES (AGRESTE LINK)	CYBERNET TELECOM SERVIÇOS DE INTERNET LTDA (CYBERNET TELECOM)	FAUSTO SILVA DE ALMEIDA SERVIÇOS - ME (FAUSTO SILVA DE ALMEIDA SERVIÇOS - ME)
JOELSON F. DOS SANTOS TELECOMUNICAÇÕES (VIA WEB TELLECOM)	GEORGE ALEXANDRE DIAS DE SOUSA INFORMÁTICA (GM SOLUÇÕES EM INFOORMÁTICA)	WORLDINET TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (WORLDINET)
MONICA ADRIANA MELO FRANCA INFORMÁTICA EIRELI - ME (FTNET)	PROVEDOR CRNET TELECOM SRVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA	CLAUDIO ANTÔNIO CAVALCANTE CABRAL EIRELI (SPEED NET PEDRA)
FÁBIO A. S. DOS SANTOS (JARDIMNET SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E REDES)	VN TELECOM PROVEDORES DE ACESSO A REDES DE COMUNICAÇÕES EIRELI (VN TELECOM)	I4 TELECOM EIRELI (I4 TELECOM)
FIXA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA (FIXA TELECOM)	ABQUECIA BARBOSA DA SILVA (REI DA NET TELCOM)	GROUPOK SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (OK FIBRA)
IB TELECOM SERVIÇÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA (IB TELECOM)	DARLENY ALEXANDRE DE SOUZA (VIBE TELECOM)	KEYLA DA SILVA MENDES MOURA
REDE DNET TELECOM LTDA (REDE DNET TELECOM)	JCA DA SILVA NET (MC NET COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA)	TURBO NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI (TURBO NET TELECOM)
ORBIX TELECOM LTDA (ORBIX TELECOM)	DAS TELECOM NETWORK EIRELI (ISMAEL LEONARDO DA SILVA)	ADRIANA RODRIGUES ALVES DINIZ (HILTON DINIZ HDNET)
MARCOS JOSÉ MELO FERREIRA (TC NET)	IGOR D DA SILVA	EDILEUZA EVARISTO BARRETO (HWNET TELLECOM)
POWERTEC TELECOMUNICAÇÕES LTDA (POWERTEC)	GRAVATA NET LTDA (GRAVATA NET)	RIONET TECNOLOGIA EM INTERNET EIRELI (RIO NET)
ANTÔNIO J DE ALBURQUERQUE (BESTNETTELECOM)	SERVIÇO NACIONAL DE ENSINO (SENAC PE)	MARCONI OLIVEIRA URQUIZA (M. COM)
KLEITON NET EIRELI (K-NET TELECOM)	NAVEGANET COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (NAVEGANET)	SERVLINK TELECOM LTDA (SERVILINK)
REDE. COM TELECOM LTDA (REDE.COM)	FILHONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	TELECOMUNICAÇÕES LTDA (VOICECORP BUSINESS TELECOM)
R C DOS SANTOS TELECOMUNICAÇÕES (IG TELECOM)	SOFTLINK SERVIÇOS MULTIMIDIA EIRELI (SOFTLINK)	NETLINKPE.INFO LTDA (NETLINK PE)
IVANILDO GONZALVES BRANDÃO JUNOR (IBRAFIBRA)	GREICY KELLE MOURA SILVA FERREIRA (NETPLAY)	EDILSON F. DE LIMA JUNIOR (LINE FIBRA)
JOSÉ FLORENCIO TRAVASSOS NETO ME (UNINET)	FILIPE SILVA GOMES (MIKRONET)	OBJETIVO INFORMÁTICA CACHOEIRINHA LTDA
PGI SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (PGI TELECOM)	EDER T MARTINS (EDER T MATINS)	QUEST TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA
MARCIO BARBOSA DE LIMA PH NET (PHNET TELECOM)	G L F DA SILVA (G-LINK INFOSEG)	ALVARO CORTE REAL DA SILVA (ACR LINK)
M W F MOURA MULTIMÍDIA (PROVEDOR LS NET)	EDILSON F. DE LIMA JUNIOR (LINE FIBRA)	ONLINE NET PROVEDOR DE INTERNET (MAX TELECOM GARANHUNS)
R. XAVIER PEREIRA (CENTERNET TELECOM)	LUCAS L DE SOUZA (LK NET FIBRA)	JOSÉ MARIA SOARES RAMOS (Y ZONE INTERNET)
PROVELINK TELE COM LTDA (PROVELINK)	H NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (HNET)	SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA (NAVEGAWEB)
I4 TELECOM EIRELI (I4 TELECOM)	STREET RECIFE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO LTDA (STREET NE)	S M DE MATOS
REDE SMART SOLUÇÃO EM INTERNET EIRELI (GNT TECNOLOGIA)	TGVR WEBLINK TELECOM LTDA (WEBLINK TELECOM)	E V S FERREIRA SERVIÇOS ME (REDENET)
ISAQUE BRUMEL DA SILVA (AIPH@NET TELECOM)	21 CONECT INTERNET LTDA (21 CONECT INTERNET)	PAULO LOPES DA SILVA INFORMÁTCA (OARIS NETWORK)
LUIZ HENRIQUUE ROCHA MACIEL (MARCIEL NET)	A H R DA SILVA TEECOMUNICAÇÕES (LNET_TELECOM)	UNILINK PROVEDOR LTDA (UNIIFIBRA TELECOM)
WAGNER JEFFERSON DE BARROS PROVEDORES (NET VIP)	CIANET PE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI (CIANET PE)	CAVALCANTE & HERCULANO LTDA - ME (LINKUP TELECOM)
RONEDY PEREIRA DE ANDRADE (GIGANET.COM)	R GALDINO DE ALMEIDA (LINK NET TELECOM)	ALPHANETPE INTERNET E SERVIÇOS LTDA (ALPHANETPE)
ACESSO RÁPIDO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	DN SERVICE TEECOM LTDA (DN SERVICE TELECOM)	FAGNER A DE LIMMA (NET SETUP)
M A G DE MORAES TELECOUNICAÇÕES (CM TELECOM)	SADY J DA SILVA COMUNICAÇÕES (CONNECT+)	BAIRRONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA (BAIRRONET TELECOM)
FERREIRA & FREITAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CABO X)	CRISTIANO RBERTO DA SILVA BARBOSA (NETLINK SOLUÇÕES)	CONNECT SUPORTE LTDA - ME (CONNECT)
OLIVEIRA & PAZ LTDA (NEXUS TELECOM)	EDSON DE LIMA NUNES (SN TELECOM)	LEANDRO DA SILVA BRITO (INFONET TELECOM)
SANDRO & ALMEIDA COMUNICAÇÕES LTDA (MAIS CONNECT)	RAFAEL DE PAULA SOTERO (RPS INTERNET)	SEVERINO MARCONI FARIAS LEITE (TOTALWEB)
NOVA INTERNET PROVDORES LTDA ME (NOVA INTERNET)	CCMNET TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇO LTDA (CCMNET)	ALEXANDRE PEREIRA RIBEIRO INTERNET (RECIFE NET FIBRAS)
C EDUARDO PIMENTEL DE MELO (PIMENTEL TELECOM)	UNIPONTE PROVEDOR DE INTERNET LTDA (UNIPONTE TELECOM)	H . M.D. PINTO NETO EIRELI (HD NETWORKS)
JN TECNOLOGIA LTDA - ME (JN TECNOLOGIA)	J P DA SILVA PROVEDOR DE INTERNT(BRASIL NET)	H M R TELECO LTDA (@CESSONET TELECOMUNICAÇÕES)
VM NET TELECOM EIRELI (VM NET TELECOM)	J MIGUEL GOMES COMERCIO E SERVIÇOS (NOVA NET TELECOM)	PERNANBUCO TELECOM LTDA (PERNANBUCO TELECOM)
G DE OLIVEIRA LIMA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (GI SOLUÇÕES)	G5 PROVEDORES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (G5 PROVEDORES)	MANOEL DAVI M DA SILVA SERVIÇOS DE INTERNET (INFORNET TELECOMUNICAÇÕES)
IMPERIO COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA (IMPERIO FIBRA TELECOM)	PAZ & RAMOS INTERNET E TELECOMUNCAÇÕES LTDA (NEWFAST TELECOM)	DMESON CARLOS BARBOSA GONÇALVES DO NASCIMENTO TELECOMUNICAÇÕES (DM NET TELECOMUNICAÇÕES)
HERCILIO BATISTA DE BARROS JUNIOR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS (FIBER PLAN)	E L DA SILVA SERVIÇOOS DE REDES E COMUNICAÇÕES (AGRESTE LINK)	SUSAN C CORREIA PADILHA (INTERFACE PROVEDOR DE INTERNET)
VISUAL LINK COMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA LTDA - ME (VISUAL LINK)	IGOR RENAN DA SILVA SERVIÇOS (NETWORK SERVIÇOS DE TECNOLOGIA)	D R NASCIMENTO DOS SANTOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA SCM (DRNET TELECOM)
MAXWEB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES SCM LTDA (MAXWEB TELECOM)	ERIKA MONTEIRO GUERRA CAVALCANTE PROVEDORES	AGILITY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (AGILITY TELECOM)
TESSI - SERVIÇÇOOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (TESSI TECNOLOGIA)	PROTEGE NET SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA (PROTEGE NET)	NOSSA REDE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EIRELI (A2W TELECOM)
FIBRATECH TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA (FIBRATECH TELECOM)	IVANILDO JUNIOR E IDALECIO RIBEIRO ARTIGOS DE INFORMÁTICA LTDA	JOHANNA MARIAH GOMES MACEDO TTORRES (TSN - TORRES SOLUÇÕES NETWORK)
LOGINNET PROVEDORES LTDA (LOGINNET INFORMATICA)	RJ TECNOLOGIA PROVEDORES DO BRASIL LTDA - ME (RJ TECNOLOGIA)	GUTEMBERG GONÇALVES BARBALHO (SERTÃO ONLINE)
VAITELECOM LTDA (FABIO TELECOMUNICAÇÕES)	S COLARES PEREIRA SERVIÇOS (SAMNET MULTIMÍDIA)	TIME CONNECION SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (TIME CONNECTION)
I G DE MELO OLIVEIRA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA (REDE SMARTNET)	PEREIRA 7 LOPES SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÕES (V- LAN FIBRA)	M & R SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (REVILINK TELECOM)
TRX NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI (TRX NET)	COPNET COMMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (COPNET)	INNOVANET TELECOM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA (INNOVANETE TELECOM)
E ANDRADE DA SILVA SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO (BROTHERNET)	SOLON ARAUJO TELECOMUNICAÇÕES EIRELI (LITORAL.NET-INTERNET PROVIDER)	LMGB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INTENET LTDA (EMFIBRA TELECOM)
ABLITY FIBRA SERVIÇOS DE COMUNCAÇÃO LTDA (ABILITY FIBRA)	CENTRALNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CENTRALNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA)	CONNECT FIBRA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA (CONNECT FBRA0
UNICON TELECOM LTDA (UNICON TELECOM)	R DELMIRO DA SILVA INFORMATICA (PAULISTASAT TELECOMUNICAÇÕES)	SUPER CONNECT TELECOM LTDA
LUCIANA ALVES RIBEIRO DOS SANTOS (FERREIRANET)	JJ DOS SANTOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (CONNECT MAIS)	LIFENET PROVEDORES LTDA (LIFENET)

DESPACHO Nº 2.539, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004108/2017-13, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Sergipe, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

OOPS TELECOM LTDA -ME	RUDDNEY SANTOS BARRETO	FÁBIO DE SENA NASCIMENTO
BRISAANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	LOAD NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	PRO NET EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA-ME
NEWTON CARLOS FÁBIO DA SILVA	ACIVAL DANTAS ANDRADE EIRELI	SPEED PONTO NET SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME
SUPER WEB E SERVIÇOS LTDA	SOU MAIS TELECOM PROVEDOR EIRELI	SOFT WEB EIRELI
JANE CLEIDE SANTOS SILVA (G N TELECOM)	TOPNET TELLECOM SERVIÇOS LTDA	

DESPACHO Nº 2.540, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004110/2017-92, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

TECNOWIRELESS ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM REDES SEM FIO LTDA	CORREA E RODRIGUES TELECOM LTDA	SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A
ELO. NET TECNOLOGIA LTDA		

DESPACHO Nº 2.541, DE 9 DE SETEMBRO 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005619/2017-52, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Borborema, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

LINK FLEX INTERNET EIRELI	ISPTEC SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO EIRELI - ME	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRAS

DESPACHO Nº 2.560, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004112/2017-81, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A., CNPJ nº 25.086.034/0001-71, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

CLICK NET BRASIL TELECOMUNICAÇÃO LTDA	BR FIBRA COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTS E SUPLIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI	LUCARONI TELLECOMLTDA - ME
K. G. DOS SANTOS - TELECOMUNICAÇÕES	NETFY TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MATHIAS NET TELECOM LTDA
R DE ABREU MACHADO	J 2 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	RADIONET NETWORK E TELECOM LTDA
UP FIBRA TOCANTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NORTE.NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME	INFOTURBO TELECOM LTDA
DANIEL MARCOS JOSÉ DE SOUSA	PADILHA E PADILHA LTDA	

DESPACHO Nº 2.562, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001449/2019-07, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., CNPJ nº 05.914.650/0001-66, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Rondônia, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A	RONDON - TELECOM LTDA	RODRIGUES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA
R M SANCHES (CYBERNET TELLECOM)		

DESPACHO Nº 2.567, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001443/2019-21, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CERRP, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

WILIAM HENRIQUE GARCIA ME	PLUSCOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ONDALINK TELECOM LTDA-ME
MAURO CESAR FILETO ME	FLASH NET TELECOM RIO PRETO LTDA	F. FERREIRA INFORMÁTICA - ME
DALINK TELECOM LTDA	TELEFÔNICA BRASIL S.A	

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 2.639 - Processo nº 48500.005497/2021-70. Interessado: Povoação Energia S.A. Decisão: decide alterar o valor da enalidade de multa Editalícia para R$ 11.620.695,81 (onze milhões, seiscentos e vinte mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) da UTE Povoação 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - UTE.GN.ES.056045-6.01.

Nº 2.640 - Processo nº 48500.005499/2021-70. Interessado: Termelétrica Viana S.A. Decisão: decide alterar o valor da penalidade de multa Editalícia para R$ 5.992.828,65 (cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos) da UTE Viana 1 o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - UTE.GN.ES.056350-1.01.

Nº 2.641 - Processo nº 48500.005530/2021-72. Interessado: Linhares Geração S.A. Decisão: decide alterar o valor da penalidade de multa Editalícia para R$ 5.263.079,06 (cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, setenta e nove reais e seis centavos) da UTE LORM Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG - UTE.GN.ES.030054-3.01.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 17 de setembro de 2022.

Nº 2.642 - Processo nº: 48500.002354/2020-36. Interessados: Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 16. Unidades Geradoras: UG11, de 4.500,00 kW. Localização: Municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova, no estado da Bahia.

Nº 2.643 - Processo nº: 48500.005496/2021-36. Interessados: Karpowership Brasil Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Porsud II. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 18.080,00 kW cada. Localização: Município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

Nº 2.644 - Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG13 e UG14, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.645 - Processo nº: 48500.002321/2020-96. Interessados: Baraúnas XV Energética S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Baraúnas XV (Antiga Massaroca I). Unidades Geradoras: UG6 a UG14, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.646, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005491/2012-12, decide liberar a unidade geradora UG2, de 47.300,00 kW, da UHE São Roque, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UHE.PH.SC.030938-9.01, localizada nos municípios de Brunópolis, Curitibanos, Frei Rogério, São José do Cerrito e Vargem no estado de Santa Catarina, de titularidade da São Roque Energética S.A., para início da operação comercial a partir de 19 de setembro de 2022.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 111/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
872.753/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5293/2022
872.813/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5298/2022
872.812/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5296/2022
872.811/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5295/2022
872.790/2016-AREIAL MAR MARAVILHA LTDA ME- AI N°5294/2022
872.730/2016-WHITE STONE MINERACAO LTDA- AI N°5287/2022
872.721/2016-CBC - CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE LTDA- AI N°5278/2022
872.752/2016-MAXGRAN GRANITO EIRELI- AI N°5289/2022
872.727/2016-COMPANHIA DE AREIA LTDA- AI N°5286/2022
872.722/2016-CBC - CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE LTDA- AI N°5279/2022
872.687/2016-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA- AI N°5276/2022
872.643/2016-MINERAÇÃO ITAGRAN LTDA- AI N°5275/2022
872.596/2016-MINERAÇÃO OURO BIANCO LTDA - ME- AI N°5273/2022
872.593/2016-ALVORADA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA- AI N°5271/2022
872.592/2016-ALVORADA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA- AI N°5269/2022
872.588/2016-ESAMP EMPRESA SANTA MARIA DE PESQUISA MINERAL LTDA- AI N°5268/2022
872.583/2016-WALLASSE GUEDES CORREIA- AI N°5265/2022
872.578/2016-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP- AI N°5263/2022
872.575/2016-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI- AI N°5260/2022
872.574/2016-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI- AI N°5259/2022
872.871/2016-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°5309/2022
872.870/2016-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°5308/2022
872.858/2016-MINERAÇÃO ITAGRAN LTDA- AI N°5306/2022
872.857/2016-AREIAL MAR MARAVILHA LTDA ME- AI N°5304/2022
872.562/2016-UNI GEOLOGIA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- AI N°5257/2022
872.840/2016-MINERACAO OLIVEIRA DOS BREJINHOS LTDA- AI N°5301/2022
872.820/2016-MINERAÇÃO MORRO DA CATUABA LTDA.- AI N°5300/2022
872.853/2016-A M MINERAÇÕES E TRANSPORTES LTDA. ME- AI N°5303/2022
872.576/2016-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI- AI N°5262/2022
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
872.677/2015-VANGIVALDO LOPES DA SILVA-AI N°5258/2022
870.245/2013-MINERADORA SERRA DO CORCOVADO LTDA-AI N°5261/2022
870.244/2013-MINERADORA SERRA DO CORCOVADO LTDA-AI N°5267/2022
870.246/2013-MINERADORA SERRA DO CORCOVADO LTDA-AI N°5266/2022
870.691/2012-ESPÓLIO DE JESUS DIAS DE SANGALO-AI N°5274/2022
870.071/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-AI N°5272/2022
870.952/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5310/2022
870.950/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5312/2022
870.951/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5311/2022
870.956/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5307/2022
870.953/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5305/2022
870.946/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5302/2022
870.954/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5299/2022
871.204/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-AI N°5292/2022
871.209/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-AI N°5291/2022
872.087/2012-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5290/2022
872.083/2012-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5277/2022
872.085/2012-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5270/2022
870.247/2013-MINERADORA SERRA DO CORCOVADO LTDA-AI N°5264/2022
870.269/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5297/2022
870.076/2015-HEREIMAC EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS EIRELI-AI N°5313/2022
870.945/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5373/2022
870.432/2015-SERGIO VINICIUS SAO LEOPOLDO DOS SANTOS-AI N°5377/2022
870.398/2015-AGRO PECUARIA INDUSTRIAL OURO VERDE LTDA ME-AI N°5378/2022
870.464/2015-NIVALDO DOURADO JUNIOR-AI N°5371/2022
870.091/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-AI N°5370/2022
870.407/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-AI N°5368/2022
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
870.602/2014-BRUNO LIMONGI CHAVES -AI N°565/2019
870.225/2014-JOSÉ ROBERTO BODART GUIMARÃES -AI N°553/2019
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
872.724/2016-CBC - CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE LTDA- AI N°5284/2022
872.723/2016-CBC - CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE LTDA- AI N°5281/2022

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 120/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
872.194/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°2.218/2018
870.931/2017-MINERADORA UBAX LTDA-ALVARÁ N°6.254/2017
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
871.058/2016-RICARDO MIQUÉIAS DE OLIVEIRA CARNEIRO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.438/2012-MINERACAO AZEVEDO LTDA
872.112/2017-BRASIL BLACK STONE MIMERAÇÃO EIRELI
872.113/2017-BRASIL BLACK STONE MIMERAÇÃO EIRELI
872.114/2017-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.
871.829/2015-UNION ROCHAS LTDA
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
870.438/2012-MINERACAO AZEVEDO LTDA
872.034/2015-BAHIACOMPRAS PRODUTOS LTDA ME
870.286/2021-FV GESTAO DE SERVICOS EIRELI
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.550/2013-MANOEL BATISTA DE LISBOA FILHO-POTIRAGUÁ/BA - Guia n° 90/2022-10.000t/ano-Mármore- Vigência da Guia:03 Anos
871.000/2021-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-CURAÇÁ/BA - Guia n° 93/2022-10.000t/ano-Mármore- Vigência da Guia:03 Anos
870.391/2014-F7 JAQUEIRA MINERACAO SPE S/A-CAÉM/BA, JACOBINA/BA, MIRANGABA/BA, SAÚDE/BA - Guia n° 91/2022-50.000t/ano-Minério de Ouro- Vigência da Guia:03 Anos
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
870.393/2016-RAIRA SILVA NUNES-OF. N°43507/2022
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
871.978/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-Quartzito-Paratinga/BA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
870.530/2016-MPA MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.895/2016
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
871.515/2018-ADSON LOPES NEIVA-ALVARÁ N°1.995/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
812.998/1973-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°43632/2022
000.619/1964-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°42084/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
871.612/2014-ARSIA MINERACAO LTDA.-LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA - Guia n° 92/2022-16.000t/ano-Quartzito (Revestimento)- Vigência da Guia:03 Anos
870.669/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA-MIGUEL CALMON/BA, PIRITIBA/BA - Guia n° 94/2022-16.000t/ano-Conglomerado- Vigência da Guia:03 Anos

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 121/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
870.418/2015-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-AI N°5366/2022
870.272/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5372/2022
870.268/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5369/2022
870.265/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5367/2022
870.944/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5365/2022
871.408/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5363/2022
870.263/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5360/2022
870.943/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5359/2022
870.261/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5356/2022
870.401/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5364/2022
870.084/2015-ANKARA ENGENHARIA LTDA-AI N°5361/2022
870.404/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5358/2022
870.400/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5357/2022
870.550/2012-MAFRA E FIGUEIREDO LTDA ME-AI N°5333/2022
871.307/2011-BRAZIL IRON MINERACAO LTDA.-AI N°5332/2022
870.399/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5355/2022
870.433/2015-J C DA PAZ SOUZA ME-AI N°5354/2022
870.402/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5351/2022
870.406/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-AI N°5352/2022
870.086/2015-ANKARA ENGENHARIA LTDA-AI N°5362/2022
870.262/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5350/2022

870.941/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5353/2022
871.407/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5348/2022
870.947/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5339/2022
870.260/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5325/2022
870.948/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5324/2022
870.937/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5323/2022
870.264/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5314/2022
870.949/2013-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-AI N°5319/2022
870.068/2013-SANTO EXPEDITO MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°5321/2022
870.303/2015-CERÂMICA LIMA LTDA-AI N°5317/2022
870.390/2015-AUTO LAAM TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME-AI N°5381/2022
870.456/2015-DANYELLE CHAVES FIGUEIREDO DE SOUZA ME-AI N°5380/2022
870.434/2015-FRANCISCO ROCHA PIRES FILHO-AI N°5379/2022
870.397/2015-F & F MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°5374/2022
870.403/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5340/2022
870.405/2015-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°5338/2022
871.391/2014-EMPRESA DE NAVEGAÇÃO VJB LTDA-AI N°5334/2022
871.308/2011-BRAZIL IRON MINERACAO LTDA.-AI N°5331/2022
872.748/2015-MINERACAO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-AI N°5328/2022
871.310/2011-BRAZIL IRON MINERACAO LTDA.-AI N°5330/2022
870.566/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-AI N°5329/2022
872.743/2015-MINERACAO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-AI N°5327/2022
872.745/2015-MINERACAO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-AI N°5326/2022
871.980/2014-ROBERTO CARTOS NASCIMENTO-AI N°5335/2022

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 128/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.335/2021-VALTER SAMARA-Registro de Licença N° 95/2022 - Vencimento em 11/05/2025
860.034/2020-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N° 90/2022 - Vencimento em 16/01/2024
861.224/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Registro de Licença N° 87/2022 - Vencimento em Indeterminado
861.223/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Registro de Licença N° 86/2022 - Vencimento em Indeterminado
861.222/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Registro de Licença N° 85/2022 - Vencimento em Indeterminado
861.221/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Registro de Licença N° 83/2022 - Vencimento em Indeterminado
860.037/2022-W.A. DE MENDONCA AREIAL-Registro de Licença N° 82/2022 - Vencimento em 13/12/2022
861.854/2021-DERICK MARTINS BORGES DE MOURA-Registro de Licença N° 80/2022 - Vencimento em 16/12/2022
861.649/2021-JULIO CESAR RESENDE-Registro de Licença N° 73/2022 - Vencimento em Indeterminado
861.473/2021-FERNANDA TEIXEIRA SILVA-Registro de Licença N° 76/2022 - Vencimento em Indeterminado
860.782/2020-IVON JOSÉ VALENTE-Registro de Licença N° 81/2022 - Vencimento em 28/09/2026
860.516/2022-MARIA BATISTA PINTO-Registro de Licença N° 88/2022 - Vencimento em 16/05/2023
861.462/2021-LNN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A-Registro de Licença N° 89/2022 - Vencimento em 01/09/2025
860.361/2022-INACIA APARECIDA MONTEIRO LIMA-Registro de Licença N° 79/2022 - Vencimento em 25/03/2026
860.473/2022-IBIZA CONSTRUTORA LTDA-Registro de Licença N° 93/2022 - Vencimento em 09/05/2023
860.330/2021-VALTER SAMARA-Registro de Licença N° 94/2022 - Vencimento em 11/05/2025
860.501/2022-RUI PAULA FERREIRA-Registro de Licença N° 98/2022 - Vencimento em 31/01/2023
860.644/2022-ECIO CARLOS DE MENDONÇA-Registro de Licença N° 96/2022 - Vencimento em 06/07/2024
861.698/2021-EVANDRO PAGNONCELLI PEIXOTO-Registro de Licença N° 97/2022 - Vencimento em 29/10/2023
860.771/2018-DEUSAMAR RIBEIRO DE SOZA MINERADORA EIRELI-Registro de Licença N° 92/2022 - Vencimento em Indeterminada
861.546/2021-ANTONIO CORREA VARGAS-Registro de Licença N° 77/2022 - Vencimento em 04/10/2023
860.179/2018-CARLOS ALBERTO DOS REIS ARAUJO-Registro de Licença N° 74/2022 - Vencimento em Indeterminado

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 50/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
868.039/2018-MINERACAO SANTA MARIA LTDA- Cessionário:48079.868021/2022-61-JORCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.109/2018-EDUARDO ANTONIO PRADO MARTINS-OF. N°43277/2022/SEOUT-MS/ANM
868.280/2016-EDUARDO ANTONIO PRADO MARTINS-OF. N°43277/2022/SEOUT-MS/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Defere pedido de reconsideração(392)
868.342/2012-GEISON REZENDE SALGADO
868.343/2012-GEISON REZENDE SALGADO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
868.021/2022-JORCAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.007/2021-HELIO CARLOS COSTALONGA EIRELI-OF. N°43197/2022/SEOUT-MS/ANM
868.210/2021-FRAZAO MINERAÇAO E GEOLOGIA EIRELI ME-OF. N°43531/2022/SEOUT-MS/ANM
868.028/2020-ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA.-OF. N°43677/2022/SEOUT-MS/ANM
868.336/2021-OMNI MINERACAO & CONSULTORIA LTDA-OF. N°43742/2022/SEOUT-MS/ANM
868.337/2021-OMNI MINERACAO & CONSULTORIA LTDA-OF. N°43742/2022/SEOUT-MS/ANM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.225/2021-R. Z. VASCONCELLOS EIRELI
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
868.339/2021-HINOVE AGROCIENCIA S.A.

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 51/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito despacho(2296)
868.342/2012-GEISON REZENDE SALGADO- Publicado DOU de 23/10/2017
868.343/2012-GEISON REZENDE SALGADO- Publicado DOU de 23/10/2017

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 86/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.023/2022-JORGE LIBERALINO DE SOUZA-OF. N°43118/2022/NUOUT-PB/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.211/2018-F&C MINERACAO LTDA- Cessionário:JORGE LIBERALINO DE SOUZA- CPF ou CNPJ 048.568.794-13- Alvará n°3150/2019
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.277/2015-ROCHA E COSTA MINERACAO LTDA- Registro de Licença N° 427/2016 - Vencimento em 31/12/2022
846.134/2017-OFR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI- Registro de Licença N° 536/2020 - Vencimento em 27/11/2022
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
846.070/2022-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE JUNCO DO SERIDO PB-OF. N°41817/2022/NUOUT-PB/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.048/2020-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA-Registro de Licença N° 20/2022 - Vencimento em 23/03/2030
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
846.272/2020-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP-OF. N°34412/2022/NUOUT-PB/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
846.192/2018-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 56/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.726/2016-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°42769/2022/DIOUT-SP/ANM
821.145/2014-HUMBERTO DE SOUSA PEREIRA LIMA NETO-OF. N°42817/2022/DIFIS-SP/ANM
820.533/2014-CONVENCAO SAO PAULO INDUSTRIA DE BEBIDAS E CONEXOS LTDA-OF. N°42827/2022/DIFIS-SP/ANM
820.854/2016-JOSÉ CLAUDIO SARAGIOTTO-OF. N°42852/2022/DIFIS-SP/ANM
820.072/1992-VITERBO MACHADO LUZ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°42974/2022/CAREAS-SP/ANM
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°43178/2022/DIOUT-SP/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
820.408/2015-A. R. PARTICIPAÇÕES, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA-OF. N°42831/2022/DIFIS-SP/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.830727/2021-58-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.831688/2021-14-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.831691/2021-20-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.831692/2021-74-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832284/2021-30-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832295/2021-10-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832298/2021-53-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832306/2021-61-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832310/2021-20-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820701/2021-10-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832531/2021-06-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820773/2021-59-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832534/2021-31-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832535/2021-86-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.832537/2021-75-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820386/2022-01-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00
820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820387/2022-48-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820390/2022-61-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.831672/2022-84-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48054.831675/2022-18-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820396/2022-39-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820397/2022-83-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

820.551/2017-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA- Alvará n°5191/2018 - Cessionario:48053.820398/2022-28-Carlos Magno Silva Garcia ME- CPF ou CNPJ 00.425.214/0001- 00

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

809.227/1975-MINERADORA CORUMBATAI LTDA-OF. N°42764/2022/DIFIS-SP/ANM

821.285/1995-MINERADORA DELFIM MOREIRA LTDA EPP-OF. N°42829/2022/DIFIS-SP/ANM

820.164/1994-NIJHUS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°42996/2022/DIFIS-SP/ANM

820.055/2009-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°43177/2022/DIOUT-SP/ANM

Nega provimento a defesa apresentada(476)

809.227/1975-MINERADORA CORUMBATAI LTDA

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

809.227/1975-MINERADORA CORUMBATAI LTDA- AI Nº 1001/2020/GER - SP/DIFAM - SP

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

809.227/1975-MINERADORA CORUMBATAI LTDA- "Fonte Águas Claras" (Surgência) - Marca "H2O Puríssima da Serra de Corumbataí": garrafões retornáveis de 10L e 20L, sem gás e garrafas descartáveis de 510 mL e 1,5 L, sem gás.- CORUMBATAÍ/SP

821.790/1999-SAN PELLEGRINO COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA. EIRELI- "Fonte dos Cristais" (poço) - Marca "Mineral Acqua's Sun": garrafões de 10 L e 20 L, sem gás.- FRANCO DA ROCHA/SP

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

820.790/1986-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7844/2022/DIFAM-SP/ANM

820.276/1995-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7790/2022/DIFAM-SP/ANM

821.616/1999-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7791/2022/DIFAM-SP/ANM

Fase de Licenciamento

Autoriza o aditamento de substância mineral(770)

820.130/2018-MDV EXTRAÇÃO MINERAL EIRELI-AREIA - Registro de Licença N° 3754/2020, DOU de 18/12/2020

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

820.130/2018-MDV EXTRAÇÃO MINERAL EIRELI- Registro de Licença N° 3754/2020 - Vencimento em 17/12/2026

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

820.130/2018-MDV EXTRAÇÃO MINERAL EIRELI-OF. N°42890/2022/DIOUT-SP/ANM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

821.297/2001-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-Cessionário:PIETRE MINERADORA S.A- CNPJ 15.427.623/0001-12- Registro de Licença N° 2728 de 2011- Vencimento da Licença: 01/02/2023

821.296/2001-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-Cessionário:PIETRE MINERADORA S.A.- CNPJ 15.427.623/0001-12- Registro de Licença N° 2727 de 2011- Vencimento da Licença: 01/02/2023

820.839/1984-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-Cessionário:PIETRE MINERADORA S.A.- CNPJ 15.427.623/0001-12- Registro de Licença N° 761 de 2015- Vencimento da Licença: 27/07/2025

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)

820.257/2021-CERAMICA ROCHEDO LTDA-OF. N°42802/2022/DIOUT-SP/ANM

820.450/2008-MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA-OF. N°42885/2022/DIOUT-SP/ANM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.453/2015-EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA SAO PEDRO LTDA-OF. N°42925/2022/DIOUT-SP/ANM

820.257/2021-CERAMICA ROCHEDO LTDA-OF. N°43027/2022/DIOUT-SP/ANM

820.558/1986-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°43030/2022/DIOUT-SP/ANM

820.423/2009-MINERACAO SAO DOMINGOS LTDA-OF. N°43039/2022/DIOUT-SP/ANM

820.326/2021-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-OF. N°43192/2022/DIOUT-SP/ANM

820.326/2021-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-OF. N°43200/2022/DIOUT-SP/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

820.174/2010-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7823/2022/DIFAM-SP/ANM-60 dias

820.159/2010-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7797/2022/DIFAM-SP/ANM-60 dias

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

821.295/2014-RAFAEL MIRANDA MAC CORNICK- ALVARÁ n° 3222/2017 - Cessionário: R.M. MAC CORNICK EIRELI- CNPJ 33.453.193/0001-95

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.886/2021-POLI MARMORES E GRANITOS LTDA-Registro de Licença N° 23/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/SP - Vencimento em 20/05/2027

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)

820.337/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO- Registro de Extração N°03/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/SP de 12/08/2022

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 337/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)

850.236/2020-FRANCINETE MOREIRA LIMA-OF. N°42796/2022/DIOUT-PA/ANM

850.223/2022-ROSA MARIA CAMPOS FERREIRA-OF. N°42825/2022/DIOUT-PA/ANM

Indefere Requerimento de PLG(335)

851.195/2021-LUIS CARLOS NOGUEIRA NOVAES

851.713/2021-RENATO RODRIGUES DOS SANTOS

851.550/2021-RENATO FRATESCHI NETO

850.875/2021-WENDIS DOS SANTOS MESSIAS

850.492/2021-COOPERATIVA BRASILEIRA DE GARIMPEIROS - COBRASA

850.494/2021-COOPERATIVA BRASILEIRA DE GARIMPEIROS - COBRASA

850.350/2021-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE MINERACAO E GARIMPEIROS DE CARAJAS - COOPMINER

Indefere por Interferencia Total(1339)

850.603/2021-SAINT CLAIR TOLENTINO DE SOUSA FILHO

850.352/2022-COOPERATIVA MINERADORA DE ARIQUEMES - COOMARI

850.251/2022-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)

850.391/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.392/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.388/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.389/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.390/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.396/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.394/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

850.395/2022-JOSE OSVALMIR BERNALDO DOS SANTOS

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

850.527/2022-MARIA ODETE FERREIRA DA SILVA-Registro de Licença N° 54/2022 - Vencimento em 24/01/2023

850.528/2022-MARIA ODETE FERREIRA DA SILVA-Registro de Licença N° 55/2022 - Vencimento em 24/01/2023

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

850.539/2022-ELIAQUIM DE CARVALHO FONSECA

850.200/2022-S. ARAUJO VIEIRA & CIA LTDA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

856.258/1994-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

850.439/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

854.842/1996-MINERAÇÃO ZASPIR LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

850.145/2022-DANIEL GEYERHAHN GARCIA-OF. N°39406/2022/DIOUT-PA/ANM

850.116/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°40722/2022/DIOUT-PA/ANM

850.117/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°40719/2022/DIOUT-PA/ANM

850.118/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°40724/2022/DIOUT-PA/ANM

850.132/2021-LAM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°40728/2022/DIOUT-PA/ANM

850.308/2021-F ASSIS DOS SANTOS-OF. N°40726/2022/DIOUT-PA/ANM

850.312/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°40725/2022/DIOUT-PA/ANM

850.314/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°40721/2022/DIOUT-PA/ANM

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

850.290/2022-MUNICIPIO DE PALESTINA DO PARA-OF. N°42798/2022/DIOUT-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 338/2022

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

850.897/2021-WALDIR GOES RODRIGUES- Registro de Licença N° 29/2021 - Vencimento em 05/05/2023

851.159/2012-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVICOS LTDA- Registro de Licença N° 31/2014 - Vencimento em 19/08/2025

850.380/2019-A L L LOCACAO EIRELI- Registro de Licença N° 15/2021 - Vencimento em 17/06/2023

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 339/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

851.440/2021-ELOFORT SERVICOS LTDA-OF. N°42160/2022/DIFIS-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 340/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)

PLG N°220/2022 - 850.276/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°221/2022 - 850.277/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°222/2022 - 850.278/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°223/2022 - 850.279/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°224/2022 - 850.280/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°225/2022 - 850.281/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

PLG N°226/2022 - 850.282/2018-CLAUDIO ATILIO MORTARI - Prazo 5 anos

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI

DESPACHO
Relação nº 342/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)

850.644/2015-ALLMINING MINERAÇÃO LTDA ME

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 343/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.158/2008-VOTORANTIM METAIS S.A
850.186/2014-VALE S.A.
850.479/2014-POTASSIO DO BRASIL LTDA.
850.771/2014-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.771/2014-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.719/2015-CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA EIRELI
850.233/2016-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.487/2016-COBREX PROSPECCAO MINERAL S.A.
850.629/2016-BEMISA HOLDING S.A.
850.668/2016-JUAREZ ALVES DA SILVA
850.370/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ
850.371/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ
850.385/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ
850.856/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ
851.119/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
850.260/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 344/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.124/2013-MINERACAO PARAGOMINAS S.A.-ALVARÁ N°15816/2015
850.064/2016-XTZ MINERIUM LTDA-ALVARÁ N°7952/2016

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 345/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.185/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 139/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.849/2009-EDYR MILITINO RUI-OF. N°43338/2022
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)
810.249/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-Registro de Extração N°109/2019 de 02/09/2019
810.201/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-Registro de Extração N°102/2021 de 16/09/2021
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
810.702/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PROGRESSO-Registro de Extração N°146/2018 de 12/11/2018
810.728/2017-MUNICIPIO DE IBIRUBÁ-Registro de Extração N°184/2017 de 24/10/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
811.134/2017-MUNICÍPIO DE TRIUNFO-Registro de Extração N°111/2018 de 09/08/2018
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 02 anos(940)
810.821/2015-MUNICÍPIO DE COLINAS-Registro de Extração N°130/2017 de 15/08/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
810.101/2020-MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE-Registro de Extração N°67/2020 de 28/04/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.113/2010-VENDA VELHA MINERADORA LTDA-OF. N°43262/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
810.470/2022-PAULO V. G. CRIJA & CIA LTDA
810.774/2020-R.A. ENTULHOS GESTAO DE RESIDUOS E TRANSPORTE LTDA
810.768/2020-TERRAPLENAGEM CERRITO LTDA
810.663/2020-T R DA SILVA ARENITO LTDA
810.624/2020-ALEXANDRE BELLE TURA
810.548/2020-PEDREIRA MIORANZA EIRELI
810.388/2020-CONSTRUTORA GIOVANELLA LTDA
810.337/2020-CONSTRUTORA GIOVANELLA LTDA
810.035/2020-EMPRESA CONSTRUTORA PORTO BETON LTDA
810.022/2020-EXTRAÇÃO DE BASALTO JCZ LTDA ME
810.010/2020-VGA EXTRACAO DE BASALTO EIRELI
810.586/2019-MINERADORA MENEGAT EIRELI
810.284/2015-RÉGIS PEREIRA & CIA LTDA.
811.510/2014-PEDREIRA TAIMBE LTDA
810.235/1999-CORTICEIRAS AGROPECUARIA LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.318/2020-AGREGA MINERADORA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.588/2022-MUNICÍPIO DE ENCANTADO-OF. N°42830/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.364/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL- Registro de Extração N°173/2022 de 12/09/2022
810.465/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°174/2022 de 12/09/2022
810.468/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°175/2022 de 12/09/2022
810.469/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZALTENSE- Registro de Extração N°176/2022 de 12/09/2022
810.473/2022-MUNICIPIO DE FORQUETINHA- Registro de Extração N°177/2022 de 12/09/2022
810.475/2022-MUNICIPIO DE FORQUETINHA- Registro de Extração N°178/2022 de 12/09/2022
810.539/2022-MUNICIPIO DE TEUTONIA- Registro de Extração N°180/2022 de 12/09/2022
810.540/2022-MUNICIPIO DE MAMPITUBA- Registro de Extração N°181/2022 de 12/09/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.519/2022-MUNICIPIO DE SAO JOAO DA URTIGA- Registro de Extração N°179/2022 de 12/09/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 57/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.142/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
864.143/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
864.144/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
864.146/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
864.147/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
864.177/2022-BOMEC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
864.241/2022-CARISVALDO ALMEIDA BOMFIM
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
864.106/2022-SEVAN NAVES
864.274/2022-CALCARIO MILENIUM LTDA
864.048/2020-BR BRAZIL MINING HOLDING LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.167/2022-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
864.129/2022-AMAZONAS PARTICIPAÇÕES EIRELI

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.383, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840144/2022-86-SIQUEIRA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4997342)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.384, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810583/2022-14-SANTA FE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4998904)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 206/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7385/2022-850.143/2022-MINEX COMERCIO DE MINERAIS LTDA-
7387/2022-850.224/2022-ENGEO ENGENHARIA E GEOLOGIA EIRELI-
7388/2022-850.228/2022-ROBSON BERNARDO-
7386/2022-850.159/2022-HELIO MARCOS DA SILVA GOMES-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 9/2022

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)
BARRAGEM ÁGUA FRIA-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-930.096/2000-OF. N°43028/2022/SEFBM-C/ANM-- No prazo de 30 dias

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Chefe da DISBM-MG

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 668, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.221862/2022-36. resolve: Autorizar a empresa FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 436, de 21 de Junho de 2019.

CNPJ
92.660.406/0001-19
92.660.406/0008-95
92.660.406/0009-76
92.660.406/0015-14

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 669, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214154/2022-49, resolve: autorizar a empresa VIBRA ENERGIA S.A., CNPJ nº 34.274.233/0254-31, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos exceto combustíveis de aviação, localizada a Rua Paraíba, s/n, Bairro Remanso - Cruzeiro do Sul/AC. CEP: 69.980-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -07:37:05,230; -72:38:57,800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 30.964,30 m³. Ficam revogadas a Autorização SDL-ANP Nº 663 de 19 de outubro de 2021 e a Autorização SDL-ANP 664 de 19 de outubro de 2021.

TQ	Ø (m)	Altura/Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1870	22,36	14,49	5.730,96	II ou III	Vertical Aéreo
1871	22,36	14,49	5.732,19	II ou III	Vertical Aéreo
1872	22,36	14,49	5.731,22	II ou III	Vertical Aéreo
1873	22,36	14,49	5.730,91	I,II ou III	Vertical Aéreo
1874	22,36	14,49	5.732,98	I,II ou III	Vertical Aéreo
1875	9,55	12,67	905,55	II ou III	Vertical Aéreo
1876	9,55	12,67	905,63	II ou III	Vertical Aéreo
1877	7,63	10,86	495,12	I, II ou III	Vertical Aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.176, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos da empresa RODRIGUES TORRES COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 73.413.601/0006-04, conforme Processo nº 48610.204050/2020-64, tendo em vista o integral cumprimento da Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.177, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0229416	ABC DISTRIBUICAO DE PETROLEO LTDA	13.117.591/0009-80	48610.220923/2022-48
PR/RJ0229311	AUTO POSTO BONANCA DE CABUCU LTDA.	26.546.080/0001-79	48610.221486/2022-80
PR/BA0229315	AUTO POSTO ITATIAIA LTDA	02.038.025/0007-03	48610.221097/2022-54
PR/PR0229313	CAETANO E MARIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.309.273/0001-13	48610.221135/2022-79
PR/PB0229312	EN POSTO DE COMBUSTÍVEL EIRELI	40.307.717/0001-03	48610.221086/2022-74
PR/CE0229314	JOSE JERONIMO DA SILVA NETO COMBUSTIVEL LTDA	45.292.694/0001-16	48610.215124/2022-50
PR/MA0229396	R M GARBINO	02.892.509/0001-11	48610.212906/2022-37
PR/CE0229310	S.A. PETROLEO COMBUSTIVEIS LTDA	43.555.201/0001-68	48610.221516/2022-58

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.178, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212350/2020-17, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 888/2017, outorgada à sociedade POWERTECH ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE GERADORES DE ENERGIA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. - CNPJ nº 12.302.292/0001-04.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.179, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições na alínea "e', do inciso II, do artigo 25 da Resolução ANP nº 08/2007 e o que consta do processo nº 48610.213371/2022-11, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 25/2005, Autorização ANP nº 88/2008, Autorização ANP nº 89/2008, do Despacho do Superintendente nº 194/2008 e do Despacho do Superintendente n° 65/2005, todos os atos anteriormente outorgados à sociedade RECREIO TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 68.513.118/0001-57, para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.180, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/AC0246373	C. S. DE MENEZES LTDA	47.217.447/0001-80	48610.220994/2022-41
GLP/SE0246374	DAUANE ARAGAO CHAGAS	47.271.535/0001-60	48610.221425/2022-12
GLP/SP0246375	MJV COMERCIO DE GAS LTDA	46.387.084/0001-69	48610.221083/2022-31
GLP/GO0246376	M.R. DA SILVA LIDER	18.327.531/0001-59	48610.220158/2022-66
GLP/SP0246377	PAULISTA COMERCIO DE GAS LTDA	46.123.941/0001-13	48610.218982/2022-56
GLP/BA0246378	SANTANA DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA	46.463.131/0001-06	48610.221679/2022-31
GLP/MT0246379	TRIAN CENTRO NORTE TRANSPORTADORA LTDA	42.384.418/0001-90	48610.221030/2022-10

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização SDL-ANP nº 656, de 14 de setembro de 2022, publicada no DOU de 15 de setembro de 2022, seção 1, páginas 80 e 81:

Onde se lê: " (...) consta no processo @número_do_processo@ (...)"

Leia-se: " (...) consta no processo 48610.219581/2022-13 (...)"

Onde se lê:

CNPJ
33.000.167/0004-54
33.000.167/0021-55
33.000.167/0023-17
33.000.167/0027-40
33.000.167/0029-02
33.000.167/0031-27
33.000.167/0042-80
33.000.167/0045-22
33.000.167/0055-02
33.000.167/0088-62
33.000.167/0093-20
33.000.167/0094-00
33.000.167/0096-72
33.000.167/0102-55
33.000.167/0104-17
33.000.167/0135-13
33.000.167/0142-42
33.000.167/0143-23
33.000.167/0147-57
33.000.167/0183-10
33.000.167/0210-28
33.000.167/0227-76
33.000.167/0237-48
33.000.167/0277-35
33.000.167/0278-16
33.000.167/0279-05
33.000.167/0284-64
33.000.167/0290-02
33.000.167/0299-40
33.000.167/0300-19
33.000.167/0323-05
33.000.167/0324-96
33.000.167/0325-77
33.000.167/0334-68
33.000.167/0335-49
33.000.167/0342-78
33.000.167/0344-30
33.000.167/0346-00
33.000.167/0347-82
33.000.167/0348-63
33.000.167/0353-20
33.000.167/0357-54
33.000.167/0496-23
33.000.167/0603-50
33.000.167/0636-18
33.000.167/0643-47
33.000.167/0661-29
33.000.167/0744-90
33.000.167/0793-79
33.000.167/0807-09
33.000.167/0809-70
33.000.167/0822-48
33.000.167/0850-00
33.000.167/1007-50
33.000.167/1045-86
33.000.167/1049-00
33.000.167/1055-58
33.000.167/1056-39
33.000.167/1072-59
33.000.167/1111-08
33.000.167/1119-57
33.000.167/1122-52
33.000.167/1123-33
33.000.167/1128-48

Leia-se:

CNPJ
33.000.167/0001-01
33.000.167/0004-54
33.000.167/0021-55
33.000.167/0023-17
33.000.167/0027-40
33.000.167/0029-02
33.000.167/0031-27
33.000.167/0042-80
33.000.167/0045-22
33.000.167/0055-02
33.000.167/0088-62
33.000.167/0093-20
33.000.167/0094-00
33.000.167/0096-72
33.000.167/0102-55
33.000.167/0104-17
33.000.167/0135-13
33.000.167/0142-42
33.000.167/0143-23
33.000.167/0147-57
33.000.167/0183-10
33.000.167/0210-28
33.000.167/0227-76
33.000.167/0237-48
33.000.167/0277-35
33.000.167/0278-16
33.000.167/0279-05
33.000.167/0284-64
33.000.167/0290-02
33.000.167/0299-40

33.000.167/0300-19
33.000.167/0323-05
33.000.167/0324-96
33.000.167/0325-77
33.000.167/0334-68
33.000.167/0335-49
33.000.167/0342-78
33.000.167/0344-30
33.000.167/0346-00
33.000.167/0347-82
33.000.167/0348-63
33.000.167/0353-20
33.000.167/0357-54
33.000.167/0496-23
33.000.167/0603-50
33.000.167/0636-18
33.000.167/0643-47
33.000.167/0661-29
33.000.167/0744-90
33.000.167/0793-79
33.000.167/0807-09
33.000.167/0809-70
33.000.167/0822-48
33.000.167/0850-00
33.000.167/1007-50
33.000.167/1045-86
33.000.167/1049-00
33.000.167/1055-58
33.000.167/1056-39
33.000.167/1072-59
33.000.167/1111-08
33.000.167/1119-57
33.000.167/1122-52
33.000.167/1123-33
33.000.167/1128-48

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 1.181, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.212599/2020-22, resolve:

1º Revogar o Despacho da Superintendente nº 193, de 21 de fevereiro de 2014, publicado na página 100 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 38, de 24 de fevereiro de 2014.

2º Revogar o Despacho do Superintendente nº 1, de 6 de janeiro de 2015, publicado na página 51 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 4, de 7 de janeiro de 2015.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.243, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Instrução Normativa nº 2, de 29 de setembro de 2021, com fundamento na Nota Técnica nº 50/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 16 de setembro de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63848, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 468, de 9 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2022, que instaurou Procedimento de Revisão da Portaria nº 2.255, de 11 de junho de 2013, que declarou anistiado político FRANCISCO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 211.044.251-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.244, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, com fundamento na Nota Técnica nº 47/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 16 de setembro de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67317, resolve:

Complementar a Portaria nº 1.564, de 22 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2021, que declarou anistiada política ANA MARIA RAMALHO ORTIGÃO FARIAS, inscrita no CPF sob o nº 664.303.137-00, quanto ao valor da reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, na função de professora de biologia do ensino básico, qual seja R$ 4.774,42 (quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.245, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 0035305-50.2009.4.01.3400, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00389/2022/COREMNE/PRU1R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 46/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 16 de setembro de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57831, resolve:

Retificar a Portaria nº 1.400, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2019, para declarar anistiado político JOSUE SEVERINO DE FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 331.914.761-72, e conceder prestação mensal, permanente e continuada na graduação de Segundo-Sargento, com soldo e vantagens de Primeiro-Sargento, observados os prazos de permanência em atividade constantes das leis e regulamentos de regência.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.246, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Instrução Normativa nº 2, de 29 de setembro de 2021, com fundamento na Nota Técnica nº 48/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 16 de setembro de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03472, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1.571, de 11 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2022, que instaurou Procedimento de Revisão da Portaria nº 2.886, de 30 de dezembro de 2002, que declarou anistiado político ANTONIO PINTO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 036.933.338-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.248, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Instrução Normativa nº 2, de 29 de setembro de 2021, com fundamento na Nota Técnica nº 49/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 16 de setembro de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.01643, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1.528, de 11 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2022, que instaurou Procedimento de Revisão da Portaria nº 3.063, de 30 de dezembro de 2002, que declarou anistiado político HÉLIO EVANGELISTA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 024.105.244-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.547, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Define e homologa os códigos referentes ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) credenciados e cadastrados no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e

Considerando o art. 35, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabeleceu a combinação de critérios segundo a análise técnica de programas e projetos para o estabelecimento de valores;

Considerando os arts. 3º e 4º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que determinaram a forma de repasse de recursos aos estados, municípios e Distrito Federal e as condições para que os entes recebam os recursos;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, especialmente o disposto no parágrafo único de seu art. 22, que condicionou a entrega dos recursos à instituição e ao funcionamento do Fundo e do Conselho de Saúde no âmbito do ente da federação e à elaboração do Plano de Saúde;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação dos recursos federais transferidos a estados, Distrito Federal e municípios;

Considerando o Anexo XXII, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo as diretrizes e as normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe a respeito das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, especialmente no que diz respeito à Seção I - do Programa Academia da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, especialmente o Título II que dispõe sobre o custeio da Atenção Primária à Saúde;

Considerando a Portaria SAPS/MS nº 47, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação;

Considerando a Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que consolida as normas sobre Atenção Primária à Saúde;

Considerando a análise dos polos credenciados pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 234, de 21 de fevereiro de 2022, e cadastrados pela gestão municipal e ativos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde na competência CNES junho de 2022, resolve:

Art. 1º Definir e homologar os códigos referentes ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação, dos polos do Programa Academia da Saúde credenciados, por meio da Portaria GM/MS nº 234, de 21 de fevereiro de 2022, e cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Parágrafo Único. Os códigos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde de que trata o caput deste artigo foram definidos por meio da análise dos estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde credenciados em portaria do Ministério da Saúde, cadastrados pela gestão municipal e ativos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, que atenderam os critérios dispostos no parágrafo 2º, do art. 3º, da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, para homologação.

Art. 2º Os municípios com serviços constantes no Anexo a esta Portaria deverão observar os critérios estabelecidos no parágrafo 1º, do art. 1º, da Portaria SAPS/MS nº 47, de 19 de dezembro de 2019, sob pena de suspensão da transferência financeira.

Art. 3º Os incentivos financeiros federais de custeio serão transferidos, mensalmente, na modalidade fundo a fundo, por meio do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, de que dispõe o inciso I, do art. 3º, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.217U - Apoio à Manutenção dos polos do Programa Academia da Saúde, Plano orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários e financeiros a partir da competência financeira setembro de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES) referentes aos polos do Programa Academia da Saúde, por município, para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES
BA	291440	IRAQUARA	7738099
PR	412080	QUATRO BARRAS	7241437
RN	240520	JANDUÍS	9840648
RS	430512	CERRITO	7928335
SC	421230	PAULO LOPES	9999167
TO	171830	PRAIA NORTE	6878016
TOTAL		6 MUNICÍPIOS	6 POLOS

PORTARIA GM/MS Nº 3.555, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Define e homologa os códigos referentes ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) credenciados e cadastrados no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e

Considerando o art. 35, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabeleceu a combinação de critérios segundo a análise técnica de programas e projetos para o estabelecimento de valores;

Considerando os arts. 3º e 4º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que determinaram a forma de repasse de recursos aos estados, municípios e Distrito Federal e as condições para que os entes recebam os recursos;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, especialmente o disposto no parágrafo único de seu art. 22, que condicionou a entrega dos recursos à instituição e ao funcionamento do Fundo e do Conselho de Saúde no âmbito do ente da federação e à elaboração do Plano de Saúde;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação dos recursos federais transferidos a estados, Distrito Federal e municípios;

Considerando o Anexo XXII, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo as diretrizes e as normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe a respeito das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, especialmente no que diz respeito à Seção I - do Programa Academia da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, especialmente o Título II que dispõe sobre o custeio da Atenção Primária à Saúde;

Considerando a Portaria SAPS/MS nº 47, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação;

Considerando a Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, que consolida as normas sobre Atenção Primária à Saúde;

Considerando a análise dos polos credenciados pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 2.101, de 30 de junho de 2022, e cadastrados pela gestão municipal e ativos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde na competência CNES junho de 2022, resolve:

Art. 1º Definir e homologar os códigos referentes ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação, dos polos do Programa Academia da Saúde credenciados, por meio da Portaria GM/MS nº 2.101, de 30 de junho de 2022, e cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Parágrafo Único. Os códigos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde de que trata o caput deste artigo foram definidos por meio da análise dos estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde credenciados em portaria do Ministério da Saúde, cadastrados pela gestão municipal e ativos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, que atenderam os critérios dispostos no parágrafo 2º, do art. 3º, da Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2 de junho de 2021, para homologação.

Art. 2º Os municípios com serviços constantes no Anexo a esta Portaria deverão observar os critérios estabelecidos no parágrafo 1º, do art. 1º, da Portaria SAPS/MS nº 47, de 19 de dezembro de 2019, sob pena de suspensão da transferência financeira.

Art. 3º Os incentivos financeiros federais de custeio serão transferidos, mensalmente, na modalidade fundo a fundo, por meio do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, de que dispõe o inciso I, do art. 3º, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.217U - Apoio à Manutenção dos polos do Programa Academia da Saúde, Plano orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários e financeiros a partir da competência financeira setembro de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES) referentes aos polos do Programa Academia da Saúde, por município, para fins da transferência do incentivo de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES
AL	270230	CORURIPE	9669655
AL	270310	IGACI	9662766
AL	270400	JUNQUEIRO	9232265
AP	160023	FERREIRA GOMES	9887121
BA	290475	BURITIRAMA	0433020
BA	290475	BURITIRAMA	0433055
BA	290550	CALDEIRÃO GRANDE	0906344
BA	292010	MAIRI	9555773
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	9928693
CE	230185	BANABUIÚ	0905666
CE	230640	ITAPIPOCA	9790578
CE	230640	ITAPIPOCA	9835008
CE	230640	ITAPIPOCA	9973257
GO	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS	7431104
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	9475745
GO	520455	CALDAZINHA	9764437
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL	9307788
GO	520549	CIDADE OCIDENTAL	9307907
GO	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS	0033812
GO	521000	INHUMAS	904007
GO	521040	ITABERAÍ	9804633
GO	521310	MINEIROS	9018417
GO	521490	NOVA ROMA	9241507
GO	521980	SÃO DOMINGOS	9777520
MA	210070	ANAJATUBA	9638970
MA	210455	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	9599924
MA	210480	GRAJAÚ	9992596
MA	210570	LAGO DA PEDRA	2531607
MG	310230	ALVINÓPOLIS	7860188
MG	311510	CÁSSIA	0037869
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	6894852
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	9927751
MG	312600	FLORESTAL	9676694
MG	312790	GRUPIARA	7546017
MG	312800	GUANHÃES	9906576
MG	313600	JOAÍMA	7767528
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	9784284
MG	313690	JURUAIA	9020810
MG	313830	LEANDRO FERREIRA	0399663
MG	314225	MIRAVÂNIA	9910239
MG	314330	MONTES CLAROS	9796460
MG	314625	PADRE CARVALHO	0948322
MG	314710	PARÁ DE MINAS	0056189
MG	314810	PATROCÍNIO	9912320
MG	316870	TIMÓTEO	0267848
MG	316870	TIMÓTEO	0268038
MG	316990	UBÁ	9964037
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	9236600
MT	510515	JUÍNA	9979638
MT	510560	MATUPÁ	7987692
MT	510615	NOVA BANDEIRANTES	7820429
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	9981020
PA	150240	CASTANHAL	0029416
PA	150240	CASTANHAL	7468679
PA	150503	NOVO PROGRESSO	9571353
PA	150610	PRIMAVERA	9761101
PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	9700196
PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	9811508
PA	150680	SANTARÉM	9679553
PB	250700	ITAPORANGA	9944044
PB	250810	LAGOA	9660658
PB	250850	LIVRAMENTO	9900802
PB	251200	POCINHOS	9288155
PB	251230	PRINCESA ISABEL	0454486
PB	251530	SAPÉ	9934898
PE	260020	AFRÂNIO	9058095
PE	260020	AFRÂNIO	9553479
PE	260250	BREJINHO	9811834
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	7414412
PE	260350	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	9650075
PE	260515	DORMENTES	9223568
PE	261060	PAUDALHO	9366660
PE	261070	PAULISTA	9915907
PE	261070	PAULISTA	9697632
PE	261410	SERTÂNIA	7558538
PI	220020	ÁGUA BRANCA	9714642
PI	220060	ANGICAL DO PIAUÍ	2828499
PI	220100	ARRAIAL	9841202
PI	220250	CARACOL	0821780
PI	220490	ISAÍAS COELHO	0197882
PI	220490	ISAÍAS COELHO	0219649
PI	220790	PEDRO II	2404451
PI	220840	PIRIPIRI	0851035
PI	220840	PIRIPIRI	0407372
PI	220840	PIRIPIRI	0850926
PI	220840	PIRIPIRI	9685316
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	0998133
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	9621768
PR	412290	SALTO DO ITARARÉ	7978677
RJ	330285	MESQUITA	9962530
RJ	330285	MESQUITA	9978704
RJ	330285	MESQUITA	9912096
RJ	330575	TANGUÁ	7997043
RN	240780	MONTE ALEGRE	9766758
RR	140060	SÃO LUIZ	9384790

RS	430064	AMETISTA DO SUL	9570594
RS	431403	PARECI NOVO	7397917
RS	431446	PINHAL DA SERRA	9756949
SC	421000	LUIZ ALVES	7517297
SC	421100	MONDAÍ	0404705
SP	351770	GUARÁ	7543204
SP	352780	LUPÉRCIO	9469850
SP	354100	PRAIA GRANDE	7951094
SP	354100	PRAIA GRANDE	9010963
SP	354100	PRAIA GRANDE	7965109
SP	354100	PRAIA GRANDE	7961596
SP	355410	TAUBATÉ	9792988
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	9820612
TO	171850	RECURSOLÂNDIA	7910436
TO	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	9206434
TOTAL		92 MUNICÍPIOS	110 POLOS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.121, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD):

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belford Roxo
CNPJ: 02.945.580/0001-15
Município/UF: Belford Roxo/RJ.
Título do projeto: APAE SAÚDE.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.015337/2019-61
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 391/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028333759).
Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.123, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon):

Razão Social: Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas
CNPJ: 79.698.643/0001-00
Município/UF: Curitiba/PR
Título do projeto: "Investigação das Alterações Citogenéticas Moleculares no Diagnóstico, Prognóstico e na Evolução Neoplásica dos Pacientes com Anemia de Fanconi".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.055360/2015-64
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer Técnico nº 55/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0027818584).
Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.126, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia
CNPJ: 81.268.765/0001-09
Município/UF: Cafelândia/PR
Título do projeto: Intervenção à Saúde e Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.000628/2020-98
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 389/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028332155).
Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 577, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Defere, Sub Judice, a Renovação do CEBAS da Associação Comunitária Monte Azul, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que em seu § 2º do artigo 40, determina: "aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar aplicam-se as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo";

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a determinação judicial proferida nos autos do processo nº Processo Judicial nº 1024573-41.2019.4.01.3400, da Procuradoria-Regional da União da 1ª Região - Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio do Parecer de Força Executória nº 02179/2022/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, que solicita reanálise do Processo de Renovação de CEBAS n.º 25000.205052/2014-13, pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, sem a exigência de comprovação dos requisitos da Lei nº 12.101/2009, para deferir o CEBAS da Associação Comunitária Monte Azul (SP); e

Considerando o Despacho/CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.205052/2014-13, que em cumprimento à decisão judicial, acatou pela Renovação do CEBAS, resolve:

Art. 1º Fica deferida, Sub Judice, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Comunitária Monte Azul, CNPJ nº 51.232.221/0001-26, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 02 de dezembro de 2014 até ulterior decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no âmbito do processo nº 1024573-41.2019.4.01.3400.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 63, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.040504/2019-10, 0029166710.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Osteoporose, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE, nos autos do processo de NUP 25000.040504/2019-10. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 64, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.016684/2021-25, 0029168001.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de ampliação de uso do Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis em pacientes com doenças inflamatórias imunomediadas ou receptores de transplantes de órgãos sólidos, apresentada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS/MS, nos autos do processo de NUP 25000.016684/2021-25. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 65, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.074599/2019-67, 0029168199.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de atualização das Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Carcinoma de Mama, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE, nos autos do processo de NUP 25000.074599/2019-67. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.069, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1257922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CLEAR PET INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA EPP / 26.073.629/0001-55
ARTIGO PRECURSOR LAMINA DE PET POS CONSUMO RECICLADO ALIMENTÍCIO
25351.415201/2016-56 / 673440001
4100 - Revalidação de registro de embalagens novas tecnologias (recicladas) / 4482804/22-3

DANONE LTDA. / 23.643.315/0115-10
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110086/2011-94 / 665770094
464 - Desistência de petição/processo a pedido da empresa / 4658788/22-5
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110086/2011-94 / 665770094
456 - Alteração de Rotulagem / 2991116/22-6
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110086/2011-94 / 665770094
4083 - Alteração de fórmula de fórmulas modificada para nutrição enteral / 2727115/22-9
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.110086/2011-94 / 665770094
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 6580637/21-8

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA / 49.324.221/0001-04
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.180052/2008-15 / 620479975
4051 - Inclusão de Unidade Fabril / 4465739/22-2

GLOBAL PET RECICLAGEM SA / 07.222.521/0001-32
RESINA DE PET PÓS-CONSUMO RECICLADA (PET PCR)
25351.031796/2013-31 / 671690001
4106 - Extensão para registro único de embalagem PET-PCR / 4532694/22-1

JGS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA / 26.691.705/0001-96
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM E FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS
25351.699979/2021-43 / 674890005
4077 - Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 2550893/21-2
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM E BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 EM CÁPSULAS
25351.161986/2022-58 / 674890006
4077 - Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 0990861/22-8

NATURALIS NUTRIÇÃO E FARMA LTDA / 30.863.575/0001-07
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM E BIFIDOBACTERIUM ANIMALIS LACTIS HN019 EM CÁPSULAS
25351.491301/2019-08 / 661220019
449 - Alteração de Unidade Fabril / 4533026/22-2

NESTLÉ BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA
25351.067005/2021-04 / 659650161
4071 - Registro de fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas / 8548889/21-7
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA
25351.067004/2021-51 / 659650160
4071 - Registro de fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas / 8548888/21-1

NUTERAL INDÚSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA / 69.363.174/0001-15
MÓDULO DE CARBOIDRATOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.074752/2022-71 / 574180045
4061 - Registro de módulo para nutrição enteral / 4232703/22-5

PRODIET NUTRIÇAO CLINICA LTDA / 08.183.359/0001-53
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.184238/2015-21 / 663200022
4096 - Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral / 2448546/22-3

TIARAJU FARMA, ALIMENTOS E COSMETICOS LTDA / 23.739.581/0001-83
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM ANIMALIS SUBSP. LACTIS HN019, LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULA DURA
25351.515896/2021-19 / 673150017
457 - Inclusão de Marca / 4526588/22-9

VIDA FORTE NUTRIENTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 07.455.576/0001-92
MÓDULO DE L-GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25004.231923/2006-04 / 654260001
4098 - Revalidação de registro de módulos para nutrição enteral / 0715852/22-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.070, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1255922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA. / 84.430.149/0001-09
ACEROLA EM PO
25351.189860/2022-48
4134 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA DE NOVOS ALIMENTOS IN NATURA, MINIMAMENTE PROCESSADOS OU DESIDRATADOS, COMO HORTALIÇAS, TUBÉRCULOS, CEREAIS E FRUTAS, INCLUINDO ESPÉCIES VEGETAIS PARA O PREPARO DE CHÁS E ESPECIARIAS, QUE TEM DADOS QUE SUSTENTEM SEU HISTÓRICO DE CONSUMO SEGURO COMO ALIMENTO / 1143826/22-1

KILYOS ASSESSORIA CONSULTORIA CURSOS E PALESTRAS LTDA / 18.384.163/0001-80
ASTAXANTINA
25351.457340/2021-92
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 1812220/21-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.071, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1248222
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AQIA QUIMICA INOVATIVA LTDA. / 01.142.107/0001-37
FOSFOPROPILSILANOTRIOL ESTABILIZADO EM LACTOSE (PPST-L)
25351.810910/2021-87
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2880377/21-8

J. RETTENMAIER LATINOAMERICANA LTDA / 05.376.893/0001-98
FIBRA DE BAMBU
25351.635725/2020-16
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2179633/20-3

RICERA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA / 47.967.468/0001-13
MEMBRANA DA CASCA DO OVO
25351.541474/2021-91
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2062061/21-8

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.042, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BAYER S.A. 18459628000115
LEVONORGESTREL
KYLEENA 25351.622423/2017-82 09/2029
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 4367323/22-6
1.7056.0118.001-2 36 Meses
19,5 MG DIU CT EST APLIC PLAS PETG TRANS
1.7056.0118.002-0 36 Meses
19,5 MG DIU CT 5 EST APLIC PLAS PETG TRANS

BEKER PRODUTOS FÁRMACO HOSPITALARES LTDA 47231121000108
fluconazol 25351.482546/2020-70 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4077014/20-1
1.0346.0025.001-6 24 Meses
2 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 100 ML

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05161069000110
DIOSMINA + FLAVONÓIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA
FLAVONID 25351.543023/2011-66 03/2025

10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 2806034/21-2
10195 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 2806032/21-6
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2806030/21-0
10493 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 2806023/21-7
10493 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 2806027/21-0
1.5584.0254.001-7 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.5584.0254.002-5 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.5584.0254.003-3 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500 (EMB HOSP)
1.5584.0254.004-1 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
1.5584.0254.005-1 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 60
1.5584.0254.006-8 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 30
1.5584.0254.007-6 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 500
1.5584.0254.008-4 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 14
1.5584.0254.009-2 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.5584.0254.010-6 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.5584.0254.011-4 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.5584.0254.012-2 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 14

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
Rheum palmatum L. + Frangula purshiana (DC.) A. Gray + PEUMUS BOLDUS MOLINA
EPAREMA 25351.109957/2021-02 10/2029
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2621556/21-0
1.7817.0911.023-1 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.7817.0911.024-1 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.7817.0911.025-8 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.7817.0911.026-6 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.7817.0911.027-4 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 120
1.7817.0911.028-2 18 Meses
125 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300
DIOSMINA + FLAVONÓIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA
VELUNID 25351.177474/2016-65 09/2026
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2972098/21-2
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2972111/21-3
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2972136/21-9
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2972209/21-8
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2972232/21-2
1.7817.0829.001-5 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.7817.0829.002-3 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.7817.0829.003-1 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500 (EMB HOSP)
1.7817.0829.004-1 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
1.7817.0829.005-8 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 60
1.7817.0829.006-6 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 30
1.7817.0829.007-4 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 500
1.7817.0829.008-2 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 14
1.7817.0829.009-0 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.7817.0829.010-4 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.7817.0829.011-2 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.7817.0829.012-0 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 14

EMS S/A 57507378000365
DESLORATADINA
DESTADIN 25351.254894/2008-62 06/2029
10994 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 4626092/20-7
11021 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 4626095/20-1
11060 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO MAIOR DE TAMANHO DE LOTE DO MEDICAMENTO 4626100/20-1
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4754653/21-1
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4754662/21-0
11868 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS INTERMEDIÁRIAS DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4754668/21-9
11871 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4626178/20-8
11877 RDC 73/2016 - SIMILAR - EXCLUSÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 4754619/21-1
11877 RDC 73/2016 - SIMILAR - EXCLUSÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 4754629/21-8
1.0235.0962.010-2 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 4
1.0235.0962.011-0 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 6
1.0235.0962.012-9 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0235.0962.013-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 12
1.0235.0962.014-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0235.0962.015-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
cloridrato de trazodona 25351.425746/2020-25 09/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3960764/20-0
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 3192321/19-0 - 25351.668104/2019-04)
1.0043.1450.001-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1450.002-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.1450.003-9 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1450.004-7 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1450.005-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1450.006-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1450.007-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 10
1.0043.1450.008-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1450.009-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1450.010-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1450.011-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1450.012-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 10
1.0043.1450.013-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.0043.1450.014-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1450.015-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
1.0043.1450.016-0 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1450.017-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.1450.018-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1450.019-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1450.020-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1450.021-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1450.022-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 10
1.0043.1450.023-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1450.024-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1450.025-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1450.026-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1450.027-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 10
1.0043.1450.028-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.0043.1450.029-2 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1450.030-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL
MOLIÈRI 25351.575657/2009-11 03/3028
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1103653/21-2
1.0043.1079.015-6 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0043.1079.016-4 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 84
drospirenona + etinilestradiol 25351.833275/2021-14 05/2031
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2460979/21-0
1.0043.1354.007-1 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0043.1354.008-8 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 84

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA
CETOCONAZOL+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA+SULFATO DE NEOMICINA 25351.342674/2022-43 09/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4631577/22-2
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 060192/99-6 - 25000.021553/99-31)
1.0583.1022.001-4 36 Meses
20 MG/G + 0,64 MG/G + 2,5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G
1.0583.1022.002-2 24 Meses
20 MG/G + 0,64 MG/G + 2,5 MG/G POM DERM CT BG AL X 30 G

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA 19570720000110
cloridrato de amiodarona 25351.181552/2005-73 08/2025
10941 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 2564199/21-9
1.1343.0122.001-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CT 6 AMP VD AMB X 3 ML
1.1343.0122.002-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD AMB X 3 ML
1.1343.0122.004-9 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IV CX 10 EST 10 AMP VD AMB X 3 ML

HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACEUTICO LTDA 76440528000143
ARGENTUM NITRICUM + KALI BROMATUM
NERVOCALM 25351.621507/2009-34 07/2027
11376 DINAMIZADO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 1420947/22-1
11368 DINAMIZADO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 1109623/22-3
1.0247.0083.002-5 36 Meses
6CH COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0247.0083.005-1 36 Meses
6CH COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
11376 DINAMIZADO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 1420947/22-1
1.0247.0083.001-7 36 Meses
6CH SOL OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML
AGNUS CASTUS + CONIUM MACULATUM + NUPHAR LUTEUM + ONOSMODIUM VIRGINIanum

FORTEVIRON 25992.004498/74 09/2029
11368 DINAMIZADO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO 5050379/21-1
1.0247.0024.001-0 24 Meses
6 CH COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0247.0024.004-1 24 Meses
6 CH COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20

INSTITUTO BUTANTAN 61821344000156
POLISSACARÍDEO DE NEISSERIA MENINGITIDIS DO SOROGRUPO A CONJUGADO A PROTEÍNA CARREADORA TOXOIDE TETÂNICO + POLISSACARÍDEO DE NEISSERIA MENINGITIDIS DO SOROGRUPO C CONJUGADO A PROTEÍNA CARREADORA TOXOIDE TETÂNICO + POLISSACARÍDEO DE NEISSERIA MENINGITIDIS DO SOROGRUPO Y CONJUGADO A PROTEÍNA CARREADORA TOXOIDE TETÂNICO + POLISSACARÍDEO DE NEISSERIA MENINGITIDIS DO SOROGRUPO W CONJUGADO A PROTEÍNA CARREADORA TOXOIDE TETÂNICO
Vacina meningocócica ACWY (conjugada) 25351.337910/2022-18 09/2032
10489 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4622511/22-1
(11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0098148/17-3 - 25351.033642/2017-07)
1.2234.0049.001-0 48 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SOL DIL SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 2 AGU
1.2234.0049.002-9 48 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + SOL DIL 10 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 20 AGU
1.2234.0049.003-7 48 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SOL DIL SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.2234.0049.004-5 48 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + SOL DIL 10 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
bromidrato de citalopram 25351.213210/2011-68 01/2030
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0099259/17-3
1.0370.0611.001-5 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 14
1.0370.0611.002-3 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 15
1.0370.0611.003-1 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 28
1.0370.0611.004-1 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 30
1.0370.0611.005-8 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 70
1.0370.0611.006-6 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 100
1.0370.0611.007-4 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 140
1.0370.0611.008-2 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 200
1.0370.0611.009-0 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 210
1.0370.0611.010-4 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 240
1.0370.0611.011-2 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 500

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
HIDROXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + SIMETICONA
GASTROGEL 25000.014619/93-31 12/2028
10195 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 5220441/21-3
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 4739232/21-1
1.0917.0038.007-7 24 Meses
(153 + 200 + 25) MG COM MAST CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0917.0038.008-5 24 Meses
(153 + 200 + 25) MG COM MAST CT BL AL PLAS PVC TRANS X 300
10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 5220860/21-5
10183 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 5220858/21-3
10191 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO POR ALTERAÇÃO DE SABOR 5220826/21-5
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 5220804/21-4
1.0917.0038.011-5 24 Meses
(153 + 200 + 25) MG COM MAST CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20 (SABOR MENTA)

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
drospirenona + etinilestradiol 25351.192054/2022-57 04/2032
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2460603/22-1
1.9427.0107.015-1 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.9427.0107.016-1 24 Meses
(3 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 84

PFIZER BRASIL LTDA 61072393000133
DERISOMALTOSE FÉRRICA
MONOFER 25351.806437/2018-38 03/2030
10228 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 0125381/22-6
1.2110.0475.001-6 36 Meses
100 MG/ML SOL INFUS CT FA VD TRANS X 5 ML
1.2110.0475.002-4 36 Meses
100 MG/ML SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10 ML

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
racemetionina + CLORETO DE COLINA
XANTINON 25351.194416/2021-63 02/2025
10248 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL COM PRAZO DE ANÁLISE 4482273/22-1
1.0497.1467.001-2 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0497.1467.002-0 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.0497.1467.003-9 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0497.1467.004-7 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0497.1467.005-5 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200
1.0497.1467.006-3 24 Meses
100 MG + 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300
BROMOPRIDA
DIGESTINA 25992.000630/80 02/2025
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 0633252/22-8
1.0497.0095.016-6 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 2 ML

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 30222814000131
DIMENIDRINATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA
DRIVOM B6 25351.570923/2022-99 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2776927/22-5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 043826/99-0 - 25000.016382/99-09)
1.0392.0210.001-5 24 Meses
25 MG/ML + 5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB GOT X 20 ML
1.0392.0210.002-3 24 Meses
25 MG/ML + 5 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB GOT X 20 ML
1.0392.0210.003-1 24 Meses
25 MG/ML + 5 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB GOT X 20 ML
1.0392.0210.004-1 24 Meses
25 MG/ML + 5 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB GOT X 20 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.043, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
FOSFATO DE CLINDAMICINA
Senoclin 25351.619435/2018-19 09/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0859508/18-9
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CT 5 AMP VD AMP X 2 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CT AMP VD AMB X 2 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CX 50 AMP VD AMP X 2 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CX 100 AMP VD AMB X 2 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CT AMP VD AMB X 4 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CT 5 AMP VD AMB X 4 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CX 50 AMP VD AMB X 4 ML
150 MG/ML SOL INJ IV/ IM CX 100 AMP VD AMB X 4 ML

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
EFEXOR 25351.574130/2021-68 05/2025
1315 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO NO PAÍS 2444473/16-0
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 7
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
ALTVEN 25351.574194/2021-69 04/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1523735/20-4
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 7
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 14
225 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

RAVIMED FARMACÊUTICA LTDA 31434320000183
citrato de fentanila 25351.073457/2021-17 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 3179061/21-5
50 MCG/ML SOL INJ IV/IM/EPI CX 20 AMP VD TRANS X 2 ML
50 MCG/ML SOL INJ IV/IM/EPI CX 10 AMP VD TRANS X 10 ML

SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 61068755000112
sulfato de polimixina b 25351.657130/2021-01 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4319037/21-5
500000 UI PÓ LIOF SOL INJ IM/IV/IT CT FA VD TRANS
500000 UI PÓ LIOF SOL INJ IM/IV/IT CT 10 FA VD TRANS
brometo de rocurônio 25351.725477/2021-85 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2633775/21-4
10 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 5 ML
besilato de cisatracúrio 25351.862942/2021-68 09/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4693750/21-1
2 MG/ML SOL DIL INJ IV CT 5 FA VD TRANS X 5 ML
2 MG/ML SOL DIL INJ IV CT 10 FA VD TRANS X 5 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.044, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos ou de apresentações, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
BISGLICINATO FERROSO
FERVITIN 25351.143092/2017-19 02/2028
1883 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0444794/22-1
1.2675.0309.001-7 24 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.2675.0309.002-5 24 Meses
300 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.2675.0309.003-3 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 15
1.2675.0309.004-1 24 Meses

50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS PP TRANS X 5 ML
1.2675.0309.005-1 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.2675.0309.006-8 24 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 4
1.2675.0309.007-6 24 Meses
300 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 4
1.2675.0309.008-4 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS PP TRANS X 5 ML
1.2675.0309.009-2 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 15 ML
1.2675.0309.010-6 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 30 ML
1.2675.0309.011-4 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 10 ML
cetoprofeno 25351.703517/2014-17 04/2028
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0446351/22-9
1.2675.0316.001-5 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4
1.2675.0316.002-3 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.2675.0316.003-1 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.2675.0316.004-1 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.2675.0316.005-8 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 60
1.2675.0316.006-6 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 100
1.2675.0316.007-4 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 200

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.045, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
BISGLICINATO FERROSO
FERVITIN 25351.062909/2022-16 02/2028
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0467175/22-5
1.1819.0374.001-8 24 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.1819.0374.002-6 24 Meses
300 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.1819.0374.003-4 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 15
1.1819.0374.004-2 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 20 FLAC PLAS PP TRANS X 5 ML
1.1819.0374.005-0 24 Meses
500 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.1819.0374.006-9 24 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 4
1.1819.0374.007-7 24 Meses
300 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 4
1.1819.0374.008-5 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT 4 FLAC PLAS PP TRANS X 5 ML
1.1819.0374.009-3 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 15 ML
1.1819.0374.010-7 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 30 ML
1.1819.0374.011-5 24 Meses
250 MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PP OPC X 10 ML
cetoprofeno 25351.065424/2022-84 04/2028
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479706/22-1
1.1819.0373.001-2 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4
1.1819.0373.002-0 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.1819.0373.003-9 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.1819.0373.004-7 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.1819.0373.005-5 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 60
1.1819.0373.006-3 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 100
1.1819.0373.007-1 24 Meses
150 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 200

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.046, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
ÁCIDO FÓLICO
FAR- MANGUINHOS ACIDO FOLICO 25000.000936/98-21 08/2028
1882 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO 4217470/22-3
1.1063.0050.001-8 24 Meses
5 MG COM CT ENV PAP KRAFT/PLAS PE X 500
1.1063.0050.002-6 24 Meses
5 MG COM CT ENV AL/PLAS PE X 500

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.047, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NÚMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49.475.833/0001-06
2655329/22-5 29/04/2022
2655356/22-2 29/04/2022

CASULA & VASCONCELOS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COMÉRCIO LTDA 05.155.425/0001-93
2135784/22-6 08/04/2022
2448425/22-3 14/04/2022
2533596/22-1 25/04/2022

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61.082.426/0002-07
2655539/22-5 29/04/2022
2655562/22-0 29/04/2022
2655564/22-6 29/04/2022
2655793/22-2 29/04/2022
2655693/22-6 29/04/2022

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA 01.440.590/0001-36
2459121/22-1 19/04/2022
2600816/22-5 28/04/2022

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61.230.314/0001-75
2474373/22-9 20/04/2022

PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA 59.476.770/0001-58
2448432/22-6 14/04/2022

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10.588.595/0010-92
0797568/22-6 02/03/2022
2404652/22-2 13/04/2022

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE No 1.045, de 11 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 49, de 15 de março de 2021, Seção 1, pág. 123, referente ao processo 25351.089256/2009-22.

Onde se lê:
TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
ROSUVASTATINA CÁLCICA 25351.089256/2009-22 02/2035
143 GENÉRICO RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1905824/19-1
1.0525.0041.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0041.002-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0041.003-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0525.0041.005-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0041.006-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0041.007-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 60
10102 GGMED - INDEFERIMENTO PARCIAL 0858053/21-7
1.0525.0041.004-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0041.008-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 100
Leia-se:
TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
ROSUVASTATINA CÁLCICA 25351.089256/2009-22 02/2030
143 GENÉRICO RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1905824/19-1
1.0525.0041.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0041.002-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0041.003-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0525.0041.005-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0041.006-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0041.007-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 60
10102 GGMED - INDEFERIMENTO PARCIAL 0858053/21-7
1.0525.0041.004-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0041.008-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 100

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.048, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177
ALTEPLASE
ACTILYSE 25001.003007/87 03/2028
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 4535259/20-3
1.0367.0049.001-8 24 Meses
10 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL 10 ML
1.0367.0049.002-3 36 Meses
50 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL 50 ML + CANUL TRANS
1.0367.0049.003-1 24 Meses
20 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA DIL 20 ML + CANUL TRANS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.049, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BAYER S.A. 18459628000115
BETAINTERFERONA 1B
BETAFERON 25351.092959/2008-70 03/2026
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 4567891/20-0
1.7056.0053.001-1 24 Meses
9,6 MUI PO LIOF INJ CT 15 FA VD INC + 15 DIL FA VD INC X 2 ML
1.7056.0053.002-8 24 Meses
9,6 MUI PO LIOF INJ CT 15 FA VD INC + 15 SER VD INC DIL X 1,2 ML
1.7056.0053.003-6 24 Meses
9,6 MUI PO LIOF INJ CT 15 CT 1 FA VD INC + 1 SER VD INC DIL X 1,2 ML + ADAP COM AGULHA + 2 ENV LENÇO

BIOMM SA 04752991000110
INSULINA GLARGINA
Glargilin 25351.358833/2015-38 07/2028
11958 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 70. ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0260538/22-4
1.3348.0001.002-6 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT CAR VD TRANS X 3 ML
1.3348.0001.003-4 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML
1.3348.0001.004-2 36 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT CAR VD TRANS X 3 ML + 1 CAN APLIC

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
ENOXAPARINA SÓDICA
HEPARINOX 25351.302028/2016-90 04/2029
11904 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 19. ALTERAÇÃO NA MONOGRAFIA FARMACOPEICA/INTERNA (ESPECIFICAÇÕES) DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308291/22-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308294/22-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308304/22-0
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308307/22-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308310/22-4
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 1182918/22-4
11931 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308312/22-1
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308314/22-7
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308523/22-9
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308525/22-5
11935 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 44. ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TESTE DOS CONTROLES EM PROCESSO DO PRODUTO TERMINADO OU INTERMEDIÁRIOS - MODERADA 1308527/22-1
11944 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 55. ALTERAÇÃO NA MONOGRAFIA FARMACOPEICA/INTERNA (ESPECIFICAÇÕES) DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308529/22-8
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308600/22-6
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308604/22-9
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308606/22-5
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 1308284/22-1
1.0298.0508.001-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.002-7 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.003-5 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.004-3 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.005-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.009-4 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.010-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.011-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.012-4 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.015-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.016-7 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.017-5 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.018-3 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.019-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.022-1 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD RANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.023-1 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.024-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.025-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.026-4 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.029-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.030-2 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.031-0 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.032-9 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.033-7 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.036-1 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.037-1 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.038-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.039-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.040-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.043-4 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.044-2 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.045-0 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.046-9 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.047-7 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.048-5 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.049-3 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.050-7 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
11904 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 19. ALTERAÇÃO NA MONOGRAFIA FARMACOPEICA/INTERNA (ESPECIFICAÇÕES) DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308291/22-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308294/22-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308304/22-0
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308307/22-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308310/22-4
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 1182918/22-4
11931 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308312/22-1
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308314/22-7
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308523/22-9
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308525/22-5
11935 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 44. ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TESTE DOS CONTROLES EM PROCESSO DO PRODUTO TERMINADO OU INTERMEDIÁRIOS - MODERADA 1308527/22-1
11944 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 55. ALTERAÇÃO NA MONOGRAFIA FARMACOPEICA/INTERNA (ESPECIFICAÇÕES) DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308529/22-8
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308604/22-9

11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308606/22-5
1.0298.0508.008-6 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1308600/22-6
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 1308284/22-1
1.0298.0508.006-1 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308294/22-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308304/22-0
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1308310/22-4
1.0298.0508.027-2 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.028-0 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
SOMATROPINA
CRISCY 25351.708661/2018-65 05/2029
11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 8531998/21-8
11923 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 8531578/21-8
11924 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 37. ALTERAÇÃO DO DILUENTE - MODERADA 8532168/21-1
11924 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 37. ALTERAÇÃO DO DILUENTE - MODERADA 8532176/21-1
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 8531581/21-8
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 8531583/21-4
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 8531585/21-1
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 8532178/21-8
11957 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 67. ALTERAÇÃO DE UMA EMBALAGEM REUTILIZÁVEL PARA UMA EMBALAGEM DESCARTÁVEL SEM ALTERAÇÃO NO MATERIAL DE CONTATO COM O PRODUTO (POR EXEMPLO, ALTERAÇÃO DE CANETA REUTILIZÁVEL PARA CANETA DESCARTÁVEL) OU INCLUSÃO/SUBSTITUIÇÃO DA EMBALAGEM SECUNDÁRIA FUNCIONAL (POR EXEMPLO, ALTERAÇÃO DA CANETA) - MODERADA 8532095/21-1
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 8531587/21-7
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 8532091/21-9
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 8532182/21-6
1.0298.0509.025-1 24 Meses
30 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + CAR VD TRANS DIL X 2,0 ML + ADAPT + CAN APLIC
1.0298.0509.026-1 24 Meses
30 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + CAR VD TRANS DIL X 2,0 ML + ADAPT

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
Virus da varicela + VÍRUS DA CAXUMBA + VÍRUS DA RUBEOLA + VÍRUS DO SARAMPO
Vacina sarampo, caxumba, rubéola e varicela (atenuada) 25351.651678/2014-17 07/2030
11923 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2463013/22-6
1.1063.0143.002-1 18 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 AMP VD TRANS DIL X 0,5 ML

PFIZER BRASIL LTDA 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11958 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 70. ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 4513612/22-2
1.2110.0481.001-9 15 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
ALFAOLIPUDASE
XENPOZYME 25351.074020/2022-81 09/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 0516999/22-2
1.8326.0493.001-6 60 Meses
20 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.410, de 27 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 28 de julho de 2022, Seção 1, pág. 134,

Onde se lê:

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
TEZEPELUMABE
TEZSPIRE 25351.613893/2021-31 08/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 4230234/21-0
1.1618.0295.001-2 36 Meses
210 MG/1,91 ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1,91 ML
1.1618.0295.002-0 36 Meses
210 MG/1,91 ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1,91 ML + CAN APLIC

Leia-se:

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
TEZEPELUMABE
TEZSPIRE 25351.613893/2021-31 07/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 4230234/21-0
1.1618.0295.001-2 36 Meses
210 MG/1,91 ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1,91 ML
1.1618.0295.002-0 36 Meses
210 MG/1,91 ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1,91 ML + CAN APLIC

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.634, de 11 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 154, de 15 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 137,

Onde se lê:

MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA 04891262000144
pirofosfato tetrassódico decaidratado
RPHPYRO 25351.292943/2021-32 08/2022
12057 RADIOFÁRMACOS - REGISTRO RADIOFÁRMACO 3618624/21-4
1.7359.0006.001-0 12 Meses
20,12 MG PO LIOF SOL INJ CT 5 FA VD TRANS

Leia-se:

MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA 04891262000144
pirofosfato tetrassódico decaidratado
RPHPYRO 25351.292943/2021-32 08/2032
12057 RADIOFÁRMACOS - REGISTRO RADIOFÁRMACO 3618624/21-4
1.7359.0006.001-0 12 Meses
20,12 MG PO LIOF SOL INJ CT 5 FA VD TRANS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.634, de 11 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 154, de 15 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 137,

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
heparina sódica suína
HEMOFOL 25351.317406/2008-35 05/2029
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135062/21-1
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135066/21-3
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135073/21-6
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717633/21-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717737/21-8
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717806/21-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717811/21-1
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 8545947/21-0
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0095494/22-2
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0095496/22-9
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717813/21-7
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717905/21-2
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717912/21-5
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 2717917/21-6
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 2717919/21-2
1.0298.0371.001-5 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 25 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.002-3 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 50 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.004-1 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 1 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)
1.0298.0371.005-8 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 20 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
heparina sódica suína
HEMOFOL 25351.317406/2008-35 05/2029
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135062/21-1
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135066/21-3
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2135073/21-6
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717633/21-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717737/21-8
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717806/21-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 2717811/21-1
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717813/21-7
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717905/21-2
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2717912/21-5
11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 2717917/21-6

11960 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 72. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS REGISTRO DO PRODUTO TERMINADO E DILUENTE - MODERADA 2717919/21-2
1.0298.0371.001-5 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 25 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.002-3 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 50 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.003-1 24 Meses
5000 UI/0,25 ML SOL INJ CX 25 AMP VD INC X 0,25 ML
1.0298.0371.004-1 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 1 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)
1.0298.0371.005-8 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 20 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)
1.0298.0371.006-6
5000 UI/0,25 ML SOL INJ SC CX 36 AMP VD TRANS X 0,25 ML (EMB HOSP)
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 8545947/21-0
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0095494/22-2
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0095496/22-9
1.0298.0371.001-5 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 25 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.002-3 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ CX 50 FA VD INC X 5 ML
1.0298.0371.004-1 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 1 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)
1.0298.0371.005-8 24 Meses
5000 UI/ML SOL INJ IV CX 20 EST PLAS X 1 FA VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 4.270, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 214, de 16 de novembro de 2021, Seção 1, pág. 72,
Onde se lê:
ANTÍGENO HBS
RECOMBIVAX® HB 25351.362032/2021-80 03/2028
10303 PRODUTO BIOLÓGICO -SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3746372/21-1
1.0171.0215.001-1 36 Meses
10 MCG/1,0 ML SUS INJ CT FA VD INC X 1,0 ML
1.0171.0215.002-8 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT FA VD INC X 0,5 ML
1.0171.0215.003-6 36 Meses
10 MCG/ML SUS INJ CT FA VD INC MULTIDOSE X 3 ML
1.0171.0215.004-4 36 Meses
2.5 MCG/0.5 ML SUS INJ CT 10 FA VD INC X 3 ML
1.0171.0215.005-2 36 Meses
40 MCG/1,0 ML SUS INJ CT FA VD INC X 1,0 ML
1.0171.0215.006-0 36 Meses
10 MCG/ML SUS INJ CT 1 SER PREENCH VD INC X 1 ML
1.0171.0215.007-9 36 Meses
10 MCG/ML SUS INJ CT 5 SER PREENCH VD INC X 1 ML
1.0171.0215.008-7 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT 1 SER PREENCH VD INC X 0,5 ML
1.0171.0215.009-5 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT 5 SER PREENCH VD INC X 0,5 ML
Leia-se:
ANTÍGENO HBS
RECOMBIVAX® HB 25351.362032/2021-80 03/2028
10303 PRODUTO BIOLÓGICO -SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3746372/21-1
1.0171.0215.001-1 36 Meses
10 MCG/1,0 ML SUS INJ CT FA VD INC X 1,0 ML
1.0171.0215.002-8 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT FA VD INC X 0,5 ML
1.0171.0215.005-2 36 Meses
40 MCG/1,0 ML SUS INJ CT FA VD INC X 1,0 ML
1.0171.0215.006-0 36 Meses
10 MCG/ML SUS INJ CT 1 SER PREENCH VD INC X 1 ML
1.0171.0215.007-9 36 Meses
10 MCG/ML SUS INJ CT 5 SER PREENCH VD INC X 1 ML
1.0171.0215.008-7 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT 1 SER PREENCH VD INC X 0,5 ML
1.0171.0215.009-5 36 Meses
5 MCG/0,5 ML SUS INJ CT 5 SER PREENCH VD INC X 0,5 ML

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.058, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

K 1 IMPORT EXPORT EIRELEI
CNPJ: 14.585.613/0001-42
Marca: AL SHARQ PLATINUM PINA COLADA (fumo para narguilé)
Processo: 25351.424416/2020-12
Vencimento: 23/07/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM ICE MANGO TANGO (fumo para narguilé)
Processo: 25351.242530/2020-26
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM TWO APPLE (fumo para narguilé)
Processo: 25351.424415/2020-78
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM ICE MINT (fumo para narguilé)
Processo: 25351.242529/2020-00
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM STRAWBERRY CREAM (fumo para narguilé)
Processo: 25351.277168/2019-71
Vencimento: 23/07/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade.
Marca: AL SHARQ PLATINUM ICE MARACUJÁ (fumo para narguilé)
Processo: 25351.277169/2019-15
Vencimento: 23/07/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM ICE BOMBOM (fumo para narguilé)
Processo: 25351.424414/2020-23
Vencimento: 23/07/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM ICE AÇAI (fumo para narguilé)
Processo: 25351.277170/2019-40
Vencimento: 23/07/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM BUBBLE GUM (fumo para narguilé)
Processo: 25351.242499/2020-23
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM BLUEBERRY MINT (fumo para narguilé)
Processo: 25351.242522/2020-80
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM BLUE KAMIKAZE (fumo para narguilé)
Processo: 25351.242527/2020-11
Vencimento: 14/12/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: AL SHARQ PLATINUM A 66 (fumo para narguilé)
Processo: 25351.424417/2020-67
Vencimento: 07/08/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: ZOMO TROPICANO (fumo para narguilé)
Processo: 25351.107346/2020-31
Vencimento: 30/11/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ZOMO TWO APPLE (fumo para narguilé)
Processo: 25351.076283/2020-63
Vencimento: 20/04/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: ZOMO WILD ÁFRICA (fumo para narguilé)
Processo: 25351.661473/2020-81
Vencimento: 17/08/2021
Assunto: 6012 -Cancelamento do Registro por Caducidade

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.079, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Marca: CHESTERFIELD TERRAS BRASILEIRAS (ORANGE) (tipo de produto) - embalagens primárias maço e box e embalagem secundária pacote para 4 embalagens primárias box
Processo: 25351.907334/2021-90
Expediente: 0317850/22-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: MARLBORO ADVANCE (BLACK) KS (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box
Processo: 25351.497037/2019-16
Expediente: 0798859/22-1
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: CHESTERFIELD REMIX WILD (cigarro com filtro)- embalagem primária box e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box
Processo: 25351.510775/2020-91
Expediente: 0798746/22-3
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: LUCKY STRIKE ORIGINAL BLEND LUCKIES SINCE 1871 (cigarro com filtro) - embalagens primárias maço, maço e box, embalagem secundária caixa para 2 embalagens primárias box e embalagem secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço
Processo: 25351.006191/2020-16
Expediente: 1283650/22-8
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: LUCKY STRIKE MINT X (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagem secundária caixa para 2 e 4 embalagens primárias box
Processo: 25351.012480/2021-35
Expediente: 1283549/22-8
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON 1890 INTERNATIONAL PREMIUM CLICK SENSE (cigarro com filtro) - embalagem primária box, embalagens secundárias caixa para 2 e 4 embalagens primárias box, e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.184449/2020-14
Expediente: 2526349/22-8
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.334.170/0001-09
Marca: WINSTON RED 8 SELECTED (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.278190/2020-71
Expediente: 0556673/22-8
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.080, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pela 2ª Vara Federa Civel da SJDF no processo 1015337-65.2019.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

DICINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LIMITADA

CNPJ: 10.742.854/0001-05
Marca: EITY BLUE (cigarro com filtro) - embalagem box
Processo: 25351.860497/2018-04
Expediente: 4114664/21-6
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Marca: EITY RED (cigarro com filtro) - embalagem box
Processo: 25351.857135/2018-28
Expediente: 4078443/21-6
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

Marca: VILA RICA BLUE (cigarro com filtro) - embalagens maço e box
Processo: 25351.827020/2018-17
Expediente: 4029666/21-1
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

Marca: XES BLUE (cigarro com filtro) - embalagens maço e box
Processo: 25351.836373/2018-08
Expediente: 4078445/21-2
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

Marca: X-LINT SILVER (cigarro com filtro) - embalagem box
Processo: 25351.827021/2018-53
Expediente: 4029668/21-7
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.081, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro de produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação de registro de produto fumígeno derivado do tabaco.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI -EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Marca: DRUM ORIGINAL (fumo desfiado)
Processo: 25351.033293/2021-95
Expediente: 1666210/22-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
TRF INDUSTRIA TABACO LTDA
CNPJ: 31.369.746/0001-09
Marca: ORIGINAL TABACO (fumo desfiado)
Processo: 25351.066644/2019-20
Expediente: 2525422/22-7
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.065, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT DIAGNOSTICOS RAPIDOS S.A. / 50.248.780/0001-61
Família Panbio COVID-19/Flu A&B Rapid Panel
25351.147635/2022-34 / 10071770933
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4352305226
PANBIO HIV SELF TEST
25351.546918/2021-84 / 10071770930
8433 - IVD - Registro de produto / 7812491213
Família ID NOW COVID-19 2.0
25351.145055/2022-11 / 10071770932
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4345365221

BIOTECH LOGÍSTICA LTDA- EPP / 21.382.943/0001-04
Teste Qualitativo Rápido de Antígeno SARS-COV-2 Innova Para Uso Profissional
25351.706916/2022-31 / 81203440013
8433 - IVD - Registro de produto / 3059240222

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
easyEndo Lite agrafador de corte linear e unidades de carregamento para uso único
25351.578030/2021-19 / 80117581016
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4157742216

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
Enxerto Vascular Hemashield Gold Knitted
25351.669549/2021-05 / 80259110236
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4340482211

INALTEX INDUSTRIA BRASILEIRA LTDA / 37.868.913/0001-34
prosex large
25351.162227/2022-11 / 82316200006
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0992308220
oba large
25351.162221/2022-35 / 82316200002
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0992290223
oba sensitive
25351.162224/2022-79 / 82316200005
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0992299227
prosex anatômico
25351.162223/2022-24 / 82316200004
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0992296222
oba lubrificado
25351.162222/2022-80 / 82316200003
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0992293228
PROSEX ORIGINAL
25351.162054/2022-22 / 82316200001
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 0991266225

INTERNACIONAL CIENTÍFICA LTDA / 04.912.061/0001-86
NeoMAP® 3Plex IgM
25351.192472/2022-44 / 80173700032
8433 - IVD - Registro de produto / 1159127227

LEONARDO BICALHO DE MENDONÇA E CIA LTDA / 12.634.332/0001-07
smartpico
25351.326669/2022-93 / 81246840016
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4600450225

MEDBELL EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 32.892.248/0001-09
MONITOR DE PACIENTE BLT - SÉRIE M800
25351.308629/2022-60 / 81838410009
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4566744226

MICROPORT SCIENTIFIC VASCULAR BRASIL LTDA / 29.182.018/0001-33
Sistema de Cateter de Suporte Intracraniano U Track®
25351.035926/2022-81 / 81667100055
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 0273957227

NL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 52.541.273/0001-47
CardioChek Plus
25351.036870/2022-81 / 10230730171
8433 - IVD - Registro de produto / 4214024222

QLS - QUALITY LIFE SCIENCES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.182.605/0001-50
Família de Aparelho de anestesia
25351.308776/2022-30 / 82036520006
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4567139227

QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 10.617.046/0001-08
Âncoras Sub Soft
25351.280311/2022-15 / 80638410095
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1574110229

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Elecsys AFP
25351.158948/2022-18 / 10287411623
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4370246225
Elecsys AFP 09015060190
25351.158955/2022-10 / 10287411627
8433 - IVD - Registro de produto / 4370266220
Elecsys PVIKA-II 09014985190
25351.158954/2022-75 / 10287411626
8433 - IVD - Registro de produto / 4370263225
Elecsys AFP 09015086190
25351.158953/2022-21 / 10287411625
8433 - IVD - Registro de produto / 4370260221
Família PVIKA-II
25351.158949/2022-62 / 10287411624
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4370249220

SKINTEC COMERCIAL IMP. E EXP. LTDA / 01.915.618/0001-44
DermaV
25351.330259/2022-47 / 10343650059
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4607500223

TOTAL MEDICAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 18.747.319/0001-40
Cateter Percutâneo com Introdutor Destacável
25351.007794/2021-16 / 81158510043
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 4961480211

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
FAMÍLIA MAGLUMI CA 15-3 (CLIA)
25351.105622/2022-98 / 80102512876
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4271138220
Família MAGLUMI CA 19-9 (CLIA)
25351.115455/2022-93 / 80102512877
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4288938223
Monitor de paciente
25351.032238/2022-69 / 80102512875
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0256412222

Família MAGLUMI AFP (CLIA)
25351.117644/2022-09 / 80102512878
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4294874226

3M DO BRASIL LTDA / 45.985.371/0001-08
3M Tegaderm Alginato
25351.483080/2021-19 / 80284930401
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3975241211

Nº de Processos : 31

Total de Empresas : 17

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.066, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
HI-TORQUE PROGRESS GUIDE WIRE
25351.047813/2010-48 / 80146501715
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594532222
Família Alinity m SARS CoV-2
25351.774950/2020-77 / 80146502332
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4259438223

Agilent technologies brasil ltda / 03.290.250/0001-00
Marcador de Carcinoma de Linfoma e Leucemia
25351.551603/2016-96 / 80000230044
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4259436227

ALLIAGE S/A INDÚSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA / 55.979.736/0001-45
RAIOS-X
25351.315947/2017-35 / 10069210087
80214 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de grande porte / 4663455220

BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA / 47.411.780/0001-26
PROXIMEL SILICONE
25351.524963/2020-05 / 80170310096
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4547770221

BALT BRASIL PRODUTOS MEDICOS LTDA / 12.236.355/0002-44
Sistema de COIL Optima
25351.040779/2021-80 / 81936210021
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4637271227

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
TELA VENTRALIGHT ST COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO ECHO 2.0
25351.199417/2019-80 / 80689090172
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4562570221
TELA VENTRALIGHT ST
25351.083062/2013-97 / 80689090020
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4562664222

BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA / 19.443.989/0001-36
EYE-VISC PFS
25351.161750/2019-16 / 81478170008
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4627749228

COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO BIO-SCAN LTDA / 05.427.006/0003-25
LG Monitores Médicos para diagnóstico de multimodalidade e/ou cirurgia
25351.136102/2022-27 / 82316160001
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4652721224

DOC MED COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 66.877.184/0001-80
CATETER BALÃO DE DILATAÇÃO PARA PTCA RX - MOZEC NC
25351.226208/2018-35 / 10360810036
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2259309218

DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 02.535.707/0001-28
VENTILADOR PULMONAR À PRESSÃO
25351.488063/2011-17 / 10407370098
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4644806223

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
Sistema Edwards SAPIEN 3 Ultra - Sistema de Entrega Edwards Commander
25351.551048/2020-84 / 80219050179
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4559221227
SISTEMA DE ANULOPLASTIA COSGROVE - EDWARDS
25351.282898/2004-15 / 80219050055
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0653862222

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Endoform Antimicrobial RestorativeBioscaffold
25351.263742/2019-11 / 80117580851
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4666439224
AEON Endoscopic Stapler Reloads
25351.193216/2020-11 / 80117580922
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4552908226

FARMAQUI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 00.025.310/0001-60
Curativo de Carvão com Prata - Farmadex
25351.025961/2006-71 / 80133160026
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4677582220

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Sistema Nuclear de Formação de Imagens NM/CT
25351.366577/2015-83 / 80071260354
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4643052221

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
Advanta V12
25351.040510/2021-01 / 80259110231
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594534229
Sistema de Stent Revestido PTFE - Advanta V12 8-10 mm
25351.377955/2020-55 / 80259110179
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594528224
Sistema de Stent Revestido PTFE - Advanta V12 5-7 mm
25351.383085/2020-53 / 80259110196
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594526228

INDUMED COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 01.985.366/0001-20
DESFIBRILADOR EXTERNO MANUAL M SERIES
25351.153077/2009-85 / 10429990050
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4681016221

INJEMEDIC MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA / 39.493.555/0001-58
PINÇA PARA BIOPSIA AUTOCLAVÁVEL MEDICAL FLEX
25351.147806/2022-25 / 82405099002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4643018221

Isomedical Comercial Ltda / 00.757.668/0001-88
Cateter Balão Intra-Aórtico (IAB) Arrow - Rediguard®
25351.011783/2014-45 / 80004970004
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1138956227

J T Freire me / 19.147.463/0001-09
TUBO ENDOTRAQUEAL VITAIMED
25351.142992/2022-14 / 82285270002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4684775228

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
Lápis Eletrocirúrgico de Ligação Manual
25351.691809/2018-05 / 80145901889
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4639385224
INSERTO DE POLIETILENO PINNACLE ALTRX
25351.179344/2010-15 / 80145901309
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4575129223
RECARGAS DE GRAMPEADORES LINEARES ENDOSCOPICOS
25351.458594/2005-16 / 80145900883
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 3958375219
ÂNCORA MICRO QUICKANCHOR PLUS COM ETHIBOND
25351.460447/2007-60 / 80145901123
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 4639289221
PROCEED* VENTRAL PATCH
25351.377879/2009-54 / 80145901218
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4561286222
SUTURA COMPOSTA ENTRANCADA AGULHADA
25351.272750/2004-64 / 80145900782
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4271652227

KESTAL INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA / 09.408.413/0001-84
FAMÍLIA DE IMOBILIZADOR ORTOPÉDICO MEMBROS E ARTICULAÇÕES CREMER
25351.092298/2022-31 / 81111610013
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4651158220
FAMÍLIA DE IMOBILIZADOR ORTOPÉDICO MEMBROS E ARTICULAÇÕES KESTAL
25351.130869/2022-42 / 81111610015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4650735223

LAS - LATIM AMERICAN SOLUTIONS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. / 09.183.319/0001-74
Sistema de placas especiais bloqueado MULTIFIX - PEQUENO / GRANDES FRAGMENTOS
25351.698887/2018-41 / 80517190024
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4575316224

MB INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 07.519.095/0001-01
IMPLANTE MARLEXFIX
25351.090912/2020-68 / 80343590016

80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 0274219225

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MEDICAL TRADE DE MARICÁ COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 04.255.249/0001-07
PRÓTESE INVERTIDA PARA ARTROPLASTIA TOTAL DE OMBRO ARROW
25351.294432/2010-38 / 80158100019
80164 - MATERIAL - Revalidação de registro de sistema de material implantável em ortopedia / 4594168228

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MERIT MEDICAL COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 13.200.579/0001-88
Prótese de Acesso Vascular Percutâneo Hero Graft
25351.224476/2017-29 / 80740950090
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 8466066210
Prótese de Acesso Vascular Percutâneo Hero Graft
25351.224476/2017-29 / 80740950090
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 8466064213

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MERZ FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA / 11.681.446/0001-45
Belotero Lidocaine
25351.128860/2019-76 / 80829430010
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4565357227
Belotero Volume
25351.128888/2019-11 / 80829430005
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4565361225
Belotero Intense
25351.128914/2019-01 / 80829430007
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4565349226

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA / 60.856.937/0001-95
FAMÍLIA DE ACETÁBULOS MONOCOMPONENTES CIMENTADOS POLÍMÉRICOS - LEPINE
25351.327550/2010-72 / 10314800124
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 1437103221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ORTOSINTESE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 48.240.709/0001-90
SISTEMA DE HASTE UMERAL COM BLOQUEIO
25351.403634/2006-65 / 10223710069
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4621327229
SISTEMA DE PLACAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO RIGIDA
25351.370458/2006-78 / 10223710068
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4621162224
COMPONENTE ACETABULAR CIMENTADO
25351.404846/2006-60 / 10223710066
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4621052221
SISTEMA MIPLATE (MINIMALLY INVASIVE PLATE)
25351.488066/2008-26 / 10223710094
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4621323226
HASTE FEMORAL MODULAR NÃO CIMENTADA
25351.765758/2008-20 / 10223710103
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4621325222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

OTOLÓGICA BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME / 22.122.630/0001-71
Prótese de Reconstrução Ossicular Nitinol/Teflon
25351.557952/2019-60 / 81363880006
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 4414415226

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
Dialisador de Fibra Oca Dora
25351.418253/2021-10 / 81504790267
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 0674905224

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
EXANTIA
25351.010437/2009-08 / 10306840111
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4340422217

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Cobas HBV/HCV/HIV-1 Control Kit
25351.839977/2016-15 / 10287411161
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2728949224
Familia Lymphoma (Roche)
25351.088046/2010-71 / 10287410881
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4232488222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
CABEÇA FEMORAL BIPOLAR TANDEM
25351.253983/2014-94 / 80804050071
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 4465103221
Âncora de Sutura Multifix S
25351.544516/2015-24 / 80804050191
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4393887226
ÂNCORA DE SUTURA PARCIALMENTE ABSORVÍVEL MICRORAPTOR KNOTLESS REGENESORB
25351.166725/2020-62 / 80804050306
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4363898228
Âncora de sutura ortopédica não absorvível
25351.357434/2015-21 / 80804050202
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4393906226
ÂNCORA DE SUTURA PARCIALMENTE ABSORVÍVEL MICRORAPTOR KNOTLESS REGENESORB
25351.166725/2020-62 / 80804050306
80246 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou condições de armazenamento e/ou transporte / 4363896221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Confirm Rx
25351.276834/2017-96 / 10332340417
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4654784223
ANEL SJM RÍGID SADDLE
25351.344891/2011-49 / 10332340292
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4371644210
ANEL SJM RÍGID SADDLE
25351.344891/2011-49 / 10332340292
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4371642213

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
SISTEMA DE JOELHO TRIATHLON PKR
25351.005904/2011-63 / 80005430288
80164 - MATERIAL - Revalidação de registro de sistema de material implantável em ortopedia / 4307796220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.330.175/0001-06
Cateter Multipolar para Ablação Endovenosa por Radiofrequência VeinClear
25351.704978/2017-41 / 80410900050
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 4666179224

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TAG-FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLOGIA LTDA / 16.538.388/0001-19
KIT CIRÚRGICO ARTROSCOPIA TAG
25351.106066/2022-77 / 81854310013
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4673108223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA. / 03.129.105/0001-33
Radifocus Glidecath - Cateter Angiográfico Terumo 4Fr
25351.177564/2005-01 / 80012280069
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4572024210
Radifocus Glidecath - Cateter Angiográfico Terumo 4Fr
25351.177564/2005-01 / 80012280069
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0259880229
LUNAWAVE
25351.489831/2014-46 / 80012280155
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4680909221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TOP MED IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - ME / 11.172.836/0001-90
Agulha de Punção para Anestesia Espinhal
25351.087907/2015-28 / 80614390033
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4686163227

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
SISTEMA DE PLUGUE VASCULAR CERA
25351.330458/2010-70 / 80102510921
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 8426497217
SISTEMA DE PLUGUE VASCULAR CERA
25351.330458/2010-70 / 80102510921
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 8426499213
SISTEMA DE PLUGUE VASCULAR CERA
25351.330458/2010-70 / 80102510921
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 8426503215
SISTEMA DE PLUGUE VASCULAR CERA
25351.330458/2010-70 / 80102510921
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 8426511216
SISTEMA DE PLUGUE VASCULAR CERA
25351.330458/2010-70 / 80102510921
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4265148224

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ZIMMER BIOMET BRASIL LTDA / 02.913.684/0001-48
SISTEMA TOTAL PARA ARTROSPLASTIA DE QUADRIL VERSYS
25351.611995/2017-36 / 80044680349
80164 - MATERIAL - Revalidação de registro de sistema de material implantável em ortopedia / 4626725225
Placas Retas de Cerclagem Cable-Ready
25351.536775/2017-16 / 80044680327
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 4633768227
ÂNCORAS FLEXÍVEIS JUGGERKNOTTM
25351.718160/2011-52 / 80044680086
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 4476151221
CABEÇAS FEMORAIS DE CERÂMICA ZIMMER
25351.536786/2017-04 / 80044680330
80162 - MATERIAL - Revalidação de registro de família de material implantável em ortopedia / 4594166221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.993.698/0001-07
INJETOR DE CONTRASTE DSA
25351.581601/2016-02 / 80207450007
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4613976221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nº de Processos : 77

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Total de Empresas : 42

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.067, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BLAU FARMACÊUTICA S.A. / 58.430.828/0001-60
Renege Voluma® Deep + Lidocaína
25351.530940/2022-93 /
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 2684918226
Renege Voluma® Mid + lidocaína
25351.530939/2022-69 /
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 2684915221

BUILDING HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - EPP / 22.577.162/0001-20
SILHOUETTE SOFT
25351.272771/2017-72 / 81277680000
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4594522225

CANADA CENTRAL DE NEGOCIOS DO BRASIL LTDA / 01.911.022/0001-76
Clip de Aneurisma Adeor Temporário Perneczky 2
25351.537541/2022-53 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2701110221
Clip de Aneurisma Adeor Permanente Perneczky 2
25351.537544/2022-97 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2701117228

CIENLABOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 02.814.280/0001-05
CLIP FIX TAIMIN
25351.540776/2022-22 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2708662223

CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médico-Hospitalares e Odontológicos LTDA. / 13.532.259/0001-25
Monkeypox Virus Antigen Rapid Test
25351.287121/2022-11 /
8433 - IVD - Registro de produto / 4531661229

HELCA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA / 00.004.286/0001-83
PARAFUSO TOOL EM TITÂNIO - ESTÉRIL
25351.447352/2021-17 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3909416212
PARAFUSO TOOL PRO EM TITÂNIO - ESTÉRIL
25351.475896/2021-61 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3956089219
PARAFUSO TOOL EM TITÂNIO NÃO ESTÉRIL
25351.303096/2021-49 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3632659213

HI TECHNOLOGIES LTDA / 07.111.023/0001-12
TESTE RÁPIDO DE COVID-19 IgG/IgM
25351.507127/2022-10 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2522778225

J.L. MATERIAL CIRURGICO LTDA / 40.842.791/0001-11
Cimento com Antibiótico para Cranioplastia
25351.378739/2021-16 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3777731219

LIVANOVA BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. - EPP / 45.489.614/0001-17
EASYFLOW DUO CÂNULA FEMORAL ARTERIAL
25351.540749/2022-50 /
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 2708555224

M3 Health Indústria e Comércio de Produtos Médicos, Odontológicos e Correlatos S.A. / 12.568.799/0001-04
Plenum Graft
25351.454949/2022-91 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2283152225

ONE IMPLANTES LTDA / 30.072.205/0001-43
MINI GRAMPO para fixação Óssea
25351.117171/2022-31 / 81716450003
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 0697502220

OPHTHALMOS S/A / 61.129.409/0001-05
FLUORESCEINA SODICA OPHTHALMOS
25000.011402/94-14 / 10172470003
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4626978229
FLUORESCEINA SODICA OPHTHALMOS
25000.011402/94-14 / 10172470003
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4633848229

PANTHER HEALTHCARE BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 15.707.603/0001-03
GRAMPEADOR LINEAR NÃO CORTANTE PANTHER
25351.773246/2021-88 /
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 4551001216

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
Colactive plus
25351.677886/2021-68 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4356940214

QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
Cassete de teste rápido de combinação HBsAg/HCV (Sangue total/Soro/Plasma)
25351.511730/2022-04 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2540398222

---

quantum industria, distribuição e exportação de produtos medicos ltda me / 21.792.188/0001-28
SISTEMA DE HASTES INTRAMEDULARES PARA FÊMUR - QUANTUM
25351.494657/2022-91 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2448307229

SINTEGRA SURGICAL SCIENCIES LTDA / 06.373.225/0001-70
SW-FIBER
25351.537545/2022-31 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2701120228

Spectrun Bio Engenharia Médica Hospitalar Ltda. / 54.446.810/0001-03
MEIO DE CULTURA ISOLATE
25351.025147/00-91 / 10318390012
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4414406227

TECHLINE COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E SERVIÇOS LTDA / 64.132.434/0001-28
Teste rapido Antigeno Covid 19
25351.133567/2022-26 /
8433 - IVD - Registro de produto / 4320067222

VISION LINE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-ME / 05.187.817/0001-34
IMPLANTE DE DRENAGEM AQUOSO AUROLAB
25351.526756/2022-49 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2675181220

VOX MED COMERCIO E REPRESENTACÕES LTDA / 10.388.140/0001-32
prótese de esfincter cont - rigicon
25351.530943/2022-27 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2684927225
prótese peniana inflável infla10
25351.530942/2022-82 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2684924221
prótese peniana maleável rigi10 - rigicon
25351.530941/2022-38 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2684921226

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Kit de Teste Rápido de antígeno SARS-CoV 2 para autoteste (Imunocromatografico ouro coloidal)
25351.497668/2022-22 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2465366227

Nº de Processos : 29

Total de Empresas : 22

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.068, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351443163200890	4663499221	KIT RID-C2 HUMANO (COMPLEMENTO) NL	80155470084
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351443194200841	4661859227	KIT IgG4 SÉRIE OLYMPUS AU	80155470085
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351443244200890	4661467222	KIT IgG1 BECKMAN IMMAGE	80155470089
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351443462200824	4661666227	KIT IgG2 BECKMAN IMMAGE	80155470090
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351444910200815	4661517222	KIT IgG1 SÉRIE OLYMPUS AU	80155470087
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351444986200832	4663451227	KIT LÁTEX IgG3 SUBCLASSE HITACHI 911 HUMANO	80155470092
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351445000200841	4661626228	KIT IgG2 SUBCLASSE HITACHI HUMANO	80155470093
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351445050200829	4661788224	KIT IgG4 BECKMAN IMMAGE	80155470094
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351446998200800	4662317225	KIT LÁTEX ISENTO DE LAMBDA BN PROSPEC FREELITE	80155470088
01645409000128	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.	25351363616202091	4661503222	SISTEMA DE AUTO-TRANSFUSAO AUTOLOG	10349000892
01645409000128	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.	25351364768202010	4661604227	SISTEMA BIO-CONSOLE	10349000897
19585158000107	CARDINAL HEALTH DO BRASIL LTDA.	25351552494201891	4686659221	BOMBA DE INFUSAO PARA ALIMENTACAO ENTERAL E-PUMP KANGAROO	81356112336
03301390000128	CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25351734198201402	4671640228	SISTEMA DE PUNÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA BMC	80065320199
03301390000128	CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25351465619201168	4671960221	INTRODUTOR SAFESHEATH ULTRA	80065320174
03301390000128	CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25351465697201154	4672006225	INTRODUTOR SAFESHEATH	80065320172
03301390000128	CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25351465961201168	4671848226	SISTEMA DE ASPIRAÇÃO DE MEDULA ÓSSEA ONCONTROL	80065320175
02794555000340	COLOPLAST DO BRASIL LTDA.	25351020797200363	4661642220	EASICATH CATETER URINARIO PRE-LUBRIFICADO	10430310025
43512870000152	CPL MEDICAL´S PRODUTOS MÉDICOS LTDA.	25351186447201243	4664874227	CADEIRAS DE RODAS IBERA	10014160047
43512870000152	CPL MEDICAL´S PRODUTOS MÉDICOS LTDA.	25351451421201217	4664964226	Meias de Compressão SEGRETA	10014160048
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351275084201417	4685344228	Controle HbA1c Nível I e II	10159820201
64164197000187	FLEXIMED COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351190180201416	4665865223	VENTILADOR PULMONAR	10338760042
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351137176201646	4678244223	Ultrassom Diagnóstico	80005269002
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351208591201466	4678155222	ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	80005260013
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351241962201501	4678167226	Sistema de TC para Radiografias de Corpo Inteiro Supria	80005260014
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351661987201585	4678236222	Ultrassom Diagnóstico	80005269001
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351713217201861	4678214221	Ultrassom Diagnóstico	80005260015
02517363000124	FUJIFILM HEALTHCARE DO BRASIL LTDA.	25351713259201801	4678283224	Ultrassom Diagnóstico	80005269005
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351005327201580	4685894226	CATETER REUTILIZÁVEL ERCP - CAN2	80050030103
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351016770201517	4686240224	Pinça de Corpo Estranho Descartável Tripé	80050030090
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351016775201546	4686186226	Pinça de Corpo Estranho Descartável Combinada	80050030091
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351018057201500	4685695221	BALÃO DE DILATAÇÃO DESCARTÁVEL - DIL	80050030088
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351018068201544	4686255222	Pinça de Corpo Estranho Reutilizável - FOR2	80050030089
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351018078201566	4685841225	Balão Extrator de Cálculo Descartável - BAL	80050030101
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351041033201018	4686008228	ESCOVA DE CITOLOGIA	80050030043
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351046224201034	4686230227	PINÇA PARA BIÓPSIA REUTILIZÁVEL	80050030048
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351064172201111	4686144221	OVERTUBE	80050030057
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351104585201184	4686402224	VALVULA COM IRRIGADOR	80050030059
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351104614201137	4686405229	VÁLVULA DE BIÓPSIA	80050030060
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351152545201701	4679220221	ALÇA DE POLIPECTOMIA REUTILIZÁVEL	80050030111
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351387820201525	4686337221	Sonda de Permanecência Nasobiliar - NAS1	80050030107
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351391097201195	4686236226	Pinça de Corpo Estranho Descartavel Talon	80050030069
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351480609201356	4686045222	Fio Guia Descartável	80050030081
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351497296201514	4686362221	Sonda PEG Sem Balão para Substituição	80050030109
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351500632201086	4685643229	ALÇAS DE POLIPECTOMIA	80050030045
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351532457201301	4685916221	CESTA PARA RETIRADA DE CÁLCULOS REUTILIZÁVEL - BASKET	80050030082
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351572818201061	4685957228	COLETOR DE PÓLIPOS	80050039008
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351610131201371	4685736222	BALÃO DESCARTAVEL PARA ECOENDOSCOPIA	80050030083
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351618422201537	4685866221	Bocal para Endoscopia - BYT	80050030104
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351618840201551	4685929222	Clipmaster	80050030106
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351696106201964	4686452221	Válvulas para Biópsia Frog	80050030114
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351730613200920	4686100229	KIT PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA	80050030047
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351736335200991	4685851222	BOCAL PARA ENDOSCOPIA	80050039002
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351748490201564	4686088226	INSUFLADOR DE BALÃO DIL	80050039011
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351761727201017	4686317226	REDE COLETORA	80050030055
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351761739201097	4686314221	PINÇA DE BIOPSIA REUTILIZAVEL	80050030053
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351761779201064	4686150225	PINÇA DE BIOPSIA DESCARTÁVEL	80050030054
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351791006201121	4686201223	PINÇA DE CORPO ESTRANHO DESCARTAVEL RAPTOR	80050030074
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351817891201601	4685973220	Dispositivo de ressecção Histolock	80050030108
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351209991201113	4661968222	SISTEMA DE ANESTESIA FLOW-i	80259110040
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351383081202075	4661565222	Sistema de Hipotermia/ Hipertemia HCU 40	80259110222
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351383123202078	4661898228	MAQUINA CORACAO PULMAO	80259110223
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351383125202067	4662422228	SISTEMA ROTAFLOW	80259110224

33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351000838201056	4671220228	FOCOS CIRÚRGICOS AURINIO - TRILUX	10302860156
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351085256201463	4671183220	SISTEMA DE MOTORES UNIDRIVE KARL STORZ	10302860243
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351167433200265	4671406225	FONTE DE LUZ XENON PARA ENDOSCOPIA KARL STORZ	10302860082
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351180305200902	4671388223	MICRO-CÂMERA PARA ENDOSCOPIA KARL STORZ E ACESSÓRIOS	10302860145
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351234386201668	4671204226	Mesa cirúrgica schaerer®	10302860263
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351333243200757	4671334224	UNIDADE ELETROCIRÚRGICA - KARL STORZ	10302860138
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351466377201489	4671326223	SISTEMA INTEGRADO COM ILUMINAÇÃO LED KARL STORZ	10302860251
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351655978201375	4671461228	MICROCÂMERA GI KARL STORZ	10302860241
33250713000162	H STRATTNER E CIA LTDA	25351673112201241	4671253224	EQUIPAMENTO PARA INSUFLAÇÃO KARL STORZ	10302860221
58619131000131	HEXAGON INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA	25351687916201849	4684141225	Sistema de Motor Eletro-Cirúrgico Aygun PRAXIS 3	10209780109
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351736065202171	4664515222	SENSOR DE CAPNOGRAFIA HOSP TRADE	80275279006
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351047853201015	4664331221	TRANSDUTOR DE PRESSÃO DESCARTÁVEL TPD-48120 HOSP TRADE	80275279004
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351128171201103	4664202221	CATETER DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL FECHADO SATF HOSP TRADE	80275270008
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351543094201050	4664105220	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO HOSP TRADE	80275270007
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351543266201071	4663782226	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO HOSP TRADE COM ANTI-REFLUXO	80275270004
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351660919201151	4665764229	SONDA ENDOTRAQUEAL HOSP TRADE - COM BALONETE	80275270011
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351660926201195	4664282220	SONDA ENDOTRAQUEAL REFORÇADA HOSP TRADE - COM OU SEM BALONETE	80275270010
54178983000180	HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	25351648204200832	4666385221	MACA HIDRÁULICA FAWLER COM LEITO RÁDIO TRANSPARENTE, 2 COLUNAS - MOVIMENTAÇÃO MOTORIZADA	80172580003
00133418000177	IBRAMED INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - EIRELI	25351088649200929	4691182221	THERMOPULSE COMPACT	10360310028
00133418000177	IBRAMED INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - EIRELI	25351778895201514	4691253223	THORK SHOCK WAVE	10360310036
11967115000176	ICONE MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351212876201310	4664098223	LUZ INTENSA PULSADA E RADIOFREQUENCIA	80726749001
88303433000167	ITM S/A - Indústria de Tecnologias Médicas	25351469709200832	4681046223	TROCÁTER DESCARTÁVEL EDLO	10230390033
88303433000167	ITM S/A - Indústria de Tecnologias Médicas	25351567152201876	4681100221	Portal Sitracc	10230390049
88303433000167	ITM S/A - Indústria de Tecnologias Médicas	25351623678201843	4681076225	Trocater Agulha de Verres	10230390048
67882621000117	JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTDA	25351552257200859	4679413221	LARINGOSCÓPIO DE FIBRA ÓPTICA REUTILIZÁVEL	10349590063
10836991000109	KARL STORZ Marketing America do sul ltda.	25351254739201732	4685193223	Litotriptor CALCUSPLIT® KARL STORZ	80753460061
10836991000109	KARL STORZ Marketing America do sul ltda.	25351709964201807	4685429221	Sistema Integrado com Iluminação LED KARL STORZ	80753460080
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351029727201219	4666189221	Agulha de Fístula com Dispositivo de Segurança Labor Import	10369460078
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351035938201490	4666215224	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO COM PÓ LABOR GLOVES	10369460100
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351504678201607	4666092225	ESCALPE DE SEGURANÇA SOLIDOR	10369460172
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351504704201608	4666101228	ESFIGMOMANÔMETRO LAMEDID	10369460181
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351504722201602	4666137229	LÂMINAS DE BISTURI AÇO INOX DESCARTÁVEL PROCARE®	10369460132
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351504827201609	4666245226	SERINGA DESCARTÁVEL DE SEGURANÇA SOLIDOR®	10369460144
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386143201563	4670257221	Gibco PBS pH 7,4 (1X) - Phosphate Buffered Saline - 10010	10358940044
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386177201525	4661191226	Gibco DMEM / F12 + GlutaMAX I (1X) - 10565	10358940045
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386194201520	4661233225	Gibco DMEM/ F12 (1:1) (1X) - Dulbecco's Modified Eagle Medium Nutrient Mixture F-12 (Ham) - 11330	10358940046
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386207201513	4661262229	Gibco RPMI Medium 1640 (1X) - 11835	10358940047
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386285201500	4661284220	Gibco DPBS (1X) - Dulbecco's Phosphate Buffered Saline - 14190	10358940052
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351395702201513	4661315223	Gibco RPMI (1X) + GlutaMAX I - RPMI Medium 1640 - 72400	10358940056
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351395771201506	4661351220	Gibco PBS pH 7,2 (10X) - Phosphate Buffered Saline - 70013	10358940059
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351396980201510	4661361227	Gibco PBS pH 7,2 (1X) - Phosphate Buffered Saline - 20012	10358940061
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351397060201509	4664134223	Gibco MEM Alpha (1X) - Minimum Essential Medium - 12561	10358940062
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351397075201550	4661435224	Gibco HBSS - Hank's Balanced Salt Solution (1X) - 14175	10358940063
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351397099201506	4661296223	Gibco DMEM (1X) - Dulbecco´s Modified Eagle Medium - 11965	10358940053
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351397112201576	4661425227	Gibco DMEM (1X) - Dulbecco's Modified Eagle Medium - 11995	10358940064
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351459203201511	4661457225	Gibco DEMEM (1X) - Dulbecco´s Modified Eagle Medium - 11885	10358940066
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351907601201619	4661515226	DMEM (1x) - 10313	10358940080
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351908067201628	4661499221	KaryoMAX Giemsa Stain - 10092	10358940079
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351554488201138	4672686221	DISPOSITIVOS PARA INTRODUÇÃO	80153030050
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351554618201124	4672753221	FIO GUIA ANGIOGRÁFICO DE AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDO	80153030051
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351554403201158	4672834221	AGULHAS INTRODUTORAS	80153030052
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351554598201164	4672808222	FIO GUIA ANGIOGRÁFICO DE NITINOL REVESTIDO	80153030053
59717553000617	MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	25351292745201954	4665981221	ASPIRADOR NASAL ELÉTRICO BB011	81602800007
83802215000153	OLSEN INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	25351194007201686	4666616228	FOTOPOLIMERIZADOR	10281300015
83802215000153	OLSEN INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	25351194020201626	4666637221	Piezo Light	10281300016
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351477905201517	4664742222	Gerador Ultrassônico USG-400	80124630189
02298254000163	RIOPASA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	25351424467201112	4664744229	SERINGA DE SEGURANÇA RMDESC II	80263400030
00986846000142	ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.	25351029751201598	4678337227	Fortify Assura VR	10332340358
04718143000194	VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	25351417205200837	4675192221	KIT DESCARTÁVEL ABLAPAK	80102510594

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.072, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
CARZANY
25351.376448/2019-61
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0576778/19-4; 4674656/22-2
TRISTAR
25351.583350/2018-87
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0806955/18-5; 4674737/22-2

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A - 02.974.733/0001-52
REGISTRO DE COMPONENTES
25351.682318/2018-83
5059 - ALTERAÇÃO DE CADASTRO DE COMPONENTES; 4643403/22-5; 0948771/18-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.073, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
METRIBUZIM TÉCNICO ADA
25351.418085/2019-06
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0639755/19-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

AGROFRESH BRASIL LTDA / 21.005.119/0001-27
ACTIMIST PYR
25351.225909/2020-71
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 3550318/20-1
PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
VINSETO
25351.461696/2017-44
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 1714571/17-6
CATEGORIA 3- PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO
VINQUO
25351.299591/2016-16
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 2203851/16-5
CATEGORIA 3- PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 08.911.564/0001-98
METRIBUZIM TÉCNICO BHARAT
25351.408531/2019-01
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0624897/19-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

DILLON BIOTECNOLOGIA LTDA / 14.698.067/0001-56
BTEL
25351.011846/2022-30
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4200430/22-3
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

GOWAN PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 67.148.692/0001-90
BENALAXYL-M TÉCNICO ISAGRO
25351.713137/2009-49
5003 - PRODUTO TÉCNICO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 390914/09-0
PRODUTO TÉCNICO

GREENUP ASSESSORIA, IMPORTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL LTDA. / 34.807.954/0001-22
FICO E FICO TÉCNICO
25351.270112/2021-18
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1250506/21-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
HDB 94
25351.617706/2014-78
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0916024/14-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
METRIBUZIM TÉCNICO NORTOX II
25351.077331/2018-02
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0109757/18-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
METRIBUZIM TÉCNICO OF I
25351.137816/2021-71
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0853271/21-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. / 14.497.712/0001-72
S-METOLACLOR 960 EC PROVENTIS
25351.782118/2015-75
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1116288/15-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
ESBRILHA
25351.016459/2016-53
5097 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL I - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1608044/16-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
ETIPROLE TÉCNICO RAINBOW
25351.150103/2019-89
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0231009/19-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRICOLAS / 05.772.606/0001-69
NICOSULFURON TÉCNICO RTM
25351.090979/2014-30
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0123539/14-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA
ROPRID 375 SC
25351.290413/2015-45
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0417289/15-2
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

SYNCROS ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA / 06.876.953/0001-02
BENALAXYL-M TÉCNICO SYNCROM
25351.847135/2016-31
5003 - PRODUTO TÉCNICO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 1223446/16-0
PRODUTO TÉCNICO

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
MIRAVIS OPTI
25351.295077/2021-31
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 1327110/21-1
CATEGORIA 2 - PRODUTO ALTAMENTE TÓXICO

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
GALAPUS SB
25351.194407/2016-14
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2046315/16-4
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

YONON BIOCIENCIAS E DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA / 24.941.471/0001-62
FIPRONIL 800 WG YONON
25351.258399/2016-46
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2145579/16-1
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.074, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
ENGENIA
25351.330781/2017-19
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4586102/22-5

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA./14.497.712/0001-72
DIAFENTIURON 500 SC PROVENTIS
25351.688942/2015-53
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4369456/22-3

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
PLANITY
25351.057528/2018-39
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4351168/22-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.075, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação e reclassificação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
CÓDIGO DE ASSUNTO; EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
PREDADOR
25351.366611/2015-12
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4362607/22-6
CATEGORIA 5 - IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.076, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
25351.332623/2022-11
FASE II

GOWAN PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - 67.148.692/0001-90
25351.525659/2022-39
FASE III

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
25351.342807/2022-81
FASE II

LALLEMAND SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA - 27.268.763/0001-74
25351.163367/2022-06
ANEXO III
25351.674358/2022-38
ANEXO III

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.329044/2022-83
FASE II
25351.339543/2022-89
ANEXO III
25351.339551/2022-25
FASE I
25351.339803/2022-16
FASE I

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
25351.321518/2022-49
FASE I
25351.321759/2022-98
FASE I
25351.321840/2022-78
FASE I
25351.322403/2022-71
FASE I

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.077, DE 15 SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial (Processo Judicial: REF. 1027245-17.2022.4.01.3400 - 5ª Vara Federal Cível da SJDF - Autor(a): HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA - NUP: 00424.133688/2022-46) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto HDB 276.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
HDB 276
25351.375959/2020-07
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1378449/20-7
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.078, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial (Processo Judicial: REF. 1021755-14.2022.4.01.3400 - 9ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF - NUP: 00424.165180/2022-15) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto LANDRIN.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

LANDRIN INDUSTRIA E COMERCIO DE INSETICIDAS LTDA / 88.446.067/0001-03
LANDRIN
25351.528588/2019-21
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2156233/19-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.032, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

SUPER CLEAN EVOLUTION DO BRASIL LTDA - EPP / 00.089.393/0001-51
DESINFETANTE SUPER EVOLUTION
25351.428680/2016-01 / 317130020
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4279220221

American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda. / 08.998.348/0001-21
MUUCARE DESINCRUSTANTE ALCALINO
25351.292299/2021-01 / 355220030
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4457837229

BUSCHLE LEPPER SA. / 84.684.471/0001-56
ELEVADOR DE PH LÍQUIDO BEL PISCINAS
25351.369161/2021-07 / 305390024
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 1550745212
---
normando jose nossa villar / 05.509.824/0001-05
DESINX
25351.267425/2020-08 / 381550006
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4461722228

BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME / 17.172.186/0001-69
BECKER AL 2050
25351.199090/2017-13 / 371940001
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 4312590222

American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda. / 08.998.348/0001-21
DESINFETANTE PET AMERICAN NUTRIENTS
25351.584391/2020-13 / 355220024
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 8435077217

DEDA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA / 07.304.309/0001-14
LIMPA MOFO TAQ'LIMPO
25351.255420/2015-16 / 357860003
334 - REG. SANEANTES - Revalidação de Registro / 3220359194
---
normando jose nossa villar / 05.509.824/0001-05
ULTRAPLUS
25351.924129/2020-16 / 381550005
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4461693228

UNIJOHN SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA / 25.497.280/0001-16
QUALYDRAT ADITIVO ALCALINO
25351.233549/2010-17 / 324670042
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4456699221

LPL INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES EIRELI / 14.622.908/0001-41
ESTÉRA QUATER
25351.568189/2021-17 / 357750028
390 - REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto / 2448832226

VINIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 09.044.896/0001-85
REMOPAC
25351.345189/2019-26 / 337750098
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4439787223

GROW QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. / 10.842.256/0001-08
PROACTION NEUTROCEPTIC 2000
25351.139974/2022-47 / 344070027
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4331940225

PIRISA PIRETRO INDUSTRIAL LTDA / 33.198.847/0001-81
SET INSET AEROSOL DEDETIZADOR
25351.588363/2013-50 / 302620064
392 - REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto / 2521166227

COMPANHIA NACIONAL DE ALCOOL / 60.881.299/0001-62
COPERALCOOL BACFREE 46º INPM BACTERICIDA
25351.663465/2012-51 / 303020027

331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 1338829220
331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 4420297221

VINIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 09.044.896/0001-85
Clariol 150 Glix
25351.907469/2021-55 / 337750119
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4212509229

RIOQUIMICA S.A. / 55.643.555/0001-43
GERMI RIO
25351.560895/2009-56 / 313290357
392 - REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto / 0057300224

American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda. / 08.998.348/0001-21
ORDENHA 10 DESINCRUSTANTE ALCALINO
25351.648041/2018-60 / 355220012
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4457470228

SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / 03.365.708/0001-34
SEVEN ADITIVO ALCALINO
25351.316259/2011-61 / 323310019
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4299985222

UNIJOHN SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA / 25.497.280/0001-16
CHEFF LIMPA GRILL E FORNOS ROYAL QUALITY
25351.324150/2012-69 / 324670060
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4332006224
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4308348226

MAICOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME. / 02.496.525/0001-95
ÁGUA SANITÁRIA KELL
25351.025173/2011-71 / 325200020
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4575645214

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA / 47.078.704/0001-40
PLURON ALCALAV
25351.365335/2014-73 / 305463144
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4455398228

DEXTER LATINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 01.401.828/0001-14
MOSCA KILLER PRONTO USO
25351.364253/2019-78 / 323400040
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4314598221

BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME / 17.172.186/0001-69
BECKER TOP FOAM
25351.416049/2020-83 / 371940045
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 4325534229

CHEMIE SAÚDE AMBIENTAL LTDA / 35.700.846/0001-19
SANITIZANTE BQ 400
25351.062988/2021-84 / 392860010
396 - REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante / 4620317225

DEXTER LATINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 01.401.828/0001-14
MOSCA KILLER
25351.498683/2019-92 / 323400042
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4314545224

American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda. / 08.998.348/0001-21
MUUCARE DESINCRUSTANTE ÁCIDO
25351.292413/2021-94 / 355220032
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4457900222

LPL INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES EIRELI / 14.622.908/0001-41
Brassenperoxy
25351.292276/2021-98 / 357750027
390 - REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto / 2448939225

CALLAMARYS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA / 01.932.232/0001-40
ÁLCOOL 46° INPM BACTERICIDA ZERO BAC TUPI
25351.001826/2020-99 / 358810003
331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 0751493210

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.033, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes substituto no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

AROMASIL INDÚSTRIA, COMÉRCO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 09.116.205/0001-01
ESSÊNCIA CONCENTRADA - AROMASIL
25351.140085/2022-22 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4332155220

CHEMIE SAÚDE AMBIENTAL LTDA / 35.700.846/0001-19
CLARIFICANTE EM GEL KEEP GEL
25351.935078/2020-40 /
396 - REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante / 4619524221

Alquimis Suprimentos Corporativos Ltda. / 07.057.083/0001-02
DESINFETANTE PROQUAT
25351.181041/2022-52 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4406245227

INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A / 11.507.415/0001-72
DESINFETANTE BRILUX
25351.420523/2018-57 / 306930118
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 1466586222

PROAUTO INDUSTRIA QUIMICA LTDA - EPP / 38.777.918/0001-14
DESINFETANTE PROAUTO PROBAC TOILETTE
25351.144565/2022-62 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4343945227

INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A / 11.507.415/0001-72
DESINFETANTE OLIMPO
25351.566496/2018-68 / 306930119
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 0830518223

MULTQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 03.377.337/0001-00
MULT ALCLOR F EXTRA
25351.084726/2013-95 / 325990157
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4570364217

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.061, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AM INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 12.578.172/0001-26
LOÇÃO BRONZEADORA FPS 6 HEDERA COSMÉTICOS
25351.012060/2022-30 / 263230008
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4200718/22-7

ANCLA´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 19.138.182/0001-90
DNA HYALU SUN PROTECTION FPS 70 DNA DERMOCOSMÉTICOS
25351.559324/2021-33 / 275470093
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0831327/22-7
DNA HYALU SUN PROTECTION FPS 70 DNA DERMOCOSMÉTICOS
25351.559324/2021-33 / 275470093
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0905135/22-9

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE CC POWDER FPS 63 CLARO DERMAGE
25351.511278/2019-77 / 217170248
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1161051/22-8
PHOTOAGE CC POWDER FPS 63 MÉDIO LIGHT DERMAGE
25351.511282/2019-35 / 217170249
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1161041/22-2
PHOTOAGE CC POWDER FPS 63 MÉDIO DERMAGE
25351.511283/2019-80 / 217170250
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1160819/22-0

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA / 17.562.075/0001-69
Repelente Natuproct Family Loção
25351.343098/2018-75 / 241300035
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1451389/22-1
Repelente Natuproct Family Loção
25351.343098/2018-75 / 241300035
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 3732634/21-3
Repelente Natuproct Family Spray
25351.343125/2018-18 / 241300036
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1451433/22-1
Repelente Natuproct Family Spray
25351.343125/2018-18 / 241300036
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2141785/22-7
Repelente Natuproct Family Spray
25351.343125/2018-18 / 241300036
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 3732392/21-0
Repelente Natuproct
25351.661222/2017-09 / 241300034
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1448698/22-7
Repelente Natuproct
25351.661222/2017-09 / 241300034
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2141758/22-0
Repelente Natuproct
25351.661222/2017-09 / 241300034
290 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Nome de Produto Registrado / 3732868/21-4

DERMOSENSE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 80.323.710/0001-91
BUBUIA PROTETOR SOLAR FPS 32
25351.000040/2022-16 / 258140013
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4187651/22-5

DEVINTEX COSMETICOS LTDA / 01.773.518/0001-20
SALON LINE PROFESSIONAL BASE RELAXANTE PARA USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA ÓLEO DE ARGAN
25351.478585/2011-61 / 229590237
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0814759/22-0
SALON LINE PROFESSIONAL BASE RELAXANTE PARA USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA ÓLEO DE ARGAN
25351.478585/2011-61 / 229590237
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 0883905/22-1
SALON LINE PROFESSIONAL BASE RELAXANTE PARA USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA ÓLEO DE ARGAN
25351.478585/2011-61 / 229590237
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 4247732/21-8

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A / 08.505.736/0001-23
NO INSET LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS
25351.210024/2016-96 / 244700193
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 2141897/22-0

NO INSET LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS
25351.210024/2016-96 / 244700193
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2294134/22-2
NO INSET LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS
25351.210024/2016-96 / 244700193
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4547453/22-5

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 87.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FPS 50 - EVER CARE
25351.104229/2022-87 / 214850434
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4270580/22-4

LABORATÓRIO AVAMILLER DE COSMÉTICOS LTDA / 62.823.752/0001-00
ÁLCOOL EM GEL HIGIENIZADOR IMPALA 70%
25351.295275/2021-03 / 202210112
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1327329/21-2

MARGY COSMETICOS LTDA - ME / 12.119.356/0001-28
ALCOOL GEL BURITI
25351.082837/2022-23 / 267200006
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4238431/22-7

NANOMED - Nanotecnologia em Saúde e Bem-estar - EIRELi / 14.952.878/0001-31
BEM-ME-FIZ HIGIENIZADOR DE MÃOS
25351.259310/2021-12 / 408480002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1214029/21-3

NIZSO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA / 02.259.684/0001-76
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS ALLERGIC CENTER
25351.200486/2020-87 / 254590006
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2481135/22-9

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 25.859.018/0001-74
PROTETOR SOLAR FPS 30 COLOR BASE - BEGE MÉDIO SKINSCIENCE DERMA
25351.639063/2018-39 / 204900112
2872 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Fabricante de Produto Registrado - Nacional / 4618439/21-1
PROTETOR SOLAR FPS 30 SKINSCIENCE DERMA
25351.639090/2018-10 / 204900117
2872 - REG. COSMÉTICOS - Mudança de Fabricante de Produto Registrado - Nacional / 4618414/21-9

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 22.966.065/0001-29
SPRAY REPELENTE DE INSETOS NUTRIEX PROFISSIONAL COM ICARIDINA 10%
25351.490229/2020-27 / 291200325
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4938427/21-4
PROTETOR SOLAR FACIAL E CORPORAL FPS 70 SVEDA SOLAR
25351.499968/2022-46 / 291200377
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2476754/22-6

PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA / 00.104.603/0001-33
PELUCIA FORTE HENE GEL
25351.004173/2017-01 / 221000809
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0987500/22-8
PELUCIA FORTE HENE GEL
25351.004173/2017-01 / 221000809
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1435590/22-8
PELÚCIA HENÊ GEL CARVÃO
25351.308612/2018-26 / 221000819
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0988817/22-5
PELÚCIA HENÊ GEL CARVÃO
25351.308612/2018-26 / 221000819
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1436256/22-4
PELUCIA MÉDIO HENE GEL
25351.562870/2016-04 / 221000803
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0971601/22-4
PELUCIA MÉDIO HENE GEL
25351.562870/2016-04 / 221000803
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1436185/22-0

Proline Indústria e Comércio Ltda / 02.946.060/0001-27
GEL BAC ANTI SEPTICO PREMISSE
25351.036351/01-08 / 230930002
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0956494/21-8
GEL BAC ANTI SEPTICO PREMISSE
25351.036351/01-08 / 230930002
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 4398767/21-5

VICTORIA MAXX INDUSTRIA E TERCEIRIZACAO DE COSMETICOS LTDA / 72.426.745/0001-28
FOTOPROTETOR LTS 70 LITSKIN MEDICAL COSMETICS
25351.016176/2021-67 / 231070036
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 8429180/21-4
FOTOPROTETOR LTS 70 COLOR LITSKIN MEDICAL COSMETICS
25351.016547/2021-19 / 231070037
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 8429487/21-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.062, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:
Art.1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme relação anexa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.
HENRIQUE BUENO KUSSAMA
ANEXO
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
_____
CIMED INDUSTRIA S.A / 02.814.497/0001-07
PROTETOR SOLAR FPS 30 COLOR BASE - BEGE MÉDIO SKINSCIENCE DERMA
25351.884860/2021-74 / 244520015
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 4725119/21-1
PROTETOR SOLAR FPS 30 SKINSCIENCE DERMA
25351.885176/2021-18 / 244520016
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 4725456/21-7

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 25.859.018/0001-74
PROTETOR SOLAR FPS 30 COLOR BASE - BEGE MÉDIO SKINSCIENCE DERMA
25351.639063/2018-39 / 204900112
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 4658407/21-3
PROTETOR SOLAR FPS 30 SKINSCIENCE DERMA
25351.639090/2018-10 / 204900117
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 4658728/21-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.063, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:
Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme relação anexa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
HENRIQUE BUENO KUSSAMA
ANEXO
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
_____
AGAPE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 08.540.561/0001-95
PROTETOR SOLAR CORPORAL FPS 60 - ECOFITUS
25351.115317/2022-12 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4288161/22-3

ARTSANA BRASIL LTDA / 02.340.424/0001-20
CHICCO SUN STICK FPS 60
25351.115259/2022-19 /
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4288043/22-1

Cosmetic Industria e Comercio de Cosmeticos ltda / 11.659.514/0001-70
ÁLCOOL GEL NATUKIT 70% (HIGIÊNIZADOR DE MÃOS) - NATUKIT
25351.222695/2022-43 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1286235/22-7

EMCS INDUSTRIA LTDA / 07.307.698/0001-31
LOÇÃO ONDULADORA ANUAR
25351.125751/2022-01 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0811310/22-1
ACTIV DUX ATIVADOR DE GUANIDINA
25351.255450/2022-01 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1449191/22-3
HIDRÓXIDO DE CÁLCIO BELOS CACHOS
25351.525559/2022-11 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2670944/22-1
HIDRÓXIDO DE CÁLCIO BELEZA BELLA
25351.525666/2022-31 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2671311/22-2

NATU KAPILAR ENVASADORA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 82.605.114/0001-20
HIGIENIZADOR DE MÃOS EASY CLEAN - NK COSMÉTICOS
25351.448518/2020-23 / 224160050
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 8429162/21-6

PROLINK INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA / 01.140.700/0001-44
SEPTPRO GEL 70
25351.023053/2018-87 / 296960001
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0515957/18-1

RECICLE MAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RECICLAGEM LTDA - ME / 34.915.751/0001-50
ÁLCOOL GEL 70° HAND CLEAN ASSEPT
25351.700062/2021-07 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2550983/21-1

VITORIA FACE COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 29.113.443/0001-70
ÁLCOOL GEL PROTEGE - BAMBOO
25351.035796/2022-86 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0273026/22-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.064, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

BIOMETIK INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 4.00620-5
BIOMETIKAL FLUIDO BIOPREZZ GORDURA SUBMENTONIANA
25351.001376/2021-15
BIOMETIKAL FLUIDO BIOPREZZ GORDURA LOCALIZADA
25351.001147/2021-09
25351.001306/2021-67
BIOMETIKAL FLUIDO BIOPREZZ GORDURA LOCALIZADA COM DESOXICOLATO

DC BEAUTY COSMETICS LTDA ME/4.00051-0
TREATMENT V1 - VOKANIC PROFESSIONAL
25351.831632/2021-00

DELACQUA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/2.06575-2
MASCARA CAPILAR ALISEI BEAUTY CLASS
25351.469069/2020-57

FRIELO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME/2.06637-7
Reconstrutor Capilar Keratin Protein Nuance Profissional
25351.488718/2019-85

LSV BEAUTY INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME/4.02141-3
LUSTY B.TOX PLATINUM BLOND - LUSTY PROFESSIONAL
25351.999243/2021-72
LUSTY PROGRESS ORGANIC - LUSTY PROFESSIONAL
25351.999400/2021-40

MIURA FABRICACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA/4.02388-8
PROLISS TREATMENT PLASTICA DOS FIOS - GLATTEN
25351.660832/2020-82

N P HAIR SOLUTION INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME/2.05588-1
Mítico Professional Max Liss Tratamento Térmico
25351.862359/2021-57

VALERIA FERREIRA BORGES - ME/2.03421-1
MÁSCARA DE REALINHAMENTO CAPILAR LISS TREATMENT - ESSENCE PROFESSIONAL
25351.885760/2021-65

VIDELLI INDÚSTRIA DE PRODUTOS COSMÉTICOS LTDA/2.04642-1
MÁSCARA CAPILAR - QUERIDO LISO
25351.066746/2021-60

VITORIA CALAZANY INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/4.01799-1
REALINHADOR TERMICO DIAMANTE LISS LABELLE PROFESSIONAL
25351.418321/2020-60
SELAGEM REPARADORA PROGRESSIVE AVDOS

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.030, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Advanced Medical Solutions Ltd.
Endereço: Premier Park, 33 Road One, Winsford Industrial Estate, Winsford, Cheshire, CW7 3RT, Reino Unido
Solicitante: K.C.I. Brasil Importadora e Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda. CNPJ: 10.918.419/0001-80
Autorização de Funcionamento: 8.06.249-6 Expediente: 0551235/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Agilent Technologies, Inc.
Endereço: 1170 Mark Avenue, Carpinteria, CA, 93013, Estados Unidos da América
Solicitante: Agilent Technologies Brasil Ltda CNPJ: 03.290.250/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8.00.002-3 Expediente: 4625625/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Empresa: Angelus Indústria de Produtos Odontológicos S/A CNPJ: 00.257.992/0001-37
Endereço: Rua Waldir Landgraf, 101, Bairro Lindóia, Londrina - Paraná - Brasil CEP: 86031-218
Autorização de Funcionamento: 1.03.494-5 Expediente: 0634943/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Biokit S.A.
Endereço: Av. Can Montcau 7, Lliçà d´Amunt, Barcelona, 08186, Espanha
Solicitante: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda CNPJ: 56.998.701/0001-16
Autorização de Funcionamento: 8.01.465-0 Expediente: 0830512/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Brainlab AG.
Endereço: Olof-Palme-Strasse 9, Munique, Baviera, 81829, Alemanha
Solicitante: Brainlab Ltda. CNPJ: 02.981.566/0001-77
Autorização de Funcionamento: 8.00.420-7 Expediente: 1185611/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Establishment Labs S.A.
Endereço: Coyol Free Zone & Business Park Building, 4th Street, Building B-15, Alajuela, 20102, Costa Rica
Solicitante: Establishment Labs Brasil Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 08.290.164/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.05.883-9 Expediente: 0673963/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Fuji Systems Corporation
Endereço: 200-2 Aza-Ohira, Odakura, Nishigo, Nishi Shikawa Gun, Fukushima, 961-8061, Japão
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 8549038/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Integra Neurosciences Implants S.A.S.
Endereço: 2905 Route dês Dolines, 06921 Sophia Antipolis Cedex, Nice, França.
Solicitante: Promedon do Brasil Produtos Médico Hospitalares Ltda. CNPJ: 00.028.682/0001-40
Autorização de Funcionamento: 1.03.068-4 Expediente: 1110454/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Osartis GmbH
Endereço: Lagerstrasse 11-15, Dieburg, Hesse, 64807, Alemanha
Solicitante: Zimmer Biomet Brasil Ltda. CNPJ: 02.913.684/0001-48
Autorização de Funcionamento: 8.00.446-8 Expediente: 1376625/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Xintec Corporation dba Convergent Laser Technologies
Endereço: 1660 South Loop Road, Alameda, Califórnia, 94502, Estados Unidos da América
Solicitante: Handle Comércio de Equipamentos Médicos S.A. CNPJ: 54.756.242/0001-39
Autorização de Funcionamento: 1.03.307-1 Expediente: 2293994/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.031, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda, CNPJ nº 32.929.819/0001-24, publicada pela Resolução RE nº 2.398, de 26 de julho de 2022, no Diário Oficial da União nº.141, de 27 de julho de 2022, Seção 1, pág. 78, de Airgas USA, LLC, para Airgas Therapeutics, LLC, conforme expedientes nº 8469457/21-7 e 4547612/22-6.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda., CNPJ nº 04.718.143/0001-94, publicada pela Resolução RE nº 837, de 24 de fevereiro de 2021, no Diário Oficial da União nº.39, de 01 de março de 2021, Seção 1, pág. 141, de Sorin Group Italia S.r.l. - Cardiac Surgery Facility, para Corcym S.r.l. also trading as Sorin Group Italia S.r.l., conforme expedientes nº 2470343/20-8 e 4629044/22-1.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.034, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Astrolabe - Fabricação de Implantes Médicos Lda., publicada pela Resolução RE nº 2.094, de 26 de maio de 2021, no Diário Oficial da União nº. 101, de 31 de maio de 2021, Seção I, pág. 195, de Las - Latim American Solutions Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 09.183.319/0001-74, para One Implantes Ltda., CNPJ: 30.072.205/0001-43, conforme expedientes nº 2997972/20-5 e 4285774/22-4.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.035, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, , no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Biocore Comércio e Representações de Produtos Hospitalares e Laboratoriais Ltda. CNPJ: 08.647.266/0001-32
Endereço: Rua Duarte Coelho, 399 Complemento E, Paupina, Fortaleza - CE CEP: 60873-665
Autorização de Funcionamento: 8047962 Expediente: 2923708/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: BTG Comercial Cirúrgica Eireli - EPP CNPJ: 23.139.891/0001-67
Endereço: Avenida Marechal Fontenele, n. 4830, Loja - Magalhães Bastos, Rio de Janeiro - RJ CEP: 21750-120
Autorização de Funcionamento: 8134507 Expediente: 1185621/22-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Decares Comércio Ltda. CNPJ: 01.708.499/0001-59
Endereço: Avenida Do Cetur, 325, Tarumã, Manaus - AM CEP: 69022-155
Autorização de Funcionamento: 8019413 Expediente: 6580124/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Fresenius Medical Care Ltda. CNPJ: 01.440.590/0001-36
Endereço: Rua Amoreira, n. 891, Jardim Roseira, Jaguariúna/SP CEP: 13917-472
Autorização de Funcionamento: 8013395 Expediente: 0715710/22-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Fusão Soluções para Medicina Ltda. ME CNPJ: 05.341.148/0001-03
Endereço: Avenida Nova Independência, n. 87 - Cj. 122, 12° andar - Brooklin Paulista , São Paulo - SP CEP: 04570-000
Autorização de Funcionamento: 8019782 Expediente: 1014121/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Qualinorte Comercio de Produtos Hospitalares Eireli CNPJ: 39.451.696/0001-08
Endereço: Avenida Codajás, n.º 277-A, Cachoeirinha, Manaus - AM CEP: 69065-130
Autorização de Funcionamento: 8215876 Expediente: 1310132/22-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: R. O. Carvalho do Nascimento CNPJ: 05.577.401/0001-22
Endereço: Rua Magalhães Filho, n. 720, Norte - Centro, Teresina - PI CEP: 64000-128
Autorização de Funcionamento: 8027007 Expediente: 2785327/22-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda CNPJ: 30.222.814/0001-31
Endereço: Rua Vpr 01 Quadra 2A Módulo 01, DAIA, Anápolis - GO CEP: 75132/020
Autorização de Funcionamento: 8.15.630-1 Expediente: 2551665/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.036, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: ExoCoBio Inc.
Endereço: 1001-5, 1009, 1010 ho, 19 Gasan digital 1-ro, Geumcheon-gu - Seoul, 08594 - Coreia do Sul
Solicitante: Globtek Trading Importação e Exportação Ltda. ME CNPJ: 02.270.545/0001-43
Autorização de Funcionamento: 1038887 Expediente: 1994909/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: IGEA S.P.A.
Endereço: VIA Parmenide 10/a, Carpi, Modena, 41012 - Itália
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda, CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 0432509/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Jabil Inc.
Endereço: 3800 Giddings Road, Auburn Hills, Michigan, 48326 - Estados Unidos da América
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8014590 Expediente: 6581342/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.037, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Bios - Diagnóstica Indústria e Comércio de Produtos Biológicos Ltda - ME. CNPJ: 06.074.511/0001-34
Endereço: Rua Leão Brasil, n.º 243, Vila Olímpia, Sorocaba - SP CEP: 18075-083
Autorização de Funcionamento: 8025240 Expediente: 4332152/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Einco Biomaterial Ltda. CNPJ: 00.332.420/0001-75
Endereço: Rua André Cavalcante, n. 63 - Gutierrez, Belo Horizonte - MG CEP: 30430-110
Autorização de Funcionamento: 1027303 Expediente: 0770756/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Empresa: Evolve Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli CNPJ: 32.139.055/0001-73
Endereço: Rua Major Carlos Del Prete, Nº 1901 e 1905, Santo Antônio, São Caetano do Sul - SP CEP: 09530-001
Autorização de Funcionamento: 8183838 Expediente: 7612295/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: G D Rufino Ltda. - EPP CNPJ: 00.425.586/0001-36
Endereço: Avenida Pedro Botesi, n. 2099 - Tucura, Mogi Mirim - SP CEP: 13806-635
Autorização de Funcionamento: 8054226 Expediente: 1263851/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Indústria de Artefatos de Borracha Inovatex Ltda. CNPJ: 14.469.133/0001-16
Endereço: Rua Guaianésia, 433, Chácaras Reunidas, São José dos Campos - SP CEP: 12238-460
Autorização de Funcionamento: 8095031 Expediente: 0516387/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Scan Diagnóstica Indústria e Comércio Ltda CNPJ: 18.520.715/0001-30
Endereço: Rua Governador Valadares, 108, Chácaras Reunidas São Vicente, São José da Lapa - MG CEP: 33350-000
Autorização de Funcionamento: 8.10.348-7 Expediente: 0229044/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: W.T.F. Trovo Importação & Exportação - EPP CNPJ: 06.094.356/0001-18
Endereço: Av. Integração nº 1.359, Jardim Laura, Campo Limpo Paulista - SP CEP: 13233-200
Autorização de Funcionamento: 808186-1 Expediente: 0538629/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.038, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Procore Ltd.
Endereço: 7 Golda Meir Street, Ness Ziona, 7403650 - Israel
Solicitante: Set Free Soluções Comerciais Eireli CNPJ: 20.035.120/0001-31
Autorização de Funcionamento: 8188883 Expediente: 2131284/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Em atendimento ao Inciso I do §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021 e em desacordo com a RDC 665/2022: não cumpre as Boas Práticas de Fabricação em relação aos Artigos 5°, 7°, 9°, 13, 14, 15, 18, 25, 28, 30, 37, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 57, 59, 61, 66, 67, 68, 74, 87, 92, 103, 104, 106, 108, 113, 115, 123, 131, 132 e 133.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.039, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo,

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Bavaria Medizin Technologie GmbH.
Endereço: Argelsrieder Feld 8, Wessling, Bavaria, 82234, Alemanha
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização: 8.01.025-1 Expediente: 0550843/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Biotechni SAS
Endereço: 178 Avenue du Serpolet, Zi Athelia II, La Ciotat, França
Solicitante: Optika Sistemas para Medicina Ltda. CNPJ: 04.579.646/0001-26
Autorização: 8.01.207-9 Expediente: 0962811/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: CEFIMECA
Endereço: 417, Rue Albert Camus, La Talaudiere - 42350, França
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização: 8.00.054-3 Expediente: 0652625/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: CeramTec GmbH.
Endereço: CeramTec-Weg 1, 95615 Marktredwitz, Alemanha
Solicitante: Lima do Brasil Eireli. CNPJ: 03.117.039/0001-81
Autorização: 8.00.701-8 Expediente: 0652674/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de Uso Médico da Classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Christoph Miethke GmbH & Co KG
Endereço: Ulanenweg 2, Potsdam - 14469, Brandenburg, Alemanha
Solicitante: Laboratórios B. Braun S/A CNPJ: 31.673.254/0001-02
Autorização: 8.01.369-9 Expediente: 1110497/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: CID S.p.A.
Endereço: Strada per Crescentino, S/N, Saluggia (VC), 13040, Itália
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização: 8.01.025-1 Expediente: 1263815/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Concert Medical, LLC
Endereço: 77 Accord Park Drive 02061-1605 - Norwell - Massachusetts, Estados Unidos da América
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização: 8.01.459-0 Expediente: 0830627/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Diasorin Deutschland GmbH
Endereço: Von Hevesy Strabe 3 Dietzenbach 90630, Alemanha
Solicitante: DiaSorin Ltda. CNPJ: 01.896.764/0001-70
Autorização: 1.03.398-4 Expediente: 0581833/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Epex Indústria de Produtos para Saúde Ltda - ME CNPJ: 11.202.475/0001-87
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 930 Bloco 9C, Centro, São Roque/SP CEP: 18130-430
Autorização: 8.05.974-3 Expediente: 4228921/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: FzioMed, Inc.
Endereço: 231 Bonetti Drive, San Luis Obispo, California, 93401, Estados Unidos
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda. CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização: 1.03.490-0 Expediente: 0673795/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Golden Stapler Surgical Co.,Ltd
Endereço: Unit B, 26 Huashan Zhong Road - Changzhou - Jiangsu - 213022, China
Solicitante: Supri Artigos Médico-Hospitalares Ltda. CNPJ: 07.260.050/0001-57
Autorização: 8.03512-4 Expediente: 1081930/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para saúde da Classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Inpakomed BV
Endereço: Industrieweg 13A, Assendelft, Noord-Holland - 1566JN, Holanda
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda. CNPJ: 01.911.022/0001-76
Autorização: 8.00.038-9 Expediente: 1338746/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico de Classe IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: In Vitro Diagnóstica Ltda. CNPJ: 42.837.716/0001-98
Endereço: Rua Cromita 278, Distrito Industrial, Itabira/MG CEP: 35903-053
Autorização: 1.03.034-6 Expediente: 7220872/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: IVF Hartmann AG
Endereço: Victor-Von-Bruns Strasse, 28, Neuhaussen, Baden-Wurttemberg, CH8212, Suíça
Solicitante: Bace Comércio Internacional Ltda. CNPJ: 47.411.780/0001-26
Autorização: 8.01.703-1 Expediente: 1082200/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: J World Co., Ltd.
Endereço: 101, 79, Uiryodanji-gil, Okcheon-eup, Okcheon-gun - Chungcheongbuk-do, 29055, Republic of Korea
Solicitante: TKL Importação e Exportação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 07.415.627/0001-52
Autorização: 8.02.880-9 Expediente: 0938637/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Lebon Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda CNPJ: 87.375.952/0001-78
Endereço: Av. Ricardo Leônidas Ribas, 439, Distrito Industrial Restinga, Porto Alegre/RS CEP: 91.790-005
Autorização: 8.02.565-1 Expediente: 7220621/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: LMG Lasers - Comércio, Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 09.089.140/0001-52
Endereço: Rua Sebastião Monteiro Ferraz, nº 421, Anexo V, Polo Industrial, Guaxupé/MG CEP: 37800-000
Autorização: 8.05.200-9 Expediente: 0601023/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III e IV e produtos para diagnostico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Loktal Medical Electronics Industria e Comércio Ltda - EPP CNPJ: 59.844.662/0001-90
Endereço: Avenida Trona Constanzo, 156, Caxingui, São Paulo - SP CEP: 05516-020
Autorização: 1.03.626-1 Expediente: 0164201/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de Uso Médico da Classe III
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Medtron AG
Endereço: Hauptstrasse 255, Saarbrücken, 66128, Alemanha
Solicitante: Medstar Importação e Exportação Eireli CNPJ: 03.580.620/0001-35
Autorização: 8.00.473-0 Expediente: 0905205/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Nipro Medical Ltda. CNPJ: 00.762.455/0001-44
Endereço: Avenida Nipro, 451, Região Norte, Sorocaba/SP CEP: 18087-127
Autorização: 1.03.248-6 Expediente: 0551377/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III e materiais das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: NPA de México S. de R.L. de C.V.
Endereço: Blvd. Héctor Terán Terán n. 20662-C, Col. Murua Oriente, Tijuana, Baja California, 22465, México
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização: 8.01459-0 Expediente: 0810979/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: PFM Medical Mepro GmbH.
Endereço: Am So-terberg 4, Nonnweiler-Otzenhausen, 66620 Saarland, Alemanha
Solicitante: CMS Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 03.301.390/0001-28
Autorização: 8.00.653-2 Expediente: 0990587/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso Médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Pharmaesthetics do Brasil - Indústria de Medicamentos Ltda. CNPJ: 27.711.659/0001-02
Endereço: Rua Antonio Zielonka, 1200, Pinhais/PR CEP: 83.323-210
Autorização: 8.18724-6 Expediente: 4474265/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Precision Spine, Inc.
Endereço: 2050 Executive Drive, Pearl, Mississipi, 39208, Estados Unidos da América
Solicitante: Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 01.390.500/0001-40
Autorização: 8.00.941-7 Expediente: 1185977/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de Uso Médico da Classe III
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Shanghai SA Medical & Plastic Instruments Co. Ltd.
Endereço: Nº 2755 Sanlu Road, Minhang, Shanghai, 201112, China
Solicitante: Labor Import Comercial Importadora e Exportadora Ltda. CNPJ: 01.005.728/0001-79
Autorização: 1.02.375-8 Expediente: 1263968/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Tekmarket Indústria, Comércio e Serviços Ltda CNPJ: 21.579.468/0001-52
Endereço: Rua Alameda da Inovação, 270, salas 04, 05 e 06, Campo Bom/RS CEP: 93700-000
Autorização: 8.16.584.0 Expediente: 0811012/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.050, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000295
EMPRESA SOLICITANTE: TAKEDA PHARMA LTDA. - CNPJ: 60.397.775/0001-74
AUTORIZ/MS: 1006398 - EXPEDIENTE(s): 0990982/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA: MEGALABS FARMACEUTICA S.A. - CNPJ: 33.026.055/0001-20 - AUTORIZ/MS: 1001433
ENDEREÇO: RUA SIMÕES DA MOTA, 57
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 1160883/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Óleos; Soluções; Suspensões
.....
EMPRESA FABRICANTE: ANDERSONBRECON INC.
ENDEREÇO: 4545 ASSEMBLY DRIVE - ROCKFORD, ILLINOIS (IL) 61109 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000033
EMPRESA SOLICITANTE: ULTRAGENYX BRASIL FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 27.724.245/0001-18
AUTORIZ/MS: 1239643 - EXPEDIENTE(s): 0770337/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: NATCO PHARMA LIMITED
ENDEREÇO: KOTHUR, RANGAREDDY DISTRICT, TELANGANA, INDIA, PIN 509228 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000929
EMPRESA SOLICITANTE: NATCOFARMA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 08.157.293/0001-27
AUTORIZ/MS: 1082611 - EXPEDIENTE(s): 1359459/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PACKAGING COORDINATORS, LLC
ENDEREÇO: 3001 RED LION ROAD, PHILADELPHIA , PENNSYLVANIA (PA) 19114 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000138
EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 0652582/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000295
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0652371/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: OPELLA HEALTHCARE INTERNATIONAL SAS
ENDEREÇO: 56, ROUTE DE CHOISY-60200, COMPIÈGNE - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000556
EMPRESA SOLICITANTE: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0010-92
AUTORIZ/MS: 1083267 - EXPEDIENTE(s): 1185763/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: FRESENIUS MEDICAL CARE - SMAD
ENDEREÇO: Z.I. DE LA PONTCHONNIÈRE, ROUTE DE LA CHANADE, SAVIGNY - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000784
EMPRESA SOLICITANTE: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA - CNPJ: 01.440.590/0001-36
AUTORIZ/MS: 1032239 - EXPEDIENTE(s): 0883708/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Pós
.....
EMPRESA FABRICANTE: CYNDEA PHARMA, S.L
ENDEREÇO: POLÍGONO INDUSTRIAL EMILIANO REVILLA SANZ AVENIDA DE ÁGREDA, 31, OLVEGA 42110 (SORIA) - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000992
EMPRESA SOLICITANTE: BESINS HEALTHCARE BRASIL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 11.082.598/0001-21
AUTORIZ/MS: 1087593 - EXPEDIENTE(s): 1263854/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas Moles
.....
EMPRESA FABRICANTE: MAROPACK AG
ENDEREÇO: INDUSTRIESTRASSE BRISECK 4, 6144 ZELL LU - PAÍS: SUÍÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.001161
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK S/A - CNPJ: 33.069.212/0001-84
AUTORIZ/MS: 1000898 - EXPEDIENTE(s): 1143447/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis (Embalagem primária): Géis
.....
EMPRESA FABRICANTE: LTS LOHMANN THERAPIE-SYSTEME AG
ENDEREÇO: LOHMANNSTRASSE 2, 56626, ANDERNACH. - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000384
EMPRESA SOLICITANTE: GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.555.143/0001-13
AUTORIZ/MS: 1086107 - EXPEDIENTE(s): 0962518/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Adesivos

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.051, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: Laboratório Melpoejo - CNPJ: 21.549.522/0001-17 - AUTORIZ/MS: 1005344
ENDEREÇO: rua Inácio Gama 723/737
MUNICÍPIO: JUIZ DE FORA - UF: MG - EXPEDIENTE: 1185560/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Xaropes
.....
EMPRESA FABRICANTE: WASSERBURGER ARZNEIMITTELWERK GMBH
ENDEREÇO: HERDERSTRASSE 1, 2 UND MOLKEREI-BAUER-STRASSE 18, 83512, WASSERBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000728
EMPRESA SOLICITANTE: PFIZER BRASIL LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 0229079/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000295
EMPRESA SOLICITANTE: BAXTER HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 49.351.786/0002-61
AUTORIZ/MS: 1006839 - EXPEDIENTE(s): 0696237/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: DENDRON BRANDS LIMITED
ENDEREÇO: 94 RICKMANSWORTH ROAD, WATFORD, WD18 7JJ - PAÍS: REINO UNIDO - CÓDIGO ÚNICO: A.001119
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK S/A - CNPJ: 33.069.212/0001-84
AUTORIZ/MS: 1000898 - EXPEDIENTE(s): 0141026/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis (Granel): Géis
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT INDIANA, LLC
ENDEREÇO: 1300 S. PATTERSON DRIVE, BLOOMINGTON, INDIANA (IN) 47403 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001241
EMPRESA SOLICITANTE: HORIZON THERAPEUTICS BRASIL LTDA. - CNPJ: 41.590.794/0001-78
AUTORIZ/MS: 1254285 - EXPEDIENTE(s): 4447014/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: SCHÜTZENSTRASSE 87 UND 99 - 101, 88212 RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000625
EMPRESA SOLICITANTE: UCB BIOPHARMA LTDA. - CNPJ: 64.711.500/0001-14
AUTORIZ/MS: 1023619 - EXPEDIENTE(s): 4448976/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.053, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Chemi S.p.A.
Endereço: Via Vadisi, 5 - 03010 Patrica, Frosinone
País: Itália Código único: A.001434
Solicitante: Biomm S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10
Expediente(s): 8429515/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumos farmacêuticos ativos biológicos: enoxaparina sódica.

Fabricante: Laboratorios Farmacéuticos Rovi S.A.
Endereço: Avda. de la Ilustración, 110 - Parque Tecnológico Ciências de La Salud - 18007 - Granada
País: Espanha Código único: A.000787
Solicitante: EMS S/A CNPJ: 57.507.378/0003-65
Expediente(s): 1143510/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumos farmacêuticos ativos biológicos: bemiparina sódica (purificação)

Fabricante: Shenzhen Hepalink Pharmaceutical Co. Ltd.
Endereço: 21 Langshan Road, Songpingshan, Nanshan District, Shenzhen
País: República Popular da China Código único: A.000582
Solicitante: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A CNPJ: 60.659.463/0029-92
Expediente(s): 1014061/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumos farmacêuticos ativos biológicos: heparina sódica suína.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.054, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Amgen Inc.
Endereço: One Amgen Center Drive, Thousand Oaks, Califórnia (CA) 91320
País: Estados Unidos da América Código único: A.001197
Solicitante: Amgen Biotecnologia do Brasil Ltda. CNPJ: 18.774.815/0001-93
Expediente(s): 0715673/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: adalimumabe, bevacizumabe, blinatumomabe e infliximabe.

Fabricante: Sanofi Chimie
Endereço: Rue Gilles Roberval, ZI du Bois Vert, Ploermel, 56800
País: França Código único: A.000548
Solicitante: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. CNPJ: 10.588.595/0010-92
Expediente(s): 8534725/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: heparina sódica suína.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.055, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Teva Czech Industries s.r.o.
Endereço: Ostravská 29, cp. 305, Opava, Komárov, 747 70
País: República Tcheca Código Único: B.000096
Expediente(s): 1359265/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo(s) farmacêutico(s) ativo(s) obtido(s) por semissíntese: Cabergolina (etapas de extração vegetal e síntese química)

Fabricante: Zhejiang Guobang Pharmaceutical Co., Ltd.
Endereço: No. 6, Weiwu Road, Hangzhou Gulf Shangyu Economic And Technological Development Zone, Shaoxing Zhejiang - 312369 1
País: República Popular da China Código único: B.000079
Expediente(s): 4324911/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese: claritromicina (etapas de síntese química)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.056, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Genentech, Inc. (A.000246), solicitada pela empresa Novartis Biociências S.A., CNPJ nº 56.994.502/0001-30, publicada pela Resolução RE n° 2.701, de 18 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União nº 159, de 22 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 270, devido a erro material quanto à identificação da empresa fabricante.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.057, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: SICOR DE MEXICO S.A. DE C.V - B0372
ENDEREÇO: AV. SAN RAFAEL NO. 35, PARQUE INDUSTRIAL LERMA, LERMA DE VILLADA, MÉXICO - 52000 - PAÍS: MÉXICO - CÓDIGO ÚNICO: B.000372
EMPRESA SOLICITANTE: TEVA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 05.333.542/0001-08
AUTORIZ/MS: 1055731 - EXPEDIENTE(s): 6980086/21-9
ASSUNTO: 70158 - INSUMOS FARMACÊUTICOS - Certificação de Boas Práticas de Fabricação para Indústria Internacional, exceto Mercosul - síntese química
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 4º da RDC nº 497/2021.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.059, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Mylan Laboratories Limited - Beta Lactam Division (Código único: A.000598) para STERISCIENCE SPECIALTIES PRIVATE LIMITED - BETA LACTAM DIVISION, em todas as certificações vigentes à data de 19 de setembro de 2022.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa ASTELLAS PHARMA TECH CO., LTD (Código único: A.000045) para ASTELLAS PHARMA INC TAKAOKA PLANT, em todas as certificações vigentes à data de 19 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.060, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Pós Liofilizados na linha de Produtos estéreis da certificação da empresa SUN PHARMACEUTICAL MEDICARE LIMITED (Código único: A.000755), solicitada pela empresa SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.035.244/0001-23, publicada pela Resolução - RE nº 1.728, de 29 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 81, de 3 de maio de 2021, Seção 1, página 298, conforme expedientes nº 3878597/20-7 e 2721261/22-3.

Art. 2º Incluir a forma farmacêutica Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica na linha de Produtos estéreis da certificação da empresa GLAND PHARMA LIMITED (Código único: A.000257), solicitada pela empresa ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.439.635/0001-03, publicada pela Resolução - RE nº 4.596, de 9 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 13 de dezembro de 2021, Seção 1, página 227, conforme expedientes nº 2209939/21-6 e 4434788/22-1.

Art. 3º Incluir a forma farmacêutica Pós Liofilizados na linha de Produtos estéreis da certificação da empresa SUN PHARMACEUTICAL MEDICARE LIMITED (Código único: A.000755), solicitada pela empresa RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ nº 73.663.650/0001-90, publicada pela Resolução - RE nº 1.107, de 7 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 11 de abril de 2022, Seção 1, página 157, conforme expedientes nº 3732531/21-0 e 2730626/22-1.

Art. 4º Incluir a forma farmacêutica Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal na linha de Produtos estéreis da certificação da empresa PATHEON MANUFACTURING SERVICES LLC (Código único: A.000201), solicitada pela empresa AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 18.774.815/0001-93, publicada pela Resolução - RE nº 4.356, de 18 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 11 de abril de 2022, Seção 1, página 247, conforme expedientes nº 1493061/21-6 e 4484445/22-1.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.082, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária ,no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): SIBUTRAMIN - SUPLEMENTO MINERAL E VITAMÍNICO - CÁPSULAS (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4702624/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a origem desconhecida do produto (fabricante/responsável pelo produto não identificado), além da marca, rótulo e divulgação de propriedades enganosas por meio de propagandas irregulares, com alegações não permitidas, relacionadas ao emagrecimento, combate de celulite, queima de gordura etc. Infringindo: os artigos 21, combinado com o 23, e incisos III e IV do artigo 48 do Decreto-Lei nº 986/1969; os art. 4º, 16 e inciso I do artigo 17 da RDC nº 243/2018, os incisos I, II, V, VI e VII do artigo 4º da Resolução nº 727/2022 e Instrução Normativa - IN nº 28/2018; tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE n° 957, de 25 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União n.º 59, de 28 de março de 2022, seção 1, página 194, referente à certificação da empresa Virupaksha Organics Limited (Código Único: B.000312), conforme expedientes: 7220192/21-5 e 3042632/22-9

Onde se lê: Medak
Leia-se: Sangareddy

Na Resolução nº 615, DE 24 DE FEVEREIRODE 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 2 de março de 2022, seção 1, página 189, referente a certificação da empresa Biocon Biologics Limited (Código único A.000105), conforme expedientes nº 3445209/21-9, 1435822/22-6 e 4338586/22-2.

Onde se lê: Bangalore 560100
Leia-se: Bengaluru - 560 100

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.794, de 2 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº. 106 de 6 de junho de 2022, Seção 1, pág. 201, conforme expedientes nº 4590075/21-1 e 4658880/22-9.

Onde se lê:
Produto: Materiais de Uso Médico das classes III e IV.
Leia-se:
Produto: Materiais de Uso Médico das classes III.

Na Resolução RE nº 2.427, de 28 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº. 144, de 1º de agosto de 2022, Seção I, pág. 147, conforme expedientes nº 3278602/21-8 e 4660453/22-7.

Onde se lê:
Materiais de Uso Médico das classes III e IV.
Leia-se:
Materiais de Uso Médico das classes IV.

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO-RE Nº 2.806, DE 25 DE AGOSTO DE 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 165, de 30 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 275, referente à certificação da empresa N.V. ORGANON, conforme expedientes nº 0442921/22-5 e 4684176/22-8

Onde se lê:

"EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18 AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0442921/22-5"

Leia-se:

"EMPRESA SOLICITANTE: ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0001-34 AUTORIZ/MS: 1000290 - EXPEDIENTE(s): 0442921/22-5"

Na RESOLUÇÃO - RE Nº 2.472, DE 23 DE JUNHO DE 2021, publicada no Diário Oficial da União n° 119, de 28 de junho de 2021, Seção 1, pág. 164, referente à certificação da empresa WOCKHARDT LIMITED, conforme expedientes nº 3071338/20-1 e 4383472/22-2.

Onde se lê: H-14/2A

Leia-se: H-14/2

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3.008, de 9 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 173, de 12 de setembro de 2022, Seção 1, pág. 146, referente à Medida Preventiva nº 1 do Anexo.

Onde se lê:

Produto - (Lote): PROPILENO GLYCOL USP MARCA TECNOCLEAN (lotes AD5053C22 e AD4055C21);

(...)

Motivação: Considerando que investigações conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) detectaram o envolvimento inicial dos lotes AD5053C22 e AD4055C21 do produto PROPILENO GLYCOL USP, da empresa Tecno Clean Industrial Ltda, nos casos de intoxicação de animais por ingestão de produtos da empresa Bassar Indústria e Comércio Ltda., e que se trata de matéria-prima que tem uso previsto como aditivo alimentar com indícios de distribuição do produto a empresas do ramo de alimentos, infringindo o disposto no item 2.4.2 da Portaria SVS/MS 540, de 27 de outubro de 1997; e art. 8º da Resolução RDC 722, de 1º de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

Leia-se:

Produto - (Lote): PROPILENO GLYCOL USP MARCA TECNOCLEAN (lotes AD5035C22 e AD4055C21);

(...)

Motivação: Considerando que investigações conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) detectaram o envolvimento inicial dos lotes AD5035C22 e AD4055C21 do produto PROPILENO GLYCOL USP, da empresa Tecno Clean Industrial Ltda, nos casos de intoxicação de animais por ingestão de produtos da empresa Bassar Indústria e Comércio Ltda., e que se trata de matéria-prima que tem uso previsto como aditivo alimentar com indícios de distribuição do produto a empresas do ramo de alimentos, infringindo o disposto no item 2.4.2 da Portaria SVS/MS 540, de 27 de outubro de 1997; e art. 8º da Resolução RDC 722, de 1º de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.084, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PS FARMA LTDA / 46.920.473/0001-08
25351.323842/2022-00 / 7928823
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593303221

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24
25351.346621/2022-00 / 4049290
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638679226

ITFARMA OURO PRETO DO OESTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.803.784/0001-24
25351.312861/2022-01 / 7926671
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573612220
---
8 IMPORTS COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 37.658.831/0001-65
25351.378166/2022-01 / 3098561
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4482894222

ALPHA MEDICAL MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 44.132.786/0001-76
25351.311201/2022-02 / 8254936
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570304222

DROGARIA FARMA VITA EIRELI / 39.452.510/0001-35
25351.324028/2022-02 / 7928655
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593876228

ACERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 20.731.403/0001-18
25351.233019/2022-03 / 8255655
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4372581211

JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA / 38.086.197/0002-87
25351.324035/2022-04 / 7928746
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593897221

DROGARIA SANTO ANTONIO II DO GUARUJA LTDA / 45.236.325/0001-06
25351.324042/2022-06 / 7928810
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593919225

MED HOSPITALAR PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 27.025.521/0001-50
25351.311233/2022-08 / 1279709
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570340229

POSTO DE MEDICAMENTOS TELES COMERCIO LTDA / 04.036.878/0001-38
25351.313824/2022-10 / 7926731
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575465229

BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA - ME / 26.089.337/0001-00
25351.311060/2022-10 / 1279670
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570145221

FARMA BUIQUE LTDA / 46.547.318/0001-98
25351.313815/2022-11 / 7926714
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575445224

JOSÉ HOMERO DE SOUZA FILHO - ME / 09.520.508/0002-76
25351.315740/2022-11 / 7926819
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578338221

DROGARIA NOVA CANAA FRONTEIRA UNIPESSOAL LTDA / 44.935.661/0001-84
25351.313822/2022-12 / 7926728
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575457228

TRANSMASI TRANSPORTES LTDA. / 13.022.072/0001-81
25351.310904/2022-13 / 3116081
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4569981224

EGILIENNE ALMEIDA DE LACERDA BATISTA / 40.632.030/0001-35
25351.324017/2022-14 / 7928595
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593843221

GLOBAL COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA / 46.386.928/0001-57
25351.311263/2022-14 / 8254953
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570371221

R & R COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 33.584.668/0001-82
25351.311688/2022-15 / 8255000
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570815227

ALYNNE H P DE MACEDO PEGO & CIA LTDA / 40.548.814/0001-80
25351.324033/2022-15 / 7928686
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593891221

PLINIO P. DE SOUSA / 03.275.222/0002-96
25351.325005/2022-15 / 7928547
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4598176221

MICHEL AKSON RAMOS LEITE / 31.888.664/0002-43
25351.323953/2022-16 / 7929005
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593654224

BARATAO DE BEL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.886.325/0001-09
25351.324024/2022-16 / 7928638
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593864224

VP COMERCIO DE ARTIGOS ORTOMEDICOS LTDA / 32.203.543/0005-26
25351.316005/2022-16 / 7926836
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579137226
---
dk comércio de medicamentos e perfumaria ltda / 46.650.964/0001-86
25351.312757/2022-16 / 7926668
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573353228

PORTAL FARMACIA LTDA / 47.641.184/0001-32
25351.326455/2022-17 / 7928564
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4599796229

E H SILVA LIRA PESSOA LTDA / 44.168.189/0001-00
25351.324040/2022-17 / 7928794
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593913226

JPJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.721.401/0012-72
25351.316012/2022-18 / 7926840
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579156222

DROGARIA E PERFUMARIA DA PRAÇA DE MURIQUI LTDA EPP / 44.211.872/0001-74
25351.323951/2022-19 / 7928980
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593648220

DROGARIA MARIA LUIZA SANTOS LTDA / 45.852.970/0001-53
25351.324054/2022-22 / 7928962
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593955221

BARREIROS SOLUÇÕES MEDICAS LTDA / 46.440.540/0001-97
25351.311291/2022-23 / 8254971
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570399223

TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 84.521.053/0137-11
25351.323847/2022-24 / 7928871
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593318229

DROGARIA SAO MIGUEL ARCANJO LTDA / 68.526.573/0002-78
25351.315458/2022-25 / 7926759
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577596226

DENTAL REAL LTDA / 22.296.257/0001-75
25351.311333/2022-26 / 1279712
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570445225

DRUGSTORE DO WANTUIL LTDA / 47.215.557/0001-03
25351.324022/2022-27 / 7928624
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593858220

K2 A2 SOCIEDADE FARMACEUTICA LTDA / 45.297.846/0001-73
25351.324038/2022-30 / 7928781
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593907221

NOGUEIRA E QUIRINO LTDA / 46.886.472/0001-94
25351.315424/2022-31 / 7926745
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577491229

Holística Importação e Comércio Ltda. / 40.877.106/0001-92
25351.311571/2022-31 / 4049060
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570689221

JACSON RODRIGO SILVA BARBOSA / 42.218.542/0001-85
25351.324045/2022-31 / 7928868

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593928224

DROGARIA MDS INDAIATUBA LTDA / 47.186.878/0001-27
25351.312631/2022-33 / 7926641
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573012221

DROGA FERT MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 47.302.015/0001-78
25351.324052/2022-33 / 7928931
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593949227

DROGARIA SAO MIGUEL ARCANJO LTDA / 68.526.573/0003-59
25351.315463/2022-38 / 7926762
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577628228

BELLA FARMA KR DROGARIA LTDA / 46.909.056/0001-64
25351.324020/2022-38 / 7928611
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593852221

CADMIEL F MATIAS FARMACIA / 46.165.220/0001-76
25351.326451/2022-39 / 7928551
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4599788228

DROGARIA YOLE LTDA / 23.890.893/0001-93
25351.312534/2022-41 / 7926637
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4572701225

Surgicallog Armazém Geral e Transporte LTDA / 36.865.875/0001-01
25351.311273/2022-41 / 8254967
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4570381227

Mosaico Comércio e Equipamentos Eireli / 32.473.762/0001-00
25351.346365/2022-42 / 1280203
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638322221

DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/1149-16
25351.323829/2022-42 / 7928701
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593266222

BREJO PHARMA LTDA / 47.046.168/0001-00
25351.324043/2022-42 / 7928837
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593922225

D E D FARMA LTDA / 46.293.075/0001-09
25351.324050/2022-44 / 7928901
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593943228

VANESSA ZANDONA MENDES DROGARIAS LTDA / 47.236.036/0001-32
25351.323836/2022-44 / 7928732
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593287225

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76
25351.346622/2022-46 / 4049301
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638680224

FARMACIA REDE LEGUI LTDA / 13.994.992/0003-23
25351.323843/2022-46 / 7928841
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593306225

FARMACIA SAO RAFAEL LTDA / 09.329.414/0002-14
25351.323850/2022-48 / 7928928
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593327228

A S DE MATOS COMERCIO / 20.202.110/0002-24
25351.324029/2022-49 / 7928669
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593879222

BORGES REIS LTDA / 47.019.009/0001-08
25351.324027/2022-50 / 7928641
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593873223

N DE L SOARES / 46.923.425/0001-73
25351.324676/2022-51 / 7928516
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597474228

RUCILEIA DA SILVA BEZERRA ME / 01.440.945/0001-97
25351.324034/2022-51 / 7928690
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593894226

DROGARIA ESPERANCA VILA DO JOAO EIRELI / 31.631.629/0001-63
25351.324041/2022-53 / 7928806
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593916221

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1137-29
25351.313448/2022-55 / 7926685
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574708223

MMJ FARMA LTDA / 46.759.849/0001-44
25351.323834/2022-55 / 7928729
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593281226

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1162-30
25351.315607/2022-56 / 7926793
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577939222

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24
25351.346620/2022-57 / 8255641
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4638678220

PRIME MED LTDA / 45.605.301/0001-87
25351.311592/2022-57 / 1279697
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570714226

MOISÉS L LEÃO DE MELO / 43.304.394/0001-84
25351.324820/2022-59 / 7928533
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597840229

JPJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.721.401/0013-53
25351.316013/2022-62 / 7926853
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579115225

W C DE JESUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.062.326/0001-19
25351.324032/2022-62 / 7928672
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593888221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2783-54
25351.315813/2022-66 / 7926822
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578567228

DROGARIA POPULAR LA VITTA II LTDA / 36.598.045/0001-57
25351.324018/2022-69 / 7928607
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593846226

SAVE LIFE COMERCIO E SERVIÇO MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 33.837.342/0001-10
25351.324016/2022-70 / 7928578
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593840227

DROGARIA AYRON LTDA / 46.512.462/0001-99
25351.315473/2022-73 / 7926776
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577663226

BR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.145.569/0001-83
25351.313518/2022-75 / 7926699
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574877222

J V DANTAS LTDA / 46.951.940/0001-67
25351.324055/2022-77 / 7928993
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593958226

HEADS COMERCIAL LTDA / 01.620.324/0001-95
25351.323830/2022-77 / 7928715
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593269227

PRODUTOS FARMACEUTICOS UNIAO LTDA / 45.002.575/0001-81
25351.312698/2022-78 / 7926654
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573181221

FARMACIA PRINCIPAL SERITINGA LTDA / 44.701.579/0001-95
25351.323848/2022-79 / 7928899
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593321229

TRUST MED FARMACIA DE MANIPULACAO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA / 43.663.740/0001-10
25351.315584/2022-80 / 7926780
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577879225

A L FILHO ME / 10.745.249/0001-80
25351.323853/2022-81 / 7928976
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593336227

Emenalli Medical Ltda / 13.694.036/0002-45
25351.346505/2022-82 / 8255638
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4638539220

A. R. BENTO & CIA LTDA / 47.232.127/0001-08
25351.315633/2022-84 / 7926805
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578052228

DROGARIA BEIRA RIO G7 LTDA / 46.908.846/0001-25
25351.324046/2022-86 / 7928885
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593931224

ITFARMA JARU RO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.804.246/0001-54
25351.313788/2022-86 / 7926701
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575339223

HUMAN CONCIERGE LOGISTICA EIRELI / 13.185.208/0002-55
25351.346311/2022-87 / 8255624
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 4638249221

DROGALIRA FORMULAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 01.031.579/0010-03
25351.324053/2022-88 / 7928945
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593952227

FARMÁCIA DO BAIRRO PRAIA DO SIQUEIRA LTDA / 42.694.561/0001-88
25351.323839/2022-88 / 7928777
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593296224

MED HOSPITALAR PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 27.025.521/0001-50
25351.311290/2022-89 / 8254940
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570398227

V C B SOUZA DROGARIA LTDA / 47.092.816/0001-56
25351.324816/2022-91 / 7928520
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597801228

DROGARIA DEZOITÃO LTDA / 47.288.468/0001-97
25351.312052/2022-91 / 7926623
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4571497225

C. H. DA SILVA AGUIAR / 19.885.545/0011-22
25351.323851/2022-92 / 7928959
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593330228

A T ASSUNÇÃO / 36.333.344/0001-60
25351.324037/2022-95 / 7928763
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593903229

STIMA SAUDE E ESTETICA LTDA / 42.887.572/0001-84
25351.311002/2022-96 / 1279666
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570083226

B.G. DISTRIBUIDORA E SOLUÇÕES LTDA / 30.969.769/0001-83
25351.346574/2022-96 / 3116353
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638625223

POSITIVE REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO MEDICAL LTDA / 43.469.516/0001-92
25351.311570/2022-97 / 8254984
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570688225

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1343-52
25351.324044/2022-97 / 7928854
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593925220

PRIME MED LTDA / 45.605.301/0001-87
25351.311073/2022-99 / 8254922
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570159222

DROGARIA E PERFUMARIA MORAES E SILVA LTDA / 44.905.181/0001-70
25351.324051/2022-99 / 7928914
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593946222

NELFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 70.097.530/0036-05
25351.323837/2022-99 / 7928750
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593290225

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76
25351.346616/2022-99 / 3116367
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638674224

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.085, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24
25351.346621/2022-00 / 4049290
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4654542221

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0001-63
25351.406014/2019-01 / 1191441
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4599510220

DROGARIA DANIELLA LTDA - ME / 09.291.856/0001-38
25351.705629/2014-02 / 7335128
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608032225

DROGARIA TERAPÊUTICA COQUEIRENSE LTDA ME / 04.798.291/0001-66
25351.707933/2013-03 / 7059805
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601125221

FARIAS NETO LTDA / 73.583.700/0002-00
25351.038835/2022-05 / 7876659
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4572984221

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.014.370/0001-67
25351.099572/2019-05 / 3085523
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4557463223
25351.099300/2019-05 / 8179086
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4557600221

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0001-63
25351.405989/2019-11 / 3088166
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4599134228

PFIZER BRASIL LTDA / 61.072.393/0039-06
25351.365067/2015-11 / 8122683
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4525897228

TCL QUIMICA INDUSTRIA DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 34.741.612/0001-57
25351.096097/2022-11 / 8250310
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4612097220

DROGARIA DISTRITO SAUDE LTDA / 04.224.951/0001-03
25351.263846/2005-12 / 0423958
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4601090224

AC FERREIRA DE AZARA E CIA LTDA / 02.707.685/0001-36
25351.185502/2002-12 / 0212250
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608028227

DROGARIA DISTRITO SAUDE LTDA / 04.224.951/0001-03
25351.263846/2005-12 / 0423958
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601127227

DROGARIA NOVA MULTIPOPULAR LTDA / 40.005.459/0001-00
25351.145926/2021-15 / 7836775
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601133221

CJ FARMA LTDA / 42.027.206/0001-55
25351.747939/2021-15 / 7823985
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4571504221

G & T COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.362.508/0001-30
25351.002515/2022-17 / 7906497
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4569596222

FARMACIA SP LTDA / 09.245.207/0001-09
25351.084048/2014-17 / 7116880
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4606811222

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.014.370/0001-67
25351.099272/2019-18 / 4008314
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4557753221

S.A.S.S COMERCIO E REPRESENTACAO COMERCIAL EM MERCADORIAS EM GERAL EIRELI / 37.295.252/0001-03
25351.922939/2021-19 / 8238693
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4612290224

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.014.370/0001-67
25351.099579/2019-19 / 1186031
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4526946222

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA / 67.729.178/0005-72
25351.292085/2018-21 / 8166632
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4526663221

STONE OKAMONT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 29.255.348/0001-01
25351.580632/2018-22 / 3081825
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4599139220

MC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E SERVICOS LTDA - ME / 11.738.593/0001-04
25351.250697/2022-22 /
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4526551228

UHT LOGÍSTICA S.A / 24.303.324/0001-67
25351.600384/2019-24 / 1195474
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4599179221

C. M. CIRURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP / 03.161.745/0001-20
25351.325329/2006-25 / 8032574
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4526530221
25351.325329/2006-25 / 8032574
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4526038229
25351.325329/2006-25 / 8032574
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4526039225

VOLLENZ EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. - ME / 21.003.346/0001-13
25351.081431/2016-31 / 8137349
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4526003221

ALMEIDA PINTO MEDICAMENTOS LTDA / 02.920.661/0001-60
25351.210963/2002-31 / 0094212
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4567044227

MCK COMERCIAL LTDA / 27.129.890/0001-92
25351.257940/2022-33 / 8253637
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4599183229

MEDIVISION COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 04.065.212/0001-08
25351.449905/2015-35 / 8124593
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4519475228

GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 17.472.278/0001-64
25351.416239/2013-37 / 8096300
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4526393223

SINAPSE SURGICAL COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA / 25.256.956/0001-80
25351.281551/2018-42 / 8166433
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4598833220

FARMÁCIA HOMEOPÁTICA DA CASA LTDA / 34.140.342/0001-29
25351.383076/2021-43 / 7840353
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4569645224

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76
25351.346622/2022-46 / 4049301
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4643429224

RAJLOG SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA / 18.320.619/0001-49
25351.247489/2022-46 / 8253208
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4519164222
25351.247489/2022-46 / 8253208
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4519308224

LIFELATAM COMERCIAL DE INSTRUMENTOS MEDICOS LTDA / 28.075.490/0001-04
25351.649966/2017-47 / 8159248
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4599193224

PFIZER BRASIL LTDA / 61.072.393/0001-33
25351.208760/2010-48 / 8064739
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4526612227

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0509-48
25351.637450/2017-50 / 7556606
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601137224

ODONTOSERV HOSPITALAR LTDA / 05.960.087/0001-62
25351.663193/2014-51 / 8112890
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4519290228

IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 36.590.911/0001-63
25351.935083/2020-52 / 8208161
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4598926228
---
kelp med comercio de produtos e serviços hospitalares ltda me / 03.985.711/0001-50
25351.226350/2016-52 / 8139583
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4525885220
25351.226350/2016-52 / 8139583
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4527010221

SHIMAR MEDICAL GROUP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 44.665.875/0001-88
25351.158570/2022-52 / 8252541
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4526139220

FARMACIA CAMARA EIRELI / 02.307.853/0002-87
25351.998882/2016-53 / 7448851
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4572674224

VERTFIX IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 41.125.198/0001-17
25351.823940/2021-53 / 8229337
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4599415227

PEREIRA E PEIXOTO FARMA LTDA / 34.227.787/0001-40
25351.723023/2019-55 / 7699454
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4597523220
25351.723023/2019-55 / 7699454
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608038224

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24
25351.346620/2022-57 / 8255641
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4654357220

MD SOLUCOES EM SAUDE LTDA / 40.348.169/0001-51
25351.288329/2022-57 / 8253731
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4599529222

FARMACIAS BRAVA LTDA / 09.597.446/0001-10
25351.552965/2013-57 / 7033463
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601131225

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0001-63
25351.406013/2019-58 / 8185141
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4599023221

AMAS AETERNUM FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 44.296.514/0001-01
25351.806736/2022-59 / 7919900
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4596500225

GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 17.472.278/0001-64
25351.413364/2013-60 / 1097161
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4625146224

DROGARIA NOBRE DE SAO JOAO LTDA / 08.705.488/0001-64
25351.574838/2007-61 / 0512018
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4604645223
25351.574838/2007-61 / 0512018
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4604700220

FARMACIA RV RODRIGUES LTDA / 14.598.109/0001-87
25351.126905/2014-63 / 7129422
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608026221

GISELE BEATRIZ FALEIRO PIRES / 33.129.626/0001-51
25351.189803/2019-63 / 7645387
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4569561220

STONE OKAMONT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 29.255.348/0001-01
25351.580709/2018-64 / 4002420
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4598941227

LEADER BIOMEDICAL DO BRASIL LTDA / 22.514.263/0001-51
25351.291892/2016-64 / 8140759
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4598844221

AUREUM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA / 45.682.834/0001-62
25351.256677/2022-65 / 8253291
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4612460227

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0001-63
25351.405988/2019-69 / 4011968
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4599121223
---
farmácia c & f ltda / 88.335.252/0001-12
25351.254773/2014-69 / 7181001
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601123224

N E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.851.184/0001-80
25351.540738/2022-70 / 7915834
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4569565222

FARMACIAS BRAVA LTDA / 09.597.446/0002-09
25351.709535/2010-71 / 0716720
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601135228

DROGARIAS FARMA TOP LTDA / 34.907.309/0001-81
25351.105687/2020-71 / 7754934
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4571689227

FARMACIA DROGAVIDA LTDA - ME / 20.016.235/0001-89
25351.160563/2016-72 / 7463245
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4600541222

CAMBIARI TRANSPORTES LTDA / 02.022.067/0001-52
25023.020488/2005-77 / 1065650
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4599468223

NEW MEDCA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. / 26.207.955/0001-08
25351.096168/2022-77 / 8250186
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4519298229

Biogram Comércio de Insumos Farmacêuticos LTDA / 30.540.358/0001-78
25351.127858/2019-80 / 8180555
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4519217229

ODONTOSERV HOSPITALAR LTDA / 05.960.087/0001-62
25351.676294/2014-86 / 1125696
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4519488222

STONE OKAMONT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 29.255.348/0001-01
25351.580631/2018-88 / 8170700
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4599136221

CINTYA AMALIA FERREIRA CALILI EIRELI - ME / 16.479.853/0001-98
25351.557261/2012-90 / 0877765
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4569490227

FARMA POPULAR LTDA - ME / 10.890.651/0003-10
25351.225542/2017-91 / 7514996
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4571500229

DROGARIA ROSARIO S/A / 00.447.821/0079-30
25351.613880/2011-91 / 0805665
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4600565220

DROGARIA TOTAL RES RIO PRETO I LTDA / 38.400.260/0001-27
25351.389724/2020-94 / 7764026
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4598207224
25351.389724/2020-94 / 7764026
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4598184221

HEXAGON CE ARMAZENAGEM E LOGISTICA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. / 39.921.988/0001-67
25351.150641/2021-98 / 8231508
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4526262226

EDUARDO EWERTON DIAS SALES / 37.848.961/0001-60
25351.717562/2020-99 / 7775548
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601119226

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76
25351.346616/2022-99 / 3116367
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4643305223

PFIZER BRASIL LTDA / 61.072.393/0001-33
25000.004197/93-96 / 2017063
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4526502227
25000.002593/93-42 / 1021101
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4526896225

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.086, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA PLANETA LTDA / 27.409.369/0004-51
25351.330346/2020-32 / 7720081
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1591416220
---
alvorecer farmacia ltda / 95.378.741/0003-89
25351.475194/2019-62 / 7672911
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0246195221

DROGARIA DIAS E CAMILLIS LTDA / 11.483.700/0002-81
25351.046058/2019-69 / 7633960
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4696335219

ATA NOBREAK SISTEMAS DE ENERGIA LTDA / 36.314.871/0001-27
25351.069969/2021-89 / 8217923
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4187670220

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.087, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DIRETASSO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI / 37.826.147/0001-45
25351.346501/2022-02 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4638534228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

SHEILLA RAQUEL M REIS / 30.683.230/0001-63
25351.323835/2022-08 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593284221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DANIELA DE OLIVEIRA CAMPOS 26325302885 / 18.119.375/0001-30
25351.315799/2022-09 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578534221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GRANFARMA MANIPULACAO LTDA / 46.010.827/0001-87
25351.324049/2022-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593940223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

PS EMPREENDIMENTO FARMACEUTICO LTDA / 24.511.058/0003-20
25351.324019/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593849221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JOÃO CARLOS SENA COSTALTDA / 45.324.821/0001-11
25351.323840/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593300226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BIO EXTRATO FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 05.380.091/0002-32
25351.323831/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593272227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
farmacia farma anny ltda / 47.058.678/0001-99
25351.324026/2022-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593870229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA DA PRATA LTDA - ME / 04.692.806/0001-49
25351.315388/2022-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577372226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
farmacias da economia ltd / 04.141.466/0019-97
25351.323849/2022-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593324223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ALINE ALVES DE PAULA SOUZA DROGARIA / 41.005.808/0001-49
25351.324031/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593885227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ZIOTIMA DROGARIA LTDA / 45.522.747/0001-48
25351.323833/2022-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593278226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BRAZ E OLIVEIRA DROGARIA LTDA / 47.343.206/0001-88
25351.313482/2022-20 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574805225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

M Bezerra Rezende / 28.498.282/0002-07
25351.324047/2022-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593934229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMÁCIA HFM LTDA - FILIAL / 25.116.574/0002-31
25351.324015/2022-25 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593837227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

NOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 24.142.678/0001-77
25351.311710/2022-27 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570837221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente
---
ROSA ALMEIDA BELO / 45.836.775/0001-30
25351.313498/2022-32 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574836225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO / 44.692.168/0059-05
25351.323838/2022-33 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593293220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

A. C. DE SOUSA PAZ / 14.603.503/0001-66
25351.323845/2022-35 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593312220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

G G FARMA COMERCIO VAREJISTA LTDA / 44.491.345/0001-60
25351.323852/2022-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593333222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

HERVAL ALVES DA SILVA MEDICAMENTOS / 43.312.920/0002-39
25351.324036/2022-41 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593900224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUCAS TEODORO / 46.033.245/0001-16
25351.316024/2022-42 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579177225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGA REDE OLIVEIRA LTDA / 10.193.236/0003-07
25351.313030/2022-48 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573878225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
drogaria otimafarma comércio de medicamentos e cosmeticos ltda / 46.707.689/0001-90
25351.323954/2022-52 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593657229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Farmacia Martins Macaubas Comercio de Medicamentos Ltda / 47.131.231/0001-06
25351.315734/2022-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578326228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

NOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 24.142.678/0001-77
25351.311112/2022-58 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570203221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente.

DARLLY VERCOSA SILVA / 46.756.044/0001-47
25351.324025/2022-61 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593867229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
j m rosa - me / 38.364.703/0001-71
25351.324593/2022-61 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597227223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA BOA VISTA LTDA / 12.683.843/0003-80
25351.323832/2022-66 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593275221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

AMANDA ANUNCIACAO LACERDA LEITE LTDA / 45.917.845/0001-84
25351.324023/2022-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593861220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GRS ROMA - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.230.623/0001-99
25351.324030/2022-73 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593882222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

E P N MEDICAMENTOS LTDA / 46.635.976/0001-31
25351.323846/2022-80 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593315224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA SUPER POPULAR JL LTDA / 46.093.636/0001-26
25351.324014/2022-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593834222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Rosilene G da Silva Farmácia / 46.425.160/0001-83
25351.324021/2022-82 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593855225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUCIENE SILVA DE LIMA / 46.600.914/0001-94
25351.324039/2022-84 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593910221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

QUEIROZ & VILLA DROGARIA LTDA / 45.760.802/0001-38
25351.323844/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593309220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LIVIA MARIA FARMACIA LTDA / 47.183.941/0001-71
25351.324975/2022-95 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4598112224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.088, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EVANDRO A ANTUNES E CIA LTDA / 95.065.553/0001-39
25351.031475/2014-01 / 7093094
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601139221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUPERINE & ROMANELLI DROGARIA LTDA. / 57.694.234/0001-01
25351.526179/2013-02 / 0998181
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4604430222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA NOTURNA DE PÓMPEIA LTDA / 48.348.353/0001-03
25351.210609/2002-14 / 0164151
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4569247225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FERNANDO FRANCESCON / 17.250.958/0001-33
25351.359756/2014-17 / 7211828
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608036228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SOUZA SEIXAS E CIA LTDA / 40.451.607/0001-02
25351.243500/2021-18 / 7795051
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601117220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Super Formula Farmacia de manipulação Ltda EPP / 04.578.676/0001-18
25351.213929/2002-18 / 0112283
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601129223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
b. k. a. sena ferreira lima me / 44.113.078/0001-98
25351.033503/2022-26 / 7916107
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4571141221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA PLANETA LTDA / 27.409.369/0004-51
25351.330346/2020-32 / 7720081
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3618544212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3769642/21-4, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Adicionalmente, empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.
---
henrique marcio barreto souto / 13.355.805/0001-08
25351.031421/2014-37 / 7091258
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4569717225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BRIGITTE PIZOLATO / 09.625.695/0001-71
25351.225479/2014-40 / 7159526
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4567455228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JOSE OSCAR DE SOUSA -ME / 23.381.827/0001-98
25351.977518/2016-50 / 7447119
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608030229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FRANCISCO JOSE TIMBO PEREIRA - ME / 41.418.203/0001-80
25351.510783/2016-51 / 7489331
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4201096229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
INSUBSISTÊNCIA 4567501/22-5

ROSSI & SIMÃO LTDA EPP / 04.592.381/0001-04
25351.689499/2013-64 / 7051560
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4569766223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SAMUEL PASIM DO NASCIMENTO / 27.479.901/0001-64
25351.330403/2021-64 / 3103529
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4598813229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

S.N COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PERFUMARIA LTDA / 18.590.029/0001-36
25351.635716/2015-68 / 7419874
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4606785220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUIZ CARLOS DALAQUA-ME / 11.769.554/0001-74
25351.231808/2015-72 / 7383821
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4601121228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A / 55.980.684/0001-27
25351.012686/2003-83 / 8014629
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4609482223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

BIOESENSE MANIPULACAO FARMACEUTICA E COSMETICA LTDA / 30.290.433/0001-90
25351.722860/2018-86 / 7617878
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4519427223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

EDSON RABELO DOS SANTOS - ME / 13.912.191/0001-00
25351.005073/2003-90 / 0257894
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4608034221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

HYPERFARMA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA / 03.784.619/0001-22
25351.395091/2012-98 / 3051675
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4598887222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

CLIN OFF DO BRASIL S/A / 01.313.795/0001-50
25000.034283/97-39 / 2026107
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4522222220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 a RDC nº 16/2014.

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A / 55.980.684/0001-27
25004.025462/93 / 1022141
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4609507226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.089, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA DUAS IRMAS LTDA ME / 16.736.879/0001-74
25351.324481/2022-19 / 1280188
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596089225

PRIME MED LTDA / 45.605.301/0001-87
25351.311074/2022-33 / 1279683
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4570160221

AMAS AETERNUM FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 44.296.514/0001-01
25351.324484/2022-44 / 1280191
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596098224

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.090, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

imcd brasil farmacêuticos importação, exportação e representações ltda / 62.651.955/0004-09
25351.022944/2019-05 / 1184731
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4526591220

ORTOGMED COMERCIO E IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI / 34.600.610/0001-48
25351.453857/2020-21 / 1238820

70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4526133221
25351.453862/2020-34 / 1238816
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4526478229

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0001-63
25351.406017/2019-36 / 1191577
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4599527220

CONTRALTEC DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 27.730.750/0001-75
25351.325643/2018-41 / 8167379
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4526435228

MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA / 66.581.935/0001-17
25351.013734/2003-51 / 8015303
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4612484223

IMEDIATA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA / 36.590.911/0001-63
25351.934996/2020-51 / 1243769
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4599268224

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.014.370/0001-67
25351.099596/2019-56 / 1186027
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4525990228

LOTUS - HIGIENE E LIMPEZA LTDA / 22.392.512/0001-83
25351.500713/2017-76 / 3076016
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4598904224

GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 17.472.278/0001-64
25351.413368/2013-76 / 1234677
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4625170222

PFIZER BRASIL LTDA / 61.072.393/0039-06
25000.004198/93-59 / 1203061
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4526113221

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.091, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

farmacia de manipulação lrf ltda / 46.325.910/0001-45
25351.324483/2022-08 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596095220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo II da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

HM PRODUTOS MANIPULADOS NATURAIS LTDA / 42.386.831/0001-93
25351.312295/2022-29 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4572055220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SOBRAL FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 43.838.274/0001-67
25351.324486/2022-33 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596104222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DHE FARMACIA LTDA / 44.125.156/0001-74
25351.324480/2022-66 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596086221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I e II da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ARTISAN FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 44.573.123/0001-97
25351.324485/2022-99 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4596101228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 2.686, de 17 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 157, de 18 de agosto de 2022, Seção 1 pág. 53:

Onde se lê:

T2J DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 44.280.726/0001-09

25351.264593/2022-03 / 8253469

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4506359224

Leia-se:

T2J DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 44.280.726/0001-09

25351.264593/2022-03 / 1279774

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4506359224

Na Resolução-RE nº 2.687, de 17 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 157, de 18 de agosto de 2022, Seção 1 pág. 57:

Onde se lê:

T2J DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 44.280.726/0001-09

25351.264593/2022-03 / 8253469

70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4539544225

Leia-se:

T2J DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 44.280.726/0001-09

25351.264593/2022-03 / 1279774

70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4539544225

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2112 (SEI 27918255), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JOAO COSTA - PI, CNPJ 02.854.668/0001-21, Processo 19964.110417/2022-33, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, no Município de JOÃO COSTA - PI, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no município de João Costa, no Estado da Piauí, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2118 (27928999), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Lagoa Bonita do Sul, CNPJ 04.226.811/0001-66, Processo 19964.108074/2022-47, para representar a Categoria dos trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área de até 2(dois) módulos rurais, nos temos do Decreto Lei 1.166/1971 § 1º, I, b, ativos e aposentados e os trabalhadores assalariados rurais, ativos e aposentados nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, § 1º, I, a, com abrangência municipal e base territorial no município de Lagoa Bonita do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2111 (SEI 27917332), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS SERVIDORES DE FISCALIZACAO ESTADUAL AGROPECUARIA DE ALAGOAS - SINFEAGRO, CNPJ 15.360.131/0001-57, Processo 19964.110235/2022-62, para representar a Categoria dos Servidores da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Alagoas, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria dos Servidores da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL, do Estado de Alagoas B) SINSPEAL - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ: 13.091.602/0001-43, Processo 46201.000959/2011-41; excluindo a Categoria dos Servidores da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL, do Estado de Alagoas, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2113 (27918883 SEI), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMETISTA DO SUL, CNPJ 92.411.123/0001-33, Processo 19964.110302/2022-49, para representar a Categoria dos Trabalhadores rurais, compreendendo os agricultores familiares, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar em área de ate 2 módulos rurais, nos termos do decreto lei 1.166/1971, §1º, I, b, ativos e aposentados e os trabalhadores assalariados rurais, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Ametista do Sul no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2105 (27912057), resolve: DEFERIR o registro sindical ao STTR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tasso Fragoso- MA, CNPJ 69.430.783/0001-40, Processo 19964.109811/2022-29, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2122 (27942788), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Aparecida/PB - SISMAP, CNPJ 28.274.586/0001-00, Processo 19964.110214/2022-47 (SC22092), para representar a Categoria Profissional dos Servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos, com abrangência municipal e base territorial Aparecida no Estado da Paraíba, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SITESP-PB - Sindicato dos Trab. em Serv. Públ. do Est. da Paraíba, inscrição no CNP n° 24.488.678/0001-23, processo n° 46010.002237/93-61; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos, no município de Aparecida, Estado da Paraíba; B) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, inscrição no CNPJ n° 33.721.911/0001-67, processo n° 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos, no município de Aparecida, Estado da Paraíba; C) SINDACS-PB - Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde da Paraíba, CNPJ: 07.790.628/0001-87, processo 46000.018074/2002-73, excluindo o município de Aparecida, Estado da Paraíba; nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2121 - (27940315), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CASSIA - SINTRAF SANTA RITA DE CASSIA, CNPJ nº 14.450.951/0001-77, Processo nº 19964.110445/2022-51, para representar a Categoria Profissional e específica da Agricultura Familiar abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Santa Rita de Cássia, no Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita de Cássia, Carta Sindical: L077 P057 A1976; excluindo a Categoria Profissional e específica da Agricultura Familiar abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem

individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2040 - (27798909), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato Rural de Alvorada do Norte, Buritinópolis e Simolândia, CNPJ nº 12.309.199/0001-13, Processo nº 19964.109739/2022-30, para representar a Categoria do empresário, empregadores ou produtores rural, Pessoa Física ou Jurídica que empreendem atividade econômica rural, inclusive agroindústria no que se refere à atividades primárias, proprietário ou não, mesmo em regime de economia familiar, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Alvorada do Norte, Buritinópolis e Simolândia, no Estado de Goiás, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2107 (27913698), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.113996/2022-76 (SA06478), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Ótica de São Paulo, CNPJ 47.190.780/0001-43, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores na Indústria Oftálmica, de precisão e armações para óculos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Barueri, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2119 (SEI 27929824), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.114072/2022-97, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira dos Brejinhos, CNPJ 13.223.995/0001-00, visto irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e suas alterações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2089 (SEI 27881083), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.113610/2022-26 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel, Papelão, e de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de Bragança Paulista, Região e Sul de Minas Gerais - MG, CNPJ 01.515.135/0001-52, tendo em vista irregularidade documental não passível de saneamento, bem como não caracterização de categoria, nos termos dos incisos I e II do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, respectivamente.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 56, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Tornar pública a relação de projetos apoiados por meio do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 1991, listados no Anexo I desta Portaria, que tiveram as prestações de contas aprovadas após o ressarcimento ao Erário no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991 e no art. 69 da Instrução Normativa nº 01, de 04 de fevereiro de 2022.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/ CNPJ	RESUMO DO PROJETO	APROVADO	CAPTADO
17-0438	CINEFOOT-Festival de Cinema de Futebol	Instituto Brasileiro de Est Fest Audiovis	10.576.820/0001-80	Realização da oitava edição do CINEFOOT.	R$ 497.918,00	R$ 200.000,00
18-4202	Festival de Curtas Metragens de SP (30)	Associação Cultural Kinoforum	00.571.159/0001-66	Realização da 30ª edição do festival.	R$ 984.280,00	R$ 300.000,00
18-6004	Festival Ibero-Americano Cine Ceará	M. Margarita Hernández Pascual	00.993.636/0001-81	29ª Mostra Competitiva Ibero-americana de Cinema.	R$ 1.495.263,77	R$ 1.055.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 124-E, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar para execução os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

21-0199 MARIA LENK, DE BRAÇOS ABERTOS
Processo: 01416.008737/2021-94
Proponente: MOVEME PRODUCOES AUDIOVISUAIS E CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 29.015.700/0001-31
Valor total aprovado: R$ 800.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 760.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 28914-0
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 852, realizada em 30/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

16-0260 TAINÁ - SÉRIE ANIMADA - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.000774/2016-97
Proponente: SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.488.478/0001-52
Valor total aprovado: de R$ 5.697.185,54 para R$ 5.447.505,61
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 25214-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27248-5
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 3.199.342,57 para R$ 1.675.130,33
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27121-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 837, realizada em 03/05/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 2º Acatar parcialmente o recurso administrativo interposto contra as glosas realizadas na análise complementar do projeto audiovisual, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

19-0030 O DONO DO LAR - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.000432/2019-10
Proponente: RG PRODUÇÕES EIRELI EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.816.467/0001-00
Valor total aprovado: de R$ 3.043.332,11 para R$ 3.087.195,56.
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.891.165,50
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 47544-0
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 845, realizada em 05/07/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 3º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual relacionado abaixo, da proponente "TOCA DOS FILMES S/S LTDA - ME" para a "INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI - ME", pela qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

18-0947 MAKING OF
Processo: 01416.013626/2018-02
Proponente: INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.060.648/0001-00
Valor total aprovado: R$ 301.618,91
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 286.537,96
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27241-8
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 851, realizada em 24/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 4º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 55, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01- Processo nº 01498.000594/2021-18
Projeto: Resgate Arqueológico com base no monitoramento das obras de movimentação de terra em parte do Lote 1, Quadra D3 e parte do Lote 2, Quadra C3 da área do Projeto Modificativo do Loteamento Praia do Paiva
Arqueólogo Coordenador: Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Departamento de História - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Área de Abrangência: Município do Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses
02-Processo nº 01506.001372/2022-49
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Fazenda do Pinhal

Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São Carlos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03-Processo nº 01516.000432/2020-25
Projeto: Projeto Complementar de Prospecção do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento PCH Taboca
Arqueólogo Coordenador: Edilson Teixeira de Souza
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos - Prefeitura de Jataí
Área de abrangência: Municípios de Jataí, Itarumã e Serranópolis, estado de Goiás
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
ANEXO II
01-Processo nº 01492.000371/2022-83
Projeto: Janelas para a Biodiversidade do Baixo Amazonas (JABBA): contribuições dos sambaquis do passado para a preservação ambiental no presente amazônico
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Prestes Carneiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Área de Abrangência: Municípios de Terra Santa, Juruti, Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Prainha, Porto de Moz, Gurupá, Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Curuá, Óbidos e Oriximiná, estado do Pará
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
02-Processo nº 01425.000107/2021-62
Projeto: Monitoramento para Cercamento e Sinalização dos Sítios Facão I E Facão II
Arqueólogo Coordenador: José Luiz Lopes Garcia
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Cáceres, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
ANEXO III
01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: CELESC Distribuição S.A
Empreendimento: LD 135KV Joinville Boa Vista - Joinville Paranaguamirim
Processo nº 01510.000331/2019-71
Projeto: Programa de Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação da LD 135KV Joinville Boa Vista - Joinville Paranaguamirim
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Leandro Parcianello Siqueira
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Joinville, estado de Santa Catarina
Prazo de validade: 06 (seis) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Goiânia
Empreendimento: Eixo Norte Sul do transporte coletivo urbano interligando os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, com solução do tipo BRT - BUS RAPID TRANSIT
Processo nº 01516.000200/2020-77
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Para as Obras de Instalação do Eixo Norte Sul do transporte coletivo urbano interligando os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, com solução do tipo BRT - BUS RAPID TRANSIT
Arqueóloga Coordenadora: Elaine de Alencastro Chaves
Arqueólogo de Campo: Evair Correa de Moura
Área de Abrangência: Municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, estado de Goiás
Prazo de Validade: 11 (onze) meses
03-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Tanque Novo V Energias Renováveis S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230KV - Tanque Novo - Igaporã III
Processo nº 01502.000947/2021-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o empreendimento Linha de Transmissão 230KV - Tanque Novo - Igaporã III
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueólogo de Campo: Gilmar DOliveira Silva
Área de Abrangência: Municípios de Caetité, Igaporã e Tanque Novo, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Santa Helena Nove Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Nova Manaus
Processo nº 01490.000174/2020-12
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras do Loteamento Nova Manaus
Arqueólogo Coordenador: Hermes Souza da Silva
Arqueólogo de Campo: Hermes Souza da Silva
Área de Abrangência: Município de Iranduba, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
05-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Solar do Sertão V Energia SPE Ltda
Empreendimento: UFV Solar do Sertão V
Processo nº 01496.000243/2020-38
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da UFV Solar do Sertão V
Arqueólogo Coordenador: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Hyrma Ioris
Área de Abrangência: Município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mangaba Cultivo de Coco Ltda (MCC)
Empreendimento: Agroecoturístico e Imobiliário da Fazenda Ponta dos Castelhanos
Processo nº 01502.001286/2018-90
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para as Áreas de Implantação do Empreendimento Agroecoturístico e Imobiliário da Fazenda Ponta dos Castelhanos
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araújo Junior
Arqueólogo de Campo: Matheus Martins de Araújo
Área de Abrangência: Município de Cairu, estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ENEVA S.A
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico UFV Futura
Processo nº 01502.000496/2020-85.
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico UFV Futura
Arqueólogo Coordenador: Jonas Israel de Sousa Melo.
Arqueólogas de campo: Wyslanne Gomes Lopes e Larissa Cruz da Silva Santos
Área de Abrangência: Município de Juazeiro, estado da Bahia
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Interligação Elétrica Ivaí S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 525 kV Guaíra - Sarandi
Processo nº 01508.900173/2017-38
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 525 KV Guaíra - Sarandi CD
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Guaíra, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Cafezal do Sul, Perobal, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Cianorte, Jussara, Terra Boa, Doutor Camargo, Ivatuba, Floresta, Maringá, Marialva e Sarandi, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
ANEXO IV
01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Reservatório de Água Bruta Paraopeba
Processo nº 01514.002030/2021-66
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do RAB - Reservatório de Água Bruta Paraopeba
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcelo Rolim Manfrini
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Área de Abrangência: Municípios de Paraopeba e Caetanópolis, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: INCOESP - Cooperativa das Indústrias Cerâmicas do Oeste Paulista
Empreendimento: INCOESP - Cooperativa das Indústrias Cerâmicas do Oeste Paulista (Processos ANM 820.764/2011 e 820.766/2011)
Processo nº 01450.001331/2022-45
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento da INCOESP - Cooperativa das Indústrias Cerâmicas do Oeste Paulista
Arqueólogo Coordenador: Fernando José Cantele
Arqueóloga de Campo: Michelle Mayumi Tizuka
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JC Gestão e Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Aterro Sanitário de Belém de São Francisco
Processo nº 01498.000655/2022-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento: Aterro Sanitário de Belém de São Francisco
Arqueóloga Coordenadora: Samara Maria da Silva Oliveira
Arqueólogo de Campo: Tailine Rodrigues Valério da Silva
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Ciências Naturais - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
Área de Abrangência: Município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Olimóveis Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Carolina II
Processo nº 01512.000091/2022-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Carolina II
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaékel da Rosa
Arqueólogo de Campo: Átila Perillo Filho
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Ivoti, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enerfin do Brasil - Sociedade de Energia Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Acaraú
Processo nº 01496.000365/2022-96
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Complexo Fotovoltaico Acaraú
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva
Arqueólogo de Campo: Iago Henrique Albuquerque de Medeiros
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - LAHP - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Acaraú, estado do Ceará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ventos de Acaraú Geradora de Energia Ltda
Empreendimento: LT 230 kV Ventos do Acaraú - Acaraú III,
Processo nº 01496.000303/2022-84
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da LT 230 kV Ventos do Acaraú - Acaraú III
Arqueólogo Coordenador: Marluce Lopes da Silva
Arqueólogo de Campo: Iago Henrique Albuquerque Medeiros
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Acaraú, estado do Ceará
Prazo de Validade: 03 (três) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Itabrita - Britadora Itatiaiuçu Ltda
Empreendimento: Itabrita Britadora Itatiaiuçu Ltda - Ampliação
Processo n.º 01514.000649/2022-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na "Itabrita Britadora Itatiaiuçu Ltda - Ampliação"
Arqueólogo Coordenador: Marcio Walter de Moura Castro
Arqueólogo de Campo: Marcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire/CAALE - Prefeitura de Lagoa Santa
Área de Abrangência: Município de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Anex Mineração S/A
Empreendimento: Anex Mineração S/A
Processo nº 01514.001470/2020-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Anex Mineração S/A
Arqueóloga Coordenadora: Inês de Oliveira Noronha
Arqueólogo de Campo: Paulo Eduardo de Oliveira Enéas
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Municípios de Itabirito, Nova Lima e Rio Acima, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações
Empreendimento: Condomínio Residencial Vila di Veneza
Processo nº 01402.000259/2022-12

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Condomínio Residencial Vila di Veneza
Arqueóloga Coordenadora: Virginia Marques da Silva Neta
Arqueóloga de Campo: Virginia Marques da Silva Neta
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eneva S.A
Empreendimento: Usina Termoelétrica Azulão I
Processo nº 01490.000217/2021-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento do Usina Termoelétrica Azulão I
Arqueóloga Coordenadora: Anna Barbara Cardoso da Silva
Arqueólogo de Campo: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio institucional: Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza - Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas
Área de Abrangência: Município de Silves, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pacaembu Construtora S.A
Empreendimento: Loteamento Vida Nova Assis Chateaubriand 1 e 2
Processo nº 01508.000543/2022-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Vida Nova Assis Chateaubriand 1 e 2
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Assis Chateaubriand, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Marinez Schneider
Empreendimento: Loteamento Alto Palmares
Processo nº 01508.000536/2022-09
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Alto Palmares
Arqueólogo coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Três Barras do Paraná, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Efficax Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento São João
Processo nº 01508.000658/2022-97
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento São João
Arqueólogo coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
14-Enquadramento IN: III
Empreendedor: GR Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Condomínio Ibiza
Processo nº 01494.000320/2022-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Condomínio Ibiza
Arqueóloga Coordenadora: Barbara Rogens Ramos Bezerra
Arqueólogo de Campo: Danilo Chagas Assunção
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Centro Oeste Energia Ltda
Empreendimento: CGH Formiga II
Processo n.º 01425.000429/2021-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Formiga II
Arqueóloga Coordenadora: Fabiana Chagas Moreira
Arqueólogo de Campo: Fábio Isidio dos Santos
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Campos de Júlio, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cidade Jardim Comercial Imobiliária Ltda
Empreendimento: Loteamento Cidade Jardim
Processo nº 01506.000566/2022-27
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Cidade Jardim
Arqueóloga Coordenadora: Cassia Bars Hering
Arqueóloga de campo: Jaqueline da Silva Belletti
Apoio institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara
Área de abrangência: Municípios de Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Centro Oeste Energia Ltda
Empreendimento: CGH Cachoeirinha
Processo nº 01425.000426/2021-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Cachoeirinha
Arqueóloga Coordenadora: Fabiana Chagas Moreira
Arqueólogo de Campo: Fábio Isidio dos Santos
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Campos de Júlio, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: WTBC Santana do Alto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Santana do Alto II
Processo nº 01506.000577/2022-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Santana do Alto II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Cravinhos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
19-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Extração de Areia Cinco Lagos Ltda
Empreendimento: Extração de Areia Cinco Lagos
Processo nº 01506.000256/2021-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Inserção do Empreendimento Extração de Areia Cinco Lagos
Arqueólogo coordenador: Renato Kipnis
Arqueóloga de campo: Mariane Pereira Ferreira
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Canas, estado de São Paulo
Prazo da portaria: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Vista Alta Alphaville Ltda
Empreendimento: Vista Alta Condomínio Residencial
Processo nº 01506.001521/2021-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Vista Alta Condomínio Residencial
Arqueóloga Coordenadora: Sílvia Corrêa Marques
Arqueóloga de Campo: Sílvia Corrêa Marques
Apoio Institucional: Museu Histórico de Itapeva - Prefeitura Municipal de Itapeva
Área de Abrangência: Município de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Velvet Participações S/A
Empreendimento: Loteamento Colina do Engenho III
Processo nº 01506.004399/2019-98
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Colina do Engenho III
Arqueóloga Coordenadora: Lucia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Limeira, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EDP Energias Do Brasil S.A
Empreendimento: LT 230 kV SE Abunã - SE Rio Branco I C2
Processo nº 01423.000082/2021-17
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Seccionamento da LT 230 kV SE Abunã - SE Rio Branco - C2
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Edclei Siqueira de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Indígena da Amazônia Ocidental - CAAINAM - Universidade Federal do Acre (UFAC)
Área de Abrangência: Municípios de Rio Branco e Senador Guiomard, estado do Acre
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Nova Piratininga Empreendimentos, Participações e Incorporações Ltda
Empreendimento: Fazenda Nova Piratininga
Processo nº 01516.000543/2020-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Área da Fazenda Nova Piratininga
Arqueóloga Coordenadora: Fernanda Elisa Costa Paulino e Resende
Arqueólogos de Campo: Uelde Ferreira de Souza e Daniel dos Santos Correa
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de São Miguel do Araguaia, estado de Goiás
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MNX Construtora e Incorporadora Ltda.
Empreendimento: Nova Miguelópolis
Processo nº 01506.000730/2022-04
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do empreendimento Nova Miguelópolis
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Miguelópolis, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: KSM Realty Administração e Participação Ltda
Empreendimento: Fundo de Investimento Imobiliário NM KSM LOG - Área 1
Processo nº 01506.000943/2022-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Fundo de Investimento Imobiliário NM KSM LOG - Área 1
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Roberto Montenegro Perrotta
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Guarulhos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
26- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Terras de São José Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Terras de São José
Processo nº 01506.001182/2022-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Terras de São José
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Nova Odessa, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CDM Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Village do Campo
Processo nº 01506.000261/2022-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para as áreas de influência das obras de implantação do empreendimento Loteamento Residencial Village do Campo
Arqueólogo Coordenador: Celso de Andrade
Arqueólogo de Campo: Celso de Andrade
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Mogi Mirim, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eco Resort e Hotel Capivari Ltda
Empreendimento: Setor Hoteleiro
Processo nº 01508.000391/2022-38
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Setor Hoteleiro

Arqueólogo Coordenador: Rodrigo Junghans
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Junghans
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Campina Grande do Sul, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MGA Construtora de Obras Ltda
Empreendimento: Condomínio Edílico Vertical Residencial
Processo nº 01508.000613/2022-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Condomínio Edílico Vertical Residencial
Arqueólogo Coordenador: Rodrigo Junghans
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Junghans
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de São José dos Pinhais, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
30-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Empreendimento: Linha de Distribuição (LD) de Energia Elétrica - RS PASS DO ALCOOL-PORTO SEGURO-2 ETAPA
Processo nº 01502.000623/2022-16
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para a Implantação da Linha de Distribuição (LD) de Energia Elétrica - RS PASS DO ALCOOL-PORTO SEGURO-2 ETAPA
Arqueólogo Coordenador: Railson Cotias da Silva
Arqueóloga de Campo: Elis Correa Callegari
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Porto Seguro, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
31-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Serviços de Sondagem Geotécnica na Área Proposta para Construção do Barramento em Ponte de Arame
Processo nº 01514.000547/2022-00
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para os Serviços de Sondagem Geotécnica na Área Proposta para Construção do Barramento em Ponte de Arame
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Arqueólogos de Campo: Uelde Ferreira de Souza e Cláudio César Souza e Silva
Área de Abrangência: Município de Itabirito, estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AI Moinho Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Moinho Fluminense - Quadra 3 (Torre e Armazém 2)
Processo nº 01500.000716/2020-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Programa de Meio Ambiente Cultural Moinho Fluminense - Quadra 3
Arqueólogo Coordenador: Dagoberto Lopes de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Fernanda Tavares Barreiros
Apoio Institucional: Fundação Cultural Barra Mansa - Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
33-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Itapeva Desenvolvimento Logístico Ltda
Empreendimento: Citygate Exttrema II
Processo nº 01514.000801/2022-61
Projeto: Acompanhamento Arqueológico - Citygate Exttrema II
Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering
Arqueólogos de Campo: Renato Saad Panunzio, Gina Faraco Bianchini e Cristiano Von Mühlen
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC
Área de Abrangência: Municípios de Itapeva e Extrema, estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 09 (nove) meses
34-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S/A
Empreendimento: Condomínios Reserva Almagre, Reserva Areia Vermelha e Reserva Areia Dourada
Processo nº 01408.000287/2019-76
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área afetada pelo empreendimento Reserva Almagre, Reserva Areia Dourada e Reserva Areia Vermelha
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueóloga de campo: Daline Lima de Oliveira
Área de Abrangência: Município Cabedelo, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
35-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DLX e PINA Desenvolvimento Urbano SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Jardim Iguatemi
Processo nº 01506.005920/2017-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Loteamento Residencial Jardim Iguatemi
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueólogo de campo: Pedro Victor Sartori Cassioti
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Presidente Venceslau, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 48, de 19 de agosto de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 285, Autorização nº 06, processo nº 01506.000341/2022-71, publicada em 22/08/2022, onde se lê: "Arqueólogo de campo: Renato Saad Panunzio", leia-se: "Arqueólogo de campo: André Araújo da Silva".

Na Portaria 27, Seção 1, Página 162, Retificações, processo nº 01514.001229/2020-96, publicada em 30/05/2022, onde se lê: "Apoio Institucional: Museu do Diamante", leia-se: "Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP-UFVJM)".

Na Portaria nº 49, de 29 de agosto de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 291, Autorização nº 26, processo nº 01409.000455/2018-32, publicada em 30/08/2022, onde se lê: "Arqueólogo coordenador e Arqueólogo de campo: Francisco Vilaça Nunes", leia-se: "Arqueólogo coordenador e Arqueólogo de campo: Jair Costa Ramos".

Na Portaria nº 49, de 29 de agosto de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 291, Autorização nº 24, processo nº 01409.000454/2018-98, publicada em 30/08/2022, onde se lê: "Arqueólogo coordenador e Arqueólogo de campo: Francisco Vilaça Nunes", leia-se: "Arqueólogo coordenador e Arqueólogo de campo: Jair Costa Ramos".

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA FBN Nº 53, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, parágrafo único da Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO o decidido na 11ª reunião de 2022 da Diretoria Colegiada da Fundação Biblioteca Nacional; resolve:

Art. 1º. Dar anuência à criação da Associação de Apoio à Biblioteca Nacional do Brasil - Gestora de Fundo Patrimonial, cujo objeto será o de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público, em proveito exclusivo da Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CARLOS RAMIRO JÚNIOR

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA FCP Nº 200, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece as Metas Globais da Fundação Cultural Palmares para o décimo terceiro Ciclo de Avaliação da GDAC.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe confere o art.18 do Anexo I do Decreto n.º 6.853/2009, de 15 de maio de 2009, e considerando critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC, estabelecidos pela Portaria nº 19, de 25 de janeiro de 2022, e tendo em vista os dispostos na Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008, na Lei n.º 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e no Decreto n.º 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Metas Globais de desempenho institucional da Fundação Cultural Palmares - FCP, referente ao décimo terceiro Ciclo de Avaliação, com início em 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC.

Art. 2º São indicadores para o estabelecimento das metas globais de desempenho institucional para o ano de 2022:

I - Índice de Alcance das Metas, tendo como meta a média de 80% (oitenta por cento) de metas alcançadas nas Ações Orçamentárias/Planos Orçamentários selecionadas no Programa 5025: Cultura.

II- Índice de Capacitação para desenvolver as competências individuais dos servidores e alcançar a efetividade organizacional, tendo como meta 20 (vinte) horas cursadas por servidor.

Art. 3º A forma de mensuração dos indicadores está prevista no Anexo I desta Portaria.

Art. 4º O Grau de Desempenho da FCP é o somatório dos resultados dos indicadores acrescido do resultado das metas intermediárias.

Art. 5º A pontuação referente às gratificações de que trata esta Portaria será distribuída na forma do Anexo II.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

MARCO ANTONIO EVANGELISTA DA SILVA

ANEXO I

FORMA DE MENSURAÇÃO DOS INDICADORES
1. ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS
Descrição: Mede o percentual de metas físicas cumpridas em relação ao total de metas previstas, apuradas conforme informações disponibilizadas no quadro 1.
Periodicidade: Anual
Fórmula: Somatório(MAn/MPn) /n x100
Dados a serem solicitados:
MA - Metas alcançadas
MP - Metas Previstas
Quadro 1 - Metas Físicas por Ação Orçamentária/Plano Orçamentário

PROGRAMAÇÃO			METAS		
UNIDADE	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	PRODUTO INTERMEDIÁRIO	UNIDADE	QUANTIDADE
Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra - CNIRC	20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	0001 - Fomento à Difusão e Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	Projeto Apoiado	Unidade	3
Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira - DEP	20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	0001 - Fomento, Promoção e Divulgação da cultura afro-brasileira	Projeto Apoiado	Unidade	4
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - DPA e Procuradoria Federal - PF	20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	0001 - Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	Ação Desenvolvida	Unidade	20
		0002 - Proteção,Preservação e promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiros	Ação de Preservação Realizada	Unidade	1

2. ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO
Descrição: Mede o percentual de servidores com o mínimo de horas previstas para treinamentos em relação ao número de total de servidores.
Periodicidade: Anual
Esclarecimento sobre o indicador: será computado treinamento para aperfeiçoar a capacidade técnica do servidor no desempenho de suas atividades.
Fórmula: (ST/TS) X 100
Dados a serem solicitados:
ST - Servidores treinados com pelo menos 20 horas
TS - Total de Servidores

ANEXO II

PONTUAÇÃO GDAC PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Grau de Desempenho	Monitoramento da(s) Meta(s)	Pontuação
A	Alcançou até 50,0% da Meta	24
B	Alcançou de 50,1% até 60,0 % da Meta	31
C	Alcançou de 60,1% até 70,0 % da Meta	35
D	Alcançou de 70,1% até 80,0 % da Meta	49
E	Alcançou de 80,1% até 90,0 % da Meta	63
F	Alcançou de 90,1% até 100,0 % da Meta	80

Banco Central do Brasil

ÀREA DE REGULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 305, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a versão 4.0 do Manual de Segurança do Open Finance.

Os Chefes do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor) e do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf), no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 23, inciso I, alínea "a", 62, inciso IV, e 116, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 3º, inciso IV, da Resolução BCB nº 32, de 29 de outubro de 2020, R E S O L V E M :

Art. 1º Esta Instrução Normativa divulga a versão 4.0 do Manual de Segurança do Open Finance, de observância obrigatória por parte das instituições participantes, conforme Anexo.

Parágrafo único. O manual de que trata o caput, em sua versão mais recente, estará acessível na página do Open Finance no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil na internet e no Portal Open Finance do Brasil, mantido pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance de que trata o art. 44, § 1º, da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020.

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa BCB nº 134, de 22 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

JOÃO ANDRÉ CALVINO MARQUES PEREIRA
Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro

HAROLDO JAYME MARTINS FROES CRUZ
Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação

ANEXO

Manual de Segurança do Open Finance Versão 4.0
Histórico de revisão

Data	Versão	Descrição das alterações
15/09/2022	4.0	Aprimoramentos na redação do texto, sem alteração de mérito.
		Alteração da nomenclatura de Open Banking para Open Finance.
		Atualização de referências.
		Alteração do item 3.9, com a restrição de escopo de sua aplicação.
		Alteração do item 3.12, dispondo sobre os certificados requeridos para as contratações de parceria.

Termos de Uso

Este manual detalha os requisitos técnicos para a implementação dos elementos necessários à operacionalização do Open Finance, complementando a regulamentação vigente sobre o tema.

O manual será revisto e atualizado periodicamente a fim de preservar a compatibilidade com a regulamentação, bem como para incorporar os aprimoramentos decorrentes da evolução do Open Finance e da tecnologia.

Informações mais detalhadas e exemplos da aplicação deste manual poderão ser encontrados nos guias e tutoriais disponíveis no Portal do Open Finance no Brasil, na Área do Desenvolvedor.

Sugestões, críticas ou pedidos de esclarecimentos de dúvidas relativas ao conteúdo deste documento podem ser enviados ao Banco Central do Brasil por meio dos canais institucionais dessa autarquia.

Referências

Estas especificações baseiam-se, referenciam, e complementam, quando aplicável, os seguintes documentos:

Referência	Origem
Resolução Conjunta nº 1, de 2020	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta&numero=1
Resolução Conjunta nº 4, de 2022	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta&numero=4
Resolução BCB nº 32, de 2020	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=32
Resolução BCB nº 85, de 2021	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=85
Resolução BCB nº 109, de 2021	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=109
Instrução Normativa BCB n° 136, de 2021	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20BCB&numero=136
Resolução CMN nº 4.893, de 2021	https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4893
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709, de 2018)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm
BCP 195/RFC 7525	https://tools.ietf.org/html/rfc7525
Owasp API Top 10	https://owasp.org/www-project-api-security/
Sans Top 25 Software Errors	https://www.sans.org/top25-software-errors
CWE Top 25 Software Weaknesses	https://cwe.mitre.org/top25/archive/2020/2020_cwe_top25.html
NIST 800-88	https://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/SpecialPublications/NIST.SP.800-88r1.pdf
ICP Brasil - Manual de Condutas Técnicas 7 - Volume I	https://www.gov.br/iti/pt-br/centrais-de-conteudo/mct-7-vol-1-v-2-2-pdf
Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm

1. Introdução

Este manual detalha em termos operacionais as diretrizes de segurança estabelecidas pela Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, e pela Resolução BCB nº 32, de 29 de outubro de 2020. Ele contém tanto os requisitos mínimos de segurança obrigatórios para as instituições participantes como para os demais elementos que compõem a Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance.

Para garantir a segurança do Open Finance no País, a regulamentação vigente estabelece a obrigatoriedade de se cumprir uma série de medidas, entre as quais as descritas neste manual.

No tocante aos requisitos obrigatórios para as instituições participantes, este manual apresenta as seguintes seções: 2. governança, 3. proteção, 4. detecção e 5. reação. Os requisitos obrigatórios para a Estrutura Responsável pela Governança constam da Seção 6.

Este manual prescreve os requisitos mínimos de segurança necessários para:

I - o compartilhamento de dados sobre canais de atendimento e produtos e serviços de que trata o art. 5º, inciso I, alíneas "a" e "b", itens 1 a 5, da Resolução Conjunta nº 1, de 2020;

II - o compartilhamento de dados de cadastro e de transações de que trata o art. 5º, inciso I, alíneas "c" e "d", itens 1 a 5, da Resolução Conjunta nº 1, de 2020; e

III - o compartilhamento do serviço de iniciação de transação de pagamento relacionado com o arranjo Pix, de que tratam os arts. 5º, inciso II, alínea "a", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, e 6º, inciso IV, da Circular nº 4.015, de 4 de maio de 2020.

À medida que o Open Finance abranger o compartilhamento de outros dados e serviços, novos requisitos de segurança poderão ser acrescentados a este manual, em complemento à regulamentação aplicável.

Ao longo deste documento será constante o uso de siglas para designar algumas expressões cotidianas dos profissionais da área de segurança da informação. Alguns exemplos das mais frequentemente utilizadas, com as correspondentes definições, são as seguintes:

I - ACL: Access Control List;

II - API: Application Programming Interface;

III - ETIR: Equipe de Tratamento de Incidentes;

IV - HTTP: HyperText Transfer Protocol;
V - ICP-Brasil: Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira;
VI - IP: Internet Protocol;
VII - NTP: Network Time Protocol;
VIII - PFS: Perfect Forward Secrecy;
IX - PGP: Pretty Good Privacy;
X - TCP: Transmission Control Protocol;
XI - TLS: Transport Layer Security;
XII - URI: Uniform Resource Identifier; e
XIII - UTC: Universal Time Coordinated.

2. Governança

2.1 As instituições participantes do Open Finance devem adotar processos para acompanhar a publicação e a entrada em vigor de atos normativos com impacto no tema, de forma a estarem permanentemente atualizadas com as determinações regulamentares.

2.2 Compõem, de forma não exaustiva, o rol de atos normativos cuja observância é essencial pelas instituições participantes do Open Finance:

I - a Resolução Conjunta CMN/BCB nº 1, de 2020;

II - as Resoluções editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e as normas editadas pelo Banco Central do Brasil aplicáveis às instituições participantes, inclusive as que dispõem sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e computação em nuvem; e

III - a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709, de 2018).

2.3 O plano de ação e resposta a incidentes das instituições participantes deve abranger os procedimentos e os controles a serem utilizados na prevenção e resposta a incidentes que afetem sistemas, APIs e outros recursos relacionados à implementação e à operação do Open Finance, de forma compatível com a política de segurança cibernética da instituição e com a regulamentação vigente.

2.4 As instituições participantes devem definir procedimentos e controles voltados à prevenção e ao tratamento de incidentes a serem adotados pelas empresas prestadoras de serviços a terceiros que manuseiem dados ou informações requeridos para a condução das atividades relativas ao Open Finance, em compatibilidade com a política de que trata o item 2.3 e com a regulamentação vigente.

2.5 Os procedimentos e controles de que trata o item 2.4 devem ser divulgados às empresas prestadoras de serviços mediante linguagem clara, acessível e em nível de detalhamento compatível com as funções desempenhadas e sensibilidade das informações.

2.6 As instituições participantes, previamente à contratação de serviços requeridos para a condução das atividades relativas ao Open Finance, devem adotar procedimentos que contemplem a verificação da capacidade do potencial prestador de serviço de assegurar o cumprimento da legislação e da regulamentação vigente.

2.7 As instituições devem armazenar e processar os dados discriminados na etapa de consentimento segundo a finalidade para a qual foram compartilhados e de maneira segura, observadas a legislação e a regulamentação vigentes.

2.8 As instituições participantes devem manter suas informações cadastrais permanentemente atualizadas no Diretório de Participantes do Open Finance, observada a regulamentação vigente.

3. Proteção

3.1 O acesso aos dados e ao serviço de iniciação de transação de pagamento no âmbito do Open Finance deve ser realizado exclusivamente por meio de APIs.

3.2 Os sistemas e APIs relacionados ao Open Finance devem ser mantidos em rede interna segregada logicamente de redes ordinariamente utilizadas por estações de trabalho ou redes sem fio.

3.3 As instituições transmissoras de dados e detentoras de conta devem implementar controles de tráfego de entrada e saída, de forma a permitir apenas o necessário para comunicação com as APIs de Open Finance.

3.4 As instituições devem implementar criptografia na comunicação com as APIs de Open Finance expostas publicamente, por meio do protocolo TLS na versão 1.2 ou superior, utilizando cifras (cipher suites) que atendam ao requisito de perfect forward secrecy (PFS).

3.5 As funcionalidades "TLS Session Resumption" e "TLS Renegotiation" devem ser desabilitadas.

3.6 As instituições devem aplicar controles de segurança na camada de aplicação que permitam a inspeção de ameaças e o bloqueio de ataques de injeção de código, entre outros, adequados às tecnologias utilizadas nas APIs.

3.7 As instituições não devem expor os repositórios de dados utilizados no Open Finance diretamente à internet.

3.8 As instituições participantes devem verificar e garantir que a quantidade, a ordem, o formato, o tamanho e o conteúdo dos campos das requisições de acesso às APIs, bem como suas respostas, estejam de acordo com os estabelecidos pelas definições de Open Finance.

3.9 Para assinatura de mensagens e comunicação segura com APIs usadas para os compartilhamentos de dados de cadastro e de transações de clientes e do serviço de iniciação de transação de pagamento relacionado com o arranjo Pix, devem ser utilizados certificados digitais válidos, emitidos por autoridade certificadora participante da ICP-Brasil, de acordo com os padrões para certificação digital estabelecidos pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance.

3.10 Os certificados digitais de que trata o item 3.9 devem contemplar mecanismos para a proteção dos canais de comunicação e para a assinatura ou criptografia de mensagens trocadas com APIs.

3.11 Admite-se, para emprego no ambiente de testes de APIs de que trata o art. 12, inciso IV da Resolução BCB nº 32, de 2020, o uso de certificados digitais emitidos pelo serviço de Diretório da Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance.

3.12 Os certificados requeridos para as contratações de parceria devem observar a legislação e regulamentação em vigor e seguir, no que couber, os padrões de certificado digital definidos pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance. Os padrões de que trata este item devem contemplar a formatação do certificado, os algoritmos criptográficos e os atributos estabelecidos.

3.13 Para o estabelecimento de conexões TLS das chamadas de endpoints confidenciais devem ser utilizados os seguintes algoritmos:

I - 'TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256'; e

II - 'TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384'.

3.14 Os certificados utilizados para comunicação de sistemas Front-End, acessados diretamente por clientes das instituições participantes, em especial para realizar autenticação, devem ser do tipo Extended Validation (EV) e podem ser emitidos por autoridade certificadora em funcionamento.

3.15 Os procedimentos e controles relativos à criptografia devem contemplar meios seguros de armazenamento, transferência, utilização e destruição de segredos ou chaves empregados no âmbito do Open Finance, observada a regulamentação vigente.

3.16 Recomenda-se utilizar os seguintes algoritmos criptográficos para proteção e armazenamento de segredos no âmbito do Open Finance:

I - 'AES-256bits' ou superior;

II - 'SHA-256bits' ou superior; e

III - 'RSA-2048bits' ou superior.

3.17 É recomendável que os segredos e as chaves utilizados para autenticar, proteger e garantir a integridade de dados sejam gerados de maneira a respeitar processos de duplo controle e tratamento de segredo (split-knowledge), armazenando registros de log que incluam data de geração, participantes e responsáveis pela custódia, quando aplicável e de forma compatível com a regulamentação vigente.

3.18 As instituições participantes devem implementar procedimentos e controles de segurança para análise de vulnerabilidades nas etapas de desenvolvimento e de utilização em produção das versões das APIs utilizadas no Open Finance, observada a regulamentação vigente.

3.19 As vulnerabilidades de que trata o item 3.18 devem ser categorizadas e priorizadas de acordo com classificação de risco.

3.20 Os participantes devem implementar processos de revisão periódica das configurações dos sistemas e das APIs utilizados no Open Finance, para garantir que somente portas e serviços autorizados estejam habilitados, observada a regulamentação vigente.

3.21 As instituições participantes devem garantir que portais e aplicações relacionados à implementação e à operação do Open Finance possuam meios de autenticação adequados e controle de autorização em observância à regulamentação vigente.

3.22 O processo de autenticação deve ser sempre realizado por meio de canal de comunicação seguro, utilizando criptografia TLS 1.2 ou superior, de forma compatível com a regulamentação vigente.

3.23 Os acessos remotos para administração de sistemas ou da infraestrutura relacionados ao Open Finance devem ser realizados mediante uso de múltiplos fatores de autenticação, observada, no que couber, a compatibilidade com a regulamentação vigente.

3.24 As instituições devem implementar processo formal de aplicação de patch que contemple os sistemas relacionados à implementação do Open Finance, de forma compatível com a política de segurança cibernética da instituição, observada regulamentação vigente.

3.25 Os sistemas e APIs relacionados ao Open Finance devem possuir relógio sincronizado com fonte confiável de tempo, por exemplo, por meio do uso do protocolo NTP.

3.26 As APIs e os sistemas relacionados ao Open Finance devem ser implementados usando padrões de configuração segura (hardening), observada a regulamentação vigente.

4. Detecção

4.1 As instituições participantes devem manter trilhas de auditoria contendo, no mínimo, endereço IP de origem da chamada, porta de comunicação origem da chamada, data, hora, sistema, usuário (quando aplicável), objeto, falha ou sucesso da ação das configurações realizadas nos sistemas e APIs relacionados ao Open Finance, observadas a legislação e regulamentação vigentes.

4.2 As instituições participantes devem monitorar os registros relativos aos acessos das APIs relacionadas ao Open Finance, em especial os registros que indicarem erros internos (ex: status HTTP 500) ou requisições inválidas (ex: status HTTP 400), observada a regulamentação vigente.

4.3 As instituições participantes devem monitorar a volumetria e o padrão das requisições às APIs relacionadas ao Open Finance, para detecção de incidentes relacionados aos incisos I a IV do item 5.5.

5. Reação

5.1 É facultado às instituições participantes transmissoras de dados e detentoras de conta implementar bloqueio de acessos às suas APIs, com vistas a tratar riscos cibernéticos ou para tratar incidentes cibernéticos em andamento. A implementação desses bloqueios deve ser compatível com a política de segurança cibernética da instituição.

5.2 Em caso de comprometimento de qualquer credencial relacionada ao Open Finance, a instituição participante deve revogá-la tempestivamente perante o Diretório de Participantes e compartilhar essa informação com as demais instituições participantes, observada a regulamentação vigente.

5.3 No caso de comprometimento de certificados de segurança, a instituição participante do Open Finance deve solicitar tempestivamente a revogação do certificado comprometido à autoridade certificadora e compartilhar essa informação com a Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance e com as demais instituições participantes, observada a regulamentação vigente.

5.4 Sem prejuízo do dever de sigilo e da livre concorrência, as instituições participantes devem compartilhar com as demais instituições participantes e com a Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance informações sobre incidentes cibernéticos que afetem os serviços do Open Finance, observando a regulamentação vigente.

5.5 No âmbito do Open Finance, observada a regulamentação vigente, o plano de ação e resposta a incidentes deve contemplar, no mínimo, procedimentos para prevenir e responder a incidentes que possam implicar:

I - acesso não autorizado;

II - vazamento de dados;

III - negação de serviço; e

IV - falha na integridade de dados.

6. Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance

6.1 Cada instituição deve cadastrar no Diretório de Participantes os dados de contato de seus representantes para tratamento de incidentes com, no mínimo, e-mail, chaves criptográficas PGP (se houver) e campo para dados adicionais. Tais dados devem ser disponibilizados pelo Diretório para acesso aos demais participantes.

6.2 Cada instituição deve disponibilizar os contatos de e-mail das equipes de segurança conforme a RFC 2142 (abuse e security).

6.3 O acesso às áreas restritas do Diretório de Participantes deve ser:

I - permitido apenas a usuários autorizados pelas instituições participantes ou pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance; e

II - condicionado à autenticação por múltiplos fatores.

6.4 Os acessos ao Diretório devem ser registrados em trilhas de auditoria, que devem conter, no mínimo, data e hora do acesso na timezone UTC, endereço IP de origem da chamada, porta de comunicação origem da chamada, URI acessada, método HTTP utilizado e status de retorno, observada a legislação e a regulamentação vigentes.

6.5 A Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance deve implementar e manter política de segurança cibernética formulada com base em princípios e diretrizes que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, com vistas a contemplar as atividades de que trata o art. 12 da Resolução BCB nº 32, de 2020.

6.6 A política de que trata o item 6.5 deve contemplar:

I - os procedimentos e controles para reduzir a vulnerabilidade a incidentes;

II - a execução, no mínimo anual, de testes de intrusão;

III - os mecanismos para disseminação da cultura de segurança cibernética; e

IV - a difusão de boas práticas de segurança cibernética aos participantes e a outras partes interessadas na implementação e na operação do Open Finance no Brasil.

6.7 A Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance deve implementar e manter plano de ação e resposta a incidentes visando à implementação da política de segurança cibernética de que trata o item 6.5.

6.8 O plano de ação e resposta mencionado no item 6.7 deve contemplar as rotinas, os procedimentos, os controles e as tecnologias a serem utilizados na prevenção, no monitoramento e na resposta a incidentes que afetem os serviços definidos no art. 12 da Resolução BCB nº 32, de 2020.

6.9 O monitoramento dos serviços de que trata o item 6.8 deve ser realizado de forma permanente e estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

6.10 A política referida no item 6.5 e o plano de ação e resposta a incidentes mencionado no item 6.7 devem ser aprovados pelo Conselho Deliberativo da Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance, após prévia avaliação técnica.

6.11 Os testes de intrusão mencionados no inciso II do item 6.6 devem ser realizados com independência e imparcialidade por pessoa natural ou empresa especializada contratada para essa finalidade.

6.12 As vulnerabilidades identificadas nos testes de intrusão devem ser documentadas e tempestivamente tratadas pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance.

6.13 A Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance deverá instituir Equipe de Tratamento de Incidentes responsável por:

I - prevenir e tratar incidentes cibernéticos que afetem as atividades de que trata o art. 12 da Resolução BCB nº 32, de 2020;

II - monitorar a utilização de credenciais de acesso dos participantes às atividades referenciadas no Inciso I; e

III - responder por eventuais violações de acesso caso utilizadas as credenciais de que trata o Inciso II.

6.14 É responsabilidade da Equipe de Tratamento de Incidentes que trata o item 6.13, no âmbito de suas atribuições, apoiar o tratamento de incidentes que possam implicar risco ao funcionamento de sistemas relacionados à implementação do Open Finance, especialmente para promover:

I - a difusão e o compartilhamento de indicadores de comprometimento e de informações de inteligência cibernética; e

II - o monitoramento e o tratamento de incidentes envolvendo as atividades de que trata o art. 12 da Resolução BCB nº 32, de 2020.

6.15 As informações sobre incidentes cibernéticos citados no Inciso I do item 6.13 devem ser:

I - compartilhadas com os representantes para tratamento de incidentes das instituições participantes; e

II - disponibilizadas ao Banco Central do Brasil, observada a regulamentação em vigor.

6.16 A Estrutura Responsável pela Governança do Open Finance deve disponibilizar no Portal do Open Finance no Brasil:

I - os padrões de segurança e dos certificados digitais para fins de compartilhamento de dados e de serviços no escopo do Open Finance, observada a regulamentação em vigor; e

II - as instruções para subsidiar a emissão de certificados digitais requeridos para as contratações de parceria para fins de compartilhamento previstas na regulamentação em vigor.

6.17 O Diretório de Participantes do Open Finance deve disponibilizar mecanismos que permitam às autoridades registradoras a validação de atributos dos certificados digitais de que trata o item 3.9.

Brasília, 15 de setembro de 2022.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 760, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as atribuições e a forma de designação dos ofícios de administração com atuação socioambiental na Amazônia, criados por meio da Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, incisos VI, XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto na Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022, e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.010902/2022-12, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as atribuições e a forma de designação dos ofícios de administração com atuação socioambiental na Amazônia, criados por meio da Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022.

Art. 2º Os titulares dos ofícios de administração com atuação socioambiental na Amazônia são designados pelo Procurador-Geral da República para um período de 1 (um) ano, podendo ser renovado por igual período, a partir de indicação do coordenador da respectiva câmara de coordenação e revisão, conforme previsto no art. 2º, incisos II e III, da Portaria PGR/MPF nº 299, de 2022.

Art. 3º A indicação prevista no art. 2º deve ser precedida de edital de chamamento de interessados com adoção dos seguintes critérios técnicos e objetivos relacionados ao histórico funcional e acadêmico do membro:

I - tempo de exercício em ofício com atribuições em matérias de tutela socioambiental da 4ª ou 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - titulação acadêmica com pertinência temática na tutela socioambiental; e

III - participação em grupos de trabalho das câmaras de coordenação e revisão relacionados à atuação socioambiental.

Art. 4º Aos ofícios de administração na Amazônia cabe assistir as respectivas câmaras de coordenação e revisão na atividade de coordenar a atuação do Ministério Público Federal na região e auxiliar o procurador natural no exercício de suas atribuições.

§ 1º A atividade de coordenação pode incluir o deslocamento físico e a atuação presencial em periodicidade prevista no edital de chamamento a ser publicado pela respectiva câmara de coordenação e revisão.

§ 2º O auxílio ao procurador natural dependerá de solicitação do mesmo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 21 SETEMBRO DE 2022

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-001342.2019.07.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: BELMIRA A. DUTRA DA SILVA, INQUIRIDO: THALLES WALKER MEDEIROS VITAL - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000743.2021.02.002/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001658.2022.09.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CANAN & REIS COMÉRCIO DE CARNES LTDA - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000157.2022.12.003/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AUTO POSTO VÔ CLOVIS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000439.2017.19.000/6 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS - SRTE/AL, INQUIRIDO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/AL - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-002504.2019.10.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA (HUB/EBSERH) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo PP-000931.2022.02.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: RICARDO DE BARROS, INVESTIGADO: SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (UBS ARARIBA) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo PP-000398.2022.24.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: CLEUZA AZAMBUJA AQUINO, INVESTIGADO: DS PORTA-JOYA LTDA. - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-000316.2021.15.000/8 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: INCOPEBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS BRASILEIRAS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo IC-003023.2022.02.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: WE WASH LAVANDERIA EIRELI ME - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo IC-003531.2022.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: OSIRIS SERVICOS ADMINISTRATIVOS E TERCEIRIZADOS EIRELI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo NF-000165.2022.09.006/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMOLOGIA MÉDICA, NOTICIANTE: DANIEL MORAES CORONEL PALMA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo NF-000797.2022.12.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRÁS CGT ELETROSUL, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

Processo NF-002770.2022.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO TEMPORÁRIO - ASSERTTEM, NOTICIANTE: COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO - COORDIGUALDADE - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

Processo NF-001847.2022.03.000/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: AQUARELA PINTURAS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS/SRTE - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO - SFISC - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

Processo NF-001918.2022.03.000/5 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: CASA DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS/SRTE - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO - SFISC - Relator: Dr. Adélio Justino Lucas.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-003949.2022.02.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO - COORDIGUALDADE, NOTICIADO: FAST SHOP S.A - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-002277.2021.15.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: ANA CLARA, NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO, INQUIRIDO: PONTE AZUL INOVACAO TECNOLOGICA LTDA. - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-003476.2014.01.000/1, IC-002102.2015.01.000/7, IC-005249.2015.01.000/2, IC-000113.2019.01.000/6, IC-003529.2019.01.000/2, IC-004435.2019.01.000/8, IC-005419.2019.01.000/5, IC-000734.2019.01.006/1, IC-000292.2020.01.000/5, IC-006765.2020.01.000/1, IC-007414.2020.01.000/0, IC-007461.2020.01.000/6, IC-007767.2020.01.000/0, IC-008758.2020.01.000/8, IC-001504.2020.01.004/5, IC-000433.2021.01.000/7, IC-001348.2021.01.000/7, IC-001627.2021.01.000/0, IC-001832.2021.01.000/4, IC-002314.2021.01.000/4, PP-000737.2021.01.004/0, IC-000212.2021.01.006/5, IC-000214.2021.01.008/0, IC-000748.2022.01.000/3, NF-001459.2022.01.000/8, NF-002136.2022.01.000/5, NF-002248.2022.01.000/0, NF-002435.2022.01.000/1, NF-002629.2022.01.000/1, NF-002705.2022.01.000/4, NF-000358.2022.01.001/9, NF-000164.2022.01.007/0, IC-006129.2016.01.000/2, IC-003849.2017.01.000/3, IC-000891.2018.01.004/0, IC-003746.2019.01.000/3, IC-000424.2019.01.007/0, IC-001845.2020.01.000/5, IC-000365.2020.01.002/2, IC-001410.2020.01.004/2, IC-000472.2020.01.006/2, IC-

001237.2020.01.006/5, IC-000395.2021.01.000/5, IC-000408.2021.01.000/7, IC-002990.2018.03.000/9, IC-000194.2019.03.003/7, IC-000068.2019.03.008/0, IC-
001362.2021.01.000/7, IC-002415.2021.01.000/7, IC-003012.2021.01.000/0, IC-004629.2020.03.000/6, IC-004984.2020.03.000/9, IC-000277.2020.03.002/8, IC-
003059.2021.01.000/3, IC-003218.2021.01.000/7, IC-003414.2021.01.000/0, IC-000372.2020.03.007/9, IC-000732.2021.03.000/9, IC-001500.2021.03.000/4, IC-
003650.2021.01.000/8, IC-004029.2021.01.000/2, IC-000383.2021.01.004/9, NF-002352.2021.03.000/0, IC-003068.2021.03.000/6, IC-000120.2021.03.001/0, IC-
001234.2022.01.000/3, PP-001239.2022.01.000/0, NF-002117.2022.01.000/8, NF-000222.2021.03.002/2, IC-000312.2021.03.003/4, IC-000234.2021.03.005/5, IC-
002214.2022.01.000/9, NF-002383.2022.01.000/5, NF-002680.2022.01.000/0, NF-000319.2021.03.007/2, IC-000492.2022.03.000/0, IC-000813.2022.03.000/1, IC-
002730.2022.01.000/6, NF-002809.2022.01.000/3, NF-002865.2022.01.000/0, NF-000853.2022.03.000/0, NF-000936.2022.03.000/3, IC-001216.2022.03.000/3, IC-
002897.2022.01.000/0, NF-000185.2022.01.001/5, NF-000383.2022.01.001/9, IC-001599.2022.03.000/2, PP-001672.2022.03.000/9, NF-001786.2022.03.000/4, NF-
000129.2022.01.002/8, PP-000178.2022.01.007/2, NF-000198.2022.01.007/7, NF-001835.2022.03.000/4, IC-001942.2022.03.000/1, NF-002523.2022.03.000/3, NF-
000205.2022.01.007/0, IC-002678.2015.01.000/0, IC-000224.2019.01.000/8, IC-002554.2022.03.000/8, NF-000441.2022.03.001/9, NF-000261.2022.03.003/9, NF-
001348.2019.01.000/9, IC-003955.2020.01.000/5, IC-006304.2020.01.000/9, IC-000063.2022.03.004/6, NF-000124.2022.03.004/1, IC-000152.2022.03.005/1, PP-
001561.2021.01.000/6, IC-002015.2021.01.000/8, IC-003551.2021.01.000/6, IC-000011.2022.03.008/8, NF-000091.2022.03.009/5, IC-000165.2022.03.010/4, IC-
003798.2021.01.000/4, PP-003940.2021.01.000/3, IC-000056.2021.01.003/9, IC-000603.2017.03.007/4, IC-002343.2019.03.000/1, IC-002947.2019.03.000/7, IC-
000190.2021.01.003/0, IC-000243.2021.01.006/3, PP-001541.2022.01.000/5, IC-000179.2019.03.001/2, IC-000278.2019.03.001/4, IC-000708.2020.03.000/2, IC-
001554.2022.01.000/8, NF-001801.2022.01.000/1, NF-001852.2022.01.000/9, IC-004508.2020.03.000/0, IC-000781.2020.03.001/7, IC-000290.2020.03.005/0, IC-
002078.2022.01.000/4, NF-002565.2022.01.000/8, NF-002612.2022.01.000/7, NF-000027.2020.03.008/2, IC-001172.2021.03.000/0, IC-000455.2021.03.001/9, IC-
002717.2022.01.000/1, NF-002753.2022.01.000/5, NF-002961.2022.01.000/5, NF-000008.2021.03.003/5, NF-000130.2021.03.004/0, IC-000216.2021.03.005/3, IC-
003045.2022.01.000/7, NF-000374.2022.01.001/8, PP-000171.2022.01.007/8, IC-000236.2021.03.007/0, IC-000242.2021.03.010/6, IC-000329.2022.03.000/6, NF-
001000.2016.01.000/2, IC-000800.2016.01.006/4, IC-000534.2017.01.005/9, IC-000787.2022.03.000/0, NF-000963.2022.03.000/6, NF-001150.2022.03.000/9, NF-
000089.2018.01.004/8, IC-001768.2019.01.000/0, IC-004774.2019.01.000/0, IC-001284.2022.03.000/7, IC-000028.2022.03.001/4, NF-000331.2022.03.001/3, IC-
001120.2020.01.000/4, IC-002259.2020.01.000/8, IC-006502.2020.01.000/2, IC-000048.2022.03.005/8, NF-000158.2022.03.005/0, IC-000081.2022.03.008/5, IC-
007571.2020.01.000/0, IC-000650.2020.01.004/0, IC-001235.2020.01.004/8, IC-000040.2022.03.010/2 - PRT 4ª Região-RS - IC-000493.2018.04.000/8, IC-
001470.2020.01.004/0, IC-000580.2020.01.006/5, IC-001334.2020.01.006/6, IC-000150.2019.04.004/0, IC-000092.2020.04.000/1, IC-000156.2020.04.000/5, IC-
000052.2021.01.000/4, IC-001392.2021.01.000/6, IC-001532.2021.01.000/2, IC-000706.2020.04.000/8, IC-000176.2020.04.006/9, IC-000254.2020.04.008/1, IC-
002323.2021.01.000/5, IC-002432.2021.01.000/3, IC-002709.2021.01.000/4, PP-000581.2021.04.000/4, IC-001006.2021.04.000/0, IC-001438.2021.04.000/0, IC-
002741.2021.01.000/6, IC-002826.2021.01.000/8, IC-003232.2021.01.000/7, IC-002539.2021.04.000/0, IC-002631.2021.04.000/4, IC-000357.2021.04.001/9, IC-
003325.2021.01.000/4, IC-003382.2021.01.000/6, IC-004502.2021.01.000/8, NF-000141.2021.04.004/6, NF-001300.2022.04.000/2, NF-000221.2022.04.002/1, NF-
000732.2021.01.004/9, IC-000057.2021.01.006/1, IC-000267.2021.01.007/4, IC-000224.2022.04.002/0, IC-000119.2022.04.008/6, NF-000177.2022.04.008/7, IC-
000228.2021.01.008/2, NF-000850.2022.01.000/8, NF-001005.2022.01.000/5, NF-000248.2018.04.000/0, IC-000002.2018.04.001/6, IC-000241.2018.04.001/0, IC-
001607.2022.01.000/0, NF-001671.2022.01.000/1, NF-002250.2022.01.000/2, NF-002306.2019.04.000/2, IC-000367.2019.04.007/3, IC-000563.2019.04.007/4, IC-
002397.2022.01.000/3, NF-002453.2022.01.000/3, NF-000225.2022.01.001/0, IC-000073.2020.04.000/2, IC-002441.2020.04.000/5, IC-002615.2020.04.000/1, IC-
000033.2022.01.002/2, PP-000080.2022.01.007/0, PP-000108.2022.01.007/1, NF-002689.2020.04.000/8, IC-000368.2020.04.001/0, IC-000052.2020.04.007/1, IC-
000051.2022.01.008/5 - PRT 2ª Região-SP - IC-008889.2016.02.000/9, IC-000065.2020.04.007/1, IC-002271.2021.04.000/0, IC-000404.2021.04.001/1, IC-
000129.2018.02.004/4, IC-000621.2019.02.000/3, IC-001139.2019.02.000/4, IC-000198.2021.04.004/7, IC-000390.2021.04.006/4, IC-000130.2021.04.008/0, IC-
001376.2019.02.000/8, IC-000274.2019.02.001/7, IC-000239.2019.02.004/2, IC-000351.2021.04.008/3, PP-000105.2022.04.000/8, PP-001382.2022.04.000/3, NF-
000393.2019.02.004/6, IC-004885.2020.02.000/6, IC-000244.2020.02.004/7, IC-001833.2022.04.000/3, NF-001855.2022.04.000/7, NF-002040.2022.04.000/4, IC-
000107.2021.02.000/8, IC-000192.2021.02.000/1, IC-003443.2021.02.000/4, PP-000016.2022.04.001/0, NF-000078.2022.04.003/5, PP-000006.2022.04.004/0, PP-
005375.2021.02.000/3, IC-005541.2021.02.000/7, IC-006429.2021.02.000/9, IC-000087.2022.04.004/7, IC-000068.2022.04.008/1, IC-000306.2017.04.002/6, IC-
000079.2021.02.001/6, IC-000488.2021.02.001/8, IC-000323.2021.02.002/5, IC-000305.2019.04.000/0, IC-002832.2020.04.000/2, IC-003410.2020.04.000/8, IC-
000763.2021.02.002/7, IC-000104.2021.02.004/2, IC-000285.2021.02.005/6, IC-000486.2021.04.000/8, IC-001848.2021.04.000/5, IC-002142.2021.04.000/0, IC-
000125.2022.02.000/2, PP-000734.2022.02.000/2, PP-000799.2022.02.000/8, PP-000118.2021.04.003/8, IC-000083.2021.04.006/5, PP-000102.2022.04.000/2, PP-
000828.2022.02.000/9, PP-001427.2022.02.000/9, PP-001771.2022.02.000/0, IC-000322.2022.04.000/3, NF-000654.2022.04.000/9, NF-000817.2022.04.000/5, IC-
001884.2022.02.000/0, PP-002078.2022.02.000/5, NF-002616.2022.02.000/0, PP-000910.2022.04.000/2, NF-001012.2022.04.000/8, PP-001697.2022.04.000/9, NF-
002793.2022.02.000/1, NF-002875.2022.02.000/7, NF-002931.2022.02.000/7, NF-001725.2022.04.000/1, NF-001732.2022.04.000/0, IC-000025.2022.04.001/0, NF-
003143.2022.02.000/4, NF-003816.2022.02.000/2, NF-004002.2022.02.000/4, NF-000170.2022.04.001/5, NF-000240.2022.04.002/0, IC-000023.2022.04.006/0, NF-
004068.2022.02.000/5, NF-004116.2022.02.000/0, NF-004235.2022.02.000/4, NF-000110.2022.04.006/2, IC-002554.2017.04.000/4, IC-004158.2017.04.000/3, IC-
004306.2022.02.000/8, NF-000419.2022.02.001/6, IC-000205.2022.02.002/8, IC-002742.2018.04.000/3, IC-003019.2018.04.000/0, IC-000012.2018.04.006/2, IC-
000059.2022.02.004/9, PP-000065.2022.02.005/0, IC-000736.2011.02.000/9, IC-000619.2018.04.006/3, IC-000792.2019.04.000/9, IC-000814.2019.04.000/1, IC-
000113.2016.02.004/3, IC-008939.2017.02.000/6, IC-005536.2018.02.000/8, IC-001166.2019.04.000/8, IC-002550.2019.04.000/6, IC-003150.2019.04.000/5, IC-
000942.2019.02.000/9, IC-006442.2019.02.000/5, IC-000267.2019.02.004/1, IC-000382.2019.04.007/6, IC-002796.2020.04.000/5, IC-003401.2020.04.000/8, IC-
001771.2020.02.000/6, IC-007178.2020.02.000/0, IC-000200.2020.02.004/2, IC-003846.2020.04.000/9, IC-000091.2021.04.000/4, IC-002115.2021.04.000/7, IC-
000595.2021.02.000/3, IC-003077.2021.02.000/6, IC-005897.2021.02.000/3, IC-002353.2021.04.000/6, IC-000016.2021.04.006/0, IC-000369.2021.04.006/0, IC-
005985.2021.02.000/3, PP-006319.2021.02.000/5, IC-006668.2021.02.000/3, IC-000211.2021.04.007/2, PP-000323.2022.04.000/0, PP-000416.2022.04.000/0, IC-
000505.2021.02.001/9, IC-000607.2021.02.001/0, IC-000098.2021.02.002/7, IC-000612.2022.04.000/0, PP-000869.2022.04.000/4, PP-001062.2022.04.000/9, NF-
000486.2021.02.003/7, PP-000214.2022.02.000/7, IC-001877.2022.02.000/0, PP-001121.2022.04.000/5, NF-001282.2022.04.000/7, NF-001342.2022.04.000/9, NF-
002102.2022.02.000/5, NF-003086.2022.02.000/9, NF-003219.2022.02.000/5, NF-001401.2022.04.000/4, NF-001561.2022.04.000/0, NF-000085.2022.04.001/0, NF-
003230.2022.02.000/9, NF-003338.2022.02.000/0, NF-003363.2022.02.000/1, NF-000144.2022.04.001/5, NF-000178.2022.04.002/4, NF-000049.2022.04.006/0, NF-
003369.2022.02.000/4, PP-003440.2022.02.000/0, NF-003690.2022.02.000/6, NF-000149.2022.04.006/1, NF-000258.2022.04.006/0, NF-000133.2022.04.008/8 - PRT 5ª
003920.2022.02.000/3, NF-003947.2022.02.000/4, NF-004006.2022.02.000/6, NF- Região-BA - NF-000370.2020.05.000/3, IC-001489.2020.05.000/7, IC-
004019.2022.02.000/9, NF-004082.2022.02.000/5, NF-004083.2022.02.000/0, NF-001829.2020.05.000/8, IC-000393.2020.05.006/2, IC-000048.2021.05.003/6, IC-
004427.2022.02.000/3, NF-000412.2022.02.001/1, NF-000424.2022.02.001/1, NF-000199.2022.05.000/4, NF-000393.2022.05.000/2, NF-000800.2022.05.000/9, NF-
000430.2022.02.001/3, NF-000427.2022.02.002/1, NF-000602.2022.02.002/1, IC-000802.2022.05.000/1, IC-000226.2014.05.000/4, IC-000091.2015.05.000/0, IC-
000100.2022.02.003/9, NF-000341.2022.02.003/0, IC-000182.2015.02.004/5, IC-000641.2020.05.000/2, NF-002166.2020.05.000/4, IC-002369.2020.05.000/5, IC-
004527.2017.02.000/7, IC-008418.2017.02.000/1, IC-003149.2018.02.000/5, IC-000140.2020.05.004/9, IC-000655.2021.05.000/8, IC-001304.2021.05.000/3, NF-
007660.2018.02.000/8, IC-007872.2018.02.000/0, IC-005680.2019.02.000/6, IC-001924.2021.05.000/0, IC-000114.2021.05.007/8, IC-000227.2022.05.000/9, PP-
001824.2020.02.000/8, IC-002042.2020.02.000/0, NF-003747.2020.02.000/6, IC-000463.2022.05.000/9, NF-001006.2022.05.000/4, NF-001210.2022.05.000/2, IC-
000140.2020.02.001/0, IC-000283.2021.02.000/9, IC-000896.2021.02.000/4, IC-002044.2014.05.000/8, IC-002257.2014.05.000/5, IC-001305.2017.05.000/7, IC-
001505.2021.02.000/0, IC-002128.2021.02.000/9, IC-002890.2021.02.000/0, IC-000187.2018.05.003/0, PP-000772.2019.05.000/0, PP-001328.2020.05.000/6, NF-
004990.2021.02.000/4, PP-005342.2021.02.000/8, IC-000168.2021.02.002/0, IC-002113.2020.05.000/6, IC-000163.2020.05.001/0, IC-000200.2020.05.003/7, PP-
000936.2021.02.002/0, IC-000434.2021.02.004/9, PP-000813.2022.02.000/0, PP-000201.2021.05.004/7, IC-000278.2021.05.006/4, NF-000721.2022.05.000/1, NF-
000972.2022.02.000/5, PP-001214.2022.02.000/1, NF-001320.2022.02.000/3, PP-000868.2022.05.000/3, PP-001281.2022.05.000/2, PP-001321.2022.05.000/1, NF-
001677.2022.02.000/5, NF-002086.2022.02.000/0, PP-002459.2022.02.000/7, NF-001471.2022.05.000/0, NF-001504.2022.05.000/0, IC-000229.2018.05.001/5, IC-
003135.2022.02.000/9, NF-003211.2022.02.000/1, NF-003234.2022.02.000/0, NF-001778.2019.05.000/0, IC-000003.2019.05.003/2, IC-000987.2021.05.000/7, PP-
003625.2022.02.000/9, NF-003735.2022.02.000/2, NF-003850.2022.02.000/5, NF-002259.2021.05.000/3, PP-000304.2022.05.000/3, NF-000436.2022.05.000/6, NF-
003989.2022.02.000/0, NF-004108.2022.02.000/4, NF-004112.2022.02.000/8, NF-000683.2022.05.000/0, NF-000722.2022.05.000/8, IC-000061.2022.05.003/5, NF-
004168.2022.02.000/2, NF-004209.2022.02.000/7, NF-004362.2022.02.000/4, NF-000033.2022.05.004/7, NF-000150.2022.05.006/3, NF-000159.2022.05.006/0, NF-
000341.2022.02.001/9, NF-000385.2022.02.001/3, NF-000418.2022.02.001/0, NF-000252.2022.05.006/4 - PRT 6ª Região-PE - IC-000247.2019.06.002/2, IC-
000441.2022.02.001/7, IC-000422.2022.02.002/0, NF-000436.2022.02.002/2, NF-001040.2020.06.000/4, IC-001920.2021.06.000/9, IC-000276.2021.06.002/0, IC-
000534.2022.02.002/8, IC-000209.2022.02.003/4, NF-000326.2022.02.003/8, IC-000808.2022.06.000/1, PP-000963.2022.06.000/1, NF-001071.2022.06.000/2, NF-
005045.2017.02.000/0, IC-002542.2018.02.000/8, IC-001881.2019.02.000/3, IC-001088.2022.06.000/7, NF-001461.2022.06.000/5, NF-000238.2022.06.001/5, IC-
003957.2019.02.000/0, IC-000271.2019.02.001/8, IC-000691.2019.02.001/5, IC-000252.2021.06.000/8, IC-000880.2021.06.000/6, IC-001389.2021.06.000/2, IC-
005261.2020.02.000/6, IC-005755.2020.02.000/8, IC-006199.2020.02.000/0, IC-002325.2021.06.000/0, IC-000224.2021.06.002/0, PP-000300.2022.06.000/0, IC-
006479.2020.02.000/9, IC-000076.2020.02.004/6, IC-000268.2020.02.005/8, IC-000706.2022.06.000/0, IC-001056.2022.06.000/7, NF-001677.2022.06.000/9, IC-
000029.2021.02.000/3, IC-002294.2021.02.000/9, IC-002663.2021.02.000/3, IC-000751.2015.06.000/0, IC-000470.2020.06.000/3, IC-001299.2020.06.000/0, IC-
004920.2021.02.000/0, IC-005090.2021.02.000/7, IC-005753.2021.02.000/9, PP-000399.2020.06.002/9, NF-001326.2022.06.000/0, IC-000250.2022.06.002/0, IC-
005929.2021.02.000/7, PP-006698.2021.02.000/2, PP-006872.2021.02.000/1, IC-001077.2020.06.000/1, IC-002827.2020.06.000/6, IC-001157.2021.06.000/8, IC-
000745.2021.02.001/4, IC-000167.2021.02.002/3, IC-000365.2021.02.002/7, IC-001238.2021.06.000/8, NF-002503.2021.06.000/1, IC-000402.2022.06.000/0, PP-
000402.2021.02.002/2, IC-000589.2021.02.002/3, IC-000457.2021.02.003/1, IC-000559.2022.06.000/0, NF-000845.2022.06.000/1, NF-000945.2022.06.000/0, NF-
000136.2021.02.004/7, IC-000144.2021.02.004/1, IC-000238.2021.02.004/8, IC-001039.2022.06.000/0 - PRT 7ª Região-CE - IC-001624.2015.07.000/5, IC-
000262.2021.02.004/1, IC-000359.2021.02.004/7, NF-000445.2021.02.004/2, PP-000134.2017.07.000/6, IC-000503.2018.07.000/3, IC-000579.2020.07.000/4, IC-
000465.2022.02.000/6, PP-000979.2022.02.000/0, NF-001142.2022.02.000/2, PP-001779.2020.07.000/4, IC-002001.2020.07.000/3, IC-001272.2021.07.000/1, IC-
001204.2022.02.000/5, NF-001608.2022.02.000/6, NF-002509.2022.02.000/2, NF-001528.2021.07.000/5, PP-000241.2022.07.000/9, NF-001383.2022.07.000/3, IC-
002625.2022.02.000/0, NF-003054.2022.02.000/9, NF-003085.2022.02.000/3, NF-001558.2018.07.000/4, IC-000614.2020.07.000/7, IC-001043.2020.07.000/1, IC-
003231.2022.02.000/4, NF-003419.2022.02.000/0, NF-003699.2022.02.000/5, NF-001073.2020.07.000/0, IC-001497.2020.07.000/5, IC-001742.2020.07.000/7, IC-
000227.2022.02.002/5, NF-000179.2022.02.005/9 - PRT 3ª Região-MG - IC-000077.2021.07.000/3, IC-001036.2021.07.000/3, PP-001434.2021.07.000/1, IC-
000466.2015.03.009/7, IC-000267.2017.03.003/7, IC-000671.2018.03.001/0, IC-001489.2021.07.000/1, PP-000238.2021.07.002/3, NF-001109.2022.07.000/0, NF-
003979.2019.03.000/5, IC-000119.2019.03.001/9, IC-000945.2019.03.001/0, IC-001119.2022.07.000/6, NF-001580.2022.07.000/1, NF-000096.2022.07.002/1, IC-
004236.2020.03.000/7, IC-004564.2020.03.000/7, IC-000399.2020.03.003/4, IC-002269.2018.07.000/2, IC-000824.2019.07.000/1, IC-000678.2020.07.000/2, IC-
000065.2020.03.009/2, IC-000235.2021.03.000/7, IC-002105.2021.03.000/0, IC-002099.2020.07.000/4, IC-002113.2020.07.000/8, IC-000021.2021.07.000/9, IC-
003435.2021.03.000/0, PP-003869.2021.03.000/0, IC-000186.2021.03.003/4, IC-000125.2021.07.000/2, PP-001349.2021.07.000/9, PP-001204.2022.07.000/0, NF-
000030.2021.03.008/3, IC-000029.2022.03.000/0, IC-000575.2022.03.000/3, IC-001300.2022.07.000/6, NF-001330.2022.07.000/5, NF-001385.2022.07.000/4, IC-
000834.2022.03.000/2, PP-001560.2022.03.000/4, PP-001561.2022.03.000/0, IC-000092.2018.07.000/4, IC-000177.2018.07.002/3, IC-001669.2019.07.000/5, IC-
001884.2022.03.000/0, NF-001973.2022.03.000/6, NF-002080.2022.03.000/9, NF-000352.2020.07.000/9, IC-000409.2020.07.000/5, IC-001128.2020.07.000/3, IC-
002253.2022.03.000/0, NF-002570.2022.03.000/9, NF-002621.2022.03.000/0, PP-001769.2020.07.000/8, IC-001929.2020.07.000/8, IC-000085.2021.07.000/7, IC-
000141.2022.03.001/4, IC-000162.2022.03.001/5, IC-000351.2022.03.001/8, IC-000120.2021.07.000/7, IC-000164.2021.07.000/1, IC-000567.2021.07.000/3, PP-
000357.2022.03.001/6, NF-000113.2022.03.004/8, IC-000157.2022.03.005/3, NF-001041.2021.07.000/3, IC-001442.2021.07.000/8, PP-001947.2021.07.000/1, NF-
000199.2022.03.005/5, NF-000083.2022.03.008/0, IC-000156.2022.03.010/3, IC-000022.2022.07.000/0, NF-000049.2022.07.000/0, PP-000181.2022.07.000/3, NF-
000161.2022.03.010/9, IC-000181.2022.03.010/3, NF-000265.2022.03.010/2, IC-000248.2022.07.000/3, NF-000329.2022.07.000/7, NF-000488.2022.07.000/2, NF-
000194.2017.03.003/1, IC-000266.2018.03.005/5, IC-000343.2019.03.003/0, IC-001033.2022.07.000/9 - PRT 8ª Região-PA - IC-001580.2020.08.000/8, IC-
000739.2020.03.000/0, IC-001055.2020.03.000/5, IC-004344.2020.03.000/0, IC-000742.2021.08.000/5, IC-001232.2021.08.000/7, IC-001247.2021.08.000/0, IC-
000202.2020.03.003/6, IC-002987.2021.03.000/0, IC-003483.2021.03.000/0, IC-000262.2021.08.002/0, IC-000090.2022.08.000/5, IC-000249.2022.08.000/1, IC-
000589.2021.03.001/4, IC-000731.2021.03.001/3, IC-000188.2021.03.005/9, NF-000401.2022.08.000/8, PP-000434.2022.08.000/9, PP-000520.2022.08.000/4, NF-
000389.2021.03.007/3, PP-000312.2022.03.000/4, PP-000685.2022.03.000/9, NF-000681.2022.08.000/2, NF-000718.2022.08.000/4, NF-001091.2022.08.000/7, NF-
000798.2022.03.000/3, NF-001347.2022.03.000/5, NF-001838.2022.03.000/0, NF-001158.2022.08.000/7, NF-001170.2022.08.000/6, NF-001259.2022.08.000/0, PP-
002046.2022.03.000/6, NF-002173.2022.03.000/6, NF-002257.2022.03.000/2, IC-001260.2022.08.000/7, NF-000154.2022.08.003/1, IC-001374.2020.08.000/9, IC-
000002.2022.03.001/5, NF-000448.2022.03.001/3, NF-000116.2022.03.004/7, PP-000320.2021.08.000/5, PP-001196.2021.08.000/0, PP-001245.2021.08.000/0, IC-
000042.2022.03.007/8, IC-000052.2022.03.010/5, PP-000060.2022.03.010/9, IC-001559.2021.08.000/0, IC-000243.2022.08.000/3, PP-000259.2022.08.000/9, IC-

000385.2022.08.000/3, IC-000455.2022.08.000/0, PP-000488.2022.08.000/0, PP-000593.2022.08.000/4, NF-001000.2022.08.000/4, NF-001009.2022.08.000/3, PP-001016.2022.08.000/3, NF-001235.2022.08.000/5, IC-000320.2019.08.003/6, IC-001299.2020.08.000/1, IC-000947.2021.08.000/3, IC-001326.2021.08.000/0, IC-000063.2021.08.003/4, IC-000152.2022.08.000/6, IC-000403.2022.08.000/0, IC-000584.2022.08.000/3, PP-000587.2022.08.000/2, PP-000617.2022.08.000/0, PP-000743.2022.08.000/4, NF-000975.2022.08.000/5, IC-000108.2022.08.001/9, NF-000137.2022.08.001/4, IC-000133.2022.08.002/0, IC-000209.2020.08.000/7, IC-001991.2020.08.000/9, IC-000305.2020.08.002/1, IC-000739.2021.08.000/2, IC-001199.2021.08.000/6, PP-001530.2021.08.000/8, PP-001661.2021.08.000/0, IC-000293.2021.08.002/9, IC-000072.2021.08.003/5, IC-000103.2021.08.003/6, PP-000141.2022.08.000/2, IC-000178.2022.08.000/9, IC-000346.2022.08.000/0, IC-000378.2022.08.000/5, IC-000561.2022.08.000/0, IC-000027.2022.08.002/2, NF-000084.2022.08.003/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-000424.2019.09.000/9, IC-002987.2020.09.000/4, IC-003243.2020.09.000/4, IC-000238.2021.09.000/7, IC-002265.2021.09.000/1, IC-000238.2021.09.006/2, PP-000075.2022.09.000/8, IC-000244.2022.09.000/1, PP-000975.2022.09.000/7, NF-001011.2022.09.000/7, NF-001141.2022.09.000/3, NF-001212.2022.09.000/7, IC-001268.2022.09.000/1, NF-001271.2022.09.000/0, NF-001325.2022.09.000/7, NF-001503.2022.09.000/8, NF-001736.2022.09.000/8, PP-000186.2022.09.003/8, PP-000043.2022.09.004/6, IC-000209.2012.09.006/6, IC-002966.2017.09.000/6, IC-001117.2018.09.000/5, IC-002566.2019.09.000/0, IC-002671.2019.09.000/7, IC-002261.2021.09.000/0, IC-000259.2021.09.001/9, IC-000276.2021.09.001/4, IC-000026.2021.09.008/5, IC-000242.2021.09.008/3, PP-000620.2022.09.000/4, PP-000904.2022.09.000/0, PP-001062.2022.09.000/4, NF-001295.2022.09.000/4, NF-001458.2022.09.000/0, NF-001587.2022.09.000/0, PP-000084.2022.09.003/4, IC-000046.2022.09.006/1, IC-000018.2022.09.010/2, PP-000027.2022.09.010/3, NF-000151.2022.09.010/2, IC-000338.2019.09.000/3, IC-002635.2020.09.000/0, IC-000389.2021.09.000/8, IC-000909.2021.09.000/9, IC-000315.2021.09.003/4, IC-000221.2021.09.007/1, IC-000108.2021.09.010/8, IC-000043.2022.09.000/9, PP-000194.2022.09.000/0, PP-000311.2022.09.000/9, PP-000872.2022.09.000/0, NF-001313.2022.09.000/0, NF-001396.2022.09.000/7, NF-001561.2022.09.000/5, NF-000162.2022.09.007/1, IC-000091.2022.09.008/0, IC-000204.2014.09.009/2, IC-000653.2017.09.001/6, IC-001730.2018.09.000/3, IC-001590.2019.09.000/9, IC-000209.2019.09.001/0, IC-000486.2019.09.001/6, IC-001125.2020.09.000/9, IC-001647.2020.09.000/9, IC-000424.2020.09.001/9, PP-002204.2021.09.000/8, IC-000075.2021.09.003/0, IC-000202.2021.09.003/0, IC-000173.2021.09.004/0, PP-000269.2021.09.004/9, IC-000007.2021.09.006/7, IC-000212.2021.09.007/0, PP-000187.2022.09.000/1, PP-000379.2022.09.000/3, PP-000466.2022.09.000/5, NF-001029.2022.09.000/7, NF-000156.2022.09.005/8, NF-000707.2022.09.000/2 - PRT 10ª Região-DF - IC-000967.2017.10.000/8, IC-001463.2019.10.000/1, IC-001952.2019.10.000/6, IC-003039.2020.10.000/9, IC-003062.2020.10.000/0, IC-000452.2021.10.000/5, IC-001415.2021.10.000/9, PP-000125.2022.10.000/0, NF-001281.2022.10.000/9, NF-001355.2022.10.000/9, IC-000010.2022.10.002/2, IC-000450.2018.10.000/8, IC-000819.2019.10.000/1, IC-000156.2019.10.001/2, IC-001587.2020.10.000/0, IC-000276.2021.10.000/9, IC-000516.2021.10.000/0, IC-000980.2021.10.000/5, IC-001513.2021.10.000/5, IC-000313.2021.10.001/2, IC-000225.2022.10.000/9, NF-001191.2022.10.000/8, NF-001312.2022.10.000/7, NF-001389.2022.10.000/0, NF-001412.2022.10.000/4, IC-000089.2022.10.001/4, IC-002211.2019.10.000/2, IC-002038.2020.10.000/5, IC-001139.2021.10.000/1, IC-001430.2021.10.000/4, IC-002222.2021.10.000/2, NF-001007.2022.10.000/6, IC-002509.2016.10.000/6, IC-000175.2016.10.001/2, IC-002807.2018.10.000/0, IC-001862.2019.10.000/5, IC-002676.2019.10.000/7, IC-001785.2020.10.000/3, IC-000172.2021.10.000/5, NF-002140.2021.10.000/7, PP-002145.2021.10.000/4, IC-002322.2021.10.000/0, PP-000240.2021.10.001/7, IC-000094.2021.10.002/3, IC-000109.2021.10.002/5, NF-000979.2022.10.000/8, NF-001075.2022.10.000/0, NF-001164.2022.10.000/5 - PRT 11ª Região-AM - IC-000713.2019.11.000/6, IC-000315.2021.11.000/8, PP-000852.2021.11.000/9, IC-000055.2022.11.000/1, IC-000433.2022.11.000/0, IC-000043.2022.11.001/0, IC-000782.2012.11.000/1, IC-000056.2021.11.000/5, IC-000789.2021.11.000/7, IC-000064.2021.11.000/9, NF-000692.2022.11.000/4, IC-001017.2018.11.000/9, IC-000824.2019.11.000/8, IC-000939.2019.11.000/5, IC-000770.2020.11.000/0, NF-000016.2022.11.000/6 - PRT 12ª Região-SC - IC-000046.2018.12.002/1, IC-000149.2020.12.002/3, IC-000333.2020.12.002/4, IC-000180.2021.12.000/1, IC-000784.2021.12.000/6, IC-000277.2021.12.001/5, PP-000453.2021.12.001/1, IC-000311.2022.12.000/6, NF-000747.2022.12.000/9, NF-000314.2022.12.001/3, IC-000052.2022.12.002/3, NF-000142.2022.12.003/2, IC-000066.2020.12.002/3, IC-000083.2021.12.002/1, IC-000136.2022.12.000/6, PP-000484.2022.12.000/4, NF-000748.2022.12.000/5, NF-000244.2022.12.002/5, PP-000103.2022.12.004/8, NF-000238.2022.12.005/8, IC-000349.2020.12.001/1, IC-000124.2020.12.002/7, IC-000576.2021.12.000/5, IC-000751.2021.12.000/5, IC-000868.2021.12.000/5, IC-000222.2021.12.002/5, NF-000491.2022.12.000/2, NF-000118.2022.12.001/2, NF-000258.2022.12.001/0, IC-001297.2019.12.000/4, IC-001403.2020.12.000/6, IC-000095.2020.12.003/1, IC-000168.2021.12.002/4, PP-000128.2022.12.000/1, PP-000249.2022.12.000/0, PP-000254.2022.12.000/6, NF-000289.2022.12.001/8, NF-000115.2022.12.002/1 - PRT 13ª Região-PB - IC-000134.2020.13.000/9, IC-000729.2020.13.000/2, IC-001092.2020.13.000/7, IC-000592.2021.13.000/5, IC-000688.2021.13.000/4, IC-000702.2021.13.000/6, IC-000403.2020.13.000/5, IC-000692.2020.13.000/0, IC-000969.2021.13.000/0, PP-001050.2021.13.000/2, IC-001107.2021.13.000/6, IC-000461.2022.13.000/1, PP-000885.2022.13.000/4, NF-001146.2022.13.000/8, IC-001022.2019.13.000/6, IC-001225.2020.13.000/3, IC-001238.2020.13.000/6, PP-000466.2021.13.000/0, PP-001082.2021.13.000/2, NF-000243.2022.13.000/3, IC-000732.2022.13.000/0, NF-000896.2022.13.000/8, IC-001302.2019.13.000/5, IC-000488.2020.13.000/5, IC-001233.2020.13.000/9, IC-001667.2020.13.000/9, IC-001786.2020.13.000/3, IC-000751.2020.13.001/1, IC-000765.2020.13.001/4, IC-000798.2020.13.001/5, PP-000369.2021.13.000/1, IC-000537.2021.13.001/1, PP-000277.2022.13.000/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000145.2021.14.000/6, NF-000343.2022.14.000/2, NF-000442.2022.14.000/4, IC-000107.2018.14.001/3, IC-000107.2020.14.001/5, IC-000340.2020.14.002/4, PP-000507.2021.14.000/2, PP-000333.2021.14.002/9, NF-000111.2022.14.001/0, IC-000211.2020.14.002/0, IC-000364.2020.14.002/4, IC-000311.2021.14.000/5, IC-000110.2021.14.001/0, IC-000065.2021.14.002/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-003232.2018.15.000/8, IC-000351.2019.15.007/0, IC-003770.2020.15.000/7, IC-000213.2020.15.005/9, IC-003318.2021.15.000/5, IC-003709.2021.15.000/3, IC-003941.2021.15.000/0, IC-004064.2021.15.000/1, PP-004162.2021.15.000/8, IC-000180.2021.15.005/5, IC-000180.2021.15.006/3, IC-000210.2021.15.006/0, IC-000360.2021.15.007/3, IC-000379.2021.15.007/8, NF-001781.2022.15.000/6, PP-001897.2022.15.000/2, NF-001919.2022.15.000/0, NF-001961.2022.15.000/8, NF-002255.2022.15.000/0, NF-000424.2022.15.002/0, NF-000454.2022.15.002/1, PP-000095.2022.15.003/4, NF-000301.2022.15.003/6, PP-000162.2022.15.007/2, NF-000382.2022.15.008/1, IC-001950.2019.15.000/6, IC-000154.2020.15.004/8, IC-003121.2021.15.000/9, IC-003421.2021.15.000/0, IC-000297.2021.15.001/2, IC-000544.2021.15.001/1, IC-000744.2021.15.006/9, PP-001177.2022.15.000/9, NF-001669.2022.15.000/0, PP-001927.2022.15.000/5, NF-002093.2022.15.000/0, NF-002099.2022.15.000/3, NF-002557.2022.15.000/3, NF-000362.2022.15.001/0, NF-000523.2022.15.001/3, NF-000356.2022.15.002/6, NF-000383.2022.15.002/9, PP-000397.2022.15.002/1, PP-000283.2022.15.003/9, IC-000014.2022.15.007/5, NF-000205.2022.15.007/6, NF-000293.2022.15.007/9, IC-002864.2016.15.000/0, IC-001644.2018.15.000/8, IC-001478.2019.15.000/6, IC-004079.2019.15.000/7, IC-000449.2019.15.007/2, IC-000827.2020.15.006/9, IC-000473.2020.15.007/5, NF-003239.2021.15.000/6, IC-003516.2021.15.000/9, IC-000348.2021.15.003/7, IC-000079.2021.15.004/4, PP-000001.2022.15.000/0, PP-001101.2022.15.000/1, PP-001212.2022.15.000/0, NF-002245.2022.15.000/4, NF-002404.2022.15.000/8, NF-002470.2022.15.000/0, NF-000359.2022.15.002/5, IC-000165.2022.15.005/5, IC-000188.2022.15.005/9, NF-000421.2022.15.006/3, NF-000353.2022.15.008/6, IC-001509.2019.15.000/4, IC-000176.2019.15.004/6, IC-004176.2020.15.000/4, IC-000620.2020.15.002/5, IC-000022.2020.15.004/9, IC-000539.2020.15.007/2, IC-000702.2020.15.008/0, PP-003687.2021.15.000/6, PP-003901.2021.15.000/4, PP-000753.2021.15.002/7, IC-000507.2021.15.003/8, IC-000145.2021.15.004/0, IC-000242.2021.15.004/9, IC-000292.2021.15.005/3, IC-000024.2021.15.006/9, NF-000573.2022.15.000/1, NF-000646.2022.15.000/7, PP-001480.2022.15.000/9, NF-001513.2022.15.000/8, PP-001609.2022.15.000/1, NF-001755.2022.15.000/9, IC-001873.2022.15.000/8, NF-001874.2022.15.000/3, NF-001875.2022.15.000/9, NF-000130.2022.15.002/7, NF-000149.2022.15.002/1, NF-000310.2022.15.002/9, NF-000328.2022.15.002/7 - PRT 16ª Região-MA - IC-000433.2021.16.000/2, PP-000309.2021.16.001/9, IC-000069.2021.16.002/6, NF-000217.2022.16.000/0, PP-000244.2022.16.000/2, PP-000515.2022.16.000/1, NF-000202.2022.16.001/9, PP-000023.2022.16.002/3, IC-000528.2020.16.000/2, IC-000305.2020.16.001/0, PP-000202.2022.16.000/0, NF-000357.2022.16.000/7, NF-000419.2022.16.000/9, PP-000008.2022.16.001/2, NF-000055.2022.16.002/2, IC-000075.2019.16.002/0, PP-000345.2022.16.000/7, PP-000584.2022.16.000/6, NF-000758.2022.16.000/6, IC-000742.2020.16.000/5, IC-000476.2021.16.000/0, IC-000592.2021.16.000/8, IC-000137.2022.16.000/6, IC-000135.2022.16.001/1 - PRT 17ª Região-ES - IC-000584.2021.17.000/4, IC-001009.2021.17.000/2, PP-001470.2021.17.000/7, IC-000090.2021.17.002/7, IC-000263.2021.17.003/3, PP-000264.2022.17.000/8, NF-000757.2022.17.000/0, IC-000334.2018.17.000/7, NF-000852.2022.17.000/7, NF-001134.2022.17.000/3, IC-000015.2022.17.001/0, IC-000094.2022.17.003/0, IC-001455.2019.17.000/3, IC-000063.2020.17.002/0, IC-000735.2021.17.000/0, NF-000691.2022.17.000/3, NF-001121.2022.17.000/0, NF-000066.2022.17.001/9, PP-000065.2022.17.003/3, IC-001590.2018.17.000/7, IC-000705.2019.17.000/7, IC-000988.2019.17.000/0, IC-001017.2020.17.000/6, PP-001078.2021.17.000/1, NF-000595.2022.17.000/0, NF-000656.2022.17.000/6, IC-000095.2020.17.001/9 - PRT 18ª Região-GO - NF-000194.2022.18.002/9, IC-001721.2019.18.000/2, PP-000987.2020.18.000/4, IC-000660.2021.18.000/3, NF-001161.2021.18.000/2, IC-000200.2022.18.000/0, NF-001022.2022.18.000/7, IC-001021.2019.18.000/1, IC-000944.2020.18.000/6, IC-001693.2020.18.000/7, IC-000317.2021.18.000/7, IC-000051.2022.18.000/5, IC-000412.2022.18.000/6, IC-000677.2022.18.000/8, IC-000857.2022.18.000/0, IC-000890.2022.18.000/4, NF-001137.2022.18.000/8, NF-001185.2022.18.000/9, IC-000152.2022.18.003/5, IC-000684.2019.18.000/1, IC-000464.2020.18.000/0, IC-000436.2021.18.000/3, IC-000620.2021.18.000/4, NF-000657.2022.18.000/3, NF-000947.2022.18.000/0, NF-000991.2022.18.000/9, IC-000013.2022.18.001/8, NF-000062.2022.18.003/3, IC-000170.2022.18.003/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-001795.2017.19.000/3, IC-000341.2019.19.000/0, IC-001695.2020.19.000/6, IC-000240.2022.19.000/0, IC-000309.2022.19.000/6, IC-000563.2022.19.000/8, IC-000642.2022.19.000/5, NF-001025.2022.19.000/1, NF-001056.2014.19.000/7, IC-000906.2019.19.000/1, IC-001489.2021.19.000/9, IC-000820.2022.19.000/4, NF-000853.2022.19.000/5, NF-001044.2022.19.000/9, NF-000100.2022.19.001/0, IC-001623.2019.19.000/4, IC-002034.2019.19.000/0, IC-001651.2021.19.000/0, IC-000084.2022.19.000/3, IC-000465.2022.19.000/2, NF-000925.2022.19.000/4, NF-001097.2022.19.000/7, IC-000582.2015.19.000/0, IC-001588.2017.19.000/9, IC-000898.2018.19.000/9, IC-000347.2021.19.000/0, IC-001813.2021.19.000/0, IC-000206.2021.19.001/4, IC-000328.2021.19.001/0, IC-000270.2022.19.000/1, IC-000601.2022.19.000/0, NF-000771.2022.19.000/9, NF-000815.2022.19.000/9 - PRT 20ª Região-SE - IC-001325.2020.20.000/7, IC-001745.2020.20.000/9, IC-000527.2022.20.000/8, IC-000976.2019.20.000/6, IC-000491.2021.20.000/0, IC-000383.2022.20.000/0, IC-000652.2020.20.000/0, IC-000219.2021.20.000/6, PP-001325.2021.20.000/9, IC-001377.2021.20.000/1, IC-001606.2021.20.000/3, IC-000084.2021.20.001/7, IC-000578.2019.20.000/6, IC-000566.2020.20.000/5, IC-000437.2021.20.000/4, IC-001066.2021.20.000/8, PP-001194.2021.20.000/3, IC-001587.2021.20.000/2, IC-000128.2022.20.000/1, NF-000651.2022.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000175.2018.21.000/2, IC-001210.2018.21.000/6, IC-000575.2019.21.000/8, IC-000099.2020.21.000/9, IC-000234.2020.21.000/7, IC-000666.2020.21.000/4, IC-000058.2020.21.001/0, IC-000946.2021.21.000/7, IC-001226.2021.21.000/5, IC-001317.2021.21.000/1, IC-000079.2022.21.000/0, IC-000085.2022.21.000/9, NF-000986.2022.21.000/9, IC-001637.2016.21.000/2, IC-000115.2020.21.000/0, IC-000721.2021.21.000/4, IC-000917.2021.21.000/1, IC-000179.2022.21.000/5, IC-000394.2022.21.000/4, IC-000235.2018.21.001/0, IC-000096.2019.21.002/7, IC-001230.2020.21.000/7, IC-000063.2020.21.001/1, IC-000213.2020.21.001/4, IC-000613.2021.21.000/1, IC-000359.2022.21.000/7, NF-000920.2022.21.000/7, IC-000101.2019.21.002/5, IC-000875.2020.21.000/1, IC-000197.2020.21.001/0, IC-000058.2021.21.000/2, IC-000173.2021.21.000/4, IC-000685.2021.21.000/5, IC-000890.2021.21.000/7, PP-000995.2021.21.000/7, PP-001209.2021.21.000/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000844.2021.22.000/7, IC-000283.2022.22.000/3, IC-000016.2022.22.002/2, IC-000188.2021.22.001/2, IC-000028.2021.22.001/0, IC-000190.2021.22.001/9 - PRT 23ª Região-MT - IC-000475.2021.23.000/3, IC-000042.2021.23.002/6, NF-000158.2022.23.000/6, NF-000068.2022.23.002/0, IC-000008.2022.23.004/3, IC-000226.2022.23.000/0, NF-000439.2022.23.000/2, IC-000996.2020.23.000/2, NF-000450.2022.23.000/0, IC-000051.2022.23.001/0, IC-000559.2021.23.000/2, IC-000256.2021.23.001/7, IC-000188.2021.23.003/0, IC-000023.2022.23.002/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000767.2021.24.000/4, NF-000303.2022.24.000/5, NF-000365.2022.24.000/1, IC-000393.2022.24.000/0, PP-000084.2022.24.001/8, NF-000128.2022.24.001/3, NF-000174.2022.24.001/4, IC-000099.2021.24.001/9, NF-000042.2022.24.000/0, NF-000375.2022.24.000/9, NF-000453.2022.24.000/0, NF-000576.2022.24.000/1, NF-000585.2022.24.000/2, NF-000092.2022.24.001/1, NF-000186.2022.24.001/4, NF-000712.2021.24.000/6, NF-000007.2022.24.000/0, PP-000180.2022.24.000/8, NF-000167.2022.24.001/6, NF-000184.2022.24.001/1, PP-000929.2021.24.000/4, NF-000050.2022.24.000/3, IC-000036.2022.24.002/2.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 32, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022
(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Vital do Rêgo
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, e Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausentes os Ministros Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial, e Benjamin Zymler e Jorge Oliveira, com causa justificada.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 31, referente à sessão telepresencial realizada em 6 de setembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-005.337/2021-6, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-000.002/2020-8 e TC-005.764/2019-0, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-003.897/2020-6, TC-014.280/2021-3, TC-021.447/2020-9, TC-031.337/2020-1 e TC-036.928/2021-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 5439 a 5966.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 5967 a 6011, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC- 045.020/2020-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Jeferson Fernandes Pereira produziu a sustentação oral em nome de Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrasel/PB) e de Edilson Sobreira Barbosa. Acórdão n° 5967.

Na apreciação do processo TC- 021.447/2020- 9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Francisco Brasil Monteiro Filho produziu a sustentação oral em nome de Maria Augusta Saboia. O processo foi excluído de pauta, apedido do relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 5439/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, submetido à apreciação desta Corte para fins de registro;

Considerando que a Sefip e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento indevido da parcela judicial de horas extras;

Considerando que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de considerar ilegal o pagamento de horas extras, determinado por decisão judicial transitada em julgado, visto que a parcela deveria ter sido absorvida pelos reajustes concedidos posteriormente;

Considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 1.740/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler:

A hora extra judicial é vantagem própria do regime celetista e, por isso, incompatível com o regime estatutário. A manutenção de pagamentos relativos a essa vantagem apenas seria admissível se fosse necessário assegurar, imediatamente após a transposição ao Regime Jurídico Único (RJU), a irredutibilidade da remuneração. Nessa hipótese, a vantagem seria paga sob a forma de VPNI e paulatinamente compensada nos aumentos subsequentes conferidos ao funcionalismo, até seu completo desaparecimento.

Considerando que já não subsiste a situação fática que motivou a decisão judicial que determinou o pagamento destacado de horas extras, uma vez que todas as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei posteriormente à edição da Lei 8.112/1990, o que implica novas tabelas remuneratórias;

Considerando, ainda, o Enunciado 241 da Súmula da Jurisprudência do TCU, in verbis:

As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112/1990, de 11/12/1990, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido até então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal.

Considerando que o ato em exame deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Lucia Loss Medeiros, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do presente acórdão, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-001.246/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Lucia Loss Medeiros (409.450.650-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que:

1.7.1.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal e do artigo 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.1.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do presente acórdão;

1.7.1.4. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 5440/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.577/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mirian Sueli Alonso (309.649.626-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5441/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Simone Resende Barbosa, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal (Anajustra);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 8/3/2022, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Simone Resende Barbosa e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-011.627/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Simone Resende Barbosa (920.202.167-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 5442/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Noeli Froeder, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 30/8/2010, exarada nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7/RS, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre / RS, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 24/2/2022, há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260

e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Noeli Froeder e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; encaminhar cópia do presente acórdão ao órgão de origem; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-011.844/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Noeli Froeder (459.776.310-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem que dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos quinze dias subsequentes.

ACÓRDÃO Nº 5443/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Virginia Maria Varison Costa, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que a parcela de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 foi convertida em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou restruturações do plano de cargos e salários da carreira, o que não muda a ilegalidade da rubrica, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Virginia Maria Varison Costa e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, e dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e à interessada:

1. Processo TC-013.708/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Virginia Maria Varison Costa (050.774.108-01).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5444/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.191/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcia Berbert Ferreira (394.426.596-34); Maria Aparecida da Silva (664.304.616-53); Vilma de Souza Cardoso (351.054.456-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5445/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.286/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonia de Fatima Guilherme Dantas (326.092.216-49); Joao Pedro Braga (282.981.796-68); Maria Antonia de Lacerda (403.829.586-91); Maria Monica Freitas Ribeiro (326.089.696-15); Rosana Ferreira Sampaio (528.909.026-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5446/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Marinete de Souza Paulo, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que a parcela de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 foi convertida em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou restruturações do plano de cargos e salários da carreira, o que não muda a ilegalidade da rubrica, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Marinete de Souza Paulo e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, e dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e à interessada:

1. Processo TC-015.688/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marinete de Souza Paulo (053.048.572-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5447/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria de Rainer Steiner Campos, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os

pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Rainer Steiner Campos e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-015.692/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rainer Steiner Campos (400.111.190-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 5448/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.777/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Cleonilson Ramos Mourão (076.971.803-59); Francisco Carlos Marques Figueredo (134.767.263-04); Leanis Bezerra de Carvalho Rodrigues (146.726.693-00); Maristela Aranha Araujo (238.174.883-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5449/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.783/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aloísia de Fátima Oliveira (508.138.466-68); Fernando Santana (282.996.046-72); Maria do Carmo Fialho de Oliveira (200.044.946-87); Maria do Carmo Gouveia Peluzio (381.560.246-72); Paulo Afonso Viana (331.964.516-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5450/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.115/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Antonio Silvestre de Faria (375.860.507-59).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5451/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.264/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Paulino de Moraes Leite (111.265.151-91); Evaldo Correa do Nascimento (108.345.241-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5452/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.302/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Irineu Mário Colombo (492.868.119-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5453/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.561/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Francisca Correia de Sousa (042.694.622-72); Sony Maria Gouvêa Licariao (134.410.432-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5454/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.595/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Lídia Lopes de Menezes Fortunato (207.914.532-00); Maria Mailete Alves (064.476.602-63); Paulo Jorge Mendes de Souza (186.400.521-15); Rosângela Coelho Merabet (142.564.102-44).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5455/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.661/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Eliana Fernandes dos Santos Silva (157.522.166-72); Marisa Maria do Campo (404.883.577-72); Máxima Furtado Araujo da Cruz (048.442.032-15); Miria Xavier Furlan (144.845.101-97); Nancy Sheila Vieira da Silva (027.275.012-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5456/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.684/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dirce Miranda (028.737.198-00); Lilian Serrasqueiro Ballini Caetano (027.585.548-10); Ricardo Afonso Jimenez (089.750.288-44).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5457/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.738/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Edenia Maria Ribeiro do Amaral (593.128.744-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5458/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.792/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valmir Araujo Almeida (273.442.315-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5459/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.827/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valter Crispim dos Santos (065.904.205-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5460/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.878/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Helena da Silva Vieira (601.339.615-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5461/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.912/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Nonato dos Santos (136.825.553-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5462/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.913/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Almir Sadim Freire (138.664.432-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5463/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.945/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nathalia dos Santos Vieira Julião (289.154.537-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5464/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.967/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth Garcia do Amaral (668.659.727-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5465/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.975/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antero Leal Dantas Neto (091.080.923-20); Luís Carlos de Alencar Macedo (057.752.643-04); Raimundo Nonato Gomes Soares (222.550.013-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5466/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.981/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastião Isidoro Pinto (237.366.906-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5467/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.995/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edith de Aguiar (012.186.116-34); Geraldo Moreira Furtado (001.729.016-34); Mário Lúcio da Cunha (103.645.016-34); Rubem de Queiroz (161.537.156-72); Ruth Evaristo Alves Dutra (023.236.996-87); Wanda Fernandes Celestino (355.021.426-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5468/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.050/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito Pedro da Silva (217.876.977-20); Idelson Isidoro dos Santos (092.362.877-00); José Carlos Soler Teixeira dos Santos (226.153.507-49); Moyzes de Mello Barboza (435.000.727-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5469/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.097/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Armando Profeta da Luz (062.352.636-00); Eduardo Rubens Fernandes Távora (001.678.276-34); Eliza da Silva (083.361.486-04); Henrique Gomes de Oliveira (130.096.216-04); Maria Célia de Castro Bessa (007.608.976-20); Necesio Abreu (010.832.016-20); Paulo dos Reis Correa (008.712.736-91); Reginaldo Naves de Souza Lima (011.252.066-91); Roberto Eustáquio de Souza (276.535.366-20); Valéria Soares de Melo Franco (227.599.726-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5470/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.381/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sebastião Alberto Costa Ribeiro (056.367.522-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5471/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.423/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eduardo Euclydes de Lima e Borges (166.958.286-87); Lúcio Gonçalves da Silva (381.675.226-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5472/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.457/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roberto Silva Pereira (532.655.647-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5473/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.461/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Azevedo Siqueira (676.219.537-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5474/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina, submetido à apreciação desta Corte para fins de registro;

Considerando que a Sefip e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento indevido da parcela judicial de horas extras;

Considerando que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de considerar ilegal o pagamento de horas extras, determinado por decisão judicial transitada em julgado, visto que a parcela deveria ter sido absorvida pelos reajustes concedidos posteriormente;

Considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 1.740/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler:

A hora extra judicial é vantagem própria do regime celetista e, por isso, incompatível com o regime estatutário. A manutenção de pagamentos relativos a essa vantagem apenas seria admissível se fosse necessário assegurar, imediatamente após a transposição ao Regime Jurídico Único (RJU), a irredutibilidade da remuneração. Nessa hipótese, a vantagem seria paga sob a forma de VPNI e paulatinamente compensada nos aumentos subsequentes conferidos ao funcionalismo, até seu completo desaparecimento.

Considerando que já não subsiste a situação fática que motivou a decisão judicial que determinou o pagamento destacado de horas extras, uma vez que todas as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei posteriormente à edição da Lei 8.112/1990, o que implica novas tabelas remuneratórias;

Considerando, ainda, o Enunciado 241 da Súmula da Jurisprudência do TCU, in verbis:

As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112/1990, de 11/12/1990, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido até então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal.

Considerando que o ato em exame deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, inciso III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em considerar ilegal o ato de aposentadoria de Joventino Domingos Ferreira, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do presente acórdão, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-018.988/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joventino Domingos Ferreira (378.188.059-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

1.7.1.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal e do artigo 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.1.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do presente acórdão;

1.7.1.4. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de trinta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 5475/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.320/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Betylamar Alves Ney (391.540.847-68); Deolinda da Motta Reis (103.626.727-09); Rose Mary Leonardo Alves (454.605.827-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5476/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.325/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benhur Ramos Pereira (034.502.472-98); Sara de Souza Ramos (698.910.442-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5477/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.375/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dalva Ferreira Magalhães (040.844.542-49); Mariza de Carvalho Silva (323.198.602-82).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5478/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.659/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Letícia Kruklis Nava (062.920.331-80); Denise Kruklis (305.249.461-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5479/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.699/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: João Luiz Leite Brandão (065.071.145-96); Juciara Galdino Coppieters (169.480.845-91); Luana Karina Leite Brandão (065.071.295-18).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5480/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.551/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Sílvia dos Santos (034.143.507-42); Ana de Souza Ferreira (072.385.607-98); Ascendina Cardoso da Silva (295.314.218-54); Enize de Oliveira Reis (019.544.979-70); Maria Beghini Villela (201.843.338-57); Maria Cavalcante da Silva (010.602.952-53); Maria Denise dos Santos (841.823.697-34); Maria de Lourdes Correa de Almeida (072.011.837-96); Olga Maria Castilho Ozorio (541.729.507-87); Raimunda Nonato da Paixão (308.316.877-20); Raquel Ricardo dos Santos (099.314.687-26); Shah Kishor Dal Sukhrai (637.010.068-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5481/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.592/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Carlota Merlo Gonçalves Coutinho (756.861.637-15); Carolina Guidone Coutinho (149.491.887-04); Maria Doralice Patrício Bento (034.936.237-80).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5482/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.598/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Sebastião Pacheco de Araujo (076.789.325-53); Corina Balazeiro Borges Domingues (002.281.335-72); José Canuto dos Santos (961.390.645-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5483/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.623/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Elenita Bittencourt Cardozo (670.037.960-15); Eremita Mendes Martins (829.255.260-04); Jandira Coaraci Gomes da Cunha (267.806.900-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5484/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.626/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Everaldo Ribeiro Martins (024.287.337-53); João Martins Pires dos Santos (032.763.761-72); Lucília Vieira Pereira (069.832.657-18); Marluce Costa Gomes Parente (182.174.511-68); Ormy Pretti Dalcolmo (097.201.157-93).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5485/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.729/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Tereza dos Santos (962.456.976-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5486/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.794/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Celidônio Dias (072.123.721-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5487/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.795/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Iza Ornellas Martins (757.146.987-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5488/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.898/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amélia Torraca Brandão (562.072.121-34); Catarina Concolino (333.365.048-72); Clementina Maria de Freitas (578.753.406-91); Conchita da Silva Ferreira (394.046.685-91); Eli Reis dos Anjos (730.264.179-04); Lavínia Vanderlei Pinto (048.900.944-15); Lenir dos Santos da Silva (989.261.363-53); Márcia Boti (908.014.667-68); Maria Rita Almeida Sampaio (866.042.875-72); Vilma Muniz Vollstedt (709.534.227-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5489/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.903/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dirce Camati Moreira (006.723.149-75); Geni Esperanceta Vicentin (019.943.329-13); Hélio Germiniani (005.190.069-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5490/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.038/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Adriana Zubaran Ponzi (264.354.620-20); Ana Andrea Zubaran Ponzi (316.303.240-00); Elaine Teresinha Silva Pons (025.057.057-20); Noêmia Kummer Silva (582.352.720-91); Sandra Regina Silva Guimarães (108.520.917-29); Vera Lúcia Silva Leite (411.592.847-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5491/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.479/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Heliana Alfinito (535.163.547-04); Lourdes Helena Alfinito (624.524.107-30).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5492/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.917/2022-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Carmen Sasset dos Santos (943.945.390-72); Cleonice Beatriz Perufo Ribeiro (694.551.800-06); Delsa Sasset Rech (435.619.770-49); Dionice Beatriz Bueno Perufo Lamberti (549.950.600-06); Elenice Beatris Bueno Perufo (713.928.230-72); Elide Sasset Oliboni (562.519.550-15); Elza Sasset Zancheta (900.005.010-34); Helena Sasset Basso (891.147.280-87); Ivanilde Sasset Capra (707.876.890-68); Mailde Sasset Bichett (887.180.690-53); Rosa Margarete da Silva Nunes (589.263.640-20); Zélia Abigail Calvano Dutra da Silva (554.023.990-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Comando do Exército que, em relação ao ato de pensão militar de Faustino Sasset, acompanhe o desenrolar da ação judicial e que, caso for desconstituída a Ação que assegura o pagamento do benefício, adote as medidas administrativas necessárias à suspensão do pagamento da pensão em estudo.

ACÓRDÃO Nº 5493/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da prolação deste acórdão, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 3.645/2022-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-008.101/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geralda Silvino da Silva (014.712.068-31).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5494/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE contra o Acórdão 1.005/2022-TCU-1ª Câmara (peça 35), por meio do qual esta Corte de Contas negou provimento a pedido de reexame interposto por Verônica Maria Cyreno Amorim em face do Acórdão 6.593/2021-TCU-1ª Câmara (peça 8), que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente.

Considerando que não cabe pedido de reexame de acórdão prolatado em sede de pedido de reexame;

Considerando que, neste caso, só é cabível a análise em relação à deliberação a quo, Acórdão 6.593/2021-TCU-1ª Câmara;

Considerando que, regularmente notificado, em 28/4/2021 (peça 12), do Acórdão 6.593/2021-TCU-1ª Câmara, o recorrente somente compareceu aos autos em 17/3/2022, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peças 44 a 51);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 185, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 29/4/2021, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 13/5/2021;

Considerando que, nos termos dos arts. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, não se conhecerá de pedido de reexame quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias;

Considerando que no caso em exame já transcorreu o prazo de 180 dias;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso II, e 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, por restar intempestivo em mais de 180 dias; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1. Processo TC-008.991/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (02.566.224/0001-90).
1.2. Interessada: Veronica Maria Cyreno Amorim (821.865.024-53).
1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5495/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da prolação deste acórdão, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 3.646/2022-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-009.438/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilton Soares (317.119.606-91).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5496/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande em favor das ex-servidoras Maria Helena Pereira e Marileia de Oliveira Sampaio Dutra.

Considerando que, no ato emitido em favor de Marileia de Oliveira Sampaio Dutra (e-Pessoal 20.870/2020), constou o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico, no valor de R$ 191,07;

Considerando que a parcela judicial mencionada deixou de ser paga nos proventos da interessada desde janeiro de 2018;

Considerando que, nessa situação, aplica-se o disposto no § 4º do art. 260 do Regimento Interno do TCU, segundo o qual, in verbis:

§ 4º Os atos que, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência em sua versão submetida ao exame do Tribunal, não estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação, a pagamentos irregulares, serão considerados legais, para fins de registro, devendo ser consignada no julgamento a ressalva em relação à falha que deixou de existir.

Considerando que, no ato emitido em favor de Maria Helena Pereira (e-Pessoal 20.861/2020), ex-ocupante do cargo de Assistente em Administração, a Sefip identificou, como irregularidade a macular o registro, a averbação, para fins de aposentadoria, de tempo especial (ponderado) no período de 1º/1/1983 a 31/7/1984 em virtude do exercício de atividades perigosas, insalubres ou penosas;

Considerando que o entendimento deste Tribunal firmado no Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, é no sentido de ser possível a contagem de tempo de serviço para concessão de aposentadoria estatutária com o aproveitamento de tempo especial prestado sob condições insalubres, perigosas ou penosas;

Considerando que, no âmbito do Acórdão 911/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, este Tribunal deixou assente que, mesmo observando os parâmetros do Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário, a contagem especial de tempo prestado em condições insalubres para servidores ocupantes de cargos de natureza estritamente administrativa somente poderá ocorrer se estiver efetivamente demonstrada a existência de risco ou de agentes nocivos à saúde no local de trabalho, devidamente atestado por laudo pericial;

Considerando que não há, no caso da Sra. Maria Helena Pereira, laudo pericial comprovando que a interessada estava submetida a condições de risco à saúde, fato que torna irregular o tempo insalubre computado na aposentadoria, maculando o registro;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 20.870/2020) emitido em favor de Marileia de Oliveira Sampaio Dutra (190.624.860-53), ressalvando que a parcela judicial decorrente de plano econômico deixou de ser paga nos proventos da inativa;

b) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 20.861/2020) emitido em favor de Maria Helena Pereira (163.259.740-34);

b.1) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

b.2) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-009.455/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Helena Pereira (163.259.740-34); Marileia de Oliveira Sampaio Dutra (190.624.860-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Rio Grande, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique à interessada cujo ato foi apreciado pela ilegalidade o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi apreciado pela ilegalidade está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5497/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Cícero Luís Cavalcante Costa.

Considerando que o interessado percebe adicional de tempo de serviço em percentual superior ao entendimento jurisprudencial do TCU, em face de ter computado tempo de serviço público não contínuo;

Considerando que, em sede de consulta, esta Corte de Contas decidiu, no âmbito do Acórdão 1.424/2020-TCU-Plenário, que:

9.1.1. em consonância com a jurisprudência dessa Corte de Contas, assentada desde o Acórdão 3055/2009-TCU-Plenário (relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira), o rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração Pública Federal é obstáculo ao restabelecimento de vantagens da Lei 8.112/1990, independentemente do momento em que o servidor é investido novamente em outro cargo público federal, se antes ou depois da revogação da legislação que instituiu a vantagem anteriormente concedida;

Considerando que o ato em questão também contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pelo interessado foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, sustentando a ilegalidade do ato;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cícero Luís Cavalcante Costa (104.640.343-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

1. Processo TC-009.477/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cicero Luis Cavalcante Costa (104.640.343-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. ajuste o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço nos proventos do inativo, excluindo do cálculo, períodos não contínuos que foram computados para tal;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5498/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Andrea Correia Ferreira Costa.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 023.763/2021-3 (Acórdão 1.4430/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ;

Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que a interessada figura na lista de beneficiários da referida ação judicial;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 146.077/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 118.477/2019, já apreciado no TC 023.763/2021-3;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Andrea Correia Ferreira Costa (912.769.857-20), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-011.626/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Andrea Correia Ferreira Costa (912.769.857-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5499/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal da Bahia em favor da ex-servidora Cora Maria Bender de Santana.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como indício de irregularidade, o pagamento da parcela judicial referente à vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95689/88, no valor de R$ 473,54;

Considerando que a parcela judicial mencionada deixou de ser paga nos proventos da interessada desde maio de 2022;

Considerando o disposto no § 4º do art. 260 do Regimento Interno do TCU, segundo o qual, in verbis:

§ 4º Os atos que, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência em sua versão submetida ao exame do Tribunal, não estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação, a pagamentos irregulares, serão considerados legais, para fins de registro, devendo ser consignada no julgamento a ressalva em relação à falha que deixou de existir.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fim de registro, o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cora Maria Bender de Santana (347.604.075-53), ressalvando-se que a parcela judicial referente à vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95689/88, deixou de ser paga nos proventos da inativa.

1. Processo TC-011.684/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cora Maria Bender de Santana (347.604.075-53).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5500/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.912/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valeria Vasconcellos de Azevedo (625.036.859-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5501/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS em favor de George Divoncir de Araujo Matos.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que o interessado figura na lista de beneficiários da referida ação judicial;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de George Divoncir de Araujo Matos (508.602.910-49), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria do interessado, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-012.388/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: George Divoncir de Araujo Matos (508.602.910-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5502/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Ana Paula Araujo Marinho.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 037.177/2021-4 (Acórdão18.004/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ;

Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que a interessada figura na lista de beneficiários da referida ação judicial;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 159.514/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 32.414/2018, já apreciado no TC 037.177/2021-4;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ana Paula Araujo Marinho (773.680.707-82), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-012.439/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Paula Araujo Marinho (773.680.707-82).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5503/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em favor do ex-servidor José Tadeu Lima Brilhante.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou, como irregularidade, o pagamento de parcela judicial referente a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de José Tadeu Lima Brilhante (138.748.022-72), em decorrência da inclusão de parcela judicial, decorrente de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.891/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Tadeu Lima Brilhante (138.748.022-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial a parcela decorrente de Plano Econômico, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5504/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Universidade Tecnológica Federal do Paraná em favor de Nádia Sanzovo.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 8/12/2010, proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo 2006.70.00.013563-3 (que tramitou na 2ª Vara Federal de Curitiba), impetrado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nádia Sanzovo (371.396.149-20), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Universidade Tecnológica Federal do Paraná que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-013.674/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nadia Sanzovo (371.396.149-20).

1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5505/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Superior Tribunal de Justiça em favor de Mary Ângela Coelho de Morais.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a Sefip identificou que o STJ promoveu a atualização da parcela de quintos nos proventos da interessada, resultando em incorporação de parcela referente a função comissionada diferente daquela que foi efetivamente exercida pela inativa;

Considerando que, sobre a incorporação de quintos de função não efetivamente exercida, a jurisprudência deste Tribunal é firme (Acórdão 4.783/2014-TCU-1ª Câmara, e Acórdãos 2.535/2017-TCU-2ª Câmara, 3.591/2017-TCU-2ª Câmara, 2.526/2018-TCU-2ª Câmara, entre outros) no sentido de que tais incorporações devem ocorrer com base na remuneração da função comissionada efetivamente exercida, ainda que ela venha a ser transformada no futuro, nos termos do art. 3º da Lei 8.911/1994:

Art. 3º. Para efeito do disposto no § 2º do art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor investido em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, previsto nesta Lei, incorporará à sua remuneração a importância equivalente à fração de um quinto da gratificação do cargo ou função para o qual foi designado ou nomeado, a cada doze meses de efetivo exercício, até o limite de cinco quintos.

Considerando que a Sefip também identificou, no ato em análise, a utilização de tempo de exercício de função comissionada após o advento da Lei 9.624/1998, no período de 15/9/2006 a 3/4/2008, na condição de tempo residual para completar 1/10 da função incorporada;

Considerando a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o tempo residual existente em 10/11/1997, só poderá ser contado, para fins de incorporação de décimos, até 4/9/2001 (Acórdãos 18.332/2021, 4.524/2022, 4230/2022 da 1ª Câmara, entre outros);

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, sustentando a ilegalidade do ato;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Mary Ângela Coelho de Morais (152.408.431-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Superior Tribunal de Justiça, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-013.804/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Mary Ângela Coelho de Morais (152.408.431-04).

1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Superior Tribunal de Justiça, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5506/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.449/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete Socorro Matos Ribeiro (062.344.883-15); Maria do Socorro Reis Pinto (080.070.123-20); Sonia Maria Algarves Cardoso (242.724.853-34); Valnor de Melo Gomes (146.707.553-15); Waldenir Silva Passos (251.503.403-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5507/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.534/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Marieta Maia (037.977.674-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5508/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.726/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosaly Caldeira Tomagnini (494.725.006-25).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5509/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.799/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Erica Rosalba Mallmann Duarte (238.841.930-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5510/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.808/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Saldanha Oliveira (978.644.048-04).
1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5511/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.895/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Eva Conceição Alves dos Santos (215.308.660-49); Maria Ondina Pereira Nunes (140.880.370-49).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5512/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.910/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Eduardo Bastos Vieira de Souza (419.306.737-87).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5513/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.943/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Cleide Maria Lima de Araujo (051.568.402-30); Ernesta do Nascimento Hardt (241.947.942-49); Maria Geiza de Carvalho Sousa (090.978.228-82); Ozeni da Silva Pinto (139.835.472-49); Vera Cecy Mansur Munhoz Lago (209.136.050-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5514/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.958/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Jose dos Santos (113.329.132-53); Maria de Fatima Formiga Ramos (130.101.314-53); Rosangela Coimbra Sauma (162.680.752-34); Vera Lucia Bernardo da Rocha (107.159.592-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5515/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.007/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Kleber do Sacramento Adão (332.970.106-49).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5516/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.031/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miguel Caxias da Silva (034.870.832-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5517/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.040/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adailton Ferreira dos Santos (292.229.075-15); Anete Barbosa Fritz Neves (351.992.451-04); Daisemary Rodrigues Pereira de Araujo (696.130.877-53); Jose Avelino de Souza Filho (188.994.556-00); Julia Maria Alves Ferreira (709.145.677-72).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5518/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.062/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edonildo Alencar dos Santos (349.042.204-04).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5519/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.070/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Ivalber Silva Santos (093.783.835-72); Luiz Carlos Lopes Mendes (100.353.895-91); Silvio Silva Filho (064.137.655-34); Valdemir Medeiros da Silva (151.109.741-87); Vilmar Jose Ferreira (096.475.895-49).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5520/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.091/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edvaldo Ferreira Lima (085.817.115-53); Gerinaldo Oliveira Santos (116.635.295-15); Ivonilde Gomes Juliao (116.507.535-00); Maria da Gloria Mendes dos Santos (106.734.155-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5521/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.113/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Paulo Silva da Costa (186.640.831-34); Paulo Afonso de Carvalho Lopes (151.944.771-04).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5522/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.126/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Carlos Cruz de Magalhaes (027.821.032-53); Maria de Fatima Araujo (074.780.382-04); Rosa de Sampaio (095.206.863-04); Tereza Paula de Oliveira (164.082.172-49); Valeria Xavier da Silva (241.597.432-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5523/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.130/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Doratania Viana da Silva (341.720.252-34); Joanilce Ferreira Viana (081.078.402-59); Maria Celeste da Silva Nonato (209.357.902-25); Maria Madalena Cordeiro de Souza (181.640.212-53); Rosangela da Costa Pinto (267.404.512-49).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5524/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.131/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alda Zuleide da Silva (123.037.712-34); Aristeu Lemos Barboza (117.442.512-15); Delmarina Assuncao do Carmo Amaro (066.696.702-49); Josetelma Teles dos Anjos (226.581.222-68); Maria de Nazare Ramos Picanco (241.512.622-53).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5525/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.137/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Pasian (408.014.039-87); Cezar Augusto Bezerra Borba de Araujo (218.561.764-87); Ester Mirian da Silva (490.734.519-49); Maria da Conceicao da Silva (106.682.332-49); Sandra Teresinha Iglezias da Fonseca (458.885.159-49).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5526/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.153/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Ilde Maria de Oliveira Ricarte (116.879.833-72); Maria das Gracas de Lucena (271.066.321-04); Simone Bezerra Meireles (091.996.243-20).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5527/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.164/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abigail Cavalcanti Vieira de Melo (327.890.924-00); Jose Celio da Silva (081.429.044-20); Jose Edmilson Rocha dos Santos (104.227.734-68); Mario Jesuino de Melo Araujo (128.401.654-49); Roberto Alvaro Travassos Pereira (127.991.064-04).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5528/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.169/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Garcia Couri (114.165.996-49); Luiz Haroldo Teixeira (063.446.823-53).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5529/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.193/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Paula Frassinetti de Lima Barroso (422.367.624-53).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5530/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.206/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Denise Macedo de Souza Lima (667.205.167-87); Maria de Guadalupe Sousa Facanha (170.321.563-04); Reginaldo Monteiro Moraes (013.326.458-01).

1.2. Órgão: Advocacia-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5531/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.222/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Claudia Maria Menezes da Costa (267.316.653-04); Joana Cruz Monteiro (214.501.881-68); Maria Terezinha Knabben (327.685.599-20); Maria de Lourdes dos Santos Alves (161.650.394-72); Virginia Celia Machado de Morais (151.378.804-34).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5532/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.225/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eduardo Candido do Nascimento (548.258.658-87); Joao Bosco Ferreira (381.705.156-53); Maria das Gracas Aparecida Cornelio Pereira (423.556.726-87); Sebastiao Nilson Niquini Ribeiro (447.392.226-04).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5533/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.248/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Oliveira do Rosario (106.863.045-00); Joao Santos Lima (203.126.605-53); Joao Soares da Silva dos Santos (507.789.007-20); Jose Batista dos Santos (096.892.305-49); Manoel Carlos Souza Costa (243.911.316-68).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5534/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.253/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Denival Ramos da Silva (207.711.185-20); Lourival Raimundo Costa (097.687.505-53); Luzia Araujo Padilha (107.269.855-20).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5535/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.263/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sonia Maria Lacerda (389.005.217-72).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5536/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.274/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fatima Maria Penha Reis (128.754.143-72); Heloisa Maria Izawa (153.493.651-34); Iraci da Silva Crillanovick (225.186.061-49); Murilo Damiao Secunho (102.315.441-20); Romana Ester Teixeira Mota (122.535.103-00).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5537/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.304/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Gisele Pereira Alexandrino (349.724.120-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5538/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.322/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Dalva Regina Pereira de Souza (052.682.652-53); Elinete Maria Pontes Sobrinho (106.641.302-91); Maria Abranches (162.350.962-91); Marlene Marques Segantini (557.643.559-15); Sandra Maria Rodrigues Dantas Ribeiro (139.225.802-20).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5539/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.344/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geraldo Roberto Assis Soares (129.451.456-34); Renato Cesar Perez Samos (325.114.696-34).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5540/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.369/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Ana Maria Amarillo Bertone (020.665.687-40); Beatriz Basile da Silva Rauscher (065.376.228-32).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5541/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.375/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marcia Cristina Grilo de Souza Balestrassi (495.858.196-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Itajubá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5542/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.378/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sonia Zanello Broska (552.907.449-91).
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5543/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.390/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Roberto de Oliveira (112.372.794-53).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5544/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Norma Sueli Tavares da Silva (700.054.007-91) e Jeova Messias Rocha (073.756.465-20) - peças 3 e 4; e

b) destacar dos presentes autos, autuando-os em processo apartado, os demais atos constantes deste processo, sobrestando as referidas apreciações até que o Supremo Tribunal Federal conclua os julgamentos da ADI 5.039/RO e do RE 1.162.672/SP.

1. Processo TC-015.417/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eder Roberto de Carvalho (468.893.379-72); Hudson Aparecido Lopes (730.712.779-20); Jeova Messias Rocha (073.756.465-20); Norma Sueli Tavares da Silva (700.054.007-91); Paulo Roberto Ferreira (323.284.606-82).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que acompanhe o andamento da ADI 5.039/RO e do RE 1.162.672/SP no âmbito do STF, e tão logo tais processos transitem em julgado, promova a instrução dos atos destacados dos presentes autos e autuados em processo apartado, considerando o entendimento que vier a ser adotado pela Suprema Corte acerca do tema.

ACÓRDÃO Nº 5545/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.433/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Maria Araujo Miranda (232.244.955-53); Francisco Ferreira de Assis (097.966.495-00); Jonas Rodrigues de Oliveira (137.668.485-34); Jose Joaquim de Oliveira Filho (179.554.755-34); Vilma Alves Pereira (136.474.315-91).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5546/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.463/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marici Vieira Crispin (556.991.209-63).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5547/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.489/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Gorete Pinheiro (112.374.302-91); Maria de Lourdes Silva (034.464.682-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5548/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.494/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Roldao Silva Brito (039.812.312-87); Maria Neuziana Tavares Castro Uchoa (154.348.422-00); Maria Violeta de Freitas Alves (083.868.542-00).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5549/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.496/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Clara Cruz Lopes (113.200.952-91); Marines Ribeiro dos Santos Costa (251.399.161-34); Marta Elisa Romeiro (108.990.768-07); Raimundo Rodrigues Cintra (278.315.075-15); Vera Lucia Bezerra da Silva Lira (369.353.874-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5550/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.497/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria do Socorro Viana de Sousa (077.834.693-53); Rosemary Mendonca Nascimento de Andrade (268.606.941-49).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5551/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.523/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Duarte Santos (382.955.636-53); Ezio Dias (184.562.866-72).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5552/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.527/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosa Fatima Busatta (545.144.449-87).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5553/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.549/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Laurita Ricardo de Salles (007.957.678-89); Nelson dos Santos Alves (155.730.874-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5554/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde, em favor da ex-servidora Maria Elisabete Martins do Nascimento.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de vantagem no percentual de 47,94%, relativa a reajustes salariais correspondentes ao Índice de Reajuste do Salário-Mínimo (IRSM), conforme previsão contida na Lei 8.676/1993;

Considerando que, no caso em apreço, não houve a absorção da referida vantagem, embora reajustes específicos posteriores à concessão judicial, de natureza não geral, tenham ocorrido, tornando irregular a percepção da referida rubrica;

Considerando ser pacífico o entendimento desta Corte de que ainda que exista decisão judicial com determinação para incorporação de percentual decorrente de plano econômico, seu valor deve ser absorvido na medida em que se implantam novas estruturas remuneratórias que alteram a situação de fato e de direito com base na qual o servidor teve seu pleito deferido judicialmente;

Considerando a impertinência da incorporação, como vantagem destacada de caráter permanente, de parcelas alusivas a planos econômicos já é questão pacificada no âmbito deste Tribunal e, mesmo, da Justiça Trabalhista;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, em decisão no âmbito da ADI 1.613, publicada no DJe de 23/2/2016, declarou o seguinte:

CONSTITUCIONAL. ADI. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. LEI Nº 8.676/1993. REVOGAÇÃO PELAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 434/1994, 457/1994 E 482/1994.

1. A jurisprudência desta Corte é firme quanto à manutenção da eficácia de medida provisória, com força de lei, não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada dentro do prazo de validade de trinta dias, à luz da redação original do art. 62, da Constituição. Precedentes.

2. Inexistência de direito adquirido ao reajuste previsto na Lei nº 8.676/1993, revogada pela Medida Provisória nº 434/94, reeditada pelas Medidas Provisórias nº 457/1994 e 482/1994, e convertida na Lei nº 8.880/94. 3. Ação direta julgada procedente.

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Elisabete Martins do Nascimento (205.563.734-72), em decorrência da inclusão de vantagem no percentual de 47,94%, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Saúde, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.629/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Elisabete Martins do Nascimento (205.563.734-72).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial, a vantagem no percentual de 47,94%, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5555/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Alice Feitosa Carvalho.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Alice Feitosa Carvalho (815.010.057-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.639/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Alice Feitosa Carvalho (815.010.057-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5556/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Fabia Cavini Martorano.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Fabia Cavini Martorano (208.420.581-68), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.656/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Fabia Cavini Martorano (208.420.581-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5557/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Joana Darc Moura Silva do Amaral.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Joana Darc Moura Silva do Amaral (052.106.152-00), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.706/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Joana Darc Moura Silva do Amaral (052.106.152-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5558/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em favor de Maria Eliana de Araújo.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 004.160/2022-3 (Acórdão 2.631/2022-TCU-2ª Câmara), em que se verificou como irregularidade a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo;

Considerando que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo cadastrou novo ato informando que a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 2/3/2011, proferida nos autos da Ação Ordinária 0000292-57.2004.4.03.6100, que tramitou na 22ª Vara Federal de São Paulo e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - Sintrajud;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 65.760/2022) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 50.119/2019, já apreciado no TC 004.160/2022-3;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Eliana de Araújo (065.183.838-01), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-015.728/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Eliana de Araújo (065.183.838-01).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5559/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em favor da ex-servidora Ivanilde Carneiro de Lima.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou, como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ivanilde Carneiro de Lima (091.385.362-34), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Nacional do Seguro Social, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.738/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ivanilde Carneiro de Lima (091.385.362-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5560/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.775/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Carla Maria Paes Barreto da Rocha (227.913.532-91); Maria do Socorro Pinto da Silva (034.804.612-04).

1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5561/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.794/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvino Jose da Silva (658.599.957-68); Antonio Mariano Diniz Costa (125.853.783-49); Izabel de Fatima Salviano Silva (312.370.882-91).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5562/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.829/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Esther Ramos de Souza (407.212.562-87); Marieta Rubim da Costa (122.765.702-10); Rubens Johnson Mc Comb Palacio (058.336.552-34); Tereza Cristina de Lima Marques (120.044.562-72).

1.2. Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5563/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde, em favor do ex-servidor Gilvan dos Anjos Ribeiro.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou, como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Gilvan dos Anjos Ribeiro (164.727.994-15), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Saúde, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-016.245/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilvan dos Anjos Ribeiro (164.727.994-15).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5564/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo em favor de Luciana Silveira da Silva.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Luciana Silveira da Silva (416.968.327-72), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-016.274/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Luciana Silveira da Silva (416.968.327-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5565/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.198/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Janatiel Correia Marques (076.514.304-68); Joao Wedu (293.110.551-15); Maria Antonia da Silva (060.008.272-53); Maria da Graca Pereira de Melo (271.315.483-91); Maria das Gracas de Miranda Pessoa (233.366.764-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5566/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.229/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Gilma dos Passos Rocha (115.519.411-04).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5567/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.246/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriano Rodrigues dos Santos (822.551.218-91); Eneida Aparecida de Lima (539.661.206-15); Ferdinando Borges de Freitas (182.574.376-20); Maria das Gracas Pereira (125.113.071-20); Sandra Mara Bertolucci (458.052.296-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5568/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.335/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson Freitas da Silva (198.789.405-78); Joao Augusto Ribeiro (111.735.725-20); Maria do Carmo Cruz Campos (331.262.245-04); Valdomira Silva Correia (311.736.325-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5569/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.363/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Francisco da Costa (222.106.013-04).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5570/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.365/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes Garcia (200.692.601-25).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5571/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.377/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Evaldo de Castro Silva (044.571.882-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5572/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.388/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Andre dos Santos (294.173.171-72); Maria Goncalves de Almeida Candido (283.713.482-15); Marlene Paranhos Neves (162.243.702-06); Nilcineia Freitas Barreto (215.622.372-68); Raimunda de Lira Nogueira (139.260.982-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5573/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.390/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edmea Mercedes Fabro (054.026.358-38); Laudicea Maria dos Santos (168.997.924-00); Maria Socorro Oliveira Nobre (103.234.142-49); Pedro Ferreira (113.546.232-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5574/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.397/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Beatriz Domingues dos Santos (100.084.970-87); Jose Antonio Barbirato Ferreira (714.890.297-53); Luis Augusto de Pinho Costa (544.512.647-15); Luiz Carlos Maia de Carvalho (399.883.097-91); Maria Lucia da Silva (938.205.187-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5575/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.414/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dimas Geraldo Campolina Pontes (220.980.706-91).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5576/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.449/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Jacy Amaral Freire de Andrade (185.221.815-00); Lucinea Belarmino Carvalhal (241.826.565-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5577/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.481/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Olimpia Maia dos Santos Camboim (800.882.367-49); Carlos Luiz Guilherme da Silva (246.648.394-72); Maria Alice Pessanha de Carvalho (597.924.777-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5578/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.484/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Lucia Pereira da Silva (829.013.767-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5579/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.508/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Vicente Timoteo Tostes (503.916.156-53); Antonio Lucio Rodrigues (441.872.386-20); Helio Evangelista dos Santos (201.958.696-72); Joao Ferreira de Araujo Filho (211.920.816-68); Mary Rosalia da Silva (688.696.656-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5580/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.524/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Magnone Santos (782.120.148-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5581/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.527/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Jose de Souza (157.919.126-68); Teodorico Machado de Oliveira (401.162.717-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5582/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.568/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celia Mariza Soares (312.775.604-63); Jose Dalmir Nogueira e Silva (130.799.804-68); Maria Aparecida Perencin Sacilotto Detoni (964.619.188-68); Norci Lourdes Silva da Cruz (099.861.110-72); Rui Sampaio Monteiro (030.604.972-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5583/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143,

inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.570/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adonias Machado Neto (068.012.262-15); Henry Carlos Boero Costa (051.881.992-20); Maria Penha de Oliveira (326.709.582-49); Marilu Goncalves Reis (139.425.652-34); Renato Jacob (476.268.609-34).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5584/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.588/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Izani Barcelos (179.451.781-20); Maria Judith de Sousa Nunes Carvalho (106.380.753-00); Marli de Freitas (252.675.071-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5585/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.624/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Diomar Nunes de Castro (447.667.850-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5586/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.637/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jussara Maria Rios Pulcides (356.602.879-72); Marisa do Pilar Alves (317.636.699-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5587/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.701/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Antonio da Fonseca (411.918.206-10); Rosana Aparecida Soares (525.788.366-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5588/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.703/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao de Deus da Silva Filho (008.266.628-89).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5589/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.710/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria de Figueiredo (887.373.067-15); Edgar Ferreira Filho (256.233.037-49); Paulo Roberto Moreira (701.425.217-87); Rita de Cassia Mendes Ferreira (803.832.387-49); Ronaldo Contreiras de Oliveira Vinagre (709.022.407-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5590/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.713/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Capistrano dos Santos (242.265.644-72); Eronita Revoredo Torres (271.794.784-15); Goncalo Varela da Silva Filho (242.693.104-30); Ione Vilela da Silva Santos (254.666.154-04); Rui Alvaro Vaz de Oliveira (509.236.507-25).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5591/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.739/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edson Ovidio Carvalho Veloso (174.035.704-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5592/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.761/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Georgina da Silva Lucas (139.238.032-49); Jose Ardivino Gouveia (826.895.398-53); Lindaura Binas de Jesus (203.500.072-68); Maria Margarete Rocha Silva (385.449.972-87); Rosalvo Francisco Rodrigues (090.862.852-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5593/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.771/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldelina de Sa Dantas (183.279.822-49); Lucas Rurio (181.150.711-53); Marivanya Alves de Sousa (428.088.201-00); Marta Guajajara da Silva (271.724.733-53); Sandra Maria da Silva (143.064.412-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5594/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.782/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Neide Lopes Pires Xavier Torres (236.154.273-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5595/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.787/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ribamar Alves Pinto (025.494.683-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5596/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.793/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Jose Fidelis (419.768.434-72).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5597/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.795/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcio Araujo Miranda (364.781.727-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5598/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.797/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlande Oliveira Rocha Santos (267.241.465-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5599/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.802/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Everton Jose Gomes dos Santos (257.868.492-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5600/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.833/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Helena de Almeida Amorim Aranha (225.922.022-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5601/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.876/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Maria Junges Fontora (228.587.760-91); Elizabeth Pereira Haag Hosni (184.322.630-87); Mauro de Tarso Bastolla Schirmer (012.575.790-53); Mauro de Tarso Bastolla Schirmer (012.575.790-53); Mirian Lunardi Prates (081.256.780-34); Monik Fridman (000.723.110-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5602/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.877/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Angela Maria Cunha (245.815.859-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5603/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.906/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Duarte Filho (000.964.404-06); Yvonne Combre de Sena (018.424.714-49); Yvonne Combre de Sena (018.424.714-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5604/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.956/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Izabel Gomes de Melo (185.015.321-34).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5605/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.997/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Daniel Rodrigues (231.340.626-15); Jose Roberto Filho (421.913.196-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5606/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.003/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Durval Tabajara dos Santos (222.849.584-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5607/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143,

inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.019/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Osorio Schmidt (414.289.190-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5608/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.058/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Arnulfo de Franca (131.848.304-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5609/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.065/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Helson Almeida Filho (416.767.507-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5610/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.075/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilon Peres de Souza (138.250.891-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5611/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.111/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Devaldino Alves de Souza Vargas (046.442.472-00); Joaquim Oliveira da Silva (059.146.711-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5612/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.159/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Francisco da Cruz (107.415.504-15); Lenilson Pereira da Silva (130.965.164-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5613/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.253/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alda Faria Costa (009.429.366-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5614/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.320/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abrelino Carlos Farias de Oliveira (011.155.100-53); Anselmo Demari (170.025.750-15); Fernando de Oliveira Vieira (224.688.700-34); Gil Carlos Rodrigues Medeiros (187.423.510-49); Lagir Antonio Silveira de Souza (187.453.340-72); Sidenei Cardoso da Silva (191.443.770-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5615/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.367/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Anacleto dos Santos (207.734.554-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5616/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.383/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ferreira Nery (035.885.132-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5617/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.395/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge de Paula (363.120.707-78).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5618/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.429/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastiao Soares Correia (026.792.724-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5619/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.433/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Gregorio de Souza (744.918.227-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5620/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.445/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Matias Alves de Souza (182.461.255-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5621/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.490/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lila Lea Brito Moreira (158.969.003-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5622/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.514/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luciene Ribeiro Gaiao (602.339.314-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5623/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.533/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nilton Jose da Silva (037.294.354-34); Selma da Costa Aragao (370.931.267-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5624/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Robson Ferreira da Silva.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Robson Ferreira da Silva (025.609.493-42), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.791/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Robson Ferreira da Silva (025.609.493-42).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5625/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Leila Cangussu Silva.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Leila Cangussu Silva (053.374.495-40), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.792/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Leila Cangussu Silva (053.374.495-40).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5626/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.619/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eunice Maria Alves (804.131.024-91); Eveline Gomes Cavalcante (534.339.124-91); Francisca Rosaline Leite Mota (839.174.383-72); Luiz Adalberto Philippsen Junior (950.777.901-91); Thaissa Lucio Silva (071.891.154-71).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5627/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.638/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jean Klebert de Albuquerque Modesto (747.258.584-04); Julio Eutropio da Silveira Junior (009.330.434-06); Marigesio Moura da Silva (500.379.783-49); Renata Simoes de Vasconcelos Siqueira (032.832.854-54); Shirley Eryca Carneiro Albuquerque (644.486.063-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5628/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Everton Carvalho dos Santos Junior.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM

e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Everton Carvalho dos Santos Junior (070.560.415-23), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-014.026/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Everton Carvalho dos Santos Junior (070.560.415-23).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5629/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Edileusa de Nazaré Alexandre Martins.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Edileusa de Nazaré Alexandre Martins (296.799.742-00), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-014.034/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Edileusa de Nazaré Alexandre Martins (296.799.742-00).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5630/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Suelen Bentes Soares.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Suelen Bentes Soares (858.200.162-20), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.601/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Suelen Bentes Soares (858.200.162-20).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5631/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Silvio Rui Silva Reis.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Silvio Rui Silva Reis (888.039.533-53), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-015.602/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Silvio Rui Silva Reis (888.039.533-53).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5632/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e instituído pelo ex-servidor Licurgo Nunes Júnior em favor da Sra. Herta Maria Fernandes de Queiroz Nunes.

Considerando que, no cálculo da pensão em epígrafe foram incluídas, de forma concomitante, as parcelas referentes a incorporação de quintos e opção;

Considerando que, atualmente, a jurisprudência desta Corte de Contas é uníssona no sentido de não ser possível o pagamento conjunto dessas duas vantagens, a exemplo do Acórdão 8.731/2020-TCU-1ª Câmara:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (vantagem 'opção', art. 2º da Lei 8.911/1994), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Considerando que o ato de aposentadoria emitido em favor do instituidor e o ato de pensão civil por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na aposentadoria, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão civil;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Câmara dos Deputados ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Licurgo Nunes Júnior (002.781.734-20) em favor de Herta Maria Fernandes de Queiroz Nunes (106.338.804-00), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-011.934/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Herta Maria Fernandes de Queiroz Nunes (106.338.804-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de pensão civil livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5633/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.942/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anna Antonia Cabral de Azevedo (670.771.536-49); Maria Otilia dos Santos (357.296.784-87); Natalia Barbosa Tavares (077.244.364-52); Telma Terezinha Pessoa Mendes Bezerra (018.188.564-68); Virginia Maria Pezzolo Fidelis (220.372.418-87).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5634/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.947/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria da Gloria Gomes Leao (027.620.137-04); Sandra Neves Soares (954.935.221-87).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5635/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.877/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Geni Henriqueta Gonçalves Nogueira (116.812.331-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5636/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.329/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Edna Santana Marcet Rodrigues (167.236.942-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5637/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.332/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Vitoria do Nascimento Leite Barroso (211.643.473-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5638/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.350/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adir Rocha de Oliveira (289.264.471-20); Dirlene Aparecida Candida dos Santos (114.920.901-15); Emanuel Silva de Siqueira (063.622.321-35); Germania Vilar Goncalves de Lima (222.320.361-20); Jacinta Pereira da Silva Neta (888.624.291-34); Pedro Emanuel da Silva Siqueira (036.856.441-06); Rosa Carvalho da Silva (011.595.711-12).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5639/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.358/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose da Silveira (830.733.454-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5640/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.386/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Debora Cardoso Cleto (120.419.711-34); Rui Cesar Rechia (183.574.079-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5641/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.390/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Raimunda Silva Paes (000.270.882-51).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5642/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.426/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Suely Mary Fernandes Valverde (263.416.117-49).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5643/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.501/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Regina da Silva Magalhaes Martins (601.070.812-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5644/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143,

inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.514/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ivonilde Cavalcante Facanha (213.660.393-00); Maria Aparecida Gomes Carvalho Pinto (125.073.003-10).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5645/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.518/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adriel de Macedo Falcao de Matos (063.966.083-59); Hermes Alves de Matos Junior (063.965.793-16); Rafael de Macedo Falcao de Matos (063.965.963-26).

1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5646/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.602/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Daniele de Souza Vieira (544.285.722-04); Joao Gregorio Vieira dos Santos (071.815.852-07).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5647/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.638/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Saleti Soares Morcillo (536.435.347-87).

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5648/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.643/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5649/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.703/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Leila Marcia Pinheiro Potiguar (062.640.341-34).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5650/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.575/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jane Maria Monteiro da Silva (593.930.922-49); Pedro Cosmo Oliveira (023.329.812-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5651/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.584/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Salete Almeida (247.465.173-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5652/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.659/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Justino Rocha (006.360.022-68); Maria Nascimento da Silva (698.559.197-34); Mary Gil da Silva (080.095.382-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5653/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.663/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Said Nassib Hamzi (200.039.196-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5654/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.725/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Amelia Francisca de Souza Lima (213.934.191-00); Cacilda Carvalho de Araujo (418.051.511-34).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5655/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.748/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Myrian Avellar de Azevedo Marques (298.574.338-98).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5656/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de

dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.811/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Acioly Alberto Rocha (024.607.216-41); Elisa da Cunha Lourival (793.988.717-34); Enedir Francisca Freitas Braga (098.351.207-81); Francisco de Assis Marchon Leao (014.971.627-34); Kilda Guimaraes Camarinha (101.333.557-05); Maria Antonieta do Nascimento Laureano (041.323.147-07); Orminda Soares Araujo (799.432.687-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5657/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.819/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Efigenia Murcela da Silva (003.717.576-90); Hilda Hermanny Peixoto Costa (891.755.306-00); Ioli Rodrigues Loes (854.102.506-30); Joao Gomes Filho (007.391.206-97); Magali Magda Monteiro Mafra (420.980.926-87); Margarida Maria de Lima (009.503.746-28); Maria Donata Cicarini Torres (326.253.676-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5658/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.849/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Glaucia Alves Guimaraes (061.238.807-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5659/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.851/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joao Carlos Soares Gomes (061.786.187-00); Maria Gomes Bandeira da Silva (002.645.791-19).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5660/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.869/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marinalva Ferreira Sales (012.088.955-24).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5661/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.901/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jose Alberto Inacio da Silva (438.414.226-91); Laura Ferreira da Silva (507.547.776-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5662/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.990/2022-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alessandra Arruda Maciel (991.381.821-49); Alexsandra Arruda Maciel Magalhaes (887.994.501-78); Daniel Junior Soares Maciel (073.830.311-99); Eloisa Dominguez dos Santos Galvao (551.764.617-49); Patricia Arruda Maciel (784.032.861-04).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5663/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.905/2022-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cecilia Maria Albuquerque Arruda (041.528.593-34); Julia Maria Farhat (935.639.498-91); Rosalina Farhat Assuncao Souza (599.593.048-68); Rosangela Minana (505.503.737-72); Ruth Nunes Farhat (047.441.766-23).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5664/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.913/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana de Fatima Fernandes de Sousa (814.702.077-53); Cheila Silva Bispo dos Santos (511.474.407-00); Iris de Lourdes Fernandes Pimentel (913.355.747-00); Marcelle do Carmo Fontes (953.279.167-15); Regina Lucia Barbosa Pereira (706.508.537-68).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5665/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) excluir Alberto Fernando Monteiro do Nascimento (CPF: 020.421.424-68) do presente processo;

b) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Fundação Universa, ao Sr. Paulo Roberto Torres Guimarães e ao Sr. Alberto Fernando Monteiro do Nascimento.

1. Processo TC-013.200/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Universa (03.218.102/0001-76); Paulo Roberto Torres Guimarães (274.669.146-91).

1.2. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5666/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Conceição Corrêa Medeiros (CPF 014.008.192-53);

b) julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Conceição Corrêa Medeiros (CPF 014.008.192-53), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

c) dar ciência ao Estado do Amapá, quanto à aplicação financeira dos recursos recebidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, que, consoante a legislação que regia a matéria à época dos fatos tratados nesta TCE, qual seja, a Resolução CD/FNDE 12, de 17/3/2011, e a Resolução CD/FNDE 5, de 28/5/2015, bem como a atual legislação, Resolução FNDE 18, de 22 de outubro de 2021, é vedada a descentralização financeira dos aludidos recursos;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao FNDE;

e) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-026.987/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Conceição Correa Medeiros (014.008.192-53).

1.2. Entidade: Governo do Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Pedro Rodrigues Gonçalves Leite (OAB/AP 3.442) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5667/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação ao Sr. Alberto Lopes Cantalice (949.404.877-68), diante do recolhimento integral do débito que lhe foi aplicado pelo subitem 9.3.1 do Acórdão 5.537/2014-TCU-2ª Câmara (peça 78), retificado pelo Acórdão 10.212/2017-TCU-1ª Câmara (peça 155);

b) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-031.638/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 017.685/2017-6 (cobrança executiva); 017.686/2017-2 (cobrança executiva); 003.616/2022-3 (cobrança executiva).

1.2. Responsáveis: Alberto Lopes Cantalice (949.404.877-68); Julio Mourao Arruda (035.160.227-52); Maria da Glória Ribeiro da Silva (273.246.057-53).

1.3. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Celso Haddad Lopes (OAB/RJ 116.279) e Paulo Henrique Teles Fagundes (OAB/RJ 72.474).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5668/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) excluir o nome do Sr. Fábio Tyrone Braga de Oliveira (840.833.284-87) do presente processo e dos respectivos registros eletrônicos;

b) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal, ao município de Sousa - PB, ao Sr. Fábio Tyrone Braga de Oliveira (840.833.284-87) e à inventariante do Sr. Salomão Benevides Gadelha (205.099.444-34).

1. Processo TC-045.001/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Salomão Benevides Gadelha (205.099.444-34).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5669/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante e ao Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-014.059/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região (BA).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.5. Representação legal: Saulo Henrique de Faria Pereira.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5670/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.000/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jacqueline Maria Carvalho Belotti (296.795.911-15); Lucila Marta Blank (719.562.637-72); Renato Pirola (379.687.937-34); Rodrigo Roque Lesqueves de Castro (485.278.748-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5671/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Marlene Valus, concedida pelo Tribunal Regional da 3ª Região submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marlene Valus, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-013.676/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eliza de Souza Perpetuo dos Santos (379.552.171-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5672/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.094/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vilma Barbosa Soares (299.807.127-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5673/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.138/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dirceu Dominico Andrade (411.992.439-49); Ivanir Teresinha Kappaun (190.750.812-00); Maria Salva da Silva Rezende (486.234.402-00); Maria da Gloria Pereira da Silva (114.156.902-78); Marinice de Jesus Pereira Campos (137.453.283-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5674/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.148/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudesia Mendes de Santana Abi Zaid (721.772.097-49); Gilma Araujo da Silva (051.973.877-26); Jorge Luiz Salles Vianna (607.878.137-53); Jorge dos Santos Diniz (258.957.027-91); Lucia Maria Santos de Carvalho (313.556.097-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5675/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.190/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Airton de Abreu (171.730.601-25); Natalino Domiciano de Jesus (230.191.401-10).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5676/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.283/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Isabel Cristina Gomes (129.511.218-30).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5677/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.405/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisca Vieira do Nascimento (145.745.353-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5678/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.521/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mara Rubia da Silva Callegari (653.926.397-04); Miria Tinoco Ferreira (716.982.647-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5679/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.533/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Joao de Espindola (001.871.359-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5680/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.557/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Delaiba (979.090.418-53); Fernando Humberto Souza Vieira (350.666.106-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5681/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.563/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Jesus Alves Camelo Machado (239.092.691-68).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5682/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Marlene Valus, concedida pelo Tribunal Regional da 3ª Região submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marlene Valus, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-015.669/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Margarida Maria da Silva (155.511.304-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5683/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à aposentadoria de Marlene Valus, concedida pelo Tribunal Regional da 3ª Região submetida a este Tribunal para fins de registro, em cujos proventos foi contemplada parcela de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função (ões) comissionada (s) após o advento da Lei 9.624/1998.

Considerando que, na espécie, o STF, no âmbito do RE 638.115/CE, ao deliberar acerca do tema, concluiu que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal", sendo este o entendimento pacífico adotado por esta Corte de Contas;

Considerando que, conforme consta da peça 3, a interessada ocupou função comissionada em período posterior ao advento da Lei 9.624/1998, cuja parcela foi incorporada aos seus proventos;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida mediante decisão judicial transitada em julgado, por decisão judicial não passada em julgado ou, ainda, por decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos adotada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115/CE, poderá ser mantido o pagamento da parcela incorporada de quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que na hipótese de incorporação de quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, a vantagem incorporada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, deve ser convertida em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, ainda, que o ato em análise deu entrada nesta Corte de Contas em prazo inferior a cinco anos, bem como a boa-fé da interessada, fato que atrai a aplicação do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal quanto ao ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marlene Valus, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas

c) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que:

c.1) promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada de quintos ou décimos pelo exercício de função comissionada entre o período de 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória que deverá ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos termos do RE 638.115/CE, caso a incorporação tenha se dado por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

c.2) dê ciência à interessada, no prazo de quinze dias contados da notificação desta deliberação, do inteiro teor deste decisum, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente;

c.3) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão, comprovantes da data em que a interessada teve ciência do teor desta deliberação.

1. Processo TC-015.735/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Waldenice Mello de Souza (075.690.252-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5684/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos ao ato de aposentadoria de Andrea Maria de Cerqueira Vieira emitido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, em consonância com referido julgado, a atuação deste Tribunal, em todas as hipóteses de atos em que identificada tal vantagem, é no sentido de considerar a ocorrência suficiente, de per si, para justificar a apreciação do ato pela ilegalidade, com a negativa de registro;

Considerando que a parcela impugnada, segundo os elementos dos autos, não conta com o amparo de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos que não contem com o amparo de decisão judicial transitada em julgado devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros, providência já adotada no ato ora examinado;

Considerando, na hipótese, a desnecessidade de edição de novo ato, ainda que diante da negativa de registro do atual, tendo em vista a inviabilidade de saneamento da concessão com a manutenção da parcela impugnada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Andrea Maria de Cerqueira Vieira;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-015.747/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Andrea Maria de Cerqueira Vieira (357.098.633-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que:
1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 5685/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.790/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Valeria Pereira (692.453.046-04); Janieth Aparecida Oliveira Costa Monteiro (739.596.186-20).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5686/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.811/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilse Mendes dos Santos (080.273.582-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5687/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.836/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Armando de Sa Tavares (374.680.907-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5688/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.860/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Diogenes Silva Redondo (157.782.903-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5689/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.303/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Gilberto Zepter (334.759.038-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5690/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.099/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilvancy Barbosa da Silva (278.585.293-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5691/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.106/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Flavio Rogerio dos Santos Fraga (369.229.190-68); Jose Pimentel de Melo Filho (188.731.204-82).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5692/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.196/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Pereira da Silva Filho (194.303.104-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5693/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.230/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Andre Almeida Magalhaes (708.031.027-04).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5694/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.307/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Luiza Dias (136.780.192-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5695/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.327/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cladeilton Morais Araujo (225.503.994-04); Maria Dinalva Barbosa Tome (250.700.614-53); Regina Coeli de Azevedo Ramalho Rosas (132.415.404-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5696/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.346/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Lopes Filho (159.359.813-00); Wilson Tavares Lustosa de Araujo (131.790.123-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5697/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.394/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aparicio Malaquias (326.197.150-91); Evane Bezerra de Melo (225.242.664-00); Kudioena Karaja (260.351.621-34); Meiry Miotti Fonseca (329.400.761-20); Reginaldo de Souza (375.180.035-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5698/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.410/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mariza Pinto de Jesus (237.863.615-68); Roberto Ribeiro Soares (041.092.338-95).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5699/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.427/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Janemarte Ferreira Cruz Batista (691.251.807-97); Joilce Ferreira da Silva (577.374.877-00); Lucia Helena Peyroton da Rocha (850.512.927-04); Maria da Penha Tose Federici (765.090.447-49); Maria das Gracas Sater (754.175.107-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5700/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.436/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria Bezerra do Nascimento (274.672.364-68); Antonio de Almeida Jacome (175.773.494-53); Francisca Nascimento de Oliveira (138.711.294-53); Terezinha Malveira da Silva (131.006.454-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5701/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.485/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Betania Pinheiro Costa (135.842.003-34); Jose Alberto Pereira (046.513.243-04); Maria Juaneilia Alves da Silva (223.977.283-20); Paulo Martins de Andrade (073.589.113-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5702/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.591/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria de Mendonca (083.511.938-60); Eliete Pereira da Silva (494.196.256-72); Gerusa Alcantara Holanda Cavalcante (051.063.973-91); Gleuse Meire Ferreira Nunes Oliveira (120.063.355-53); Maria Lucena de Melo Moreira (093.874.553-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5703/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.593/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Bernadete Silva de Sousa (308.062.674-53); Marinalva Alves de Almeida (079.238.053-34); Martiniano da Paixao Neves (217.783.024-91); Vilma Gomes e Silva (033.291.192-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5704/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.617/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Severina de Jesus Gomes dos Santos (022.779.564-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5705/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.672/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Batista da Silva (094.941.974-53); Maria das Dores Laureano Galvao (400.773.814-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5706/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.693/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmilson Chagas (203.968.995-87); Eduardo Martins Ferreira Santos (203.882.095-34); Jucyra Sant Anna Reis (095.979.805-68); Rosangela Oliveira Camargo (168.294.505-78); Terezinha Pereira Dias Silva (148.602.795-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5707/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.700/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloncio Amancio de Siqueira (153.805.996-72); Carlos Alberto Pereira da Silva (277.632.937-72); Jose Osvaldo Martins de Jesus (427.430.606-20); Maria Elizabeth Benfica Viana (378.267.946-68); Valdomiro Benedito dos Santos (234.232.426-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5708/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.718/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Julio Roberto Leite Sousa (123.229.970-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5709/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.740/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosilete Maria Paes do Carmo (226.473.332-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5710/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.743/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Valter Constancio (043.029.073-04); Milton Daniel Moutinho de Assuncao (013.142.032-15); Sandra Lucia da Silva Mota (224.082.903-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5711/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.785/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rids da Silva (341.707.319-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5712/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.842/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Amelia Martins de Arruda (166.228.124-20); Robson Richieri (306.821.269-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5713/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.863/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Fatima Soares Brito (130.206.092-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5714/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.869/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Alexandre da Silva Mendes (288.112.404-68); Guiomar Alves da Silva (110.498.804-63); Luis Firmino Pereira (255.689.657-49); Paulo Roberto da Cruz Rego (218.778.404-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5715/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.890/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmundo Bomfim da Rocha (175.706.467-20); Sonia Maria Bindes de Campos Pereira (552.989.407-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5716/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.946/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elmar Jonas Manique da Silva (008.675.780-68); Helio Adao Greven (080.252.740-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5717/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.953/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Gracas Pereira Coelho (537.222.307-30).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5718/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.965/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mirian Montarroyos de Oliveira (047.071.844-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5719/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.004/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Santos Antun (958.884.468-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5720/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.028/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Corina Cordeiro de Almeida Monteiro (023.647.944-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5721/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.041/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Alberto Celestino de Novais (060.269.401-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5722/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.042/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Armando Tatumi Hadano (033.469.318-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5723/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.057/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristiane Miranda Monaco (563.118.261-00); Marcelo Dias Cardoso (490.328.791-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5724/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.077/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel de Carvalho (069.526.747-72); Antonio Marques dos Santos (590.824.107-53); Jadir da Silva Ferreira (229.393.427-68); Oswaldo dos Santos (277.736.637-34); Waldemar Andrade Rodrigues (040.443.047-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5725/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.086/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alda Maria Mendonca de Lima (007.057.052-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5726/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.102/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Ramos (042.552.759-04); Waldemar Tavares Batista (013.665.562-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5727/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.148/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Airton Ribeiro de Alencar (046.156.707-53); Airton Ribeiro de Alencar (046.156.707-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5728/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.155/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Jose de Araujo (009.196.676-00); Geraldo Luiz Pinto (010.246.126-00); Maria Celia Silva Carelli (207.162.226-04); Milton Lopes Machado (331.951.026-68); Newton Oliveira (007.362.796-87); Waldemar Moura Filho (012.449.306-87); Waldomiro Nunes Vidal (008.871.296-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5729/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.166/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marco Antonio Justo Nadaletto (088.708.208-40); Maria do Carmo Resende dos Santos (816.577.738-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5730/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.181/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Carlos Rodrigues de Lima (038.840.742-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5731/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.268/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Antonio Ribeiro (244.919.691-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5732/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.269/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hailton Ribeiro de Sousa (015.478.873-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5733/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.303/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Henrique de Souza Gerken (525.858.916-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5734/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.304/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Rubens Vieira da Costa (302.434.166-87); Vivaldo Fernandes de Lima (365.735.076-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5735/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.318/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hilario Silva de Mendonca (129.408.284-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5736/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.372/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Jose Ferreira de Siqueira (317.758.534-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5737/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.403/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Justino Dantas (037.500.867-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5738/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.407/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rute Dias Fernandes (084.694.079-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5739/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.483/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Sergio Gadelha de Castro (052.174.232-34); Francisco Justo de Souza (080.170.934-20); Jose Vieira de Andrade (058.369.484-53); Satyro Ribeiro da Silva (040.310.402-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5740/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.486/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Isaias Vieira dos Santos (011.638.332-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5741/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento

Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.492/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aurea Lopes de Freitas (028.171.498-31).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5742/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.507/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmundo Santos Damasceno (107.681.655-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5743/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.080/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alda Maria Cavalcante (051.828.165-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5744/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos à admissão de Lucas Rocha Monte Fontenele nos quadros da Caixa Econômica Federal e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte de Contas há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso I, e na forma do artigo 143, inciso III, ambos do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à admissão de Lucas Rocha Monte Fontenele, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor do interessado, torne sem efeito o ato de sua admissão, com o subsequente cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal;

c) determinar à Sefip que acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-014.025/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Rocha Monte Fontenele (055.980.403-28).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5745/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.949/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Genira Soares (155.364.242-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5746/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.368/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edilene Guiomar Telles de Carvalho (630.779.900-59); Jussara Maciel Saraiva (377.817.150-04); Leonardo Pinto Saraiva (047.454.810-47).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5747/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.413/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Analia Susana Cordoba (000.353.757-95); Bernardette Carreirao Riggenbach (452.652.919-20); Ligia Maria Carneiro de Azevedo dos Santos (152.961.211-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5748/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.432/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rosangela Filomena Licursi de Meira Castro (097.103.451-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5749/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.453/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Maria da Silva Costa (047.812.872-04); Maria Rumana Rodrigues da Costa Aguiar (170.845.043-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5750/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.483/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivonete Maria Frazao Campos (094.473.345-04); Silvia Maria Ferreira da Cunha (338.195.055-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5751/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.561/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luiz Augusto Silva Botelho (037.977.258-25); Renata Pasqualino Aguilar da Silva (293.088.138-02); Sueli Aparecida Ruiz Siqueira (017.615.758-13).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5752/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º

e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.595/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dulcila Castelo Branco Goncalves Santana (105.737.803-82).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5753/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.637/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria das Gracas Nascimento Ramalho (651.806.316-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5754/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.689/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marieta Cosme de Oliveira (139.117.754-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5755/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.701/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Baptista Silva (518.542.520-20); Bruno Furer Ramgrab (031.239.650-31); Jane Furer (296.171.110-04); Julia Furer Ramgrab (034.978.680-19); Sonia Naomi de Menezes Barela (005.789.350-07).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5756/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.719/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes de Almeida Oliveira (343.799.596-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5757/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.558/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Estela Pereira Coelho (063.216.153-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5758/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.561/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Anatayr Ventura dos Santos (288.677.697-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5759/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.563/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Jose Guimaraes Pinto (926.179.307-00); Maria de Lourdes Sousa Rosa (026.708.207-00); Zelia Pereira Garcia de Oliveira (077.605.647-67).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5760/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.594/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Noemi Augusta de Oliveira Melo (039.092.796-19).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5761/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.609/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abrahao Hakim Mendes (153.605.948-02); Antonio Carlos Pereira (879.444.058-15); Aurora Franco Vieira (273.560.208-74); Gerson Abdelmassik Justo (400.180.408-53); Noelia Goncalves Costa Tibali (745.484.418-91); Norberto Tome (406.513.558-34); Reinaldo Antonio Estevao (942.099.528-34); Ricardo Mario Goncalves (025.354.598-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5762/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.617/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Zenilda Monteiro Teixeira (859.888.637-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5763/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.637/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angelina Leite Ribeiro Garcia (007.591.636-34); Angelo Barbosa Monteiro Machado (002.045.016-87); Dinar Rosa Andreatta (143.232.656-20); Jovita Souza de Jesus (084.444.146-54); Livia Paulini (002.382.986-98); Luiza Eduwirges de Souza (024.068.556-35); Maria Araujo Salles Azevedo (727.933.176-91); Maria das Gracas Dias Duarte (814.831.126-91); Ruth Costa Couto (849.376.106-00); Thais D Auria Saddi de Oliveira (022.810.146-81).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5764/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.656/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulo Rodrigues de Souza (112.128.022-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5765/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.669/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ruy Moreira Calheiros (002.948.534-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5766/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.670/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Barbosa Xavier (148.719.204-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5767/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.694/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jorge Luiz Alvarenga (144.641.317-94); Jose Carlos Barbosa (527.540.737-87); Luzia Francisca de Sena (868.798.397-20); Ubiratam Cortes dos Reis (113.654.716-91); Wanda Senhorinha Peixoto (026.910.607-30).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5768/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.711/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Torquato Charao dos Santos (008.912.070-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5769/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.781/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cacilda Maria de Oliveira Loureiro (009.600.437-13); Emma Redenta Boscolo Metzger (055.336.287-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5770/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.814/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Claonice Rodrigues Dias (122.160.206-30); Cristina Coelho Goncalves de Almeida (037.897.936-12); Joao Carlos Ferreira de Castro (177.045.706-25); Leopoldino Fernandes Homem (402.619.726-34); Maria Alfaia Romanelli (154.330.482-68); Maria do Carmo Simoes (002.444.596-73).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5771/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.829/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Angelica Andrade da Silva (783.589.905-10).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5772/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.881/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Divaneth Pereira Alves do Prado (103.475.425-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5773/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos a ato concessório de pensão militar emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram indícios de que a interessada é servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;

Considerando que a acumulação constatada encontra permissivo no art. 29 da Lei 3.765/1960;

Considerando que o somatório dos vencimentos decorrentes do cargo ocupado na Secretaria de Saúde do Distrito Federal com a presente pensão militar extrapola o teto constitucional e que houve inobservância do abate-teto nos modos e termos definidos no Acórdão 2.895/2021 - Plenário;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar legal o ato constante da peça 3, alusivo à pensão militar instituída em favor de Wânia Maria do Espírito Santo Carvalho, autorizando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar ao órgão de origem que:

b.1.) adote as medidas necessárias para fins do abate-teto, considerando o somatório dos valores percebidos pela pensionista Wânia Maria do Espírito Santo Carvalho, decorrentes da pensão militar e dos vencimentos do cargo que exerce na Secretaria de Saúde do Distrito Federal;

b.2.) informe a este Tribunal, no prazo de 30 dias, as providências adotadas para a efetivação da medida acima determinada;

c) determinar à unidade técnica que:

c.1.) acompanhe o cumprimento das determinações insertas nos subitens b.1 e b.2;

c.2.) arquive os presentes autos.

1. Processo TC-009.128/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Wania Maria do Espirito Santo Carvalho (033.989.328-19).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5774/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos a ato concessório de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram indícios de que uma das interessadas é servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Considerando que a acumulação constatada encontra permissivo no art. 29 da Lei 3.765/1960;

Considerando que o somatório dos vencimentos decorrentes do cargo ocupado na Universidade Federal do Rio de Janeiro com a presente pensão militar extrapola o teto constitucional e que houve inobservância do abate-teto nos modos e termos definidos no Acórdão 2.895/2021 - Plenário;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar legal o ato constante da peça 3, alusivo à pensão militar instituída em favor de Gisela Maria Dellamora Ortiz, Teresa Regina Degrazia Dellamora e de Maria Cristina Degrazia Dellamora, autorizando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) determinar ao órgão de origem que:

b.1.) adote as medidas necessárias para fins do abate-teto, considerando o somatório dos valores percebidos pela pensionista Gisela Maria Dellamora Ortiz, decorrentes da pensão militar e dos vencimentos do cargo que exerce na Universidade Federal do Rio de Janeiro;

b.2.) informe a este Tribunal, no prazo de 30 dias, as providências adotadas para a efetivação da medida acima determinada;

c) determinar à Sefip que:

c.1.) acompanhe o cumprimento das determinações insertas nos subitens b.1 e b.2;

c.2.) arquive os presentes autos.

1. Processo TC-009.155/2022-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Gisela Maria Dellamora Ortiz (632.466.787-15); Maria Cristina Degrazia Dellamora (066.531.461-20); Teresa Regina Degrazia Dellamora (488.136.211-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5775/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.667/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Lauriana Conceicao de Lima Carvalho (064.319.656-04); Marli de Lima Pereira (077.868.308-71); Marlucia Faustino de Lima (200.929.974-49); Rosemary Barbosa dos Santos (668.277.366-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5776/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.036/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Helena Maria Leitao Paes (019.153.517-66); Maria Cecilia Leitao Alonso Ferreira (009.845.247-97); Nilza Maria Fontes Lima Leitao (594.535.247-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5777/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.745/2022-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria do Socorro Silva dos Santos (605.711.602-04); Rosane das Chagas Salgado Zenha (001.532.877-56).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5778/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor da empresa individual Douglas Luiz Foletto - ME, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB), no período de janeiro/2013 a julho/2014.

Considerando que, por meio do Acórdão 17.190/2021-TCU-1ª Câmara, foram julgadas irregulares as contas da empresa individual Douglas Luiz Foletto- ME, condenando-a ao pagamento do débito especificado no subitem 9.2 do mencionado acórdão, bem como foi-lhe aplicada a multa estipulada no seu subitem 9.3;

Considerando que, por meio do ofício à peça 195 destes autos, Douglas Luiz Foletto, representante legal da empresa Douglas Luiz Foletto - ME, requer o parcelamento do débito em sessenta parcelas, alegando não ter condições de realizar o pagamento de forma integral;

Considerando que a Lei 8.443/1992 (art. 26) e o Regimento Interno do TCU (art. 217) permitem a autorização do parcelamento da dívida imputada pelo Tribunal em até 36 (trinta e seis) parcelas;

Considerando, entretanto, que, em casos excepcionais, o Tribunal vem autorizando o parcelamento em prazo superior ao previsto nas mencionadas normas;

Considerando que, apesar de o requerente ter apontado apenas não ter condições de realizar o pagamento de forma integral, a situação econômica vivenciada pelas pequenas empresas brasileiras, em decorrência da pandemia da Covid-19, pode ser enquadrada na excepcionalidade admitida por este Tribunal;

Considerando, ainda, a disposição do requerente de quitar sua dívida perante o Fundo Nacional de Saúde previamente à constituição de processo de cobrança executiva;

Considerando, entretanto, não ser possível deferir o parcelamento em parcelas fixas, nos termos da Portaria PGU nº 2/2014, conforme requerido, por contrariar as disposições normativas que regem o parcelamento da dívida no âmbito deste Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) indeferir o pedido de parcelamento do débito imputado à empresa individual Douglas Luiz Foletto - ME por meio do subitem 9.2 do Acórdão 17.190/2021-TCU-1ª Câmara na forma requerida, em 60 (sessenta) parcelas fixas, nos termos da Portaria PGU nº 2/2014, por contrariar as disposições do art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

b) deferir, em caráter excepcional, o parcelamento do débito imputado à empresa individual Douglas Luiz Foletto - ME por meio do subitem 9.2 do Acórdão 17.190/2021-TCU-1ª Câmara em 60 (sessenta) parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, nos termos do art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

c) deferir o vencimento da primeira parcela para 30 (trinta) dias após a notificação deste Acórdão;

d) alertar a empresa individual Douglas Luiz Foletto - ME de que a falta de pagamento de qualquer parcela do débito importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU, bem como da necessidade do encaminhamento dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020).

1. Processo TC-010.933/2018-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Douglas Luiz Foletto (092.751.597-00); Douglas Luiz Foletto - ME (06.063.746/0001-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Lucas Nonato Pininga (OAB-DF 55.053), representando Douglas Luiz Foletto - Me e Douglas Luiz Foletto.

ACÓRDÃO Nº 5779/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Comando da 1ª Região Militar, em desfavor de Nair Rosa de Andrade em razão do recebimento indevido de pensão militar.

Considerando que a Sra. Nair Rosa de Andrade recebeu pensão militar, na condição de viúva, a qual não tinha direito, obtida mediante apresentação de documentação e declaração falsa, haja vista já se encontrava divorciada quando solicitada a pensão;

Considerando que a responsável faleceu em 25/3/2021, antes do encaminhamento da presente TCE a este Tribunal;

Considerando o longo decurso de tempo da ocorrência do fato gerador do dano apurado nesta tomada de contas especial (mais de vinte anos) sem que tenha havido a citação da responsável, dos herdeiros ou sucessores, havendo, portanto, presunção relativa de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa;

Considerando que os eventuais herdeiros ou sucessores da responsável não tiveram qualquer influência na concessão do benefício impugnado ou influenciaram a demora processual;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 89-91) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 92) pelo arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", 169, VI, do Regimento Interno do TCU, em:

arquivar o processo, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, com fulcro no art. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

dar ciência deste acórdão ao Comando da 1ª Região Militar.

1. Processo TC-014.573/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Nair Rosa de Andrade (600.260.067-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5780/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações do Acórdão 6.293/2020-TCU-1ª Câmara, prolatado nos autos do TC 013.497/2019-7, referente à representação formulada pelo MP/TCU abordando suposta imprestabilidade do estudo produzido no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) 8/2014.

Considerando a prolação do Acórdão 196/2022-TCU-1ª Câmara, o qual determinou, em seu item 1.6.1, à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP) "que instaure e encaminhe a este Tribunal para julgamento no prazo de 180 dias, na forma da IN-TCU 71/2012, modificada pela IN-TCU 76/2016, a devida Tomada de Contas Especial com a apuração de eventual débito oriundo da inexecução do objeto do Termo de Execução Descentralizada (TED) 8/2014, que objetivou a realização do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira";

Considerando o recebimento do Ofício nº 205/2022/AECI/MJ, mediante o qual o Sr. r Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça e Segurança Pública, alega que "Para o pleno atendimento ao pleito dessa Corte de Contas, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, solicita dilação do prazo por mais 45 (quarenta e cinco) dias, conforme OFÍCIO Nº 908/2022/GAB-SENAD/SENAD/MJ.";

Considerando que, por meio do pronunciamento exarado à peça 42, a Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) manifestou no sentido de deferir o pedido do requerente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, em prorrogar por 45 dias, a contar do vencimento do prazo anteriormente concedido, o prazo estabelecido no art. 11 da IN/TCU nº 71/2011 (com a redação que lhe foi dada pela IN/TCU nº 76/2016) para a remessa da TCE determinada pelo item 1.6.1 do Acórdão 196/2022-TCU-1ª Câmara, nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.360/2021-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5781/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do(s) ato(s) em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE acerca da incorporação, ou não, de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021, todos da 2ª Câmara, e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021, todos da 1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que há, nos autos, informação de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o(s) ato(s) pode(m) ser apreciado(s) sem a necessidade de prévia oitiva do(s) interessado(s), uma vez que foi(ram) enviado(s) a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário;

Considerando a presunção de boa-fé do(s) responsável(is);

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal(is) e negar registro ao(s) ato(s) de aposentadoria em favor do(s) interessado(s) identificado(s) no item 1.1, além de expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica:

1. Processo TC-002.964/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Padilha (245.361.130-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo(s) interessado(s), nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao(s) interessado(s), alertando-o(s) de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o(s) exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 5782/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do(s) ato(s) em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciado da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, II, parte final, do RI/TCU;

Considerando que a parcela judicial alusiva ao índice de 3,17%, decorrente de defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994, foi estendida, por intermédio da Medida Provisória 2.225-45/2001, a todos os servidores civis do Poder Executivo Federal, sendo que, conforme previsto no art. 9º daquele normativo, a partir de 1º/1/2002, todos os servidores passaram a ter incorporado aos seus vencimentos o percentual a que alude o art. 8º da sobredita MP, de modo que o pagamento destacado da referida parcela consubstancia pagamento em duplicidade (bis in idem) e deve ser considerado ilegal;

Considerando que há, nos autos, informação de que a rubrica está sendo paga com amparo em decisão judicial sem trânsito em julgado;

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático acórdão 1857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando, entretanto, o valor irrisório da parcela inquinada, deve ser aplicada ao caso a jurisprudência desta Corte, iniciada pelo acórdão 9438/2021-TCU-1ª Câmara, no sentido de que "o valor insignificante de parcela incluída irregularmente em ato de concessão de aposentadoria ou pensão pode ensejar em caráter excepcional o julgamento pela legalidade do ato, com o devido registro, em observância aos princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade, desde que adotada medida para a regularização financeira da falha";

Considerando que o(s) ato(s) pode(m) ser apreciado(s) sem a necessidade de prévia oitiva do(s) interessado(s), uma vez que foi(ram) enviado(s) a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário;

Considerando a presunção de boa-fé do(s) responsável(is);

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, bem como nas Súmulas TCU 276 e 279, em considerar excepcionalmente legal e conceder o registro ao(s) ato(s) de aposentadoria em favor do(s) interessado(s) identificado(s) no item 1.1, além de expedir as determinações abaixo:

1. Processo TC-003.003/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ione Rosa (291.235.420-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo(s) interessado(s), nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. ajuste, no prazo de 15 (quinze) dias, nos atuais contracheques do(s) interessado(s), a parcela referente ao percentual de 3,17% decorrente da aplicação equivocada dos artigos 28 e 29 da Lei 8.880/1994, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao(s) interessado(s), alertando-o(s) de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o(s) exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 5783/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, com ressalva, no tocante ao ato do Sr. Mogar Ruas Duarte, de que as rubricas judiciais foram excluídas dos proventos do interessado, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU.

1. Processo TC-009.487/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mogar Ruas Duarte (118.114.550-34); Neuza Daudete Alves Garcia (169.174.990-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5784/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.535/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osmar Almeida da Silva (092.085.695-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5785/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.541/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Honorina Anne Pessoa Costa (128.707.573-87); Maria das Dores Lemos (044.747.403-00); Maria das Dores Mota Coelho (224.748.113-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5786/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.624/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Isfer (402.634.959-49); Iclea Melo Viana (530.115.629-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5787/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.653/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aristides Goncalves de Moraes (229.568.831-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5788/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.731/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lescy de Oliveira e Oliveira (185.691.702-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5789/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.736/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Lopes Bezerra (021.871.912-49); Leonardo de Sousa Lopes (115.900.331-91); Maria Izabel Pereira dos Santos (225.742.202-34); Maria Lucia de Souza (199.725.122-15); Maria de Jesus Moraes da Silva (103.411.022-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5790/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.746/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dagmar Souza de Oliveira Della Valentina (210.579.742-34); Edgar Batista de Sousa (107.013.201-25); Fiorelo Edvard Manoel Azevedo (143.595.379-72); Janilton Nazare Sales de Oliveira (114.145.532-34); Raimundo Nonato de Freitas (080.098.052-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5791/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.834/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilena Silva Neves (094.593.672-91); Iara Braz Neves (243.335.220-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5792/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.937/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia da Silva Ribeiro (069.387.952-15); Edna Santos Lima (132.694.882-20); Maria Antonia Araujo Silva (259.852.642-20); Maria de Nazare Silva Sousa (146.213.632-04); Selma Maria Lobato Abreu de Azevedo (066.842.542-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5793/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.947/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Benatar (024.354.621-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5794/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.974/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Yara Cruz Cerqueira (205.628.455-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5795/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.018/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Carlos Nowisck (360.088.429-87); Liane Fuhr Pivatto (453.287.730-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5796/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.076/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Enilda Rosa Neves Bastos (813.723.537-04); Geraldo dos Santos Rocha (188.127.326-15); Guilherme Fonseca de Souza (347.205.536-72); Ieda Maria da Conceicao Ferreira Gaviao (767.117.067-49); Maria Penha Silva de Abreu (555.669.526-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5797/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.083/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josefa da Silva Nobrega (070.844.634-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5798/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.101/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Batista da Cunha (096.849.053-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5799/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.102/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geralda Cristina Duraes de Godoy (231.627.836-15); Joao Cordiano Guerra (169.081.806-97); Luiz Renato de Franca (122.525.901-06); Renato Cesar Sacchetto Torres (371.813.786-00); Rosana Aparecida Silva (666.203.506-82).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5800/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.132/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Picanco de Souza (098.450.112-68); Conceicao Lima dos Santos (041.711.952-68); Risoneide do Socorro Carmo de Sousa (209.380.552-91); Vanilda Almeida da Silva (037.360.912-49); Zelia Maria Pereira Valente (209.679.002-63).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5801/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.141/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Messias Shockness (106.881.292-34); Marcos Jose de Souza (329.843.599-68); Maria das Dores Lopes Mota (079.843.832-00); Maria de Fatima Batista Neves (219.768.994-00); Sebastiana Bento de Souza (456.978.412-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5802/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.154/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio da Franca do Espirito Santo (107.402.285-87); Carmen Lucia Mendonca de Araujo (290.990.054-15); Maria Goreth Azevedo Araujo da Fonseca (239.768.291-53); Maria Jose Ribeiro (220.703.112-87); Noemia Angelica de Souza Rocha (371.733.671-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5803/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.163/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ines Geraldo dos Santos (150.214.911-72); Marise Basilio Amadei (051.859.858-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5804/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.166/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Lucia Rodrigues da Silva (432.416.110-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5805/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.207/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Flavio Ramos de Souza (025.511.907-03); Lelia Guimaraes Carvalho Ribeiro (094.331.555-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5806/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.209/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dinara Xavier da Paixao (475.099.290-91); Romeu Lemes Ozorio (396.857.800-72); Sidnei Petroni (215.203.800-20); Vilmar de Jesus de Assuncao (201.267.270-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5807/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.239/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dulce Aparecida Dias (044.923.188-79); Roberta Sandra da Silva Tanizawa (041.269.108-67).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5808/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.243/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Carneiro (057.887.142-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5809/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.259/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Edina Costa Silva (261.509.802-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5810/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.269/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elaine Souza Pla (554.696.200-34); Idarlete da Rocha (278.683.620-49); Ivanice Maria Kunrath (299.223.560-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5811/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.279/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Cecilia Oliveira Abreu (065.898.108-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5812/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.281/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jane Ayala dos Santos (662.230.087-91); Maria Beatriz Lobo de Azevedo Teixeira (016.497.557-83).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5813/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.289/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Maria Lucena Martins (448.062.994-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5814/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.295/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Penha Carvalho Melo (129.305.983-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5815/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.315/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleonice de Almeida Lopes Ferreira (097.807.262-68); João de Almeida (066.914.472-04); Maria Nilce de Almeida Silva (142.011.432-87); Rosany Borges Vasconcelos Mendes (106.145.162-34); Wilma Siqueira Trindade (144.942.052-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5816/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.317/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hélio Alves da Silva (225.796.991-04); Iochito Watanabe (084.541.751-72); Maria de Fátima Ribeiro Azevedo (074.545.543-34); Martha Jovita Correa da Silva Shiratori (109.130.092-53); Thany Ribeiro de Azevedo Antunes (359.196.121-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5817/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.320/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Efrain Velten (220.092.802-53); Ivete Raquel Alberti Grassi (251.227.382-20); Jose Amancio de Morais (143.448.589-72); Mariano Ferreira da Silva (107.073.792-53); Onofre Balbino (127.395.882-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5818/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.328/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo Goncalves da Silva (664.304.888-53).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5819/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.338/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlete Cechim Gauze (333.481.700-87); Masao Wakiyama (529.591.208-68); Neiva Salete Ferreira (428.475.080-15); Sandra Regina Alencar de Carvalho (040.530.872-87); Vicente de Paulo Cavalcante Menezes (169.024.593-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5820/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.347/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Celso Dall Alba (453.271.149-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5821/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.350/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josias Pimenta de Souza Filho (192.047.525-72); Roberto Rodrigues da Silva Filho (653.601.337-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5822/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.361/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Marta Ezequiel (055.896.494-04); Maria Sônia Andrade Libório (107.624.694-04); Ossian Fernandes da Costa (086.132.304-15); Sílvio Noronha de Melo (107.882.804-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5823/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.362/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Marques Bezerra (225.617.221-04); Maria Teresa de Almeida Mota Soares (640.444.836-04).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5824/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.394/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth Cristina Carpena Ramos (207.246.590-72); Vania Farias Ferreira (403.751.290-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5825/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.395/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Augusto Costa Junior (244.761.451-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5826/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.398/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Márcia Antônia Piedade Araujo (054.649.433-15); Sheila Ricci Lobão Amaral (249.418.913-68); Silvana Amado Libério Pereira (253.976.563-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5827/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.416/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedito Jorge Rodrigues Lopes (178.091.693-00); Francisco Vaz da Silva (334.972.063-34); Jose Raimundo Pereira Filho (175.314.203-25); Simone de Maria Portelada Araujo (075.415.623-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5828/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.422/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Araci Magalhaes (578.612.426-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5829/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.443/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aparecida Suzana Araujo Viggiano (559.795.216-15); Flavio Pereira de Araujo (388.131.226-91); Geraldo Pereira Gomes (268.522.176-04); Maria das Dores Campos de Moura (344.080.886-68); Rosemary da Conceicao (253.483.536-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5830/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.451/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Coelho Barreto (477.241.537-87); Carlos Augusto Lima de Carvalho (085.849.404-30); Lucidalva da Silva Pinto (088.173.754-20); Maria das Gracas Dias (085.892.674-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5831/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.459/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Angela Medeiros de Moraes (011.974.518-62).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5832/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.462/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisca Carla Ilorca Lopes (344.189.201-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5833/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.471/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Rosa (265.186.356-49); Cleia Marcia Lopes Pereira (732.959.066-53); Fatima Guimaraes Fraga (275.397.686-49); Terezinha Maria da Silva (591.224.206-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5834/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.484/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Jose Bastos Souto (113.934.162-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5835/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.488/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleide Maria Cardoso dos Santos (112.439.372-20); Maria Ednelza de Souza Reis (112.267.652-20); Maria Goreth da Conceicao Correia Costa (199.496.692-00); Maria dos Anjos de Moraes Pereira (068.335.432-91); Nilza Saraiva Feitosa (137.688.912-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5836/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.501/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gedihon Albino da Silva (090.608.392-34); Leonice Benedita da Silva (051.551.342-34); Maria Celeste dos Santos (068.152.352-20); Reginaldo da Silva (153.561.162-68); Veronica Rosiris Ribeiro de Lima (080.059.742-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5837/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.503/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Divino Souto (255.072.306-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5838/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.522/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Albemar Ramos Falcao (113.263.282-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5839/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.529/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Diva de Albuquerque (033.090.701-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5840/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.548/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eugenia Maria Carneiro Brasileiro (272.944.633-87).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5841/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.569/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Ramos dos Santos (022.405.481-34); Romeu Gebin Junior (003.831.068-69); Sabino Gomes da Cruz Neto (193.500.071-34).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5842/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.781/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alejandro Pineda Aguilar (503.620.627-49); Aloir Cordeiro Fassarella (395.451.217-34); Cristina Mara Goncalves Barbosa Oliveira (574.835.747-04); Maria Elizabeth Barros de Barros (163.170.257-20); Maria Nali Melo (557.664.207-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5843/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.789/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete Alzira da Luz Costa (228.942.846-91); Jose Angel Silva Delgado (221.425.336-04); Maysa Fajardo Cury (380.852.166-04); Wilson Luiz de Almeida (137.825.686-72); Zelia Maria Ferraz Barbosa (440.717.876-00).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5844/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.800/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Magda Valeria Silva (478.936.646-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5845/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.803/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Altair Alencar Sacramento (107.386.305-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5846/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.817/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Dantas de Assis (067.419.244-34); Arnaldo Jose de Melo Sousa Calouro (406.514.798-00); Elisabete Valverde Araujo Alves (708.689.727-20); Jose de Anchieta Barbosa (127.838.464-20); Reginaldo Ferreira da Silva (062.190.712-04).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5847/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.841/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Doralina Conceicao Arruda Santana (465.048.000-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5848/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.084/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edena Mara Copertino Escobar (394.275.100-30); Jose Vicente Filho (754.490.487-34); Leila Ferreira Gomes Neto de Oliveira (620.479.307-15); Mônica Jane Araujo (716.475.387-34); Robson Santana Teixeira (693.412.497-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5849/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.132/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lizete Silva de Oliveira Cafe (990.202.977-91); Anita Carvalho de Lima e Sa (486.047.716-20); Antonio Geraldo Goncalves de Sena (428.915.746-72); Joao Guanaz Filho (387.027.626-68); Jorge Ramos da Silva (322.100.606-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5850/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.142/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto de Sousa (150.882.193-34); Maria da Cruz e Silva de Castro (176.138.923-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5851/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.150/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cimei Gomes de Sousa Fernandes (166.041.991-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5852/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.151/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcio Braz (424.992.917-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5853/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.165/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aluisio Alvares Ferreira (156.150.656-72); Dayse Imaculada Batista (409.176.906-30); Eliane Lima Guimaraes (518.432.936-68); Gabriel Teixeira Gontijo (274.035.996-91); Lea Dutra Costa (372.735.586-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5854/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.166/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Deborah de Magalhaes Lima (592.347.927-34); Jose Serafim Pereira (337.175.836-20); Maria Regina Emery Quites (664.295.526-91); Olimpia de Souza Chaves Santos Silva (533.342.136-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5855/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.204/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Rosalina Santos (150.435.091-04); Luiza Lechensque de Oliveira (494.408.539-72); Maria Iris Alves Monteiro (121.259.201-82); Maria da Conceicao Maia do Vale (186.236.891-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5856/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.205/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agnaldo Jorge Jurado Pereira (748.783.107-82); Luiz Mauricio de Carvalho Ramos (279.062.057-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5857/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.225/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubens Cieri Junior (787.185.898-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5858/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.255/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maire Andrade de Freitas (308.449.911-04); Naura Maria Furtado Pedrosa (125.512.283-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5859/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.267/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Beatriz Teixeira Weber (389.125.890-91); Holgonsi Soares Goncalves Siqueira (371.597.550-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5860/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.271/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio José de Almeida (206.428.904-63).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5861/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.283/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Rios Maria (432.265.907-15); Joao Manoel Dutra (245.825.229-04); Leila Margareth Rodrigues Gomes (213.074.072-34); Marinalva de Freitas Ramos (042.849.108-17); Rosemery Andrade Felipetto (619.071.469-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5862/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.294/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Araujo Bezerra (064.446.443-72); José Weimar Menezes Lino (114.878.873-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5863/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.319/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clodiomar Bezerra Amorim (033.591.403-97); Maria Dolores Barbosa Pinheiro (226.216.793-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5864/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.326/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agrinaldo de Souza Lima (058.587.554-53); Eleonora do Espirito Santo Reis (343.182.674-15); Ivan Antas Pereira (341.419.955-68); Maria Aparecida Nogueira dos Santos (086.929.474-15); Sonia Maria Galiza de Carvalho (181.335.414-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5865/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.328/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Auricelia Maria Lopes de Queiroz (134.682.784-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5866/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.348/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cassia Hortencia da Cruz Leao (675.722.516-68); Cassia Regina de Andrade Gonzalez (573.832.866-34); Marcelo Grossi Araujo (296.385.776-49); Marcelo Ozorio Silvestre (408.800.366-72); Maria Antonia de Souza (526.906.286-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5867/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.384/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Apenina Batista dos Santos (107.135.902-97); Asterio Martins de Carvalho (063.795.321-53); Jose Gomes da Rocha (177.329.212-91); Maria Viana da Costa (139.445.252-72); Mauro Lucio de Lima (510.312.806-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5868/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.407/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cecilia Rejane Gambim (386.942.800-78); Manoel Soares Venancio (204.152.733-15); Maria de Fatima Amancio da Silva (183.604.595-68); Maria do Carmo Santos Oliveira (338.156.157-04); Maria do Socorro Carvalho Castelo Branco (096.558.833-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5869/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.480/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Laine Campos Vieira Alves (251.822.696-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5870/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.490/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Beatriz Martins Barros (313.569.403-82); Jose Maria Braz Filho (112.836.703-30); Maria Socorro de Souza Carneiro (073.273.073-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5871/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.520/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Claudino Fernandes (048.266.122-49); Antonio Rodrigues de Souza (078.833.822-68); Carlos Mendes da Silva (136.714.642-91); Francisco Antunes Neto (107.087.582-15); Maria Aparecida Carvalho Evangelista (203.850.482-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5872/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.608/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lillian Virginia Franklin de Paula (074.228.812-91); Ubiratan Oliveira Celestino (559.955.517-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5873/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.622/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Terezinha Fatima da Silva (763.740.688-15); Vladimir de Oliveira da Matta (066.700.161-15).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5874/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.676/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Emilia Lima de Santana (227.242.305-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5875/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.678/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josefa Lima Neres Moura (126.931.463-72); Williams Medeiros Oliveira (075.985.213-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5876/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.711/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Jose Mendes Ferreira (879.793.817-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5877/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.722/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Chaves de Melo (067.931.181-53); Eliane Maria Nogueira de Paiva Cunha (155.613.994-20); Waner Alves da Silva (145.939.391-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5878/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.728/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisca da Costa Ximenes Reis de Franca (353.661.253-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5879/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.731/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivonete Machado (584.134.729-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5880/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos

nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.766/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Epaminondas Rodrigues Machado (045.648.802-25); Iolanda de Jesus Fernandes de Azevedo (084.837.522-04); Maria Gorete de Amorim Rocha (136.284.963-49); Maria de Lourdes Lima Brito (051.986.662-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5881/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.800/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Laurenildo dos Passos Filho (086.993.991-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5882/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.811/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudio Rodrigo Wanderley Santiago (008.554.874-02).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5883/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.820/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Izaura Maria de Jesus (555.082.786-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5884/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-017.872/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Domingos Ramos da Silva (025.501.807-04); Luiz Carlos Machado Filho (513.281.357-72); Wesley Fabiano Finamore (083.457.327-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5885/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-017.968/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mauricio da Silva Santiago (040.625.662-49); Raimundo Wanderley da Silva (003.213.202-63).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5886/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-017.972/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edjair Lucena Tenorio de Lima (140.048.954-72); Israel Antao da Silva (644.723.704-25); Jose Ernani Accioly Costa (006.546.394-34); Luiz Elias do Nascimento (008.015.424-72); Reginaldo Rodrigues dos Santos (007.501.664-87); Walderez Lucien da Silva Rego (164.431.874-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5887/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.986/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Acácio Conceição (073.159.705-25).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5888/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.016/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alcindo Alves dos Santos (038.952.462-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5889/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.023/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisca Alba Raulino Nogueira (221.727.181-49); Francisco Alves de Oliveira (090.466.583-68); Francisco Ramos Leitao (061.972.213-49); Jose de Arimatea Moreira (066.905.213-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5890/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.025/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdemar Rodrigues Silva (182.184.901-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5891/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.074/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Bruna Alvarenga de Saldanha (049.063.657-87); Nataniel Antonio da Silveira Carioca (173.880.587-53); Penha Farias Barbosa (157.280.727-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5892/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.088/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedito Lopes dos Santos (045.545.154-00); Benedito Lopes dos Santos (045.545.154-00); Jose Helio Batista de Melo (031.728.304-97); Josias Leopoldo da Silva (031.727.674-34); Niede Therezinha Paim Corso (292.516.800-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5893/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.165/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ferreira dos Santos (645.452.538-49); Jurandir Miguel da Silva (677.645.258-04); Laerte Franca Feitosa (191.621.208-59); Leda Jurussiara de Almeida das Dores (085.380.668-38); Vera Luzia Molinari Pinto (898.724.018-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5894/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.277/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Azildo Souza de Campos Junior (063.010.428-08); Yasuro Yamanaka (734.019.788-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5895/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.330/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leonil da Costa Pinheiro (290.705.037-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5896/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.377/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Leonel Borba (210.396.900-68); Valdinei de Freitas Lima (242.586.790-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5897/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.427/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudete Bezerra Pinheiro (134.393.673-04); Manoel Melquiades de Melo (052.283.794-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5898/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.463/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teresinha Salete dos Santos Santos (335.760.410-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5899/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.493/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Medeiros Lucio (192.634.904-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5900/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.503/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dionisio Cardoso da Rocha (240.647.265-53); Jose Celcio Lima Dantas (125.534.502-06); Jose Souza Santos (192.217.545-53); Pedro Paulo Alves dos Reis (242.052.575-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5901/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.505/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Moreira Barbosa (004.407.361-53); Francisco de Souza (285.466.607-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5902/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.530/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adriana da Rocha Jarro (280.859.638-33).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5903/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do(s) ato(s) em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE acerca da incorporação, ou não, de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021, todos da 2ª Câmara, e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021, todos da 1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que há, nos autos, informação de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado, sem, entretanto, haver comprovação de que o interessado era filiado à entidade associativa que ajuizou a ação ordinária 2004.34.00.048565-0/DF e que a ela concedeu autorização expressa para ser representado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o(s) ato(s) pode(m) ser apreciado(s) sem a necessidade de prévia oitiva do(s) interessado(s), uma vez que foi(ram) enviado(s) a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário;

Considerando a presunção de boa-fé do(s) responsável(is);

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal(is) e negar registro ao(s) ato(s) de aposentadoria em favor do(s) interessado(s) identificado(s) no item 1.1, além de expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica:

1. Processo TC-036.693/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Victor Hugo Weber (290.154.800-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo(s) interessado(s), nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. verifique as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da ação ordinária 2004.34.00.048565-0/DF, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo STF no julgamento do RE 573.232, e, após essa providência, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no RE 638.115, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao(s) interessado(s), alertando-o(s) de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o(s) exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 5904/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria de Eliane Campoy Ribeiro Alegre e Ruth Silva de Almeida Campos, fazendo-se a determinação abaixo.

1. Processo TC-041.371/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Denise Auxiliadora de Queiroz (009.662.138-90); Eliane Campoy Ribeiro Alegre (100.654.518-21); Eliane Campoy Ribeiro Alegre (100.654.518-21); Joao Luiz Souza Gois (282.939.595-68); Julieta Freitas Ramalho da Silva (940.140.198-53); Keila Francisco Neto de Oliveira (090.400.258-60); Maria Cecilia da Silva Rocha Santos (039.723.508-99); Marta Cristina Meirelles Ortiz (077.771.948-79); Ruth Silva de Almeida Campos (051.353.658-26); Ruth Silva de Almeida Campos (051.353.658-26); Valdice Pereira dos Santos Ribeiro (086.305.088-33); Viviane Santalucia Maximino (041.600.398-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal de São Paulo que emita ato de alteração de aposentadoria de Ruth Silva de Almeida Campos e disponibilize no sistema e-Pessoal no prazo de 30 (trinta) dias, tendo em vista melhorias posteriores decorrentes de majoração de parcela referente ao Incentivo de Qualificação.

ACÓRDÃO Nº 5905/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de ato de admissão de João Paulo da Cunha Silva, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de João Paulo da Cunha Silva, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável ao interessado, proferida na Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao interessado; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-012.315/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joao Paulo da Cunha Silva (019.626.303-40).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão favorável ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5906/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.591/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adeilda Cavalcante Janeiro (959.203.077-49); Leticia Ricieri Bastos (114.139.147-30); Magno Patrick Pickhardt (121.187.877-58); Maria Carolina Magalhaes de Castro Doyle Maia (076.416.456-23); Paolo Savergnini Pessali Rogerio do Nascimento (106.114.717-79).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5907/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.595/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Rita Coimbra Motta de Castro (558.885.001-78); Carla Freire Celedonio Fernandes (774.251.463-04); Juan Miguel Villalobos Salcedo (508.535.892-91); Michelle Aparecida Ramos Azevedo Caldas (103.201.267-65); Najla Benevides Matos (582.482.422-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5908/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de ato de admissão de Gabriela Amaryllis Gigli de Oliveira Ramalho, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação da interessada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Gabriela Amaryllis Gigli de Oliveira Ramalho, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável à interessada, proferida na Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e à interessada; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-014.020/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriela Amaryllis Gigli de Oliveira Ramalho (348.809.388-31).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão favorável à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5909/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.864/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria dos Prazeres dos Santos (273.606.524-72); Suellaine Carolina da Silva Santos (072.532.294-28); Suelly Keliane da Silva Santos (072.532.314-06).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5910/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.865/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rosemilda da Silva Augusto (433.725.037-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5911/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.878/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Melo de Lima (135.979.304-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5912/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.327/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lilioza Pereira de Mesquita Lopes (190.386.237-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5913/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.341/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Elisa Matos Teixeira de Freitas (723.314.889-91); Rosangela Aparecida Tozetto de Carvalho (373.552.959-34); Valderez Peixoto Cury (015.975.099-73).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5914/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.354/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Lucia Eleuterio Vidal Franca (917.991.557-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5915/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.356/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lurdes Tonatto (188.066.270-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5916/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.367/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Daniel Reis Furtado de Mendonca (138.713.706-90); Isadora Castro Furtado de Mendonca (079.843.806-19); Luis Felippe Reis Furtado de Mendonca (138.713.696-83).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5917/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.392/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Carolina Marques Costa (701.599.041-53); Hortência Maria Henrique Vieira (059.570.011-04); Maria das Dores Marques Costa (258.163.651-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5918/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.408/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Esenita da Penha Nascimento (433.375.972-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5919/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.411/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Felisbela Martins de Lima (366.606.475-20); Luciano da Silva Belem de Carvalho (076.728.415-13); Maria Liduina Pereira de Carvalho (663.012.115-53); Uiara Silva Gomes (457.479.975-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5920/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.419/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aparecida Santos de Morais (688.779.511-68); Custodia Soares Virgilio (003.288.966-67); Devan Dias da Silva (087.035.741-72); Ieda Marli Fernandes Sousa (220.430.471-91); Teresa Rosa Bezerra (223.177.161-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5921/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.444/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mary da Silva Monteiro (330.377.602-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5922/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.473/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Suely Raja Gabaglia (551.209.467-04).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5923/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.480/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Miranda Delmondes (134.139.291-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5924/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.492/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aparecida Madalena Casagrande (837.535.169-53); Arnaldo Carlos Sampaio Valente (038.734.028-90); Gleidimara Ferreira da Luz (886.084.769-91); Vanderli Benetis Viana de Queiroz (276.686.739-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5925/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.493/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amelia Rodrigues Bezerra (239.804.781-49); Cecilia Maria de Jesus Ferreira (015.289.621-09); Daniel Victor Oliveira da Silva (038.724.621-56); Danielle Luiza Oliveira da Silva (038.724.611-84); Maria de Fatima Pires Costa Andrade de Almeida (316.506.001-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5926/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.496/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Janisete Rosa Gomes (199.435.985-49).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5927/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.505/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Therezinha Manfredo de Almeida (239.565.931-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5928/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.509/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Leandro Ribeiro (045.001.006-60); Cristina Aparecida Soares (059.761.346-02); Marly de Matos Batista (038.221.186-30).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5929/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.510/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Albertina Ribeiro da Gama (125.582.225-20); Celian Neiva de Andrade de Alencar (933.506.865-91); Ibiracea Silva Colavolpe (230.140.755-15); Maria Elizia Mendes de Oliveira (022.741.968-50); Maria Isabel Pereira Vianna (239.864.765-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5930/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.523/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Heloisa Laura Lopes dos Santos Mercer (159.090.509-15); Noemi Farah Pereira Bertin (359.111.829-04); Sonia Regina Ribeiro (478.731.919-15); Therezinha Marins de Souza (722.513.799-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5931/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.555/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Domingas Elias Ribeiro de Sousa (412.403.753-87); Edna de Lima Araujo (453.618.783-91); Erick Johnson Araujo Lima (077.090.343-65).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5932/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.579/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Luzia Fanticelli dos Santos Moreira (084.581.057-05); Maria Regina da Fonseca Menezes (035.935.177-87); Marisa Goes Cavalcante (576.627.387-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5933/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.601/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gabriel Alves Ribeiro (026.306.091-89); Maria Divina Gomes de Lima (400.730.091-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5934/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.604/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Frederico Sadeck (011.211.462-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5935/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.627/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Elsa Cristina de Mundstock (286.281.280-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5936/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.715/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Philomena Ibelli (213.502.848-74).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5937/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.721/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Maria do Nascimento de Sousa (788.798.761-04); Irani Magalhaes Floriano Lemos (574.615.971-91); Maria Aparecida Modesto Pereira (273.674.951-00); Maria Pereira da Costa (317.528.531-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5938/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.632/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ester Rodrigues de Abreu (781.802.798-04); Simone Horta de Souza (813.957.446-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5939/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.651/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Auxiliadora Cruz Ramos (073.430.058-12).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5940/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.672/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Wanda Prado Monego (144.959.838-22).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5941/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.680/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dinora Cascardo Amarante (114.982.027-64); Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Pereira (535.779.657-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5942/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.693/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adalgisa Barbosa de Souza Nascimento (601.926.317-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5943/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.710/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Arlete de Araujo (481.768.004-06); Moacir Gama Junior (039.254.638-87).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5944/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.713/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida de Sousa (102.951.746-09).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5945/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.739/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5946/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.778/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Djalma Soares Dutra (046.906.647-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5947/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.807/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anna Scagliusi do Carmo (317.259.928-09); Mario Takizawa (252.744.498-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5948/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.885/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francicleide Pereira Lima (039.492.124-00); Lucimar Sobreira Gomes (024.674.804-45); Maria Rodrigues Sobrinha (885.621.904-20); Maria do Socorro Lima (025.363.104-18); Maria do Socorro Lima (025.363.104-18).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5949/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.895/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Maria de Queiroz Mello (448.461.776-53); Irma Correa Soares (579.942.346-15); Maria Barros de Oliveira (064.465.196-21).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5950/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.897/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abdon Anselmo da Costa (013.952.544-00); Domingas dos Santos Cardoso (052.870.997-62); Emilia das Merces Torres Guimaraes (431.759.296-72); Griselda Ribeiro Cidade (073.528.407-53); Ideltrudes Gifone Gomes (000.281.003-44); Justina Rodrigues Hespanhol (006.113.099-04); Maria Antonieta Torquato de Farias (133.147.504-04); Marinete Bomfim Ribeiro (020.899.204-91); Tereza Nievadonski Nunes (014.975.959-24); Valeria Barranco Rabello (366.680.678-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5951/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil relacionado(s) nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-018.913/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eulalia Santana de Souza Portela (451.053.401-91); Laura Ribeiro Alvim (995.290.251-49); Niceia Marta Baptisti (599.786.787-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5952/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.488/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Gilda da Costa Camara (091.610.587-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5953/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.915/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Haydee Freire Jacques (869.921.988-15); Terezinha Lima do Nascimento (161.646.498-46).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5954/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.908/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Dayenne Giselle Correa Fernandes (004.507.732-05); Edielia Jeane de Oliveira Correa (731.397.182-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5955/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.909/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Elizabeth Ferreira Lopes (333.919.716-49); Maria do Socorro Costa Feitosa Alves (155.900.974-87); Sergiane Cazula Lopes (789.762.866-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5956/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão militar em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-016.746/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Bianchi de Azevedo (309.002.717-87); Elizabeth Bianchi de Azevedo (635.173.027-91); Vanderleti Bianchi de Azevedo (035.349.717-79).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5957/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, após o exame das constatações apontadas pelo órgão de controle interno e de outras decorrentes da análise dos autos, a unidade instrutiva propôs o julgamento pela regularidade com ressalva das contas dos dirigentes da entidade e regulares as contas dos demais integrantes do rol;

Considerando a conclusão de que não há proporcionalidade entre os percentuais de rateio adotados e a força de trabalho de cada uma das entidades do Sistema Indústria em Minas Gerais alocada nas áreas compartilhadas, observando-se excesso de pessoal da federação nas áreas compartilhadas (23,9%) em face do seu percentual de rateio correspondente (3,4%);

Considerando que a unidade instrutiva consignou que há a necessidade de que o Senai/MG adeque o percentual de seus funcionários que trabalha nas áreas compartilhadas, de modo que a proporção desses funcionários em relação ao total de funcionários que trabalha nessas áreas compartilhadas atinja o percentual de rateio de despesas que a entidade efetivamente paga;

Considerando que a unidade instrutiva entendeu que o achado não é suficiente para macular de irregularidade as contas da entidade, uma vez que esta geriu cerca de R$ 483 milhões no exercício de 2016 e que a transferência realizada à Fiemg como ajuste de contas, correspondeu a menos de 1% dos recursos geridos no exercício pela entidade;

Considerando que o acórdão 3258/2020-TCU-Plenário expediu determinações com vista à adoção de critérios objetivos de rateio no compartilhamento de estrutura/serviços/processos entre unidades nacionais e regionais do Sistema S com confederações/federações patronais ou quaisquer outras entidades, entre outros;

Considerando que as determinações supracitadas foram direcionadas ao departamento nacional do Sesi, cabendo a constatação apenas constar como ressalva às contas dos dirigentes do Senai/MG, sem prejuízo de expedir recomendação de modo que a proporção dos funcionários que trabalha nas áreas compartilhadas atinja o percentual de rateio de despesas que a entidade efetivamente paga;

Considerando que as demais falhas relatadas no relatório de auditoria anual de contas foram de menor gravidade, sendo suficientes as recomendações do órgão de controle interno.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação aos responsáveis e, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, julgar regulares as demais, com quitação plena.

- Cláudio Marcassa (ex-diretor regional):

(i) ausência de critérios para isenção da taxa de inscrição no edital 1/2016 - processo seletivo unificado relativo ao 2º Semestre de 2016, ofensa ao item 19 do documento "Referenciais da Gratuidade Senai";

(ii) ausência de proporcionalidade entre os percentuais de rateio adotados e a força de trabalho de cada uma das entidades do Sistema Indústria em Minas Gerais alocada nas áreas compartilhadas;

- Olavo Machado Junior (ex-presidente do conselho regional):

(i) ausência de pesquisa prévia de preços na concorrência 12/2016, em ofensa ao art. 13, do Regulamento de Licitação e Contratos do Senai;

(ii) ausência de proporcionalidade entre os percentuais de rateio adotados e a força de trabalho de cada uma das entidades do Sistema Indústria em Minas Gerais alocada nas áreas compartilhadas.

1. Processo TC-008.053/2018-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Afonso Gonzaga (115.695.496-72); Ana Paula da Costa Gondim (850.870.926-91); Aurelio Marangon Sobrinho (235.725.076-34); Carlos Magno de Freitas (425.754.866-53); Cláudio Marcassa (006.470.518-85); Fausto Varela Cançado (232.459.726-87); Heli Siqueira de Azevedo (470.069.357-68); Henrique Câmara Azevedo (849.392.146-72); Humberto Ribeiro de Mesquita Machado Zica (941.208.896-53); Joao Carlos Gontijo de Amorim (162.017.016-72); Jose Ricardo Martins da Silva (459.928.946-91); Jose Tadeu Feu Filgueiras (003.831.476-20); José Antônio Gontijo do Couto (469.166.796-20); José Arlênio Veneziano (239.893.196-04); Kelly Regina Silva Carvalho (712.072.526-20); Luiz Eduardo Notini Greco (364.426.406-63); Marcelo Bregagnoli (666.113.426-72); Marcelo Goncalves Campos (457.624.226-15); Marcos Lopes Farias (208.132.956-53); Mônica Soares Lage Costa (008.254.826-90); Nelson de Souza Dabes Filho (050.893.956-91); Olavo Machado Junior (092.374.886-53); Paulo Ferreira Sousa (272.482.246-34); Paulo Roberto Martins Dalmeida (968.551.697-91); Pedro Gomes da Silva (033.517.853-72); Roberto Revelino Silva (734.438.166-49); Romeu Scarioli (011.163.396-68); Romulo Rodrigues Rocha (355.391.786-53); Teresinha Goncalves de Sousa Martins (496.036.986-87); Ubirajara Alves de Freitas (775.588.046-04); Valentino Rizzioli (042.526.298-70); Vicente de Paula Aleixo Dias (133.750.596-04); Wagner Pinheiro Ramos (792.742.006-25).
1.2. Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai/MG).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: Henrique Andrade Rodrigues (144.014/OAB-MG), Paulo Soares Ribeiro de Oliveira (64.867/OAB-MG) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai/MG), com base no art. 9º da Resolução TCU 315/2020, acerca das seguintes falhas:
1.7.1.1. ausência de critérios para isenção da taxa de inscrição no edital 1/2016 - processo seletivo unificado relativo ao 2º Semestre de 2016, em ofensa ao item 19 do documento "Referenciais da Gratuidade Senai";
1.7.1.2. ausência de pesquisa prévia de preços na concorrência 12/2016, em desatendimento ao art. 13 do Regulamento de Licitação e Contratos do Senai;

1.7.2. recomendar ao Senai/MG, com fundamento no inciso III, art. 2º c/c o art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que adeque o percentual de seus funcionários que trabalha nas áreas compartilhadas, de modo que a proporção desses funcionários em relação ao total de funcionários que trabalha nessas áreas compartilhadas atinja o percentual de rateio de despesas que a entidade efetivamente paga;

1.7.3. dar ciência desta deliberação à Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais e ao Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai/MG), destacando que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 5958/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, conforme análise procedida pela SecexPrevidência acerca dos esclarecimentos prestados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) em atendimento a medida saneadora realizada, foram corrigidas as impropriedades relativas à ausência de ateste definitivo no contrato com a Caixa para operacionalização do antigo Programa Bolsa Família (PBF) e à contabilização dos pagamentos indevidos em litígio do contrato mantido com a instituição financeira;

Considerando que, em relação ao atendimento aos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.3 do acórdão 3800/2015-TCU-1ª Câmara, relativo à prestação de contas da Senarc do exercício de 2014, envolvendo conflitos entre o MDS e a Caixa concernentes à restituição ao erário de benefícios pagos indevidamente (pagamento indevido do Benefício Variável Jovem e reversão indevida de cancelamentos de benefícios, por meio da rotina de sistema ALTCAD), foi autuado processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União, com vistas a buscar a solução do conflito;

Considerando que, em relação ao referido processo, foi constatada pouca movimentação processual em 2016 por parte da Senarc, que, como única providência, notificou a Caixa acerca do não provimento de recurso em que foram questionados os quantitativos e valores apurados pela unidade jurisdicionada, devendo tal impropriedade constar como ressalva às contas dos responsáveis;

Considerando que, atualmente, a referida questão já passou da esfera administrativa, estando a cargo da PGFN, com o encaminhamento do crédito para inscrição na Dívida Ativa da União, não sendo necessária a expedição de medida corretiva a respeito;

Considerando que foi constatada a falta de implantação, no exercício de 2016, do Sistema de Gestão do Acompanhamento e da Fiscalização do Programa Bolsa Família (Sigaf), bem como a automação apenas do cálculo do IGD-M, em cumprimento parcial de determinação contida no item 1.7.1.1. do acórdão 6776/2016-TCU-1ª Câmara, relativo à prestação de contas da Senarc referente ao exercício de 2014;

Considerando que, atualmente, não se mostra mais cabível a formulação de medida corretiva quanto à questão, ante a possibilidade de alteração do Sigaf e da forma de cálculo do IGD pelas regras do novo Auxílio Brasil, devendo, contudo, constar como ressalva às contas dos responsáveis da unidade jurisdicionada.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação aos responsáveis, e, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, regulares as demais, com quitação plena.

- Helmut Schwarzer e Tiago Falcão Silva (ex-secretários da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania); Walter Shigueru Emura (ex-diretor do Departamento de Benefícios); Joana Mostafa e Maria Alice Melo de Araújo (ex-diretoras do Departamento do Cadastro Único); Celso Lourenço Moreira Correa (ex-diretor do Departamento de Operação):

(i) Insuficiência das providências adotadas, em 2016, no âmbito do processo protocolado na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União, para obtenção da restituição de valores de benefícios pagos indevidamente na execução do contrato MDS/Caixa, para operacionalização do Cadastro Único e do Bolsa Família;

(ii) Falta de implantação do Sistema de Gestão do Acompanhamento e da Fiscalização do Programa Bolsa Família (Sigaf), integrado ao Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF), e automação do cálculo apenas do IGD-M, configurando cumprimento parcial da determinação contida no item 1.7.1.1. do acórdão 6776/2016-TCU-1ª Câmara, monitorado pelo acórdão 8708/2017-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-029.539/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Caroline Augusta Paranayba Evangelista (986.462.221-87); Celso Lourenço Moreira Correa (453.656.016-53); Eduardo da Silva Pereira (505.180.976-68); Helmut Schwarzer (630.495.549-91); Jeniffer Carla de Paula Nóbrega Chaves (010.902.881-31); Joana Mostafa (280.240.058-40); Leticia Bartholo de Oliveira e Silva (699.483.561-87); Maria Alice Melo de Araujo (512.364.197-15); Rodrigo Lofrano Alves dos Santos (689.273.201-15); Sergio Monteiro da Silva (471.575.001-59); Tiago Falcão Silva (645.913.951-20); Walter Shigueru Emura (153.114.828-00).

1.2. Órgão: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, nos termos do inciso I do art. 9º da Resolução TCU 315/2020, acerca das seguintes falhas:

1.7.1.1. ausência de identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração dos responsáveis no rol de responsáveis, em infringência ao art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010;

1.7.1.2. descumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas;

1.7.1.3. ausência, nos quadros orçamentários do relatório de gestão, do detalhamento da execução física referente aos restos a pagar executados durante o exercício de referência, em desatendimento ao que foi recomendado pelo item 1.7.2.7 do acórdão 6776/2016-TCU-1ª Câmara, que apreciou as contas da unidade jurisdicionada referentes ao exercício de 2014;

1.7.2. enviar cópia desta deliberação à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério da Cidadania, bem como à Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 5959/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, acolhendo os fundamentos alvitrados pela unidade instrutiva, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 33), ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde, para conhecimento.

1. Processo TC-004.675/2021-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA (13.915.632/0001-27).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5960/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de nova documentação apresentada no processo de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em desfavor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar), ora recorrente;

Considerando que a Fequimfar teve suas contas julgadas por meio do Acórdão 8.807/2019-TCU-1ª Câmara, contra o qual apresentou recurso de reconsideração, que foi conhecido e, no mérito, desprovido pelo Acórdão 1.613/2022-TCU-1ª Câmara;

Considerando que, neste momento, a responsável apresentaria o cogitado "pedido de reexame", alegando unicamente a prescrição da pretensão ressarcitória;

Considerando que não é cabível pedido de reexame em Tomada de Contas Especial, o que exige que a peça seja examinada com base nos requisitos estabelecidos para o eventual recurso de reconsideração;

Considerando, todavia, que a anterior interposição de recurso de reconsideração gerou a preclusão consumativa, nos termos do §3º do art. 278 do Regimento Interno, tendo a ora interessada já apresentado o recurso de reconsideração contra o mesmo acórdão que busca impugnar;

Considerando que os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público estão no sentido da preclusão consumativa e, por consequência, do não conhecimento do recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no 33 da Lei 8.443/92, em não conhecer do incabível "pedido de reexame" e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-011.246/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Danilo Pereira da Silva (664.239.708-82); Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - Fequimfar (62.812.953/0001-01).

1.2. Interessada: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - Fequimfar (62.812.953/0001-01).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Willian Peter Pedro (361965/OAB-SP), Rodrigo Molina Resende Silva (28.438/OAB-DF) e outros

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5961/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'c', com fundamento no art. 218 do RI/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em expedir quitação aos responsáveis Misael Lopes da Cunha, Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/BA), e Adm. Ind. e Comércio e Serviços Ltda., ante o recolhimento integral do débito solidário imputado por meio do subitem "9.3.b" do Acórdão 1401/2015-TCU-1ª Câmara, e expedir quitação à responsável Adm. Ind. e Comércio e Serviços Ltda., ante o recolhimento da multa individual cominada por meio do subitem 9.5 do mesmo acórdão, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 308), aos responsáveis e ao órgão instaurador da TCE para conhecimento.

1. Processo TC-012.960/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 041.353/2021-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.341/2021-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.337/2021-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.340/2021-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.343/2021-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.410/2021-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.412/2021-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.413/2021-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 041.411/2021-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Adm. Ind. e Comércio e Serviços Ltda (05.780.557/0001-06); Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB/BA (63.104.020/0001-22); Carpedelly Comércio de Máquinas Texteis Ltda. (02.667.185/0001-18); Cleriston de Matos Freitas (685.912.505-59); Ilma Rosa de Souza (63.208.185/0001-44); Misael Lopes da Cunha (318.161.345-20); Wal Color Produtos Texteis Ltda. (04.415.417/0001-76).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Juleilda Valeria Brasil Nunes Allegro, representando Adm. Ind. e Comércio e Serviços Ltda; Gabriel Arcanjo de Oliveira Neto (17209/OAB-BA) e Manoel Lerciano Lopes (15232/OAB-BA), representando Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - Apaeb; José Carlos Giussio (84403/OAB-SP), representando Wal Color Produtos Texteis Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5962/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 5º caput, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica (peça 144), aos responsáveis, e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

1. Processo TC-013.908/2021-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Bernildo Duarte Val (114.188.263-91); Consducto Engenharia Ltda (08.728.600/0001-82); Raimundo Nonato Lima Percy Junior (004.608.903-95).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5963/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos, que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), contra Ruth Schwingel, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Termo de Compromisso BEX0071/95-1, concernente à "concessão de bolsa de estudos para realização de Doutorado, no curso Mathematics Research, na University of London, Inglaterra".

Considerando que a responsável deixou de efetuar os pagamentos relativos ao parcelamento do débito acordado com a Capes;

Considerando que ao promover a notificação da responsável, para devolução do saldo remanescente, sobreveio a informação do seu falecimento, em 4/2/2011;

Considerando que a eventual citação dos sucessores da responsável restaria prejudicada, em razão do comprometimento da ampla defesa e do contraditório, porquanto transcorridos mais de 10 anos das ocorrências, conforme estabelecido no art. 6º, inciso II, c/c art. 19 da IN-TCU 71/2012.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao processo a seguir especificado, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no art. 143, inciso V, alínea "a", e 212 do Regimento Interno do TCU, c/c o artigos 6º, inciso II, e 19 da IN-TCU 71/2012, em determinar o arquivamento dos autos, por ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido desta tomada de contas

especial, dando ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.095/2020-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ruth Schwingel (398.304.620-72).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5964/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, considerar prejudicado o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao representante e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e fazer a determinação conforme proposto nos autos.

1. Processo TC-016.832/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: NP3 Comércio e Serviços Ltda. - (CNPJ 01.667.155/0003-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Lourdes Feliciano da Silva Ferreira, representando NP3 Comercio e Serviços Ltda.

1.7. Determinações:

1.7.1. dar ciência à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 70/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. exigir dos licitantes, no item 9.11.1.1.d. do edital, para fins de qualificação técnico operacional, experiência mínima de 10 anos na prestação dos serviços contratados, superior ao prazo contratual inicial de doze meses previsto no item 1.5.1 do termo de referência, considerando que o dispositivo restringe potencialmente a competitividade do certame, o que viola o inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal; inc. I do §1º do art. 3º e inc. II do art. 30 da Lei 8.666/1993 e caput do art. 2º do Decreto 10.024/2019, além de contrariar a jurisprudência do TCU, consubstanciada nos Acórdãos 2.870/2018-TCU-Plenário, rel. Min. Walton Alencar; 7.164/2020-TCU-2ª Câmara, rel. Ministro-Substituto André de Carvalho; e 503/2021-TCU-Plenário, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman, sendo que só pode ser exigida comprovação de experiência mínima superior ao prazo contratual inicial e até o limite de três anos, na execução de serviços continuados que não sejam por postos de trabalho, a teor do disposto no subitem 10.6.b do anexo VII-A da Instrução Normativa 5/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento de Gestão (MPOG), desde que as circunstâncias específicas da prestação do serviço assim recomendem, o que deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação e na experiência pretérita do órgão contratante.

ACÓRDÃO Nº 5965/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), a respeito de irregularidades ocorridas na execução do Convênio, s/n, de 11/12/1991, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) e o município de Conselheiro Pena/MG, cujo objeto era a transferência de recursos para custeio das atividades de assistência à saúde no município.

Considerando que, por meio do Acórdão 548/2020-TCU-1ª Câmara, foi determinado ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) que analisasse os documentos encaminhados pelo TCE/MG e encaminhasse suas conclusões ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), para eventual instauração de tomada de contas especial;

Considerando que a determinação acima não foi cumprida, pois as providências necessárias não fariam parte das atribuições do Denasus e da FNS;

Considerando que a eventual instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos narrados na representação, restaria prejudicada, em razão do falecimento dos responsáveis e do comprometimento da ampla defesa e do contraditório por parte dos possíveis sucessores, porquanto transcorridos mais de 10 anos das ocorrências, conforme estabelecido no art. 6º, inciso II, c/c art. 19 da IN-TCU 71/2012;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao processo a seguir especificado, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, c/c o artigos 6º, inciso II, e 19 da IN-TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do feito, por ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, dando ciência desta deliberação ao TCE/MG, ao Denasus e ao FNS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.449/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Denasus (07.690.241/0001-59); Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5966/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 216 e na forma do art. 143, V, "e", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 20/7/2022, o prazo para cumprimento das determinações constantes do acórdão 12643/2018-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-020.282/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 002.281/2022-8 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Ruy Pinheiro de Araújo (078.777.221-68).

1.3. Interessados: Andre Luiz Arrais de Carvalho (014.545.071-60); Benedito Padilha da Rosa Junior (814.141.291-49); Deivissen Santana Benites de Oliveira (715.678.791-87); Peterson Lauro Pimenta Cardozo (038.724.931-16).

1.4. Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT).

1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.8. Representação legal: Ivo Ferreira da Silva (14264/OAB-MT), Bruno Carvalho de Souza (19198/OAB-MT) e outros, representando Andre Luiz Arrais de Carvalho; Ivo Ferreira da Silva (14264/OAB-MT), representando Peterson Lauro Pimenta Cardozo; Marlon de Latorraca Barbosa (4978/OAB-MT), Bruno Carvalho de Souza (19198/OAB-MT) e outros, representando Ruy Pinheiro de Araújo; Ivo Ferreira da Silva (14264/OAB-MT), representando Benedito Padilha da Rosa Junior; Carmelice Santana Leão (22940/OAB-MT) e Mauricio Sales Ferreira de Moraes (14826/OAB-MT), representando Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5967/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.020/2020-5.

2. Grupo: I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edilson Sobreira Barbosa (CPF 334.611.554-20) e Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) (CNPJ 00.857.498/0001-03).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: SecexTCE.

8. Representação legal: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva (OAB/PB 11.589) e outros, representando Edilson Sobreira Barbosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Edilson Sobreira Barbosa e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), em razão da não comprovação parcial da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 141/2010 (Siafi 732374), tendo por objeto o instrumento descrito como "Festival Gastronômico Brasil Sabor 2010, no estado da Paraíba",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Edilson Sobreira Barbosa e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 68.921,50, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 31/05/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.3. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considere cabíveis; e

9.4. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5967-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5968/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.334/2022-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessada: Maria Luzia do Couto Aguiar, CPF 337.142.901-68.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 5/7/2022, o ato de alteração da pensão militar instituída por Sebastiao Rezende Aguiar em favor de Maria Luzia do Couto Aguiar (ato nº 13425/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de alteração da pensão militar instituída por Sebastiao Rezende Aguiar em favor de Maria Luzia do Couto Aguiar (ato nº 13425/2017); e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Comando do Exército.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5968-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5969/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.477/2022-6.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Alberto dos Santos Puga Barbosa, CPF 064.897.452-91.

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a análise de mérito do ato constante da peça 3, relativo à concessão inicial de aposentadoria a Alberto dos Santos Puga Barbosa, ante a inconsistência verificada em relação à rubrica "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO (Decisão judicial - Outros)", nos termos do § 6º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar à Fundação Universidade do Amazonas que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhe novo ato de concessão inicial de aposentadoria por meio do sistema e-Pessoal, com os devidos esclarecimentos e cópia da documentação comprobatória pertinente acerca da rubrica "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO (Decisão judicial - Outros)";

9.3. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5969-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5970/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.660/2022-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Isabel Cristina Ifarraguirre de Oliveira, CPF 371.228.350-49.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 9362/2018), relativo à concessão inicial da aposentadoria de Isabel Cristina Ifarraguirre de Oliveira, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (novo número 0039464-12.2004.4.01.3400), apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para que a Sra. Isabel Cristina Ifarraguirre de Oliveira seja beneficiária do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa da interessada para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, a interessada era filiada à referida associação;

9.3.3. após a verificação do subitem 9.3.2, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.4. retifique o percentual de anuênios nos proventos da Sra. Isabel Cristina Ifarraguirre de Oliveira;

9.3.5. alerte a Sra. Isabel Cristina Ifarraguirre de Oliveira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.6. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.7. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.7 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5970-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5971/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.914/2022-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: posentadoria.
3. Interessado: Vicente Cavalcanti Roque Filho, CPF 288.322.214-20.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 29/4/2021, o ato de concessão inicial de aposentadoria a Vicente Cavalcanti Roque Filho (ato nº 57761/2020);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do ato de concessão inicial de aposentadoria a Vicente Cavalcanti Roque Filho (ato nº 57761/2020); e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5971-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5972/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.530/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Lourival Brasil, CPF 066.742.911-53.
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 3551/2018), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Lourival Brasil, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Lourival Brasil no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5972-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5973/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.722/2022-3.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Abel Luiz Bittencourt, CPF 335.455.450-91.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 20882/2020), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Abel Luiz Bittencourt, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Abel Luiz Bittencourt no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. promova a imediata supressão da fração de 1/5 de FC-01 atribuída ao sr. Abel Luiz Bittencourt, haja vista o não implemento, para sua incorporação, do requisito de doze meses de efetivo exercício até a edição da Medida Provisória 2.225-45/2001;

9.3.5. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 supra;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao interessado;

9.4.3. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5973-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5974/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.653/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Mara Lucia Nobre Pitanga, CPF 209.017.124-34.
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 88775/2019), nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Mara Lucia Nobre Pitanga no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5974-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5975/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.149/2020-9.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Valmir Belo Amorim (191.950.444-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguanã/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Pedro Durans Braid Ribeiro (OAB/MA 10.255) e outros, representando Valmir Belo Amorim.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Valmir Belo Amorim, prefeito de Araguanã/MA nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município, à conta do Programa de Educação Infantil - Apoio Suplementar - exercício 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Valmir Belo Amorim, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação; e

9.2. remeter cópia deste acórdão ao responsável e ao FNDE.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5975-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5976/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.161/2020-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Gabriela Braun da Silva (CPF 962.330.600-87).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação Legal: Ronaldo Costalunga Gotuzzo (OAB/RS 51.983) e outros, representando Gabriela Braun da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor da Sra. Gabriela Braun da Silva, ex-empregada, em razão de danos ao erário decorrentes de transações financeiras irregulares em contas de clientes, no âmbito da Agência Praça da Alfandega/RS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Gabriela Braun da Silva (CPF 962.330.600-87);

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Gabriela Braun da Silva (CPF 962.330.600-87), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-a ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/9/2018	11.914,21
10/9/2019	9.500,00
10/9/2019	6.500,00
10/9/2019	1.390,00
10/9/2019	9.234,72
10/9/2019	7.000,00
10/9/2019	2.717,86
10/9/2019	7.000,00
10/9/2019	25.000,00
10/9/2019	16.000,00
10/9/2019	4.000,00
10/9/2019	17.000,00

9.3. aplicar à Sra. Gabriela Braun da Silva (CPF 962.330.600-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à responsável e à Caixa Econômica Federal, para ciência; bem como à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5976-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5977/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.992/2021-7.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Ato de Admissão).

3. Embargante/Interessada:

3.1. Embargante: Vanessa Vasconcelos, CPF 036.716.941-06.

3.2. Interessada: Vanessa Vasconcelos, CPF 036.716.941-06.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração interpostos por Vanessa Vasconcelos, em face do Acórdão 18840/2021 - TCU - 1ª Câmara, por intermédio do qual este Tribunal, ao apreciar ato de admissão de interesse da ora embargante, deliberou por considerá-lo ilegal e negar-lhe o correspondente registro (ato nº 88926/2018), tendo em vista a identificação de que a contratação ocorreu após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS, por força de decisão judicial proferida nos autos da Ação Trabalhista - Rito Ordinário nº 0001447-46.2015.5.10.0017 (numeração única),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração apresentados por Vanessa Vasconcelos, com fundamento nos arts. 32, inc. II, e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 277, inciso III, 280, caput, e 287 do Regimento Interno, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, com vistas a:

9.1.1. tornar insubsistente o item "b" do Acórdão embargado;

9.1.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.2. determinar o encaminhamento, à embargante e à Caixa Econômica Federal, de cópia deste Acórdão.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5977-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5978/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.758/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Mário Célio de Souza Matos (184.182.361-91).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor do ex-servidor Mário Célio de Souza Matos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Mário Célio de Souza Matos (184.182.361-91);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5978-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5979/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.901/2022-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Débora Gomes da Silva (266.547.171-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO em favor da ex-servidora Débora Gomes da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Débora Gomes da Silva (266.547.171-04), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. ajuste o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço nos proventos da inativa, excluindo do cálculo os períodos não contínuos que foram computados para tal;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5979-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5980/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.013/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados: Clovis Augusto Pinto Christino (032.442.787-52); Maria Gladys de Brito Christina (025.915.737-60).

4. Órgão: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Alcides Pinto Christina (053.388.598-15);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Aeronáutica;

9.3.5. comunique imediatamente aos interessados o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5980-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5981/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.332/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Eduardo José Viola (961.669.918-00).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor do ex-servidor Eduardo José Viola;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eduardo José Viola (961.669.918-00), recusando o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga ao Sr. Eduardo José Viola, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade (MS 26.156) foi proferida;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para o Sr. Eduardo José Viola, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5981-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5982/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.627/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Rosa Helena Stein (579.496.707-20).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Rosa Helena Stein;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rosa Helena Stein (579.496.707-20), recusando o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à Sra. Rosa Helena Stein, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade (MS 26.156) foi proferida;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para a Sra. Rosa Helena Stein, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5982-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5983/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.816/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Celia Pereira (244.035.631-04).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em favor da ex-servidora Maria Celia Pereira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Celia Pereira (244.035.631-04), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos da inativa, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.2.2. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.1, promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pela Sra. Maria Celia Pereira entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5983-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5984/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.855/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Jordinei de Oliveira Magalhães (366.616.357-20).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor da ex-servidora Jordinei de Oliveira Magalhães;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jordinei de Oliveira Magalhães (366.616.357-20), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5984-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5985/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.976/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Eliete Reis Borges de Campos (632.981.555-00); Marli Regina Borges de Campos Hubner (893.672.787-72); Marta Regina Borges de Campos Lima (660.914.387-00); Nélia Regina Borges de Campos (877.135.277-53).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Reginaldo Borges de Campos Neto (074.184.697-72);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5985-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5986/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.729/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro Augusto Gomes Roriz (185.174.711-72).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Pedro Augusto Gomes Roriz (185.174.711-72), recusando o registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Pedro Augusto Gomes Roriz para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5986-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5987/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.862/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados: Benedita Gonçalves de Almeida (226.065.724-91); Iraci Batista Flor (191.346.814-34); Iraci Flor (132.148.104-72); Sandra Maria Flor de Melo (324.903.214-04); Sonia Maria Flor (123.188.924-15); Sueni Elisabeth Flor de Farias (460.028.714-20).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão militar emitidos pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de concessão de pensão militar, inicial (e-Pessoal 13.831/2020) e reversão (e-Pessoal 14.558/2020), instituídos por Otacílio Flor (008.538.364-34);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. esclareça à beneficiária Benedita Gonçalves de Almeida quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei 3.765/1960, só é permitida a acumulação de uma pensão militar com outro benefício (ou vencimento) oriundo de outro regime;

9.3.3. após a manifestação da beneficiária Benedita Gonçalves de Almeida quanto ao direito de opção mencionado, emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5987-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5988/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.865/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Rosana Saldanha da Gama Faria Reis (766.793.147-04).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Hyder Saldanha da Gama Faria (e-Pessoal 73.391/2018) em favor da beneficiária Rosana Saldanha da Gama Faria Reis (766.793.147-04);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. esclareça à beneficiária Rosana Saldanha da Gama Faria Reis quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei 3.765/1960, só é permitida a acumulação de uma pensão militar com outro benefício oriundo de outro regime;

9.3.3. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.4. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5988-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5989/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.872/2022-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Diony Isabel Hartmann Collares (994.514.170-87); Glecy Maria Silveira Fernandes Collares (242.720.780-20); Janice Hartmann Collares Weigert (449.554.800-04); Janine Hartmann Collares (806.765.459-04).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de pensão militar e-Pessoal 106328/2019 instituído por João Gaspar Jardim Collares (033.906.400-53) em favor das beneficiárias Diony Isabel Hartmann Collares (falecida) e Glecy Maria Silveira Fernandes Collares (242.720.780-20);

9.2. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar e-Pessoal 106430/2019 instituído por João Gaspar Jardim Collares (033.906.400-53) em favor das beneficiárias Glecy Maria Silveira Fernandes Collares (242.720.780-20); Janice Hartmann Collares Weigert (449.554.800-04) e Janine Hartmann Collares (806.765.459-04);

9.2.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2.2. determinar ao Comando do Exército que:

9.2.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2.2. esclareça à beneficiária Janine Hartmann Collares quanto ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, já que, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei 3.765/1960, só é permitida a acumulação de uma pensão militar com outro benefício (ou vencimento) oriundo de outro regime;

9.2.2.3. após a manifestação da beneficiária Janine Hartmann Collares quanto ao direito de opção mencionado, emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.2.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.2.2.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5989-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5990/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.716/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Lessa dos Santos (068.286.044-15).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL em favor do ex-servidor José Lessa dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de José Lessa dos Santos (068.286.044-15), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5990-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5991/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.717/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor do ex-servidor Pedro Murrieta Santos Neto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91), recusando o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga ao Sr. Pedro Murrieta Santos Neto, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade (MS 26.156) foi proferida;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para o Sr. Pedro Murrieta Santos Neto, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5991-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5992/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.769/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Bernadete de Almeida Fontenele (097.953.751-72).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Bernadete de Almeida Fontenele (097.953.751-72), recusando o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Maria Bernadete de Almeida Fontenele para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.3.1. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5992-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5993/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.224/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Murilo Sérgio da Silva Neto (223.916.144-20).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Murilo Sérgio da Silva Neto (223.916.144-20), recusando o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que promova o ajuste nas parcelas percebidas a título de incorporação de quintos nos proventos de Murilo Sérgio da Silva Neto para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.3.1. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5993-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5994/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.286/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Nanci Aguiar Paixão (145.583.511-00).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Nanci Aguiar Paixão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nanci Aguiar Paixão (145.583.511-00), recusando o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à Sra. Nanci Aguiar Paixão, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para a Sra. Nanci Aguiar Paixão, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5994-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5995/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.729/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Maria do Carmo Honorato Teles (080.990.224-91); Veronyca Tellys da Silva (905.506.254-53).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Antônio Teles Sobrinho (042.854.684-68);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5995-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5996/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.731/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Maria Gonçalves de Freitas (362.831.930-72).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Alceu Godinho de Freitas (063.956.860-20);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5996-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5997/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.377/2017-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Omar Sousa Barbosa (434.380.755-04).

3.3. Recorrente: Omar Sousa Barbosa (434.380.755-04).

4. Entidade: Município de Caatiba/BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Anamaria de Souza Ferraz Ribeiro Arcanjo (OAB/BA 29.663).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que, nesta etapa, cuida da apreciação de recurso de reconsideração interposto por Omar Sousa Barbosa, ex-prefeito do Município de Caatiba/BA, contra o Acórdão 5.383/2021-TCU-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Omar Sousa Barbosa, ex-prefeito do Município de Caatiba/BA, contra o Acórdão 5.383/2021-TCU-1ª Câmara, por adimplir os requisitos de admissibilidade tratados nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, e 285 do RITCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, de sorte a tornar insubsistente o Acórdão 5.383/2021-TCU-1ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Omar Sousa Barbosa (434.380.755-04), ex-prefeito do Município de Caatiba/BA, relativamente aos recursos federais transferidos àquela municipalidade a título do PNATE, exercício 2011 e 2012, nos termos dos arts. 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.3. notificar o recorrente da presente decisão;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao FNDE e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5997-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5998/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.441/2021-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Wanda Godeiro dos Santos (423.085.504-49).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Wanda Godeiro dos Santos em face do Acórdão 18.415/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem "1.7.1.1" da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos, nos proventos da recorrente, nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial proferida nos autos do Processo 2004.34.00.048565-0, movido pela Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal, que tramitou no juízo da 7ª Vara Federal de Brasília e cuja sentença de mérito transitou em julgado em 1º/8/2006;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5998-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5999/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.119/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Carlos Alberto Ano Bom (143.960.251-49).

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Fabio Fontes Estillac Gomez (OAB/DF 34.163).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo Sr. Carlos Alberto Ano Bom em face do 12.097/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério Público Federal e ao recorrente.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5999-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6000/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.297/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Ecos Eventos Ltda. (07.712.614/0001-45) e Erica Semião Pinheiro (829.296.026-00).

4. Órgão: Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Patrícia Nunes Romano Tristão Pepino (OAB/ES 10.192); Jeanine Nunes Romano (OAB/ES 11.063) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pela empresa Ecos Eventos Ltda. e sua presidente, Sra. Érica Semião Pinheiro, contra o Acórdão 18.857/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento no art. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar as recorrentes desta deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6000-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6001/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.274/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Celso Luiz da Silva Vargas (519.587.401-87); Paulo Henrique Malacrida (069.887.398-07); Planacon Construtora Ltda. (04.607.970/0001-00).

4. Entidade: Município de Maracaju - MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Alessandre Vieira (OAB/MS 6.486); Silvia Cristina Vieira (OAB/RS 12.024).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco) - Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) em desfavor de Celso Luiz da Silva Vargas (CPF 519.587.401-87), Paulo Henrique Malacrida (CPF: 069.887.398-07) e Planacon Construtora Ltda. (CNPJ 04.607.970/0001-00), em razão da inexecução parcial do Convênio 702796/2008, celebrado com o município de Maracaju/MS, tendo por objeto recuperação e adequação de vias públicas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir o Sr. Celso Luiz da Silva Vargas (519.587.401-87) da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Paulo Henrique Malacrida (CPF: 069.887.398-07) e Planacon Construtora Ltda. (CNPJ 04.607.970/0001-00), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, em solidariedade, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
129.622,47	25/08/2011

9.4. aplicar aos responsáveis Paulo Henrique Malacrida (CPF: 069.887.398-07) e Planacon Construtora Ltda. (CNPJ 04.607.970/0001-00), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores de R$ 12.000 e R$ 24.000,00, respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.7. notificar desta deliberação os responsáveis, o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6001-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6002/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.926/2020-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Reforma).

3. Embargante: Wagner de Almeida Ferraz (656.752.746-34).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos por Wagner de Almeida Ferraz em face do Acórdão 4.195/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas negou provimento ao pedido de reexame interposto pelo embargante em face do Acórdão 5.406/2021-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de reforma emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante e o Comando do Exército acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6002-32/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6003/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.489/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Maria de Lourdes Gazal (054.620.088-56).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria de Lourdes Gazal em face do Acórdão 15.802/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem "1.7.1" da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos, nos proventos da recorrente, nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial proferida nos autos do Processo 2004.34.00.048565-0, movido pela Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal, que tramitou no juízo da 7ª Vara Federal de Brasília e cuja sentença de mérito transitou em julgado em 1º/8/2006;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6003-32/22-1.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6004/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.603/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Ridair dos Santos (239.484.931-20).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Ridair dos Santos em face do Acórdão 17.582/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem "c.1" da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal Superior do Trabalho para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos, nos proventos da recorrente, nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial proferida nos autos do Processo 012092-54.2005.4.01.3400, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF, que tramitou no juízo da 7ª Vara Federal de Brasília e cuja sentença de mérito transitou em julgado em 12/7/2010;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6004-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6005/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.344/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Comunicação Alternativa Ltda. (31.399.272/0001-30) e Nelson Hoineff (261.606.847-87).
4. Entidade: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Agência Nacional do Cinema em desfavor da empresa Comunicação Alternativa Ltda. e de seu sócio administrador, o Sr. Nelson Hoineff, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados para a execução do projeto cultural Pronac 01-1840, intitulado "O homem pode voar: A saga de Santos Dumont";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, com fundamento no disposto nos artigos 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno, c/c o arts. 6º, inciso II, e 19 da IN TCU 71/2012, ante a ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular referentes ao exercício substancial do direito ao contraditório e à ampla defesa;
9.2. notificar a Ancine, a Secretaria Especial da Cultura, a empresa Comunicação Alternativa Ltda. (31.399.272/0001-30) e a Sra. Alice Hoineff, herdeira/sucessora do Sr. Nelson Hoineff.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6005-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6006/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.568/2020-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antônio Victor Lopes Lustosa (077.426.527-22); Antônio Vitor Lustosa Neto (029.998.033-20); Interfilmes do Brasil Prod. Art. e Cinematográficas Ltda. (29.020.971/0001-85).
4. Entidade: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade da empresa Interfilmes do Brasil Prod. Art. e Cinematográficas Ltda. (CNPJ: 29.020.971/0001-85) e de seus sócios-administradores Antônio Vitor Lustosa Neto (CPF: 029.998.033-20) e Antônio Victor Lopes Lustosa (CPF: 077.426.527-22), em razão de omissão no dever de prestar contas, captados por força do projeto cultural Pronac 030074 - "Anita Garibaldi - Guerreira da Liberdade".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da empresa Interfilmes do Brasil Prod. Art. e Cinematográficas Ltda. (CNPJ: 29.020.971/0001-85) e de seus sócios-administradores Antônio Vitor Lustosa Neto (CPF: 029.998.033-20) e Antônio Victor Lopes Lustosa (CPF: 077.426.527-22), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, do Regimento Interno;
9.2. condenar os responsáveis indicados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Agência Nacional do Cinema, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/1/2005	720.000,00
2/12/2005	126.000,00
5/1/2005	80.000,00
2/12/2005	14.000,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.5. notificar a prolação deste acórdão à Agência Nacional do Cinema, aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6006-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6007/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.650/2020-0.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis/Interessado:
3.1. Responsáveis: José Murilo Nunes de Souza (423.494.195-68); Município de Nova Ibiá/BA (32.697.583/0001-48).
3.2. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania.
4. Entidade: Município de Nova Ibiá/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania relativa aos recursos transferidos ao município de Nova Ibiá/BA no âmbito do PSB/PSE-2010.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. excluir o Sr. José Murilo Nunes de Souza da relação processual;
9.2. arquivar a presente tomada de contas especial, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o município de Nova Ibiá/BA, para que lhe possa ser dada quitação com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, no art. 213 do RI/TCU;
9.3. determinar ao Ministério da Cidadania que ajuste a responsabilidade pelo débito apurado neste processo no sistema e-TCE, nos termos do art. 24 da Portaria TCU 122/2018.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6007-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6008/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.989/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Francisco de Assis Gonçalves (233.505.476-72).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Câmara dos Deputados.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Francisco de Assis Gonçalves (55852/2020, peça 4), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, presumidamente, pelo interessado, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, ajuste a rubrica de quintos incorporados para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016, transformando-os em parcela compensatória, adequada ao que foi modulado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, e comunique a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6008-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6009/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.230/2022-8.
2. Grupo II - Classe V - de Assunto: Pensão Militar.
3. Interessados: Iara Kepper Custódio (253.232.889-49); Jamile da Costa e Silva (439.352.902-25).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar concedida pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 7/2/2022, o ato de pensão militar instituída pelo Sr. Paulo César de Oliveira Custódio (46405/2016, peça 3);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do acórdão 122/2021-TCU-Plenário;

9.3. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6009-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6010/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.509/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessada: Eduarda Magalhães Matos (053.227.107-60).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar concedida pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar instituída por Nelson Barbosa Matos (19403/2017, peça 3), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, presumidamente, pela pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. regularize o posto/graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

9.3.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos dos arts. 262, caput e § 2º, do RI/TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.5. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6010-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6011/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.359/2018-3.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.2. Responsável: Roberto Eduardo Sobrinho (006.661.088-54).
4. Entidade: Município de Porto Velho/RO.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1.058), representando município de Porto Velho/RO; Robson Barbosa da Silva Feitosa (OAB/RO 1.159-E), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2.827) e outros, representando Roberto Eduardo Sobrinho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 227.253-53/2007, celebrado com o Ministério das Cidades, com interveniência da Caixa, visando a urbanização de favelas no município (obras de construção dos condomínios Floresta I e II).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acatar parcialmente as alegações de defesa do município de Porto Velho/RO e de Roberto Eduardo Sobrinho;

9.2. excluir o município de Porto Velho/RO da relação processual;

9.3. julgar regulares com ressalvas, nos termos do arts. 1º, I, 16, II, e 23, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, as contas de Roberto Eduardo Sobrinho, dando-lhe quitação;

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos;

9.5. enviar cópia deste acórdão ao responsável, ao município de Porto Velho/RO e à Caixa Econômica Federal, informando que o inteiro teor da presente deliberação, acompanhada do relatório e da proposta de deliberação que a fundamentam, estará disponível, no dia seguinte à sua oficialização, para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 32/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 13/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6011-32/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Vital do Rêgo (na Presidência).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 47 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da 1ª Câmara

Aprovada em 15 de setembro de 2022.
)

VITAL DO RÊGO
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 1.818, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao exercício financeiro de 2022, nos termos do artigo 61 da Lei nº 14.194/2021 (LDO).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto nos artigos 8º da Lei Complementar - LRF nº. 101/2000, combinado com o art. 61 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº. 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º - Alterar, na forma do anexo desta Portaria, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o exercício de 2022 da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo aos grupos de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA, nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, em decorrência da suplementação de dotação, efetivada pela Portaria GPR nº 1445, de 17 de agosto de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

ANEXO

ANEXO DA PORTARIA GPR Nº 1818/2022
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2022

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS CATEGORIA DE GASTO "A"		OUTRAS DESPESAS CORRENTES CATEGORIA DE GASTO "C" E INVESTIMENTO CATEGORIA DE GASTO "D"		LIMITE TOTAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	400.226.155,00	400.226.155,00	40.253.673,36	40.253.673,36	440.479.828,36	440.479.828,36
FEVEREIRO	215.000.000,00	615.226.155,00	53.358.864,79	93.612.538,15	268.358.864,79	708.838.693,15
MARÇO	215.000.000,00	830.226.155,00	53.361.126,39	146.973.664,54	268.361.126,39	977.199.819,54
ABRIL	215.000.000,00	1.045.226.155,00	53.369.426,69	200.343.091,23	268.369.426,69	1.245.569.246,23
MAIO	215.000.000,00	1.260.226.155,00	49.679.583,97	250.022.675,20	264.679.583,97	1.510.248.830,20
JUNHO	215.076.155,00	1.475.302.310,00	47.539.842,72	297.562.517,92	262.615.997,72	1.772.864.827,92
JULHO	215.000.000,00	1.690.302.310,00	49.938.967,28	347.501.485,20	264.938.967,28	2.037.803.795,20
AGOSTO	215.000.000,00	1.905.302.310,00	55.415.677,68	402.917.162,88	270.415.677,68	2.308.219.472,88
SETEMBRO	215.000.000,00	2.120.302.310,00	56.100.051,03	459.017.213,91	271.100.051,03	2.579.319.523,91
OUTUBRO	215.000.000,00	2.335.302.310,00	56.100.051,03	515.117.264,94	271.100.051,03	2.850.419.574,94
NOVEMBRO	322.845.734,00	2.658.148.044,00	56.100.051,03	571.217.315,97	378.945.785,03	3.229.365.359,97
DEZEMBRO	14.820.977,00	2.672.969.021,00	56.100.051,03	627.317.367,00	70.921.028,03	3.300.286.388,00

Notas:

1) Excluídas as despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados nas fontes 150/180/181, os quais não geram cotas financeiras a receber do Tesouro Nacional, no total de R$ 20.301.499,00.

2) Este cronograma poderá ser alterado nos casos de aprovação de crédito adicional e contingenciamento de recursos.

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)		
MÊS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES CATEGORIA DE GASTO "C"	
	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00
MAIO	0,00	0,00
JUNHO	2.739.217,00	2.739.217,00
JULHO	0,00	2.739.217,00
AGOSTO	0,00	2.739.217,00
SETEMBRO	0,00	2.739.217,00
OUTUBRO	0,00	2.739.217,00
NOVEMBRO	0,00	2.739.217,00
DEZEMBRO	0,00	2.739.217,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR (RPV)		
MÊS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES CATEGORIA DE GASTO "C"	
	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	8.345.896,00	8.345.896,00
FEVEREIRO	0,00	8.345.896,00
MARÇO	0,00	8.345.896,00
ABRIL	0,00	8.345.896,00
MAIO	0,00	8.345.896,00
JUNHO	0,00	8.345.896,00
JULHO	0,00	8.345.896,00
AGOSTO	9.312.059,00	17.657.955,00
SETEMBRO	0,00	17.657.955,00
OUTUBRO	0,00	17.657.955,00
NOVEMBRO	0,00	17.657.955,00
DEZEMBRO	0,00	17.657.955,00

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4.324, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 7047/2022, resolve:

Art. 1º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de ASSESSOR-CHEFE-CJ1, vinculando-a à OUVIDORIA DO TRT DA 4ª REGIÃO;

Art. 2º. Extinguir a função comissionada SECRETÁRIO-FC05 da OUVIDORIA DO TRT DA 4ª REGIÃO;

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 628, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Aprovação da Proposta Orçamentária do CRBio-09, para o exercício de 2022.

A PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, "ad referendum" do Plenário; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 9ª Região - CRBio-09 para o exercício de 2022, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 9ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Correntes	1.026.450,00	Despesas Correntes	1.000.305,00
Receitas de Capital	-X-	Despesas de Capital	26.145,00
TOTAL	1.026.450,00		1.026.450,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EDUARDA LACERDA DE LARRAZÁBAL DA SILVA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.475, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre inscrição, movimentação e cancelamento de profissionais; cadastro, registro, movimentação, cancelamento e suspensão de estabelecimentos e equiparados no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV), no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969, considerando que, para o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia no território nacional, o bacharel em medicina veterinária e/ou zootecnia deverá se inscrever no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) correspondente à Unidade Federativa onde pretende atuar; considerando que as pessoas jurídicas, e as pessoas a elas equiparadas, indicadas no art. 27 da Lei nº 5.517, de 1968, são obrigadas a ter registro nos CRMVs correspondentes à região onde funcionam ou venham a funcionar; considerando a necessidade de disciplinar os processos de inscrição, registro e movimentação de profissionais e estabelecimentos e outros procedimentos de secretaria, com o objetivo de manter a uniformidade de ação no âmbito da Autarquia; resolve:

Art. 1º Instituir as normas reguladoras para inscrição, movimentação e cancelamento de profissionais e para cadastro, registro, movimentação, suspensão e cancelamento de estabelecimentos e equiparados no Sistema CFMV/CRMVs.

TÍTULO I

DO PROFISSIONAL

CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO

Art. 2º Para o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, no território nacional, o bacharel em medicina veterinária e/ou zootecnia, nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 5.517, de 1968, e dos arts. 4º e 5º da Lei nº 5.550, de 1968, é obrigado a se inscrever no CRMV em cujo território pretenda exercer a profissão.

Parágrafo único. O bacharel que exercer a profissão, ou anunciar que a exerce, sem possuir inscrição ativa no CRMV, além de outros ilícitos civis, criminais e administrativos, exerce ilegalmente a profissão, devendo o CRMV apresentar denúncia às autoridades competentes.

Art. 3º Caracteriza o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, entre outros:

I - as atividades privativas e compartilhadas previstas nos arts. 5º e 6º da Lei nº 5.517, de 1968, no Decreto nº 64.704, de 1969, no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, no art. 3º da Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, e nas demais legislações referentes às duas profissões;

II - o magistério, em qualquer nível, ou outras atividades, inclusive a ocupação de cargo, função ou emprego, ainda que não privativo, para o qual sejam necessários a formação e o diploma de graduação em Medicina Veterinária ou Zootecnia.

CAPÍTULO II

DA PRIMEIRA INSCRIÇÃO

Art. 4º Para inscrição no CRMV, o bacharel em medicina veterinária ou zootecnia deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - preencher o requerimento de inscrição (Anexo I) e anexar os seguintes documentos:

a) documento de identificação dotado de fé-pública;

b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na Receita Federal, caso não conste no documento da alínea "a";

c) prova de quitação do serviço militar;

d) fotografia recente, 3x4, capturada eletronicamente;

e) diploma ou, excepcionalmente e no caso de impossibilidade da respectiva apresentação, certificado/declaração de conclusão de curso expedido por Instituição de Ensino Superior (IES) credenciada no competente Sistema de Ensino.

II - efetuar o pagamento das devidas taxas.

§ 1º Os documentos previstos nas alíneas do inciso I deste artigo terão sua autenticidade conferida pelo CRMV por meio da apresentação de originais, cópias autenticadas ou, quando digitais, mediante a conferência da validação eletrônica, observado o disposto na Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

§ 2º Os CRMVs poderão, por atos próprios, definir o momento para a conferência da documentação citada neste artigo, devendo a conferência ocorrer antes da entrega da carteira.

§ 3º Ao concluir o envio do requerimento, o profissional assume a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e dos documentos enviados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, notadamente o art. 299 do Código Penal.

Art. 5º O requerimento de inscrição será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Deferido o requerimento pela Secretaria Geral e certificados os pagamentos dos valores relativos à inscrição, à expedição de cédula e à anuidade, será efetivada a inscrição e expedida a cédula de identidade do profissional.

§ 3º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV.

Seção I

Do Profissional Estrangeiro

Art. 6º A inscrição de médico-veterinário ou zootecnista estrangeiro será feita na forma prevista no Capítulo II, exceto quanto ao atendimento das alíneas "c" e "e" do inciso I do art. 4º desta Resolução, devendo o profissional, ainda, juntar ao requerimento:

I - diploma expedido no País ou no exterior revalidado ou reconhecido e registrado no Brasil, na forma da legislação em vigor;

II - comprovação de que possui visto ou autorização de residência no Brasil, conforme previsto na Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017, devendo apresentar, no ato do registro, a identificação civil do imigrante ou o documento comprobatório de solicitação à autoridade competente.

§ 1º O profissional estrangeiro receberá cédula profissional com prazo de validade idêntico ao contido na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou no Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), observada a legislação vigente.

§ 2º O profissional de nacionalidade portuguesa que tenha atendido os requisitos para aquisição de igualdade de direitos e obrigações conforme o Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972, terá a inscrição efetuada seguindo as mesmas regras previstas, no que couber, para os profissionais brasileiros.

Seção II

Do Médico-Veterinário Militar do Exército

Art. 7º O médico-veterinário em serviço ativo como integrante do Serviço de Veterinária do Exército, beneficiado pela Lei nº 6.885, de 9 de dezembro de 1980, terá ressaltada em sua cédula de identidade profissional a condição de militar.

§ 1º O médico-veterinário militar do Exército, no exercício de atividade profissional não decorrente de sua condição militar, fica sob a jurisdição do CRMV na qual estiver inscrito para todos os efeitos legais.

§ 2º O médico-veterinário do Exército que exerce atividade profissional apenas na condição de militar, após a solicitação de inscrição no CRMV correspondente a sua área de atuação, fica isento de pagamento de anuidade, permanecendo sujeito às demais taxas e emolumentos dos CRMVs.

§ 3º No caso de médico-veterinário militar do quadro permanente do Exército, a cédula de identidade será expedida em caráter definitivo.

§ 4º No caso de serviço em caráter temporário de médico-veterinário militar do Exército, a cédula de identidade profissional indicará a data de validade condizente com o período de exercício no Exército.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, é obrigatória a renovação da cédula de médico-veterinário militar do Exército, sob pena da alteração para situação de civil.

§ 6º Para a renovação prevista no parágrafo anterior, o profissional deverá fazer o requerimento ao CRMV, efetuar o pagamento da taxa de emissão da cédula, apresentar documento que comprove a situação de permanência no serviço militar e devolver a cédula vencida.

§7º O médico-veterinário militar do Exército, para gozar dos benefícios previstos nas Leis nº 6.885, de 1980, e nº 6.681, de 16 de agosto de 1979, deverá apresentar requerimento ao CRMV de sua jurisdição acompanhado de prova fornecida pelo Órgão Militar competente que ateste tal condição.

§ 8º O médico-veterinário militar do Exército em serviço em jurisdição diversa daquela em que possui inscrição dará ciência ao Conselho de destino, para fins de visto, da carteira profissional de que é portador, sendo dispensada sua transferência ou inscrição secundária.

§ 9º Cessará automaticamente a aplicação do disposto neste artigo ao médico-veterinário militar do Exército que for desligado do serviço ativo.

§ 10. É vedado aos médicos-veterinários em serviço ativo no Exército, como integrantes do Serviço de Veterinária do Exército, participarem de eleições nos Conselhos em que estiverem inscritos, quer como candidatos, quer como eleitores.

Art. 8º Qualquer ação disciplinar aplicada pelo CRMV deverá ser comunicada à autoridade militar a que profissional estiver subordinado.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 9º O profissional que solicitar a transferência de sua inscrição primária para outro CRMV deve:

I - preencher o requerimento de transferência;

II - indicar o CRMV para o qual deseja transferir sua inscrição;

III - dar ciência de que as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) vigentes no CRMV de origem serão automaticamente canceladas no caso de deferimento do pedido de transferência;

IV - gerar e pagar o boleto relativo à taxa de expedição da cédula de identidade profissional.

Parágrafo único. A partir do requerimento, o CRMV de destino terá acesso a todos os dados do profissional mantidos no CRMV de origem.

Art. 10. O requerimento de transferência será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV de destino.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV de destino.

§ 3º Será indeferida a transferência enquanto pendente de cumprimento a pena de suspensão do exercício profissional.

§ 4º A existência de débitos de exercícios anteriores não impedirá a homologação da transferência, sendo competência do CRMV de origem proceder à respectiva cobrança.

§ 5º Deferida a transferência, esta será efetivada após a devolução da cédula ao CRMV de origem ou de destino.

§ 6º Na ausência da cédula, deverá ser apresentado o respectivo boletim de ocorrência policial.

§ 7º Se a cédula for devolvida no CRMV de destino, este deverá registrar a devolução no sistema, sem remessa da cédula ao CRMV de origem.

§ 8º O valor integral correspondente à anuidade do exercício em que for requerida a transferência será do CRMV de origem, independentemente da data em que for feito o requerimento.

§ 9º Todas as comunicações entre os CRMVs de origem e destino serão realizadas eletronicamente.

Art. 11. Fica dispensado de transferência de inscrição o profissional que se afastar temporariamente da jurisdição do CRMV em que estiver inscrito para:

I - frequentar, exclusivamente, cursos de pós-graduação, em qualquer nível, em estabelecimento situado na jurisdição de outro CRMV;

II - cumprir, exclusivamente, estágio;

III - servir, exclusivamente, nos campi avançados das Instituições de Ensino Superior (IES);

IV - exercer a profissão em período inferior a 90 dias, nos termos do art.12 desta Resolução;

V - ministrar palestras, cursos e similares.

Parágrafo único. Excetuam-se do inciso I deste artigo os Programas de Residência em Medicina Veterinária ou Aprimoramento Profissional e outras pós-graduações nas quais o profissional preste serviços a terceiros.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA

Art. 12. A inscrição secundária será requerida nos casos em que o profissional, com inscrição primária ativa, pretender exercer a profissão em outro(s) estado(s) por mais de 90 (noventa) dias corridos de 90 (noventa) dias corridos em período inferior a 12 meses.

Art. 13. O profissional que desejar obter inscrição secundária deve:

I - preencher o requerimento de obtenção de inscrição secundária;

II - indicar o CRMV no qual pretende ter inscrição secundária;

III - gerar e pagar os respectivos boletos relativos à inscrição secundária, à expedição da cédula de identidade profissional e a 50% do valor da anuidade.

Parágrafo único. Preenchido o requerimento, o CRMV no qual o profissional pretenda se inscrever terá acesso a todos os dados do profissional mantidos no CRMV de origem.

Art. 14. O requerimento será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV no qual o profissional pretende nova inscrição.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV no qual pretende ter nova inscrição.

§ 3º Será indeferido o requerimento enquanto pendente de cumprimento a pena de suspensão do exercício profissional.

§ 4º A existência de débitos no Conselho em que o profissional possui inscrição primária não impedirá a obtenção da inscrição secundária.

§ 5º Todas as comunicações entre os CRMVs de origem e destino serão realizadas eletronicamente.

Art. 15. O profissional que desejar transferir sua atividade principal para a área do CRMV na qual mantém a inscrição secundária deverá obedecer aos mesmos trâmites indicados para a transferência, mantendo, todavia, o mesmo número da inscrição secundária, dispensando-se o "S" final.

Art. 16. Ficam dispensados de inscrição secundária os profissionais que se enquadrem nas hipóteses do art. 11 desta Resolução.

Art. 17. O profissional que exercer a profissão, permanentemente, na jurisdição de outro CRMV sem a respectiva inscrição secundária está sujeito à autuação administrativa e ética.

CAPÍTULO V

DO CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Art. 18. O profissional poderá requerer o cancelamento de sua inscrição primária ou secundária.

§ 1º Considera-se cancelamento a interrupção da inscrição e do vínculo do profissional com o(s) CRMV(s) em que possuir inscrição principal ou secundária, conforme o caso.

§ 2º O profissional que possuir inscrição em mais de um CRMV e solicitar o cancelamento da primária deve indicar para qual UF esta será transferida, devendo os respectivos Conselhos providenciarem as alterações financeiras e documentais.

Art. 19. O profissional que desejar cancelar sua inscrição deve preencher o respectivo requerimento e entregar a via física da carteira profissional ou, conforme o caso, do boletim de ocorrência que indique sua perda.

Art. 20. O requerimento será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV no qual o profissional possua a inscrição que pretende cancelar.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Será indeferido o pedido do profissional que:

I - estiver cumprindo penalidade de suspensão do exercício profissional;

II - tiver contratos válidos de responsabilidade técnica;

III - não devolver a carteira profissional ou não apresentar o boletim de ocorrência de perda, extravio ou furto/roubo.

§ 3º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV.

§ 4º A existência de débitos não impedirá o cancelamento.

§ 5º Todas as comunicações entre os CRMVs de origem e destino serão realizadas eletronicamente.

§ 6º O bacharel em medicina veterinária ou zootecnia que exercer a atividade profissional, ou anunciar que a exerce, com sua inscrição cancelada, além de outros ilícitos civis, criminais e administrativos, exerce ilegalmente a profissão, devendo o CRMV apresentar denúncia às autoridades competentes.

Art. 21. A anuidade é devida integralmente inclusive no exercício em que for requerido o cancelamento.

Art. 22. Em caso de óbito do profissional, o cancelamento da inscrição será automático e retroagirá à data da ocorrência, a qual será considerada final para fins de anuidade.

Parágrafo único. O óbito poderá ser comprovado mediante:

I - certidão de óbito original ou cópia autenticada;

II - documento oficial expedido por órgão ou entidade pública federal, estadual ou municipal que ateste o óbito e a respectiva data;

III - declaração de servidor, diretor ou Conselheiro Regional registrada em ata, que resultará na realização de diligência pelo CRMV a fim de confirmar o óbito junto aos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI

DA REATIVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Art. 23. O profissional cuja inscrição tenha sido cancelada que desejar reativá-la deverá apresentar requerimento ao CRMV em que pretenda se inscrever.

Art. 24. Para reativação, o profissional deverá preencher o requerimento de inscrição dirigido ao CRMV, anexar fotografia atualizada, gerar e pagar os respectivos boletos relativos à reativação, à expedição da cédula de identidade profissional e à anuidade.

Parágrafo único. Ao concluir o envio do requerimento, o profissional assume a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e dos documentos enviados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, notadamente o art. 299 do Código Penal.

Art. 25. O requerimento de reativação será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Deferido o requerimento, será efetivada a reativação da inscrição e expedida a cédula de identidade do profissional.

§ 3º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV.

CAPÍTULO VII

DA SUBSTITUIÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 26. Em caso de extravio, inutilização, roubo ou furto, mudança de nome por razão de matrimônio, divórcio ou interesse de inclusão do nome social, o profissional deverá requerer a substituição de sua cédula de identidade profissional.

§ 1º Para a substituição, o profissional deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - preencher requerimento dirigido ao CRMV, gerar e pagar os respectivos boletos relativos à substituição;

II - anexar documento que comprove a alteração do nome, se for o caso;

III - anexar a certidão de registro da ocorrência policial, se for o caso.

§ 2º É dispensada a taxa de emissão do documento quando evidenciado defeito de origem na cédula, incompletude ou erro de informação no preenchimento pelo CRMV, devendo a cédula ser entregue ao respectivo Regional.

§ 3º Ao concluir o envio do requerimento, o profissional assume a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e dos documentos enviados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, notadamente o art. 299 do Código Penal.

Art. 27. O requerimento será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV.

Parágrafo único. O deferimento e o pagamento dos valores relativos à expedição de cédula resultarão na expedição de cédula de identidade profissional.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAL

Art. 28. Os profissionais com inscrição ativa ficam obrigados a manter os dados cadastrais atualizados no CRMV.

Parágrafo único. Os endereços físicos e eletrônicos constantes na base de dados do Sistema CFMV/CRMVs, para todos os fins, são os referenciais para as comunicações.

Art. 29. A anuidade é devida integralmente por ocasião da inscrição e da reativação.

§ 1º Por ocasião da primeira inscrição, os profissionais pagarão no primeiro ano 50% do valor da anuidade.

§ 2º Os profissionais inscritos como registro secundário pagarão, na inscrição e nos anos subsequentes, 50% do valor da anuidade.

Art. 30. Os médicos-veterinários e zootecnistas em atividade, no Brasil, ficam obrigados a inscrever abaixo da assinatura em todos os atos profissionais, assim como em cartões de visita e em quaisquer outros veículos de apresentação profissional ou publicações de assuntos técnicos, a sigla do CRMV em que estiverem inscritos, seguida do número de sua inscrição no Conselho, nos seguintes termos: "médico-veterinário (inscrição principal): CRMV-(UF) nº 00001 (inscrição secundária): CRMV-(UF) nº 00002 "S"; e zootecnista (inscrição principal): CRMV-(UF) nº 00001/Z (inscrição secundária): CRMV-(UF) nº 00002/Z "S".

Art. 31. A cédula de identidade profissional - CIP (Anexos II, III e IV) será confeccionada pelo CFMV obedecendo as seguintes características:

I - no caso de Médico(a)-Veterinário(a):

dimensões: 8,5 de largura x 5,4 cm de altura;

b) no anverso:

cor predominantemente verde;

2. Brasão de Armas do Brasil no canto superior esquerdo;

3. logomarca da Medicina Veterinária no canto superior direito;

4. no centro superior, entre os itens 2 e 3, o título "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL";

5. no centro superior, abaixo do item 4, o título "CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA";

6. no centro superior, abaixo do item 5, o título "CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO";

7. no centro superior, abaixo do item 6, o título "Cédula de Identidade de Médico-Veterinário";

8. a informação da condição "Militar" em destaque na lateral esquerda, quando for o caso;

9. a informação da condição "Secundária" em destaque na lateral esquerda, quando for o caso;

10. no centro, marca d´água com a logomarca do Sistema CFMV/CRMVs;

11. à direita, fotografia 3x4 recente, capturada eletronicamente, com fundo branco, com destaque ao rosto inteiro, visão frontal e olhos abertos;

12. nome social, somente quando requerido expressamente pelo interessado;

13. nome por extenso;
14. número de inscrição no CPF;
15. data de validade no caso de "Militar" ou "Estrangeiro";
16. número da inscrição do profissional;
17. assinatura do Presidente do CRMV expedidor;
18. a declaração "Válida como documento de identificação em todo território nacional, com fé pública (Lei nº 6.206/75)".

c)no verso:
1. filiação;
2. nacionalidade e naturalidade;
3. data de nascimento;
4. no centro, marca d´água com o Brasão de Armas do Brasil;
5. ao centro, assinatura do portador;
6. local e data de expedição da cédula;
7. a declaração "Válida como documento de identificação em todo território nacional, com fé pública (Lei nº 6.206/75)";
8. número de série da cédula;
9. QR Code (código de barras bidimensional).

II - no caso de Zootecnista:
dimensões: 8,5 de largura x 5,4 cm de altura;
b) no anverso:
cor predominantemente vermelha;
2. Brasão de Armas do Brasil no canto superior esquerdo;
3. logomarca da Zootecnia no canto superior direito;
4. no centro superior, entre os itens 2 e 3, o título "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL";
5. no centro superior, abaixo do item 4, o título "CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA";
6. no centro superior, abaixo do item 5, o título "CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO";
7. no centro superior, abaixo do item 6, o título "Cédula de Identidade de Zootecnista";
8. a informação da condição "Secundária" em destaque na lateral esquerda, quando for o caso;
9. no centro, marca d´água com a logomarca do Sistema CFMV/CRMVs;
10. à direita, fotografia 3x4 recente, capturada eletronicamente, com fundo branco, com destaque ao rosto inteiro, com visão frontal e olhos abertos;
11. nome social, somente quando requerido expressamente pelo interessado;
12. nome por extenso;
13. número de inscrição no CPF;
14. data de validade no caso de "Estrangeiro";
15. número da inscrição do profissional;
16. assinatura do Presidente do CRMV expedidor;
17. a declaração "Válida como documento de identificação em todo território nacional, com fé pública (Lei nº 6.206/75)".

c)no verso:
1. filiação;
2. nacionalidade e naturalidade;
3. data de nascimento;
4. no centro, marca d´água com o Brasão de Armas do Brasil;
5. ao centro, assinatura do portador;
6. número de série da cédula;
7. local e data de expedição da cédula;
8. a declaração "Válida como documento de identificação em todo território nacional, com fé pública (Lei nº 6.206/75)";
9. QR Code.

III - no caso de Especialista:
dimensões: 8,5 de largura x 5,4 cm de altura;
b) no anverso:
cor predominantemente verde no caso de Médico-Veterinário ou, no caso de Zootecnista, vermelha;
2. Brasão de Armas do Brasil no canto superior esquerdo;
3. logomarca da Medicina Veterinária ou Zootecnia, conforme o caso, no canto superior direito;
4. no centro superior, entre os itens 2 e 3, o título "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL";
5. no centro superior, abaixo do item 4, o título "CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA";
6. no centro superior, abaixo do item 5, o título "CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO";
7. no centro superior, abaixo do item "vi", o título "Cédula de Identidade de Médico-Veterinário" ou "Cédula de Identidade de Zootecnista";
8. a informação da condição "Especialista" em destaque na lateral esquerda;
9. no centro, marca d´água com a logomarca do Sistema CFMV/CRMVs;
10. à direita, fotografia 3x4 recente, capturada eletronicamente, com fundo branco, com destaque ao rosto inteiro, visão frontal e olhos abertos;
11. nome social, somente quando requerido expressamente pelo interessado;
12. nome por extenso;
13. título da especialidade;
14. data de validade da cédula;
15. número de inscrição no CPF;
16. assinatura do Presidente do CRMV expedidor;

c)no verso:
1. número da Inscrição do profissional;
2. data da colação de grau;
3. entidade que concedeu o título;
4. data da obtenção da especialidade;
5. nacionalidade;
6. no centro, marca d´água com o Brasão de Armas do Brasil;
7. ao centro, assinatura do portador;
8. número de série da cédula;
9. local e data de expedição da cédula;
1. 1. QR Code.

§ 1º Permanecem válidas as Cédulas de Identidade Profissional anteriormente expedidas pelos CRMVs, com exceção das provisórias após expirado o prazo nelas descrito.

§ 2º É facultado ao profissional inscrito no CRMV providenciar a substituição de forma gratuita, dentro do período de 2 anos, de sua atual Cédula de Identidade Profissional pelo modelo de que trata esta resolução, mediante realização de recadastramento eletrônico.

§ 3º O QR Code é o dispositivo de segurança destinado a verificar a autenticidade da Cédula de Identidade Profissional.

§ 4º A Cédula de Identidade Profissional obedecerá numeração de série sob o formato RR.AAAA.SSSSS-VV, a qual possui o seguinte significado:

I - o campo RR corresponde ao código numérico do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

II - o campo AAAA corresponde ao ano de emissão da CIP;

III - o campo SSSSS corresponde a numeração sequencial da CIP;

IV - o campo VV corresponde ao dígito verificador do número de série.

§ 5º O CFMV disponibilizará Cédula de Identidade Profissional Digital - e-CIP nos mesmos moldes do caput deste artigo.

§ 6º Após homologação do pedido de inscrição, a e-CIP, com validade em todo território nacional, será disponibilizada por meio de aplicativo próprio desenvolvido pelo CFMV.

§ 7º A emissão da e-CIP está condicionada ao prévio recadastramento eletrônico do profissional interessado.

TÍTULO II

DO ESTABELECIMENTO

CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO

Art. 32. Estão obrigadas a registro no Sistema CFMV/CRMVs as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, e os demais estabelecimentos cujas atividades básicas sejam privativas ou peculiares à Medicina Veterinária ou à Zootecnia, ou cujos serviços prestados a terceiros exijam a atuação do médico-veterinário ou do zootecnista, nos termos do art. 5º e 6º da Lei nº 5.517, de 1968, do art. 3º da Lei nº 5.550, de 1968, e do art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.

§ 1º Os consultórios veterinários, quando do registro, obedecerão a numeração sequencial de estabelecimento.

§ 2º Os estabelecimentos, sejam filiais, sucursais, depósitos ou similares, também estão obrigados a registro no CRMV em cujas UFs funcionarem.

§ 3º Para atendimento ao disposto no § 2º deste artigo o estabelecimento deve seguir o disposto nos arts. 33 e 34 desta Resolução.

§ 4º O estabelecimento deve contar com responsável técnico encarregado das atividades e serviços, cuja relação será formalizada mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o respectivo CRMV.

Art. 33. Os estabelecimentos obrigados ao registro devem pagar ao CRMV as taxas de anuidade, registro e Anotação de Responsabilidade Técnica, cujos valores serão fixados anualmente pelo CFMV em Resolução específica.

§ 1º Por ocasião do registro da pessoa jurídica, o valor da anuidade será cobrado integralmente, independentemente da data do registro.

§ 2º Filiais, sucursais, agências, depósitos ou similares pagarão anuidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o capital social destacado ou, quando esse não existir, sobre o valor estabelecido para a matriz.

§ 3º Os consultórios veterinários caracterizados como pessoa física, embora obrigados a registro, serão isentos de anuidade e taxa de registro.

Art. 34. Para registro no CRMV, o estabelecimento adotará os seguintes procedimentos:

I - preencher requerimento de registro (Anexo V) dirigido ao CRMV, gerar e pagar os boletos relativos ao registro e à anuidade;

II - anexar ao requerimento os seguintes documentos:

a) comprovante de inscrição e situação cadastral junto às Receitas Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, quando exigíveis, e comprovante da sua constituição;

b) comprovante de homologação da Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 1º Ao concluir o requerimento, o representante do estabelecimento assume a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e dos documentos enviados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, notadamente o art. 299 do Código Penal.

§ 2º A autenticidade da documentação será conferida, oportuna e presencialmente, pelo CRMV mediante apresentação de originais ou cópias autenticadas, ou, quando digitais, conferência da validação eletrônica, observado o disposto na Lei nº 13.726, de 2018, e no Decreto nº 9.094, de 2017.

Art. 35. O requerimento de registro será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV.

§ 1º Os requerimentos, deferidos ou indeferidos, serão levados ao conhecimento do Plenário por lista.

§ 2º Os indeferimentos serão comunicados aos interessados, que poderão reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV.

§ 3º O CRMV poderá utilizar as informações de outros órgãos públicos para atualizar os dados de pessoas jurídicas.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS E TOMADORES DE SERVIÇOS

Art. 36. Poderão cadastrar-se no Sistema CFMV/CRMVs estabelecimentos cujas atividades básicas não sejam privativas ou peculiares à Medicina Veterinária ou à Zootecnia, além dos produtores rurais caracterizados como pessoa física, bem como qualquer outro estabelecimento que, embora não obrigado a registro, necessite para qualquer fim de homologação de ART de profissional médico-veterinário ou zootecnista.

§ 1º Os estabelecimentos abrangidos neste artigo são obrigados ao pagamento apenas da taxa de anotação ou de renovação de ART, sendo dispensado o pagamento de anuidades e taxas de registro.

§ 2º Aos estabelecimentos referidos no § 1º não será concedido certificado de registro no CRMV.

Art. 37. Os estabelecimentos e os tomadores de serviços que se enquadrem na situação de cadastro devem apresentar:

I - requerimento de cadastro, conforme Anexo VI;

II - cópia de comprovante de inscrição e situação cadastral da pessoa jurídica junto à Receita Federal ou comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo facultado aos CRMVs obtê-los diretamente junto à Receita Federal;

III - quando pessoa física, cópia do documento de identificação pessoal dotado de fé-pública;

IV - cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral junto às Receitas Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, quando exigíveis, e comprovante da sua constituição.

Art. 38. Estabelecimentos registrados em determinado CRMV e que prestem serviços temporários em outra UF devem se cadastrar no CRMV do local da prestação do serviço temporário.

CAPÍTULO III

DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO

Art. 39. Ao estabelecimento registrado no CRMV será concedido Certificado de Registro que conterá:

I - razão social, nome fantasia e endereço;

II - número do registro no CRMV;

III - número de inscrição no CNPJ;

IV - descrição das atividades que ensejam o registro;

V - local e data de expedição;

VI - QR Code comprovando a validade e a autenticidade do documento.

§ 1º O Certificado de Registro será expedido gratuitamente por sistema informatizado.

§ 2º O Certificado de Registro será impresso pelo próprio estabelecimento e deverá ser exposto em local visível ao público, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 3º O Certificado de Registro deverá ser reimpresso sempre que houver alteração em quaisquer dados, após atualização junto ao CRMV.

CAPÍTULO IV

DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO OU DO CADASTRO

Art. 40. O estabelecimento registrado ou cadastrado no CRMV pode requerer o respectivo cancelamento quando:

I - comprovar a baixa de suas atividades mediante a apresentação de documentos emitidos por Junta Comercial, Cartório de Registro Civil ou Receitas Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal;

II - estiver com registro inapto, baixado ou nulo perante as Receitas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

III - forem excluídas do seu objetivo social todas as atividades ligadas à Medicina Veterinária ou à Zootecnia;

IV - constituídos sob a forma de pessoa física, apresentando requerimento conforme Anexo VII.

Art. 41. O CRMV poderá cancelar o cadastro ou registro do estabelecimento quando:

I - identificada a falsidade de declarações exigidas, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis;

II - constatado óbito do proprietário, em se tratando de empresa individual, sociedades limitadas unipessoais ou microempreendedor individual (MEI);

III - constatado, por atuação própria ou a partir de documento emitido por entidade ou órgão público, o encerramento das atividades do estabelecimento.

Art. 42. O requerimento de cancelamento deverá ser apresentado ao CRMV, devendo ser anexada a documentação comprobatória.

Art. 43. O cancelamento requerido será analisado e decidido pela Secretaria Geral do CRMV, e as decisões serão levadas ao conhecimento do Plenário, por lista.

§ 1º Os indeferimentos serão comunicados ao interessado, que poderá reapresentar o requerimento com o saneamento das pendências ou recorrer da decisão ao Plenário do CRMV.

§ 2º Os cancelamentos requeridos com respaldo nos incisos III e IV do art. 40 desta Resolução serão distribuídos ao Relator, e o julgamento observará procedimento definido nos arts. 37 a 49 da Resolução-CFMV nº 591, de 26 de junho de 1992.

§ 3º A existência de débitos não impedirá o cancelamento.

§ 4º A anuidade é devida integralmente, inclusive no exercício em que for requerido o cancelamento, independentemente da data do requerimento.

Art. 44. Os pedidos de cancelamento serão concedidos a partir da data da solicitação, mantendo-se a cobrança, administrativa ou judicialmente, do(s) débito(s) anterior(es).

§ 1º O cancelamento e os respectivos efeitos legais retroagirão em caso de:

I - apresentação de documento expedido por órgão ou entidade pública que comprove as situações listadas nos incisos I a III do art. 40 desta Resolução, com data certificada;

II - constatação, pelo CRMV, da data da primeira fiscalização que comprovou a cessação das atividades ligadas à Medicina Veterinária ou à Zootecnia;

III - óbito de empresário individual ou proprietário de sociedade limitada unipessoal ou MEI, desde que comprovada a data do ocorrido.

§ 2º Sendo homologado o cancelamento e havendo débitos, estes deverão ser cobrados administrativa e/ou judicialmente.

Art. 45. A interrupção temporária das atividades do estabelecimento poderá acarretar na suspensão do registro.

§ 1º A suspensão de que trata o caput deste artigo está condicionada ao requerimento formal pelo estabelecimento e à apresentação de certidão emitida pelas Receitas Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal que demonstre tal interrupção.

§ 2º O responsável legal pelo estabelecimento assinará documento em que declara ciência de que deve comunicar ao Conselho a retomada de suas atividades.

§ 3º O estabelecimento com registro suspenso que continuar exercendo ou retomar as atividades previstas nos arts. 5º e 6º da Lei nº 5.517, de 1968, e no art. 3º da Lei nº 5.550, de 1968, deverá pagar todas as anuidades, devidamente corrigidas, acrescidas dos encargos referentes ao período em que exerceu irregularmente a atividade.

§ 4º Os pedidos de suspensão de registro poderão ser concedidos aos estabelecimentos em débito a partir da data da solicitação, mantendo-se, porém, a cobrança do(s) débito(s) anterior(es), de forma administrativa e/ou judicial.

§ 5º A anuidade é devida integralmente inclusive no exercício em que se requerer a suspensão.

§ 6º A suspensão também poderá ocorrer nas hipóteses em que a fiscalização do CRMV constatar a paralisação das atividades do estabelecimento ou não localizá-lo no endereço constante dos registros do Regional.

CAPÍTULO VI

DA REATIVAÇÃO DO REGISTRO

Art. 46. O estabelecimento cujo registro tenha sido suspenso ou cancelado e que desejar reativá-lo deverá apresentar o requerimento ao CRMV e os documentos necessários listados no art. 34.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 47. Os estabelecimentos com registro ou cadastro ativo ficam obrigados a manter os dados cadastrais atualizados junto ao CRMV.

Art. 48. A anuidade é devida integralmente por ocasião do registro ou de sua reativação.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. As decisões proferidas quanto aos requerimentos previstos nesta Resolução poderão ser objeto de recurso:

I - no prazo de 10 (dez) dias corridos, quando proferidas pela Secretaria Geral do CRMV;

II - no prazo de 15 (quinze) dias corridos, quando proferidas por órgão colegiado do CRMV.

§ 1º Os recursos interpostos:

I - na hipótese do inciso I do caput deste artigo serão decididos pelo Plenário do CRMV;

II - na hipótese do inciso II do caput deste artigo serão decididos pelo Plenário do CFMV.

§ 2º Não serão admitidos recursos que não os previstos neste artigo.

§ 3º Os prazos se iniciam a partir da data de notificação de recebimento da decisão pelo interessado.

§ 4º Na contagem dos prazos, computar-se-ão os dias corridos, incluindo-se sábados, domingos e feriados.

§ 5º Na contagem dos prazos exclui-se o dia da comunicação e inclui-se o do vencimento.

§ 6º A contagem dos prazos tem início no primeiro dia útil seguinte ao recebimento da comunicação pelo destinatário ou, no caso de publicação no Diário Oficial, no primeiro dia útil seguinte à publicação.

§ 7º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que não houver expediente no CRMV ou no CFMV, conforme o caso.

§ 8º Para aferição da tempestividade das manifestações remetidas via Correios, será considerada como data de interposição a data de postagem.

Art. 50. O CFMV desenvolverá sistema informatizado de modo a viabilizar o processamento eletrônico do previsto nesta Resolução.

§ 1º Os CRMVs que dispuserem de sistemas próprios deverão adequá-los de modo a garantir a integração automática dos dados.

§ 2º As especificações técnicas relativas à integração mencionada no parágrafo anterior serão definidas em ato do CFMV.

§ 3º Os profissionais e os estabelecimentos deterão seus números de inscrição e registro ad eternum.

Art. 51. Os Anexos desta Resolução estão disponível no sítio eletrônico deste CFMV (http://portal.cfmv.gov.br/) a partir da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 52. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2023 e revogará a Resolução nº 880, de 15 de abril de 2008, e a Resolução nº 1.041, de 13 de dezembro de 2013.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO CONTER Nº 14, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a intervenção e a nomeação de diretoria provisória para o CRTR 12ª Região, visando a continuidade dos serviços públicos até a posse do novo corpo de conselheiros.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, conferidas por meio da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985; do Decreto nº 92.790/1986; da RESOLUÇÂO CONTER Nº 11, de 04 de agosto de 2022 e do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO as disposições estabelecidas na Constituição Federal, em especial o caput do art. 37, que retrata os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como norteadores dos atos da administração pública, dentre outros;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI do artigo 16 do Decreto nº 92.790 de 17 de junho de 1986, que estabelece como uma das atribuições do CONTER, a de "promover auditorias contábeis e financeiras, diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais, nos Estados e no Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências para aprimorar sua eficiência e regularidade, incluída a designação de diretoria provisória; e".

CONSIDERANDO que o Processo Eleitoral para eleger o novo Corpo de Conselheiros do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 12ª Região, encontra-se em curso, consoante o Edital Eleição Unificada e Simultânea do Sistema CONTER/CRTRs Publicado em: 01/09/2022 | Edição: 167 | Seção: 3 | Página: 213, no Diário Oficial da União;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a regularidade administrativa naquele Regional, visando evitar a descontinuidade dos serviços públicos e a vacância dos cargos de Conselheiros com o encerramento do mandato do atual Corpo de Conselheiros do CRTR 12ª Região em 16 de setembro de 2022, sendo necessário posse de Diretoria Executiva Provisória em 17 de setembro de 2022 para a regular continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a possibilidade de nomeação de Diretoria Provisória que possa exercer a gestão do CRTR 12ª Região até a conclusão do processo eleitoral e a posse do novo Corpo de Conselheiros eleito, nos termos do inciso IX do art. 1º da Resolução CONTER nº 14/2016;

CONSIDERANDO a decisão constante da Ata 110º da Reunião de Diretoria Executiva da Junta Governativa, realizada no dia 05 de setembro de 2022;, resolve:

Art. 1º - INTERVIR, por motivo de vacância, provisoriamente, no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do CRTR 12ª Região.

Art. 2º- Nomear a Diretoria Executiva Provisória, que administrará o CRTR 12ª Região, sendo composta pelos seguintes membros:

Diretor Presidente: TR. Oldemir Lopes Felix - CRTR nº 00025 T;

Diretor Tesoureiro: TR. Aparecida Martins Ferreira - CRTR nº 00214 T;

Diretor Secretário: TR. Giovani Sanchez - CRTR nº 00066 T.

§1º - Os diretores, ora nomeados, deverão apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente Resolução, as certidões previstas no artigo 50, do Novo Regimento Eleitoral, Res. CONTER nº 11/2022.

§2º - As eventuais alterações na composição da Diretoria Executiva Provisória serão efetivadas por Portaria expedida pelo Diretor Presidente do CONTER, na forma prevista no artigo 41, da Resolução CONTER nº 14/2016.

Art. 3º - A Diretoria Executiva Provisória nomeada no artigo anterior será empossada em solenidade a ser realizada virtualmente, em 17 de setembro de 2022, com início da gestão em mesma data.

Parágrafo único: A Diretora-Presidente do CONTER, TR. Silvia Karina Lopes Da Silva, dará posse aos nomeados que entrarão em pleno exercício efetivo de suas atividades.

Art. 4º - Enquanto perdurar a provisoriedade, a Diretoria Executiva ora nomeada deterá todos os poderes de gestão estabelecidos no art. 23 do Decreto nº 92.790/1986, observando a subordinação ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia como estabelece o art.14 do mesmo Decreto, até a posse do novo Corpo de Conselheiros a ser eleito, devendo pautar sua atuação nos preceitos legais aplicáveis à Administração Pública, em consonância com as determinações emanadas pelo CONTER, bem como devendo encaminhar relatórios mensais dos seus atos administrativos.

Art. 5º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA KARINA LOPES DA SILVA
Presidenta do Conselho

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 654, DE 11 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre alteração da Resolução CRCBA nº628/2020 referente a concessão de diárias, auxílio deslocamento, aquisição de passagens e dá outras providências.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA, no uso de suas atribuições regimentais, resolve: Art. 1º - Aprovar ad referendum do Plenário a alteração do parágrafo 3º do artigo 2º e do valor da diária do Colaborador/Delegado "no Estado", que consta na Resolução CRCBA n.º 628, de 07 de janeiro de 2020, que disciplina a concessão de diárias, auxílio deslocamento, aquisição de passagens e dá outras providências, que passam a ter a seguinte redação:

"Parágrafo 3º Considera-se Colaborador: Delegados do CRCBA, palestrantes, assessores, consultores e membros de Comissões técnicas e institucionais do CRCBA."

ANEXO I - TABELA DE VALORES DAS DIÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	NO ESTADO EM R$	FORA DO ESTADO EM R$
Colaborador/Delegado	340,00	390,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

ANDRÉ LUÍS BARBOSA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 656, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre alteração dos Anexos I e II da Resolução CRCBA nº628/2020 referente à concessão de diárias, auxílio deslocamento, aquisição de passagens e dá outras providências.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o reflexo significativo do elevado índice da inflação nos preços de produtos e serviços ofertados no Brasil, repercutindo desta forma nos gêneros alimentícios, combustíveis e nos serviços de hospedagem;

Considerando que os valores de diárias operacionalizados pelo CRCBA são destinados para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte urbano;

Considerando que os valores de auxílio deslocamento operacionalizados pelo CRCBA são destinados para cobertura de despesas com deslocamentos de Conselheiros, Delegados Representantes e Colaboradores em atividades desenvolvidas pelo CRCBA;

Considerando os índices de inadimplência apresentados pelo CRCBA, e as ações de sustentabilidade em desenvolvimento;

Considerando a viabilidade da execução dos projetos do CRCBA com o reajuste de aproximadamente 8% dos valores de diárias e 20% dos valores de auxílio deslocamento, visto um melhor planejamento dos projetos e atividades;

Considerando os princípios constitucionais da administração públicas estabelecido no art.37 da Carta Magna (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), sob os quais a decisão do reajuste dos valores de diárias e auxílio deslocamento praticados pelo CRCBA, foram alicerçados, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do valor das diárias que constam no ANEXO I (Tabela de valores das diárias), e aprovar a alteração do valor do auxílio deslocamento que consta no ANEXO II (Tabela de auxílio deslocamento) da Resolução CRCBA n.º 628, de 07 de janeiro de 2020, conforme segue:

ANEXO I

TABELA DE VALORES DAS DIÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	NO ESTADO EM R$	FORA DO ESTADO EM R$
Presidente/Conselheiro	420,00	530,00
Delegado/ Colaborador	340,00	390,00
Funcionário	340,00	390,00

ANEXO II

TABELA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO

NÍVEL	*QUILOMETRAGEM*	*VALOR REAJUSTADO EM 20%*
1	Até 100	R$ 240,00
2	101 a 150	R$ 264,00
3	151 a 200	R$ 288,00
4	201 a 250	R$ 312,00
5	251 a 300	R$ 336,00
6	301 a 350	R$ 360,00
7	351 a 400	R$ 384,00
8	401 a 450	R$ 408,00
9	451 a 500	R$ 432,00
10	501 a 550	R$ 456,00
11	551 a 600	R$ 480,00
12	601 a 650	R$ 504,00
13	651 a 700	R$ 528,00
14	701 a 750	R$ 552,00
15	751 a 800	R$ 576,00
16	801 a 850	R$ 600,00
17	851 a 900	R$ 624,00
18	901 a 950	R$ 648,00
19	951 a 1000	R$ 672,00
20	1001 a 1050	R$ 696,00
21	1051 a 1100	R$ 720,00
22	1101 a 1150	R$ 744,00
23	1151 a 1200	R$ 768,00
24	1201 a 1250	R$ 792,00
25	1251 a 1300	R$ 816,00
26	1301 a 1350	R$ 840,00
27	1351 a 1400	R$ 864,00
28	1401 a 1450	R$ 888,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

ANDRÉ LUÍS BARBOSA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF4/SP Nº 154, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova abertura de crédito adicional especial ao orçamento do exercício financeiro de 2022 do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região CREF4/SP.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CREF4/SP nº. 060, de agosto de 2011 e a Lei nº. 4.320/64;

CONSIDERANDO o Orçamento-Programa para o exercício de 2022 aprovado pela Resolução CREF4/SP nº 144/2021;

CONSIDERANDO a Resolução CREF4/SP nº 152, de 05 de setembro de 2022, que disciplinou os pagamentos de diárias, auxílio representação, gratificação por presença e verba de representação;

CONSIDERANDO a deliberação da 264ª Plenária Ordinária do CREF4/SP, de 03 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de orçar despesas que não foram estimadas anteriormente; resolve, ad referendum da 265ª Plenária Ordinária:

Art. 1°- Proceder abertura de crédito adicional especial, no orçamento do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CRE4/SP para o exercício financeiro de 2022, no valor de R$ 115.600,00 (cento e quinze mil, seiscentos reais), com base legal no Inciso II, do art. 41 da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único - A abertura do presente Crédito Adicional Especial terá como Fonte de Recurso a anulação parcial de dotação orçamentária do exercício de 2022, embasado no Inciso III, §1º, do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme especificado abaixo:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			
Conta	Descrição	CC	Valor
6.2.2.1.1.01.04.03.006.013	Verba de Representação a Colaboradores		R$ 1.500,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006.014	Verba de Representação a Delegados		R$ 4.500,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006.015	Verba de Representação a Funcionários		R$ 1.500,00
6.2.2.1.1.01.04.03.006.016	Gratificação por Presença - Conselheiros		R$ 108.100,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS			R$ 115.600,00

FONTE DE RECURSO POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO			
Conta	Descrição	CC	Valor
6.2.2.1.1.01.04.03.006.012	Diárias a Delegados		R$ 35.600,00
6.2.2.1.1.01.04.04.026	Congressos, Conferências e Eventos		R$ 80.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES			R$ 115.600,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO COREN/CE Nº 104, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Interdição Ética das atividades desenvolvidas por profissionais de Enfermagem na Unidade Básica de Saúde Francisco Moacir Chaves, localizada em Tururu/CE.

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren-CE, neste ato representado por sua Presidente Interina, em conjunto com a Secretária do Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos artigos 2º e15 e seus incisos II, VIII e XIV, todos da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e; CONSIDERANDO o artigo 78 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o art. 8º da Resolução Cofen 374/2011; CONSIDERANDO Resolução COFEN nº. 565/2017; CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância do Coren-CE nº 132/2022 referente a Unidade Básica de Saúde Francisco Moacir Chaves, localizada em Tururu/CE; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, proferida na 398º Reunião Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2022; decide:

Art. 1° - PELA INTERDIÇÃO ÉTICA PARCIAL das atividades de enfermagem da Unidade Básica de Saúde Francisco Moacir Chaves, localizada em Tururu/CE, ficando interditado o Serviço da Enfermagem no setor da Sala de Procedimentos e na Sala de Atendimento Multidisciplinar, tendo vista a inexistência de segurança técnica para o desenvolvimento das atividades de Enfermagem. Parágrafo único- Fica assegurada a continuidade da assistência de enfermagem aos pacientes internados ou sob cuidados da enfermagem na data da Interdição.

Art. 2º - Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem no nosocômio, deverão ser cumpridas integralmente as condições estabelecidas no parecer.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Presidente do Conselho
Interina

KYLVIA REGIA SILVA DIOGENES
Secretária
Interina

DECISÃO COREN/CE Nº 105, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Interdição Ética das atividades desenvolvidas por profissionais de Enfermagem no Hospital Municipal de Campo Sales, localizada em Campo Sales/CE.

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren-CE, neste ato representado por sua Presidente Interina, em conjunto com a Secretária do Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos artigos 2º e 15 e seus incisos II, VIII e XIV, todos da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e; CONSIDERANDO o artigo 78 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966;CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o art. 8º da Resolução Cofen 374/2011; CONSIDERANDO Resolução COFEN nº. 565/2017; CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância do Coren-CE nº 014/2022 referente ao Hospital Municipal de Campo Sales, localizada em Campo Sales/CE; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, proferida na 398º Reunião Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2022; decide:

Art. 1° - PELA INTERDIÇÃO ÉTICA TOTAL das atividades de enfermagem do Hospital Municipal de Campo Sales/CE, tendo vista a inexistência de segurança técnica para o desenvolvimento das atividades de Enfermagem. Parágrafo único - Fica assegurada a continuidade da assistência de enfermagem aos pacientes internados ou sob cuidados da enfermagem na data da Interdição.

Art. 2º - Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem no nosocômio, deverão ser cumpridas integralmente as condições estabelecidas no parecer.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Presidente do Conselho
Interina

KYLVIA REGIA SILVA DIOGENES
Secretária
Interina

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

PORTARIA CREFITO 11 Nº 72, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Primeira Reformulação Orçamentária - Exercício 2022

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 6.316/1975 e da Resolução Crefito-11 nº 24/2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a reformulação do orçamento total, que passará a ser R$ 11.863.732,19 (onze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos).

Parágrafo único: O valor adicional de R$ 1.586.384,99 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos) para suplementação:

1ª Dotação Orçamentária:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Correntes	R$ 10.207.347,20
Capital	R$ 70.000,00
T O T A L	R$ 10.277.347,20

1ª Reformulação Orçamentária:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Inicial	R$ 10.277.347,20
Suplementação Despesa Corrente	R$ 1.208.489,17
Suplementação Despesa de Capital	R$ 377.895,82
T O T A L	R$ 11.863.732,19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua deliberação

SÉRGIO GOMES DE ANDRADE

O jornalismo brasileiro nasceu
com a Gazeta do Rio de Janeiro,
jornal impresso nos prelos
da Impressão Régia,
hoje Imprensa Nacional.



IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial